MARIA REGINA PETRUS TANNURI

REFUGIADOS CONGOLESES NO RIO DE JANEIRO E DINÂMICAS DE "INTEGRAÇÃO LOCAL": das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo

Volume I
Rio de Janeiro
2010

T167r Tannuri, Maria Regina Petrus.
Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de "integração local" : das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais / Maria Regina Petrus Tannuri. – 2010.
2 v. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
Bibliografia: f. 402-443.

1. Migração forçada. 2. Refugiados – Congo (República Democrática). 3 Imigração – Rio de Janeiro (RJ). 4. Integração social. 5. Congo (República Democrática) – Migração. I. Araujo, Frederico Guilherme Bandeira de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 304.82

MARIA REGINA PETRUS TANNURI

REFUGIADOS CONGOLESES NO RIO DE JANEIRO E DINÂMICAS DE "INTEGRAÇÃO LOCAL": das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais.

Tese submetida o corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

_____

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Profa. Dra. Carolina Moulin Aguiar
Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - RJ

_____

Profa. Dra. Mônica Lima e Souza
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

À minha filha Marina, pela compreensão, paciência e carinho durante todo o longo tempo de elaboração, pesquisa e escrita deste trabalho.

Aos refugiados e imigrantes congoleses, pela confiança que depositaram em mim e por terem acreditado no valor desta pesquisa como uma contribuição para somar–se aos seus esforços em busca de uma vida melhor aqui no Rio de Janeiro.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para que esse trabalho de pesquisa se concretizasse.

Ao longo de quatro anos de trabalho, recebi estímulo, apoio, força e colaborações de diferentes naturezas, vindos de brasileiros e congoleses que se interessaram por essa pesquisa, acreditaram na sua relevância acadêmica e na sua importância para os refugiados congoleses no Rio de Janeiro.

Não haveria espaço suficiente nessa página para agradecer nominalmente a cada uma das pessoas e/ou instituições. Por isso, agradeço a todos, dedicando-lhes uma frase de Pierre Bourdieu que expressa o espírito desse trabalho de pesquisa em sua proposta maior.

"Dar a voz àqueles que 'não tem voz' é mais do que tudo, um compromisso político de cada intelectual e pesquisador que não separa teoria de prática transformadora."

Pierre Bourdieu

"Não tenho tempo de desfraldar outra bandeira que não seja a da compreensão, do encontro e do entendimento entre as pessoas".

Elis Regina

"Colher e dar existência, dar a voz, registrar as memórias que compõem a identidade daqueles que não são ouvidos e que tendo suas vozes silenciadas têm grande necessidade de falar. É isso, mais que tudo, uma proposta política, impossível de ser realizada sem a percepção do outro".

Ecléa Bosi

Resumo

A pesquisa de tese de doutorado foi conduzida por caminhos teórico-metodológicos e práticas de investigação empírica que se mostraram profícuos para a construção de uma análise crítica e propositiva sobre a “integração local” dos refugiados congoleses no espaço social da metrópole do Rio de Janeiro. O recorte temporal do estudo privilegiou um período mais recente – 2003 a 2009. O objetivo geral da pesquisa constituiu-se na produção de uma interação de diferentes discursos, através de uma perspectiva relacional, sobre a questão da “integração local” dos refugiados – consideradas as diversas esferas da vida dos sujeitos investigados. A investigação empírica teve papel estruturante na pesquisa e se fez a partir das metodologias da observação participativa e da pesquisa-ação, com intervenção no universo investigado, para um levantamento das condições concretas do processo de integração (ou de não integração) local desses refugiados. A partir das dinâmicas do funcionamento das redes sociais foram selecionadas algumas das estratégias/iniciativas mais significativas entre aquelas criadas pelos refugiados congoleses – seja no plano individual seja no plano coletivo (considerando-se diferentes subgrupos) – para enfrentar as dificuldades que se colocam cotidianamente. Trata-se, portanto, de um estudo da busca de “integração local” pelos sujeitos refugiados congoleses em um contexto de inclusão social precária na grande metrópole do Rio de Janeiro.

Abstract

The doctoral thesis research was conducted by the theoretical and methodological principles and practices of empirical research that proved fruitful for the construction of a critical analysis and proactive about the "local integration" of Congolese refugees in the social space of the metropolis of Rio de Janeiro. The time frame of the study favored a more recent period - from 2003 to 2009. The objective of the research consisted in the production, through a relational perspective of an interaction of different discourses on the issue of "local integration" of refugees - considered the various spheres of life of the subjects investigated. The empirical research was pivotal role in research and was made by the methods of observation and participatory action research, intervention with the subjects studied, a survey for the concrete conditions of the integration process (or non-integration) of local refugees. From the dynamics of social networks were selected some of the strategies / initiatives most significant among those created by the Congolese refugees - whether on an individual is at the collective level (considering different sub-groups) - to confront the difficulties that arise daily. It is, therefore, a study of search for "local integration" by the subjects Congolese refugees in a precarious social context for inclusion in the great metropolis of Rio de Janeiro.

Prólogo

De que lugar fala daquilo que fala, quem apresenta e se apresenta aqui e agora?

ou

Muita história pra contar...

Caros leitores.

Começo por pedir "licença acadêmica" para escrever na primeira pessoa do singular.

Para "cometer essa coragem" – como disse Clarice Lispector no romance "Uma aprendizagem" sobre a protagonista que vive um ritual de passagem à maturidade –, precisei recorrer a uma base de sustentação bem firme. Afinal, eu falo, aqui e agora, da posição de aspirante a um título acadêmico de doutora.

Fui buscar coragem no poema "Com Licença Poética", de Adélia Prado. A grande poeta, nascida já na maturidade, pede licença a ninguém menos que Carlos Drummond de Andrade para escrever logo nas primeiras linhas:

> *"Quando nasci, um anjo esbelto,*
> *Desses que tocam trombeta, anunciou:*
> *Vai carregar bandeira..."*

E a partir de relatos de sua vida e confissões de sua alma, Adélia parece ganhar ao longo do poema a coragem para, enfim, terminá–lo assim:

> *"Vai ser gauche na vida é maldição pra homem.*
> *Mulher é desdobrável.*
> *Eu sou".*

Não se iludam, porém, prezados leitores, pois a minha coragem só deu para este prólogo. Por entre espantos meus, foi impossível ir além. Apesar de...

Explico melhor.

É que preciso revelar–lhes que por fazer parte de uma corrente antiquíssima de contadoras de histórias tenho, abaixo de mim, no imenso fio que liga a Terra ao espaço celeste (como nos contam os mitos de criação), uma firme base de mulheres mais velhas do que eu, cada uma segurando forte com suas mãos os tornozelos daquela mais nova que está com os pés nos seus ombros. Assim, as contadoras de histórias de todos os tempos e lugares formam, com seus corpos e alma, o forte e fino fio da vida.

Pois então! Eu não poderia ter sentido tanto medo de seguir meu desejo de escrever toda uma tese de doutorado como uma narrativa em forma de prosa, na primeira pessoa do singular!

Mas a verdade é que senti. Estou aqui então a confessar-lhes que ainda não estou preparada para tamanha coragem – Clarice que me perdoe.

Mas, agora, preciso então lhes contar um pouco de tanta história que ouvi e que recontei nos caminhos que percorri para chegar a esse aqui e agora. Caminhos acadêmicos, caminhos do coração, da razão e da sensibilidade andando de mãos dadas. Guiada por mestres que souberam acumular saberes com afetos, aventurei–me por caminhos da ação, da prática, de um fazer que conferisse sentido(s) ao "Saber" que eu ia buscando e juntando.

Cometi tantas coragens, meu Deus!

Assusto-me, agora, em pleno ano de 2009, em carregar comigo tantas histórias de tantos outros. Dei-me conta, de súbito, que tem mais de dez anos que descobri os imigrantes–refugiados e por eles me interessei. E desde então, fui estar com os estranhos e me deixar estranhar por eles e através deles. Encorajada e escoltada pelas palavras escritas por Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, comecei a pesquisar jovens imigrantes–refugiados vindos de Angola no fluxo dos estragos e das violências de quarenta anos de guerra.

Tive coragem para ensinar e para aprender com eles; para criar com eles coisas novas a partir do que me davam, do que me contavam, do que explodia de suas lembranças no meio das conversas, do que calavam ou revelavam nas entrevistas e, especialmente, daquilo tudo que entrava num rompante ou aos pouquinhos nas rodas das Oficinas de Histórias, sempre aos sábados, lá na favela da Vila do João.

Aceitei com medo a confiança que depositaram nos meus ouvidos e na minha escrita. Precisei de muito mais coragem para falar deles, para escrever as ideias que me vinham como num "jogo" de perguntas–respostas–perguntas, sem fim. Não falei por eles; mas transcrevi da melhor forma possível muito do que me contaram e escrevi com cuidado sobre o tanto que me deixaram "ver" de suas vidas em Angola e aqui no Brasil.

Eles foram os sujeitos que pesquisei e com os quais trabalhei com afinco desde antes, durante, e após o meu curso de mestrado. E pesquisei de uma forma da qual não se sai impune – ou "não se pode sair impune" –, como já alertava Sayad a todos os interessados em pesquisar a migração e os imigrantes. Imigrantes angolanos, muitos deles refugiados com o status oficial e a proteção da ONU e do governo brasileiro. Outros muitos, em busca de um "refúgio de fato" ou de uma saída, de um jeito pra seguir a vida, apesar de... Sujeitos ativos na construção da pesquisa, com os quais compartilhei muitas vivências e experiências ao longo de cinco anos. Pessoas com quem construí um projeto cultural que a nós todos enchia de orgulho.

Tal como me ensinaram os pensadores que meus mestres com afeto me apresentaram, eu me deixei aprender com os outros, os estranhos, os estrangeiros; todos jovens, todos pobres, todos pretos, todos homens, todos africanos, todos diferentes. Cada um, "um outro dos outros e o outro de mim mesma" – como um dia escreveu minha Clarice L.

> *Mas, afinal, de quem estou eu aqui, agora, a falar desse meu mais novo lugar – já que aqui ocupo tão estranha posição de aspirante à doutora?*

Pois bem. Alguns anos depois, mais madura e menos corajosa, tive que achar e criar aos poucos os caminhos e as formas de me encontrar com novos outros, novos estranhos. Outros estrangeiros, outros imigrantes–refugiados, vindos de outro país, chegados ao Brasil em tempos

mais recentes. Imigrantes–refugiados vindos do Congo. Todos negros, todos africanos e, segundo me contaram com orgulho, todos descendentes do antigo Reino do Kongo... Mas nem todos jovens, nem todos homens. Homens e mulheres, mais velhos e mais jovens, que chegaram aqui sozinhos ou trouxeram a família. Ou a parte dela que puderam trazer.

Fugiram de sua terra natal, a República Democrática do Congo, não tão república, não tão democrática, mas, certamente, uma terra marcada por massacres e conflitos e guerras e mortes absurdas...

Como me contaram, chegaram aqui fugindo de tantas formas de violência praticadas em suas cidades e aldeias, atacadas já nem sabem mais dizer exatamente por quais milícias, quais rebeldes, de qual facção armada, apoiadas ou que davam apoio a quais exércitos. Outros me disseram que tiveram que partir de qualquer jeito, ou do melhor jeito que puderam, ou na hora que precisaram e conseguiram, por causa da perseguição política... Fugindo da caça feita pela polícia ou pelos soldados do exército nas cidades maiores, na capital Kinshasa, ou escapando das prisões, da tortura. Chegaram de várias maneiras... Alguns tiveram que passar por outros países, buscar lugares e encontrar pessoas para poder fugir. Alguns muitos deles queriam ter ido para outros lugares, para outros países. Mas como alguns me contaram _ "quando se foge, se foge do jeito que dá, às vezes sem nem saber para onde se está indo".

Quando comecei a me aproximar dos congoleses, em 2006, não conseguia deixar de pensar em fazer meia volta – como minha intuição protetora indicava – enquanto meu outro lado exclamava:

– Ai! Meu Deus! Vou ter que "cometer mais uma coragem"!

Até que me dei conta de que já era inútil pensar em recuar.

Ocorre-me agora que, de um jeito ou de outro, eu sabia que vinha mesmo me preparando para isso há alguns anos. Desde o dia 31 agosto de 2001. Dia em que defendi minha dissertação de mestrado... Pois bem, eu já havia começado a minha apresentação quando, por entre espantos meus, a sala foi se enchendo de jovens imigrantes e refugiados angolanos. A maioria deles meus mais conhecidos, parceiros do projeto dos contadores de histórias. Quase todos moradores do Complexo da Maré, bem perto da entrada da Universidade. Tinham vindo fazer uma surpresa para mim – o que só entendi dias depois.

Enquanto eles entravam e se sentavam com toda a sua altivez – ante uma visível sensação de estranhamento nas demais pessoas presentes –, algo dentro de mim anunciava:

"Vai carregar (essa) bandeira".

Enfim, cá estou eu, agora.

***"Aceito aquilo que me cabe**" – como escreveu Adélia em seu belo poema.*

Regina Petrus

Rio de Janeiro, dezembro de 2009.

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES **PÁGINA**

Volume I

Foto multidão transportando bagagem 133

Foto criança junto dos pais transportando bagagem 133

Mapa República Democrática do Congo 134

Família de deslocados internos no campo de Lushebere, Kivu Norte 135

Vista de um campo de deslocados internos de Nyanzale, Kivu Norte..... 135

Refúgio improvisado em um campo de deslocados internos de Nyanzale, Kivu Norte 136

Reliefweb. Congo: Humanitarian Situation. Update no 17. North Kivu. 26 Nov – 01 dec. 2008 137

Andrews, da Agência Reuters, fotografou esta criança brincando em um campo de refugiados ao leste da República Democrática do Congo 137

Concentração espacial dos locais de moradia dos congoleses na metrópole do Rio de Janeiro 193

Volume II

Democratic Republic of the Congo (Mapa 1A – Capítulo 3 - 3.1) ...……....175 - I

Ficheiro: República Democrática do Congo – divisão em províncias (Mapa 1B - Capítulo 3 - 3.1)..... 175 - II

Mapa Etnolinguístico da RDC elaborado pela pesquisadora com a colaboração de estudantes congoleses da UFRJ (Mapa 2 – Capítulo 3 - 3.1).....175 - III

RDC – População Urbana (Mapa 3 – Capítulo 3 - 3.1)..... 175 - IV

Cidade-Província de Kinshasa (Mapa 4 – Capítulo 3 - 3.1).....175 - V

The roots of war in Eastern Congo (Mapa 5 – Capítulo 3 - 3.1).....175 - VII

El viaje de Osvaldo Laport a la República Democrática del Congo: una travesía humanitaria (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1)..... 71

Pontos de referência na área central do Rio de Janeiro (ANEXO I – Capítulo 3 - 3.2) 120

Áreas de referência no Centro do município de Duque de Caxias (ANEXO I Capítulo 3 - 3.2).....121

Distrito de Gramacho – Município de Duque de Caxias (ANEXO I – Capítulo 3 - 3.2) 121

Áreas de referência em Brás de Pina (ANEXO I – Capítulo 3 - 3.2)..... 122

Nova área de concentração de moradia: Irajá – Trajeto moradia – Sede da Cáritas

(ANEXO I – Capítulo 3 - 3.2).....122

Nova área de concentração de moradia: Inhaúma – Trajeto moradia – Sede da

Cáritas (ANEXO I – Capítulo 3 - 3.2)..... 123

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS **PÁGINA**

Volume I

Categorias de deslocamentos forçados 72

População total por categoria, final de 2007 73

População refugiada por regiões do ACNUR - final de 2007 73

Principais países receptores de refugiados - final de 2007 74

Novas solicitações de asilo realizadas nos principais escritórios do ACNUR 74

2008. Principais países de origem dos solicitantes de asilo 77

2008. Principais países desenvolvidos em número de novas solicitações de asilo 78

Brasil – Número de refugiados reconhecidos no período de janeiro a maio de 1993 por nacionalidade 91

Evolução do número total de refugiados reconhecidos por região de origem (1994 a 1996) 91

Brasil – Número total de refugiados reconhecidos por região de origem, até 31 de maio de 1997 91

Solicitações de refúgio – Brasil: dezembro de 1998 a fevereiro de 2005 92

Brasil – Número total de refugiados reconhecidos por região de origem até 31 de dezembro de 1998 98

Rio de Janeiro – Solicitações entre 1992 e 2007 nacionalidades com maior representatividade 100

Refugiados no Rio de Janeiro – 2007 – % principais países de origem 101

Refugiados no Brasil – dados em progressão temporal (2002-2006) 102

Número total de refugiados no Brasil até junho de 2006 104

Número total de refugiados no Brasil até 31 de dezembro de 2006 105

Número de refugiados no Rio de Janeiro até junho de 2007, por país de origem 107

Número de refugiados no Brasil até junho de 2008, por país de origem 107

Número de refugiados no Brasil até fevereiro de 2009 108

Refugiados por continente 109

Nacionalidades com maior representatividade de refugiados 110

O Desempenho do CONARE em Números: 1998 - 2008 110

Refugiados residindo no Brasil – período 2002 a 2009 181

País de origem: Zaire/ República Democrática do Congo (RDC) Refugiados e solicitantes de refúgio 187

Volume II

Cidade-província de Kinshasa e suas respectivas áreas e populações em 2004, segundo o Instituto Nacional de Estatística da República Democrática do Congo (Mapa 4 – 3.1) .....175 - VI

Deslocados internos por províncias do Congo (RDC) (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1) 69

Refugiados congoleses no mundo - 1º de janeiro de 2006 - (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1).....69

Refugiados na RDC (em 1º de janeiro de 2006) (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1).....70

Retornados à RDC (em 1º de janeiro de 2006) (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1)..... 70

REUTERS ALERTNET. Statistics.RDC (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1)…….....72

RDC Number of refugees originating here (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1)..... 73

RDC Number of refugees residing here (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1)..... 73

RDC Number of internally displaced people \ Estimate (ANEXO F – Capítulo 3 - 3.1).....73

República Democrática do Congo (RDC): indicadores socioeconômicos (ANEXO J – Capítulo 3 - 3.1)..... 81

Refugiados no Brasil – nacionalidades com maior representatividade (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2) 91

Brasil. Solicitações de refúgio. País de origem: República Democrática do Congo (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2)..... 91

Refugiados no Brasil – Dados gerais em números absolutos (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2)..... 91

Refugiados por continente de origem (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2)..... 91

Nacionalidades com maior representatividade de refugiados (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2)..... 91

Refugiados no RJ – junho de 2007 (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2) 92

Rio de Janeiro – Solicitações – 1992 a 2007 – País de origem: Zaire / República Democrática do Congo (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2)..... 92

Rio de Janeiro – Solicitações – País de origem: R. D. Congo (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2) 92

Rio de Janeiro – Refugiados – País de origem: R. D. Congo (ANEXO A – Capítulo 3 - 3.2) 92

Perfil dos Refugiados no Rio de Janeiro (ANEXO B – Capítulo 3 - 3.2)..... 93

Solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro – até dezembro de 2008 (ANEXO B – Capítulo 3 - 3.2)..... 93

Refugiados congoleses no RJ – até dezembro de 2008 (Anexo B – 3.2)..... 94

Quadro de dados com base em atendimentos do Serviço Social no Projeto Ambulatório sem Fronteiras (ANEXO L - ANEXOS GERAIS) 310

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABO – Associação Brasileira de Odontologia
ACNUR – Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
AFDL – Aliança das Forças Democráticas para Libertação do Congo–Zaire
AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ARUBA – Associação dos Refugiados Unidos do Brasil Africano
ASF – Ambulatório Sem Fronteiras
ASSIDE – Judô comunitário Galpão da Cidadania
BDK – Bundu dia Kongo
BPC – Benefícios de Prestação Continuada
CACB – Comunidade Ango-Congolesa do Brasil
CCIR – Comissão de Combate à Intolerância Religiosa
CDH – Centro de Direitos Humanos
CEAR – Comissão Espanhola de Ajuda ao refugiado
CEASA – Central de Abastecimento do Estado S.A.
CEDINE – Conselho Estadual dos Direitos do Negro
CELAM – Conselho Episcopal da América Latina
CELPE – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CEMS – Centro Esportivo Miécimo da Silva
CEPRID – Centro de Estudos Políticos Para as Relações Internacionais e o Desenvolvimento
CETEP – Centro Técnico de Ensino Profissionalizante
CIBAI – Centro Ítalo-Brasileiro-Americano de Apoio ao Imigrante
CICR – Comité Internacional de la Cruz Roja
CIE – Centros de Identificação e Expulsão
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPD – Congresso Nacional para a Defesa do Povo
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

CONDEDINEPPIR – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial e Étnica de Duque de Caxias

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CREC – China Railway Engineering Company

D.O – Diário Oficial

DESA – Department of Economic and Social Affairs

DRC – Democratic Republic of the Congo

EUA – Estados Unidos da América

EURAC – European network for Central Africa

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

FAO – Food and Agriculture Organization

FARDC – Forças Armadas da República Democrática do Congo

FDLR – Forças Democráticas de Libertação de Ruanda

FILEF – Federação Italiana: Trabalhador, Migrante e Família

HDI – Human Development Index

HIV – Human Imunodeficiency Virus

HSE – Hospital dos Servidores do Estado

IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

ICC – International Criminal Court

ICG – International Crisis Group

IDMC – Internal Displacement Monitoring Centre

IDPs – Internally Displaced Person

IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

IRIN – Integrated Regional Information Networks

JCAACS – Judô comunitário associação de assistência à criança surda

JCCIG – Judô Clube Comunitário Ilha do Governador

JCLFCR – Judô Comunitário Lar Fabiano de Cristo

JCREAC – Judô Comunitário Instituto Reação

JCRJ – Judô Comunitário Rio de Janeiro

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MJ – Ministério da Justiça

MLC – Movimento de Libertação do Congo

MNLC – Movimento Nacional para a Libertação do Congo

MONUC – Mission de l'Organisation des Nations Unies en République démocratique du Congo

MPR – Mouvement Populaire de la Revolution

NIAC – Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania

NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCHA – U.N. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OIR – Organização Intergovernamental para Refugiados

ONG – Organização não governamental

ONGDs – Organizações Não Governamentais para Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para Segurança e Cooperação na Europa

OUA – Organização para a Unidade Africana

PALU – Partido Lumumbista Unificado

PAM – Plano de Ação do México

PAN – Pan–americanos

PEC–G – Programa de Estudantes Convênio de Graduação

PIB – Produto Interno Bruto

PNC – Polícia Nacional do Congo

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RCD – Rassemblement Congolais pour la Démocratie

RDC – República Democrática do Congo

RPF – Rwandan Patriotic Front

RRR – Refugee Recognition Rate

SEASDH – Superintendência de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENDH – Secretaria Municipal de Direitos Humanos

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SESC – Serviço Social do Comércio

SETRAB – Secretaria de Estado do Trabalho e Renda

SICONV – Sistema de Convênios

SINDIPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SJR – Serviço Jesuíta de Refugiados

SMPP – Secretaria Municipal de Participação e Parceria

SUPERDIR – Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos

SUS – Sistema Único de Saúde

TPI – Tribunal Penal Internacional

TRR – Total Recognition Rate

UDPS – União Democrática Progressista Social – UDPS

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UN – União pela Nação (coalizão política na RDC)

UN – United Nations

UNACOOP – União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30

UNB – Universidade de Brasília

UNDP – United Nations Development Programme

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

UNICEF – United Nations Children's Fund

UNIFMU – Universidade Faculdades Metropolitanas Unidas

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East

USAID – United States Agency for International Development

ERRATA

1. Verificar que após o final da INTRODUÇÃO (p. 7 até p. 47), foram suprimidas pelo programa de paginação por seção do Word as páginas 48 e 49.

2. Verificar que após o final do CAPÍTULO 1 (p. 50 até p.82), foram suprimidas pelo programa de paginação por seção do Word as páginas 83 e 84.

3. Verificar que após o final do CAPÍTULO 2 (p. 85 até p.131), foi suprimida pelo programa de paginação por seção do Word a página 132.

SUMÁRIO

Página

VOLUME I

APRESENTAÇÃO 1

I – INTRODUÇÃO 7

PROBLEMÁTICA – do campo problemático ao objeto investigado; a questão central da pesquisa

SOBRE A METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

SOBRE TEORIAS E CONCEITOS

A figura do refugiado nos estudos migratórios
Reflexões sobre o conceito de integração social nos estudos sobre refugiados
A Teoria das Redes Sociais nos estudos migratórios

II – DA QUESTÃO DO REFÚGIO NA CONTEMPORANEIDADE A UM ESTUDO DOS REFUGIADOS CONGOLESES NO RIO DE JANEIRO 50

CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA DO REFÚGIO NO MUNDO ATUAL 51

CAPÍTULO 2 – A PROBLEMÁTICA DO REFÚGIO NO BRASIL 85

2.1. Breve histórico do refúgio no Brasil: marcos para a qualificação do fenômeno e do Estatuto dos Refugiados no território brasileiro – da década de 1970 aos dias atuais. 85

2.2. O Brasil e o Estatuto dos Refugiados na atualidade e as políticas públicas. 93

2.3. Elementos que qualificam a complexidade do refúgio no Brasil de hoje – mudanças recentes no fenômeno e perspectivas. 121

CAPÍTULO 3 – REFUGIADOS CONGOLESES NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: DA EMIGRAÇÃO FORÇADA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC) À SITUAÇÃO DE REFUGIADOS NO BRASIL 133

3.1. Das condições e dos determinantes para a emigração: o contexto político do Congo (RDC) no período enfocado, com base em uma retrospectiva desde a década de 1990. As guerras, conflitos armados, perseguições políticas e os impactos econômicos e sociais. 139

3.2. Construção de um perfil dos refugiados congoleses na metrópole do Rio de Janeiro. Identificação de especificidades de alguns subgrupos através da pesquisa empírica. 176

III – A "INTEGRAÇÃO LOCAL" DOS REFUGIADOS CONGOLESES NO RIO DE JANEIRO 233

CAPÍTULO 4 – DA INCLUSÃO SOCIAL PRECÁRIA À BUSCA DE "INTEGRAÇÃO LOCAL" NO CONTEXTO DA GRANDE METRÓPOLE. 234

4.1. Das políticas públicas e ações institucionais para a integração e assistência dos refugiados em foco. Algumas questões significativas a partir da pesquisa de campo. 240

4.2. A importância das redes sociais nas dinâmicas de "integração local": das estratégias individuais adotadas pelos sujeitos refugiados aos esforços coletivos de construção e fortalecimento de uma associação. 280

CONSIDERAÇÕES FINAIS 371

BIBLIOGRAFIA 402

VOLUME II

ANEXOS DO CAPÍTULO 1 2

ANEXOS DO CAPÍTULO 2 17

ANEXOS DO CAPÍTULO 3 (3.1) 54

ANEXOS DO CAPÍTULO 3 (3.2) 90

ANEXOS DO CAPÍTULO 4 (4.1) 140

ANEXOS DO CAPÍTULO 4 (4.2) 166

ANEXOS GERAIS 218

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem muitos autores. Apenas um deles, entretanto, tomou para si a tarefa de escrevê-lo. Por isso, é preciso lê-lo com desconfiança. É preciso espreitá-lo, indagá-lo em sua forma e seu conteúdo. É preciso duvidar de tudo que está escrito nas páginas deste trabalho, de tudo que ele apresenta, pois sua escritura está impregnada pelo poder de um sobre muitos outros autores.

Como discurso escrito está investido de um poder de fazer aparecer, materializar, registrar. Mas quem o escreve mostra o que quer e esconde o que quer; de si mesmo e dos outros. E faz isso no campo da ordem estabelecida pela instituição. Ordem que autoriza que a escrita ou a fala de um só, coloque sob os seus desejos e interesses as falas e as escritas de todos os outros sobre os quais escreve.

Em sua já famosa aula inaugural pronunciada no Collège de France, em 1970, Michel Foucault se referia à sua "inquietação" com a "realidade material de coisa pronunciada ou escrita" que é o discurso;

> [...] inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Imediatamente em seguida a este trecho do discurso aqui reproduzido e registrado, Foucault emenda: "Mas, o que há, enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos se proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?"

Este é um trabalho de pesquisa que tem a investigação empírica, o trabalho de campo, a observação participativa e a intervenção no universo estudado como suas bases fundamentais de realização. Neste sentido, a pesquisa foi concebida com o objetivo de associar teoria e prática por meio de sua forma de realização, com vistas à transformação de uma situação específica em um dado contexto situado no tempo e no espaço.

Sua motivação mais geral foi agregar a atenção de mais pessoas ao tema do refúgio na atualidade e, quem sabe, tentar motivá-las a conhecer melhor a questão, ou integrar-se, das mais diferentes formas, a uma rede em escala mundial de pessoas que se preocupam com o crescente número de indivíduos que se tornam refug(i)ados e/ou deles se ocupam. Conhecer ou participar desta rede seja através de seus estudos seja através da ação e atuação junto a grupos de refugiados ou, quem sabe, construindo discursos mais consistentes que colaborem de forma crítica e positiva para o enfrentamento desta questão de contornos globais.

Esta pesquisa tem como objetivo central conhecer e entender a situação de refugiados a um nível local, pensando os refugiados como "sujeitos ativos", "atores propositivos", imersos em circunstâncias históricas, sociais, econômicas e culturais específicas.

Especificamente, o problema a ser investigado é como em um grupo de imigrantes numa situação particular **–** a situação de refugiados no Rio de Janeiro – as dinâmicas de "integração local" estão permeadas por uma tensão entre as limitações das políticas públicas em vigor e as estratégias criadas pelos refugiados através das redes sociais.

A partir desse entendimento o presente trabalho pretende ser relevante nos estudos sobre refugiados e apresentar contribuições para a questão da "integração local"[1] de refugiados no Brasil. Num nível mais específico, objetiva apresentar um estudo crítico e propositivo sobre as condições concretas de integração social de refugiados no Rio de Janeiro.

[1] A escolha do termo integração local e uma breve discussão sobre a hegemonia deste termo nos estudos sobre refugiados serão abordadas na Introdução do trabalho.

O objeto do estudo são os refugiados congoleses (provenientes da República Democrática do Congo) que emigraram de seu país de origem para fugir da guerra, de conflitos armados, de perseguições políticas e de uma série de efeitos decorrentes do contexto político mais recente sobre as condições sociais e econômicas do país. Este contexto será apresentado no primeiro item do Capítulo 3 quando se trata dos fatores determinantes e das condições para a emigração**.**

A escolha do grupo de congoleses no conjunto maior de refugiados no Rio de Janeiro como objeto específico de estudo**,** será explicada na introdução e progressivamente aprofundada ao longo do desenvolvimento do trabalho, assim como o recorte espacial da pesquisa – a área metropolitana do Rio de Janeiro – e o período estudado (2003 a 2009). A identificação de três fases do processo de imigração e refúgio dos congoleses no Rio de Janeiro e a construção de um perfil dos refugiados, incluindo as diversidades nele presentes, qualificam o grupo em diversos momentos e permitem compreender as suas especificidades a partir de uma caracterização não homogeneizante.

A própria agência das Nações Unidas para os refugiados vem alertando em seus comunicados e documentos – e divulgando na mídia internacional – o crescente numero de africanos que fogem da pobreza, das guerras e dos conflitos armados no continente. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR) vem, desde 2007, intensificando estes alertas com números que ultrapassam a casa dos 100.000, referindo-se aos africanos que no período de menos de um ano fogem para outros continentes. Os dados do ACNUR em 2009 indicam que aproximadamente 30.000 pessoas vindas da África solicitaram o refúgio na Itália e mais de 40.000 no Iêmen.

Em relação aos números acima apresentados, é pequeno o número de africanos que pedem refúgio em nosso país. O Brasil tem oficialmente (segundo dados divulgados pelo ACNUR com base nas estatísticas do Comitê Nacional para os Refugiados para o segundo semestre de 2010) um total de 4.305 refugiados. Deste total**,** 3.908 pediram espontaneamente o refúgio ao chegar ao território nacional e 397 vieram para o Brasil através de um programa (feito em acordo com a comunidade internacional) para o reassentamento de pessoas já reconhecidas anteriormente como refugiados em outros países, por não terem condições de permanecer no primeiro país de acolhida.

Os africanos são 65% da população refugiada no Brasil. Entre os 75 países de origem dos refugiados o primeiro lugar é ocupado por Angola (mais de 1600 pessoas ou 40% do total de refugiados). A Colômbia, a República Democrática do Congo, a Libéria e o Iraque preenchem, nesta ordem, o quadro dos cinco países de origem mais representativos no número total de refugiados.

É possível apontar três características básicas dos refugiados que vivem no Brasil: a grande diversidade de países de origem, o número relativamente grande de africanos e o fato de viverem em sua totalidade em áreas urbanas, concentrados principalmente em duas grandes metrópoles – Rio de janeiro e São Paulo.

As informações de caráter geral apresentadas acima permitem romper com duas idéias ainda predominantes no senso comum: o fato do Brasil não ter capacidade para receber refugiados, uma vez que ainda tem graves problemas sociais a atingir uma grande parte de sua população; a desmistificação da figura clássica dos refugiados como massas populacionais de desvalidos que vivem em enormes campos de refugiados.

Como se pode concluir, o número de refugiados que vivem no Brasil é relativamente pequeno tanto quando se pensa nos números divulgados para a escala mundial (e em alguns países receptores) quanto no que se refere ao tamanho da população brasileira. Estes refugiados precisam integrar-se socialmente, economicamente e culturalmente nas áreas urbanas onde vivem; isto implica necessidades, possibilidades e expectativas específicas quanto às políticas e ações que favoreçam boas condições para esta “integração local”.

Diante da pretensão de ocupar um lugar de destaque no cenário mundial em relação aos Direitos Humanos, e mais especificamente no quadro da questão global do refúgio, o Brasil tem a obrigação de acolher e oferecer condições dignas de integração na nossa sociedade para este número irrisório de pessoas que vivem na condição legal de refugiados, garantindo de fato a todos (e não apenas nos termos da lei) os direitos que o Estatuto de Refugiados de 1997 lhes outorga e confere.

O presente trabalho está estruturado em três grandes partes. Uma INTRODUÇÃO aonde se apresenta a problemática do estudo desde seu campo mais geral até o objeto específico da investigação em seus contornos espaciais e temporais.

Indica a questão central da pesquisa, a base metodológica mais geral e a metodologia específica da investigação empírica, com seus referenciais teórico-conceituais.

A PARTE II segue um percurso que vai da problemática do refúgio em escala mundial e nacional até uma qualificação do grupo de refugiados congoleses no Rio de Janeiro**,** a partir de uma breve apresentação das condições que determinaram a emigração até a construção de um perfil mais geral do grupo, qualificando-o em suas especificidades como um todo e em suas diversidades internas.

A PARTE III é composta de dois capítulos que investigam e problematizam as condições da integração social local dos congoleses. O foco primeiro está nas ações institucionais e políticas públicas, ainda insuficientes e incapazes de apontar para a superação da situação de inclusão social precária dos refugiados congoleses na metrópole. Em um segundo movimento, a "integração local" é vista por uma abordagem que prioriza o estudo das redes sociais, em função da sua centralidade para as dinâmicas de integração do grupo estudado; o enfoque das redes sociais em sua estrutura e funcionamento revela a condição de sujeitos ativos e criativos dos refugiados congoleses em sua busca para a transformação das condições socioeconômicas que vivenciam no espaço da metrópole.

I. INTRODUÇÃO

PROBLEMÁTICA – do campo problemático ao objeto investigado; a questão central da pesquisa.

O campo problemático mais geral da pesquisa é o das migrações forçadas por conflitos armados, situações de guerra e perseguições políticas. O problema dos refugiados - que Hannah Arendt denominou "a chaga do século XX" - chegou ao século XXI com intensidade crescente e novos contornos políticos, jurídicos e humanitários, derivados do que muitos estudiosos do tema chamam de criminalização [2] das migrações, dos imigrantes e dos refugiados**,** e de seus efeitos sobre a situação de enorme precariedade e vulnerabilidade de milhões de deslocados por conflitos armados, que se prolongam e /ou se instalam em diversos países e regiões.

Como uma contradição ao desenvolvimento tecnológico que facilita e barateia os deslocamentos no espaço e a crescente mobilidade das pessoas, as fronteiras são protegidas por um aparato policial, tecnológico e simbólico para impedir a entrada de imigrantes e potenciais solicitantes de refúgio.

Transformadas em barreiras, as linhas de passagem se revertem em áreas de atuação de máfias criminosas, fomentando a exploração e todas as formas de abuso do poder e da violência sobre os imigrantes – incluindo boa parte daqueles que deveriam ser acolhidos como solicitantes de refúgio, de acordo com as convenções, acordos e legislações internacionais desenvolvidos para proteger e garantir os direitos das pessoas que são obrigadas a fugir dos seus países em função de situações de violência, guerras, conflitos internos armados e perseguições por diversos motivos.

Cresce o número dos chamados "centros de detenção"; são criadas novas "zonas de retenção" – lugares aonde os migrantes detidos ao tentar atravessar as fronteiras devem permanecer à espera de decisões sobre as sansões e/ou a deportação. Os "campos de detenção" [3] vão se tornando externos aos territórios/ espaços de exercício do poder. Poder dos Estados-nações que fomentam o medo dos "invasores" e criam

---

2 Sobre a criminalização das migrações e o duplo sentido da expressão ver PÓVOA NETO, Helion. "A criminalização das migrações na nova ordem mundial", in Póvoa Neto, Helion e Ferreira, Ademir Pacelli. Cruzando fronteiras disciplinares – um panorama dos estudos migratórios. Editora Revan / FAPERJ. 2005. Rio de Janeiro.

[3] Sobre "Precarização, reclusão e exclusão territorial" ver HAESBAERT, Rogério. 2006. Sobre reclusão, controle territorial, fechamento territorial, ver texto do mesmo autor **–** "Sociedade de in-segurança e controle dos territórios", 2007. A partir da biopolítica de Foucault e dos campos, da vida nua e do *homo-sacer* de Agamben, Haesbaert trabalha o poder e a violência sobre os corpos e o território**.** Os textos, cedidos pelo autor, foram apresentados em congressos científicos. São versões ampliadas de publicações anteriores.

novas formas de desempenhar o seu papel de garantir a proteção aos nacionais, frente às ameaças potencias daqueles estrangeiros transformados em invasores (ou terroristas) – e que insistem em entrar nos países que não os "chamaram" nem os desejam mais.

Com estes novos significados fabricados para as fronteiras territoriais, o Estado cresce em seu papel de garantir a segurança nacional, como que para justificar e legitimar o poder do próprio Estado, os gastos militares, a indústria de armas.

Tudo indica que em tempos de um inevitável crescimento do interculturalismo, da hibridização de culturas, ocorre um inacreditável retrocesso daquilo que um dia se chamou de civilização sob as bênçãos de "um certo" pensamento humanista ocidental.

É fundamental, certamente, ao se tratar a problemática internacional do refúgio em seus vários aspectos, conferir destaque para a complexidade dos contextos nacionais e/ou regionais que determinam a existência de pessoas que necessitam solicitar o refúgio - bem como analisar esta problemática de forma crítica em termos das limitações/imprecisões dos conceitos internacionalmente adotados.

No Brasil, a questão do refúgio ainda é um tema de pouca visibilidade para a sociedade em geral. No universo das formas de inserção do país no contexto mais recente das migrações internacionais, o afluxo de pessoas à procura de refúgio destaca-se principalmente em termos qualitativos[4]. A década de 80 revelou a inserção do Brasil no campo das migrações internacionais não apenas como um país de emigração (fato já bastante divulgado desde o final daquela década), mas também como um país que se integrava ao contexto internacional como receptor de novos fluxos migratórios.

A presença de refugiados não se destaca como fenômeno de maior expressão numérica quando confrontada com outros movimentos migratórios que têm o Brasil como país de destino a partir dos anos 80 e 90 (a imigração proveniente de países da América Latina, especialmente os que fazem fronteira com o Brasil; a imigração de asiáticos, sobretudo a de coreanos e chineses, em especial para São Paulo e, mais recentemente, também para o Rio de Janeiro). Contudo, para além dos números (baseados em informações nem sempre muito "controláveis"), a qualificação do refúgio no Brasil em suas múltiplas dimensões (política, jurídica, legislativa, social, econômica,

[4] O papel do Brasil nas políticas mais gerais do ACNUR, o Plano do México e os programas de reassentamento no Brasil serão abordados no capítulo 2. Sobre o número de refugiados no país e o que representa para o Brasil, com sua grande população, receber algo em torno de 4000 refugiados (segundo dados oficiais de 2010), ver em MILESI, Rosita. 2007. "Políticas públicas e refúgio no Brasil". Site do IMDH. www.imdh.org.br.

cultural) indica pontos de reflexão e questões que não se colocam para os outros fluxos de imigrantes acima citados. Por conseguinte, um conjunto de especificidades da situação do refúgio justifica a temática dessa pesquisa.

A lei que implementou o Estatuto dos Refugiados no Brasil em julho de 1997 e criou o Comitê Nacional de Refugiados, é considerada pelos especialistas como uma das mais avançadas do mundo (Milesi, 2001, p.72). Entretanto, para pesquisar a situação do refúgio no contexto da sociedade brasileira – com o foco central na integração social, econômica e cultural dos refugiados na metrópole do Rio de Janeiro em tempos recentes – faz-se necessário pensar sobre as condições predominantes e os mecanismos possíveis para a criação de novas possibilidades de apropriação concreta e simbólica do espaço nas áreas de acolhimento por parte dos refugiados, bem como melhores condições de integração à sociedade local.

Principalmente quando em países como o Brasil, em que grandes contingentes da população são marginalizados e vivem em espaços segregados e desvalorizados material e simbolicamente, os refugiados – " pessoas que muitas vezes chegam de mãos e corações vazios, porque foram obrigadas a deixar tudo que possuíam de qualquer jeito e sem olhar para trás" [5] - passam a habitar estes espaços marginais, especialmente nas grandes metrópoles, enfrentando, geralmente, forte estigmatização por parte das populações locais. (PETRUS, 2001, p. 143 - 145).

No que se refere à problemática da integração social de refugiados no Brasil é possível (considerando-se o recorte temporal e espacial da pesquisa) identificar os principais agentes presentes no processo especificamente enfocado:

- os refugiados e solicitantes de refúgio.
- as agências e instituições mais diretamente responsáveis pelo acolhimento, proteção, assistência e integração local, bem como pelas políticas públicas e práticas implementadas em relação a essas três esferas do refúgio (ACNUR, Governo Brasileiro /CONARE e Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro).
- as instituições de maior importância para o cumprimento da legislação sobre refúgio no Brasil e possíveis avanços nesse campo - Ministério da Justiça e Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal**.**

[5] Palavras de uma refugiada do ex-Zaire, Tabu N'gongo, ouvidas em depoimento no Seminário "Acolhimento aos refugiados no contexto atual das Migrações Internacionais - ação e perspectiva no caso brasileiro". Novembro de 1998. UERJ. Organização ACNUR/ Cáritas/ Departamento de Geografia da UERJ.

- algumas organizações não-governamentais com relevante história e atuação em defesa dos direitos dos refugiados.
- as principais instituições parceiras na implantação do convênio ACNUR / Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro para a facilitação da integração local dos refugiados e o fornecimento das orientações necessárias para um melhor conhecimento e a busca dos direitos que a legislação lhes confere.

Além dos agentes citados acima, são importantes no processo investigado algumas associações e igrejas localizadas nas áreas de concentração de moradia dos refugiados, a população local residente nestas áreas e outros indivíduos/grupos que integram redes sociais de recursos relacionais de que participam os refugiados. [6]

Quanto à relevância do trabalho proposto destacam-se, em um plano mais geral, alguns elementos de natureza política e social próprios da temática do refúgio no mundo contemporâneo e das significativas transformações que vêm ocorrendo nas dinâmicas que integram o fenômeno. A problemática do refúgio no mundo contemporâneo apresenta-se como um campo de pesquisa que exige o incremento da atenção que para ele se volta até o momento, seja por parte de diversas áreas disciplinares seja pela crescente presença deste fenômeno social em diversas partes do mundo ou, ainda, pelo fato de estar essencialmente inserido na esfera mais ampla dos direitos humanos.

Boaventura Santos (2002) afirma que perante a crise aparentemente irreversível dos projetos de emancipação das forças ditas progressistas que "durante um largo período após a II Guerra Mundial professavam a linguagem da revolução e do socialismo como caminho para uma verdadeira política emancipatória", os direitos humanos têm sido invocados como que para preencher espaços vazios.

Para Casella (2001, p.17), a importância que o tema vem recebendo pode ser medida tanto pelo volume de publicações diversas enfocando essas novas tendências quanto pelo conteúdo dos relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Ressalte-se, ainda, a repercussão das grandes polêmicas presentes nos debates em fóruns internacionais que assinalam não só o aumento dos contingentes de refugiados oficialmente computados (aqueles assistidos pelo ACNUR), mas expressam crescente preocupação com as marcantes reconfigurações dos fenômenos migratórios como um todo.

[6] A importância das redes de cidades solidárias, uma das metas do Plano do México (2005) será destacada ao final do capítulo 2.

Com crescente intensidade discutem-se os efeitos das novas políticas de imigração dos países centrais na produção de um adicional não registrado nesse contingente, nas populações mais pobres que se deslocam em condições cada vez mais adversas e à medida que se acentuam as desigualdades socioeconômicas em escala mundial, a pobreza e seus efeitos diretos e indiretos, as guerras civis e os conflitos étnico-religiosos.

Em especial, é incipiente a produção de pesquisas com esta orientação quando se trata de países de acolhimento aos refugiados que estão fora dos centros hegemônicos da ordem global contemporânea – como é o caso do Brasil.

Para além dessas justificativas, a pesquisa tem um sentido amplo de ação política pela importância de se dar maior visibilidade à problemática do refúgio em geral e às suas especificidades no Brasil. De fato, a sociedade brasileira em geral desconhece a questão ou passou a tomar conhecimento da presença de refugiados no Brasil há pouco tempo; a visibilidade da questão dos refugiados decorre principalmente de episódios específicos transformados em "notícia" pelos meios de comunicação. Ocorre, na prática, a partir da seleção e da edição do que será divulgado, uma tendência a se tomar pelo todo a parte exibida na televisão ou publicada nas matérias da mídia escrita. Assim sendo, o que se tem difundido leva à construção de uma imagem generalizante e simplificada do refúgio e dos refugiados no Brasil.

Mesmo com a maior divulgação pela televisão nos últimos anos da presença no Brasil de refugiados de uma crescente gama de nacionalidades, a complexidade do fenômeno não é percebida pela sociedade em geral. Ao que tudo indica, ainda predomina no senso comum uma imagem negativa dos "refugiados", o que contribui para sejam representados como um grupo supostamente homogêneo e ligado a atividades ilícitas nos territórios do tráfico de drogas. [7]

Finalmente, reafirma-se a urgência de pesquisas que abordem a problemática do refúgio como uma das expressões mais dramáticas no conjunto dos efeitos que expressam as crescentes desigualdades sócio-econômicas entre países e povos e a fragilidade crescente de enormes contingentes de pessoas sem "funcionalidade" na ordem mundial contemporânea. Neste sentido, cabe ressaltar a necessidade de maior

[7] Os grupos que têm maior visibilidade são os que vêm de países africanos. Nem sempre em função do número mais expressivo de refugiados de uma determinada nacionalidade (como é o caso dos angolanos no Rio de Janeiro), alguns grupos – como, por exemplo, os nigerianos em São Paulo – passam a ser estigmatizados por suas supostas ligações com o crime organizado. O estigma que afeta mais diretamente esses grupos tem reflexos também na representação mais geral sobre os refugiados, ainda que de outras áreas de procedência e cada vez mais variadas no caso do Brasil.

integração dos estudos e pesquisas desenvolvidos nas universidades com as redes de organismos oficiais, instituições e organizações não-governamentais que se espraiam em escala internacional.

A expansão de trabalhos que integrem ensino, pesquisa e extensão pode, por certo, contribuir e interferir de maneira positiva e mais efetiva nas políticas e práticas concernentes aos refugiados no Brasil. Tanto naquelas já desenvolvidas por instituições governamentais e organizações não–governamentais que atuam direta ou indiretamente nas diversas áreas que compõem a "proteção, a assistência e a integração dos refugiados", quanto na elaboração de novas propostas capazes de contribuir para um impacto mais positivo das políticas e ações em curso.

A pesquisa aqui apresentada faz parte de um esforço para uma maior participação das universidades e seus integrantes nestas redes, através da interação com outras entidades da sociedade civil que há muitos anos lutam a favor dos imigrantes e dos refugiados. Há avanços bastante significativos (como é o caso da aprovação e o aperfeiçoamento das leis), mas muitos desafios ainda a serem enfrentados (como, por exemplo, a pressão que estas organizações vêm exercendo para a criação de comitês intersetorias de composição aberta e que comprometam efetivamente as esferas de poder estadual e municipal com os problemas e necessidades dos refugiados).

A questão central da pesquisa pode ser enunciada da seguinte forma: como em um grupo de imigrantes numa situação particular – a situação de refugiados no Rio de Janeiro – as dinâmicas de "integração local" estão permeadas por uma tensão entre as limitações das políticas as públicas e ações institucionais e as estratégias criadas pelos refugiados (como sujeitos individuais e coletivos) através dos recursos relacionais das redes sociais.

Assim formulada a questão central da pesquisa, pode-se tomar dois movimentos para sua explicitação na forma de perguntas:

- Primeiro movimento de reflexão sobre a questão:

Qual o papel e a importância das redes sociais (que atuam em diferentes escalas espaciais) tanto para a criação das condições de **e**migração quanto, especialmente, para

a “integração local” no país de acolhida, ainda que a concessão do ‘status’ de refugiado (por sua especificidade jurídica e pelas determinações legais) pressuponha a garantia não só de proteção, mas também de ações e políticas específicas para o acolhimento, assistência e “integração local dos refugiados?

A teoria das redes remete à questão dos refugiados como sujeitos ativos. Pessoas que tomam decisões e fazem escolhas possíveis – ainda que limitadas, no contexto específico da situação de refúgio. Quais decisões são tomadas pelos sujeitos refugiados no processo de emigração do país de origem e em que condições políticas, sócio-econômicas e culturais específicas? Como o grau de escolha e decisão nestes dois espaços se relacionam com as condições de vida dos sujeitos como refugiados e que efeitos têm no que se refere aos processos de integração social local?

Como os refugiados congoleses na metrópole do Rio de Janeiro desenvolvem variadas estratégias de sobrevivência e integração social a partir das dinâmicas das redes sociais e que valores e grau de centralidade atribuem a estas alternativas por eles criadas? Quais as estratégias que se destacam? Como se pode verificar, para além de estratégias individuais, a existência de ações coletivas que favoreçam a organização e fortaleçam os refugiados congoleses na reivindicação e busca dos direitos que a legislação brasileira lhes confere e outros direitos que pleiteiam?

Como as questões acima se especificam no caso dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro? Qual a importância do estudo das especificidades de um conjunto de sujeitos tornados refugiados?

- Segundo movimento de reflexão sobre a questão central:

Qual(is) o(s) sentido(s) atribuído(s) pelos refugiados congoleses para o discurso (falas e práticas) institucional sobre as ações implementadas pelas instituições com vistas à integração local e sobre as políticas públicas em vigor? Como o grupo pesquisado percebe e fala sobre as condições de sua integração (ou não-integração local) e sobre as mudanças necessárias nas ações institucionais? Como o ajuizamento da atuação e do discurso institucional informa as estratégias criativas de inclusão social –

ainda que precária e efetivamente possível no contexto em foco – que o grupo investigado desenvolve?

O refugiado é uma figura constituída a partir de um determinante de caráter jurídico-legal internacional – o *status* de refugiado. De que forma os refugiados investigados na pesquisa se percebem nessa condição singular? Que valores atribuem a esta condição jurídico-legal? A condição de refugiado faz com que o coletivo investigado se identifique como “refugiados”, ou como “refugiados congoleses”, ou rejeite esta identidade ou, ainda, faça ajustes para que em dadas situações a assunção desta “identidade” lhes seja favorável?

SOBRE A METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A investigação conduzida nesta tese operou-se em três níveis, reconhecidos como patamares metodológicos distintos, ainda que intensamente articulados. A explicitação sucinta das bases teóricas que sustentam os princípios e métodos em cada um desses níveis – de algum modo evidenciadas ao longo do processo de escritura de todo o trabalho – tem por objetivo não somente creditar teoricamente os autores com os quais dialogam mais intensamente os encaminhamentos e soluções adotados ao longo de toda a pesquisa, mas, sobretudo, pôr em relevo a complexidade e os desafios encontrados ao longo de todo esse percurso.

O primeiro nível diz respeito à articulação entre a problemática do refúgio, compreendida como uma questão social mais ampla, e a adoção de estratégias metodológicas específicas para dar conta dessa problemática. Em seu artigo acerca de uma sociologia voltada para os processos de migração forçada, Stephen Castles (2003), elege alguns tópicos de pesquisa e princípios metodológicos centrais, capazes de atender às especificidades dessa temática, princípios esses os quais se encontram espelhados nas opções metodológicas assumidas nesta pesquisa.

Deve-se ressaltar que, antes mesmo de elencar esses princípios metodológicos, Castles sublinha a importância de, a despeito da construção de um campo abrangente de investigação empírica, assegurar uma visada teórico-crítica bem mais ampla, que permita ao pesquisador aproveitar os resultados de seu trabalho de campo à luz de uma compreensão mais rica e complexa dos processos por ele analisados. Concordando com Portes (1997), Castles enfatiza a importância da teoria para gerar um conhecimento acumulado sobre os processos migratórios sem que se espere, porém, uma "teoria grandiosa" da migração forçada capaz de explicar todo e cada aspecto do fenômeno migratório estudado, qualquer que seja o espaço em que ele se dê. "Ao contrário, [Portes] advoga uma série de teorias de médio-porte ('*mid-range theories*') que possam explicar resultados empíricos específicos ao associá-los ao conhecimento acumulado de pesquisa histórica e contemporânea" (CASTLES, 2003, p.27)[8]

Voltando ao exame de alguns dos princípios metodológicos explicitados por Castles, destacam-se a interdisciplinaridade, uma compreensão histórica particular das

[8] Tradução nossa.

sociedades de origem e de destino dos migrantes, a adoção de uma abordagem holística e a análise das transformações sócio-culturais em escala transnacional, nacional, regional e local.

Em relação ao primeiro princípio, Castles chama atenção para a necessidade de os pesquisadores trabalharem "em equipes interdisciplinares nos processos de maior escala e usar os resultados de pesquisas de outras disciplinas em projetos de menor porte". No segundo, destaca que uma perspectiva histórica das sociedades de origem e as de destino dos migrantes "é crucial para a compreensão de qualquer situação específica de migração forçada"; por outro lado, os pesquisadores devem associar os tópicos centrais[9] de sua investigação "a aspectos mais abrangentes da migração forçada e suas raízes nas relações sociais em suas variadas configurações espaciais". Por fim, o autor enfatiza a necessidade de compreender "os padrões locais, nacionais e regionais das relações sociais e culturais", associando-os a processos de transformações sociais mais amplas. (CASTLES, 2003, p.29).

Na presente pesquisa, estes princípios foram acolhidos para a eleição dos procedimentos metodológicos e de alguns tópicos (dentre os vinte e um apresentados por Castles como exemplo em sua proposta de uma sociologia das migrações forçadas) que foram tratados mais especialmente, adequando-os às especificidades da pesquisa e seus objetivos. Destacam-se "as causas [direta e indiretamente determinantes] da migração forçada", abrangendo as razões pelas quais os migrantes forçados destinam-se a determinado(s) país(es) e não a outros; as "dinâmicas da mobilidade", abrangendo as redes sociais de migração (em suas dinâmicas na emigração e imigração) e a articulação migração-asilo [refúgio]; as "dinâmicas de assentamento", englobando as políticas para migrantes forçados e refugiados e sua relação com a política social mais ampla, assim como a relação entre burocracia, agências humanitárias e seus parceiros na 'integração local' dos refugiados, o emponderamento e cidadania dos migrantes forçados e refugiados, os discursos sobre refúgio, refugiados e 'integração local'; "comunidade e identidade", considerando estudos etnográficos de grupos específicos,

[9] A perspectiva teórica indicada por Castles implica em uma larga amplitude de tópicos de pesquisa interligados que vão dos estudos etnográficos locais até a nova ordem político-econômica mundial. Analisar a migração forçada como um aspecto crucial das relações globais implica em "deixar de lado o foco sobre nacionalidade, da teoria tradicional, e considerar os fluxos globais e as redes sociais transnacionais, como os arcabouços das construções teóricas. (...) "Nestes espaços transnacionais as comunidades [também transnacionais] surgem como o novo foco para questões como identidade cultural e integração social para ambos os tipos de migração, a 'migração econômica' e a 'migração forçada'. O conflito, a migração forçada e a ação humanitária estão intimamente relacionados à economia política da 'mudança global'(...) " (CASTLES, 2003, p.28). Tradução nossa.

estudos de comunidades, 'integração local' e relações entre (sub)grupos, construção de identidades no refúgio. (CASTLES, 2003, p. 28-29).

O segundo nível metodológico presente nesta tese relaciona-se à centralidade da investigação empírica (e seu caráter estruturante para a pesquisa), ao contexto específico de realização da investigação e às estratégicas metodológicas adotadas, em função das condições efetivamente reconhecidas no processo de imersão no campo investigado. A metodologia[10] específica para operacionalização da investigação empírica pressupõe, tomando as reflexões de Pedro Demo (1990) acerca de seus "horizontes múltiplos", a necessidade de uma forte articulação entre "teoria, método e prática". Segundo Demo, ainda que em uma concepção de pesquisa como "descoberta da realidade", deve-se evitar a redução de uma análise crítica construída apenas com base na manifestação mais "evidente" do que "se dá a ver" no campo investigado. Em outras palavras,

> [...] ciência vive do desafio imorredouro de descobrir realidade que, sempre de novo, ao mesmo tempo se descobre e se esconde. Possivelmente esta marca é comum também à realidade natural, mas é, sobretudo, característica da realidade social. "O que se vê", de modo geral, não é, nem de longe, a parte principal e, na conseqüência, o que está nos dados muitas vezes é manifestação secundária, ocasional, superficial. (DEMO, 1990, p.20).

Como uma questão central com implicações metodológicas e na perspectiva adotada para a investigação empírica, coloca-se a preocupação de não tratar o objeto de estudo – no caso em questão, os sujeitos refugiados - como um problema para a sociedade (brasileira). A partir de Bourdieu, entende-se que "somente através de um processo de aproximação deste 'outro' [no caso, o emigrante-imigrante-refugiado][11] é que se caminha para a descoberta de questões que, por certo, outra abordagem não permitiria identificar e analisar.

Com esta preocupação metodológica, a pesquisa toma por base uma relação sujeito-objeto que rejeita os apriorismos e privilegia a construção progressiva do objeto,

---

[10] Metodologia entendida como "o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades". Trata-se, portanto, aqui, de uma apresentação da "forma de fazer a pesquisa e produzir novos conhecimentos" – o que não exclui uma reflexão sobre técnicas e instrumentos de pesquisa qualitativa, nem, tampouco, descarta o uso de procedimentos quantitativos, informações ou dados estatísticos. (DEMO, 1990, p.20).

[11] A figura do emigrante-imigrante-refugiado foi criada nesta pesquisa para tentar expressar as bases teórico-metodológicas da investigação e permitir uma orientação geral para a questão central da pesquisa. O termo ficará mais claro no próximo item – "Sobre teorias e conceitos" – desta Introdução.

enfocando as dinâmicas presentes no processo de “integração local” dos refugiados no Rio de Janeiro. A ‘condição de refugiado’ e a situação do refúgio se apresentam na sua concretude em articulação com subjetividades, o que exige uma abordagem interdisciplinar.

Determinado para o coletivo por condições estruturais, o refúgio é vivido e só pode ser compreendido na perspectiva da objetividade/subjetividade – entrelaçadas de forma dinâmica e dialética. Situar nesta perspectiva o fenômeno do refúgio é condição para uma análise que fuja das generalizações “milagrosamente” explicativas sem, contudo, suprimir uma análise capaz de conferir uma explicação mais geral às especificidades dos indivíduos, dos grupos estudados, dos indivíduos dentro de cada grupo e/ou subgrupo, às suas trajetórias, suas vivências, seus projetos, seus problemas e suas estratégias.

Esta postura do sujeito-pesquisador o coloca no lugar daquele que “olha” e interage mais ou menos diretamente com os “outros” (aqueles “sujeitos outros” que compõem o objeto a ser investigado) de forma a não moldá-los previamente em (pré) conceitos e /ou explicações generalizantes que empobrecem e fazem nublar a visão do objeto em sua complexidade.

Os desafios que se colocaram para o tratamento do objeto da presente pesquisa estão relacionados, em um plano mais geral, àqueles que permeiam as ciências sociais como um todo e, em particular, os estudos sobre imigrantes e refugiados. O ser humano como objeto de pesquisa, seja no plano individual seja no coletivo, desafia o pesquisador exatamente por ser complexo em sua natureza propriamente humana, sujeito a transformações e ele próprio agente de modificações nas situações e processos estudados. Além disso, também o pesquisador é da mesma natureza (humana) e tende a interpretações dos fenômenos e processos sociais que não se pautam pela possibilidade de estrita objetividade ou de neutralidade.

Heloisa Martins (2004) destaca uma análise do antropólogo Roberto da Matta a respeito da relação sujeito/objeto, a partir de uma perspectiva da hermenêutica, ou seja, da inevitável presença das interpretações do sujeito pesquisador sobre os sujeitos pesquisados e os discursos que os identificam.

> (...) [Existe] uma interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, de um mesmo universo da experiência humana (Da Matta, 1991, p.23). O que permite superar nossos preconceitos em

> relação ao ‘outro’, ao diferente, é a possibilidade de dialogar com ele. É nessa possibilidade de diálogo que reside a principal diferença com as ciências naturais e seu objeto: o objeto das ciências sociais é ‘transparente e opaco’(Da Matta, 1991, p.27), tem o seu ponto de vista as suas interpretações, que muitas vezes colocam as nossas em xeque (MARTINS, 2004, p.292).

As colocações do antropólogo brasileiro acima citadas trazem a consciência de que reconstruções ou construções feitas em pesquisas no âmbito das ciências sociais são sempre parciais, de acordo com dados, documentos, escritos de pesquisas anteriores, relevância na revisão bibliográfica, observações, sensibilidades, criatividade e perspectiva. Para Da Matta (1991), tudo isso não torna inviável ou de menor valor a observação, desde que não se furte a reconhecer que qualquer observação, ainda que rigorosa, minuciosa, direta e criteriosa, sofre influência da “biografia” e da posição social, econômica, política, cultural e ideológica do pesquisador. É fundamental, portanto, ter como princípio que todo o conhecimento produzido em ciências sociais é fundamentado em valores do próprio pesquisador. Assim, também a objetividade provém de critérios e escolhas que serão definidos a partir da sua interpretação do problema que se propõe a investigar.

Na pesquisa das migrações forçadas em uma perspectiva interdisciplinar, histórica e que integre diversas escalas espaciais, aparece um leque de técnicas qualitativas e quantitativas utilizadas nas ciências sociais. Observa-se que “métodos e técnicas qualitativas e etnográficas são os principais, mas devem se associar, sempre que possível a levantamentos e conjuntos maiores de dados [inclusive] quantitativos”. (CASTLES, 2003, p.29). Os métodos quantitativos, contudo, têm se revelado problemáticos no campo das pesquisas sobre migrações, especialmente das migrações forçadas e do refúgio propriamente dito, em função da dificuldade de coleta de dados de forma confiável em situações de conflito e porque os processos de migração forçada são gerados por um imbricado número de fatores (nem todos compulsórios, se tomado o sentido estrito deste termo) os quais, quase sempre, não se permitem “quantificar” ou mensurar com precisão e não podem ser avaliados e compreendidos apenas por métodos quantitativos.

Uma das principais críticas feitas à proximidade entre o pesquisador (sujeito) e os pesquisados (sujeitos escolhidos como objeto da investigação) aponta para um

comprometimento subjetivo do pesquisador que resultaria em trabalhos pouco rigorosos do ponto de vista da objetividade científica. Este problema da subjetividade é especialmente apontado nas críticas a metodologias qualitativas quando se utiliza o método denominado observação participante.

> A técnica de coleta de informação denominada **observação participante** implica um envolvimento direto do investigador no contexto social em observação, embora o nível de participação possa variar, dependendo da natureza do objeto e dos objetivos da pesquisa. (...) A técnica da **observação participante**, dadas as suas características específicas para a captação de práticas sociais e culturais, tem sido amplamente utilizada na pesquisa sociológica e antropológica do fenômeno migratório e das relações étnicas. Alguns dos temas paradigmáticos desenvolvidos nestas áreas têm incidido sobre os processos de adaptação, situações de aculturação de migrantes e de inserção social de minorias étnicas (...); identidade étnica; desigualdade e estratificação étnica. (ROCHA-TRINDADE et alii, 1995, p.117).

A presente pesquisa tem como base metodologias qualitativas [12], ditas por vezes "alternativas". Seus referenciais estão centrados na observação participativa, na pesquisa com intervenção no universo investigado e na chamada pesquisa-ação. Mais uma vez recorrendo a Demo (1990),

> É a metodologia que coloca mais propriamente a pretensão científica (...). Nesse sentido, pesquisa metodológica é um dos horizontes estratégicos da pesquisa como tal, que não se restringe a "enfeitar" a estatística com seus testes áridos, mas alcança a capacidade de discutir criativamente caminhos alternativos para ciência e mesmo para criá-los. (DEMO, 1990, p.25).

Dentre os tópicos da chamada "pesquisa metodológica" apresentados por Pedro Demo, estão certas formas de pesquisa que ele denomina "alternativas": pesquisa participante, avaliação qualitativa, hermenêutica.

[12] Martins (2004), em artigo no qual apresenta reflexões baseadas em sua experiência como professora da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa a respeito do que significa fazer ciência no âmbito da chamada metodologia qualitativa de pesquisa e os problemas éticos envolvidos neste tipo de pesquisa, argumenta que se deve considerar que a "concepção clássica de ciência" tem sido contestada em sua finalidade e capacidade de descobrir "a verdade" sobre o mundo "real". O argumento central da autora é que o desejo de objetividade deve ceder lugar ao desejo de solidariedade. Em outras palavras, o mais importante é produzir um conhecimento que seja explicitamente orientado por um projeto ético "capaz de confrontar a realidade de maneira a garantir ganhos no sentido intersubjetivo, em criatividade, em solidariedade". (MARTINS, 2004, p.289).

> A importância da hermenêutica está precisamente no reconhecimento de que a interpretação é inevitável. A realidade como tal não depende da interpretação para existir; existe com ou sem intérprete. Mas a realidade conhecida é inevitavelmente aquela interpretada (...). A hermenêutica é a arte de descobrir a entrelinha para além das linhas, o contexto para além do texto, a significação para além da palavra. Concretamente, enfrenta os desafios do mistério da comunicação humana, que nunca é só o que aparenta: como descobrir que o comunicador, ao dizer *sim*, queria dizer *não*, a sair da cena, queria sobretudo estar presente e ao calar-se, queria precisamente fazer-se notado". (DEMO, 1990, p.22).

A socióloga Heloisa Martins, ao destacar o método da observação participante em pesquisa social alerta para o fato de que não faltam críticas e restrições de cunho positivista que colocam dúvidas sobre o caráter científico do conhecimento produzido. Para refutar esse tipo de questionamento, o pesquisador deve ter clareza do método e das delicadezas que se colocam para encontrar formas consistentes de operacionalização. Para o desenvolvimento da investigação que se faz pela observação participante, é necessário que o pesquisador seja aceito pelo 'outro', por um grupo, por uma comunidade. Essa "aceitação" é condição primeira para que se possa trabalhar na qualidade ora de partícipe, ora de observador, ora de incentivador/orientador que assume um lugar de realizador em conjunto com os "outros". Como ocorre no caso da observação participante com intervenção no universo estudado é somente a partir de um trabalho "artesanal" que se pode chegar a uma aproximação da chamada pesquisa-ação.

> Para que a pesquisa se realize é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre a sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação. Esse mergulho na vida de grupos e culturas aos quais o pesquisador não pertence, exige uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade, empatia, etc. (MARTINS, 2004, p.294).

Conforme as indicações feitas anteriormente, a complexidade e a diversidade dos fenômenos migratórios nas sociedades contemporâneas vêm sendo problematizada por meio de uma crescente busca de teorias e métodos de pesquisa e da interação de estratégias de investigação variadas. Em geral, esta busca tem gerado novas possibilidades de utilização de métodos de análise qualitativos aplicados pelas ciências sociais na coleta de informações sobre as migrações. Uma característica básica dos métodos qualitativos é a flexibilidade quanto às técnicas de coleta de dados. Martins

(2004) aponta como outra importante característica da metodologia qualitativa a "heterodoxia no momento da análise dos dados".

> A variedade do material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva(...). A intuição aqui mencionada não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador (...). O ponto principal que quero enfatizar, no que se refere especificamente á metodologia qualitativa, é que com ela, a pesquisa depende, fundamentalmente, da compreensão teórica e metodológica do cientista social. (MARTINS, 2004, p.292-293).

Neste trabalho de pesquisa sobre processos de integração social local de refugiados em uma grande metrópole, as informações foram produzidas através do acesso a diversas fontes primárias (principalmente) e secundárias. Os procedimentos gerais para a aplicação da metodologia privilegiaram os métodos e estratégias para o uso de certos instrumentos e técnicas utilizados na "pesquisa de campo" e sua adequação ao objeto do estudo, assim como à situação estudada. Através das chamadas técnicas reativas usadas nas investigações empíricas sobre processos e fenômenos sócio-culturais – percepção/ aproximação/ convivência/ intervenção e ação conjunta com os grupos pesquisados (CRESPI, 1997, p.229) –, a preocupação maior da pesquisadora foi não perder de vista a importância da integração de seu interesse científico com a sensibilidade necessária para trabalhar com a temática da pesquisa, como um compromisso político, no sentido mais amplo, de transformação da realidade investigada (e progressivamente percebida) através da interação com os sujeitos que compõem o objeto de estudo.

Quanto aos **métodos e técnicas da investigação** empregados na pesquisa, destacam-se os seguintes procedimentos de análise qualitativa:

- pesquisa de campo ou trabalho de campo – com o uso de dispositivos metodológicos de acesso a informações através de observação direta. As técnicas básicas utilizadas são (sempre que possível) aquelas da chamada observação participante, consideradas como as que melhores resultados apresentam quando se investigam processos e dinâmicas sócio-culturais.

- realização de entrevistas semi-dirigidas e não estruturadas com os diversos agentes direta e indiretamente envolvidos com a situação de refúgio, incluindo os refugiados e outros sujeitos (indivíduos e instituições).
- contato direto e frequente com indivíduos e/ou pequenos grupos de refugiados nos locais de moradia, trabalho, sociabilidade, práticas religiosas e, em menor intensidade e frequência, no espaço da instituição que responde pela assistência e integração local dos refugiados.
- coleta de "histórias de vida" e "histórias da migração" através de depoimentos individuais e/ou coletivos. Utilização de algumas técnicas de resgate e acionamento de memórias, aplicadas a partir de referências a aspectos culturais dos países de origem e outros elementos motivadores (dentre eles, contos de tradição oral, ditados populares, etc.).
- Obtenção e produção de informações através de telefonemas, correspondência via internet, conversas sobre matérias da imprensa escrita e/ou disponíveis na internet; observação comentada de fotos, mapas, charges e projeção de vídeos (neste caso, especialmente sobre a situação geral de vida, a situação política e os conflitos armados no país de origem).
- Entrevistas em profundidade com "informantes privilegiados" referentes às condições de integração local (dificuldades e perspectivas) e, mais especificamente, ao campo da educação e da saúde.

É importante destacar algumas reflexões sobre a pesquisa de campo. Uma primeira reflexão volta-se para um entendimento específico do que compreende o trabalho do pesquisador nesta modalidade de investigação. Existem diferentes definições e denominações nos manuais de pesquisa em ciências sociais, além de uma utilização confusa de termos que se referem a procedimentos afins, porém, não sinônimos, como é o caso de *pesquisa de terreno, estudo de caso, observação participante, observação direta e outros.* Um alternativa tem sido oferecer um panorama conceitual mais amplo, sem uma definição propriamente dita de pesquisa de terreno (ou trabalho de campo) [13], mas onde se caracteriza a pesquisa empírica por vários dispositivos metodológicos que são utilizados na recolha de informação.

[13] Travail sur le terrain; field work.

> (...) A *observação direta e a observação indireta* são apresentadas [neste caso] como um conjunto de operações que utilizam diversos instrumentos de análise na recolha de informações (por exemplo, questionários, entrevistas, histórias de vida, etc. (...) Firmino da Costa (1986) define *pesquisa de terreno* como um método que seleciona e articula várias técnicas de recolha e análise de informação. Segundo este autor, *pesquisa de terreno* supõe, genericamente, presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contato direto com as pessoas e as situações. Neste sentido, *pesquisa de terreno* implica a presença do investigador no espaço social onde se situa o objeto de estudo e, consequentemente, a recolha da informação obtida de forma direta e personalizada (...). (ROCHA-TRINDADE et alii, 1995, p.114).

Finalmente, importa esclarecer que ainda na fase de construção do projeto, a definição da questão central e o exercício de diversas formulações por escrito de questões derivadas e afins àquela, indicaram a forma de pesquisa–ação como um caminho promissor para o encaminhamento do trabalho de pesquisa empírica de forma a alcançar os objetivos finais da pesquisa – não apenas conhecer, recolher e sistematizar informações, qualificar o grupo de refugiados e compreender as dinâmicas presentes nos processos de "integração local", mas construir a própria pesquisa em seu conteúdo e elaborar propostas para o grupo a partir de uma participação ativa dos sujeitos refugiados. Neste caminho, encontrou-se grande proximidade com a forma como a abordagem da pesquisa-ação foi "tomada como uma inspiração" em pesquisa realizada por Vera Candeau e Miriam Leite (2007) na qual as pesquisadoras destacam que são bastante diversos os entendimentos e as possibilidades de implementação desta foram de investigação.

> Segundo Michel Thiollent (1985), autor considerado de especial relevância para a discussão desse tema no campo educacional, (...) "entre as diversas definições possíveis, a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo participantes". (...) René Barbier, em publicação mais recente (2004), nos lembra da diversidade de práticas investigativas abrigadas sob o rótulo genérico de pesquisa-ação. Inicia sua reflexão definindo a pesquisa-ação conforme proposta pelo Institut National de Recherche Pédagogique: "Trata-se de pesquisas nas quais há uma dupla ação deliberada de transformação da realidade; pesquisas que possuem duplo objetivo: transformar a realidade e produzir conhecimentos relativos a essas transformações". Apresenta no mesmo texto, sua própria visão dessa modalidade de pesquisa, em que enfatiza, ainda mais que Thiollent, a necessidade de "implicação de todos os que nela estão envolvidos. Propõe, inclusive, uma escrita coletiva dos resultados do trabalho e o compartilhamento dos cadernos de campo. (CANDEAU e LEITE, 2007, p.733-734).

Assumida como uma "inspiração metodológica" para o presente trabalho, a pesquisa-ação foi efetivamente possível de ser experimentada não com todos os refugiados congoleses entrevistados e contatados ao longo da investigação empírica, mas com alguns informantes privilegiados e outros colaboradores da pesquisa em certos momentos específicos do trabalho de campo. Uma das experiências constitui-se na elaboração e escritura de um artigo (publicado) sobre a construção de uma associação pelo grupo de congoleses (com a finalidade de ser utilizado para as necessidades de "apresentação" e divulgação da própria organização e seus projetos). Outras aproximações da pesquisa-ação, conforme acima definida por Thiollet e Barbier[14], foram discussões e compartilhamento das informações obtidas ao longo de mais de três anos de trabalho participativo, apoio em ações voltadas para melhores condições de integração local dos refugiados, tais como os projetos que serão apresentados na parte final deste trabalho.

O tratamento dos resultados da pesquisa empírica – o qual se relaciona diretamente ao terceiro nível metodológico presente neste trabalho –, tem por base a interpretação de diversos discursos e práticas (também tomadas como discursos) dos agentes selecionados. A forma de interpretação recorre à aplicação de dois conceitos-chave de Mikhail Bakhtin em sua metalingüística [15]*:* discurso e dialogismo.

Entende-se por discurso, no dizer de Bakhtin, "... a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística" (Bakhtin, 1981, p.181) [16]. Essa compreensão implica reconhecer a língua e seu funcionamento como um fenômeno intrinsecamente relacionado à expressão de alteridades em tensão, seja no bojo do discurso em si mesmo, seja nas relações interdiscursivas.

Ressalte-se que o discurso da própria autora da pesquisa (com certa intenção e uma visão própria da problemática e do tema) entra em interação e dialoga com os outros discursos selecionados – o que se expressa no conteúdo e na própria estrutura da pesquisa, na forma de redação da tese propriamente dita, bem como reflete o contexto e condições específicas de sua realização.

---

[14] Conforme citados em CANDEAU e LEITE (2007).

[15] À luz da perspectiva bakhtiniana, comentada por Beth Brait (2006), metalingüística pode ser compreendida como "uma teoria dialógica do discurso". Em outros termos, Brait afirma: (...) "é a bivocalidade do dialógico situado no objeto e na maneira de enfrentá-lo, que caracteriza a novidade da metalingüística e suas conseqüências para os estudos da linguagem. A idéia de uma metalingüística que tem nas relações dialógicas o seu objeto é várias vezes recolocada [por Bakhtin] (...), confirmando de diversas maneiras a especificidade da abordagem bakhtiniana do discurso". (BRAIT, 2006, p.10-13).

[16] Conforme citação em BRAIT (2006).

De uma maneira geral, as informações foram obtidas e interpretadas através das diversas formas de discurso dos principais agentes presentes nos processos especificamente enfocados, quais sejam, aqueles relacionados às dinâmicas de "integração local" dos refugiados na metrópole do Rio de Janeiro.

Cabe enfatizar que são considerados como "discursos dos diversos agentes" envolvidos direta e/ou indiretamente com a questão investigada não somente as falas ou um conjunto de enunciados sobre as estratégias e práticas específicas desses agentes. Entendidos como sujeitos inseridos no mundo através da linguagem os agentes são, pois, sujeitos discursivos. E sujeitos localizados em diferentes posições relacionais em um dado contexto socioeconômico, cultural e político do espaço social em que se inserem de formas diversas.

Assim, a "interpretação de discursos" inclui como material pesquisado não somente os depoimentos, os relatos das histórias da emigração e do refúgio, as entrevistas individuais e coletivas, as conversas em pequenos grupos, os encontros em espaços de diversas naturezas (trabalho, moradia, práticas religiosas, reuniões de trabalho junto com representantes da comunidade, assembléias da associação criada pelos sujeitos pesquisados na forma de uma ONG) além de outras experiências vivenciadas através de observação participativa e ações de intervenção por parte da pesquisadora no universo estudado. O "material de pesquisa" inclui informações obtidas, sistematizadas, analisadas e selecionadas em fontes diversas tais como documentos, leis, resoluções e produções escritas de outras naturezas (institucional, acadêmicas e produzidas por autores que atuam diretamente junto aos refugiados), assim como as ações institucionais, as práticas de implementação das políticas públicas, as diversas estratégias de sobrevivência e as alternativas buscadas e criadas pelos refugiados através das redes sociais, para uma melhor integração social local.

Retomando as reflexões teóricas bakhtinianas, deve-se enfatizar o fato de que os diferentes discursos – não apenas dos sujeitos que integram o universo da pesquisa, mas também o das instituições e instâncias afeitos a esse mesmo universo (considerando, ainda, que todos são, em si mesmos, *discursos*, em sentido lato) – assumem, neste trabalho, uma inequívoca centralidade. O pensamento de Bakhtin compreende o funcionamento da linguagem como um mecanismo centralmente social, conferindo ao

conceito de dialogismo um lugar de proeminência conceitual na construção teórico-crítica do pensador russo.

Foi à luz dessa premissa que o Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura/IPPUR/UFRJ – com a participação efetiva da autora desta tese – desenvolveu a proposição de uma metodologia de investigação da obra bakhtiniana, na linha de pesquisa referente a epistemologias e metodologias fundadas na reflexão sobre a linguagem[17]. Essa metodologia tomou como ponto central a consideração das relações interdiscursivas como fundamento para a própria constituição do vínculo social. Assim sendo, toda relação social pode ser compreendida como uma relação discursiva, isto é, uma relação dialógica entre e intra discursos.

> Todo dizer sobre o mundo, então, é discurso porque necessariamente direcionado a um outro sujeito social, constituindo, e sendo constituído por, uma relação dialógica. Dialogismo entendido como uma trama complexa em que cada dizer considera dizeres passados e futuros (imaginados) do próprio sujeito e antecipa possíveis respostas à sua fala em construção por parte de destinatários identificados ou imaginários, objetivos ou difusos. Esses álteres, assim sendo, mais do que meros destinatários de um determinado discurso funcionam como co-autores do mesmo, visto que este se constrói a partir de uma ação responsiva esperada. (ARAUJO, F. et alli, 2009).

O conceito de discurso apresenta-se como um conceito-chave para a compreensão de toda a lógica de construção da estrutura do pensamento de Bakhtin. Pode-se definir o discurso não apenas pelo seu aspecto formal, mas, sobretudo, pelo seu movimento " para fora" do sujeito que fala. É na relação com o outro que qualquer discurso efetivamente se constitui como tal.

> A qualidade de sujeito destinatário de um discurso é marcada pelo *agir responsivo.* O *destinatário do discurso, o outro*, mais do que uma abstrata meta do enunciado, é também visto como *co-autor* deste, na medida em que é *em função* dele (destinatário), em razão de suas características concretas, do *contexto* em que se coloca e pela *antecipação de sua resposta* com vista à reação que dele se pretende obter, que se define em parte o que será dito efetivamente. (ARAUJO, F. et alii, 2007, p.3).

[17] Araújo, F.G.B. *et alli.* (2007). Para 'compreender' o discurso: uma proposição metodológica de inspiração bakhtiniana. Rio de Janeiro, GPMC/IPPUR/UFRJ.

Ao serem examinados os três níveis metodológicos por meio dos quais a presente investigação foi sendo construída – cada um deles acima descritos e fundamentados –, é necessário reconhecer que, na dinâmica do processo de desenvolvimento da pesquisa, esses níveis foram, efetivamente, articulados. Além disso, deve-se ressaltar o fato de que todos eles se vinculam, de algum modo, ao campo que se convencionou chamar, na contemporaneidade, de *estudos culturais*, campo assim nomeado, entre outras razões, pelo reconhecimento explícito do esfumaçamento das fronteiras epistemológicas, fenômeno histórico-sócio-cultural cada vez mais recorrente em inúmeras sociedades contemporâneas. A abordagem bakhtiniana do discurso, aplicada aos mais diferentes domínios do conhecimento, constitui-se, em si mesma, um exemplo de transversalidade, qualidade tão afeita à visada crítica culturalista.

No campo das estratégias criadas e empregadas pelos refugiados congoleses nas dinâmicas dos processos de integração social local [18] estão presentes movimentos (ajustes) identitários - afirmação e ressignificação de identidades, incluindo resgate de identidades de origem, identidades em conflito, em disputa aberta ou velada, identidades inventadas, criadas e re-conformadas que se dão em uma espécie de jogo de identidades/diferenças com referenciais espaciais e temporais de diversas escalas. Como não poderia deixar de ser, uma vez que a pesquisa se propõe a um "cruzamento", ou melhor, a colocar em relação dialógica diversas discursividades, buscou-se interpretar e compreender esta espécie de "jogo identitário" considerando as relações de poder que aparecem e /ou desaparecem neste movimento – em situações

[18] Neste trabalho o termo integração social está quase sempre acompanhado da qualificação que lhe dá a palavra "local". **"Integração local"**, aqui marcado por aspas, uma vez que **a polissemia desse conceito em diferentes estudos sobre imigrantes e refugiados**, nos diversos momentos históricos e em cada situação particular, em distintos espaços, impôs à pesquisadora a decisão de assumir o sentido hegemônico do conceito nos estudos sobre refugiados, qual seja, aquele construído e aplicado pelas agências internacionais, as instituições parceiras dessas agências, os governos dos diversos países, as organizações humanitárias e, sobretudo, os próprios sujeitos refugiados.
Segundo Jeff Crisp (em *Working Paper No. 102. The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis. Jeff Crisp. Director of Policy and Research Global Commission on International Migration. Geneva, Switzerland. April 2004. Evaluation and Policy Analysis Unit. United Nations High Commissioner for Refugees),* "**a integração local** pode ser considerada como um processo que leva a uma **solução duradoura** para os refugiados. É um processo com três dimensões inter-relacionadas. Primeira, **é um processo legal**, segundo o qual é concedida aos refugiados uma série de direitos e garantias de acolhimento pelo Estado(...). Em uma segunda dimensão, **a integração local pode ser considerada como um processo econômico**. Para a aquisição dos direitos acima referidos, os refugiados também podem melhorar o seu potencial de criar meios de vida sustentáveis para atingir um grau crescente de autonomia, tornando-se progressivamente menos dependentes da ajuda do Estado ou de assistência humanitária. (...) Por fim, em uma terceira dimensão, **integração local é um processo social**, que permite aos refugiados viver junto à população de acolhimento, sem medo de discriminação sistemática, intimidação ou exploração pelas autoridades ou pessoas de país de asilo (...)". (CRISP, 2004, p.1-2). Tradução nossa. Grifos nossos.

específicas nas quais estão envolvidos os refugiados congoleses, as instituições e as pessoas que nelas trabalham. A abordagem das questões e dinâmicas identitárias está centrada nos chamados *estudos culturais*, especialmente na obra de Stuart Hall (1996; 1999; 2000; 2003) e em sua análise da chamada virada lingüística e das "identidades que se movimentam". Em suma, identidade e diferença consideradas como "criaturas da linguagem" e inseridas em processos de significação, sempre em movimento.

SOBRE TEORIAS E CONCEITOS

Para apresentar os fundamentos teórico-conceituais da pesquisa, desde um plano mais geral até as teorias selecionadas no campo dos estudos migratórios para tratar o tema e o objeto, serão problematizadas as categorias centrais utilizadas na operacionalização da análise dos processos investigados e os conceitos-chave que fundamentam essas categorias.

Optou-se por uma breve apresentação de alguns aportes teórico-metodológicos significativos para indicar a fundamentação mais geral da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma seleção feita a partir de uma revisão bibliográfica que incorporou, com diferentes graus de aprofundamento, a produção de diversas áreas disciplinares sobre a problemática das migrações, das migrações forçadas, do refúgio e das dinâmicas de integração social local dos refugiados. Destacam-se alguns trabalhos e autores que têm valorizado uma abordagem de caráter interdisciplinar para os estudos da migração em geral e, em particular, das migrações forçadas e do refúgio.

Será problematizada em primeiro lugar **a figura do refugiado nos estudos migratórios,** conforme a sequência dos itens elencados no sumário.

- A figura do refugiado nos estudos migratórios
- Reflexões sobre o conceito de integração social nos estudos sobre refugiados
- A Teoria das Redes Sociais nos estudos migratórios

No campo dos estudos migratórios qualquer pesquisador se depara imediatamente com um primeiro problema: a imprecisão de alguns conceitos e o uso variado dos mesmos. Persiste entre os pesquisadores e outros autores que tratam da problemática das migrações, a utilização de um mesmo termo para designar processos de natureza e dinâmicas muito diferenciadas. Verifica-se, com freqüência, a passagem de uma ordem de fenômenos para outra, utilizando-se de forma inconsistente o termo migração**.** Com tamanha confusão em torno do conceito de migração, o termo passou a "carregar" uma série de adjetivações que mais servem para lhe desnudar a imprecisão enquanto conceito do que para revelar o que especifica um determinado tipo de migração e aquilo que o diferencia de outros processos migratórios.

É necessário, pois, **ampliar a questão da imprecisão conceitual do termo migração para os termos migração forçada, migrantes forçados e refugiados,** considerando seus "significados" mais presentes no senso comum, no campo das políticas públicas, das agências internacionais e da produção acadêmica. Tais considerações devem levar em conta como estas esferas interagem e influenciam umas às outras.

O foco inicial está nas análises críticas do conceito de migração forçada e das categorias migrantes forçados e refugiados, subjacentes ao debate acirrado neste campo específico na atualidade, posto que ao provocar reflexos nas legislações e políticas públicas interferem, por conseqüência, nas possibilidades de entrada e permanência de "solicitantes de asilo" nos diversos países, na concessão do *status* legal de refugiado, nas condições da **"integração local"** dos refugiados, assim como nas esferas e formas de atuação das organizações internacionais responsáveis pelos mesmos.

Destacou-se do painel dos **estudos sobre migração forçada** alguns pontos centrais de trabalhos de autores que têm contribuído para um uso mais consciente do termo migração forçada, através de um movimento de revisão das aplicações deste conceito ao longo do tempo, visando estimular novas formulações teóricas e metodológicas. São apresentadas algumas reflexões neste sentido, no intuito de se fornecer um quadro bastante geral capaz de servir para estabelecer os vínculos necessários entre a base teórica, a questão central e outras dela derivadas, a investigação empírica e a metodologia utilizada.

É possível afirmar, com base em "autores-chave"[19] para esta parte do trabalho, a existência de certo "clamor" vindo de importantes estudiosos do campo de estudos de refugiados pelo desenvolvimento de "pesquisas de campo com investigação *in loco"*; pesquisas "com um foco nas experiências dos refugiados e de 'outros migrantes

[19] Para esta parte do trabalho foram tomados como base textos dos seguintes autores: Turton, David e Castles, S. pesquisadores do Refugee Studies Center, University of Oxford, UK (cf. bibliografia). Stephen Castles e David Turton são autores de referência para esta pesquisa no que se refere às reflexões e decisões sobre os conceitos utilizados. Os dois pesquisadores vêm discutindo a construção de um novo aporte teórico mais condizente com a crescente complexidade das migrações forçadas, do refúgio e dos refugiados. Em síntese, **os** autores argumentam sobre a necessidade de uma análise das migrações forçadas como processos sociais em que as agências humanitárias e as redes sociais têm um papel fundamental.

Destacam-se, ainda, como leituras importantes para aquisição de novos conhecimentos sobre os conceitos e a linguagem dos estudos sobre refugiados um texto de CRISP, Jeff (chefe da Unidade de Análise e Avaliação de Políticas Públicas do ACNUR) e outro de ZIMMERMMANN, Susan E. , ambos sobre refugiados na África.

forçados', que ampliem o enfoque para além das causas de seu deslocamento ou de seu *status* sob a lei internacional". Este apelo por "mais pesquisa empírica" ocorre, inclusive, por parte de representantes das organizações internacionais responsáveis pelos refugiados. (Turton, 2003, p.14).

> A pesquisa empírica, ao contrário de meras observações aleatórias, só pode proceder sob a luz de propostas gerais que, entre outras coisas, identificam os fenômenos a serem investigados e os agrupam em categorias dotadas de significado. Estas categorias devem, por outro lado, estar abertas para a revisão e refinamento sob a luz de observações particulares. Esta condição não pode ser satisfeita, porém, por categorias que foram construídas para satisfazer a necessidades de políticas públicas práticas e não de questionamentos científicos. Isso apresenta certo número de desafios para aqueles que estão envolvidos no estudo de migração forçada e na arquitetura e implementação de políticas públicas criadas para melhorar a situação de migrantes forçados. (TURTON, 2003 a, p.15, tradução nossa).

O mesmo autor, ao discutir porque certas categorias tais como **refugiado** e **deslocados internos** – entre outras – não são tão "úteis" na hora da observação, descrição e análise de dados empíricos, afirma que a linguagem que usamos para discernir categorias diferentes de **migrantes forçados** tem muitas falhas, do ponto de vista científico, porque é baseada principalmente em respostas imediatistas, formuladas para atender a uma série de preocupações oriundas das políticas públicas e daqueles que elaboram as políticas. Esta parece ser de fato, uma questão central e difícil para quem entende que o estudo de migrações forçadas precisa ter impactos na criação e implementação de políticas públicas.

> As distinções entre categorias [categorias diferentes de migrantes forçados] que venho discutindo neste artigo são defendidas corretamente e com afinco pelos acadêmicos, pelos criadores de políticas públicas e por ativistas, com base no fato que elas são cruciais, dadas a extensão da cobertura da lei internacional para a proteção e assistência a refugiados. O problema é que estas não resistiriam a um exame detalhado que inevitavelmente resultaria no tipo de pesquisa empírica baseada em pesquisa de campo que [Jeff] Crisp pede (Allen e Turton, 1996, pp.5-9). Se fosse levada a sério, portanto, uma pesquisa com essas características poderia levar a um questionamento geral das hipóteses assumidas de forma acrítica sobre as quais se baseia o regime internacional de proteção a refugiados e de assistência humanitária – e possivelmente não se limitaria a isto. (TURTON, 2003 b, p.17, tradução nossa).

Ao buscar conexões por similitudes ou diferenciações entre as diversas categorias de migrantes forçados e, especialmente, para tratar de experiências vividas por pessoas incluídas em uma categoria legalmente definida e com direitos especiais sob a lei internacional**,** como é a categoria **refugiados,** coloca-se em discussão a possibilidade de se verificar no nível empírico, por exemplo, o quanto **refugiados**, **solicitantes de asilo, deslocados internos, deslocados em função de desastres ambientais** e (até mesmo) **pessoas obrigadas a se deslocar por projetos de infraestrutura/desenvolvimento**[20] enfrentam problemas e dificuldades sócio-econômicas não muito diferenciadas, além de uma perda comum a todos os incluídos nestas categorias daquilo que se chama de capital social [21].

É necessário lembrar que os formuladores de políticas públicas tentam implementar políticas diferenciadas para as diversas categorias de imigrantes. Castles (2004) procura colocar em confronto as diversas realidades da migração forçada, destacando que a migração forçada (ou compulsória) inclui várias categorias jurídicas e políticas. Lembra, entretanto, que a linguagem cotidiana e o senso comum tendem a **chamar de "refugiados" a todos as pessoas que foram forçadas a abandonar suas casas e morar em outro lugar.** Ora, a categoria refugiados é uma categoria legal e

---

[20] Para tratar das possíveis conexões entre os "grupos deslocados por projetos que visam o desenvolvimento econômico " (ver em Turton, 2003, p.2, considerações sobre o uso de muitos outros termos para classificar esse tipo de deslocamento) e a categoria dos refugiados (os que se incluem na categoria legal baseada na Convenção de 1951) Turton toma como base a argumentação de Michael Cernea que foi *Senior Adviser on Social Policy* do Banco Mundial e principal arquiteto da política de *involuntary resettlement* (re-assentamento involuntário) do Banco Mundial: "(...)a literatura sobre refugiados coexiste, em paralelo, com a literatura sobre '*oustees*', ou sobre '*development caused involuntary displacement*' (deslocados involuntários devido ao desenvolvimento - *DIDP'S* , é a sigla em inglês'). Há pouca comunicação entre estes campos e eles pouco fazem para se enriquecer mutuamente. Falta interligar conceitos e proposições, e os resultados de pesquisas empíricas são raramente comparados e integrados entre si. A maior parte dos estudos sobre refugiados, por exemplo, omite a categoria de grupos "*oustee*" (removidos) de suas tipologias das populações desalojadas. A pesquisa sobre *oustees* por sua vez, deixa de aproveitar a oportunidade de fazer análises comparativas ao estudar refugiados. O resultado é que perdemos a oportunidade de tratar destes assuntos com maior profundidade"(Cernea, 1996, p.294). Citado por Turtle, 2003, p.3.
Turtle, porém, ainda que concorde com Cernea sobre a utilização do termo *forced ressetlers* como o melhor para designar os deslocados pelo desenvolvimento (inclusive porque que permite fugir do uso do termo refugiado) reconhece que embora tal linha de argumentação seja muito persuasiva, esse apelo para a integração da literatura sobre refugiados e sobre *DIDP's* permanece ignorado pelos estudiosos de refugiados.

[21] "A perda de capital social se refere à desorganização e à desintegração das redes de apoio informais que são cruciais para a sobrevivência econômica em comunidades onde indivíduos e unidades familiares estão vulneráveis às flutuações de renda que ocorrem no curto prazo e de forma imprevisível. Ambas as formas de empobrecimento em potencial sobre a migração forçada aplicam-se claramente às pessoas que foram forçadas a se mudar por causa de conflitos, seja uma mudança interna ou através de fronteiras, pelo menos tanto quanto se aplicam aos que foram forçados a se mudar por causa de projetos desenvolvimentistas." (TURTON, 2003 b, p.10. Tradução nossa)

delimitada. Portanto, “a maioria dos migrantes forçados encontra-se nesta situação por razões não reconhecidas pelo sistema internacional de refugiados e, muitos deles, são deslocados dentro do território de seu país de origem”. Para além dos deslocados internos – uma categoria de deslocados forçados para a qual não existe oficialmente nenhuma organização internacional criada para lhes proteger e dar assistência – há muitas situações em áreas onde existem conflitos armados nas quais é quase impossível distinguir os deslocamentos causados por perseguição ou violência armada**,** da emigração provocada pela destruição das infra-estruturas econômicas e sociais necessárias para a sobrevivência. (CASTLES, 2004, p.2-4)

> [...] muitos dos migrantes e dos solicitadores de asilo têm mais de uma razão para mobilidade, e é impossível separar motivos econômicos de motivações baseadas nos direito humanos – o que se torna um desafio para as categorias fechadas que as burocracias gostariam de impor. [...] O freqüente fracasso das políticas públicas baseadas em seus trabalhos, entretanto, acentua a necessidade de se compreender a dinâmica social do processo migratório. Isto levou a uma nova ênfase no papel que a família e a comunidade têm na definição da migração e ao estudo das redes sociais e do capital social e cultural como fatores importantes no processo. [...] Entender que a migração forçada não resulta de uma série de emergências extemporâneas torna necessária a elaboração de uma teoria da migração forçada, teoria esta que deve ser ligada à migração econômica. Estas são formas intimamente relacionadas (e de fato, frequentemente indistinguíveis) de expressão de desigualdades globais e crises sociais, que tem crescido em tamanho e importância desde o fim da ordem mundial bi-polar (CASTLES, 2004, p.16-17).

Essa discussão permanente e necessária sobre as vantagens e desvantagens em se criar categorias, distinções, definições, rótulos, para subgrupos de migrantes e, especialmente, para diferenciar os “tipos” de migrantes forçados, está presente no conjunto de reflexões e preocupações que permeiam esta pesquisa de tese sobre refugiados**,** cuja centralidade está na investigação empírica e que tem como objetivo compreender a situação de refugiados a um nível local, em um determinado contexto, em específicas circunstâncias políticas, sociais, econômicas, culturais e históricas, pensando-os enquanto sujeitos ativos e “atores dotados de propósitos”. [22]

Voltando ao que se colocou de início, não teria sentido tal pesquisa se não fosse sustentada por proposições, conceitualizações e teorizações que permitissem identificar e compreender o fenômeno investigado em suas especificidades sem, contudo, perder

[22] O termo original em inglês é “purposive actors”. (Turton, 2003 a, p.1).

de vista sua inserção em um conjunto de experiências e reflexões que não se restringem ao grupo enfocado nem à escala de observação ao nível local.

Por fim, afirma-se que a categoria refugiado também deve ser colocada em estado de suspeição quanto à sua eficácia analítica.

Considerando que não somente tal categoria como também a categoria "integração local" (centrais no âmbito desta pesquisa), assim como outras utilizadas no campo dos estudos de refugiados são, em grande parte, construídas e "ditadas por preocupações políticas e em função das políticas públicas em detrimento das preocupações científicas" [23], faz-se necessário uma postura desconfiada e atenta às suas limitações. Postura confiante, porém, nas potencialidades de se trabalhar criticamente com categorias e conceitos hegemônicos em investigações empíricas, de nível local, desde que sejam revistos e repensados e, ainda, como deve ser em qualquer pesquisa social, de maneira a contribuir para o questionamento das formas de pensamento e práticas estabelecidas.

Acolhe-se aqui um dos alertas de Turton (2003 b) para que os pesquisadores e os leitores estejam conscientes das linguagens utilizadas para tratar dos refugiados congoleses em foco neste trabalho. Nesta pesquisa de tese de doutorado, em que se vai abordar a figura do refugiado através de variados olhares, falas, práticas, políticas públicas, ações institucionais (enfim, o que se entende por discurso na concepção de Bakhtin ou, indo além, por formações discursivas na formulação de Foucault[24]), é preciso problematizar a linguagem usada para falar dos refugiados, na medida em que a linguagem constrói a figura do refugiado. Linguagem e prática formando, assim, discursos que constroem uma certa imagem dos refugiados e os discursos deles mesmos em relação a esta identidade que lhes é atribuída por uma categoria legal de "migrantes forçados" – e que engendram possibilidades de transformação.

---

[23] Turton, 2003, b, p.14

[24] O conceito de formação discursiva expressa uma intenção de Foucault quanto ao desmascaramento das intenções do discurso, seus procedimentos de controle, o exercício do poder. Segundo os preceitos deste conceito, a análise do discurso (referido, por exemplo, ao que uma determinada sociedade organiza sobre os temas da sexualidade, do poder, da repressão, da violência, etc.) é uma forma de fazer política, no sentido estrito do termo; é alterar o jogo de poder, isto é, a correlação e a disposição de forças no imaginário social.

Após esta **breve apresentação e apreciação das imprecisões e limites no uso dos conceitos nos estudos das migrações e sua aplicação na pesquisa**, serão feitas algumas considerações sobre as teorias da migração e suas limitações para o fenômeno do refúgio. O destaque será para a teoria da migração de Abdelmalek Sayad, autor que enfoca o "paradoxo da imigração". A partir deste paradoxo pensado para o refúgio, surge a figura do *emigrante-imigrante-refugiado*[25].

No espaço desta introdução não seria possível fazer uma revisão aprofundada das diversas perspectivas teóricas que influenciaram (e ainda influenciam) as linhas de pesquisa da problemática mais ampla dos **movimentos migratórios** e as formas como as diferentes perspectivas orientaram a identificação e o tratamento das questões e principais problemas por parte dos pesquisadores. Assim sendo, aqui serão apresentados teorias e enfoques que vêm destacando: o entendimento da migração como um deslocamento não somente físico, mas que incorpora o político, o econômico, o social e o cultural; a dimensão histórica e as dinâmicas presentes em um processo migratório; o paradoxo inerente ao sujeito migrante – um "duplo", simultaneamente emigrante e imigrante; a interação das esferas individual e coletiva, da subjetividade com a dimensão estrutural, nos processos migratórios; a centralidade das redes sociais para enfocar-se essa interação nos movimentos migratórios e para a compreensão das dinâmicas específicas de um dado fenômeno migratório investigado nas suas diferentes etapas.

Duas autoras – MATEOS e ROCHA-TRINDADE – forneceram linhas básicas para indicar a fundamentação mais geral da pesquisa [26]. Apresentam a sociologia das migrações como um campo relativamente novo que se afirmou recentemente como "um campo de investigação específico". Destacam a necessidade de se estudar as migrações a partir de um enfoque multidisciplinar na esfera das ciências sociais.

O livro de Mateos se pauta por uma perspectiva ampla das questões teóricas e empíricas com que se defrontam os pesquisadores ao buscar compreender as dinâmicas

---

[25] **Esta figura, criada para identificar os sujeitos pesquisados neste trabalho, estará presente ao longo de suas diversas partes e capítulos.**

[26] **Ver** BIBLIOGRAFIA: "Una invitación a la sociologia de las migraciones". MATEOS, Natalia Ribas. 2004; "Sociologia das Migrações". ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1995.

migratórias na atualidade. Fornece um conjunto de informações sistematizadas sobre as escolas (da escola de Chicago à escola francesa de Bourdieu e Sayad), os modelos de análise (dos principais modelos teóricos gerais aos modelos de inserção social dos imigrantes na Europa e suas transformações recentes), os conceitos básicos (especificando e problematizando alguns dos conceitos mais usados nos estudos migratórios, em especial na sociologia das migrações, através de uma análise crítica dos mesmos a partir de seu uso e do seu conteúdo em diferentes contextos). O livro contém ainda um guia bibliográfico (com um índice analítico e um índice de autores – boas fontes de orientação para os estudiosos das migrações).

O livro de Rocha-Trindade abarca o período compreendido desde o final do século XIX até os anos 90. Orienta-se por buscar as explicações fornecidas sobre as migrações pelas várias ciências, em sua relação com o tempo histórico; aponta a influência dos paradigmas hegemônicos sobre as abordagens teóricas que apresenta; enfoca mais especialmente o processo de desenvolvimento de uma abordagem multidisciplinar, com caráter sociológico, sobre os movimentos migratórios em escala interna e internacional.

Consta no livro parte bastante interessante dedicada à perspectiva histórico-estrutural, posto que se desdobra para abordagens que buscam uma integração indivíduo-estrutura, com destaque para o **enfoque das redes sociais**. Ao apresentar o desenvolvimento de uma perspectiva sociológica para as migrações, destaca, de um ponto de vista teórico e conceitual, os problemas dos imigrantes nos países de recepção e os diversos olhares para a sua integração no meio social.

Da ecologia humana aos estudos das relações raciais da escola de Chicago, aborda os conceitos de assimilação, integração, adaptação e pluralismo cultural, colocando em uma perspectiva histórica a evolução e os retrocessos que expressam a imprecisão de conceitos quando se enfoca a **integração social** dos imigrantes nas sociedades receptoras.

Ao tratar das teorias baseadas no fator etnicidade, explica a forma como o pressuposto da assimilação foi posto em causa em função da persistência das desigualdades sociais fundadas no fator étnico. Analisa, nesse viés da etnicidade, conceitos e termos fundamentais tais como assimilação cultural, cultura emergente, estratificação étnica, persistência de identidades culturais étnicas.

Ao final do capítulo sobre as contribuições teóricas que enfocam **a problemática das migrações e as questões relacionadas com a integração social dos imigrantes no país receptor[27],** encontra-se uma discussão sobre o conceito de integração e os mecanismos e fatores que intervém nas formas (em geral precárias) de inclusão social dos imigrantes.

Destaque-se que estes mecanismos não podem ser avaliados sem uma análise dos fatores de diversas ordens (econômica, política, social, cultural) condicionantes do "antes" e do "depois" do deslocamento, considerando a perspectiva espaço-temporal no contexto definido.

> Quaisquer que sejam os motivos que possam influenciar o deslocamento dos indivíduos para outro lugar [...] os fatores que intervêm no processo de ajustamento dos imigrantes podem, grosso modo, dividir-se em dois conjuntos: os que dizem respeito às características individuais dos imigrantes e os que se relacionam com características fundamentais dos países de origem e de destino entre os quais se processa a transferência de recursos humanos [...] (ROCHA-TRINDADE, 1995, p.101)

Ainda em relação às perspectivas teóricas sobre o fator etnicidade nas migrações, o texto instiga o leitor a uma reflexão sobre o debate atual em torno das chamadas concepções pluralistas. As noções de pluralismo e sociedade plural estariam expressando uma "oposição às concepções homogeinizadoras características do pensamento social associado à formação do Estado-Nação". (ROCHA-TRINDADE. 1995. p. 103)

A pesquisa em foco toma como base algumas teorias da migração[28], particularmente nos seus pontos de contato com a construção de uma "sociologia das migrações forçadas".

---

[27] A permanência forte do termo integração e seus significados no contexto do fenômeno do refúgio na atualidade, bem como considerações sobre a hegemonia do termo "integração local" na literatura e nas políticas sobre refugiados são questões fundamentais que permeiam diversos capítulos do trabalho.

[28] As teorias tomadas como base permitem entrever um certo diálogo entre elas que parece interessante para a pesquisa, embora não se tratem de teorias de uma mesma "escola de pensamento". Assumem também importância como referenciais para pesquisa, alguns enfoques sobre a migração e o refúgio que não se constituem propriamente como teorias. Ainda que não tratem diretamente de algumas especificidades do refúgio e dos refugiados, as teorias, modelos de análise e enfoques formam - em suas possíveis interações - uma base sólida para a análise do objeto da pesquisa.

A problemática das migrações forçadas e do refúgio aponta – a partir da abordagem apresentada – para uma **perspectiva interdisciplinar,** inerente aos estudos das migrações, produto da **multidimensionalidade do fenômeno migratório**. Assim, para os objetivos desta pesquisa é importante considerar uma **concepção ampliada da migração.**

Abdelmalek Sayad foi um dos precursores do estudo da imigração na França a partir de um enfoque reflexivo. Este autor propõe um olhar multidisciplinar para a imigração ao defini-la com "um fato social total" - com uma **perspectiva histórica a partir da "dialética emigração/imigração"** [29] e em sua dupla dimensão de fato coletivo e trajetória individual. Sayad afirma que para tratar da migração é preciso olhar para as sociedades como um todo, em sua dimensão histórica e do ponto de vista de suas dinâmicas presentes.

Ressalta a importância de não se mutilar o objeto de estudo de suas duas partes integrantes – a emigração e a imigração. O autor chama atenção para o fato de que o imigrante só passa a existir para a sociedade que assim o denomina a partir do momento em que pisa em seu território. Ele "nasce" a partir dessa percepção da sociedade para a qual se destina. Assim, os estudos migratórios não podem ignorar o paradoxo que o caráter da migração nos coloca: que o imigrante e o emigrante são um "duplo" e ao mesmo tempo uma única pessoa. Se há o imigrante que chegou a uma terra estranha há, anteriormente e simultaneamente, o emigrante que saiu de sua própria sociedade (SAYAD, 1998, p. 10-17). Nas palavras de Sayad isso implica "reconhecer a migração como um objeto social e politicamente determinado, mas, sobretudo, duplamente sobredeterminado" (SAYAD,1998, p.21).

Sayad propunha, já em seus escritos na década de 1970, uma perspectiva de investigação que rompesse com os pré-conceitos e as concepções generalizantes que se aplicavam aos imigrantes. Em oposição a perspectivas legitimadoras da ordem econômica, social e política dos países europeus tradicionais receptores de imigrantes, o autor denuncia a exclusão do imigrante da vida política pelo estado receptor (e já excluído da vida política no país de origem) e defende que os imigrantes rejeitem os estereótipos que a sociedade receptora lhes impõe. As sociedades européias em sua visão assimilacionista rechaçavam aquilo que expressava a cultura de origem dos

[29] Ver o uso dessa expressão em MATEOS, 2004, p.69, para identificar a essência da teoria de Sayad.

imigrantes e “empurravam” os imigrantes a um isolamento cultural, espacial e social, em grande parte “legitimado” pelos nativos, dos grupos imigrantes em abandonar sua própria identidade cultural.

A base teórica da pesquisa estará também fortemente calcada nas noções e conceitos que Pierre Bourdieu propõe em sua sociologia – pautada em uma relação de duplo sentido entre estruturas objetivas e estruturas do campo simbólico –, aplicados por ele à problemática dos imigrantes na Europa (inclusive em trabalhos realizados em conjunto com Sayad). Segundo Bourdieu, tais conceitos não devem ser utilizados e testados senão “em uma pesquisa inseparavelmente empírica e teórica, a propósito de um objeto bem situado no tempo e no espaço.” (BOURDIEU, 1997, p.14).

Na investigação a ser realizada sobre as especificidades do refúgio no Brasil / Rio de Janeiro, o conceito de espaço social, quando utilizado, terá o sentido a ele atribuído por Bourdieu, qual seja, o de um espaço que contém várias posições que dependem do volume total e da composição de todos os tipos de capital – econômico, social, cultural – e no qual as diversas posições só existem nas suas relações com as outras posições (BOURDIEU, 1997, p.15). As posições sociais (posições relacionais em um dado espaço social) vinculam-se a determinadas formas de pensar e agir, certos valores e a “escolhas” nos diversos domínios da prática.

Desta forma, se a posição social é um conceito relacional, todo pesquisador deve ter cuidado em não atribuir como inerentes a um grupo qualquer, propriedades que lhe cabem em um dado momento, a partir de sua posição específica em um espaço social específico, em uma determinada situação de bens e práticas possíveis (BOURDIEU, 1997, p.18).

Bourdieu mostra que não existem quaisquer propriedades dos sujeitos sociais (sejam físicas, sociais ou atribuídas através dos sistemas de percepção e valoração socialmente constituídos e partilhados) que não funcionem também como propriedades simbólicas, e que a imagem que os indivíduos ou grupos inevitavelmente oferecem, através de suas práticas sociais e de suas propriedades, são parte integrante do campo social (CRESPI, 1997, p.134).

Nesta pesquisa não se pretende, portanto, cair em naturalizações ou considerar como autônomas as construções discursivas (sobre os refugiados) das diversas agências e agentes que atuam junto aos refugiados no contexto da sociedade brasileira. O mesmo

se aplica às construções identitárias elaboradas e presentes nos discursos dos próprios grupos e/ou indivíduos refugiados.

A investigação das construções discursivas sobre os grupos de refugiados investigados permite destacar sua interferência nas dinâmicas de integração na sociedade que lhe concede o refúgio. As reflexões de Bourdieu indicam, então, uma outra questão de fundo para o objeto dessa pesquisa: qual a importância das discursividades construídas sobre a integração local na sociedade de acolhida quando os sujeitos investigados emigraram a partir de fatores de coerção, relações de poder e práticas de exercício do poder armado, fugindo de uma realidade cuja transformação escapou (em determinado contexto político e sócio-econômico) às possibilidades concretas de grupos sociais e indivíduos por eles afetados direta ou indiretamente.

Bourdieu (1998, p.11) afirma que enfrentar essas questões é uma forma de não ignorar as causas, as questões, os motivos e sentimentos que determinam a partida e a diversidade de condições de origem, trajetórias e projetos dos emigrantes-imigrates; Procura, assim, na origem da migração, as possibilidades de reflexão contidas nas "particularidades que a ela encontram-se associadas", e que podem apontar caminhos para a explicação de muitas das diferenças e dos problemas específicos enfrentados por indivíduos/grupos imigrantes nas dinâmicas de integração social no local de destino.

Outro enfoque para as migrações aqui apresentado como fundamental para o desenvolvimento da pesquisa é o de **redes sociais**.

Soares (2002) afirma que o **enfoque das redes sociais busca estabelecer um caminho de trânsito entre a perspectiva estruturalista sobre as migrações e a chamada perspectiva subjetivista.** Para este autor a importância do enfoque das redes no campo dos estudos da migração abre uma possibilidade de análise das dinâmicas e processos sociais concretos que permitam considerar **o caráter seletivo** das migrações[30].

[30] A título de esclarecimento **a seletividade das redes sociais**, apontada por Soares, é uma expressão das migrações como processos sociais que conectam diversos agentes, em diferentes escalas. Um outro tipo de mecanismo de seleção, em que estão presentes o poder do Estado no controle de suas fronteiras, a vigilância e a violência, vem sendo enfatizado por diversos autores quando apontam um caráter de crescente seletividade nas políticas de controle da migração. Se por um lado as políticas migratórias de caráter restritivo não alcançam um controle absoluto das fronteiras por outro vão adotando **critérios de seletividade para os imigrantes** de forma a atender aos interesses do mercado de trabalho dos países

Ramella (1995) aponta a importância do enfoque das redes sociais para os estudos que criticavam o enfoque estruturalista e procuravam desenvolver pesquisas que contemplassem a importância das relações e trajetórias pessoais dos imigrantes, quando enfocada a sua integração em um contexto econômico e social. Se os imigrantes mobilizam **recursos relacionais** (relações pessoais que servem para obter informações, "eleger um destino", inserir-se no mercado de trabalho, obter moradia, etc.), é necessário reconstituir mais especificamente a morfologia das redes, os mecanismos concretos através dos quais elas operam, as relações de poder entre grupos e internas ao grupo (incluindo os poderes da esfera simbólica), bem como a seletividade que afeta seus membros quanto às informações e recursos que podem mobilizar e quanto às obrigações que assumem entre si.

Caso não se qualifique tais aspectos é possível predominar, como alerta Ramella, uma representação equivocada dos imigrantes:

> [...] os imigrantes (de uma mesma área de origem) são, geralmente, apresentados como um grupo indiferenciado, monolítico e homogêneo: iguais entre si e em seus vínculos com a área de origem; iguais também nos laços que constroem em um novo espaço. Finalmente, iguais em seus comportamentos, aspirações, estratégias e trajetórias. (RAMELLA, 1995, p.12)

Portes (1994), define as redes sociais como "conjuntos de recorrentes associações entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos". Para o autor, **as redes sociais são importantes fontes de aquisição de recursos e informações impondo, simultaneamente, constrangimentos e obrigações**. Ressalta, ainda, que as redes diferem em várias dimensões, entre as quais destaca o tamanho e a densidade. O tamanho da rede refere-se ao número de participantes; a densidade refere-se ao número de laços entre eles. Redes relativamente maiores e mais densas seriam, em geral, produtoras de mais normas e maior reciprocidade nas obrigações. Outro aspecto importante das redes é o fato de determinados subgrupos apresentarem maior densidade do que a rede como um todo. (PORTES, 1994, p. 8-12).

Tilly (1990) argumenta que se as redes sociais formadas e utilizadas pelos migrantes constroem uma base de solidariedade e ajuda mútua no local de destino, elas

---

mais desenvolvidos. Muitas vezes é através das redes sociais que os imigrantes conseguem minar o controle das fronteiras e "desconsiderar" as políticas que selecionam quem pode e quem não pode entrar.

também contêm ou determinam divisões e conflitos. Para o autor, entre os que estudam as migrações, “quase ninguém mais pensa que solidariedade e ajuda mútua têm apenas resultados gratificantes”, e é preciso reconhecer que “toda inclusão também constitui uma exclusão” (TILLY, 1990, p.92). Esse autor também chama atenção para o aspecto das unidades efetivas da migração. Durante muito tempo caracterizavam-se os fluxos migratórios usando como um dos critérios o fato da migração “ser individual ou familiar”. O enfoque das redes sociais supera essa caracterização, permitindo entender que “as unidades da migração são conjuntos de pessoas ligadas por relações de trabalho, de conhecimento, de parentesco, de amizade, etc.”.

Soares (2002) considera que os movimentos migratórios apresentam em sua origem condições diferentes daquelas que explicam ou garantem a sua continuidade no tempo. Se as redes sociais são fundadas em relações de natureza diversa, “essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo**,** são reforçadas pela experiência comum da migração” (SOARES, 2002, p.245).

O enfoque das redes sociais para o estudo das migrações situa-se na articulação da perspectiva estrutural com a individual (subjetivista). Soares sugere que **o enfoque das redes se baseia em uma racionalidade relativa.** No lugar de uma forte determinação da estrutura, há um fraco determinismo ou constrangimento estrutural **–** que não sendo absoluto, deixa espaço para o indivíduo atuar, mesmo que suas opções estejam restritas a um campo.

Muitos dos estudos sobre imigrantes destacam a importância dos mecanismos específicos de funcionamento das redes sociais no que se refere ao mercado de trabalho para imigrantes. Dentre outros autores, Sassen (1994) e Portes (1994) reafirmam, em suas análises desses mercados, a centralidade das redes para o destino e os padrões de estruturação dos grupos.

Para Sassen (1994, p.102), as categorias vínculo social e rede social são as categorias chave para a análise das variáveis “procura por trabalho”, “informação sobre trabalho” e “obtenção de trabalho”. Segundo a autora, a difusão de informações sobre trabalho através de redes informais (importante para uma parte significativa dos trabalhadores) ganha maior importância no caso dos mercados de trabalho para imigrantes - o que vem sendo evidenciado por um grande número de trabalhos

empíricos que mostram como os laços de parentesco, as relações de vizinhança e o "pertencimento" a determinado grupo étnico, podem facilitar a procura e a obtenção de trabalho. Sassen destaca, entretanto, a existência de significativas diferenças - a partir de gênero, etnia e nível de qualificação - na forma de operação de mercados locais de trabalho para imigrantes, quando se trata de localização espacial, acesso a informações, procura e obtenção de trabalho.

A mesma autora sugere, ainda, que a proximidade espacial é somente uma das variáveis que operam no mercado de trabalho para imigrantes, uma vez que **a** intensidade de vínculos não está necessariamente relacionada à localização dos imigrantes em termos de moradia, e as redes podem conectar diretamente pessoas ou grupos nos espaços de emigração e imigração. A partir dessa idéia de que as redes sociais operam através de uma base espacial que pode ser transnacional, ressalta que os emigrantes em potencial nem sempre respondem a informações sobre oportunidades de trabalho e salários no mercado nacional do país de destino. Orientam-se por informações específicas sobre um mercado local de trabalho ou um tipo particular de trabalho, que recebem do grupo (ou subgrupo) de imigrante já instalado (SASSEN, 1994, p.111).

A importância dos mecanismos informais de informação e recrutamento para os grupos imigrantes tem sido amplamente divulgada nos estudos que utilizam o conceito de rede social. Ramella (1995, p.16-24) afirma que o uso do conceito pressupõe considerar que a relação entre demanda e oferta de trabalho não se dá em um mercado impessoal no qual indivíduos que atuam com base em uma racionalidade absoluta são dotados de uma informação perfeita, como se pensava no modelo neoclássico. Para o autor,

> [...] o problema da conexão entre trabalho disponível e indivíduos que o alcançam só pode ser enfrentado quando se parte do princípio de que a demanda e oferta de trabalho entram em contato no interior de uma trama de relações através das qual a informação sobre trabalho disponível é adquirida pelos indivíduos. (RAMELLA, 1995, p.17-18).

Nesta perspectiva, **as relações pessoais atuam como mediadoras da transmissão e da aquisição das informações**. No que diz respeito à colocação, posição e remuneração dos imigrantes no mercado de trabalho do país de destino, a importância

desses processos sociais não deve, contudo, ser confundida com o que Ramella denomina “modelo epidemiológico” da difusão de informações.

> Ao contrário de se difundir como uma epidemia entre indivíduos de uma mesma origem que vivem em contato uns com os outros em função da proximidade física, a informação depende, fundamentalmente, da solidez dos vínculos pessoais e do reconhecimento de obrigações recíprocas entre indivíduos determinados. (RAMELLA, 1995, p.19).

O sentido dessas considerações feitas por Ramella para a migração é mostrar que um sistema de difusão de informações deve ser analisado a partir da noção de intensidade (força) dos vínculos sociais. E não tanto a partir da noção de proximidade física (embora esta seja um elemento comum em grupos imigrantes e atuante nessa difusão) ou da constatação mais geral da existência de uma rede de relações. A análise da composição das redes e de suas dinâmicas de operação é que dão um caminho explicativo para cada grupo específico de imigrantes.

É importante frisar que se a utilização do conceito de rede social introduz, conforme sustenta Ramella (1994, p.21), “a dimensão da estrutura social entendida como estrutura de relações”, isso não significa negar o peso das desigualdades estruturais no acesso às informações e à oportunidade de trabalho – o que poderia ser interpretado, apesar de todas as considerações já feitas, como uma espécie de “naturalização do mercado”. Aqui se quer mostrar que conciliar o individual com o estrutural significa reconhecer a importância das relações sociais e das redes dentro de um “campo de possibilidades” [31] - que é estruturalmente determinado, mas não é cristalizado. Ao contrário, é um campo de possibilidades constantemente reconstruído social e politicamente ao longo do tempo e duplamente determinado - como afirmado por Sayad em sua dialética da emigração/imigração.

[31] Sobre o conceito de campo de possibilidades apresentam-se as definições de Gilberto para “projeto” e “campo de possibilidades”: “Projeto é a conduta organizada para atingir finalidades específicas (...) auxilia-nos a noção de campo de possibilidades como a dimensão social e cultural, espaço para a formulação e implantação de projetos. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressões de um quadro social e histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”. (VELHO,1994, p.40).

Para os objetivos da pesquisa aqui apresentada **o enfoque das redes sociais ganha especificidades próprias do fenômeno do refúgio.** Entende-se, porém, que mesmo com a presença do fator coerção na emigração dos que vão buscar o refúgio, as redes sociais têm importante papel na possibilidade de saída dos países de origem. As redes são configuradas em múltiplas escalas territoriais, através de estruturas dinâmicas que se movimentam e se transformam e que se revelam cada vez mais importantes para a compreensão do processo de integração social dos refugiados.

PARTE II – DA QUESTÃO DO REFÚGIO NA CONTEMPORANEIDADE A UM ESTUDO DOS REFUGIADOS CONGOLESES NO RIO DE JANEIRO

1 A PROBLEMÁTICA DO REFÚGIO NO MUNDO ATUAL

> *A verdadeira dificuldade, quando se trata de refugiados e apátridas, reside no fato de que a situação é insolúvel no interior da velha organização estatal dos povos. Os apátridas colocam a nu, muito claramente, a crise do Estado-nação. E não se enfrenta essa crise pelo acúmulo de injustiças, ou se contentando com a restauração de uma ordem que não corresponde mais nem à consciência jurídica moderna, nem às condições atuais de coexistência dos povos.* (Hannah Arendt)

O problema dos refugiados em nosso tempo, quando já caminhamos para o final da primeira década do século XXI, impõe com extrema urgência a necessidade de uma revisão de noções no campo do Direito, da Filosofia, da Ciência Política, das Relações Internacionais, da Geopolítica, da Geografia, da Sociologia e outras áreas, para o aprofundamento de uma reflexão sobre a criação de instrumentos eficazes que possam garantir para milhões de pessoas (refugiados, deslocados internos, apátridas, solicitantes de refúgio e/ou pertencentes a tantas outras novas categorias criadas para os deslocamentos forçados) o direito de não estarem fadadas a apenas sobreviver em condições subumanas.

Giorgio Agamben, em 1998, num pequeno texto denominado *We refugees* [1], elege o refugiado como a figura paradigmática do mundo no final do século XX, e os campos de refugiados como os espaços emblemáticos onde, para milhões de pessoas, resta apenas a "vida nua" [2]. Tal como Agamben chama a atenção, impressiona a atualidade do conteúdo dos

[1] AGAMBEN, Giorgio. **We Refugees.** European Graduate School Faculty, 2005. Disponível em: <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-we-refugees.html>. Acesso em: 26 jul. 2008.

[2] "(…) De fato, os Direitos do Homem representam acima de tudo a figura original da inscrição da vida nua na ordem jurídico política do Estado-nação. A vida nua (a criatura humana) que no *ancient regime* pertencia a Deus, e no mundo clássico era claramente distinta (enquanto *zoe*) da vida política (*bios*), agora toma o lugar central nas preocupações do Estado e se torna, por assim dizer, sua pedra fundamental. Estado-nação significa um Estado que torna natividade ou nascimento (que é da pura vida humana) a base da sua própria soberania (...). A ficção implícita aqui é que o *nascimento* torna-se imediatamente *nação*, de tal forma que não pode haver distinção entre dois momentos. O Direito é atribuível ao *homem* somente na medida em que ele é imediatamente pressuposto (na verdade, ele nunca deve aparecer simplesmente como homem) do cidadão (...). Se no sistema do Estado-nação os refugiados representam um elemento tão perturbador é, sobretudo, porque ao quebrar a identidade entre homem e cidadão, entre natividade e nacionalidade, os refugiados põem em crise a ficção primeira da soberania (...)." (Fragmentos selecionados de AGAMBEN, 2005).

escritos de Hannah Arendt quando se trata da questão dos refugiados no mundo de hoje – como se pode verificar no fragmento de um texto escrito no início da década de 1940 [3], selecionado para a epígrafe que abre este trabalho.

Não caberia no espaço deste capítulo (nem tampouco nas limitações teóricas desta pesquisa) uma discussão sobre a questão jurídica e política que a epígrafe aponta, discussão esta que autores como Arendt, Agamben, Sassen, Boaventura Santos, Bauman, Anderson, Canclini, Said, Hall, Derrida e outros (para citar alguns autores de textos e livros que foram consultados de forma mais consistente) conduzem para além do estritamente jurídico político, apontando para as contradições e o anacronismo de uma ordem mundial ainda fundada no Estado-Nação, quando abordam (cada um a seu modo e com enfoque específico) a questão do refúgio e o problema dos refugiados como estreitamente vinculados à questão da soberania do Estado sobre o território e o exercício do poder.

Para tratar da problemática do refúgio no mundo atual, são bem menores as pretensões do que se apresenta a seguir. Serão destacadas algumas tendências mais recentes da questão do refúgio no contexto mundial e das políticas migratórias que afetam imigrantes e solicitantes de refúgio; serão apresentados dados numéricos [4], com alguns comentários que permitem uma aproximação da magnitude do fenômeno (embora com restrições, como veremos a seguir) e um esforço de qualificação da sua complexidade, em termos bastante gerais.

- **A crescente complexidade do refúgio e as políticas para os refugiados**

Enquanto os Estados-nações implantam, em diversas partes do mundo, políticas migratórias cada vez mais restritivas, ocorre simultaneamente uma crescente mobilidade de pessoas. Este paradoxo tem gerado um reconhecimento do caráter político-ideológico do controle de fronteiras, pois o que se vem restringindo, para além do deslocamento em si, são os direitos e a proteção daqueles que se movem entre fronteiras ou mesmo dentro dos territórios nacionais. Tal situação traz para reflexão os objetivos a que servem as diversas

---

Para aprofundamento da construção de Giorgio Agamben (apenas dada a ver de relance nestes fragmentos) consultar AGAMBEN, 2002. Destaca-se a PARTE 2 – "HOMO SACER", pp.79-125 e o Item 3 – "Vida que não merece ser vivida", na PARTE 3, pp. 143-151.

[3] ARENDT, Hannah. In: ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA; Guilherme Assis de. (org.) **O Direito Internacional dos Refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 2.

[4] Os dados apresentados neste capítulo têm como fontes diretas relatórios e documentos do ACNUR e suas publicações estatísticas e/ou fontes outras que citam dados do ACNUR.

formas de controle da migração. Tomadas em seu conjunto elas têm tornado os migrantes mais vulneráveis e sua vida mais precária.

Em um mundo cada vez mais conectado e interligado em várias esferas, fecham-se as entradas em diversos países para imigrantes e solicitantes de refúgio. Erguem-se "novas fronteiras" – militarizadas, policiadas, vigiadas. Constroem-se com cercas de arame farpado e muros (de grande eficácia simbólica) barreiras que materializam o impedimento da entrada dos indesejados, dos sobrantes, do "refugo humano" [5] da "nova ordem" mundial. As barreiras também se compõem de "linhas virtuais" que a tecnologia aperfeiçoa a cada dia.

Além dos imigrantes não desejados para o mercado de trabalho dos países desenvolvidos, também aqueles que buscam o refúgio (mesmo "protegidos" por um sistema jurídico e por convenções internacionais referendadas pela maioria dos países que os recusam ou os deportam [6]) são, cada vez mais, submetidos a critérios que restringem a sua entrada ou têm seus pedidos de refúgio negados, juntando-se, desta forma, aos demais imigrantes em situação irregular.

Nos países desenvolvidos multiplicam-se **espaços destinados à retenção**, à **detenção** e à **espera para a deportação** daqueles que não "podem" entrar. Os **espaços de contenção** [7] vão-se tornando extraterritoriais aos países desenvolvidos, deslocados para países no Norte africano [8] ou no Leste europeu, por exemplo, e também para ilhas onde se aglomera um

---

[5] Ver em BAUMAN, 2005: "A cada refugo seu depósito de lixo", o sentido do termo **refugo humano**, em especial quando utilizado para os refugiados (pp. 94-101). O autor faz um jogo de palavras com os termos refugiados/refugo/refug(i)ados/refugados, que produz um efeito de escrita e de sentidos. "(...) Quando confrontados por um influxo de *outsiders* – o refugo do triunfo planetário da modernidade, mas também de uma nova desordem, também planetária, que está sendo construída –, os *estabelecidos* (para usar a memorável terminologia de Norbert Elias) têm toda razão para se sentirem ameaçados. Além de representarem 'o grande desconhecido' encarando por todos os 'estranhos que vivem no nosso meio', esses *outsiders* particulares, **os refugiados**, trazem os distantes ruídos da guerra, o mau cheiro de lares pilhados e aldeias incendiadas que não podem deixar de nos fazer lembrar como é fácil invadir ou esmagar o casulo de sua rotina segura e familiar (segura *porque* familiar), e como pode ser ilusória a segurança de sua posição. O **refugiado**, como assinalou Bertold Brecht em 'A paisagem do exílio', é 'um arauto das más notícias'" (BAUMAN, 2005, p.85).

[6] SASSEN, 1996, p.64.

[7] Sobre **espaços de contenção** para imigrantes e refugiados ver HAESBAERT, Rogério. Sociedade de in-segurança e descontrole dos territórios. **Anais do 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais** (CD-Rom). Brasília: ABRI, 2007.

[8] Em notícia divulgada em maio de 2009, a Comissão Espanhola de Ajuda ao Refugiado (CEAR) pede o fechamento de um centro de detenção de migrantes na Mauritânia. "Uma equipe da CEAR inspecionou suas instalações e realizou entrevistas com detentos, organizações internacionais, ONGs e autoridades mauritanas e espanholas. Adaptado pelo exército espanhol, o local não tem nenhuma base legal que ampare seu funcionamento nem reúne as mínimas condições (...). A CEAR realizou uma avaliação do centro de detenção de migrantes de Nouadhibou (Mauritânia), a pedido do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação espanhol, cujo resultado é um informe que foi apresentado tanto às autoridades espanholas como, em 29 de abril, ao Comissariado de Direitos Humanos do governo mauritano. No informe (...) se conta como os imigrantes são detidos sem nenhuma base legal e sem assistência jurídica, como são internados em celas em que passam as 24 horas do dia e como são expulsos pela fronteira sem nenhum meio de chegar a seus lugares de origem". Fonte:

número cada vez maior de imigrantes e "refugiados de fato", como é o caso da ilha de Lampedusa [9].

Em muitos países europeus e nos EUA diversos setores da economia não podem prescindir do trabalho dos imigrantes ou, pelo menos, não de todos. Por isso, apesar da crescente associação da figura dos imigrantes e refugiados à invasão, à ameaça, à criminalidade e ao perigo em potencial que representam, há migrações ainda desejadas. Se não mais como eram até a década de 1970 quando, reconhecidamente necessários, os trabalhadores imigrantes vinham através de acordos temporários e dos chamados *work programs*, a migração é desejada porque a mão de obra dos imigrantes ainda é necessária – embora depois da separação entre o joio e o trigo, dos "úteis" e dos "inúteis", e conforme os interesses e flutuações das necessidades da economia global e de setores dos mercados de trabalho nacionais [10].

A **seletividade –** característica marcante das políticas migratórias [11] neste início do século XXI – assume contornos claros de uma triagem entre "sobrantes" e imigrantes que se deseja (ou se necessita) que entrem naqueles países que detêm as riquezas, as tecnologias mais avançadas e os mais atrativos mercados de trabalho; mas a maioria deve ficar do lado de fora. De preferência, os imigrantes indesejados e os refug(i)ados (os mais pobres e os mais vulneráveis) devem permanecer nos seus países e regiões ou serem devolvidos para os lugares de onde saíram, não importando as razões ou situações que os fizeram emigrar ou fugir.

AGENCIA DE NOTICIAS de Informacion Alternativa. "**CEAR pide el cierre del centro de detención de migrantes de Nouadhibou".** Disponível em: <http://ania.urcm.net/noticia.php3?id=27697>. Acesso em: 07 mai. 2009.

[9] "Com uma população de apenas 6.000 pessoas, a pequena ilha italiana de Lampedusa tem-se esforçado para dar conta do fluxo de milhares de pessoas. Em 2006, 18.000 pessoas chegaram à ilha (...)". Trecho transcrito do vídeo Visão Global 2008. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/videos/>. Acesso em: 28 jul. 2008. Conferir também: BOLZEN, Stefanie. "Europe falls into heated debate about asylum rights". **Welt Online.** 02 abr. 2009. Disponível em: <www.welt.de/englishnews/article3489799/Europe-falls-into-heated-debate-about-asylum-rights.html>. Acesso em: 02 abr. 2009 (Tradução livre): "(...) Nos verões de 2005 e 2006 mais de 30.000 refugiados fugiram para as Ilhas Canárias (...). A pressão contra a imigração entrou em vigência mais uma vez. E assim as rotas para migração foram deslocadas mais adiante em direção leste. Por meses a Grécia experimentou uma onda nunca antes vista de refugiados em suas costas... Itália, Chipre e Malta também são confrontadas com o problema de como negociar com os milhares de refugiados que tentam sua sorte no sul da Europa (...). Itália, Malta, Chipre e Grécia lançaram uma iniciativa coletiva em janeiro, chegando a acordos com os países de origem de forma que eles possam deportar os 'refugiados' de uma maneira mais fácil. Além disso, as quatro nações querem a fronteira assegurada pela agência Frontex, para que tais acordos sejam desenvolvidos e estendidos mais adiante (...)".

[10] Ver em ANEXO A – Capítulo 1, Vol. II, p. 3, destaques de matérias jornalísticas e artigo sobre a crise econômica, o desemprego de imigrantes e os novos sistemas de seleção e alocação de imigrantes em setores do mercado de trabalho nos países europeus.

[11] Ver SASSEN, 1996, p.63.

Frente a uma mudança de significado das fronteiras nacionais e de profundas modificações no papel do Estado num mundo globalizado, forja-se uma hiperbolização da **questão da segurança nacional** como que para justificar e legitimar o poder do próprio Estado, os gastos militares, a indústria de armamentos. Enfim, tudo o que hoje garante a sobrevivência do Estado, que passou a "assumir"como central **a função de garantir a segurança e a proteção** dos nativos contra os "invasores".

Estamos na era da **securitização** como o centro das políticas de Estado. Os meios para garantir a segurança (o que inclui o policiamento / fechamento das fronteiras) representam um enorme volume de dinheiro destinado a este fim nos orçamentos dos governos.

Apegados à versão da "santíssima trindade" da soberania – que a modernidade secularizou na tríade estado-nação-território [12] – os governos dos países mais ricos e desenvolvidos (principalmente, mas não somente) buscam, então, legitimar seu poder em certas esferas de atuação, como é o caso do controle das fronteiras. Em outros setores (o financeiro, o do comércio internacional, o da produção e propriedade de novas tecnologias, etc.) cujo controle e gestão cabem aos grandes agentes transnacionais que ditam as regras da globalização, a intensificação de fluxos de diversas naturezas em escala mundial segue redefinindo os papéis de comando na cena global e pulverizando o poder dos Estados [13].

Neste contexto, os governos encarnam o papel de guardiões da segurança dos indivíduos, dos seus corpos, da cultura e dos hábitos nativos, da identidade nacional. O exercício e a espetacularização do poder (jurídico e policial) se apoiam em retóricas que servem para justificar políticas voltadas para a segurança e a proteção (e não mais para um regime de Bem-Estar Social). Ao monitorar, controlar e impedir a entrada de imigrantes e refugiados, são postas em prática estas políticas através de ações que reafirmam o poder soberano sobre o território nacional.

Ao mesmo tempo em que fomentam o medo dos "invasores", os governos desenvolvem novos métodos e tecnologias para controlar a vida dos *outsiders* [14] (que já

[12] "(...) os refugiados põem em crise a origem primeira da soberania (...). Por essa razão – isto é, visto que os refugiados perturbam a velha trindade Estado/nação/território – essa figura aparentemente marginal é mais digna de ser considerada a figura central de nossa história política (...)". Cf. AGAMBEN, 2005.
[13] Ver BIGO, 2003, p.3.
[14] Termo utilizado no livro clássico de ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

entraram em número maior do que o necessário), caçar e prender os que podem ser expulsos[15] e/ou "oferecer ajuda" para os que "concordarem" em voltar para os seus países de origem.

O **terrorismo** é, por certo, considerado como a maior ameaça. Por um lado, uma ameaça concreta que entra pelos poros das linhas de controle e atua através de suas próprias redes transnacionais. Por outro, é a ameaça tornada simulacro perfeito – posto que produzida com os super poderes da mídia – a justificar a necessidade de mais segurança. Um vale-tudo se instaura para conter **"**os terroristas fundamentalistas", vistos como capazes de destruir tudo aquilo que o progresso e a civilização ocidental construíram com sua fé na democracia, na lei e no direito – incluindo os direitos humanos [16].

A resposta ao medo (tão necessário à manutenção do poder do Estado-nação) surge em atos que expressam outros também fundamentalismos: a xenofobia crescente [17], o maior controle dos espaços, a negação de direitos fundamentais aos imigrantes e aos refugiados, leis que determinam a delação de imigrantes indocumentados por funcionários dos setores públicos, a segregação espacial nas cidades, a construção de novos muros e cercas, a expansão de espaços de reclusão e detenção cada vez mais dispendiosos e supostamente mais eficientes. Tudo isso graças a uma insólita combinação dos avanços que as novas tecnologias permitem com o atraso das mentalidades daqueles que detêm o poder de seleção e controle – com o aval de seus eleitores [18].

---

[15] Em maio de 2009, a Itália aprovou uma nova lei para imigrantes ilegais, tornando a legislação italiana a mais rigorosa da União Europeia e aquela que mais claramente criminaliza a migração. "(...) A tipificação como delito da imigração ilegal prevê a aplicação de penas de prisão aos imigrantes que, após terem recebido notificação de expulsão de Itália, permaneçam no país, e àqueles que alugarem casa a imigrantes sem documentação válida. Com exceção para os médicos e diretores de centros educativos, passará a ser obrigatória a denúncia dos imigrantes ilegais que se encontrem no país. Estão previstas multas para os imigrantes clandestinos que oscilarão de 5.000 a 10.000 euros". RADIO FRANCE Internacionale. **Lei pune com cadeia quem ajudar clandestinos na Itália.** 14 mai. 2009. Disponível em: <http://www.rfi.fr/actubr/articles/113/article_14075.asp>. Acesso em: 14 mai. 2009. Sobre o mesmo assunto, uma reportagem de Assimina Vlahou para a BBC diz: "(...) A lei também aumenta o tempo de permanência de irregulares em Centros de Identificação e Expulsão e autoriza a criação de grupos de patrulhamento formados por cidadãos para garantir a segurança pública (...). Além disso, as mulheres estrangeiras sem visto de permanência não poderão registrar os filhos que nascerem em território italiano. (...) A legislação prevê também a detenção de até três anos para os proprietários de imóveis que alugarem casas ou quartos para imigrantes irregulares. Uma das principais normas que o governo italiano quer aprovar é a extensão do tempo de permanência dos estrangeiros irregulares nos Centros de Identificação e Expulsão (CIE) (...)". VLAHOU, Assimina. **Câmara da Itália aprova lei que torna crime imigração ilegal.** 13 mai. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090511_imigracaocrimeitalia_fp.shtml>. Acesso em: 13 mai. 2009.

[16] A partir do tema de uma conferência proferida por SAID (2007, p.15).

[17] Alguns jornalistas e organizações não governamentais já vêm usando até mesmo um termo que especifica a xenofobia mais intensa, qual seja: *islamofobia*.

[18] Sobre a negação das solicitações e a devolução de solicitantes de refúgio por países europeus ver uma adaptação de pequeno artigo em ANEXO B – Capítulo 1, Vol II, p. 9.

Nas últimas décadas a intensificação dos chamados "conflitos étnicos e regionais" [19] fez aumentar rapidamente a solicitação de refúgio, principalmente nos países mais desenvolvidos. Com esta intensificação, cresceu também a desconfiança sobre as razões que determinaram a saída dos **solicitantes de refúgio** de seus países de origem. Na esteira de uma tendência restritiva à entrada de imigrantes, argumenta-se cada vez mais que muitos imigrantes solicitam o refúgio como uma estratégia para entrar legalmente naqueles países e desfrutar de algumas "prerrogativas" do sistema internacional de proteção e do Direito Internacional dos Refugiados.

Ao discutir novas tendências nas práticas referentes ao asilo no final dos anos 1990, Joly e Suhrke [20] destacaram que as maiores mudanças ocorriam nos países europeus e tendiam a assumir principalmente as seguintes formas: (I) interpretação mais rígida da Convenção de Genebra sobre refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967, que amplia o alcance da Convenção – ambos apresentando como critério crucial para conceituar um refugiado a "*existência de fundado medo de perseguição em virtude de motivos étnicos, religiosos ou políticos*"; (II) o desenvolvimento de formas de "proteção temporária" [21] que não oferecem programas de integração sócio-laboral aos refugiados e, portanto, não estão subordinadas à Convenção de 1951; aumento dos chamados programas de recepção dos refugiados na "região" de origem, isto é, nos países vizinhos; (III) desenvolvimento de políticas de intervenção para oferecer ajuda humanitária e proteção dentro dos países de origem com o objetivo de evitar evasões em massa. Joly e Suhrke ressaltam que diversos trabalhos e pesquisas sobre mudanças recentes no regime de asilo e nas formas de aplicação do instituto jurídico do refúgio, embora ainda restritos, vêm criticando o que chamam de "*asilo à moda européia*", ou seja, a noção de proteção temporária.

---

[19] Ver em ANEXO C – Capítulo 1, Vol. II, p. 11, texto e referência do livro onde se encontra a discussão da seguinte questão: " (...) Um dos termos mais enganosos, usados pelos meios de comunicação e por certa literatura acadêmica, é o **termo conflito armado**. Usa-se inclusive de maneira indistinta, **como substituto de guerra**. Sem dúvida, para os conflitos na África sub-sahariana a mídia tem acumulado qualificações como conflito étnico, guerra civil, etc.. Contudo, para as ações em outros palcos de operações militares, como o Afeganistão e o Iraque, onde existe uma presença direta dos Estados Unidos, se emprega o termo guerra. Onde se situa a diferença? (…)". ZGUSTOVA, Monika. ***Réquiem por los refugiados políticos.*** 19 jun. 2009. Disponível em:
<http://www.elpais.com/articulo/opinion/Requiem/refugiados/politicos/elpepiopi/20090619elpepiopi_5/Tes>.
Acesso em: 20 jun. 2009.

[20] Cf. JOLY, Daniele; SUHRKE, Astri. ***Asylum****: changing concepts and practices. Paper prepared for the IUSSP Comitee on South-North Migration.* Barcelona, 1997.

[21] Na realidade, não existe, ainda, nenhuma convenção ou declaração internacional para o estatuto de "proteção temporária". Esta modalidade, em expansão, permite que cada país controle o modo e o número na sua implantação, sem especificar condições de proteção, sua duração, possibilidade ou prazos de renovação da permanência, etc. As situações emergenciais em que o ACNUR prevê possibilidades de proteção temporária serão esclarecidas mais adiante neste capítulo.

Podem ser apontadas como maiores tendências em termos de discussões e reformulações de políticas e práticas de asilo e refúgio em nível internacional aquelas que convergem para situações restritas de asilo e intervenções crescentes nos países de origem, motivadas, certamente, por tentativas de restringir o asilo em seus moldes tradicionais (ou seja, em consonância com a legislação internacional) e pela orientação de intensificar o controle das fronteiras para imigrantes e solicitantes de asilo.

Póvoa Neto destaca o aprofundamento (após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001) da tendência de maior controle das migrações internacionais, já presente desde os anos 1990. Tal aprofundamento se explicita por um movimento de **criminalização das migrações**, compreendido em seu duplo sentido: a busca de "culpados" das ameaças à ordem pública, principalmente entre imigrantes, estrangeiros e minorias étnicas; a intensificação das tentativas de criminalizar a própria condição de migrante.

> Estas últimas, já em marcha ao longo da década anterior em diversas sociedades do chamado mundo desenvolvido, se expressam na introdução de dispositivos legais que autorizam a prisão, o processo e o encarceramento daqueles cujo principal delito foi o ingresso clandestino, a permanência por tempo superior ao autorizado ou o desempenho de atividade laborativa no interior das fronteiras nacionais dos países de imigração (PÓVOA NETO, 2005, p. 297).

O autor afirma que é possível considerar uma **tendência à convergência de políticas em escala internacional no sentido das restrições e do controle das migrações.** A crescente seletividade dos imigrantes acima referida é um fator das restrições em sentido mais geral, que mantém relação com a "ideologia" da criminalização.

Didier Bigo, ao tratar da europeização e suas consequências para a criminalização dos imigrantes, analisa como se construiu uma **imagem de "risco"** sobre certos grupos de imigrantes após os anos 1970 e como os argumentos da criminalização e da segurança ganham força e se expandem para parte da chamada "esquerda" européia, que abandona seus tradicionais valores e princípios e se transforma em um apoio para as idéias de reforço do controle e da vigilância sobre os imigrantes, embora afirmando que os controles precisam permanecer "humanizados".

> (...) O imigrante, considerado benéfico em um período de crescimento econômico, adquire uma **imagem negativa** durante a recessão econômica de quem está arruinando o *Welfare State* através de reivindicações ilegítimas de benefícios da seguridade social e do desemprego. Trabalhadores clandestinos, que entram ilegalmente no país ou permanecem sem permissão legal, desrespeitando as leis sem ter que se preocupar com as consequências de suas ações. A imagem do imigrante submerge dentro da figura do desempregado, do ladrão, do contrabandista e criminoso – uma imagem usada por parte da extrema direita (BIGO, 1992). O imigrante é aquele que é diferente, que tem outros costumes; algumas formulações em que o imigrante é visto como uma ameaça para a identidade nacional do país reforçam essa visão do migrante como um inimigo virtual, um inimigo em si (...) criam um *link* entre raça, migração e 'cidadania europeia', através da distinção entre "intra" e "extra" comunitários (BIGO, 2003, pp.7-8). [22]

Para Bigo, a transferência do controle das fronteiras nacionais para outro lugar (as chamadas área externas às fronteiras europeias) expressa – e convive – com a incerteza sobre estas fronteiras, sobre o "dentro" e o "fora".

Há duas grandes novas tendências em termos da expansão da vigilância e do controle da entrada dos migrantes indesejados: exportar os espaços de contenção para outros países (por exemplo, países do norte da África e do leste europeu); vigiar os mares [23] e as áreas costeiras nas regiões por onde os "refugados" tentam entrar – mesmo submetidos a condições de total insegurança, perigo e exploração por atravessadores e contrabandistas.

Na era da globalização, porém, as fronteiras são porosas e os que buscam o refúgio para salvar suas vidas – fugindo de perseguições, violação de direitos fundamentais e principalmente das guerras e conflitos armados locais e regionais – insistem em entrar de qualquer forma; ainda que tenham que correr todo o tipo de risco e recorrer aos serviços das

---

[22] Tradução livre do trecho selecionado. Cf. BIGO, Didier. ***Criminalization of "migrants":*** *the side effect of the will to control the frontier and the sovereign illusion.* Leicester, UK, 2003.

[23] Um dos melhores exemplos dessas práticas de "controle preventivo nos mares" é o acordo entre a Itália e a Líbia acertado em 2009 entre Kadafi e o primeiro-ministro Berlusconi. "O coronel Kadafi levou consigo a fotografia do maior herói nacional da Líbia para que se siga em frente nas relações bilaterais com Itália sem esquecer o passado. Omar al Mokhtar é símbolo da resistência líbia contra o ocupante italiano. Uma resistência armada, de guerrilha, que vai liderar desde as primeiras horas da ocupação italiana em 1911 até a sua detenção (**e morte**) em 1931. Até o fim da ocupação, em 1942, os italianos mataram mais de 100 mil líbios. Mohamar Kadafi não só aceitou as desculpas oficiais da antiga potência colonialista como conseguiu fazer um acordo histórico em termos econômicos e políticos. A Itália vai investir cinco mil milhões de euros nos próximos 25 anos em infraestruturas, - nomeadamente no setor da habitação e em autoestradas na Líbia. A Líbia garante à Itália um acesso privilegiado aos recursos naturais do país, que já fornece 25 por cento do petróleo e 33 por cento do gás consumidos na Itália. Também se compromete a ajudar a Itália a conter a imigração clandestina. Em 2008, cerca de 37 mil clandestinos desembarcaram na Itália, vindos de toda a África mas utilizando a Líbia como ponto de partida (...) o argumento da Líbia para deixar passar clandestinos era a falta de meios (...) mas a Itália ofereceu quatro navios de patrulha na semana passada para que a Líbia aceite patrulhas mistas nas águas territoriais. O único problema é que a Líbia não é signatária do acordo de Genebra (...)".
EURONEWS. **Acordo histórico entre Itália e Líbia.** 10 jun. 2009. Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/06/10/acordo-historico-entre-italia-e-libia/>. Acesso em: 10 jun. 2009.

máfias criminosas que trataram de transformar fronteiras terrestres, mares, portos, aeroportos, muros e cercas, em espaços propícios para suas atividades altamente lucrativas [24].

É certo que nunca houve sociedade sem barbárie. Mas a barbárie das guerras e dos conflitos étnico-regionais que eclodiram em número assustador após 1990 produziram (e continuam a produzir) levas crescentes de deslocados e necessitados de refúgio que colocam em xeque a eficácia de qualquer controle, as políticas de segurança e proteção, as idéias de cidadania, de direitos humanos e, essencialmente, de humanidade [25]. Em tempos de intensificação das trocas de informações entre as pessoas (e de um inevitável interculturalismo) o que predomina é um incrível retrocesso daquilo que um dia se chamou de civilização, sob as bênçãos de um "certo pensamento humanista ocidental" [26].

*****

[24] A Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) calculou que esta negociata econômica com os refugiados é uma operação mais lucrativa que o tráfico de drogas.

[25] "De fato, o fim da ordem bipolar, marcada pelas disputas ideológicas entre os blocos comunista e capitalista fez ressurgir um otimismo assentado na crença de uma retomada dos instrumentos de governança global multilaterais e em uma redução dos níveis de violência (...). Contudo, grande parte destas expectativas não se efetivou. Em resumo, os conflitos até então patrocinados pelas grandes potências assumiram dinâmica própria, a sua natureza se alterou, estando centrados em disputas étnicas, identitárias, religiosas e territoriais. A maior parte das disputas passou a ocorrer dentro das fronteiras nacionais e as populações civis foram tomadas pelos beligerantes como alvos deliberados" (MOULIN AGUIAR, 2005, p. 90, cit. documento do ACNUR, 2000).

[26] Esta afirmativa foi baseada em argumento desenvolvido por Edward Said sobre a civilização ocidental e a esfera do humanismo (SAID, 2007, pp.20-25).

> *(...) carregando sonhos e histórias de vida, os migrantes e os refugiados buscam se afastar da pobreza, fugir das perseguições, do preconceito e da exclusão. A caminho não está meramente uma quantidade de pessoas, mas indivíduos concretos, ou seja, falamos de uma questão humanitária que implica uma revisão de valores e promoção de iniciativas concretas e solidárias a favor da vida e do respeito à pessoa humana.* (Milesi, 2008, p.1).

> *Tornar-se um refugiado significa perder os meios sobre os quais se assenta a existência social, ou seja, um conjunto de coisas e pessoas comuns portadoras de significados – terra, casa, aldeia, cidade, posses, empregos e outros marcos divisórios cotidianos. Essas criaturas à deriva e à espera não têm nada senão sua "vida crua", cuja continuação depende de ajuda humanitária.* (Bauman, 2005, p.97).

O número de imigrantes em todo o mundo já superou os 200 milhões. "Em 2005, existiam 191 milhões de imigrantes, quase duas vezes e meia o número de 1965" – afirmou em 02 de dezembro de 2008 à BBC Brasil, Jemini Pandya, porta-voz da OIM, com base no documento *World Migration Report 2008*.

Segundo o porta-voz, o fator que mais chama atenção nas mudanças em curso é a crescente diversidade de origem e distribuição geográfica dos imigrantes no mundo. Quanto às tendências, ressaltou que os fatores que estimularam os movimentos migratórios nas últimas décadas (como o avanço da globalização, a facilidade de transporte e o acesso à informação) não devem desaparecer, assim como não desapareceram os motivos que levam as pessoas a mudar de país. O que tende a acontecer, disse o porta-voz, "é um endurecimento nas leis dos países de destino, o que poderá significar uma quantidade maior de imigrantes ilegais".

A política de imigração [27] é sempre um assunto delicado – assunto de Estado imbricado com relações e interesses internacionais – e esta é uma das razões pelas quais os discursos e recomendações dos membros das organizações internacionais para migrantes e refugiados são tão cuidadosos.

> "Sugerimos que os países, em vez de estimular a imigração ilegal aumentando as restrições, se preparem melhor para receber os imigrantes, para beneficiar o crescimento de suas economias" disse Pandya. E concluiu: "Esses países, especialmente os europeus, devem analisar como estará sua força de trabalho no futuro, quais os setores que estarão mais deficientes, e se preparar para acolher o número necessário de pessoas [28].

É preciso lembrar que existe uma grande confusão da figura dos refugiados com a dos imigrantes. É cada vez mais difícil conseguir distinguir imigrantes de refugiados, embora exista um regime internacional específico para os últimos – o que ocorre também através de legislação nacional em alguns países. Assim, muitos "refugiados de fato" e solicitantes de refúgio são contados como imigrantes.

Uma consulta ao site do ACNUR Brasil permite inferir a dificuldade (e a necessidade, na visão da agência) de identificação dos refugiados nos chamados "fluxos mistos". Um dos destaques da primeira página do site possuía a seguinte "chamada" que abre um texto [29] em linguagem simples.

---

[27] "O termo política de imigração abrange um amplo espectro de distintas políticas nacionais" (SASSEN, 1996, p.63). Nos estudos migratórios, o termo é utilizado tanto para se referir às políticas de assimilação, que predominavam no passado, quanto às chamadas políticas restritivas, como é o caso do impedimento à entrada, restrições de direitos aos serviços públicos, documentos, etc..

[28] BBC Brasil. **Mundo já tem 200 milhões de imigrantes, diz relatório.** 02 dez. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081202_imigracao_rc.shtml>. Acesso em: 03 dez. 2008.

[29] O pequeno texto que esclarece a "chamada" acima em destaque está aqui reproduzido na íntegra. Cf. em <http://www.acnur.org/t3/portugues/>. Acesso em: 25 abr. 2008. Texto também presente em: <http://www.mscs.org.br/userfiles/file/cesmi_informativo_IX_n_117.doc>. Acesso em: 01 ago. 2009. Grifos nossos.

Migração e refúgio. Entenda a importância de identificar e proteger refugiados e solicitantes de refúgio no contexto dos fluxos migratórios mistos

Um dos objetivos do ACNUR é trabalhar com os governos para identificar quem é migrante e quem é solicitante de refúgio dentro dos fluxos migratórios. O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres, tem afirmado que questões como migração e segurança fazem parte do debate público, porém, combinadas, exercem uma enorme pressão sobre os sistemas de refúgio e as legislações relacionadas ao tema. **Guterres acredita que preservar o refúgio requer a capacidade de localizar as pessoas que necessitam de proteção em meio aos fluxos migratórios complexos.** Todos os Estados estão sendo chamados a administrar de forma responsável suas fronteiras e a adotar políticas migratórias apropriadas.

Também devem atuar com firmeza para eliminar o tráfico de seres humanos, aplicando severas sanções aos traficantes. **Mas a vigilância das fronteiras não deve impedir o acesso ao procedimento de refúgio ou à concessão do estatuto de refugiado àqueles que, de acordo com o direito internacional, possuem o direito de obtê-lo.** As medidas de repressão enérgicas contra os criminosos devem seguir a preocupação humanitária de proteger suas vítimas. Assegurar-se de que aqueles que realmente necessitam de proteção possam obtê-la **requer uma política efetiva e uma intervenção oportuna por parte do ACNUR e das entidades colaboradoras,** incluindo o acesso aos grupos mistos nos novos fluxos migratórios e o melhoramento dos processos de investigação individual. **As medidas contra a fraude e o abuso são necessárias para assegurar a proteção, e são indispensáveis para estabelecer a credibilidade do sistema de refúgio.**

Cabe esclarecer que os relatórios anuais do ACNUR não consideram em suas estatísticas os fluxos migratórios mistos ou complexos. A principal razão alegada pela agência é a falta de dados estatísticos confiáveis e uma análise do fenômeno baseada em evidências (conferir o que o relatório de dados e tendências globais sobre o ano de 2007 indica para conhecimento das estratégias indicadas pelo ACNUR para os fluxos mistos [30]).

[30] Como parte da estratégia direcionada ao fenômeno de fluxos migratórios combinados, o ACNUR desenvolveu o **Plano de Ação em 10 Pontos**, que objetiva assegurar que espaços de proteção continuem disponíveis a pessoas com necessidade de proteção internacional. O terceiro desses dez pontos refere-se ao cuidado com sistemas de entrada sensíveis à proteção: "O estabelecimento de um sistema de entrada que funcione é um elemento importante em qualquer estratégia relacionada a movimentos mistos. O controle fronteiriço é essencial no combate do crime internacional, incluindo o tráfico de pessoas, e para evitar ameaças à segurança do país. São necessárias salvaguardas práticas de proteção para garantir que tais medidas não sejam aplicadas de maneira indiscriminada ou desproporcional e para que não levem ao "*refoulement*". Neste sentido, os oficiais fronteiriços e de imigração se beneficiariam da capacitação e de instruções claras de como responder às solicitações de

Com relação à migração marítima irregular, um conjunto de considerações especiais se sobressai, incluindo "a salvaguarda das vidas em alto mar, o respeito às obrigações do direito marítimo, a manutenção da integridade do regime de busca e resgate e a garantia do tráfego marítimo fluído".

Os acidentes e desaparecimentos de barcos nas costas da Líbia e da Itália no início de 2009, com o afluxo de embarcações lotadas de migrantes e "potenciais solicitantes de refúgio" na chamada "Região de resgate e busca de Malta", motivaram declarações enfáticas dos representantes do ACNUR, conforme se pode verificar a seguir no comunicado disponível no site da agência [31].

ACNUR está chocado com as perdas de vidas no Mediterrâneo [32]

GENEBRA, 31 de março de 2009 (ACNUR) – O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres, expressou nesta manhã sua profunda tristeza diante das notícias do desaparecimento na costa da Líbia de centenas de pessoas que tentavam chegar à Europa em embarcações irregulares. Ele descreveu o incidente como "o último exemplo trágico de um fenômeno global no qual pessoas desesperadas tomam atitudes desesperadas para escapar de conflitos, perseguições e pobreza em busca de uma vida melhor".

As informações ainda são imprecisas, mas os relatos indicam que várias embarcações partiram da costa da Líbia em direção à Itália nos últimos dias e ao menos um barco afundou, deixando muitos passageiros desaparecidos. As autoridades egípcias afirmaram que o acidente ocorreu a cerca de 30 quilômetros da costa da Líbia e que alguns cidadãos egípcios foram resgatados.

---

refúgio e como satisfazer as necessidades de crianças separadas, vítimas de tráfico e outros grupos com necessidades específicas". Para mais informações, conferir:
<http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/4742a30b4.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2007.

[31] Ver no ANEXO D – Capítulo 1, Vol. II, p.14, outro comunicado do ACNUR e trecho transcrito do vídeo *"Visão Global 2008"* sobre a migração marítima irregular e os acidentes com barcos no mar Mediterrâneo e no golfo de Aden.

[32] ALTO COMISSARIADO das Nações Unidas para Refugiados. **ACNUR está chocado com as perdas de vidas no Mediterrâneo.** 31 mar. 2009. Disponível em:
<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-esta-chocado-com-as-perdas-de-vidas-no-mediterraneo/>. Acesso em: 31 mar. 2009.

Continuação

Este é o começo da temporada de tráfico irregular de pessoas pelo Mediterrâneo. O escritório do ACNUR em Roma relatou que dois barcos chegaram à Itália esta semana – um na Sicília, com 244 pessoas a bordo; e outro em Lampedusa, com 219 passageiros", informou o porta-voz da agência, Ron Redmond.

No ano passado, 36 mil pessoas partiram do norte da África e chegaram à Itália pelo mar. Cerca de 75% delas solicitaram refúgio e 50% receberam alguma forma de proteção internacional das autoridades italianas. "Este trágico incidente ilustra, mais uma vez, os perigos enfrentados pelas pessoas que fazem parte dos fluxos mistos irregulares de migrantes e refugiados no Mediterrâneo e em outros lugares, e que custam milhares de vidas a cada ano", afirmou Redmond.

O Alto Comissário lembrou que a globalização tem sido assimétrica e que, enquanto o dinheiro e as mercadorias se movem com liberdade, os obstáculos ao deslocamento de pessoas ainda existem e continuam crescendo. "Esse paradoxo faz com que um grande número de pessoas cruze fronteiras internacionais de forma irregular, o que torna mais difícil a distinção entre migrantes econômicos e refugiados e solicitantes de refúgio", explicou Guterres. Para ele, o incidente também reforça a necessidade de uma maior cooperação internacional para resgates marítimos.

Durante esta semana, a Assistente do Alto Comissário para Proteção, Erika Feller, está na Grécia para uma série de encontros que incluem uma discussão sobre a atual situação dos solicitantes de refúgio no país e as chegadas pelo mar. Amanhã, Feller visitará o porto da cidade de Patras, onde muitos migrantes afegãos, entre eles solicitantes de refúgio e mais de 250 menores desacompanhados, vivem em um campo provisório.

*****

O processo de fechamento das fronteiras e as políticas restritivas para a entrada e a concessão de direitos atingem tanto imigrantes quanto refugiados, não computando oficialmente um grande número de pessoas que são transformadas em ilegais, sem papéis, invisíveis, não-contáveis. Por isso, nos estudos migratórios, é necessário trabalhar sempre com o cuidado que exigem as estimativas, dados aproximados, inferências e projeções baseadas em tendências e as mudanças que se fazem nos procedimentos estatísticos e nas categorias utilizadas.

O número de refugiados espalhados pelo mundo é sempre um tema controvertido e propenso a permanecer como tal. Não apenas porque as estatísticas são difíceis, mas dado que a própria idéia de refugiado é hoje um **"conceito em contestação".** Muitos países não aceitam as definições a partir das quais o ACNUR opera. Há uma grande pressão por parte dos países desenvolvidos (que se revela cada vez mais estratégica para manter longe os refugiados ou contê-los em suas próprias regiões) para que as diversas formas de proteção chamadas de "temporárias" e "complementares" [33] sejam consideradas como as mais viáveis, embora não reconhecidas como as melhores.

Por outro lado, novas categorias de "pessoas sob a preocupação do ACNUR" (como será verificado nos dados apresentados a seguir) foram criadas e reconhecidas oficialmente nas instâncias da ONU e nas estatísticas do ACNUR, como decorrência da expansão da atuação da agência e de outras organizações humanitárias que trabalham para dar proteção e segurança mínimas em "situações de crise" ou nos "incidentes de segurança" – gerados quase sempre por recrudescimento de conflitos prolongados e pela eclosão de novos conflitos com alto grau de violência que envolvem atores indefinidos e geram o afluxo de uma grande massa de refugiados e/ou de deslocados internos.

Em tais situações, cada vez mais frequentes desde os anos 1990, são realizadas ações emergenciais e/ou temporárias até que novas soluções sejam encontradas para encaminhar os refugiados para outros lugares com melhor infraestrutura e mais segurança, ou até que estes possam retornar aos seus países e/ou regiões de origem quando cessarem as causas que motivaram o refúgio e houver uma situação de estabilidade [34]. Ainda que o retorno e as

---

[33] "Proteção temporária refere-se a arranjos desenvolvidos pelos Estados para oferecer proteção de natureza temporária a pessoas chegando em massa de situações de conflito ou violência generalizada sem a necessidade de determinação de status formal ou individual. Proteção complementar refere-se à permissão formal, sob lei nacional, fornecida por razões humanitárias a pessoas que necessitam de proteção internacional para residir em um país, mesmo que não estejam classificados como refugiados sob os critérios convencionais. (Fonte: ACNUR. ***Global Trends* 2007**. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/6523.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008). Baseada em documento do ACNUR de 2004, Moulin esclarece que os esquemas de proteção temporária "oferecem refúgio a qualquer pessoa que fuja de uma área em que há generalizado conflito ou abuso de direitos humanos. A proteção temporária não pode ser prolongada e pode ser levantada quando, em acordo com o ACNUR, seja seguro retornar" (MOULIN AGUIAR, 2005, p.94).

[34] Os refugiados que retornaram voluntariamente a seus países de origem ou lugar de residência habitual são incluídos na categoria **retornados** (*returnees*). A **repatriação voluntária** é a solução durável que beneficia o maior número de refugiados. O ACNUR estimou em 2007 que, nos últimos dez anos, 11,4 milhões de refugiados tinham retornado a seus países; 63% deles retornaram com assistência do ACNUR. O próprio Alto Comissário do ACNUR afirma, contudo, que em algumas regiões o ritmo de retorno em 2007 diminuiu consideravelmente, como foi o caso do Afeganistão: "Embora milhões tenham retornado ao país desde que o regime *Taliban* foi deposto em 2001, muitos tiveram a esperança de reconstituírem suas vidas destruídas, já que eles lutam para alimentar sua família, achar emprego e um lugar para viver. A economia afegã está em frangalhos, e a crescente insegurança impede o desenvolvimento do país e desencoraja os investimentos externos. (...) O ACNUR trabalha em parceria com o governo afegão para amenizar os problemas dos refugiados retornados (...). Mas a maior parte

condições mínimas para garantir a sobrevivência dos retornados e a sua segurança tenham que ser gerenciados com a presença do ACNUR e/ou dos soldados das "forças de paz da ONU".

Neste contexto, o ACNUR declarou os anos 1990 como "a década da repatriação". Progressivamente, a concessão do *status* de refugiado se vinculou mais à presença de fatores objetivos – o que também levou a agência a enfatizar a preocupação com o "retorno seguro", alterando a essência da noção original de "retorno ou repatriação voluntária", ou seja, quando os próprios refugiados expressam seu desejo de voltar. A avaliação das condições objetivas do país de origem para justificar o retorno passou a caber ao Conselho de Segurança da ONU. (MOULIN AGUIAR, 2007, p.95).

Em junho de 2008, ao divulgar o documento ***Global Trends* 2007,** produzido pelo ACNUR, o Alto Comissário António Guterres destacou que, apesar do aumento no número de refugiados, houve progresso em algumas áreas de atuação da agência.

> O objetivo da ACNUR é encontrar **soluções duradouras** para os refugiados. Essas soluções incluem **repatriação voluntária** quando as condições nos países de origem permitem; **integração nos primeiros países de asilo** ou o **reassentamento em terceiros países**. Podemos dizer que houve progresso nessas áreas em 2007, ainda que se tenha muito por fazer (...) 731 mil refugiados voltaram para casa com o auxílio dos programas de repatriação voluntária em 2007 [35] (...) Além disso, um número estimado de dois milhões de deslocados internos também retornou para seu local de origem no mesmo ano [36].

---

dos refugiados retornou para suas casas destruídas, para a insegurança, e as chances de conseguirem um trabalho são poucas (...)". (Transcrição de parte do vídeo "Visão Global 2008", produzido pelo ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/videos/>. Acesso em: 28 jul. 2008).

[35] Soluções duradouras são elementos cruciais de proteção internacional e componentes do mandato do ACNUR. Essas soluções podem tomar três formas diferentes: (I) **repatriação voluntária** ao país de origem; (II) **reassentamento em outro país**; (III) encontrando mecanismos apropriados, **integração** permanente no país de exílio. **Reassentamento** é uma ferramenta-chave de proteção e um mecanismo significativo de responsabilidade compartilhada. O reassentamento é utilizado como ferramenta vital de proteção, como solução durável e um mecanismo internacional de responsabilidade compartilhada. Objetiva promover proteção a refugiados cuja vida, liberdade, segurança, saúde ou direitos humanos fundamentais estejam em risco em seus países de asilo. É normalmente utilizado pelo UNHCR quando outras soluções duráveis não são viáveis ou possíveis. Atualmente, o reassentamento beneficia somente um pequeno número de refugiados. Em 2007, menos de 1% do total de refugiados foram favorecidos diretamente por esta solução. **Integração local**, a terceira solução duradoura, é um processo legal, socioeconômico e político pelo qual os refugiados se tornam progressivamente parte da sociedade que os recebe. É, entretanto, difícil de quantificar em termos numéricos o grau e a natureza da integração local, dada a variedade de formas que pode tomar. Alguns países só documentam a aquisição de nacionalidade, o passo final e crucial rumo à proteção total do país de asilo. Mesmo nos casos em que refugiados conseguem cidadania via naturalização, dados estatísticos normalmente são muito limitados, já que muitos países geralmente não se preocupam em distinguir os refugiados das outras pessoas que foram naturalizadas. As estatísticas do ACNUR sobre integração local são limitadas "às situações nas quais o alcance total de proteção é estendido a refugiados pelo país que os recebe"- ou seja, integração local através de naturalização.

[36] BBC BRASIL. **Número de refugiados atinge recorde, diz ONU.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080617_refugiadosonurelatorio_np.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2008.

Apesar da imprecisão e variação [37] de algumas categorias utilizadas mais recentemente pelo ACNUR e da possibilidade de diversas interpretações sobre as soluções encontradas para um número cada vez maior de pessoas "sob a preocupação" da agência (além da variedade de ações necessárias nas situações em que atua), os números mais confiáveis ainda são aqueles produzidos de forma sistemática por meio de registros e operações estatísticas pelo Alto Comissariado e seus parceiros – divulgados pela agência nos relatórios anuais.

Os relatórios específicos sobre refugiados (como o "*The state of the world's refugees*"[38]) forneciam até 2005 os números das pessoas já reconhecidas com base na definição da ONU de "refugiado" – objeto mais legítimo de preocupação do ACNUR. Os dados disponibilizados pelo ACNUR no documento *"Global Trends 2007*" [39] diferenciam **os refugiados** – "aqueles que cruzaram uma fronteira internacional fugindo de perseguição ou de conflito"; e **os deslocados internos (IDPS)** - "que foram obrigados a sair de seus lugares, mas permanecem deslocados dentro de seus próprios países".

Em junho de 2007, o então representante do ACNUR no Brasil, Luis Varese, já afirmava em uma palestra no Rio de Janeiro:

[37] Como exemplo, pode-se ressaltar a revisão interna de classificações e definições estatísticas do ACNUR de 2006 para 2007. Segundo o órgão o objetivo desta revisão foi obter estatísticas mais consistentes sobre países e categorias. Duas grandes mudanças foram introduzidas nas estatísticas de 2007: a) a metodologia para estimar refugiados de países industrializados foi revisada com o objetivo de garantir ao ACNUR estatísticas mais consistentes sobre países e categorias; b) certos grupos ou categorias de populações previamente incluídas como "outras pessoas em foco de preocupação" para o ACNUR foram reclassificadas. Esta reclassificação levou a uma significativa diminuição na categoria "Outros". Pessoas consideradas "*em* situações semelhantes à de refugiados" ou como "deslocadas internos" foram removidas da categoria "outras pessoas em foco de preocupação" e incluídas nas categorias "Refugiados" e "Deslocados internos", aumentando assim estas duas categorias.

[38] Várias edições do relatório "*The state of the world's refugees*" estão disponíveis [em inglês] em: <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c4b8.html>.

[39]. O informe completo "Tendências Globais 2007", publicado em junho de 2008, está disponível em inglês no site <http://www.unhcr.org/statistics/STATISTICS/4852366f2.pdf>. A consulta aos sites e documentos estatísticos disponibilizados pelo ACNUR foi realizada em abril de 2009. Este documento do ACNUR foi tomado como base de consulta para os dados que serão elencados e comentados, uma vez que à época da escrita deste capítulo (abril de 2009) não havia sido disponibilizado o documento similar para os dados finais de 2008. Para uma atualização há, ao final deste capítulo, uma breve síntese dos dados estatísticos referentes a 2008 disponibilizados pelo ACNUR em julho de 2009 no informe completo "Tendências Globais 2008". Alguns dados e tendências apresentados foram obtidos, ainda, a partir de diversas mídias, como é o caso das matérias de agências de notícias como a EFE, APC, BBC, Reuters – quando elas se referiam a declarações de altos representantes do ACNUR ou a documentos divulgados pelo órgão.

> (...) São milhões de pessoas sob a preocupação da agência, incluindo refugiados, deslocados internos, pessoas retornando aos seus países de origem, apátridas e milhões de refugiados e deslocados vivendo em campos provisórios. Em 2006 houve uma redução do numero de pessoas sob a preocupação do ACNUR – embora com aumento do número total de deslocados internos. As fronteiras endurecidas são um dos fatores de explicação dessa redução dos números oficiais de refugiados (...). **A ilusão da provisoriedade é uma questão presente na migração, mas que se exacerba ao nível de suportar a precariedade da vida nos campos de refugiados – espaços onde muitos vivem durante anos sem perspectivas concretas de saída.** Hoje estamos vendo um aumento do número de refugiados – tanto fora de seus países quanto aqueles que são deslocados internos. No início de 2007, esse número chegou a 34 milhões de pessoas (...) [40].

Luis Varese destacou, ainda, que em 2007 a Colômbia e o Iraque dispararam no ranking dramático dos países que mais originam refugiados, para se juntar ao Afeganistão (mais de 2 milhões), ao Sudão (mais de 1 milhão – onde se desenrola o que hoje é considerada a maior barbárie de nossos tempos, o drama dos refugiados da região de Darfur), à República Democrática do Congo (que já em 2005 havia gerado mais de 500 mil refugiados), ao Burundi e à Somália (onde seca e conflitos se juntam para empurrar milhões para campos de refugiados no Quênia – já superlotados e onde faltam alimentos e água).

No continente americano o grande problema está na Colômbia e em alguns países fronteiriços – especialmente no Equador, o país vizinho com a maior concentração de refugiados colombianos. Em 2007, havia aproximadamente três milhões de deslocados internos na Colômbia e mais de quatro milhões de deslocados para fora do país, em função de conflitos, perseguições e barbaridades de todos os tipos [41].

No lançamento de uma semana de atividades para marcar o Dia Mundial do Refugiado em 20 de junho de 2008, o Alto Comissário da ONU para Refugiados – António Guterres – disse em Londres:

---

[40] Palestra proferida em julho de 2007 por ocasião de jornada científica organizada na Cáritas – RJ, para marcar o Dia Mundial do Refugiado. Anotações por Regina Petrus. Grifos nossos.

[41] Nos anos seguintes, a Colômbia vai apresentar um aumento contínuo tanto de deslocados internos quanto de deslocados para fora de suas fronteiras, além de um aumento das pessoas que efetivamente solicitam o *status* de refugiado. Em 2009 o *status* de refugiado foi concedido pelo Equador a 26.200 colombianos. O número de colombianos considerados em uma situação análoga à de refugiado no país vizinho foi ajustado de 82.300 para 71.400, em consequência de um esforço continuado para o aperfeiçoamento dos registros. (ACNUR. Global Trends 2009, p. 11). Em 2010, o conflito colombiano já causara, em quase cinco décadas, o deslocamento interno de 3,7 milhões de habitantes, enquanto outros 380 mil foram abrigados ou estão pedindo proteção em 36 países, segundo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). O Equador, país que tem uma fronteira de 720 km com a Colômbia, é o maior receptor de deslocados daquele país, e já reconheceu o status de refugiado a 52.000 pessoas. (Disponível em: <http://momento24.com/en/2010/11/09/colombia-displaces-and-ecuador-receives-refugees-by-violence/>. Acesso em: 19 nov. 2010).

> Após termos assistido a uma queda (dos números de refugiados) durante cinco anos, vimos aumentar nos dois últimos anos, e é preocupante", disse Guterres, acrescentando que uma "combinação de desafios globais" pode levar a novos aumentos de deslocados no futuro. Esses desafios incluem desde situações de emergência relacionadas à explosão de conflitos armados até a degradação ambiental devido a mudanças climáticas ou à crescente concorrência por recursos cada vez mais escassos. O aumento dos preços dos alimentos prejudicou especialmente os mais pobres e gerou instabilidade em muitos lugares [42].

O Alto Comissário destacou que, entre os refugiados, os afegãos (em torno de três milhões, principalmente no Paquistão e Irã) e os iraquianos (aproximadamente dois milhões, principalmente na Síria e na Jordânia) representavam praticamente a metade de todos os refugiados sob proteção do ACNUR em nível mundial em 2007, seguidos dos colombianos (552.000), sudaneses (523.000) e somalis (457.000). Indicou, também, que uma boa parte do incremento do número de refugiados em 2007 foi motivada pela situação de insegurança no Iraque.

> No Iraque, com a divisão sectária e com a falta de uma solução política global, o número de deslocados internos subiu de 1,8 milhões que havia no começo do ano para fechar o ano com cerca de 2.4 milhões (...). Também há outros incrementos ou novas situações de deslocamento no Afeganistão, na República Centro Africana, no Chade, Sri Lanka e Yêmen[43].

Um resumo do documento ***Global Trends* 2007** destaca alguns dados, explicações e tendências, dentre os quais foram selecionados os seguintes:

- No começo de seu trabalho em 1951, o mandato do ACNUR se limitava a buscar soluções pra os refugiados no mundo. Contudo, nas últimas décadas assumiu a tarefa de trabalhar junto a outras agências da ONU e ONGs para dar assistência a um número cada vez maior de deslocados internos por motivo de conflitos armados.

- O número de refugiados e deslocados internos sob amparo do ACNUR se elevou em 2,5 milhões em 2007, alcançando 25,1 milhões (estes dados foram elaborados com informações de mais de 150 países).

---

[42] Portal G1. **Refugiados e deslocados internos batem recorde em 2007**. 17 jun. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL603786-5602,00-REFUGIADOS+E+DESLOCADOS+INTERNOS+BATEM+RECORDE+EM.html>. Acesso em: 18 jun. 2008.
[43] Idem, *ibidem*.

- O ACNUR se ocupa de outras categorias de pessoas, incluindo apátridas, solicitantes de asilo, refugiados devolvidos a seus países de origem, deslocados internos retornados e outros [44]. No total 31,7 milhões de pessoas recebem ajuda do ACNUR, sem incluir os 4,6 milhões de palestinos assistidos pela Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA).

- No final de 2007, o número de refugiados sob responsabilidade do ACNUR que deixaram seus países por causa de perseguições ou de um conflito havia aumentado de 9,9 milhões no final de 2006 para **11,4 milhões no final de 2007 (um aumento de 15,5%)**. Segundo o Centro para Supervisão do Deslocamento Interno, o número global de pessoas afetadas por deslocamentos provocados por conflitos aumentou de 24,4 milhões em 2006 para **26 milhões** em 2007 – representando um número sem precedentes de pessoas deslocadas sob a proteção do ACNUR.

- Análises de dados de refugiados revelam dois padrões principais. Primeiro, a vasta maioria de refugiados permanece em sua região de origem, com mais de 80% alocados em países fronteiriços. Segundo, as informações disponíveis indicam que o número de refugiados

[44] As pessoas em foco de preocupação incluídas neste relatório compreendem sete grupos diferentes, nomeados como: **a) "Refugiados"-** incluem indivíduos reconhecidos na Convenção relacionada ao Status de Refugiados de 1951; seu Protocolo de 1967; a Convenção da OAU dirigida a aspectos específicos de problemas de refugiados na África de 1969; aqueles reconhecidos de acordo com o estatuto do ACNUR; "formas complementares de proteções" concedidas a indivíduos; ou aqueles beneficiados por "proteção temporária"; **b) "Exilados" -** são indivíduos que têm seus pedidos de asilo ou *status* de refugiado pendentes de decisão final (o chamado acúmulo de casos não resolvidos ou pendentes); **c) "Deslocados Internos *(IDPs*)"** - são pessoas ou grupos de indivíduos que foram forçados a deixar suas casas ou lugares de residência habitual, como resultado de ou para evitar, particularmente, efeitos de conflito armado, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres de ordem natural ou causados por humanos, e que não tenham atravessado uma fronteira internacional; **d) "Refugiados que retornaram" (repatriados) -** se referem a refugiados que retornaram voluntariamente a seus países de origem ou lugar de residência habitual; **e) "*IDPs* que retornaram"** - referem-se àquelas *IDPs* beneficiárias de proteção e assistência do ACNUR e que retornaram a seus lugares de origem ou residência habitual de janeiro a dezembro de 2007; **f) "Apátridas"** - são indivíduos que não são considerados nacionais por nenhum Estado sob leis nacionais relevantes. As estatísticas deste documento também incluem pessoas com nacionalidades indeterminadas. O ACNUR recebeu da Assembléia Geral da ONU a tarefa de preencher as funções estabelecidas no artigo 11 da Convenção de Redução de Pessoas sem Estado de 1961, e de agir como intermediário entre Estados e apátridas para contribuir na prevenção e redução de pessoas sem nacionalidade e a reportar, regularmente, a importância do fenômeno; **g) "Outras pessoas em foco de preocupação" -** se referem a indivíduos que não estão necessariamente categorizados em nenhum dos grupos acima, mas a quem o ACNUR estendeu sua proteção e assistência, baseada em questões humanitárias ou outras razões especiais. Outras duas subcategorias foram adicionadas: **"situação semelhante a de refugiado"** (incluída em "refugiados") - esta subcategoria é de natureza descritiva e inclui grupos de pessoas que estavam fora de seus países ou territórios de origem e que encaravam riscos similares aos dos refugiados, mas para quem o status de refugiado não foi concedido, por razões práticas ou por outras razões; "**situação semelhante a de deslocado interno"** (incluída em "*IDPs*") - esta subcategoria é de natureza descritiva e inclui grupos de pessoas que estão dentro de seus países de origem ou habitual residência e que enfrentam riscos similares aos das *IDPs*, mas que, por razões práticas ou por outras razões, não foram classificadas como tais.

urbanos continua crescendo. Estima-se que metade da população refugiada esteja residindo em áreas urbanas no final de 2007.

- Dos 11,4 milhões de refugiados sob proteção do ACNUR, 25% estavam no Oriente Médio e África do Norte, enquanto 20% estavam na África. Os países que mais geram refugiados estão nas áreas com conflitos armados por motivos étnicos, religiosos, lutas tribais (quase sempre imbricados com interesses econômicos e disputas territoriais) e naquelas regiões que se tornaram o alvo de operações militares pelos países que "decidem sobre as guerras" no mundo global [45].

- O número de refugiados e pessoas deslocadas que fogem de conflitos armados ou de catástrofes naturais nunca alcançou um nível tão elevado no mundo, chegando a 67 milhões de pessoas em 2007.

Seguem algumas tabelas de dados elaboradas a partir do relatório *Global Trends* 2007.

CATEGORIAS DE DESLOCAMENTOS FORÇADOS	Total em milhões
Refugiados sob o mandato do ACNUR Refugiados sob o mandato do UNRWA	11.4 4.6
Número total de refugiados	**16.0**
Deslocados internos por conflitos Deslocados internos por desastres naturais	26.0 25.0
Número total de deslocados internos	**51.0**
Número total de refugiados e deslocados internos	**67.0**

Fonte: ACNUR, *Global Trends* 2007.

[45] A discussão sobre o termo "conflitos armados" e seu uso de maneira indistinta do termo "guerra" já foi indicada neste capítulo na página 8, nota 19.

População total por categoria, final de 2007.	**31.7 milhões (total)**
Apátridas	9.4%
Deslocados internos protegidos/ assistidos pelo ACNUR	43.3%
Deslocados internos retornados	6.5%
Refugiados	35.9%
Refugiados Retornados	2.3%
Solicitantes de asilo	2.4%
Vários	0.2%

Fonte: ACNUR, *Global Trends* 2007.

População refugiada por regiões do ACNUR - final de 2007			
Regiões do ACNUR	**Refugiados**	**Pessoas em situação *refugee-like***	**Total de refugiados, final de 2007**
África Central e Grandes Lagos	1.100.100	-	1.100.100
Leste e Chifre da África	815.200	-	815.200
África Austral	181.200	-	181.200
África Ocidental	174.700	-	174.700
Total África*	2.271.200	-	2.271.200
Américas	499.900	487.600	987.500
Ásia e Pacífico	2.675.900	1.149.100	3.825.000
Europa	1.158.200	5.100	1.585.300
Meio Oeste e Norte da África	2.654.000	67.600	2.271.600
Total	**9.681.200**	**1.709.400**	**11.390.600**

* Excluindo o Norte da África.
Fonte: ACNUR, *Global Trends* 2007.

Principais países receptores de refugiados - final de 2007	
Paquistão*	2.033.100
República Árabe da Síria**	1.503.800
República Islâmica do Irã	963.500
Alemanha	578.900
Jordânia**	500.300
República Unida da Tanzânia	435.600
China	301.100
Reino Unido***	299.700
Chade	294.000
Estados Unidos***	281.200

* Inclui afegãos em situação *refugge-like*
** Estimativa governamental
*** Estimativa do ACNUR baseada em 10 anos para o reconhecimento individual de solicitantes de asilo. Os dados da tabela excluem refugiados reassentados.

Fonte: ACNUR, *Global Trends* 2007

Novas solicitações de asilo realizadas nos principais escritórios do ACNUR*	
República do Quênia	19.000
Malásia	13.800
Turquia	7.600
Somália**	6.500
Egito	3.500
Yemen	3.000
República de Camarões	2.800
Índia	2.700
Líbia	2.600
Paquistão	2.200

*Exclui as solicitações de recurso.
** Número de casos.

Fonte: ACNUR, *Global Trends* 2007.

Sobre o **retorno de refugiados**, o Relatório 2007 informa que 731.000 refugiados puderam retornar aos seus lugares através de programas de repatriação voluntária até o final de 2007, incluindo Afeganistão (374.000), sul do Sudão (130.700), República Democrática do Congo (60.000), Iraque (45.400) e Libéria (44.400). Além disso, se estima que quase 2.1 milhões de deslocados internos também retornaram em 2007 [46].

Entre os **deslocados internos**, o relatório cita 3 milhões na Colômbia – número oferecido pelo Tribunal Constitucional desse país; 2,4 milhões no Iraque; 1,3 milhão na República Democrática do Congo; 1,2 milhão em Uganda; e 1 milhão na Somália. No total, os dados do relatório cobrem 11,7 milhões de deslocados internos em 23 países.

O **reassentamento de refugiados em terceiros países** apresentou um incremento considerável em 2007, com o ACNUR apresentando 99.000 casos para a consideração dos governos – o número mais alto dos últimos 15 anos e 83% maior em relação ao ano anterior. Mesmo assim, menos de 1% dos refugiados em todo o mundo foram reassentados em terceiros países. No final do ano, 75.300 refugiados tinham sido admitidos em 14 países de reassentamento, incluindo Estados Unidos (48.300), Canadá (11.200), Austrália (9.600), Suécia (1.800), Noruega (1.100) e Nova Zelândia (740). Segundo a nacionalidade, os principais beneficiários de programas de reassentamento foram os refugiados de Myanmar, Burundi, Somália, Iraque, República Democrática do Congo e Afeganistão.

Outro progresso citado pelo relatório é a redução em 3 milhões no **número de pessoas consideradas sem cidadania**. De acordo com o documento, isso se deve principalmente à nova legislação no Nepal, que reconheceu cidadania para cerca de 2,6 milhões de pessoas em

---

[46] O ACNUR considera que "(...) Em muitos casos a repatriação é a melhor solução. O ideal é ajudar os refugiados a retornarem ao seu país, desde que seja considerado seguro. Oferecer os meios para os refugiados se reintegrarem às suas comunidades de origem é essencial. Caso contrário, a frágil noção de paz em um ambiente de pós-guerra pode facilmente se transformar em violência. (...) A crescente complexidade dos conflitos e das crises que geram e pelas quais passam os refugiados vem tornando as buscas por melhores soluções (as duráveis) ainda mais difíceis (...). Refugiados podem esperar meses ou mesmo anos em locais improvisados ou em campos de refugiados para que uma alternativa viável seja encontrada. Este foi o caso de mais de 100.000 liberianos que retornaram ao seu país após anos de conflitos étnicos. O ACNUR os ajudou a retornar e a reconstruir as casas dos que fugiram e dos que permaneceram... Atualmente, muitos refugiados voltam para casas destruídas, em locais desordenados onde o trabalho de **proteção** deve continuar mesmo após este retorno... **Proteção é a atividade principal do ACNUR. Acima de tudo, proteger significa oferecer segurança às pessoas que deixaram suas casas e fugiram devido a perseguições ou conflitos, e garantir que esses refugiados não sejam mandados de volta ao perigo... Oferecer proteção também significa disponibilizar abrigo, comida e atendimento médico aos refugiados. O trabalho de proteção exige que as equipes do ACNUR estejam presentes desde o início nos pontos de vulnerabilidade, onde os direitos dos refugiados são comprometidos pela violência (...)"** (Transcrição de parte do vídeo "Visão Global 2008", produzido pelo ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/videos/>. Acesso em: 28 jul. 2008). Grifos nossos.

2007, assim como a mudanças em Bangladesh [47]. Estima-se que existam em torno de 12 milhões de apátridas em nível mundial, mas é necessário obter dados mais precisos.

O relatório revela que foram feitas 647.200 solicitações de asilo aos governos ou nas oficinas do ACNUR em 154 países em 2007 – 5% de aumento em relação ao ano anterior e o primeiro em quatro anos, principalmente devido aos iraquianos que buscam refúgio na Europa. Por nacionalidade, as solicitações individuais de asilo foram feitas por iraquianos (52.000), somalis (46.100), eritreus (36.000), colombianos (23.200), nacionais da Federação Russa (21.800), etíopes (21.600) e pessoas de Zimbábue (20.700).

Os principais países de destino para os pedidos individuais de asilo foram: Estados Unidos, África do Sul, Suécia, França, Reino Unido, Canadá e Grécia. O informe do ACNUR expressa sua preocupação com as amplas diferenças dos percentuais de reconhecimento dos países de asilo e destaca que a grande maioria dos refugiados está, todavia, acolhida em suas próprias regiões de origem, e não nos países mais desenvolvidos.

Dados mais recentes sobre pedidos de asilo no mundo – já com base em estatísticas da organização sobre o ano de 2008 – foram anunciados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados nos dias 23 e 24 de março de 2009.

Uma rápida pesquisa no site de notícias do Google nestes dois dias mostrou que vários jornais, especialmente europeus, deram grande destaque ao comunicado de António Guterres. As matérias tinham em comum certo tom de "alerta" – para destacar a palavra que mais apareceu nos textos das maiores agências de notícias.

> No total, 383 mil novos pedidos de asilo foram apresentados no ano passado (2008) em 51 países desenvolvidos, ou seja, um aumento de 12% em relação ao ano de 2007, afirma o ACNUR em um comunicado que explica também que os números confirmam uma tendência de alta registrada há dois anos [48].

---

[47] Em Bangladesh, o governo tem registrado adultos das comunidades falantes do Bihari/Urdu (que têm uma população total estimada em 300 mil pessoas) como cidadãos do país, com vistas a preparar as eleições no fim de 2007.

[48] A tendência de alta por dois anos seguidos veio depois de uma baixa histórica em 2006 (307 mil pedidos). Fonte: Portal G1. **Número de pedidos de asilo aumenta pelo segundo ano consecutivo, diz ONU**. 24 mar. 2009. Disponível em:<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1055769-5602,00-NUMERO+DE+PEDIDOS+DE+ASILO+AUMENTA+PELO+SEGUNDO+ANO+CONSECUTIVO+DIZ+ONU.html>. Acesso em: 24 mar. 2009.

2008. Principais países de origem dos solicitantes de asilo	Nº de pessoas
Iraque	40.500
Somália	21.800
Rússia	20.500
Afeganistão	18.500
China	17.400

Fonte: ACNUR. 23 mar. 2009

Nigerianos (13.700), paquistaneses (13.300), eritreus (12.300), mexicanos (12.200) e iranianos (10.800) foram outros grandes grupos a se inscreverem nos 51 países desenvolvidos computados pelo ACNUR em 2008.

O comunicado do ACNUR considera que o regresso a uma fase mais intensa de combates em 2008 – com cerca de mais 31 % de incidentes de segurança do que em 2007 – levou ao aumento de novos pedidos de asilo. A agência avalia que "o aumento pode ser parcialmente atribuído ao elevado número de pedidos de asilo feitos por cidadãos do Afeganistão, Somália e outros países que vivem períodos conturbados, distúrbios ou conflitos".

O representante do ACNUR informou ainda que grande parte dos pedidos – cerca de 40.000 – é de iraquianos, apesar de uma queda de 10% em relação ao ano passado. Por outro lado, na lista dos países onde ocorreu o maior aumento percentual de pedidos, os afegãos subiram para 18.500 solicitantes, motivados pela guerra civil e a invasão liderada pelos Estados Unidos, o que representa um aumento de 85% em relação ao ano passado; o Zimbábue registrou um aumento de aproximadamente 82%, provocado pelo ambiente de enorme crise política vivida pelos zimbabueanos na sequência da violenta repressão desencadeada no ano passado pelo presidente Robert Mugabe contra os partidos da oposição. A Somália também apresentou enorme aumento de pedidos de asilo em 2008 (77%), devido à guerra e à situação de caos que vive aquele país há quase vinte anos. Na Nigéria, onde se intensificaram os conflitos na região ao Sul do país, os pedidos aumentaram 71%. Já no Sri Lanka, os pedidos aumentaram 24% em 2008, depois de o governo ter abandonado um cessar-fogo que mantinha com os rebeldes Tamis, retomando assim à guerra civil que assola o país desde 1983.

O Alto Comissário da ONU destacou outra tendência em termos de localização dos refugiados.

> Os países que acolheram os refugiados se diversificaram. Isso sugere que as pessoas em busca de proteção internacional estão procurando refúgio em um número maior de países, possivelmente como resultado da introdução de políticas de asilo mais restritivas nos países mais tradicionais, como ocorreu na Suécia, onde houve uma redução de 67% dos pedidos.

Guterres explicou que os refugiados do Iraque – como os de outros países – buscam atualmente por abrigo permanente em uma maior variedade de destinos, possivelmente porque os países tradicionais para asilo adotaram regras mais rígidas para a concessão do *status* de refugiado, além de adotarem novas medidas restritivas aos direitos daqueles que aguardam a resposta aos pedidos bem como àqueles que são aceitos. A agência divulgou que as inscrições iraquianas, por exemplo, que caíram 10% em relação ao ano de 2007, foram feitas em mais lugares – em 37 países do Ocidente.

Enquanto as solicitações iraquianas registradas na Suécia despencaram em razão de regras para asilo mais restritas, o número quase triplicou na vizinha Noruega e quadruplicou na Finlândia.

Os somalis buscaram refúgio em mais países industrializados, principalmente na Itália. Os russos tiveram a Polônia como principal país de solicitação. Os afegãos procuraram a Grã-Bretanha, Turquia e Grécia. Os chineses registraram um número relativamente estável, sendo mais da metade dos pedidos submetidos nos EUA, de acordo com o ACNUR. A liderança dos países industrializados a que se destinam os pedidos de asilo continua com os EUA. O Canadá observou um forte aumento de 30%, ligado especialmente ao maior número de mexicanos e haitianos em busca de asilo, tornando-se o segundo destino mais procurado.

2008. Principais países desenvolvidos em número de novas solicitações de asilo

Países	**Número de Pedidos**
Estados Unidos	49.000
Canadá	39.000
França	35.200
Itália	31.200
Grã-Bretanha	30.500

A Europa recebeu perto de 290 mil do total de pedidos, num aumento de 13% com relação a 2007. Os EUA registraram uma queda de 3% em comparação com 2007, mas permaneceram como o principal país de destino para as pessoas de todas as nacionalidades que buscaram asilo no ano anterior, respondendo por 13% dos pedidos. Os Estados Unidos, entretanto, tiveram apenas um pedido de asilo para cada mil habitantes, contra uma média da União Europeia de 2,4 para cada mil.

Em nível global o Índice de Reconhecimento de Refugiados [49] estimado foi 29% de todas as decisões ao longo do ano de 2008, enquanto o Índice Total de Reconhecimento [50] foi estimado em 41%. Os dois percentuais [51] estão abaixo das taxas correspondentes em 2007 (32% para a RRR e 45% para a TRR).

De acordo com dados do relatório *Global Trends* 2008, divulgado pelo ACNUR em julho de 2009, havia cerca de 42 milhões refugiados no mundo até o final de 2008.

> "As análises dos dados sobre refugiados revelam alguns padrões principais. Primeiro, quatro entre cinco refugiados residem em países em desenvolvimento. Segundo, mais de três quartos dos refugiados no mundo procuram asilo em países vizinhos ou em região bem próxima. Terceiro, as informações disponíveis revelam que um em cada dois refugiados está vivendo em uma área urbana."

O relatório ainda destaca que em 2008 **foram abrigados em países em desenvolvimento 80% do número total de refugiados, alertando para a continuidade da situação de grande peso para aqueles que menos poderiam ajudar e que, por isso, necessitam de ajuda internacional.**

Dentre os 42 milhões de refugiados, **a maioria (49%) é formada por mulheres jovens,** que também representam 47% dos solicitantes de asilo no mundo**.** Outro dado importante é a participação das crianças, uma vez que **44% das pessoas que buscam asilo em outro país são menores de 18 anos.** O relatório chama atenção para o **aumento em 2008**

---

[49] Na ausência de uma metodologia internacionalmente acordada para o cálculo das taxas de reconhecimento, o ACNUR utiliza duas taxas para calcular a proporção de solicitantes de refúgio admitidos durante o ano. A Taxa de Reconhecimento de Refugiados (*Refugee Recognition Rate*, RRR na sigla em inglês) que divide o número de requerentes de refúgio contemplados com o *status* via Convenção de 51 pela soma do número total de casos de solicitantes aceitos (tanto pela Convenção quanto por formas de proteção complementar) e rejeitados.

[50] A Taxa Total de Reconhecimento (*Total Recognition Rate*, TRR a sigla em inglês) divide o número de solicitantes do *status* de refugiado segundo a Convenção de 51 e por formas complementares de proteção, pelo número total de admitidos (tanto pela Convenção quanto por formas de proteção complementar) somado ao número total daqueles cujo pedido foi rejeitado.

[51] Para efeitos de comparação internacional, o ACNUR usa apenas essas duas taxas de reconhecimento. É importante ter em mente que índices de reconhecimento em nível global são puramente indicativos, dado que alguns estados ainda não reportaram seus números de asilo ao ACNUR no momento em que os índices de reconhecimento global são calculados.

do número de crianças desacompanhadas e separadas dos pais procurando asilo em relação aos dois anos anteriores [52].

Apesar dos dados de 2008 apresentarem um decréscimo de 700.000 refugiados em relação às estatísticas de 2007, os **novos deslocamentos ocorridos em 2009** (e que ainda não estão contabilizados no último relatório) contestam uma possível tendência à queda destes números. Somente os **conflitos armados no leste da RDC e na Somália** em 2008 geraram um deslocamento total de 1,5 milhão e 1,3 milhão, respectivamente [53].

De acordo com Antonio Guterres,

> Já se observava em 2009 "um importante número de novos deslocamentos, especialmente no Paquistão, Sri Lanka e Somália. Embora alguns desses deslocamentos possam ser breves, outros podem durar anos ou até mesmo décadas para serem resolvidos. Continuamos nos deparando com diversas situações de deslocamento interno em larga escala em países como Colômbia, Iraque, República Democrática do Congo (RDC) e Somália. Cada um desses conflitos também gerou refugiados que fugiram cruzando as fronteiras de seus próprios países. **Guterres enfatizou as dificuldades enfrentadas pelo ACNUR para resolver cada vez mais conflitos envolvendo grupos militarizados, paramilitares, guerrilhas e até mesmo 'bandos' que passaram a atacar a população civil"[54].**

Em consonância com os temas escolhidos em 2007 pelo ACNUR para as discussões sobre proteção em 2008, duas questões se destacam como grande preocupação para o futuro:

- **A necessidade de novas formas de atuação e projetos para integrar os refugiados em grandes cidades.**
- **A inexistência de uma solução para milhões de refugiados em situação prolongada de refúgio.**

Esta última questão se constitui, segundo o ACNUR, o maior desafio para a agência e seus parceiros, assim como para os países receptores, para os próprios refugiados e para a comunidade internacional.

Para além do panorama geral dos dados levantados e divulgados pelo ACNUR (apresentados para permitir que se tenha uma idéia da magnitude do fenômeno do refúgio e das tendências apontadas pela agência), este capítulo tratou das políticas migratórias no

---

[52] As informações disponíveis indicam que 6000 crianças nessas condições foram reconhecidas como refugiadas ou necessitadas de uma forma complementar de proteção por parte do ACNUR em 2008. A Europa recebeu o maior número de solicitações de asilo para essas crianças – 80% do total de pedidos (11.300 em 16.300), com 65% de todas as decisões positivas. Fora da Europa o Quênia e a Malásia destacaram-se como importantes destinos de crianças desacompanhadas.

[53] Fonte: ACNUR. *Global Trends 2008.*

[54] Grifos nossos.

contexto mundial nas últimas décadas, a fim de ressaltar como refugiados e solicitantes de refúgio são atingidos por um conjunto de práticas que convergem para o controle, a seletividade e a criminalização das migrações e dos imigrantes – como expressão de um processo crescente da securitização.

Muitas questões se colocam a partir do que foi levantado. Uma delas, fundamental para os objetivos desta pesquisa, aponta para uma reflexão sobre a(s) forma(s) como os discursos construídos sobre os refugiados informam as políticas públicas e as práticas para a proteção, assistência e integração local. Como desdobramento, deve-se buscar uma avaliação dos impactos destas políticas e práticas (tanto de maneira geral quanto em situações específicas) na vida dos solicitantes de refúgio e/ou daqueles que conseguem o *status* de refugiado.

Outra questão a ser destacada passa pelas três soluções duradouras indicadas pelas agências e organizações internacionais – em um plano geral e em outras escalas. De fato, a discussão em torno das chamadas soluções duradouras ainda está por se fazer de forma mais consistente, e o tema permanece polêmico.

A consequência mais geral da dificuldade de se promover as soluções duráveis em diversos contextos – especialmente com os deslocamentos em massa de milhões de pessoas decorrentes da intensificação dos conflitos armados – tem sido **o prolongamento dos períodos que os refugiados e outros deslocados forçados passam em locais chamados de "zonas de proteção ou permanência temporária".** Em geral, ocorre uma ampliação de situações de proteção temporária ou complementar como resposta ao aumento dos pedidos de asilo e à geração de fluxos massivos de deslocados em diversos pontos críticos. A pior dessas respostas tem sido o aumento do número de pessoas forçadas a se dirigir e passar a viver em campos de refugiados [55].

Para Moulin Aguiar, o "caráter contingencial da definição de refugiado" e das soluções associadas à complexidade das situações de emergência (chamadas por alguns de crises humanitárias) evidencia as contradições presentes na problemática mais ampla do refúgio. Dentre as contradições destacadas pela autora, estaria uma consequente emergência

[55] O ACNUR define como uma **situação de refúgio prolongado** a situação dos refugiados como aquela em que 25.000 ou mais refugiados de uma mesma nacionalidade tenham passado cinco anos ou mais asilados em dado país. Com base nesta definição, estima-se que em 2007 cerca de 5,7 milhões estavam em uma situação prolongada de refúgio. Estes refugiados vivem em 22 diferentes países que representam 29 situações prolongadas no total.

de novas categorias de “quase-refugiados”, em aparente contradição com a busca por uma separação estrita entre economia e política na definição do refugiado em um contexto de fluxos complexos ou mistos. “Nesta conjuntura, o refugiado permanece sendo percebido como condição de existência anormal, como um sujeito despolitizado e a-histórico, sem voz, mantido no limbo entre o medo e a razão (...)” (MOULIN AGUIAR, 2005, p.92).

Para finalizar este primeiro capítulo cabe elencar algumas perguntas a serem consideradas ao longo da leitura do presente trabalho:

- Devemos considerar que os refugiados, assim como outros migrantes forçados, possuem diferentes tipos de alternativa em função de diversos fatores como idade, gênero, recursos financeiros, grau de formação, vínculos familiares, extensão e forma de inserção em redes, etc. estes fatores influenciam a capacidade de fazer escolas e tomar decisões sobre a emigração, ainda que num contexto de limitações determinadas por diferentes situações históricas, políticas e sócio-econômicas.

- Precisamos enfocar os refugiados como pessoas dotadas não só de capacidade de resistência e superação de dificuldades, mas como sujeitos que atuam, decidem, escolhem e tomam decisões, quase sempre em função da família e outros grupos de pertencimento. Voltar o foco para a tomada de decisões dos indivíduos e grupos forçados a se deslocar e buscar refúgio nos permitirá conhecer não só as causas, mas a forma como tomaram a decisão de partir, como foram capazes de realizar a viagem, que grau de planejamento e que estratégias adotaram, como ou se tiveram alguma chance de escolha sobre o país de destino.

- De que forma as questões apontadas devem estar presentes nos estudos e nas discussões sobre a problemática do refúgio e dos refugiados no sentido de influenciar o pensamento e as políticas para novas e mais eficazes soluções?

2 A PROBLEMÁTICA DO REFÚGIO NO BRASIL

2.1 BREVE HISTÓRICO DO REFÚGIO NO BRASIL: MARCOS PARA A QUALIFICAÇÃO DO FENÔMENO E DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO – DA DÉCADA DE 1970 AOS DIAS ATUAIS.

Este capítulo se inicia com uma breve recuperação histórica do refúgio no Brasil, com destaque para alguns acontecimentos que representam marcos temporais para a qualificação do fenômeno – especialmente no que tange à evolução do comprometimento do Brasil com a questão dos refugiados, da incorporação progressiva dos princípios gerais das convenções e protocolos internacionais, das normas e instrumentos jurídicos desenvolvidos para implementar o Estatuto dos Refugiados no país.

O período do histórico aqui apresentado inicia-se nos anos 1970 [1]. Cabe ressaltar, entretanto, que os avanços mais expressivos se darão a partir do final dos anos 1990, quando o Brasil entra para o grupo dos países que possuem uma legislação específica e políticas públicas para a proteção, assistência e integração local dos refugiados.

A Lei 9.474/97 – promulgada em julho de 1997 – implementou o Estatuto dos Refugiados e criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) [2], em consonância com as diretrizes e as determinações legais dos instrumentos internacionais de proteção aos refugiados – especificamente a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (de 1951), o Protocolo de 1967, e a Declaração de Cartagena, de 1984 [3].

---

[1] A década de 70 marca o início da relevância do fenômeno do refugio no Brasil conforme será melhor esclarecido no desenvolvimento do texto deste capítulo.

[2] Lei 9474/97/97 (Art. 11). Fica criado o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça (Art. 12). Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de Direito Internacional dos Refugiados: I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado; II - decidir a cessação, em primeira instância, *ex-officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado; IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados; V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

[3] No ANEXO A – Capítulo 2, Vol II, p. 18, a Lei 9474/97. Para acesso a comentários sobre alguns de seus pontos e aos três documentos internacionais citados neste parágrafo, bem como para as Resoluções Normativas do CONARE, à Declaração de São José de 1994 e ao Plano do México de 2004 (documentos que o Brasil também referendou), ver: **"Lei 9747/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados"**. ACNUR/ IMDH, 2005. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/3390.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2008.

O Brasil, enquanto Estado signatário da Convenção de Genebra de 1951 e de todos os tratados internacionais de proteção aos refugiados, é considerado hoje no cenário mundial o país que tem uma das melhores e mais modernas legislações no campo do refúgio. Ocupa atualmente uma posição de destaque em termos de perspectivas para as propostas do ACNUR em relação aos refugiados na América Latina [4].

Em sua origem, a vinda de refugiados para o Brasil ocorre no final da década de 1940, no contexto do esforço de reassentamento de milhões de refugiados, deslocados e apátridas existentes na Europa após o final da II Guerra Mundial[5].

A relevância e as especificidades do fenômeno do refúgio no Brasil (como se verá mais adiante) remetem, porém, ao acolhimento [6] a "refugiados" na década de 1970 – período de expansão dos governos ditatoriais na América do Sul, em que afluem ao Brasil, por motivo de perseguição política, pessoas de alguns países latino-americanos [7]. Diversos trabalhos sobre o tema do refúgio no Brasil fazem, porém, um recorte histórico no ano de 1960, quando o Brasil entrega na ONU o instrumento legal de ratificação da Convenção sobre Refugiados de 1951 [8].

---

[4] Este ponto será desenvolvido no item 2.3.

[5] Paiva (2000) e Andrade e Marcolini (2001) referem-se à vinda de refugiados nos anos seguintes ao término da II Guerra Mundial. Segundo dados da Organização Intergovernamental para Refugiados (OIR), aproximadamente 19.000 pessoas vieram para o Brasil entre 1947 e 1950, grande parte destes proveniente da Europa Oriental. Órgão ligado às Nações Unidas, a OIR era então "encarregada da repatriação dos refugiados na Europa ou, como era o caso da grande maioria, de reassentá-los em outros países" (PAIVA, 2000, p. 27). Em 1948 foi formada a Comissão Mista Brasil – OIR, a partir da qual o governo brasileiro acordava o recebimento de uma quota de refugiados de guerra. Como afirmam Andrade e Marcolini, "os refugiados europeus que vieram neste período não eram, contudo, reconhecidos como refugiados pelo governo brasileiro e foram acolhidos na condição de imigrantes comuns" (ANDRADE; MARCOLINI, 2001, p.1). Eram alojados em uma hospedaria em cidade próxima à capital de São Paulo, para depois serem encaminhados a empresas, ingressando no mercado de trabalho urbano-industrial. Paiva (2000) destaca que o governo brasileiro facilitava então a vinda para o Brasil de refugiados com um perfil específico, obedecendo a uma lógica econômica de necessidade de mão de obra qualificada para os setores em expansão. O autor acrescenta (a partir de consulta a documentos do arquivo do Memorial do Imigrante) que entre os imigrantes com entrada em São Paulo no período entre 1947 e o início dos anos 1950, há uma preponderância de refugiados de guerra.

[6] Araujo (2001, p. 20) ressalta que a expressão "acolhimento de refugiados" tem um caráter impreciso, uma vez que "a própria palavra (acolhimento) é ambígua, tão vasta é a maneira de conceber, perceber ou praticar essa acolhida". Há uma diversidade extrema de situações entre a aceitação formal e legal dos refugiados, entre as declarações oficiais e as práticas dos funcionários e agentes que trabalham na recepção e na "acolhida"; práticas diversas e ampliadas pelas diferenças culturais, o país de origem dos refugiados, a época e o contexto social, político e econômico em que ocorrem as chegadas dos refugiados. O autor indaga quais seriam os critérios que permitiriam classificar e qualificar os diversos países de "acolhida", no sentido mais amplo dessa expressão, concluindo que os critérios mais imediatos e mais utilizados têm uma base quantitativa.

[7] Para compreender como foram "acolhidos" na prática os refugiados políticos da América Latina no Rio de Janeiro no período da ditadura no Brasil, ver entrevista concedida a Milesi (com relato em detalhes) pelo então diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. (MILESI, 2003, pp.119 a 123).

[8] Segundo a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados, Artigo 1º: "O termo refugiado se aplicará a qualquer pessoa que, temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do

Andrade e Marcolini assim explicam o que ocorre nas décadas de 1960 e 1970:

> Razões de caráter legal e político não permitiram que os refugiados não europeus pudessem ser protegidos no Brasil, havendo, pois, opção pela alternativa (a) do Artigo 1º, B (1) da Convenção de 1951, segundo a qual apenas refugiados provenientes da Europa tinham o direito de obter proteção no território brasileiro. O Brasil havia preferido, naquele momento, conceder aos perseguidos não europeus a condição jurídica de *asilado*, objeto de uma consolidada prática consuetudinária latino-americana e de vários tratados regionais. Contudo, na década de 70, o Governo brasileiro, não desejoso de ter em seu território latino-americanos com a mesma coloração política daqueles que ele mesmo perseguia, optou por reassentar todos os que aqui chegassem em busca de proteção. (ANDRADE E MARCOLINI, 2001, p.1)

Em função destas restrições significativas de "reserva geográfica e temporal" (mantidas até 1989) os sul-americanos que buscaram o Brasil durante essas décadas – sem que pudessem ser oficialmente reconhecidos como refugiados – recebiam acolhida/assistência de entidades comunitárias (especialmente daquelas vinculadas à Igreja Católica) e eram ajudados a sair do Brasil [9] e solicitar asilo [10] em outros países.

Em 1977, o ACNUR passa a atuar diretamente no Brasil – já em interação com o trabalho realizado com os latino-americanos pela Cáritas – RJ [11], através de um escritório não

---

país no qual tinha sua residência habitual em conseqüência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele". Membro do Comitê Executivo do ACNUR já em 1951, o Brasil vai aderir à Convenção de Genebra optando pela chamada "reserva geográfica e temporal" – o que significava reconhecer como refugiados somente os que aqui chegassem procurando acolhimento em função de "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, na Europa" (MILESI, 1998, p. 95). Somente em abril de 1972, o Brasil depositou junto à ONU o instrumento de adesão ao protocolo da Convenção de 1967, que eliminou a reserva temporal do artigo 1º da Convenção de 1951, mas manteve a reserva geográfica.

[9] Estima-se que cerca de 20 mil chilenos, bolivianos, argentinos e uruguaios passaram pelo Brasil neste período e foram reassentados em países da Europa.

[10] Sobre a diferença entre refúgio e asilo, assim esclarece Renato Zerbini Leão, coordenador geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE): "(...) O refúgio é um instituto de proteção à vida. Não é simplesmente um asilo político. Apesar de aparentemente sinônimos, os termos asilo e refúgio ostentam características singulares. O asilo também pode ser uma faculdade discricionária do Estado, ou seja, o Estado concede de maneira arbitrária e por essa decisão não deverá satisfação a ninguém. Trata-se de um ato soberano e ponto. Nesse caso, a maioria da doutrina reconhece como sendo asilo diplomático. O refúgio é um instituto de proteção à vida decorrente de compromissos internacionais (Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967 das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados) e, como no caso brasileiro, constitucional. É costumeiramente reconhecido pela doutrina como asilo territorial (...)". Fonte: LEÃO, Renato Zerbini R. **O Dia Mundial do Refugiado.** Disponível em: <http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2399:o-dia-mundial-do-refugiado&catid=25:migrantes&Itemid=166>. Acesso em: 20 jun. 2009. Para aprofundamento desta diferenciação, ver texto de referência do COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Diferenças entre asilo e refúgio.** Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7605B707ITEMIDCBF557A0019E4760B81DDA1B144E65BFPTBRIE.htm>. Acesso em: 19 nov. 2008.

[11] A Cáritas - RJ, órgão da Arquidiocese do Rio de Janeiro, é uma organização não governamental sem fins lucrativos que atua desde os anos 1970 no acolhimento, na assistência e na integração local dos refugiados. Ao longo de todo esse tempo, a organização vem desenvolvendo várias ações por acordos e convênios com o

oficial instalado no Rio de Janeiro. Aqueles que chegavam fugindo dos regimes ditatoriais na América Latina eram encaminhados pela Cáritas – RJ ao escritório do ACNUR, que fornecia o *status* de refugiado através do Estatuto do ACNUR (de 1950) [12] e tratava de reassentá-los em outros países.

Segundo Milesi (1998, p. 96), "(...) o escritório do ACNUR, instalado oficialmente em 1982 no Rio de Janeiro, funcionou, por vários anos, como escritório de reassentamento de refugiados para outros países", posto que o Brasil ainda não havia revogado a cláusula de reserva geográfica da Convenção de 1951 [13] – o que só ocorre em 1989.

A Constituição de 1988 proclamava que prevaleceriam os direitos humanos como o princípio norteador das relações internacionais do Brasil e determinava, dentre outras garantias, a concessão de asilo político – o que garantiu o respaldo para a luta pela ampliação dos direitos dos refugiados em 1990 e 1991.

Em 1990 foram abolidas as restrições adotadas pelo Brasil quanto ao direito à associação e ao trabalho remunerado para os refugiados (artigos 15 e 17 da Convenção de 1951). A partir de 1991 foi estabelecido um procedimento específico para a concessão do refúgio no Brasil que envolvia tanto o ACNUR (que analisava os casos individuais e elaborava um parecer recomendando ou não a concessão do refúgio em cada caso) quanto o governo brasileiro (através de pronunciamento do Ministério das Relações Exteriores e da decisão final que cabia ao Ministério da Justiça). Uma vez publicada a decisão final no Diário Oficial, o refugiado já poderia obter a Carteira de Identidade de Estrangeiro e solicitar a Carteira de Trabalho (JUBILUT, 2007, p.175).

ACNUR e, mais recentemente, através de integração com o CONARE / Governo Brasileiro – além de outras parcerias com a sociedade civil. A Cáritas Brasileira, através de suas sedes no RJ e em SP, é responsável por implementar e coordenar o Projeto de Assistência e Integração dos Refugiados, desenvolvido em convênio com o ACNUR.

[12] Sobre o Estatuto do ACNUR, aplicado em casos de solicitação de refúgio quando não há uma legislação nacional específica, consultar CASELA (2001, p.19).

[13] A reserva geográfica só será eliminada por um decreto promulgado pelo governo brasileiro em dezembro de 1989. Neste ano o escritório do ACNUR se transfere para Brasília e, a partir de então, a agência da ONU desenvolve progressivamente laços mais fortes com o governo do Brasil. Andrade e Marcolini (2001) informam que "a despeito da limitação geográfica, consubstanciada na alternativa (a) do Artigo 1º, B (1), em 1979 e 1980, o Brasil recebeu, em caráter excepcional, cerca de 150 "refugiados" vietnamitas (*boat people*). Tendo sido salvo por navios brasileiros, este grupo foi aceito no país na condição de imigrantes, graças à intervenção do ACNUR". (ANDRADE; MARCOLINI, 2001, p. 169). Apesar de casos esporádicos, a limitação ao reconhecimento legal de refugiados durante tantos anos fez com que o número de refugiados reconhecidos até o final dos anos 1980 não ultrapassasse algumas dezenas.

De 1989 a 1992, mesmo com a abolição das reservas já referidas, os padrões quantitativos de solicitação de refúgio no Brasil não mudaram muito. No final de 1992, o total de refugiados reconhecido pelo governo era de 322 pessoas [14].

Tais padrões se modificarão significativamente a partir do início de 1993. Informações e dados obtidos diretamente junto à Cáritas – RJ apontam que desde o final de 1992 / início de 1993 (período pós-eleições em Angola e de recrudescimento dos conflitos naquele país – inclusive na capital Luanda), solicitantes de nacionalidade angolana começaram a chegar em maior número. No final de 1992, a Cáritas – RJ chegou a receber 300 pedidos de refúgio de pessoas fugidas de Angola em um único mês – número que continuou muito alto ao longo de 1993, 1994, 1995 e voltou a crescer de 1998 até 2001, em função dos períodos de maior intensidade dos conflitos em Angola (PETRUS, 2001) [15]. A nova situação [16] exigiu uma ampliação da infraestrutura de apoio que a Cáritas possuía – o que foi feito através de uma atuação conjunta daquela organização e da representação do ACNUR no Brasil. Neste período, em função da "situação de guerra generalizada" em Angola, foi considerada a chamada "cláusula ampla" [17] para conceder o refúgio aos angolanos (cláusula em geral aplicada aos casos considerados pelo ACNUR como "situações de emergência" e/ou para fluxos massivos de fuga de um país ou região).

Na década de 1990, num contexto internacional de eclosão e acirramento de conflitos armados regionais e situações de guerra (com violação dos direitos humanos por violência

---

[14] Fonte: ACNUR / estatísticas. In: MILESI (1998, p.98).

[15] Sobre a vinda de angolanos para o Brasil em busca de refúgio, especificamente para o Rio de Janeiro, no período 1998-2001, ver PETRUS, 2001, cap. 2.

[16] Jubilut (2007) cita que 1.200 angolanos chegaram ao Brasil em 1992 fugindo da guerra civil em seu país. Dados fornecidos pela Cáritas – RJ para a presente pesquisa mostram que este foi o número aproximado do total de solicitações de refúgio feitas por angolanos no Rio de Janeiro em 1993 (586 solicitantes), 1994 (375 solicitantes) e 1995 (109 solicitantes).

[17] Segundo a Declaração de Cartagena sobre refugiados, de 1984, 3ª Conclusão: "(...) considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública". O conceito desta declaração "nasceu a partir de uma realidade específica do continente africano, que foi incorporado à normativa da América Latina a partir da Declaração de Cartagena de 1984. Este documento foi fruto da Reunião de Representantes Governamentais e de especialistas de 10 países latino-americanos que se encontraram em Cartagena das Índias, Colômbia, para considerar a situação dos refugiados e das refugiadas da América Central". (ACNUR BRASIL; CONARE. **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil: decisões comentadas do CONARE.** 2007. Página15). No artigo 1º da lei 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil, há a seguinte "cláusula ampla": "será reconhecido como refugiado todo indivíduo que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país". (Fonte: Material impresso de divulgação. ACNUR/CONARE, 2007). Andrade e Marcolini citam que, além dos angolanos, a aplicação desta cláusula ampla também permitiu a concessão do refúgio por *prima facie* para 200 liberianos chegados ao Brasil a partir de 1993, em função do agravamento da guerra na Libéria. (ANDRADE; MARCOLINI, 2001, p.170).

generalizada), bem como de novas diretrizes de caráter restritivo para as políticas migratórias e concessão de asilo nos países desenvolvidos, o Brasil passa a ser um dos destinos possíveis para os que buscavam o refúgio. Como reflexo deste quadro mundial observa-se a diversificação de áreas de procedência e o aumento do número de refugiados em diversos países, inclusive no Brasil.

Em especial, nosso país passa a ser uma alternativa para os solicitantes vindos de Angola devido, dentre outros motivos, aos laços históricos e culturais do país com o Brasil, o português como língua comum e uma crescente presença de investimentos de empresas brasileiras de grande porte – além de outros fatores de aproximação dos dois países desde os anos 1980 [18].

Zerbini Leão considera que a partir de então "(...) o Brasil entrou na rota de possíveis 'abrigos para refugiados'. A crise acelerada nas condições de populações africanas, em especial, fez-se presente em portos e aeroportos brasileiros" (LEÃO *et alii*, 2000, p.183).

Os dados apresentados a seguir permitem avaliar melhor a mudança de padrões nas solicitações e concessão do refúgio no Brasil a partir de 1993 [19].

[18] Para essa multiplicidade de vínculos Angola-Brasil, além de fatores concretos tais como a possibilidade de vistos para o Brasil, a linha aérea Luanda - Rio de Janeiro, vínculos culturais contemporâneos e outros aspectos da imigração de angolanos, consultar Petrus (2001).

[19] A fonte original dos dados apresentados são um conjunto de relatórios do ACNUR e outros documentos e estatísticas da agência (complementados por informações do CONARE e das Cáritas), de acesso não muito fácil para o período anterior a 1998. As tabelas e as observações foram obtidas, selecionadas e/ou adaptadas a partir de diversas publicações de autores vinculados direta ou indiretamente ao ACNUR e a outras instituições atuantes na problemática dos refugiados. Boa parte dos dados foi obtida em MILESI e MORONI(1998), MILESI e LEÃO (2001). Os dados específicos sobre o Rio de Janeiro foram solicitados diretamente à Cáritas – RJ e disponibilizados, dentro do possível, em função dos registros existentes em seus arquivos.

Tabela 1: BRASIL – Número de refugiados reconhecidos no período de janeiro a maio de 1993 por nacionalidade

Angola	505
Zaire	136
Libéria	25
Somália	05
Outros (Nigéria, Gâmbia, Mauritânia, Guiné, Iugoslávia, Iraque, Chile, Cuba)	49

Fonte: ACNUR. Relatório emitido em 04 jul.1993

Tabela 2: BRASIL – Evolução do número total de refugiados reconhecidos por região de origem (1994 a 1996) [20]

	até dezembro 1994	**até dezembro 1995**	**até setembro 1996**
África	1955	1674	**1748***
América Central, do Sul e Caribe	357	145	**156****
Europa	107	135	**99*****
Oriente Médio	69	102	**117******
Total de pessoas	**2514**	**2080**	**2146**

***** (1296 angolanos, 201 liberianos, 152 zairenses)
****** (67 cubanos, 37 peruanos, 20 chilenos)
******* (44 sérvios, 19 croatas, 15 bósnios)
******** (61 iraquianos, 19 libaneses, 13 iranianos)

Fonte: MILESI e MORONI (1998, p.100).

Tabela 3: BRASIL – Número total de refugiados reconhecidos por região de origem, até 31 de maio de 1997

África	1786
América do Sul, Central e Caribe	175
Oriente Médio	120
Europa	101
Ásia	27
Total	**2209 pessoas**

Fonte: Folheto de apresentação comentada da lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (1998).

[20] "(...) o número total de refugiados reconhecidos foi reduzido de 1994 para 1995, obtendo um leve aumento em 1996 (...)". (MILESI e MORONI, 1998. P.100)

Cabem duas considerações a respeito do quadro do refúgio no Brasil no período acima enfocado. A primeira delas se refere ao índice de reconhecimento de refugiados. Se em 1993 a cláusula ampla foi adotada e o refúgio por *prima facie* [21] foi concedido aos angolanos que aqui chegavam (em número crescente), não se pode inferir, a partir deste procedimento excepcional, que todas as pessoas que solicitaram o refúgio no Brasil nos anos seguintes – incluindo angolanos – tiveram seus pedidos deferidos. Em 1995 e 1996 há registros que apontam de 40% a 50% de pedidos indeferidos. A análise dos casos, ao que tudo indica, passou a levar em conta que alguns solicitantes de refúgio (em função de dinâmica própria aos fluxos migratórios mesmo quando se trata de um fluxo iniciado como uma **e**migração forçada de um país em guerra) não se enquadravam nos critérios da legislação internacional – respeitados pelo Brasil – para a concessão do *status* de refugiado.

Tabela 4: Solicitações de refúgio – Brasil: dezembro de 1998 a fevereiro de 2005

Continente de Procedência	Solicitações apresentadas	Solicitações deferidas	Solicitações indeferidas	Perda da condição
África	1697	863	834	74
América	426	148	278	4
Ásia	159	55	104	
Europa	276	11	265	1
Apátrida	1		1	
Total	**2559**	**1077**	**1482**	**79**

Fonte: CONARE; *apud* MILESI (2005).

A segunda consideração sobre o panorama do refúgio do Brasil até o final dos anos 1990 – que pode ser estendida para os primeiros anos do século XXI – é o elevado percentual dos registros na Cáritas do Rio de Janeiro, no total de solicitações e registros de refugiados no Brasil. Por exemplo, do total de 2209 refugiados constante da tabela referente ao mês de maio de 1997, 73% estavam vinculados à Cáritas – RJ e somente 27% à Cáritas - SP.

[21] Do latim *prima facie*: 1. (*Direito*) aparentemente correto, que não necessita de provas.

2.2 O BRASIL E O ESTATUTO DOS REFUGIADOS NA ATUALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

2.2.1 O Estatuto dos Refugiados e o sistema tripartite; o tripé *proteção/acolhimento/ integração local*; agentes diretamente envolvidos com o refúgio e os refugiados no Brasil: Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), governo brasileiro / Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e organizações da sociedade civil.

Pode-se tomar a promulgação da Lei 9.474 [22] e a criação do Comitê Nacional de Refugiados – CONARE [23], em 1997, como marcos referenciais de uma nova situação jurídica e institucional para o refúgio no Brasil.

> (...) É o Brasil o primeiro país da região a elaborar uma legislação abrangente e progressiva na matéria. Assim, passou à condição de paradigma no tratamento criterioso e profissional e partícipe ativo na busca de soluções duradouras para os refugiados em seu território. Com uma população de refugiados da ordem de 3 mil pessoas e um outro volume expressivo de solicitações sendo encaminhadas, o Brasil celebrou, em 22 de julho de 1997, a aprovação da Lei 9.474, que incorpora os princípios gerais das convenções e protocolos internacionais mais modernos na área. Nesse sentido, houve um expressivo avanço conceitual em relação ao tratamento anterior, ao passar o Brasil a entender o refugiado como todo aquele que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, recorra à proteção brasileira. Preocupou-se o legislador brasileiro com a grave e generalizada violação dos direitos humanos (...) e com possibilidade do acolhimento em solo nacional de grupos de refugiados e não apenas de casos individuais. Evolui, também, o novo marco legal para a extensão do

[22] Jubilut (2007, p.176) afirma que a partir da promulgação da lei "o Brasil se consolidou como um país de acolhida aos refugiados e passou da situação de um país 'preocupado' com os Direitos Humanos a integrante dos países que formalmente efetivam o Direito Internacional dos Direitos Humanos, pelo menos no que tange ao Direito Internacional dos Refugiados". Para Milesi (2003, p.4), "tais instrumentos internacionais representam um movimento de internacionalização, traduzido na idéia de que a proteção dos direitos humanos não pode e nem deve estar limitada ao domínio reservado de cada Estado porquanto revela tema de legítimo interesse internacional. Essa revisão da noção tradicional de soberania absoluta do Estado acabou por cristalizar ainda mais a idéia de que o ser humano deve ter direitos protegidos na esfera internacional na condição de sujeito de direito. E é sob estas perspectivas que devem ser enfocados os direitos dos migrantes e refugiados".

[23] A criação de um "órgão administrativo de deliberação coletiva" com competência para tratar do tema dos refugiados é considerada um dos aspectos de maior importância na Lei de 1997. A atuação regular e efetiva do Comitê se dá a partir de setembro de 1998, com a apreciação das solicitações de refúgio e assunção das demais atribuições que a legislação lhe confere. Milesi (2007, p.5) ressalta que a aprovação da Lei 9.474/97 "(...) foi fruto da soma dos esforços e do trabalho conjunto do ACNUR e da sociedade civil organizada, representada por um conjunto de mais de 40 entidades, dentre elas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil e Congregações Scalabrinianas".

> estatuto do refugiado aos cônjuges, ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar". (LEÃO *et al*, 2000, p.183) [24].

Como já assinalado, a lei que implementou o Estatuto dos Refugiados no Brasil é considerada por especialistas como uma das mais avançadas do mundo. A criação do CONARE é apontada por vários estudiosos do tema como a maior inovação da lei (MILESI, 2001, p.72). Cabe ressaltar, ainda, que a forma de estruturação da lei dá diretrizes para as práticas, as áreas de atuação e o conjunto de políticas das três esferas presentes no CONARE – Governo Brasileiro, sociedade civil e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)[25].

Nesse "sistema tripartite" situam-se as instituições responsáveis pelas diferentes etapas do refúgio enquanto instituto jurídico – que atuam de maneira específica no tripé "proteção-assistência-integração". Esse tripé representa, em conjunto com o princípio de não devolução (*non-refoulement*) ao país de origem [26], a base do Direito Internacional dos Direitos

---

[24] Para maior conhecimento dos antecedentes da promulgação da Lei 4979/97, dos esforços de entidades que atuaram para o processo de aprovação da lei, bem como do início da atuação efetiva do CONARE e das implicações para as políticas e práticas referentes ao refúgio no Brasil, pode-se consultar Leão (2003).

[25] "Esta comunhão tripartite, regada pelo espírito humanitário daqueles e daquelas que representam os diferentes atores partícipes neste assunto, é a chave do sucesso institucional da temática do refúgio no Brasil". (ACNUR Brasil; CONARE. **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil. Decisões comentadas do CONARE,** 2007, p.15. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5780.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2008). O CONARE sintetiza assim a Estrutura Tripartite na Atenção aos Refugiados e Refugiadas: **1. Governo** – Compete ao Governo: reconhecimento da condição de refugiado/a, proteção e segurança, bem como inserção em políticas públicas para a plena integração dos refugiados na sociedade. O reconhecimento jurídico é de competência do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE); **2. ACNUR** – A competência do ACNUR é, prioritariamente, buscar proteção internacional e a viabilização de soluções duradouras para os refugiados, assim entendidas: a) integração; b) reassentamento; c) viabilização do regresso voluntário ao país de origem dos refugiados, quando for o caso. O Brasil conta com um Escritório e um Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e tem sua sede em Brasília; **3. Sociedade civil** – Na área específica dos solicitantes de refúgio e dos refugiados, compete à sociedade civil: a) sensibilização e estudos sobre o tema e sua problemática; demanda de políticas públicas específicas e inclusão nas políticas voltadas à sociedade em geral; atuação na acolhida, assistência, moradia, saúde, trabalho e integração local; b) vigilância no cumprimento do mandato do ACNUR e na proteção do Estado aos refugiados. Inúmeras instituições, grupos, núcleos de atendimento e de estudos, universidades, entidades religiosas, organizações de direitos humanos e profissionais atuam ou estão envolvidas, em maior ou menor intensidade, nesta causa e expressam sua colaboração na especificidade de suas finalidades institucionais. (...) Diversas entidades têm por aspecto preferencial a assistência e a integração dos migrantes e dos refugiados.

[26] O conceito do *non-refoulement*, base de todo o direito de refugiados, significa que o indivíduo perseguido não pode ser devolvido ao país de onde saiu, a partir do momento em que solicita o refúgio a uma autoridade migratória de um país signatário da Convenção de 1951. A partir desse princípio básico foi construído todo um sistema de direito público internacional. É importante deixar bem claro que esse princípio aplica-se aos refugiados e também àqueles que já solicitaram o refúgio, mesmo que ainda não tenham sido julgadas as solicitações. Na Lei 9.497 de1997, artigo 7º, lê-se: "Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política".

Humanos[27], do Direito Internacional Humanitário e do Regime Internacional de Proteção para os Refugiados. (JUBILUT, 2007, p.175).

As atribuições do CONARE já foram referidas e elencadas no início deste capítulo. O Comitê é presidido por representante do Ministério da Justiça. É essencial destacar que a sua composição inclui representantes de diversos ministérios [28], da Polícia Federal e de uma organização da sociedade civil que se dedique ao atendimento dos refugiados – todos com direito a voz e voto. O ACNUR participa apenas com direito a voz.

A composição múltipla do Comitê é apontada como um importante fator para o cumprimento de suas competências – determinadas pela lei –, principalmente porque, além de ser a primeira instância de reconhecimento ou não do *status* de refugiado, cabe ao CONARE "orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados".

Koch-Castro (2005, p.5), ao sublinhar o conteúdo amplo da lei no que se refere aos parâmetros de atenção e tratamento aos solicitantes de refúgio e aos refugiados, destaca as linhas referenciais para a integração na sociedade brasileira – incluindo as redes nacionais de ajuda existentes [29]. Neste mesmo sentido, considera que a composição do Comitê por representantes de diversos ministérios permite a sua atuação direta nas políticas de proteção, assistência e integração local dos refugiados e nas especificidades da forma de inclusão dos refugiados nas políticas públicas mais amplas.

Jubilut (2006), ainda que defina a Lei de 1997 como o marco legal para a existência de "um sistema lógico, justo e atual para a concessão de refúgio", aponta alguns aspectos que podem ser vistos como problemáticos e que implicam necessidade de melhoras e aperfeiçoamento no sistema, dentre os quais se destacam:

---

[27] Para Piovesan (2001, pp. 28-29) o conceito de Direitos Humanos aponta para uma pluralidade de significados porquanto está ligado a diferentes momentos históricos, e suposto que os direitos humanos não são um dado, mas uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução. Na chamada concepção contemporânea, que surgiu no período posterior à 2ª Guerra Mundial, os Direitos Humanos passaram a ser reconstruídos sob um novo paradigma ético a orientar a ordem internacional contemporânea, baseado na idéia de *universalidade* e *indivisibilidade* desses direitos. Por *universalidade* entende-se que a condição de pessoa é requisito único e mais que suficiente para se reconhecer e exigir o devido respeito à dignidade humana e à titularidade de direitos. Por *indivisibilidade* consagra-se a garantia dos direitos civis e políticos como condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa, de modo que, quando um deles é violado, os demais também o são. **Os Direitos Humanitários são o campo específico dos Direitos Humanos em que se inserem o Direito Internacional dos Refugiados e, por decorrência, o Sistema Internacional de Proteção aos Refugiados.** Segundo esta autora e diversos juristas, uma concepção atualizada dos "direitos da pessoa" não pode separar essas três vertentes da "proteção internacional da pessoa humana". Grifo nosso.

[28] Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde e da Educação.

[29] Ver a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados em <www.migrante.org.br/mapa_rede2.htm>. A importância e a expansão das redes de proteção e ajuda serão tratadas no último item deste capítulo.

- A lei estipula que o processo de pedido é gratuito e tem caráter urgente, mas não impõe prazos para as decisões, o que pode levar à demora em alguns casos;
- Os direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados não estão expressos diretamente na lei, que apenas se refere aos direitos da Convenção de 51 e aos direitos dos estrangeiros no Brasil – o que pode implicar lapsos de regulamentação para esta proteção complementar (fundamental para a assistência e ações para a "integração local" [30]) caso haja modificações nos instrumentos internacionais. (JUBILUT, 2006, p.34).

No que se refere às áreas fundamentais de assistência e de integração local como, por exemplo, saúde e educação, a lei determina como direito dos refugiados o acesso aos serviços públicos, mas apenas recomenda algumas medidas que venham a facilitar os trâmites e a necessidade de documentação, diante do reconhecimento das dificuldades dos refugiados. Na prática, como será considerado mais adiante, é difícil verificar até que ponto as recomendações de um "tratamento especial" pela "condição atípica" dos refugiados são interpretadas e como fazer para que tais recomendações sejam realmente atendidas [31].

Finalmente, no que tange aos procedimentos de recepção, acolhida, solicitação e reconhecimento do *status* de refugiado no Brasil, seguem-se, em geral, as seguintes etapas: os solicitantes de refúgio procedentes de diversos países encaminham-se ou são encaminhados pela Polícia Federal à Cáritas – RJ ou Cáritas – SP [32]. Após o preenchimento de um "**Termo de Declaração**" [33] e de um "**Questionário para Solicitação de Refúgio**" [34], ocorre a primeira entrevista do solicitante com um advogado da Cáritas – ocasião em que recebe os esclarecimentos sobre o *estatuto de refugiado* e os procedimentos necessários para a obtenção

[30] Outras considerações sobre as políticas públicas, as ações institucionais e a efetivação dos direitos dos refugiados serão desenvolvidas no próximo item do capítulo.
[31] Grifo nosso. Estas questões de caráter prático serão consideradas no item referente às políticas públicas – avanços obtidos e lacunas existentes.
[32] Existe uma divisão regional entre as duas sedes da Cáritas. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro registra e atende os solicitantes que chegam pelas regiões Norte e Nordeste e no Rio de Janeiro; a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, os que chegam pelas regiões Sul e Sudeste e em São Paulo. Estas instituições têm um trabalho consolidado junto aos refugiados há muitos anos e também são as geradoras e depositárias de registros e dados que permitem que a situação dos refugiados seja avaliada nas outras esferas do sistema, para a definição de prioridades dos projetos e das políticas públicas.
[33] O CONARE expede resoluções normativas para regulamentar questões práticas relativas aos refugiados. Ver a íntegra das treze resoluções (até março de 2007) em publicação do IMDH/ACNUR indicada em nota da primeira página deste item. O **Termo de Declaração** é a resolução normativa número 1. CONARE. (ANEXO B – Capítulo 2, Vol. II, p. 32).
[34] O **Questionário para Solicitação** é a resolução normativa número 2 do CONARE. (ANEXO C – Capítulo 2, Vol II, p. 35).

dos documentos provisórios [35]. Uma segunda entrevista, mais detalhada, é feita por uma advogada representante do CONARE, para que o processo de solicitação seja, então, encaminhado para avaliação e decisão do Comitê, em Brasília.

Em geral, aqueles solicitantes de refúgio recém-chegados ao Brasil que não têm nenhuma condição de se estabelecer por conta própria ou com conhecidos, familiares e amigos, recebem acompanhamento e ajuda financeira através do Programa de Acolhimento e Assistência aos Refugiados – convênio Cáritas / ACNUR [36]. Na prática, após a etapa do "termo de declaração" e do "questionário" estes solicitantes passam a receber uma "ajuda financeira" [37] para despesas básicas, em geral por um período de seis meses, ao longo dos quais as Cáritas procuram, através de alguns convênios e parcerias, "favorecer a integração do refugiado na sociedade e no mercado de trabalho". O período de recebimento desta verba pelos refugiados pode sofrer modificação em casos mais específicos e delicados [38].

[35] Sobre os procedimentos para solicitação e concessão do refúgio, ver informações detalhadas e comentadas em JUBILUT, 2007, p. 197 e p. 198. No caso dos documentos, um Protocolo Provisório é expedido pela Polícia Federal para servir como documentação que garante a permanência legal do solicitante no Brasil até a decisão do CONARE. O Protocolo Provisório permite que o solicitante de refúgio tenha uma Carteira de Trabalho provisória.

[36] Jubilut informa que o convênio foi estabelecido entre o ACNUR e a Cáritas ainda antes da promulgação da lei 9474/1997 (sobre os termos do convênio ver JUBILUT, 2007, p.196). As Cáritas Arquidiocesanas do Rio e de São Paulo colocam em prática as diretrizes da agência, exercendo por "competência delegada" as funções das linhas básicas de atuação do ACNUR (proteção, assistência e integração local), desde o momento em que o solicitante chega ao Brasil, durante o processo de avaliação do pedido e após o seu reconhecimento como refugiado; é o ACNUR que estabelece as regras e os critérios de atuação no campo da assistência e proteção jurídica e fornece as verbas para a ajuda no campo social (habitação, alimentação, transporte, curso de português, medicamentos, óculos, exames simples e outras necessidades); as diretrizes estabelecidas e as verbas destinadas pela agência ao Programa de Assistência também norteiam e permitem parcerias e acordos com associações e organizações da sociedade civil brasileira. Com o apoio do ACNUR e, mais recentemente, com a participação do governo brasileiro, inclusive com uma dotação orçamentária para certos projetos, busca-se ampliar e fortalecer um trabalho com maior participação da sociedade. Desde 2007, uma parte do programa de atendimento aos refugiados passou a receber financiamento do governo brasileiro.

[37] Até o final de 2009 o valor padrão da "ajuda financeira" para um refugiado era de R$ 300,00.

[38] Em geral, os casos considerados "mais vulneráveis" podem receber um valor maior e /ou ter o período de seis meses estendido – após avaliação cuidadosa das equipes responsáveis pelo Programas de Assistência aos Refugiados. Por exemplo, o período de ajuda financeira pode estender-se quando há crianças acompanhadas somente da mãe ou no caso de menores desacompanhados. Problemas mais graves de saúde também são analisados individualmente, como casos especiais. Esses casos são mantidos em sigilo, conforme determina a matéria do refúgio, e não há acesso permitido a análises e determinações. (Informações obtidas em entrevista aberta realizada em novembro de 2007 com Dr. Cândido da Ponte Neto – à época, diretor da Cáritas - RJ).

2.2.2 Dados quantitativos em progressão temporal – considerações sobre a evolução dos números e algumas tendências observadas

A seguir são apresentados alguns dados quantitativos em progressão temporal, acompanhados de breves considerações sobre a evolução dos números e algumas tendências que podem ser inferidas ou percebidas/apontadas [39], quando se faz uma análise geral dos dados em interação com outras informações e processos observados no fenômeno do refúgio no Brasil na última década.

Tabela 5: BRASIL – Número total de refugiados reconhecidos por região de origem até 31 de dezembro de 1998*

África	86% **
América do Sul, Central e Caribe	7%
Europa	6%
Ásia	1%
Total	**2254 pessoas *** **

***** Procedentes de aproximadamente 40 países.
** 68% angolanos (maioria de 17 a 23 anos, sendo 50 menores desacompanhados).
******* Composição por gênero: 72% homens e 28% mulheres; média de idade: de 21 a 35 anos.

Fonte: MILESI, Rosita; MORONI, José Antonio, 1998.p. 93 -112

[39] Cabe ressaltar que a questão do acesso a dados numéricos e informações mais detalhadas nas pesquisas sobre refugiados configura-se como um aspecto problemático em função das razões da natureza confidencial de certas informações. Neste sentido, solicitações formais precisam ser feitas às instituições competentes para se tentar o acesso a dados mais específicos, bem como a indicação de fontes que não estejam facilmente disponíveis para pesquisadores. Assim sendo, o acesso aos dados da Cáritas - RJ em evolução temporal foi possível somente para as solicitações de refúgio de 1998 até junho de 2007. Em 2008, dificuldades decorrentes de mudanças ocorridas na cúpula da Arquidiocese do Rio de Janeiro repercutiram de forma intensa sobre o Programa de Assistência aos Refugiados. Tal fato impediu não apenas o acesso aos dados, bem como um contato mais direto com o trabalho da equipe do programa. Somente em 2009, com novas mudanças na Arquidiocese e na Cáritas - RJ, o acesso aos dados foi permitido e, por solicitação específica, foram fornecidas as estatísticas aqui apresentadas para 2008/2009. Em abril de 2009 foi possível retomar o contato para visitas à nova sede do Programa para os refugiados, com observação direta, entrevistas/conversas com os integrantes da equipe de trabalho para a atualização de informações em geral e esclarecimento de dúvidas quanto a pontos importantes da pesquisa. Igualmente, solicitações encaminhadas pela pesquisadora ao ACNUR e ao CONARE para o período 2003-2008 resultaram em alguns dados específicos dos relatórios anuais do Comitê, mas não para todos os anos do período, nem tampouco no grau de qualificação desejado. Como já mencionado, a própria natureza do fenômeno investigado também leva à necessidade de utilizar estimativas, trabalhar com o cruzamento de dados de fontes diversas – muitas vezes por aproximações e inferências.

As características acima indicadas (aumento do percentual de angolanos, jovens, do sexo masculino) serão acentuadas com o deferimento de oitenta e um casos pela chamada "cláusula ampla" [40], (de um total de cento e sete solicitações aprovadas) no período de 1998 a 2001.

O número total de solicitações subiu em ritmo mais acelerado neste período. Em 2001 o Brasil tinha aproximadamente 2.500 refugiados registrados. No caso do Rio de Janeiro (conforme destacado em negrito a seguir, na Tabela 6) – para onde vieram mais de 500 solicitantes angolanos naquele período –, o aumento se deu, sobretudo, em função da intensificação da guerra em Angola, mas também pelo início da chegada de solicitantes colombianos (ainda que com peso bem menor – 11 solicitações).

Sobre a diversificação de países de procedência no período 1998-2001, vale destacar que, se o número de "nacionalidades" (países de origem) permanece próximo a quarenta, chegam entretanto novos grupos que solicitam o refúgio por motivos e situações mais diversificados e pessoas vindas de regiões onde ocorriam conflitos armados de diferentes naturezas. Por exemplo, a partir do ano 2000, a chegada de romenos que se diziam perseguidos por motivos religiosos surpreendeu até mesmo os funcionários da Cáritas - SP. Em 2002, a imprensa registrou com algum destaque a presença de solicitantes de refúgio que chegaram em condições precárias, fugindo dos conflitos no Afeganistão.

[40] Conferir o significado deste termo no final da nota 17 (página 38).

Tabela 6: Rio de Janeiro – Solicitações entre 1992 e 2007

Nacionalidades com maior representatividade

ANOS	**ANGOLA**	**R.D.CONGO**	**COLOMBIA**	LIBÉRIA	TOTAL
1992	3	0	0	15	18
1993	586	118	0	44	748
1994	375	4	0	158	537
1995	109	5	0	51	165
1996	73	1	0	27	101
1997	31	1	0	8	40
1998	**314**	2	0	9	**325**
1999	**196**	4	**15**	1	**216**
2000	**187**	7	**16**	1	**211**
2001	**134**	4	**19**	1	**158**
2002	97	6	22	0	125
2003	43	11	14	3	71
2004	19	14	24	9	66
2005	18	29	61	0	108
2006	6	54	72	0	132
2007	1	13	50	5	69
Total	2192	273	293	332	3090

Fonte: Estatística Cáritas – RJ / junho de 2007.

O final da guerra civil em Angola, em 2002, estabeleceu (e ainda continua a gerar) implicações importantes sobre variáveis de diversas naturezas que integram a problemática do refúgio no Brasil. Dados da Cáritas – RJ (Tabela 6) permitem verificar que a partir de 2002/2003 o número de solicitações de refúgio por pessoas procedentes de Angola vai reduzir-se rápida e progressivamente. É possível associar esta redução ao final da guerra mas, também, ao aumento de solicitações indeferidas para angolanos a partir de 2003 por parte do CONARE, uma vez que um quadro de estabilidade vai-se consolidando naquele país – ao menos no que se refere ao fim dos conflitos armados – e uma "situação de paz" é reconhecida internacionalmente. Os dados da Tabela 6 indicam um total de 2.192 solicitações de refúgio por angolanos no Rio de Janeiro no período 1993-2007. **Apesar das considerações acima, verifica-se a seguir que, do total de 1.841 refugiados registrados no Rio de Janeiro em 2007, os angolanos ainda representavam 71%, seguidos por congoleses da RDC (8%) e por colombianos (7%).**

Tabela 7: Refugiados no Rio de Janeiro – 2007 – % principais países de origem

PAÍS	PESSOAS	**PORCENTAGEM**
ANGOLA	1301	**71%**
CONGO	153	8%
COLOMBIA	132	7%
LIBERIA	101	5%
OUTROS	154	9%
TOTAL*	**1841**	**100%**

***** Neste total estão incluídos todos os refugiados registrados no Rio de Janeiro, respeitando-se a divisão geográfica, ou seja, estão contempladas as regiões Norte e Nordeste.

Fonte: Estatística Cáritas – RJ / junho de 2007

Segundo informações obtidas em entrevista realizada em novembro de 2007 com o Diretor da Cáritas – RJ, o ACNUR e o CONARE "vêm estudando formas de encaminhar uma solução para a questão dos angolanos" – considerada muito delicada –, uma vez que dentre as cláusulas que preveem a cessação da condição de refugiado consta que "cessará a condição de refugiado quando o estrangeiro não puder mais continuar a recusar a proteção do país de que é nacional por terem deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado" (Título VI, Capítulo I, da Lei 9.474/97). À época da entrevista, a solução aventada como a mais factível era a concessão de visto do tipo permanente para muitos dos angolanos, uma vez que a grande maioria não queria retornar a Angola. Por outro lado, o ACNUR recomenda que o retorno de angolanos seja estimulado, mas reconhece que após décadas de guerra civil o país ainda se recupera dos efeitos dos conflitos e muitas áreas do país ainda não são consideradas seguras. Vale lembrar que o retorno para o país de origem tem como princípio básico a **repatriação voluntária** – princípio seguido pelo Brasil, diretamente vinculado ao conceito de *non-refoulement*.

No contexto da problemática do refúgio no Brasil em geral, vai configurando-se, após 2003, uma crescente tendência à maior diversificação das áreas de origem dos solicitantes de refúgio e daqueles que têm o *status* de refugiado concedido – como ocorre, aliás, em outros países e regiões. Tal tendência não representou, entretanto, grande aumento do contingente total de refugiados até 2005 nem tampouco do ritmo do crescimento. Ressalte-se, ainda, que os dados dos relatórios do CONARE demonstram que essa diversidade apresenta diferenças para Rio de Janeiro e São Paulo [41].

[41] Em 2002, o Brasil tinha 2.700 refugiados de 47 nacionalidades; em maio de 2003 eram 2.844 refugiados de 48 nacionalidades; **em outubro de 2004, já havia refugiados de 68 nacionalidades diferentes**, num total de 3.050

Tabela 8: Refugiados no Brasil – dados em progressão temporal (2002-2006)

2002	
Nacionalidades **47** Nacionalidades mais representativas	**Total de Refugiados** **2.700** Número de pessoas
Angola	1.600
Libéria	250
Congo RDC	160
Serra Leoa	130
Ex-Iugoslávia*	100
Iraque*	70
Colômbia*	10
* Dados aproximados	

Fonte: CONARE, em Andrade e Marcolini (2003)

pessoas. **Em 2005, somente em São Paulo, existiam refugiados de 62 nacionalidades**: africanos vindos de Angola, Libéria, Ruanda, Congo – RDC, Serra Leoa, Somália e Sudão; vindos do Oriente Médio e da Ásia, constavam iraquianos (os mais representativos), afegãos, iranianos e paquistaneses; quanto ao Leste Europeu, os países de procedência eram Iugoslávia, Sérvia, Bósnia, Kossovo e Macedônia; entre os latino-americanos a maioria era de colombianos, seguidos de cubanos, peruanos e haitianos. É possível afirmar que a rede de organizações e instituições parceiras para o atendimento e assistência aos refugiados é mais ampla, diversificada e atuante em São Paulo do que no Rio de Janeiro – o que se pode atribuir a uma consolidação de organizações e redes de apoio aos imigrantes ligadas ao próprio processo histórico da imigração em São Paulo. Um número maior de nacionalidades na composição dos refugiados registrados em São Paulo, conforme se poderá verificar nos dados da tabela referente a 2006 (Tabela 10), parece guardar relação com esses fatores.

2003 – até 31 de maio [42]	
Nacionalidades 48 Nacionalidades mais representativas	**Total de Refugiados 2.844** Número de pessoas
Angola	1.664
Libéria	240
Congo RDC	173
Serra Leoa	150
Cuba	84
Iraque	72
Colômbia	62
Dos processos analisados pelo CONARE até maio de 2003 foram deferidos 895. Foram indeferidas 1.044 solicitações [43].	

Fonte: CONARE. Ministério da Justiça. Disponível em: <www.mj.gov.br.>. Consulta em nov. 2006

2004 - até outubro	
Nacionalidades 68	**Total de Refugiados 3.050**
Deram entrada no RJ em 2004	522
Deram entrada em SP em 2004	405

Fonte: Dados enviados para a pesquisadora pelo CONARE.

[42] Não foi possível ter acesso aos resultados dos processos analisados pelo CONARE referentes ao período de maio a dezembro de 2003.

[43] Para efeito de comparação, em 1995/1996 o Brasil tinha um índice de reconhecimento de refugiados superior a 50%. Em 2003 este índice já estava próximo de 40%. A partir de 2004 configura-se um padrão próximo a 40% de pedidos deferidos. Em 2007, por exemplo, o Brasil apresentou um percentual de deferimento das solicitações de 30 a 35% - um dos maiores índices de reconhecimento de refugiados no mundo, segundo o ACNUR Brasil. Em 2008 o percentual é de 30%. Se observado o período 2003 a 2008, O CONARE concedeu status de refugiado a 1.192 pessoas de um total de 2.812 casos analisados – o que representa um percentual médio de 42% no período.

O ano de 2006 vai apresentar uma aceleração do ritmo de crescimento do número total de refugiados – quando contabilizados os refugiados reassentados [44] e um número maior de solicitantes. O quadro da população refugiada no Brasil até dezembro de 2006 – segundo dados oficiais do CONARE – era composto por um total de 3.913 pessoas. A composição da "população refugiada", segundo a situação jurídica, era a seguinte: 3.316 refugiados, 379 solicitantes de refúgio e 218 reassentados.

- Dados mais detalhados disponíveis para o ano de 2006, apresentados a seguir nas tabelas 9 e 10, permitem fazer algumas considerações.

Tabela 9: Número total de refugiados no Brasil até junho de 2006

Região de Origem	**Total de Refugiados** **3.428**
África	**2.528**
América do Norte	1
América do Sul	**451**
Ásia	237
América Central e Caribe	110
Europa	101

Fonte: Relatório CONARE *apud* ANDRADE; MARCOLINI, 2007.

[44] A forma de refúgio mais recente no Brasil é o reassentamento de grupos familiares que já viveram como refugiados em outro país. O reassentamento é uma das soluções duradouras para aqueles refugiados que, por questões de segurança ou integração, não podem permanecer no primeiro país de acolhida nem retornar ao de origem (definição tal como aparece no site do MJ/CONARE). O reassentamento é previsto tanto pela Convenção de 51 quanto pela Lei 9474/1997 em seu capítulo III – **Do reassentamento**. Art. 45. O reassentamento de refugiados em outros países deve ser caracterizado, sempre que possível, pelo caráter voluntário; Art. 46. O reassentamento de refugiados no Brasil se efetuará de forma planificada e com a participação coordenada e, quando possível, de organizações não governamentais, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades. A importância do Brasil como um país de reassentamento, a servir como referência para as políticas da Agência na América Latina, assim como o Acordo estabelecido em 1999 com o ACNUR para o reassentamento de refugiados no Brasil, serão abordados no item 3 deste capítulo. Em 2006 o Brasil já tinha 218 reassentados colombianos. Em 2007, o número total de refugiados reassentados somava 354 pessoas, das quais 228 eram colombianos e 109 eram palestinos (reassentados no país em setembro de 2007).

Tabela 10: Número total de refugiados no Brasil até 31 de dezembro de 2006

Total de Refugiados	**3.534**	**Total de Nacionalidades**	**72**
Refugiados em 1º país.	3.316	Nacionalidades em São Paulo	**67**
Reassentados	218	Nacionalidades no Rio de Janeiro	**52**
Solicitantes de refúgio	379		
Cáritas - São Paulo (refugiados, sem incluir reassentados)	**1.327**	**Cáritas - Rio de Janeiro** (refugiados, sem incluir reassentados)	**1.989**

Cáritas – SP			**Cáritas – RJ**		
Nacionalidades mais representativas	Refugiados	Análises pendentes	Nacionalidades mais representativas	Refugiados	Análises pendentes
Angola	349	8	Angola	**1.335**	1
Congo RDC	**91**	-	**Congo RDC**	**152**	-
Colômbia	**106**	**38**	**Colômbia**	**121**	**31**
Cuba	80	39	Cuba	23	4
Iraque	**96**	9	Iraque	19	2
Libéria	136	2	Libéria	122	-
Serra Leoa	121	-	Serra Leoa	16	-

Fonte: Relatório CONARE *apud* JUBILUT, 2007.

- Na composição por região de origem cresce a participação da América do Sul, em função do aumento das solicitações de colombianos.
- Os africanos continuam como o maior grupo, com estabilização do número de refugiados angolanos e uma continuidade do crescimento de solicitantes provenientes do Congo – RDC, concentrados espacialmente no Rio de Janeiro.

- Em termos de distribuição dos registros entre Rio de Janeiro e São Paulo vemos uma tendência de aumento do percentual de refugiados registrados em São Paulo (mais de 35%), além da maior variedade de nacionalidades - já anteriormente apontada.
- Do total de 1.684 angolanos refugiados em 2006, 1.335 eram atendidos e viviam no Rio de Janeiro, reafirmando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como área de maior concentração dos africanos desde os anos noventa. A Colômbia já ocupava o segundo lugar como país de origem de refugiados no Brasil. Dos 296 colombianos, 144 eram atendidos em São Paulo e 152 no Rio de Janeiro.

A República Democrática do Congo (ex-Zaire) ocupava em 2006 a terceira posição como país de origem – 243 refugiados no Brasil (com 91 congoleses atendidos em São Paulo e 152 no Rio de Janeiro). No Rio de Janeiro, em 2006/2007, a presença crescente dos congoleses vai alçá-los ao posto de segundo grupo mais representativo, depois dos angolanos.

Em 20 de junho de 2008, numa entrevista para marcar o Dia Mundial do Refugiado, o presidente do CONARE – Dr. Luís Paulo Teles Barreto – destacou algumas características gerais dos refugiados no Brasil. Segundo informações e dados desta fonte, a presença mais significativa de refugiados e imigrantes africanos no Rio de Janeiro ocorre a partir dos anos 1990. Dos 3.889 refugiados de 71 nacionalidades diferentes vivendo no Brasil em 2008, quase 80% são africanos, vindos principalmente de Angola e da República Democrática do Congo.

Entre os africanos o maior número é de angolanos: 1.686 ao todo (43,3%). "**Mais recentemente, cresceu a presença dos congoleses – o que continua se acentuando (...)".** Dados oficiais do Ministério da Justiça indicavam em junho de 2008 um total de 301 refugiados congoleses (7,7%). **"(...) O número de solicitações para refúgio feitas por estrangeiros vindos da República Democrática do Congo (RDC) no último ano** (1997/1998) **superou as demandas dos colombianos".** Desde janeiro de 2008, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério da Justiça, recebeu 71 pedidos de pessoas que alegaram fundado temor de perseguição no país africano; destes, 21 foram concedidos e 10 negados. Na sequência, há 28 pedidos feitos por colombianos este ano, sendo 10 concedidos e 8 negados (os colombianos são 528 pessoas, representando 13,5%).

"O argumento apresentado pelos congoleses são os conflitos travados entre o governo e as diferentes milícias, que estão ocorrendo na região de Kivu, no Norte e em Bas-Congo, no Sul da RDC" [45].

Tabela 11: Número de refugiados no Rio de Janeiro até junho de 2007, por país de origem

Angola	1.301
Congo	**153**
Colômbia	**132**
Libéria	101
Outros	154
TOTAL *incluindo reassentados	**1.841***

Fonte: Estatísticas Cáritas– RJ / junho de 2007.

Tabela 12: Número de refugiados no Brasil até junho de 2008, por país de origem

Nacionalidades mais representativas	**Número de pessoas**
Angola	1.689
Colômbia	**528**
Congo RDC	**301**
Libéria	259
Iraque	165
Total de nacionalidades	**71**
Total de refugiados	**3.889**

Fonte: Informações CONARE. Ministério da Justiça. Disponível em: <www.mj.gov.br>.

[45] Seleção de trechos da entrevista acima referida. Ver a íntegra no ANEXO D – Capítulo 2, Vol. II, p. 39. Grifos nossos.

Tabela 13: Número de refugiados no Brasil até fevereiro de 2009

Nacionalidades **70**	**Total de refugiados** **3.945**
Nacionalidades mais representativas	Número de pessoas
Angola	1.687
Colômbia	**531**
Congo RDC	**333**
Libéria	259
Iraque	178

Fonte: Relatório CONARE. Disponível em: <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2009.

Em março de 2009, dados enviados pelo CONARE a partir de solicitação específica para a presente pesquisa oferecem um quadro mais completo da situação dos refugiados no Brasil – o que permite uma visão geral da evolução do fenômeno até momento recente. De acordo com um recorte temporal de 1998 a 2008, é possível observar a atuação do CONARE para todo o período enfocado, no que se refere às solicitações deferidas e indeferidas, aos recursos impetrados por solicitantes que tiveram seus pedidos negados em primeira instância pelo CONARE, e à ocorrência de casos que foram reavaliados gerando uma decisão final positiva [46].

[46] Em relação a esta questão da análise dos casos e dos recursos é muito interessante conhecer a forma detalhada como cada caso é analisado e revisto, podendo o CONARE optar (em função de diversos motivos) pelo deferimento. Para conhecer esses procedimentos em detalhes e casos ilustrativos relatados de maneira minuciosa, consultar ACNUR Brasil / CONARE (op. cit., 2007). No que se refere à busca de aperfeiçoamento do sistema de informações disponíveis para a análise dos casos, destaca-se que em abril de 2000 foi firmado um acordo com o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), da Universidade de Brasília (UNB), com o objetivo de "(...) ampliar a massa de informação disponível sobre os países exportadores de refugiados para o Brasil, especialmente os países africanos, fornecendo ao processo decisório nacional, especialmente ao CONARE, as bases essenciais de informação acerca da evolução do processo social e político interno daqueles países, bem como sobre sua situação humanitária. Faz parte da programação da cooperação com o IBRI a realização de seminários voltados para a formação de uma opinião pública mais informada sobre as populações de refugiados no Brasil". (LEÃO *et al*, 2000, p.185).

Neste histórico da atuação do CONARE, apresentam-se pela primeira vez nesta pesquisa os casos de reunião familiar [47]. Para o período 1998-2008 também se pode ver que na composição por gênero continuam predominando os homens – (66%) do total de refugiados. Cabe ressaltar que é possível observar uma crescente presença de mulheres entre os refugiados nos grupos de crescimento mais recente – colombianas e congolesas.

CONARE – DADOS SOBRE REFÚGIO NO BRASIL [48]

(Atualização em 13.03.09)

NÚMEROS GERAIS (ELEGIBILIDADE + REASSENTAMENTO)

1**. Total de Refugiados no Brasil: 3969, dos quais:**

- 3.583 reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade;
- 386 reconhecidos pelo Programa de Reassentamento.

2**. Refugiados por Continente**

CONTINENTE	REFUGIADOS	%
África	2.676	67,5
América	774	19,5
Ásia	401	10,1
Europa	118	2,9
TOTAL	**3969**	**100%**

3. **Nacionalidades presentes neste universo de refugiados: 71**

[47] Lei 9474/97. SEÇÃO II. Da Extensão. *Art. 2º. Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.* "**Os princípios consagrados neste artigo possibilitam aos refugiados e refugiadas reconhecidos pelo Brasil reunirem-se com seu grupo familiar** (cônjuge, ascendentes, descendentes e outros membros economicamente dependentes), **desde que este se encontre em território nacional**. Esta reunião perdurará enquanto existir a necessidade de proteção outorgada pelo Estado brasileiro. De fato, a Resolução Normativa nº 4 do CONARE, de 1º de dezembro de 1998, considera este artigo uma extensão da condição de refugiado, a título de reunião familiar. Trata-se, portanto, de uma faculdade outorgada pelo Estado brasileiro aos refugiados e às refugiadas, possibilitando-os reunir-se com sua família". (Lei 9747/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados. ACNUR/IMDH, 2005, pp. 50, 51). **Para uma ideia geral de como esta faculdade da reunião familiar é importante para os refugiados vindos do Congo-RDC – o que será considerado quando se tratar das questões referentes à integração local do grupo – consultar na fonte acima indicada os dois casos de congoleses tomados como exemplo para as decisões comentadas do CONARE sobre reunião familiar.** (Grifos nossos).

[48] Os "DADOS DO CONARE SOBRE REFÚGIO NO BRASIL" e o "DESEMPENHO DO CONARE EM NÚMEROS" que aparecem a seguir foram enviados por e-mail diretamente para a pesquisadora, como resposta a uma solicitação específica enviada ao Comitê.

4**. Nacionalidades com maior representatividade de refugiados**

NACIONALIDADE	REFUGIADOS	%
Angola	1687	42,7
Colômbia	534	13,4
República Democrática do Congo	340	8,4
Libéria	259	6,5
Iraque	178	4,5

O DESEMPENHO DO CONARE EM NÚMEROS: 1998-2008

(atualização em 14.01.09)

(ELEGIBILIDADE + REASSENTAMENTO, POR PESSOA)

Ano	Reuniões plenárias	Reuniões extraordi-nárias	Solicitações deferidas	Solicitações indeferidas	Perda*	Reunião Familiar**	Recursos providos***	Recursos não providos
1998	02	-	20	01	-	-	-	01
1999	04	-	168	32	3	16	-	04
2000	04	-	469	313	13	10	-	60
2001	04	02	115	186	9	13	02	110
2002	06	-	112	490	21	30	-	280
2003	05	02	77	222	24	08	02	143
2004	05	02	157	197	07	10	01	99
2005	06	01	226	234	16	08	-	121
2006	06	01	233	419	17	10	04	195
2007	05	-	355	322	04	16	08	80
2008	05	03	106	226	24	13	11	41
2009	-	-	09	-	-	-	01	-
Total	52	11	**2.047**	**2.642**	138	**134**	**29**	**1.134**

* Corresponde à perda da condição de refugiado segundo o capítulo II, artigo 39, lei número 9.474/97. Ver ANEXO A - Capítulo 1, Vol. II p. 3.
** Refugiados também inclusos no número de "solicitações deferidas".
*** Refugiados não inclusos no número de "solicitações deferidas".

Finalmente, considera-se que os dados obtidos para o período mais recente apontam algumas indicações para trabalhos de pesquisa:

- É necessário observar e analisar melhor a diversificação crescente dos países de procedência dos refugiados. Avaliar as implicações desta maior diversidade das áreas de procedência é fundamental para as necessidades específicas quanto ao acolhimento, assistência e integração local. São novos desafios que se colocam para uma análise de viés qualitativo e transdisciplinar que contribua para informar positivamente as práticas e as políticas públicas.

- Há que se qualificar melhor a composição do número total de refugiados registrados e acolhidos a cada ano na Cáritas – RJ e na Cáritas - SP, segundo o país de procedência e regiões e/ou estados do Brasil em que chegaram. Ampliar não somente os estudos sobre os que se estabelecem no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também sobre os que se destinam para outros estados e cidades do território brasileiro (por exemplo, nos projetos de reassentamento e outras variações tais como cidades de menor porte, áreas de fronteira, locais adequados para grupos avaliados como "de alto grau de vulnerabilidade", etc.). As mudanças ocorridas na distribuição geográfica dos refugiados ao longo do período estudado também apontam para uma maior complexidade do fenômeno do refúgio no Brasil.

2.2.3 Políticas públicas e ações institucionais

A ONU é a organização responsável pelos refugiados em nível internacional. Proteger, assistir e buscar a integração dos refugiados é função do ACNUR, em colaboração com os países de acolhida/destino. No Brasil, desde a promulgação da lei que implementou o Estatuto do Refugiado, o Governo Brasileiro tornou-se o principal responsável por programas e políticas em favor dos refugiados, através do CONARE.

Este papel determinado para o CONARE diz respeito, nos termos da lei, a "orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência [49] e apoio jurídico aos refugiados" [50]. Tal competência no campo das políticas públicas é sublinhada como merecedora de destaque por diversos estudiosos do refúgio no Brasil.

[49] C**aracterização da Assistência aos Refugiados tal como apresentada no site do MJ / CONARE**). "A integração local dos refugiados é feita por ONGs como as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro que, por meio de convênio celebrado com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR, administram os recursos destinados por aquele organismo aos programas referentes à inserção destas pessoas na comunidade de acolhida. Os refugiados, assim como os solicitantes de refúgio, têm acesso ao SUS e à Educação Pública. A identificação profissional é disponibilizada aos refugiados e aos solicitantes, estes até o final da tramitação de seu pedido".

[50] Parágrafo IV do artigo 12 da lei 9.474/97. Título III - Do CONARE. Capítulo I – da Competência.

> (...) A Lei 9.474/97, além de ser um avanço no Direito Internacional dos Refugiados, **constituiu-se também numa política pública de amplo significado nesta causa.** O amadurecimento da temática e o debate sobre a importância do acesso dos refugiados à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, ao lazer, significam que o Brasil vem reconhecendo, em termos legais e teóricos, a necessidade de **implementação de políticas públicas específicas e a possibilidade de acesso dos refugiados às políticas existentes**, conforme a disposição constitucional de tratamento paritário entre nacionais e estrangeiros residentes no país." (MILESI, 2007, p.6.)

Entende-se, de forma geral, que ações de favorecimento à integração dos refugiados no Brasil devam ser promovidas pelo governo e pela sociedade civil, atuando de forma integrada no desenvolvimento e implantação de políticas públicas –, sempre com apoio e colaboração do ACNUR [51]. O atual diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo – Padre Ubaldo Steri – na ocasião de um encontro com universitários ressaltou:

> Se a existência de refugiados constitui-se como um problema profundamente humano, a questão do refúgio é política e social. Soluções duradouras terão que transpassar as esferas política, econômica e ética, envolvendo toda a comunidade internacional e a comunidade local. (STERI, 2005, p.1- 2)

Para uma reflexão sobre "**a necessidade de implementação de políticas públicas específicas e as possibilidades de acesso dos refugiados às políticas existentes**", conforme se destacou na citação de Milesi, acima apresentada, um dos primeiros aspectos a se considerar é a necessidade de mais esforços para garantir melhor informação sobre a temática do refúgio e os direitos que a legislação confere aos refugiados [52]. Se é fato que nos últimos

---

[51] "De acordo com o seu estatuto, as funções primordiais do ACNUR são providenciar proteção internacional e buscar soluções permanentes para os refugiados. Trata-se (conforme o 2º parágrafo) de "um trabalho puramente humanitário e apolítico" (JUBILUT. 2007 p.152). No Brasil, o ACNUR tem duas funções principais: colaborar com o governo quanto à aplicação da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, e trabalhar junto com a sociedade civil e com os refugiados para facilitar seu processo de integração através de uma rede nacional de apoio. (Fonte: NAÇÕES UNIDAS no Brasil. **Sobre o ACNUR**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/conheca_orgaos.php>. Acesso em: 12 dez. 2004). Para Zerbini Leão "(...) a política de associações é mesmo uma necessidade, pois o ACNUR, por razões institucionais, não pode interferir em assuntos internos dos países e deve primar pela ausência de envolvimento nas políticas internas dos Estados (LEÃO *et al*, 2000, pp.185-186). Chama-se a atenção para as contradições presentes nos diversos discursos sobre o ACNUR e o seu papel na busca de soluções para os refugiados. Por exemplo, o representante do ACNUR no Brasil, Javier López-Cifuentes, quando questionado em entrevista sobre se faltaria um esforço mundial para a redução do número de refugiados, afirmou: "O problema é que a raiz do refúgio normalmente é política, e a solução também". (In: CAMPOS, Mariana. "Brasil é líder em política de proteção aos refugiados, diz ONU". **Folha On Line**, 20 jun. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u414412.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2008).

[52] Sobre a atuação da sociedade civil junto aos refugiados tal como apresentada no site do MJ / CONARE- "Sociedade Civil – A sociedade brasileira, e com especial atuação, Igrejas, atuam a longo tempo em favor dos migrantes e dos refugiados. Há um avanço na sensibilização por esta causa. (...) Inúmeras instituições, grupos, núcleos de atendimento e de estudos, universidades, entidades religiosas, organizações de direitos humanos e

dez anos a questão dos refugiados ganhou visibilidade na sociedade brasileira em geral, **nem sempre esta visibilidade contribuiu para a compreensão adequada da necessidade de se garantir a assistência aos refugiados**. Por outro lado, apesar dos avanços legais obtidos com base na atuação do referido sistema tripartite e no aumento da participação ativa de entidades da sociedade civil organizada, ainda há muitas lacunas e dificuldades a serem superadas quando se examina na prática a efetiva operacionalização das ações institucionais e a execução das políticas [53].

No caso do Brasil, esta dificuldade de compreensão acentua-se, na prática, em função da situação sócio-econômica de grande parcela da população que depende exclusivamente dos serviços públicos de educação e saúde – com todos os problemas e deficiências que eles apresentam. Somam-se a esse contexto outras questões a interferir de forma negativa sobre as condições concretas de integração local dos refugiados, assim resumidas pelo alto comissário do ACNUR:

> O imaginário de muitas pessoas, afirma o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres, ainda tende a achar que o refugiado é um criminoso, que está foragido de seu país, e não alguém que, exatamente ao contrário, teve que fugir de sua casa, de seu país, por ser perseguido ou por ser vítima de uma guerra ou de conflitos que assolam sua Pátria. Recordemos, ainda, que as mulheres e as crianças constituem um grupo duplamente vulnerável, o que pode acabar por potencializar as dificuldades de integração [54].

Vários autores se colocam no debate sobre o que representa para o Brasil, com sua grande população, acolher algo em torno de 4 mil refugiados no total, reafirmando não somente a necessidade, mas também a viabilidade (apesar das dificuldades internas do país) da criação de políticas amplas e adequadas às necessidades dos refugiados e da garantia de acesso às políticas públicas já existentes. Santos (2005) apresenta os seguintes argumentos para este entendimento: não há necessidade de grandes vultos pecuniários porquanto, pela prática, a inserção dos refugiados é amplamente sustentável; a causa dos refugiados conta

---

profissionais atuam ou estão envolvidas, em maior ou menor intensidade, nesta causa e expressam sua colaboração na especificidade de suas finalidades institucionais".

[53] Entende-se que a realização de campanhas, eventos, e atividades de sensibilização sobre a temática do refúgio e a situação dos refugiados é ação de grande importância, posto que a divulgação da temática contribui para a viabilização de políticas mais específicas e eficazes, com uma correspondente garantia de acesso por parte dos refugiados. Os grifos no texto são nossos.

[54] In: MILESI, Rosita. 20 de Junho - Dia Mundial do Refugiado. Os Refugiados de todos os dias. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5216&Itemid=1>. Acesso em: 19 jun. 2009.

com o apoio de organizações não governamentais, igrejas, entidades e movimentos sociais, equipes de trabalho e universidades. (SANTOS, 2005, p.159).

Almeida e Cunha (2002) destacaram aspectos históricos e culturais favoráveis à acolhida aos refugiados em nosso país.

> (...) Apesar das dificuldades econômicas, o Brasil tem capacidade para receber e oferecer oportunidades àqueles que desejam aqui permanecer. A sociedade brasileira, multiétnica, é o resultado de uma combinação de pessoas com diferentes ascendências nacionais, que a torna aberta e tolerante em relação à chegada de refugiados e imigrantes em geral. Além disso, durante a ditadura militar (1964-1985), parte da elite brasileira (intelectuais, professores, políticos) foi exilada, sendo, portanto, simpática à necessidade de se receber e proteger aqueles que fogem de perseguição, e à transformação de nosso território num espaço humanitário. (ALMEIDA e CUNHA, 2002, p. A-3).

Não obstante a relevância do direito já consolidado a documentos de identificação e de trabalho para solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil (em especial quando consideradas as condições predominantes no contexto mundial na atualidade), bem como a garantia prevista em lei aos serviços públicos de educação e de saúde, é preciso reconhecer que a integração local dos refugiados ainda constitui um grande desafio. De fato, mesmo com os avanços já apresentados, a inserção social da grande maioria dos refugiados ainda é bastante precária e marcada por dificuldades concretas de diversas naturezas – **destacando-se os problemas de moradia e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho.**

Outra questão (já mencionada anteriormente) constitui-se como um desafio apontado por alguns especialistas desde as primeiras análises sobre o texto da lei. Trata-se do **reconhecimento de certificados e diplomas e da necessidade de apresentar documentos que comprovem a qualificação profissional, o nível de escolaridade** e outros requisitos necessários como, por exemplo, aqueles exigidos para a obtenção da condição de permanente.

Os desafios da integração local aparecem sob diferentes pontos de vista nos seguintes trechos selecionados de matéria jornalística, publicada em 2008.

> (...) O colombiano Rubén Darío García Montoya ainda hesita em falar sobre os motivos que o levaram a deixar para trás família, amigos e carreira em Bogotá e vir para o Brasil como refugiado. (...) A barreira do idioma e a dificuldade de se integrar a um mercado de trabalho competitivo e ainda marcado pelo desemprego são os principais obstáculos enfrentados pelos refugiados, acredita Montoya, hoje empregado em uma operadora de telefonia móvel, professor de português para estrangeiros e administrador de um site que busca apoio de empresas para facilitar a colocação profissional de refugiados (www.refugiadosbrasil.org). – Tenho um amigo iraquiano que é especialista na área de petróleo, o problema é que ele só sabe

> falar inglês e árabe, mas ninguém aproveita o potencial dele – conta o colombiano. Segundo ele, as empresas ainda veem com reservas o profissional refugiado – muitas vezes somos vistos como fugitivos da lei, existe aquela impressão de que quem não saiu de um país em guerra, deixou sua pátria por ter algo a esconder. Mas na verdade saímos do nosso país porque não temos mais escolha. – (...) De acordo com o porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Luiz Fernando Godinho, parte do orçamento do ACNUR no país se destina ao pagamento de auxílio de custos aos refugiados admitidos que ainda não conseguiram emprego. Godinho explica que o ACNUR atua em convênio com a Cáritas, que se encarrega do contato direto com os refugiados, providenciando curso de português, repassando o auxílio financeiro e dando apoio na busca de emprego e moradia (....). O porta-voz (...) admite que a dificuldade em encontrar empregos é hoje um dos maiores obstáculos para adaptação dos refugiados. Segundo ele, a legislação brasileira, considerada uma das mais avançadas do mundo na questão dos refugiados, não prevê nenhum tipo de incentivo à contratação de estrangeiros no País. Os refugiados, explica Godinho, entram no mercado de trabalho em condições de igualdade com os brasileiros, o que, por conta da barreira idiomática, pode ser um contratempo na hora de conseguir meios para se sustentar (...). Nós damos um suporte – observa. Contudo, o porta-voz lembra que "o principal objetivo é garantir proteção legal e impedir que essas pessoas sejam devolvidas a seus países, em caso de risco de morte [55].

Araujo (2003) destaca que os refugiados precisam enfrentar desafios de diferentes naturezas nos países ditos de acolhimento, tais como: o desafio de se sentir em segurança; o desafio de garantir a sua existência legal perante a sociedade – o refugiado precisa ter um documento de identidade no país que o recebe; o desafio de conseguir um trabalho e poder manter-se sem depender financeiramente da ajuda das instituições responsáveis pela proteção, acolhimento e integração no novo país.

No Brasil, dentre as propostas já formuladas e em processo de ampliação e fortalecimento, destacam-se aquelas referentes aos campos essenciais da saúde, do trabalho, da educação e da integração social local. Ressalte-se, entretanto, que o desafio de efetivar as propostas nas áreas mais essenciais, traz à tona uma série de temas e subtemas que se inserem em diversos campos do conhecimento e em diversas formas de pensar / elaborar políticas públicas e transformá-las em ações práticas para a melhor integração local dos refugiados.

Questões não menos importantes, embora de natureza diferente, devem ser consideradas quando se tem um entendimento da importância de se pensar nas experiências concretas dos refugiados e de suas necessidades, tanto objetivas quanto subjetivas. Trata-se de colocar em foco os desafios no campo do simbólico, da cultura, da linguagem, da identidade, do sentimento ambíguo e conflituoso de pertencimento e não pertencimento (seja no nível

[55] VIEIRA, Pedro. "Brasil tem hoje 3.800 refugiados de 72 países". In: **Jornal do Brasil Online**, 20 abr. 2008. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2446>. Acesso em: 24 abr. 2008.

individual, seja no nível coletivo), do poder das construções simbólicas a respeito do refugiado quando marcadas pelo preconceito e/ou transformadas em estigma [56].

Araujo (2003) observa que tais questões incluem o direito de preservação e valorização do patrimônio cultural do refugiado; de manutenção de suas crenças religiosas; de poder se expressar segundo seu idioma natal, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio da aprendizagem e do domínio de uma nova língua – tão fundamental para se fazer entender e compreender as pessoas e o contexto ao seu redor; o desafio de ser aceito em um novo espaço de vida – ser incluído em novas relações sociais que precisará estabelecer em seu cotidiano no espaço social do refúgio.

Para o refugiado, tudo isso significa ganhar a possibilidade e o poder de se expressar e de dominar os códigos locais de comunicação e socialização. Assim, o enfrentamento desses desafios da ordem do simbólico/cultural (e exatamente porque esta ordem não está separada da ordem das práticas) é fundamental para que os refugiados possam lidar com os outros desafios aqui já apresentados e discutidos [57].

Por fim, como destacam alguns estudiosos e ativistas da questão do refúgio, a efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados e as políticas públicas para integração local precisam, em qualquer parte do mundo, de uma abordagem holística em função da interação dos diversos fatores interferentes no processo. Contudo, a literatura sobre "integração local" de refugiados refere-se mais frequentemente (ou costuma ser concebida como mais consistente) aos aspectos práticos e funcionais, utilizando indicadores que podem ser chamados de "indicadores objetivos" [58].

Como observam Phillimore e Goodson (2008), poucos autores discutem a importância "da percepção dos próprios refugiados sobre suas experiências". A ênfase é colocada geralmente sobre aspectos tangíveis e quantificáveis do processo de integração local. Ainda que muitos comentadores já tenham sublinhado a importância da interação entre as dimensões funcionais, sociais, culturais e questões de outras naturezas, o foco sobre o que se refere às

[56] Sobre esse "olhar" para os direitos e dificuldades dos refugiados no Rio de Janeiro, ver Petrus, 2001, Capítulo 4.

[57] Não é demais lembrar que à medida que diferentes grupos, provenientes de diferentes países de origem, vão tornando-se mais expressivos na composição total dos refugiados no Brasil, esses desafios no campo do simbólico / cultural tornam-se mais complexos. Como lembrou Luis Varese, representante do ACNUR no Brasil, em 2007, "**é preciso especial atenção às especificidades de cada grupo, pois é necessário aplicar no trabalho com os refugiados novas práticas que ajudem a lidar com questões referentes à transversalidade de gêneros, de idade, de países de origem, de culturas"**. (VARESE, 2007, Palestra proferida no Rio de Janeiro. Julho de 2007). Notas por Regina Petrus. Grifos nossos.

[58] Conforme considerações sobre os tipos de indicadores e a interação entre eles, apresentadas na Introdução.

políticas públicas tem permanecido sobre a esfera funcional - área na qual o Estado é visto como o agente mais influente [59].

A seguir, apresentamos uma síntese dos êxitos alcançados e das lacunas ainda existentes nos chamados campos essenciais para as políticas públicas de assistência e "integração local" dos refugiados, bem como algumas "oportunidades básicas necessárias para a reconstrução de uma nova vida no Brasil" a serem favorecidas através de ações das entidades da sociedade civil. São pontos, recomendações e comentários selecionados e destacados de dois artigos de análise publicados por Rosita Milesi (2007 e 2008) – estudiosa, atuante, reconhecida como uma das maiores especialistas brasileiras sobre a questão do refúgio no Brasil.

a) Êxitos e avanços mais significativos

- na área trabalhista - (primeiro êxito alcançado) a legislação já possibilita a partir da solicitação do refúgio que seja requerida a carteira de trabalho (diz o art. 6º, Lei 9474/97); a decisão do Ministério do Trabalho e Emprego relativa à identificação na Carteira de Trabalho quando da emissão deste documento para os refugiados eliminou o termo "refugiado" e passou a adotar simplesmente "*estrangeiros com base na lei 9.474/97*".

Comentário (*C.[60]) - "Foi uma iniciativa importante no combate à discriminação e exploração a que se sentiam expostos os refugiados ao buscarem trabalho ou emprego, sujeitos inclusive a temores e receios ante o desconhecimento ainda muito presente na população brasileira sobre este tema";

- na área da educação: a Resolução 03/98, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), baseada na Lei 9.474/97 e em orientações da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, garantiu a admissão de refugiados nos cursos de graduação, mediante documentação expedida pelo CONARE.

[59] Tradução livre de várias considerações apresentadas por PHILLIMORE; GOODSON. "*Making a place in the global city: the relevance of indicators of integration*". In: ***Journal of Refugee Studies***. Vol. 21, N. 3. *Published by Oxford University Press*, 2008. Pp. 2-3.
[60] Os comentários serão indicados pelo seguinte símbolo: ***C.**

***C.** "A Universidade tem garantido a estas pessoas bolsa de manutenção, apoio psicológico, acesso a programas de moradia e estágios remunerados";

- na área de recursos orçamentários: a criação, a partir de 2005, de uma rubrica no orçamento da União destinada à acolhida aos refugiados.

***C. "**Este valor, já mais expressivo a partir de 2007, contribui significativamente para ampliar a ação, através de convênios e parcerias com a sociedade civil, no atendimento e integração dos refugiados".

- no direito à saúde: a criação do primeiro Centro de Referência para a Saúde dos Refugiados, instalado no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de capacitar profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) para atender os refugiados e refugiadas.

***C. "**Sua relevância está centrada no fato de que os refugiados chegam ao país com dificuldade de comunicação, traumas psicológicos em razão das guerras e da violência que sofreram. São casos que requerem maior sensibilidade na acolhida, atenção às condições emocionais e psíquicas, e particular consideração por parte dos profissionais da saúde".

➢ Outros avanços e encaminhamentos relevantes

- Adesão de novas entidades à Rede Solidária para Migrantes e Refugiados [61].

[61] Além das Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, a rede de entidades privadas, organizações confessionais e não governamentais inclui também a OAB Nacional, a CNBB (Nacional e Serviço Pastoral dos Migrantes), a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o Instituto de Migrações e Direitos Humanos – IMDH, em Brasília; a Casa do Migrante, o Arsenal da Esperança, o SENAI, o Instituto Paulista de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, o abrigo da Obra Social Nossa Senhora Aparecida, a UNIFMU, em São Paulo; a Casa de Acolhida ao Refugiado, o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, o SESC e o SENAC, o Hospital dos Servidores do Estado (HSE), a Associação Brasileira de Odontologia – ABO, o Instituto Metodista Bennett, no Rio de Janeiro; a Associação Antonio Vieira e o CIBAI em Porto Alegre, o Núcleo de Apoio a Refugiados do Espírito Santo, o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular em Natal; a Pastoral de Migrantes da Arquidiocese de Manaus e a Diocese do Alto Solimões do Amazonas. A atuação de tais instituições inclui assistência jurídica, auxilio a alimentação e moradia, educação e capacitação para o trabalho, apoio pastoral e religioso e atividades culturais. As fontes de consulta para as instituições e organizações parceiras foram diversas: material de divulgação Cáritas São Paulo / ACNUR (disponível no site da Cáritas Brasileira); Jubilut (2007, pp. 196, 197); NIEM / CNPQ – Projeto de pesquisa "Políticas para refugiados no Brasil: análise atual e histórica da prática de instituições de acolhimento"; material de divulgação da Cáritas - RJ, em evento patrocinado para os refugiados pelo ACNUR em junho de 2007; entrevistas com a equipe da Cáritas - RJ realizadas em novembro de 2006 e em abril de 2009 (foi destacado nas entrevistas que algumas parcerias são acordos formalizados oficialmente e outras são acordos informais através da rede de relações da própria Cáritas - RJ). Acredita-se que em função da dinâmica de ampliação da rede, já existam outras organizações participantes.

***C.** "No âmbito da sociedade civil, vêm somar forças e possibilidades em favor da acolhida, assistência e integração de refugiados e refugiadas, além de contribuir na etapa da recepção e solicitação de refúgio (...) ".

- Criação do Comitê Estadual para Refugiados, no Estado de São Paulo[62].

***C. "**É pioneira esta iniciativa, pois além de ser um meio de implementação de políticas para refugiados em São Paulo e de grande apoio à causa, seguramente será também um estímulo à criação de instituições semelhantes em outras unidades da Federação".

- Avanços nos estudos e propostas entre governo / CONARE, ACNUR e Sociedade Civil para viabilizar o acesso de refugiados e refugiadas aos Benefícios de Prestação Continuada (BPC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação também do INSS.

b) Iniciativas públicas a serem encaminhadas e adotadas

- **Saúde** - garantir o atendimento à saúde integral dos refugiados, inclusive a saúde psicossocial; intervir na formalização de acordos junto às Secretarias de Saúde (Estadual e/ou Municipal) para políticas de saúde de atendimento local aos refugiados.
- **Trabalho** - estabelecer programas de apoio e assistência aos refugiados e seus familiares como vagas em cursos profissionalizantes e, particularmente, cursos de português; possibilitar a comprovação de experiências profissionais, através de períodos de estágio; desenvolver programas e fazer gestões, junto às empresas, sistema "S", sindicatos e organizações, para a abertura de vagas de trabalho e emprego, com períodos de capacitação, para os refugiados.

---

[62] Fonte: MONTOIA, Paulo. "São Paulo passa a ter comitê de ajuda a refugiados". In: **Agência Brasil**, 01 abr. 2008. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/04/01/materia.2008-04-01.8449203033/view>. Acesso em: 02 abr. 2008. "O Estado de São Paulo passa a ter a partir do dia 1º de abril um comitê local de governo para ajudar os refugiados dentro de seu território (...). O Comitê Estadual para os Refugiados (CER) de São Paulo é a primeira instância local desse tipo a ser criada no país e deverá dar apoio aos que foram aceitos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)... Como pretende auxiliar os refugiados a se integrarem ao novo país, o Comitê paulistano empossado hoje é formado por representantes de dez secretarias do governo, entre elas as de Assistência Social, Emprego, Saúde, Educação e Cultura, além de representantes da Cáritas – SP e do ACNUR. (...) A Cáritas Arquidiocesana entregou um primeiro conjunto de propostas de políticas públicas, formulado pela entidade e por refugiados, dividido em seis áreas (...) a definição de um hospital de referência para atendimento emergencial e contínuo, a criação de um centro de acolhida aos recém-chegados, a construção de moradias provisórias, cotas nos programas de moradia popular, ajuda na revalidação de documentos universitários dos países de origem, criação de vagas nas universidades públicas e ajuda para obter emprego (...)".

- **Educação** - criar mecanismos para agilização do processo de revalidação de diplomas e documentos universitários; estabelecer acordos entre o Ministério da Educação e Universidades Públicas para oferta de vagas para refugiados e definição de critérios especiais para inclusão destes no ProUni [63].

➢ Outras recomendações gerais

- Capacitar os atores da sociedade civil e agentes públicos para atenção aos refugiados, considerando sua situação de vulnerabilidade e dramas vividos em decorrência de guerras, guerrilhas, perseguições, conflitos armados e violações massivas de direitos humanos.
- Buscar maior envolvimento do Poder Público local e regional na elaboração e execução de políticas públicas e na inserção de refugiados naquelas já existentes.
- Fortalecer os mecanismos de execução dos dispositivos legais (reconhecimento de certificados, acesso ao crédito para a casa própria e outros).
- Instituir benefício pecuniário a ser prestado pelo Governo aos refugiados até a superação da situação crítica inicial e a inserção no mercado de trabalho ou geração de renda familiar [64].

63 O Programa Universidade para Todos (**ProUni**) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. É um programa dirigido aos estudantes brasileiros egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Os refugiados, por não serem brasileiros e terem cursado o ensino médio em outro país, não possuem direito a este benefício. Observações sobre os refugiados e o Pro Uni serão apresentadas mais a frente.

64 No ANEXO E – Capitulo 2, Vol. II, p. 40, pode-se ler na íntegra uma entrevista realizada pela Organização *Refugees United* – Brasil com a Ir. Rosita Milesi, em março de 2009, onde vários pontos aqui sintetizados são mais bem explicados, desenvolvidos e atualizados. A especialista alerta sobre as dificuldades que os refugiados enfrentam para viver no Brasil e aponta a direção das mudanças. Os principais pontos foram marcados em negrito, **incluindo os pontos relativos ao INSS, Assistência Social e BPCs – destacados ao final da entrevista.**

2.3 ELEMENTOS QUE QUALIFICAM A COMPLEXIDADE DO REFÚGIO NO BRASIL DE HOJE – MUDANÇAS MAIS RECENTES NO FENÔMENO E PERSPECTIVAS.

Algumas características mais recentes do fenômeno do refúgio no Brasil já foram apresentadas no item anterior, tais como, a tendência a uma crescente variedade dos países de origem dos refugiados acolhidos pelo Brasil, a redistribuição espacial dos refugiados (aumento do percentual de refugiados em São Paulo e a presença de "novos refugiados" em outros estados brasileiros), os fluxos de solicitantes de refúgio vindos da República Democrática do Congo e da Colômbia como os que mais crescem em tempos recentes.

Para finalizar este capítulo serão destacados alguns processos de impacto significativo em termos de maior complexidade do refúgio no Brasil de hoje e que sugerem algumas tendências e perspectivas. Três processos serão enfocados: o papel do Brasil nas políticas mais gerais do ACNUR – em especial para a América Latina nos últimos anos, os projetos de reassentamento de refugiados em território brasileiro e a ampliação das redes de proteção aos refugiados. Perpassando a importância desses três aspectos, estará implícita a gravidade da questão dos conflitos na Colômbia, dos deslocados e refugiados colombianos e seus efeitos em escala regional – especialmente para os países fronteiriços, como é o caso do Brasil [65].

A questão de escala mais ampla enfoca o papel de liderança do Brasil não apenas no tratamento dos refugiados e na evolução normativa, mas também nas políticas e propostas mais gerais do ACNUR para a América Latina.

---

[65] Em 2007, o então representante do ACNUR, Luís Varese, traduziu as preocupações com a questão da Colômbia. "Com o Plano de Ação do México, do qual participaram 20 países, decisões muito importantes foram incluídas no plano para os povos latinos. A principal problemática com que se confronta o Plano de Ação do México é o conflito da Colômbia. O maior problema no caso da Colômbia é a invisibilidade dos violentos conflitos. O P.A.M., com muita habilidade, busca atacar o problema da Colômbia sem falar diretamente nele. A partir do Plano, foram criadas as Fronteiras Solidárias. Há regiões de fronteira com a Colômbia onde o impacto das migrações é muito grande nas comunidades locais. Um exemplo importante é a fronteira com o Equador. O ACNUR tem promovido programas de melhoria das condições de vida. Há ações no Panamá, na Costa Rica, na Venezuela e na Amazônia brasileira. Incluindo Treinamento da Polícia Civil e Militar coordenado pelo ACNUR, para os trabalhos nas áreas de fronteira, porque o trabalho é difícil naquela área. 'Pelas fronteiras passam muitas coisas (...). Torna-se complexa a atuação lá nas fronteiras (...)'. Estima-se que entre 15 e 20 mil colombianos procuraram, ao cruzar a fronteira com o Brasil, evitar os conflitos ou fugir de perseguições. Cidades como Letícia, Tabatinga, Manaus têm muitos grupos de colombianos. O Brasil e o ACNUR criaram postos de atendimento aos refugiados nesses locais – vinculados à Cáritas e ao CONARE. Outra questão diz respeito às comunidades indígenas que circulam várias vezes pelas fronteiras. São alvos para o ataque. Se o conflito da Colômbia tem razões políticas, guerras com origens diversas e complexas, a situação para os indígenas é mais séria. Como eles conhecem muito bem o espaço além de serem expulsos das suas terras, são usados para guias das guerrilhas. Os indígenas são uma população de especial atenção para o ACNUR no contexto dos conflitos na Colômbia. (Fonte: anotações – por Regina Petrus – de palestra proferida em julho de 2007, na Cáritas – RJ).

Especialmente no que se refere à busca de uma harmonização de políticas e dos instrumentos jurídicos do refúgio na região, o Brasil é visto pela agência como o país a partir do qual é possível avançar nas discussões conjuntas rumo a políticas regionais integradas para o problema dos refugiados [66] – particularmente para o caso da Colômbia, o mais grave e preocupante no contexto regional.

> "Em termos de proteção aos refugiados, o Brasil pode ser considerado um líder, que abriu as portas [para políticas similares] de outros países latinos do continente americano, como a Argentina e o Chile", afirma o representante do ACNUR – Javier López-Cifuentes. Ele explica que a liderança do Brasil foi ratificada em uma reunião ocorrida em 2004, no México, para comemorar os 20 anos da Declaração de Cartagena [que ampliou as razões para o reconhecimento da condição de refugiado]. "Nesta reunião, vários países latino-americanos concordaram em alguns pontos, e um deles era sobre o reassentamento solidário (...). Foi o Brasil que liderou esse processo". [67]

A Declaração e o Plano de Ação do México [68] (2004) definiram linhas de ação prioritárias para a proteção e implantação de soluções duráveis para os refugiados na América Latina, conclamando os Estados da região à "responsabilidade compartilhada"**.** Segundo Zerbini Leão (2007), o Plano de Ação do México destaca três "dimensões solidárias": cidades solidárias, fronteiras solidárias e reassentamento solidário [69]. Ao assumir a proposta do "Programa Regional de Reassentamento Solidário", o Brasil vem buscando ampliar sua ação em projetos de reassentamento no país - iniciados desde 2002 [70].

---

[66] LEÃO *et al* (2000, p.185) e ANDRADE, J. H Fishel (2001) são autores que comungam desta avaliação.

[67] CAMPOS, Mariana. "Brasil é líder em política de proteção aos refugiados, diz ONU". **Folha on Line**, 20 jun. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u414412.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2008).

[68] Para consulta ao Plano do México ver **"Lei 9747/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados"**. ACNUR / IMDH, 2005. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/3390.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2008.

[69] O programa de autossuficiência e integração 'Cidades solidárias' busca uma maior integração dos refugiados urbanos através de 'uma proteção mais efetiva que abarque os direitos e obrigações sociais, econômicos e culturais do refugiado'; o Programa 'Fronteiras Solidárias' trata do monitoramento das fronteiras, para garantir o acesso à proteção e assistência, principalmente às mulheres e crianças, assim como a todos que necessitam da proteção internacional. Visa promover o desenvolvimento social e econômico, beneficiando as pessoas que requerem proteção internacional e as populações locais de acolhida (particularmente para Equador, Panamá e Venezuela, considerando o aumento de refugiados colombianos); o Programa Reassentamento Solidário compreende a divisão de responsabilidades, com os países da região que recebem grandes fluxos de refugiados originados pelos conflitos e tragédias humanitárias que existem na América Latina, no espírito da responsabilidade compartilhada que orientou a declaração e o Plano de Ação do México.

[70] Um Acordo Macro para Reassentamento de Refugiados foi estabelecido entre o governo brasileiro e o ACNUR em agosto de 1999. Ponte Neto (2003) apresenta a íntegra do Acordo e um histórico comentado sobre os reassentamentos no Brasil, com detalhes sobre a implantação dos projetos. Explica o autor que o reassentamento é uma decisão unilateral uma vez que cada país estabelece um acordo com o ACNUR, indicando as condições para o recebimento dos refugiados e a participação do ACNUR no processo. Destaca que desde o ano 2000 o CONARE começara a estabelecer os procedimentos de aprovação de refugiados a serem reassentados em território nacional, bem como a selecionar possíveis cidades e comunidades de acolhida e

> (...) Esse programa emerge da gravidade do conflito na Colômbia e do seu impacto nos países vizinhos. Sensibilizado por tais fatos, o Brasil, num trabalho conjunto entre Estado, ACNUR e Sociedade Civil, decidiu receber refugiados e refugiadas colombianos que estavam, em sua grande maioria, no Equador e na Costa Rica. Neste contexto e inspirado pelo Plano de Ação do México, o Brasil, que em 2003 possuía 25 reassentados, viu essa população, majoritariamente de origem colombiana, crescer em 2006 para 197 pessoas. (ZERBINI LEÃO, 2007, p.23 e 24).

Em 2004, a partir do Programa de Reassentamento Solidário, os colombianos vão tornar-se maioria entre os reassentados no Brasil.

Não obstante o predomínio dos colombianos, o número de reassentados cresce também com a chegada de refugiados de outros países [71] – como os mais de 100 palestinos chegados em 2007, vindos de um campo de refugiados próximo à fronteira da Jordânia com o Iraque onde viveram cinco anos em condições precárias, no meio do deserto.

Os últimos dados obtidos diretamente com o CONARE, referentes ao mês de março de 2009, computavam um **total de 386 refugiados reconhecidos pelo Programa de Reassentamento.** A composição dos refugiados reassentados por nacionalidade e sua distribuição por Unidades da Federação em que residem podem dar uma visão mais fina da evolução da presença de refugiados reassentados em território nacional.

Segundo dados do CONARE [72] referentes ao final de 2007, de um total de 354 reassentados, 228 reassentados eram colombianos (quase a metade dos colombianos refugiados no Brasil em março de 2009), seguidos por 109 palestinos e nove afegãos.

Os principais estados de residência dos refugiados reassentados no Brasil em dezembro de 2007 eram: São Paulo (182 reassentados), Rio Grande do Sul (150 reassentados)

---

agências implementadoras para cada projeto. "(...) em 2002 chegou o primeiro grupo de reassentados, 23 afegãos que haviam primeiramente buscado asilo na Índia foram instalados em Porto Alegre, numa ação coordenada pelo CONARE (...) assistidos pelo CENOE – Centro de Orientação e Encaminhamento de Porto Alegre". (PONTE NETO, 2003, pp. 155-171).

[71] Com o aumento do número de refugiados, houve a necessidade do aumento do número de cidades e de organizações não governamentais para apoiar o governo brasileiro na sua responsabilidade de recepção e facilitação da integração dos refugiados reassentados – contando com o suporte do ACNUR. Conforme estabelecido no Acordo Macro, item 9, sobre a execução e implementação dos projetos: 1. "O ACNUR contribuirá financeiramente coma integração dos refugiados por meio de um projeto no qual se designará a entidade executora. Tal projeto será executado por tal entidade em coordenação com o ACNUR". O Acordo Macro também determina a constituição de uma comissão encarregada da recepção e integração local dos refugiados reassentados, a ser integrada por representantes das seguintes instituições: CONARE, ACNUR, Governo dos estados e ONGs envolvidas nos projetos. Destaque-se que os gastos de viagem, segundo o Acordo Macro de 1999, correm por conta do ACNUR e/ou "por um eventual patrocinador que se responsabilize financeiramente pelo transporte dos candidatos até o país de reassentamento".

[72] Dados do CONARE, em MILESI (2008).

e Rio Grande do Norte (34 reassentados). Os colombianos e palestinos estão distribuídos nesses três estados. Os afegãos estão no Rio Grande do Sul.

Dentre as preocupações do ACNUR no sentido de proteção – presentes também no Acordo Macro [73] estabelecido com o governo brasileiro –, encontram-se os seguintes casos como prioritários para reassentamento:

- **Refugiado vítima de violência e/ou tortura** – os refugiados vítimas de violência e/ou tortura necessitam de uma atenção médica especial. Segundo o acordo, o reassentamento no Brasil estará sujeito à disponibilidade de tais serviços.
- **Mulheres em perigo –** mulheres que não têm a proteção tradicional de suas famílias ou comunidades e que enfrentam sérias ameaças físicas e/ou psicológicas (violação, assédio sexual, violência, exploração, tortura, etc.).
- **Refugiados sem perspectivas de integração no país do primeiro refúgio** – em algumas circunstâncias, os refugiados não conseguem se integrar no país onde se encontram, por motivos culturais, sociais e religiosos, dentre outros. Quando um refugiado permanece certo tempo em um país de refúgio sem conseguir integrar-se e inexistindo possibilidades de repatriamento em futuro próximo, ele poderá ser **reassentado.**
- **Pessoas com necessidades especiais –** poderão ser consideradas pessoas com necessidades especiais aquelas que não têm vínculos com refugiados no Brasil, menores desacompanhados, deficientes físicos ou casos com necessidade de atendimento médico [74].

Ponte Neto (2003, p. 170) faz uma breve avaliação da experiência já adquirida com os projetos de reassentamento. Como primeira necessidade – indicada inclusive pelo CONARE – destaca o cuidado com a preparação da vinda de futuros grupos, com a realização de entrevistas no país primário de asilo. Tal providência terá o sentido de "garantir que tanto os receptores brasileiros quanto os refugiados tenham uma perspectiva mais próxima da realidade conjunta a ser enfrentada". Outro ponto sensível está na busca da associação das

[73] Acordo citado por Ponte Neto no artigo **Reassentamento de refugiados no Brasil.** In: MILESI (2003, PP. 157-159).
[74] Ver em BAENINGER; DOMINGUEZ outras considerações sobre o programa de reassentamento de refugiados no Brasil. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/programadereassentamento.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2007.

expectativas e experiências dos que pretendem o reassentamento, com a realidade brasileira – o que tem implicações na escolha mais adequada das distintas áreas em que serão instalados os reassentados de maneira a favorecer sua integração e futura autossuficiência.

Em uma entrevista realizada para a presente pesquisa em 2007, ano da chegada dos reassentados palestinos [75], Ponte Neto, então Diretor da Cáritas – RJ, expressou algumas de suas preocupações e recomendações sobre os projetos de reassentamento – inclusive no que se refere aos efeitos da divulgação de tais projetos pela mídia sobre o conjunto maior de refugiados concentrados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Seguem alguns trechos selecionados de entrevista gravada, realizada na sede da Cáritas em 11 de novembro de 2007.

P. O Brasil seria um país próprio para as soluções chamadas duradouras do tipo reassentamento?

P. N. Sobre a questão do reassentamento, do papel do Brasil, posso dizer que fomos nós da Cáritas que levamos o tema do reassentamento para o CONARE. Acho que mais ou menos em 2002, 2003, 2004, foram estabelecidos acordos para reassentamentos (...). O Brasil desponta como uma possibilidade para os casos muito especiais, os chamados casos de grande vulnerabilidade pelo ACNUR, como os palestinos que estamos recebendo agora. Não tinham sido aceitos por outros países. O governo brasileiro foi muito bem visto por ter oferecido o reassentamento aos palestinos.

O fato de o Governo do Brasil oferecer o reassentamento aos refugiados é algo de destaque também. Se pensado em escala do mundo, raros são os países em que, ao chegar, o refugiado ou o reassentado tem documento de identidade, carteira de trabalho, tem direito à escola e à saúde públicas. A educação e a saúde aqui são universais e gratuitas – são públicas... Então quando a gente chega fora do Brasil e diz que o refugiado aqui tem acesso à saúde e à educação, a documentos de trabalho... Lá fora isso é visto como uma coisa extraordinária!

Só que aí vêm as questões delicadas. Os nossos serviços públicos de educação e saúde têm as deficiências, as carências que a gente sabe que têm e que conhece (...). Aqui a carteira de

[75] Sobre o projeto de reassentamento dos palestinos e os problemas que culminaram em um protesto dos reassentados em Brasília nos primeiros meses de 2009, ver em ANEXOS E e F – Capítulo 2, Vol. II, p. 40 e p. 43, material selecionado composto de uma resenha sobre o projeto e trechos de duas matérias jornalísticas com os discursos dos palestinos, do ACNUR e do CONARE.

trabalho não significa que a pessoa vá conseguir trabalhar (...) porque o mercado de trabalho aqui é assim, estrangulado, mesmo para os brasileiros.

E a isso se somam outras questões (...), problemas ligados ao fato de que as pessoas que chegam para pedir o refúgio têm, em muitos casos, além de seus problemas pessoais (e problemas próprios de um refugiado), problemas na sua formação, na escolaridade, na sua qualificação profissional, dificultando ainda mais a integração local no mercado de trabalho brasileiro. Isso é muito delicado. Implica muitos problemas para superar. Mas se você partir do princípio de que o refúgio em geral – e o reassentamento – têm como objetivo primeiro dar proteção, garantir a não devolução ao país de origem e o direito a um documento, o Brasil cumpre isso rigorosamente. E isso não acontece em muitos outros países... Em outras partes do mundo, isso é totalmente impensável.

Vamos agora falar do outro lado da questão, que é a expectativa que o reassentado tem – ou o refugiado –, e não só do Brasil. Do que ele espera de qualquer lugar para onde vai. É claro que se você perguntar a qualquer reassentado, ele vai dizer que quer ir para o Canadá, para os EUA, para a Europa (...). Então, o que acontece é que quando os solicitantes chegam ao Brasil e não encontram as condições que esperavam – ou melhor, o que eles sonharam, imaginaram – há uma frustração; uma decepção. Eu sempre discuto isso no CONARE. Insisto que o Brasil só deve receber um refugiado (para ser reassentado) quando entrevistado por uma pessoa do governo brasileiro, do CONARE. E que se deve explicar muito bem, com toda a clareza, as condições que o Brasil tem! A não ser nos casos de emergência, de pessoas que estão correndo riscos muito sérios, de pessoas que têm que ser retiradas do local onde estão, etc., quando os procedimentos têm que ser outros. Fora esses casos, não tem jeito (...). A expectativa é sempre maior. E isso frustra! E talvez isso tenha reflexos nas dificuldades de integração (...). Eu penso que aquilo que é apresentado ao refugiado, ao reassentado, não obstante deixar claras as dificuldades do país (...), eu diria que cria uma imagem ainda pouco consistente da realidade da vida aqui.

P. Sobre a questão de se dar visibilidade à sociedade brasileira sobre os refugiados (...). Esta sempre foi uma coisa pensada como necessária. Como o senhor veria uma campanha realmente efetiva para que a população brasileira compreendesse melhor quem são os refugiados, de onde eles vêm, por que vêm, como vivem aqui e por que o Brasil os recebe? Há necessidade de esclarecer melhor que existe uma lei que foi amplamente discutida, analisada e aprovada?

P. N. Gostaria de problematizar isso. Eu percebo que essa visibilidade avançou (...). Lembro do que era há dez anos: ninguém nem sabia o que era um refugiado – ou que o Brasil tinha refugiados. Hoje é uma questão que pode até ser mal compreendida. No senso comum, eu diria que ainda se tem uma visão negativa sobre a presença dos refugiados aqui. (...) "Afinal, por que um país tão pobre como o Brasil vai ficar recebendo refugiados?" Essa pergunta, a gente escuta sempre. Mas o fato é que a questão ganhou visibilidade; há pessoas que compreendem o problema em escala mais ampla; há mais pessoas envolvidas em trabalhos com os refugiados.

P. Eu queria colocar uma questão... Como se deve dar essa visibilidade? Dar visibilidade ou não dar, em certos momentos é uma questão complexa. Agora mesmo, vivemos algumas experiências com os refugiados africanos – que só querem falar sobre a forma como os reassentados palestinos apareceram na televisão e o que foi dito sobre tudo a que os palestinos teriam acesso aqui. Isso gerou o maior problema; esse efeito das matérias na TV a respeito dos palestinos. Aquilo causou nos refugiados que já estão vivendo aqui – nos africanos, congoleses, angolanos – uma verdadeira revolta. Foi também o caso de um programa / matéria que passou na TV Globo várias vezes, mostrando a atleta cubana, as meninas desportistas colombianas (...). Parece-me que esse tipo de visibilidade na mídia, de casos isolados / exceções, mostrando um pequeno grupo, passando uma visão idealizada, acaba sendo muito ruim para os refugiados. Acabou ficando entre os refugiados africanos aqui no Rio a idéia de que já não existe um tratamento igualitário. Pelo menos até onde eu sei o tratamento é, por lei, o mesmo; embora cada caso seja analisado individualmente e existam os casos de maior vulnerabilidade, etc. Como o senhor vê este problema (...) que se poderia chamar de impactos negativos deste tipo de visibilidade sobre o grupo maior de refugiados?

P.N. Sobre a invisibilidade ou visibilidade, a questão é a qualidade das matérias, a forma como são feitas; se tem sempre alguém que trabalha com a questão bem perto, acompanhando tudo. E nem sempre é assim. Alguns casos recentes tiveram um efeito muito positivo. Recentemente, a Rede Bandeirantes fez uma série de programas sobre o refúgio. Foi uma série de quatro ou cinco programas muito bons. A Rede Cultura de São Paulo e a TV Futura, aqui no Rio, também fizeram boas séries de programas que serviram para informar bem, conscientizar bem a população. Quando a gente conversa, discute com as pessoas que vão fazer a matéria, com os jornalistas, o efeito é bom e muito importante. As matérias sobre os

jogadores do PAN, por exemplo, foram feitas totalmente fora do nosso conhecimento, o que acabou criando muitos problemas.

Já no caso dos palestinos, o que se passou foi uma visão equivocada, a meu ver. Em primeiro lugar, nenhum reassentado recebe uma ajuda maior do que a possibilidade de ganhar por sua conta uma quantia X aqui. Também não vão ter ajuda para moradia por tanto tempo como foi dito. O acordo para os projetos de reassentamento é muito claro: os projetos visam à autossuficiência, a integração. É verdade que alguns são casos de grande vulnerabilidade, que merecem um tratamento diferente; mas a ajuda financeira é, no geral, por um tempo muito mais limitado do que dois anos, por exemplo, como parece que foi dito. E é muito difícil explicar que uma coisa é o refugiado que veio por sua conta e outra coisa é um programa oficial de reassentamento para um grupo limitado que está sendo trazido para cá...

Mas é claro que nem tudo é igual para todos, há casos de grande vulnerabilidade, e cada caso é analisado cuidadosamente. Por exemplo, houve um caso de uma senhora que veio sozinha com cinco filhos. Ora, ninguém vai pensar que em três ou seis meses ela vai ter condições de se manter e manter as crianças, se virar sozinha. Há casos muito específicos, mas que precisam ficar em sigilo; tem que se guardar sigilo. Até porque esse é um direito do refugiado.

No caso do reassentamento dos palestinos, o grupo teve que ser bem pulverizado em termos de locais para assentá-los. Seria mais fácil colocar todos eles juntos, na mesma cidade. Mas foi preciso agrupar em cinco núcleos; tentar colocar em cada núcleo aqueles que tinham o mesmo perfil; não só de nível educacional, de formação, como também, por exemplo, se vinham de área rural; ver se alguém tem um problema de saúde grave; tudo tem que ser bem estudado. Sempre é preciso pensar na melhor localização para atender às necessidades e facilitar a integração.

Finalmente, aborda-se **o terceiro processo indicado – a expansão das redes de proteção e assistência aos refugiados.** A participação da sociedade civil e de órgãos e instituições governamentais na proteção e na busca de soluções duráveis adequadas aos refugiados em geral – e aos refugiados reassentados – na América Latina é materializada pelas redes de proteção. No Brasil, a expansão dessas redes vem permitindo a integração de ações em diversas regiões do país, viabilizando a atuação em favor dos refugiados e solicitantes tanto nos locais de chegada (na recepção e primeiros trâmites para o registro)

quanto nas diversas esferas necessárias para a integração local – assistência jurídica, orientação e qualificação para o trabalho, educação, atendimento à saúde, atividades culturais, assistência nos trâmites para a documentação, etc..

A criação na Amazônia de pontos de apoio da Rede de Cidades Solidárias [76] e a atuação da Rede de Migrantes e Refugiados, além de postos específicos de atendimento – como já indicado – têm fundamental importância para o caso dos colombianos que entram pela fronteira com o Brasil [77].

O papel das redes de proteção inclui colaborar na informação da sociedade sobre a questão dos refugiados, além do acompanhamento das ações governamentais – que precisam ser observadas como prerrogativas legais para a garantia e proteção dos direitos dos solicitantes de refúgio e dos refugiados. Nos últimos anos cresceu muito o número de instituições, organizações, grupos de pessoas que se interessam pela temática e participam das redes de diferentes formas.

---

[76] A partir da Cáritas Arquidiocesana de Manaus formou-se a Rede de Apoio e Solidariedade aos Refugiados no Amazonas, com a parceria de diversas entidades. O objetivo da rede é integrar ações de entidade e de pessoas que atendam as necessidades dos refugiados no Amazonas através de uma ação conjunta. A rede foi criada para criar uma agenda comum entre as entidades para a implementação de ações conjuntas, em parceria com órgãos governamentais e não governamentais que atendam as necessidades primordiais dos refugiados e solicitantes de refúgio no Amazonas. Outro trabalho fundamental é a promoção de campanhas informativas para apoiar as pessoas que necessitam de proteção, dando a conhecer seus direitos e trabalhar junto com os órgãos de justiça (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – CDH e Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SENDH) para garantir um tratamento específico para os refugiados. No Amazonas, há a estimativa de cerca de 4 mil refugiados não registrados vivendo no Estado, segundo dados do ACNUR. O ACNUR também considera que na Região Amazônica podem existir entre 10.000 e 20.000 pessoas com possíveis necessidades de proteção e refúgio. Esta população inclui pessoas da zona urbanas, ribeirinhas, negras e indígenas que entram pela região Norte / Amazônica. Os principais pontos de entrada são Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, e a principal cidade de assentamento ou de passagem é Manaus.

[77] Considerações feitas por agentes governamentais e organizações não governamentais que participam das ações e dos programas brasileiros para os refugiados colombianos (algumas ainda apontadas como tendências) indicam que a questão da Colômbia é motivo de grande preocupação por parte dos órgãos oficiais brasileiros competentes; as questões que se colocam são permeadas por problemas de natureza política, por avaliações discordantes quanto à melhor forma de reorientar as estratégias e as decisões tomadas pelas instituições até o momento atual. O acompanhamento dos acontecimentos na Colômbia, onde situações de violência determinam o deslocamento interno e/ou a busca de refúgio por milhares de colombianos países vizinhos, não é tarefa simples para os órgãos brasileiros que lidam com os refugiados. A própria complexidade da guerra de guerrilhas, a invisibilidade em que se mantêm os conflitos (inclusive pelo uso do poder do próprio governo colombiano), a dimensão dos problemas políticos e do grau de violência contra a população civil em algumas regiões do país, dificultam o acesso a informações mais específicas sobre os refugiados colombianos – incluindo os que chegam ao Brasil. "Há muitas imprecisões no problema dos deslocados colombianos. Na região de Letícia e Tabatinga, por exemplo, há um trânsito constante entre fronteiras – isso sempre existiu. Imaginava-se, de início, uma procura massiva no escritório de apoio aberto em Tabatinga – o que não ocorreu. Não são muito claros os motivos pelos quais muitos colombianos não procuram o escritório para solicitar refúgio. Um deles parece ser o fato de não saberem o que aconteceria se pedissem o refúgio; um temor de serem perseguidos ou presos ou de não poderem cruzar a fronteira de volta" (trecho selecionado de entrevista com Cândido da Ponte Neto em novembro de 2007).

> (...) faz-se necessário mapear e avaliar esta rede de práticas e de conhecimento disperso (...). O conhecimento sobre ela é ainda incompleto. A atuação das entidades da sociedade civil, em parceria com o governo federal, com o ACNUR e com entidades privadas já é bastante intensa, mas ainda relativamente pouco conhecida, dificultando uma visão clara quanto ao que vem sendo feito e dos desafios postos no momento atual. Geograficamente, a atuação junto aos refugiados se ampliou no território brasileiro, multiplicando-se em instituições de diversos portes, com objetivos diversificados e atendendo a contingentes bastante heterogêneos de refugiados. (PÓVOA NETO, 2007).

O ACNUR apoia a ação das redes e a sua ampliação. Neste sentido também oferece cursos dos quais participam integrantes da Igreja Católica, das distintas Igrejas evangélicas, leigos, intelectuais, funcionários de municípios, professores e alunos universitários, policiais federais e policiais militares (ACNUR/IMDH, 2005). No item anterior do presente capítulo foi mencionada a importância das redes para as políticas públicas, bem como se apresentou uma relação de entidades e organizações que delas participam – o que permite formar uma idéia mais concreta da diversidade de ações e agentes participantes [78].

Nos próximos capítulos vamos estreitar o foco para abordar a questão do refúgio no Rio de Janeiro, em um estudo sobre as dinâmicas de "integração local". Mais especificamente, a investigação será voltada para o grupo de refugiados congoleses, posto que a República Democrática do Congo é o segundo país de origem no total de refugiados na metrópole do Rio de Janeiro. Além disso os congoleses são aqueles que continuam apresentando um ritmo maior de crescimento em termos de solicitações de refúgio.

Nesta nova escala – a da região metropolitana do Rio de Janeiro – os processos de integração local são marcados, no caso dos congoleses por grande importância das redes sociais de compromisso, apoio e solidariedade entre os refugiados e outros imigrantes da mesma nacionalidade.

Faz-se necessário ressaltar que há uma significativa tensão entre as precárias condições existentes para a integração sócio-laboral e cultural e as expectativas dos refugiados. Em grande parte as dificuldades decorrem da carência de mais organizações – e de uma verdadeira rede – para trabalhar em favor dos refugiados, além da Cáritas – RJ, em parceria com esta organização.

Há um longo caminho a ser percorrido para a superação das inúmeras dificuldades existentes. Contudo, no final de 2009 a notícia de criação do "Comitê Estadual Intersetorial de

[78] Ver no item 2.2, notas 52 e 53. Ver no ANEXO G – Capítulo 2, Vol. II, p. 51, a íntegra da matéria jornalística anunciando a criação do Comitê Paulista para Imigrantes e Refugiados no dia 5 de fevereiro de 2009 e fornecendo os contatos e os *links* para as entidades participantes.

Políticas de Atenção aos Refugiados" no Rio de Janeiro[79] veio trazer para os refugiados e para todos os que trabalham a seu favor a abertura de um caminho para um trabalho promissor de formulação e implantação de políticas e novas ações voltadas à integração dos mesmos.

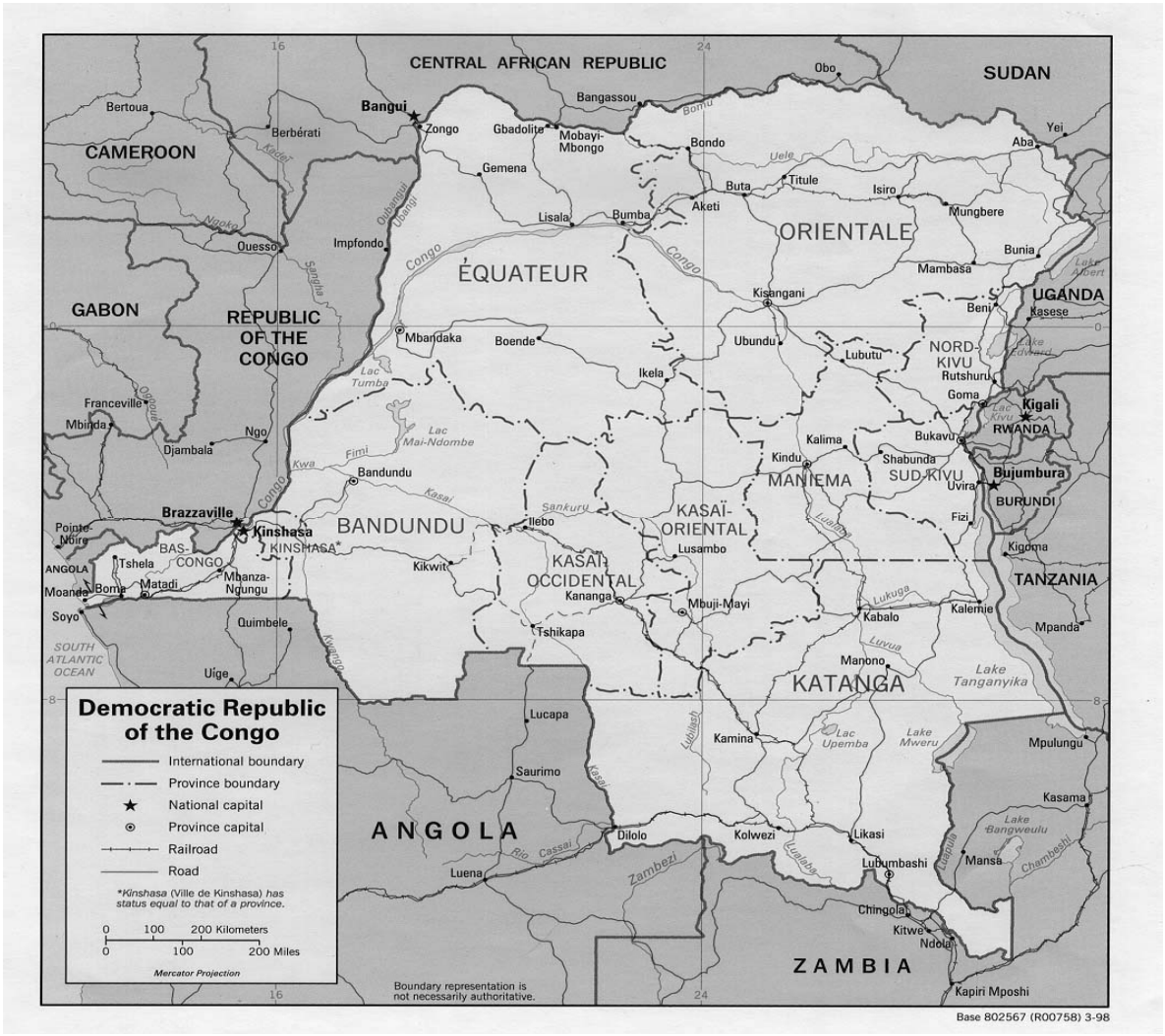
A criação deste novo fórum de discussão e decisões representa a participação e um compromisso efetivo do Governo Estadual e das demais organizações que integram o Comitê.

[79] Ver em no ANEXO H – Capítulo 2, Vol. II, p. 53, informações sobre este comitê

3 REFUGIADOS CONGOLESES NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO – DA EMIGRAÇÃO FORÇADA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC) À SITUAÇÃO DE REFUGIADOS NO BRASIL

As pegadas das pessoas que caminharam juntas nunca se apagam.
(ditado popular do Congo RDC)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO



ALTO COMISSARIADO das Nações Unidas Para Os Refugiados. **Democratic Republic of the Congo.** 2009.

ÁREA	2,34 milhões de quilômetros quadrados.
POPULAÇÃO	63 milhões de habitantes.
CAPITAL	Kinshasa. Mais de 6,0 milhões de habitantes.
IDIOMAS	Francês (oficial), quatro línguas nacionais (lingala, swahili, kicongo, tshiluba). Há dezenas de outras línguas e mais de duzentos dialetos.
RELIGIÃO	Maioria cristã (católicos e protestantes), religiões de tradição africana e uma minoria islâmica.

Imagens da gente de uma guerra esquecida...

Foto: Cédric Gerbehaye/Agence Vu/Cedida por MSF. Ago 2008

Registro de uma família de deslocados internos no campo de Lushebere, Kivu Norte.

Perspectivas e possíveis soluções para o conflito na RDC

Foto: Cédric Gerbehaye/Agence Vu/Cedida por MSF. Ago 2008

Vista de um campo de deslocados internos de Nyanzale, Kivu Norte

Foto: Cédric Gerbehaye/Agence Vu/Cedida por MSF. Ago 2008

Refúgio improvisado em um campo de deslocados internos de Nyanzale, Kivu Norte

Reliefweb. Congo: Humanitarian Situation. Update no 17. North Kivu. 26 Nov – 01 dec. 2008

Andrews, da Agência Reuters, fotografou esta criança brincando em um campo de refugiados ao leste da República Democrática do Congo.

Este Capítulo enfoca os refugiados congoleses no Rio de Janeiro a partir da dupla condição de **e**migrantes e **i**migrantes – conforme a concepção de Sayad (1998) [1] – na sua especificidade enquanto sujeitos de uma **emigração forçada** e de singular situação de **imigrantes-refugiados**. Assim sendo, o Capítulo aborda, de início, o contexto da emigração forçada no Congo (RDC) [2] para seguir na busca da construção de um perfil geral dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro; esboça, ao final, a percepção construída a partir da pesquisa empírica, das diversidades presentes no conjunto maior desses refugiados – expressas por uma possível identificação de subgrupos.

Como verificado nos dados apresentados no Capítulo anterior, foi a partir de 2003 que a vinda de congoleses para o Brasil – e mais especificamente para o Rio de Janeiro – começou a anunciar uma tendência de crescimento das solicitações de refúgio por parte de pessoas provenientes da República Democrática do Congo. Esta tendência se confirmou ao longo dos anos seguintes até os dias atuais – o que acabou por determinar que a RDC se tornasse desde 2008 o primeiro país de procedência de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro (75% do total) e o segundo país de origem (10%) do total de refugiados registrados na Cáritas – RJ [3].

[1] Ver em conceitos de migração na INTRODUÇÃO.

[2] Diversos materiais escritos (arquivados, consultados e selecionados desde o início de 2007), citados no corpo do texto ou que constam nas notas e nos anexos deste Capítulo, foram obtidos através de um sistema de mensagens enviadas diariamente por uma ferramenta do Google: *Google Alerts*. (Palavras-chave: Congo, Refugiados; Idiomas: inglês; espanhol, com mensagens diárias de fontes diversas com número variado de "matérias" e temas em cada uma delas, além de *links* para pesquisa. Outra fonte de matérias e textos consultados para escrever este Capítulo foram mensagens recebidas por assinantes da "lista de notícias" – mantida via internet – pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Desde 2008 também foi utilizado um sistema de recebimento de notícias diárias da *Refugees United* Brasil, via e-mail.

[3] Os dados mais recentes e completos da Cáritas - RJ fornecidos para esta pesquisa são referentes a dezembro de 2008 e setembro de 2009 e serão apresentados no item 3.2.

3.1 DAS CONDIÇÕES E DOS DETERMINANTES PARA A EMIGRAÇÃO: O CONTEXTO POLÍTICO DO CONGO (RDC) NO PERÍODO ENFOCADO, COM BASE EM UMA RETROSPECTIVA DESDE A DÉCADA DE 1990. AS GUERRAS, CONFLITOS ARMADOS, PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS E OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.

Não se trata de tarefa simples delinear o quadro político da República Democrática do Congo em sua história recente [4]. Ao longo dos últimos treze anos, a RDC foi palco de alguns dos mais violentos conflitos desde a Segunda Guerra Mundial. [5]

Em fevereiro de 2009, autoridades nacionais e internacionais anunciavam o fim da guerra no leste da RDC – na região das províncias de Kivu Norte e Kivu Sul – a partir de uma "bem-sucedida" operação militar conjunta dos exércitos nacionais da RDC e de Ruanda contra as forças rebeldes congolesas do CNPD (Congresso Nacional para a Defesa do Povo) lideradas por Laurent Nkunda [6] – "preso" no final do mês de janeiro de 2009.

---

[4] É importante esclarecer que grande parte daquilo que foi pesquisado sobre guerras, conflitos e questões políticas na história recente da RDC precisou ser discutido, avaliado e complementado em encontros com grupos de congoleses que vivem no Rio de Janeiro. Esse recurso mostrou-se necessário em função das diversas lacunas, discordâncias e contradições encontradas no material escrito disponível para pesquisa: matérias jornalísticas, comunicados / alertas de organizações internacionais humanitárias e ONGs, bem como alguns artigos / textos de analistas e pesquisadores. Tal procedimento contribuiu para uma melhor compreensão e organização das informações, à medida que estas eram esclarecidas com correções e complementações de uma história mais significativa para os próprios congoleses.

[5] Recomenda-se, devido à complexidade da história política e das guerras e conflitos na RDC, que o leitor verifique alguns textos ou fragmentos de textos que compõe uma síntese de informações básicas sobre o país. Denominou-se esta síntese de "Flashes" ou pontos básicos para uma melhor leitura do Capítulo (cf. página 168). Para acompanhar melhor o texto em 3 (3.1) recomenda-se, ainda, consultar os mapas que se encontram ao final do capítulo.

[6] "Nkunda é o líder de um grupo de rebeldes que vem lutando contra o exército congolês e outras milícias desde 1998. Ele é nativo de Norte Kivu, no Congo oriental. Nkunda professa ser um protetor e libertador dos Tutsis, sua etnia, perseguida por Hutus ruandeses que cruzaram a fronteira no Congo depois do genocídio da segunda metade dos anos 90. Em 2003, o governo congolês esboçou um acordo com os rebeldes, onde milícias se uniriam ao exército nacional. Foi oferecido a Nkunda o posto de general, mas ele preferiu fugir e tem lutado desde então para o desarmamento dos Hutus ruandeses e milícias no Congo oriental. Apesar de várias tentativas de cessar-fogo, acordos de paz e negociações entre o grupo dele e o governo de Joseph Kabila, Nkunda recusou todos: não se rendeu desde que formou sua facção rebelde em 2004. Foram deslocadas de um a dois milhões de pessoas desde 2007 na região oriental de Congo RDC. Em outubro de 2008, o CNPD, liderado por Nkunda, intensificou sua ação no Kivu Norte e algo entre 100.000 a 200.000 pessoas foram expulsas de suas casas. Agências de ajuda humanitária e outros críticos classificam Nkunda como um poderoso "senhor da guerra" cujas tropas aterrorizaram e violentaram civis em uma tentativa de controlar uma parte do Congo, onde a terra é rica e depósito de minerais valiosos. A organização *Human Rights Watch* pediu reforços ao governo congolês para capturar Nkunda e processá-lo por crimes de guerra". Fonte: PICKERT, Kate. *"A brief history of congolese Rebel leader Laurent Nkunda"*. ***Times Magazine***, 30 out. 2008. Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1855309,00.html>. Acesso em: 30 out. 2008. Tradução livre.

A aliança RDC-Ruanda ainda teria conseguido realizar importantes ofensivas sobre as bases dos rebeldes hutus ruandeses instalados no leste do Congo – as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR). A operação foi apresentada como um marco histórico na conflituosa região dos Grandes Lagos [7]; um *turning-point* para a paz na RDC.

Trechos de editorial do jornal *Le Monde*[8] no dia da prisão de Laurent Nkunda (24 de janeiro de 2009) deixam entrever um tom de ironia sobre o final anunciado de uma guerra sem fim.

> Acaba de ser destruída a última rebelião desde que se iniciou o ciclo de guerras do Congo, em 1996**.** (...) As forças ruandesas, que travaram duas guerras mortíferas e destrutivas no Congo (antigo Zaire), entraram lá pela primeira vez a convite do poder de Kinshasa na última terça-feira. Juntos, os exércitos do Congo e de Ruanda também devem atacar as bases de retaguarda dos rebeldes hutus ruandeses instalados no leste do Congo, as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda – FDLR (...) [9].

Vários analistas políticos e pesquisadores dos conflitos naquela região mostraram-se, contudo, bastante cautelosos quanto a uma normalização das relações RDC – Ruanda; especialmente a respeito do futuro dos conflitos e das ações de grupos rebeldes e milícias que se enfrentam e atacam a população civil nas províncias do leste, forçando deslocamentos em massa[10].

---

[7] A chamada Região dos Grandes Lagos abrange nove países (República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Malaui e Moçambique), embora o nome "Grandes Lagos" refira-se convencionalmente a um núcleo da região, cujos membros são: Congo, Ruanda, Burundi (ex-colônias belgas), Uganda e Tanzânia (ex-colônias britânicas). A RDC é o maior país da região tanto em área quanto em população absoluta, além de fazer fronteira com nove países da África Central (confira os dados e mapa inicial neste Capítulo, página 81). A população urbana se aproxima de 40% e a capital – Kinshasa – concentra 6,8 milhões de habitantes, apresentando acelerado crescimento e surgimento de novos "bairros" (*communes*) na sua periferia. Ver ao final deste capítulo, no conjunto de mapas apresentado na página 175: o Mapa 3 – Mapa de população urbana (página IV), e o Mapa 4 – Mapa de Kinshasa (página V), com as *communes* e a concentração populacional em cada uma delas (página VI).

[8] Rémy (2009).

[9] Ver em ANEXO A – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p. 55, seleção de trechos mais extensos do citado editorial do *Le Monde,* para uma melhor compreensão das recentes mudanças ocorridas nas alianças regionais.

[10] Essa mesma cautela desconfiada foi percebida entre os refugiados congoleses que vivem no Rio de Janeiro quando a notícia da prisão de Nkunda foi confirmada. A idéia de que nenhum fato político desta ordem representa uma mudança significativa em seu país de origem – especialmente na região dos Kivu onde se concentram os minérios e há muitos interesses econômicos por trás dos chamados "conflitos tribais" (termo usado entre os congoleses) – foi o que mais se destacou nas conversas (tanto por parte dos refugiados mais velhos quanto dos mais jovens). Entrevistas com grupos de refugiados jovens chegados mais recentemente e estudantes universitários congoleses foram marcadas por diversas considerações a respeito da nova estratégia dos dois governos: "– É uma negociação estabelecida com L. Nkunda para facilitar uma espécie de 'divisão' do controle de áreas de exploração de minérios e garantir mais 'liberdade' para dar continuidade aos negócios de contrabando, ou para serem feitos novos acordos comerciais com as grandes companhias transnacionais que atuam naquela área". Informação fornecida por um refugiado congolês. Mensagem pessoal recebida por <reginapetrus@terra.com.br> em 23 jan. 2009. Ver troca de mensagens em ANEXO B – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p. 57.

O pesquisador espanhol Joseph Maria Royo Aspa, em seu artigo "Dúvidas e certezas de uma guerra esquecida", destaca que ao longo do ano de 2008, poucos meses depois das diferentes milícias e grupos armados (incluindo o CNPD) terem firmado na cidade de Goma, capital da província de Kivu Norte, um acordo para o processo de paz com o governo da RDC, as violações do cessar-fogo haviam deixado de ser uma exceção para se transformar em regra na região leste.

> (...) no final de agosto (**2008**), Laurent Nkunda volta a abandonar a proteção da sua comunidade (**tutsi**) e lança um ataque em grande escala a partir do norte da província do Kivu - Norte, provocando a situação atual (...). A maior ou menor presença de Ruanda, ainda que relevante, não pode ocultar a irresponsabilidade e a conivência do governo congolês com a situação (**na região dos Kivu**) e o papel que desempenha a comunidade internacional: ofensas acumuladas sem resposta política, injustiça social, impunidade, corrupção, o problema das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (os hutus ruandeses, que agora o governo de Ruanda pode perseguir dentro do território congolês com a permissão do governo da RDC, em troca da entrega do líder rebelde tutsi L. Nkunda), a ingerência de Ruanda nos assuntos congoleses, a necessidade de uma reforma geral no sistema de segurança (**SSR**) e no exército da RDC, a exploração dos recursos minerais (que depois nós consumimos no Ocidente) e o papel que tem a geopolítica dos EUA e da China em sua competição pelos recursos do continente e suas áreas de influência. **Estas são algumas das questões-chave que seguem sem resposta**. (ASPA, 2009, p.4) [11].

As notícias mais recentes relatam que os civis continuam a sofrer (de diferentes formas e graus de intensidade) com a continuidade dos conflitos na República Democrática do Congo. Matérias jornalísticas, comunicados de organizações humanitárias internacionais e de ONGs que atuam na RDC [12], assim como informações veiculadas pelo próprio ACNUR, fazem alertas constantes sobre novos ataques na região das províncias de Kivu Norte e Kivu Sul e relatam que a população civil continua a ser vítima de perseguições e massacres, incluindo numerosos crimes, tais como violações sexuais, raptos, assassinatos em massa, pilhagens, incêndios e destruição das casas, evacuação forçada de aldeias e pequenas cidades, recrutamento de meninos (por bandos agressores e por grupos rebeldes armados) para fazê-los "pegar em armas" [13].

---

[11] Tradução livre. Conteúdos dos parênteses, em negrito, acrescentados para melhor entendimento do recorte realizado. Grifos nossos.

[12] Ver em ANEXO C – Capítulo 3 (3.1), Vol. II p. 61, uma sequência de matérias do mês de julho de 2009 com declarações de fontes diversas a denunciar o recrudescimento dos conflitos, em especial por parte das forças rebeldes ruandesas, como forma de retaliação à anteriormente citada operação conjunta.

[13] A 17 de novembro de 2007, por exemplo, a UNICEF anunciou que conseguiu libertar 232 crianças-soldados, até então forçadas a combater em milícias congolesas. A operação contou com a colaboração de uma organização de beneficência (*Save the Children*) e dos mais de 16 mil militares da MONUC (a força pacificadora da ONU na RDC) mas, segundo os responsáveis da UNICEF, ainda restam centenas de meninos nos grupos

Segundo os boletins do IRIN (*Integrated Regional Information Networks*) e do OCHA (*U.N. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*), os deslocados são contados aos milhares [14] a cada período de recrudescimento dos combates e enfrentamentos armados na região dos Kivu. A disputa na região leste pelo controle das áreas de extração de minérios envolve atualmente grupos beligerantes tão variados quanto de difícil identificação em termos de sua composição política, étnica, ideológica, bem como em termo dos "apoios" que recebem e quase sempre permanecem ocultos.

Novos fluxos massivos de pessoas dirigem-se aos campos de refugiados ou fogem para outras áreas dentro e/ou fora das fronteiras do país.

> Com base em pesquisa realizada em 2009, o Comitê da Cruz Vermelha Internacional revelou que 76% da população congolesa foram afetados direta ou indiretamente pelo conflito armado. O estudo indica também que 58% da população foram deslocados, 47% perderam um familiar e 28% conhecem alguém que foi vítima de violência sexual. Em nota emitida no início de julho de 2009, o órgão afirma que a situação humanitária e de segurança no leste do Congo (RDC) tem-se agravado desde maio. Afirma ainda que, apesar do conflito afetar principalmente a província de Kivu Norte, mais de 100 mil pessoas no Kivu Sul começam a se sentir ameaçadas pelo avanço dos confrontos. Muitas são citadas como tendo deixado as suas aldeias para procurar refúgio em áreas mais seguras. O aumento de crimes de natureza sexual foi também sublinhado no último relatório do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre o país. Em documento enviado em 09 de julho de 2009 ao Conselho de Segurança, Ban Ki-moon afirma que a República Democrática do Congo continua a enfrentar desafios complexos. A ONU observa que operações militares contra grupos armados estrangeiros e movimentos rebeldes congoleses

---

armados, em um país onde já foram identificados e "desmobilizados" 29 mil destes "combatentes", desde 2004. Dados: CENTRO DE ESTUDOS Africanos do Porto. **Guerra e *coltan*: fim à vista para uma tragédia na República Democrática do Congo?** Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=g&n=103>. Acesso em: 22 abr. 2008. Em junho de 2009 novos alertas sobre as crianças-soldados na RDC foram destacados pela UNICEF. "(...) Em função do dia mundial do refugiado, que se comemora no próximo sábado, a divisão alemã da UNICEF apresentou seu informe anual de 2008 e denunciou a situação 'catastrófica' que se vive no leste da Republica Democrática do Congo, onde o conflito armado obrigou um milhão de pessoas a abandonar suas casas (...). Sobre a situação do leste congolês, a organização denunciou que do conflito participam mais de oito mil crianças-soldados em uma região assolada por fome, sequestros, violações sexuais, trabalho forçado e ataques a escolas e hospitais". Fonte: EL PAÍS. **"La mitad de los 42 millones de refugiados del mundo son niños, según Unicef".** Disponível em:
<http://www.elpais.com.co/paisonline/notas/Junio182009/refugiadosmundounicef.html>**.** Acesso em: 22 jun. 2009.

[14] Kinshasa, DRC. *February 25, 2009. Daily press briefing by the Office of the Spokesperson for the UN Secretary-general:* "A situação humanitária em Norte Kivu já é dramática, de acordo com o ACNUR, com cerca de 850.000 pessoas internamente deslocadas. Deste total, 250.000 foram forçadas a se locomover somente desde agosto último (2008), e muitos deles já foram deslocados há muito tempo. A Agência de Refugiados das Nações Unidas permanece extremamente preocupada com a violência crescente contra civis em *Nord-Kivu*, no leste da República Democrática do Congo. As Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR) levaram a cabo numerosos ataques em três áreas em *Nord-Kivu* causando, desde 13 de fevereiro, uma nova onda de deslocamentos. Autoridades locais informaram ao ACNUR que aproximadamente 3.000 pessoas foram deslocadas em uma aldeia, a 20 quilômetros ao sul de *Masisi,* após um recente ataque de FDLR. Alguns desses deslocados internos estão instalando-se em igrejas e escolas e outros procuraram abrigo em várias áreas assistidas pelo ACNUR no entorno de *Masisi*". Dados: *African Press Organization – APO*, 25 fev. 2009. Disponível em < http://www.apo-opa.org/ > (em inglês). Acesso em: 28 fev. 2009.

> causaram ataques de retaliação contra populações civis, com mais de 300 mil pessoas deslocadas por confrontos desde o início do ano de 2009, na província de Kivu Norte [15].

Para Aspa (2009), a inédita visibilidade dada pela mídia internacional ao conflito no leste do Congo em 2008 [16], bem como a anunciada "derrota" do CNPD em janeiro de 2009 por uma "inusitada coalizão Ruanda - RDC" podem ser mais uma evidência de que a complexidade dos conflitos na República Democrática do Congo decorre da combinação de diversos fatores históricos com algumas mudanças importantes ocorridas no país desde os anos 1990, além da recente entrada de novos atores no cenário africano e regional: "O conflito está longe de poder ser entendido por interpretações dualistas e reducionistas que insistem em apresentá-lo como um desastre humanitário provocado por violências tribais ou por multinacionais exploradoras sem qualquer misericórdia" [17].

Já no final dos anos 1980 (depois de mais de vinte anos sob a ditadura de Mobutu e com os efeitos da chamada "zairenização" [18]), o país enfrentava sérios problemas econômicos e sociais e uma situação política de grande tensão. Em 1988 a oposição se intensifica e há avanços na sua organização a partir da união de lideranças. O governo reage duramente contra esse movimento, com a prisão e banimento de vários líderes. Muitos outros são obrigados a sair do país e seguir para o exílio.

A partir do início dos anos 1990, a situação política, econômica e social da RDC foi-se deteriorando de forma progressiva e quase ininterrupta: conflitos internos, aprofundamento da crise econômica, saída dos investidores estrangeiros, crescente desemprego, empobrecimento, queda na qualidade geral da vida cotidiana da população (mesmo nas maiores cidades como

---

15 Dados: ARAÚJO, Carlos. "Conflito afeta 76% da população congolesa". **Rádio ONU**. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/166615.html>. Acesso em: 24 set. 2008.

16 Com seguidas ofensivas do CNPD, sob o comando do general Nkunda, conforme mencionado anteriormente.

17 ASPA (2009, p.1).

18 Mobutu toma o poder em 1965 com um golpe de Estado (cinco anos após o movimento revolucionário pela independência do Congo), estabelece um governo ditatorial e, a partir de 1971, imprime uma política de africanização – também conhecida como "zairenização" ou "doutrina da autenticidade africana". Tal doutrina caracterizou-se por um discurso anticolonialista e uma série de medidas de forte cunho nacionalista, tais como a valorização das línguas e tradições culturais, a nacionalização das maiores empresas estrangeiras e a substituição / desestruturação dos quadros técnicos dos serviços públicos: "(...) A política de Mobutu levou a uma deterioração da economia (...). Corrosivos efeitos sociais e econômicos da corrupção nos mais altos níveis governamentais acabaram afetando a todos os setores da sociedade" (POUILLY, 2006, p. 4). A afirmação do africanismo no Zaire foi vinculada a uma forma de legitimação do culto à personalidade e à força de um poder absoluto de Mobutu. O Zaire passou mais de 30 anos sob um regime ditatorial que se proclamava anti-imperialista, embora, na prática, tivesse apoio dos EUA e de outros países capitalistas da Europa Ocidental preocupados com o avanço do socialismo na África no período da Guerra Fria. Os maiores opositores de Mobutu o acusaram de ter sido o maior "parceiro" do imperialismo norte-americano na África e um "servidor" das multinacionais que exploraram as riquezas do Zaire em troca de proteção, fortalecimento do seu governo e de um sistema de corrupção e enriquecimento pessoal.

Kinshasa, Lubumbashi e Kisangani), falência dos serviços públicos e crises de abastecimento. Ciclos de pilhagens ocorreram em várias cidades do país [19]; rebeliões locais tornaram-se intermitentes e intensificaram-se as perseguições políticas – além de uma maior "restrição" (ou supressão) de direitos básicos de expressão, organização e manifestação dos cidadãos em geral.

Neste contexto, a sustentação do regime de governo ditatorial do general Joseph Mobutu foi progressivamente minada nos anos 1990 – tanto por pressões internas quanto internacionais. Superada a geopolítica dos tempos da Guerra Fria, a figura de Mobutu não conseguiu resistir ao acúmulo de acusações, denúncias e evidências de alto grau de corrupção no governo, clientelismo, espoliação dos recursos naturais através de negociatas escusas – além do enriquecimento pessoal do presidente e integrantes do seu governo. As crescentes denúncias de violação dos direitos humanos nas regiões em que ocorriam conflitos armados eram acompanhadas de um endurecimento das medidas repressivas do governo (Exército e Polícia Nacional) contra movimentos organizados de diversas naturezas (sindicatos, movimentos estudantis, passeatas de grupos religiosos, etc.) e sobre os indivíduos que criticavam publicamente o governo ditatorial.

O aprofundamento da instabilidade política e a falência econômica do Congo-Zaire dificultavam ainda mais a manutenção de ajuda e apoio dos países ocidentais "parceiros" (Estados Unidos, França e Bélgica) com os quais o governo de Mobutu mantivera relações mais estreitas desde o auge da Guerra Fria.

Crescia simultaneamente um movimento político pelo pluripartidarismo impulsionado pela oposição (apoiado por lideranças de uma elite intelectual e política que emigrara desde os anos 1980 [20]), o que reforçava a pressão interna e externa sobre o governo de Mobutu. Desta forma, em meio a uma crise econômica sem precedentes, um descontentamento crescente da população (a inflação crescia em torno de 50% ao mês) e o aumento das críticas internacionais, Mobutu termina por "apoiar" medidas que viabilizam a realização de uma

[19] As pilhagens ocorridas em 1991 foram eventos marcantes em muitas das grandes cidades do Congo-Zaire – especialmente em Kinshasa. Os congoleses que chegaram ao Brasil em 1993 em busca de refúgio relataram em entrevistas coletivas para esta pesquisa como "todos viram durante as 'ondas de pilhagens' os soldados do exército (que não recebiam seus salários durante meses) participando dos saques junto com o resto da população civil".

[20] Detalhadas explicações sobre a construção e o fortalecimento dos movimentos de oposição a Mobutu na diáspora foram obtidas em reuniões com os estudantes congoleses que vivem no Rio de Janeiro. Alguns citaram tios e irmãos mais velhos que lideraram movimentos e partidos de oposição a Mobutu dentro e/ou fora do território do Congo-Zaire. Esses relatos contribuíram para possibilitar um maior entendimento do emaranhado de conflitos, partidos políticos, acordos, etc., que caracterizam a história política da RDC.

Conferência Nacional com a participação de representantes de vários partidos políticos [21], lideranças de diversos grupos étnicos e setores da sociedade civil.

A chamada "Conferência Nacional Soberana", realizada em 1991/1992, determinou um prazo de dois anos para a realização de eleições gerais e criou um "Alto Conselho" para garantir e viabilizar a transição para um governo eleito e democrático. As eleições, entretanto, nunca chegaram a ocorrer.

Entre 1992 e 1993 ocorreram diversas passeatas [22] e paralisações em Kinshasa, com trabalhadores e estudantes protestando nas ruas. Em 1993 o caos econômico já se instalara no país, com simultâneo acirramento de disputas políticas, episódios de embates armados com alto grau de violência, assassinatos de lideranças e outras ações criminosas entre grupos rivais. O "Alto Conselho da República", criado pela Conferência Nacional, ordenou o desligamento de Mobutu dos negócios de Estado, mas o presidente desconsiderou a resolução.

Uma nova onda de pilhagens eclodiu tanto na capital do país quanto em outras cidades [23]; uma parte do exército nacional se amotinou pela falta de pagamento dos soldos por meses seguidos. Os protestos e manifestações se alastraram por diversos setores da sociedade e foi convocada uma greve geral.

Os acontecimentos violentos desencadeados em 1992/1993 no Congo-Zaire fizeram milhares de mortos, além de uma nova onda de perseguições e prisões daqueles que se opunham ao governo – seguidas de denúncias de torturas e assassinatos que ganharam alguma repercussão internacional. Muitos dos que haviam participado dos movimentos de oposição e/ou dos protestos nas ruas, bem como importantes lideranças políticas, foram forçados a fugir

---

[21] Vários partidos e representantes provinciais participaram da Conferência. Além do MPR de Mobutu, os dois partidos mais importantes eram a União Democrática Progressista Social – UDPS (liderado por Ettiènne Tshisekedi) e o Partido Lumumbista Unificado – PALU (liderado por Antoine Gizenga – que foi vice-presidente no governo de Patrice Lumumba logo após a independência. Os dois partidos, UDPS e PALU, foram organizados e fortalecidos na diáspora (Congo Brazzaville, França e outros países da Europa). O PALU tinha a maioria de seus integrantes originários da província de Bandundu e também do Bas-Congo. (Fonte: IKUSKA. **Sistema Politico de la Republica Democratica del Congo**. 13 jan. 2008. Disponível em: <http://www.ikuska.com/Africa/africa.htm>. Acesso em: 27 jan 2008).

[22] "Em fevereiro de 1992 houve em Kinshasa a histórica 'Passeata dos Cristãos', com milhares de pessoas protestando nas ruas. A passeata foi como um limite para a população (...), alguma coisa teria que ser feita depois porque as tropas armadas de Mobutu mataram muitas pessoas naquele acontecimento. Somando-se aos outros protestos que já haviam acontecido antes, foram criadas as condições para a proposta da Conferência Nacional Soberana (...)" (Livre transcrição de relato oral gravado em conversa com congoleses no Rio de Janeiro, em junho de 2009).

[23] "(...) O que aconteceu foi que o clima político e a situação da população foram piorando muito: em 1991 ocorreram as maiores pilhagens da história do país; em 1992 aconteceu a 'Passeata dos Cristãos', com milhares de mortos. Depois foi realizada a Conferência Nacional, mas como não se conseguiu levar os entendimentos à frente, ocorreram novas pilhagens em 1993. (Livre transcrição de relato oral obtido em conversa com congoleses no Rio de Janeiro, em junho de 2009).

para outros países [24] depois que suas casas foram invadidas pela polícia ou pelo exército e seus familiares submetidos a atos de violência.

A partir de 1994, na esteira dos desastres provocados pelo "Genocídio de Ruanda" [25], configurou-se uma profunda crise com a vinda dos refugiados hutus ruandeses para o leste do Congo-Zaire (região das províncias do Kivu), logo após a tomada do poder em Ruanda pelo líder tutsi Paul Kagame. Milícias hutus ruandesas [26] (***interhamwe*** – ou "aqueles que atacam juntos") deslocaram-se para o território congolês. Conflitos armados fronteiriços somaram-se a conflitos internos (envolvendo também os tutsis congoleses ou *banyamulengues*) e a situação no Congo assumiu uma gravidade jamais vista. De fato, a guerra civil e os violentos massacres de 1994 no país vizinho, contribuíram decisivamente para configurar uma situação de guerra no Congo.

Em outubro e novembro de 1996, forças de Ruanda entraram no território do Congo-Zaire com a justificativa de capturar os hutus ruandeses que haviam participado do massacre de 1994 e se concentravam no leste do Congo. Algumas fontes afirmam que sob esta justificativa estava o objetivo de ganhar poder sobre o território do vizinho Congo-Zaire – com a conquista de terras agrícolas (escassas em Ruanda), controle e exploração das riquezas minerais congolesas, etc.. Nesse mesmo período, os ruandeses vão fortalecer um movimento de guerrilha liderado por Laurent-Désiré Kabila (natural do leste de *Katanga*, província mais rica em cobre e com uma história de movimentos separatistas), denominado **A**liança das **F**orças **D**emocráticas para **L**ibertação do Congo-Zaire. A **AFDL** organiza-se como uma

[24] O ano de 1993 marca os primeiros registros da chegada de solicitantes de refúgio provenientes do Congo-Zaire no Brasil. Dados estatísticos fornecidos pela Caritas (RJ) contabilizam, em dezembro de 1993, o registro de 118 solicitações ao órgão no Rio de Janeiro e a existência de 143 refugiados congoleses no Brasil.

[25] Dados: *Entenda os fatos que levaram ao Genocídio em Ruanda.* **BBC Brasil**. 18 Dez. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081218_entenda_genocidio_ruanda_mv.shtml>. Ver seleção de trechos em ANEXO D – Capítulo 3 (3.1), Vol II, p. 63. Consultar também na BIBLIOGRAFIA, VIGEVANI *et al* (2007) para acesso a uma leitura mais aprofundada do genocídio ruandês, a partir de uma abordagem com o viés dos direitos humanos para os conflitos étnicos no final do século XX e no século XXI.

[26] Como consequência do transbordamento dos massacres em Ruanda, refugiados hutus (de origem *Bantu*) entram pela fronteira do Congo-Zaire, principalmente na região leste – Kivu Norte e Kivu Sul – fugindo do recém-estabelecido governo tutsi de Paul Kagame em Ruanda. Estima-se que hutus ruandeses somavam algo em torno de dois milhões de pessoas - o que representava a maior parte da população da região. "Com a formação das milícias hutus – *Interhamwe* – seguidas incursões são feitas ao território de Ruanda. (...) Ao mesmo tempo, o exército ruandês lança vários ataques de artilharia pesada contra os campos de refugiados (hutus) no Congo-Zaire, além de enviar tropas pelo terreno (...). No caos em que se envolveram o exército congolês e as forças rebeldes, assim como militares ruandeses, uma série de massacres prossegue ao longo de 1997. A partir de 1998, as áreas da região onde viviam os congoleses *banyamulengues* (nilóticos / tutsis) também são atacadas violentamente (...). As cifras exatas dos milhões de refugiados e de mortos continuam a ser até hoje motivo de polêmica" (POUILLY, 2006, p.4-5).

"rebelião" fortemente armada, à medida que é formada uma coalizão com as forças de Ruanda, Uganda e Burundi, unidas para lutar contra as tropas leais a Joseph Mobutu [27].

Em 1997 a guerra civil já se alastrara praticamente por todo o território do Congo-Zaire [28]. "A rebelião" (que já havia dominado as áreas do leste) assumiu também o controle de duas das maiores cidades do país (*Kisangani*, na província *Orientale* e *Lubunbashi*, a capital da rica província de *Katanga*), além de conseguir o domínio de *Mbuji-Mayi*, na "região dos diamantes" – próxima à capital da província de *Kasai Oriental*.

A campanha militar da AFDL chegou perto de Kinshasa no início de 1997 com o objetivo de tomar a capital do país e destituir o presidente Mobutu. Após tentativas frustradas de conversações para um acordo entre L.D.Kabila e Mobutu (mediadas principalmente por Nelson Mandela), a AFDL entra finalmente na capital em 17 de maio de 1997 e Mobutu é obrigado a deixar o país depois de trinta e dois anos no poder.

Laurent-Désiré Kabila (líder da AFDL e antigo oponente de Mobutu desde os tempos dos movimentos revolucionários do início da década de sessenta) declara-se presidente e o país deixa de se chamar Zaire para ser renomeado como República Democrática do Congo (RDC).

Na composição do governo de L.D. Kabila, cargos importantes são ocupados por membros integrantes das forças estrangeiras partícipes da coalizão que destituíra Mobutu do poder; uma parte do contingente de soldados das forças estrangeiras se integra ao exército da "nova" República Democrática do Congo e postos militares de alta patente são ocupados por tutsis de nacionalidade indefinida (congoleses *banyamulengues* e/ou ruandeses).

Ao longo do restante do ano de 1997 há uma relativa estabilidade na maior parte do país – com alguma melhora na situação econômica, nas condições cotidianas da vida da população e o fim dos conflitos na capital. No leste da RDC, entretanto, na região dos Kivu, ocorrem conflitos intermitentes entre milícias *tutsi* e *hutu* – apoiadas (claramente ou não) pelos governos e por tropas de seus exércitos nacionais.

---

[27] Mobutu é acusado de permitir e acobertar a presença dos hutus ruandeses na região leste; a população congolesa (já insatisfeita com a pobreza, a corrupção no governo e as matanças de civis) passa a apoiar "a rebelião". Dentro do próprio exército da RDC algumas lideranças vão, de certa forma, facilitar o avanço da rebelião em direção à capital – uma vez que havia grande descontentamento de boa parte das tropas do exército de Mobutu pela constante suspensão de pagamento aos soldados, como já informado anteriormente.

28 Para melhor acompanhamento dos movimentos e rebeliões no território do Congo (Zaire/RDC) que constam no texto, ver ao final deste capítulo, no conjunto de mapas apresentado na página 175: Mapa 1A – Capítulo 3 (3.1), DR Congo / Divisão política, página I; Mapa 2 – Capítulo 3 (3.1), Principais grupos etnolinguísticos com base na divisão em províncias, página IV.

A partir de 1998, conflitos deflagrados ou permeados por rivalidades étnicas (algumas delas históricas e outras "nascidas" em tempos mais recentes) se sucedem em diversos pontos da região leste e na zona de fronteiras, sustentados, sobretudo, por interesses políticos e econômicos vinculados ao controle das áreas ricas em minérios, ao monopólio da venda dessas riquezas e/ou ao seu contrabando e à compra de armamentos [29].

Os conflitos armados nas províncias do Kivu estão diretamente ligados – desde os anos 1990 até os dias atuais – à enorme riqueza mineral que lá se concentra. O controle das minas e da comercialização (mais ou menos ilícita) dos minérios, segundo várias análises, é o que fomenta e acirra as rivalidades étnicas existentes na região ou 'faz com que se tire proveito' da reativação delas.

Na opinião de analistas [30] as questões étnicas geram uma "densa cortina de fumaça" que impede uma análise mais clara dos fatos, dificulta a busca de soluções para os conflitos e permite que interesses econômicos de grande vulto continuem a ser garantidos pela situação de caos gerada pelos conflitos armados entre os diversos atores que têm influência nas áreas de mineração.

De fato, diferentes grupos rebeldes, milícias, grupos armados comandados pelos chamados "senhores da guerra" [31] (e segundo algumas fontes, também o próprio exército da RDC e parte das forças armadas dos governos vizinhos) passam a usar sistematicamente os

---

[29] Ver em ANEXO E – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, página 65, fragmentos selecionados de entrevista com Xavi Mir, da organização Médicos Sem Fronteiras, que destacam os estreitos vínculos entre a guerra na RDC, a exploração dos recursos naturais e o comércio ilegal que garante o financiamento dos conflitos.

[30] "No fundo do problema estão os interesses internacionais pelas enormes jazidas de minerais muito valorizados como o coltán, a cassiterita e o estanho**. Os conflitos tribais têm sido somente uma cortina de fumaça** (…). O que está ocorrendo na África são problemas de multinacionais, *lobbies* econômicos e grandes potências (…)". Grifo nosso. Da Conferência *"La utopía de la verdad y la justicia frente a los grandes intereses internacionales en el África de los grandes lagos"*, proferida por Juan Carrero-Saralegu, presidente do Fórum Internacional para a África dos Grandes Lagos, no Centro Cultural de Ibercaja, Huesca. Disponível em: <www.diariodealtoaragon.es>. Acesso em: 28 nov 2008.

[31] "Os recentes conflitos africanos ensejaram o surgimento ou realçaram a ação de novos e antigos personagens. (...) Três personagens emblemáticos nos conflitos atuais merecem destaque: o senhor da guerra, a criança-soldado e o refugiado. (...) O senhor da guerra normalmente não pertence ao grupo que está no poder (central). Ele é ao mesmo tempo um líder de grupos armados que se vale do poder das armas para usurpar recursos da população civil e, eventualmente, interfere ou impede a ação de organismos internacionais de ajuda humanitária. (...) Suas vitórias lhe dão prestígio e seu interesse é prolongar o conflito pelo maior tempo possível. (...) Para esse personagem as atividades militares e criminosas estão, em geral, interligadas. Os senhores da guerra participam dos circuitos ilegais de comércio, facilitando o tráfico de armas e outros produtos como minérios e pedras preciosas". Livre adaptação de trechos de BACIC OLIC, Nelson. **África: novos conflitos, novos personagens**. Disponível em: <http://blog.controversia.com.br/2008/06/21/africa-novos-conflitos-novos-personagens/.>. Acesso em: 21 jun. 2008.

ataques armados e outras atrocidades cometidas contra a população civil como estratégia de guerra, forçando o deslocamento de milhões de pessoas [32].

Na história recente da RDC, o ano de 1998 é apontado como marco de uma situação de grande potencial explosivo no país. A mudança majoritariamente apontada como o fator-chave para o início da chamada "Guerra do Congo" [33] é a ruptura da aliança do presidente Laurent-Désiré Kabila com as forças externas que o haviam fortalecido e ajudado a derrubar o general Joseph Mobutu. Num quadro político de dissidência de importantes figuras de Ruanda e Uganda – tanto na AFDL como no governo da RDC – o Presidente L. D. Kabila ordena que os antigos aliados se retirem do país. Estes, por sua vez, o acusam de corrupção e exercício de um poder ditatorial [34], além de alta traição.

Na província do Bas-Congo, nesse mesmo ano, ocorrem massacres e conflitos que se estendem até a capital Kinshasa, envolvendo ruandeses que permaneceram na RDC – inclusive no comando de tropas do exército e/ou ocupando posições importantes nas forças armadas – desde a derrubada de Mobutu. Na cidade de *Kitona*, no *Bas-Congo*, o governo de Kabila recebe ajuda do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, para enfrentar as tropas das bases militares do Congo que haviam permanecido sob o comando de um importante general tutsi ruandês [35].

O quadro se agrava de forma radical quando novas tropas de Ruanda entram mais uma vez na RDC e avançam rapidamente pelo nordeste e norte do país. Os ruandeses tinham como objetivo maior colocar no poder um grupo rebelde denominado Agrupamento Congolês pela Democracia (***R**assemblement **C**ongolais pour la **D**émocratie*, cuja sigla em francês é **RCD**) [36], apoiado pelo governo tutsi de Paul Kagame, então presidente de Ruanda.

---

[32] Dados: Revista Refugiados – ACNUR, nº 133, 2006. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 25 jan. 2007.

[33] Também aludida como a "Grande Guerra Africana".

[34] "(...) L. D. Kabila nunca convocou eleições democráticas no país e manteve a antiga prática de clientelismo que marcara o governo de Mobutu. (...) Assim como a RDC permaneceu sob um modelo ditatorial e clientelista de governo, também foram mantidos milícias e grupos armados provenientes dos países da Região dos Grandes Lagos, tendo como base e alvo de maior interesse o território congolês" (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007, p. 4).

[35] Ver no ANEXO G – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p. 74, relatos de refugiados e estudantes congoleses no Rio de Janeiro sobre os conflitos ocorridos em 1998 no *Bas-Congo* e em Kinshasa entre as tropas comandadas por ruandeses e as tropas do governo de L. D. Kabila.

[36] Um dos maiores líderes do RCD era Azarias Ruberwa – que mais tarde será um dos quatro vice-presidentes da República Democrática do Congo, no governo provisório a ser presidido por Joseph Kabila, filho e sucessor de Laurent Kabila. Entre os líderes em ascensão no RCD, estava também o congolês Laurent Nkunda (um tutsi *banyamulengue*) já citado no início do Capítulo como personagem principal para o recente estabelecimento de novas alianças na Região dos Grandes Lagos e de novas matanças.

A internacionalização dos conflitos se concretiza no núcleo da região dos Grandes Lagos. Conforma-se um "quadro de guerra regional internacionalizada" – envolvendo vários países [37] e transpassando as fronteiras do Congo-Zaire.

O RCD **–** movimento apoiado por Ruanda – acaba por ser contido com a intervenção de tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia, que apoiam e fortalecem as ações do já então enfraquecido exército da República Democrática do Congo (as **F**orças **A**rmadas da **R**epública **D**emocrática do **C**ongo – **FARDC**) e garantem a permanência de Laurent D. Kabila na presidência.

"Vencidos" por essa conjunção de forças, os ruandeses e o RCD recuam, mas uma parte de suas tropas permanece na República Democrática do Congo e continua a atacar e combater as FARDC (que tentam conter o avanço do RCD [38]) na porção leste do território congolês.

Em meados de 1999, outro movimento de rebelião – o **M**ovimento **N**acional para a **L**ibertação do **C**ongo (**MNLC**), sob o comando de Jean-Pierre Bemba [39], entra na RDC pelo nordeste (através da região da cidade de *Bunia* na província *Orientale*). Apoiado por tropas do exército de Uganda, este movimento abre outra frente de resistência contra as tropas governamentais. Conflitos de alta intensidade geram ondas de deslocamento de milhares de civis congoleses e o MNLC acaba por controlar o nordeste e o norte do país (províncias *Orientale e Equateur*).

O MNLC, liderado por Jean-Pierre Bemba, incorpora ex-soldados de Mobutu que se haviam refugiado no exterior (principalmente no Congo Brazzavile) e, assim, reforça suas bases na província de *Equateur* – onde contava historicamente com grande apoio da população. A base principal do MNLC era *Guadolite* (fronteira do *Equateur* com a República Centro Africana), cidade de origem do general Mobutu. A segunda base de Jean-Pierre Bemba era *Gemena* – sua cidade natal (próxima ao Congo Brazzaville).

O quadro geral da República Democrática do Congo em 1999 era, pois, o de um país com o território dividido, cujas regiões estavam sob o domínio de diferentes poderes armados.

---

[37] Ruanda, Uganda, Burundi, Zâmbia, Angola, RDC, Namíbia e Zimbábue.

[38] A continuidade dos embates no leste do país durante os governos de L. D. Kabila ("Kabila pai") e de Joseph Kabila ("Kabila filho") implicou massivos deslocamentos forçados das populações; estima-se que o número de pessoas mortas na no país até 2003 tenha chegado a 3,8 milhões.

[39] Membro da classe socioeconômica mais alta do país, nascido na província de *Equateur,* Jean-Pierre Bemba é filho de um grande empresário e proprietário de vastas terras de café. Vale observar que vários dos refugiados congoleses que são parte desta pesquisa alegam que fugiram da RDC por algum tipo de vínculo ou participação em movimentos e grupos ligados a J. P. Bemba, ou por viverem em áreas ou cidades que apoiaram ou se mantém como territórios de influência de Bemba – principalmente em Kinshasa e na província do *Bas-Congo.*

O **norte/nordeste** do país era controlado pelas forças do **MNLC**, alinhadas a **Uganda**; o **leste** (onde prosseguiam os combates e ataques violentos contra as populações locais) estava ocupado por diversas facções rebeldes que faziam alianças instáveis e mutantes, embora as **forças apoiadas pelo governo de Ruanda** tivessem o controle das áreas mais importantes; o **oeste** do país estava sob o controle do **governo central da RDC**.

De 1999 a 2001, diversos conflitos são deflagrados entre as forças de Jean-Pierre Bemba e tropas do governo no norte/nordeste, ao mesmo tempo em que se sucedem conflitos na região dos Kivu com as FARDC lutando contra milícias e forças ruandesas.

Com o prosseguimento dos conflitos no leste e norte/nordeste do país, além da crescente perseguição aos simpatizantes e/ou acusados de colaborar diretamente com o MNLC de Jean-Pierre Bemba, há uma grande migração de pessoas – vindas das províncias onde ocorriam conflitos – para Kinshasa [40]. A partir de Kinshasa e de Brazzaville (situada do outro lado do Rio Congo) [41], muitos migrantes vão fazer trajetos com várias etapas, seja para fugir das perseguições (que muitas vezes ultrapassavam as fronteiras territoriais da RDC) seja para escapar das prisões, terminando por encontrar alguma forma de seguir para outras cidades de países próximos, para a África do Sul ou, ainda, uma maneira de partir para países mais distantes.

O período 1998-2003 ficou conhecido como a "Grande Guerra do Congo" [42]. Foram anos marcados por violentos conflitos em diversas áreas do país, massacres de civis, deslocamentos massivos de população em busca de proteção em campos de refugiados já existentes (dentro e/ou fora do território da RDC) ou em "zonas emergenciais de proteção",

[40]Desde os anos 1960, ocorreu uma migração interna em direção a Kinshasa, Lubumbashi e Kisangani. Estima-se que hoje a capital do país concentre algo em torno de 10% da população total de 62 milhões de pessoas. (Fonte: *Reuters Alert*. África. DR Congo. *Population Statistics*. *Data.* 2009*)*. Ver em MAPAS, Mapa 3 – Capítulo 3 (3.1), página V, RDC – População Urbana.

[41] Ver ao final deste capítulo, no conjunto de mapas apresentado na página 175: Mapa 4 – Capítulo 3 (3.1): Mapa de Kinshasa com as *communes* e a concentração populacional em cada uma delas, página V.

[42]A guerra de 1998-2003 é também chamada de "Segunda Guerra do Congo", em alusão à anterior generalização de conflitos armados ocorrida entre 1996-1997 (que levou à derrubada do governo de Joseph Mobutu), denominada por alguns autores de "Primeira Guerra do Congo". Destaca-se que os refugiados congoleses não costumam se referir aos conflitos desta forma. Para eles "(...) É tudo uma guerra só... E é difícil entender cada conflito, massacre, guerra local, lutas tribais e identificar quem participava... Só os congoleses que viveram e ouviram contar de cada conflito em sua família é que sabem... E cada um de um modo... Por isso há tanta discussão sobre guerras e sobre política entre nós. (...) No nosso país a política é sempre motivo pra muita discussão e briga. Aqui no Brasil, onde cada um pode falar aquilo que pensa, então, você vê como se discute por qualquer coisa (...)". Transcrição de trechos das falas dos congoleses em encontros realizados em Caxias, Brás de Pina e Irajá (2008 e 2009) para entrevistar alguns refugiados que foram especialmente indicados para ajudar na pesquisa da retrospectiva política na história da República Democrática do Congo (ex-Congo Zaire).

criadas às pressas (como áreas de abrigo provisório) pelo ACNUR e gerenciadas com o apoio das forças de segurança da ONU.

Neste período de quase cinco anos, a presença de grupos armados de diversas procedências, nacionalidades e matizes etno-políticas [43] transformou a República Democrática do Congo em um enorme palco de conflitos.

> (...) Vários países vizinhos tentavam solucionar seus conflitos internos e vários grupos políticos e milícias congolesas se viam rapidamente absorvidos por uma espiral de violência cada vez mais forte. Comunidades de hutus e de tutsis *banyamulengues*, muitas das quais haviam vivido bem estabelecidas na RDC durante décadas, se viram no centro de um conflito cada vez mais agudo, em parte devido a seus vínculos étnicos e históricos com Ruanda. Começaram a surgir e a se multiplicar movimentos de resistência local (como o dos *Mai Mai,* em *Katanga*) contra os diversos "invasores"; outros grupos, como os *hema* e os *lendu* no nordeste, imersos em lutas constantes, desencadeiam massacres e violentas represálias (a pior delas a que ocorreu em *Bunia*, distrito de *Ituri*, na província *Orientale*, em 2002-2003). (...) Ao final, todos os grupos armados que operavam no leste da RDC tomaram parte em maior ou menor grau nos ciclos de ações violentas sofridos pela população civil. O resultado foi um caudal de evacuações em massa, atos de tortura, violações, trabalhos forçados, roubos e sequestros, para não citar outros tipos mais (...). Praticamente ignorada pelo resto do mundo, uma grande parte do país se afundava em uma situação de anarquia e violência generalizada (...). (POUILLY, 2006. p.6-7).[44]

Cumpre destacar que antes da Guerra de 1998-2003 a economia e o sistema de saúde já se tinham desorganizado durante anos de corrupção e do nacionalismo-africanista ditatorial de Mobutu. Em 1998, a RDC já apresentava uma alarmante taxa de mortalidade infantil (10%) e uma expectativa de vida que não chegava aos 50 anos de idade [45]; ao longo dos anos da "Grande Guerra" os impactos e a falência dos mais diversos setores econômicos e sociais foram desastrosos para a população em geral.

Embora a guerra tenha-se concentrado mais ao leste/norte, as consequências foram sentidas pelas populações de todas as regiões, mediante a deterioração das infraestruturas e da falta de investimentos, além da interrupção dos sistemas de abastecimento de alimentos e remédios. Mesmo na capital Kinshasa passaram a faltar produtos básicos que vinham de diversas províncias, inclusive alimentos que antes chegavam das províncias orientais. Com o colapso do sistema de transporte e de comunicação, além da interrupção do fornecimento de

[43] Estima-se algo em torno de 25 grupos armados envolvidos diretamente nos conflitos.

[44] Livre tradução de trechos selecionados; observações entre parênteses feitas a partir de acréscimos e especificações indicadas em revisão realizada com a colaboração dos estudantes congoleses e jovens refugiados – conforme já mencionado.

[45] Ver em "*Complementos"* (página 174) referência aos dados sobre alguns indicadores socioeconômicos que estão no ANEXO J – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p.81.

energia, os *kinois* (habitantes da capital) viram-se obrigados a criar uma verdadeira "economia de resistência" para conseguir viver com aquilo que era possível comprar e/ou vender no mercado informal (mercado das ruas) ou produzir de forma caseira [46].

> "Como o resto do Congo, Kinshasa, a capital, foi devastada por uma combinação de cleptocracia, geopolítica da guerra fria, ajustes estruturais e guerra civil crônica. A usurpação praticada pelos saques no leste do país acarretou um novo afluxo de refugiados para as '*communes*' já super populosas de Kinshasa. Diante da 'morte' da cidade formal e de suas instituições, os habitantes comuns de Kinshasa, sobretudo as mães e as avós, foram à luta pela sobrevivência – repartindo as terras, restabelecendo a agricultura de subsistência e as formas tradicionais de escambo rural. Cada metro quadrado de terra livre deu lugar a culturas de mandioca; já as mulheres que não possuíam nenhum pedaço de terra, as mães '*miteke*', partiram para a floresta em busca de raízes e frutos" [47].

Em uma entrevista concedida sobre a vida em Kinshasa, a missionária Ana Maria Acedo que trabalha na capital da RDC desde 1991, descreve os problemas da vida cotidiana da população.

> As estradas estão em condições muito ruins, tão ruins que só vendo para se ter uma idéia. Não há coleta de lixo e as ruas estão cheias de sacos de plásticos. Há também fortes chuvas, durante quase todo o ano, que destroem as ruas e derrubam as casas. Uma vez a água chegou à altura de meus quadris. É um lugar muito sujo, porque as ruas não são asfaltadas e as que são têm muitos buracos (...) no Congo, o fornecimento de eletricidade é escasso. Não se trata de haver apagões; é que a luz só acende de vez em quando (...). É preciso levar em conta que não há salários ou que se ganha muito pouco - apenas US$ 20 por mês. E, muitas vezes, o que se ganha não é suficiente sequer para o transporte. Não se faz nada por via direta. Se você quer alguma coisa tem que "fazer um favor" para o outro. Há muito emprego informal. As pessoas vendem o que têm na frente de suas casas: cebolas, pães, farinhas, bolinhos. Elas usam o dinheiro para se alimentar e para seguir vivendo (...). Contudo, apesar da miséria provocada pelos conflitos armados, as pessoas têm uma alegria incrível. Os jovens, ainda que estejam sozinhos, seguem pela rua cantando e dançando em seu próprio ritmo. Festejam as menores coisas (...). Ao retornar desses

[46] Um dos produtos básicos criados naquela época ainda é usado pela população mais pobre até os dias atuais – segundo relatos de mulheres congolesas em reunião realizada em Brás de Pina (2008). É o chamado ***kibabola*** – um substituto do sabão de lavar louças que se faz com restos de casca de bananeira misturados com azeite de palma.

[47] Tradução nossa. DAVIS, Mike. *"Les petits sorciers de Kinshasa"*. ***Le Monde Diplomatique.*** Set. 2006. Disponível em: <http://pagesperso-orange.fr/jacqver/texte/lespetitssorciers.htm>. Acesso em: 24 mai. 2008. Ver em ANEXO K – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p. 84, outros trechos selecionados desse texto (2006) e, como contraponto, outro olhar sobre a "nova vida e do dinamismo de Kinshasa com a chegada dos investimentos chineses" (2009).

> países, o simples fato de beber água em um copo ou dormir em uma cama com lençóis é um verdadeiro luxo (...) [48].

Retomando-se o histórico dos acontecimentos durante o período da "Grande Guerra", destaca-se que falharam vários dos esforços da Organização para a Unidade Africana (OUA, atual União Africana) no sentido de levar a termo um novo acordo de paz. Em julho de 1999, a OUA conseguiu, enfim, reunir condições para a assinatura do chamado Acordo de Lusaka, na Zâmbia. Tal acordo foi considerado um fato marcante na história da RDC por ter sido "oficialmente" referendado por todas as partes beligerantes presentes no país e envolvidas nas guerras.

O Acordo de Lusaka [49] tinha como algumas de suas principais metas a constituição de uma "Comissão Militar Conjunta" para o desarmamento das milícias (composta por membros de cada um dos países envolvidos na guerra), a busca de soluções para os conflitos armados envolvendo as forças estrangeiras (com a retirada das forças de Ruanda, Uganda, Angola e Zimbábue) e, ainda, uma reconciliação nacional na RDC, com a formação de um governo provisório a ser mantido no poder até que eleições fossem realizadas.

Para garantir o cumprimento dos termos do Acordo de Lusaka foi criada em novembro de 1999 a maior missão de paz das nações Unidas – Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo – conhecida como MONUC [50] – cujo maior objetivo era supervisionar

---

[48] LÓPEZ, Christina. *"La RD del Congo vive doces años de guerra financiada por los extranjeros que buscan recursos minerales"*. Entrevista com Ana María Asíron, missionária da Congregação Dominica del Rosário. **Diário de Notícias.** Disponível em: <http://www.colsocpona.org/pages08/colegio/premio/edicion08/prensa/Ana_maria_acedo_entrevista_DNot.pdf> Acesso em: 11 dez. 2008. Tradução nossa.

[49] Ruanda e Uganda se comprometeram a retirar suas forças militares da região leste do país, caso o governo da RDC desarmasse os grupos de refugiados. A desmilitarização e desmobilização dos refugiados hutus ruandeses no Congo era o principal ponto do acordo. Observações de alguns autores consultados (endossadas pela maioria dos jovens congoleses que colaboraram com esse histórico dos acontecimentos políticos na RDC) destacam a importância do Acordo de Lusaka pela amplitude das suas determinações e pela abrangência dos atores envolvidos; os refugiados congoleses ressaltaram, contudo, que o acordo foi descumprido em muitos pontos e momentos pelas mais diferentes partes que o haviam referendado em Lusaka. Afirmam que o fracasso do Acordo de Lusaka ficou expresso pela continuidade dos conflitos (endossando alguns textos discutidos pela pesquisadora com eles) e pelo clima de crescente tensão que desembocou no assassinato de Laurent-Désiré Kabila. Dados baseados em ESTEVES (2007).

[50] A Missão na República Democrática do Congo – MONUC – é a maior missão de paz da ONU no mundo, com quase 17.000 soldados. Foi criada em novembro de 1999 pelo Conselho de Segurança da ONU. Segundo o Capítulo VII da carta das nações Unidas, a MONUC está autorizada a utilizar "qualquer meio considerado necessário, dentro dos limites de suas capacidades e dentro das zonas de extensão de suas unidades armadas, para evitar qualquer ação violenta que comprometa o processo político e assegurar a proteção dos civis cuja segurança se encontre ameaçada". A MONUC se encarrega, também, de facilitar o processo de desarmamento, desmobilização, repatriação, reassentamento e reinserção, assim como organizar as eleições. A MONUC é a mais cara operação de paz do mundo e também uma das mais complexas. Seu contingente inclui, além de forças de paz, pessoas que atuam no campo político, judicial, humanitário, de direitos humanos e de polícia civil. Seus

os esforços de cessar-fogo entre os países beligerantes e auxiliar na desmobilização e desarmamento dos grupos insurgentes que atuavam no país. (BARBOSA e TEIXEIRA, 2007, p.5).

É necessário ressaltar que há uma grande controvérsia nas poucas informações existentes sobre diversos acontecimentos ligados a embates e mudanças políticas ocorridos no período entre o Acordo de Lusaka e o início de 2001 – ano em que é assassinado o presidente Laurent-Désiré Kabila.

Na história "oficial" da RDC, o assassinato de L. D. Kabila costuma ser apontado como um marco importante para mudanças na situação política do país em direção à paz e a uma situação de democracia [51]. Algumas outras fontes – não sem veementes vozes discordantes que defendem inúmeras versões diferentes – afirmam que L. D. Kabila criou impedimentos para o desembarque do contingente da MONUC em algumas áreas, principalmente na província do *Equateur*. O presidente também foi acusado de dificultar o funcionamento do Parlamento (descumprindo o determinado no Acordo de Lusaka) e de impedir a participação política da população [52].

Para uma parte das fontes escritas consultadas, o período após o assassinato de L. D. Kabila caracteriza-se por significativos avanços na busca de uma situação de paz, **a partir da indicação de Joseph Kabila** (feita pelo gabinete do governo**) para suceder o pai na presidência** [53]; segundo outras fontes, **ainda que o indicado para suceder o presidente assassinado tenha sido seu próprio filho**, houve um arrefecimento temporário dos conflitos armados, mas num contexto de maior fechamento político e impedimentos à livre expressão, supressão dos direitos de organização e outras formas de participação política [54].

Poucos meses depois de Joseph Kabila assumir o governo, foi estabelecido um novo acordo para a paz na cidade de Sun City, na África do Sul. O Acordo de Sun City, em 2002, determinava o formato e a composição de um governo provisório a vigorar por um período de

---

17.000 soldados, pertencentes a 50 países, estão espalhados em um país que corresponde a dois terços da área da União Europeia, onde enfrentam as dificuldades operacionais e logísticas que existem em um país sem estradas e com precário sistema de comunicação. (*Current strength in 28 February 2009: 18, 402 total uniformed personnel, including troops, military observers, police; international civilian personnel, local civilian staff and 567 United Nations Volunteers staff).* Dados retirados do site da MONUC. Disponível em: <http://monuc.unmissions.org/>. Acesso em: 28 fev. 2009. Tradução nossa.

[51] Como afirma, por exemplo, a revista *Refugiados*, ACNUR, n.133, 2006, na parte dedicada ao Congo (RDC).

[52] Síntese do que foi possível verificar como informações mais recorrentes por meio de consulta ao arquivo de matérias jornalísticas e outros tipos de publicações sobre o Congo - RDC, criado no início de 2007 e diariamente atualizado, bem como através de diversas conversas e discussões observadas em reuniões com os refugiados congoleses.

[53] POUILLY, 2006, p.13.

[54] BARBOSA E TEIXEIRA, 2007, p. 4.

dois anos e até que as eleições se realizassem. O sistema adotado a partir deste acordo ficou conhecido como "Sistema 1 + 4": um governo provisório formado por 1 presidente e 4 vice-presidentes representantes dos quatro maiores movimentos da oposição e da sociedade civil. O Acordo de Sun City é apontado, em geral, como "um tratado de partilha de poder cujo objetivo era reunir as principais forças rivais em um governo de transição e sob uma constituição temporária [55]". Previa, ainda, a desmilitarização do governo, a saída das tropas estrangeiras e o desarmamento das milícias. Ficou estabelecido também em Sun City que algumas das antigas forças rebeldes se integrariam ao exército congolês (as Forças Armadas da República Democrática do Congo – FARDC).

De fato, apesar de Sun City – além da presença do enorme contingente de forças da MONUC – o período do governo provisório foi marcado por muitos episódios de violência interna. O "Massacre de Kisangani", na província *Orientale* (para citar um caso de 2002 em que os exércitos de Uganda e Ruanda se enfrentaram em território da RDC) é apontado como um dos mais violentos da história do país e responsável pela migração de grande parte da população daquela área para Kinshasa.

Analistas também associam a violência deste período à permissão concedida tanto ao presidente quanto aos vice-presidentes para constituírem seus próprios "grupos de segurança pessoal" [56] – que acabaram por se transformar em diversas "forças armadas independentes". Estima-se, por exemplo, que alguns vice-presidentes reuniam somente em Kinshasa forças de quase mil homens em suas "guardas pessoais". Calcula-se algo em torno de 14 mil homens na guarda do presidente Joseph Kabila.

As análises apontam a formação e o crescimento destas forças paralelas independentes (somados às intermitentes infiltrações de grupos armados dos países vizinhos no leste da RDC) como fatores de criação das condições para uma nova escalada de violência em que tais

[55]O governo provisório contava com os seguintes vice-presidentes: Azarias Ruberwa (líder e representante do RCD), Arthur Z'ahidi Ngoma (antigo membro do RCD), Abdoulaye Yerodia Ndombasi (antigo Ministro de Relações Exteriores do governo de Laurent-Désiré Kabila) e Jean-Pierre Bemba (líder e representante do MNLC). (ESTEVES, 2007, p.4.)

[56] Congoleses refugiados no Rio de Janeiro, chegados de 2003 a 2007, contaram como se viram obrigados a fugir do país por terem participado direta ou indiretamente desses grupos (em 'funções de armas' e/ou em outras atividades), por terem pais, irmãos ou parentes próximos que integraram tais grupos. Alguns relataram que os chamados grupos de segurança pessoal (as "guardas pessoais") mantinham redes de participantes e colaboradores que se espalhavam por diversos países africanos e até por países da Europa. Esses relatos indicam algumas inferências possíveis para trajetos migratórios em etapas, assim como para situações particulares de obtenção das "condições" para fugir, descritos ou mencionados nas entrevistas ou conversas com refugiados que passaram por diversos países antes de chegar ao Brasil, citando períodos vividos em outros países, além da RDC.

"forças de segurança" foram utilizadas para objetivos políticos dos diferentes líderes e seus aliados. (ESTEVES, 2007, p.5).

O final da "Grande Guerra" também permanece como um ponto controverso. Alguns históricos sobre o quadro político da RDC afirmam que em 2003 não havia mais uma situação de guerra generalizada e as tropas estrangeiras já se tinham retirado do país [57]. Cruzando as informações oficiais com as informações dos boletins dos escritórios / postos do ACNUR sobre refugiados e deslocados internos e com os alertas de organizações humanitárias independentes, tende-se a concluir que ao final de 2003 as forças estrangeiras que já se tinham retirado da RDC eram as "forças oficiais" ou, talvez, apenas uma parte delas.

Por certo, o quadro de guerra que se formou no país de 1998 a 2003 teve efeitos dramáticos no que tange aos deslocamentos forçados da população. À migração interna compulsória de um número sem precedente de pessoas – marcada pela fuga das populações mais atingidas (no leste) para áreas onde se esconderam e permaneceram sem qualquer assistência e/ou para campos de refugiados já lotados dentro do território nacional – somaram-se os deslocamentos de milhares de congoleses para buscar refúgio em países vizinhos.

Mesmo após 2003 continuaram a ocorrer deslocamentos massivos no leste do país, além da **e**migração forçada de muitas pessoas por motivo de perseguição política, prisões e ameaças às suas vidas e de seus familiares (em muitos casos com episódios de incursões violentas da polícia / militares nas casas das famílias ou de parentes). Aqueles que conseguem reunir condições mínimas para a viagem fogem para países mais distantes, em busca do *status* de refugiado.

As "duas guerras do Congo" (1996-1997 e 1998-2003) [58] deixaram o país em um estado de deterioração generalizada. A guerra de 1998-2003 fez algo em torno de quatro milhões de mortos e mais de dois milhões de deslocados internos. É considerada até os dias de hoje como a mais violenta de todas as guerras desde a II Guerra Mundial e a mais "invisível" aos olhos do mundo. Muitas mortes não foram causadas diretamente pela violência armada, mas pela desnutrição, fome, epidemias e diversas doenças causadas pelos danos

[57] POUILLY, 2006, p. 9.

[58] Conforme já indicado na nota 42, página 151, vale lembrar que, em geral, os congoleses discutem acaloradamente as denominações e os períodos das "várias guerras" no Congo. A maioria insiste em argumentar que "**na prática é uma guerra só, que nunca termina porque as causas fundamentais dos conflitos permanecem sem solução até os dias de hoje"**. Trecho de relato livre em conversa coletiva, em 2008, em Duque de Caxias, com refugiados e ex-refugiados congoleses que chegaram a mais tempo no Brasil, quando indagados pela pesquisadora sobre a mais adequada periodização dos conflitos a fim de relacioná-los às migrações forçadas de tantos congoleses para diversos países, inclusive dos que vieram para o Brasil.

materiais e não materiais da guerra, assim como pela decorrente falência dos serviços públicos (em especial do sistema de saúde [59]), no roldão de uma crise social profunda e da desestruturação do sistema econômico – incluindo o desmonte do setor formal de comércio, serviços e abastecimento básico da população.

> (...) A produção nacional foi reduzida dramaticamente, assim como as receitas do governo (...) a dívida externa aumentou. As empresas estrangeiras retraíram-se em razão da incerteza quanto ao resultado dos conflitos, à falta de infraestrutura e ao difícil ambiente empresarial. A guerra civil intensificou o impacto de **problemas básicos como uma estrutura legal incerta, corrupção, inflação e falta de abertura nas políticas econômicas e operações financeiras do governo.** (...) No final de 2002, algumas missões do FMI e do Banco Mundial reuniram-se com o governo (...). O país teve a guerra civil "formalmente suspensa" em 2003 depois da assinatura de um acordo de paz envolvendo diferentes facções e o governo - mas as milícias não se desfizeram e ainda há confrontos em várias regiões do país. (BARBOSA; TRINDADE, 2007, pp.6-7).

De fato, a partir de 2003 (com o "final da Grande Guerra") os conflitos armados diminuíram, mas não acabaram. Em 2004 e 2005 os ataques à população civil e os combates entre grupos rivais eclodem seguidamente no leste do país (concentrados em Kivu Norte e Kivu Sul) [60].

As eleições realizadas em julho de 2006 (com mais de um ano de atraso em relação ao acordado em Sun City) foram caracterizadas por uma participação massiva dos eleitores e por

---

[59] O *International Rescue Commitee* estimou para o período de agosto de 1998 a novembro de 2002 um acréscimo de aproximadamente 3 milhões de pessoas para além dos níveis de mortalidade projetados para a RDC pelas organizações internacionais de saúde. Ver indicadores dessa área para tempos mais recentes em ANEXO J – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p 81.

[60] Nos anos que se seguiram ao final oficial da guerra, várias facções armadas seguiam ativas como, por exemplo, um "exército" de 2000 homens liderados por Laurent Nkunda que prosseguia aterrorizando a população no Kivu Norte. Em **2004**, um dos maiores massacres de civis se deu em *Bukavu* no Kivu Sul. Em função da conquista de *Bukavu* por forças rebeldes (leia-se Laurent Nkunda e Jules Mutebusi), em junho de 2004, e da precária situação de segurança em Kivu Norte e Sul, o conselho de Segurança da ONU aumentou em outubro de 2004 o número de suas tropas na MONUC. Segundo consulta feita aos dados da OCHA, ao final de 2006 havia 1,2 milhão de deslocados somente no leste do Congo. "(…) Apesar do suposto fim das hostilidades, os massacres continuaram no Congo Oriental durante 2003-2004. Milicianos hutus ruandeses temiam retornar a Ruanda acreditando que poderiam ser alvo de retaliação dos tutsis. Esses Hutu permaneceram nas florestas do leste do Congo, saqueando as vilas em busca de comida e dinheiro. As incursões de Ruanda na RDC fragmentaram o frágil governo e criaram instabilidade. Em dezembro de 2004, tropas rivais das forças armadas da RDC combateram na parte leste do país. Em maio de 2005, foi divulgado que rebeldes Hutu ruandeses radicados no leste do Congo haviam sido responsáveis por centenas de execuções sumárias, raptos, estupros, agressões e invasões das casas de civis congoleses no território de *Walungu*, na província do Kivu Sul. (...) Ao longo de 2005, milícias rivais, apoiadas por Ruanda e Uganda respectivamente, geraram instabilidade na região nordeste de *Ituri*, enquanto combatiam na fronteira e nas áreas de mineração de ouro. Além disso, milícias ruandesas continuaram a operar nas florestas do leste, mantendo viva a ameaça de uma invasão. Ainda assim, o resto do país permaneceu relativamente estável sob a presidência de Kabila (…)". Tradução nossa. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/congo.htm>. Acesso em 14 dez. 2009.

uma disputa bastante acirrada entre o presidente Joseph Kabila e o líder do maior partido de oposição (MNLC), Jean-Pierre Bemba. Dados da ONU indicam que as eleições foram supervisionadas por mais de 1.700 observadores internacionais além de 35 mil observadores congoleses. A ONU estima que gastou algo em torno de 500 milhões de dólares para garantir a realização das eleições.

Por trás de tão grandes esforços e gastos, estavam expectativas de que o candidato eleito de maneira legítima pudesse acabar com anos de guerra e de conflitos na RDC. Tais expectativas estavam inseridas no discurso da "necessidade de avanços na conquista de condições concretas de governar o país de forma democrática, rumo ao desenvolvimento econômico e social" [61].

O primeiro resultado das eleições – em que não houve maioria absoluta para nenhum candidato – implicou a necessidade de um segundo turno entre Joseph Kabila e Jean-Pierre Bemba.

> (...) as eleições foram para o segundo turno, com Joseph Kabila e Jean-Pierre Bemba na disputa. O período imediatamente após o primeiro turno das eleições foi marcado pelos embates entre as forças de Kabila e Bemba. Apenas no mês de agosto de 2006, ocorreram 23 mortes e 43 feridos, entre civis e soldados, decorrentes destes embates. O helicóptero pessoal de Bemba foi destruído, além de um ataque à estação de televisão que pertence ao ex-vice-presidente. O segundo turno das eleições garantiu a presidência a Joseph Kabila (com 58% dos votos, contra 42% para Bemba) que assumiu o cargo em dezembro de 2006 (...). Algumas fraudes foram observadas durante as eleições, o que fez com que Bemba rejeitasse o resultado. Contudo, tais fraudes não foram apontadas como suficientes para anular o pleito (...) (ESTEVES, 2007, p.6.)

Logo após a divulgação do resultado oficial do segundo turno da eleição – e uma vez declarada oficialmente a "vitória legítima" de Joseph Kabila [62] – novos conflitos ocorrem entre as forças dos dois candidatos.

Em março de 2007, aconteceram em Kinshasa os mais graves confrontos desde a posse de Joseph Kabila. Embora não se saiba exatamente as causas ou os fatos que levaram ao início dos enfrentamentos, tropas de Jean-Pierre Bemba e forças do governo central, incluindo

---

[61] Fonte: MONUC. Disponível em <http://www.monuc.unmissions.org>. Acesso em: 15 jul. 2008.

[62] Autoridades da ONU afirmaram que as primeiras eleições multipartidárias da República Democrática do Congo em 40 anos ocorreram sem grandes problemas e foram marcadas pela participação massiva dos eleitores, com o comparecimento de quase 80% de eleitores às urnas (cerca de 27,5 milhões de pessoas, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD). (...) Joseph Kabila assumiu o cargo de primeiro presidente eleito em eleições livres na RDC e conseguiu maioria na Assembléia Nacional e em oito das onze assembléias provinciais. Cf. BARBOSA; TRINDADE, 2007.

a Polícia Nacional, entraram em conflito nas ruas da capital. Segundo a (então já revisada) constituição do país, J. P. Bemba não poderia mais permanecer com um contingente de forças armadas sob seu comando. O "exército pessoal" de Bemba deveria renunciar às armas e se integrar às Forças Armadas Nacionais (FARDC). Foi estabelecido um prazo final a expirar no final do mês de março para que o ex-vice-presidente desmobilizasse suas forças.

> Bemba denunciou que sua casa tinha sido atacada 4 vezes desde sua derrota nas eleições, além de ter seu irmão sequestrado no dia 21 de março de 2007 (...). Os enfrentamentos ocorreram durante os dias 22 e 23 de março e, segundo moradores, foi caracterizado por um toque de recolher implícito. Durante esses dias tornou-se muito difícil sair às ruas devido ao fato de haver atiradores posicionados no alto dos prédios e estarem ocorrendo muitos saques na capital. Estima-se que até 600 pessoas podem ter morrido por consequência dos embates. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha que se encontrava na RDC auxiliou na remoção dos corpos nas ruas da capital congolesa. A MONUC também atuou na garantia da segurança dos civis que se encontravam em Kinshasa, removendo vários indivíduos das áreas consideradas de alto risco. (ESTEVES, 2007, p.5-6).

Após os dois dias de conflito, o governo anunciou que aproximadamente cem combatentes das forças de Bemba haviam-se entregado à MONUC. Diversas fontes, porém, destacam que centenas de combatentes leais a Bemba se recusaram a entregar suas armas e se integrar às Forças Armadas Nacionais. Dezenas desses homens que tentaram sair do país foram (supostamente) presos quando tentavam cruzar a fronteira com o Congo Brazzaville, ao norte. Relatos de moradores de Kinshasa revelam que houve perseguições e prisões na capital em muito maior escala do que os dados divulgados pelo governo.

O ex-vice-presidente Jean-Pierre Bemba foi acusado de "alta traição" pela Procuradoria-Geral e um mandado de prisão imediata foi emitido contra ele.

> (...) Em 23 de março, Bemba e sua família exilaram-se na Embaixada da África do Sul. No dia 11 de abril de 2007, escoltado por 15 veículos blindados da ONU, o ex-vice-presidente saiu da Embaixada da África do Sul em direção ao aeroporto internacional de Kinshasa, onde embarcou com a família, em sua aeronave particular, para Portugal. Embora tenham surgido especulações sobre um possível exílio de Bemba naquele país, a Embaixada portuguesa não confirmou tal fato (...). (ESTEVES, 2007, p.6).

A saída "oficial" de Jean-Pierre Bemba da cena política do país teria levado a um suposto arrefecimento da insegurança gerada pelas "forças armadas independentes" criadas com a instalação do governo provisório. É fato, contudo, que o presidente eleito em 2006 enfrenta vários problemas desde a sua posse – muitos dos quais permanecem até os dias atuais.

Para elencar apenas alguns dos mais complexos: controle e manutenção da coalizão de forças que garantem ao presidente a maioria na Assembleia Nacional, combate à alta corrupção, necessidade de uma profunda reestruturação do exército nacional e do sistema de segurança, combate a grupos rebeldes ruandeses e ugandenses que ainda se encontram no país, condução de um governo eficiente e democrático na RDC que ganhe a credibilidade da população.

Entretanto, como afirmado anteriormente, o governo de Joseph Kabila ainda não demonstrou sua capacidade de assegurar ao país um clima de estabilidade. Em janeiro e fevereiro de 2007, violentos confrontos ocorreram na província do Bas-Congo entre integrantes do movimento político-religioso *Bundu dia Kongo* [63] **(BDK)** e elementos da Polícia Nacional Congolesa **(PNC)**, enviados por Kinshasa. A explosão de violência no Bas-Congo se deu em um clima extremamente tenso, no âmbito das contestações do resultado da eleição para governador da província.

Os confrontos começaram em *Matadi* (a capital) durante uma operação da polícia em um edifício que servia de residência ao chefe espiritual do BDK, Ne Muanda Nsemi, onde a polícia suspeitava haver armas. Os militantes do BDK opuseram uma forte resistência que se transformou em violência nas ruas, com a formação de barricadas.

O movimento *Bundu dia Kongo*, membro da coalizão **U**nião pela **N**ação (**UN**), liderada por Jean-Pierre Bemba e pelo MNLC, protestava contra a vitória (na província em que a oposição é historicamente majoritária) de um candidato da coalizão do presidente Joseph Kabila (Simon Mbatsh) sobre os dois candidatos da UN Léonard Fuka Unzola para o cargo de governador e o próprio Ne Muanda Nsemi para o cargo de vice-governador [64]. Em

[63] O *Bundu Dia Kongo* (que significa em língua kicongo "coesão do Congo") é um movimento social, político e cultural, nascido no final dos anos 1950; depois de desempenhar um papel importante na luta pela independência, praticamente desapareceu sob a ditadura de Joseph Mobutu. Reapareceu no início dos anos 1990, assumindo uma conotação religiosa. Tem grande influência sobre a população do Bas-Congo, além de muitos adeptos em Kinshasa e em partes da província do *Bandundu*. Para ver entrevista da imprensa do Vaticano sobre a história do movimento *Bundu Dia Kongo* e seu papel no quadro político da RDC, consultar ANEXO H – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p.76.

[64] O candidato independente pró-governo venceu o candidato opositor por quinze votos a quatorze. Ativistas da oposição protestaram alegando compra de votos e gritando: "O Congo não pode ser reconstruído na corrupção".

seguida, violentos incidentes se espalharam em muitas cidades da província, incluindo *Boma e Muanda*, cidades bem próximas à capital *Matadi* [65].

A Rádio *Okapi*, patrocinada pela ONU, noticiou inicialmente a morte de noventa pessoas. A maior parte das vítimas era formada por civis, mas também havia alguns policiais entre os mortos. A MONUC anunciou o envio de reforços para o *Bas-Congo*, afirmando que "proteger e dar segurança à população civil constitui o cerne da função do seu mandato no Congo RDC". Segundo relatório da MONUC anunciado um pouco depois, o número de vítimas teria sido de 134 – a maior parte delas integrantes do BDK que enfrentaram com machadas e bastões os soldados fortemente armados dos grupos de ação rápida da Polícia Nacional (PNC).

No final de fevereiro e início de março de 2008, os integrantes do movimento *Bundu dia Kongo* entraram em confronto com a polícia nas cidades de *Luozi e Seke-Banza* e em seus arredores. No final de março de 2008, o governo decretou a condenação do *Bundu dia Kongo* e a MONUC realizou um inquérito especial sobre os eventos ocorridos [66]. Um comunicado com as conclusões da investigação, publicado em maio de 2008, foi contestado de forma veemente pelo governo da RDC.

As notícias divulgadas em 2008 e, em especial, desde junho de 2009 – conforme destacado no início deste Capítulo – evidenciam que o caminho para o fim dos conflitos armados no leste e para uma situação de paz duradoura na RDC ainda se mostra extremamente longo e complexo. As dificuldades concretas de cada momento e local em que ocorrem conflitos são relatadas nos comunicados das organizações internacionais e de ONGs que atuam na região (além das notícias veiculadas pelo próprio ACNUR) [67].

Após a onda de protestos e de violência, os resultados foram anulados no dia 8 de Fevereiro de 2007 por um tribunal de apelo, mas essa medida viria a ser anulada pelo Tribunal Constitucional da República Democrática do Congo no dia 17 de Fevereiro de 2007. (Fonte: IKUSKA. **Historia (s) de la Rep. Dem. del Congo.** Disponível em: <http://www.ikuska.com/Africa/Paises/congo_kinshasa.htm>. Acesso em: 25 jun. 2008.

[65] Dados: AGÊNCIA FIDES. **"Nunca mais episódios do gênero": os Bispos do Bas-Congo intervêm sobre as violências no final de janeiro.** 01 mar. 2007. Disponível em: <http://www.fides.org/aree/news/newsdet.php?idnews=9579&lan=por >. Acesso em: 02 abr. 2008.

[66] "(…) O relatório conclui que pelo menos 100 pessoas, principalmente membros do *Bundu dia Kongo*, foram mortas em operações policiais em Bas-Congo. Segundo o relatório, o elevado número de mortes resultou do uso excessivo da força, quando os policiais armados com fuzis AK-47 abriram fogo contra membros da BDK, que estavam armados com paus afiados, pedras e nozes de cola. Um grande número de corpos foi despejado em rios e valas comuns na tentativa de ocultar provas. Também mais de 200 edifícios foram queimados e propriedades particulares foram saqueadas pela polícia". Fonte: MONUC – *Human Rights Division Office of the United Nations. High Commissioner for Human Rights.* "Inquérito especial sobre os acontecimentos do Baixo-Congo de fevereiro e março de 2008". ***United Nation.*** Disponível em: <http://monuc.unmissions.org/>. Acesso em: 30 mai. 2008.

[67] Como exemplo, notícia baseada em um dos relatórios que fala sobre as dificuldades de retorno dos deslocados: "Segundo dados do ACNUR, somente na província de Kivu Norte, no início de 2007, aproximadamente 400.000

Os dados mais recentes [68] indicam que na região das províncias de Kivu Norte e Kivu Sul prosseguem conflitos armados, massacres, perseguições, ataques à população civil, destruição e evacuação de cidades inteiras, com fluxos massivos de milhares de pessoas para campos de refugiados ou outras áreas improvisadas ("áreas tampão") [69] dentro e além das fronteiras do país.

Finalmente, de volta ao episódio com o qual se iniciou este Capítulo, destacam-se "novas alianças e novos personagens" que ganharam lugar na RDC em 2008/2009. Segundo análise apresentada pela *EURAC–Network* [70], há muitos pontos controversos na "estranha aliança" RDC-Ruanda que garantiu a ofensiva contra o CNPD de Laurent Nkunda em janeiro de 2009. Há, sobretudo, muitos fatores obscuros a respeito dos resultados da operação conjunta. Alguns desses pontos, com suas controvérsias e nebulosidades, estão sintetizados a seguir:

1. Foi anunciado oficialmente que o CNPD renunciou à luta armada e se integrou à vida política do país convertendo-se em um dos partidos políticos; os soldados foram integrados ao Exército Nacional; as regiões antes controladas pela rebelião teriam passado às mãos do governo. Contudo, o CNPD não foi reconhecido como um partido

---

congoleses que ficaram no meio do conflito entre duas facções tiveram que fugir de suas casas. Apesar dos programas de repatriação de refugiados congoleses, iniciados em 2004, o ACNUR ainda contabilizava em outubro de 2007 um total de 312.000 refugiados saídos da RDC vivendo em países vizinhos. Os programas de repatriação já haviam monitorado e garantido o retorno de 132.000 refugiados congoleses – apesar das constantes dificuldades. A porta-voz do ACNUR, Jennifer Pagonis, informou: "O regresso à República Democrática do Congo começou a partir da República Centro-Africana em outubro de 2004, mas a operação foi interrompida em repetidas ocasiões por razões de segurança, problemas meteorológicos e devido às condições adversas nas áreas de regresso". Fonte: TERRA NOTÍCIAS. ***Los últimos refugiados congoleños en República Centroafricana regresan a su país.*** Disponível em: <http://noticias.terra.es/2007/mundo/1009/actualidad/los-ultimos-refugiados-congolenos-en-republica-centroafricana-regresan-a-su-pais.aspx>. Acesso em: 26 out. 2007.

[68] No Congo (RDC) há mais de **1,5 milhão de pessoas deslocadas dentro do país**, o que constitui a terceira maior população de deslocados internos do mundo. A maior parte dos deslocados vive no Leste do país, sendo 847.009 (68%) na província de Kivu Norte, 263.140 na província de Kivu sul, 68.022 pessoas na província Oriental e 31.348 na província de Katanga. Mais de 190.000 refugiados congoleses retornaram à RDC desde 2004, incluindo 40.000 em 2008. Entretanto, **existem mais de 300.000 refugiados congoleses vivendo nos países vizinhos**. O ACNUR está presente na RDC desde 1975, quando começou a trabalhar com o afluxo de refugiados provenientes de Angola e do Burundi. **Atualmente a agência tem 16 postos no país e somente no Kivu Norte maneja 11 acampamentos com mais de 110.000 deslocados internos.** Fonte: ALTO COMISSIONADO das Nações Unidas para os Refugiados. **El viaje de Osvaldo Laport a la República Democrática del Congo: una travesía humanitaria**. Disponível em: <http://www.acnur.org/argentina/>. Acesso em: 10 ago. 2009.

[69] Para ver a situação dos refugiados e a logística do ACNUR na criação das chamadas "áreas tampão" conforme citado, acessar o vídeo Visão Global 2008, disponível no site do ACNUR Brasil (http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/videos/) – parte relativa aos conflitos e a diversas situações emergenciais nos campos de refugiados na RDC. Trata-se de campos improvisados, como o que se pode ver sendo contemplado por três crianças no início do Capítulo 3, página 135.

[70] Os dados são uma livre tradução e adaptação de pontos apresentados em: REBELION. **El fin de la guerra en Kivu.** Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=82840&titular=el-fin-de-la-guerra-en-kivu->. Acesso em: 30 mar. 2009.

político legalizado, as autoridades administrativas nomeadas por Nkunda não foram substituídas e os soldados rebeldes não foram transferidos para outras províncias (como estava previsto na integração). O CNPD ganhou diversas cadeiras no governo provincial mesmo sem reconhecimento jurídico.

2. A operação de integração das tropas do CNPD ao exército nacional traz à tona o perigo de que na área dos Kivu o exército esteja formado majoritariamente por militares ligados à rebelião de Laurent Nkunda; suspeita-se que muitos tenham dupla nacionalidade.

3. A operação conjunta (desde a sua concepção até o desfecho com a prisão de Nkunda) foi marcada por grande sigilo. As poucas informações veiculadas vieram das fontes oficiais. Organizações independentes, porém, seguem sem saber o número de soldados que participaram da operação e suas procedências; há suspeitas de que muitos soldados ruandeses não retornaram para Ruanda. A suposição de muitos observadores (e o que assusta a população) é que muitos tenham permanecido no território da RDC ou que se tenham integrado ao exército nacional como se fossem soldados do CNPD.

4. Informações oficiais declararam que as bases dos rebeldes ruandeses foram destruídas e que as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda – FDLR (leia-se grupos armados formados historicamente por hutus ruandeses) se enfraqueceram de maneira significativa. Estas mesmas fontes oficiais declararam uma cifra de 150 mortos na operação e cerca de 1.300 repatriados, enquanto dados divulgados pelo ACNUR indicam a repatriação de mais de 2.500 civis, sobretudo mulheres e crianças. Além disso, o número estimado pela agência de hutus ruandeses refugiados na RDC estaria entre 50 e 70 mil pessoas.

> Se forem estimativas corretas, é evidente que o êxito da operação conjunta é muito relativo. O que parece mais factível é que as FDLR tenham-se deslocado para o interior do território congolês. Tanto é que está prevista uma segunda operação contra aquelas forças no Kivu Sul, desta vez a cargo exclusivo do exército congolês com apoio das tropas da MONUC. A população se questiona sobre as possibilidades de êxito desta segunda operação, considerando a já demonstrada fragilidade das Forças Armadas da RDC e as diversas acusações que a população tem feito às próprias forças da ONU – especialmente quanto à sua visível incapacidade de proteger a população em dez anos de sua presença no país [71] (REBELION, 2009).

Os fatos recentes parecem indicar de forma evidente para a comunidade internacional que uma solução duradoura para o fim da guerra no leste da RDC não será fruto de operações militares. Cabe lembrar, contudo, que durante as ofensivas do general Laurent Nkunda em 2008, muitas avaliações e/ou indicações positivas a respeito do envio de tropas para a RDC foram feitas por países da União Europeia e teriam como objetivo reforçar o contingente de mais de 17 mil homens das forças de paz da ONU que já atuam no país ou, quem sabe, realizar operações especiais sob o comando de algum país europeu com influência naquela área. Houve muita discussão a esse respeito, mas, oficialmente, nada foi divulgado sobre o efetivo envio desses "reforços" ou "forças especiais" [72].

Um dos maiores desafios para ações eficazes em direção à paz naquela região está, com certeza, na questão dos minérios. Ainda que sejam empreendidas ações mediadas pela comunidade internacional, não há como superar tal desafio enquanto grandes empresas estrangeiras continuarem a fazer "contratos" altamente lucrativos para a exploração e comercialização dos minérios, negociando com uma miríade de grupos rebeldes e com governos notabilizados por atos de força e acusações de corrupção [73].

---

[71] Para mais detalhes, acessar o já citado vídeo Visão Global 2008, disponível no site do ACNUR Brasil: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/videos/>. Acesso em: 28 jul. 2008.

[72] Matérias assinadas e até mesmo editoriais de diversos jornais europeus davam a dimensão do debate e das discordâncias quanto ao envio de tropas deste ou daquele país da União Europeia para a República Democrática do Congo.

[73] Dados da *Transparency International* indicam a respeito do grau de corrupção na RDC: 2008 = 171; 2007 = 168; 2006 =156; 2005 = 144; 2004 = 133. (Observar a escala de 1 para menos corrupto e 175 para mais corrupto). Fonte: *Transparency International* 2008. Fonte: *REUTERS ALERT NET*. ***Congo (Democratic Republic).*** Disponível em: <http://www.alertnet.org/db/cp/dr_congo.htm>. Acesso contínuo durante a pesquisa. Na RDC o problema da corrupção atinge desde o mais alto nível de governo a todas as áreas da vida cotidiana da população. É o que destacam várias ONGs que atuam no país, como é o caso do Serviço Jesuíta de Refugiados (SJR). Para Jerry Clark SJ, diretor de uma oficina de trabalho do SJR radicada na capital de Kivu Norte, "as soluções definitivas (na RDC) exigem um combate decidido à corrupção" (...) "Em um país onde tudo se pode comprar e vender, dificilmente podemos falar em desenvolvimento". Clark cita como exemplo algo que ocorre na área educacional em que atua na RDC para permitir o acesso de crianças congolesas à educação (...) "O acesso à educação no Congo, teoricamente gratuita, se vê obstaculizado pela prática "*de la 'prima'*", um pagamento dos pais a professores mal remunerados". Tradução nossa de trechos selecionados. Dados: ELORRIAGA, G. *"En un país donde se vende todo, no cabe hablar de desarrollo"*. **Hoy. Es.** 18 out. 2009.

Considerando a complexidade do quadro político da RDC, esboçado neste capítulo dentro dos limites da pesquisa, outro grande desafio para a paz e mudanças tão necessárias ao país será a superação de uma "cultura da impunidade" [74] e a criação de mecanismos / instrumentos legais para identificar (e capturar) os líderes a serem julgados na Corte Internacional.

Nos últimos meses, pelo menos três "senhores" desta guerra que envolveu a RDC e países vizinhos foram julgados por sua responsabilidade no comando de crimes de guerra e crimes contra a humanidade [75], tais como ataques a cidades e aldeias tendo como alvo a população civil, aliciamento de meninos-soldados, prática disseminada de raptos e de violação de mulheres e meninas (usada como arma de guerra), dentre tantos outros crimes.

A mídia internacional, sob os interesses que a comandam, passou a mostrar para o mundo as "terríveis imagens e depoimentos que comprovam o sofrimento da população do Congo" [76], depois de décadas de uma "invisibilidade" que contribuiu para que a situação chegasse aos atuais limites de barbárie e impunidade.

"O povo congolês, aqui no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, assiste e se envergonha...", afirmou um entrevistado que vive como refugiado no Rio de Janeiro.

São **novos** tempos, **novos** personagens e uma **nova** geopolítica a tratar do Congo (RDC), de seu potencial, de suas riquezas, em uma **nova** lógica de ordenamento do mundo sob o capitalismo global. Porém, para finalizar ao modo dos congoleses, com sua tradição de citar provérbios e ditados populares quando falam sobre qualquer assunto e, em especial, quando querem encerrar uma acalorada discussão sobre política, cabe citar aqui um **velho** ditado Swahili muito conhecido em todo o Congo.

Disponível em: <http://www.hoy.es/20091018/internacional/pais-donde-vende-todo-20091018.html>. Acesso em: 19 out. 2009.

[74] "Segundo o Diretor da Iniciativa pela Liderança Compartilhada e pela Coesão Estatal na RDC, Michel Nouredinne Kassa, é fundamental acabar com a cultura da impunidade em todos os âmbitos do espectro político e militar" (POUILLY, 2006, p.9).

[75] Ver ANEXO I – Cap. 3 (3.1), Vol. II, p. 78.

[76] Uma visita rápida ao site **YouTube**, por exemplo, com a palavra **Congo** e/ou **Coltán** impressiona pela quantidade e variedade das fontes dos vídeos disponíveis, produzidos por veículos da imprensa internacional de grande porte. Fotos de crianças-soldados e depoimentos de mulheres vítimas de estupro na RDC também estão disponíveis em profusão no sistema **Google**, com a palavra Congo como entrada da pesquisa.

– "*Quando dois elefantes lutam o capim é que sofre*" [77].

– "*Ndovu wawili wanapo pigana nyasi ndiyo huumia*". (em Swahili)

– "*Tango ba Nzonko mibale ba bundaka matiiti nde emonaka passi*". (em Lingala)

– "*N'tangu ba Njoko zole ikele Nwanaka matiti ikele monaka mpasi"*. (em Kicongo)

– "*Tuhumbu tubidi tuluanga,mitshi ne mashinda atu amuna lutatu*". (em Tshiluba)

[77] *THE ECONOMIST*. ***The UN may send more troops to Congo. Would they do any good?*** 13 nov. 2008. Disponível em: <http://www.economist.com/research/articlesBySubject/displaystory.cfm?subjectid=5189846&story_id=E1_TNGDSQTS&source=login_payBarrier>. Acesso em: 15 nov. 2008.

"Flashes"... Ou pontos básicos para uma melhor leitura do Capítulo

I

A República Democrática do Congo, antigo Zaire, tem sido palco de conflitos étnicos e disputas pelas riquezas naturais desde sua independência em 1960. Entre ditaduras, desastres humanitários e intervenções internacionais, o país vive até os dias atuais mergulhado em conflitos armados e no acúmulo dos impactos destrutivos de um "estado de guerra" quase permanente. **No entanto, as raízes, as dimensões dos conflitos e seus efeitos estão conectados às redes de interesses de grupos rebeldes e de governos** (da RDC, dos países vizinhos e de países ocidentais) **nas riquezas abundantes em território congolês, beneficiando-se amplamente das rivalidades e conflitos étnicos.**

O marco histórico do agravamento da situação na República Democrática do Congo (ex-Zaire) está em 1994, quando cerca de 800 mil pessoas foram mortas em Ruanda, no maior genocídio africano dos tempos modernos. A maioria dos mortos era da **etnia tutsi**, e a maioria dos autores das mortes, da **etnia hutu**. Pouco depois a situação se inverteu e um presidente tutsi acabou por assumir a presidência do país – que governa até hoje. Estima-se que cerca de dois milhões de hutus ruandeses fugiram para o Zaire. Entre os refugiados estavam muitas pessoas que mais tarde foram acusadas de envolvimento nos massacres. Além disso, **a presença de milícias hutus no Congo gerou anos de conflitos no país vizinho**. O atual governo de Ruanda, liderado por tutsis, já invadiu o Congo (RDC) duas vezes, dizendo querer eliminar as forças hutus da região. Um grupo rebelde tutsi continua ativo no Congo, argumentando que não vai depor armas porque, se o fizer, a comunidade tutsi ficará sob risco de genocídio. Segundo informações publicadas pelo *New York Times*, **o governo congolês e as Nações Unidas argumentam que o líder desse grupo (Congresso Nacional para a Defesa do Povo – CNPD), Laurent Nkunda, é um "senhor da guerra" que busca proteger poderosos interesses políticos e financeiros e está simplesmente utilizando motivos étnicos como pretexto.**

Mesmo com **a maior força de paz da ONU no mundo (a MONUC – 17.000 integrantes**) posicionada na RDC desde o ano 2000, não há até o momento uma solução à vista para os conflitos no país e frequentemente há o envolvimento de países vizinhos [78].

II

A região dos Grandes Lagos volta a ser palco de uma rebelião que ameaça desestabilizar o Congo (RDC) [79]

"(...) Primeiro foram **os rebeldes liderados pelo general Laurent Nkunda** a semear o terror. Com um histórico de mortes no seu percurso, deixaram as populações de **Goma**, capital do **Kivu-Norte**, em pânico à medida que as notícias do seu cerco à cidade se avolumavam. Depois foi **a vez do exército governamental congolês se envolver em pilhagens**, deixando ainda em maior desespero as populações que, por suposto, deveria proteger. Perante isto, **os capacetes azuis da ONU, apesar de serem 17 mil na República Democrática do Congo, mostram quase total impotência**. Numa tentativa de travar o regresso a uma nova guerra generalizada no Congo, a ONU enviou em meados de novembro **(2008)** um emissário, Olesegun Obasanjo, ex-presidente da Nigéria. Depois de uma reunião em Kinshasa com o presidente Joseph Kabila, Obasanjo fez um voo para o extremo nordeste do Congo, para um encontro com Laurent Nkunda (...).

As duas últimas guerras no Congo

Uma em **1997, que levou à queda de Joseph Mobutu** (*Mobutu Sese Seko*), e outra **entre 1998 e 2003 –** a envolver seis países **–** provocaram entre três e cinco milhões de mortes. Violações em massa, execuções sumárias, populações desalojadas e famintas. O cenário

[78] A síntese factual, em linguagem simples, trata-se de uma adaptação de várias fontes de natureza jornalística (com retificações e acréscimos livres), tanto escritas quanto em vídeos, disponíveis em sites. Há algumas informações adaptadas de trechos de uma entrevista em vídeo da TV Estadão, em que o jornalista João Paulo Charleaux, da área de política internacional de O Estado de S. Paulo, fala sobre o recrudescimento do conflito armado no Congo e o envolvimento de países vizinhos, como Angola e Zimbábue. Fonte: CHARLEAUX, João Paulo. "Guerra do Congo se espalha pela África". **TV Estado.** São Paulo, 14 nov. 2008. Entrevista concedida a Felipe Machado. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/interatividade/Multimidia/ShowVideos.action?destaque.idGuidSelect=63CDAD4C66A74D02A13F6782CCB44E5B>. Acesso em: 14 nov. 2008.

[79] Adaptação livre do texto a partir do original escrito em português de Portugal, com acréscimo de uma síntese dos principais acontecimentos em progressão temporal. Fonte: FERREIRA, Leonídio Paulo. "Regresso da guerra ao Congo". **Fátima Missionária**, n. 55, ano LIV, dez. 2008. Disponível em: <http://www.fatimamissionaria.pt/sim/biblioteca/revista/55/14-15_dez_08.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

ameaça se repetir e neste momento (**12/2008**) a ofensiva dos rebeldes de Nkunda já causou mais de 250 mil deslocados. Mesmo para os que ficaram em Goma, o futuro é sombrio, sem comida ou água potável, dependentes da ajuda que a ONU e as ONGS somente conseguem levar com grande dificuldade.

Na origem do conflito, uma vez mais as riquezas minerais e as rivalidades étnicas

Nkunda afirma defender os tutsis do Congo, ameaçados pelas milícias hutus, que o governo de Kinshasa usa para controlar **as minas da região, ricas em ouro, mas também em coltán, um minério essencial à indústria dos celulares.** Os hutus refugiaram-se no Congo depois do genocídio em Ruanda em 1994 e passaram a ser perseguidos pelos tutsis ruandeses. Mas a partir dos campos de refugiados, criaram uma poderosa força militar. Em 1997 houve a maior reação dos tutsis congoleses, transformada numa rebelião anti-Mobutu que saiu vencedora. Depois da derrubada de Mobutu, a discordância da partilha de despojos entre os vencedores levou à nova guerra, desta vez com Congo, Angola, Namíbia e Zimbabwe de um lado e rebeldes apoiados por Uganda e Ruanda do outro. Agora, **em 2008**, **uma vez mais, se adivinha o envolvimento de Ruanda – que vê no Leste do Congo uma área natural de influência,** beneficiando-se da fraqueza das tropas do governo de Kinshasa, uma capital demasiado longe.

1997 – Abandonado pelos seus protetores dos Estados Unidos depois do fim da Guerra Fria, Mobutu assiste impotente ao sucesso de uma rebelião armada lançada a partir do leste do país. Com o ditador fora do país para receber tratamento médico, o líder rebelde Laurent-Désiré Kabila, apoiado por Ruanda e por Uganda, conquista Kinshasa. O país passa a chamar-se República Democrática do Congo.

1998 – Ruanda e Uganda se voltam contra Kabila e apoiam nova rebelião armada. Angola, Zimbabwe e Namíbia enviam tropas em apoio do Governo da RDC.

2001 – Laurent Kabila é assassinado. O novo Presidente é o seu filho Joseph Kabila.

2003 – Depois de vários acordos de paz, há a criação de um Governo Interino de União Nacional, do qual participam os movimentos rebeldes.

2006 – Primeiras eleições livres da história do país. No segundo turno das eleições presidenciais, Joseph Kabila derrota Jean-Pierre Bemba. Os votos do vencedor vêm,

sobretudo, da metade oriental do país, que o considera um dos seus. O resultado das eleições é contestado sob acusações de fraudes. Observadores internacionais consideram o resultado legítimo.

2008 – Nova rebelião lançada no Leste do Congo. Movimento rebelde tutsi, com ligação aos vizinhos Uganda e Ruanda, acusa as tropas governamentais de ignorarem as atividades das milícias hutus. Principais etnias de Ruanda, mas com presença também no Congo, tutsis e hutus ruandeses têm uma rivalidade que ficou dramaticamente mostrada em 1994, quando mais de meio milhão de tutsis foram massacrados pela maioria hutu. Ruanda é governada até os dias de hoje por Paul Kagame - o tutsi que derrubou o regime hutu após o genocídio.

III

Guerra e *coltán*: fim à vista para uma tragédia na República Democrática do Congo? [80]

"(...) No Leste da República Democrática do Congo, confrontos militares, sob vários nomes (1.ª guerra do Congo, 2.ª guerra do Congo, conflito do Ituri, rebelião no Kivu Norte), flagelam a área desde 1996. Estas guerras são alimentadas por motivos "étnicos" que remontam à época colonial (como também nos vizinhos Burundi e Ruanda). De fato, em todos estes territórios, desde finais do século XIX, as autoridades coloniais alemãs e belgas dividiram a população em categorias (superiores favorecidos de um lado e inferiores desfavorecidos do outro) mais facilmente governáveis, deixando assim um rastilho capaz de fazer rebentar guerras contínuas, após a descolonização. Foi efetivamente isso que aconteceu, tanto nos genocídios do Burundi (1972) e de Ruanda (1994 - *hutu* desfavorecidos e *tutsi* favorecidos), quanto nos conflitos da RDC (a guerra no Ituri envolve, é certo, não os *hutu* contra os *tutsi*, mas os *lema* contra os *hema*; o raciocínio, no entanto, é similar, pois também aqui a oposição entre estas duas últimas etnias advém, em grande parte, dos interesses administrativos belgas durante a época colonial, que favoreciam sistematicamente o segundo "grupo étnico" em detrimento do primeiro)".

[80] CENTRO DE ESTUDOS Africanos da Universidade do Porto. **Guerra e *coltán*: fim à vista para uma tragédia na República Democrática do Congo?** Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=g&n=103>. Acesso em: 01 fev. 2008.

As guerras e atividade mineira estão entrelaçadas.

"O financiamento de tais guerras e os interesses que as mantêm provêm de extrações mineiras ilegais de cassiterita, diamantes e ***"coltán"*** (abreviatura coloquial de **"columbita-talantita"**). Este último minério, de onde se extrai o tântalo, indispensável para a fabricação de celulares (estando também presente em outros produtos eletrônicos, como computadores portáteis, jogos de *videogame* e leitores de DVD), tem cerca de 80% das suas reservas mundiais conhecidas situadas na RDC - as quais atraem muitos interesses comerciais e estratégicos (internos ou externos). O estado de guerra caracterizado por uma sucessão de conflitos desde 1996 prossegue no leste da RDC, mantido em prol dos comandos militares e senhores da guerra e de todos os que se beneficiam do comércio ilegal de ***coltán*.**

IV

Chaves para entender o que está acontecendo na República Democrática do Congo[81]

José García Botía (Membro do Comitê de Solidariedade com a África Negra – Umoya)

"(…) Nós, que acompanhamos alguns conflitos internacionais durante anos, encontramos algumas chaves para entender o que neles ocorre – que não se pode conseguir facilmente.

Durante os anos de 1998-2003, a situação de conflito no leste do Congo era muito pior do que agora. Assim, o medo da população é que se repitam os acontecimentos daqueles cinco anos em que morreram aproximadamente quatro milhões de congoleses (os números que agora são divulgados falam de cinco milhões de mortos de 1998 até os dias atuais).

O surpreendente é que durante esses anos em que Ruanda, Uganda e Burundi invadiram o Congo, com momentos em que os números eram de milhões de mortos por ano, esta guerra permaneceu totalmente ignorada pelos meios de comunicação.

Por que foi ignorada pelas grandes agências de informação, que ao final é quem dita qual notícia internacional é importante e qual não é, não se sabe. Agora surge a pergunta: por que estas câmeras estão mostrando o que acontece?

---

[81] Livre tradução do artigo. BOTÍA, José García. ***Algunas claves para entender lo que está pasando en la R. D. del Congo.*** Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=75147>. Acesso em: 30 out. 2008.

(…) Neste momento parece lógico pensar que estas imagens de pessoas em massa são mostradas para justificar um aumento dos capacetes azuis (MONUC) ou a intervenção rápida da Europa, que possivelmente será liderada por um país de forma clara (França, Bélgica?). Pessoalmente, creio que a intenção de fazer com que agora a situação humanitária do leste do Congo se torne notícia se deve a algum motivo oculto que não se permite vir a público (…).

(…) Para seguir entendendo o conflito, há que se saber que o Congo é um dos países mais ricos do planeta em recursos naturais, principalmente minérios (…).

Outro aspecto a se levar em conta é que a China estava até então fora desse jogo. A China necessita de quantidades imensas de matérias-primas para manter sua escala de produção, e o Congo oferece enormes quantidades destas matérias-primas a preços muito interessantes. O governo congolês está em uma situação de debilidade extrema: não tem dinheiro e a comunidade internacional quer mantê-lo fraco para que não mude as regras do jogo.

O governo congolês está disposto a oferecer à China o que for preciso para obter sua ajuda, e aqui começam os problemas. Congo e China já firmaram há alguns meses um contrato de concessão de cobre. Em troca, a China construiria dois aeroportos, hospitais, escolas, rodovias (…). Um acordo de vários milhões de dólares (…). Deve-se ter em conta que, por causa da fragilidade econômica do governo congolês, este não é capaz de defender seu território nem suas propriedades, e atualmente as multinacionais europeias e americanas estão pagando ao Congo algo em torno de 5 a 12% das riquezas que declaram retirar do país (ao que se deve somar o que retiram clandestinamente, pois o governo não tem capacidade de controle). Os chineses oferecem em torno de 30% do que retiram e isto tem causado temor (…)".

Complementos

Para uma visão mais objetiva da situação socioeconômica da República Democrática do Congo em tempos recentes (e para complementar o quadro político que se tentou delinear neste Capítulo do trabalho), constam nos anexos [82] alguns indicadores econômicos e sociais do país nos últimos anos (dados estatísticos obtidos em consultas a fontes diversas), além de dados divulgados pelo ACNUR sobre deslocados internos e refugiados [83]. Acredita-se que um maior conhecimento das condições estruturais do país de origem dos refugiados seja importante para a compreensão da **e**migração compulsória, bem como da situação do refúgio em suas dinâmicas próprias.

Dentre as centenas de milhares de congoleses que se tornaram refugiados (ou que seguem a buscar o refúgio em diversos países, num contexto mundial contemporâneo em que se restringem as possibilidades de entrada para solicitantes de asilo) estão aqueles que vieram e continuam a vir para o Brasil. Em busca de proteção por motivo de perseguição política e/ou para fugir das guerras, conflitos armados e outras violências a que foram submetidos – como será visto a seguir –, procuram também condições mais dignas de vida do que aquelas que enfrentaram em seu país de origem.

Em consonância com as bases teórico–metodológicas desse trabalho, a aquisição de algum conhecimento sobre a história política recente da RDC e as condições estruturais do país contribuiu para que se pudesse avançar em direção ao objetivo central desta pesquisa – qual seja – a construção de uma análise crítica e propositiva das dinâmicas de integração social local dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro.

---

[82] Ver ANEXO J – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, p. 81.
[83] Ver dados em tabelas, gráfico e mapa em ANEXO F – Capítulo 3 (3.1), Vol II, p. 69.

MAPAS

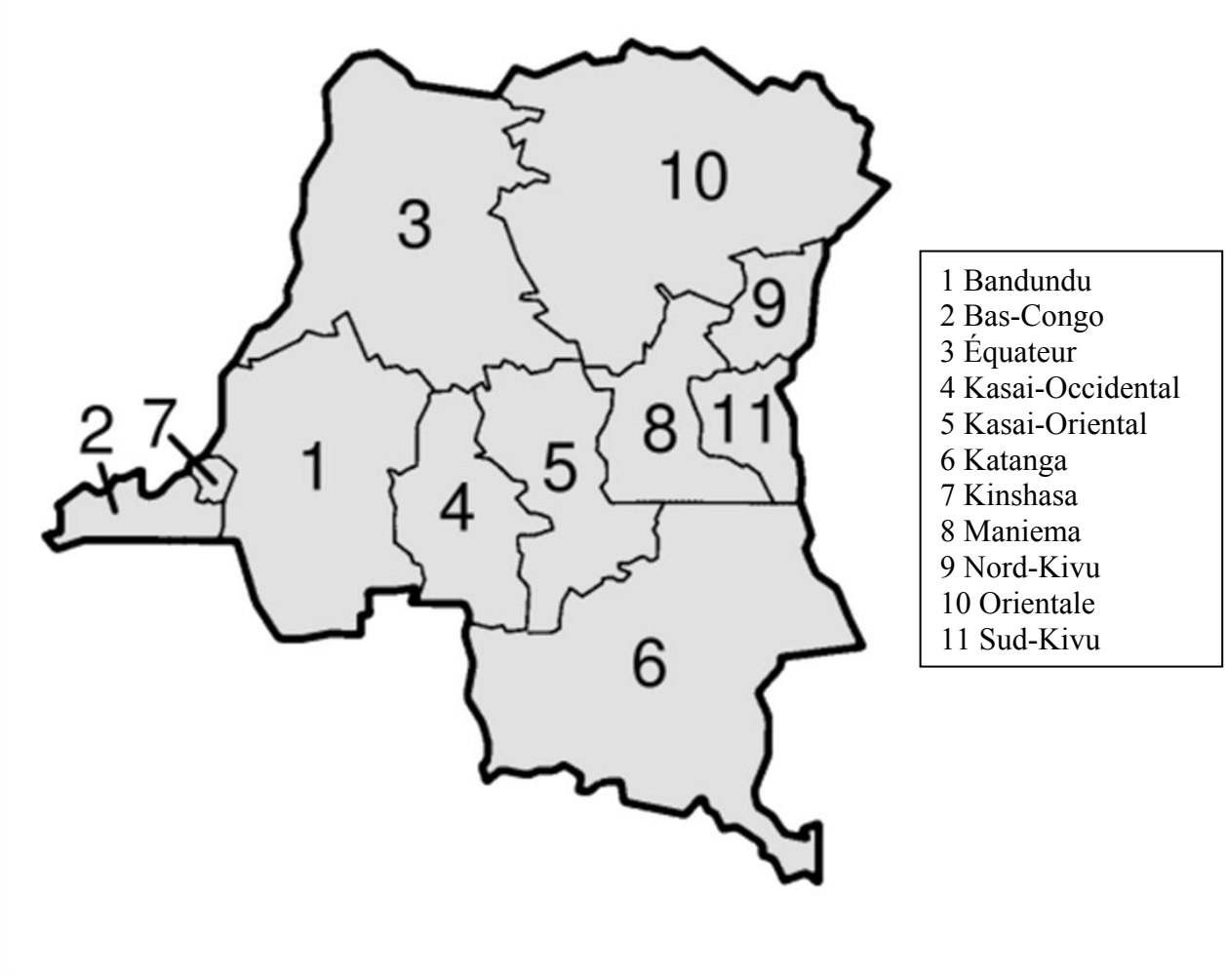
Segue um conjunto de mapas referentes ao Capítulo 3 (3.1). Ao longo do trabalho, são indicados da seguinte forma: **MAPA (número) – CAPÍTULO 3 (3.1),** em uma sequência de páginas em algarismos romanos (I a VII).

MAPA 1A – CAPÍTULO 3 (3.1)

ALTO COMISSARIADO das Nações Unidas Para Os Refugiados. **Democratic Republic of the Congo.** 2009.

MAPA 1B – CAPÍTULO 3 (3.1)

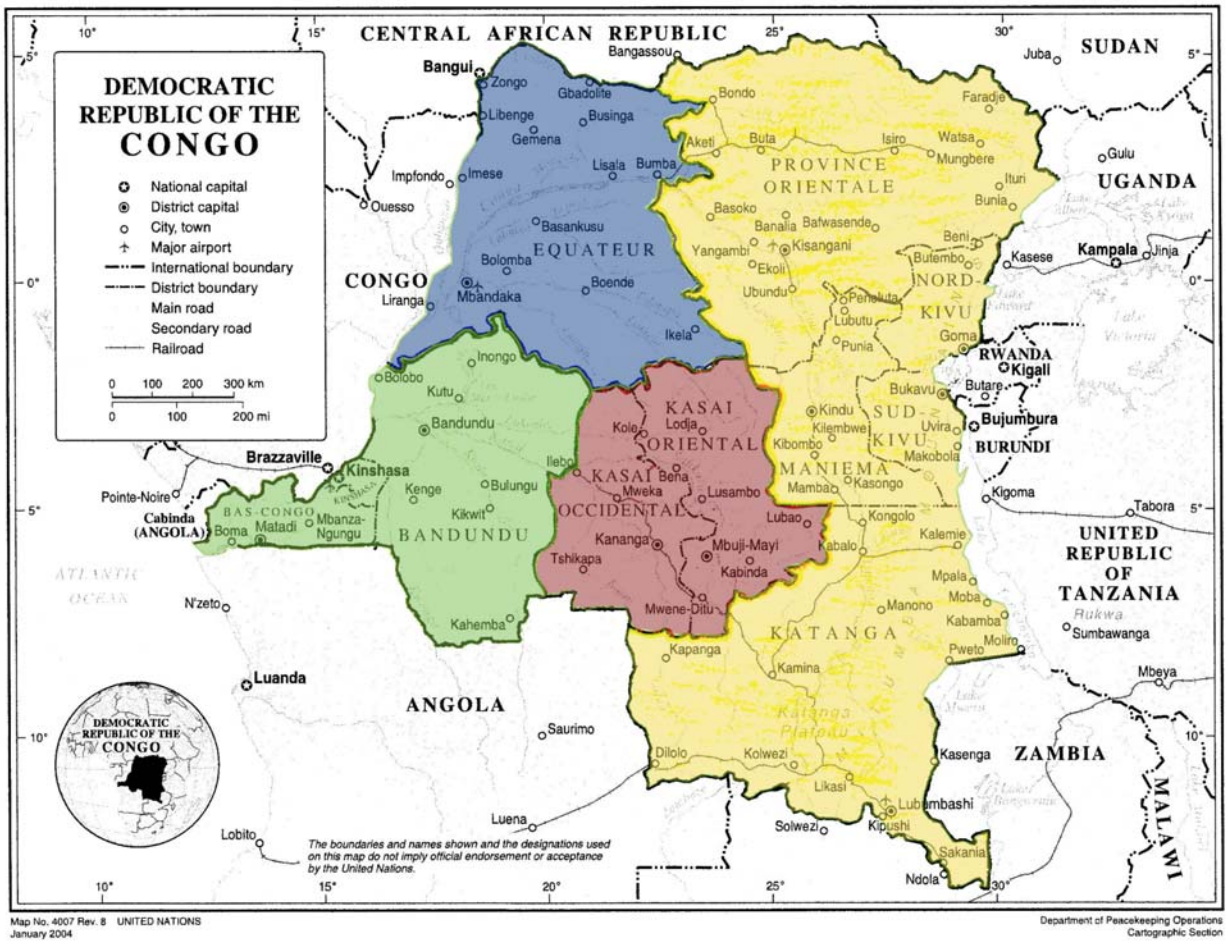
Conforme definido na Constituição promulgada em 2006, esta divisão territorial deveria vigorar somente até fevereiro de 2009, quando o país seria dividido em 26 províncias.



Fonte: WIKIPEDIA. **Ficheiro: República Democrática do Congo – Antiga e Nova Divisão.** Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/República_Democrática_do_Congo-Antiga_e_Nova_Divisão.PNG>. Acesso em: 06 mai. 2008

MAPA 2 – CAPÍTULO 3 (3.1)

PRINCIPAIS GRUPOS ETNO-LINGUÍSTICOS COM BASE NA DIVISÃO EM PROVÍNCIAS

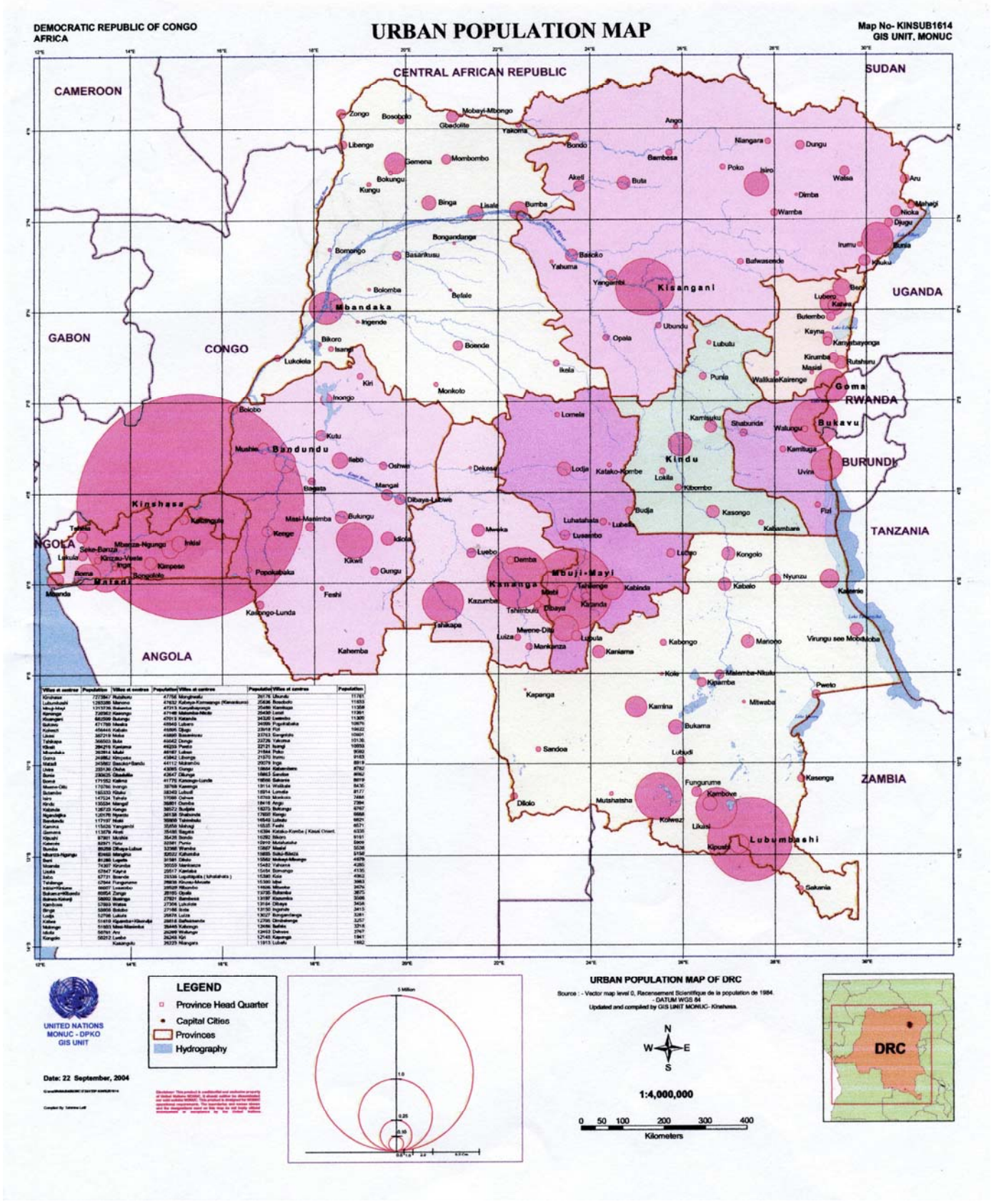


LEGENDA

- Povo Bakongo / Língua Kicongo
- Povo Bangala / Língua Lingala
- Povo Swahili / Língua Swahili
- Povo Luba / Língua Tshiluba

Dados: Mapa Etno-Linguístico do Congo elaborado pela pesquisadora com a colaboração de estudantes congoleses da UFRJ.

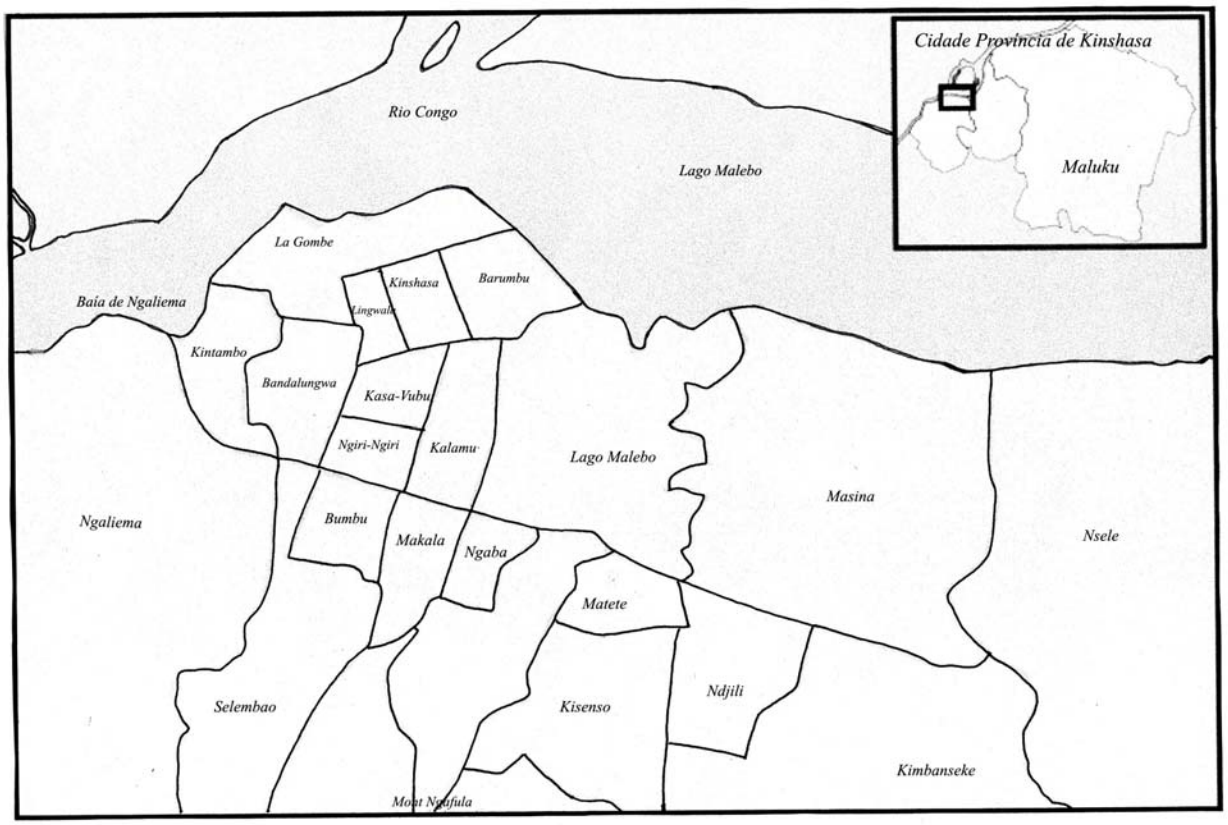
MAPA 3 – CAPÍTULO 3 (3.1)



Fonte: MONUC. Disponível em: http://monuc.unmissions.org/. Acesso em: 14 mai. 2009

MAPA 4 – CAPÍTULO 3 (3.1)

CIDADE-PROVÍNCIA DE KINSHASA (*communes)*

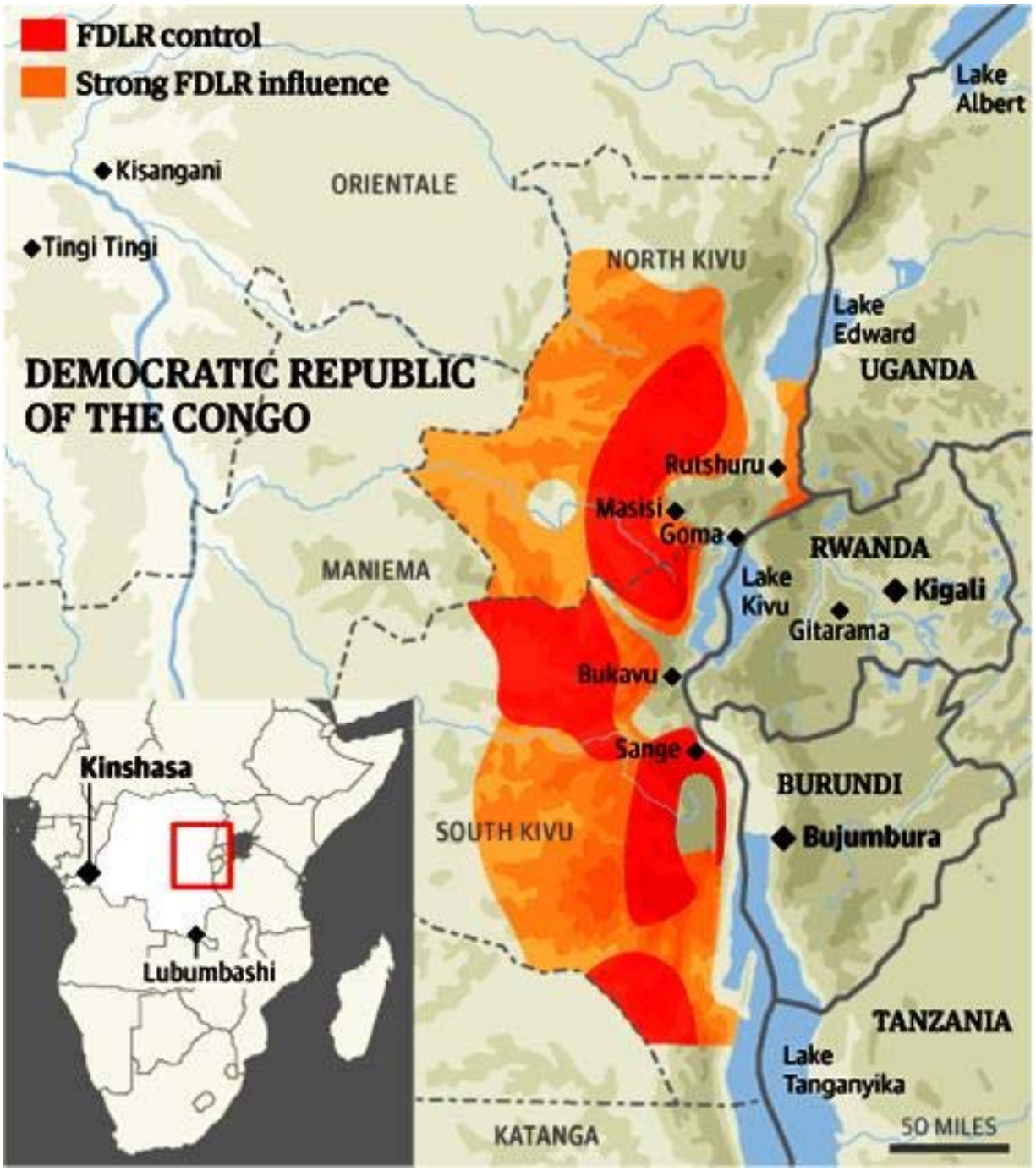


Cidade-província de Kinshasa e suas respectivas áreas e populações em 2004, segundo o Instituto Nacional de Estatística da República Democrática do Congo.

Comuna	Área (km²)	População (2004)	Densidade (hab/km²)
Bandalungwa	6,82	202.341	29.669
Barumbu	4,72	150.319	31.847
Bumbu	5,3	329.234	62.120
La Gombe	29,33	32.373	1.104
Kalamu	6,64	315.342	47.491
Kasa-Vubu	5,05	157.320	31.152
Kimbanseke	237,78	946.372	3.980
Kinshasa	2,87	164.857	57.441
Kintambo	2,72	106.772	39.254
Kisenso	16,6	386.151	23.262
Lemba	23,70	349.838	14.761
Limete	67,6	375.726	5.558
Lingwala	2,88	94.635	32.859
Makala	5,6	253.844	45.329
Maluku	7.948,8	179.648	23
Masina	69,93	485.167	6.938
Matete	4,88	268.781	55.078
Mont Ngafula	358,92	261.004	727
Ndjili	11,4	442.138	38.784
Ngaba	4,0	180.650	45.163
Ngaliema	224,3	683.135	3.046
Ngiri-Ngiri	3,4	174.843	51.424
Nsele	898,79	140.929	157
Selembao	23,18	335.581	14.477
Cidade-Província de Kinshasa	**9.965,21**	**7.017.000**	**704**

Dados e mapa elaborados pela pesquisadora tendo como base imagem obtida na Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/kinshasa>. Acesso em: 24 jul. 2009.

MAPA 5 – CAPÍTULO 3 (3.1)



Fonte: MCGreal, Chris. "*The roots of war in eastern Congo*". ***The Guardian***. *16 May 2008*. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2008/may/16/congo>. Acesso em: 18 May 2008.

3.2 CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL DOS REFUGIADOS CONGOLESES NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO. IDENTIFICAÇÃO DE ESPECIFICIDADES DE ALGUNS SUBGRUPOS ATRAVÉS DA PESQUISA EMPÍRICA

Conforme anunciado no início deste Capítulo, será apresentado a seguir um perfil geral dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro. Procurou-se incorporar de forma integrada os seguintes pontos:

- Participação dos congoleses no conjunto total dos refugiados no Rio de Janeiro em progressão temporal (1993-2009) com base nas estatísticas oficiais.
- Composição do "perfil oficial" dos solicitantes de refúgio congoleses no Rio de Janeiro em tempo recente, considerados os seguintes dados disponibilizados pela Cáritas – RJ: migração familiar e migração individual; composição por gênero; composição por faixa etária; justificativas para a fuga do país de origem; composição dos resultados dos pareceres (deferimento/indeferimento).
- Identificação de três fases do processo de imigração e refúgio dos congoleses no Rio de Janeiro: "a década de noventa"; o período de 2003 a 2007; o período mais recente (2008 e 2009). Foram pesquisados os principais motivos que determinaram a **e**migração forçada e a busca de refúgio, as áreas de origem (províncias da RDC) mais significativas, a diversidade das condições de chegada e da solicitação do *status* de refugiado.
- Distribuição espacial das áreas de concentração de moradia na área metropolitana do Rio de Janeiro e sua dinâmica ao longo do tempo.
- Qualificação do grupo a partir da pesquisa de outros elementos significativos: níveis de escolaridade, situação ocupacional / principais atividades laborais, diversidade étnica.
- Diversidades presentes no conjunto dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro: identificação de especificidades de alguns subgrupos através da pesquisa empírica.
- Seleção de alguns aspectos da composição e funcionamento da rede social de recursos relacionais à qual se integram os refugiados congoleses (indivíduos e grupos): novos elementos para a qualificação do perfil.

A construção deste perfil baseou-se, numa primeira instância, em dados estatísticos produzidos pela Cáritas – RJ e disponibilizados para esta pesquisa em três momentos.

O primeiro conjunto de dados foi disponibilizado em julho de 2007. Refere-se às solicitações de refúgio no Rio de Janeiro desde 1993, quando se registra pela primeira vez no Brasil um número significativo de solicitantes provenientes do então Congo-Zaire. Tais dados permitiram inferir a participação dos refugiados congoleses na composição do conjunto dos refugiados registrados na referida instituição, desde o início dos anos noventa até julho de 2007.

Infelizmente, neste primeiro conjunto, os dados disponibilizados pela instituição para uma análise da evolução da presença de refugiados congoleses no Rio de Janeiro restringiram-se ao número de solicitantes por ano, sem especificações quanto aos números absolutos de refugiados/ano – leia-se pedidos de refúgio deferidos [1]. Ainda assim, foi possível esboçar uma interpretação da evolução da vinda de congoleses para o Rio de Janeiro, através do cruzamento destes dados sobre as solicitações registradas na Cáritas – RJ com os dados divulgados pelo CONARE sobre os países de origem dos refugiados no Brasil desde 2002 [2].

No Capítulo 2 foram apresentados, com algumas observações gerais, dados do CONARE e da Cáritas – RJ, que permitiram verificar o crescimento da presença de refugiados congoleses no Brasil e no Rio de Janeiro [3]. No presente Capítulo, atualizam-se os dados do CONARE com os números divulgados em junho de 2009 no *site* do Comitê e/ou em declarações de seus representantes e do ACNUR Brasil em matérias jornalísticas, por ocasião do Dia Mundial do Refugiado. Destaca-se, ainda, a evolução dos dados de solicitação de refúgio no Brasil por pessoas provenientes da RDC divulgados pelo CONARE para o período 2005-2008, e se atualizam os dados sobre a participação dos refugiados congoleses

[1] Ver os referidos dados no Capítulo 2, página 100.

[2] Ver no Capítulo 2 (página 110) os dados que foram disponibilizados pelo CONARE, referentes ao final de 2008. Informa-se que desde 2003 foram enviadas várias solicitações de dados mais específicos ao Comitê. Foram obtidas algumas respostas parciais, de acordo com as possibilidades explicadas através de e-mails pelos interlocutores do CONARE. Buscou-se, desta forma, complementar e aprimorar as informações a serem apresentadas neste trabalho. Os dados disponibilizados diretamente pelo CONARE foram apresentados na íntegra no Capítulo 2 e cruzados com dados obtidos em diversas outras fontes que citavam os relatórios do comitê como base das informações. Ressalta-se que, talvez, não houvesse um acúmulo de experiência suficiente e/ou contatos mais diretos por parte da pesquisadora junto aos órgãos competentes para ter acesso a dados mais detalhados e qualitativos. É sabido, entretanto, que o caráter confidencial das informações sobre refugiados – pela natureza da condição jurídica dos sujeitos – requer grande cuidado dos órgãos responsáveis pelos refugiados no que tange ao fornecimento de dados.

[3] Ver as páginas 101 a 107, Capítulo 2, item 2.2.

divulgados ao longo de 2009, tanto para o total de refugiados no Brasil quanto no Rio de Janeiro [4].

O segundo conjunto de dados solicitados à Cáritas – RJ pela pesquisadora foi disponibilizado em formato impresso no mês de abril de 2009, por ocasião de uma segunda etapa de investigação empírica, ao longo de duas semanas, na sede da organização. O referido material buscou atender às solicitações específicas feitas à instituição para este item do trabalho – cujo objetivo é delinear um perfil atual dos refugiados congoleses que vivem no Rio de Janeiro. Os dados e informações deste segundo conjunto correspondem ao ano de 2008[5]. Referem-se exclusivamente ao Rio de Janeiro e aos casos de solicitantes por elegibilidade, com a especificação dos seguintes indicadores, conforme a denominação utilizada pela instituição: país de origem, composição por gênero, pareceres favoráveis e desfavoráveis à concessão do refúgio, justificativas apresentadas pelos solicitantes para a fuga do país de procedência, tipos de justificativa que constam nos pareceres elaborados pela Cáritas – RJ e encaminhados ao CONARE.

Algumas informações complementares sobre o grupo de congoleses foram conseguidas a partir de perguntas enviadas por escrito através de e-mails e/ou formuladas diretamente à coordenadora e a alguns membros da equipe do Programa de Assistência aos Refugiados (Cáritas – RJ / Convênio ACNUR) em diversos contatos diretos na sede da instituição.

Em setembro de 2009 foi enviada à coordenação do programa uma nova solicitação de complementação de dados sobre a evolução do número de refugiados congoleses no Rio de Janeiro. Os dados então obtidos foram cruzados com os dados pesquisados na versão *on line* da Base de dados do ACNUR sobre Populações, o que permitiu a elaboração do quadro da página 187. Todos estes dados institucionais foram tomados como ponto de partida – posto que legitimados por fontes oficiais – para embasar a construção do perfil.

---

[4] Ver ANEXO A – Capítulo 3 (3.2), Vol II, p. 91.

[5] Ver em ANEXO B – Capítulo 3 (3.2), Vol II, p. 93 a organização desses dados e informações, de acordo com os interesses e objetivos da pesquisa. O documento fornecido (somente em formato impresso) pela Coordenadora do Convênio ACNUR / Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro denomina-se *"Análise dos casos entrevistados em 2008 para parecer de elegibilidade – levantamento dos dados e informações em resposta à solicitação da pesquisadora"*. É assinado por Fabrício Toledo de Souza, advogado da Cáritas - RJ e datado em 16 de fevereiro de 2009. Apesar de todo o esforço da pesquisadora, bem como da instituição citada, em colaborar com o presente trabalho de pesquisa, inexistem, segundo informação da Cáritas, dados da mesma natureza e grau de qualificação já tabulados para o período dos anos 1990 e de 2003 a 2009 – o que havia sido solicitado com vistas a uma análise mais consistente da evolução do perfil almejado. A cópia do documento original está disponível nos ANEXOS GERAIS, ANEXO A, Vol II, páginas 219 a 226.

Para além do que informam os dados estatísticos oficiais, a construção do perfil baseou-se, ainda, na pesquisa (apresentada no item 3.1) realizada sobre o contexto político, as guerras, os conflitos armados e as perseguições políticas na RDC, com o objetivo de interpretar as informações estatísticas sobre os "motivos da fuga do Congo", as "justificativas apresentadas pelos solicitantes", os "resultados dos pareceres", assim como para fazer possíveis inferências sobre as áreas de origem (cidades e/ou províncias da RDC) dos solicitantes e dos refugiados.

Outras informações, considerações e números referentes ao grupo pesquisado tiveram como fontes algumas matérias jornalísticas divulgadas sobre o trabalho da Cáritas com os refugiados no Rio de Janeiro, quando tais matérias enfocavam o grupo dos congoleses e/ou incluíam depoimentos pessoais de alguns deles, da coordenadora do Programa de Assistência aos Refugiados ou de profissionais (advogados, assistentes sociais e outros) que trabalham no programa. Ressalta-se que foram selecionadas somente aquelas matérias que citavam como fonte a própria instituição e/ou continham declarações atribuídas aos integrantes da equipe do programa.

É preciso destacar, dentre as fontes primárias, as entrevistas abertas e conversas com os refugiados que versaram sobre o contexto da fuga do Congo (RDC), sobre as condições da emigração forçada, as etapas do refúgio e a vivência como refugiado – tanto na forma de relatos pessoais da migração como, em alguns casos, abordando características e questões mais específicas dos refugiados congoleses referentes à "integração local" no Rio de Janeiro.

Alguns congoleses assumiram ao longo da pesquisa a função de "informantes privilegiados", fornecendo importantes esclarecimentos e progressivas complementações sobre diversas questões como, por exemplo, a distribuição espacial das áreas de concentração de moradia e a história de sua evolução ao longo do tempo (relatada e mapeada com detalhes pelos refugiados mais antigos) no espaço da metrópole do Rio de Janeiro. Outros elementos para um perfil mais abrangente do grupo foram pesquisados por meio destes procedimentos, tais como diversidade étnica, escolaridade e principais atividades ocupacionais [6].

Cabe ressaltar que as entrevistas individuais e em pequenos grupos (semidirigidas ou abertas), realizadas na primeira fase da pesquisa de campo com "solicitantes de refúgio" e refugiados congoleses de chegada recente, puderam ser progressivamente mais bem

[6] Trechos das falas dos refugiados e outras informações que constam nestas fontes foram utilizados ao longo de diversos Capítulos da tese, de acordo com o assunto ou questão em foco. As entrevistas e relatos de alguns encontros, conversas e visitas realizadas no trabalho de campo que não constam na íntegra no corpo do texto e/ou nos anexos dos Capítulos estão disponíveis para consulta no final do trabalho em ANEXOS GERAIS.

aproveitadas e ganharam novos significados com a participação ativa de "informantes privilegiados" e outros congoleses que colaboraram na investigação empírica.

Foram incorporadas, ainda, informações e observações específicas sobre os refugiados congoleses selecionadas do conteúdo de conversas, entrevistas e encontros realizados com profissionais do Serviço Social e do Serviço de Pediatria do Hospital dos Servidores do Estado (HSE). Alguns dados preliminares do **Projeto Ambulatório Sem Fronteiras** do Serviço de Pediatria do HSE [7] foram obtidos por meio de acesso a uma parte significativa das "Fichas de registro do Serviço Social" e ao item "Identificação", que faz parte das "Fichas para coleta de dados clínicos e epidemiológicos" das crianças e adolescentes filhos de refugiados congoleses – atendidos na fase "piloto" do referido projeto [8].

Entrevistas em profundidade com a chefe do Serviço Social e com o chefe do Serviço de Pediatria do HSE [9], bem como a participação da pesquisadora em encontros do grupo multiprofissional (composto de pediatras, assistentes sociais e psicólogas) do projeto acima citado e a colaboração na elaboração do projeto e sua execução na fase inicial, contribuíram para uma interpretação qualitativa das informações – em muito favorecida pelas considerações e observações apresentadas e discutidas nas dinâmicas de trabalho do grupo.

Por fim, é necessário destacar que a formulação de um perfil mais qualitativo do grupo incorporou os resultados da observação participativa e da pesquisa com ações de intervenção no universo estudado, realizada ao longo de quase quatro anos de pesquisa de campo, conforme a metodologia apresentada na PARTE I. INTRODUÇÃO.

Importa esclarecer que a construção de um perfil geral do grupo, ainda que limitado em seu viés mais qualitativo, não implicou ignorar as diferenças internas no conjunto maior de refugiados congoleses. Assim, na parte final do Capítulo, as diversidades estão sintetizadas na identificação (que se reconhece ser sempre simplificadora e provisória) de especificidades de alguns subgrupos.

A tarefa de identificar estas especificidades pareceu necessária não somente para destacar a diversidade interna ao grupo, incorporando elementos estruturais e elementos

[7] De agora em diante referido como **Projeto ASF**. Ver no Capítulo 2, página 118**,** a informação referente à designação do HSE pelo Ministério da Saúde como o primeiro hospital de referência para atendimento de saúde aos refugiados no Brasil.

[8] Mais informações e observações referentes ao Projeto ASF e ao atendimento aos refugiados em geral no hospital de referência, integram a PARTE III da pesquisa de tese, ao se tratar da "assistência e atendimento na área de saúde" no estudo das ações institucionais e políticas públicas que embasa parte das análises sobre a "integração local".

[9] A íntegra da entrevista com o chefe do setor de Pediatria do HSE referente ao Projeto ASF compõe as CONSIDERAÇÕES FINAIS.

simbólicos, indicadores objetivos e subjetividades, coletivo e indivíduos, mas também para facilitar o avanço da pesquisa no sentido de uma análise crítica das "dinâmicas de integração local" – levantamento de questões presentes e formulação de proposições. Neste sentido, a construção do perfil não poderia deixar de integrar alguns mecanismos através dos quais se estrutura e se movimenta a rede social de recursos relacionais acionados de forma seletiva e diferenciada pelos sujeitos refugiados, os subgrupos identificados no conjunto estudado e outros sujeitos e instituições – consideradas as diversas escalas em que a rede atua.

*****

A crescente participação de solicitantes e refugiados provenientes da RDC a partir de 2003 (tanto no total dos refugiados no Brasil quanto de forma mais significativa no conjunto de refugiados registrados no Rio de Janeiro) já foi indicada, em linhas gerais, no Capítulo 2. Para melhor interpretar os dados e avançar nas observações anteriores, a tabela a seguir expressa esta característica e sintetiza dados do ACNUR que destacam a participação dos principais países de origem dos refugiados no Brasil no período 2000-2009.

Refugiados residindo no Brasil – período 2002 a 2009

ANO	2000	2001	2002	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Angola	1579	1704	1908	1952	2005	1751	1674	1669	1666	1683
Colômbia	15	26	63	88	132	360	415	498	529	597
RDCongo	182	183	174	196	185	207	268	292	353	383

Fonte: WORLD HEALTH Organization. **Global Health Atlas**.
Disponível em: <http://apps.who.int/globalatlas/dataQuery/reportData.asp?rptType=1>. Acesso em: 17 out. 2010. Tradução e grifos nossos.

Algumas informações do CONARE complementam a observação sobre um maior crescimento dos congoleses no conjunto dos refugiados no Brasil em 2008 e 2009.

Os números do CONARE divulgados em junho de 2009 por ocasião do Dia Mundial do Refugiado indicam que o acréscimo de refugiados vindos da RDC foi o maior em números

absolutos (o total de 301 pessoas em 2008 aumentou para 356 em junho de 2009 [10]); o percentual de congoleses no total de refugiados no Brasil passou de 7,7% em 2008 para 8,9% em 2009 [11].

Relembra-se aqui (conforme os fragmentos selecionados da entrevista do presidente do CONARE reproduzidos no Capítulo 2 [12]) que o número de pedidos para refúgio feitos por solicitantes vindos da República Democrática do Congo durante o primeiro semestre de 2008 havia superado as demandas dos colombianos. O CONARE recebera 71 pedidos de pessoas vindas da RDC que alegaram fundado temor de perseguição, contra 28 pedidos de colombianos. O índice de reconhecimento para solicitantes da RDC no Brasil também foi o maior no período. Até meados de 2009 [13] estes indicadores apresentaram a mesma tendência.

Observando-se a evolução destas solicitações nos dados do CONARE para o período 2005-2008 [14] nota-se uma tendência geral de crescimento de pedidos de congoleses – cujo ritmo se acelera em 2008.

Este movimento crescente nas solicitações de refúgio aqui no Brasil parece refletir – conforme visto no primeiro item deste Capítulo – o conturbado contexto das eleições presidenciais de 2006, a contestação dos resultados pelos opositores de Joseph Kabila, os embates e conflitos ocorridos logo após as eleições entre os partidários de J. Kabila e de Jean-Pierre Bemba, além do aumento das perseguições e prisões de colaboradores do candidato derrotado, mesmo após a sua "saída" da RDC em abril de 2007. Para além deste contexto, ondas de ataques violentos ocorrem na província do *Bas-Congo* desde 2007, envolvendo a Polícia Nacional do Congo, tropas do governo e os integrantes do movimento político-

[10] No mês de agosto de 2009 divulgaram-se novos números: "(...) Segundo o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão do Ministério da Justiça, **364 congoleses vivem hoje no Brasil como refugiados** (...)". Grifos nossos. Fonte: GRELLET, Fábio. "Um pedaço do Congo no Rio". **Folha de São Paulo.** Cotidiano, 02 ago. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0208200916.htm>. Acesso em 02 ago. 2009.

[11] Para efeito de comparação, o percentual de colombianos permaneceu praticamente estável – 13,5% em 2008 e 13,4% em 2009 – embora seja o segundo maior grupo em números absolutos no conjunto total. "**Dados do Ministério da Justiça, atualizados em 15 de setembro de 2009**, mostram que o país tem 4.183 refugiados, de 76 nacionalidades. Desse total, vêm de Angola o maior número: 1.688. **Colômbia, com 568 refugiados, e República Democrática do Congo, com 374, aparecem na segunda e terceira colocação"**. Grifos nossos. Fonte: BONIN, Robson. "Em quatro meses, 25,6 mil estrangeiros já regularizaram situação no país, diz PF". **G1**. 04 nov. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1366482-5601,00-EM+QUATRO+MESES+MIL+ESTRANGEIROS+JA+REGULARIZARAM+SITUACAO+NO+PAIS+DIZ+PF.html>. Acesso em: 05 nov. 2009.

[12] Ver recortes da entrevista na página 125 do Capítulo 2;

[13] Período mais recente para o qual foi possível contar com um conjunto de indicadores de fontes fidedignas.

[14] Ver os quadros I e II do ANEXO A – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, p.91.

religioso *Bundu Dia Kongo* [15], intensificando-se no ano seguinte – a partir de quando também recrudescem os conflitos na região do Kivu (2008 e 2009 [16]).

Declarações do representante do ACNUR no Brasil, somadas a informações obtidas diretamente na Cáritas – RJ e aos depoimentos de refugiados publicados em matérias de jornais e outras fontes escritas (além do conteúdo das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo), apontam a **província-capital Kinshasa**, **a região dos Kivu Norte e Sul e a província do *Bas-Congo*** como as áreas de origem (embora nem sempre as de nascimento) da maior parte dos congoleses chegados ao Rio de Janeiro em 2007, 2008 e 2009.

Seguem **trechos selecionados** (apresentados em forma de relato) de três entrevistas realizadas em 2008 que ilustram casos em que a emigração forçada da RDC se deu em função das situações de conflito destacadas nos parágrafos anteriores. Em anexo [17], encontra-se a íntegra de outra entrevista que exemplifica a diversidade e as particularidades das situações de emigração compulsória da RDC, através da narrativa de todo o processo da emigração de uma jovem congolesa a partir da região em guerra no nordeste do país. A entrevistada em questão relata motivos peculiares de sua vinda para o Brasil. Contudo, a forma de chegada desta jovem, as etapas para a solicitação do refúgio e as dificuldades vivenciadas nos primeiros meses no Brasil expressam características mais gerais entre os refugiados congoleses – incluindo as formas como funciona e se movimenta a rede social de recursos relacionais no caso dos recém-chegados [18].

[15] Na mesma entrevista do presidente do CONARE em junho de 2008, acima referida, foi destacado: **"(...) O argumento apresentado pelos congoleses são os conflitos travados entre e o governo e as diferentes milícias, que estão ocorrendo na região de Kivu, no Nordeste e em Bas-Congo, no Sul da RDC."** Grifos nossos. No Capítulo 3 (3.1) páginas 161 a 167 e no ANEXO H – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, página 76, tratou-se dos conflitos no *Bas-Congo* em 2007 e 2008, envolvendo o movimento *Bundu Dia Kongo*.

[16] Ver no início do Capítulo 3 (3.1) as investidas de Laurent Nkunda e a nova aliança Congo (RDC) – Ruanda. Ao final do texto 3.1, ver mais considerações sobre a situação política da RDC em *"Flashes"... Ou pontos básicos para uma melhor leitura do Capítulo"*.

[17] No ANEXO E – Capítulo 3 (3.2), Vol. II. página 100, ver entrevista, relato escrito pela refugiada e destaques da busca de apoio, informações e recursos, via contatos acionados através da rede social de relações e conhecimento.

[18] O que será enfocado com mais centralidade e aprofundamento no Capítulo 4.

Entrevistado: G. Data: **05/07/2008** Local: Central do Brasil.

Condições e contexto da entrevista: A entrevista é precedida de uma conversa intermediada por um tradutor congolês. São cumpridas todas as formalidades de praxe para legitimar o uso deste instrumento de pesquisa. Todas as informações são repetidas em francês. Solicito que o entrevistado responda em francês se concorda que eu faça anotações. Ele acha graça e diz que eu posso escrever tudo o que eu quiser; que entende bem a necessidade de se fazer uma pesquisa como essa (já que é um "intelectual" no seu país) e sabe o que eu estou fazendo naquele local. Afirma que gosta muito do tradutor (que o ajudou na sua chegada ao Rio) e que concordou em vir até onde estamos para conceder a entrevista e conversar comigo.

Começamos a entrevista aberta. Com o entrevistado fazendo várias perguntas. Fala sobre assuntos que está com dificuldade de resolver e pede informações de que necessita. Conversamos com a "ajuda participativa" do tradutor.

Relato de trechos e informações selecionados:

G. tem 31 anos, solteiro, pai de dois filhos no Congo, ***chegou ao Brasil em janeiro de 2008*** *trazendo um irmão mais novo com ele. Veio da região de* ***Goma, no leste da RDC – onde nasceu****. G. graduou-se em economia, na área de gestão financeira. Conta que sua família tinha uma empresa própria, onde ele trabalhava. Não recebe notícias da família. A região dele está em situação muito difícil.*

Explica que o líder da oposição está preso e afirma que teve que abandonar o seu país por problemas políticos com o governo. Saiu da RDC para a República do Congo, passou pela África do Sul e de lá veio para o Brasil.

Sobre os problemas que fazem os congoleses terem que abandonar ou fugir do seu país, G. afirma que as "questões tribais" precisam ser superadas: "O problema é a falta de unidade (...). Tanto Mobutu quanto Kabila não conseguiram resolver essas questões (...). Teria que haver negociações mais sérias (...). Os jovens são a esperança. A educação é que vai levá-los a reforçar um movimento de oposição a essas divisões (...). Atualmente, há muitos problemas dos governos provinciais com o governo central. Além disso, há os conflitos armados que envolvem outros interesses, não só de dentro do país – os de Nkunda, por exemplo".

Para G. o presidente Kabila não é um problema menor para o Congo. O tradutor-participante reitera que a região dos Kivu e a região dos diamantes estão sempre com conflitos em que há conivência do governo. G. afirma que a guerra no Congo é financiada pela riqueza que o país possui. "O mineral que hoje financia a guerra (o entrevistado explica que se pronuncia "coltán") interessa para as empresas de telefonia (...). Todas são internacionais (...). Os convênios com as empresas não são oficiais (...). São acordos com os rebeldes e com pessoas físicas poderosas. Financiam a guerra".

G. e o tradutor-participante dão muitas explicações sobre estes acordos, as empresas, etc. Ambos acreditam que se pode provar que há uma relação "tortuosa" (o tradutor assim aconselhou escrever) entre o presidente Kabila e seu "staff" e estas empresas.

Entrevistado: E. Data: **05/07/2008** Local: Central do Brasil

Relato da migração forçada e situação do pedido de refúgio

Trata-se de um livre relato da emigração e da situação referente ao pedido de refúgio do entrevistado. A conversa é com um senhor de 43 anos, casado, pai de quatro filhos. A esposa e os filhos estão no Congo. Todos estão em casas de parentes da esposa. Nota-se que é um senhor muito distinto e educado. Nervoso e emocionado, mostra a foto de sua casa no Congo com toda a família em pose tradicional na varanda. É muito discreto e fala bem baixo. Esperou o local se esvaziar para aproximar-se da pesquisadora, acompanhado pelo intérprete-colaborador da pesquisa.

*Sr. E. conta que teve que sair do Congo em **março de 2007** e foi para Brazzaville. **Refere-se à "saída" do presidente do maior partido da oposição** (pode-se concluir que se trata de Jean-Pierre Bemba) da RDC e da ida para Brazzaville. Sr E teria ido junto, pelo que deixou entender.*

Voltou a Kinshasa em agosto, início de setembro. Relata como foi a viagem feita em um pequeno barco, num domingo, a tempo certo de pegar o avião.

Explica que toda a 'operação' para a sua vinda para o Brasil custou muito caro. "Desde a saída de Brazzaville, tudo foi muito difícil. Eu estava muito visado (...). Não podia mais permanecer em Brazzaville porque estava sendo perseguido também por 'uma cooperação' com o governo do Congo RDC que existe por lá".

*Sr. E. diz que ainda está em "situação indefinida". Está "irregular". **Explica como solicitou o refúgio aqui no Brasil. Não fornece datas. Declara-se bastante revoltado com a negação de seu pedido de refúgio por parte do CONARE. Afirma enfaticamente que há situações dos partidos políticos em Kinshasa que poucos conhecem – por isso o pedido foi negado. No seu caso alegaram falta de provas. Pediram provas judiciais.***

Ao que tudo indica o Sr. E. já entrou com um recurso junto ao CONARE, com várias explicações adicionais, especificando todos os acontecimentos que lhe obrigaram a sair do Congo RDC e depois de Brazzaville. Pelos ditos e pelos não ditos de sua fala, parece estar aguardando "mais provas" a serem enviadas a partir de Brazzaville pelos "outros" que são da oposição a qual ele é ligado. Explica que toda a comunicação que ele faz é muito difícil e sempre através da organização em Brazzaville.

Sr. E. quer saber como pode conseguir orientações sobre o que fazer caso o recurso também seja negado antes das provas chegarem. Pergunta se tenho conhecimento de alguma organização aqui no Brasil que pudesse dar um apoio jurídico a casos como o dele. Explico e indico. Combinamos que o intérprete lhe passará outras informações mais precisas.

Afirma que mesmo na situação em que se encontra tem que insistir e permanecer no Brasil. Não pode voltar ao Congo.

Entrevistado: K. Data: **14/07/2008** Local: Brás de Pina

A entrevista é realizada num domingo, na casa de um casal de congoleses, mediante combinação e autorização prévias. O entrevistado informa que tem 27 anos, é solteiro, congolês, nascido em Kinshasa. Os pais são da província do *Bas-Congo*. Kicongo é a língua materna da família, mas alguns membros também falam Lingala e todos falam Francês. Tem dois irmãos mais velhos; os dois vivem no Congo.

*"Cheguei ao Brasil no início de **junho de 2008**. Sempre morei em Kinshasa, mas já vivi um tempo na África do Sul. Vim para o Brasil saindo da África do Sul, desci em São Paulo e vim para o Rio de Janeiro. No Congo, eu trabalhei para um movimento religioso e político no Bas-Congo. **Aconteceram muitos conflitos em 2008 envolvendo esse grupo (é conhecido como "Bundu Dia Kongo").** Num desses conflitos, eu fui ajudar os feridos e acabei preso. O governo me acusou de estar usando arma de fogo contra os soldados. Todos da minha equipe que estavam ajudando os feridos foram presos. À noite, me tiraram da prisão. Foi o "soba"* (chefe local) *quem mandou. Quando eu voltei para casa, tinha marcas no corpo e meus irmãos foram procurar assistência médica para mim. Eles são mais velhos e decidiram que eu ia viajar correndo e para qualquer lugar. Meu irmão foi tratar um visto para o Brasil. Logo depois que ele chegou com o visto, entraram na minha casa e eu fui preso novamente. Fui para um pavilhão especial e fui torturado durante dois meses. Minha família contatou os chefes do movimento, que enviaram um advogado, e eu fui solto no início de junho. Eu vim embora com os bilhetes que foram comprados pela minha família com a ajuda do movimento do qual eu fazia parte. Vim sozinho. Fui aos poucos procurando ajuda. Um mês depois eu já tinha solicitado na Cáritas o refúgio e recebi os documentos provisórios."*

As entrevistas relatadas demonstram a relação entre os motivos apontados pelos congoleses para a emigração forçada e a intensificação das solicitações de refúgio no Rio de Janeiro, observada nos dados estatísticos.

Ainda a partir da interpretação dos dados estatísticos, **percebe-se que as tendências apontadas para o Brasil como um todo podem ser observadas em maior intensidade no caso do Rio de Janeiro [19].** No que se refere à participação dos congoleses no conjunto de refugiados, os percentuais aumentaram desde junho de 2007, quando 153 congoleses já representavam 8% do total de 1841 refugiados. Em dezembro de 2008, o número de refugiados congoleses já somava 205 pessoas (com mais 65 pedidos ainda aguardando a análise do CONARE). Novos dados recebidos da Cáritas – RJ em outubro de 2009 já

[19] Para facilitar a interpretação dos dados sobre o Rio de Janeiro, reapresentam-se, no ANEXO A – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, item III, página 92, alguns dados do primeiro conjunto de estatísticas obtidos na Cáritas – RJ, destacando-se, agora, somente aqueles referentes às solicitações de refúgio de congoleses no período de 2003 a 2007. Complementa-se a sequência com uma parte do conteúdo do documento "Estatísticas. Cáritas – RJ. Setembro de 2009", recebido em 20 de outubro de 2009. Os dados de 2008, já referidos anteriormente como "Segundo conjunto de dados obtidos na Cáritas – RJ", encontram-se no ANEXO B – Capítulo 3 (3.2), Vol. II página 93.

indicavam 211 refugiados congoleses. Em setembro de 2009 já eram 237 refugiados da RDC[20].

Para uma idéia aproximada da evolução da vinda de congoleses para o Rio de Janeiro em busca de refúgio, foram trabalhados em conjunto (a partir de diferentes fontes), conforme é possível verificar no quadro a seguir, os números de refugiados provenientes da RDC no Brasil em progressão temporal desde 1993 até 2009, os dados das solicitações de refúgio no Rio de Janeiro até 2007 (complementados por dados obtidos posteriormente para os anos de 2008 e 2009) e, finalmente, os números referentes aos refugiados congoleses registrados no Rio de Janeiro nesta mesma sequência temporal.

País de origem: Zaire/ República Democrática do Congo (RDC)
Refugiados e solicitantes de refúgio

ANO	**Brasil – Refugiados** (1)	**RJ – Solicitantes** (2)	**RJ – Refugiados** (3)
1993	136	**118**	76
1994	152	04	122
2002	174	05	101
2003	196	11	**114**
2004	185	14	**124**
2005	207	29	**131**
2006	268	54	**153**
2007	292	59	**168**
2008	**353**	**89**	**211**
2009	**356**	-	**257**

Obs.: (-) ausência de dados.
Fontes: (1) CONARE (vários relatórios e dados divulgados no site do MJ).
WORLD HEALTH Organization. **Global Health Atlas**. Disponível em: <http://apps.who.int/globalatlas/dataQuery/reportData.asp?rptType=1>. Acesso em: 15 out. 2010. Tradução e grifos nossos.
(2) Cáritas – RJ. Estatísticas. 07 / 2007.
(3) Cáritas – RJ. Estatísticas. 12 / 2009.

[20] Número declarado pela Cáritas – RJ. Ver, ainda, nos ANEXOS C e D – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, páginas 96 e 97, sequência de matérias jornalísticas publicadas em 2009 que complementam dados estatísticos e acrescentam outras informações do CONARE e da Cáritas – RJ sobre os congoleses no Brasil e no Rio de Janeiro. As matérias apresentadas causaram estranheza e polêmica no grupo maior de refugiados congoleses pelo fato de citar nomes e sobrenomes dos entrevistados, além dos refugiados terem sido fotografados nas dependências da Cáritas – RJ. No anexo acima indicado, foram retirados dessas matérias os nomes e as fotos. No Capítulo 4, ANEXO C – Capítulo 4 (4.1), Vol. II, p. 147 até p. 153, está reproduzida uma matéria realizada nas dependências da Cáritas, mantendo-se os nomes e sobrenomes publicados. Foram retiradas as fotos.

A partir da observação dos dados no quadro acima, importa ressaltar que, embora o período especificamente enfocado na pesquisa seja mais recente, **um total de 118 pessoas registradas como provenientes do então Congo-Zaire solicitaram refúgio no Rio de Janeiro logo no início da década de noventa (1992-1993)** – com 76 pedidos deferidos até dezembro de 1993 e os demais no ano seguinte.

No restante dos anos noventa, as solicitações foram muito reduzidas e não ultrapassam um total de sete pessoas/ano até o ano 2002 para, então, entrarem em movimento ascendente a partir do final 2002 / início de 2003 [21].

Cabe esclarecer que a solicitação do refúgio por congoleses em 1992/1993 se deu no contexto da chegada de um número sem precedentes de solicitantes angolanos ao Brasil – processo explicado no Capítulo 2 – em que já vigoravam para concessão do refúgio os critérios garantidos pela chamada "cláusula ampla". Tudo indica que as pessoas registradas como "congoleses" eram do grupo etno-linguístico *Bakongo-kicongo*, em sua maior parte nascidas no Congo e regressadas a Angola. Alguns, embora nascidos em Angola, eram de famílias que haviam emigrado para o Congo há muitos anos, muitos deles filhos de pai angolano e mãe congolesa ou vice-versa [22]. Esses refugiados pertencentes ao grupo etnolinguístico *Bakongo-Kicongo* identificam-se como "parte de um povo para o qual as fronteiras nacionais que separam as províncias do norte de Angola e as províncias de Kinshasa, Bandundu e *Bas-Congo*, no sul do Congo-Zaire, nunca existiram" [23].

Constituíam um grupo minoritário na primeira leva de "africanos" que chegou ao Rio de Janeiro em busca de refúgio no início da década de noventa. Fugiram, em sua maioria, de uma onda de preconceito, estigma e violência contra os *Bakongo* em Angola, onde eram conhecidos como "os regressados" ou "os zairenses" [24]. Entrevistas realizadas com diversos refugiados congoleses integrantes desta primeira fase do processo migratório estudado indicaram que muitos deles estavam vivendo em Kinshasa, mas foram obrigados a sair do

[21] Ver no quadro anterior. A sequência completa está disponível no item 3 do ANEXO B – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, p. 93.

[22] Segundo relatos de integrantes desse primeiro grupo, muitos tinham dupla nacionalidade, uma vez que no Congo (Zaire/RDC) vigora o regime de *jus sollis* enquanto em Angola o regime *é jus sanguinis.* O registro como congoleses, ao que tudo indica, obedeceu a variados critérios, incluindo o fato de falarem francês ou falarem mal o português, com forte acento do francês.

[23] Afirmativa retirada da "História do Povo Bacongo", segundo consta em material disponibilizado pela Comunidade Ango-Congolesa do Brasil (CACB) para artigo publicado por FRANCALINO e PETRUS (2008). A CACB será enfocada na PARTE III do presente trabalho.

[24] Sobre este grupo e suas especificidades, ver observações e referências bibliográficas em PETRUS, 2001, Capítulo 3. Ver mais sobre os *Bakongo* em PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os *Bakongo* em Angola**: Religião, Política e Parentesco num Bairro de Luanda. Tese (Doutorado em Ciência Social / Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

país por motivos políticos [25]. Deslocaram-se principalmente para Angola – onde tinham familiares – e vieram para o Brasil a partir de Luanda.

Representavam um grupo diferenciado em diversos aspectos dos demais refugiados [26] chegados em 1993 – língua, etnia, cultura, hábitos, a vinda em família, o fato de muitos serem adeptos e praticantes da religião quimbanguista [27].

Estes são os "refugiados congoleses" mais antigos no Rio de Janeiro (e no Brasil). Tal como os refugiados angolanos daquele período, estes "refugiados congoleses" receberam em seus primeiros anos no Rio de Janeiro uma ajuda para moradia, concentrando-se no Centro da cidade em quartos de hotéis ou pequenos apartamentos nas imediações da Rua do Riachuelo e Bairro de Fátima – providenciados e pagos pela Cáritas – RJ.

Com o aumento da chegada de angolanos, o apoio da Cáritas para moradia tornou-se mais restrito (assim como a ajuda financeira) e o grupo de "congoleses" (os *Bakongo*) acabou por se deslocar em sua maior parte para o Estácio. Algumas famílias se instalaram no Rio Comprido e, finalmente, poucos anos depois, a maioria já se concentrava em Duque de Caxias – como se verá mais adiante.

Embora este grupo mais antigo de congoleses tenha chegado num período bem anterior ao recorte temporal definido para esta pesquisa, ressalta-se que alguns de seus integrantes desempenham um papel extremamente importante até os dias atuais na estruturação e funcionamento da rede social que abrange os congoleses no Rio de Janeiro e acolhe ou ajuda os que chegam para buscar o refúgio. Têm papel de liderança e organização no grupo maior de congoleses; principalmente, mas não somente, sobre os que têm como área de origem familiar a região do Congo – RDC de maioria *Bakongo-Kicongo* [28].

Por já estarem aqui há muitos anos, com família constituída, filhos brasileiros, melhores condições financeiras, casa, emprego e por desenvolverem atividades comerciais ou terem seus próprios estabelecimentos de comércio / serviços (além de falarem melhor o

[25] O período 1992/1993 é de muita tensão e de conflitos violentos no Congo, com fortes represálias do Governo de Mobutu aos opositores, conforme apresentado no Capítulo 3 (3.1), na página 145.
[26] Observar na tabela 6 do Capítulo 2, p. 100, o número de angolanos chegados em 1993, 1994, 1995. A maioria dos que chegavam para solicitar refúgio era formada por angolanos do grupo *Umbundo-Kimbundo*, vindos de Luanda, fugindo da guerra em Angola.
[27] Sobre quimbanguismo, ver PEREIRA, Luena Nunes Nascimento. **Os regressados na cidade de Luanda**: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola. Dissertação (Mestrado em Ciência Social / Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Ver no blog da CACB (http://cacbbr.blogspot.com) o item *Kimbanguisme* em "sites recomendados".
[28] Ver o MAPA 2 – Capítulo 3 (3.1), p. IV, com os quatro principais grupos etnolinguísticos da RDC, segundo sua predominância nas províncias.

português), são detentores de contatos e informações importantes para os congoleses que chegaram a partir de 2003/2004. Funcionam como "pontos fixos e fortes" das redes sociais e figuras de referência para quase todas as questões e problemas que aparecem na "comunidade congolesa" – termo geralmente mais utilizado por eles.

Os congoleses de origem *Bakongo*, por todas as razões acima citadas – mas também por constituírem a maioria dos denominados "*les vieux"* ("os mais velhos") – esperam e cobram o respeito dos demais; exercem a "obrigação" e o poder de proteger os mais novos e zelar pelos menos experientes a fim de que, conforme explicaram, "não se metam com o que não devem e não conhecem"; são procurados também por outros congoleses adultos quando é necessário "orientar, chamar a atenção ou corrigir o comportamento de alguns jovens que estão trazendo problemas para a comunidade" – principalmente nas favelas e/ou nas demais áreas precárias onde se concentram em termos de moradia.

Observou-se, em algumas ocasiões, a expectativa (e a cobrança) do grupo maior para que "os mais velhos" tomem a frente e representem a comunidade em casos mais difíceis tais como mortes e prisões; que consigam algum tipo de contato com familiares dos envolvidos nestes casos (em geral os mais jovens e de chegada mais recente ao Rio de Janeiro) que ainda vivem em Angola, no Congo ou em países da Europa; que reúnam o montante necessário para pagar advogados ou enterros; que usem sua experiência com casos semelhantes já ocorridos (recorrendo a contatos com pessoas e organizações que atuam neste campo, incluindo o Ministério Público e a Defensoria Pública).

Este papel dos "*mais velhos*" (de mais alta hierarquia na escala de poder) é claramente percebido nas áreas de Duque de Caxias e de Brás de Pina, assim como no Centro (em especial nos pontos de encontro e locais de referência para os congoleses na Central do Brasil, conforme será explicado mais adiante). Além disso, tal papel incorpora certos direitos e obrigações praticamente incontestáveis – posto que o respeito aos "mais velhos" e/ou aos "mais experientes" [29] é parte fundamental da cultura, dos princípios de obediência e da hierarquia nas relações sociais dos congoleses.

[29] Os "mais experientes" nem sempre são os mais velhos em termos de idade. Tampouco todos os mais idosos o são. Um "mais experiente" pode ser aquele que teve um nível mais elevado de formação educacional e/ou profissional no país de origem, faz parte de família com importância política nacional, provincial ou local, é considerado um "intelectual", exerceu papel de destaque ou ocupou algum cargo mais importante nos movimentos de oposição.

Estas figuras (com raríssimas exceções) são do sexo masculino, já que as mulheres congolesas são percebidas e se percebem, em geral, como "dependentes" e devem obediência aos maridos e aos outros homens da família – ou ao "responsável" por elas aqui no Brasil.

Ao longo da pesquisa de campo (em algumas visitas e conversas para maior contato com o grupo nos pontos de encontro da Central do Brasil ou, ainda, em diversas reuniões da associação[30] em Duque de Caxias) observou-se, em certos momentos de tensão, a impossibilidade de qualquer crítica aos mais velhos e o grau de respeito que os congoleses têm por esse arranjo de hierarquia e poder. Tal observação abrange solicitantes de refúgio e refugiados – desde os jovens recém-chegados até os refugiados que já chegaram há alguns anos e inclui, também, os homens adultos solteiros e/ou casados que já estão aqui há muito tempo.

Outro aspecto significativo para compreender diversas questões importantes para um estudo da "integração local" dos congoleses – em parte derivado do fato de se estar tratando de um grupo pouco numeroso, ainda que não exatamente compatível com os números oficiais de refugiados congoleses assistidos pela Cáritas – é o fato dos "mais velhos", especialmente aqueles mais ativos e com maior liderança entre os compatriotas, orgulharem-se, como afirmam, de "conhecer praticamente todos os congoleses que moram aqui no Rio". As observações e contatos frequentes com o grupo permitem afirmar que isto inclui (surpreendentemente) os recém-chegados, os solicitantes de refúgio que tiveram o pedido negado, os jovens moradores de outros bairros e localidades.

A pesquisa de campo (que não poderia ter sido feita sem a aprovação e colaboração de alguns "mais velhos") demonstrou que os sujeitos que ocupam estas posições nas redes de relações detêm informações (ao menos básicas) sobre os congoleses refugiados e os não refugiados (incluindo os que entraram e vivem no Rio de Janeiro na condição legal de estudantes bolsistas nas universidades), além de quase sempre estarem a par de "todas as novidades e problemas". Sabem, pois, "quem chegou, quem foi embora, para onde foi, como foi, quem está morando na casa de quem, quem foi para outro estado do Brasil, quem está trabalhando onde e em que atividade, quem abriu um negócio novo, quem está com problemas mais sérios, quem foi preso, quem perdeu pai ou mãe no país de origem", etc..

[30] A associação mencionada denomina-se Comunidade Ango-Congolesa do Brasil – CACB. A organização de uma representação coletiva por integrantes do grupo pesquisado será enfocada mais adiante, no contexto das ações e alternativas buscadas pelos congoleses no Rio de Janeiro para melhores condições de "integração local", principalmente através dos recursos das redes sociais.

A seguir, apresenta-se a transcrição parcial de uma entrevista aberta que ilustra alguns aspectos mais marcantes da história dos congoleses chegados na primeira fase do processo migratório. O mote central desta entrevista-conversa (que derivou para uma narrativa livre do sujeito "entrevistado") foi um dos objetivos da pesquisa, qual seja o de fazer um histórico da evolução dos locais de moradia dos congoleses na metrópole, desde a primeira fase até os dias atuais.

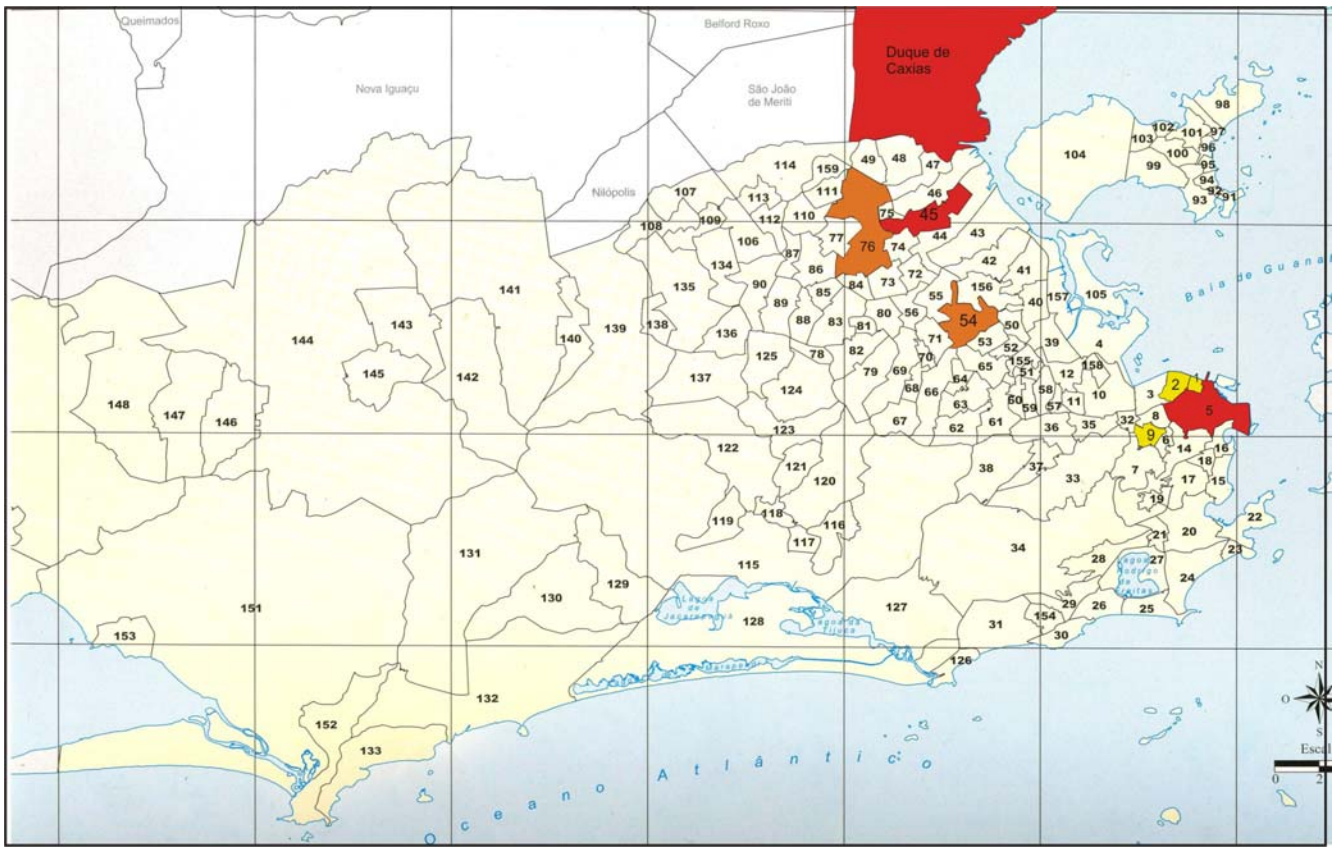
O conteúdo da entrevista-narrativa destaca o papel fundamental das redes sociais na vida dos refugiados congoleses e os retrata como sujeitos ativos que construíram a sua própria história. Uma história que eles recuperam como indivíduos e como coletivo, refazendo-a na condição de narradores e atores sociais. Sujeitos de seu próprio discurso, quando se toma o termo discurso por uma construção intencional, sempre em situação de dialogismo, composta de falas e/ou ações, com um potencial de transformação social [31].

Na sequência da entrevista-narrativa encontra-se uma composição de trechos selecionados das anotações de uma conversa previamente agendada com dois dos moradores mais antigos de Brás de Pina, ocorrida em uma visita àquela localidade, que hoje concentra o maior número de congoleses no Rio de Janeiro.

Destaca-se que **a busca do traçado da distribuição espacial das áreas de concentração de moradia** (ver mapa a seguir) **e espaços de sociabilidade e encontro dos refugiados congoleses em sua dinâmica ao longo do tempo** [32] serviu como um fio condutor para trazer à tona (e à tela da pesquisa) outros elementos que qualificam a história do grupo e sua composição mais atual; apontam simultaneamente para suas diversidades internas, tal como já mencionado na primeira página deste item do trabalho e revelam aspectos da estrutura e funcionamento da rede de relações sociais, apoios e compromissos da qual participam os congoleses.

[31] Ver na PARTE I - INTRODUÇÃO a concepção de discurso de M. Bakhtin.
[32] Ver em ANEXO I – Capítulo 3 (3.2), Vol II, página 119 até 123, uma identificação dos locais de referência e de encontros do grupo em geral e uma série de mapas (gerados no sistema Google Maps) elaborada por alguns integrantes da CACB que atuaram como colaboradores da pesquisa.

CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS LOCAIS DE MORADIA DOS CONGOLESES NA MÉTROPOLE DO RIO DE JANEIRO



FONTE: INSTITUTO PEREIRA PASSOS – IPP/DIG – GEOPROCESSAMENTO - 1999

ÁREAS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE MORADIA

NOVAS ÁREAS DE MORADIA

ANTIGAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE MORADIA

1	SAUDE
3	SANTO CRISTO
4	CAJU
5	CENTRO
6	CATUMBI
7	RIO COMPRIDO
8	CIDADE NOVA
9	ESTÁCIO
10	SÃO CRISTÓVÃO
11	MANGUEIRA
12	BENFICA
13	PAQUETÁ
14	SANTA TEREZA
15	FLAMENGO
16	GLÓRIA
17	LARANJEIRAS
18	CATETE
19	COSME VELHO
20	BOTAFOGO
21	HUMAITÁ
22	URCA
23	LEME
24	COPACABANA
25	IPANEMA
26	LEBLON
27	LAGOA
28	JARDIM BOTÂNICO
29	GÁVEA
30	VIDIGAL
31	SÃO CONRADO
32	PRAÇA DA BANDEIRA
33	TIJUCA
35	MARACANÃ
36	VILA ISABEL
37	ANDARAÍ
38	GRAJAÚ
39	MANGUINHOS
40	BONSUCESSO
41	RAMOS
42	OLARIA
43	PENHA
44	PENHA CIRCULAR
45	BRÁS DE PINA
46	CORDOVIL
47	PARADA DE LUCAS
48	VIGÁRIO GERAL
49	JARDIM AMÉRICA
50	HIGIENÓPOLIS
51	JACARÉ
52	MARIA DA GRAÇA
53	DEL CASTILHO
54	INHAÚMA
55	ENGENHO DA RAINHA
56	TOMÁS COELHO
57	SÃO FRANCISCO XAVIER
58	ROCHA
59	RIACHUELO
60	SAMPAIO
61	ENGENHO NOVO
62	LINS DE VASCONCELOS
63	MÉIER
64	TODOS OS SANTOS
65	CACHAMBI
67	ÁGUA SANTA
68	ENCANTADO
69	PIEDADE
70	ABOLIÇÃO
71	PILARES
72	VILA COSMOS
73	VICENTE DE CARVALHO
74	VILA DA PENHA
75	VISTA ALEGRE
76	IRAJÁ
77	COLÉGIO
78	CAMPINHO
79	QUINTINO BOCAIÚVA
80	CAVALCANTI
81	ENGENHEIRO LEAL
82	CASCADURA
83	MADUREIRA
84	VAZ LOBO
85	TURIAÇU
86	ROCHA MIRANDA
87	HONÓRIO GURGEL
88	OSWALDO CRUZ
89	BENTO RIBEIRO
90	MARECHAL HERMES
91	RIBEIRA
92	ZUMBI
93	CACUIA
94	PITANGUEIRAS
95	PRAIA DA BANDEIRA
96	COCOTÁ
97	BANCÁRIOS
99	JARDIM GUANABARA
100	JARDIM CARIOCA
101	TAUÁ
102	MONERÓ
103	PORTUGUES
104	GALEÃO
105	CIDADE UNIVERSITÁRIA
106	GUADALUPE
107	ANCHIETA
108	PARQUE ANCHIETA
109	RICARDO DE ALBUQUERQUE
110	COELHO NETO
111	ACARI
112	BARROS FILHO
113	COSTA BARROS
114	PAVUNA
115	JACAREPAGUÁ
116	ANIL
117	GARDÊNIA AZUL
118	CIDADE DE DEUS
119	CURICICA
120	FREGUESIA
121	PECHINCHA
122	TAQUARA
123	TANQUE
124	PRAÇA SECA
125	VILA VAQUEIRE
126	JOÁ
127	ITANHANGA
128	BARRA DA TIJUCA
129	CAMORIM
130	VARGEM PEQUENA
131	VARGEM GRANDE
132	RECREIO DOS BANDEIRANTES
133	GRUMARI
134	DEODORO
135	VILA MILITAR
136	CAMPO DOS AFONSOS
137	JARDIM SULACAP
138	MAGALHÃES BASTOS
139	REALENGO
140	PADRE MIGEL
141	BANGU
142	SENADOR CAMARA
143	SANTÍSSIMO
144	CAMPO GRANDE
145	SENADOR VASCONCELOS
146	INHOALBA
147	COSMOS
148	PACIÊNCIA
149	SANTA CRUZ
150	SEPETIBA
151	GUARATIBA
152	BARRA DE GUARATIBA
153	PEDRA DE GUARATIBA
154	ROCINHA
155	JACAREZINHO
156	COMPLEXO DO ALEMÃO
157	COMPLEXO DA MARÉ
158	VASCO DA GAMA
159	PARQUE COLUMBIA

Relato de entrevista aberta*_____

Data: 18.10.2009 **Local:** Brás de Pina. **Entrevistado:** Sr. D.

Intermediador e participante ativo da entrevista: Sr. B.

Pesquisadora: P.

* Entrevista com perguntas abertas elaboradas na forma de observações ou dúvidas da pesquisadora de acordo com o relato do entrevistado e/ou em função das intervenções e complementações do intermediador-acompanhante.

Objetivos da entrevista: acrescentar outras referências ao histórico da evolução dos locais de moradia dos congoleses, iniciado com a ajuda do Sr. B. e outros "mais velhos"; verificar a pertinência de algumas informações obtidas anteriormente e esclarecer dúvidas. Colher a história do entrevistado – um dos primeiros congoleses a chegar ao Rio de Janeiro. Trata-se de uma figura de referência muito importante entre os congoleses, independente do fato de serem ou não moradores de Brás de Pina – onde o entrevistado reside atualmente.

P. *– Nós queremos fazer um resgate da história de mobilidade do grupo de refugiados congoleses no Rio de Janeiro. Recuperar a história do grupo pelo "caminho" dos locais de concentração de moradia do grupo ao longo do tempo (...). O Sr. B. acha que você pode complementar o que já foi explicado para mim por alguns congoleses "mais velhos", inclusive falando mais dos outros lugares aonde nós já fomos fazer entrevistas ou visitas.*
Você poderia contar um pouco da história da sua vida no Brasil e, ao mesmo tempo, falar do que acontecia com o grupo de congoleses de forma mais geral?
Como foi a sua história neste percurso que os congoleses vêm fazendo aqui no Rio de Janeiro?
Quando você chegou ao Rio de Janeiro?

Sr. D. *– Eu cheguei no início dos anos 90*. A situação no Congo era de muitas dificuldades econômicas e políticas. Eram os tempos de Mobutu. Muitos ficavam sem receber salários. Muita gente teve mesmo que deixar o Congo (...)***.*

Sr. D. e Sr. B. assumem a condução da conversa**. Contam que logo que chegaram, nos primeiros grupos, em 1992 e início de 1993, foram alojados no Centro da cidade, nas imediações da Rua do Riachuelo, Bairro de Fátima (no Hotel São Jorge) e em vários locais próximos à antiga sede da Cáritas, na Glória. "Os homens moravam em hospedarias; separados das mulheres e dos filhos". Os dois ressaltam que naquele tempo as coisas eram bem diferentes. A Cáritas chegou a ir aos casarões onde eles moravam no Estácio, na Rua Presidente Barroso. Algum tempo depois, eles saíram dos "casarões" / hospedarias para morar junto com as famílias. A maioria ficou morando no entorno do casarão do Estácio, perto da Rua Carmo Neto, próximo à Igreja Quimbanguista****. Sr. B. explica que alguns refugiados conseguiram trabalho nas Lojas Americanas e nas Casas Sendas. "Foi através de um programa, um acordo da Cáritas com as empresas (...). Mas isso foi só por certo tempo; depois acabou. Outros foram fazer cursos profissionalizantes". Esclarece que a instituição católica de freiras que oferecia os cursos chamava-se Centro da Providência e ficava na Rua Itaperu, no bairro do Rio Comprido. Fizeram cursos de corte de cabelo, confeitaria, mecânica, costura e refrigeração.*

---

* Sr. D. fez parte do primeiro grupo a ir à Cáritas em 1992/1993. Está entre os 118 solicitantes de refúgio registrados como vindos do Zaire nas estatísticas da Cáritas – interpretadas para a pesquisa por um grupo da CACB constituído por Sr. B. e outros refugiados chegados na mesma época.

** Sr. D. conta que no Congo era jogador profissional de futebol da primeira divisão. Explica que lá no Congo ele também cortava cabelo em domicílio ou as pessoas iam cortar o cabelo na casa dele. Tinha um primo que era cabeleireiro e ele foi aprendendo (...).

Em 1992, teve que sair rápido do Congo com três amigos – para Luanda. A intenção era ir de Luanda para a Europa. Em 1992/1993 a situação em Angola era de recrudescimento da guerra. A embaixada do Brasil estava dando vistos e foi assim que ele veio para o Brasil. Quando chegou aqui, no aeroporto, não conhecia ninguém.

*** Afirmam que em 1993 eles não recebiam uma verba de assistência em dinheiro. A moradia era obtida e paga diretamente pela Cáritas e os refugiados também recebiam ajuda para outras coisas. "Nós recebíamos 30 tíquetes refeição por pessoa e a Cáritas pagava os lugares para morar, mas a vida era muito difícil para os refugiados".

****É muito interessante ouvir o Sr. D. contar, levado pela emoção das lembranças, como cortavam os cabelos em frente ao casarão onde moravam no Estácio. "(...) Era assim, na calçada, colocávamos umas cadeiras e um espelho e cortávamos os cabelos de quem queria (...). Uma vez, uma senhora viu e nós fomos chamados para um salão dela em Laranjeiras. (...). Isso foi pelos anos de 1995/1996. Ficamos lá por pouco tempo porque não havia muitos clientes homens (...). Logo, passamos para outro salão, no Catete. A maior parte dos clientes era de pessoas brancas. Além do curso de corte de cabelo que fiz no Rio Comprido eu aprendi tudo na prática, trabalhando no salão do Catete. (...) Aquela época era também o tempo dos empregos nas Lojas Americanas (...)".

"(...) Não foi a Cáritas que nos encaminhou. Fomos nós mesmos que descobrimos. Descobrimos pelo boca a boca, um falando pro outro (...). Alguns congoleses conseguiram alugar casas ali naquele bairro do Rio Comprido."

*Os dois conversam entre si e estimam que nesta mesma época (em 1995 ou 1996), o Sr. LD.***** foi morar com toda a família numa casa em Duque de Caxias. Sr. D. lembra*

*com certa nostalgia que "(...) os congoleses faziam reuniões ali no final de semana. Faziam churrasco e jogavam futebol quando iam lá. Os que moravam no Centro, ou no Estácio, também iam (...). Muitos iam. Então, a concentração em Caxias foi aumentando (...)". Sr. B. acrescenta que foi a partir deste período que Duque de Caxias passou a ser um local de referência para os congoleses (e os angolanos Bakongo). E foi ali que nasceu a idéia de organizar um time de futebol dos congoleses e angolanos Bakongo (...). Foi a primeira experiência de organização que tivemos (...)******.*

***P** – Como você faria um resumo desta história dos locais de moradia dos congoleses até os dias de hoje? Em relação às áreas onde se concentravam, quando e como novas áreas foram surgindo (...).*

***** Chamado de "o fundador" nas reuniões da CACB que se realizavam no quintal da casa dele nos primeiros anos da associação.

******* Em meio às lembranças acionadas pelas perguntas, surge uma história muito interessante, quando contada pelos próprios refugiados. Contam que um pouco depois do "fundador" estar morando em Caxias (não se lembram se no final de 1996 ou já em 1997), os que chegavam para o refúgio começaram a receber três meses de "verba de assistência" – uma ajuda financeira, em dinheiro. O Sr. D. explica que depois do período de três meses, os refugiados eram chamados para assinar um papel declarando que não faziam mais parte do programa de ajuda financeira. Sr. D. e Sr. B. relatam que, naquela ocasião, eles sabiam que na Europa seus parentes congoleses e angolanos recebiam ajuda financeira para várias necessidades essenciais. Sr. D. explica: "Era o chamado '*droit d'instalation*'. Nós sabíamos como era. Os parentes contavam nas cartas e pelo telefone. Isso vinha junto com o refúgio. Fazia parte do direito internacional dos refugiados. Esse direito era uma verba em dinheiro e assistência social, de saúde (...)". Ele conta, então, como resolveram fazer uma manifestação dentro do Palácio São Joaquim – onde ficava a sede da Cáritas – no bairro da Glória. "Para brigar pelos direitos internacionais que o refúgio dava (...). Foram as famílias, com as crianças também (...) nós ficamos todos no jardim do palácio do cardeal (...). O cardeal viu lá do alto e mandou o Sr. Cândido (que era o diretor para os refugiados) resolver". Sr. B. complementa a história: "(...) Estávamos firmes e éramos muitos; todos disseram que não iam sair dali sem resolver o problema. Que íamos ficar até resolver. Houve uma grande confusão. Muita discussão. Pessoas gritando. A polícia foi chamada. O Sr. Cândido conversou com o chefe da polícia, as pessoas ficaram mais calmas e nós formamos uma comissão para falar organizadamente com o Sr. Cândido. Os representantes daquela comissão eram considerados mais moderados, mais capazes de controlar o grupo. A comissão fez um acordo para que os problemas fossem resolvidos, as reivindicações mais importantes foram atendidas. Foi assim que aconteceu".

***Sr. D.** – Os primeiros locais de concentração foram no Centro da cidade: na Rua do Riachuelo, Bairro de Fátima, perto da Lapa. E logo depois no Estácio. O segundo local de concentração foi Duque de Caxias (bem no Centro de Caxias). A maior referência em Caxias era um prédio de apartamentos onde moravam várias famílias de congoleses; todos no mesmo prédio. O preço dos aluguéis foi ficando alto e muitos não conseguiam mais pagar; passaram para casas em áreas próximas ao Centro, perto do terminal dos ônibus e outros locais não muito distantes dali – onde alguns moram com as famílias até hoje.*

Um tempo depois, congoleses mais jovens, solteiros, e também algumas famílias, foram morar em Gramacho. Brás de Pina também foi crescendo, mas só virou uma maior concentração dos congoleses mais recentemente.

Atendendo a algumas perguntas e dúvidas colocadas pela pesquisadora, o Sr. D. passa, então, a explicar como e quando começou a concentração dos congoleses em Brás de Pina. Ele diz que se mudou para Brás de Pina em 2002 – quando saiu do emprego no salão de cabeleireiros no Catete. "Poucos congoleses moravam, então, nessa parte de Brás de Pina. Uns quatro ou cinco congoleses "mais velhos" (com os quais foram feitas entrevistas e foi possível conversar algumas vezes) também já moravam aqui há alguns anos. Um deles já tinha um salão de cabeleireiro (que existe até hoje) – onde eu fui trabalhar".

O Sr. D. ainda esclarece que "em 2002 os vistos para Europa ficaram proibidos; pelo Acordo de Schengen (...) e começaram a vir mais congoleses para o Brasil; para o Rio de Janeiro (...). Mas só depois de 2002, em 2003 – e até agora em 2009 – é que os congoleses começaram a se concentrar em Brás de Pina. A partir de 2008 começou a aumentar muito a concentração em Brás de Pina. Hoje, Brás de Pina é o local de maior concentração de congoleses".

Sr. D. explica com cuidado como os "mais velhos" têm total conhecimento da forma como é melhor lidar com os códigos locais de convivência com os brasileiros, e que conhecem todo mundo da favela e do bairro. Os dois interlocutores participantes da entrevista reafirmam que os "novatos" não podem fazer o que não é permitido ali. Sr. B. acrescenta que em Caxias também é assim: "Os novatos nos chamam de 'vieux' ('o mais velho') ou 'les grands', e respeitam o que falamos. É assim entre os congoleses. Isso é da nossa cultura (...). Nós, os mais velhos, vivemos no Brasil há muitos anos e temos boas relações com os brasileiros. Temos uma história no lugar em que moramos (...)".

Relato de trechos de conversa informal sobre a história de Brás de Pina como área de concentração de moradia e outros aspectos da vida dos congoleses no local

Local: Brás de Pina **Data:** julho de 2009

Participantes: Sr. E. e Sr. V. (moradores); Sr. LM. (intermediador); P. (pesquisadora).

A conversa logo se inicia, descontraída, com os entrevistados explicando para a pesquisadora "uma forma melhor de se chegar até o local sem dar tantas voltas". A localização é detalhadamente explicada "para que possa voltar outras vezes sozinha".

A entrevista é feita em um sábado, na calçada em frente a um "salão-afro" de propriedade de um congolês. Colocamos algumas cadeiras, trouxeram refrigerantes e conversamos por bastante tempo.

Parte I. Sobre a história de cada um e da concentração de congoleses em Brás de Pina. Colocações dos entrevistados a partir de perguntas abertas.

O Sr. V. afirma que mora ali há mais de 10 anos*. É o mais antigo morador do grupo de congoleses em Brás de Pina. Saiu de Caxias em 1996. Motivo: estava sem trabalho. Em Duque de Caxias morava em um prédio onde já haviam vivido vários refugiados, bem no Centro. A referência inicial de Brás de Pina chegou através de um amigo brasileiro com quem trabalhava em uma obra, em Caxias. Este amigo era da "associação de moradores da favela" em Brás de Pina e o apresentou às pessoas dali. Sr V. conta que conseguiu uma casa para alugar, sem ajuda da Cáritas. Moraram ele e a família por cinco anos naquela mesma casa. Pagava R$ 200,00 de aluguel.*

Sr. V. relata que em 1999 começaram a chegar os congoleses em Brás de Pina – principalmente homens solteiros. "Aqui em Brás de Pina as pessoas tinham medo de ficar porque era favela. Mas, aos poucos, chegaram outros e vieram as famílias que estavam morando no Centro, porque os aluguéis tinham ficado muito caros. De 2000 a 2002 ainda eram os congoleses que se mudaram do Centro da cidade que vinham pra cá. Do final de 2002 em diante começaram a vir cada vez mais recém-chegados do Congo, direto para essa área de Brás de Pina (...)".

Em 2005, um dos congoleses abriu o primeiro salão de cabeleireiro africano em Brás de Pina. Agora já são dois salões-afros na localidade. "São os lugares de referência para

'todo mundo' que chega a Brás de Pina, porque sempre alguém sabe notícia de quem passou por ali. O salão é um ponto de encontro dos congoleses; o lugar onde se ensina aos que chegam do Congo como se vai à Cáritas; como se chega lá na Central no 'salão do Dada'; onde pode arranjar um lugar para ficar; como alugar casa para morar (...). Quando você quer saber de alguma coisa, dar uma notícia, tem que ser no salão. Todo mundo logo vai saber (...). Mas os salões cortam cabelos dos brasileiros também. De quem quiser (...)".

***Sr. E. começa a falar afirmando que veio morar em Brás de Pina em 1999**, através de contatos do Sr V. Conta que em 1999 morava no Rio Comprido. Muitos eram homens sozinhos. Não era bom para morar com a família e o preço do aluguel era alto para ele.*

Responde uma pergunta da pesquisadora sobre as igrejas locais explicando que as igrejas são mais recentes naquela área e somente de uns anos para cá estão começando a reunir os congoleses. "A primeira igreja africana em Brás de Pina foi instalada pelo pastor D., que chegou ao Brasil em 2006 (...). As igrejas em Brás de Pina não têm essa reunião toda de gente como aqui nos salões (...), eles reúnem gente todo dia e dá pra saber de trabalho, negócios, documentos, outras coisas. O melhor ainda é ir ao salão. Deixar um recado, procurar alguém (...)".

***Sr. V. complementa:** "a questão da igreja reunir as pessoas não é mais como era quando os congoleses frequentavam a Igreja Quimbanguista, no Estácio. Lá se reunia todo mundo". Explica que a Igreja Quimbanguista perdeu com o tempo seu poder de atração. Ficou longe. As pessoas foram faltando aos cultos. Muitos angolanos e congoleses Bakongo que a frequentavam já foram para a Europa (...). Ele acha que uma igreja para os congoleses "é muito importante também para as pessoas aprenderem português".*

***Sr. E. reforça a explicação sobre as igrejas locais.** "O pastor D., quando chegou, procurou por L. (que é o pastor agora) para fazerem os cultos nas casas das pessoas aqui em Brás de Pina. Depois conseguiram aquela 'garagem'(...). Foi aquele lugar onde as professoras foram ver o culto e fizeram depois o encontro com as mulheres (...). Mas quando o pastor D. foi embora, em 2008, a igreja fechou por um tempo. Depois o pastor L. reabriu e nós passamos a fazer os cultos ali mesmo (...). Agora o pastor L. está com a ajuda de mais dois pastores congoleses".*

Sr. E. também informa que são três dias de culto – terças-feiras, quintas-feiras e domingos – às 18h ou 19h. O culto é falado em português e em lingala. A igreja tem um espaço muito pequeno e, por isso, estão procurando outro lugar maior. O Sr. E. acha muito importante ter um espaço melhor para uma Igreja Africana em Brás de Pina porque continuam chegando mais congoleses ali naquela área.

Em resposta à pergunta da pesquisadora sobre o número aproximado de congoleses que residem naquela parte de Brás de Pina, Sr. E. e Sr. V. estimam que morem ali uns 200 congoleses – ou mais. Discutem entre eles se há em Duque de Caxias aproximadamente 150 "congoleses".

Sr. LM. diz que pode explicar melhor para a pesquisa ficar bem certa. "Em Caxias se concentram mais os angolanos e congoleses que são de famílias conhecidas ou são parentes (...). Tem muita gente lá também (...), uns 150 mais ou menos, que são mais os Bakongo, os congoleses mais antigos ou conhecidos deles. Mas também tem gente que está chegando agora do Congo e que vai pra Caxias porque tem medo de morar aqui na favela. Esses vão pra Gramacho e Saracuruna porque é mais barato".*

Os entrevistados lembram que há duas famílias grandes morando em Imbariê (distrito de Duque de Caxias); entre eles há um senhor do Congo que dizem ser o mais velho em idade dentre todos os congoleses aqui no Brasil.

Afirmam que Irajá (bairro do Rio de Janeiro) também está começando a ser mais um lugar onde os congoleses vão morar e os jovens vão encontrar-se. Há um grupo de estudantes do Congo que foi morar lá. Mas ainda são poucos – umas 10 ou 15 pessoas. E há também outros jovens, alguns refugiados, outros não, morando em Inhaúma.

Sr. V. e Sr. E. recordam histórias dos lugares onde os congoleses moraram desde que os primeiros tornaram-se refugiados no Rio de Janeiro, no início dos anos noventa. Em meio às lembranças, vão surgindo concordâncias e discordâncias sobre quem morava onde, em que época, além de outros referenciais da história do refúgio vivida por eles.

Sr. V. quer esclarecer bem a história dos lugares de moradia dos congoleses. *"Para você entender bem o que aconteceu até agora, pode considerar assim: a maior concentração atual (mais gente hoje) está em Brás de Pina – e é onde está chegando mais gente que vem do Congo; segunda concentração atualmente, também com bastante gente, é em Caxias – no centro de Caxias e em Gramacho e próximo a Gramacho – juntando tudo, até Saracuruna, Jardim Primavera (...). Em terceiro lugar, pode colocar os pontos mais novos". Conversam entre si e acham que eu devo mesmo colocar os bairros de Irajá e Inhaúma, ambos no subúrbio do Rio de Janeiro.*

---

*Sr. LM. destaca a identidade dos angolanos do Norte e congoleses de origem *bakongo* que se concentram em Duque de Caxias. Em geral, pessoas que têm famílias nos dois países, ou já moraram no Congo e em Angola.

Sr. LM. explica que no Centro da cidade, recentemente, vem aumentando o número de congoleses que moram em ruas atrás da Central do Brasil. São os mais jovens, na maioria homens, sozinhos. Esclarece que "são alguns jovens que se juntam e arranjam lugar por ali. É mais próximo de tudo, dos cursos, de lugares para trabalhar. A referência é a proximidade com a Central do Brasil – porque os que chegam do Congo vão logo ali nos "salões-afros" dos congoleses, no camelódromo, procurar notícias e informações ou ver se encontram algum conhecido (...). Na Saúde, que é outro bairro perto da Central do Brasil, também há algumas famílias de congoleses. São pessoas chegadas um pouco depois dos "mais antigos" que foram morar ali – porque a Cáritas não ia pagar mais a moradia. Ainda tem umas famílias morando por lá. Logo que passa o túnel da Central do Brasil (...)".

O Sr. LM. completa o resumo da distribuição espacial dos congoleses lembrando que no bairro do Estácio ficou pouca gente. "O Estácio era a maior concentração de congoleses antigamente, na época em que nós três chegamos aqui. Todo mundo se reunia na Igreja Quimbanguista. Eram casarões antigos. Moravam várias famílias. Agora só vivem poucas pessoas por ali".

II. Sobre a moradia e a vida em Brás de Pina – colocações dos entrevistados a partir de perguntas abertas.

Sr. V. esclarece que uma casa de dois quartos como a que ele mora – "casa para morar com a família toda" – custa hoje, naquela área, R$ 400,00 ou mais.

Sobre a sociabilidade dos congoleses com os brasileiros na área onde se concentram, todos os participantes da conversa consideram que os congoleses em Brás de Pina têm uma boa relação com a comunidade local. "A lei, assim, dos mais antigos – e que todo mundo tem que respeitar – é de não se meter em nada de dinheiro, nem com mulher, nem nos negócios dos brasileiros. Aí, fica tudo bem".

Segundo a avaliação do Sr. V. "o que pesa mesmo é a autoridade dos mais antigos". A confiança que os brasileiros que são daquela área têm neles. Já conhecem os congoleses desde muito tempo. "Sabem que os congoleses não se metem em nada".

Como exemplo da boa relação dos congoleses com os brasileiros daquela área da favela, contam o caso de um rapaz congolês que pegou um cartão de telefone na loja da esquina onde estávamos conversando e não pagou à senhora que é dona da loja. "O rapaz disse que já ia voltar para pagar e não voltou. Alguns"mais velhos" foram "chamados" e pagaram na hora o que o rapaz devia. Depois foram atrás do garoto e deram uma "correção

na postura dele". Disseram que ele estava proibido de pegar qualquer coisa sem pagar ali na comunidade (...). "Ele nem mora mais aqui" – completa o Sr. E.

A conversa continua a fluir com ***algumas perguntas sobre a vida dos congoleses ali na favela.*** *Indagados sobre como fazem quando ficam doentes,um deles responde que* ***"****as crianças se tratam no posto de saúde da Cidade Alta", ali mesmo em Brás de Pina.*

"Quando precisamos de hospital vamos ao Getulio Vargas. É muito ruim. Sempre cheio". Entre outras considerações, eles explicam que, quando podem, usam uma clínica particular do local. "A clínica é muito boa e não é tão cara. Quem pode pagar usa a clínica daqui mesmo. Às vezes sai mais barato do que ir ao hospital muitas vezes e não resolver o problema. (...) Para coisas mais graves, a pessoa vai pro Hospital Souza Aguiar".

A uma pergunta sobre o conhecimento que eles possuem do direito dos refugiados serem atendidos no Hospital dos Servidores do Estado, o Sr. V. considera as dificuldades que existem. "Muita gente aqui acha que é muito complicado para ir ao 'Servidores'; ao Hospital dos Servidores. A assistente social de lá só atende com o papel assinado da Cáritas. Então, fica difícil e caro para quem sai de Brás de Pina. (...) Vai lá na Cáritas pegar o papel, depois vai para a Praça Mauá pra chegar ao Hospital dos Servidores. O transporte é muito caro. As pessoas gastam muito tempo. Nem sempre se consegue fazer tudo no mesmo dia. Às vezes chegam à Cáritas e não estão podendo dar o papel naquele dia. No hospital, às vezes, chegam já muito tarde e então marcam para voltar outro dia, para ir ao médico certo."

Ainda falando sobre as crianças, afirmam que a maior parte estuda na escola municipal local – Escola Municipal São Paulo – ali mesmo na favela. Os pais gostam e as crianças também. A uma pergunta a respeito dos estudos dos jovens no Ensino Médio respondem: "a maior parte dos jovens que chegaram sozinhos, depois de 2003, 2004, não faz o Ensino Médio. Os que conseguem fazem outros cursos (...) do tipo daqueles cursos profissionalizantes do SENAC". Informam que muitos jovens que moram ali já fizeram cursos no SENAC, "mas a maioria acaba parando e não consegue ir pra frente (...). Só os que já nasceram aqui, ou nasceram no Congo, mas são filhos de congoleses (as) que já estão aqui há muitos anos, fazem Ensino Médio nas escolas estaduais. Alguns já estão fazendo faculdade. Os pais pagam a faculdade para eles. Sempre estudaram na escola pública aqui no Brasil".

Outros participantes se incorporam à conversa*. Congoleses que estão entrando ou saindo do salão vêm-nos cumprimentar. Quando ouvem o assunto, alguns fazem perguntas sobre as chances que os refugiados teriam de "estudar na faculdade com bolsa". Em geral,*

querem saber para um filho, ou um sobrinho. Alguns que estão próximos são chamados para serem apresentados à professora. Querem saber sobre se os refugiados podem fazer o ProUni (...). Sr. E. conta que o coral africano do qual ele participa foi cantar na Universidade Bennet algumas vezes "porque a Cáritas tinha um convênio com a faculdade Bennet para os refugiados. Era uma bolsa de estudos de 50%. Ele diz que vai tentar ver o que é preciso fazer para o filho mais velho estudar lá (...)[33].

Retomando a base de dados estatísticos para uma interpretação em progressão temporal do refúgio para o grupo pesquisado no Rio de Janeiro, é possível identificar além da "década de noventa" (como foi denominada nesta pesquisa a "primeira fase", apesar do número muito pequeno de solicitantes/ano a partir de 1994 [34]), mais duas fases do afluxo de congoleses.

O período 2002/**2003** a 2006/**2007** – denominado neste texto como "segunda fase do processo migratório" – corresponde ao período que vai do final da "Grande Guerra Africana" até as eleições presidenciais em dois turnos e o conturbado período imediatamente posterior ao processo eleitoral, que terminou com o reconhecimento da vitória de Joseph Kabila.

Durante os quatro anos desta "segunda fase" cresce a busca de refúgio no Brasil por imigrantes congoleses [35], apesar de um novo contexto das condições de obtenção do *status* de refugiado (o CONARE passa a adotar uma análise mais rigorosa dos processos de solicitação, ainda que utilize a cláusula ampla da legislação) e da redução do valor relativo da "verba de assistência" (financiada pelo ACNUR e gerenciada pela Cáritas na forma de "ajuda financeira" para os refugiados [36]).

---

[33] Finalizada a conversa, percorremos algumas ruas (que formam como um quadrilátero) para ver algumas casas das famílias mais antigas ali. Ainda fomos ver o local do outro salão de cabeleireiro congolês e a clínica de saúde que citaram na entrevista.

[34] Causa inicial estranheza o número reduzido de solicitações no período da chamada "Primeira Guerra do Congo" – 1996/1997. Como visto no Capítulo 2, foram anos de conflitos de grande intensidade em várias províncias do Congo-Zaire que culminaram com a queda de Mobutu e a tomada do poder por L. D. Kabila, em 1997. Também nos cinco anos seguintes (1998-2002), o número de solicitações no Brasil continua reduzido, apesar de corresponder ao período da "Grande Guerra Africana", conforme apresentado no item 3.1. Conversas com os refugiados congoleses indicam, porém, que a maior parte daqueles que fugiram do país na década de noventa ainda buscaram refúgio em países da Europa ou mesmo em países africanos. Alegam, também, que a difícil situação de vida enfrentada pelos que estavam no Brasil foi um motivo importante para a vinda rarefeita de familiares e conhecidos.

[35] Ver no Capítulo 3 (3.1), páginas 158 e 159, as eleições na RDC e o período 2002 a 2006.

[36] Essa redução em valor relativo do auxílio financeiro – quando se compara o contexto mais amplo do refúgio no Brasil na "segunda fase do afluxo dos congoleses" com o da primeira fase ou "década de noventa" – tem movimento oposto no que se refere ao tempo de duração da ajuda financeira. No final da década de noventa, o período era em média de três a quatro meses. Atualmente, o tempo padrão de ajuda financeira para todos os refugiados é de seis meses, a contar da data de solicitação do refúgio. Segundo informação direta da coordenadora do Programa de Assistência aos Refugiados, na Cáritas – RJ, também é de seis meses o prazo

Uma interpretação possível para o crescimento das solicitações de refúgio por congoleses (tendência mantida até os dias atuais, como já frisado) passa pelas mudanças restritivas e outras barreiras no contexto das migrações internacionais. Como foi visto no Capítulo 1, as políticas de restrição, contenção e "criminalização da imigração e dos imigrantes" afetam também os solicitantes de refúgio e refugiados. As mudanças das políticas migratórias nos países europeus – historicamente os de maior destino dos congoleses – por certo tiveram efeito sobre as rotas para a busca de refúgio.

Alguns refugiados que vieram para o Brasil sabendo para onde se dirigiam – o que não ocorreu com os que fugiram em navios e com muitos daqueles que alegam ter fugido por causa da guerra ou conflito armado na área em que viviam no leste do país – afirmaram em entrevistas e conversas que "a nova situação para a entrada de imigrantes e refugiados nos países da Europa foi a principal razão para os congoleses virem mais para o Brasil". A esta razão, outros acrescentaram como motivos mais importantes o custo mais barato da viagem e a maior facilidade de se conseguir comprar uma passagem aérea para o Brasil (em Angola, de Luanda para o Rio de Janeiro; ou mesmo em Kinshasa, em vôos que passam pela África do Sul e fazem a rota Johannesburgo / São Paulo).

Outros refugiados alegam que poderiam ter ido para a Europa, onde têm parentes, mas que precisaram "fugir de qualquer jeito e muito rápido" – por motivo de perseguição política, fuga de prisões, ameaças às suas vidas e/ou de seus familiares. Explicam que a ida para a Europa exigiria tempo para contatos e ajuda dos parentes que lá residem, além de outras providências para a obtenção de documentos a custos mais altos, geralmente passando por intermediários e envolvendo riscos diversos.

Se a pesquisa realizada tornou possível identificar melhor os principais motivos para a **e**migração forçada dos congoleses refugiados no Rio de Janeiro (vide estatísticas da Cáritas já apresentadas e as entrevistas) e se cada um deles é capaz de especificar em seu discurso o que considera ter sido o motivo determinante da fuga de seu país de origem, não se pode ignorar que as condições reunidas para a saída (forçada) de cada indivíduo ou grupo familiar na busca de um país de refúgio envolvem recursos financeiros e de outras naturezas. E que incluem ações e possibilidades que em geral abrangem outras pessoas próximas aos que partem (ou mesmo um grupo político organizado, como em alguns casos relatados).

---

médio atual para a resposta da análise dos pedidos pelo CONARE. No caso dos congoleses, porém, a mesma fonte ressaltou que, "em função das dificuldades com a língua, esse prazo tem-se estendido até sete ou oito meses, sem falar dos casos considerados mais vulneráveis".

Ainda que algumas vezes as condições sejam mais circunstanciais e outras vezes mais "programadas" e avaliadas em diversos graus e escalas (inclusive de tempo), decisões e escolhas (talvez mínimas, talvez fugazes) fazem parte do processo de **e**migração. Os refugiados que indicam nos relatos ou entrevistas que vieram buscar o refúgio no Brasil "sabendo para onde estavam vindo" – mesmo com (algum) conhecimento das grandes dificuldades da vida por aqui – contam sobre as providências e cuidados que precisaram tomar, o tempo que tiveram que esperar para partir e como isto foi feito em conjunto com parceiros políticos ou com os familiares.

Assumir a presença de um componente decisório no processo de refúgio implica o reconhecimento da condição de sujeitos ativos desses refugiados desde a saída do seu país. Foi a tomada de alguma decisão ou a presença de algum grau de escolha (ainda que num estreito campo de possibilidades) que se procurou apontar acima.

Para algumas pessoas do grupo pesquisado, a fuga da RDC se deu por situações de grande violência, risco de perda da vida, e outras situações limite. No resgate de histórias-memórias da **e**migração forçada como fuga muito rápida – como nos relatos de áreas atacadas por exércitos ou grupos rebeldes – pode-se, ainda assim, considerar a ação dos sujeitos em reações rápidas, busca de ajuda, escolha de certo trajeto, fuga em direção ao local de um pequeno aeroporto ou a sequência de deslocamentos com etapas necessárias e o uso de diversos recursos para conseguir fugir [37].

Em outro sentido, a presença de algum componente decisório também pode ser pensada para alguns casos investigados de refugiados que alegaram ter saído da RDC "sem saber para onde estavam indo" – como os que chegaram ao Nordeste ou ao porto de Santos em navios nos quais embarcaram escondidos, pensando que iam para outro continente ou país. Geralmente são casos de rapazes, mais jovens, que vieram sozinhos ou embarcaram em um navio com o auxílio de outro jovem conhecido.

Alguns estudantes universitários que participaram de protestos ou movimentos de oposição ao governo e saíram da RDC por motivo de perseguição política contaram (em conversas pautadas por uma relação de confiança já construída com a pesquisadora) que "**tinham que fugir de qualquer jeito ou que já 'estavam marcados' e decidiram entrar no primeiro navio que conseguiram**". Afirmam de maneira bem explícita que na urgência de uma decisão imediata para conseguir sair do país "a ida para qualquer lugar é pensada sempre

[37] Ver em ANEXO J – Capítulo 3 (3.2), Vol II, página 124, exemplos de entrevistas que relatam fugas em situações limite e ilustram as considerações desse parágrafo.

como um destino provisório" – o que ajuda a tomar a decisão de fugir sem conhecimento certo do destino [38].

De forma mais evasiva (ou estratégica), alguns motivos para a vinda para o Brasil (e não para outro país) são citados de forma mais recorrente pelos refugiados congoleses em entrevistas formais e em alguns depoimentos para matérias jornalísticas. Por exemplo, "a segurança de estar em um país grande e distante", "o fato de ser um país aberto que recebe refugiados africanos e para onde poderiam vir depois esposa (ou marido) e filhos", "a esperança de maiores possibilidades de conseguir um trabalho mais bem remunerado do que aquelas que tinham no Congo".

Algumas destas razões também são mais frequentes entre os refugiados congoleses que declaram ter alguma referência mais segura, contatos ou laços mais estreitos com parentes ou conterrâneos amigos que já viviam aqui – como ocorre, em geral, através das redes sociais que se formam e atuam na dinâmica de continuidade dos fluxos migratórios.

A seguir encontram-se dois exemplos que trazem algumas das questões aventadas sobre a presença de um componente decisório no processo de emigração forçada e busca de refúgio. Foram selecionados entre as entrevistas e relatos da história da emigração de congoleses chegados na "segunda fase" do processo estudado (2002/2003 a 2006/2007). O primeiro exemplo é uma entrevista semidirigida com um jovem que afirmou não saber estar vindo para o Brasil quando saiu da RDC e que fez uma migração em etapas. Na sequência, um relato bastante detalhado de um caso em que o destino Brasil era conhecido, a fuga era urgente, porém precisou ser cuidadosamente arranjada pela situação de perseguição muito particular do entrevistado.

Entrevista semidirigida [39]

Local: Brás de Pina **Data: 13. 07. 2008**

[38] Ver o exemplo de um estudante de Engenharia que ilustra estas fugas de estudantes congoleses em navios: LOPES, Laura. "O Brasil dos refugiados". **Época**. 10 out. 2008. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT14585-15254-14585-3934,00.html>. Acesso em: 13 out. 2008.

[39] O modelo de questionário utilizado nessa entrevista segue em ANEXOS GERAIS, ANEXO F, Vol. II, página 245. O questionário de entrevista semidirigida (Modelo 01) foi apresentado ao entrevistado durante o cumprimento das formalidades de praxe para o início da entrevista. Obteve-se autorização do entrevistado para anotação escrita das respostas.

Observações iniciais:

A entrevista foi realizada na varanda da casa de uma senhora congolesa, em Brás de Pina, em local fora da favela, através de contatos do intermediador. Fomos muito bem recebidos e tudo levou a crer que havia uma ligação de amizade bastante forte entre a dona da casa e o intermediador. A senhora, com um bebê no colo, acompanhou toda a entrevista. Não fez nenhum comentário. O entrevistado é um jovem muito seguro, filho de congoleses. Fala muito bem o português. Preferiu uma entrevista mais dirigida e foi objetivo nas respostas. Trocamos e-mails, nos comunicamos diversas vezes, além de termos atuado em conjunto, algum tempo depois, em busca de apoio para uma refugiada congolesa.

1. J.

2. 22 anos, solteiro, congolês.

3. Cheguei ao Brasil há dois anos, em 2006.

4. Não tenho filhos. Em lugar nenhum.

5. Não tenho irmãos. Já morreram.

6. Estudei no Congo até os 17 anos. Fiz o que aqui consideram como Ensino Médio. Parei de estudar para trabalhar na Marinha.

7. Só trabalhei na Marinha no Congo Democrático, mas morei um tempo no Congo Brazzaville.

8. Meus pais são de Katanga; ainda são vivos.

9. A língua materna do povo dos meus pais é o Swahili.

10. Nasci em Kinshasa, morei lá até 10 anos de idade. Depois fui morar na província do Bas-Congo.

---

17. Eu saí do Congo porque as condições lá pioraram muito. Tive a oportunidade de fazer uma amizade com um alemão e saí do Congo com ele. Fui para a Argentina. Pedi refúgio na Argentina e consegui. Não fiquei lá porque tinha muito discriminação e preconceito contra os negros, e poucos africanos.

18. Depois de seis meses na Argentina, atravessei a fronteira e fui de ônibus para Porto Alegre.

19. De Porto Alegre fui para Uruguaiana. Em Uruguaiana, recebi ajuda na Igreja Metodista. Fiquei um ano e nove meses morando lá.

20. Vim para o Brasil sozinho, não tinha documentos (...) mas fui muito ajudado pelo pastor da Igreja Metodista.

_____

24. Tinha contatos aqui no Rio com amigos congoleses. Eu sou atleta de judô. Quem pagou a minha passagem de Uruguaiana para o Rio foi meu professor de judô que era da Polícia Federal. Ele me aconselhou a vir para o Rio para conseguir documentos. Gostaria de ter voltado para Uruguaiana, onde fiz muitas amizades, mas falta oportunidade de trabalho lá.

25. Quando cheguei ao Rio, telefonei da rodoviária para um amigo. Uma semana depois fui buscar meus documentos. O ACNUR teve que transferir meus documentos de refugiado da Cáritas de São Paulo para a Cáritas do Rio.

26. Duas semanas depois de chegar aqui ao Rio, recebi meus documentos e a primeira ajuda financeira.

*27. **Eu não tinha estado no Brasil antes e tinha poucas informações sobre a vida aqui.***

*28. **Eu não escolhi o Brasil, escolhi a Europa. Entrei num barco que teve problemas e desembarcou na Argentina. Mas o Brasil é melhor do que a Argentina.***

29. Moro em Brás de Pina, sempre morei aqui. Os contatos que eu tinha no Brasil eram com pessoas que moram aqui.

30. Moro com um amigo meu congolês. Dividimos o aluguel de uma casa pequena com dois quartos, aqui perto da favela.

31. No momento, não estou trabalhando. Está muito difícil conseguir qualquer atividade (...)

_____

40. Tenho amigos na Europa, mantenho contato com eles pela internet.

42. Ainda estou com muita dificuldade de conseguir trabalho sem os meus documentos de estudo no Congo. É muito difícil enviar qualquer coisa do Congo para cá. Custa muito caro. Espero que o pastor me dê uma resposta boa quando voltar do Congo.

*44. **Eu não tenho como investir na minha vida aqui no Brasil**. Mas no Congo também não tinha. Vim para o Brasil para aquilo que os brasileiros dizem: "pro que der e vier".*

*45. **A minha vida aqui ainda não melhorou nada.***

Observações e informações gerais em conversa complementar.

"(...) Eu não senti falta de informações sobre o que era preciso fazer para ter os direitos de um refugiado porque quem me ajudou foi o meu professor de judô, que é da Polícia Federal.

Acho que os congoleses não têm mais dificuldades do que outros refugiados. É difícil para todos os outros".

"(...) Eu preciso sempre explicar muito 'o que é um refugiado'. Geralmente as pessoas ficam desconfiadas."

Poderia falar para mim o que é um refugiado? Do jeito que você quiser (...)

"Alguém que teve dificuldades no seu país; com guerra ou por motivos políticos, e se sentia com pouca proteção".

*****

Entrevista aberta [40]**_____**

Local: Bairro do Estácio. Próximo à estação do Metrô.
Entrevistado: SS. **Nacionalidade**: congolês.
Residência: Gramacho. Distrito do Município de Duque de Caxias.

Observações iniciais: A entrevista foi realizada no bairro do Estácio. Toda a entrevista e a conversa que se seguiu foram acompanhadas por outro refugiado congolês, morador do bairro, chegado há muitos anos ao Rio de Janeiro, mas que não concordou em dar uma entrevista alegando que já teve muitos problemas em função de entrevistas com jornalistas.
Foram previamente fornecidos ao entrevistado todos os esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e da entrevista, assim como acordamos a forma e as regras para a utilização do material produzido a partir da transcrição da gravação.
"*Esta será uma entrevista gravada com a sua autorização; eu posso arrumar o conteúdo depois, com a sua permissão, é claro. As regras determinam que se aproveite o conteúdo sem identificar quem é o entrevistado – como você já sabe. Você tem liberdade total para simplesmente dizer que não quer responder alguma pergunta. Além disso, você pode pedir que eu interrompa a gravação em alguns pontos ou não cite alguma informação na transcrição. Pode, também, acrescentar tudo que achar importante. Inclusive sugerir outras perguntas ou pontos para uma conversa mais aberta, ao final"***.**

[40] Entrevista gravada. Transcrita. Pontos norteadores da entrevista mostrados ao entrevistado e aprovados. Entrevista Modelo 3. O modelo utilizado nesta entrevista pode ser encontrado em modelos de entrevista nos ANEXOS GERAIS, ANEXO F, Vol II, páginas 253.

P. pesquisadora. **E. entrevistado.**

1ª parte – Relato da história da migração e de como se tornou um refugiado no Rio de Janeiro.

P. Se você concordar, eu queria fazer esta entrevista em duas partes. Na primeira parte eu gostaria que você me contasse um pouco da sua história, da forma que você quiser. Que me falasse um pouco da sua vida no Congo – que eu conheço muito pouco, apesar de estarmos sempre em contato já há mais de dois anos aqui no Rio de Janeiro. Gostaria que falasse da emigração, da sua saída do Congo até a sua situação na chegada ao Brasil (...) o que fez você decidir sair do Congo, por que veio para cá, como chegou aqui (...). Você pode falar dessas coisas na ordem que quiser. **Podemos começar?**

E. *Podemos. Eu estou lhe dando essa entrevista para ajudar os outros conterrâneos que estão aqui refugiados. Para mim é importante falar porque os outros vão ouvir ou ler depois de mim. É isso. Por isso é que estamos fazendo todas essas pesquisas com as pessoas; para que todas as pessoas que estão no ACNUR, em Genebra, no Brasil, em toda parte do mundo, possam ajudar os refugiados – que é o que nós somos.*

A minha vida por aqui não é tão diferente dos outros. Porque eu fugi do meu país. Mas eu sou um dos que estudaram mais e precisaram fugir de lá. Eu já fui estudante no meu país e hoje também estou estudando aqui, porque o estudante tem um espírito de mudança, de revolução. Então, como a maioria dos congoleses que já tem um nível de estudo um pouco acima da média, não aceito ser submisso. Acima de tudo, submisso a um estrangeiro que entrou no nosso país. Estou falando do presidente Joseph Kabila.

Eu saí do meu país em 2006*. E eu trabalhava lá. Antigamente eu era professor. Como o salário foi ficando muito baixo, eu deixei de ser professor e fui ser policial. Eu entrei na polícia como um "investigador' – que eu acho que é como se diz aqui. Então fomos fazer um curso de formação. Saímos desse curso e (...)*

P. *Onde você fez esse curso?*

E. *Fiz esse curso em Kambolo (?), durante seis meses; é uma cidade de Angola, na área de Luanda. Era um curso fechado, em que ninguém saía durante os seis meses; estudávamos sobre imigração. Era um curso de polícia de imigração. Então, quando voltamos, fui*

trabalhar no aeroporto. Às vezes, trabalhava também no porto. Nós da imigração tínhamos ordem de controlar a vinda e a saída dos membros do governo que estavam mais visados. Meu chefe direto, que esteve junto comigo em Angola (eu não vou dizer o nome, mas era um coronel), tinha muita confiança e intimidade comigo. Uma vez ele me disse: "Oh, moço. Tudo que você faz aqui você tem que deixar por escrito. Era uma ordem do meu chefe direto. Era para ver a saída de todos os membros do governo; mais daqueles das altas patentes".

Eu dava tudo escrito para ele; dava os relatórios. Além de fazer os relatórios, eu também passava tudo para ele. Por escrito. Mas, afinal, eu bem percebi que isso não era correto. O meu chefe me dava dinheiro. Ele dizia: "Olha, essa situação não vai perdurar. Você sabe para onde a gente está indo nesse país. Essa situação não pode perdurar; se eu te peço isso é porque queremos tirar essas pessoas do lugar onde estão; porque o país não pode ser dirigido por esses que estão aí".

Eu também concordava com isso. E quase todos os meses eu recebia dólares. Além do meu salário, eu recebia dólares. Eu sabia que meu chefe tinha mais conhecimento do que eu. E eu sabia que ele poderia fazer mudar as coisas. Então eu entregava tudo para ele.

Então, uma vez, fomos até um lugar onde meu chefe me mandou pegar um material com um moço que vinha de Angola (...), "material de comunicação". Muito complicado o negócio, porque era das forças armadas. Eu fui lá e peguei o material; já ia querendo sair do lugar quando fomos abordados por uns senhores. Não se apresentaram, não, mas eram de uma divisão militar. Eu me apresentei: "Somos da imigração". Um deles disse: "Não fala nada; a gente sabe de tudo. O que você veio fazer aqui; o que você veio pegar; o que você tem na mão". Perguntou: "O que você tem dentro desse saco?". Tentei discutir. Ele disse: "Não tem nada para discutir. Vamos levar vocês". Éramos eu, o moço que veio trazer o material e outro, meu colaborador.

Fomos levados até o quartel-general do exército. Disseram que já havia bastante tempo que eu estava sendo vigiado. Que todos que saíram de Angola, que estudaram lá, estavam sendo vigiados junto com o coronel. E que naquele momento o coronel estava preso. E que todo mundo sabia que (...) nós trabalhávamos com ele. Que deveríamos falar toda a verdade.

Fomos então ficando ali, presos (...). Ficamos até o final de dezembro. Lembro as torturas que passamos por lá, naquele tempo (...). Desde que chegamos eram as perguntas e as torturas que sempre fizeram (...), eram as intimidações (...). Porque, para mim, aquilo que eu sabia, era só entregar o relatório pro meu chefe direto – o coronel. Para mim não havia outro chefe além dele. Eu não sabia mais do que isso (...). Então, não falava (...). Nesse

tempo que eu fiquei preso eu pensava, com certeza, e eu reconheço, que fazia uma coisa que não era correta e que era arriscada.

P. *Como você conseguiu sair?*

provisório. Porque era para nos pegarem. Porque o coronel tinha fugido e eles sabiam que nós poderíamos ir encontrar com ele (...). Mas passamos muito mal. Muita dificuldade. Você não pode imaginar. Nessa prisão que eu falei, fomos chamados de espiões. No Congo, ser um espião (...). Ah! Já podiam nos matar (...). É. Mas eles quiseram aproveitar para chegar aos grandes; porque meu chefe era lá de cima. E eles sabiam que ele tinha contatos e queriam as ramificações de tudo.

Então eles disseram que nós íamos sair e que podíamos relaxar. Que nós íamos ficar de fora. Livres. Disseram para mim: "Você não tem nada a ver com isso tudo. Você pode ficar livre. Pode sair. Nós compreendemos que não teve informação (...)".

Mas, naquela altura das coisas, a minha mulher – naquele tempo eu tinha uma esposa – sabia que não era assim. Ela me disse que sabia bem o que eles estavam tramando. E ela me disse: "Não, não vale a pena arriscar. Isso aí. É claro que o coronel não fugiu nem morreu. O coronel tinha pessoas dentro daquela cadeia que conseguiram fazer ele sair do país. Eles sabem que você vai sair e vai encontrar-se com o coronel; e aí é que eles vão te pegar".

Dez dias depois, a minha mulher disse que havia pessoas estranhas perto da casa dela; por que eu já não estava mais na casa onde ela morava. Então, a minha mulher disse que eu pegasse o dinheiro que tinha sobrado para sair logo do país, para ir para outro país da África (que eu não vou dizer o nome).

Como eu já viajava muito, eu já tinha conhecimento, eu resolvi as coisas; tinha gente que providenciaria os documentos. Então alguém de outro país providenciou. Eu paguei para sair. Eu tinha quase 1.300 dólares. Um moço tratou de tudo para eu poder sair. Porque lá onde eu estava, todos que eram da oposição já tinham fugido - porque era como se estivesse na terra de Kabila. Era o mesmo que (...) como se diz aqui? Era mesmo uma "extensão" do Congo Democrático.

P. *Quanto mais cedo você pudesse sair era melhor. Ou não?*

E. *Sim! Isso mesmo. Então a pessoa que tratava dos documentos disse que eu tinha que sair logo (...) porque eu já era muito conhecido lá também.*

P. *E de lá você veio para o Brasil? Direto?*

E. *Eu saí de lá para São Paulo. Em São Paulo, quando cheguei, eu não conhecia ninguém. Lá mesmo eu conheci um moço do meu país que disse: "Olha, quando eu cheguei aqui eu também não conhecia ninguém (...) e foi ele que me ajudou."*

E. *Não. Não fiquei lá. Esse moço me disse: "Olha que com esse passaporte você não vai a lugar nenhum. Então você só procura avisar a sua família. Depois, daqui, você pode reencontrar a sua família". (...) Eu fiquei mais um dia só em São Paulo e encontrei uma pessoa que me trouxe até aqui ao Rio de Janeiro. Quando cheguei aqui, a primeira pessoa que eu encontrei (eu chamo até hoje ele de pai, e você conheceu ele), me botou na casa dele; depois arranjei outra casa para ficar; comecei a estudar e hoje estamos aqui.* ***A minha história é essa.***

P. *Você me falou que está tentando trazer os seus filhos para cá.*
E. *Sim. Trazer os meus filhos. Mas isso está demorando muito e é muito complicado. Não sei bem (...) não sei por quê. Eles estão lá esperando para vir.*

P. *Apesar da demora, das dificuldades que está tendo aqui, você continua achando que seria bom para seus filhos virem para cá?*
E. *É. Porque com todas essas reportagens que eu vi na televisão, lá do Congo, eles estão precisando de ajuda. A mãe deles também desistiu. Disse que não quer mais o casamento. Que eu não devia nunca me meter nessas coisas (...).* ***A única pessoa que eles tinham que podia ajudar a eles era eu – o pai. Mas eu não estou fazendo nada. Não estou fazendo nada aqui (...).***

*****

A "terceira fase do processo estudado" – identificada como período 2008-2009 [41] **–** está mais bem contemplada pelos dados estatísticos oficiais. A relação entre o aumento do número de solicitantes vindos da RDC nesta fase, o contexto político geral e a guerra infinda no leste do país já foi aventada como significativa nas páginas 179 e 180 deste Capítulo.

O segundo conjunto de dados da Cáritas – RJ, como já mencionado, apresenta informações mais detalhadas referentes às solicitações em 2008, o que permitiu uma correlação dos fatores já mencionados com novos elementos, a busca de uma melhor qualificação do processo na sua fase mais recente, assim como a aproximação de um perfil mais expressivo do grupo estudado.

Do número total de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro ao longo do ano de 2008, 75% afirmaram ter vindo da RDC. Dos 117 casos entrevistados até o final do ano, 89 pessoas declararam a RDC como país de origem [42]**.**

Dado o alto percentual de solicitantes vindos da RDC [43], é possível considerar que as informações oficiais disponibilizadas para o total de solicitantes de todos os países de origem sejam representativas para o conjunto específico dos solicitantes congoleses.

A **composição por gênero**, por exemplo, indica que do total de solicitantes de todas as procedências a ampla maioria (74%) é composta de homens. O mesmo indicador fica próximo a 70% para os congoleses, em 2008.

[41] A proposta de discutir com os congoleses as possíveis associações entre esses dados estatísticos e o contexto político, os conflitos armados, as perseguições e outros acontecimentos que teriam levado à fuga da RDC trouxe à tona diversas opiniões e interpretações – mais céticas e desconfiadas ou mais detalhadas e com vários exemplos de casos conhecidos. Surgiram, ainda, algumas colocações (tanto de congoleses mais jovens, chegados em 2008, quanto de alguns informantes privilegiados do grupo dos "mais antigos") no sentido de apontar "a crise na Cáritas em 2008". A suspensão por alguns meses da ajuda financeira (e de outros apoios aos refugiados) foi apontada como motivo para a ida de alguns congoleses para São Paulo e Paraná ou, ainda, para que o número de solicitações no Rio de Janeiro não fosse maior do que consta nos dados da instituição, apesar dos conflitos no *Bas-Congo* e das ofensivas do CNPD que desencadearam o recrudescimento da guerra na área dos Kivu, no leste do país.

[42] As informações que os advogados da Cáritas – RJ detêm sobre o país de origem são cotejadas com as respostas às perguntas feitas na entrevista e com relatos dos solicitantes que as complementam. Apesar desses procedimentos, a organização informou como observação aos dados estatísticos que "na maior parte dos casos é muito difícil confirmar a informação por falta de quaisquer documentos".

[43] Considerando-se os dados cumulativos até dezembro de 2008, os refugiados congoleses correspondiam a 12,4% de todos os refugiados cadastrados na Cáritas – RJ.

Mais da metade dos solicitantes apontaram como **justificativa para a fuga** do país de origem a **"perseguição pelo governo"**. A segunda justificativa mais apontada para a fuga foi a **"violação dos direitos humanos".**

Observação feita pelo advogado da Cáritas – RJ no documento destaca que "as forças rebeldes" foram apontadas em muitos casos como o "agente perseguidor", uma vez que um grande número de solicitantes era proveniente da RDC [44].

Os **pareceres com opiniões favoráveis ao deferimento da solicitação de refúgio** (indicação ao CONARE de concessão do *status* de refugiado) **contemplaram 46% dos casos** com a seguinte composição de justificativas: **82% dos pareceres favoráveis** indicaram como justificativa a **"perseguição individual"** (inciso I, do artigo 1º, da Lei 9474/97); 18% dos pareceres favoráveis indicaram como justificativa a "violação de direitos humanos".

Os pareceres com opiniões favoráveis ao **indeferimento da solicitação de refúgio representaram 54% dos casos** com a seguinte composição de justificativas: **87% dos pareceres desfavoráveis indicaram como justificativa a fragilidade ou ausência de credibilidade;** 13% dos casos desfavoráveis indicaram como justificativa a inexistência de "fundado temor de perseguição".

Considerando as informações específicas disponibilizadas sobre o grupo de solicitantes congoleses até 2008 no Rio de Janeiro, cabe destacar que **predomina largamente a migração individual**. As solicitações feitas por famílias não chegam a 25% dos casos.

A **composição por gênero**, ao indicar **32% de mulheres entre todos os congoleses que solicitaram refúgio,** aponta um percentual coincidente com a estimativa dos próprios congoleses quando lhes é solicitado um perfil da "comunidade" – já que afirmaram haver algo em torno de **70% de homens e entre esses uma ampla maioria de homens solteiros.**

Os dados oficiais para uma caracterização por faixa etária do grupo de solicitantes congoleses no Rio de Janeiro permitem somente indicar **grande maioria de adultos** e uma **pequena presença de crianças e jovens até 18 anos** (que somam dezenove indivíduos em um total de 265), uma vez que os dados foram assim apresentados nas estatísticas fornecidas

[44] Essa e outras observações aqui apresentadas acompanham os dados estatísticos do material disponibilizado e foram gentilmente formuladas por escrito pelo advogado da Cáritas - RJ para a pesquisadora. Informações complementares aos dados esclarecem ainda que 100% dos casos de solicitação na Cáritas – RJ no ano de 2008 passaram pela etapa de entrevistas e tiveram o parecer elaborado e enviado pela instituição ao CONARE.

pela Cáritas: 4 pessoas até 04 anos, 15 pessoas de 5 a 18 anos, 246 pessoas com mais de 18 anos [45].

Cabe esclarecer que **a partir da pesquisa de campo é possível afirmar que entre as famílias dos refugiados congoleses é grande a presença de crianças, especialmente na primeira infância.** Pais e mães congoleses também relatam com muita ênfase que enfrentam problemas relacionados às diferenças culturais, aos hábitos e "com o comportamento" dos filhos adolescentes e/ou jovens de 12 a 19 anos. A grande maioria das crianças e jovens destes dois grupos etários já nasceu no Brasil.

É importante destacar que os congoleses, mesmo com as difíceis condições de vida que enfrentam como refugiados, dedicam grande parte de sua atenção e cuidados aos filhos e são muito preocupados com a educação e a formação (no sentido mais amplo) das crianças e dos adolescentes.

Pais e mães congoleses valorizam muito (e apontam como uma das grandes conquistas da família no Brasil) a possibilidade das crianças terem acesso à escola pública e gratuita ("com material e merenda escolar de graça") e a um atendimento médico "pelo qual não se paga nada".

O papel de cuidar dos filhos e da "boa alimentação" da família é visto como atribuição da qual as mães não podem se descuidar, sob pena de serem repreendidas pelos maridos e demais mulheres ("as mamas" – como todos se referem às mães) congolesas. A estrutura familiar organiza-se com alto grau de poder, autoridade e responsabilidade dos homens por mulheres e filhos.

---

[45] Apesar de não serem encontrados nas estatísticas da Cáritas dados específicos para vários elementos norteadores de um perfil qualitativo mais abrangente do grupo pesquisado, muitas das informações obtidas a partir de registros do atendimento de congoleses (solicitantes e refugiados) no Serviço Social do HSE, bem como das crianças filhas de refugiados (nascidas no Congo e/ou no Brasil) atendidas no já referido Projeto ASF, permitiram inferir (já que nem todos procuram o hospital) algumas outras características para melhor compor o perfil do grupo. As informações obtidas através destas fontes serviram como uma base de dados de caráter institucional e permitiram a seleção e verificação da pertinência de observações e estimativas derivadas e aventadas a partir do contato frequente com os congoleses ao longo da pesquisa de campo. Ressalta-se que o material do Projeto ASF disponibilizado para consulta, confirma e complementa alguns aspectos do grupo já apresentados (quer no texto do Capítulo, quer em algumas entrevistas) tais como, os locais de concentração de moradia dos congoleses, os motivos declarados para a fuga e a busca de refúgio, a presença entre as crianças de filhos de refugiados vindos nas três etapas do processo consideradas na pesquisa, a predominância de crianças nascidas no Brasil e a presença de mulheres grávidas entre aquelas que solicitam refúgio. Ver no ANEXO F – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, página 106, a tabulação dos dados e informações deste material, elaborada e organizada pela pesquisadora de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. O conteúdo do item com as declarações dos refugiados sobre os maiores problemas enfrentados por eles aqui no Rio de Janeiro será trabalhado na parte III, no âmbito do estudo mais específico das condições da "integração local". O cerne do Projeto ASF - ou seja, a experiência proposta para atendimento de saúde às crianças refugiadas e seus resultados, serão apresentados e avaliados em entrevista com o chefe da Pediatria do HSE, em CONSIDERAÇÕES FINAIS. Uma cópia da íntegra do projeto pode ser encontrada nos ANEXOS GERAIS, ANEXO K, Vol II, p. 296 a p. 309..

As “mamas”, normalmente, “não podem” trabalhar fora de casa. A busca por trabalho – com grande dificuldade devido à falta de qualquer experiência anterior da maioria delas no país de origem, além da óbvia restrição decorrente de não dominarem o português – se estabelece (pelos padrões culturais da comunidade) como uma necessidade aceita somente para as jovens solteiras e para as mulheres que vieram com seus filhos para o Brasil desacompanhadas dos maridos. Fazem parte deste último grupo as que estão à procura de qualquer trabalho, mesmo mal remunerado, geralmente como faxineiras. Algumas trabalham trançando cabelos em alguns dos salões de cabeleireiro dos compatriotas, em geral, no Centro da cidade.

Mesmo quando já estabelecidas no Brasil há mais tempo, as mulheres/mães/*mamas* refugiadas congolesas em geral, mantêm uma valorização positiva e praticamente incontestável destes papéis a elas atribuídos. As poucas exceções encontradas ao longo da pesquisa correspondem a casos de mulheres que apresentam um nível de formação escolar mais alto, em geral universitário, e que já trabalhavam na sua área de formação no Congo com uma remuneração significativa para garantir um padrão econômico familiar mais satisfatório. A questão da falta de trabalho condizente à sua formação é importante neste pequeno grupo específico de mulheres, da mesma maneira como é para os homens.

Seguem alguns trechos selecionados de entrevista realizada com a Chefe do Serviço Social do HSE. São trechos em que a entrevistada apresenta e comenta o que já havia elaborado até aquele momento para a construção de um perfil dos refugiados atendidos no hospital [46]. Da longa entrevista destacam-se aqui alguns pontos e considerações correspondentes ao grupo de refugiados provenientes da RDC, que complementam e enriquecem o perfil em construção, inclusive com características específicas de alguns “subgrupos”.

Dentre as considerações da Chefe do Serviço Social do HSE sobre os refugiados congoleses é destacada a presença de mulheres que chegam desacompanhadas dos maridos. As mulheres desacompanhadas grávidas e/ou com filhos pequenos são consideradas como o grupo mais vulnerável e de maior dificuldade em termos do trabalho de assistência à saúde. A

[46] Ver no ANEXO G – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, página 111, o roteiro da referida entrevista, especialmente a parte referente às sugestões de critérios pela pesquisadora para a construção de um perfil dos refugiados. Outros trechos da entrevista são mais voltados para o convênio do Ministério da Saúde com o HSE e para o programa de saúde dos refugiados desde a sua implantação. Tais itens serão apresentados na Parte III da pesquisa. Informa-se que já existia um contato de dois anos entre a pesquisadora e a entrevistada, incluindo conversas e busca de registros escritos e material informativo sobre o convênio, participação em eventos acadêmicos de interesse comum, troca de informações e material escrito sobre a questão dos refugiados, troca de referências de bibliografia, etc., o que tornou a entrevista bastante produtiva.

entrevistada também ressalta como "casos muito delicados" as mulheres que chegam com alguns filhos, tendo deixado (em geral) os mais novos no Congo.

Outro grupo enfocado com preocupação pela entrevistada é o dos homens adultos que deixaram a família e não conseguem trabalho condizente com sua formação ou experiência profissional.

Entrevista _____

Data: 28/04/2009

Entrevistada: Sra. Eva de Souza Machado – Chefe do Serviço Social do HSE.

Local: HSE – Dependências do Serviço Social.

Tipo de entrevista: Entrevista aberta a partir de roteiro apresentado à entrevistada [47].

Presentes: Sra. Eva **(E).** Pesquisadora **(P).**

(...)

P: *Eva, você me disse que está reunindo informações para construir um perfil dos refugiados atendidos aqui no HSE. Você me informou um número já bastante grande de encaminhamentos de solicitantes de refúgios e refugiados feitos pela Cáritas aqui para o hospital –* ***algo em torno de 200 atendimentos****.* ***Você já pensou, mesmo que provisoriamente, que critérios usar para construir esse perfil? Pela sua experiência, você agruparia essa população de refugiados, no sentido amplo, em grupos específicos? Neste caso, quais grupos?***

E: *Sim, já pensei em alguns critérios. Alguns deles coincidem com as ideias que você está apresentando no roteiro dessa entrevista.*

P: ***Você me falou, por exemplo, da sua grande preocupação com as mulheres; também me falou que separa em dois grupos os "solicitantes de refúgio" e os "já refugiados".***

E: *Sim, dois grupos****. Eu penso que os solicitantes têm que ter o que eu chamo de "atenção integral à saúde" e isso tem que ser realizado aqui no hospital – que é a referência para eles.***

[47] Apresentação prévia, por escrito, das perguntas do roteiro de orientação da entrevista. Roteiro para entrevista aprovado pela entrevistada. Entrevista gravada, transcrita pela pesquisadora. Grifos nossos.

P: *Dos critérios sugeridos no roteiro da entrevista, quais você considera importantes, quais já utiliza, quais incluiria ou retiraria?*

E: *Praticamente todos que você sugere no roteiro estão contemplados no perfil que estou construindo. Eu só não saberia bem como utilizar o que você chama de critério temporal: primeiro ano, segundo ano de chegada. Na verdade, como eu atendo a todos os que chegam ao hospital, atendo na maioria os africanos, mas também iraquianos e colombianos. Os colombianos vêm muito aqui também e nem sempre eu consigo a informação de quanto tempo de chegada ao Brasil eles têm, muitos não gostam de falar.*

P: ***Qual a nacionalidade que vem mais regularmente ao hospital?*** *Ou melhor, você já teria aproximadamente uma composição por percentual das nacionalidades dos refugiados que procuram atendimento aqui ou que estão sendo acompanhados?*

E: ***De acordo com o que eu já consegui levantar, os africanos são em torno de 80% e entre eles predominam os congoleses. Eu imagino que seja em torno de 70% congoleses e de 10% a 20 % de angolanos, que geralmente são refugiados mais antigos. Além dos africanos, em geral (uns 80%), de 10% a 15% vêm da Colômbia, mas já recebi cubanos e venezuelanos (...). Muito poucos.***

P: *Você já teria uma estimativa de composição por faixa etária? Este foi um critério que no nosso encontro anterior você levantou como muito importante para pensar no atendimento aos refugiados.*

E: *Vou tentar encaminhar isso por escrito para você, embora não esteja fechado****. A faixa etária que predomina é de 20 a 45 anos.*** *O mais velho que já foi atendido por mim tem 52 anos.* ***As crianças têm em média de 2 a 6 anos.*** *Essa é a faixa etária que predomina. Fora isso,* ***há as gestantes, em sua grande maioria jovens em torno dos 20 anos, que muitas vezes já chegam aqui grávidas e que têm seus bebês aqui no hospital.*** *Muitas procuram o hospital já em um estado de gravidez muito avançada, com o bebê quase nascendo. Isso é um problema, porque não se têm informações sobre a gravidez. Como a maior parte das gestantes é congolesa e, segundo elas, não se faz pré-natal no Congo por causa da guerra, seria necessário um trabalho muito cuidadoso e específico com essas gestantes.* ***Em relação aos adolescentes, recebi poucos - todos eles já com o status de refugiado.***

P: *Se eu entendi bem,* ***você recebe crianças principalmente na faixa de 2 a 6 anos*** *(...). A maior parte nasceu lá no Congo ou aqui no Brasil?*

E: *Ainda não tenho isso especificado.* ***A maior parte chega com bebês de menos de um ano (nascidos aqui) e crianças de 2 a 3 anos (nascidas no Congo).*** *Isso é muito comum também entre as gestantes. Chegam grávidas e com bebês pequenos. Eu procuro orientar as gestantes – explico que elas são a prioridade porque não fizeram o pré-natal. E tento acalmá-las, porque em geral chegam muito nervosas e com histórias de gravidez complicadas por fatores da guerra, efeitos diretos ou indiretos.*

P: *Acho que já podemos passar para a última parte da entrevista, da fala livre porque você já atendeu a quase todos os pontos do roteiro.*

E: *Tem aqui, ainda, nos critérios que você me mostrou, uma questão importante que eu estou procurando traçar o mais rápido possível, que é* ***o estado civil. De maneira geral, posso dizer que a maioria é composta por homens solteiros que chegam sozinhos. Os homens casados que nos procuraram, em geral, relatam que os filhos e as mulheres ficaram no Congo. Eles vêm sozinhos para o Brasil e muitos esperam que depois possam vir suas mulheres com as crianças. Esses homens casados são casos mais difíceis; geralmente sofrem de depressão e chegam aqui muito angustiados, sem notícias de filhos e mulheres.*** *As mulheres vêm com seus bebês e com suas "barrigas". Outros casos mais difíceis, além das gestantes, são de* ***mulheres que deixaram seus filhos pequenos lá na África. Pela nossa experiência, isso é muito comum no grupo de africanas. Dessas, as que vêm sozinhas trazem alguns filhos e geralmente deixam os menores lá.***

P: *Você se refere somente a mulheres africanas? Ou também a colombianas?*

E: *Não.* ***Estou falando das congolesas, que são a maioria. Elas vêm sem os maridos, geralmente relatam que os maridos ficaram no Congo ou morreram; ou não sabem se estão vivos ou não. Essa é a informação que elas me passam. Que o envolvimento, geralmente com problemas políticos, foi dos maridos. Na maioria dos casos, os maridos é que tiveram envolvimentos políticos e os problemas acabaram caindo sobre elas; tiveram que vir porque poderiam morrer. Aí elas vêm com os filhos... Os filhos que elas conseguem trazer, porque muitos ficam por lá.***

P: *Essa é a maior preocupação que você percebe nas mulheres? Com os filhos que ficaram?*

E: *É. Eu já lhe contei que* ***o relato delas é que deixaram de qualquer jeito os filhos – com a mãe, ou uma irmã, ou uma cunhada – e que não têm noticias deles por lá.*** *Geralmente, com a vida que estão levando aqui, têm muita dificuldade para receber notícias da família. Algumas recém-chegadas não conseguem falar nada. Ficam em silêncio e não gostam de falar nada com as assistentes sociais na frente de outras refugiadas.*

P: *Você já recebeu aqui um número significativo de famílias? Pai, mãe e crianças?*

E: *Recebi algumas sim. Mas não é comum serem do Congo; mais da Colômbia; e duas famílias da Venezuela.*

P: *Pelo seu contato e sua experiência já de dois anos com os refugiados aqui no Serviço Social (e a referência que eles têm em você – como eu já percebi em diversos deles que eu conheço),* ***você diria que os solicitantes, os refugiados que chegaram há pouco tempo (há três ou quatro meses), mesmo os que chegam sozinhos, têm parentes aqui? Costumam relatar isso a você?***

E: ***Acho que a maioria não tem. Pelo menos eles relatam para mim que não têm. Contam que ficam com os seus conterrâneos. São pessoas do Congo que já estão aqui, morando no Brasil, no Rio de Janeiro, mas chegaram bem antes e já estão bem "assentados". Eu percebo que uns dão apoio aos outros (até mesmo para ensinar como chegar aqui ao hospital) e muitos que já vieram aqui e me conhecem vêm trazer alguns recém-chegados – porque nós não temos aqui um intérprete.***

P: *O que mais eles relatam sobre a família? Os solicitantes homens recém-chegados?*

E: ***Há alguns relatos de que morreram pais, parentes, irmãos (...) Geralmente dos mais jovens.*** *Aos poucos, quando eles voltam, eu vou perguntando se já conseguiram fazer contato. Muitos dizem que já tiveram contato, que vão tentar ver se conseguem trazer a família, mas que esse é outro processo e que é muito difícil. Eles tentam buscar ajuda no grupo dos conterrâneos para conseguir, com a continuidade do tempo, trazer os familiares.*

P: ***O que você teria a dizer sobre os três itens sublinhados no perfil: perfil socioeconômico, perfil educacional / nível de escolaridade, perfil por ocupação profissional /formal /informal / desempregados... Considerando a situação lá no país de origem e a situação aqui?*** *Queria lhe fazer umas colocações que não sei se valem para todos os grupos, mas no*

*grupo que pesquiso, especificamente os congoleses, eu me surpreendi com um bom número de refugiados que, ao contrário dos angolanos com os quais trabalhei anteriormente, têm um nível de escolaridade mais alto e me parece que tinham (pelo que eu percebo nas conversas) um nível socioeconômico mais alto no Congo. Para explicar melhor, me refiro a algumas diferenças em relação aos angolanos que chegavam aqui no período de 1997 a 2002: principalmente jovens que na sua maioria não tinham concluído o segundo grau ou só tinham o primeiro grau completo; quase todos moravam na periferia de Luanda – nos "*musseques*" (que são um "tipo de favela"); pertenciam a famílias pobres.*

E: *Entre os congoleses, eu percebo, mas não tenho certeza se posso falar pela maior parte, um perfil um pouco diferente; principalmente no nível educacional.* ***A questão socioeconômica é mais complicada. Mas muitos relatam que tinham uma profissão de nível universitário. Eu já atendi engenheiros, professores, agrônomos, etc.. Estou tentando tabular esses dados e acho que uma média de 40% deles tinha profissão de nível superior ou de boa formação técnica. Alguns têm até pós-graduação. Não estou "precisando" isso para você, mas é o que eu percebo, assim por alto.***

P: *Você está falando isso só sobre os congoleses? E os colombianos? Percebe uma diferença clara?*

E: *Estou falando mais sobre os congoleses. Os colombianos são camponeses, ou têm nível médio, um ou outro pode ter um nível educacional mais alto, pelo que eu vi aqui.* ***Eu acredito que os congoleses não estão mentindo, porque você vê pelo jeito de falarem (...). O que faziam lá no Congo, como viviam (...). Com o contato direto com eles dá para perceber. O nível cultural, socioeconômico, a independência econômica que tinham no seu país. Eu estou baseando-me no que eles dizem que tinham lá, como viviam: casa, trabalho, alguns tinham empresas. Eu tenho isso por escrito nos relatórios que estou organizando.***

P: ***E sobre a situação deles aqui?*** *Dos já "assentados", como você os chama (...). Porque sobre os solicitantes a gente sabe que têm assistência financeira, mesmo pequena, em geral por seis meses. E que nos casos mais vulneráveis – que você deve receber aqui – a assistência financeira pode ser mais prolongada (...)*

E: *Exatamente. Alguns casos são bem complicados (...). Mas eu não sei como avaliam isso lá na Cáritas.*

P: ***Em termos gerais, o que você sabe sobre a ocupação profissional deles aqui (homens e mulheres)?***

E: *Aí a coisa é horrível. E afeta a saúde, é claro. Por isso a construção desse perfil que eu tenho como projeto não pode deixar de ser feita.* ***Resumindo, a situação é assim: mercado informal + desempregados. Digamos que não chegue a 10% os que conseguem um trabalho formal; geralmente porque conhecem alguém, e porque viram o nível de escolaridade (...). Mas são bem poucos. O restante vive o desemprego mesmo – quando não têm nada. A maioria, quando tem algum trabalho, é informal, temporário, faz bicos.***

P: ***Os que vêm ao hospital relatam uma situação de vida muito difícil aqui no Rio?***

E: ***Muito. Alguns em situação que eu diria desesperadora****. Alguns tendendo à depressão... Por isso a porta daqui tem que estar sempre aberta para eles. Mesmo para os que já estão aqui, com o status de refugiado, até por alguns anos, a porta está sempre aberta para uma conversa; para um atendimento; para um desabafo.*

*****

Como já indicado anteriormente, a continuidade dos contatos no HSE, a observação participativa e a colaboração específica no Projeto ASF da Pediatria – além das entrevistas em profundidade com os chefes do Serviço Social e do Serviço de Pediatria – tornaram possível a obtenção de informações novas e complementares sobre o grupo pesquisado. De forma geral, constatou-se estreita correspondência com as observações e informações obtidas na pesquisa de campo, sem desconsiderar algumas contradições e pontos divergentes, assim como alguns detalhes que somente uma observação mais fina e constante, através do contato frequente e por tempo prolongado com os refugiados, torna possível perceber.

Alguns aspectos apresentados a seguir – considerados importantes para o enriquecimento do perfil almejado – resultam do cruzamento das informações obtidas e observadas diretamente na Cáritas – RJ com os dados das fontes acima indicadas e os resultados da investigação empírica realizada nos espaços de moradia, de encontros e sociabilidade, de trabalho e de práticas religiosas dos refugiados.

Ressalte-se, ainda, a importância da investigação com observação participativa e intervenção continuada, ao longo de três anos, na experiência de construção e consolidação da Comunidade Ango-Congolesa do Brasil – CACB – associação já mencionada neste Capítulo. Tal experiência, como já indicado, será aprofundada na parte III da pesquisa de tese.

A partir do trabalho de cruzamento e confronto de informações, dados, observações, percepções, experiências compartilhadas, é possível uma melhor qualificação do grupo ao destacar outros elementos significativos indicados na apresentação inicial do perfil: **níveis de escolaridade, situação ocupacional / principais atividades laborais, diversidade étnica.**

Na esfera do trabalho devem ser ressaltados dois pontos: a dificuldade generalizada de conseguir um emprego (ainda que temporário) e a vivência da situação de desemprego por uma parte muito expressiva dos refugiados congoleses.

Há uma unanimidade nas declarações de congoleses e congolesas quanto a grandes dificuldades para conseguir trabalho. O fator a que atribuem o maior peso, em um conjunto de dificuldades, é a **barreira da língua portuguesa**. Neste sentido, apontam como maior problema a **falta de uma assistência aos refugiados para que possam aprender o português em um nível de proficiência da língua que seja suficiente para permitir ou facilitar a obtenção de um trabalho.**

Entre aqueles que possuem maior nível de escolaridade – em especial com nível superior – **o segundo maior problema apontado é a falta de recursos e as dificuldades existentes para conseguir documentos e diplomas que comprovem a formação acadêmica na RDC e a sua convalidação aqui no Brasil.** Além das regras bastante rígidas para os estrangeiros em geral, os demorados procedimentos burocráticos, a exigência de numerosos documentos de comprovação, os congoleses enfatizam a enorme dificuldade e as altas "taxas" que familiares ou amigos (com quem conseguem estabelecer algum contato para esta finalidade) enfrentam para conseguir obter os documentos na RDC.

Uma característica bem representativa no grupo é a **dificuldade de aceitar atividades ocupacionais que estejam aquém de sua formação ou da função que tinham em seu país.** A reação dos mais qualificados é forte e prolongada até o limite máximo, seguida de frustração e de um inconformismo que é declarado por muitos – já que, em geral, só conseguem obter trabalhos menos qualificados e de baixa remuneração.

Entre os jovens de 20 a 30 anos – que representam a maioria dos refugiados por estimativas e inferências derivadas da pesquisa direta com os congoleses – a formação de

nível universitário, ainda que incompleta porque interrompida pela falta de condições financeiras ou pela necessidade de fugir da RDC, conforma **especificidades nos padrões de sociabilidade entre os grupos de jovens que, na falta de termos melhores, aqui denominaremos de "estudantes congoleses bolsistas" e "universitários congoleses refugiados"** [48].

Como atividades ocupacionais mais comuns no conjunto maior dos refugiados congoleses destacam-se: cabeleireiros (homens), assistentes de cabeleireiros, ocupações diversas de baixa qualificação na construção civil, atividades comerciais esporádicas no mercado informal, trabalhos temporários no mercado informal de rua, trabalho temporário em empresas para o setor de "serviços gerais", obtidos através da inscrição em agências de emprego.

Dentre as estratégias empreendidas pelas mulheres para obter alguma renda, **a atividade de trançar cabelos em domicílio na vizinhança, ou atendendo em suas próprias casas, é a mais representativa**. Outra atividade que merece ser citada é a função de "explicadora" para as "crianças congolesas" com dificuldades escolares (atividade que vem expandindo-se principalmente em Brás de Pina), desempenhada por mães formadas como professoras no Congo ou com nível de escolaridade mais alto e/ou, ainda, por aquelas que dominam melhor o português.

Um aspecto interessante sobre a esfera do trabalho (mas não restrito a esta), bastante citado em conversas e entrevistas por vários congoleses do grupo dos "mais velhos", trata-se da **disseminação recente da atividade ocupacional "pastor de igreja evangélica"** – tanto aqui no Rio de Janeiro quanto em outras cidades do Brasil. Das palavras de um congolês "mais velho", em uma conversa bastante informal, registrou-se a seguinte observação: "se alguém virou pastor, vai viajar para o Congo quando quiser, vai logo melhorar de vida (...), as igrejas têm dinheiro e pagam muito bem. Com o aumento de congoleses por aqui, ser pastor evangélico se transformou em profissão".

[48] Principalmente entre os jovens, esta característica do nível de formação educacional pode explicar, parcialmente, certas relações de amizade e conhecimento que já trazem do seu país ou que estabelecem aqui. Ver em ANEXO K – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, página 130, uma entrevista/conversa coletiva realizada através desta rede específica de relações, por ocasião de uma visita à casa de quatro jovens refugiados. No Capítulo 4, item 4.2, há algumas considerações a partir de observações da pesquisadora em encontros posteriores com esses jovens na parte denominada "Informações sobre os "jovens universitários congoleses refugiados". As relações com os estudantes congoleses. Bolsa, moradia e condições para os estudos".

Em uma das entrevistas realizadas com pastores evangélicos / protestantes, obteve-se a informação de que a expansão de novas igrejas evangélicas é muito rápida no Congo e se dá em praticamente todas as províncias, notadamente em Kinshasa [49]. A mesma informação pode ser verificada em um dos anexos da parte 3.1 deste Capítulo [50] que relata a vida em Kinshasa e o terrível "fenômeno das crianças bruxas".

Este tema das igrejas frequentadas pelos congoleses é importante na construção de um perfil do grupo, uma vez que expressa diversidades internas ao conjunto maior e tem derivações no que se refere às relações sociais que, em alguns momentos e situações, ganham uma carga de tensões ou restrições recíprocas entre "subgrupos" – embora não de forma muito evidente ou pública, ou melhor, quase sempre polida e velada como é costume dos congoleses.

Esta questão é significativa e tem diversos reflexos na dinâmica das redes sociais de apoio e compromissos (tão importante para os percalços que os refugiados enfrentam desde os tempos da chegada e da solicitação do refúgio até os demais aspectos da "integração social local") e no gerenciamento de dificuldades que tendem a ser mais rapidamente superadas por aqueles que possuem laços fortes na configuração da rede onde buscam e acionam os recursos relacionais.

O pertencimento a "um dado grupo religioso" reflete-se também, por exemplo, na participação (ou não) e na forma como percebem o processo de construção e fortalecimento da associação que foi criada com o objetivo de representar toda a comunidade congolesa [51]. Conforme veremos mais adiante, a associação empreende esforços para ampliar sua representatividade do conjunto maior de congoleses e vem buscando expandir contatos e apoios de outras ONGs, instituições públicas e as organizações do chamado "Sistema S" [52]. Tais apoios caracterizam-se até o momento pela predominância de

[49] Ver nos ANEXOS L e M – Capítulo 3 (3.2), Vol II, p 133 e 137 entrevistas e encontros realizados com dois pastores congoleses (pastor D e pastor L) que trabalharam ou trabalham na área de Brás de Pina. Além das diferenças entre a visão de um e de outro sobre os refugiados, sobre as razões da emigração na RDC / vinda para o Brasil e a respeito da associação (CACB) – o que inclui a questão "quem é congolês e quem não é congolês" – chama-se a atenção para as visões do papel social das igrejas e dos pastores e a função de "agregação da comunidade congolesa". Conforme as palavras de um dos pastores "(...) é importante, também, observar as diferenças na forma de realizar as liturgias". As diferenças entre a forma de conduzir os cultos e as liturgias propriamente ditas poderão ser percebidas nos relatos das entrevistas e encontros.

[50] ANEXO K – Capítulo 3 (3.1), Vol. II, página 84.

[51] Referência a já citada CACB que, além dos congoleses, também engloba parte dos angolanos residentes no Rio de Janeiro.

[52] O "Sistema S" é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores. Fazem parte do Sistema o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do

indivíduos ou organizações (e até instituições públicas) simpatizantes ou integrantes do que se costuma denominar "movimento negro", com discursos fortes de luta pela defesa da liberdade de religião, em especial aquelas identificadas como de matriz africana.

Apesar de uma crescente adesão dos congoleses às "igrejas evangélicas", o conjunto maior de refugiados caracteriza-se por crenças e religiosidades diversas. Alguns poucos se declaram "animistas" ou fiéis a crenças e práticas africanas mais tradicionais. Um grupo significativo declara-se "protestante": alguns afirmam que são presbiterianos porque esta é a religião da família no Congo; outros frequentam a Igreja Batista da Penha (e explicam que já frequentavam a Igreja Batista no Congo), muitos se dizem "frequentadores da Igreja Evangélica Africana".

Talvez como reflexo da herança da colonização, os almanaques costumam indicar uma maioria católica para a RDC. Entre os refugiados entrevistados, contudo, nenhum se declarou católico praticante. Dois entrevistados afirmaram ser "católicos em primeiro lugar" (religião da família de origem) e membros da Igreja Evangélica Africana aqui no Rio de Janeiro [53].

A pesquisa indicou que existe um pequeno grupo de estudantes congoleses católicos. São jovens universitários bolsistas das universidades públicas que cursaram colégios jesuítas tradicionais no Congo e buscam o apoio de padres desta ordem católica aqui no Rio de Janeiro (a partir de contatos e conhecimentos das famílias no seu país de origem). Passam a participar de atividades nas Igrejas e a fazer parte de uma rede social de grande valor psicológico, que lhes garante, também, maior apoio em questões práticas diversas.

A composição étnica do grupo está marcada pela predominância dos *Bakongo* uma vez que, como já visto, a maior parte dos refugiados é proveniente das províncias onde se concentra o grupo etnolinguístico *Bakongo – Kicongo* (províncias do *Bas-Congo, Kinshasa e Bandundu* [54]). A vinda de pessoas que fugiram da região em guerra no leste do país – as

---

Comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes), SEST (Serviço Social de Transportes), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), DPC (Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Fundo Aeroviário (Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica) e SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo). A CACB está cadastrada no SESC de Duque de Caxias, na parte referente a cursos profissionalizantes.

[53] Em uma pequena amostragem das declarações em resposta à pergunta sobre "pertencimento" religioso constante do material tabulado a partir das entrevistas com os pais no atendimento às crianças filhas de refugiados congoleses no Projeto ASF (ANEXO F - Capítulo 3 (3.2), Vol. II, p. 106), encontram-se as seguintes "Religiões declaradas": Protestante, Evangélica Protestante, Pentecostal, "Primeiro Católica e depois Batista", Protestante – Quimbanguista, Evangélica, Assembleia de Deus, Igreja Evangélica dos Africanos.

[54] Para melhor entendimento, indica-se voltar ao mapa dos principais grupos etnolinguísticos (MAPA 2 – Capítulo 3.1, página III), no conjunto de mapas apresentado ao final do Capítulo 3.1 (página 175).

províncias *Nord-Kivu* e *Sud-Kivu* – permite inferir a presença de um grupo menor, porém significativo, de refugiados pertencentes à etnia *Swahili.*

Importa destacar que embora a maior parte dos refugiados congoleses seja de origem *Bakongo* e, ao que tudo indica, seguida por membros da etnia *Swahili* (embora nem todos que declaram ter fugido dos *Kivu* e da guerra tenham nascido naquela região, pertencendo a outras etnias), **a língua mais falada pelos refugiados congoleses é o Lingala**. É possível afirmar que entre os refugiados praticamente todos falam francês, mas em geral conversam entre si e se comunicam no dia a dia em Lingala. Entre os *Bakongo* encontram-se refugiados que falam e compreendem o *Kicongo* - sua língua materna - especialmente entre os "mais velhos" e os de nível educacional mais elevado.

As explicações dadas pelos congoleses que colaboraram com a pesquisa na identificação e mapeamento dos quatro principais grupos etnolinguísticos para o fato de "todos falarem Lingala" (ou melhor, uma "mistura" de Lingala com palavras em francês) passam por duas vertentes, também encontradas na literatura consultada. Lingala era a língua tradicionalmente usada nas atividades comerciais (como ainda é até os dias atuais). Por ser "a língua do comércio" – como dizem os congoleses – trata-se de uma língua falada praticamente em todas as partes da RDC e em diversos países africanos.

No caso específico do Congo – RDC, a disseminação do Lingala – língua materna do povo *Bangala-Lingala*, que se situa na província do *Equateur* – é explicada também pelo fato de durante muitos anos a mesma ter sido a língua obrigatória do exército do Congo – Zaire por determinação do presidente Mobutu, nascido naquela província.

Contam os congoleses mais jovens, em tom um tanto irônico, que depois de Mobutu ter instituído oficialmente o Lingala por tantos anos no exército congolês, a ascensão de Laurent Desiré Kabila (membro do povo *Swahili*, nascido na província de Katanga) à presidência da RDC "fez o exército ter que trocar de língua e passar a aprender a falar *swahili*, desde os tempos de 'Kabila pai' até os dias de hoje, com 'Kabila filho' ainda no poder".

Uma referência importante para a valorização da identidade do grupo de congoleses de origem *Bakongo* trata-se da religião quimbanguista. Alguns refugiados resgataram e ainda resgatam em tempos mais recentes (quando da chegada ao Brasil) vínculos com alguns dos "mais velhos" que advêm do fato da família de origem no Congo "pertencer ao *Kimbanguisme"* – o que não necessariamente implica que tenham que ser frequentadores da "Igreja Quimbanguista do Rio de Janeiro".

Algumas referências à importância fundamental da religião quimbanguista na primeira fase do processo de imigração (e não somente no aspecto essencialmente religioso) já foram feitas anteriormente neste Capítulo em algumas entrevistas dos congoleses "mais velhos".

A pesquisa de campo realizada na sede da Igreja Quimbanguista do Rio de Janeiro revelou que é pequeno o número de refugiados congoleses que atualmente frequentam os cultos da igreja no bairro do Estácio. O fato é, em geral, explicado por eles como uma imposição do custo e do tempo de deslocamento para frequentar a igreja, em função da distância que se estabeleceu com a "migração" intrametropolitana por parte das famílias congolesas em direção a Caxias e, posteriormente, com a concentração em Brás de Pina.

Destaque-se, entretanto, que **os refugiados provenientes das províncias de maioria étnica *Bakongo-Kicongo* demonstram preservar um respeito devido à tradição da Igreja Quimbanguista – até quando já se tornaram integrantes das "novas igrejas" evangélicas.**

Mesmo entre os mais jovens, inclusive entre os estudantes universitários, há um **reconhecimento de que o "*kimbanguisme*" é uma marca de tradição importante, com elementos de valorização da África e do povo africano. Afirmam que a Igreja Quimbanguista, ao contrário do que aconteceu aqui no Brasil, tem força de aglutinação e está presente nas diásporas africanas (em especial entre o povo *Bakongo-Kicongo* [55]) em diversas partes do mundo.**

Relatos de pesquisa de campo (com observação participativa) na Igreja Quimbanguista do Rio de Janeiro em duas ocasiões diferentes [56] deixam entrever as características e a importância das tradições seguidas à risca nos cultos e percebidas também nos hábitos e valores daqueles que se mantêm mais ligados ao quimbanguismo

Numa abordagem comparativa, foi possível observar como elementos de tradição africana e a preocupação em valorizar e preservar algumas marcas percebidas como expressões de uma "identidade congolesa" vão reduzindo-se à medida que uma maior parte dos refugiados passa a frequentar as igrejas evangélicas brasileiras, mesmo aquela que (atualmente em franca expansão na comunidade de Brás de Pina) se autodenomina Igreja

[55] O que não se restringe aos nascidos na RDC.
[56] No Capítulo 4 (4.2) , p.309, encontra-se os relatos e as observações feitas pela pesquisadora ao longo das "visitas" à sede da igreja, no bairro do Estácio.

Evangélica Africana (apesar das discordâncias em relação a esta denominação por parte de alguns membros do conjunto maior estudado) [57].

Os espaços de prática religiosa de grupos imigrantes, sejam ou não refugiados, já foram bastante estudados como locais privilegiados de encontro, sociabilidade, referência, apoio mútuo e até mesmo como base física-material do funcionamento das redes sociais de solidariedade e apoio. Muitas vezes é através de uma igreja ou de outros espaços religiosos que as comunidades de imigrantes começam a se fortalecer e a se organizar.

No caso dos refugiados congoleses, as diversas igrejas exercem este papel em cada área de concentração de moradia onde estão instaladas, mas, ao que tudo indica, ainda de forma não muito significativa. Ressalte-se, contudo, que tais considerações não se aplicam à Igreja Quimbanguista na primeira fase da chegada de refugiados vindos do Congo-Zaire e, talvez, até o início dos anos 2000, segundo afirmam alguns refugiados. A prática da religião quimbanguista e o local da sede da Igreja desempenharam, com exclusividade, diversas funções citadas no parágrafo anterior no que se refere à reunião, ao funcionamento das redes de apoio, à agregação e à organização do grupo dos refugiados congoleses naquele período.

Conforme pode ser percebido em algumas entrevistas e referências aos principais **espaços de encontro e sociabilidade dos congoleses**, estas funções passaram a ser progressivamente concentradas pelos **"salões de cabeleireiro**". Melhor dizendo, **esta marca de espaço de referência da comunidade congolesa "para informações e tudo mais que se precisa" [58], nas palavras dos refugiados, "passou da Igreja para os 'salões' dos congoleses" –** seja em Brás de Pina, em Caxias ou no Centro. No caso do Centro da cidade, a maior referência está em lugar específico do denominado "Centro de comércio popular da Central do Brasil [59]" – embora existam outros locais na área do Centro com papel semelhante.

[57] Nos ANEXOS H1 e H2 – Capítulo 3 (3.2), Vol. II, páginas 113 e 117, encontra-se relatos de observação dos cultos da primeira Igreja Congolesa de Brás de Pina e da Igreja Evangélica Congolesa atualmente em funcionamento – esta última, aliás, vinculada à Assembleia de Deus através de um pastor que está à frente de uma igreja em Jacarepaguá. Estes cultos, se tomados em conjunto com o culto da Igreja Quimbanguista, permitem perceber a questão indicada no parágrafo.

[58] Ver entrevistas dos "mais velhos" (identificados como: Sr. D. , Sr.V. e Sr. E.) nas páginas 195 a 204.

[59] O Centro popular de comércio da Central do Brasil, mais conhecido como "Camelódromo da Central" foi atingido por um incêndio no final do mês de abril de 2010. Os congoleses que lá trabalhavam, principalmente nos salões de cabeleireiro, perderam praticamente tudo. As poucas peças que conseguiram resgatar após o incêndio estão atualmente instaladas num único estabelecimento (em local próximo) onde se reuniram quase todos os cabeleireiros e alguns auxiliares. Este fato ocorreu para além do recorte temporal da pesquisa, mas considerou-se importante mencioná-lo pelos impactos negativos que causou para a comunidade de congoleses imigrantes e refugiados no Rio de Janeiro. Além dos prejuízos materiais e da perda de espaço de trabalho para diversos profissionais, a comunidade de congoleses perdeu o seu mais importante espaço de referência em termos de sociabilidade e de centralidade no acionamento das redes sociais.

Estes espaços informais de sociabilidade têm forte importância na dinâmica de funcionamento das redes sociais e de seus recursos relacionais, já que são fundamentais para as estratégias de sobrevivência e para a busca de melhores condições de "integração local" – bastante precária para o conjunto maior de refugiados congoleses [60].

Acredita-se, conforme indicado no início deste item do Capítulo, que a apresentação do processo de construção de um perfil dos refugiados congoleses na metrópole do Rio de Janeiro ao longo do desenvolvimento da pesquisa tenha permitido perceber (ou entrever), no texto e/ou nas entrevistas e relatos, as diversidades presentes no conjunto dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro e as especificidades de alguns subgrupos, favorecendo o entendimento das dinâmicas da "integração local" a serem enfocadas no próximo Capítulo.

[60] As condições da "integração local" e a situação de precária inclusão social da maioria dos refugiados congoleses são questões centrais para o desenvolvimento da parte III da pesquisa.

"(...) Após um longo momento inicial de perguntas, dúvidas, explicações gerais, exemplos e casos relatados, volto a falar com ***C.*** *sobre a pesquisa e o que eu gostaria de conversar com ele na entrevista. Explico. 'A pesquisa tem três expressões-chave: integração; análise crítica; proposições. A pesquisa é para conhecer e avaliar as condições de vida dos refugiados. Para ajudar a pensar o que se precisa fazer ou o que pode ser feito para melhorar a situação dos refugiados. O grupo que estou estudando nesta pesquisa é o dos congoleses. A minha pesquisa é só aqui no Rio de Janeiro. Pesquiso as condições de integração social local dos refugiados congoleses'.*
C. afirma que entendeu tudo perfeitamente, mas pergunta: 'o que você vai considerar como bem integrado, como uma boa integração?' ". [1]

III – A "INTEGRAÇÃO LOCAL" DOS REFUGIADOS CONGOLESES NO RIO DE JANEIRO

"(...) Sr. ***B.*** *olha para mim e pergunta: '****Professora, a quem a senhora acha que uma pessoa deve recorrer quando quiser realmente saber o que é ser um refugiado; e como é ser um refugiado congolês no Rio de Janeiro?' "*** [2]

[1] Fragmento do relato de uma longa entrevista com um jovem refugiado para levantar questões significativas sobre as dificuldades de "integração local" dos congoleses no Rio de Janeiro.
[2] Excerto de um diálogo entre a pesquisadora e o primeiro colaborador/ tradutor da pesquisa de campo quando da elaboração do cronograma das primeiras entrevistas.

4 DA INCLUSÃO SOCIAL PRECÁRIA À BUSCA DE "INTEGRAÇÃO LOCAL" NO CONTEXTO DA GRANDE METRÓPOLE

Este Capítulo final do trabalho foi elaborado a partir do perfil dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro construído no Capítulo anterior. Dentre os indicadores e outros fatores enfocados para a caracterização do grupo pesquisado, foram selecionados, com vistas a uma melhor qualificação do perfil, alguns aspectos da rede social de recursos relacionais acionados pelos sujeitos (indivíduos e grupos) que a integram. Assim sendo, o presente Capítulo expressa o avançar da pesquisa no sentido de analisar as dinâmicas de "integração local" dos congoleses, por meio de um estudo das questões e ações presentes e da formulação de uma crítica propositiva. No estudo realizado tomou-se a importância das redes sociais nas dinâmicas de integração como fio condutor da pesquisa empírica com os refugiados congoleses.

Aborda-se de forma bastante específica os processos de "integração local" [3], uma vez que o Capítulo é composto por uma série de informações, observações, dados coletados, entrevistas e experiências – fruto da pesquisa de campo, apresentada em boa parte na forma de relatos. A pesquisa empírica foi realizada junto à Caritas do Rio de Janeiro (organização responsável pelo Programa de Assistência aos Refugiados) e desenvolvida com os sujeitos refugiados através de observação participativa, como já indicado anteriormente.

No segundo item do Capítulo, destaca-se a importância dos relatos das entrevistas, conversas, encontros, atividades realizadas com os refugiados, além de experiências e vivências ouvidas ou compartilhadas pela pesquisadora, em um esforço de recuperação da própria trajetória da pesquisa de campo realizada e "da riqueza do fazer" neste tipo de investigação.

[3] A adoção do termo "integração local" neste trabalho pressupõe uma série de considerações sobre o conceito de integração social e uma escolha relacionada aos discursos (incluindo as práticas) das agências, instituições e organizações que tratam da questão do refúgio e dos refugiados, em diversos âmbitos e escalas, posto que estes discursos consagram a hegemonia do referido termo quando versam sobre as condições de inserção social dos refugiados nas áreas de acolhida. Vale lembrar que a literatura acadêmica e outros materiais produzidos sobre a problemática do refúgio e dos refugiados (incluindo matérias e notícias divulgadas pela mídia) também utilizam este termo – embora muitas vezes empregando-o com um sentido que não corresponde exatamente ao que se pode inferir da definição de "integração local" aplicada pelo ACNUR em seus relatórios e documentos. Esta questão da hegemonia do termo "integração local" na problemática do refúgio e dos refugiados foi abordada na INTRODUÇÃO.

Para compreender a forma como está estruturado o Capítulo é preciso, portanto, que o leitor esteja informado a respeito do percurso [4] da investigação empírica.

A investigação empírica iniciou-se no final de 2006 **com o foco voltado para a atuação da Cáritas – RJ [5].** Foram pesquisados programas e projetos referentes à assistência e à integração dos refugiados no Rio de Janeiro, abarcando tanto o favorecimento do acesso destes refugiados às políticas públicas (em especial o acesso aos sistemas públicos de saúde e educação) quanto certas práticas já consolidadas de atuação da organização e seus parceiros [6]. Almejava-se conhecer *in loco* os principais projetos em funcionamento no Rio de Janeiro, as experiências em curso, as perspectivas de novas ações, além de agregar novas informações e aprofundar o conhecimento sobre os objetivos do trabalho da instituição (vinculados aos do ACNUR, do CONARE e do

[4] Percurso não exatamente linear no tempo e tampouco unidirecional em seus movimentos no espaço. É possível tentar (mal) traduzir os movimentos deste percurso como um caminhar que persegue um traçado principal (esboçado pelos fundamentos teóricos e por um conjunto de informações e algum conhecimento anteriormente acumulado sobre o objeto de estudo), mas que entra por linhas vicinais, faz desvios, recuos e retornos a alguns pontos em diversos momentos e em diferentes contextos. Isto porque o percurso foi (re)construído de acordo com a dinâmica da própria investigação empírica e, portanto, a sua configuração (obviamente não controlável ou submissa à vontade ou possíveis prioridades da pesquisadora) deu-se em ritmos variados e conforme uma adaptação necessária do tempo da pesquisadora ao tempo dos sujeitos refugiados.

[5] Esta escolha se justifica pela história e pela importância da instituição, conforme se pode verificar no trecho de um texto de apresentação da entidade que se encontra na p. 240, no início do item 1 deste Capítulo, assim como em diversos pontos do Capítulo 2. O Capítulo 4 como um todo, especialmente a primeira parte, precisa ser lido a partir da perspectiva de sua relação direta com o Capítulo 2 – que enfocou a problemática do refúgio no Brasil, abordando as competências e atribuições das instâncias responsáveis pelos refugiados e pelas políticas e ações em várias escalas de atuação no tripé "proteção, assistência e integração". Sugere-se atenção aos remetimentos explícitos a trechos e notas do referido Capítulo 2, mas alerta-se o leitor para a opção feita pela autora de não sobrecarregar o último Capítulo com informações sobre leis, resoluções, acordos, convênios, termos jurídicos ou próprios ao tema do refúgio, considerações e determinações legais (que constam do Capítulo 2 ou são indicadas para consulta e/ou aprofundamento em notas daquele Capítulo). Da mesma forma poderá ser necessário voltar a algumas notas do Capítulo 2 que se referem às competências do ACNUR, do CONARE, das Cáritas – SP e RJ, além das referências específicas à Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro como instituição responsável pelo Programa de Assistência aos Refugiados – enfocada no item 4.1. É prudente lembrar ao leitor que no item 2.2.1 (p. 93) estão concentradas as informações sobre o Estatuto do Refúgio no Brasil e o sistema tripartite, bem como sobre os agentes diretamente envolvidos com o refúgio no Brasil e suas competências e atribuições. No item 2.2.3 (p.111) encontra-se uma base necessária sobre as políticas públicas e ações institucionais, para permitir que o leitor acompanhe as informações e as análises que informaram e que fazem parte do percurso da pesquisa de campo – através da qual se traz à tela questões, críticas, sugestões, experiências, programas e projetos que têm centralidade no presente Capítulo. Muitos pontos do Capítulo 4 estão construídos em consonância com destaques e comentários sobre as políticas para assistência e integração local dos refugiados no Brasil anteriormente sintetizados nas páginas 117 a 120 do Capítulo 2. Sobre a necessidade de "fortalecimento das redes de proteção e assistência, a participação da sociedade civil e órgãos e instituições governamentais em escala estadual e municipal" indica-se uma revisão das páginas 128 a 130, no Capítulo 2.

[6] Sobre as parcerias estabelecidas pelo Programa de Assistência aos Refugiados no Rio de Janeiro, vale esclarecer que serão abordadas na medida do limitado campo de possibilidade de contatos mais diretos com as organizações, instituições e outros parceiros da Cáritas – RJ. Ver adiante, na página 242 a lista das instituições parceiras da Cáritas – RJ, conforme apresentadas em folhetos de divulgação da organização.

governo brasileiro) [7] para o aprimoramento de suas funções/atribuições e superação das dificuldades existentes.

Neste sentido, a primeira parte do Capítulo percorre um (possível) caminho para a aquisição de novos conhecimentos sobre as "práticas mais significativas" [8] no universo do refúgio pesquisado, orientando-se por um olhar voltado simultaneamente (e /ou alternadamente) para a história do refúgio no Rio de Janeiro (e do Programa de Assistência aos Refugiados da Cáritas – RJ) e para além do tempo presente da pesquisa. Um olhar que busca perceber, reconhecer, conhecer e avaliar os impactos das práticas e das políticas que as informam; que tem a intenção de contribuir (por pensamento, palavras, ações e algumas necessárias omissões) para novas possibilidades de ampliação e fortalecimento das políticas e ações voltadas à integração social dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro [9].

Na segunda parte do Capítulo o foco se volta para os refugiados congoleses, reconhecendo-os como protagonistas do refúgio e das dinâmicas de "integração local", tanto como indivíduos quanto como subgrupos ou coletividade mais ampla. Ligando indivíduo(s) e coletivo encontram-se os movimentos das (e pelas) redes de relações sociais que os congoleses acionam para enfrentar as dificuldades e as barreiras econômicas, sociais, políticas e culturais que determinam a distância entre a "integração local" imaginada / desejada e as condições de inserção social que vivenciam.

Para isso, foi pesquisada a estrutura e o funcionamento das redes sociais em sua dinâmica própria, enfocando alguns espaços, atores, aspectos e processos que se

---

[7] O convênio estabelecido entre o ACNUR e a Cáritas (ainda antes da promulgação da lei brasileira No 9474/1997 que implementa o Estatuto dos Refugiados no Brasil), determina as formas como as Cáritas do Rio de Janeiro e de São Paulo executam práticas nas linhas básicas de atuação do ACNUR (proteção, assistência e integração local). Ver Capítulo 2, página 97, nota 36.

[8] Tradução livre para o termo em inglês – *best practices* – utilizado na literatura sobre integração de refugiados.

[9] Ressalta-se que o texto deste Capítulo busca garantir a maior fidelidade possível ao que foi observado, uma vez que se reconhece uma limitação do acesso a informações mais aprofundadas. Vale registrar aqui a necessidade de diversos contatos e muita insistência para a obtenção de informações e dados solicitados e / ou agendamento de visitas à sede da Cáritas para uma observação direta do trabalho realizado pela ONG. Como já destacado anteriormente, o refúgio trata-se de uma situação que exige a proteção (incluindo o anonimato) dos protagonistas e o respeito à determinação de sigilo quanto às informações sobre os refugiados. Para além desses cuidados necessários, deparou-se com certo estranhamento à forma de realização de uma pesquisa de observação participativa com refugiados. Tal estranhamento não foi percebido somente entre os próprios refugiados, mas, também, entre diversos agentes tais como funcionários e profissionais integrantes das equipes de organizações e instituições que, direta ou indiretamente, participam ou executam os programas e ações de proteção, assistência e facilitação da "integração local" dos refugiados. Durante o desenvolvimento da pesquisa, frente ao enorme esforço e à perseverança necessários para a obtenção de dados estatísticos e informações mais qualitativas (e precisas) sobre diversos temas e questões presentes no estudo sobre os refugiados, foi inevitável pensar muitas vezes que quando se trata de refugiados no Rio de Janeiro "todos os caminhos te levam à Cáritas".

mostraram mais significativos para compreender a importância destas redes para os imigrantes e refugiados congoleses.

Como procedimentos mais utilizados e linhas mestras da pesquisa de campo destacam-se a escuta e a presença nos espaços de residência, trabalho, sociabilidade, práticas religiosas, encontros, eventos festivos e outros acontecimentos; como objetivo, a possibilidade de acompanhar as configurações mutantes da rede social, em função dos problemas, das conquistas, das estratégias, das diversas questões que os congoleses destacam sobre a realidade que enfrentam e vivenciam no contexto do refúgio – e sobre as quais elaboram seus próprios discursos.

Há um convite implícito para o leitor tentar entrever – ou, quem sabe, sentir – através das linhas e entrelinhas dos diversos tipos de texto que compõem este item do Capítulo, a constante busca da pesquisadora no sentido de se aproximar dos refugiados e conhecê-los aos poucos; "dar tempo ao tempo" para poder observar, identificar, interpretar e procurar seguir, com sensibilidade e confiança nos objetivos da pesquisa, as trajetórias que os congoleses constroem e a vida que reconstroem no espaço da metrópole.

Ao escrever sobre este esforço de "aproximação para o conhecimento", é necessário deixar registrado que em muitos momentos e situações a pesquisadora participou ativamente da tessitura (que é ao mesmo tempo individual e coletiva) da(s) rede(s) sociais, procurando colaborar para torná-la(s) cada vez mais ampla(s) e mais forte(s).

À medida que o lento trabalho de conhecer os refugiados progredia (para ser possível compreender e ousar escrever sobre o que era observado e relatado a respeito das dificuldades de integração e as estratégias econômicas e sociais criadas por eles), avançava também a conquista da confiança mútua (pesquisados - pesquisadora), até se chegar à colaboração e à atuação dos congoleses na construção da própria pesquisa.

Finalmente, na apresentação deste último Capítulo, faz-se necessário esclarecer ao leitor que os resultados de tal pesquisa de observação participativa, pesquisa-ação, pesquisa com intervenção, não se apresentam neste trabalho na forma mais tradicional de escritura de uma tese de doutoramento. Incorporando reflexões, análises e possíveis desdobramentos da pesquisa, ou mesmo a "confirmação / negação de questões-hipóteses" contidas na questão central da tese (e suas derivações), os resultados são apresentados em meio a observações, depoimentos, trechos de entrevistas e conversas, relatos de situações vividas ou ainda em curso. Também são colocados em tela (e

entendidos como resultados) alguns acontecimentos marcados pela participação ativa dos sujeitos pesquisados, projetos elaborados e desenvolvidos ao longo do tempo da pesquisa (ou que ainda seguem em processo de desenvolvimento), ações propostas ou executadas por integrantes do grupo investigado, quando em interação (ou não) com outros agentes que compõem o contexto maior do campo da investigação (incluindo, às vezes, alguma forma de participação da pesquisadora).

Neste contexto mais amplo se inserem os efeitos dos discursos sobre os refugiados congoleses e os discursos que eles mesmos elaboram, assim como se verificam os impactos das ações que fazem parte de políticas públicas, ações institucionais e de estratégias criadas para a integração social local. É desta forma que está organizada a parte final do Capítulo – refazendo os caminhos construídos a partir da própria experiência da pesquisa-ação em seu curso.

As duas partes do Capítulo têm, por certo, diversos pontos e planos de interseção e se entrelaçam, em vários momentos, de modo a nos mostrar a interação dos discursos e dos sujeitos discursivos [10]. O que se pretende, ao final do conjunto de Capítulos que compõem este trabalho, é concluir a tarefa de formular possíveis respostas (no bojo de um discurso pretensamente instigante) para perguntas que traduzem a questão central elaborada para a construção e estruturação da pesquisa de tese, tais como as destacadas a seguir:

1. *Em que medida existe um componente decisório nas chamadas migrações forçadas, incluindo os deslocamentos daqueles que se tornam refugiados? Que implicações isto traz para um estudo sobre os refugiados enquanto sujeitos ativos?*

2. *Como em um grupo de imigrantes numa situação particular – a situação de refugiados no Rio de Janeiro – as dinâmicas de integração social estão permeadas por uma tensão entre as limitações das políticas públicas / ações institucionais em vigor e*

[10] Reafirma-se aqui (como já expresso na INTRODUÇÃO) que o entendimento dos "discursos dos diversos agentes" envolvidos direta e/ou indiretamente com a questão investigada compreende não somente as falas ou um conjunto de enunciados sobre as estratégias e práticas específicas desses agentes, mas também as ações institucionais, as práticas de implementação das políticas públicas, as diversas estratégias de sobrevivência e as alternativas buscadas e criadas pelos refugiados através das redes sociais para uma melhor inserção social. **Enquanto sujeitos inseridos no mundo através da linguagem, os agentes são, pois, sujeitos discursivos. Sujeitos sociais ativos que constroem seus discursos; sujeitos localizados em diferentes posições relacionais em um dado contexto socioeconômico, cultural e político do espaço (social) em que se inserem de formas diversas e mutantes.**

as estratégias (necessárias) criadas pelos refugiados através das redes sociais como sujeitos individuais e coletivos?

3. *Qual o papel e a importância das redes sociais (que atuam em diferentes escalas espaciais) tanto para a criação das condições de* ***e****migração quanto, especialmente, para a "integração local" no país de acolhida, ainda que a concessão do 'status' de refugiado (por sua especificidade jurídica e pelas determinações legais) pressuponha a garantia não só de proteção, mas também de ações e políticas específicas para o acolhimento, assistência e " integração local dos refugiados?*

4. *Como as questões acima se especificam no caso dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro? Qual a importância do estudo das especificidades de um conjunto de sujeitos tornados refugiados?*

4.1. DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS PARA A INTEGRAÇÃO E ASSISTÊNCIA DOS REFUGIADOS EM FOCO. ALGUMAS QUESTÕES SIGNIFICATIVAS A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO

Os textos abaixo destacados são parte de material impresso de apresentação oficial [11] da Cáritas – RJ, do Programa de Assistência aos Refugiados e das ações conjuntas no âmbito do convênio Cáritas / ACNUR. Por tal qualificação, este material[12] foi escolhido para abrir o primeiro item do Capítulo.

| Quem somos |

Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro iniciou seus trabalhos de assistência a refugiados em 1976, durante o período dos regimes militares na América Latina. A parceria entre o ACNUR e a Cáritas Rio foi firmada em 1979, fortalecendo a assistência aos refugiados que chegavam ao país.

Com uma equipe formada por assistentes sociais e advogados, a Cáritas Rio integra o CONARE como membro permanente. Por ser uma das instituições mais antigas na recepção de refugiados no Brasil, possui uma extensa rede de assistência com entidades parceiras.

A Cáritas Rio acolhe o solicitante de refúgio, assistindo-o desde sua chegada. Oferece orientação jurídica para que o estrangeiro solicite refúgio no Brasil e, **caso seja necessário**, **pode conceder** apoio financeiro emergencial por **tempo determinado**. Por meio de sua rede de parceiros, **os refugiados podem ser encaminhados para diversos serviços**, tais como atendimento médico e cursos profissionalizantes.

Ações conjuntas

As ações da parceria ACNUR / Cáritas Rio são implementadas no contexto do marco jurídico brasileiro, a lei 9.474 (de 1997). (...) Assim, o ACNUR e a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro implementam diversos projetos para ajudar os refugiados a reconstruir suas vidas **em um prazo razoável.**

[11] Fonte: http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5479.pdf

[12] Todos os grifos são nossos e foram feitos com o objetivo de chamar a atenção para a questão da imprecisão (já apontada no Capítulo 2 deste trabalho) a respeito das práticas, prazos, dotação de recursos, operacionalização das ações e projetos de apoio, assistência e integração. Imprecisão presente tanto no que se refere à legislação brasileira quanto no que se pode perceber nos textos e pronunciamentos de representantes das diversas organizações envolvidas ou responsáveis pelos refugiados no Brasil e no Rio de Janeiro.

Continuação...

Assistência jurídica e proteção

Os solicitantes de refúgio têm acesso aos procedimentos para o reconhecimento de sua condição de refugiado, garantindo todos os direitos previstos pelos acordos internacionais e regionais. Os solicitantes de refúgio e refugiados têm direito a documentos que regularizam sua permanência no país, permitindo o trabalho legal remunerado e a total liberdade de movimento em todo o território nacional. Mulheres e crianças recebem orientação especial, particularmente quando são vítimas de violência sexual, exploração e outras formas de abuso.

Necessidades familiares

Refugiados e solicitantes de refúgio **podem, em certos casos,** receber assistência emergencial para subsistência (alimentação, moradia, transporte, higiene e vestuário), por um período de seis meses. Mulheres ou homens sozinhos acompanhados de menores, idosos e portadores de doenças crônicas recebem atenção particular.

Contam ainda com programas de integração socioeconômica e cultural, com informações sobre as perspectivas de emprego.

Saúde / Nutrição

Os refugiados e solicitantes de refúgio **têm acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo governo e por instituições parceiras da sociedade civil.** A população feminina pode utilizar os serviços especializados do governo e receber orientação sobre DST/AIDS, planejamento familiar, cuidados pré-natais e pós-natais. Gastos com medicamentos, exames médicos e tratamentos específicos **podem ser cobertos.**

Educação

Os refugiados **têm acesso** ao sistema de educação pública (ensino fundamental, médio e universitário). A Cáritas Rio organiza **cursos de língua portuguesa para aqueles interessados em aprender o idioma** e melhor se integrar à sociedade brasileira. São firmadas também parcerias com outras instituições para capacitação profissional.

Parceiros da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro para atendimento e assistência aos refugiados:

- Associação Brasileira de Odontologia: a ABO oferece serviços odontológicos gratuitos;
- Centro de Estudos Supletivos: ajuda na comprovação do nível escolar e na inserção de no sistema educacional brasileiro;
- Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos / Defensoria Pública: oferece assistência jurídica gratuita;
- Hospital do Servidor Público: garante o atendimento hospitalar e encaminhamento para serviços de saúde não oferecidos pelo hospital;
- Instituto Metodista Bennett: oferece bolsas de estudo integrais em seus diversos cursos;
- Pastoral dos Migrantes (Arquidiocese de Manaus): oferece apoio logístico na cidade de Manaus (AM);
- Pastoral Carcerária (Diocese do Alto Solimões): oferece apoio logístico na cidade de Tabatinga (AM).
- Programa de Educação pelo Trabalho: atende refugiados e refugiadas de 14 a 17 anos;
- Secretaria Estadual de Educação: ajuda a comprovar o nível educacional de refugiados e refugiadas;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: o SENAC e o SENAI oferecem cursos de capacitação profissional;
- Serviço Social do Comércio: o SESC oferece atividades sociais e educativas, como esportes e oficinas recreativas;

A pesquisa de campo propriamente dita iniciou-se no final de 2006 com a notícia[13] da inauguração de uma casa de acolhida para os refugiados no Rio de Janeiro e de contatos estabelecidos com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro para a realização de uma visita guiada ao local. Interessava, à época, conhecer um projeto de tamanha importância para a integração dos refugiados no Rio de Janeiro e, por certo, já um tanto tardio em termos das necessidades dos solicitantes de refúgio e refugiados e da história acumulada pela metrópole como área de busca do refúgio, de acolhida e de espaço de vida dessas pessoas.

[13] Ver em ANEXO A – Capítulo 4 (4.1), Vol II, página 114, a mensagem divulgada na lista eletrônica do NIEM (em 20 jun. 2006) e a resposta da pesquisadora à remetente da mensagem – o que acabou por desembocar em outros contatos e no agendamento de uma visita à casa de acolhida.

Ressalta-se que a referida visita e seus desdobramentos vieram ao encontro da intenção da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa de iniciar a pesquisa de campo pelas ações e projetos da Cáritas – RJ e seus parceiros, com o propósito de atualizar e aprimorar os conhecimentos sobre o Programa de Assistência aos Refugiados [14] no Rio de Janeiro.

Relato da visita à casa de acolhida dos refugiados.
Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2006.
Fonte: Anotações do diário de pesquisa de campo[15]

Fui visitar, há poucos dias, um grupo de jovens refugiados, moradores da primeira Casa de Acolhida para Refugiados no Rio de Janeiro. A casa foi inaugurada em 2005 e está situada no bairro de Brás de Pina, em localidade conhecida como Quitungo. Não fica propriamente dentro da favela que tem esse nome, mas logo no início de uma das ladeiras que dão acesso à "comunidade". Assim explicou o rapaz que cuida da casa quando, já autorizada e confirmada a visita, orientou-me pelo telefone.

A visita à casa de acolhida foi precedida de muita expectativa de minha parte. Há quase dez anos tenho como objeto de estudo e de pesquisas grupos de estrangeiros que vieram para o Rio de Janeiro em busca de refúgio. Pelo fato de pesquisar a problemática do refúgio e de conviver com muitos desses emigrantes-imigrantes-refugiados por tanto tempo, sei que a questão da moradia é fundamental para quem chega a um país estranho, fugindo de sua terra natal, muitas vezes sem recurso algum e ainda sem contar com o apoio de redes sociais. Conseguir um lugar para morar é um grande problema a ser enfrentado pelos refugiados. Por isso, percebi a criação de uma casa de acolhida para refugiados como um projeto de grande importância que, sem dúvida, já chegara com atraso diante da realidade do refúgio no Rio de Janeiro. Projeto este que vem enfrentando dificuldades para se consolidar, mas que precisa e deve ser valorizado e apoiado com recursos de diversas fontes.

[14] Ver em ANEXO B – Capítulo 4 (4.1), Vol. II, página 143, uma sequência de textos oficiais e matérias coletadas sobre a Cáritas, o Programa de Assistência e as frentes de atuação da instituição no campo do refúgio.
[15] Título escolhido para este relato: **Feito com mais de mil pedaços.**

A novidade da visita à casa acendeu uma vez mais meu desejo de pesquisadora. Especialmente porque os objetivos e a questão central da minha pesquisa atual levaram-me a eleger, dentre os diversos grupos e subgrupos de refugiados recentes, os refugiados congoleses como sujeitos centrais na trama de discursos sobre a integração de refugiados no Rio de Janeiro – o que pretendo estudar.

***Visita agendada e confirmada**. Cheguei ao local numa 4ª feira, no meio da manhã. Na porta, já à espera, estavam as duas assistentes sociais que coordenam o projeto. Acionei imediatamente meu "olhar de pesquisadora" ao grau máximo de capacidade de observação - pelo menos ao maior grau possível naquela circunstância, em que, objetividade/racionalidade e desejo/emoção se misturavam em mim de maneira inextricável.*

Entramos na casa por um portão com grades altas e passamos por um pequeno corredor – também com grades – que separam "a casa" do quintal de uma creche mantida para as crianças da "comunidade", pela Paróquia de Santo Antonio do Quitungo (da ordem católica Scalabriniana).

Meu lado nada racional já ia reagindo ao "cercamento" da casa, mas imediatamente pensei que a presença das grades ali era inevitável para uma sensação de proteção. Logo, um cheiro tentador de feijão cozinhando entrou pelo meu nariz - agradando os sentidos e amenizando a tensão.

Na cozinha – primeiro lugar da casa que conheci - estava um jovem alto, negro, bonito, em suas plenas funções de "cozinheiro da semana" – como me foi explicado – picando temperos com esmero, em pedacinhos bem pequenos que ia jogando aos poucos na panela. Como em um programa de TV. A postura altiva e orgulhosa dos africanos – que permanece com eles onde quer que estejam e que tanto aprendi a admirar e compreender em meu trabalho e convívio com os refugiados angolanos – me fez sorrir internamente. O imponente cozinheiro chama-se João. É esse o seu nome no Brasil.

João cumprimentou-nos com um "olá" meio sem jeito, um aceno de cabeça, e voltou a picar seus pedacinhos. Logo chegaram as outras profissionais que prestam serviços especializados na casa de acolhida: uma psicóloga, uma professora de artes e uma advogada.

Do corredor surgiram mais dois refugiados bem jovens, também negros, também africanos. A psicóloga conduziu as apresentações.

Vista a cozinha e o refugiado cozinhando – e já feita a apresentação geral – fui encaminhada para o interior da casa, onde tudo estava perfeitamente arrumado e preparado para a visita. A limpeza impecável da cozinha já havia chamado minha atenção, mas o mesmo padrão de organização e cuidado estava presente por toda a casa.

Nos quartos não havia nada à vista além dos móveis, ou melhor, das camas-beliche. Todas elas etiquetadas com números de um a vinte, e impecavelmente arrumadas. Nem roupas, nem quadros, nem sapatos, nem fotos. Nenhum objeto pessoal, nenhuma marca individual se via por ali. Porém, ao olhar para um canto de um dos quartos, surpreendi-me com um violão encostado ao lado de uma das camas. Neste mesmo quarto havia ainda uma mesinha com uma cadeira. Na verdade, o lugar preferido para escrever cartas para os que ficaram (...) mandar notícias (...) estudar e treinar a nova língua que precisam aprender.

Conforme me foi explicado pela assistente social, na "casa de acolhida temporária" há um rodízio não só para as tarefas, mas também para o uso dos armários, das camas, dos quartos e da única mesinha com cadeira que vi em um deles. Afirmou que sabia o quanto era difícil a situação como um todo, mas ressaltou:

"Eles precisam internalizar que na casa tudo é de todos e ninguém deve se sentir dono individualmente de nada".

Trata-se de uma casa de acolhida - como já expliquei. E acolhe. Mas tanta falta de rastros, pertences ou marcas das diferentes pessoas que a habitam, causaram-me uma estranha sensação de vazio. Respirei fundo para sentir mais forte o cheiro do feijão cozinhando e, então, fui conhecer os banheiros. Comprovação absoluta do padrão de limpeza. Todas as tarefas de manutenção e funcionamento do espaço são de responsabilidade dos próprios "moradores". Desde o feijão cheiroso até a arrumação, limpeza da casa e manutenção do que for necessário.

Já seguindo pelo corredor central, vi os armários embutidos usados pelos moradores. Bem em frente a eles, um quadro com uma escala de revezamento dos moradores para as tarefas cotidianas. A assistente social informou que havia regras a serem cumpridas para entradas e saídas, ausência por horas ou até por todo o dia, e mesmo por noites - o que também era permitido. Existiam regras, também, para o sistema em rodízio vigente para todas as tarefas, bem como horários determinados para a participação de todos nas "atividades obrigatórias" oferecidas pelas profissionais especializadas que cooperam com seu trabalho para o projeto da casa.

Além dessas profissionais, conheci o rapaz que confirmou a visita. Um morador da comunidade local, ligado à Paróquia, misto de gerente e zelador do funcionamento da casa, a quem, na prática, cabe lidar diariamente com os refugiados-moradores-temporários. Em uma pequena mesinha, ele me mostrou um caderno de anotações onde tudo é registrado e que serve de meio de comunicação entre todos: os moradores, as profissionais especializadas, as coordenadoras do projeto e ele (que gerencia e zela pela casa). Fui informada do limite de três advertências anotadas no caderno para que um refugiado pudesse continuar morando na "casa".

Meu lado emocional e crítico começou a questionar a disciplina rígida. Imediatamente, contudo, minhas lembranças da dificuldade em organizar minimamente o trabalho que fiz durante alguns anos com os angolanos no complexo da Maré vieram temperar e amenizar minha crítica, acionando a objetividade e a racionalidade necessárias para pensar a importância das regras de convivência e conduta, em um projeto de acolhida que engloba um trabalho consistente para a integração dos refugiados em uma nova realidade sociocultural.

A psicóloga explicou que "as coisas vinham funcionando bem" porque tudo era muito bem explicado e conversado, discutido e acordado por todos (...) e também porque as regras eram muito claras, mas poderiam variar em situações específicas – desde que avaliadas com cuidado por todos os envolvidos e "dentro dos padrões gerais já estabelecidos". Dentro de mim, emoção e objetividade continuavam em conflito no campo fértil da contradição e dos paradoxos.

A casa é uma comunidade. Espaço de vida cotidiana compartilhada em seus elementos da esfera das práticas, do nível do simbólico, das diferenças entre sujeitos concretos, ainda que submetidos ali a uma mesma condição. Embora esteja localizada fora da "comunidade", ou melhor, bem no início da ladeira que dá acesso à "comunidade", a "casa" não consegue ficar alheia e absolutamente separada do seu entorno. Explico. A "comunidade" é uma das muitas favelas no Bairro de Brás de Pina. Lugar sobre o qual os refugiados-moradores-temporários são alertados para ter muito cuidado e, especialmente, evitar envolvimento com os moradores da área. A não ser com aqueles já bem conhecidos e que freqüentam as atividades que a paróquia Santo Antônio do Quitungo promove. Tudo para evitar problemas para "a casa" e para eles mesmos.

Meu trajeto de deslocamento pela "casa" chegou ao ponto principal. Fui conduzida à sala. Lá estavam reunidos todos os refugiados presentes na casa naquele momento – cinco homens jovens, negros, africanos.

Além de duas mesas grandes, havia algumas estantes com diversos materiais e cadeiras já arrumadas – onde todos nos acomodamos.

Fui invadida por uma chuva de informações, falas, silêncios, imagens, olhares, emoções, experiências e realizações dos refugiados e dos profissionais da casa. Tentava não perder nada (como boa observadora que precisava ser!). Meus dois lados (razão e sensibilidade) em saudável e preservado conflito – já confessado a vocês leitores – agitaram-se e me deixaram em estado de alerta e expectativa total. Percebi flores sobre uma das mesas.

A psicóloga começou a falar agradecendo as flores aos refugiados-moradores e explicou: "são uma surpresa, preparada por eles para nos receber". Sorrisos discretos, mas cheios de orgulho, encheram a sala.

A assistente social que coordena o projeto tomou a palavra, fornecendo as informações oficiais gerais. Esclareceu que o projeto da casa de acolhida é parte das políticas de acolhimento e do programa para a assistência e integração dos refugiados no Brasil. A "casa" é um lugar para moradia temporária, onde os refugiados podem permanecer por um prazo que não deve exceder sessenta dias. Os "moradores da casa" são todos eles migrantes forçados que, em função de guerra civil, conflitos armados em diversas escalas territoriais e/ou por motivo de perseguição política, étnica ou religiosa em seus países de origem, tornam-se imigrantes no Brasil. Imigrantes com um estatuto jurídico especial e diferente dos demais – o de refugiado. Ser um solicitante de refúgio ou já oficialmente um refugiado lhes garante a proteção das Nações Unidas e do governo brasileiro – por que o Brasil, além de ser um país signatário de todas as convenções, protocolos e acordos nessa área internacional dos Direitos Humanos, tem uma Lei Nacional para refugiados desde 1997.

Foi explicado também que a casa tem capacidade para acolher até vinte pessoas e que, de um total de vinte camas numeradas que "a casa" possui, cinco funcionam como uma reserva estratégica para a acolhida de casos considerados emergenciais.

Aliás, emergências e situações inesperadas, de todos os tipos, fazem parte da problemática da proteção, acolhimento e integração no âmbito do refúgio. E todos os emigrantes-imigrantes-refugiados-moradores temporários sabem disso. Sabem muito bem disso, também, todos aqueles que se envolvem com a causa e o universo do refúgio, aqueles que trabalham em ações concretas junto aos refugiados.

Na sequência do roteiro preparado para a visita, a assistente social pediu que cada um dos refugiados se apresentasse e falasse alguma coisa (o que desejasse) para a "professora-visitante". Só então, ouvi as vozes e os sussurros dos moradores-temporários. E fiquei sabendo que quatro deles eram da República do Congo e um de Angola. A psicóloga explicou que os congoleses ainda estavam começando a aprender o português e tinham alguma dificuldade para falar. "Por isso alguns estão um pouco tímidos..." – reforçou.

Observei em uma das paredes da sala um quadro de avisos com a programação das atividades internas e externas da semana. Outro quadro menor, bem na minha frente, informava alguns telefones úteis como o da emergência hospitalar mais próxima e algumas linhas de ônibus com os trajetos especificados. Em destaque, aquelas linhas que levam ao local onde fica a sede da Cáritas – RJ – a ONG vinculada diretamente à Arquidiocese do Rio de Janeiro, que coordena e é a principal responsável pelo projeto da casa.

A Cáritas atua em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com o CONARE e com o Governo Federal, nos diversos campos pertinentes ao âmbito do refúgio. Desde recepção e primeiras entrevistas com os solicitantes de refúgio, primeiras orientações sobre direitos e deveres, registro, documentação, assistência jurídica, bem como em várias esferas referentes ao processo de integração dos refugiados à sociedade.

É para a sede desta ONG, situada no bairro da Glória, que os solicitantes de refúgio são encaminhados quando chegam à cidade. A Cáritas passa a ser o primeiro espaço de referência para todos os refugiados no Rio de Janeiro.

Em geral, os solicitantes de refúgio e os refugiados chegados em tempos mais recentes comparecem com muita frequência à sede da Cáritas; para atender a diversas exigências legais, resolver problemas em geral, receber orientação para obter seus documentos, tratar do ingresso em escolas, cursos de qualificação para o mercado de trabalho, aulas de português e outras necessidades mais prementes, além das mais variadas questões que se possa imaginar.

Voltando à casa e ao roteiro da apresentação. A psicóloga fez com que minha atenção se voltasse para outra parede da sala, onde estavam colados vários desenhos feitos pelos refugiados-moradores. Ela pediu que cada um deles mostrasse o seu desenho e explicasse o que significava. Sucessivamente, os desenhos foram apontados e "narrados" pelos seus autores: um Cristo Redentor, uma bandeira de Angola, uma casa com a fundação feita com pedras bem firmes...

Logo chegou a vez de João Boka – o congolês que estava ao meu lado e com quem eu tinha conseguido trocar algumas poucas palavras e comentários em voz baixa. Seu desenho era em tons suaves, com traços leves e bonitos que retratavam a figura de um pescador puxando uma rede cheia de peixes. Ao fundo, figuras que pareciam descansar em redes de dormir amarradas em árvores. João Boka falava baixo e lentamente, sobre o que estava pensando quando fez o desenho. Imaginação solta, memórias e lembranças no olhar, esperança no tom da voz e no ritmo da fala.

Meu coração se apertou. Mas meu escudo de pesquisadora, é claro, me faz pensar nos significados não explicitados do desenho: imagens como linguagem, memória e identidade, narrativa e posição dos sujeitos, os sentidos dos discursos falados, desenhados, dos silêncios (...). Abracei forte meu caderno de anotações de campo (e junto com ele meus conceitos tão firmes e seguros) enquanto via e ouvia os primeiros enunciados de sujeitos discursivos que compõem meu objeto de pesquisa.

João Boka – falando diretamente para mim – apontou seu nome no quadro e me deu um inesperado presente. Mostrou o nome que assinara, mas me contou que na língua falada na sua terra, seu nome era diferente e tinha outra pronúncia.

Muito surpresa, tentei várias vezes repetir o nome, sem acertar. João ria de mim, achando graça no meu esforço. Sorri meio sem graça para ele, como que me desculpando, e fiz muitos elogios ao desenho.

Quando João voltou a sentar-se ao meu lado, agradeci baixinho a confiança e o presente que me dera ao contar o seu nome de família. Sabia o valor que esta revelação tinha para ele. Percebi seus olhos um pouco molhados e imediatamente pensei em colocar meus óculos de professora. Mas me contive e lhe dirigi meu olhar e um sorriso livremente emocionados.

Seguiu-se a apresentação dos outros trabalhos. Agora, daqueles feitos nas aulas com a professora de artes. Os moradores-refugiados mostraram dois grandes quadros construídos como um mosaico de infinitos pedacinhos de papel; de muitas cores; em diversas formas triangulares; pequenas; algumas pecinhas minúsculas. Em uma das estantes estavam outros quadros de tamanho menor, feitos com a mesma técnica, paciência, perseverança, força de vontade e, certamente, em tempo demorado e necessariamente lento. A professora de artes explicou que os trabalhos menores tinham sido feitos individualmente. Os grandes, produzidos em conjunto, iriam para uma exposição.

Para finalizar a visita, a psicóloga pediu que o outro João – o do feijão – buscasse seu violão para cantar uma música que estavam ensaiando. Uma canção do Norte do Congo – que me pareceu um hino evangélico – cantada em algum dialeto regional. Enquanto os refugiados do Congo cantavam, as pessoas que trabalham na casa se esforçavam para acompanhá-los, cantando junto com eles algumas partes já aprendidas.

Visita encerrada. Muitos agradecimentos de minha parte, parabéns a todos pelos trabalhos, pela casa, pela música. Uma anotação de meu nome e meus contatos no caderno de registros, muitos votos de boa sorte. Numa fala final, dirigida a todos, revelo meu desejo de retornar à "casa" outras vezes: "Para podermos conversar mais" – disse eu.

E expliquei que queria apresentar melhor a minha pesquisa e contar um pouco do meu trabalho, desde alguns anos atrás, com refugiados e imigrantes vindos de Angola. Contei que havia feito com os angolanos um trabalho com canções e histórias tradicionais, que se transformara em um CD. Afirmei que, se quisessem e fosse possível, poderia trazer para eles alguns CD's de cantores africanos, em várias línguas. Artistas já famosos na Europa e nos Estados Unidos. Vários deles do Congo e de Angola.

João – o cozinheiro que pica temperos em pedacinhos com tanto esmero, canta e toca violão – mostrou um sorriso e pareceu feliz com minha ideia de trazer os discos. O outro, João Boka nos desenhos, com nome ancestral tão difícil, não estava mais na sala.

Já estava eu saindo da casa em companhia das assistentes sociais da Cáritas quando João Boka apareceu. Nas mãos um dos pequenos quadros de mosaico. Que me ofereceu, esticando bem os braços. Depois, inclinou um pouco a cabeça e cruzou as mãos no peito. Sorri para ele, agradecendo. E olhei o quadro com cuidado.

Muitos e muitos pedacinhos de papel, de vários tamanhos, recortados em formas triangulares e retangulares, e colados com espantosa perfeição, formavam uma grande pomba branca da paz, voando acima das montanhas verdes, num céu azul claro onde brilhava um sol amarelo.

O cheiro do feijão do outro João mexeu mais uma vez com meus sentidos e se juntou às cores do mosaico que João Boca me deu de presente.

Joguei fora ali mesmo na calçada meu escudo de pesquisadora.

Em março de 2007 iniciou-se um período de contato mais estreito entre a pesquisadora e a equipe do Programa de Assistência aos Refugiados, em função da ideia de realização de um projeto conjunto do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) [16] e da Cáritas.

[16] A pesquisadora integra o NIEM desde a sua fundação. Para uma idéia geral do projeto mencionado, seguem dois períodos do texto da versão prévia apresentada à Cáritas em 2007: "O objetivo do presente projeto é o de apresentar uma proposta que **reúna o conhecimento** da realidade de instituições de

Para uma avaliação das possibilidades de atuação conjunta no projeto e dar início a uma dinâmica de troca de informações e idéias, foi realizada uma reunião nas dependências da Cáritas (àquela época ainda no bairro da Glória) para uma apresentação dos dois grupos que participariam do projeto, especialmente para um maior conhecimento e atualização (por parte dos pesquisadores do NIEM) das informações acumuladas anteriormente sobre a organização Cáritas – RJ, o Programa de Assistência e o trabalho que vinham efetivamente desenvolvendo com novos grupos de refugiados – entre eles, o grupo dos congoleses.

Uma versão prévia do projeto elaborada pelos pesquisadores do NIEM, aberta a mudanças e contribuições por parte do grupo das Cáritas, foi distribuída para os participantes da reunião a fim de permitir uma discussão inicial dos dois grupos a respeito da proposta do projeto.

Paralelamente ao favorecimento do acesso direto à instituição e outras possibilidades de investigação empírica que, por certo, o projeto traria para a pesquisa de tese, a referida reunião foi de extrema importância no sentido de permitir o contato direto com os membros do Programa de Assistência aos Refugiados no Rio de Janeiro, além de possibilitar o conhecimento de suas atribuições no trabalho da organização e obter uma gama de informações, observações e análises dos presentes à reunião sobre o andamento e a situação do programa naquele momento.

Estas aquisições e possibilidades acabaram por funcionar como um ponto de partida no "âmbito institucional" para a pesquisa sobre a "integração local" dos refugiados congoleses – até então um conjunto de processos muito pouco conhecido pela pesquisadora. Conhecer o discurso da organização sobre suas atribuições e seu desempenho, além das dificuldades enfrentadas e os resultados alcançados, foi uma aquisição importante para definir os rumos da pesquisa. À época do encontro aqui citado, os congoleses já representavam o segundo maior grupo de refugiados no Rio de

---

recepção, acolhimento e apoio a refugiados à atuação no sentido do apoio da universidade a tais instituições, bem como agregar atividades educativas envolvendo refugiados, professores e estudantes. Para tal, pretende-se partir do saber e da prática já acumulados pelas instituições referidas, rumo a uma contribuição que possa reforçar a atuação já existente e sugerir também, se e quando for o caso, alternativas viáveis. (...) Inicialmente, a pesquisa tomará como caso de estudo a atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, que atua junto aos refugiados desde a década de 1970 e, mais particularmente, a Casa do Refugiado, localizada no bairro do Quitungo, Rio de Janeiro, em funcionamento desde 2006".

Janeiro[17] e, de fato, era com os congoleses que a Cáritas trabalhava mais intensamente e cotidianamente.

Apresenta-se a seguir uma síntese do conteúdo da reunião realizada na Cáritas – RJ.

[17] Ver dados estatísticos (em progressão temporal) sobre os refugiados no Rio de Janeiro por principais países de origem no Capítulo 3 (3.2), p. 187.

A. Notas sobre a primeira fase da pesquisa na Cáritas – RJ.

- ***Relato da reunião ocorrida na Cáritas em março em 2007*** [18] ***e alguns desdobramentos para a pesquisa.***

Assunto motivador: apresentação da proposta de projeto a ser desenvolvido através de parceria NIEM–RJ / Cáritas – RJ.

Natureza do conteúdo da reunião: informações, explicações e observações do grupo de profissionais do Programa de Assistência aos Refugiados – uma visão da atualidade e perspectivas; apresentação pelos integrantes do NIEM da versão prévia do projeto para discussão e avaliação conjunta dos dois grupos envolvidos presentes à reunião.

Resultados esperados: aprimorar o conhecimento sobre o Programa, os novos projetos, as práticas já consolidadas e as experiências em curso com os grupos de refugiados no Rio de Janeiro; avançar na discussão do projeto proposto; construir uma base de informações para futura discussão sobre a relevância do projeto e sua adequação à realidade do contexto do refúgio do Rio de janeiro; obter informações sobre os grupos de refugiados mais recentes e seus vínculos com a Cáritas – RJ em termos de assistência e favorecimento da integração local; discutir e consolidar os objetivos das propostas de atuação direta com os refugiados elencadas no projeto; avançar na elaboração do projeto e levantar condições de viabilização de recursos, operacionalização das atividades propostas, espaços possíveis para realização.

Relato da reunião

A reunião se iniciou com a apresentação de todos os presentes: três professores-pesquisadores integrantes do NIEM; cinco integrantes do grupo de profissionais do programa de assistência aos refugiados da Cáritas – RJ. [19]

[18] Por Regina Petrus. Em 15 de março de 2007.

[19] Na ocasião, a Cáritas contava com um grupo de dez profissionais. Em abril de 2009, já em outra fase da pesquisa de observação direta na instituição, o grupo era assim composto: coordenadora, assessora da coordenação, dois advogados, duas assistentes sociais, um funcionário responsável pelos programas com parceiros, uma psicóloga, três "funcionários administrativos".

Momentos:

1. Com a palavra o NIEM.

Iniciou-se a reunião com uma breve apresentação da história do grupo de estudos e seu interesse quanto à pesquisa e atuação junto aos refugiados. Em seguida, foram destacados os objetivos e a configuração geral da versão prévia do projeto[20]. Solicitou-se à equipe da Cáritas que expressasse sua opinião sobre a proposta e avaliasse as possibilidades vislumbradas. Foi colocada a necessidade do grupo do NIEM conhecer os aspectos mais importantes do trabalho que realizavam, da situação do programa (principais problemas, conquistas, práticas, expectativas, mudanças ocorridas, etc.), das características dos grupos de refugiados atendidos no Rio de Janeiro naquele período.

2. A apresentação da CÁRITAS **–** RJ.

Notas sobre a apresentação geral do Programa de Assistência.

- ***Informações sobre o projeto da Casa de Acolhida.***

"A casa de acolhida surgiu da necessidade de **alocar temporariamente aqueles refugiados** que chegavam ao Rio e não tinham condições de conseguir um local para morar, até que encontrassem uma moradia definitiva". O projeto foi idealizado pelo Padre Moacyr Calza, da Paróquia Santo Antonio do Quitungo, em Brás de Pina, Rio de Janeiro, e desenvolvido em parceria com a Cáritas – RJ. O projeto é vinculado ao Ministério da Justiça, responsável pela dotação de verbas para o funcionamento da casa e das atividades lá desenvolvidas com os refugiados. Com esta dotação de verbas do Ministério da Justiça a casa funciona com a atuação de cinco "técnicos**"**: uma psicóloga; uma assistente social; uma professora de artes e um advogado. A casa tem capacidade para acolher 20 refugiados e guarda uma reserva de cinco vagas para situações de emergência.

Foi relatado que a o projeto da casa de acolhida estava enfrentando **dificuldades em função de falhas e atrasos no envio das verbas** necessárias para a plena realização das atividades e para o funcionamento da casa em sua função central, ou seja, servir como moradia para alguns refugiados. A coordenadora do Programa de Assistência explicou que "as verbas que vêm do Ministério da Justiça exigem uma enorme

[20] Ver a citada versão prévia, na íntegra, em ANEXOS GERAIS, ANEXO J, p.293 a p.295.

quantidade de relatórios e prestações de contas – com uma periodicidade curta (semestral) e difícil de ser cumprida pelo pequeno grupo de profissionais que integram o programa, já sobrecarregados de trabalho". Afirmou que problemas burocráticos desta natureza vinham prejudicando a continuidade dos programas financiados com verbas do Ministério da Justiça – entre eles o projeto da casa de acolhida. "A Cáritas – RJ vem fazendo todo o possível para manter o projeto funcionando (ainda que reduzindo o número de refugiados que a casa acolhe). A partir da análise de relatórios, o acordo sobre as verbas do Ministério da Justiça já havia sido renovado duas vezes. Nas palavras da coordenadora "**há uma necessidade de avaliação conjunta com o Ministério da Justiça para saber da possibilidade concreta de continuidade do projeto".**

- ***Notícias sobre programas na área de saúde.***

Programa Saúde dos Refugiados do Ministério da Saúde.

Desenvolvido no Hospital dos Servidores do Estado (HSE), localizado no bairro da Gamboa, no Rio de Janeiro. O "primeiro passo" para o programa de atenção à saúde integral dos refugiados foi dado pelo representante do Ministério da Saúde no CONARE , ao designar o HSE como hospital de referência para atendimento aos refugiados. A chefe do Serviço Social do HSE (Eva) coordena o projeto no hospital, trabalhando com o apoio da Cáritas – RJ. A Cáritas é responsável pelo encaminhamento formal dos refugiados para o serviço Social do HSE. Há, também, um "elo" da Cáritas com a central do Ministério Saúde no Rio de Janeiro.

Por ocasião de implantação do projeto ocorreram as "oficinas de saúde"[21], realizadas no HSE. Destaque para os grupos de estudo formados após as oficinas, que contaram com a participação das seguintes instituições: ANVISA, HSE, MINISTÉRIO DA SAÚDE, CÁRITAS – RJ.

Questionário de saúde

Foi desenvolvido em parceria com uma especialista da UFRJ um questionário de saúde para ser aplicado aos refugiados. O questionário é aplicado pela advogada da Cáritas – RJ. Um dos objetivos do questionário é atender a uma preocupação com

[21] Mais informações sobre estas "oficinas' estão indicadas em nota da página 269, neste Capítulo.

relação às vacinas do calendário brasileiro; informações não muito esclarecedoras foram dadas sobre a dificuldade de alcançar este objetivo.

Para acesso ao Sistema Único de Saúde - SUS

A Cáritas tem reuniões mensais com um representante do Ministério da Saúde para providenciar cartões do SUS para os refugiados.

- ***Notícias e explicações a respeito das aulas de português oferecidas aos refugiados na sede da Cáritas.***

O coordenador do projeto das aulas de português, um integrante da equipe da Cáritas, explica que dentre os grupos mais significativos de chegada recente – congoleses e colombianos – as aulas têm uma importância maior para os primeiros. Após experiências com professores brasileiros chegou-se à conclusão de que seria possível obter melhores resultados com refugiados congoleses atuando como professores. Um refugiado congolês e um angolano atuavam como professores. O material das aulas foi selecionado pelo coordenador do projeto e os refugiados recebem cópias das páginas do livro utilizado pelo professor.

- ***Informações sobre os "Números da Cáritas - RJ" - refugiados registrados e atendidos.***

A coordenadora do Programa de Assistência informou que naquele momento estavam vinculados à Cáritas – RJ um total de 1800 refugiados. "Todos os refugiados do Brasil são cadastrados na Cáritas (do Rio ou de São Paulo). Há uma divisão geográfica dos refugiados: na Cáritas – SP estão registrados os refugiados da região Sudeste (com exceção do RJ) e das regiões Sul e Centro-Oeste. A Cáritas – RJ é responsável pelo registro dos refugiados do estado do Rio de Janeiro e das regiões Norte [22] e Nordeste".

- ***Informações sobre convênios, acordos e parcerias.***

Os "principais convênios" elencados pelo profissional da Cáritas – RJ responsável por esta área são aqueles firmados com a OAB, o SENAC, o SESC (para programas

[22] Há uma preocupação da Cáritas – RJ com o trabalho de apoio necessário ao Centro de Migrações em Manaus, onde trabalham um advogado e dois assistentes sociais no atendimento aos solicitantes e refugiados colombianos.

socioeducativos), o SENAI, a Defensoria Pública, a Secretaria do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro – SETRAB, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (através do acesso dos refugiados ao sistema de equivalência de estudos para o ensino público fundamental e médio) e a Universidade Bennett.

Além dos convênios oficializados, existem alguns acordos "não formais" com diversos parceiros para garantir a assistência e ampliar as ações com vistas à integração local dos refugiados. No setor de saúde, por exemplo, há um acordo "não formal" com o Hospital Pinel para atender "aqueles refugiados que são identificados já nas entrevistas com os advogados como pessoas com problemas psiquiátricos mais graves". A advogada apontou algumas dificuldades existentes neste processo.

Há um convênio oficial com a Defensoria Pública que, segundo a avaliação da equipe, funciona muito bem. A Defensoria Pública atende, entre outros, casos de necessidade de comprovação de paternidade para fins de viabilização de certidões de nascimento para as crianças das famílias de refugiados. Os congoleses são os que mais necessitam e recorrem a este trabalho da Defensoria.

Existe um acordo de bolsas de estudo com a Universidade Bennett. É um convênio oficializado. Há refugiados que estudam nos cursos de graduação da universidade. As bolsas são de 100% e perfazem um total de 50 bolsas [23].

O SENAC é um parceiro importante da Cáritas. Os refugiados podem fazer cursos profissionalizantes e cursos de inglês. Há diferentes critérios para o ingresso dos refugiados nos diversos cursos do SENAC. O convênio existe desde 1997. Os refugiados são encaminhados pela Cáritas para inscrição nos chamados "cursos livres" do SENAC. Entretanto, não podem fazer os "cursos técnicos".

O Programa também procura orientar os refugiados em relação aos procedimentos e documentos necessários para o ingresso no sistema público de ensino. Destaque para a grande dificuldade de ingresso em cursos de graduação. Não há nenhuma universidade pública no Rio de Janeiro com um programa próprio para os refugiados.

Há outros fatores que dificultam a comprovação da equivalência dos estudos no Congo ao Ensino Médio no Brasil como, por exemplo, os gastos elevados com documentos, tradução juramentada e uma série de outras exigências. A Cáritas paga

[23] Mais recentemente, em meados de 2009, este convênio deixou de receber novos alunos refugiados, mas garantiu a bolsa de 100% para os que já estavam cursando as faculdades. A Cáritas informou, no início de 2010, que ainda existiam trinta alunos estudando e que cinco já tinham se graduado.

para alguns refugiados uma parte dessas despesas, de acordo com a disponibilidade das verbas existentes.

- ***Sobre o encaminhamento para o mercado de trabalho.***

A Cáritas faz uma avaliação da capacidade profissional de cada refugiado. Verifica a experiência profissional dos refugiados para tentar encaminhá-los às áreas de trabalho mais possíveis para cada um. Há um convênio com a SETRAB/SINE.

A Cáritas organiza um banco de dados com currículos dos refugiados. Os refugiados recebem ajuda das assistentes sociais para elaborar os currículos, a partir de um modelo simplificado. Recebem cópias dos currículos quando pedem.

A organização recorre a empresas que participam da Rede de Proteção Social para buscar oportunidades de trabalho para os refugiados. No caso dos congoleses, por exemplo, a organização encaminha os refugiados que solicitam para alguns hotéis – principalmente os que falam bem o francês (alguns congoleses).

Para realizar os encaminhamentos, as assistentes sociais utilizam o Banco de Dados para alocação no mercado de trabalho produzido pelo Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto – UERJ. A Cáritas encaminha currículos de refugiados sempre que possível e avisa aos refugiados quando surgem oportunidades.

- ***Dinâmica de registro e acompanhamento dos refugiados na CÁRITAS - RJ.***

Um total de 1800 refugiados mantém "contato de algum tipo" com a Cáritas[24]. Todos os processos de solicitação do refúgio são registrados na Cáritas, assim como os pareceres julgados como positivos ou negativos pelo CONARE. Os casos de repatriação também são registrados.

Cada refugiado têm uma pasta de registro e acompanhamento. Nas palavras da coordenadora do programa "todos têm uma pasta e todo tipo de atendimento é registrado com detalhes. Há uma ficha de atualização onde é sempre anotado tudo o que se refere a cada refugiado" – o que inclui qualquer tipo de atendimento. Todos os atendimentos para assistência ou apoio aos refugiados precisam ser registrados e comprovados com documentos, notas fiscais, recibos, etc. – o que implica um trabalho enorme e contínuo. Como exemplo, foi citado que "até um tíquete de metrô precisa ser autorizado e registrado na ficha".

[24] Não fica claro se este número inclui ou não os solicitantes que aguardam a resposta dos processos.

O procedimento de controle tem as seguintes etapas: o refugiado procura a assistente social, a assistente social solicita o que é pedido, a coordenadora autoriza e o refugiado assina o recebimento. Só então o atendimento é registrado na ficha.

- ***Tipos de vínculos dos Refugiados com a Cáritas - RJ.***

Existe uma espécie de tipologia - a partir da frequência de contatos do refugiado com a organização e a(s) forma(s) de assistência que os refugiados recebem - que qualifica "o tipo de vínculo que o refugiado mantém com a Cáritas", conforme as palavras da assessora da coordenação do programa.

Tipo 1. De subsistência – o refugiado recebe a ajuda financeira. Duração média de seis meses.

Tipo 2. Orientado – o refugiado não recebe ajuda financeira, mas recebe várias outras formas de assistência.

Tipo 3. Pontual – o refugiado recebe algum tipo focalizado de assistência. Exemplos: óculos, medicamentos, material escolar, pagamento de uma taxa, etc.

Tipo 4. Auto-suficiência – o refugiado não saiu do Brasil (o que é de conhecimento da Cáritas, com confirmações), mas está bem integrado e não precisa de ajuda da organização.

A coordenadora do Programa explica que "os refugiados podem mudar de posição" na tipologia. Em geral as avaliações guardam um intervalo de um mês, ou seja, a partir de avaliações mensais o refugiado pode passar, por exemplo, do tipo 1 para o 2 ou para o tipo 3. Pode, também, mudar de posição na tipologia no sentido inverso em função de um período de maiores dificuldades – mesmo depois de um longo tempo na condição de refugiado.

Foi informado que, além das verbas para a ajuda financeira, também são provenientes do ACNUR as verbas necessárias para o acompanhamento do tipo 3. Não ficou claro, na ocasião, quais as formas de assistência que correspondem ao nível 2 nem, tampouco, a origem dos recursos necessários para o acompanhamento deste "tipo".

- ***Relação dos problemas enfrentados pelo Programa mais destacados pela "equipe da Cáritas".***

- Verbas escassas.
- Intermitência de alguns apoios e atividades dos projetos – principalmente daqueles cujas verbas vêm do governo brasileiro / Ministério da Justiça.
- Necessidade de estratégias flexíveis de realocação de verbas em função de prioridades para certas necessidades e das condições específicas de cada refugiado ou do grupo de refugiados atendidos em cada período.
- Falta de recursos necessários para a locomoção dos refugiados (pagamento do transporte pela instituição). Este é o maior problema apontado pela equipe do programa para um melhor funcionamento dos projetos, convênios e atividades oferecidas aos refugiados.

B. Levantamento de questões sobre o refúgio no Rio de Janeiro e os refugiados congoleses junto à direção da Cáritas - RJ

***Entrevista aberta*.** Gravada. Transcrita. **Data:** 14/11/2007.

Local: Bairro da Glória. Edifico João Paulo II. 4º andar. Anexo ao Palácio São Joaquim.

Entrevistado: Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto. Diretor da Cáritas - RJ.

Observações iniciais:

(...) A proposta inicial de pesquisa havia sido elaborada com base nos dados estatísticos por nacionalidade obtidos em julho de 2007 junto à Cáritas – RJ, além de um conhecimento acumulado através de pesquisa em outras fontes de dados oficiais, artigos e livros sobre o refúgio e os refugiados no Brasil, notícias coletadas ou recebidas via internet, bem como pelo início de contatos diretos com os refugiados – mais especificamente com os congoleses.

Assim, a conversa e a entrevista aberta com o diretor da Cáritas buscavam obter um panorama do novo quadro dos refugiados no Rio de Janeiro. Especialmente destes "novos grupos", ou seja, não entrariam na pesquisa os angolanos, já estudados anteriormente e ainda o maior grupo de refugiados, porém, pouco significativos no contexto geral de concessão do *status* de refugiado pelo CONARE a partir do início de

2003. Havia a necessidade de buscar algumas explicações, indicações e opiniões do diretor da Cáritas para se definir com mais clareza o recorte temporal da pesquisa e solicitar ajuda e orientação do entrevistado para melhor identificar e definir o grupo a ser alvo mais direto da pesquisa empírica.

Transcrição da entrevista gravada.

P.N. Dr. Cândido da Ponte Neto – diretor da Cáritas – RJ.
P. Pesquisadora.

P. *Eu estou trazendo algumas questões que se baseiam muito naquilo que li nos seus dois artigos publicados no livro da Ir. Rosita Milesi, de 2003 ("Refugiados: realidade e perspectivas"). Mais especificamente no artigo que o senhor escreveu sobre o reassentamento no Brasil e também na entrevista que concedeu para a Ir. Rosita e que compõe o centro de um artigo dela, no mesmo livro, sobre o histórico do refúgio no Brasil. Naqueles artigos o senhor aponta a tendência ou a possibilidade de aumento da chegada dos congoleses. Estou muito interessada em ouvir o que pensa hoje sobre isso, o que aconteceu...*

P.N. *O que se deu! Esse aumento...*

P. *Pois é. Ocorreu. Mas em muito menor intensidade do que foi a vinda dos angolanos. Estou trazendo, ainda, alguns outros pontos para esta conversa-entrevista-orientação (fundamental para nortear minha pesquisa).*

P.N. *Quero falar de uma coisa importante que é a questão cultural, digamos assim. Que passa pelos que fazem opinião. Pelos intelectuais e outros grupos... Passa por alguns aspectos e algumas diferenças que eu queria aprofundar. Vamos comparar o que ocorre aqui no Rio com a forma como acontece em São Paulo. Lá em São Paulo existe muito mais entendimento e melhor recepção para a causa do refúgio e do reassentamento. Há diversos pesquisadores interessados no tema, estudantes, advogados. Agora mesmo há um grupo acadêmico interessado na questão lá em Natal... É bom. Mostra que há um interesse em conhecer a questão, estudá-la. Aqui no Rio há um grupo, um só. O NIEM, que você conhece. É o único interessado... E há a universidade Bennet, com o convênio para receber alunos refugiados. Em outras áreas*

esse interesse não existe. Nenhum interesse. Na própria UFRJ, como universidade, não há nenhum interesse. Isso conta muito... Talvez explique até mesmo porque lá em São Paulo a reação dos refugiados foi menor com essa questão dos palestinos!

***P**. Uma observação, se o senhor não se importa. Há que se fazer considerações sobre a história de São Paulo, uma história de recepção de imigrantes, de uma cultura consolidada de ser uma cidade e um estado que recebeu imigrantes de várias nacionalidades... Das colônias que preservam seus costumes, das associações de imigrantes, da própria atuação pastoral dos migrantes, centros de estudos e de ação junto aos de migrantes que existem há muito tempo.*

***P.N.** Esse é um tema que tem de ser aprofundado... Porque uma reação ruim da opinião pública pode influenciar até uma decisão do governo.*
Voltando ao que eu falava, somente para fazer um paralelo, para não ficar só no Rio. Brasília também não recebe bem os refugiados. E teria todas as condições para fazer isso. Ter mais conscientização para a importância dessa questão. Pelo menos ali estão muitas pessoas que sabem da questão e trabalham com os direitos humanos...

***P.** Isso me traz uma pergunta sobre as parcerias; sobre as organizações parceiras da Cáritas, por exemplo, aqui no Rio de Janeiro. O senhor acredita que teria de haver um trabalho maior de conscientização nas próprias instituições parceiras e com as pessoas que nelas trabalham, como um todo? Um trabalho mais pontual e diretamente voltado para as pessoas que vão lidar com os refugiados, através dessas parcerias ou porque trabalham nas organizações das instâncias públicas que precisam lidar com os refugiados.*

***P.N.** Meu sentimento é que os parceiros da Cáritas aqui no Rio, os que estão mais próximos, os que estão perto e nos apoiam o fazem muito mais pelos resultados positivos que temos conseguido do que por uma conscientização, uma consciência mais ampla da questão, dos direitos humanos, etc.. A ação bem feita, com resultados, é o que conta mais. Então, eu não sei se uma campanha ampla aqui é o que vai resolver... Talvez um trabalho mais próximo, um vínculo mais estreito com as pessoas, dê mais resultados.*

P. *Voltando à questão dos dados e do corte temporal para a pesquisa. Se eu tiro o caso de Angola – que terá de ser resolvido de uma forma especial (como o senhor disse) e que o senhor acha que não vai ser fácil e nem rápido... Se eu faço um recorte temporal em 2003, quais seriam os grupos de maior interesse? Por serem mais representativos ou por serem mais específicos? Seriam os congoleses e os colombianos? Ou o senhor acha que eu devo enfocar os colombianos porque o afluxo de congoleses não vai prosseguir? (...)*

P.N. *Você tem toda razão. Eu acho que o afluxo dos congoleses tende a continuar. A presença deles aqui permite uma pesquisa mais viva, mais direta, mais voltada para a integração local, as questões de representação, de identidade, de como eles são vistos aqui e como se relacionam com os brasileiros.*

P. *Os congoleses repetem um pouco o padrão de inserção precária dos angolanos? Moram em favelas, dificuldades com trabalho, etc.?*

P.N. *O padrão é parecido. Semelhante, mas não o mesmo. E tem o problema da língua que é muito complicado... Sobre a distribuição deles, isto é, onde vivem ou para que áreas da cidade estão indo os que têm chegado ou chegam mais recentemente, eu realmente não saberia dizer. Tem que pesquisar mesmo.*

*****

C. A pesquisa empírica no espaço da sede da Cáritas em abril de 2009 [25]**.**

Após um período de um ano sem possibilidades para a observação direta do trabalho na Cáritas – RJ foi, enfim realizado, em abril de 2009, um conjunto de visitas à nova sede da organização. Ao longo de uma semana foi permitida a observação de todas as atividades desenvolvidas com os refugiados no espaço da sede. Ao mesmo tempo, o contato direto com os profissionais da organização abriu oportunidade para a

[25] Uma nota sobre a interrupção da pesquisa junto à Cáritas em função da já citada crise ocorrida na cúpula da Arquidiocese do Rio de Janeiro (e seus efeitos sobre o programa para os refugiados) pode ser encontrada na p.98 do Capítulo 2. O período de crise, em 2008, trouxe grandes dificuldades para a continuação da pesquisa. A transferência do programa de assistência para uma nova sede e a dificuldade com as novas instalações levaram a diversas tentativas frustradas de um contato para a observação direta do trabalho da organização com os congoleses. Também foi impossível seguir com a pesquisa de dados e informações mais objetivas. A estratégia da pesquisadora foi sair a campo e passar a intensificar os contatos com os refugiados de modo a avançar na pesquisa de observação participativa em outros espaços.

atualização de algumas informações sobre o programa de assistência – por exemplo, novas parcerias e atividades oferecidas.

Ao longo da semana observou-se que a grande maioria dos refugiados presentes na sede da Cáritas - RJ era formada por congoleses. Em função disso, todos os quadros com avisos – orientações, endereços, mapas, recomendações, etc. – estavam escritos em português e em francês.

Chamou atenção a presença de muitas mulheres jovens participando das aulas de português e das oficinas de artesanato, acompanhadas de filhos pequenos. Vale destacar que a precariedade das instalações da nova sede e a falta de espaço [26] implicam a realização das aulas e oficinas na varanda e numa parte do quintal da casa.

Deve ser destacado o número de refugiados congoleses reunidos no pequeno espaço da varanda para participar das aulas de português. Entre os participantes há muitos jovens do sexo masculino, recém-chegados, misturados em um mesmo grupo a outros congoleses que demonstravam já possuir a capacidade de se expressar minimamente na língua portuguesa. Um professor congolês e um auxiliar (também congolês) se esforçam para ensinar um grupo caracterizado por tamanha diversidade.

Além das oficinas de confecção artesanal de objetos de decoração das quais participam as mulheres há também uma oficina de trabalho em madeira frequentada por poucos rapazes; todos congoleses.

Cabe destacar que as oficinas de artesanato das mulheres funcionam também como um momento importante de encontro e sociabilidade das refugiadas congolesas. Há vários momentos em que elas discutem em um tom mais alto, quase sempre em lingala, questões que parecem mobilizar o grupo naquele momento. Por exemplo, em uma das aulas, deu-se um acalorado debate sobre a forma de escolha das monitoras para as oficinas.

Pelo que foi possível perceber, as oficinas de artesanato ministradas por uma professora brasileira de artes costumam ser acompanhadas pelas assistentes sociais e por uma psicóloga. Em um dos dias, no encerramento das atividades na parte da tarde, presenciou-se o trabalho da psicóloga com o grupo de mulheres.

É interessante ainda observar a ocorrência de certa sensação de estranhamento por parte dos refugiados congoleses já entrevistados ou conhecidos da pesquisadora em função da estratégia levada a cabo durante todo ano de 2008 para o desenvolvimento da

[26] Somente em meados de 2010 foi veiculada a notícia do início de reformas na sede da Cáritas para ampliar os espaços em que as atividades com os refugiados são desenvolvidas.

pesquisa, qual seja, a presença constante nas áreas de moradia, nos espaços de encontro nos salões de cabeleireiro na central do Brasil, de cultos nas diversas igrejas que frequentam, além da realização de algumas atividades coletivas em Duque de Caxias (em conjunto com a CACB) e em Brás de Pina (através de contatos com um pastor e moradores mais antigos da localidade).

Nesta retomada da pesquisa com a Cáritas – RJ em 2009 foram realizadas duas reuniões com alguns integrantes da equipe do Programa, a fim de esclarecer dúvidas que surgiram ao longo de quase três anos de pesquisa de campo e para obter mais dados, com destaque para os primeiros dados oficiais de natureza qualitativa sobre o grupo de refugiados congoleses no Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que a pesquisa empírica no espaço de funcionamento do Programa de Assistência foi bastante proveitosa para uma atualização da pesquisadora em relação ao trabalho realizado com os refugiados provenientes da República Democrática do Congo.[27]

- ***Trabalho, saúde e educação em foco: algumas parcerias da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro para atendimento e assistência aos refugiados.***

Para complementar os resultados da investigação empírica na Cáritas – RJ foi realizada uma breve pesquisa em busca de informações nas instituições e nos órgãos do serviço público e outras instituições apresentadas como importantes parceiras [28] da

[27] Ver em ANEXO C, Capítulo 4 (4.1), Vol. II, página 147, matérias obtidas em diversos veículos de comunicação em que são destacadas a presença e a tendência de crescimento do grupo de refugiados congoleses no Rio de Janeiro. As matérias selecionadas destacam ainda, o trabalho da Cáritas – RJ

[28] Mais informações sobre parceiros da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro para atendimento e assistência aos refugiados são elencadas, a partir da pesquisa em materiais de divulgação da organização em tempo recente. Associação Brasileira de Odontologia: a ABO oferece serviços odontológicos gratuitos; Centro de Estudos Supletivos: ajuda na comprovação do nível escolar e na inserção no sistema educacional brasileiro; Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos / Defensoria Pública: oferece assistência jurídica gratuita; Hospital dos Servidores do Estado: garante atendimento hospitalar e encaminhamento para serviços de saúde não oferecidos pelo hospital; Instituto Metodista Bennett: oferece bolsas de estudo integrais em seus diversos cursos; Pastoral dos Migrantes (Arquidiocese de Manaus): oferece apoio logístico na cidade de Manaus (AM); Pastoral Carcerária (Diocese do Alto Solimões): oferece apoio logístico na cidade de Tabatinga (AM). Programa de Educação pelo Trabalho: atende refugiados e refugiadas de 14 a 17 anos; Secretaria Estadual de Educação: ajuda a comprovar o nível educacional de refugiados e refugiadas; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: o SENAC e o SENAI oferecem cursos de capacitação profissional; Serviço Social do Comércio: o SESC oferece atividades sociais e educativas, como esportes e oficinas recreativas. (Fonte: ACNUR. Folder Dia do Refugiado. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5479.pdf>. Acesso em: 03 set. 2008). De acordo com folheto da Cáritas divulgado em evento cultural comemorativo do Dia Mundial do Refugiado em 2010, a instituição

Cáritas. O objetivo era esclarecer alguns pontos referentes às condições concretas de operacionalização destas parcerias e a adequação das oportunidades oferecidas às necessidades dos refugiados congoleses.

Optou-se por priorizar três esferas básicas para os processos de integração: trabalho, saúde e educação. A seguir apresentam-se os resultados desta pesquisa em três instituições: Secretaria de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro – SETRAB, Hospital dos Servidores do Estado (HSE) e SENAC RJ.

Em relação aos procedimentos de orientação para o mercado de trabalho, procuramos obter mais informações sobre o encaminhamento dos refugiados para a Secretaria de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (SETRAB) com o objetivo de inscrevê-los paras as vagas relacionadas no Sistema Nacional de Empregos (SINE). A informação obtida na Cáritas indicava a realização de avaliação da capacidade profissional dos refugiados e a verificação de sua experiência profissional pela organização, para poder encaminhá-los à SETRAB/SINE através de um formulário próprio, preenchido e assinado pela Cáritas.

Por ocasião de uma visita à SETRAB acompanhando um grupo de congoleses da diretoria da CACB a fim de fazer a inscrição da associação naquela secretaria, a pesquisadora foi informada que a parceria Cáritas/SETRAB não estava mais em vigor. Não foi possível, portanto, obter mais informações além daquelas fornecidas pela equipe do programa da Cáritas.

No hospital dos Servidores do Estado foi realizada uma pesquisa sobre o "Programa Saúde dos Refugiados" através de conversas e entrevistas em profundidade com a chefe do Serviço Social – pessoa responsável por receber os refugiados encaminhados pela Cáritas [29] e direcioná-los para os diversos setores de atendimento médico do hospital.

Seguem trechos selecionados de entrevista gravada nas dependências do Serviço Social, na qual vários esclarecimentos são dados pela chefe do serviço por meio de um breve histórico do referido programa, de uma avaliação do seu funcionamento e das necessidades de mudanças para sua efetiva implantação em acordo com as necessidades e especificidades dos refugiados que chegam ao hospital.

---

também tem parceria com a Polícia Federal, a Faculdade SENAC, o Serviço Social da Indústria (SESI), o Hospital dos Servidores do Estado (HSE) e o Hospital Pedro Ernesto.

[29] Ver em ANEXO D, Capítulo 4 (4.1), Vol. II, p. 154, uma cópia da ficha de encaminhamentos dos refugiados ao Serviço Social do HSE.

Entrevista aberta **Data:** 28.04.2009.

Local: Hospital dos Servidores do Estado – Rio de Janeiro.

Entrevistada: Sra. Eva de Souza Machado. Chefe do serviço de assistência Social do HSE.

Pesquisadora: Maria Regina Petrus Tannuri.

Finalidade da entrevista: Conhecer o programa de saúde para refugiados e o trabalho desenvolvido a partir da experiência e da visão da entrevistada. Buscar elementos para construção de um perfil dos refugiados atendidos e uma avaliação os resultados do programa de atendimento.

E. Sra. Eva **P. pesquisadora**

P. *A partir das nossas conversas e encontros anteriores gostaria de conversar um pouco sobre o atendimento dos refugiados aqui no HSE para conhecer a sua visão sobre o programa, como chefe do Serviço Social. Em nosso primeiro encontro aqui, você me pareceu ser a pessoa mais diretamente envolvida na recepção e no encaminhamento dos refugiados que procuram o hospital. Gostaria de aprofundar alguns pontos levantados por você e esclarecer algumas informações a partir do material que você me forneceu por escrito. Você poderia contar-me um pouco do histórico desse programa (o convênio aqui no HSE)? No texto de Rosita Milesi – que você conhece – ela se refere ao HSE como hospital de referência para os refugiados no Rio de Janeiro e destaca o pioneirismo desse programa. Gostaria de saber se poderia ter acesso a algum documento formal sobre esse programa ou se você sabe onde eu posso acessá-los.*

E. *Com relação à documentação eu posso disponibilizar para você os documentos que tenho arquivados aqui no hospital. Na verdade, o que existe aqui é um programa de atendimento à saúde dos refugiados. Esse programa foi lançado pelo Ministério da Saúde no final de 2005, inicio de 2006, com toda a formalidade. Portanto, existe uma documentação. Porque todos os entendimentos para a implantação desse programa passaram pela DGH. Na época, porém, eu não era chefe do serviço social, por isso não tenho como ajudá-la com um histórico completo.*

P. *O que é a DGH?*

E. *DGH é a Direção Geral Hospitalar do Ministério da Saúde. Como lhe disse, na época eu não era a chefe do serviço. O acordo para esse atendimento aqui no HSE, até onde eu sei, foi um convite do Ministério da Saúde para a integração do hospital ao trabalho com os refugiados. O acordo foi feito com o nosso diretor geral. Na composição da reunião dos representantes do Ministério da Saúde aqui no hospital, estavam presentes, além do nosso diretor, as demais chefias. Explicando melhor, parece que o primeiro convite foi feito pelo senhor Marcos Quito, representante do Ministério da Saúde no CONARE, lá em Brasília. Isso foi o que me passaram – que o hospital foi convidado pelo Ministério da Saúde e politicamente não seria possível mesmo recusar um convite do MS porque esse hospital é um hospital federal diretamente vinculado ao Ministério da Saúde.*

P. *A partir de quando e como você conheceu esse programa?*

E. *Eu recebi a noticia diretamente da minha superior direta, dizendo que o hospital ia passar a atender "refugiados políticos" e que a maioria deles seria de africanos. Eu fiquei meio perdida porque sequer sabia o que era um refugiado. Minha chefe afirmou que tinha poucas informações, mas que haveria outras reuniões para nós tomarmos ciência dos detalhes do projeto. Infelizmente em janeiro de 2006 ela se afastou definitivamente do hospital por motivo de saúde e eu tive que assumir a chefia do Serviço Social. Fui chamada para uma reunião, mais ou menos em meados de fevereiro ou março. Nessa reunião estavam a representante da DGH, o diretor do hospital e a chefe do NAUP – Núcleo de Acolhimento a Pacientes Externos – que coordena toda a parte de ambulatórios do hospital. Também estava presente o representante do CONARE, Sr. Marcos Quito. Nessa reunião foi apresentada a proposta que eu já lhe entreguei por escrito com tudo pronto para o lançamento do "programa dos refugiados''. Foi acertado o lançamento do programa aqui no Rio de Janeiro – passarei o material do lançamento para você depois. Foi feita também a proposta de uma agenda que você já tem em mãos em junho de 2006.* [30]

P. *Você pode dar mais informações sobre essa agenda?*

E. *Tratava-se de uma oficina. O programa começou em 2006, com o lançamento dessa agenda. Era um material básico que informava o que eram os refugiados, a noção de refúgio, o que era o ACNUR, o que era o CONARE, a participação do MS no CONARE*

[30] Ver em ANEXO E – Capítulo 4(4.1), Vol II, p.155, cópia do material disponibilizado pela entrevistada.

e como seria composto o programa – os integrantes, os representantes das instituições. Na verdade a oficina foi o lançamento do projeto. A partir desse lançamento, nós começaríamos a atender os refugiados no HSE.

P. *Você pode explicar o que é esse questionário que faz parte do conjunto de documentos que você me disponibilizou?*

E. *Esse é o questionário da parte médica. Não existia esse questionário na oficina de lançamento, ele foi feito posteriormente já em reuniões com a equipe da saúde – o representante do CONARE, representante da Secretaria de Saúde Municipal, a chefe do NAUP-HSE e a diretora da DGH. Eu não participei dessas reuniões, da parte do HSE quem estava à frente do programa era a chefe do NAUP. Participei apenas de uma reunião como convidada, com direito a voz, mas sem direito a voto.*

P. *Esse questionário médico ainda é o questionário utilizado atualmente para o atendimento dos refugiados?*

E. *Não. Falando com toda transparência, esse questionário nunca foi utilizado aqui por nós. Há um questionário que foi elaborado para a "atenção aos refugiados" aqui no hospital – questionário médico. É basicamente um questionário de identificação do refugiado, com informações bem gerais e uma parte clínica bem detalhada com informações de cunho médico. Mais ou menos como o questionário médico que é aplicado para as crianças no projeto Ambulatório Sem Fronteiras da Pediatria, que você conhece bastante. Mas infelizmente, em geral, não é feito um acompanhamento do refugiado; pelo menos de uma forma mais direta, não é feito.*

P. *Além da oficina e dessa reunião na DGH, você poderia informar sobre outras reuniões, treinamentos, atividades, que teriam ocorrido com os profissionais do Serviço Social, com os médicos, com os chefes dos setores do hospital, funcionários, etc.? Eu queria que você me contasse o que foi feito efetivamente para implantar o programa aqui no hospital, além dessa oficina.*

E. *Que eu tenha conhecimento não houve outras reuniões ou encontros de treinamento.*

P. *Eva, não houve palestras, cursos de treinamentos com informações específicas sobre os refugiados, o contexto do refúgio aqui no Rio de Janeiro, com algum especialista médico (ou não) dessa área?*

E. *Se houve, eu desconheço. Não participei, posso falar pela minha equipe aqui do Serviço Social. Para o Serviço Social, todo o treinamento foi resumido a esta oficina. O conhecimento mesmo do que era um refugiado foi obtido na prática, quando já estávamos de frente para os refugiados. Eles passaram a chegar aqui e eu, como chefe do Serviço Social, sou a porta de entrada do hospital. Os refugiados começaram a chegar e nós começamos a atender com muita dificuldade, principalmente por causa do problema da língua. Os refugiados chegam falando francês ou lingala – no caso dos congoleses, que são a maioria – o que torna muito difícil entendê-los e poder ajudá-los.*

Queria só fechar a questão dos documentos, antes de passar para o atendimento que fazemos. Em termos de documentação, o único material escrito sobre a designação do hospital como hospital de referência para os refugiados é esse que eu lhe entreguei e uma proposta desenvolvida pela equipe que participa do Projeto Ambulatório sem Fronteiras, especificamente para as crianças. Neste projeto são utilizadas fichas específicas, formuladas pelas pediatras e mais voltadas para a parte médica. Há, ainda, uma ficha para o atendimento das crianças e seus responsáveis, utilizada pelas assistentes sociais que participam desse trabalho.

Eu estou produzindo um material escrito sobre como esse programa dos refugiados está sendo desenvolvido pelo Serviço Social. Já existe um modelo de ficha de entrevista e algumas questões que fazem parte do acompanhamento, já que muitos retornam ao hospital diversas vezes e sempre passam primeiro aqui pelo Serviço Social.

P. *Você já tem fichas especificas para as crianças de diversas nacionalidades ou existem somente as fichas do Ambulatório Sem Fronteiras?*

E. *Infelizmente não tenho ainda elaboradas fichas próprias para todas as crianças, mas todas as crianças são encaminhadas para a Pediatria. No momento, o projeto do Ambulatório sem Fronteiras está temporariamente suspenso para avaliação mas, mesmo assim, todas as crianças então sendo encaminhadas para o Ambulatório Geral da Pediatria e todas estão sendo atendidas.*

(...)

P. *Eva, você já tinha falado que a grande maioria dos refugiados que já está aqui há mais tempo vem com problemas de saúde simples e que você encaminha para a rede de saúde básica. Eu queria saber mais sobre os solicitantes, entre os recém-chegados, qual o principal problema de saúde?*

E. *Eu penso que na verdade, com a situação da AIDS nos países africanos, muitos refugiados foram alvo desse acordo para se poder rastrear a questão da saúde – por exemplo, do HIV. Sinceramente, acho que esse foi o maior apelo. Só que os problemas que eu estou atendendo aqui são principalmente de saúde básica. Um ou outro tem um problema mais grave. Como as mulheres, por exemplo, têm que ter um atendimento ginecológico, tem que ter atenção, isto é, têm que passar primeiro pela rede básica porque aqui não se tem como assisti-las; se precisarem de uma cirurgia vão ser atendidas aqui, com certeza. Como muitas que já fizeram cirurgias aqui e foram tratadas por especialistas, etc.. Esse é um hospital terciário. Mas a maioria é para encaminhar para o sistema de saúde básica. Até porque eles são saudáveis, são jovens, boa parte com seus vinte e poucos anos, dentes perfeitos, que impressionam... Muitos - a maior parte - sofrem com problemas de pele; eles têm muita alergia, coceira; mas isso é por causa das condições que enfrentaram lá, da história da viagem, do refúgio, as condições péssimas de saúde nas áreas da guerra... Muitos relatam que no caminho da fuga beberam águas de lá, passaram por lama, ficaram sem banho. Então, os problemas que chegam são logo sanados aqui mesmo; já encaminho para a dermatologia; poucos precisam ir tratar disso na rede básica... Já que estão aqui, damos um jeito. Às vezes chegam e é só receitar um sabonetinho. Um cuidado, uma atenção e conselhos básicos já resolvem. Bem, mas têm uns que chegam com uma coisa mais grave; se eu vejo que já veio de lá com problemas, encaminho direto para um setor; por exemplo, um que chegou com uns caroços no pescoço; outra moça muito jovem, que chegou há poucos dias, me assustou logo que eu vi. Esses têm que ficar aqui mesmo! (...)*

P. *Eva, você me passou uma percepção muito fina do seu trabalho com os refugiados. Uma percepção riquíssima. Nós vamos entrar na parte da fala livre do roteiro da entrevista. E há outras questões delicadas sobre o programa em si... Mas eu queria lhe dizer que apesar de todo o contato que eu tenho com os refugiados, nas casas deles, nos projetos, nos encontros frequentes, mesmo com as mulheres... É impressionante como nunca vi alguém falar dos refugiados com tanta clareza e tanta sensibilidade para coisas tão finas, da percepção de quem lida mesmo diretamente com eles.*

E. *Aqui é o lugar onde eles vêm procurar ajuda. E ajuda sobre o que é mais delicado, a saúde – física, mental, psicológica. É preciso estar sempre atenta para a delicadeza e a fragilidade dessas pessoas que chegam aqui.*

P. *Vou fazer um corte por outro tema de grande interesse para a minha pesquisa. O nível de conhecimento desse programa por parte do pessoal do hospital – os que atendem os refugiados – médicos, enfermeiras, outros profissionais da saúde que lidam com eles, o pessoal de serviços de apoio etc..*

E. *Na minha avaliação esse é um ponto que está ainda muito falho. Muito mesmo. Eu estou tentando desenvolver o projeto que lhe mostrei; que por enquanto eu estou chamando de "a contribuição do SUS na reconstrução da vida dos refugiados". Já recebi uma proposta da maternidade. Lá, como eles estão recebendo as gestantes – que têm que ficar mesmo aqui – eu tenho colocado que poderíamos recebê-las de uma maneira mais adequada às necessidades delas. Veio já também um pedido da enfermagem para que fosse apresentado a elas o programa dos refugiados. Estamos preparando o material, temos pesquisado outros programas de atenção às gestantes refugiadas, vimos um texto sobre isso lá de Portugal. Mas não vai ser uma tarefa fácil...*

P. *Você sente uma resistência muito grande? Ou você acha que pelo fato de os refugiados continuarem a vir e as pessoas que trabalham no HSE estarem percebendo que vão ter que lidar com eles... Bem, acha que aos poucos a resistência está diminuindo e começando a haver um interesse por mais informações, etc.?*

E. *Eu acho que está diminuindo sim; pelo menos por parte dos chefes dos serviços e setores. No mais, a resistência vai diminuindo porque não tem outro jeito. Não falam a nossa língua; não se tem informação nenhuma por parte delas – por exemplo, as gestantes... Mas vão ter que atendê-las. A resistência vai sendo minada por uma questão de necessidade – para poder fazer o atendimento.*

P. *Você vê a possibilidade de formar um grupo aqui no HSE com interesse por um projeto de maior conhecimento dos refugiados e de um atendimento mais adequado ao programa e às necessidades específicas dos refugiados?*

E. *Vejo, sim. Temos que começar pelos que já têm uma visão de humanização do atendimento na saúde pública na cabeça. São profissionais que trabalham com mais cuidado com os brasileiros e são, provavelmente, os mais fáceis de sensibilizar para um programa desse tipo com os refugiados.*

P. *Os demais usuários do hospital – os brasileiros – têm preconceito contra a presença dos refugiados? Você percebe isso aqui?*

E. *Não percebo. Se tiverem, não chegou aqui a mim. Pelo menos até agora. Também não tem muita brecha, porque como não tem intérprete eu tenho que pegar pelo braço e levá-los; e eles acabam sendo atendidos prioritariamente. Eu vou explicando para os outros que estão na fila que ele tem que ser levado por mim diretamente ao médico, que vou precisar passar na frente deles para poder falar com a médica, etc.. Claro que é feito tudo delicada e respeitosamente. Ninguém nunca reclamou comigo. Na verdade, ninguém entende bem o que eles são... Os outros usuários nem tomam conhecimento. Eles vêem uma pessoa, muda, levada pelo braço por uma assistente social... Nem sabem que é um estrangeiro. Eu acho que ainda não atinaram. Porque, talvez, quando souberem mesmo que tem os refugiados aqui, podem cair em cima com reclamações, etc.. Por enquanto essa questão de por que os refugiados e não os brasileiros, que você conhece bem, por aqui só se vê nos profissionais; porque a população de usuários nem sabe. E os refugiados não são tantos nesse hospital, que é enorme. Mas acho que por parte dos profissionais isso existe.*

P. *E os refugiados mais antigos? Os que já vêm sozinhos? Os que já têm o cartão do hospital? Sofrem preconceito?*

E. *Eu acredito que não. Até porque eu acho que são poucos. Porque os mais antigos não sabiam e muitos ainda não sabem dessa designação do HSE como referência para refugiados. Vamos ver daqui pra frente... E é difícil entrar nesse hospital. Aqui não tem emergência. Os próprios brasileiros não entram facilmente nesse hospital porque ele é um hospital terciário. Não tem como entrar assim para qualquer coisa. Na verdade quem vem aqui só entra se tiver algum encaminhamento médico de uma unidade do serviço público de saúde, e especificamente para cá.*

O refugiado só entra aqui porque existe o programa e porque ele é encaminhado pela Cáritas. Então, por isso mesmo, tem todo esse trabalho da recepção que cabe ao Serviço Social. Nós recebemos os refugiados encaminhados pela Cáritas. Você vai ver o papel que eles trazem. Consta o nome, país de origem, idade, data de chegada no Brasil, e a assinatura e carimbo da coordenadora do programa de refugiados da Cáritas. Não tem outras informações, mas eles só entram com esse papel de encaminhamento e vêm direto para mim. O Serviço Social é a porta de entrada do programa no HSE e também de encaminhamento para a rede de saúde básica.

P. *Como agem em geral em relação aos refugiados os que trabalham aqui no hospital?*

E. *Olha, é mais ou menos assim: eu sou bem antiga aqui e já conheço os médicos. Sei quais são os mais solidários, mais sensíveis. Então, até agora, esse problema dos refugiados tem sido resolvido diretamente. Eu levo direto aos médicos que eu já sei que vão me receber melhor ou que já atenderam outros refugiados antes e deu tudo certo.*

P. *Isso parece que só vem reforçar a sua idéia de se formar um grupo para um projeto com os refugiados, não é?*

E. *Com certeza. Eu acho que vai ter que começar assim.*

P. *Eva, para finalizar a nossa conversa, eu gostaria que você falasse um pouco mais do que entende como um atendimento global de saúde aos refugiados – que foi o tema mais reafirmado por você em nossos outros encontros como uma necessidade urgente. Falar livremente, a partir da sua experiência de trabalho com eles. O que você já pensou sobre isso?*

E. *Eu tenho certeza de que nós precisamos reunir todo o pessoal do SENAC, das outras instituições, organizações que lidam com os refugiados para podermos pensar juntos em "saúde integral", pensar em uma abordagem ampla, social, a saúde dos refugiados. Porque para mim, se uma pessoa é um refugiado, perdeu ou largou tudo e está "perdido" em um mundo estranho, sem nada, ele já "está doente". Se o programa de assistência aos refugiados funcionar como está determinado pela lei, pelos acordos, pelas decisões a favor deles que já estão assumidas pelo Brasil, pelo governo, pelos ministérios, significa que o refugiado vai ter escola, trabalho, universidade, formação profissional, etc.. Se eles não tiverem isso é claro que vão adoecer. Essa outra visão da saúde integral é difícil; muita coisa não tem como ser resolvida. Na verdade, isso tudo que é saúde integral, que depende da inclusão deles aqui no Brasil, na sociedade, isso não tem como se resolver completamente. Eu pergunto para a Cáritas como está sendo feito o trabalho com eles. Estão sendo encaminhados. Sim, estão: aqui para o hospital, por exemplo. Eu vejo quando alguns voltam aqui para me contar que estão fazendo um curso no SENAC... Como isso é importante para eles! Mas ainda falta muita coisa além de encaminhamento para cuidar da inclusão e da saúde integral deles.*

P. *Eu penso que eles têm de ter mais espaços e mais pessoas de referência. Agora, por exemplo, além da Cáritas eles têm esse espaço de referência, aqui no hospital, com você à frente. Eles vão para o SENAC e o espaço de lá passa a ser outro lugar de referência para eles. Eu vejo que também lá, nos cursos, eles vão criando uma nova*

rede de laços, conhecendo pessoas que significam para eles orientadores, apoio – o que dá a eles mais segurança, sensação de pertencimento, de estarem investindo neles mesmos.

E. *Dá saúde para eles! Se você pensar a saúde no sentido físico, psicológico, social – você vai pensar em três eixos que são interligados. Enquanto não se entender isso, eles não vão ter saúde. Falta integração das organizações, instituições, trocas de experiências, trabalho em conjunto de verdade. Ora, o refugiado é assistido aqui sim. Na saúde física principalmente, sim. E daí? Vai ser atendido, vai ser medicado... Mas vai conseguir ter saúde integral? Isso só quando estiver conseguindo reconstruir a vida, no dia em que ele conseguir um trabalho. Senão, volta aqui, cada vez pior; fica sentado na minha frente chorando – um homem adulto, enorme, com mulher, dois filhos... Aí você acaba "apadrinhando"... Leva um ali, procura uma parceria... Mas só para alguns. O homem já está aqui há 15 anos e não tem trabalho, nunca teve um trabalho de verdade... E ele tinha uma oficina no seu país, tinha uma casa. Eles devem falar com você que acabam morando nas favelas. E eles convivem com "tudo o que é a favela no Rio de Janeiro". E aí vem a história de eu só receber aqui quem vem encaminhado pela Cáritas com o papel na mão. É um respaldo que eu preciso. Tem que ser assim. Proíbo que atendam sem o encaminhamento... Mas o encaminhamento pode ser mais... Isso deixamos para outra hora – é melhor. Então, fechando, é isso. Se você entender saúde integral dessa forma, com todas essas preocupações, mesmo com dificuldade, vai melhorar.*

P. *Eva, muito obrigada pela conversa. Você está mostrando, pela sua experiência, que mesmo que o profissional não tenha muito conhecimento sobre refugiados, leis, direitos, etc. (e isso faz muita falta, claro, como você mesma indicou), só vai ganhar a sensibilidade para trabalhar com eles, lidando diretamente com eles, de perto, tendo escuta, sem preconceito, sem medo de se comprometer. Você me passou com o seu depoimento uma coisa que me pareceu fundamental. Você me disse: "Olha, o hospital está aqui; eles chegam; são encaminhados para cá; eu posso ter muitas críticas, ver as falhas, achar que devia ser diferente... Mas se eu sou chefe do Serviço Social, eu tenho que fazer um trabalho decente, que seja minimamente decente e respeitoso com eles e com a situação deles".*

A pesquisa sobre o campo da educação concentrou-se em um dos principais parceiros da Cáritas, o SENAC - Rio. Através de contatos telefônicos com a unidade Santa Luzia, no Centro do Rio de Janeiro, uma das mais procuradas pelos refugiados, foi possível obter mais informações sobre a forma de funcionamento do convênio. O SENAC Rio oferece gratuitamente para os refugiados apenas uma vaga por turma dos cursos livres. Os cursos mais procurados são os de informática, básico de inglês, montagem e manutenção de computadores, programa Excel, técnicas de recepção de eventos (turismo). Desde o segundo semestre de 2009 o SENAC oferece bolsas de 50% para refugiados nos cursos de graduação da Faculdade SENAC. Da mesma forma que nos "cursos livres" do SENAC só é permitido um refugiado por turma. No primeiro semestre de 2010, cinco refugiados estavam matriculados na faculdade.

Há um exame de ingresso composto por uma redação e uma prova escrita. O número reduzido de refugiados na Faculdade SENAC parece estar relacionado aos preços relativamente elevados a serem pagos pelos refugiados (apesar da bolsa), além das dificuldades que enfrentam para obter o diploma de conclusão do ciclo de estudos no Congo correspondente ao Ensino Médio. Os refugiados têm que apresentar o diploma (já com tradução juramentada), o documento da Secretaria de Educação comprovando a equivalência, além da certidão de nascimento. A Cáritas fornece aos refugiados uma carta de apresentação explicando a dificuldade em relação à apresentação dos documentos. Solicita à instituição de ensino, seguindo recomendações do Estatuto do refugiado no Brasil, que tenha uma flexibilidade em relação às exigências para a matrícula dos refugiados.

Paralelamente à realização das pesquisas e ao aprofundamento de informações junto às instituições parceiras, a pesquisadora encaminhou à Cáritas duas propostas de projetos de atuação com os refugiados para o desenvolvimento de atividades educativas e culturais e programas de atendimento na área de saúde. O primeiro projeto apresentado foi desenvolvido a partir da proposta apresentada à Cáritas em março de 2007. [31] O outro projeto, já referido no texto deste trabalho, denominado "Projeto Ambulatório sem Fronteiras", foi desenvolvido e implantado em sua fase piloto pelo

[31] Trata-se de um projeto de extensão cadastrado no sistema SIGMA da UFRJ sob o número 16341. Pesquisador responsável: Maria Regina Petrus Tannuri. Situação: em desenvolvimento.

Serviço de Pediatria do HSE, com a colaboração da CACB no cadastramento e encaminhamento das crianças ao ambulatório [32].

Apesar dos contatos estabelecidos com a direção e a equipe do Programa de Assistência da Cáritas não houve um retorno positivo aos grupos proponentes dos projetos.

[32] Uma cópia do projeto ASF do Serviço de Pediatria do HSE encontra-se em ANEXOS GERAIS, ANEXO K, p. 296 a 309.

4.2. A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS NAS DINÂMICAS DE "INTEGRAÇÃO LOCAL": DAS ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS ADOTADAS PELOS SUJEITOS REFUGIADOS AOS ESFORÇOS COLETIVOS DE CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DE UMA ASSOCIAÇÃO.

Neste item do capítulo, buscou-se valorizar e compreender como se conformam os discursos dos refugiados, entendidos como **protagonistas** nas dinâmicas de integração no espaço social da metrópole. Como já indicado neste texto, tais discursos são compreendidos não somente como a **fala** ou **conjunto de enunciados sobre as estratégias e práticas específicas no contexto socioeconômico, cultural e político do espaço pesquisado,** mas são, também, consideradas como discursos as próprias práticas, as estratégias, as ações empreendidas pelos sujeitos.

Para "perceber" e interpretar os possíveis sentidos desses discursos, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas e abertas, conversas e encontros (individuais e coletivos), coleta de diversos relatos sobre a história da **e**migração (e as condições em que se deu a saída do país de origem) e a vivência do refúgio em suas várias etapas.

Foram utilizados diversos recursos e procedimentos tais como visitas aos locais de encontro, sociabilidade, trabalho e práticas religiosas do grupo pesquisado. Dinâmicas de grupo com objetivos específicos foram organizadas com a colaboração de alguns refugiados à medida que a observação inicial configurava-se progressivamente como observação participativa propriamente dita.

Observação direta, participação, colaboração, pesquisa e socialização de informações, intervenção, além de ações em conjunto com os refugiados [1], permitiram conhecer melhor os processos que permeiam as dificuldades de integração dos congoleses na sociedade local, refletir sobre este (re)conhecimento, experimentar a elaboração de algumas propostas para o grupo, apoiar e acompanhar alguns projetos e ações coletivos.

[1] A prática da pesquisa foi incorporando – em um caminho de mão dupla – a solicitação e troca de informações, o envio de materiais diversos para consultas e esclarecimento de dúvidas e questões mais significativas para o grupo, os contatos através de diferentes meios para pedidos de ajuda e/ou orientação e colaboração recíproca, bem como o uso de recursos relacionais envolvendo integrantes das redes sociais dos refugiados e da rede de relações da pesquisadora. Estes aspectos da prática de pesquisa ficarão mais claros ao longo do Capítulo, especialmente quando relatados os processos de criação e fortalecimento da associação Comunidade Ango-Congolesa do Brasil (CACB), e apresentadas algumas ações coletivas e seus resultados. Ver na INTRODUÇÃO a pesquisa-ação como uma das metodologias utilizadas neste trabalho de pesquisa.

Sobre os primeiros contatos e o início da aproximação com os refugiados congoleses

Os primeiros "contatos" com os congoleses foram somente por meio de observação (passiva) em visitas à antiga sede da Cáritas e em eventos comemorativos promovidos pela instituição – em geral, por ocasião do dia mundial dos refugiados.

Como explicado no primeiro item deste capítulo, a pesquisa de campo se iniciou em 2006 através de visita à Casa de Acolhida do Refugiado, em Brás de Pina, quando foi possível conhecer alguns refugiados vindos da República Democrática do Congo que eram residentes da casa.

Em junho de 2007, a convite da Cáritas, a pesquisadora compareceu a uma solenidade promovida pela reitoria da Universidade Bennet para marcar o dia mundial do refugiado daquele ano, ocasião em que houve uma apresentação do "Coral Africano Boa Semente". Estabeleceu-se um primeiro contato com o maestro do coral – Sr. Sk – o que permitiu a comunicação posterior da pesquisadora com o grupo e a realização de uma primeira reunião, poucos dias depois, para uma primeira conversa coletiva.

O objetivo do encontro foi verificar a possibilidade e o interesse dos integrantes do coral, ou de alguns deles, em participar de um projeto cultural que se buscava desenvolver com os refugiados congoleses. O avanço em relação ao objetivo deste encontro foi pequeno, uma vez que o Coral Africano Boa Semente passava por um momento de dificuldade para a continuação do seu trabalho.

Em função desta proposta, contudo, a pesquisadora recebeu por intermédio de um dos "mais velhos" entre os refugiados congoleses, um convite para conhecer o trabalho do Coral Africano Amor do Senhor [2], na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro.

[2] Em outubro de 2007, após diversas tentativas, visitou-se pela primeira vez o Coral Africano Amor do Senhor. Outros encontros ocorreram em alguns ensaios na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, na Praça Tiradentes. Nestes encontros foram realizadas algumas entrevistas não formais com o maestro e componentes.

Relato das visitas ao Coral Africano Amor do Senhor.

Local: Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro

1ª visita. **Data:** 26.10.2007

Intermediação: Sr. Sk.

Considerações iniciais.

O primeiro encontro marcado com os integrantes do Coral Africano Amor do Senhor foi para assistir a um ensaio do grupo.

O coral tem um espaço reservado para os ensaios no anexo da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro. A catedral localiza-se na Praça Tiradentes, no Centro da cidade.

À medida que a pesquisa de campo se desenvolveu, foi possível assistir a mais dois ensaios do coral, em dias diferentes, e conhecer outros integrantes. Houve, ainda, outra visita, para cumprimentá-los pela bela gravação de uma faixa no CD do "Projeto Livre Cantar", uma realização do ACNUR e do SESC - São Paulo, em comemoração ao dia mundial do refugiado de 2008. No dia 14de setembro de 2009 - a convite do Sr. Ks. - a pesquisadora compareceu a uma apresentação especial do coral na Catedral Presbiteriana.

Relato da 1ª visita ao Coral.

A espera para o início do ensaio possibilitou observar que um local fixo e os horários marcados permitem com que algumas pessoas procurem os integrantes do coral para tratar de assuntos diversos tais como trazer alguma notícia de fora do Brasil, resolver um problema sobre negócios, fazer algum pedido, informar sobre o falecimento de parentes no Congo ou Angola, mandar recados para os que moram mais longe do Centro.

Os integrantes do coral vão chegando aos poucos, uma vez que muitos vêm direto do local de trabalho e outros residem em localidades distantes, no subúrbio e na Baixada Fluminense. O ambiente no pátio do anexo da catedral é bem descontraído;

todos que vão chegando ficam por perto da cantina ou fazem algum lanche enquanto aguardam os demais. É um espaço de encontro e de trocas, bastante interessante para se observar o funcionamento da rede social entre os congoleses e alguns angolanos e, certamente, o papel do coral nesta rede.

Enfim, chegada à hora, o maestro avisa a todos que o ensaio vai começar. Os que não são do coral se despedem. O grupo do ensaio dirige-se a uma pequena sala de aula no andar de cima do anexo da catedral. A pesquisadora acompanha o grupo enquanto o maestro conta um pouco da história de como conseguiram aquele espaço para os ensaios do coral.

O início do ensaio propriamente dito é precedido por um momento de oração conduzido primeiro pelo maestro e, depois, complementado por pedidos de orações de alguns outros integrantes. Ainda antes de começarem a afinação das vozes, o maestro chama um senhor que veio visitá-los para dar uma notícia importante e pedir a colaboração do grupo para divulgá-la. Ele está arrecadando fundos para os “rituais de condolências” pela morte no Congo de algum parente de um dos congoleses da comunidade residente em Duque de Caxias.

O ensaio começa com o posicionamento dos participantes no espaço da sala para a afinação das vozes – sob orientação geral do maestro. Com calma, os mais experientes no canto coral corrigem alguns participantes - até mesmo aqueles já não tão jovens.

O primeiro canto é muito bonito e, segundo a tradução feita pelo maestro, chama-se "O voo da águia". Como a sala é pequena e as vozes masculinas são muito fortes - além de haver uma intensa marcação de ritmo com o corpo e os pés - o efeito que causa em quem assiste é muito forte e surpreendente.

Ao longo do encontro foram ensaiados diversos hinos religiosos da Igreja Presbiteriana e outros - protestantes e evangélicos em geral. São cantados em várias línguas, incluindo o *lingala* e o *kicongo*, alguns com refrões em português ou com uma versão de todo o canto para o português que é seguida pela versão em *kicongo*.

O maestro, muito gentilmente, fez pausas para algumas explicações em português para a visita daquele dia. É paciente e corrige os erros de forma simpática, porém enérgica, repetindo várias vezes algumas passagens e dando muitas explicações e exemplos até que cheguem ao resultado desejado por ele.

Após o ensaio conversamos sobre alguns pontos elaborados previamente (na forma de um roteiro) para uma conversa com o grupo, em função dos objetivos da pesquisa. Tratou-se de uma conversa bastante informal, como era indicado para um primeiro encontro. Participaram da conversa o maestro, o Sr. Sk. (meu contato para conhecer o coral) e o Sr. Ks. (que tornei a encontrar por algumas vezes no local onde ele reside), além de alguns cantores bem jovens que contaram sobre a conciliação do trabalho no coral com suas experiências como estudantes e seus projetos de estudo.

O maestro e o Sr. Ks. – que faz o baixo no coral – explicaram que eles têm uma estrutura específica para cada uma das músicas, mas que "o trabalho das vozes é desenvolvido por alguns componentes como se fosse em evoluções jazzísticas". Os demais fazem somente a base.

Em resposta à curiosidade da pesquisadora sobre a existência de dois corais - o Amor do Senhor e o Boa Semente – que se apresentou em um evento comemorativo na Universidade Bennet – foi esclarecido que eram dois corais sendo o segundo, de formação mais recente, uma derivação do primeiro.

Explicaram que nos dois corais havia angolanos e congoleses. "Alguns integrantes fazem parte dos dois corais. O Coral Africano Amor do Senhor tem cerca de 20 integrantes, de Angola e do Congo" – afirmou o maestro.

Na ocasião da visita, o Coral Africano Boa Semente estava passando por tempos difíceis[3], buscando um novo espaço para ensaiar (no bairro da Penha) e sem recursos para o deslocamento dos cantores; alguns de seus integrantes estavam voltando a trabalhar com o Coral Amor do Senhor. Ao menos temporariamente.

Perguntado sobre sua função de liderança em relação ao grupo, o maestro relatou como seu papel sempre se estendera para além das tarefas de organização das músicas, do trabalho específico de regência do coral e das apresentações. Cabia a ele orientar e guiar os integrantes - especialmente os mais jovens e aqueles que passavam por maiores dificuldades. O maestro disse contar muito com o trabalho dos mais antigos do grupo para ajudar os que chegaram mais recentemente; inclusive tentando resolver problemas

[3] O Coral Africano Boa Semente fez uma apresentação no evento da Universidade Bennet no dia Mundial do Refugiado de 2007. Através de correspondências por e-mail e telefonemas, o líder do coral relatou que estavam contando com a ajuda da Igreja Assembleia de Deus da Penha – da qual alguns congoleses participavam. Deste primeiro contatou derivou o convite para conhecer o Coral africano Amor do Senhor. Infelizmente, o Coral Africano Boa Semente interrompeu suas atividades no final do ano de 2007.

de moradia e trabalho. Naquele momento, por exemplo, havia uma atividade fora do estado do Rio de Janeiro, na qual estavam trabalhando temporariamente alguns congoleses através de um sistema (que pareceu) organizado pelo maestro. Eram vagas para o trabalho no corte de carnes em um frigorífico no Paraná.

Os contatos com o coral permitiram reconhecer alguns mecanismos de agregação e apoio dentre os aspectos específicos de funcionamento dos recursos relacionais da rede social que se movimenta através do Coral Africano Amor do Senhor, assim como a valorização que os congoleses atribuem à sua tradição de canto coral. Há um orgulho deste trabalho por parte da comunidade mais ampla e uma identidade bastante positiva dos integrantes do coral, por construírem e divulgarem uma imagem de organização, de religiosidade e da fé dos imigrantes e refugiados vindos do Congo e de partes do norte de Angola para o Brasil.

Não foi possível desenvolver todos os itens do roteiro. Posteriormente, realizou-se uma consulta ao site do Coral [4] - por indicação do maestro e de um jovem integrante do grupo que é responsável pela divulgação na internet. “Para melhor conhecimento da história do grupo e para acompanhar a agenda de apresentações e eventos especiais” – aconselhou o rapaz.

Outras questões do roteiro[5] foram contempladas nesta consulta ou levantadas e/ou discutidas em visitas posteriores.

Segue a história do coral conforme consta no site.

---

[4] Cf. <www.coralafricanoamordosenhor.com.br>. Ver também indicações sobre os vídeos do coral no *site* do You Tube.

[5] ***Roteiro****: 1.* Como conhecer e registrar a história da formação do coral? 2. Como escolhem o repertório? Como fazem os arranjos? 3. Qual o número médio de integrantes? Existe um núcleo fixo? 4. Sobre a figura do maestro e o seu papel perante o grupo e a comunidade. O que significa ser o maestro deste coral? Como pensa que a comunidade vê o seu trabalho? 5. Como foi pensada e/ou se construiu esta composição do grupo? Países de origem, número de integrantes, idades dos cantores, outros aspectos da composição deste grupo. 6. Quais as maiores dificuldades que já enfrentaram ou enfrentam no momento? 7. Como conseguiram este local dos ensaios? 8. Quando são as apresentações na Catedral Presbiteriana? Onde mais se apresentam? Como conseguem recursos para pagar os custos com deslocamento, roupas e alimentação? 9. Alguns integrantes do grupo já eram vinculados à Igreja Presbiteriana lá no Congo ou em Angola? 10. O coral ou alguns dos integrantes teria(m) interesse em participar de um projeto cultural de resgate e valorização da cultura do Congo baseado em cantos e contos de tradição oral? O que pensam deste tipo de trabalho para uma melhor integração dos congoleses no Rio de Janeiro? Qual a disponibilidade dos integrantes do coral para colaborar ou participar de um projeto deste tipo? Pensam em ampliar o repertório? Poderiam pensar em incluir também canções de tradição popular dos seus países de origem? 11. Como veem a importância do coral para a comunidade de congoleses e angolanos de origem *bakongo* no Brasil? 12. Quais os maiores planos do grupo? O que querem alcançar?

História

O Coral Africano Amor do Senhor, como o próprio nome diz, é um coral de irmãos oriundos do continente africano, especificamente de Angola e República Democrática do Congo. O grupo foi fundado no BRASIL (RJ) no dia 10 de outubro de 1993 por irmãos deste continente que, por iluminação do Espírito Santo, tiveram a ideia de formar o coral para adorar a Deus. O coral

tem louvado ao Senhor em português, francês e em dialetos africanos. Como sabemos, todo começo é difícil, ainda mais quando se está fora do seu país e do convívio dos seus familiares e amigos, e com o coral não foi diferente, enfrentaram-se várias dificuldades, como local para a realização dos ensaios, visto que o coral ensaiava na residência de um dos seus fundadores, e como acontecia em um apartamento não foi possível prosseguir com os ensaios devido à reclamação dos vizinhos. Após muito tempo e não tendo para onde ir ensaiar, o coral passou a ensaiar em frente à Catedral Católica, situada na Avenida Chile, no Centro, por muito tempo, isso no período da noite, quarta e sexta-feira respectivamente. Fomos por várias vezes ameaçados de morte, jogaram-nos tudo quanto é tipo de objeto para que deixássemos o local. Mas nós sabíamos a quem estávamos servindo e em momento algum nos retiramos.

Mas o nosso Deus não falha, nunca falhou e nunca falhará. Em um desses belos dias (belos dias de adoração ao nosso Deus) passava em frente ao local do ensaio - ou seja, da catedral católica - um presbítero da Catedral Presbiteriana do Rio de janeiro, usado por Deus; parou, começou a ouvir o coral ensaiando, aproximou- se e veio ter com o grupo. E resumindo, o presbítero deu-nos a promessa de conversar com a liderança da catedral para ver o que se poderia fazer em relação ao coral. Feito isso, dias depois fomos todos convidados a comparecer a igreja e conversarmos com a junta diagonal. E depois de muito conversarmos Deus abriu as portas da catedral, da qual nos tornamos membros e temos uma sala exclusiva onde todas as quartas e sextas-feiras fazemos os nossos ensaios no horário das 19 h às 21 h. E hoje o coral tem viajado pelo Brasil levando a mensagem de Deus, cantando e pregando a Palavra. Faça-nos uma visita, a tua presença será uma bênção. O Senhor não abandona aqueles que o adoram em espírito e em verdade. Confie no Senhor, pois ele torna o impossível possível. Estes irmãos oriundos da África têm pregado a Palavra de Deus através de cânticos e louvores de Adoração a Deus. Muitos destes irmãos vieram de várias denominações religiosas, nomeadamente: Batista, Pentecostais, Metodista, Congregacionais, Assembleia de Deus e até mesmo da Igreja Católica. O Coral tem-se apresentado em várias Igrejas para as quais tem sido convidado, e muitos irmãos têm-se convertido pelas mensagens cantadas pelo intermédio do Espírito Santo. Porque o Deus

que aqui opera maravilhas é o mesmo que opera maravilhas no continente Africano.

"Anunciai entre as nações a Sua Glória, Entre todos os povos as Suas maravilhas, porque grande é o Senhor, Mui digno de ser louvado. Mais temível do que falsos deuses" SL. 96:3,4

Presidente: Garcia Neto.

Contatos: contato@coralafricanoamordosenhor.com.br

Por ocasião de outro evento comemorativo do Dia Mundial do Refugiado, realizado em julho de 2007 na Vila Olímpica da Mangueira, foi possível reencontrar alguns conhecidos do Coral Africano Boa Semente, além de alguns dos rapazes moradores da Casa de Acolhida, bem como conhecer outros congoleses que participavam de um jogo de futebol promovido pelo ACNUR.

Neste evento estava presente um senhor congolês [6], Sr. Mk, que demonstrou grande interesse pela pesquisa. Após troca de mensagens e telefonemas iniciaram-se, com a colaboração do Sr. Mk, diversos contatos com refugiados congoleses estabelecidos aqui há muitos anos e que são como "nós fortes" da rede social (formada por refugiados e outros imigrantes vindos da República Democrática do Congo) além de funcionarem como uma espécie de "salvo-conduto" (sempre necessário) para se frequentar e conhecer os diversos espaços onde se concentram e por onde circulam os congoleses na metrópole do Rio de Janeiro.

No início de 2008 foi marcada uma primeira visita à área de comércio onde se localizam os cabeleireiros congoleses, atrás da Estação Ferroviária da Central do Brasil, no Centro da Cidade. O "caminho" para poder retornar àquela área outras vezes e realizar entrevistas e conversas naquele local, foi uma apresentação formal da pesquisadora ao Sr. Dd – dono de um dos mais importantes e mais frequentados salões africanos de cabeleireiros no Centro do Rio de Janeiro[7]. Seu estabelecimento comercial

[6] O Sr. Mk. atuou como intermediador para as primeiras entrevistas e encontros com refugiados congoleses. Funcionou como um informante privilegiado para a construção da trajetória da pesquisa de campo. Em diversas ocasiões trabalhou como tradutor durante as entrevistas, especialmente com os recém-chegados. Colaborou na elaboração do esboço de uma espécie de mapeamento dos espaços a percorrer e conhecer e no tempo que seria gasto para a primeira fase da pesquisa de campo – com entrevistas individuais, visitas, apresentações a figuras-chave da chamada "comunidade de congoleses" no Rio de Janeiro.

[7] Ver folheto de propaganda e fotos do trabalho feito no salão em ANEXO A – Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p 167.

é uma referência para o encontro de congoleses de diversas idades, independente do tempo de chegada ao Brasil, bem como residentes de todas as áreas já indicadas neste trabalho como locais de concentração de moradia dos refugiados e imigrantes congoleses. A pesquisa e seus objetivos foram explicados ao Sr. Dd (com o apoio e ajuda do Sr. Mk) e a apresentação contou com a presença e o aval do Sr. Bs.

Assim, em várias idas àquela área na Central do Brasil foi possível entrevistar alguns jovens, conhecer e conversar com os donos e alguns funcionários dos salões e outros congoleses que ali se concentram. Algum tempo depois foi mencionada, em uma conversa informal neste espaço de concentração dos cabeleireiros (ocorrida após o expediente em volta de uma pequena churrasqueira improvisada) a existência de uma associação de congoleses e angolanos em Duque de Caxias – a CACB. Um convite à professora para conhecer a CACB e participar de uma importante assembléia da associação veio abrir novos caminhos para a pesquisa.

Através de contatos com alguns membros da diretoria da associação e do progressivo estreitamento das relações entre a pesquisadora e a CACB, iniciou-se, com o apoio de alguns de seus integrantes, entre eles o Sr. Mk, uma maior aproximação do grupo de congoleses que residem em Duque de Caxias, tanto no Centro do município quanto no distrito de Gramacho.

As entrevistas a seguir são bons exemplos de como outros contatos foram surgindo a partir destes primeiros aqui relatados (com "o coral", com várias pessoas nos "salões de cabeleireiros da Central"e com a CACB) – o que gerou a descoberta de novas "linhas" e "nós" da rede social, garantindo a ampliação do campo de abrangência da pesquisa empírica.

Entrevista aberta. **Data:** agosto de 2008.

Local: Largo de São Francisco. Instituto de Filosofia e Ciências sociais /IFCS - UFRJ. Sábado. Período da manhã.

Entrevistado – Sr.LB.

Intermediação – Sr. FC. (através de correspondência por e-mail).

Dados pessoais:

Chegada: está no Brasil há mais de 10 anos.
Nacionalidade: congolesa.
Natural da província do *Bandundu.*
Estado civil: Casado.
Família no Brasil: esposa e três filhos.
Escolaridade: Superior incompleto (cursou três anos de Ciências Sociais/Sociologia na Universidade de Kinshasa).

Observações iniciais.

Fui recebida por Sr. LB. com uma enorme gentileza. Trocamos alguns telefonemas e e-mails antes deste encontro. A pessoa que intermediou nosso contato é um grande amigo em comum que não vive mais no Brasil. Ficamos felizes em nos conhecermos.

Sr LB. é uma figura muito conhecida e respeitada entre os congoleses que vivem no Brasil. Pelas atividades profissionais e culturais que desempenha, representa uma referência importante na comunidade de congoleses.

Sentamos ao redor de uma mesa no pátio interno da universidade, situada no Largo de São Francisco, no Centro da cidade.

Relato do encontro. Destaque para algumas perguntas e respostas.

Sr. LB. inicia a conversa falando sobre o seu trabalho. Ele conta que morou na França e, naquele país, ainda jovem, aprendeu a fazer restauração em prédios antigos. Aqui no Rio de Janeiro ele trabalha muito na Saara (tradicional área de comércio no Centro da cidade), recuperando fachadas e marquises dos velhos sobrados. Explica que é por este motivo que está "sempre coberto de pó branco". Sr. LB. diz que já "conhece todo mundo ali na Saara". E que sempre tem trabalho naquelas áreas antigas.

Ele ensina o ofício de restauração das fachadas e marquises para alguns jovens congoleses que chegam. Trabalho com massa, gesso, madeira e serviços de pintura. Afirma com muita ênfase: "alguns garotos precisam muito de um trabalho; qualquer que seja; mas não encontram nada (...)".

O Sr. LB. também expressa sua grande preocupação em orientar os mais jovens: "porque os garotos precisam aprender a trabalhar direito e, principalmente, porque eles não conhecem nada da vida aqui. Também precisam muito de orientações sobre documentos e outras coisas assim (...)"

P. *Você pode falar um pouco sobre a situação dos congoleses que chegaram mais recentemente ao Rio de Janeiro? Especialmente sobre os novos refugiados.*

LB. *Desde 2005 ou 2006 começaram a aparecer congoleses que chegavam ao Brasil sem saber onde estavam chegando. Quando chegam aqui são como "cegos". Ninguém dá as informações necessárias.* ***Para os congoleses, as pessoas do nosso país com quem têm algum conhecimento são o mais importante. É difícil encontrar logo as pessoas aqui (não é tão fácil encontrar um conhecido). Nós não somos muitos assim!*** *(...) Acho também que há um desconhecimento da realidade no Brasil por parte de quem chega. Sobre o aluguel, os preços, as condições da vida de um refugiado.*

P. *Quais são as grandes dificuldades dos congoleses no Brasil?*

LB. *A língua é uma grande dificuldade para todos nós. Outra dificuldade é a diferença cultural. No Congo pouco se fala do Brasil. Somente sobre futebol. Aqui no Brasil também se tem pouco conhecimento sobre o Congo. Para nós, os congoleses, é muito mais difícil porque não conhecemos nada sobre o Brasil. O desejo de muitos e o que já faz parte da cultura dos congoleses é a migração para a Europa (...)*

P. *Como você avalia a situação dos refugiados congoleses aqui?*

LB. *A situação dos congoleses aqui não é tão ruim. Porque os refugiados têm documentos. Isso é muito importante. Alguns dos que estão chegando mais recentemente acham que os mais antigos não reclamaram. Que aceitaram tudo e não reclamam de nada na Cáritas. Não foi bem assim. Foi bem difícil para os que chegaram aqui no início dos anos noventa. Tivemos que protestar e brigar muito por alguns direitos e aprender a conhecer como as coisas funcionam por aqui. (...) Muitos dos que chegam reclamam que demora um tempo grande para se receber as respostas dos processos de solicitação do refúgio. Demora pelo menos uns seis meses (...). Eu acho que muitos não sabem nem imaginam como é em outros países, na Europa (...).*

O pior problema é para quem tem o pedido de refúgio recusado e acaba ficando no Brasil porque não tem como sair para outro país; e fica sem documentos; fica sem nada. Os que não tiveram o pedido aceito acham que quem fez as perguntas nas entrevistas "foi confuso" e não explicou direito. E que os entrevistadores não entendem o que eles falam. Acham que os advogados que fazem as entrevistas não entendem muito bem o que acontece no Congo.

(...) Os refugiados não recebem informações corretas (...) da Cáritas. Não o suficiente! Mesmo os que já são mais antigos por aqui têm grandes problemas para abrir contas bancárias; pedir empréstimos, conseguir crédito é muito difícil.

A conversa segue livremente com LB falando sobre um projeto cultural em que está trabalhando. Marcamos outros encontros para uma melhor apresentação do projeto, de seus parceiros, do que estão buscando(...).

*****

Relato de entrevista aberta
Data: setembro de 2008
Local: Centro da Cidade – Praça Tiradentes. Salão de cabeleireiro.

Objetivo: conhecer através de pesquisa *in loco* uma das principais atividades laborais dos congoleses. Reconhecer a importância dos espaços dos salões de cabeleireiros africanos para o estudo da integração local do grupo de refugiados congoleses.
Entrevistado: **Sr. A.** Proprietário do salão.
Nacionalidade: congolesa.
Intermediador da entrevista: Sr. LM.

O salão de cabeleireiro onde se realiza a entrevista é um espaço de referência importante para a pesquisa; trata-se do primeiro salão de que se ouviu falar desde o início do contato com os congoleses. É referido e conhecido como o salão africano onde também trabalham mulheres. A esposa do Sr. E. – um morador antigo de Brás de Pina já entrevistado para a pesquisa – trabalhou muito tempo neste salão. Os contatos foram feitos de forma progressiva.

Também trabalhou neste salão a Sra. Ie., assim que chegou ao Brasil. Na época de sua chegada ela estava com vários problemas graves, principalmente de saúde e, por esse motivo, foi muito amparada pelos conterrâneos. Sra. Ie. colaborou significativamente com a pesquisa, em função da proximidade que estabeleceu com uma assistente social do HSE.

Tentativas anteriores para esta entrevista no salão da Praça Tiradentes foram infrutíferas. Foi necessário trocar de intermediador.

Não houve permissão para gravação. O intermediador e acompanhante da pesquisadora pediu para que ele mesmo tirasse algumas fotos.

Relato da conversa / entrevista.

Encontram-se no salão dois congoleses já conhecidos da pesquisadora. Estão "de passagem", explicam, pois vão "resolver um problema de trabalho ali por perto". Escutam um pouco da história do salão contada pelo ***Sr. A.****, o proprietário, e fazem questão de dizer que fizeram parte de muitas coisas em comum porque chegaram juntos ao Brasil.*

Sr. A. diz que não se importa em contar a história do salão. E decide que vai inicia contando a sua história como cabeleireiro. Relata que fez o primeiro curso de cabeleireiro aqui no Rio de Janeiro. Ele já cortava cabelos lá no Congo, mas não profissionalmente. Cortava o cabelo de muitas pessoas conhecidas.

"O primeiro curso de corte de cabelos que fiz foi em uma organização católica localizada no bairro do Rio Comprido. A organização oferecia cursos profissionalizantes gratuitos [8]*. Além do curso de cabeleireiro havia cursos de mecânica, refrigeração, confeiteiro e padeiro (...)".*

Sr. A relembra que o primeiro lugar onde trabalhou foi no bairro do Catete. Era um salão de cabeleireiro que fazia todos os tipos de corte. Não era um "salão-afro". A proprietária era uma brasileira. Entretanto, o salão tornou-se um ponto de encontro dos refugiados congoleses em 1994/1995. Era bem próximo da antiga sede da Cáritas – situada na Glória – e muitos congoleses passavam sempre por lá.

[8] Esta poderia ser a origem da moradia de alguns congoleses no Rio Comprido. Alguns dos refugiados mais antigos referiram-se em entrevistas e conversas aos cursos que fizeram nesta organização católica.

Quando saiu do salão no Catete, em 1995, o Sr. A. foi trabalhar em um salão maior, no bairro do Flamengo. Trabalhou lá por muitos anos. Conta que o dono do salão era um sambista famoso e o lugar tinha muito movimento. Lá mesmo, no salão do Flamengo, Sr. A. começou a fazer alguns cortes de estilo africano.

Já era conhecido, portanto, pelo seu trabalho com cortes em um estilo diferente quando, em 2006, abriu o seu próprio "salão-afro" no Centro da cidade. No local exato onde estamos fazendo a entrevista.

Para contar a história do salão, Sr. A. explica que procurou fazer um negócio diferenciado. Até os dias de hoje ele não faz qualquer tipo de corte. "O salão também se destaca por ser 'um salão misto'... As mulheres congolesas que trabalham aqui fazem tranças de todos os tipos em cabelos de homens e mulheres".

Sr. A. afirma que vários cantores, músicos e atores conhecidos do cinema e da televisão vêm fazer tranças no seu salão. Ligam com antecedência, marcam hora, escolhem o tipo de corte e trançado que desejam. Alguns fazem penteados com apliques de cabelo natural ou sintético. "Tudo depende do que a pessoa quer fazer. Há vários modos de trançar e estilos africanos diferentes. Os preços também variam bastante(...)".

Indagado sobre os seus funcionários, Sr. A. declara que "são principalmente 'conterrâneos', embora tenha alguns que são brasileiros mas já aprenderam como fazer o trabalho do jeito certo".

Sobre o trabalho das mulheres, destaca:

"As mulheres congolesas já chegam sabendo fazer o suficiente para trançar qualquer cabelo. Porque é uma atividade comum lá no Congo. É um aprendizado familiar. Elas têm muita habilidade e trançam bem rápido qualquer cabelo... Mas são necessários mais ou menos uns dois meses só de prática aqui no salão para profissionalizar o trabalho das mulheres. Seria melhor se conseguissem fazer um curso de corte também".

O próprio Sr. A. afirma que quer fazer um curso técnico de cabeleireiro no SESC – uma formação profissional de seis meses de duração. Quer juntar mais habilidade e conhecimento ao talento que já possui, especialmente para fazer cabelos femininos mais modernos e para ensinar às congolesas que trabalham com ele.

Segundo o proprietário, algo em torno de 70 % de seus clientes no salão da Praça Tiradentes são brasileiros. Acha que um ótimo local para se abrir um salão africano seria a Baixada Fluminense. Ou o bairro de Madureira, porque é um grande

centro de comércio. Completa sua opinião sobre a estratégia para este tipo de negócio: "tem que ser em um local onde residam muitas pessoas negras. Esses são os clientes do meu salão".

Sr. A. quer abrir um novo salão e pensa que poderia dar um curso para as pessoas mais jovens que chegam do Congo ou que estão sem trabalho. "Se tivesse algum apoio financeiro para montar isso, eu faria. O curso seria principalmente para as pessoas que estão chegando do Congo e que já têm o talento de cortar. Tem que ter o talento. A prática profissional eu posso ensinar".

A conversa vai se encerrando (pois há clientes esperando) com o Sr. A contando que dois dos "mais velhos" da CACB (a associação ango-congolesa) já andaram conversando com ele sobre a organização de um curso de cabeleireiro para as mulheres e jovens congoleses que chegam ao Rio de Janeiro. Estão estudando o assunto. Pensam em alugar um espaço no centro da cidade, como parte de um projeto do qual a CACB participa.

***Obs**. A entrevista foi encerrada com uma autorização para meu acompanhante tirar fotos do salão (sem deixar aparecer o nome do estabelecimento) e fotografar alguns funcionários trabalhando, mas com o foco da máquina somente nas mãos e nas cabeças. Meu acompanhante e intermediador da entrevista – Sr. LM – tirou boas fotos que me enviou posteriormente.*

*****

Relato de conversa/entrevista aberta coletiva.

Local: Brás de Pina **Data: julho de 2009.**

Participantes: Sr. E., Sr Vx. , Sr. Bs.

Considerações iniciais:

A conversa tem como tema central as dificuldades de "integração local" dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro. Inicia-se com uma explicação mais ampla da pesquisadora a respeito da integração social dos congoleses na pesquisa e termina com uma sequência de comentários e sugestões dos participantes sobre mercado de trabalho,

geração de empregos dentro da comunidade congolesa, dificuldades de acesso a crédito e outras observações sobre a esfera do trabalho em geral e as possibilidades que veem como viáveis e que, em sua opinião, mereceriam ser alvo de apoio e orientação aos refugiados. Trata-se, a bem dizer, da extensão de uma conversa sobre este mesmo tema iniciada com o Sr. E. e o Sr. LM., por ocasião de uma visita à área dos cabeleireiros congoleses na Central do Brasil.

Relato de parte selecionada da conversa/ entrevista coletiva:

(...) Explico que estou fazendo uma pesquisa sobre as formas, a qualidade, as dificuldades e as oportunidades de "integração local" dos refugiados congoleses; buscando novas idéias e sugestões para pensar novos caminhos [9], melhores condições de integração sócio-econômica e cultural no Rio de Janeiro.

Os participantes da conversa coletiva respondem que sabem muito bem a pesquisa que eu faço. Que já me conhecem e que eles sabem que eu não sou da Ngunda (*mas que tem gente nova que me viu lá na Cáritas e acha que eu sou de lá; e foi por isso que não quiseram falar comigo e foram embora)*.

(...) Como última parte da conversa solicito que falem sobre o que acham mais importante para melhorar a vida dos congoleses que vivem aqui –considerando que a grande maioria vive na condição de refugiado.

***Querem falar primeiro sobre o microcrédito**. Um deles explica que um grupo de congoleses tentou abrir uma lan house, mas não conseguiu nenhum apoio na Cáritas para pedir o microcrédito. Isso foi em 2007 e 2008. Segundo o que contaram "o advogado da Cáritas viu os papéis e o projeto deles e falou que eles não tinham as condições exigidas". Um deles relata que chegou a abrir um espaço bem pequeno na mesma alameda dos salões de cabeleireiros congoleses na Central do Brasil e colocou três computadores com internet. Infelizmente teve que fechar por problemas com a dona da loja.*

Trocam várias opiniões sobre como poderia ser o acesso ao microcrédito para os refugiados. Acham que tudo que se exige dos refugiados para o microcrédito deveria ser mais fácil. Afirmam que os congoleses são bons comerciantes e se sairiam bem nos negócios; alguns já tinham negócios próprios ou com a família lá no Congo.

[9] Ver em ANEXO B – Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p. 168, matérias selecionadas sobre algumas iniciativas significativas de apoio empreendedorismo no Brasil e em outros países da América Latina.

"Os congoleses são bons comerciantes. E podem fazer os seus negócios; aquilo que sabem fazer; podem colocar muita gente trabalhando com eles; dar trabalho para os mais jovens, ensinar as profissões que aprenderam no congo ou aqui".

Sr. LM., o intermediador da entrevista, participa ativamente desta parte da conversa. Fala que o problema do microcrédito é "uma luta que a CACB (a associação com sede em Caxias) tem que levar pra frente ... mas que é muito difícil." Explica que já mostrou para as pessoas lá da associação o que está escrito nas recomendações do CONARE sobre o microcrédito para os refugiados. Acha que precisam discutir melhor o assunto para saber qual o órgão público aqui do Rio de Janeiro que devem procurar para pedir mais informações sobre o microcrédito.

A conversa ganha intensidade. Os Srs. E. e V. querem saber por que os palestinos recebem ajuda para os seus negócios. Por que eles, congoleses, que chegaram há muitos anos, não tiveram nunca esse tipo de ajuda [10]. Para responder à questão dos palestinos, tento explicar a diferença entre os refugiados espontâneos – como eles – e os refugiados dos programas de reassentamento – como é o caso dos palestinos. Eles acham um absurdo. São veementes os protestos: "Se o ACNUR e a Cáritas não têm como atender aos africanos que já estão refugiados aqui, que estão sem trabalho, como mandar vir gente em um programa só para os palestinos?"_ pergunta o Sr. V.

Pedem para eu escrever na pesquisa e falar para todo mundo que estuda e trabalha com os refugiados ("até lá em Brasília") que eles acham que o mais importante seria os refugiados terem acesso ao microcrédito.

Querem saber "por que uns refugiados (os palestinos) receberam e outros não receberam!".

Sob muitos protestos - e exemplos - encerramos este assunto dos palestinos.

Finalmente, atendendo a um pedido da pesquisadora para que deem suas opiniões sobre quais seriam as áreas ou os melhores negócios para eles buscarem o

[10] Eles parecem confundir tudo quando reclamam. Insistem que tudo tem que passar pela *Ngunda.* Tento fazer um esquema no papel com a estrutura ONU – ACNUR – CONARE - CÁRITAS. Afirmam que sabem muito bem o que é cada coisa, mas que para eles "no final é tudo *Ngunda". Ngunda* é um termo usado por vários congoleses para se referir às instituições e organizações que se relacionam de alguma forma com o refúgio. No caso do Rio de Janeiro, utilizam o termo quase sempre como sinônimo da organização Cáritas.

microcrédito, os entrevistados fazem uma relação das atividades que seriam as mais indicadas para os congoleses desenvolverem.

Os melhores "negócios" para os congoleses conseguirem montar através de acesso ao microcrédito seriam os ***salões de cabeleireiro****. Na opinião geral, "aonde os congoleses abrirem um salão sempre vai dar certo porque sabem fazer coisas nos cabelos que os brasileiros gostam, mas não sabem fazer como nós fazemos". Outra vantagem também seria o fato das mulheres poderem trabalhar. Em locais onde trabalham e vivem pessoas da comunidade congolesa.*

Em segundo lugar, avaliam, viriam as lojas de internet (as lan houses). "Poderíamos abrir uma" lan house"aqui mesmo (em Brás de Pina) ou em Caxias, pois muitos dos africanos de lá freqüentam as "lan houses". E no Centro (bem na Central do Brasil) seria o lugar que daria mais lucro. Os congoleses sempre precisam ir às lan houses. Gastam muito com internet."

Falam muito sobre o uso da internet pelos congoleses. A idéia geral dos participantes da conversa pode ser expressa pela seguinte frase de um deles: "Um grupo de refugiados mais antigos e mais velhos poderia se juntar para receber um apoio do governo e da Cáritas e abrir uma lan house na Central do Brasil – na área onde ficam os cabeleireiros dos congoleses".

(...) Sugerem outros negócios: ***oficinas mecânicas*** *– citam exemplos de congoleses que fizeram curso de mecânica e de alguns que estudaram Engenharia Mecânica lá no Congo e já trabalham em oficinas aqui;* ***empresas para prestar serviços de consertos de refrigeração*** *– afirmam que em Brás de Pina e em Caxias iam ter uma boa clientela e não somente de congoleses e angolanos;* ***atividades com filmagens, edição de vídeos, e de vídeo-produção[11].*** *Outra sugestão de um bom negócio para os refugiados congoleses seria uma locadora de vídeo, com CDs de música congolesa e os CDs dos "tele-teatros" que passam na televisão lá no Congo [12].*

Encerramos a conversa-entrevista com estas sugestões e diversas considerações sobre custos e as atuais impossibilidades de crédito.

---

[11] Sr. V**.** diz que fez um curso no SENAC, através de um convênio que existia com a Cáritas. O curso foi de Filmagem e edição de vídeo. "Alguns outros refugiados também fizeram. Até hoje, quando posso, trabalho com vídeo. O equipamento é que é caro."

[12] Referem-se aos CDs que eram vendidos em uma lojinha do Sr. E. - na Central do Brasil – que fechou por causa do preço muito caro do aluguel. Os "tele-teatros", segundo explicação do dono da loja, "são muito vistos pela população congolesa. Os títulos são em francês e/ou em lingala; os artistas são congoleses muito famosos e interpretam histórias que o povo gosta de acompanhar".

*****

Conhecendo os congoleses em Brás de Pina. As primeiras visitas e encontros.

As duas primeiras idas a Brás de Pina, no início de 2008, foram agendadas para encontrar e entrevistar o **pastor D.**, responsável pela Igreja Africana localizada na área de maior concentração dos congoleses em Brás de Pina.

A convite do pastor retornou-se a Brás de Pina já com a autorização e o objetivo de assistir a um culto da igreja africana local; com o avançar da pesquisa e dos contatos com o pastor e outros moradores do local, foi possível realizar entrevistas e visitar os locais de moradia, de trabalho e de encontro dos congoleses, em diversas ocasiões.

Uma das experiências mais interessantes da pesquisa em Brás de Pina foi um encontro organizado para as senhoras congolesas. Esta reunião foi viabilizada com a ajuda do pastor D. – que convocou todas as senhoras frequentadoras da igreja e ajudou a divulgar o encontro.

Segue um relato da atividade coletiva denominada "**Encontro com as 'mamas' congolesas em Brás de Pina"**, desde a sua preparação até os resultados alcançados e alguns desdobramentos. A atividade foi desenvolvida em conjunto pela pesquisadora e por uma professora de literatura que participa do projeto das oficinas de histórias com a os congoleses desenvolvido com a CACB e outros colaboradores.

Encontro com o grupo de senhoras / mães congolesas em Brás de Pina.

Data: 28 de agosto de 2008.

Local: O pastor D. organizou o espaço da primeira igreja africana em Brás de Pina para a realização do encontro.

Preparação da reunião com as "mamas" de Brás de Pina.

O encontro foi marcado previamente, no dia em que comparecemos ao culto, quando o pastor permitiu que nos apresentássemos ao grupo e falássemos sobre a

reunião que gostaríamos de fazer com as “mamas”. Apresentamos uma idéia geral dos objetivos do nosso trabalho.

Objetivos gerais do encontro com as senhoras / “mamas” congolesas.

a) O que identifica o grupo e como o grupo se identifica; o que é comum às ‘mamas’ além da Igreja Africana que freqüentam, de serem todas congolesas, etc.

b) Observações sobre como as mulheres percebem a sua posição, o seu papel, na sociedade e na família: na situação em que viviam no Congo e como refugiadas no Rio de Janeiro. Os problemas, as tarefas, as dificuldades, as novas responsabilidades das mulheres quando vêm para um país estrangeiro. O que já aprenderam aqui, o que gostam mais, o que não gostam, etc.

c) O que acham mais difícil na vida que levam aqui no Rio de Janeiro? Quais são as suas maiores necessidades? O que mais acham que deveria ser diferente na situação dos refugiados congoleses e suas famílias?

Proposta de organização das atividades do encontro:

1. Agradecimentos pela presença e participação e arrumação do espaço.

a) Organização de um círculo. Contar a primeira história como um presente nosso para elas. **Contar a história “A canção da Pessoa [13]”.**

b) Arrumação de um espaço para o lanche coletivo a ser realizado no intervalo das atividades.

2. Apresentações.

a) “Quem somos nós?” Como pesquisadoras, professoras, contadoras de histórias, mulheres, mães. Onde nascemos – país, cidade, nossos pais, de quem descendemos, nossos filhos, como é a nossa família mais próxima.

b) “Quem são vocês?” Todo mundo se conhece? Quem quer se apresentar?

[13] VER em ANEXO C - Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p. 174, o texto da “canção da pessoa” e outros materiais preparados e utilizados nas dinâmicas propostas durante as atividades.

Falar o nome ou o apelido - o que cada uma preferir. Contar o que significa o nome ou "a história do nome" que receberam ao nascer. Completar a apresentação com as informações que quiserem.

3. Objetivos da reunião.

a) "O que vamos fazer?" "Ouvi-las!"

b) Entregar o material de apresentação. Rápida explicação geral dos objetivos da reunião.

"*Estamos tentando conhecer melhor este fenômeno da imigração dos congoleses aqui no Brasil, que cresce especialmente no Rio de Janeiro. Precisamos de vários pontos de vista e diferentes opiniões, diversas formas de perceber as coisas, de viver a situação de ser um refugiado ou uma refugiada. Hoje, especialmente, queremos ouvir um pouco sobre o 'lugar das mulheres' ou o 'papel' das mulheres nessa condição / situação de refugiadas. Ouvi-las sobre aquilo que é mais especifico das mulheres. O papel das mulheres congolesas na migração; na saída (ou fuga) do Congo; no país de refúgio – o Brasil; na vida no Rio de Janeiro como estrangeiras, refugiadas, congolesas, mães, donas de casa, trabalhadoras, etc.".*

c) Momento para perguntas, dúvidas, comentários.

d) Explicar que vamos sugerir alguns temas sobre os quais gostaríamos de ouvi-las falar, discutir e comentar. Reafirmar que não vamos falar os nomes e nem identificar em qualquer lugar quem falou qualquer coisa.

c) Pedir autorização para fazermos algumas anotações e registrar parte das conversas, das histórias, etc.

5. Perguntar se podemos aproveitar alguns momentos do encontro para tirar dúvidas com elas. Mostrar alguns materiais que trouxemos para o encontro, pedir explicações sobre o estudo e a pesquisa que estamos fazendo sobre a cultura e os hábitos dos congoleses, as formas de transmissão dessa cultura. Falar sobre os dois projetos que estamos desenvolvendo para realizar com o grupo de congoleses e congolesas: o projeto Contadores de histórias, com a CACB; a nossa participação no projeto ASF da Pediatria do HSE. Perguntar se elas podem ajudar a pensar sobre os projetos – esclarecendo as

dúvidas e dando as suas opiniões. Ajudar a resolver problemas que estão aparecendo para uma boa realização destes projetos.

6. Ressaltar a possibilidade de alguém não falar diretamente sobre uma coisa, uma questão, um problema, mas, talvez, contar um caso, uma história, um ensinamento do seu país, um provérbio, um ditado popular, “algo que lembre aquilo que os mais velhos falavam ... as mães, as avós, alguma coisa que (quando se lembra) sempre ajuda a ficar mais forte ou mais calma (...)”. Explicar que podem contar sobre fatos ocorridos no Congo ou relatar casos que aconteceram ou estão acontecendo aqui no Brasil com amigos ou conhecidos também vindos do Congo.

7. Pedir a uma das senhoras presentes para fazer a gentileza de ler os temas que trouxemos e , quando necessário, explicar para outras senhoras, traduzir para o lingala, etc.

Temas:

a) Casa.

b) Filhos.

c) Papel da mulher na sociedade. Sociedade congolesa. Sociedade brasileira.

d) Trabalho.

e) Alimentação.

f) Cuidados com as crianças. Como educar os filhos no Brasil. Como é a escola para as crianças. Como ser responsável pelos filhos e pela casa na situação de refugiadas.

g) Cuidados e/ou problemas de saúde das crianças. Atendimento de saúde para as crianças.

h) Hábitos das pessoas (brasileiros) aqui onde moram. Como se comportam / suas maneiras, etc. O que é mais diferente? O que é mais difícil para os congoleses aceitarem ou para compreender.

i) Países diferentes, culturas diferentes, comportamentos diferentes. Como conseguem se comunicar com os brasileiros? Como resolvem a melhor maneira de se comportar? Exemplos. Casos.

j) Como criar os filhos já adolescentes e jovens aqui no Brasil. Quais as questões ou dificuldades com os estudos, a aprendizagem, com a entrada e permanência na escola?

k) Encontros e desencontros entre conterrâneos congoleses. Amizade. Solidariedade. Brigas. Disputas. Fofocas.

Problemas que existem nas relações entre os congoleses que estão vivendo aqui.

l) Novos amigos. Amigos brasileiros? Amigos somente do Congo? Amigos de Angola?

m) Saudade e comunicação com as pessoas da família; a preocupação com quem ficou.

n) Maiores dificuldades e maiores objetivos. As conquistas e avanços que já conseguiram desde a chegada ao Brasil – as mães, os filhos, os maridos.

o) O que elas mais desejam? Quais os projetos que acalentam? O que já conseguiram alcançar aqui? O que estão fazendo para melhorar a vida aqui? **O que querem sugerir?**

8. Deixar um tempo para comentários sobre os temas que ouviram; esclarecimentos de dúvidas sobre qualquer tema. Sugestão de outros temas que desejarem incluir. Temas para debate ou atividades futuras

9. A partir dos temas escolhidos e aceitos pela maioria, explicar como nós pensamos em organizar a conversa (...). **“**Por comparação: informações e observações sobre ‘a vida de lá e a vida de cá’ (no Congo, no lugar onde moravam e viviam; aqui no Rio de Janeiro, no lugar onde moram, trabalham, nos locais que freqüentam)

Fechamento da 1ª parte.

a) “Lanche com histórias e músicas”. Arrumar o lanche com a ajuda de todas.

b) Distribuir papel e lápis as crianças desenharem.

c) Deixar o silêncio se estabelecer para que as histórias “possam chegar e ser contadas”.

Obs. Ação motivadora: lembrar da história do pássaro NGUMBI ou YUMBI. Contar a história para elas em português. Ler a história que registramos conforme a ouvimos, contada pelos homens congoleses. Como elas podem nos ajudar a completar a história?

Conhecem a música do refrão? Podem nos ensinar? Conhecem outras versões da história destes pássaros?

2ª parte. Levantamento de idéias e possibilidades de continuidade do trabalho em um próximo encontro. Voltar às propostas de participação nos projetos apresentados.

d) Agradecimentos. Nossos contatos.

d) Marcação de um próximo encontro. Fazer coletivamente uma relação de sugestões de atividades e formas de participação.

e) Folha para contatos e sugestões (opcional). Avisar que é possível levar para casa e entregar para uma de nós no próximo encontro.

f) Reafirmar que voltaremos para participar do culto "especial" da próxima semana, conforme o convite feito pelo pastor.

Seleção de anotações feitas ao longo do "Encontro com as 'mamas' em Brás de Pina"

Presentes: Professoras Regina Petrus e Ana Lucia Soutto Mayor.
Pastor D – somente no início e no final do encontro.
Senhoras e jovens mães congolesas.
Filhos. Algumas crianças de colo e outras pequenas de diversas idades.

- **Informações e observações gerais sobre o encontro:**

- As primeiras colocações foram ouvidas em total silêncio.

- Estavam presentes 11 mulheres congolesas. Uma delas solteira e sem filhos.

- Havia algumas mães que não nos conheciam. Não estavam no culto da igreja ao qual comparecemos.

- Algumas mães eram muito jovens. Com filhos de colo. Conseguiram participar bem.

- Presença de senhoras com filhas já casadas e com netos. Participaram mais na parte da história dos pássaros.

- Havia umas quatro crianças bem pequenas, outras um pouco maiores. Desenharam e coloriram.

- As "mamas" organizaram com cuidado e boa vontade um espaço para o lanche na parte final do encontro.

- A nossa tradutora foi uma jovem mãe (Sra. D), com uma criança pequena de colo. Falava português perfeitamente e traduzia muito bem o que falávamos para as demais senhoras. Outras "mamas" que já entendiam e falavam melhor o português ajudavam a tradutora ou explicavam melhor (em lingala ou em português ou em francês) quando algumas mulheres – chegadas mais recentemente – não compreendiam. Quando necessário, a professora Ana Lucia falava com todas em francês.

- Tivemos uma grande colaboradora – a Sra. E [14]. Estimulou as demais presentes a participar, pediu a algumas que falassem e colocou muitas questões, além de observações interessantes e algumas falas polêmicas que ajudaram a descontrair o grupo. Ajudou a quebrar as dificuldades iniciais; aos poucos o encontro tornou-se descontraído e amigável, com boas descobertas e depoimentos enfáticos.

- As primeiras colocações foram feitas a partir de uma escolha própria das "mamas" - seguindo uma nova ordem para a lista de temas sugeridos. Afirmaram que também queriam fazer perguntas para nós sobre as mulheres brasileiras.

- **Sobre as dificuldades que enfrentam no dia a dia.**

- Os problemas que enfrentam "são muito difíceis de suportar". São responsáveis por tudo na casa e pelos cuidados da família, mas falta dinheiro para muitas coisas. Os maridos não conseguem trabalho e para elas "é mais difícil ainda poder trabalhar". Contam que muitas estão sofrendo de depressão e que a situação causa muito estresse nas famílias e entre os casais.

[14] Algum tempo depois nos reencontramos em uma das oficinas de artesanato na sede da Cáritas. A Sra. E. atuava como monitora do grupo. Outras "mamas" jovens presentes na reunião aqui relatada também participavam das oficinas de artesanato.

- “As mulheres estão cansadas e estressadas com os filhos (...) e com os maridos dentro de casa, sem sair para trabalhar” porque nem sempre arranjam uma ocupação. Para elas (e isso é colocado por várias “mamas” enquanto outras balançam afirmativamente a cabeça) “o que falta é mais assistência social e trabalho – principalmente trabalho para os maridos”.

- Explicam que as ligações com a família (materna e paterna) dependem das etnias / do povo ao qual a família pertence. Esclarecem, por exemplo, que a matriarca é quase sempre a mãe do homem. “O casal não pode morar na casa dos pais da mulher, pois o marido fica conhecido como ‘marriot’ – aquele que foi viver na casa da mulher. Ninguém o respeita, é considerado alguém sem valor”.

- Há muita dificuldade com os filhos aqui no Brasil. “Os jovens aqui já não respeitam os pais como deveriam porque começam a ter influência dos jovens brasileiros”. A falta de respeito aos mais velhos não é admitida nas famílias congolesas.

- “Os costumes dos jovens daqui são completamente diferentes. No Congo, por exemplo, ninguém de 18 anos ou até os 25 anos namora em casa ou na frente dos pais”.

- A vida cotidiana é muito difícil para as mulheres aqui. “No costume congolês, só as mulheres é que trabalham em casa”. Elas fazem todo o serviço e servem aos maridos. Os maridos sentam-se à mesa e ficam esperando a comida. As mulheres “devem até mesmo mexer o café deles... Quando um marido ajuda em casa, os parentes e os vizinhos acham errado. Acham que foi enfeitiçado”.

- **Sobre casamento, mulheres e maridos, pais e filhos.**

Explicam que os homens pagam dotes às famílias das mulheres. “No Congo, os dotes são pagos até em dólares (muitos risos)”. São contadas várias histórias muito curiosas sobre dotes. Algumas “mamas” contam histórias dos casamentos nas suas famílias. Alguém diz que “um marido pode pagar até cinco mil dólares de dote pela mulher”. Todas riem muito para explicar “as outras coisas” (além de dinheiro) com as quais os dotes são pagos. Explicam que “se o marido pagou o dote, a mulher tem que servir e obedecer a ele (...). Por exemplo, na hora certa, tem que levar água no balde [15] para ele (...)”.

[15]Acham muita graça das nossas caras de susto ou dos gestos de que não estamos acreditando que fazem tudo isso para os maridos. Querem saber o que nós mulheres brasileiras aprendemos em nossas

As mulheres congolesas em geral “não trabalham fora da casa aqui no Brasil”. Algumas mulheres que vieram sozinhas “trabalham porque estão sem os maridos; então não têm outro jeito”. Algumas mais velhas, que já estão aqui há muitos anos, trabalham como faxineiras, mas os maridos não gostam. “Os maridos nunca deixam as esposas que têm filhos pequenos trabalhar fora da casa”.

Algumas das senhoras presentes trabalham em salões de cabeleireiro no Centro da cidade. Todas trabalham fazendo tranças. Em Caxias e Brás de Pina elas também fazem tranças recebendo as pessoas em casa (ou vão às casas das pessoas que moram por perto).

Para elas “é muito difícil criar os filhos aqui devido à indisciplina”. “A escola também não ensina disciplina. Nenhuma criança ou adolescente no Congo pode ficar na escola fazendo o que os brasileiros fazem aqui. Não respeitam ninguém”. As filhas jovens são citadas como sendo o maior problema em função das roupas que querem usar. Há muitas brigas com os pais.

O maior problema com as crianças menores são as balas e a influência que adquirem na escola de “querer comprar doces e outras coisas na rua para comer”. “Tudo isso traz muitos problemas entre os filhos e os pais. E problemas para as mulheres com os seus maridos”.

Obs. Muitas discussões decorrem destes assuntos. Falam sobre as comidas: as que são mais saudáveis e “dão força”; daquilo que mais sentem falta; do que se come aqui; como estranham as comidas; como “arranjam um jeito de fazer as comidas que se come lá no Congo”.

- **Sobre os cuidados com a beleza** – ponto destacado por nós como uma característica que percebemos em todas as congolesas.

As “mamas” dizem: “uma mulher congolesa tem obrigação de ficar bonita e as congolesas são muito vaidosas... Se a mulher anda maltratada, o marido se envergonha dela. Por isso, eles até ficam reclamando do tempo que as mulheres gastam se arrumando, mas não podem fazer nada. Têm que esperar e olhar os filhos pequenos”.

---

famílias que devemos fazer para os nossos maridos (...). Muitas gargalhadas. Acham que “não aprendemos nada”.

"Há um sério problema com as roupas". Existe uma ma grande diferença nos hábitos de vestir. Elas começam a mostrar as roupas que estão usando e riem muito dizendo o que aconteceria "se elas se vestissem daquele jeito no Congo".

- **Sobre a vida que levavam no Congo.**

Para explicar melhor o que querem contar (e para nós podermos entender bem!), resolvem dar um exemplo de como é a vida de uma mulher no Congo. Sra. E – a mais falante – faz uma espécie de encenação. Em algumas partes é ajudada por outras (ou criticada por outras) que dizem que não é bem daquela forma e vão mostrar para Sra. E (e para nós) como é o jeito certo, o gesto certo, o movimento certo.

A encenação é, em síntese, a seguinte: a mulher acorda, varre o quintal, sempre abaixada, porque a vassoura é pequena. É feita com folhas de palmeira. Todo dia ela varre o quintal. Depois que ela varre tudo, tem que jogar água, para tirar a poeira. Jogam (representam os gestos) várias baldes de água... Tem muita poeira. Não tem ruas calçadas, há muitos buracos. Tem muito lixo na rua. Todo dia a mulher tem que limpar a casa com água. Então, depois de lavar o chão, a mulher tem que pegar as louças e levar para fora da casa. Colocar tudo em cima de uma tábua grande de madeira. "Depois de lavar tudo, tem que deixar ali secando..." Depois vão varrer a parte de dentro da casa. As "mamas" nos mostram, imitando os movimentos, como tiram o pó da casa. Usam um balde de água e vão passando um pano molhado no chão... Imitam como fazem isso no Congo, sempre bem agachadas... O banheiro da casa é do lado de fora. Então, a mulher tem que carregar o balde várias vezes e lavar bastante o banheiro [16].

Concluem afirmando que "ninguém tem dor nas costas lá no Congo". Estão acostumadas. Contam que carregam muita coisa nas costas; coisas muito pesadas e, também, por longas distâncias.

"A mulher lá no Congo sempre tem que andar muito". Também é a mulher que vai ao mercado popular, o mercado de rua, para comprar alimentos e tudo que se precisa para as comidas e para a casa. Também compram "outras coisas que necessitam, coisas para os filhos; tudo é vendido nos mercados".

[16] Nem sempre há sabão para comprar. "No Congo, tem um sabão que se faz em casa – com óleo de palma e folhas de bananeira. É como um sabão líquido daqui". Contam que "lá no Congo não tem esses produtos daqui para limpar a casa. Nem tem supermercado para comprar tudo pronto; bem perto (...). "Mas aqui, onde tem tudo, falta o dinheiro".

Explicam que estão falando das mulheres que vivem na cidade [17]. “No campo, a vida é muito diferente. Muito trabalho e não se tem nada”. Nas cidades, além do trabalho em casa, algumas vendem algumas coisas na porta da frente da casa. Frisam que há “muitas mulheres que trabalham no mercado popular (...) e são boas comerciantes”.

- **Sobre saúde e alimentação**.

Elas atribuem a saúde principalmente ao tipo e à qualidade da alimentação. Dizem que “os congoleses são fortes porque comem coisas boas”. Muitos peixes. Folhas. Eles não têm hábito de comer doces. Começa uma calorosa discussão entre as “mamas”: qual é o país que come mais doce? Angola ou Congo? Muita discussão. Citam vários tipos de doces que são feitos nos dois países. No Congo comem bolo. As congolesas sabem fazer bolos muito bons. E também fazem bolinhos salgados para vender.

Não gostam de leite. Tomam café. “Mas não é café escuro” - como o que se toma aqui. Comem pão todo dia. Explicam que os pães no Congo “são mais pesados”[18].

É grande o estranhamento das comidas. Não conseguem se acostumar. Fazem algumas adaptações porque faltam os ingredientes. Comem muito o *fufu* (uma espécie de angu de mandioca) com costela ou outra carne. Comem também arroz com feijão e folha de aipim. Comem peixe com banana da terra (afirmam que o povo *bangala* come muito essa comida).

A comida mais importante no Congo para acompanhar o peixe e a carne é a *kuanga*. É como se fosse uma massa feita de aipim. É muito elaborada e leva muito tempo para ficar pronta. No Congo, algumas mulheres vendem a *Kwanga* no mercado de rua. Os congoleses em geral apreciam muito a *kwanga.*

[17] Quando fazemos observações sobre a vida dura que elas levam, brincamos dizendo que elas “são exploradas pelos maridos”. Todas as “mamas” riem muito. Falam que nós não entendemos como é “o sistema” delas. Acham que “as brasileiras não sabem ficar com os maridos (...) que perdem os maridos porque não sabem fazer o que as boas mulheres devem fazer”. Segundo afirmam, com muita veemência e muitos risos, “ é por isso que muitas mulheres aqui estão sem marido!”

[18] As mulheres riem muito umas das outras dizendo quantos pães cada uma delas come aqui. Dizem que compram muitos pães (...). Algumas são conhecidas por saírem da padaria carregando muitos pães. Comem muito porque “não sentem que estão comendo; parece que não estão comendo nada!” Muitos risos e exemplos daquelas que estão engordando com tanto pão.

Também fazem várias comidas com folhas de batata doce. Fazem com frequência um prato que leva feijão com folha de mandioca e azeite de palma. “Dá para toda a família e é bem forte”

- **Sobre saúde e atendimento médico.**

Todas concordam que o atendimento médico aqui (o “atendimento de saúde”) é melhor que no Congo. “No Congo ninguém tem hábito de ter médico. Ninguém leva os filhos ao médico para exames, como fazem aqui”. As “mamas” acham isso muito bom. Fazem questão de explicar bastante que muitas vezes não têm dinheiro suficiente para levar as crianças para as consultas. “No Congo a pessoa só vai ao médico quando está muito doente”.

As mulheres explicam que “sabem fazer alguns cuidados em casa”. Os adultos costumam usar esses tratamentos caseiros. Só procuram um hospital ou posto de saúde quando estão muito doentes.

Aqui no Brasil as “mamas” gostam muito dos cuidados com a saúde das crianças. Elas levam ao posto médico, onde as crianças tomam vacinas e são acompanhadas pelas médicas. Dizem que as pediatras orientam as mães sobre como fazer para tratar da saúde das crianças. Elas afirmam que estão achando isso muito bom. Acham que o posto de saúde é bom. Levam também ao hospital, “que tem fila, mas as crianças são atendidas quando precisam”.

Algumas das “mamas” contam que já estiveram com as crianças na Pediatria do HSE. Uma mãe disse já ter levado seus filhos ao “programa especial de atendimento para os filhos dos refugiados”. Ela e o marido foram juntos, com os três filhos. Foram atendidos em duas salas e gostaram muito. Os filhos foram examinados e também fizeram exames de sangue. Outra mãe reafirmou: “as médicas e as assistentes sociais são muito carinhosas com as crianças... As médicas pediatras do hospital ajudam e explicam coisas que nós não sabemos sobre a saúde das crianças. As assistentes sociais do hospital tentam ajudar com os problemas sobre trabalho ou estudo; dando várias orientações, endereços... Ajudam logo, quando podem, ou pedem para voltar ou telefonar...”.

*****

Das Igrejas aos salões de cabeleireiro: os espaços de sociabilidade e referência identitária dos refugiados congoleses.

Os refugiados congoleses, como outros grupos de imigrantes, procuram valorizar e preservar algumas marcas de sua tradição cultural, expressões de uma "identidade congolesa". Conforme mencionado no capítulo 3 (3.2), a religião quimbanguista (e sua liturgia) é uma das marcas de tradição africana e de valorização do povo africano na diáspora, em diversas partes do mundo (especialmente na Europa), e também aqui no Brasil. No grupo de refugiados congoleses (e angolanos do norte) de origem *Bakongo*, a Igreja quimbanguista é o lugar de referência identitária mais forte, especialmente para os mais velhos[19].

Entre os que chegaram ao Brasil na década de 1990, a Igreja Quimbanguista significa um espaço de memória do refúgio e dos primeiros tempos de vida no Rio de Janeiro. Qualquer menção à Igreja Quimbanguista funciona com frequência, entre os refugiados mais antigos, como um fator de resgate de memórias da chegada ao Brasil entrelaçadas com lembranças do Congo e da família. Para alguns dos mais jovens chegados da província do Bas-Congo, ou que têm sua origem familiar naquela região, a igreja Quimbanguista é local de prática religiosa, apoio, proteção e orientação em diversos campos.

Dentre as diversas experiências da parte específica da pesquisa voltada para a religião e as igrejas como elementos de integração dos refugiados congoleses, as visitas à Igreja Quimbanguista foram as mais marcantes. Não somente pelo aspecto do resgate da história do refúgio para os congoleses (e todos os de origem bakongo), mas, também,

[19] *"As 'Igrejas Africanas' estão presentes na Europa já há algumas décadas, mas sua evolução tem tomado uma nova dimensão com a intensificação das migrações Africanas para a Europa na década de 80 e 90. Para além da sua diversidade e divergências doutrinárias e institucionais, estas igrejas têm em comum o fato de serem organizadas pelas populações africanas - que geralmente permanecem estigmatizadas e marginalizadas no nível social, político e jurídico. Simultaneamente, no entanto, tais igrejas agora concorrem de forma explícita com as igrejas históricas missionárias e atraem uma parte importante dos africanos instalados na Europa. Dependendo do ponto de vista, estas igrejas podem alternativamente ser vistas como uma contribuição particularmente dinâmica e globalizada para a edificação de cristianismos contemporâneos ou como o refúgio de comunidades étnico-religiosas não exatamente compatíveis com espaços públicos Europeus. No entanto, as "Igrejas Africanas" da Europa estão hoje no cerne das transformações, tanto na imaginação da Europa no mundo Africano, quanto na imaginação da África na Europa. (Tradução nossa de " 'African Churches' in Europe. Mediating Imaginations".* Disponível em http://www.h-net.org/announce/show.cgi?ID=175580. Acesso em: 03 abril 2010).

pelo fato de haver um reconhecimento (mesmo entre os mais jovens e os que frequentam outras igrejas) da importância da tradição guardada e mantida pelo *Kinbanguisme.*

Visita a local de prática religiosa e socialização de congoleses no Rio de Janeiro.

Relatos de duas visitas à sede da Igreja Quimbanguista.

Data: 17 e 18 de outubro de 2009.

Local: Sede da Igreja Quimbanguista no Rio de Janeiro. Bairro do Estácio. Próximo à Rua Carmo Neto.

Intermediador: LM.

Observações iniciais: Várias tentativas anteriores de visitar a Igreja foram frustradas. A existência desta igreja foi uma informação obtida desde 1998. Em 2008 foram feitas duas tentativas para visitar a Igreja e conversar com os zeladores e freqüentadores, sem resultado concreto, apesar da insistência. Foi preciso encontrar um intermediador que tivesse reais condições de avalizar a ida ao local e a realização da pesquisa.

1ª visita

Objetivo: Encontro agendado para conhecer o local e conversar com a **Sra. B.** - "dona da casa" e moradora mais velha do casarão onde funciona a Igreja. É ela a "zeladora do espaço da igreja".

Nacionalidade: Congolesa. Chegada ao Brasil em meados dos anos de 1990.

Relato do encontro

*O encontro foi marcado por **LM.** depois de explicar aos demais o interesse da pesquisadora em conhecer o espaço e o funcionamento da Igreja, além da história do lugar e sua importância para os congoleses.*

Chegamos juntos, no horário combinado; fomos muito bem recebidos.

O espaço onde funciona a Igreja, na parte de baixo de um casarão antigo, um sobrado, está em obras. Como me contaram assim que entramos no casarão, trata-se de uma antiga "casa de cômodos". Moram ali a Sra. B e sua família, além de mais três famílias que ocupam as "casas" ao longo do corredor no pátio interno. Na parte de cima do sobrado moram outras pessoas (alguns homens solteiros mais jovens; um casal com filhos).

A sala tem as paredes pintadas em verde e branco – as cores da Igreja Quimbanguista; cores tradicionais; representam a esperança e a paz; as várias estrelas brancas pintadas nas paredes representam a estrela de Nazaré.

Sra. B. afirma que a Igreja Quimbanguista começou a funcionar no Rio de Janeiro em 1993. Meu intermediador, chegado ao Brasil em 1992, conta que os cultos inicialmente eram realizados na Hospedaria São Jorge (ficava onde atualmente é a estação do metrô Estácio). Relataram que também havia cultos no antigo Hotel Bahia, na Rua Santo Amaro, bairro da Glória. Depois de um tempo, conforme explicaram, foi preciso procurar outro lugar para as famílias poderem freqüentar os cultos – já que as hospedarias eram somente para homens.

Sra. B. e LM. são velhos conhecidos. Contam, orgulhosos, que os corais de congoleses que existem até hoje aqui no Rio de Janeiro (e em outras partes do Brasil) têm sua origem nos cultos da Igreja Quimbanguista, e começaram a se formar desde quando as pessoas cantavam em uma das hospedarias citadas.

O primeiro congolês responsável pela Igreja Quimbanguista no Brasil trabalhava para um senhor português que era dono de duas "hospedarias" no Estácio e, como me contaram, também da casa onde estamos realizando o encontro.

Nesta casa, morava inicialmente um casal (que já foi há muitos anos para a Bélgica). Foram eles que transformaram alguns cômodos em pequenas "casas" para famílias de congoleses refugiados. Lá moraram alguns dos "mais velhos" – meus mais conhecidos lá de Caxias, de Brás de Pina e do Centro.

Assim, em meio a um esforço de memória e um transbordar de lembranças vão contando-me suas histórias (...) "Essa foi a primeira casa, sem ser hotel, onde moraram os congoleses chegados em 1992/1993, depois que saíram da hospedaria. Todos os congoleses que chegavam (bakongos) freqüentavam a Igreja Quimbanguista. Era muito bonito aqui (...)".

A Sra. B. revela que naquela casa onde estamos eles guardam até hoje todos os arquivos da Igreja Quimbanguista desde os tempos da sua fundação. A Igreja tem um material com a história da religião na África, com toda a tradição litúrgica, inclusive a forma coletiva de condução dos cultos – "que são feitos em qualquer lugar do mundo exatamente da mesma maneira como são feitos na cidade de Nkamba e em todo o Congo".

Os livros que contam e guardam a história da religião Quimbanguista e da Igreja aqui no Rio de Janeiro estão com o ***Sr. F.****, que é o guardião e secretário da Igreja e mora no andar de cima do sobrado. Ele é professor, fala francês, português e várias línguas do Congo.*

Sra. B. explica que é casada com um senhor nascido no Mali - que é muçulmano. "Meu marido não participa dos cultos, mas ajuda a cuidar do espaço da Igreja".

Apesar dos cultos reunirem atualmente poucas pessoas (de 15 a 20 nos dias mais cheios), continuam a ser realizados todos os domingos. Aquela é a única Igreja Quimbanguista do Rio e, portanto, a responsável pelos cultos. LM ressalta que "antigamente, desde o início dos anos 1990 até 2001 ou 2002, a casa ficava tão cheia que as pessoas enchiam todo o corredor do pátio. Às vezes era tanta gente que alguns ficavam lá na calçada, ou ocupavam a frente da rua".

A Sra. B. e meu intermediador explicam várias especificidades da religião e o que a diferencia das "igrejas cristãs evangélicas que os congoleses frequentam hoje lá em Brás de Pina". Destacam que a igreja tem algumas características tradicionais que são praticadas no Congo e em outros países da África.

LM. esclarece: "as tradições são seguidas em qualquer lugar do mundo onde haja uma Igreja Quimbanguista (...). A religião Quimbanguista foi fundada por um enviado especial de Jesus Cristo – Simon Kinbangu. Ele era um profeta e fazia muitos milagres. O 'Kimbanguisme' prega que a África é o berço da humanidade, que a raça negra é a primeira raça que existiu no mundo. Esta é uma religião que defende a África, suas tradições, os povos africanos, a cultura africana".

A cidade natal de ***Papa Simon Kinbangu*** *(que se pronuncia papá) é* ***Nkamba****, na atual República Democrática do Congo. Os milagres do profeta começaram em Nkamba. Até hoje a cidade é um centro de peregrinação. O dialeto tradicional - a*

língua original da religião - é o kicongo. Nos cultos, originalmente, só se falava a língua kicongo, mas atualmente falam-se várias línguas para que todos possam entender: kicongo, lingala e francês.

Sra. B. explica que a bíblia que usam é como a bíblia da religião católica, pois tem o antigo e o novo testamentos. Para ela, é importante que as pessoas saibam aqui no Brasil que na África é comum a união das igrejas; há diversos cultos ecumênicos dos quais a Igreja Quimbanguista participa.

LM., o intermediador, explica que foi o general Mobutu quem deu autonomia à Igreja Quimbanguista – pelas características de africanismo e união dos povos africanos que a caracteriza. Informa que no Congo, atualmente, a Igreja Quimbanguista está em várias províncias do país e também tem seus seguidores em várias províncias de Angola, principalmente do norte, mas não somente.

Para finalizar o primeiro encontro com a Sra. B. combinamos que eu poderia voltar no dia seguinte, às 11h, para participar do culto. A Sra. B. afirma que vai pedir que o culto seja explicado em português e lembra que as mulheres devem vir de saia. Num instante, ela pede licença para buscar algo lá dentro. Volta de seu quarto com uma Bíblia em lingala e outra em kicongo , para mostrar como são as línguas. A Bíblia em kicongo, explica Sra. B., é a Bíblia que ela trouxe do Congo quando veio para o Brasil há mais de dez anos: "Essa é a bíblia que a minha mãe me deu quando eu estava indo embora de casa. Ela disse: minha filha você vai sair do Congo, mas não pode deixar sua alma aqui".

***Obs.** Ao longo do tempo em que conversávamos, uma jovem estava lavando roupas em um tanque no quintal situado ao final do corredor onde ficam as "casas". Passava pra lá e pra cá, no meio da conversa, carregando uma bacia. Toda vez que passava no meio da sala, entre nós, ela se abaixava. Quando estávamos nos despedindo, veio ter conosco junto com algumas crianças moradoras da casa. A jovem pediu desculpas por ter atrapalhado, pois tinha muitas roupas para lavar. A Sra. B. explicou com autoridade: "na nossa tradição ninguém pode passar no meio de uma conversa dos mais velhos sem se abaixar (...) abaixar é pedir licença e desculpar-se por incomodar".*

2ª visita.

Data: 18 de outubro de 2009

Objetivo: Observar e participar do culto da Igreja Quimbanguista.

Relato do Culto

O culto começou atrasado para que mais pessoas esperadas chegassem. Havia entre quinze e vinte pessoas de todas as idades, homens e mulheres, algumas crianças, rapazes jovens.

Todos têm que ficar descalços para entrar no espaço do culto. As mulheres devem estar de saia – ou enroladas em seus panos africanos – e algumas cobrem a cabeça. Os instrumentos estão arrumados em cima e ao lado da mesa do "pregador", onde também já estão as bíblias em diferentes línguas.

Depois de algumas explicações sobre como conduziria o culto – traduzindo para o português as diversas partes e seus significados, os salmos, etc. – Sr. F., o "pregador do dia", deu início às suas funções com uma parte de louvor, cantada por todos os presentes, sempre guiados por um maestro.

O maestro dos cantos é um senhor de aproximadamente cinqüenta anos de idade, morador de Caxias, conhecido lá da associação CACB. Os congoleses e angolanos presentes cantam em várias vozes, sempre em kicongo. As mulheres e as meninas pequenas fazem um movimento com as mãos em compasso ternário enquanto acompanham os cantos. Muito bonito. Todas têm um papel ou um pano na mão para abanar e sacudir – o que faz ampliar os movimentos. Ensinam para mim como se deve fazer, com muita seriedade e paciência.

A liturgia é cumprida lentamente e tudo é falado em voz baixa; até as músicas não são cantadas em tom muito alto – especialmente se comparado ao que assistimos na Igreja Evangélica dos congoleses em Brás de Pina, já associada à Assembléia de Deus daquela localidade.

Depois do canto, começa a leitura dos salmos. Há explicações em kicongo - rapidamente traduzidas para o português pelo pregador. "Para que a visita possa compreender"- explica para todos com gentileza e um grande sorriso.

Após os salmos, seguem-se hinos e novas músicas, agora somente com os instrumentos. São tocados com flautas fininhas, sem bocal, muito simples, feitas de algo como tubos estreitos de PVC. É preciso ter força para tocá-las, em posição transversal, soprando por um furinho lateral. Ao todo, cada flauta tem mais seis furinhos além daquele em que se sopra. São feitas à mão. "As tradicionais, verdadeiras, são feitas de bambu" – explicou o pregador. O maestro vem mostrar uma flauta antiga, como as originais – que são usadas em ocasiões especiais.

O som que sai das flautas é soprado, chiado, lento, um pouco triste; parece um canto de pássaros. LM., meu intermediador, explica a origem das flautas. "A primeira delas foi feita por Simon Kinbangu. Ele ensinou todos a fazer e a tocar; cada um de nós aqui também sabe fazer as flautas".

Passa-se à segunda parte do culto: a leitura dos Êxodos. Antes das leituras bíblicas, por recomendação de "papa" Simon Kinbangu, sempre devem ser lidos os dez mandamentos. "Isso é feito desde a origem da Igreja, em todos os encontros, em qualquer lugar do mundo" – esclarece o pregador. A leitura é realizada em kicongo, com tradução simultânea para o português.

Em seguida vem a pregação, que passa a ser toda explicada em português, um pouco misturado com kicongo e lingala. Sr.F., o pregador, reafirma que sempre se deve obedecer à ordem correta das partes do culto e à forma tradicional de realizá-lo.

As crianças pequenas aprendem o kicongo nos cultos e na bíblia. Muito animadas, cantam todas as músicas durante o culto. Os cantos são muito bonitos. Um rapaz jovem, posicionado no alto da escada, com uma bela voz grave faz o baixo do coro. Sra. B. faz a segunda voz.

Sr. F. explica que naquela Igreja todos podem ser pregadores ou fazer o trabalho de maestro para os louvores. Todos aprendem isso. "O tema da pregação é a palavra; o verbo. A criação pela palavra. Então, aqui, todos podem falar depois do pregador".

O pregador anuncia que a sua palavra naquele dia será especialmente para aqueles que estão no Brasil não esquecerem o sofrimento de quem está na África. Condena a eliminação dos diferentes, as divisões e lutas dentro de um mesmo povo (...) "As palavras de hoje são para os que têm os mesmos pais e as mesmas mães e que

estão brigando lá no Congo. Papa Simon Kinbangu nos ensinou sobre tudo isso. Sempre nos aconselhou a pedir a paz e a defender a paz entre os povos africanos".

A seguir, todos os "mais velhos" tomam a palavra por alguns minutos, lá na frente. Falam vários homens e a Sra. B.; ninguém interrompe. Falam em kicongo e, segundo LM explicou após o culto, alguns falavam também em Lingala porque "já não sabem mais falar a língua oficial".

Após a curta pregação e a palavra dos demais, vem um momento de concentração. "É para a ligação de cada um com Deus" – explica o pregador. "Hora de pedir proteção e pensar nos ensinamentos de papa Simon Kinbangu. Seguir o caminho da obediência, da sabedoria. Pedir pelo trabalho, pelos bons negócios no comércio". Em seguida, há um momento de oração para os enfermos. Todos rezam muito baixinho. Entre as breves orações que cada ***papa*** *ou* ***mama*** *presente ao culto faz em voz alta, todos cantam bem baixinho e de forma bem lenta, marcando o ritmo com suaves batidas das mãos.*

Na hora das oferendas, os que tocam as fanfarras e os pífaros juntam-se aos tocadores das flautas. O som torna-se forte, alto, com ritmo bem marcante. Parece muito com o ritmo de Folia de Reis, do interior do Brasil[20].

A caminho do encerramento, o pregador lembra alguns conselhos e milagres de papa Simon Kinbangu. Há mais alguns cantos. Agora, todos os presentes cantam juntos, acompanhados pelos pífaros, as fanfarras e as flautas, sob a regência do maestro.

Para terminar, o pregador conclama a todos a mostrar para 'a visita' que são um povo alegre. Fazem uma saudação vibrante (como um "grito de guerra" de uma torcida) acompanhada de um gesto bem forte do braço direito levantado com o punho fechado. Batem palmas três vezes, repetem a saudação e assim sucessivamente.

Obs. *Um protocolo importante ainda tem que ser cumprido naquele dia na frente de todos os presentes ao culto. Há um senhor que vai para Nkamba, a cidade da origem da Igreja. Ele é guarda do templo no Congo. Está atrasado para ir embora para o aeroporto. Para poder viajar ele precisa escrever o motivo da viagem no livro da Igreja*

[20] LM. explica que no Congo os tocadores usam chapéus e uniformes verdes. São muitos tocadores e estão sempre bem arrumados.

e levar uma carta com o carimbo da Igreja Quimbanguista e as assinaturas necessárias.

_____

Observações gerais sobre o culto e o encontro.

Depois do culto, na "parte social do encontro", são servidos refrigerantes e um bolo feito pela Sra. B. Enquanto comemos, várias histórias vão sendo contadas. Explicam a origem de algumas palavras. Divertem-se, ao relatar, por exemplo, que ***muamba*** significa creme de amendoim. "O creme de amendoim durava muito sem se estragar e podia ficar muito tempo guardado; mas não se podia comercializar, pois era ilegal. Foi daí que nasceu a palavra *muamba* – com o sentido de comércio ilegal".

Contam algumas histórias sobre a mulher de papa Simon Kinbangu. Sra. B. explica que "era ela quem fazia milagres para curar as crianças (...). Foi acusada de feitiçaria e queimada viva com uma criança no colo, em Nbanza Kongo, capital do Reino do Kongo".

Relatam com grande entusiasmo o que se descobriu mais recentemente (2009) lá no Congo. "A mulher de Simon Kinbangu, que morreu em 1959, teve o corpo retirado para ser colocado num outro lugar e encontraram o corpo inteirinho. E não tinha sido embalsamado. Isso saiu em todos os jornais. Foi mais um milagre".

Seguem com histórias e explicações sobre os que estão retratados nas antigas fotos emolduradas, fixadas na parede**. São Papa, a esposa, alguns descendentes** [21].

Há relatos de diversos episódios da vida de Simon Kinbangu. "(...) Ele viveu de 1887 a 1956. Foi preso em 1921 pelos belgas e colocado em um trem (...) mas o trem não andou de jeito nenhum. Os belgas fizeram tudo, mas o trem não andou enquanto todos os filhos de papa não chegaram".

Escuto com atenção que Papa Simon Kinbangu era onipresente. "Naqueles tempos de perseguição houve uma vez em que 5 (cinco) Simon Kinbangu foram

[21] Não é possível compreender muito bem tudo que é falado, mas escuto atentamente as histórias e as veementes intervenções para complementar aquilo que é contado.

presos ao mesmo tempo (...) Quando ele foi preso e levado embora, a mulher dele continuou tratando da religião."

Contam com alegria várias parábolas e histórias atribuídas a Papa Simon Kimbangu. **Aprendo que uma das falas mais conhecidas do profeta é sobre a origem do mundo: "Se a origem do mundo é a África, o mundo não vai ter paz enquanto a África tiver guerras".**

Há também ensinamentos sobre algumas imagens importantes dos livros da Igreja. Destaque para uma imagem muito especial que explicam ser composta por três pedras. "Cada pedra é um país – Congo Brazzaville, Congo Democrático e Angola. As três pedras juntas – com a palha no meio – é que deixam fazer o fogo para cozinhar, para todos terem alimento".

Voltam a falar sobre a origem da Igreja Quimbanguista. LM. explica o histórico de um vínculo forte do *kimbanguisme* com a origem da idéia de uma África unida, do africanismo.

Para finalizar, afirmam que "todos os quimbanguistas sabem de cor" quais foram as palavras de papa Simon Kinbangu sobre a igualdade dos povos. O pregador toma a palavra: **"O homem branco vai virar negro e os homens negros vão virar um povo só." Essa era a igualdade que papa Simon Kimbangu pregava".**

*****

Os jovens congoleses refugiados e os estudantes congoleses. A rede social de recursos relacionais em suas especificidades.

- **Informações sobre os "jovens universitários congoleses refugiados". As relações com os estudantes congoleses. Bolsa, moradia e condições para os estudos.**

O grupo de refugiados congoleses tem em sua composição alguns jovens que cursavam a universidade no Congo – a maioria com os cursos não concluídos. Há, também, alguns refugiados com mais idade que possuem formação universitária completa.

Principalmente entre os jovens, esta característica do nível de formação educacional pode explicar, parcialmente, certas relações de amizade e conhecimento que já trazem do seu país ou que estabelecem aqui.[22]

Relatos de alguns estudantes bolsistas e de jovens refugiados expressam a existência de uma convivência relativamente estreita entre "universitários congoleses refugiados" e os estudantes universitários congoleses que estão no Brasil pelo sistema de bolsas. Em geral, falam de visitas, encontros e troca de informações que revelam boas relações entre estes grupos de jovens congoleses. São relações de conhecimento, companheirismo e amizade, mas que se tornam um tanto tensas em alguns casos e situações específicas.

Importa destacar que no grupo maior dos congoleses no Rio de Janeiro não existe um bom conhecimento do sistema das bolsas (Programa PEC–G [23]) e, tampouco, um entendimento de por que alguns jovens são desligados do programa. Algumas figuras com liderança na comunidade congolesa entendem que precisam defender o

[22] Inclusive porque há alguns estudantes que perdem a bolsa e, para tentar permanecer no país, solicitam o refúgio, ainda que com possibilidade extremamente reduzida de aprovação. Enquanto o processo não é julgado, contudo, eles passam a ter a condição de solicitantes de refúgio.

[23] As informações básicas sobre o programa constam um pouco adiante, neste texto. Ressalta-se, contudo, que o envio de recursos para os filhos que ingressam pelo referido programa nas universidades públicas no Brasil trata-se de um compromisso que a família assume formalmente no processo de solicitação da bolsa. A pesquisa demonstrou existir uma grande confusão de informações e posições sobre este assunto entre os congoleses em geral, o que torna muito difícil explicar o que é acordado formalmente entre o consulado brasileiro no Congo e a família dos estudantes, os termos que constam no convênio, as exigências a serem cumpridas pelos estudantes para não serem desligados do programa PEC–G.

direito dos estudantes congoleses continuarem no programa de bolsas, “mesmo quando a família está tendo problemas em enviar o dinheiro para o filho estudando aqui, porque a situação no Congo está muito ruim”.

As primeiras informações obtidas para a pesquisa sobre o programa PEC–G foram acessadas através de busca no *site* do Ministério da Educação [24]. Em um segundo momento, as relações de amizade e vizinhança entre um refugiado (colaborador da pesquisa na realização de entrevistas) e um estudante congolês (que em 2007 fazia o curso de língua portuguesa na Faculdade de Letras da UFRJ para a obtenção do CELPE – Brás [25]) serviram para a intermediação de um primeiro contato da pesquisadora com a equipe de professores do CELPE e alguns outros estudantes.

Por meio de telefonemas e troca de e-mails com professores integrantes da equipe responsável pelo CELPE – Brás obteve-se informações mais detalhadas sobre o programa PEC-G, com destaque para o bom desempenho da turma de congoleses de 2007, bem como sobre os problemas que alguns alunos enfrentavam naquele momento por não estarem recebendo recursos da família.

Em uma primeira reunião para pensar e discutir a construção coletiva da proposta de um curso de língua portuguesa para uma turma de jovens refugiados (que fossem universitários no Congo, mas estivessem aqui na condição de refugiados), houve a participação de quatro estudantes PEC-G, um jovem refugiado já graduado no Congo e um refugiado “mais velho” – este último, professor de francês em seu país de origem.

Os estudantes se mostraram muito solidários à idéia de criação de um curso diferenciado (porém eficiente e com vários níveis de aprofundamento) para os refugiados congoleses [26].

---

[24] Para obter mais informações, consultar a seção do *site* do Ministério da Educação (MEC) que trata a respeito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12276&Itemid=530>. Acesso em: 04 mai. 2008). Também foram utilizados como fontes o *site* da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores, que, juntamente com o MEC, é responsável pela coordenação do Programa (Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G%20-%20Programa%20de%20Estudante-Convênio%20de%20Graduação%202008.htm>. Acesso em: 04 mai. 2008); e o *site* do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), do MEC, que oferece apoio financeiro no valor de um salário mínimo mensal para alunos estrangeiros participantes do PEC-G (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12284&Itemid=545>. Acesso em: 04 mai. 2008).

[25] Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

[26] Convidamos a equipe do CELPE - Brás/ UFRJ para esta reunião, mas as professoras não puderam comparecer por motivo de compromissos acadêmicos e falhas na comunicação entre todos.

Posteriormente, a pesquisadora participou de outra reunião, na faculdade de Letras da UFRJ, com todo o grupo de professoras do CELPE – Brás e duas professoras integrantes de um projeto para refugiados (indiretamente ligado à pesquisa de tese). A idéia de organização de um curso específico de língua portuguesa para os refugiados congoleses foi muito bem recebida e, a princípio, avaliada como possível de ser viabilizada, ainda que no bojo de um projeto de extensão (então em fase de elaboração) que incluía outras áreas de atuação com os refugiados.[27]

Com a continuidade da pesquisa de campo foi possível perceber outros motivos para o contato entre os estudantes universitários congoleses e os "universitários congoleses em situação de refúgio", tais como a busca de informações sobre a universidade, os procedimentos para convalidação de diplomas do Congo, os vestibulares comunitários, além de outros assuntos deste campo de interesse. O acesso às informações e a algum tipo de ajuda por parte dos refugiados passa pelas redes sociais dos congoleses, incluindo o acionamento dos recursos relacionais com os jovens estudantes que estão freqüentando as universidades públicas no Brasil.

Dois dos jovens presentes à primeira reunião (acima referida) passaram a ter um contato bastante freqüente e estreito com algumas atividades da pesquisa. Colaboraram com informações verbais em diversas conversas e encontros com a pesquisadora, além do envio de materiais escritos sobre a situação política no Congo e da indicação de sites de pesquisa na internet. Estes colaboradores também ajudaram na revisão e na complementação dos esboços de algumas partes escritas do capítulo da tese que versa sobre a situação política e socioeconômica no Congo em tempos recentes.

O estreitamento desta relação com os estudantes permitiu, ainda, o acesso a informações sobre os problemas de moradia e outras questões referentes aos estudos, apesar do apoio que recebem do representante do consulado do Brasil no Congo [28] como alunos do programa PEC–G.

---

[27] "Construção de novas práticas para o favorecimento da Assistência e Integração de Refugiados no Rio de Janeiro – propostas para o desenvolvimento de atividades educativas e culturais e de programas de atendimento na área de saúde". Projeto de extensão – em desenvolvimento. Registrado no sistema SIGMA UFRJ – 16341. Pesquisador responsável- Maria Regina Petrus Tannuri

[28] O cônsul do Brasil no Congo, responsável pelo programa de bolsas PEC-G e pelos estudantes congoleses, vem com certa frequência ao Rio de Janeiro. Não houve possibilidade, no âmbito desta pesquisa, de se obter qualquer informação oficial para melhor caracterizar aqui as funções que o cônsul desempenha em termos de acompanhamento e apoio aos estudantes. Foi possível, contudo, perceber em conversas com os estudantes e com as professoras do CELPE – Brás, que há um acompanhamento bastante direto e freqüente de tudo o que se refere aos estudantes congoleses que participam do programa.

Em março de 2008 dava-se um processo de mudança de moradia de alguns dos estudantes que residiam desde a sua chegada ao Rio de Janeiro (2007) em uma casa situada no subúrbio da cidade. As informações e as preocupações mais recorrentes eram sobre os problemas com a proximidade das favelas e a insegurança na área. A casa ficava próxima ao cemitério de Inhaúma, um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro com grande concentração de favelas. Os estudantes informaram que pagavam pela moradia R$ 120,00 por pessoa. Moravam treze estudantes na mesma casa.

A chegada de novos estudantes congoleses em 2008 foi simultânea à procura de uma nova casa para que alguns alunos aprovados na prova do CELPE – Brás no final de 2007 (e que ingressariam nos cursos de graduação nas universidades públicas) fossem morar em novo local com os recém-chegados.

A nova residência (no bairro de Irajá) foi providenciada diretamente pelo cônsul. Um apartamento de dois quartos, com ótima localização, próximo ao metrô, com boa vizinhança, onde residiam seis estudantes. Os jovens moradores do apartamento relataram que a moradia custava R$ 550,00, incluindo aluguel e condomínio. Cabe ressaltar que alguns "universitários congoleses refugiados" que tinham relações de conhecimento e/ou amizade com os estudantes bolsistas já moravam a algum tempo em Irajá.

Uma produtiva e agradável visita a esta nova casa foi realizada pela pesquisadora por ocasião da concordância de um grupo de estudantes congoleses e de "universitários congoleses refugiados" em colaborar com informações para a pesquisa de tese. Importantes informações, valiosas opiniões e diferentes pontos de vista sobre a história política recente do Congo, assim como sobre os motivos pelos quais os estudantes eram (e continuam a ser) forçados a fugir do país e buscar o refúgio, foram gentilmente concedidos e discutidos durante esta visita e em encontros posteriores.

Certo tempo depois (já em meados de 2009), alguns dos jovens refugiados que residiam em Irajá se mudaram para as proximidades da Central do Brasil. Alegaram como principais motivos a falta de dinheiro para o transporte e o longo tempo gasto para os deslocamentos necessários para tratar de documentos e outras atividades. Eram

---

No que se refere à moradia, os estudantes informaram que o aluguel das casas é "tratado" pelo próprio cônsul, que toma todas as providências e visita a casa quando vem ao Brasil.

jovens que frequentavam cursos profissionalizantes e de línguas do SENAC, no Centro da cidade, oferecidos pelo convênio SENAC/Cáritas/ACNUR.

Além dos cursos, a moradia no Centro da cidade também significava a proximidade dos locais aos quais tinham que comparecer diversas vezes (segundo afirmaram) para tratar dos procedimentos referentes aos documentos definitivos, cuidar dos trâmites necessários para os "testes de equivalência" exigidos para ingresso na rede de ensino público no Rio de Janeiro e/ou tomar providências necessárias para o reconhecimento de diplomas e históricos escolares do Congo.

O custo do aluguel de quartos ou parte de um sobrado parece ser menor nas áreas (deterioradas) adjacentes ao Centro da cidade, onde os jovens refugiados congoleses continuam tendendo a se concentrar. Morar nestas áreas também barateia e facilita os diversos deslocamentos para a sede da Cáritas – situada nas proximidades do Maracanã – onde realizam algumas atividades [29] e necessitam comparecer para buscar outros apoios (tais como dinheiro para transporte ou remédios) e receber a ajuda financeira mensal do ACNUR.

Finalmente, ressalta-se que a prática da observação participativa permitiu verificar que as relações entre os estudantes congoleses no Brasil (leia-se bolsistas do PEC-G) e os "universitários congoleses com *status* de refugiado" são construídas e/ou reconstruídas na situação comum a todos – a de estrangeiros provenientes de um mesmo país – através das dinâmicas próprias de proteção e apoio das redes sociais dos congoleses. Tais relações estão, ao mesmo tempo, perpassadas por tensões e conflitos que, pelo menos em parte, ligam-se às diferenças de situação socioeconômica das famílias dos jovens, à possibilidade/impossibilidade de contatos e/ou algum apoio dos familiares que vivem no país de origem, às profundas diferenças nas condições de saída de seu país e à situação jurídica de estudante ou de refugiado.

Este conjunto de fatores inclui diferentes formas e sentimentos de estar ou não "protegido" e "amparado", de expectativas em relação ao tempo de permanência, de projetos e possibilidades de alcançar alguns objetivos ou "avanços" – principalmente em termos da possibilidade de continuar e/ou retomar os estudos aqui no Brasil.

[29] Como exemplo, pode-se citar as aulas de português oferecidas pela organização e as oficinas de artesanato.

A existência de maior ou menor proximidade, solidariedade, apoio, reserva, estranhamento ou rejeição entre estes jovens envolve diversos aspectos concretos e simbólicos – alguns muito sutis e não explicitados sequer entre eles.

Um interessante relato colhido de um dos estudantes revela problemas que se passavam em dado momento entre ele e seus parceiros de moradia (todos eles estudantes congoleses), em função das amizades e da frequência de contatos que os últimos mantinham com os "universitários congoleses refugiados". O jovem atribuía os problemas aos "diferentes objetivos de quem está aqui estudando e de quem veio para cá como refugiado". Para ele, "o refúgio no Brasil é visto como um trampolim para a maioria dos jovens que saíram do Congo (...). Para quase todos os refugiados congoleses qualquer oportunidade de ir embora para a Europa é o que mais interessa".

Ainda nesta mesma fala, o estudante (com a total concordância de um amigo presente ao encontro) afirmava: "Para mim, que estou estudando e passando dificuldades de todos os tipos para poder estudar, não existe a menor possibilidade de pensar em ir para a França; porque sei que vou lavar janelas lá (...). Eu e minha família fizemos muitos sacrifícios, e ainda estamos fazendo, para eu poder vir estudar aqui no Brasil. Meu objetivo e da minha família é eu conseguir um bom trabalho aqui mesmo, ou no Congo ou em Angola, já formado como engenheiro". Ao final da conversa acentuou sua avaliação de que "os estudantes têm outros interesses, outro dia a dia, outro ritmo de vida, pois têm que estudar muito e não dá certo eles se misturarem com os refugiados (...)". Os dois estudantes também destacaram que "nas casas alugadas sob responsabilidade do cônsul as pessoas não podem se comportar de qualquer maneira". Concluíram que nem todos os estudantes conseguiam entender isto muito bem e que "acabavam se metendo em problemas porque se juntavam demais com os amigos que estão aqui na *Ngunda (Refugio/Cáritas)*".

Em outra conversa, jovens "estudantes universitários congoleses", cuja amizade remontava às suas famílias desde o Congo, explicaram que para conseguir uma remuneração em torno de 300 reais com uma bolsa de estudos na universidade – o que só é possível depois do terceiro período do curso – os estudantes estrangeiros têm que atender a uma série de exigências em termos de aprovação, notas alcançadas, formas de conduta, etc. Ressaltaram o quanto é difícil conseguir estudar nas condições em que vivem – todos em um mesmo espaço, sem um computador em casa, tendo que fazer todas as tarefas; enfatizaram que muitos congoleses enfrentam dificuldades para

aprender os conteúdos em outra língua. Além disso, passam períodos com pouco dinheiro para cópias impressas e uso do computador para acessar exercícios e apostilas das disciplinas dos cursos, além de outras necessidades básicas – uma vez que, como já citado, nem sempre as famílias conseguem mandar regularmente um valor mais expressivo para ajudá-los [30].

Mostram-se preocupados em deixar bem clara a sua opinião: “só por ser refugiado ninguém é inferior” (...) “o refugiado pode estar junto com quem é estudante” (...) “também entre os que chegam como estudantes PEC-G alguns não têm condições de fazer e aguentar o sacrifício e as dificuldades para estudar nas universidades públicas aqui (...)”.

A uma pergunta sobre o papel dos “mais velhos” na comunidade congolesa que vive no Rio de Janeiro, os estudantes respondem de forma veemente que em “situações mais urgentes recorrem a amigos ou conhecidos de Kinshasa”. Especialmente àqueles que são de uma mesma região de origem dos pais ou da família no Congo e que vivem a mais tempo no Brasil. “Por exemplo, quando temos algum problema de saúde, procuramos por eles (...) e também para outras necessidades que aparecem para quem não sabe direito como as coisas se resolvem aqui porque no Congo é muito diferente (...). Agora mesmo, nossos pais estão mandando orientação para buscarmos a ajuda dos “mais velhos” para as dificuldades que estamos enfrentando com a exigência de renovação dos passaportes por causa do novo modelo criado pelo governo lá no Congo”.

*****

[30] Alguns estudantes congoleses buscaram apartamentos de aluguel barato perto do bairro de Vila Isabel, pela facilidade e menor custo de deslocamento para a UERJ e para o CEFET.

Integração local. “O que você entende por isso?”

> *"Estou em uma terra onde não sei me comunicar, porque não falo português, não consigo emprego, não posso compartilhar os conhecimentos que adquiri na faculdade e vivo sem meus irmãos e amigos”* [31]

Ao longo da pesquisa de campo foram realizadas “entrevistas em profundidade” com alguns refugiados que se integraram à pesquisa e funcionaram como colaboradores ou como importantes fontes de informação e esclarecimentos sobre as dinâmicas de “integração local”. Em três das sete “entrevistas em profundidade” realizadas, tratou-se de um tema específico – o acesso à educação.

Ao longo do desenvolvimento da investigação sobre a “integração local” dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro, verificou-se a necessidade de buscar um aprofundamento das questões referentes ao acesso à educação e formação em geral: formação escolar, universitária, cursos voltados para a qualificação profissional e capacitação para ingresso no mercado de trabalho, cursos de língua portuguesa. No conjunto das questões aprofundadas estão incluídos os problemas ligados aos documentos para a comprovação de escolaridade e a convalidação de diplomas dos congoleses.

Foi elaborado um modelo específico de entrevista em profundidade, na forma de entrevista semi-dirigida, complementada por uma parte final aberta para colocações e sugestões dos refugiados.

O objetivo era levantar novas informações através do contato direto com alguns informantes privilegiados previamente selecionados e contatados para este fim, bem como verificar informações obtidas anteriormente (tanto por fontes primárias quanto secundárias) junto às instituições e organizações que atuam com os refugiados nesse campo. Identificar nos discursos dos sujeitos entrevistados pontos relevantes para serem revistos e reavaliados à luz dos direitos garantidos legalmente aos refugiados, porque apontados por estes como os mais problemáticos ou deficientes. Reunir e confrontar observações e conclusões da pesquisa sobre um dos indicadores clássicos utilizados nos

---

[31] Esta afirmativa de um refugiado congolês que vive em São Paulo foi selecionada de uma reportagem sobre refugiados que vivem naquela cidade e as dificuldades que encontram para se integrar à sociedade local. O Estado de São Paulo, 27/12/09:
http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091227/not_imp487390,0.php

estudos sobre “integração local de refugiados” - a “educação”- enquanto um conjunto de diversos processos nem sempre integrados, mas reunidos comumente sob esse termo.

Considerar as experiências pessoais dos entrevistados, assim como suas críticas e sugestões sobre o “acesso à educação e formação em geral” ampliadas para o conjunto maior de refugiados congoleses, significava reconhecê-los como sujeitos ativos (mas, ao mesmo tempo, assujeitados) nas dinâmicas que permeiam as condições existentes, e/ou a falta de condições suficientes para que tenham acesso e resultados satisfatórios no que se refere a este indicador básico, sem restringir-se, porém, aos aspectos funcionais [32] do processo de integração.

A entrevista apresentada a seguir pode ser tomada como uma síntese das demais entrevistas sobre o tema “ integração local dos refugiados” [33].

Na sequência, apresenta-se uma das entrevistas em profundidade sobre o tema educação (em sentido amplo). A entrevista mostra de forma bastante clara como os refugiados congoleses que dominam códigos necessários para uma melhor integração local (em geral aqueles que possuem um nível de escolaridade mais alto e se comunicam com maior facilidade) tentam aproveitar ao máximo as oportunidades efetivamente existentes para o ingresso dos refugiados em geral em cursos de graduação[34]. Buscam as informações na Cáritas, utilizam os convênios existentes, mas, simultaneamente, procuram ter acesso às informações e aos caminhos já “trilhados” por outros refugiados a partir de suas relações com indivíduos ou subgrupos que participam de forma “privilegiada” das redes sociais (a inserção e o trânsito nas redes de recursos relacionais de imigrantes são seletivos, como se sabe) e detém melhores informações e capacidade para orientá-los.

O entrevistado representa um grupo minoritário entre os refugiados congoleses que reúne bons contatos na “rede” aqui no Brasil. Para vencer certos obstáculos (por exemplo para o ingresso em um curso de graduação aqui no Brasil) aciona indivíduos que permaneceram no Congo, mantém contatos com a família no país de origem

[32] PHILLIMORE; GOODSON (2008), p. 309.

[33] Ver em ANEXO D – Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p. 178, outra entrevista sobre o mesmo tema bastante crítica em seu conteúdo e que se caracteriza por ser um exemplo de exacerbação, muitas vezes inevitável e necessária, de todas as dificuldades, questões, críticas e sugestões colocadas e discutidas pelos refugiados congoleses sobre as condições de vida no contexto do refúgio na metrópole do Rio de Janeiro.

[34] No Rio de Janeiro não existe em nenhuma universidade pública qualquer programa especial para o ingresso de refugiados nos cursos de graduação – o que já ocorre em algumas universidades de outros estados brasileiros. Ver em ANEXO E - Capítulo 4 (4.2), Vol. II. p. 184, breve síntese de informações obtidas em matérias jornalísticas em pesquisa realizada na internet e notícias destas iniciativas em textos específicos sobre “best practices” em integração local de refugiados.

(conseguindo até mesmo algum apoio financeiro), além de possuir uma imagem positiva entre "os mais velhos" na comunidade congolesa que vive no Rio de Janeiro.

Entrevista semi-dirigida. Modelo 1.

Parte Inicial [35] - Informações sobre a emigração forçada e chegada ao Brasil.

Local: Brás de Pina.

Data: 14/07/2008

1. Nome: ***C.***

2. 27 anos – solteiro – congolês

3. Cheguei em junho de 2008.

5. Tenho dois irmãos mais velhos; os dois vivem no Congo.

6. Curso de Enfermagem na Universidade de Kinshasa.

7. Em Hospital e na Cruz-Vermelha

8. Meu pai nasceu no *Bas-Congo*, e minha mãe também. Eu nasci em Kinshasa.

9. *Kikongo* é a língua materna, mas também falamos lingala e todos falam francês.

11. Sempre morei em Kinshasa, mas já vivi um tempo na África do Sul. Vim para o Brasil saindo da África do Sul, desci em São Paulo e vim para o Rio de Janeiro.

---

15. Eu trabalhei três anos na Cruz Vermelha, no Congo. E trabalhei três anos em uma empresa particular. Também estudei informática.

16. Eu trabalhei para um movimento religioso e político no Bas-Congo. Aconteceram muitos conflitos em 2008 envolvendo esse grupo (que é conhecido como *Bundu Dia Kongo*). Num desses conflitos, eu fui ajudar os feridos e acabei preso. O governo me acusou de estar usando arma de fogo contra os soldados. Todos da minha equipe que estavam ajudando os feridos foram presos. À noite, me tiraram da prisão. Foi o *soba* quem mandou.

17. Quando eu voltei para casa, tinha marcas no corpo e meus irmãos foram procurar assistência médica para mim. Eles são mais velhos e decidiram que eu ia viajar correndo e para qualquer lugar. Meu irmão foi tratar um visto para o Brasil.

---

[35] Ressalta-se que já consta uma síntese desta parte inicial da entrevista no texto do Capítulo 3.2, p. 186.

Logo depois que ele chegou com o visto, entraram na minha casa e eu fui preso novamente. Fui para um pavilhão especial e fui torturado durante dois meses. Minha família contatou os chefes do movimento que enviaram um advogado, e eu fui solto no início de junho.

_____

21. Eu vim embora com os bilhetes que foram comprados pela minha família com a ajuda do movimento do qual eu fazia parte.
22. Vim sozinho.
23. Fui aos poucos procurando ajuda.
24. Um mês depois eu já tinha solicitado na Cáritas o refúgio e recebi documentos provisórios.
25. Não. *Nada.*

_____

27. Irajá. Quando cheguei fiquei dois dias na casa de pessoas que conheci na Cáritas; eram congoleses também. Logo depois fui morar na casa onde moro até hoje.
28. Não, somos cinco. Mas vamos ficar só três. Pagamos 400 reais de aluguel.

Entrevista aberta sobre temas referentes à integração local [36].
Parte específica.
Local: Gávea. PUC – RJ.
Data: 22.10.2009.

Tema: **questões relacionadas à "integração local"-** dificuldades com a língua, documentos de estudo, diploma universitário do Congo, sociabilidade e outros temas indicados pelo entrevistado.
Entrevistado – **C.** Pesquisadora **- P.**

[36] A 1ª entrevista com **C.** foi realizada em julho de 2008, em Brás de Pina. O entrevistado chegou ao Brasil em junho de 2008.

I. Conversa informal que antecedeu a entrevista.

Começamos a entrevista propriamente dita, na forma de entrevista aberta, com algumas perguntas iniciais intercaladas com indagações e assuntos levantados pelo entrevistado sobre questões que lhe interessam, ou são preocupações importantes para ele. A primeira parte é mais informal, sem gravação contínua. Há várias interrupções. Algumas perguntas e explicações são registradas somente com anotações.

O encontro começa com uma conversa sobre documentos. O entrevistado relata que vem procurando emprego em diversos lugares, mas como na sua carteira de trabalho está escrito que é um refugiado, ele acredita que isto o atrapalhe na hora das entrevistas. Digo a ele que estou surpresa porque os documentos dos refugiados no Brasil possuíam um carimbo em vermelho com a palavra refugiado, mas que isto já havia sido retirado, depois de muita pressão por parte de diversas organizações não governamentais. Exatamente porque gerava discriminação e desconfiança, especialmente no mercado de trabalho. C. me mostra, então, sua carteira de trabalho onde está escrito "Estrangeiro" e embaixo "Natureza: pedido de refúgio".

II. 1ª parte da entrevista aberta

Obs. Transcrição de partes gravadas e fragmentos selecionados de anotações complementares da pesquisadora.

P. *Você pode me explicar, falar do seu jeito, o que sabe sobre quem participa do trabalho de acolher e dar assistência aos refugiados e sobre a "verba de assistência"?*
C. *Vou tentar fazer um esquema de como funciona (pega um papel e desenha o esquema abaixo)*

ACNUR _____ internacional.
Governo brasileiro _____ refugiados no Brasil
CONARE _____ julga os casos e os pedidos de refúgio
Ministério da Justiça _____programas para os refugiados
CÁRITAS ======= órgão responsável pelos refugiados.
ACNUR ___ verba de assistência ____ Cáritas____ ajuda financeira ___refugiados .

C. *esclarece que na Cáritas explicaram a ele o uso correto dos termos. "Verba de assistência é quando o dinheiro entra na Cáritas. Mas o que nós refugiados recebemos da Caritas é uma 'ajuda financeira'. Esse é o termo correto que foi explicado para mim". Em seguida, fala um pouco sobre os programas para os refugiados. "(...) A 'hospedaria' por exemplo, aquela casa lá, é um projeto com a verba do Ministério da Justiça"*[37]*?*

P. *A casa de acolhida é uma casa para moradia temporária. Acho que é mesmo um projeto e um programa da Cáritas e do Ministério da Justiça. Já me explicaram lá na Cáritas que as verbas que vêm do Ministério da Justiça exigem uma enorme quantidade de relatórios e prestações de contas. Na prática, isso acaba prejudicando a continuidade dos programas porque há muita burocracia.*
C. *Os cursos de português que a Cáritas dá para os refugiados, o curso de pátina em madeira, o de artesanato para as mulheres, os cursos que fazemos na Cáritas, acho que são todos com recursos que vêm do Ministério da Justiça.*

P*. Acho que sim. Às vezes os cursos são interrompidos porque as verbas não chegam.*

Após um longo primeiro momento de perguntas, dúvidas, explicações gerais, volto a falar com C. sobre o que gostaria de conversar com ele na entrevista gravada (...) para utilizar na minha pesquisa.

P. *A minha pesquisa é sobre a integração social local dos refugiados congoleses; quero fazer uma análise crítica e propositiva. O quê você entende por essas duas palavras:* ***crítica / propositiva****?*
C. *Crítica saudável, para ajudar, e proposition é como é mesmo em francês.*[38]

P*. "A pesquisa tem três palavras-chave: integração; análise crítica; proposições. A pesquisa é para contribuir para uma melhor avaliação da integração dos refugiados (...) pensar o que pode ser melhorado; como melhorar a situação dos refugiados no Rio de Janeiro. O grupo que estou pesquisando e estudando nesta pesquisa é o dos*

[37] **C.** está se referindo à Casa de Acolhida para refugiados, localizada na estrada do Quitungo, no bairro de Brás de Pina.
[38] O entrevistado quer saber se onde eu trabalho fazendo pesquisas, todos só pesquisam os africanos. Explico o projeto de pesquisa do NIEM é sobre um histórico dos refugiados em geral. Também dou vários exemplos de integrantes do núcleo de pesquisa que pesquisam ou já trabalharam pesquisando outros grupos de imigrantes, inclusive a vinda de imigrantes e refugiados para o Brasil em outras épocas.

*congoleses. A minha pesquisa é só aqui no Rio de Janeiro**.** Pesquiso as condições de integração social local dos refugiados congoleses aqui no Rio".*

C. diz que entendeu tudo perfeitamente, mas quer saber o que eu vou "considerar como bem integrado, como uma boa integração" (...)

*Mostro a ele a última parte do trabalho**:** **"Os diferentes discursos sobre a integração social local dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro."** Iniciamos então o seguinte diálogo:*

***C.** E o que se pesquisa sobre isso?*
***P.** São as falas, as declarações, o que está escrito, o que está determinado na lei, nos documentos, nos programas de assistência, os projetos que estão sendo desenvolvidos (...) e tudo mais que é feito para os refugiados poderem se integrar economicamente, culturalmente e socialmente onde estão vivendo. E também aquilo que os próprios refugiados fazem para tentar se integrar melhor nessa nova realidade, no país para o qual vieram.*

***C.** Você vai mostrar o que existe aqui para os refugiados (...) como os cursos que fazemos, os programas, a ajuda financeira que recebemos (...). E os que os refugiados fazem por sua conta, com o seu esforço? As dificuldades que temos para trabalhar e estudar? Como os refugiados procuram as coisas (...) trabalho, casa, traduzir os documentos (...)?*
***P.** Sim, é isso. E também o que os refugiados acham de tudo isso. O que pensam sobre aquilo que diz a lei, as informações que possuem; o que se faz para facilitar essa "integração local"; observar e verificar o que realmente acontece; como vivem os refugiados e o que acham que deveria mudar ou poderia melhorar (...). Na primeira parte vou pesquisar as ações das instituições e dos órgãos oficiais para a integração dos refugiados; as políticas públicas e as ações das instituições responsáveis pelos refugiados. Sobre as políticas públicas, vou ver as políticas públicas do governo brasileiro – as políticas (os programas) que foram criadas especialmente para os refugiados e aquelas que existem para todos os brasileiros (...) os serviços públicos aos quais, por determinação da lei do refúgio de 1997, os refugiados também têm direito.*

III. Transcrição de parte específica da entrevista gravada.

P. *Eu já lhe expliquei que estou fazendo uma pesquisa sobre a integração local dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro. Conversamos um pouco sobre ela. Para escrever sobre isso, gostaria de entrevistar você, saber o que pensa sobre as condições para a integração dos congoleses. Estou sugerindo que a entrevista trate de quatro áreas que considero as mais importantes. A primeira é sobre* ***trabalho –*** *sobre esse ponto já conversamos um pouco. A outra área é a* ***educação*** *– freqüentar a escola, cursos de formação e de qualificação para um trabalho. E aqui também entram essas questões dos documentos escolares, diplomas universitários, convalidação de diplomas de estrangeiros, etc. A terceira área é a* ***moradia****. Queria conversar sobre os problemas e as questões relacionadas à moradia. O custo, os aluguéis, como as pessoas estão morando, aonde, os problemas com o aluguel, problemas com os vizinhos, etc. A quarta área é a área da* ***saúde****.*

No final, se você concordar gostaria de conversar um pouco com você sobre a parte da ***sociabilidade****. As relações com as pessoas no dia-a-dia, o convívio com os brasileiros, com os vizinhos, os colegas dos cursos no SENAC, as relações de amizade com outros jovens congoleses, com os outros refugiados, com os estudantes congoleses. Queria ouvir de você se os congoleses em geral têm problemas em se relacionar com os brasileiros e brasileiras. Você me disse que já vai sair no domingo junto com amigas e amigos brasileiros lá do curso (...). O que você acha das minhas propostas para a entrevista?*

C. *"Desses quatro pontos, eu acho que tem uma área faltando que é a* ***cultura****.* ***Principalmente a língua****. Saber bem o português é importante para tudo que você escolheu aí para pesquisar. Interfere muito. É o mais difícil"* [39].

P*. Eu gostaria de conversar sobre as questões positivas, negativas, as experiências boas e ruins, os problemas, os avanços, as conquistas no processo de integração local dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro. Como combinamos, vamos abordar basicamente quatro áreas importantes para a chamada integração local: trabalho,*

[39] *Obs. Desenho um esquema com os pontos a serem discutidos na entrevista, para ver se ele concorda.*

estudo/formação/cursos/ diplomas

língua portuguesa *trabalho*

condições de moradia

assistência à saúde dos refugiados

atendimento de saúde, formação e educação em geral, moradia. Por fim, eu vou colocar algumas perguntas sobre aspectos da sociabilidade, da socialização dos refugiados congoleses, entre eles próprios e com os brasileiros – várias formas de sociabilidade. A sua experiência ou o que você acha que é mais geral sobre a sociabilidade dos congoleses aqui. Tudo isso, seguindo o que você sugeriu, vai ser, na medida do necessário, tratado sob a perspectiva da importância da aprendizagem da língua portuguesa (da qualidade do ensino, do nível de aprendizagem, como você ressaltou) para que os refugiados congoleses se integrem melhor à sociedade brasileira. Como também já expliquei, vamos tratar dessas questões da integração especificamente no Rio de Janeiro - na área da cidade e da metrópole, o que inclui os municípios vizinhos. ***Gostaria de acrescentar ou mudar alguma coisa?***

C. *Não. Está bom assim. Já tem muita coisa para se falar.*

P. *Uma primeira pergunta seria a seguinte. Como você vê de maneira geral esses processos de integração dos refugiados na sociedade aqui no Rio? Por exemplo, para um refugiado congolês chegado recentemente e para alguém que já está aqui há aproximadamente um ano e meio - como é o seu caso.*

C. *A integração não é fácil aqui para os congoleses. O 1º obstáculo é a língua portuguesa. É muito difícil aprender. A maioria não sabe falar nada de português, especialmente quando chega. Esse é o maior problema de quase todos, pelo menos minha opinião.*
A cultura daqui é diferente. A alimentação, a própria língua; acho que os hábitos não são muito diferentes porque os brasileiros também são um povo aberto, mais alegre, bem diferente dos europeus, mais parecido com a gente da África. Isso facilita. Porque apesar da língua, há formas de se comunicar. Normalmente os brasileiros dão informações para os estrangeiros. Têm boa vontade; fazem gestos, se esforçam para você entender. Isso é um ponto muito positivo.

P. *Queria aproveitar que você falou que uma coisa muito positiva é a boa vontade dos brasileiros para dar informações a vocês (...) você me disse que quando vêem que são estrangeiros procuram explicar bem as informações que vocês pedem; até na rua mesmo; a maioria tem boa vontade. Eu queria saber se, por outro lado, você já sofreu*

algum tipo de preconceito, de discriminação, ou se pode comentar situações que tenham ocorrido com conterrâneos seus; se sofrem algum tipo de preconceito por serem estrangeiros, ou por serem negros ou por serem refugiados (...). O que você quiser comentar sobre isso.

C. *Sobre preconceito eu penso que depende do lugar onde se convive. As pessoas que vivem no subúrbio, onde eu já morei (...), lá não tinha muito essa coisa de preconceito. Os vizinhos eram bons. Os brancos que moravam na mesma casa que nós morávamos eram nossos amigos. Eles nos achavam educados (...). Sempre falam aqui que somos bem educados (risos)*

Os brasileiros pensam coisas incríveis dos africanos. Aqui todos são considerados angolanos (risos). Você pode explicar, falar que não é de Angola, que é de outro país, igual Brasil e Argentina (...). Não adianta. Daqui a pouco estão te chamando de angolano. Então eu peço para me chamar pelo meu nome, mesmo que ache que eu sou angolano. Os congoleses não gostam de ser chamados de angolanos; mesmo os de origem bakongo, nascidos no Congo, eu acho que não gostam. Os "bacongos" nascidos no Congo de pai e mãe congoleses, não gostam mesmo de ser chamados de angolanos. Tudo bem que os bakongo são um mesmo povo; que as religiões do Bas-Congo, por exemplo, as religiões mais tradicionais, mais africanistas – Kimbanguisme ou Bundu dia Kongo – elas não têm só uma nacionalidade – isso só explicando melhor (...). Mas cada um aqui sabe qual é a sua nacionalidade e não quer ser confundido com os de outro país.

Mesmo assim, os brasileiros sempre destacam a educação dos congoleses – de alguns, é claro. Mas os brasileiros sempre acham que somos todos angolanos (risos). Eu sofri só um caso de preconceito, um caso somente. Quando estávamos eu e um amigo no ônibus e os policiais entraram e vieram revistar só nós dois. Mas eu acho que eles não sabiam que nós éramos estrangeiros. Não falamos nada dentro do ônibus. Eles vieram porque nós somos bem negros; acho que o preconceito aqui é com os negros. A discriminação é com a cor negra. Eu nunca tinha experimentado isso. Não imaginava isso. Então acho que o preconceito aqui é porque somos pretos, de pele bem negra. Só percebem que somos estrangeiros quando falamos, por causa do nosso sotaque e de não falarmos português direito.

Outra coisa que eu também acho é que os congoleses se vestem um pouco melhor (...). Como vou explicar? De uma forma mais social. O congolês usa sapato, não está

sempre de tênis. Quando chega aqui se veste direito, para sair na rua, de sapato e calça. Depois, quando passa a se vestir do jeito dos brasileiros, a usar bermuda, sair de bermuda, usar calça com tênis (...) aí já os brasileiros não conseguem distinguir que somos estrangeiros. Eu acho que um brasileiro não usa muito essa camisa que eu estou usando hoje aqui, de manga comprida (risos). Mas eu vim assim para uma entrevista (...). Mas já estou de tênis (risos). Você disse no outro dia para eu não me preocupar com o meu sotaque; eu fiquei pensando nisso lá na aula de português (...). Mas eu queria dizer que mesmo com o sotaque francês os brasileiros continuam achando que somos angolanos (...) (risos).

P. *Eu acho que o termo "angolanos", aqui no Rio, acabou virando sinônimo de "africanos". Acho que a maior parte das pessoas aqui tem uma grande ignorância sobre a África. Uma boa parte das pessoas. A maior parte.*

C. *É sim. Eu concordo com a professora. Não adianta, porque não sabem nem pensar que "se é do Congo, é congolês". Acho que não sabem falar como é chamado quem nasce em um país (risos) – nasceu no* ***Congo, é... congolês!*** *Veio do Congo? (risos) Ah! Então (risos) é angolano! (risos)*

P. *Tratando de outra coisa que você comentou antes (...) que pode ter ligação com o preconceito ou discriminação. Você falou do grande problema que os congoleses refugiados têm para encontrar um trabalho. Então, o que você acha de falarmos sobre isso, já que estávamos vendo no computador aquela reportagem da Folha de São Paulo?*

C. *Na reportagem há um destaque bem grande para falas de congoleses (mulheres e homens) que dizem que o pior é o fato de constar nos documentos de trabalho a expressão "situação:* ***pedido de refúgio*** *– que é o mesmo que dizer que são* ***refugiados.***

P. *Você me disse que concorda que isso é uma coisa que prejudica demais vocês para conseguir trabalho. Eu acho que a carteira de trabalho não tem mais a palavra refugiado. Posso ver isso melhor depois (...). Vamos, então, entrar nesse tema do trabalho – mesmo que você já tenha destacado a dificuldade em aprender o português como o primeiro obstáculo (...). Se eu entendi bem, você acha que a gente pode juntar o*

problema da língua portuguesa, de aprender melhor a língua, com o problema de trabalho (...). Mas você pode falar mais um pouco (o que quiser) sobre os problemas com trabalho?

C. *Em relação ao trabalho e o preconceito, mesmo onde eu faço o curso de português, os brasileiros, colegas, já avisam que aqui no Brasil tem um preconceito com os negros e que vai ser pior com a gente. Negros e estrangeiros. Uma amiga do curso disse que ela achava que aqui era fácil para os estrangeiros conseguirem trabalho. Eu acho que ela pensa em estrangeiros quando pensa em brancos, falando inglês (...) (risos). Quando fizemos o curso de garçom no SENAC, falaram que o melhor para trabalhar era no "marítimo" (...) como vou dizer (...) nos navios; também é verdade que ser solteiro é melhor, porque você não vai ter problemas de deixar a família; eles preferem os solteiros para trabalhar nos navios. Mas nos navios exigem o inglês. Com o francês ajuda um pouco, mas tem que saber bem o português e entender inglês.*

Eu nunca pensei nisso que nós estamos falando do preconceito antes de viver aqui (...). E o pior é que eu acho que estou contaminado pela mentalidade racista dos brasileiros. Outro aluno, já veio dizer que garçom tem que ser branco; que o negro vai para a cozinha. Você acaba contaminado com essas idéias (...)

P. *Eu queria que você fizesse uma avaliação; que você desse a sua opinião sobre o que poderia ser feito para diminuir as dificuldades que os refugiados congoleses vêm encontrando para arranjar trabalho. Se vocês percebem que no Brasil a dificuldade de arranjar um trabalho que não seja um "bico" (que vocês falam temporaire) não é uma dificuldade só de vocês. Mas, também, como você avaliou, há os motivos dessa dificuldade ser bem maior para vocês! Poderia falar sobre o que você acha que deveria ser feito para melhorar isso; na sua visão e na opinião mais geral dos seus amigos e compatriotas (...)*

C. *Para facilitar o problema do trabalho eu acho que logo que chegam aqui os congoleses devem ter uma aula de português; mas de qualidade; aprender mesmo*[40]*. Quando cheguei, eu e outros congoleses fizemos o curso de português na Cáritas. Precisaria ter um professor lá que tivesse uma formação de professor mesmo. Mesmo*

[40] Ver em ANEXO F – Capítulo 4 (4.2), Vol II, p. 189, material organizado para a socialização entre os refugiados congoleses referente aos cursos de português para estrangeiros oferecidos por universidades no Rio de Janeiro.

sendo um refugiado, para entender todas as línguas, ele teria que ter uma formação especial. O português tem tempos de conjugação verbal que o francês não tem. Então é importante que o professor de português saiba o francês também; e muito bem. Tem muitos elementos que só um francófono vai identificar que nós temos dificuldade.

Sobre a formação para o trabalho – tem só uma formação básica, não é? Cursos profissionalizantes básicos. Eu acho que são muito fracos. Não têm cursos mais avançados para os refugiados. Mesmo assim eu acho que os cursos básicos são importantes. É um começo. E você fazer os cursos ajuda a conhecer outras pessoas. Você fica com mais conhecidos brasileiros; mais informações; depois, alguns colegas fazem contato pela internet. Às vezes dão as informações de trabalho, outras coisas que interessam para nós.

(...) O que faz muito mal aqui é para aqueles que têm diploma da universidade; de não conseguir trabalhar no que cada um aprendeu, estudou. O diploma no Congo é o mesmo que muito sacrifício! O estudo na universidade é pago com muito sacrifício! O ensino médio também; tudo é pago lá; tem muitas taxas. Tudo é pago, não tem nada sem pagar. Alguns alunos andam muito tempo a pé até o lugar da faculdade. No Congo todo mundo sabe que estudar é igual a sacrifício. Sabemos que precisamos enfrentar todas as dificuldades se queremos estudar.

Por isso eu falei que "faz muito mal o que acontece aqui para quem estudou", quem fez tanto sacrifício. Você não pode trabalhar naquela área que estudou. Que tem conhecimento. Acaba fazendo qualquer coisa que consegue. Eu trabalhei três anos na Cruz Vermelha. E trabalhei três anos como enfermeiro em empresa particular. Também estudei informática. Nada disso vale aqui!

Sobre os diplomas. Tudo é demorado. Primeiro, é caro e difícil se fazer chegar os papéis aqui. No Congo os diplomas costumam estar em casa, guardados. Mas não tem o relevé de cote (aqui chamam... histórico escolar?)em casa. No Congo não se pede o relevé de cote para você trabalhar. Vale só o diploma que você tem. E aqui, para o seu diploma poder valer, você tem que fazer chegar também o relevé de cote.

Demora muito para conseguir o relevé de cote lá no Congo. Não, não é que custe muito caro, mas tem muita burocracia; tem que insistir muito; procurar todas as pessoas para conseguir. Ir várias vezes para tentar. A pessoa que está lá no Congo 'tem que amar muito você para conseguir o seu relevé de cote'. Ser seu irmão, uma irmã sua, uma tia, assim (...). Tem que querer muito fazer isso para você. Mas não é caro. Mas tem que se

pagar várias taxas. No total acho que uma irmã gasta uns 100 dólares para conseguir o relevé de cote. Mais uns 100 dólares para conseguir mandar para cá.

***P.** Isso é muito caro! Quero dizer que para nós, aqui do Brasil, parece muito caro.*

***C.** Mas é caro pra lá também. Um exemplo para você entender é um professor que ganha muito lá, professor universitário, ganha mais ou menos 1000 dólares. Um médico ganha uns 300 dólares. O que o professor consegue com o dinheiro que ganha? Ter uma boa casa, com três quartos, banheiro, varanda, pagando uns 300 dólares de aluguel. A escola que ele paga para os filhos, no ensino médio custa caro. É mais caro que estudar na universidade.*
Você sabe que o professor tem muitos filhos, várias amantes (risos), é assim lá. Se cada filho custa uns 250 dólares por anos para estudar, parcelado em umas três vezes (...). Mas os professores, todos os profissionais, não ganham só o seu salário. Para viver melhor, todo mundo arranja um jeito de ganhar com outras coisas. Por exemplo, as apostilas são pagas para o professor, alguns vendem livros, tem taxas para as provas. Nunca é o professor mesmo que faz isso. São os assistentes dele. Vendem os exercícios que os alunos precisam fazer. A maior parte dos professores das universidades é da assessoria; fazem trabalhos para os políticos (...). Um deputado – quando eu saí do Congo – ganhava mais ou menos 4200 dólares. Só um deputado!

***P.** Poderíamos conversar um pouco sobre os problemas de saúde? As questões na área da saúde aqui para os refugiados congoleses? Existem hospitais públicos no Congo; lá em Kinshasa, por exemplo, as pessoas vão ao hospital público (...).*

***C.** Existe hospital público, mas tem que pagar! Você paga para ser atendido no hospital. Eu acho que já falei que um médico ganha uns 300 dólares. Ele não consegue viver com isso. A enfermeira chefe ganha uns 150 dólares. Os enfermeiros auxiliares uns 60 dólares. Então, sempre se arranja um jeito de ganhar dinheiro. Vender material de curativo para os doentes; arranjar remédios para vender. Já aqui no Rio, para os problemas de saúde, a Cáritas oferece para os refugiados o Hospital dos Servidores. Mas agora o hospital está sendo só para os recém-chegados. O papel de encaminhamento é dado só para os recém-chegados. Os outros refugiados devem ir numa UPA. A Cáritas diz isso para os outros. E aí, na UPA, tem o problema da língua. Não compreendem nada. Dão "diclofenato" e mandam para o posto de saúde.*

Os congoleses quando vão para o posto de saúde, para o hospital de Caxias, eles não estão acostumados com fila. No Congo você paga, paga tudo, mas não fica na fila muitas e muitas horas. Paga e é atendido. Muitos refugiados congoleses saem decepcionados da UPA. Dizem que o médico só olhou para ele e depois deram remédio para a dor. O médico nem encostou nele, nem fez um exame! Todo mundo reclama, porque no Congo está acostumado a ser examinado pelo médico. Quando tem hospital e médico no lugar, você vai e tem que pagar, mas é examinado; faz exames; usam o estetoscópio. Os refugiados não aceitam a forma de atendimento da UPA.

A entrevista vai terminando (...). Porém, a pedido de C. ***voltamos à questão dos documentos. Agora, sobre "os documentos necessários para prosseguir os estudos*** [41]**".**

"Você pode ver aqui os meus documentos, os diplomas, as declarações dos cursos que já fiz aqui no Rio. Eu quero lhe mostrar as folhas do relevé de cote[42] *(...) que já chegaram. Agora tem que pagar para traduzir tudo no 'tradutor da justiça'; mas tem que esperar ter verba para isso lá na Cáritas. O diploma já foi traduzido. Eu já fui na UERJ e já peguei esse formulário*[43] *para pedir a validação do diploma, mas tenho que primeiro traduzir o relevé de cote".*

C*. continuou explicando enquanto me mostrava os documentos.*

"Quem pagou a tradução do meu diploma da Universidade de Kinshasa foi a Cáritas, mas agora estou esperando ter a verba para traduzir o relevé de cote (...) porque é muito caro. A assistente social me falou que custa muito caro uma 'tradução jurídica'. Tenho que ir lá no Centro, lá na Rua (...) eu não estou lembrando o nome da rua. Você sabe quanto custa para traduzir essas folhas do relevé de cote? Disseram na Cáritas que era caro. Acho que falaram que era 600 reais uma tradução juramentada do diploma.".

---

[41] Consta nos ANEXOS GERAIS, Anexo I, p. 269, algumas das entrevistas em profundidade que enfocam o tema **educação,** em sentido amplo: acesso ao ensino público, problemas com documentos, reconhecimento e tradução de diplomas e outros aspectos.

[42] *Relevé de cote* – histórico escolar.

[43] Ver em ANEXO G – Capítulo 4 (4.2), Vol II, p.190, cópia do documento fornecido pela UERJ aos refugiados (e a todas as pessoas)que procuram informação sobre convalidação de diplomas de graduação. Em ANEXOS GERAIS, Anexo N, p.319, há uma cópia de mensagens entre a pesquisadora, o CONARE , a representante do Ministério da Educação no Conare e a coordenadora do Programa de assistência aos Refugiados da Cáritas – RJ sobre convalidação de diplomas para os refugiados e assuntos afins. Consulta a este material poderá esclarecer as dificuldades e as questões enfrentadas e levantadas ao longo da pesquisa pelos refugiados congoleses.

Afirmei que só o diploma não custava tudo isso. "Talvez a assistente social estivesse falando do valor total para providenciar tudo que é preciso até você poder dar entrada em um pedido para convalidar o seu diploma da universidade. Você devia ver isso direito".

Em seguida, ***C.*** *me contou que esteve na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disseram que o processo de convalidação do diploma demorava uns seis meses. "Eles disseram que demora pelo menos seis meses! Vou esperar. Eu queria organizar esse material, tirar umas cópias. Você pode me ajudar a organizar esses documentos?"*

C. *explicou que para traduzir as três folhas do histórico escolar, a verba ia demorar a chegar lá na Caritas. "Uma folha é do ensino básico e do médio; as outras duas são do que eu estudei na Universidade. Cada curso com o aproveitamento (...). Mas tem os outros refugiados esperando verba, e que ainda precisam traduzir os diplomas (...)".*

*****

Entrevista semi – dirigida. Complementada por questões gerais abertas.

Local: PUC – RJ. **Data:** 1º semestre 2010

Tema da entrevista - Aspectos gerais sobre o **acesso à educação e formação em geral para os refugiados no Rio de Janeiro. Questões referentes à formação escolar, acadêmica e aos cursos que visam à qualificação profissional e à aprendizagem da língua portuguesa.**

Conteúdo: experiência pessoal do refugiado entrevistado, observações e sugestões mais gerais.

Entrevistado - Idade (26) (x) Homem ( ) Mulher

Ano de chegada ao Brasil - (2008)

P. Pesquisadora. ***E. Entrevistado.***

P. Qual era o seu nível de escolaridade quando você saiu do Congo?

E. Fui graduado em administração.

P. Você concluiu a faculdade de administração lá no Congo?

E. Sim, administração e planejamento. Em Kinshasa.

P. Você trouxe o seu diploma?

E. Não trouxe porque a Universidade lá é pública. Você faz a graduação de três anos, mas não consegue o diploma; tenho o que vocês chamam aqui de histórico escolar. Isso eu consegui trazer. Foi difícil, mas consegui.

P. E você não tem como conseguir que enviem o diploma para poder fazer a validação aqui no Brasil?

E. Um amigo já me falou alguma coisa sobre fazer a validação, mas não estou interessado em fazer a continuidade dessa faculdade de administração aqui no Brasil. Aqui é preferível eu fazer o curso que estou fazendo. Para entrar no curso que eu estou fazendo aqui não precisei trazer comprovante da faculdade de administração do Congo.

P. Que documentos você precisou apresentar?

E. O histórico de conclusão de Ensino Médio e também do Ensino Fundamental.

P. Precisou dos diplomas e de histórico escolar?

E. Sim. Os documentos foram legalizados na secretaria de educação e no ministério da educação e eu tive acesso à faculdade. Se eu quisesse fazer uma especialização em administração, tinha que trazer os documentos do curso de graduação e o diploma.

P. O que você já estudou aqui no Brasil? Está fazendo uma faculdade agora?

E. Sim. Eu estudo Redes de Computadores, na Faculdade Senac.

P. Há quanto tempo você está estudando?

E. Há seis meses

P. Você terminou o primeiro semestre agora, então?

E. Vai ser concluído no dia 19 de julho, deste ano (2010).

P. E o que você está achando da faculdade? Quais são suas principais dificuldades?

E. A maior dificuldade é o idioma. Você pode até entender tudo, mas sempre tem as palavras próprias dos brasileiros que você precisa de um tempo pra se acostumar. Mas estou achando bom. Com o tempo a dificuldade vai ficando menor.

P. Há outros refugiados na sua turma da faculdade?

E. Não, na minha turma de Redes de Computadores sou só eu. Sei que tem uma pessoa na turma de Gestão de Telecomunicações. E tem também outro congolês que faz Gestão de Turismo. Acho que eu conheço três, além de mim. E parece que tem também um refugiado colombiano - que eu não conheço.

P. Como você obteve informações sobre a Faculdade do Senac? Sabia do convênio com a Cáritas?

E. Recebi a informação de alguns amigos que já faziam alguns cursos de profissionalização lá no Senac. Principalmente lá na unidade da Rua Santa Luzia, onde fica a Faculdade. Eles falaram que além dos 'cursos livres' existia um convênio com a Faculdade. Eu comecei a procurar todas as informações há bastante tempo. Desde 2008, quando eu cheguei, já tinha este objetivo.

P. Você já tinha feito algum curso no Senac antes?

E. Não fiz nenhum curso antes. Não me interessava.

P. Você fez algum curso aqui no Brasil? Por exemplo, um curso de português?

E. Eu fiz um "curso de profissionalização em inglês".

P. Aonde você estudou?

E. Foi no Fundec[44], lá em Caxias.

P. Foi você que pagou?

E. Paguei pouco, um valor bem baixo, porque foi através de um programa da prefeitura.

P. E agora, na faculdade, você tem a bolsa de 50% do convênio com a Cáritas?

E. Sim.

P. Quem paga a outra metade?

E. Eu mesmo. A Cáritas não me ajuda em mais nada. Nem passagem, nem xerox, nem ajuda para livros. Como refugiado, eu tenho a bolsa de 50% (cinqüenta por cento) e acabou; o resto é 'você que se vira'.

P. E o Senac não te dá direito à parte do material ou cópias de xerox?

E. Não, mas você tem um desconto pra xerox com a carteirinha de estudante.

P. Como você consegue recursos para estudar lá?

---

[44] A Fundec - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico e Políticas Sociais – reúne programas e ações do Governo Federal e possui unidades a nível estadual e municipal onde são oferecidas diversas oportunidades na área educacional, voltadas principalmente para os jovens. Em Duque de Caxias alguns refugiados conseguiram, através deste programa acesso aos "cursos de idiomas". Existe, também, um curso de atualização em língua portuguesa sobre o novo acordo ortográfico com aulas semipresenciais e, ainda, cursos de informática, de costura, pré-vestibular e oficinas livres de curta duração na área de beleza. Disponível em http://www.fundec.rj.gov.br/xeducacao.asp. Acesso em 23/07/2010.

E. Eu tenho parentes de fora que me ajudam e, de vez em quando, eu arranjo um trabalho aqui.

P. Você está trabalhando agora?

E. Não. Mas às vezes consigo trabalhar em algum projeto, através de amigos na construção civil. Porque eu mexo no programa AutoCAD. Conheci um engenheiro que me colocou em contato com uma firma de projetos para montar as plantas.

P. Você mexe bem com o AutoCAD?

E. Sim, mas agora estou mexendo com outro programa melhor. O AutoCAD é muito complicado.

P. Você trabalha de vez em quando na construção civil?

E. Sim

P. Somente nesta atividade?

E. Nesse setor de projetos de plantas e também fazendo outras coisas. Tenho que trabalhar!

P. O que você teve que fazer pra conseguir estudar nesta Faculdade? Como foram os procedimentos desde o início?

E. Eu descobri que tinha esse convênio e fui até a Cáritas para pedir informação sobre os documentos que eu precisava conseguir para poder ter acesso a essa Faculdade. Eles me deram o endereço da faculdade para eu pegar informações sobre o curso que eu estava querendo fazer e depois entregar minha documentação. ***Mas faltaram os documentos escolares, porque quando você sai refugiado do Congo, é difícil poder trazer com você todos os documentos. Então pedi para alguns amigos no Congo para me mandarem os documentos; demorou mais um pouco, mas eu consegui ter acesso a eles.***

P. Que documentos você teve que apresentar?

E. O diploma de conclusão do Ensino Médio e do Ensino Fundamental. Apresentei também o histórico escolar da graduação em administração.

P. ***Foi muito difícil conseguir os documentos lá no Congo?***

E. Foi sim. Eu já tinha os documentos na minha casa, mas tudo foi perdido. Então precisavam voltar na escola que eu estudei para pegar outros. Pedi pra um amigo fazer isso. Quando chegaram aqui, eu precisei fazer a tradução para legalização. Além disso, precisei também de certidão de nascimento.

P. Você teve que fazer a tradução juramentada dos documentos?

E. Sim, mas a Cáritas fez isso.

P. A Cáritas pagou a tradução para você?

E. Sim e eu fui no Centro da cidade, perto do Ministério do Trabalho, para tratar de tudo.

P. Por que você escolheu o curso "Redes de Computadores"? Você não disse que fez administração lá no Congo?

E. Eu sempre gostei também de informática. E vai ser uma segunda opção de trabalho para mim. Complementa a minha formação na administração.

P. Você pensa em continuar estudando? Pensa em fazer uma pós-graduação quando terminar esta faculdade ou vai ter logo que procurar um trabalho?

E. Não sei. A pós-graduação aqui no Brasil, não sei se quero fazer. Você tem que escolher um lugar específico para ter acesso direto às informações. Acho que para mim, como eu já tenho o inglês e a informática, tenho que pensar em um país onde eu tenha algum contato direto. Ainda não pensei muito nisso.

P. Sobre a sua bolsa no Senac. Sempre foi de 50% (cinqüenta por cento)?

E. Sempre. Nunca variou.

P. Todos os refugiados têm a mesma bolsa ou o percentual pode variar?

E. Acho que não varia. Há pessoas que falam que o tratamento dos refugiados aqui é diferente para alguns. Eu não sei. Eu sei que para mim, a Cáritas dá uma bolsa de 50%. Não conheço ninguém que tenha bolsa maior que a minha. Só sei que os representantes de turma no Comitê da Faculdade ganham mais um desconto.

P. O convênio com a Faculdade Senac se manteve constante desde que você entrou lá ou houve alguma interrupção?

E. Constante. Mas eu comecei há seis meses. Já ouvi dizer que depois foi interrompido. Mas quando eu contratei, o convênio estava funcionando. Já fui ver isso e sei que eu terei 50% até quando acabar o meu curso. Liguei também para a Cáritas para me informar. Eles disseram que houve uma mudança na administração do Senac e o convênio foi suspenso. Disseram que estão discutindo agora, com a nova administração, para rever os acordos do convênio.

P. Foi possível escolher qualquer curso da Faculdade Senac? Alguns não faziam parte do convênio?

E. A escolha é livre. Mas cada refugiado ocupa a vaga de um curso em cada período. Um refugiado em cada turma, por quatro meses.

P. Você já sofreu algum preconceito na faculdade por ser negro ou por ser refugiado?

E. Não (risos). Mas nunca falei que sou refugiado (mais risos), porque tem um problema aqui no Brasil. Quando a pessoa é um refugiado, a concepção dos brasileiros é muito diferente. Isso depende da pessoa, mas, em geral, pensam sempre em pontos negativos. Há alguns que sabem que você sofreu muito no seu país. Outros pensam que você é um fugitivo... Mas é sempre uma maneira negativa de pensar o refugiado.

Por isso que eu queria falar que é preciso tirar o que está escrito na nossa identidade. Na carteira de identidade está escrito: refugiado.

P. Você já tem a condição de permanente?

E. Já. Sou refugiado permanente.

P. E mesmo na carteira de quem já é permanente ainda está escrito refugiado?

E. Sim. Está lá: refugiado. Vou copiar a minha carteira para você ver.

P. Eu pensei que não tinha mais isso nos documentos dos refugiados. Há pouco tempo, em uma entrevista, vi que nos documentos dos solicitantes ainda vem escrito "pedido de refugio"...

E. ***É assim. No documento do solicitante está escrito "pedido de refugio". Depois vai vir escrito "refugiado", na parte da classificação. Isso aparece na carteira de trabalho e na carteira de identidade. Na identidade é pior ainda, porque está escrito em negrito. As pessoas que não entendem o que é um refugiado não te aceitam; os "chefes" de onde você vai procurar um emprego, por exemplo, não sabem nada e não aceitam você.***

P. Na sua faculdade você fala que veio do Congo? As pessoas perguntam sobre o seu país? O que elas mais perguntam?

E. Sim, sempre perguntam. Eu falo que vim para estudar e pronto. Lá na Faculdade do Senac, a administração sabe que você é um refugiado, mas os outros não sabem. É melhor assim.

P. Quais são as perguntas mais comuns sobre o seu país lá na faculdade? Os colegas, os professores, perguntam sobre o que?

E. Sempre perguntam ...sempre. Perguntam mais sobre a situação social, a política e sobre como é a vida da população lá no Congo.

P. Perguntam muito sobre a guerra?

E. Algumas pessoas perguntam. Geralmente porque viram alguma coisa na televisão. Então perguntam: "Tem guerra lá onde você morava?". Eu respondo que tem sim, mas que já está acabando (risos). Também perguntam sobre os gorilas (mais risos). Acho

que passou algo na televisão sobre o Parque Nacional de Virunga, no nordeste do Congo. O que me perguntam eu falo; é o meu país. Pode ser que um dia aquela pessoa vá lá no Congo e é bom que tenha sido informada.
P. Você acha que o fato de fazer uma faculdade aqui no Brasil vai lhe ajudar a conseguir um trabalho?
E. Acho que sim. Quando você é qualificado, você procura um emprego e você vai ter chances. Isso é o melhor mesmo para você ter um bom trabalho. E quando você estuda e se forma no Brasil, também é bom, porque você estudou fora do seu país. E isso abre possibilidades... O contato que você tem com os brasileiros também traz isso.
P. De que forma os jovens refugiados congoleses que já tinham um nível maior de escolaridade (como é o seu caso) pensam as oportunidades que têm aqui no Brasil? Pensam que é um país bom para estudar? Acham boas as universidades? Pensam que para trabalhar é melhor ir para outro país ou que há boas oportunidades de trabalho ficando por aqui mesmo?
E. Como eu já falei, acho que quando você estuda em qualquer país fora do seu, você já tem mais oportunidades depois. Até mesmo se voltar para o seu país ou se for para outro país qualquer.

P. Você pensa em voltar para o Congo quando acabar a faculdade?

E. Ainda não sei. Terei que ver as oportunidades que vão aparecer. Para falar a verdade, eu mesmo nunca pensei em viver fora do meu país. O meu país é o meu país. Mas em estudar fora eu sempre pensei. Estudar sim, mas morar fora não. Mas tudo sempre depende das condições do momento. Vou ver as oportunidades.

P. De acordo com a lei dos refugiados no Brasil você tem direito à educação pública. Por que você escolheu uma faculdade particular?

E. Porque a universidade pública demora muito. Você vai ter que fazer o vestibular. Vai ter que perder um ano para estudar. E pode não passar. Vai perder muito tempo. Eu não achei isso bom para mim. Por isso, eu pensei em fazer a Faculdade Senac logo. Eu acho que na universidade pública eu até posso tentar fazer uma pós-graduação em administração. Pessoalmente eu acho melhor assim, do jeito que decidi. Porque não serve para mim um processo muito demorado.

P. Você comentou que tem um amigo fazendo pré - vestibular...
E. É. Tenho. Ele está fazendo um curso ligado a uma paróquia da Igreja Católica. Ele paga uma quantia bem pequena. Ele está neste curso que fica dentro de um colégio da igreja.
P. Ele vai prestar o vestibular para que área?
E. Eu acho que é assim: ele vai fazer provas para vários cursos em algumas universidades. Depois, então, vai ver em qual vai passar.
P. Você sabe se ele vai fazer vestibular para a Uerj? Ele sabe das cotas para negros?
E. Ele não concorda com as cotas, mas eu concordo. Acho que se você olhar para os cargos políticos no Brasil vai notar que todos os políticos são brancos. Pode ser que tenha 1% (um por cento) de negros. Também acho que se nas faculdades melhores daqui só tem brancos estudando, tem que se dar mais oportunidades para os negros.

P. Você pode falar de forma geral que tipo de apoio os refugiados têm quando querem estudar, fazer um curso de idioma, um curso técnico, uma faculdade? Que ajuda recebem?

E. Só recebem ajuda da Cáritas mesmo. Tudo tem que ser feito lá. Mas acho que apesar de ter pouca informação para os refugiados, a escola pública, que é de graça, tem um acesso fácil. E a secretaria de educação ajuda; pelo menos é o que eu vejo nos casos dos meus amigos que têm filhos. Não é difícil para os refugiados colocar seus filhos na escola pública. Mas para nós que queremos estudar na faculdade, só tem a ajuda da Cáritas - que dá o encaminhamento para entrar no convênio e também ajuda na tradução para a legalização dos documentos. Mas não podem ser muitos documentos. De quatro para baixo. Não pagam mais. Fora isso, não recebemos nenhum outro tipo de apoio ou ajuda - nem do governo nem de alguma organização. Nos outros países têm muitas organizações de ajuda aos refugiados.

P. ***Vamos falar um pouco sobre a questão do aprendizado da língua portuguesa. Quando você chegou ao Brasil já falava alguma coisa de português?***

E. Não falava nada! Nada! Porque eu cheguei num país que eu não sabia que ia chegar.

P. E você sabia alguma coisa do Brasil quando chegou aqui (risos)...? Além do futebol e das músicas?

E. Sabia. ***Lá no Congo a gente estuda geografia geral e aprende sobre os países e sobre o Brasil também. Se o refugiado estudou mais, ele sabe. Ele aprendeu nos estudos do Ensino Médio. Eu também sabia que o Brasil era um país forte no campo do petróleo e gás; nessa área eu sabia que no Brasil tinha muitas oportunidades; e também sabia do biocombustível.***

P. Como você aprendeu português? Você falou que só fez um curso de inglês...

E. Fiz um curso de inglês. Eu até comecei lá na Cáritas o curso de português, mas logo larguei. E como já estava pensando em fazer uma faculdade, eu trabalhei por minha conta. Copiei os livros que uns amigos estavam usando lá no curso da bolsa PEC-G, na UFRJ. E comecei a estudar com as cópias que fiz dos livros[45]*. E fui estudando também junto com alguns amigos, seguindo eles no curso*[46]*.*

P. Você teve muita dificuldade para aprender o português?

E. Não foi muito difícil. Eu fiz a opção lá no Congo por "Litteraire" eu não sei se aqui tem essas opções. Eu estudei a opção "latin – phylosophie" (latim – filosofia). Então, quando você já aprendeu o latim não é tão difícil aprender o português.

P. Você tem mais dificuldade para falar ou para escrever?

E. Tenho mais dificuldades para escrever. Mas não com a estrutura das frases. O mais difícil são os acentos e as palavras que não existem em francês.

P. Ainda sobre a aprendizagem e domínio da língua portuguesa... ***Que formas são as mais importantes para que os refugiados congoleses aprendam a falar e escrever português? Cursos de português para os refugiados? Contatos com brasileiros? Ajuda de familiares e/ou amigos que já estão aqui há mais tempo? Outros espaços? O que você pensa sobre isso?***

---

[45] Ver em ANEXO H – Capítulo 4 (4.2), Vol II, p. 192, matéria sobre apostilas de português para imigrantes lançadas pela Rede Vit@lis, a partir do projeto i-migrantes/ Ciberbnarium da Secretaria Municipal de Participação e Pareceria de São Paulo.

[46] *Obs. O entrevistado informa que alguns estudantes da bolsa PEC-G ajudaram amigos refugiados com o português.*

E. Eu acho que o melhor seria ter um curso bem formado, com pessoas que sejam professores de língua portuguesa. Porque você vai aprender realmente o português certo. Mesmo que não vá viver aqui, quando você voltar para o seu país vai ser mais uma ferramenta. E para viver aqui é mais importante ainda. Para poder falar um português direito no contato com as pessoas... Tem que ser um curso daquele tipo dos bolsistas PEC-G. É um curso de um ano. Com três partes. O básico, o intermediário e o avançado.

P. As informações que tenho sobre o curso de português oferecido na Cáritas, é que chegaram à conclusão que era melhor ter um professor congolês; um dos refugiados; para ensinar o português mais básico. Isso seria melhor por causa da cultura, das variações das línguas que existem no Congo. O professor congolês seria alguém que entenderia mais as dúvidas e dificuldades dos refugiados. O que você pensa sobre isso?

E. O básico mesmo, aquilo que se fala onde você mora, qualquer um aprende sem curso; somente no contato que tem com os brasileiros. Se o refugiado tiver um professor que domina a língua portuguesa e que só fale português, vai aprender um bom português. Isso só com um professor brasileiro e que só fale português nas aulas! Eu acho que colocar um refugiado congolês que não sabe bem o português para ensinar para os outros é uma brincadeira. Não acho uma boa idéia. *Qual é a base quando uma pessoa vai aprender um idioma? Vai primeiro ter uma coisa bem rápida só para ele aprender a se comunicar. Durante uns dois meses. E depois, vai precisar ter um professor bem formado e um bom curso. Isso me parece que qualquer um pode perceber que é o melhor. Então,* ***aquilo que se faz lá na Cáritas não basta. Só serve para logo que a pessoa chega.***

P. Se houvesse oportunidade você faria um curso como aquele que é dado aos bolsistas PEC-G?

E. Teria que ter uma adaptação dos horários, porque o refugiado tem que estudar e também tem que trabalhar. Devia ser uma coisa muito boa, igual àquele curso, para todos os refugiados, mas adaptado para a vida dos refugiados e não dos bolsistas.

P. Em sua opinião o acesso dos refugiados a educação em geral, aos cursos, escolas, universidades, melhorou ou piorou desde que você chegou ao Rio de Janeiro? Por quê?

E. Eu acho que a situação para os refugiados está piorando. Tem um amigo meu que também estava querendo estudar lá no Senac. Ele está trabalhando para um brasileiro lá no Centro da cidade. Ele não teve mais oportunidade porque já não existe o convênio para os 'cursos livres' do Senac. Só ficou funcionando para os que já estavam estudando lá.

P. Você conhece alguém que estuda na Bennet?

E. Só um refugiado.

P. Você sabe como é aquele convênio da Bennet com a Cáritas?

E. Não. Não sei.

P. O que você pensa do fato destes convênios para os estudantes de graduação serem feitos somente com universidades particulares?

E. Eu acho que é muito ruim porque é muito caro.

P. O que mais você gostaria de avaliar, falar, criticar ou sugerir para melhorar o acesso dos refugiados aqui no Rio de Janeiro à educação formal nos diversos níveis e à formação profissional?

E. Eu acho que as organizações que tratam dos refugiados tinham que ter mais convênios. Mais estrutura para os estudos e para ensinar o idioma. Seria assim: em primeiro lugar o idioma. Aprender o português para conseguir melhor condição para trabalhar. Em segundo, o acesso aos cursos técnicos ou à faculdade. E em terceiro, ter recursos para o refugiado poder fazer os cursos e poder estudar... transporte, alimentação, etc.

Se eu tivesse que organizar o ensino do idioma, teria um curso bem forte por três meses; como o módulo básico - 1 no curso da bolsa PEC-G. Aulas todos os dias. Depois passaria para um curso à noite e o refugiado poderia ir fazendo o intermediário e depois o avançado. Os bolsistas fazem tudo em um ano. O refugiado[47], mesmo tendo que trabalhar e estudar, ele já poderia ter feito aqueles três níveis no final de dois anos. Mas eu acho que alguns não fariam tudo. Muitos iriam

[47] *Obs. O entrevistado explica que um amigo dele que está fazendo pré-vestibular está aprendendo todas as matérias. Ele consegue entender porque ele fez parte do curso de português para os bolsistas PEC-G. Só que ele acabou perdendo a bolsa.*

deixar no meio porque não têm coragem ou porque têm família ou têm muito trabalho na semana.

P. Só para finalizar. O que você pensa da qualidade da educação no Congo?
E. No geral a educação lá é boa. Há umas escolas que falham. Mas em geral a educação é boa. Hoje, para a maioria, já não é tão boa quanto era. Mas se uma pessoa cursou a escola até o Ensino Médio e for para um país de língua francesa, ela vai poder estudar bem. Não vai ter dificuldades lá.
No Brasil, quem eu sei que quis fazer o Ensino Médio, não conseguiu. Porque não sabia o português. Mas sabia as matérias! Teria que começar a estudar lá de trás. Não vale a pena! O refugiado não tem tempo para isso.

Fechamento da entrevista.[48]

- **Correspondência dos sistemas de ensino médio no Brasil e no Congo**. **Síntese da explicação sobre o Congo fornecida pelo entrevistado.**

O Ensino Médio no Brasil é composto de três anos letivos de estudo em que os alunos cursam todas as disciplinas de uma grade curricular que tem como objetivo uma formação geral[49]. Não existe diferenciação por áreas (humanas, biomédica, tecnológica).
O Ensino no Congo organiza-se da seguinte forma:

- ensino fundamental (enseignement primaire): 6 anos
- ensino médio (enseignement humanité = humanité): 6 anos para todos

- humaine:
  - Litteraire

[48] Consta nos ANEXOS GERAIS, ANEXO I, p. 269, outras entrevistas em profundidade que enfocam o tema **educação,** em sentido amplo: acesso ao ensino público, problemas com documentos, reconhecimento e tradução de diplomas e outros aspectos.

[49] **Ensino Médio -** O Ensino Médio, anteriormente chamado de 2º Grau, é a etapa final da Educação Básica. O Ensino Médio está estruturado em 3 (três) anos, com duração mínima de 2.400 horas. Tem como objetivos a consolidação e o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, além da preparação para a vida e para os primeiros passos no mercado de trabalho. (http://www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=secao&idsecao=152&spid=5)

- Pedagogie

- Scientifique:
  - Scientifique
  - Mathematique - fisique
  - Commercial
- Biologie - chimique:
  - Bio - chimie

- Sociales:
  - coupe-couture (a partir de 4º ano de ensino médio)

*****

A COMUNIDADE ANGO - CONGOLESA NO BRASIL – CACB: Trajetória, ações e projetos.

A Comunidade Ango-Congolesa do Brasil (CACB) é uma associação registrada como organização não governamental, criada no ano de 2006 [50]. A CACB foi idealizada e organizada por um grupo de imigrantes e refugiados provenientes de Angola, da República Democrática do Congo e do Congo Brazzaville[51], em sua maioria

[50] Do estatuto da CACB: "Art. 1º. A Comunidade Ango-Congolesa no Brasil – CACB, fundada em 13 de março de 2006, com sede **provisória na Rua Fidelis Orlando Medeiros nº 1574 casa 14 – bairro do Gramacho**, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.035-170, é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, com tempo de duração indeterminado, autonomia administrativa, financeira e política exercida na forma deste Estatuto, da Lei Civil e da Constituição Federal."

[51] Por ocasião da preparação de um artigo sobre a associação, perguntou-se se seria correto escrever que os integrantes da CACB eram majoritariamente angolanos e congoleses da etnia *Bakongo* e qual era a língua que falavam entre si ali nas reuniões da associação e em outras ocasiões, na frente da pesquisadora e de seu parceiro no trabalho de apoio à CACB. Um dos "mais velhos" - que participava do encontro para a construção coletiva do artigo - explicou: " (...) todos falamos uma mesma língua que é o *Lingala.* (...) *Lingala* é uma língua que era falada no Reino de *Kongo* e para além do território do reino. (...) Até hoje é falada não só nos três países – Angola, RDCongo e Congo Brazzaville, mas também em outros países vizinhos ao Congo Kinshasa"(...). Alguns por aqui também falam ou entendem o *Kicongo* e a maioria entende e fala o francês. Alguns dos mais velhos falam, entendem e sabem também escrever na língua original de suas famílias, o *Kicongo* (...) há vários tipos de Kicongo. Dependendo da área de onde veio a pessoa, as línguas se misturaram".

moradores da periferia da metrópole Rio de Janeiro, área da Baixada Fluminense, mais especificamente no município de Duque de Caxias.

> Desde meados dos anos 80 concentravam-se ali "refugiados" e outros imigrantes vindos de Angola para o Rio de Janeiro, em sua maioria pertencente ao grupo etnolinguístico *Bakongo/Kikongo*.[52] Ao longo do tempo passaram a residir na área e nas proximidades pessoas provenientes dos três países já citados, que chegavam sozinhos ou com suas famílias. Mais recentemente, o recrudescimento dos conflitos internos na República Democrática do Congo e o agravamento de questões políticas naquele país acrescentaram novos contingentes de refugiados à população referida. (FRANCALINO E PETRUS, 2008)

Além do grupo que reside em Duque de Caxias a associação reúne moradores de diversas áreas do município do Rio de Janeiro (Brás de Pina, Centro, Estácio e Bairro de Fátima), assim como de outros municípios da Baixada Fluminense (Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu). Há associados que são moradores de Niterói e municípios vizinhos, como, por exemplo, São Gonçalo. Alguns membros de famílias que residiam no Rio de Janeiro à época da criação da comunidade vivem atualmente em outros estados do país (São Paulo, Paraná, Distrito Federal e Santa Catarina).

No início dos anos noventa, angolanos e congoleses da etnia *bakongo* chegaram ao Rio de Janeiro em busca de refúgio, em função da guerra, de conflitos armados e de fugas por motivo de perseguição política e étnica. Encontraram aqui alguns comerciantes angolanos desta mesma etnia que costumavam vir ao Rio de Janeiro e a São Paulo de tempos em tempos, a fim de comprar mercadorias e enviá-las para Angola. Um pequeno número de famílias destes comerciantes havia passado a residir no Rio.

Um grupo formado por comerciantes angolanos e refugiados recém-chegados (com vínculos de parentesco e ou amizade) tentou organizar uma primeira associação para apoio e atendimento das necessidades de todos que já aqui estavam; além daqueles que continuavam chegando. A iniciativa não foi adiante por divergências entre os refugiados e os demais imigrantes, derivadas da incompatibilidade de necessidades e interesses.

---

[52] Conhecidos como "zairenses" ou "regressados" esses angolanos do grupo etnolinguístico *Bakongo-kicongo* (Norte de Angola) e seus descendentes retornaram a Angola após a independência do país, dirigindo-se principalmente para a capital Luanda. Vindos do antigo Zaire, para onde se deslocaram em função dos conflitos armados, muitos deles não falavam português e sofriam discriminação em Angola por serem vistos como "estrangeiros".

Em 1994 foi criada uma segunda associação que incorporava apenas os refugiados (Associação dos Refugiados Unidos do Brasil Africano - ARUBA) e que tinha como principal objetivo a luta pelos direitos dos refugiados no Brasil. Em função de pressões externas esta segunda associação se dividiu em dois grupos, que passaram a rivalizar entre si. A ARUBA acabou por ser extinta em 1995.

Uma nova tentativa de criação de uma representação coletiva de refugiados e imigrantes vindos da África ocorreu em 1997. Disputas internas de poder, influenciadas por alguns elementos étnicos de grande complexidade (e muito marcantes naquele período, mesmo na diáspora), impediram que a associação se fortalecesse. Houve um progressivo esvaziamento e a associação acabou por terminar com menos de um ano de existência sem que se concluísse a elaboração do estatuto para o registro oficial como uma organização não-governamental.

No final de **2002** foi criado em Duque de Caxias o "Futebol Clube Cabinda de Caxias". A maior parte dos integrantes do clube era composta por famílias provenientes do Sul do Congo e do Norte de Angola. Além dos africanos, já participavam do F. C. Cabinda de Caxias alguns brasileiros que possuíam vínculos de amizade, vizinhança e também de parentesco (em decorrência de casamentos ocorridos na diáspora), integrando uma rede social que se estendia aos países de origem.

O futebol era a atividade que mais motivava e promovia a reunião das pessoas, funcionando como um forte elemento de integração do grupo. Assim, conforme conta um refugiado congolês chegado ao Brasil nos primeiros tempos dos anos noventa,

> (...) já tínhamos uma idéia de que era através do futebol que o grupo iria se organizar. Quando a gente marcava os jogos de futebol contra os brasileiros, todo mundo - mesmo quem morava em outros locais - vinha para Caxias ver o jogo. Chegamos a participar de um campeonato dos imigrantes contra franceses, alemães, italianos. Era uma grande diversão, importante para compensar as dificuldades em que vivíamos aqui. E era aquilo que reunia todo mundo, os mais velhos, as famílias (...)

Participar ou não de atividades e cerimônias da tradição cultural dos países de origem era fundamental para que cada um fosse aceito e valorizado como pertencente ao grupo maior, que abarcava os imigrantes e refugiados africanos de origem *bakongo*, mas não somente deste grupo étnico.

Eram muitas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas desses grupos, especialmente pelos refugiados. Dessa forma, frequentemente surgiam problemas que necessitavam do apoio da comunidade para serem solucionados. Conta-se que por ocasião da prisão de um jovem congolês, os refugiados passaram de casa em casa para reunir dinheiro até conseguir o montante necessário para pagar um advogado. Ressurgiu, então, a partir deste episódio, a ideia de uma organização do grupo. Agora, com o objetivo de criar um "fundo de auxílio comunitário". Era o ano de 2006. Em uma entrevista aberta, assim explicou o atual presidente da CACB.

> A ideia do fundo foi bem recebida. Foi marcada uma reunião em Caxias, ao mesmo tempo em que os moradores de Brás de Pina se reuniam com o mesmo objetivo. As duas nascentes "associações" mandaram convites para pessoas de outras localidades. "*Les vieux* – que quer dizer "os mais velhos" – os mais experientes e já vivendo a mais tempo no Brasil, sugeriram que as associações se juntassem para caminhar juntas e não haver divergências. Elas se juntaram em Caxias.

Desta forma, em 13 de março de 2006 nascia a CACB. Imediatamente após a fundação da associação foi composta uma diretoria provisória para trabalhar até a primeira eleição – ocorrida no dia 07/04/2007. A primeira diretoria eleita era composta por integrantes que residiam majoritariamente em Duque de Caxias. Houve uma preocupação para que entre os componentes da diretoria estivessem imigrantes e refugiados provenientes dos três países: Angola, República Democrática do Congo e República do Congo (Congo – Brazzaville) [53].

> "Um aspecto interessante a se observar é a logomarca da comunidade, definida (após um acalorado debate) a partir de consenso entre os membros da CACB. A marca procura estabelecer de forma visual uma relação de identidade entre seus países de origem e o Brasil. Trata-se de uma imagem que traz entrelaçados os mapas do Brasil e do continente africano - este com três estrelas, que representam os países que compõem a comunidade criada. Fica registrada nesse ícone-identidade a tentativa de reconstruir ou reforçar suas identidades originais, (re)significando-as, porém, num claro processo de hibridação; conformando as culturas brasileira e a de seus países de origem como componentes essenciais de "novas identidades". O hibridismo, portanto, como resultante de um contínuo processo de transculturação; a identidade – migrante e mutante – abarcando antigos e novos elementos constituintes. Não mais, pois,

[53] Ver em ANEXO I – Capítulo 4 (4.2), Vol. II. p. 193, o logotipo da associação que é utilizado para identificá-la em todos os documentos e outros materiais impressos que produzem e, também, na internet, no blog da associação.

> nenhuma das identidades originais, embora guardando traços delas. (FRANCALINO E PETRUS, 2008)

Para a elaboração do estatuto[54] da CACB tomou-se como base um esboço de estatuto da antiga (e já extinta) associação criada em 1997, para ser adaptado às características e aos objetivos da nova organização. Outra importante questão contemplada no novo estatuto foi a garantia da inclusão de todos os imigrantes pertencentes ao grupo, citando de forma clara os refugiados recém-chegados e os que já possuíam a condição de permanentes. Além disso, o estatuto também garantia a participação de associados brasileiros afro-descendentes. Um dos fundadores da CACB assim explicou.

> A diretoria empossada permaneceu durante oito meses e não conseguiu organizar nada. Incomodados com isso, alguns associados que tinham mais liderança e experiência política fizeram uma reunião e decidiram montar uma nova diretoria. A secretaria geral foi ocupada por uma brasileira que tinha uma filha casada com um congolês. Com sua experiência política e de trabalho como sindicalista, a secretária geral organizou o estatuto junto com a nova diretoria. Levamos três meses para arrumar tudo.

Durante este período coexistiram a "antiga diretoria" e a "nova diretoria" (que trabalhava para organizar o estatuto). Finalizada a elaboração do estatuto, foi realizada uma reunião extraordinária para a eleição formal de uma nova diretoria. Como é determinado para organizações não governamentais, ficou estabelecido um mandato de dois anos de duração [55].

A atual diretoria [56] é formada por sete diretores (todos homens); há um conselho consultivo e um conselho fiscal, cada um com três membros. Na sua composição há moradores do Centro do Rio de Janeiro, do Centro de Caxias, de Gramacho, Saracuruna, dos bairros de Brás de Pina, Rio Comprido e Estácio. Seus integrantes fazem parte de famílias de diversas etnias e nasceram tanto no Congo quanto em

[54] Ver cópia do estatuto da associação em ANEXOS GERAIS, ANEXO M, Vol. II, p. 312 a 318,

[55]Ao longo da trajetória da CACB, duas diretorias foram criadas por eleições diretas em assembléias gerais. Em função das dificuldades de mobilização, organização e da falta de recursos para tratar do registro e da documentação para legalizar a associação, os presidentes eleitos em assembléia não chegaram a concluir seus mandatos. Duas outras diretorias foram criadas em reuniões extraordinárias – como é o caso da atual.

[56]Formada em 2009 por ocasião de uma reunião extraordinária, substituiu a diretoria eleita em assembléia geral no mês de novembro de 2008.

Angola. Alguns deles já viveram e possuem familiares nos dois países. “Destaca-se uma auto-referência dos membros dirigentes e primeiros associados da CACB como “descendentes das populações do antigo Reino do *Kongo*[57]” .

> “(...) Desde o nosso primeiro contato com a Comunidade essa origem comum foi enfatizada e é acionada especialmente nos momentos de discordâncias e disputas internas. Uma frase que muito nos marcou: “Somos todos congoleses, com K”. (...) Ouvimos e gravamos a história da CACB e seus objetivos. Nessa história, a pertença original e comum a esse território-identidade-história-povo-cultura é o elemento central.” (...) A verdadeira história vai explicar como nasceu Angola, Congo Kinshasa e Congo Brazzaville; e como todos esses países são partes do Reino do *Kongo* – têm uma mesma tradição cultural e ela pode ser verificada até hoje nas comidas, na língua que falamos – o *Kicongo*, nos casamentos entre pessoas de famílias dos três países. (...). (FRANCALINO E PETRUS , 2008)

Apesar dos integrantes da associação acionarem uma origem comum como elemento maior da identidade do grupo, uma questão interessante pode ser observada através da participação da pesquisadora em algumas assembleias e diversos encontros da diretoria para resolver problemas enfrentados pela associação: a forma como lidam com as divergências que surgem nestes momentos. Em geral, as divergências e debates mais difíceis permitem perceber, ainda que não explicitamente, a força de antigas questões étnicas e rivalidades que fazem parte da história política dos três países e de cada grupo dentro da CACB. Embora entrelaçadas com marcas da trajetória de cada sujeito e sua visão própria do que seria essa identidade da associação, predomina um discurso que destaca a necessidade de união e de reforço de uma “identidade criada”. Identidade que lutam para afirmar e fortalecer e que possam acionar para a superação das disputas e tensões existentes.

A continuidade dos contatos e de um trabalho de colaboração com a associação CACB acabou por permitir uma observação mais fina e a formulação diversas questões

[57] O Reino do *Kongo* ou Império do *Kongo* foi um reino africano localizado no sudoeste da África no território que hoje corresponde ao noroeste de Angola, a Cabinda, à República do Congo, à parte ocidental da República Democrática do Congo e à parte centro-sul do Gabão.(FRANCALINO E PETRUS, 2008)

sobre a forma como os membros da comunidade constroem discursos sobre **o que identifica o grupo**, **o que é a CACB, quais são seus objetivos:**

> (...) A CACB não pertence a ninguém. Ela é independente, não tem ligações com as instituições que representam os países aqui. A CACB surgiu como uma idéia para se opor a uma falta de união para os angolanos e congoleses. O objetivo era criar uma organização que ajudasse a superar as dificuldades da vida em geral; muitos africanos aqui vivem situações muito difíceis. Os que chegam enfrentam coisas difíceis e entre os africanos é parte da cultura ter que ajudar os que chegam de seu país. (...) Um objetivo importante da CACB é servir como uma base de apoio aos refugiados, aos que têm crianças, e quando eles ficam sem receber qualquer apoio das instituições. As pessoas que vêm para cá nem sempre vêm porque têm parentes ou amigos aqui, mas porque aqui moram já muitas pessoas do seu país. E porque tem a facilidade do visto. Mas sempre tem algum conhecido das famílias(...). (FRANCALINO E PETRUS, 2008)

Importa ressaltar que a associação avança, apesar de todas as dificuldades. O número de associados aumentou a cada ano desde a sua criação. Projetos foram elaborados e outros já estão em andamento. Por entre as dificuldades da vida cotidiana, da situação do refúgio, da distância dos familiares, da superação de diferenças internas ao grupo – em um "jogo" delicado de relações de poder e de disputa de identidades – os avanços são visíveis. O mais simbólico de todos foi a inauguração de uma sede em Gramacho, depois de três anos de fundação da organização.

Os conflitos que nascem de questões do tempo presente – ou que se (re)fazem no presente carregados da(s) história(s) passadas dos (e nos) países de origem – vão se mostrando já marcados pelas vivências e experiências que dirigentes e associados vêm acumulando como imigrantes e refugiados no Rio de Janeiro.

Como campo específico para representar o coletivo e para fortalecê-lo, para ampliar as possibilidades de uma integração local digna e menos precária, está o espaço de uma associação que vai se consolidando através dos compromissos assumidos com um grupo cada vez maior de pessoas que se associam, participam, apóiam, colaboram, orientam ou abrem espaço para a voz e a ação da CACB, com todo seu potencial de trabalho, com o esforço e com uma aposta firme na organização coletiva como o caminho para suas conquistas.

Projetos da CACB.

- **Curso de formação de quadro técnico para elaboração de projetos para ONGs –** Foi o primeiro projeto elaborado pela CACB (agosto de 2007). O objetivo era capacitar associados para elaborar um projeto sobre a arte e o artesanato dos países de origem dos integrantes da CACB. O projeto seria viabilizado através de contatos já estabelecidos pela CACB com a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR). [58]

- **Projeto Contadores e Cantadores de Histórias / CACB** [59] **–** Projeto proposto em abril de 2008. O objetivo desse projeto é integrar músicas e contos populares angolanos e congoleses, no sentido de resgatar a rica memória oral que os imigrantes e refugiados reconhecem como uma característica fundamental de sua cultura. O projeto pretende formar um grupo de cantadores e contadores de histórias visando a produção de um trabalho artístico. A composição final deste trabalho compreenderá a gravação de um CD com músicas e histórias. Uma segunda etapa do projeto prevê a edição de uma série de pequenos livros ilustrados, com contos tradicionais de Angola e do Congo, de modo a integrar o rico universo da oralidade com a escrita. Pretende-se, para fins de divulgação do CD e dos livros, a realização de apresentações públicas do grupo de contadores e cantadores de histórias em diversos locais. O projeto visa, numa perspectiva mais ampla, contribuir pela via do trabalho cultural e artístico para a integração sociocultural dos imigrantes e refugiados no espaço da imigração. O projeto está em fase final de cadastramento no portal SICONV, aguardando o cumprimento de algumas exigências em relação a documentos da CACB, conforme determina o Portal dos Convênios do Governo Federal.[60]

- **Projeto de divulgação da CACB na internet –** A CACB criou duas frentes principais de divulgação da associação na Internet. A principal delas é um blog e

[58]O esboço do projeto foi enviado para técnicos da SEPPIR empenhados em colaborar com a sua formatação para registro no portal SICONV. O projeto não foi implantado em função das dificuldades da associação em providenciar toda a documentação necessária para o registro.
[59] Ver ANEXO J, - Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p. 293, uma síntese dos objetivos e etapas do referido projeto.
[60] Para maiores informações acesse: <https://www.convenios.gov.br/portal/>.

a outra, um pouco menos aproveitada até o momento, é o seu Twitter. Seguem informações sobre a divulgação da associação e seu trabalho nestes meios:

- ✓ Blog – Em 15 de agosto de 2009 foi criado um **blog** (**www.cacbbr.blogspot.com**) com o objetivo de aumentar o universo de pessoas e instituições informadas sobre a existência da CACB e ampliar a rede de contatos com outras organizações e/ou pessoas interessadas em participar e colaborar com a associação. O blog concentra notícias e divulga informações que possam ser de interesse dos integrantes da comunidade e funciona como um veículo de comunicação intra e extra comunitário. Possui uma média de 315 visitantes por mês, de 60 países diferentes. Além das notícias postadas pelos mediadores, disponibiliza links de sites onde o leitor pode obter mais informações sobre uma série de temas, organizações e eventos, além de ter acesso a notícias sobre os três países de origem dos imigrantes e refugiados integrantes da CACB[61]. As pessoas que acessam o blog também são incentivadas a ajudar a CACB por meio de doação através de depósito em conta bancária da associação. Os internautas também têm a possibilidade de fazer o *download* do estatuto e da ficha inscrição.[62]

- ✓ Twitter – Em 14 de maio de 2010 foi criado um twitter (**@cacbbr**) com o objetivo de aumentar a interatividade com os internautas. Todas as matérias publicadas no blog possuem uma pequena chamada e um link divulgado no twitter. Os leitores também podem mandar mensagens para a CACB ou retransmitir de forma rápida e simples os links que acharem mais interessantes.

Parcerias em projetos de outras instituições / organizações.

[61] Na área lateral direta do blog é disponibilizada uma parte dedicada a "Notícias", que são obtidas através de um aplicativo oferecido pelo site hospedeiro do blog, que posta automaticamente manchetes atuais do "Google Notícias" com as palavras-chave escolhidas pela CACB.

[62] Ver no ANEXO K - Capítulo 4 (4.2), Vol II, p. 198, a ficha de inscrição. Uma cópia do estatuto pode ser encontrada nos ANEXOS GERAIS, Anexo M, Vol II, p.312.

- **Projeto Ambulatório sem Fronteiras (ASF) –** Projeto do Serviço de Pediatria do Hospital dos Servidores do Estado. O projeto ASF tem como objetivo geral a construção e descrição dos perfis clínico, epidemiológico, psicológico e sociocultural de crianças e adolescentes filhos de pai e/ou mãe refugiados e/ou imigrantes, provenientes dos seguintes países: Angola, República Democrática do Congo e Congo - Brazzaville. A CACB colaborou com o projeto com informações específicas[63] sobre o grupo de crianças a serem atendidas. Estas informações tinham a função de embasar a construção do projeto pela equipe reunida na Pediatria do HSE. À CACB coube participar da organização operacional do projeto, como responsável pelo cadastramento das crianças interessadas, através da distribuição das fichas de inscrição e envio para o ASF. A associação colaborou, também, na construção da escala das consultas agendadas, assim como no contato com os pais das crianças – em especial daquelas que faltavam ou não retornavam às consultas.

- **Projeto "As relações entre Brasil e Congo: encontros e semelhanças" –** O projeto busca dar continuidade às relações históricas entre brasileiros e congoleses com destaque para a imbricação das culturas do Congo e do Brasil. Redescobrir, em diversos estados das regiões Nordeste e Sudeste, manifestações culturais de origem *Bantu,* preservadas até os dias atuais.

  A busca dos "encontros e semelhanças" será realizada através de diversas atividades, tais como: um seminário com o tema "Brasil - Congo: tradição/modernidade", a contar com a participação de intelectuais e pesquisadores brasileiros, congoleses e de outros países africanos. O seminário será seguido de debate aberto para incluir na discussão estudantes congoleses, brasileiros e de outros países africanos; lançamento de livros de autores brasileiros e congoleses; apresentação do grupo cultural "Zambiapongá [64], de

[63] As informações eram referentes à vida cotidiana das famílias congolesas e à "criação das crianças" no Congo e no Brasil. Condições dos locais de moradia, hábitos e costumes das famílias no trato com as crianças, hábitos alimentares, cuidados com a saúde, etc.. Explicações sobre os procedimentos mais comuns entre as famílias congolesas quando as crianças ficam doentes. Indicação dos locais aonde as crianças vinham procurando atendimento médico e outros cuidados com a saúde.

[64] Zambiapunga é uma manifestação folclórica que ocorre no município de Nilo Peçanha, no Estado da Bahia. O termo provavelmente originou-se de Zamiapombo, deus supremo dos candomblés de alguns países, como Angola e Congo. Trata-se de um cortejo de homens mascarados, trajados com roupas coloridas e feitas com retalhos de panos e papéis de seda, que saem às ruas durante a madrugada do dia primeiro de novembro, véspera do dia de finados, dançando e acordando a população da cidade ao som de instrumentos de percussão, como tambores, cuícas e búzios gigantes e até mesmo enxadas.

Nilo Peçanha (Bahia), que mantém na região uma tradicional manifestação cultural em que o marco é um rito fúnebre de homenagem aos antepassados congoleses" [65]; espetáculos do renomado músico congolês King Kester e sua banda.

O projeto estabelece o envolvimento de integrantes da comunidade congolesa que vive no Rio de Janeiro nas diversas atividades que o compõe, perfazendo 50% de todos os contratados. A CACB participará do projeto como organização não governamental responsável pelo cadastramento dos congoleses que trabalharão no projeto. Embora não seja a organização proponente ou beneficiária do projeto em seu cadastro no portal SINCONV, será destinada a CACB uma parte dos recursos obtidos. A ideia é viabilizar o aluguel de um espaço no Centro da cidade do Rio de Janeiro para a realização de cursos, oficinas e algumas atividades geradoras de renda relacionadas à cultura congolesa. O projeto tem previsão para início em dezembro de 2010.

Participação da CACB em programas de entidades governamentais.

- **Cadastramento na Setrab/SINE** - Em 2008 a CACB foi cadastrada na Setrab/SINE. Iniciativa voltada para ampliação das possibilidades e oportunidades de colocação dos membros da comunidade no mercado de trabalho. A CACB passou a ser uma organização autorizada a encaminhar, através de formulário próprio, integrantes da comunidade a fim de alocação nas vagas relacionadas no SINE. [66]
- **Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB –** A partir da inscrição da CACB neste programa, no início de novembro de 2010, a associação começou a receber semanalmente uma cota de frutas, legumes, vegetais e peixe, através de um programa de distribuição de alimentos do Governo Federal. O programa funciona da seguinte forma: a União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOP) cadastra

---

(GUIMARÃES, Alexandre. **Zambiapunga**. Disponível em: <http://www.visiteabahia.com.br/visite/atracoes/folclore/zambiapunga.php>. Acesso em: 02 dez. 2010).

[65] As relações entre Brasil e Congo: encontros e semelhanças. Disponível em: <http://brasilcongo.com.br/principal.htm>. Acesso em: 06 ago 2010.

[66] Ver em ANEXO L – Capítulo 4 (4.2), Vol II, p. 199 a 201, as cópias do documento de encaminhamento e as duas primeiras listas de nomes enviadas à SETRAB.

instituições interessadas em receber alimentos. O Governo Federal compra alimentos dos pequenos produtores e a UNACOOP faz o repasse a instituições cadastradas e interessadas em recebê-los. Desta forma o programa integra e beneficia os pequenos produtores e as "instituições atendidas".

A CACB recebe os alimentos todas as sextas-feiras e tem a responsabilidade sobre transporte e distribuição. A diretoria da CACB, em função da falta de verbas, buscou a colaboração de um congolês que vem transportando os alimentos da CEASA (em Irajá) até a sede da organização (em Gramacho, Duque de Caxias).

Outras ações já desenvolvidas pela CACB.

- **Divulgação da anistia**[67] **-** A CACB se encarregou de divulgar para toda a comunidade congolesa no Rio de Janeiro a lei, sancionada em 2 de julho de 2009, que anistiava todos os estrangeiros em situação irregular no país. A CACB esclareceu dúvidas dos possíveis beneficiados por esta lei e forneceu explicações e orientações sobre os documentos que precisavam apresentar. Informou também que os interessados tinham o prazo máximo para regularizar a situação até o final de 2009. A estimativa era que esta anistia beneficiasse 50 mil pessoas. A última anistia, em 1997, beneficiou 39 mil pessoas, dentre elas um pequeno número de imigrantes africanos.[68]

- **Contatos com Secretarias, Conselhos e demais órgãos públicos –** A CACB vem buscando apoio para a legalização e documentação completa da associação exigida para cadastrar projetos e participar de programas de interesse da comunidade. Neste sentido, estabeleceu contatos com os seguintes órgãos públicos e instituições: SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEASDH – Superintendência de Ação Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, CCIR – Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, CEDINE – Conselho Estadual dos Direitos do Negro,

[67] Ver em ANEXO M – Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p. 202, o material do IMDH sobre a Anistia que foi divulgado pela CACB através do Blog da associação e distribuído em pontos importantes de encontro do congoleses, nas diversas áreas de concentração de moradia e trabalho, já adaptado e traduzido para o lingala.

[68] MENDES, Vannildo. "Lula sanciona lei que anistia estrangeiros em situação ilegal". **Estadão.com.br.** Política. 02 jul. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-sanciona-lei-que-anistia-estrangeiros-em-situacao-ilegal,396948,0.htm>. Acesso em: 02 jul. 2009.

CONDEDINEPPIR – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial e Étnica de Duque de Caxias, SEMDH – Secretaria Municipal de Direitos Humanos, SINDIPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social, e SUPERDIR – Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos.

Outros contatos importantes em fase de desenvolvimento.

- **Faculdade de Direito da UFRJ –** Contato com o grupo de estudos **Gringo Legal**, projeto que busca dar assistência jurídica e gratuita aos estrangeiros, incluindo os refugiados, através do escritório modelo. Por meio deste contato a CACB vem conseguindo outros apoios dentro da faculdade de Direito da UFRJ por parte de professores que têm grupos de pesquisa e projetos no campo dos Direitos Humanos.

- ***Refugees United*** **Brasil**[69] – Contato com a organização para a criação de uma parceria entre a associação e a ONG. A Refugees United (RU) está iniciando seu trabalho no Rio e pede que associação os ajude a entrar em contato com os refugiados. A CACB solicita à representante da RU para divulgar notícias relacionadas à associação no site da organização e na lista eletrônica de notícias sobre refugiados que mantém via e-mails. A RU é uma ONG com sede na Dinamarca, Nova Iorque e São Paulo e que tem como missão diminuir os obstáculos entre os que buscam e quem é procurado, a fim de permitir que os refugiados tenham um acesso direto a quem precisam e desejam através de uma simples ferramenta de busca.

- **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)** – A CACB fez contato com a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) do Conselho Federal da OAB e vem contando conta com a ajuda da comissão para tratar de assuntos jurídicos dos refugiados.

[69] Em ANEXO N – Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p 206, ver a apresentação da **Refugees United** à CACB através do primeiro contato, por e-mail. Para melhor entendimento do trabalho da RU em São Paulo selecionou-se a matéria “Internet ajuda refugiados a vencer solidão no Brasil”

A CACB e a participação no Comitê Intersetorial de Refugiados do estado do Rio de Janeiro [70].

Em dezembro de 2009 foi criado por Decreto lei, no estado do Rio de janeiro um comitê específico para desenvolver programas e políticas públicas a favor dos refugiados. A notícia foi recebida com grande esperança por todos os que estudam e trabalham com os refugiados no Rio de Janeiro, uma vez que a criação deste conselho permitiria a abertura de muitas novas possibilidades para uma melhor integração local dos refugiados.

A CACB, como associação que reúne dentre os seus membros uma ampla maioria de pessoas na condição jurídica de refugiado, recebeu informações sobre a criação do conselho através de seus contatos na Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

A associação procurou reunir todas as informações sobre o referido comitê, uma vez que foi convidada para a solenidade de lançamento do comitê e, também informada pela SEASDH sobre a data da primeira reunião. A partir de um levantamento feito pelo presidente da CACB foi formulada uma pauta de reivindicações e reunidos todos os documentos a serem levados apara a primeira reunião.

Por motivos desconhecidos, entretanto, com a troca de cargos no governo estadual e na SEASDH, em função das eleições de 2010, a reunião foi adiada e a CACB não foi mais convidada a participar (de nenhuma maneira) do Comitê Intersetorial de Refugiados do estado do Rio de Janeiro. A associação vem empreendendo esforços no sentido de divulgar o ocorrido e buscar sua efetiva participação neste fórum como a única organização que representa refugiados africanos no Rio de janeiro – larga maioria do total de refugiados no estado conforme já destacado.

Segue uma cópia do material preparado pela CACB para a primeira reunião do Comitê Intersetorial de Refugiados do estado do Rio de Janeiro[71].

[70] Ver a informação sobre a criação deste comitê que consta no final do Capítulo 2, p. 131.
[71] Ver mais informações sobre a CACB e o Comitê no ANEXO O – Capítulo 4 (4.2), Vol. II, p. 209..

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA COMUNIDADE CACB PARA OS REFUGIADOS

1. A maior dificuldade para conseguir trabalho e também de poder estudar com bons resultados, ou fazer cursos para melhorar a condição de entrar no mercado de trabalho, é a **aprendizagem da língua portuguesa em um bom nível de compreensão, fala e escrita.** O cursinho básico na Cáritas é importante para um primeiro momento, mas não é suficiente.

A comunidade sugere que se procure ver a possibilidade de um convênio com a UERJ para que os refugiados congoleses possam fazer o curso de Português para estrangeiros. O curso tem três níveis, que representam graus de aprofundamento.

Eu, como presidente, já estive lá e peguei as informações. O refugiado não tem condição de pagar o curso, embora seja bem barato, pois custam R$ 150,00 por semestre. É preciso fazer uma parceria com a UERJ. A UERJ fica em frente à atual casa da Cáritas, o que tornaria tudo mais fácil.

Em 2008 e 2009 estudantes e alguns refugiados congoleses conseguiram um contato com o grupo de professores da faculdade de Letras da UFRJ que dá as aulas de português para alunos estrangeiros. Alguns estudantes congoleses que tem a bolsa PEC-G do MEC promoveram um contato das professoras do NIEM (professora Regina e professora Ana Lucia) com as professoras do Centro de Ensino de Língua Portuguesa para Estrangeiros /CELPE – da faculdade de Letras da UFRJ. Naquela época houve uma boa recepção na reunião entre as professoras dos dois grupos para se pensar uma turma somente para refugiados congoleses (e de outros países) que funcionaria de uma forma especial e diferenciada do curso que o CELPE dá para os estudantes bolsistas.

Essa proposta de aulas de português em três níveis – intermediário, básico e avançado – está sendo oferecida também em um projeto que o grupo do NIEM apresentou para a Cáritas (em 2007) e depois mostrou para a comunidade CACB há três anos. Teriam que se retomar o projeto e os contatos.

Se o Comitê, com a Secretaria de Educação ou a SEASDH, retomassem esses contatos não seria possível conseguir uma parceria com a UFRJ? Bolsas para os refugiados?

Os refugiados precisam aprender a língua portuguesa e não têm recursos para pagar cursos de português.

Alguns colaboradores da CACB, professores, estudantes e refugiados fizeram uma pesquisa sobre cursos de português para estrangeiros e encontraram além do curso da UERJ, um curso na PUC (que é para estrangeiros empresários e custa muito caro). O melhor seria ter

um convênio com a UERJ, além do curso que poderia ser fundado para os refugiados na UFRJ.

O Comitê deve procurar saber como conseguir convênios para os refugiados nestas universidades para bolsas integrais para os refugiados aprenderem bem o português.

2. O problema de conseguir ingressar no mercado de trabalho é muito grande para a comunidade e para todos os refugiados.

A CACB chegou a fazer em 2008 e 2009 um contato com o sistema SINE, na SETRAB, localizada perto do aeroporto Santos Dumont. Conseguimos com o responsável, o Sr. Luis, fazer a inscrição dos integrantes da CACB naquele programa de emprego e renda que eles fazem ali. O responsável também disse que os cadastrados pela CACB poderiam fazer cursos profissionalizantes.

Foram feitos vários contatos. Alguns representantes da então diretoria da CACB estiveram lá várias vezes. Eu, como presidente, tenho todos esses documentos arquivados.

Os contatos não foram pra frente por motivos de mudanças na diretoria e dificuldade de organização da comunidade naquele período.

Precisamos urgente de ter acesso ao mercado de trabalho.

Naquela época o Sr. Luis, responsável pelo programa de emprego e renda da Setrab chegou a falar que os integrantes também poderiam fazer cursos profissionalizantes através do programa.

O Comitê para refugiados precisa retomar os contatos já feitos pela CACB e ajudar a associação a conseguir levar estas oportunidades pra frente. Retomar o contato com a SETRAB e poder inscrever as pessoas da comunidade lá no Programa de Emprego e Renda é muito urgente para os refugiados. Nós sabemos que isso tem que ser junto com os cursos de português em três níveis nas universidades públicas, de graça. A CACB sabe que os refugiados tem que se inscrever na SETRAB/SINE e tem que estar com o português cada vez melhor para poder conseguir uma vaga de trabalho.

Perfil aproximado dos integrantes da Comunidade Ango-congolesa no Brasil – CACB.

A CACB tem aproximadamente 300 associados cadastrados**. As** Informações que são apresentadas a seguir foram obtidas diretamente a partir da consulta a

documentos e arquivos da associação, em encontros de trabalho de organização e tabulação de dados informativos da comunidade com alguns membros da então diretoria da CACB[72].

Os encontros para consulta a documentos necessários para inscrição em programas e cadastramento dos projetos foram realizados em diversos locais em Duque de Caxias, especialmente na casa do presidente e, posteriormente, na atual sede da CACB, no distrito de Gramacho.

Seguem alguns perfis já elaborados e disponibilizados.

1.

Perfil dos associados cadastrados formalmente na CACB

Nacionalidade	Porcentagem	Número de pessoas
Angola	35%	105
República Democrática do Congo	50%	150
República do Congo (Brazzaville)	15%	45
Total	**100%**	**300**

Composição por gênero: 70% homens

Composição por estado civil: 70% solteiros

[72] O objetivo mais imediato era a inscrição no Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB, anteriormente apresentado.

Distribuição espacial dos locais de moradia dos integrantes da comunidade [73] congolesa e de angolanos de origem *Bakongo.*

Local	**Número aproximado de pessoas**
Duque de Caxias [74]	150
Brás de Pina	250
Centro e adjacências [75]	100
Irajá, Inhaúma e Niterói [76]	20
Total	**520**

[73] Estimativa do atual presidente e do diretor cultural da associação, que inclui os integrantes da comunidade em sentido amplo, ainda que não formalmente cadastrados na CACB. Não estão incluídos na estimativa dos declarantes os angolanos que residem no complexo de favelas da Maré. A CACB se coloca e se define como uma associação aberta a todos, mas o grupo de angolanos "não bakongos" parece não se identificar com a associação e não reconhecê-la como sua representante.

[74] Considerando o Centro do município de Duque de Caxias e Gramacho, além de outros distritos como Saracuruna e Vila Maria Helena.

[75] Área da Central do Brasil, Saúde, Estácio, Riachuelo, Bairro de Fátima.

[76] Os bairros de Irajá e Inhaúma são áreas de moradia de alguns jovens congoleses chegados a partir de 2008. No município de Niterói residem em diferentes áreas - algumas famílias há mais tempo e poucos jovens mais recentemente.

Composição etária dos membros da CACB [77].

Identidade/ faixa etária	Número de pessoas
Crianças e jovens [78]	
0 a 6 anos	31
6 a 12 anos	25
12 a 18 anos	25
Adultos	
+18 a 24 anos	21
24 a 30 anos	45
30 a 36 anos	40
36 a 42 anos	40
42 a 48 anos	23
48 a 54 anos	14
54 a 60 anos	08
Acima de 60 anos	---
Total	272

77 Falta o cadastramento formal (em fichas próprias) de alguns membros da associação. Estimar variação dos dados apresentados em 7% para cima sobre este total. Dados tabulados em 11.09.2010 por Alfred Akuala (secretário geral de organização CACB) e Lubadikadio Muanza (presidente CACB).

78 Integrantes da diretoria da CACB estimam que a comunidade tenha aproximadamente 200 crianças, sendo 70% delas brasileiras. Ressalte-se que somente 81 crianças e jovens estão formalmente cadastrados na CACB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

POEMA EM PROSA ANGUSTIADO

ou

RÉQUIEM PARA UMA TESE INACABADA

T*antas vezes tentei, por tantos anos. Mas não me reconheço aqui. Não sei bem onde foi que me perdi; talvez eu nem tenha mesmo me perdido.*

O que faço, então, neste lugar, se não podem dar conta de mim nem teoria nem método e sequer a prática? Se não sei colocar meus sentimentos à parte dos sentimentos dos outros; tampouco dos sofrimentos.

Melhor seria desistir. Ou somente dar meia-volta e fazer o percurso ao contrário? Quem sabe ao seguir pelo sentido inverso eu me encontre em lugar que sempre estive. De onde tentei sair somente para poder voltar.

Mas o tempo da volta aponta um percurso árduo do passado refeito em presente. Passado 'presentificado' cada vez que empurro a pedra caminho acima e a vejo rolar de volta. Castigo mítico para a ousadia das minhas desobediências!

Preciso da calma protetora do lugar que sinto meu. Que me diz em silêncio que sou aquilo que nem eu sei que sou. Mas será que também não sou eu essa outra no lugar de outros?

Hei! Já devia ter aprendido a não mais me fazer perguntas que não têm respostas. A tarefa é separar as sementes de papoula do monte de palha seca.

Regina

Setembro de 2009

Sobre os discursos

Um título menos acadêmico, talvez um pouco clichê, porém, fiel à intenção da autora desta tese de doutorado poderia ser: “A voz dos refugiados congoleses”.

Mas o título não poderia ser este. Isto porque, apesar de seu aparente apelo, estaria reforçando um discurso[1] que sustenta as práticas das organizações internacionais e de tantos governos que procuram controlar e gerir o fenômeno do refúgio e dar um tratamento aos refugiados que não corresponde a uma percepção destes como seres dotados de capacidade própria, como indivíduos que podem ser sujeitos ativos, propositivos e, como todas as pessoas, estão inseridos em circunstancias históricas e contextos sociais. O mesmo discurso que os transforma em uma massa uniforme e anônima, em fluxos crescentes de destituídos que se movimentam aleatoriamente, em números inacreditáveis de deslocados que fogem da força armada e outras formas de violência. Este discurso foi o motivo de todas as considerações sobre A PROBLEMÁTICA DO REFÚGIO NO MUNDO ATUAL, enfocada no Capítulo 1.

A figura do refugiado têm sido construída em cima dessa diferenciação entre refugiados e outros migrantes forçados. O termo refugiado no sentido estrito de seu significado legal refere-se a uma categoria específica de pessoas com direitos especiais sob a legislação internacional e com demandas especiais de proteção e assistência sobre a chamada comunidade internacional. Mas, afinal, os refugiados têm em comum o fato de serem pessoas que não puderam permanecer em seus países por fundados motivos que a legislação internacional reconhece, ao colocá-los em uma ‘categoria legal’ que os diferencia dos demais tipos de migrantes forçados; o termo refugiado como categoria definida legalmente tanto pela Convenção de 1951 quanto no seu Protocolo de 1967 sobre refugiados, agrega como definição de refugiado a compulsoriedade da migração e, consequentemente, os transforma em pessoas que não tiveram nenhum grau de decisão, não fizeram escolhas; por isso, os refugiados “são pessoas forçadas a migrar que têm experiências e necessidades diferenciadas, específicas” (TURTON, 2003, p.10).

Ao discutir a criação de subcategorias de migrantes e outras tantas subcategorias de migrantes forçados, Turton nos lembra que “este foi um dos argumentos principais para a criação do campo da pesquisa de refugiados (*refugees studies*)”. Porém, logo em seguida, nos aponta que “o problema com esta abordagem é que ao enfatizar as

[1] Aqui o termo discurso significa linguagem (utilizada para se referir aos refugiados) e prática, no sentido do que Foucault chamou de “formações discursivas” – que geram significados e produzem conhecimento.

experiências e as necessidades compartilhadas dos refugiados, nos arriscamos a vê-los como uma massa homogênea composta por vítimas passivas e necessitadas".

Para fugir deste risco, o autor afirma que precisamos reconhecer que "**a** voz do refugiado não existe; **a** experiência do refúgio não existe"; as especificidades dos refugiados não podem ser elencadas em uma única lista de necessidades. "Há somente as experiências, e as vozes, de refugiados".

> ... não há uma figura paradigmática intrínseca ao refugiado a ser reconhecida e registrada, fora de contingências históricas. Há, pelo contrário, milhares de experiências múltiplas e milhares de figuras de refugiados cujas identidades e significados são negociados no processo de deslocamento no tempo e no espaço. (SOGUK, 1994, p.4) [2]

Não se poderia, também, deixar de afirmar claramente nas considerações finais deste trabalho que as anotações escritas, a transcrição e o relato das falas dos refugiados, das suas experiências, memórias e dificuldades, quando misturados à observação da pesquisadora, formaram um novo discurso – e não um conjunto de reproduções escritas dos discursos dos refugiados; no máximo uma leitura e uma escritura respeitosas da pesquisadora ao buscar manter fidelidade ao que ouviu, experimentou, vivenciou, criou e aprendeu com os sujeitos pesquisados.

Certas partes deste trabalho ganharam uma característica um tanto "fabular". Explica-se. São narrativas próprias da pesquisadora, como sujeito observador, participante e interferente nas experiências observadas ou "ouvidas" dos sujeitos refugiados, quando sobre elas escreve. As narrativas são elas mesmas discursos[3] que

---

[2] Conforme citado por Turton no texto acima indicado.

[3] Aqui o termo discurso está utilizado como conceito fundamental da metalingüística de Bakhtin. Conforme se pode ler abaixo em fragmentos escolhidos para uma apresentação pela pesquisadora de texto coletivo produzido no âmbito dos estudos do Grupo de Pesquisa modernidade e Cultura – GPMC (IPPUR/UFRJ). 1. Dois conceitos-chave desta metalinguística: discurso e dialogismo. "**Discurso** / sujeitos discursivos/ contexto/ relações discursivas/ relações de alteridade/ relações dialógicas/**dialogismo".** 2. Duas citações que esclarecem os conceitos de Bakhtin: a) "A orientação primordial a outro sujeito discursivo é o que confere a cada discurso o caráter dialógico que nenhuma orientação a um objeto pode dar. Os outros do discurso são sujeitos ativos na constituição dos enunciados". b) "O discurso se define não só pelo seu caráter substancial e formal (o que é dito, e de que forma) mas, também, por sua orientação "centrífuga", seu direcionar-se "para fora" do sujeito falante: é nessa dupla relação com *o outro* que qualquer discurso se concretiza enquanto tal".
Ver na Bibliografia, ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *et alli.* 2007.

carregam uma intenção, e estão dirigidos, neste caso, aos possíveis leitores deste trabalho. É com eles que elas dialogam, reconhecendo-os não como receptores passivos, mas sujeitos que interagem com as narrrativas-discurso e atuam como construtores de outros múltiplos discursos. Em síntese, trata-se de uma trama. Trama que envolve os refugiados e demais agentes que participam do universo do refúgio direta ou indiretamente, a pesquisadora, os leitores.

Na sequência de esclarecimentos necessários nesta parte final da escritura da pesquisa, é preciso declarar que os resultados da pesquisa não são apresentados de forma canônica. Não há uma sistematização dos diversos discursos sobre os temas e questões privilegiados, com um desdobramento dessa sistematização em indicações propositivas, na forma de um enunciado. De fato, o que se apresenta é uma tentativa de escrita de caráter propositivo para dar fechamento a "um contar" sobre experiências, vivências, observações e reflexões, construído a partir de diferentes posições de sujeito (discursivo) assumidas pela pesquisadora ao longo da investigação e da escritura do texto do trabalho.

Aqui, um outro ponto para uma reflexão final. Seria possível afirmar que os relatos e as entrevistas, por si mesmos, são uma forma de "interação de discursos" que permeia boa parte do texto deste trabalho? Discursos de múltiplos sujeitos discursivos – no sentido de falas, ações, práticas, documentos, cartas, mensagens, material escrito, etc., de diversas pessoas e instituições? Ou porque apresentam discursos construídos por pessoa ou instituição a partir de variadas posições e dadas situações de dialogismo?

A resposta a esta afirmativa não pode ser precisa. Embora a afirmativa não pudesse ser mais fiel ao desejo que moveu a interação da teoria com a prática, da pesquisadora com os sujeitos refugiados e que "deu vida" a este trabalho. Porque ainda resta reconhecer e declarar que ao mesmo tempo em que faz interagir discursos, quem escreve os relatos ou transcreve as entrevistas, conversas, reuniões, acontecimentos, já interpreta, simultaneamente, este movimento de interação e apresenta considerações e conclusões próprias.

De volta à questão central para uma síntese das questões e reflexões desenvolvidas nos capítulos.

A questão central da pesquisa, conforme apresentada na INTRODUÇÃO, foi formulada a partir da consideração de alguns pontos para uma análise do processo

investigado: a existência (em certo grau) de um componente decisório no fenômeno do refúgio; a importância das redes sociais para os estudos sobre refugiados – tanto na **e**migração forçada quanto nas formas e condições de integração social no país de acolhimento; a qualificação dos refugiados como sujeitos ativos na medida em que criam estratégias em busca de sobrevivência ou de melhores condições de integração social diante da insuficiência e das limitações das políticas públicas e das ações institucionais para a integração local; a existência de uma tensão entre refugiados e instituições que, entre outras formas, se expressa num movimento-jogo de identidades no contexto das dinâmicas de integração social desses sujeitos.

Especificamente, o problema a ser investigado foi assim enunciado:

Como em um grupo de imigrantes numa situação particular – a situação de refugiados no Rio de Janeiro – as dinâmicas de "integração local" estão permeadas por uma tensão entre as limitações das políticas públicas e ações institucionais e as estratégias criadas pelos refugiados através dos recursos relacionais das redes sociais.

Sobre os sujeitos refugiados e a forma de realização da pesquisa.

Ao longo dos quase quatro anos de pesquisa de campo, diversos refugiados congoleses, de variadas idades, de chegada mais recente ou desde muitos anos, passaram a configurar o grupo de informantes privilegiados através dos quais viria a ser possível aprofundar a pesquisa de campo. Com eles, buscou-se encontrar os melhores caminhos para o percurso da mesma; ganhar a confiança e a colaboração de outros congoleses em muitos encontros com objetivos variados. Encontros nos locais de moradia, nos pontos de trabalho e suas redondezas, em algumas residências, nas igrejas, nos salões de cabeleireiro, nas reuniões da CACB em Caxias, em casa de pastores e em tantos outros locais e instituições aonde fomos buscar contatos e/ou informações importantes para a pesquisa, para as questões e problemas que apareciam ou que eram trazidos pelos participantes, orientações e apoios para a associação que se ia construindo e fortalecendo.

É possível dizer que a investigação empírica iniciada como observação passiva, controlada, vigiada, passou a observação participativa e, felizmente, tornou-se pesquisa-ação no sentido mais amplo do termo. Pesquisa-ação como um tipo de pesquisa social

com base empírica, que é concebida e realizada em associação estreita e forte com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual o pesquisador e os participantes representativos do problema ou de uma dada situação estão envolvidos de modo participativo ou cooperativo. Pesquisa-ação, pesquisa para transformação.

A pesquisa foi assim se concretizando e o término das tarefas a desempenhar junto com os refugiados, especialmente os colaboradores mais diretos, foi se tornando cada vez mais distante. Seria mesmo uma incoerência **política,** no sentido amplo desta palavra, se esta "pesquisa" não se tornasse "inacabada" – já que o processo acima apresentado implica em participação, envolvimento, apoio, ação conjunta e deriva para um inevitável compromisso de continuidade do trabalho, dos projetos, dos interesses partilhados e compartilhados e de um **permanente estado de atenção às questões, às necessidades e às possibilidades de ação e realização cada vez mais autônoma do grupo pesquisado.**

Para chegar à pesquisa-ação, antes, um estudo do tema em detalhes; a busca de conhecimento novo, a recuperação de parte da história do refúgio no Brasil, a sistematização de informações, a apresentação e seleção de considerações, análises, críticas e enumeração das lacunas e dos avanços, encontrados em textos de diversos tipos (acadêmicos, jurídicos, oficiais, institucionais e outros) produzidos por um elenco de especialistas no tema do refúgio e dos refugiados no Brasil.

Uma necessária caracterização e esclarecimentos sobre o papel e as atribuições dos diversos agentes envolvidos com a questão do refugo no Brasil; enfoque especial para as instituições governamentais e organizações internacionais e nacionais responsáveis pelo tripé proteção, assistência e integração local, na forma que determina o Estatuto do refugiado no Brasil desde (embora tardiamente) o ano de 1997.

Interação de diferentes olhares sobre as políticas públicas para os refugiados no Brasil em seu grau de eficácia, nos impactos positivos e/ou insuficientes diante da complexidade dos elementos que qualificam o refúgio no Brasil atualmente.

Mudanças e perspectivas para o fenômeno do refúgio para trazer à tela da pesquisa a necessidade de um novo tratamento para as dificuldades de integração local dos refugiados no Brasil, no que tange à atuação do governo e das diversas escalas de poder.

Sobretudo, destaque para uma crescente (e ainda insuficiente) participação da sociedade civil através de estudos, pesquisas, projetos, abertura de novos canais para a

visibilidade da questão dos refugiados no Brasil e atuação cada vez mais organizada e integrada dos diversos atores sociais, incluindo as universidades.

Ao final do Capítulo 2 (A PROBLEMÁTICA DO REFÚGIO NO BRASIL), a esperança de fortalecimento de novos fóruns democráticos com múltipla composição, como os comitês estaduais e municipais para os refugiados. Junto com a esperança, a certeza da necessidade de acompanhamento permanente da sua atuação e da urgência de se buscar garantir um lugar nestes fóruns para os próprios refugiados. Questão a ser acompanhada e enfrentada junto com a associação que representa os refugiados congoleses no Rio de Janeiro.

Observação, participação, ação e colaboração para a transformação (que se buscou mostrar ser possível no contexto do refúgio estudado) da situação de inclusão social precária em que vivem os refugiados congoleses no Rio de Janeiro. Compromisso assumido de reconhecê-los e conhecê-los de perto, como emigrantes-imigrantes que são, com sua histórias e trajetórias específicas desde a emigração da RDC até a vida cotidiana na metrópole do Rio de Janeiro na condição de refugiados (ou DA EMIGRAÇÃO FORÇADA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC) À SITUAÇÃO DE REFUGIADOS NO BRASIL – Capítulo 3).

Trabalho coletivo, pesquisa com ação para a transformação, em meio ao mapeamento e descoberta dos pontos fortes e das linhas das redes sociais, de como funcionam e se estruturam para além do espaço vivido do refúgio. Conhecimento progressivo das dinâmicas de uma integração local que, embora ainda em estado de inclusão social precária, se apresenta fundamentalmente vinculada ao movimento e ao acesso e utilização dos recursos relacionais da(s) rede(s) social(is).

Através das redes sociais que integram, nas quais transitam e pelas quais se movem, os congoleses emigrantes-imigrantes-refugiados no Rio de Janeiro chegam e seguem buscando (como muitos outros em diversas partes do mundo) apoio, reconstrução e re-significação de suas identidades, reforçando ou criando vínculos, cumprindo obrigações, refazendo seus referenciais em uma situação de interação das culturas do país de origem e do espaço de vida no refúgio.

Casa, trabalho, religiosidade e suas práticas, direito à comunicação através da aprendizagem da língua local, informação, documentos, ajuda financeira, acesso aos serviços básicos de educação e saúde – em todos esses campos os recursos relacionais

precisam ser acionados para a sobrevivência e nas buscas e conquistas alcançadas na experiência singular e coletiva do refúgio, no percurso para obtenção de condições dignas para a reconstrução e reinvenção cotidiana das suas vidas no país de destino que os aceitou e acolheu como refugiados.

Nova forma de inclusão social, “integração local” (no sentido que se assumiu para este termo nesta pesquisa), que só virá com o exercício e o acesso (de fato) aos direitos que as agências e instituições (as quais cabe garantir-lhes proteção, assistência e integração à sociedade local) não cansam de enumerar e valorizar ao construir seus discursos nos quais, a intenção maior, pelo menos pelo olhar da pesquisadora, é fazer conhecer (e fazer crer) o quanto é avançada a legislação brasileira para os refugiados.

Coube aos próprios refugiados congoleses, nesta pesquisa, um espaço para responder através de seus discursos (ainda que refeitos pela construção do discurso da autora) a uma das perguntas que derivam da questão central apresentada na INTRODUÇÃO.

- Qual(is) o(s) sentido(s) que atribuem para o discurso (falas e práticas) institucional sobre as ações implementadas pelas instituições com vistas à integração local e sobre as políticas públicas em vigor? Como percebem (seja como indivíduos seja como parte do grupo de refugiados com suas especificidades internas) e como falam sobre as condições de sua integração (ou não-integração local) e sobre as mudanças necessárias nas ações institucionais? Como a percepção e avaliação da atuação e do discurso institucional interfere e exerce influência sobre as estratégias criativas para A BUSCA DE INTEGRAÇÃO LOCAL - ainda que A PARTIR DA INCLUSÃO SOCIAL PRECÁRIA e efetivamente possível NO CONTEXTO DA GRANDE METRÓPOLE em foco – que o grupo desenvolve?

Sobre os projetos desenvolvidos ao longo da pesquisa

ou

Quando a pesquisa empírica de observação participativa implica ação e intervenção sobre o universo estudado: algumas propostas para ampliar e favorecer ações voltadas à "integração local" dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro.

ou

Quando a participação (da pesquisadora) implica ação conjunta (com os refugiados congoleses) para a transformação.

1. Projeto Ambulatório sem Fronteiras.

Uma análise das realizações, das dificuldades e das perspectivas através de uma entrevista-conversa.

A finalidade da entrevista foi fazer um breve histórico[4] e uma avaliação da experiência de atendimento à saúde de crianças e adolescentes refugiados, em um projeto criado e desenvolvido pela Pediatria do HSE, denominado Ambulatório sem Fronteiras. Foram feitas diversas considerações (nas perguntas e nas respostas) e algumas sugestões e propostas para o atendimento à saúde das crianças e adolescentes refugiados no Rio de Janeiro.

As questões a serem abordadas na entrevista-conversa foram levantadas, discutidas e formuladas ao longo de todo o desenvolvimento e execução do projeto (pelos diversos agentes nele envolvidos) e elaboradas pela pesquisadora em conjunto com o entrevistado.

A seguir, precedendo a transcrição integral da entrevista, algumas informações básicas sobre o projeto.

[4] EM ANEXOS GERAIS estão disponibilizados: o projeto ASF na íntegra (p. 88 a 98); documentos e registros que permitem conhecer o processo de elaboração e execução do projeto (p.20 a 25); dois comunicados que correspondem ao início do projeto (com as regras criadas para o funcionamento do atendimento às crianças com a forma de participação da CACB - p. 19) e à suspensão do mesmo, por tempo indeterminado, em função da falta de apoio institucional e a falta de condições da CACB de organizar o encaminhamento das crianças às consultas (p.26).

Análise das condições de saúde de crianças e adolescentes filhos de refugiados e/ou imigrantes: contribuição do **AMBULATÓRIO SEM FRONTEIRAS DO SERVIÇO DE PEDIATRIA DO HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO – RIO DE JANEIRO.**

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Descrever os perfis epidemiológico, clínico, psicológico e sócio-cultural de crianças e adolescentes filhos de pai e/ou mãe refugiados e/ou imigrantes, provenientes dos seguintes países: Angola, República Democrática do Congo e Congo Brazzaville.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar o crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes, identificando os distúrbios nutricionais.
- Descrever os agravos à saúde das crianças e adolescentes atendidos no Ambulatório Sem Fronteiras.
- Realizar os diagnósticos das condições de saúde das crianças e adolescentes atendidos no Ambulatório Sem Fronteiras.
- Intervir nos diagnósticos das condições de saúde detectados nas crianças e adolescentes atendidos no Ambulatório Sem Fronteiras.

4. METODOLOGIA

O projeto será realizado através de estudo quantitativo, longitudinal, descritivo, prospectivo, baseado no acompanhamento de crianças e adolescentes – menores de 19 anos de idade, filhas de pai e/ou mãe refugiados e/ou imigrantes angolanos e congoleses, nascidas no Brasil ou em Angola, na República Democrática do Congo e no Congo Brazzavile, residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – no ambulatório de Pediatria do Hospital dos Servidores do Estado (HSE), **denominado Ambulatório Sem Fronteiras.**

4.1. LOCAL DO ESTUDO

O estudo será realizado no Hospital dos Servidores do Estado – Ministério da Saúde, localizado no município do Rio de Janeiro.

O HSE é um hospital geral de nível terciário com o objetivo de realizar pesquisa, ensino e assistência na saúde.

Entrevista aberta. Gravada. Transcrita na íntegra.

Data: 28/07/2009

Entrevistado: Dr. Gil Simões Batista – Chefe do Serviço de Pediatria do Hospital dos Servidores do Estado – HSE.

Local: HSE – Serviço de Pediatria.

Considerações preliminares da pesquisadora:

"Dr. Gil, como o senhor sabe, cheguei ao HSE em 2007, para verificar uma informação encontrada em um texto escrito por Rosita Milesi – advogada e figura de grande destaque na questão dos refugiados no Brasil – sobre a designação do HSE pelo Ministério da Saúde como **hospital de referência para o atendimento aos refugiados no Rio de Janeiro.**

O atendimento aos refugiados no hospital já tinha começado há alguns meses quando eu vim tentar investigar como o programa de atendimento estava organizado, na prática, aqui no hospital. Eu buscava saber quais os setores que participavam, a quem eu deveria me reportar para conhecer melhor o atendimento, quem coordenava o programa, como ele havia sido criado e de que forma estava sendo implantado...

Esta entrevista de hoje é para enfocar o projeto que foi desenvolvido especificamente na Pediatria como uma experiência no atendimento multiprofissional voltado para a saúde de crianças refugiadas no Brasil.

P. O senhor poderia começar falando um pouco sobre o histórico desse projeto?

Dr. G. Vou tentar recuperar alguns pontos. Na verdade, nós não tínhamos nenhuma estrutura para atender refugiados. Nunca houve nenhuma organização para o atendimento de refugiados no hospital. Embora existisse a denominação ou a designação de hospital de referência, os funcionários do hospital nunca foram treinados para esta atividade. O que sempre existiu (desde essa designação) foi uma "porta de entrada" através da chefia do Serviço Social. O refugiado procurava a chefe do Serviço Social e ela ia tentar conseguir uma consulta para cada um deles. Na Pediatria não havia, nunca houve uma organização desse atendimento.

Em dado momento, nós fomos procurados por você com uma informação de que já havia estado com o Serviço Social e tomado ciência de que não existia nada de específico para os refugiados no hospital. O que você nos perguntou foi se a Pediatria se interessaria em fazer uma experiência dentro do hospital, pioneira, que pudesse estimular iniciativas semelhantes de outros setores do HSE. Um projeto com um atendimento diferenciado, de acordo com as características desse grupo específico de crianças. Foi assim que a coisa começou (...). Eu levei então a proposta para o grupo da Pediatria e algumas pessoas se mostraram interessadas em estudar esse grupo de crianças, em conhecer melhor as condições do grupo, ver as necessidades ou especificidades.

Houve, então, um primeiro e único contato meu com o diretor da Cáritas - intermediado por você - através de um telefonema muito cordial em que ele me relatava as notícias que a pesquisadora havia levado para ele sobre o interesse da Pediatria em fazer um projeto e um estudo das crianças refugiadas. Nesta conversa, o diretor da Cáritas enfatizou que entre os refugiados as crianças eram consideradas como um grupo especial - que merecia mais cuidados e mais atenção - e que a Cáritas estava muito satisfeita com o nosso interesse, etc. Mas este contato foi o único. Eu não me lembro bem se chegamos a marcar um encontro (...). Acho que o diretor estava doente ou adoeceu, me parece, e acabamos não conseguindo nos encontrar ou dar seguimento à conversa. Não houve mais retorno da parte dele.

P. O que aconteceu é que o contato se perdeu em meio a uma crise que se estabeleceu exatamente naquele período na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Crise esta que, entre outras coisas, desorganizou todo o trabalho da Cáritas com os refugiados. O episódio que deu origem à crise foi logo depois do contato feito com o senhor pelo Dr. Cândido – então diretor da Cáritas. A idéia original era um contato da Pediatria com a Cáritas para se pensar em conjunto o que fazer.

Dr. G. Sim, mas vamos retomar o histórico, pois efetivamente o que aconteceu é que nós fomos procurados por você como pesquisadora, trazendo e explicando pontos sobre a questão dos refugiados, a questão do atendimento às crianças refugiadas e se referindo a uma predominância de angolanos e congoleses.

Nós, da Pediatria, apesar do contato com a Cáritas não ter avançado, resolvemos não abandonar a idéia do projeto e encontrar um novo caminho. E o caminho encontrado foi exatamente através dos refugiados. Eles já tinham uma associação, uma ONG, e passariam a ser, então, a nossa referência para o encaminhamento das crianças ao programa da Pediatria.

Fizemos reuniões com médicos do Serviço, com residentes, com assistentes sociais e com psicólogas – pessoas que já trabalhavam com a Pediatria. Primeiro definimos as pessoas que iriam prestar a assistência médica e as pessoas que iriam complementar essa assistência. Marcamos algumas reuniões com os representantes da associação de angolanos e congoleses – a CACB.

Tirou-se dessas reuniões uma idéia básica do que seria o atendimento, de que havia a necessidade de se elaborar um projeto, quais eram nossos objetivos e, a partir daí, fizemos outras reuniões com os representantes da CACB para explicar o projeto e o que eles precisariam fazer. Nessas reuniões ficou estabelecido que eles seriam os responsáveis pelo encaminhamento, por identificar as crianças (que seriam atendidas a partir dos critérios que nós colocamos para eles), por trazer as fichas de identificação das crianças (que seriam encaminhadas pela associação para a Pediatria para serem organizadas por uma das nossas secretárias). E seriam essas as crianças a serem chamadas em grupos de cinco para cada dia de atendimento.

Nós elaboramos o projeto – um grupo de vários profissionais participou da elaboração (...). O atendimento passou a ser feito no Ambulatório da Pediatria, com uma médica do corpo clinico da Pediatria, uma residente do terceiro ano, duas assistentes sociais e uma psicóloga. No dia marcado para o atendimento (primeira consulta), antes das entrevistas, as crianças colhiam sangue para hemograma, faziam uma fita reativa de urina para verificar alguma alteração mais grosseira e colhiam material para exame de fezes. Já numa segunda fase do processo todo, nós tentamos evitar que os refugiados tivessem que retornar ao hospital muitas vezes, já que eles vinham de área distante, de Caxias, do subúrbio, Brás de Pina. Tinham questões financeiras, dificuldade com passagens (...) problemas desse tipo. Procurou-se, então, um sistema para que o material necessário para a coleta de fezes fosse enviado, de modo que na consulta os pais já trouxessem as amostras para exame.

Bem, foram várias as necessidades de reorganização, de refazer escalas das consultas, de juntar irmãos ou vizinhos em uma mesma data, tudo para procurar facilitar ao máximo (...).

P. Como o projeto caminhou? Como foi o resultado?

Dr. G. O projeto era esse, era prestar assistência para um número estipulado em até 100 (cem) crianças, indicado a partir das informações dadas pela CACB e acordado conosco em reuniões. Depois desse grupo de no máximo 100 crianças nós iríamos rever – já com conhecimento das necessidades das crianças – qual era a forma mais adequada para o atendimento: se precisavam realmente ser tratadas no Hospital dos Servidores, se seriam encaminhadas pelo projeto para outras unidades de saúde, para quais unidades, como fazer esse encaminhamento... Enfim, nós iríamos avaliar e recomendar o que fazer com o processo mais adiante.

O projeto caminhou durante seis meses. Só que ocorreu – lá pelo meio do prazo que estipulamos no cronograma do projeto para este grupo inicial – que eles começaram a faltar muito às consultas marcadas, principalmente às consultas de retorno. A equipe fez todas as mudanças de agendamento que foram possíveis, fez novas chamadas, enfim, todos os esforços, além de contato freqüente da Dra. Juliènne Martins – médica responsável pelo projeto – com o representante da CACB. Realmente houve um grande esforço para identificar e procurar reduzir os motivos das faltas.

A equipe tinha sido formada com quatro profissionais de saúde, ou seja, eram quatro pessoas que ficavam à disposição para o projeto com os refugiados, um dia da semana – às quintas-feiras –durante toda a parte da tarde. Formavam uma equipe deslocada de outras tarefas da Pediatria.

Infelizmente, apesar de todos os esforços da coordenadora do projeto, de todo o grupo, e de muitos contatos com o responsável da CACB pela organização e pelas fichas (muitos telefonemas, e-mails, etc.), as crianças agendadas continuaram a faltar - o que acabou inviabilizando a manutenção de quatro profissionais do Serviço aguardando para o atendimento.

P. Eles faltavam já às primeiras consultas ou às consultas de retorno? Como era esse esquema do retorno?

Dr. G. Eu não sou a melhor pessoa para responder sobre a prática do atendimento porque eu, na verdade, não atendi como pediatra nenhum refugiado. Eu participei da organização do atendimento, da elaboração do projeto, participei de todas as reuniões de organização do atendimento, de todas as reuniões para modificações – sempre que fui interrogado sobre os problemas do projeto – porque sou responsável pela Pediatria. Sempre que havia alguma dificuldade no atendimento, faltas dos pacientes ou qualquer questão, a gente sentava e tentava reorganizar, tentava achar saídas para os problemas. Mas não tenho como responder a questões mais específicas. Essas questões só podem ser respondidas pela Dra. Juliènne Martins, responsável pelo projeto, e pelas outras profissionais que trabalharam diretamente com as crianças e com os pais. O que eu posso dizer é que o nosso interesse era tentar identificar problemas específicos de saúde nessa população. A nossa idéia era termos ao final dessa primeira etapa (com o atendimento de até 100 indivíduos), a capacidade de identificar prioridades para o atendimento dessas crianças, identificando prevalência de patologias. Mas, na verdade, não houve essa identificação. Primeiro porque o projeto terminou antes do desejado. Segundo, porque não houve a descoberta ou a incidência de nenhuma patologia importante nesse grupo pediátrico. No total, mais de 60 crianças foram atendidas pelo menos uma primeira vez até o projeto ser suspenso.

A meu ver, o que certamente também desestimulou a vinda dessas crianças ao médico é que isso está fora de uma prática cultural das famílias; está fora do contexto do grupo de só procurar o médico quando se está doente. Eles estavam vindo ao médico em “uma condição de saúde”, digamos assim. E, em geral, isso não é uma prática fácil de se incorporar à cultura – principalmente entre as pessoas mais pobres. No caso, eles não têm só o problema de locomoção, que foi muito discutido, mas têm vários outros problemas a resolver (...) que foram relatados nas entrevistas com as assistentes sociais e nas consultas com as pediatras.

Eu penso que esse foi o conjunto de fatores inibidores de maior força: “distância do hospital + questão financeira” e a não confirmação da nossa hipótese no sentido da existência de patologias significativas nesse grupo de crianças que conseguimos abranger.

Os pais estavam trazendo as crianças para uma avaliação clínica, uma assistência social e até para encaminhamento para a psicologia (que poucos aceitaram), mas sem a necessidade de estar procurando um hospital (...). Isso, se pensado e organizado de outra forma, poderia estar sendo feito em qualquer unidade de saúde primária perto da residência deles.

P. Como o senhor avalia, então, esse atendimento à saúde das crianças refugiadas, ou seja, a melhor forma de se organizar um atendimento para elas? Como poderia ser encaminhado, organizado, um processo de atendimento de qualidade e de acompanhamento da saúde das crianças refugiadas e filhas de refugiados no sistema público de saúde – que vocês apontaram como um dos objetivos do projeto?

A pergunta em seqüência a esta seria como o senhor vê (a partir desta experiência e ainda que ela não tenha sido concluída com o grupo de crianças projetado) o que caberia ao HSE (uma vez designado como referência para os refugiados) e, especificamente, à Pediatria do HSE, fazer para garantir um bom atendimento à saúde das crianças refugiadas no Rio de Janeiro?

Poderia ou deveria ser montado outro sistema? De que forma? O hospital poderia atuar como referência, mas num sistema integrado a outras unidades de saúde básica? Em outras palavras, o caminho seria o inverso e o hospital não deveria ser o primeiro ponto no atendimento?

Gostaria de uma avaliação geral sua, incluindo sua opinião sobre a necessidade, a validade ou não de um projeto como o que foi elaborado e realizado (ainda que parcialmente) ou, quem sabe, a necessidade de um projeto daquela natureza, porém reformulado por outros princípios.

Dr. G. Eu penso que o atendimento a essas crianças no projeto Ambulatório sem Fronteiras permitiu a identificação não da necessidade de uma inversão, mas de um caminho diferente. Seria necessário se pensar como estabelecer uma relação mais direta e institucional entre o município de Caxias, por exemplo, e o município do Rio de Janeiro (através dos postos de saúde localizados onde essa população se concentra), para que essas crianças tivessem um acesso direto à Pediatria do HSE (e ao projeto ASF) sempre que assim se fizesse necessário. Acho que dessa forma você estaria tirando a “obrigação” de deslocamento da população enfocada aqui e estaria sendo

mantida a atividade e a referência de um hospital terciário – nesse caso o HSE – como unidade de saúde disponível para as crianças refugiadas.

Entenda bem. Na verdade, o projeto na Pediatria do HSE não precisaria ser somente para atendimento de grandes dificuldades clínicas. Não é isso que eu estou pensando. Poderíamos atender tudo aquilo que o posto de saúde não tivesse condições ou não pudesse resolver (...). Seriam casos encaminhados para nós – para esse Ambulatório "especial", que foi pensado e criado para essas crianças. Nesse sentido, se é secundário ou terciário, isso já é outra discussão e não é o que mais importa neste caso.

Na verdade, com um esquema em que nós – Pediatria HSE/Projeto ASF – estivéssemos integrados aos postos de saúde (postos de atenção primária dos locais aonde residem essas crianças refugiadas e filhas de refugiados nascidas aqui), poderia ser feita uma triagem em sentido inverso, ou seja, as crianças iriam aos postos para acompanhamento do peso, do desenvolvimento, para vacinação, prevenção de doenças mais comuns e, a qualquer identificação de um problema além da capacidade dessas unidades básicas elas seriam encaminhadas diretamente aqui para a Pediatria do nosso hospital (designado como o de referência para os refugiados). O desdobramento desse processo iria indicar, em cada caso, se a necessidade era manter a criança sendo acompanhada e/ou tratada aqui no hospital dos Servidores ou se o problema da criança seria aqui identificado, verificado cuidadosamente, de forma adequada para esta população com especificidades, e a criança poderia retornar ao sistema normal do posto de assistência médica básica mais próximo da residência da família.

P. Como o senhor veria uma forma de operacionalizar ao menos um registro de todas as crianças refugiadas na Pediatria do HSE? O que acha disso? Se eu entendi bem a sua explicação, há uma proposta de existir um programa específico para esse grupo de crianças aqui na Pediatria – como foi a idéia que levou vocês a fazerem o projeto e colocá-lo em funcionamento – porém, com uma espécie de parceria ou integração mais direta com as secretarias de saúde dos municípios que o senhor citou. A idéia (pelo que eu entendi) é que cheguem aqui todas as crianças refugiadas que precisem chegar. Minha pergunta é se simplesmente a inversão do sentido – com os refugiados levando seus filhos ao posto de saúde somente quando estiverem doentes – não impediria que se pudesse identificar qualquer outra coisa, a incidência de certa doença, por exemplo, que já pudesse ser tratada aqui no hospital, neste programa. Estou pensando principalmente

na dinâmica da questão dos refugiados, ou melhor, estou centrando a pergunta na necessidade ou não de serem atendidos aqui, num primeiro momento, todos os refugiados, ou todos os que chegam. No caso, as crianças que já vivem no Rio de Janeiro e as que vêm chegando ao Brasil.

Dr. G. Eu não estou certo se seria o caso de se fazer uma primeira chamada para todos que já estão aqui no Brasil – todas as crianças que não foram abrangidas (ou as que não compareceram) pelo projeto ASF. Se a própria Cáritas encaminhasse uma primeira vez à Pediatria do HSE as crianças recém-chegadas (e as outras que ainda não vieram) para que elas já ficassem inscritas aqui na Pediatria e passassem por uma avaliação primeira aqui mesmo, talvez fosse o melhor. E aí, depois, sim, o atendimento de saúde das crianças seguiria a ser feito naquele sentido inverso que eu falei.

Eu gostaria, porém, de esclarecer bem uma coisa importante aqui. Na verdade, a prática dos refugiados procurarem o posto de saúde quando as crianças estivessem doentes, já seria, rigorosamente, uma idéia distorcida de atendimento primário. As crianças devem ser acompanhadas rotineiramente nos postos de saúde, como uma porta de entrada para outros níveis de atendimento nos casos de agudização de doenças, apresentação de intercorrências agudas, descoberta de uma patologia importante, etc. Mas a identificação de um ou mais problemas de escala maior, de um grupo específico de crianças – como é o caso de que estamos tratando – só seria realmente feito em um tipo de acompanhamento da criança que tenha consulta marcada, agendada, para ser rotineiro; para que todas as crianças fossem acompanhadas como são as crianças que têm um pediatra.

A criança vai ao pediatra uma vez por ano ou, dependendo da idade, vai todo mês, depois vai de três em três meses, depois duas vezes por ano. O posto de saúde é, ou deveria ser de fato, a unidade do sistema de saúde responsável por esse atendimento mais próximo e de menos risco.

Essa foi a base do que eu coloquei quando me referi ao fato de que essa população de refugiados já está aqui, estabelecida em algum ponto, com problemas financeiros, dificuldade de deslocamento, questões praticas que dificultam levar o filho a um médico, como levar mais de um filho (...). Agora, é bom esclarecer que pensamos que a proposta ideal seria se reorganizar ou se organizar um projeto verdadeiro de assistência e atendimento à saúde das crianças refugiadas, de atenção a essas crianças (que não

existe!) com encaminhamento para uma primeira abordagem no hospital de referência, em um projeto como o ASF.

A criança poderia vir primeiramente ao hospital, ser identificada, ser consultada, ser avaliada sobre as patologias mais importantes, atendida e assistida por um grupo de profissionais de saúde. Uma vez identificado que não havia risco nenhum na criança, que ela não precisava de um tratamento aqui nos Servidores – ou atendimento psicológico, se fosse o caso – ela seria então encaminhada ao posto de saúde mais próximo à residência dela; encaminhada por nós. De que forma isso favoreceria um atendimento à saúde dessas crianças? Permitindo a construção de um cadastro; permitindo que nós aqui da Pediatria determinássemos quais as prioridades de investigação nessas crianças.

Na realidade, em geral, o posto nos encaminha crianças – brasileiras ou não – quando identifica uma alteração de natureza clínica. Então, como são vários postos, várias pessoas atendendo, não haveria uma padronização do que é mais significativo ou mais importante neste grupo. Isso seria realmente difícil de acontecer. Já com um primeiro atendimento comum a todos (todas as crianças refugiadas, ou de um grupo mais expressivo de refugiados de mesma procedência e os que fossem chegando), se poderia criar essa oportunidade de priorização de alguns aspectos na identificação e de critérios no atendimento. É uma boa idéia. Depende de organização e de integração de instituições e órgãos.

P. Já que o senhor falou que depende de organização, a pergunta que faço é em cima desse ponto mesmo. Acompanhando o desenvolvimento do projeto e tentando colaborar com a CACB na organização das fichas das crianças a serem enviadas para a Dra. Juliènne (coordenadora do projeto) surgiram várias indagações sobre o que estaria errado na forma que se utilizou para organizar o encaminhamento das crianças. A cada momento aparecia um fator de dificuldade (...) para além da questão cultural, já mencionada pelo senhor, de que não está internalizado nos pais congoleses ou angolanos o acompanhamento de saúde das crianças, ou a necessidade de trazer ao médico em “uma condição de saúde”; sem falar na inexistência de hospital gratuito nos países de onde eles vêm - nem para casos graves e, muito menos, para prevenção de doenças, vacinas, etc. Mesmo considerando tudo isso, o que predominou nas avaliações do grupo do ASF foi a constatação de que não havia como a associação, a CACB,

apesar de todos os esforços feitos, ser a responsável por essa organização do encaminhamento. O que o senhor pensa disso? Avaliando a necessidade de se interromper um projeto pioneiro como esse, com um grupo profissional todo motivado e tão interessado (...). De que forma a experiência que vocês fizeram na Pediatria do HSE permite que sugiram uma forma concreta de "fazer acontecer" um atendimento à saúde das crianças e adolescentes refugiados no Rio de Janeiro, de todas as nacionalidades, como era o objetivo do projeto no seu conjunto de etapas?

Dr. G. A organização do encaminhamento das crianças para cá, a meu ver, tem que partir do organismo que é responsável por receber e assistir os refugiados no Rio de Janeiro. Sendo quem recebe – e porque recebe – é essa instituição que tem o conhecimento e que vai poder pensar e criar um melhor mecanismo de encaminhamento. Nós faríamos, dentro da nossa competência, o que nos coubesse para essa organização funcionar de acordo com o processo de encaminhamento que o órgão – no caso a Cáritas – avaliasse como o melhor e que fosse acordado conosco. Nesse caso, já seria criada outra norma, pois, na verdade, já existe um equívoco de abordagem desde que isso tudo começou. Até agora, a Cáritas está encaminhando para o Hospital dos Servidores do Estado o refugiado que chega dizendo que está doente ou aqueles que têm patologias com manifestações óbvias. Então, até o momento, coube ao hospital atender pessoas com patologias óbvias. Assim, jamais se vai fazer um diagnóstico epidemiológico, por exemplo, do grupo de africanos, ou de prevalência de doenças que não são óbvias de se enxergar – não estão na pele, não estão na respiração, etc.

Voltando para o caso específico das crianças e da Pediatria, levando em conta o que tenho de informação sobre o número de refugiados, nós teríamos a capacidade de atender a todas as crianças refugiadas naquele sistema de serem encaminhadas primeiramente para cá e depois permanecerem aqui ou seguirem para unidades básicas - podendo sempre retornar quando necessário. Penso que assim nós seríamos uma referência mais bem organizada do que estamos sendo até agora. Estou falando da organização de um primeiro atendimento de todas as crianças a ser prestado por esse grupo que se dispôs a pensar, elaborar e executar o projeto que você acompanhou. A partir desse primeiro atendimento nós estudaríamos o grupo de crianças (e as famílias), a prevalência de doenças no grupo, consideraríamos estudos sobre a região ou país de onde tivessem vindo ou sobre o país de origem do grupo. Nós também estudaríamos o indivíduo como indivíduo – como fazemos com as nossas crianças aqui. A equipe de

profissionais de saúde identificaria os problemas, discutiria os casos e indicaria diretrizes para o grupo, se fosse o caso. Não encontrando problemas de natureza mais complexa ou mesmo nenhum problema, seríamos nós a referência para os postos de saúde que as crianças passariam a usar para o acompanhamento de rotina em Pediatria: pesar, medir, fazer as vacinas, aprender a cuidar de desidratação com soro oral, fazer higiene correta, aplicar medidas básicas para evitar agravamentos de problemas banais, etc.

Me parece (e sempre nos pareceu lógico desde que fomos designados para referência de saúde aos refugiados no Rio de janeiro) que o caminho tivesse que ser: organização responsável pelos refugiados – HSE / Pediatria – rede de saúde básica – possível retorno à Pediatria do HSE (de indivíduos já avaliados e conhecidos). Aí, sim! Aí eu penso que haveria um programa de atendimento à saúde do refugiado. O que existe hoje, na verdade, é uma pessoa designada pelo hospital para ser um referencial para solicitação de favor (dentro do hospital) para o atendimento de pessoas que têm a condição de refugiado. Não existe um projeto de atendimento à saúde de refugiados aqui. Aqui, nesse hospital, não existe.

Bem, para finalizar, eu só queria declarar que esse projeto do Ambulatório sem Fronteiras sempre foi motivador para nós. Foi organizado, olhado, pensado com muito cuidado e interesse pelo serviço de Pediatria, pelo Serviço Social (através das assistentes sociais que já trabalham com a Pediatria) e por uma psicóloga que também trabalha com a Pediatria e que integrou o grupo. Esse projeto foi realizado com a participação desses três serviços do HSE: Pediatria, Serviço Social e Psicologia. Só para ficar registrado. Obrigado.

2. **O Projeto Contadores de Histórias – CACB / 2008**

Oficinas de valorização das tradições culturais dos imigrantes congoleses e angolanos: memória e narrativas como elementos de construções e re-significações identitárias.

PROPOSTA PARA OFICINAS DE FORMAÇÃO DE CONTADORES DE HISTÓRIAS DA CACB – COMUNIDADEANGO_CONGOLESA DO BRASIL

PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO: ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE.

COORDENAÇÃO: ANA LUCIA SOUTTO MAYOR E MARIA REGINA PETRUS TANNURI

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

A arte de contar histórias é muito antiga. Vem desde quando os homens perceberam que o domínio da oralidade podia ser explorado artisticamente como um recurso para atrair a atenção e ganhar a admiração das outras pessoas. Surgiram assim os primeiros contadores de histórias.

Com o passar do tempo, contar histórias deixou de ser um mero entretenimento e os contadores passaram a ter importantes funções nas comunidades. Eram aqueles que através de suas envolventes narrativas preservavam as tradições, os costumes, os valores, as crenças, os ensinamentos. Eram aqueles que iam andando de um lugar a outro levavam as notícias sobre os acontecimentos importantes e as novidades.

Os contadores de histórias continuam até hoje a mexer, através de variadas receitas, com os mesmos ingredientes que marcavam as narrativas dos antigos contadores: emoção, sensações, sentimentos, memórias, imaginação. Na verdade, os contadores, cada qual a seu modo, criam e recriam sobre as mesmas coordenadas – tempo, espaço, homem, mulher, pai, mãe, amor, ódio, paixão, vida e morte – as relações permanentes da existência. Através de seu variado repertório permitem que seus ouvintes recriem e experimentem outras combinações desses elementos que as narrativas vão trazendo. Processo de transformação; processo de criação.

A arte de contar histórias aciona, em princípio, dois eixos básicos do sujeito: o da **memória - memórias individuais e memórias coletivas** dos grupos sociais a que pertence, como a família, a escola e outras instituições – e o da **expressão**, englobando

todos os elementos que concorrem para que a *contação* se estabeleça e as histórias "cheguem" até os ouvintes: a voz, o corpo, o movimento do contador, ele mesmo uma imagem-síntese da narrativa que por ele vai fluindo, cinema vivo em processo de criação. O primeiro eixo – o da **memória** – aponta tanto para o acervo de registros pessoais (visuais, olfativos, sonoros, gustativos, táteis), constituído ao longo da vida, quanto do legado arquetípico de imagens, alocadas, segundo a terminologia junguiana, no inconsciente coletivo da humanidade. No plano individual, os sonhos apresentam-se como matéria-prima, por excelência, das imagens guardadas no inconsciente do sujeito, as quais emergem à superfície da consciência, ao serem "resgatadas" após o sono, guardando, no cifrado de suas representações, peças-chave para a construção de um outro nível de conhecimento do sujeito sobre si mesmo. No plano coletivo, os mitos, as lendas, os contos de fada, os contos populares e as fábulas organizam, no campo do imaginário, todo esse legado arquetípico, pertencente às estruturas primeiras do homem.[5] Entretanto, as fronteiras entre esses dois planos nem sempre se desenham de modo nítido, definido; ao contrário, os limites entre os sonhos, os contos de fada, os mitos e as demais narrativas arquetípicas mostram-se imprecisos, ampliando ainda mais as possibilidades de acesso à psique do indivíduo pela via dos conteúdos simbólicos manifestos nessas narrativas, representações do inconsciente coletivo.

> Parece-me que as histórias arquetípicas se originam, freqüentemente, nas experiências individuais, através da irrupção de algum conteúdo inconsciente, que podem surgir em sonhos ou em alucinações em estado de vigília. Algum evento ou alguma alucinação coletiva acontece, e então, o conteúdo arquetípico irrompe na vida de um indivíduo. Isto é sempre uma experiência numinosa. Nas sociedades primitivas praticamente nenhum segredo é guardado; então essa experiência é sempre comentada, ampliando-se por outros temas folclóricos existentes que a completam. Então, ela se desenvolve tanto quanto um boato.[6] (FRANZ, 1990, p. 31)

Um dos principais objetivos dessa primeira oficina de formação de contadores de histórias – compreendida como uma etapa de sensibilização para a arte de contar histórias – processo inesgotável e ininterrupto de aprendizados... – é o de acionar a **memória** dos sujeitos envolvidos na dinâmica da oficina, valendo-se de estratégias que mobilizem suas lembranças, evocadas a partir de um acervo único de registros sensoriais, colhendo as narrativas emergentes desses arquivos singulares e dando a essas

[5] Em A interpretação dos contos de fada, Marie-Louise Von Franz distingue os contos de fada das demais narrativas arquetípicas, por entender que os primeiros "são a expressão mais pura e mais simples dos processos psíquicos do inconsciente coletivo". (FRANZ, 1990:9). Entretanto, não trataremos, nessa etapa de apresentação de minha proposta, dessa distinção; discutiremos a questão mais adiante.

[6] FRANZ, Marie-Louise Von. A interpretação dos contos de fada. São Paulo: Paulinas, 1990. p.31.

narrativas uma **expressão** particular, em razão das potencialidades de cada contador, no manejo de seus recursos primeiros – a voz e o corpo -, a serviço da transformação das histórias em "textos vivos". Nesse sentido, a organização da oficina busca dar espaço a diferentes vivências que permitam a operação desses dois eixos centrais – o da **memória** e o da **expressão -**, objetivando o resgate coletivo de narrativas tradicionais - oriundas dos contextos sócio-culturais de diferentes grupos de refugiados – e a transmissão dessas narrativas por esses mesmos sujeitos, contadores em potencial do imaginário de suas comunidades de origem.

O trabalho com as histórias pressupõe alguns componentes indispensáveis para que as histórias se estabeleçam, mobilizando por inteiro seus ouvintes: o compromisso do contador com a história que conta – que tem que sair de dentro dele e na qual ele tem que acreditar; a forma própria da oralidade que uma história precisa ganhar para ser contada - sucinta, sem muitos comentários, sem explicações, com um tempo próprio e um ritmo que respondem ao momento e à reação dos ouvintes; um gestual natural que sai como que sem querer, trazido pelo percurso da história, uma entonação que se ondula e uma variação de ritmos e volumes; um trabalho de marcação do espaço onde se põe o contador e onde ele espalha e vai construindo as histórias; um saber deixar que a criação das imagens aconteça. Imagens que o contador sugere, evoca e deixa no ar, para que sejam reconstruídas pelos pequenos ouvintes – cada qual a seu modo, gosto, necessidade.

O processo de contar histórias depende, portanto, de um tripé essencial: **(re)criação, emoção, doação**. É esse tripé que sustenta a possibilidade de identificação dos ouvintes com o contador e com os personagens das histórias que vai trazendo. O que mais importa é que o contador consiga – com a cumplicidade dos ouvintes – produzir um ambiente adequado para que as histórias possam fluir por si mesmas e para que todos os presentes possam – sem medo – se deixar transportar para um tempo e um espaço que escapam e estão fora de qualquer temporalidade e da espacialidade demarcada antes de a mágica das histórias ter se iniciado.

Não se deve contar histórias de dia, diz uma velha superstição. Mas podemos contá-las a qualquer momento se usarmos a imaginação para nos protegermos de um eventual perigo através da invenção, da transformação – como nos ensinam as narrativas tradicionais, os mitos, os contos populares de todo o mundo.

Programa da oficina:

1º. DIA

O primeiro dia de atividades da oficina tem como eixos norteadores a mobilização das memórias através da exploração dos sentidos (olfato, paladar, tato, audição, visão), a valorização do nome como um "segredo" a ser partilhado pelo contador com quem ouve as histórias e construção coletiva de histórias, a partir de uma dinâmica de improviso narrativo, realizado por todo o grupo.

CADA UM NO SEU CANTO – Descobrindo seu parceiro/ reconhecendo seus territórios...

MEMÓRIA DOS CHEIROS, MEMÓRIA DOS GOSTOS, MEMÓRIA DAS COISAS – Explorando uma "feira"...

MEMÓRIA DOS OUVIDOS: Os sons de nossas vidas, vida afora...

MEMÓRIA DOS OLHOS, MEMÓRIA DOS GESTOS – As marcas que permanecem, os "sinais" que dizem tudo...

O SEGREDO DOS NOMES – Entregando o próprio nome como um segredo: fios para uma teia I...

PALAVRA PUXA PALAVRA: Construindo cenários com ritmos e letras...

A HISTÓRIA DE TODOS E DE NINGUÉM: Construindo uma história coletiva: fios para uma teia II

2º. DIA:

As dinâmicas do segundo dia de trabalho da oficina pretendem resgatar as memórias do grupo, a partir da ativação de todos os acervos individuais e coletivos de cantos, contos e brincadeiras infantis. Além disso, procuraremos problematizar a ambiência para "estabelecer" uma história, as múltiplas releituras de uma mesma estrutura narrativa, as diversas exigências para um trabalho expressivo com as histórias, a definição de um repertório para o grupo, tomando como ponto de partida o reconhecimento de uma identidade coletiva.

MUITOS INÍCIOS E MUITOS FINAIS: Estabelecendo um pacto entre o contador e seus ouvintes...

DESCOBRINDO FRAGMENTOS, SEPARANDO CACOS: Histórias recriadas e recontadas: cotejando versões...

RECONSTRUINDO E REIVENTANDO HSITÓRIAS: Em busca de um "modo de contar": a dimensão autoral de cada contador.../ a exploração dos elementos do processo de "contar": a memorização, o ritmo, o gestual, a voz, o tempo...

CADA UM COM SEU CONTO: A escolha individual do contador: histórias que nos contam...
UM CANTO PARA CADA CANTO: Construindo um repertório: os caminhos de cada grupo...
CACOS PARA UM VITRAL I: Que contos nós ouvíamos, que contos nós contamos?...
CACOS PARA UM VITRAL II: Que cantos nós cantávamos, que cantos nós cantamos?...
DO SEGREDO DE CADA UM A UM NOME PARA TODOS: A busca de uma identidade coletiva: "batizando" o grupo...
IMAGEM PUXA PALAVRA E PALAVRA PUXA IMAGEM: Que imagens nos contam?...
CORES PARA UM VITRAL: Das múltiplas aquarelas para uma "tela" do grupo...
COLA PARA UM VITRAL: Definindo o logo do grupo em imagens, cores e palavras...

3º. e 4º. DIAS:

O terceiro e quarto dias da oficina serão dedicados à preparação das histórias escolhidas pelo grupo para compor seu repertório. Nesses dois momentos de ensaios coletivos – entremeados pela preparação de um almoço por/ para todos os integrantes da oficina – "degustaremos" as histórias escolhidas, trabalhando, de modo específico, as partes das narrativas, os diferentes modos de "colorir" as histórias, através do ritmo, da entonação, da operação com os "silêncios" vários...

TIRANDO A TAMPA E O TEMPO DA PANELA I: "Cozinhando" os cantos e os contos: assimilando as histórias como parte do contador...
TIRANDO A TAMPA E O TEMPO DA PANELA II: "Colocando os temperos": trabalhando as histórias com seus movimentos, pausas e sons...
TIRANDO A TAMPA E O TEMPO DA PANELA III: "Aprontando a comida": repassando as narrativas "sem perder o fio da meada"...
TIRANDO A TAMPA E O TEMPO DA PANELA IV: "Comendo com contos e cantos": "regendo a orquestra" – o ensaio final...

5º. DIA:

No último dia de trabalho do grupo, o objetivo central é apresentar a sessão de histórias, construída pelo grupo ao longo de todo o processo, para os membros das comunidades a

que pertencem os integrantes da oficina. A sessão será seguida de um lanche ou almoço coletivo – um “banquete” de para todos os “paladares”...
.LUZES PARA UM VITRAL: “Servindo os convidados” ou “quem quiser que conte outra”...

Formato e operacionalização das oficinas de contadores de histórias e eventos de apresentação de encerramento do trabalho

2 oficinas com a duração de 40 horas de formação cada uma e mais uma sessão de encerramento - em data a ser escolhida pelo coletivo de cada grupo-, com uma primeira apresentação do trabalho para convidados, seguida de um almoço com as comidas africanas relacionadas ao processo de criação desenvolvido nas próprias oficinas. (como está desenhado na proposta das oficinas)

Cada oficina será desenvolvida em 5 encontros de 8 horas de duração, sempre aos sábados, de 09h00min as 13h00min e das 14h00min às 18h00min- com intervalo de almoço de 1 hora.

Cada oficina trabalhará com um grupo de 15 a 20 participantes.

Cada oficina será ministrada por dois professores e dois assistentes - integrantes da CACB - que participarão de todas as etapas de elaboração, execução, fechamento com primeira apresentação, etc. e serão orientados pelos professores para uma futura atuação como multiplicadores da experiência na comunidade, dando continuidade ao trabalho.

Considerações sobre o Projeto

Pretende-se que o projeto aqui apresentado possa trazer outras contribuições para o grupo diretamente envolvido com o trabalho que tem por base a tradição de contar histórias. Consideramos que o resgate das histórias de tradição oral e o ato de

contá-las permitem uma reorganização da memória[7] e favorecem uma reestruturação interna de indivíduos que em suas falas nos deixam perceber uma fragmentação identitária – como nos indica Walter Benjamin.[8] Há certas situações, quando a linguagem racional entra em colapso, em que a comunicação se torna mais fácil através dos mitos, dos arquétipos, das emoções.

Acreditamos que estes imigrantes podem elaborar um processo de resistência de natureza cultural-identitária em um contexto marcado pela hibridação de culturas/identidades. Em conversas informais com alguns integrantes da comunidade percebe-se, notadamente entre aqueles que já chegaram há mais de uma década, a forte identificação que já criaram com o Brasil a ponto de não demonstrarem expectativas de retorno para viver na terra natal. Não estamos aqui ignorando as condições atuais dos países de onde são provenientes os imigrantes enfocados. Países que enfrentam situações de guerra ou conflitos armados regionais, onde não há liberdade e direitos políticos democráticos e, sobretudo, países que ainda não oferecem condições de uma vida digna para que possam retornar. Tampouco se pode desconsiderar a perda da esperança de migrar para os países da Europa onde muitos têm parentes próximos, em função das crescentes barreiras e todo tipo de dificuldades que são impostas aos imigrantes e solicitantes de refúgio. Para além dessas questões, vínculos de outras naturezas (constituição de família e círculos de amizade, de trabalho e de vizinhança construídos aqui) influenciam seus projetos de permanência e reforçam a identificação do Brasil como local de permanência e não apenas de passagem ou de estadia provisória.

Vemos a CACB como uma experiência significativa de associativismo e com um caráter inovador na história das associações de imigrantes africanos no Brasil. Comunidade que vai sendo construída com autonomia por sujeitos que procuram reduzir através de atuação coletiva as dificuldades de uma inserção precária no espaço da imigração – infelizmente, até o momento, sem nenhum apoio concreto para seus projetos.

[7] POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”.
[8] BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política.*

EPÍLOGO

Como se eu mandasse nas palavras...

Como se eu mandasse nas palavras
Pediram-me que a dor fosse um sorriso.
Como se eu mandasse nas palavras
Disseram-me ser louca e ter juízo.

Como se eu mandasse nas palavras
Falaram-me que a água era o deserto
Como se eu mandasse nas palavras
Disseram ser o mesmo o longe e o perto.

Palavras não são só aquilo que eu oiço.
Não peçam que lhes ganhe e não as sinta.
Palavras são demais para o que posso.
Não queiram que eu as vença ou que lhes minta.

Como se eu mandasse nas palavras
Quiseram que emendasse o que está escrito.
Para quê?
Se eu mandasse nas palavras
Daria agora o dito por não dito.

(Trechos da letra de um belíssimo fado cantado por Marisa - a Amália Rodrigues do século XXI. Foi meu fundo musical nos tempos de finalização da escrita desta tese...)

Para o meu querido companheiro Gil, em poucas palavras, como ele gosta, um dito sobre a esperança maior que trago no meu coração.

"Se existe um céu, todos seremos ali imigrantes".*

**Frase anotada ao acaso na contracapa de minha agenda. Copiada de mensagem da lista eletrônica do NIEM.*

BIBLIOGRAFIA

ACNUR BRASIL; CONARE. **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil: decisões comentadas do CONARE.** 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5780.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2008.

AFRICAN PRESS ORGANIZATION – APO. **République démocratique du Congo / L'insécurité croissante cause davantage de déplacement au Nord-Kivu**. 25 fev. 2009. Disponível em <http://appablog.wordpress.com/2009/02/25/republique-democratique-du-congo-l'insecurite-croissante-cause-davantage-de-deplacement-au-nord-kivu/>. Acesso em: 28 fev. 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **Estado de exceção.** (Col. Estado de Sítio). São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. "Un encuentro con Giorgio Agamben". Entrevista a Daniel Link. **Antroposmoderno.** 01 set. 2001. Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=605>. Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. **We Refugees.** European Graduate School Faculty, 2005. Disponível em: <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-we-refugees.html>. Acesso em: 26 jul. 2008.

AGENCIA DE NOTICIAS de Informacion Alternativa. "**CEAR pide el cierre del centro de detención de migrantes de Nouadhibou".** Disponível em: <http://ania.urcm.net/noticia.php3?id=27697>. Acesso em: 07 mai. 2009.

AGÊNCIA FIDES. **"Nunca mais episódios do gênero": os Bispos do Bas-Congo intervêm sobre as violências no final de janeiro.** 01 mar. 2007. Disponível em <http://www.fides.org/aree/news/newsdet.php?idnews=9579&lan=por>. Acesso em: 02 abr. 2008.

AGER, Alastair; STRANG, Alison. **Understanding Integration: A Conceptual Framework.** Abril 2008. Disponível em http://www.oxfordjournals.org/page/3793/3 Acessado em 21 agosto de 2009.

ALEINIKOFF, T. Alexander. “Protected characteristics and social perceptions: na analysis of the meaning of membership of ‘membership of a particular social group’. IN FELLER, Erika; TURK, Volker; NICHOLSON, Fraces. **Refuge Protection in International Law.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ALMEIDA, Guilherme de Assis e ARAUJO, Nadia (org). **O direito internacional dos refugiados no Brasil: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ALMEIDA; CUNHA. “Exemplo de globalização solidária”, **Folha de São Paulo**, 11 de janeiro de 2002, p. A-3 (tendências/debates). Disponível em http://www.nevusp.org/portugues/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=389

Acessado em 24 fev de 2008.

ALTO COMISSARIADO das Nações Unidas para Refugiados. **Políticas Públicas para las Migraciones Interncionales: migrantes y refugiados.** Brasília: ACNUR / IMDH / Deputado Federal Orlando Fantazzini, 2006.

_____. **“Lei 9747/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados”.** Dez. 2005. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/3390.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2008.

_____. **Global Trends 2006**. 20 jun. 2006. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/7300.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.

_____. **A proteção dos refugiados e a migração mista: o Plano de Ação de 10 Pontos.** Jan. 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos>. Acesso em: 18 set. 2008.

_____. **Global Trends 2007**. 20 jun. 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/6523.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

_____. **Visão Global 2008 (vídeo).** Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/videos/>. Acesso em: 28 jul. 2008

_____. **ACNUR está chocado com as perdas de vidas no Mediterrâneo.** 31 mar. 2009. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-esta-chocado-com-as-perdas-de-vidas-no-mediterraneo/>. Acesso em: 31 mar. 2009.

_____. **ACNUR está preocupado com devolução de pessoas resgatadas próximo à ilha de Lampedusa, na Itália.** 07 mai. 2009. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-esta-preocupado-com-devolucao-de-pessoas-resgatadas-proximo-a-ilha-de-lampedusa-na-italia/>. Acesso em: 07 mai. 2009.

_____. **El viaje de Osvaldo Laport a la República Democrática del Congo: una travesía humanitaria**. Disponível em: <http://www.acnur.org/argentina/>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 4, n. 4. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2009.

ANDERSEN, B. **Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London/New York: Verso. 1996.

ANDERSEN, Benedict. "As promessas do Estado-nação para o início do século". In: HELLER, Agnes *et alli.* **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. P.155-170.

_____. "Introdução". In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ANDRADE, José H. Fischel. "Proteção internacional dos refugiados no limiar do século XXI". **Revista Travessia**. Ano IX. Nº 25. P. 39 - 42. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, Mai / Ago 1996.

_____. "O Brasil e a organização internacional para refugiados (1946 – 1952)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano/vol 48, Nº 001, p. 60-96. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Jan/jun 2005.

_____. "Breve Reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados." IN: ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA; Guilherme Assis de. (org.) **O Direito Internacional dos Refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. P 99-126

ANDRADE, José H. Fischel; MARCOLINI, Adriana. **A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados – breves comentários sobre suas principais características.** 2001. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a08v45n1.pdf Acesso em 08 março de 2009

_____. “Brazil’s Refugee Act: model refugee law for Latin America?”. **Forced Migrations Review**. Number 12. Refugee Studies Center. Oxford. U.K., Jan. 2002. Disponível em: http://www.fmreview.org/FMRpdfs/FMR12/fmr12.13.pdf Acesso em 18 fevereiro de 2009.

ANDRÉ, Bianka Pires. **De la integración deseada a la integración vivida.** Tese (Doutorado em Desarrollo Profesional e Institucional para la Calidad Educativa) – Departamento de Didáctica y Organización Educativa. División de Ciencias de la Educación. Universitat de Barcelona, Barcelona, 2004.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. “Cultura, comunidade e cidadania”. In: HELLER, Agnes *et alli.* **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. P. 2119 - 250

ARAÚJO, Carlos. “Conflito afeta 76% da população congolesa”. **Rádio ONU**. 09 jul. 2009. Disponível em

<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/166615.html>. Acesso em: 24 set. 2009.

_____. “Acusação apresenta provas contra Lubanga”. **Rádio ONU.** 15 jul. 2009. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/166873.html>. Acesso em: 15 jul. 2009.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. “‘Identidade’ e ‘Território’ enquanto simulacros discursivos”. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBARTH, Rogério (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 13 – 32.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. Et alli. **Para ‘compreender’ o discurso: uma proposição metodológica de inspiração bakhtiniana**. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ. Trabalho apresentado na Sessão Livre “Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território”, realizada durante o XII Encontro Nacional da ANPUR, Belém (PA), 2007.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. Et alli. . **Territorializações em Dialogismo Impertinente**. Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis (SC), 2009.

ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA; Guilherme Assis de. (org.) **O Direito Internacional dos Refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. "História e narrativa". In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler & escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador.** Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 221 – 258.

ARAÚJO, Washington. "Introdução". In SHIMANO, Maria Luiza; MILESI, Rosita. **Migrantes Cidadãos**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 13 -20.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A dignidade da política: ensaios e conferências.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARFUCH, Leonor. "Problematicas de la identidad". In: ARFUCH, Leonor. **Identidades, sujetos y subjetividades**. Buenos Aires: Prometeo, 2002. P.19 -41.

ASPA, Joseph Maria Royo. **RD Congo: dudas y certezas de una guerra olvidada**. 11 fev 09. Disponível em <http://www.canalsolidario.org/noticia/rd-congo-dudas-y-certezas-de-una-guerra-olvidada/10849>. Acesso em: 17 fev. 09.

BACIC OLIC, Nelson. **África: novos conflitos, novos personagens**. 21 jun. 2008. Disponível em <http://blog.controversia.com.br/2008/06/21/africa-novos-conflitos-novos-personagens/.>. Acesso em: 23 jun. 2008.

BAENINGER; DOMINGUEZ. **Programa de reassentamento de refugiados no Brasil.** Disponível em: <http://www.migrante.org.br/programadereassentamento.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2007.

BARBOSA, Luciana Mendes; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. "Congo: no coração da África o dilema entre Independência e ditadura". **Revista Cenários PUC Minas Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte (MG): PUC-MG, 13 dez. 2007. P.1 -8.

BARRETO, Luiz Paulo T. “Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo”. In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. p. 63 – 72.

_____. **Das diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio**. 07 dez. 2006. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/Asilo%20e%20Refugio%20diferencas.doc>. Acesso em: 18 ago. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Em busca da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BBC BRASIL. **Número de refugiados atinge recorde, diz ONU.** 17 jun. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080617_refugiadosonurelatorio_np.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2008

_____. **Mundo já tem 200 milhões de imigrantes, diz relatório.** 02 dez. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081202_imigracao_rc.shtml>. Acesso em: 03 dez. 2008.

_____. **Entenda os fatos que levaram ao Genocídio em Ruanda.** 18 dez. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081218_entenda_genocidio_ruanda_mv.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2008.

BECKER, Bertha. “O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo”. In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério H. da; SILVEIRA, Carmen B (org.). **Abordagens políticas da espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1–21.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** (Obras escolhidas v. 1). São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERQUÓ, Elza. "Prefácio". In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. p. 11-12

BHABA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIGO, Didier. "Criminalization of 'migrants': the side effect of the will to control the frontier and the sovereign illusion". In: BORGUSZ, Barbara et al.; Irregular Migration And Human Rights: Theoretical, European And International Perspectives. Leicester, UK, 2003. P. 61-92.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. "Globalização e migração internacional: o que há de novo nesses processos?". In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A (org.). **Desafios da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997. p. 165-174.

BOLZEN, Stefanie. "Europe falls into heated debate about asylum rights". **Welt Online.** 02 abr. 2009. Disponível em:

<www.welt.de/englishnews/article3489799/Europe-falls-into-heated-debate-about-asylum-rights.html>. Acesso em: 02 abr. 2009

BOYLE, Elizabeth Heger; ALI, Ahmed. **Culture, Structure, and the Refugee Experience in Somali Immigrant Family Transformation.** 2009. Diponível em http://www3.interscience.wiley.com/journal/122477822/abstract?CRETRY=1&SRETRY=0 . Acessado em 1 de abril de 2010.l

BONIN, Robson. "Em quatro meses, 25,6 mil estrangeiros já regularizaram situação no país, diz PF". **Portal G1**. 04 nov. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1366482-5601,00-EM+QUATRO+MESES+MIL+ESTRANGEIROS+JA+REGULARIZARAM+SITUACAO+NO+PAIS+DIZ+PF.html>. Acesso em: 05 nov. 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTÍA, José García. **Algunas claves para entender lo que está pasando en la R. D. del Congo.** Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=75147>. Acesso em: 30 out. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Razões Práticas.** São Paulo: Papirus, 1997.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. "Prefácio". In: SAYAD (1998). **A Imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 9-12.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAECKMANN, Colette. "Les Chinois réveillent Kinshasa". **Courrier International.** 14 mai. 2009. Disponível em : <http://www.courrierinternational.com/article/2009/05/14/les-chinois-reveillent-kinshasa>. Acesso em: 20 mai. 2009.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin : conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Bakhtin : outros conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2006.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, J; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** Coleção Aldus, n. 18. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Mariana. "Brasil é líder em política de proteção aos refugiados, diz ONU". **Folha On Line**, 20 jun. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u414412.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2008.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. "Introdução à Edição de 2001". In: CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2008. p. XVII - XL

_____. "Culturas Híbridas, Poderes Oblíquos". In: CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2008. p. 283-350.

CANDEAU, Vera Maria e LEITE, Miriam Soares. **A Didática na perspectiva multi/interccultural em ação: construindo uma proposta.** Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132,p.731-758, set./dez.2007.

CARIGNATO, Taeco Toma *et alli.* "Imigrantes, migrantes e refugiados: encontros na radicalidade estrangeira". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XIV, n. 26 e 27, pp. 93-118, 2006.

CASELA, Paulo Borba. "Refugiados: conceito e extensão". In ARAUJO, Nadia; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **O Direito Internacional dos Refugiados**. Rio de Janeiro : Renovar, 2001. p. 17-26.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. *et alli.* **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2000.

CASTLES, Stephen. **Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation.** 2003. Disponível em

http://soc.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/1/13 Acessado em 27 de Janeiro de 2007.

_____. **Confronting the Realities of Forced Migration.** 2004. Disponível em www.imi.ox.ac.uk/pdfs/environmental-change-and-**forced-migration** Acessado em 19 de maio de 2008.

CASTRO, Ferreira de. **Emigrantes.** Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

CASTRO, Mary Garcia. “Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais”. In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. p. 15 – 32.

_____. “Migrações internacionais e direitos humanos e o aporte do reconhecimento”. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, pp. 7-36, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS Africanos da Universidade do Porto. **Guerra e *coltán*: fim à vista para uma tragédia na República Democrática do Congo?** Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=g&n=103>. Acesso em: 01 fev. 2008.

CERNEA, Michael M. **Bridging the Research Divide. Studying refugees and development Oustees.** United Nations Research Institute for Social Development. (UNRISD), 1996.

_____. “African involuntary population resettlement in a global context”. **Environment department papers**. Social Assessment Series. 045. Harvard University. Cambridge, 1997. Disponível em

http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:2822 Acesso em 12 out 2008.

CHARLEAUX, João Paulo. “Guerra do Congo se espalha pela África”. **TV Estado.** São Paulo, 14 nov. 2008. Entrevista concedida a Felipe Machado. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/interatividade/Multimidia/ShowVideos.action?destaque.id GuidSelect=63CDAD4C66A74D02A13F6782CCB44E5B>. Acesso em: 14 nov. 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios.** Revista Portuguesa de Educação, ano 2003, vol 16, n 002. Universidade do Minho, Braga, Portugal. P. 221-236. Disponível em http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=37416210 . Acesso em: 18 nov. 2010.

CLIFFORD, James. “Culturas viajantes”. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 1992. P. 50-79.

CNN. **Ex-Congo vice president to appear at ICC**. 29 jun. 2009. Disponível em: <http://www.cnn.com/2009/WORLD/africa/06/29/bemba.icc/index.html>. Acesso em: 30 jun. 2009.

COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: s. n., 2001.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Diferenças entre asilo e refúgio.** Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7605B707ITEMIDCBF557A0019E4760B81DDA1B144E65BFPTBRIE.htm>. Acesso em: 19 nov. 2008.

CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS. **Integração pela Educação.** Disponível em http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/guia_bp_edu_1.html Acessado em 2 de maio de 2009.

CONTRERA, Ximena. "Poder público e sociedade civil lançam proposta voltada para imigrantes e refugiados". **Radar Cultura.** 05 fev. 2009. Disponível em: <http://www.radarcultura.com.br/node/31238>. Acesso em: 05 fev. 2009.

CORNELIUS, Wayne; TSUDA, Takeyuki. "Controlling imigration: the limits of government intervention". In: CORNELIUS, W. *et alli* (org.). **Controlling immigration: a global perspective.** 2 ed. Stanford: Stanford University Press, 2004. P. 3 – 50.

CORSINI, Leonora. **Repensando a identidade no contexto das migrações**. Psicologia Social [online]. 2006, vol.18, n.3, pp. 23-33.

COULON, Alain. **A escola de Chicago.** Campinas: Papirus, 1995.

CRESPI, Franco. **Manual de Sociologia da Cultura.** Lisboa: Estampa, 1997

CRISP, Jeff. **No solutions in sight: the problem of protracted refugee situations in Africa.** 2002. Disponível em http://www.ccis-ucsd.org/PUBLICATIONS/wrkg68.pdf . Acessado em 04 de maio de 2010.

_____. **The local integration and local settlement refugees: a conceptual and historical analysis.** Working paper number 102, UNHCR Evaliation and Policy Analysis Unit. 2004. Disponível em http://www.unhcr.org/407d3b762.html Acesso em: 25 de outubro de 2008.

DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro. Rocco: 1991.

D'ANDRADE, Wladimir. Frustrado, grupo de palestinos quer ir embora do Brasil. **Estadão.com.br.** 14 jan. 2009. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,frustrado-grupo-de-palestinos-quer-ir-embora-do-brasil,307076,0.htm>. Acesso em: 20 jan. 2009.

DAVIS, Mike. "Les petits sorciers de Kinshasa". **Le Monde Diplomatique.** Set. 2006. Disponível em: <http://pagesperso-orange.fr/jacqver/texte/lespetitssorciers.htm>. Acesso em: 24 mai. 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. "O Plano de Imanência". In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix; **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992. P.49-80.

_____. "Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia". In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix; **O Liso e o Estriado.** Vol. 5. Rio de Janeiro: 34, 1997. P. 179 – 214.

DEMATTEIS, Giuseppe. "De las regiones-área a las regiones-red. Formas emergentes de gobernabilidad regional". In: SUBIRATS, Joan (org.). **Redes, Territorios Y Gobierno.** Barcelona: Diputación de Barcelona, 2002. P. 163 – 175.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1989

_____. "O que é?". **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1991.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Sesc promove integração Social de Refugiados Africanos.** 2004. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd120704.htm Acessado em 24 de fev de 2009. http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imagens/transparent.gif

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DORNELAS, Sidnei Marco. "As práticas institucionais de acolhimento do imigrante na cidade de São Paulo". In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alli* (org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998. P. 257-266.

DOWBOR, Ladislau. “Globalização e tendências institucionais”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A (org.). **Desafios da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997. P. 9 -16.

DRYDEN-PETERSON, Sarah. **Local integration as a durable solution: refugees, host populations and education in Uganda.** Set 2003 Disponível em http://www.accessmylibrary.com/article-1G1-119114311/remaining-hope-durable-solutions.html Acessado em 11 set 2008

EL PAÍS. **“La mitad de los 42 millones de refugiados del mundo son niños, según Unicef”.** Disponível em: <http://www.elpais.com.co/paisonline/notas/Junio182009/refugiadosmundounicef.html >**.** Acesso em: 22 jun. 2009

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELORRIAGA, G. “En un país donde se vende todo, no cabe hablar de desarrollo”. **Hoy. Es.** 18 out. 2009. Disponível em: <http://www.hoy.es/20091018/internacional/pais-donde-vende-todo-20091018.html>. Acesso em: 19 out. 2009.

ESTADAO.COM.BR. **Entenda os fatos que levaram ao genocídio em Ruanda.** 18 dez. 2008. Editoria Internacional. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,entenda-os-fatos-que-levaram-ao-genocidio-em-ruanda,296107,0.htm>. Acesso em: 28 ago. 2009.

ESTEVES, Raphael Rezende. “Os embates em março de 2007 na República Democrática do Congo em perspectiva histórica”. **Revista Cenários PUC Minas Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte (MG): PUC-MG, 13 abr. 2007. P.1-6.

EURONEWS. **Acordo histórico entre Itália e Líbia.** 10 jun. 2009. Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/06/10/acordo-historico-entre-italia-e-libia/>. Acesso em: 10 jun. 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, Ademir Pacceli. **O migrante na rede do outro.** Belo Horizonte: Te Corá Editora, 1999.

FERREIRA, Ademir Pacelli; GIL, Alexandre Valeinska. “A clínica com o migrante: reflexões sobre alteridade e assistência ao Outro”. In: SEYFERTH, Giralda *et alli* (org.).

Mundos em movimento: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Editora UFSM, 2007. P. 249-260.

FERREIRA, Leonídio Paulo. "Regresso da guerra ao Congo". **Fátima Missionária**, n. 55, ano LIV, dez. 2008. Disponível em: <http://www.fatimamissionaria.pt/sim/biblioteca/revista/55/14-15_dez_08.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

FERRERO, Liliana. "El Grupo de Reflexión com Migrantes: Un modo de investigacion en psicoanálisis acerca de la experiencia migratoria". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XIV, n. 26 e 27, pp. 77-91, 2006.

FISAS, Vicenç. In: **Anuari 2008 de processos de pau.** Barcelona: Icaria editorial, 2008. p.68 -71

FLOTTAU, Renate *et al.* "Europe falls out of love with labour migration". **NRC Handelsblad.** 19 mar. 2009. Disponível em: <http://www.nrc.nl/international/article2185982.ece/Europe_falls_out_of_love_with_labour_migration>. Acesso em: 02 abr. 2009.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. "A criação do biopoder". **Folha de São Paulo.** 27 jun. 1999. Caderno +Mais, p. 6.

_____. "Outros Espaços". In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. P.411-422

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo: Loyola, 2008.

FRANCALINO, João Henrique; PETRUS, Regina. "Dinâmicas de afirmação e re-significação de identidades. Um projeto cultural em construção com refugiados e imigrantes congoleses e angolanos". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, pp. 532-544, 2008.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FRIDMAN, Luis Carlos. "Vertigens pós-modernas – a subjetividade contemporânea". **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. v. 1** (Coord. Neide Lopes Patarra). Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, set. 1995.

_____. **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI. Dados, Fatos, Flashes.** Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, out. 2006.

_____. **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI. v. 2** (Coord. Neide Lopes Patarra). Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, out. 2006.

GARCEZ, Pedro M. "Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena". In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares.** Campinas: Mercado das Letras, 2002. P. 83 – 96.

GARCIA, José Luís (coord.). **Estranhos: juventude e dinâmica de exclusão social em Lisboa.** Oeiras: Celta, 2000.

GEERTZ, Clifford. "O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos". In: GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P.30-46.

_____. "Anti anti-relativismo". In: GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 47-67.

_____. "O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder". In: GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P.149-165.

_____. “O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século”. In: GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 191-228.

GELLNER, Ernst. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 107 – 154.

GINZBURG, Carlo. “Estranhamento – pré-história de um procedimento literário”. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: novas reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 15-41

_____. “Representação – a palavra, a idéia, a coisa”. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: novas reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.85-103.

_____. “Distância e perspectiva – duas metáforas”. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: novas reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.176-198.

_____. “Matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância”. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: novas reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 199-218.

GLOBAL SECURITY.ORG. **Congo Civil War.** 14 dez. 2009. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/congo.htm>. Acesso em: 14 dez. 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

GRELLET, Fábio. “Um pedaço do Congo no Brasil”. **Folha de São Paulo.** Caderno Cotidiano, 02 ago. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0208200916.htm>. Acesso em 02 ago. 2009.

GUEDES, André Dumans. **Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso do movimento dos atingidos por barragens.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GUERRA, Shirley Anibale. "GT Associativismo en migraciones". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, pp. 523-531, 2008.

GUPTA, A; FERGUSON, J. "Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença". In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 1992. P. 20 – 49.

HAESBAERT, Rogério. "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão". In CASTRO, Iná E; CORRÊA, Roberto L; GOMES, Paulo Cesar C. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 165 – 206.

_____. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

_____. "Território, Cultura e Desterritorialização". In: CORRÊA, Roberto; ROSENDALL, Zeny (org.). **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. P. 115 - 144

_____. **Territórios alternativos.** Niterói: EDUFF, 2002.

_____. "Fim dos territórios ou novas territorialidades?". In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares.** Campinas: Mercado das Letras, 2002. P. 29 – 52.

_____. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. "Precarização, Reclusão e 'Exclusão' Territorial". **Revista Terra Livre, Temperos da Geografia**. Vol. 2. Número 23. Ano 20. Niterói: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2005. P. 35 – 51.

_____. "Região e regionalização num mundo desterritorializado". In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. **O Urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios.** São Paulo: UNESP, 2007. P. 37 - 58

_____. "Sociedade de in-segurança e descontrole dos territórios". **Anais do 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais** (CD-Rom). Brasília: ABRI, 2007.

_____. "Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBARTH, Rogério (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007. P. 33 – 56.

FIELDEN, Alexandra; **LOCAL INTEGRATION: na under reported solution to protracted refugee situations.** Junho 2008. Disponível em: *www.reliefweb.int/.../AMMF-7H3J6Z?Op**enD**ocument* Acessado em 20 nov 2009

HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. "Identidade cultural e diáspora". **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. "Quem precisa de identidade?". In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. P. 103 – 133.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

_____. **A questão da identidade cultural: textos didáticos.** Campinas: UNICAMP, 2003.

HARDT, Michael. "A sociedade mundial de controle". In: ALLIEZ, Eric. **Gilles Deleuze: Uma vida filosófica.** São Paulo: 34, 2002. P. 357 – 372.

HATTON, Timoth. **The Rise and Fall of Asylum: What Happened and Why? .** 2008. Disponível em http://econrsss.anu.edu.au/pdf/DP577.pdf acessado em 17 de agosto de 2009.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. “O migrante da racionalização global”. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alli* (org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998. P. 15 – 18.

HOBSBAWN, Eric J. “Etnia e nacionalismo na Europa de hoje”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 271-282.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje.** São Paulo: Viramundo, 2003

IBRAHIM, Maggie. “The secularization of migration: a racial discourse”. **International Migration.** V. 43, n. 5, 2005, p. 163-187.

IKUSKA. **Historia (s) de Congo Brazzaville**. Bilbao, 2008. Disponível em: <http://ikuska.com/Africa/Paises/congo_brazzaville.htm>. Acesso em: 13 jan. 2008.

_____. **Sistema Politico de la Republica Democratica del Congo**. 13 jan. 2008. Disponível em: <http://www.**ikuska.com**/Africa/africa.htm>. Acesso em: 27 jan. 2008.

INFANTE, Anelise. “Espanha inclui cobrador de dívida e tosador de cão em lista de emprego para imigrante”. **BBC Brasil.** 02 abr. 2009. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/go/portuguese/em/txt/-/portuguese/noticias/2009/04/090402_espanhaempregosai.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2009.

_____. “Espanha atrai brasileiros para ajudar a repovoar 'cidades-fantasma'”. **BBC Brasil.** 08 mai. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090508_espanhavilasml.shtml>. Acesso em: 09 mai. 2009.

JODELET, Denise (org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOLY, Daniele; SUHRKE, Astri. **Asylum: changing concepts and practices - paper prepared for the IUSSP**. Comitee on South-North Migration. Barcelona, 1997.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento político brasileiro.** São Paulo: Método, 2007.

_____. “A Acolhida da População Refugiada em São Paulo: a sociedade civil e a proteção aos refugiados”. In: SILVA, Cesar Augusto S. da; RODRIGUES, MOZINE, Viviane (org). **Refugiados.** 2005. Disponível em http://nuares.files.wordpress.com/2010/06/a-acolhida-da-populacao-refugiada-em-sao-paulo.doc . Acesso em 06 ago. 2009.

_____. **Refugee Law and Protection in Brazil: a Model in South America?**. Journal of Refugee Studies Vol. 19, No. 1. Oxford: Oxford University Press. 14 fev. 2006. Disponível em http://jrs.oxfordjournals.org/content/19/1/22.abstract . Acesso em 24 mai 2009.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci de Oliveira Selmi. **Refugee Status Determination in Brazil: A Tripartite Enterprise.** Disponível em http://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/refuge/article/view/26029/24062

KALY, Alain Pascal. “Os estudantes africanos no Brasil e o preconceito racial”. In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. P. 463-478.

KOCH-CASTRO, Cristian. **La Legislacion Brasilera en Materia de Refugiados dentro del contexto actual de la Protección Internacional.** 2005. Disponivel em http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BF7C6057F-F71D-4E93-AEA9-E432A1B8FF33%7D&ServiceInstUID=%7B478D074B-29E8-4085-95A0-A7C7A8A65D8A%7D Acessado em 13 Jun de 2009.

KOHLI, Ravi. “Social work with unaccompanied asylum-seeking young people”. **Forced Migrations Review.** Number 12. Oxford. U.K.: Refugee Studies Center, Jan. 2002, p. 31-33.

KOLTAR, Katherine. “O ‘estrangeiro’ no processo de globalização ou a insustentável estrangeiridade do outro”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A (org.). **Desafios da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997. P. 70 – 73.

KRON, Josh. “Suspect in Rwandan Genocide Is Captured After 15 Years in Hiding”. **The New York Times.** 12 ago. 2009. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/08/13/world/africa/13rwanda.html?_r=2>. Acesso em: 12 ago. 2009.

LAMBA, Navjot K; KRAHN, Harvey. **Social Capital and Refugee Resettlement: The Social Networks of Refugees in Canada.** Disponível em

http://authormapper.com/search.aspx?val=subject%3ASocial+Sciences&val=orgname%3AUniversity+of+Alberta&val=keyword%3ARefugees Acessado em 23 de julho de 2009.

LASH, S. **Modernity and Identity.** Oxford UK / Cambridge USA: Blackwell, 1993.

LEÃO, Renato Zerbini R. **O Dia Mundial do Refugiado.** Disponível em: <http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2399:o-dia-mundial-do-refugiado&catid=25:migrantes&Itemid=166>. Acesso em: 20 jun. 2009.

_____. **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil: decisões comentadas do CONARE.** 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5780.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. **O Instituto do Refúgio no Brasil após a criação do comitê Nacional para os refugiados – CONARE.** Disponível em: http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5405.pdf Acessado em: 19 de fev. 2008

LEÃO, Renato Zerbini R. ; VERMEY, Anton ; SILVA, Ariel. **A persepção Brasileira dos refugiados.** 2000. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100011&script=sci_arttext Acesso em 05 maio de 2009

LECHTE, John. **50 Pensadores Contemporâneos Essenciais: do Estruturalismo à Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

LEFEVBRE, Henri. **Lógica formal e Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LOESCHER, Gil. **The UNHCR and world politics: a perilous path.** New York: Oxford University Press, 2001.

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes sociais, cultura e poder.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

LÓPEZ, Christina. "La RD del Congo vive doces años de guerra financiada por los extranjeros que buscan recursos minerales". Entrevista com Ana María Asíron, missionária da Congregação Dominica del Rosário. **Diário de Notícias.** Disponível em: <http://www.colsocpona.org/pages08/colegio/premio/edicion08/prensa/Ana_maria_acedo_entrevista_DNot.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2008.

LOZINSKY, Saádio. **Memórias da Imigração : reminiscências e reflexões.** Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

MA MUNG, Emmanuel; DORAÏ, Mohamed Kamel; LOYER, Frantz; HILY, Marie-Antoinette. "La Circulation Migratoire ". **Migrations études.** Nº. 84, Dez. 1998.

MARCOLINI, Adriana. "As perspectivas para os Refugiados no Século XXI". IN. MILESI, Rosita (org). **Refugiados realidade e perspectivas.** São Paulo: Loyola. 2003. P. 197-210.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação** (Série Princípios). São Paulo: Ática, 2003.

MARCUSE, Peter. "On the global uses of September 11 and its urban impact". In: ARONOWITZ, Stanley; GAUTNEY, Heather (org.). **Implicating Empire: globalization & resistance in the 21st century world order.** Nova York: Basic Books, 2003.

MARIZ, Cecília L. "O estrangeiro e o homem moderno". In: **Caderno de Estudos de Sociologia.** Recife: Volume 4, n. 1, p. 85-94, Jan/Jun., 1988.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. "O problema das migrações no limiar do Terceiro Milênio". In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alli* (org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998. P. 19 -34.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Heloisa Helena T. *Metodologia qualitativa de pesquisa* **.** ***Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.2,p.289-300,maio/ago.2004***

MASSEY, Doreen. "Um sentido global do lugar". In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 1992. P. 176 – 185.

_____. "Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações". **GEOgraphia**, v. 6, n. 12. Niterói: UFF, 2004. P. 7 – 24.

_____. "Spaces of Politics". In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip (org). **Human Geography Today.** Cambridge : Polity office, 1999. IN. 279 – 294.

MATEOS, Natalia Ribas. **Uma invitación a la sociologia de lãs migraciones.** Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004.

MATIAS, Karina. **Grupo está integrado, diz Cáritas.** 21 set. 2009. Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/09/21/grupo-esta-integrado-diz-Cáritas/>. Acesso em: 22 set. 2009.

MBEMBE, Achille. "As Formas Africanas de Auto-Inscrição". In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, n.1. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001. P. 171 – 209.

MEYER, Antoine. **People on the move: Handbook of selected terms and concepts.** Disponível em http://www.thehagueprocess.org/Publications/THP-Handbook-Glossary.aspx Acessado em 21 set. 2009

MENEZES, Ana Cláudia de Santana. **A chegada dos refugiados palestinos ao Brasil.** 30 set. 2007. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20071003154647.pdf?PHPSESSID=ae0bd401f8eb1d07f68de14ef75bac40>. Acesso em: 02 abr. 2008.

MIGNOLO, Walter D. "Espacios geográficos y localizaciones epistemologicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimentos". **GEOgraphia**, v. 7, n. 13. Niterói: UFF, 2005. Disponível em http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/177 Acesso em 09 jun 2009.

MIGUEZ, Eduardo. "Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parcas". In: OTERO, H; BJERG, M. **Immigracion y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil (Argentina): CEMLA-IEHS, 1995. P. 23-34.

MILESI, Rosita (Org.). **Refugiados: realidade e perspectivas.** Brasília: CSEM/IMDH; Loyola, 2003.

MILESI, Rosita. **20 de Junho – Dia Mundial do Refugiado. Os Refugiados de todos os dias.** 19 jun. 2009. Disponível em:

<http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5216&Itemid=1>. Acesso em: 19 jun. 2009.

MILESI, Rosita. **Dia Mundial do Refugiado 2008: O desafio das Políticas Públicas.** 18 jun. 2008. Disponível em: www.csem.org.br/**2008**/**dia** do **refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi**.pdf. Acesso em: 19 jun. 2009.

MILESI, Rosita; CARLET, Flavia. **Refugiados e Políticas Públicas.** 2007. Disponível em: http://br.groups.yahoo.com/group/niem_rj/message/2974 Acesso em: 19 jun. 2009.

MILESI, Rosita, LEÃO, R. Zerbini. "A solidariedade do refúgio no Brasil". In: MILESI, Rosita; SHIMANO, Maria Luiza (org.). **Migrantes cidadãos.** São Paulo: IMDH/Loyola, 2001. P. 69-80.

MILESI, Rosita. "Refugiados e Migrações Forçadas: uma reflexão sobre os vinte anos da Declaração de Cartagena". In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org). Travessias na Desordem Global. São Paulo: Paulinas, 2005. Disponível em http://www.migrante.org.br/refugiados_e_migracoesforcadas16jun05b.htm Acesso em 13 abril 2009.

MILESI, Rosita; MORONI, José Antonio. "Os refugiados no Brasil". In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alli* (org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998.p. 93 -112.

MILESI, Rosita; SHIMANO, Maria Luiza; BONASSI, Margherita. "Migrações internacionais e a sociedade civil organizada: entidades confessionais que atuam com estrangeiros no Brasil e com brasileiros no exterior". In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. P. 563 – 588.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. "Refugiados palestinos aprendem português". In: **UOL Portal aprendiz. Notícias de Educação.** 17 jan. 2008. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/tefrevoher.mmp>. Acesso em: 17 Jan. 2008.

_____. **PEC-G.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12276&Itemid=530>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. **Promisaes.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12284&Itemid=545>. Acesso em: 04 mai. 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Aumentam pedidos de refúgio da República Democrática do Congo.** 20 jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={BB799FA1-9499-42CF-BA8D-CDCB8FFB5A4F}&Team=&params=itemID={A3E255F4-ED7C-4EAC-A057-8E1B331A1EFE};&UIPartUID={2218FAF9-5230-431C-A9E3-E780D3E67DFE}>. Acesso em: 20 jun. 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **PEC-G - Programa de Estudante-Convênio de Graduação**. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G%20-%20Programa%20de%20Estudante-Convênio%20de%20Graduação%202008.htm>. Acesso em: 04 mai. 2008.

MISHLER, Elliot G. "Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo". In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares.** Campinas: Mercado das Letras, 2002. P. 97 -122.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral. "Apresentação". In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares.** Campinas: Mercado das Letras, 2002. P.13 -28.

MONCEAU, Gilles. **Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n3, p. 467-482, set/dez 2005. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a10v31n3.pdf Acesso em 29 out 2010.

MONTEIRO, Lara Lobo. **Aspectos históricos e contemporâneos acerca da proteção internacional dos refugiados.** Disponível em

http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/artigos/ASPECTOS%20HIST%D3RICOS%20E%20CONTEMPOR%C2NEOS%20ACERCA%20DA%20PROTE%C7%C3O%20INTERNACIONAL%20DOS%20REFUGIADOS%20Lara%20Monteiro.pdf Acessado em 28 de Janeiro de 2010.

MONTOIA, Paulo. "São Paulo passa a ter comitê de ajuda a refugiados". In: **Agência Brasil**, 01 abr. 2008. Disponível:

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/04/01/materia.2008-04-01.8449203033/view>. Acesso em: 02 abr. 2008.

MONUC – Human Rights Division Office of the United Nations. **High Commissioner for Human Rights.** Disponível em <http://www.monuc.unmissions.org>. Acesso contínuo durante a pesquisa.

_____. "Inquérito especial sobre os acontecimentos do Baixo-Congo de fevereiro e março de 2008". **United Nation.** Disponível em: <http://www.monuc.unmissions.org>. Acesso em 30 mai. 2008.

MOREIRA, Julia Bertino. "Direitos humanos e refugiados no Brasil: políticas a partir de 1997". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, p. 412-421, 2008.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOULIN, Aguiar, Carolina. **A Construção Social dos Refugiados e a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.** Do espaço moral do Estado ao indivíduo entre soberanos. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de relações internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MOUTOUKIAS, Zacharias. "Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la história social y económica". In: OTERO, H.; BJERG, M. **Immigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil (Argentina): Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA), 1995. P. 221 – 241.

NEVES, Margarida de Souza. "História e memória: os jogos da memória". In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler & escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador.** Rio de Janeiro: Access, 1998. P. 203-220.

NIESSEN, Jan; SCHIBEL, Yongmi. **Handbook on integration for policymakers and practitioners.** Novembro 2004. Disponível em http://ec.europa.eu/justice_home/doc_centre/immigration/integration/doc/2007/handbook_2007_en.pdf Acessado em 13 de setembro de 2009.

NGONGO, Tabu Nzerekane. **Integração Socioeconômica dos Refugiados Africanos no Brasil**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências

Econômicas) – Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

OLDS, Kris; BUNNELL, Tim; LECKIE, Scott. "Forced Evictions in Tropical Cities: An Introduction". **Singapore Journal of Tropical Geography.** Volume 23, Issue 3, P. 247 – 251. Department of Geography, National University of Singapore and Blackwell Publishers Ltd., 2002.

ORGANIZCION Internacional para Las Migraciones. **TESAURO TERMINOLOGICO: Principales vocabulos y expresiones utilizadas en el proceso de la Conferencia Sudamericana sobre Migraciones.** Disponível em http://www.oimconosur.org/notas/buscador.php?nota=155 Acessado em 24 de fevereiro de 2009.

ORIUNDI. **Italianos querem imigrantes desempregados fora do país [pt].** 19 mar. 2009. Disponível em : <http://oriundi.net/site/oriundi.php?menu=noticiasdet&id=11181>. Acesso em: 19 mar. 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso. Princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2000.

_____. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas: Pontes, 2003.

ORTIZ, Renato. "Mundialização, cultura e política". In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A (org.). **Desafios da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997. P. 270-275.

OUALALOU, Lamia. "Brasil, porto seguro e sofrido para os refugiados do Congo". **Opera Mundi.** 11 mai. 2009. Disponível em : <http://www.operamundi.com.br/reportagens_especiais_ver.php?idConteudo=476>. Acesso em: 15 mai. 2009.

PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco. "The social capital of refugees: cultural background and public policies". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVII, n. 33, p. 37-60, 2009.

PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco. **O capital social dos refugiados: bagagem cultural *versus* políticas públicas.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontificia Universidade Católica São Paulo, São Paulo, 2008.

PAIVA, Odair da Cruz; "Refugiados de Guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950 – Apontamentos". **Revista Travessia.** Ano XIII, Nº 37, p. 25 – 30. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, Mai – Ago 2000.

PEDONE, Claudia. "El potencial del análisis de lãs cadenas y redes migratórias em lãs migraciones internacionales contemporáneas". Garcia Cataño, J;Muriel López, C. (Eds), Actas del III Congreso sobre la Inmigración en España. Contextos y alternativas. Granada: Laboratórios de Estudios Interculturales, Vol II, p. 223-235

PEREIRA, Luena Nunes Nascimento. **Os regressados na cidade de Luanda**: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola. Dissertação (Mestrado em Ciência Social / Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Os *Bakongo* em Angola**: Religião, Política e Parentesco num Bairro de Luanda. Tese (Doutorado em Ciência Social / Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEREIRA DE SÁ, Celso. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

PÉREZ, Francisco Torres. **La integración de los inmigrantes y algunos de sus obstáculos y fronteras**.2001. Disponível em www.pensamientocritico.org/francis.htm Acessado em 28 nov 2009

PETRUS, Maria Regina. "Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: imagens, relatos e diálogos". **Revista Travessia.** Ano XIII, Nº 37, p.17-24. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, Mai – Ago 2000.

_____. "Emigrar de Angola e imigrar no Brasil – jovens angolanos no Rio de Janeiro: histórias, trajetórias e redes sociais". Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

PETRUS, Maria Regina; FRANCALINO, João Henrique. "Dinâmicas de afirmação e re-significação de identidades. Um projeto cultural em construção com refugiados e imigrantes congoleses e angolanos". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, p. 532-544, 2008.

PHILLIPMORE; GOODSON. "Making a place in the global city: the relevance of indicators of integration". In: **Journal of Refugee Studies**. Vol. 21, Nº 3. Oxford

University Press, 2008. Disponível em http://jrs.oxfordjournals.org/content/21/3/305.short Acesso em 04 ago 2009.

PICKERT, Kate. "A brief history of congolese Rebel leader Laurent Nkunda". **Times Magazine**. 30 out. 2008. Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1855309,00.html>. Acesso em: 30 out. 2008.

PIME. **O passado colonial, o futuro do País e uma terra banhada pelo petróleo: o caso de Bundu Dia Kongo.** 17 mar. 2008. Disponível em: <http://www.pimenet.org.br/noticias2008/noticiasrepdemcongo70.htm>. Acesso em: 20 mar. 2008.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PIOVESAN, Flávia. "O Direito de Asilo e a Proteção Internacional". In. ARAÚJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001. P. 27 – 64.

POGREBINSCHI, Thamy. "Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política.** São Paulo: n. 63, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452004000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 ago. 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, vol.2. nº 3. Rio de Janeiro, 1998.

PONTE NETO, Cândido Feliciano. "Reassentamento de refugiados no Brasil: demonstração da solidariedade internacional – a dignidade recuperada". In: MILESI, Rosita (Org.). **Refugiados: realidade e perspectivas.** Brasília: CSEM/IMDH; Loyola, 2003. P. 155- 172.

PORTAL G1. **Refugiados e deslocados internos batem recorde em 2007**. 17 jun. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL603786-5602,00-REFUGIADOS+E+DESLOCADOS+INTERNOS+BATEM+RECORDE+EM.html>. Acesso em: 18 jun. 2008.

_____. **Número de pedidos de asilo aumenta pelo segundo ano consecutivo, diz ONU**. 24 mar. 2009. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1055769-5602,00-NUMERO+DE+PEDIDOS+DE+ASILO+AUMENTA+PELO+SEGUNDO+ANO+CONSECUTIVO+DIZ+ONU.html >. Acesso em: 24 mar. 2009.

_____. **Africanos são maioria dos refugiados no Brasil, aponta relatório.** 20 jun. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1201903-5602,00-AFRICANOS+SAO+MAIORIA+DOS+REFUGIADOS+NO+BRASIL+APONTA+RELATORIO.html>. Acesso em: 20 jun. 2009.

PORTES, Alejandro. "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overwiew". In: **The economic sociology of immigration: Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship.** Russel Sage Foundation, 1994. P.1 – 41.

_____. "Immigration Theory of New Century: some problems and Opportunities". International Migration Review 31 (4): 799-825, 1997.

POUILLY, Cécile. "Un gran país, grandes problemas – un gran potencial: ¿Puede pasar página la RDC?". **Revista Refugiados** (ed. em espanhol). Geneva (Suíça), n. 133, p. 4-14, 2006. Disponível em <http://www.acnur.org/index.php?id_pag=803>. Acesso em: 12 jan. 2007.

PÓVOA NETO, Helion. "Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise". In: **Experimental**. Nº 2, p. 11-24. São Paulo: USP, 1997.

_____. "Itinerários da mobilidade garimpeira". In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alli* (org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998. P. 203-224.

_____. "De todos os cantos da terra; as migrações no mundo globalizado" (mimeog.). In: SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. **"Globalização, Migração, Exclusão"** (oficina). Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2002.

_____. "O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos 'direitos à mobilidade'". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, p. 394-400, 2008.

PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios.** Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2005.

PÓVOA NETO, Helion; SEYFERTH, Giralda. "Barreiras e limites à mobilidade". In: SEYFERTH, Giralda *et alli* (org.). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações.** Santa Maria: Editora UFSM, 2007. P. 123 – 128.

PÓVOA NETO, Helion; SPRANDEL, Marcia Anita. "Os objetivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a política migratória brasileira". In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de Estudos Populacionais; FUNDO DE POPULAÇÃO das Nações Unidas. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo.** Campinas: ABEP / UNFPA, 2009. P. 303 – 326.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO-UFF. **Território Territórios.** PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002.

QUEIROZ, Maria José de. **Os males da ausência ou a literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

RADIO FRANCE Internacionale. **Lei pune com cadeia quem ajudar clandestinos na Itália.** 14 mai. 2009. Disponível em: <http://www.rfi.fr/actubr/articles/113/article_14075.asp>. Acesso em: 14 mai. 2009.

RÁDIO ONU. **Mais de 56 mil civis fogem de confrontos na RD Congo.** 31 jul. 2009. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/167714.html>. Acesso em: 31 jul. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. "A construção de identidades e a política de representação". In: FERREIRA, Lucia; ORRICO, Evelyn G (org.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 77-88.

RAMELLA, Franco. "Por un uso fuetre del concepto de red en los estudios migratórios". In: OTERO, H; Bjerg, M. **Immigracion y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil (Argentina): CEMLA-IEHS, 1995. P. 9 -22.

REBELION. **El fin de la guerra en Kivu.** 25 mar. 2009. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=82840&titular=el-fin-de-la-guerra-en-kivu->. Acesso em: 30 mar. 2009.

REFUGEES UNITED BRASIL. **Conflitos no Congo deslocam 35 mil pessoas.** 25 jul. 2009. Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/07/25/conflitos-no-congo-deslocam-35-mil-pessoas/>. Acesso em: 25 jul. 2009.

RELIEFWEB. **Democratic Republic of Congo: Kivu crisis worsens with 100,000 more displaced.** 17 jul. 2009. Disponível em: <http://www.reliefweb.int/rw/rwb.nsf/db900sid/EDIS-7U2NHQ?OpenDocument>. Acesso em: 20 jul. 2009.

RELIEFWEB. **Glossary of humanitary terms.** Agosto de 2008. Disponível em www.reliefweb.int/glossaries Acesso em: 20 jul. 2009

RÉMY, Jean-Philippe. "Nova aliança Congo-Ruanda marca o fim de uma guerra de 12 anos". **UOL Notícias Internacional**: Editorial do jornal Le Monde. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. 24 jan. 2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2009/01/24/ult580u3526.jhtm>. Acesso em: 24 jan. 2009.

REPÓRTER ESPECIAL REFUGEES UNITED. **Burocracia dificulta adaptação de refugiados no Brasil.** 26 mai. 2009. Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/05/26/burocracia-dificulta-adaptacao-de-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 26 mai. 2009.

REUTERS ALERT NET. **Congo (Democratic Republic).** Disponível em: <http://www.alertnet.org/db/cp/dr_congo.htm>. Acesso contínuo durante a pesquisa.

REZENDE, Dimitri. "The role of social networks in human imigration". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVII, n. 32, pp. 5-23, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Metrópoles brasileiras: limites à integração social no Rio de Janeiro e em São Paulo". In: **Urbanidade e vida metropolitana** (Série Espaço). Rio de Janeiro: Jorban, 1996. P. 13 – 60.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; SOUZA CAMPOS, Maria Christina Siqueira de. **História, memória e imagens nas migrações: abordagens metodológicas.** Oeiras: Celta, 2005.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et alli. **Sociologia das Migações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

ROSENOW, Kerstin. **The Europeanisation of Integration Policies**. Disponível em www3.intercience.wiley.com/journal/121673641/abstract?CRETRY1&SRETRY0. Acessado em 30 jan. 2009.

RUA, João. "Paus-de-arara e pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI". **Geoinova: Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional**. n.8. Lisboa: Universidade Nova, 2003. p. 179 – 206.

_____. "A programação da Rádio-Televisão Portuguesa Internacional (RTPi) e a (re)construção da identidade dos emigrantes". In: SEYFERTH, Giralda *et alli* (org.). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações.** Santa Maria: Editora UFSM, 2007. P. 411- 432.

SAID, Edward. "Reflexões sobre o exílio". IN: SAID, Edward; **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 46-60.

_____. "Focault e a imaginação do poder". In: SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 93 -99.

_____. "Entre mundos". In: SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 301-3115

_____. "Manter nações e tradições à distância". In. SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 37-54.

_____. "Exílio intelectual: expatriados e marginais". In. SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 55-70.

_____. "Deuses que sempre falham". In. SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 105 – 122.

_____. **Humanismo e crítica democrática.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÁNCHEZ, Julio C. “Breves comentarios sobre los denominados conflictos armados internacionalizados”. **CEPRID**. 30 set. 2009. Disponível em: <http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article596>. Acesso em: 01 out. 2009.

SANTOS, Gislene Aparecida dos Santos. “Redes e Território: Reflexões sobre a Migração”. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org). **Redes Sociedades e Territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2005. P. 51- ????

SANTOS, João Paulo. “A Implementação de Políticas Públicas para refugiados. A Lei 94749/97 – Avanços e Perspectivas”. In Serviço Pastoral dos Migrantes (org.). **Travessias na Desordem Global**. São Paulo: Paulinas, 2005. P. 153 - ????

SANTOS, Milton. “Do indivíduo ao cidadão”. In. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão** (Coleção Espaços). São Paulo: Nobel, 1987. P. 77 – 80.

_____. “Socialização da informação”. In. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão** (Coleção Espaços). São Paulo: Nobel, 1987. P. 127 -129.

_____. “Por uma geografia das redes”. In. SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Espaço e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999. P. 208 – 222.

_____. “O lugar e o cotidiano”. In.: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Espaço e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999. P. 251 – 265.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. “Componentes da concepção de Claude Raffestin”. In.: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 75 – 78.

_____. “A perspectiva de Robert Sack”. In.: SAQUET, Marcos Aurélio **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 83 – 85.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de Método**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

SASSEN, Saskia. “Immigration and local label markets”. In PORTES, A. **The economic sociology of immigration: Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship.** Russel Sage Foundation, 1994. P. 87 – 127.

_____. **Losing control? Sovereignty in an age of globalization.** Nova York: Columbia University Press, 1996.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. "O Retorno – elemento constitutivo da condição do migrante". In: **Revista Travessia.** Jan 2000, Ano XIII, Número especial. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2000.

_____. "Uma família deslocada". In: Bourdieu, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 35 – 52.

_____. "A maldição". In: Bourdieu, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 651 - 672

_____. "A emancipação". In: Bourdieu, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 673 – 682.

_____. **Uma pobreza 'exótica': a imigração argelina na França.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Número 17. Out/91. Rio de Janeiro, 1991.

SCHUTZ, A. "The Stranger". **Collected Papers, Vol. II.** The Hague: Martius Nijhoff, 1971.

SEDDON, David; SEDDON-DAINES, Daniel. **A political and economic dictionary of Africa.** Londres: Routledge, 2005. p136 -141

SELIGMAN, Edwin R.A; IMIGRATION. In SELIGMAN, Edwin R.A. **Enyclopaedia of the social Sciences.** New York:The Macmillan Company. V 7. P.587-594

_____.; MIGRATION. In SELIGMAN, Edwin R.A. **Enyclopaedia of the social Sciences.** New York:The Macmillan Company. V 9. P.429-441

SEYFERTH, Giralda. "A assimilação dos imigrantes como questão nacional". **Mana.** Vol. 3, n. 1, 1997, p. 95-131. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2457.pdf>. Acesso em: 28 out. 2007.

_____. "Etnia, Nação e Raça: considerações sobre as relações conflituosas entre teuto e luso-brasileiros". In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais.** Simpósio Internacional – 19 a 25 abr. 1999. São Paulo: Humanitas, 2007. P. 113 – 114.

_____. “Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar”. In: SEYFERTH, Giralda *et alli* (org.). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações.** Santa Maria: Editora UFSM, 2007. P.15 – 44.

SHAMIR, Ronen. “Without borders? Notes on globalization as a mobility regime”. **Sociological Theory.** V. 23, n. 2, jun. 2005. P. 197-217.

SHAY, Mukenge. **Da globalização perversa às transformações urbanas: um ensaio sobre os circuitos produtivos na cidade de Kinshasa (República Democrática do Congo).** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, João Carlos Jarochinski. “A Diretiva Europeia de retorno”. In: **Revista Travessia.** Ago 2009. Ano XXII. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2009. p.63 – 80.

SILVA, João Henrique Francalino da. **Imigração Angolana: Redes Sociais e Processos de Reterritorialização no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2009.

SILVA, Maria A. Moraes. “Contribuições metodológicas para a análise das migrações”. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais.** Simpósio Internacional – 19 a 25 abr. 1999. São Paulo: Humanitas, 2007. P. 57 – 68.

SILVA, Maria A. Moraes; MENEZES, Marilda A. “Migrantes temporários: fim dos narradores?”. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais.** Simpósio Internacional – 19 a 25 abr. 1999. São Paulo: Humanitas, 2007. P. 69 – 86.

SILVA, Sidney A. da. “Imigrantes bolivarianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social”. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alli* (org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998. P.175 – 190.

_____. “Etnia, Nação e Regionalismos no jogo identitário entre os imigrantes bolivianos em São Paulo”. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais.** Simpósio Internacional – 19 a 25 abr. 1999. São Paulo: Humanitas, 2007. P.123 – 136.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA DA SILVA, César Augusto; RODRIGUES, Viviane Mozine. "Refugiados: o reassentamento solidário no território brasileiro". In: **Revista Travessia.** Ago 2009. Ano XXII. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2009. p. 49-58.

SIMMEL, George. "O estrangeiro". In: SIMMEL, George. **Sobre la individualidad y las formas sociales.** Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. P. 211 – 217.

_____. "El pobre". In: SIMMEL, George. **Sobre la individualidad y las formas sociales.** Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. P. 218 – 246.

_____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SLATER, David. "Situating Geopolitical Representations: Insade/Outside and the Power of Imperial Interventions". In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip (org). **Human Geography Today.** Cambridge : Polity office, 1999. P. 62-84.

SOARES, Luiz Eduardo. "A ética e o intelectual no século XXI". In: ROITMAN, Ari (org.). **O desafio ético.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. P. 47 – 78.

SOARES, Weber. "A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais". In: MARTES, A.C.B.; FLEISCHER, S. (org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. P. 231-261.

SOARES, Guido. **O direito de asilo diplomático e asilo territorial.** Disponível em: http://www.scribd.com/doc/7122739/Guido-Soares-Direito-Internacional-PC3BAblico-Direitos2BHumanos Acesso em jan. 29 de 2008

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros – identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Eva Machado de. **A Contribuição do SUS na (Re)construção da Vida dos Refugiados.** Disponível em:

http://xa.yimg.com/kq/groups/4842518/1620311578/name/Semin%C3%A1rio+Mercosul++-+POSTER.doc Acesso em: 18 out. 2009

SOUZA, Fabrício Toledo de. **Análise dos casos entrevistados em 2008 para parecer de elegibilidade – levantamento dos dados e informações em resposta à solicitação**

da pesquisadora (documento impresso). Rio de Janeiro: Coordenadoria do Convênio ACNUR / Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, 16 fev. 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo". In: HELLER, A. *et alli.* **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. P. 33-76.

_____. "Introdução: As tensões da modernidade ocidental". In: **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 429 – 451.

_____. **Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro** (datil.). Coimbra: Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

SPRANDEL, Márcia Anita. "O Parlamento e as migrações internacionais". In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. P. 97 – 120.

_____. "Migrações internacionais e a sociedade civil brasileira". In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. P. 547 – 562.

SPRANDEL, Márcia Anita; DIAS, Guilherme Mansur. "Estratégias locais e escalas globais: uma articulação necessária". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVII, n. 32, pp. 165-177, 2009.

STERI, Ubaldo. **Mensagem aos alunos da Universidade FMU.** 2005. Disponível em http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B5F0767C0-EEA5-4AC2-A312-09D75DA4F381%7D&ServiceInstUID=%7B478D074B-29E8-4085-95A0-A7C7A8A65D8A%7D Acesso em 27out. 2008

TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a antropologia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

TERRA NOTÍCIAS. **Los últimos refugiados congoleños en República Centroafricana regresan a su país.** Disponível em:

<http://noticias.terra.es/2007/mundo/1009/actualidad/los-ultimos-refugiados-congolenos-en-republica-centroafricana-regresan-a-su-pais.aspx>. Acesso em: 26 out. 2007.

TEVES, Nilda. "Imaginário social, identidade e memória". In: FERREIRA, Lucia; ORRICO, Evelyn G (org.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 53 – 68.

THE ECONOMIST. **The UN may send more troops to Congo. Would they do any good?** 13 nov. 2008. Disponível em: <http://www.economist.com/research/articlesBySubject/displaystory.cfm?subjectid=5189846&story_id=E1_TNGDSQTS&source=login_payBarrier>. Acesso em: 15 nov. 2008.

TILLY, Charles. "Transplanted networks". In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (org.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics.** Nova York: Oxford University Press, 1990. P. 79 – 95.

TRENKLE, Norbert. "Globalização e migração". In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alli* (org.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998. P. 35 – 54.

TRUZZI, Oswald. "Redes em processos migratórios". In: TEMPO SOCIAL revista de sociologia da USP. São Paulo: USP, 2008. V 20, n 1, p. 199-218

TÜRK, Volker; NICHOLSON, Frances. "Refugee protection in international Law: na overall". IN FELLER, Erika; TURK, Volker; NICHOLSON, Fraces. **Refuge Protection in International Law.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TURTON, David. **Conceptualising Forced Migration**. Outubro de 2003. Disponível em www.rsc.ox.ac.uk/PDFs/workingpaper12.pdf . Acessado em 19 de agosto de 2009

_____. ***Refugees and 'Other Forced Migrants'. Outubro de 2003. Disponível em*** *www.rsc.ox.ac.uk/PDFs/workingpaper13.pdf* . Acessado em 19 de agosto de 2009.

UNISINOS, Instituto Humanitas. **Para saber mais sobre o que há por trás da guerra no Congo.** Entrevista com Xavi Mir. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=18290>. Acesso em: 20 nov. 2008.

UNITED NATIONS. **Democratic Republic of the Congo.** Disponível em: <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/drcongo.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. "Estado e Imigração internacional: da imigração à emigração". In: PATARRA, Neide L. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** Vol.1. Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, 1995. P. 39 – 52.

_____. "A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas". In: **Revista Travessia.** Ano IX, Nº 25. Mai – Ago 1996, p.5-9. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1996.

_____. **Do corpo marcado ao território demarcado.** São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2000.

_____. "Estado e migrações no Brasil - anotações para uma história das políticas migratórias". In: **Revista Travessia.** Ano XII, No 36. Jan. – Abr. 2000, p.15-32. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2000.

_____. "Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias". In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. P. 177 – 184.

_____. "Migração e mobilidade na crise contemporânea da modernização". In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais.** Simpósio Internacional – 19 a 25 abr. 1999. São Paulo: Humanitas, 2007. P. 11 – 30.

VALDERRAMA, Cristina Blanco Fernández. "Los inmigrantes y su integración. Apuntes en torno a una creciente nebulosa de conceptos, modelos y políticas". In: CASTAÑO, Garcia; LÓPEZ, Muriel. **La inmigracion en España: contextos y alternativas.** Granada, 2002. V. II. Actas del III Congreso sobre la Inmigración en España. P 71-81

VALENTINE, Gil. “Imagined Geographical Knowledges of Self and Other in Everyday Life. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip (org). **Human Geography Today.** Cambridge : Polity office, 1999. P. 47 – 61.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIANA, Aurélio. **Etnia e território: os poloneses e a luta contra as barragens.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VICTOR, Duilo. “O Rio que acolhe”. **Bairros.com (O Globo).** 19 jul. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2009/07/19/o-rio-que-acolhe-205913.asp>. Acesso em: 19 jul. 2009.

_____. “Rio, porta de novo lar”. **O Globo (Zona Norte).** 19 jul. 2009. Disponível em: <http://www.oglobodigital.com.br/flip/tools/flipprint/printmateria.php?id_materia=8f43>. Acesso em: 25 jul. 2009.

VIDA, Samuel Santana. “Africanos no Brasil: uma ameaça ao paraíso racial”. In: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, 2001. P. 449 – 462.

VIEIRA, Pedro. “Brasil tem hoje 3.800 refugiados de 72 países”. In: **Jornal do Brasil Online**, 20 abr. 2008. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2446>. Acesso em: 24 abr. 2008.

VIGEVANI, Tullo *et alli.* **Diversidade étnica, conflitos regionais e direitos humanos.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.

VLAHOU, Assimina. **Câmara da Itália aprova lei que torna crime imigração ilegal.** 13 mai. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090511_imigracaocrimeitalia_fp.shtml>. Acesso em: 13 mai. 2009.

VOTRE, Sebastião Josué. “Linguagem, identidade, representação e imaginação”. In: FERREIRA, Lucia; ORRICO, Evelyn G (org.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 89 – 106.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WATT, Philip. **An Intercultural Approach to 'Integration'.** 200. Disponível em http://www.imrstr.dcu.ie/firstissue/watt.shtml Acessado em 17 de outubro de 2009.

WIKIPEDIA. **Ficheiro: República Democrática do Congo – Antiga e Nova Divisão.** Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/República_Democrática_do_Congo-Antiga_e_Nova_Divisão.PNG>. Acesso em: 06 mai. 2008.

WINDISCH, Uli. "Representações sociais, sociologia e sociolinguística: o exemplo do raciocínio e da fala cotidianos". In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. P. 139 – 154.

WOODWARD, Katryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. P. 7 – 72.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. "Identidades negociadas: a ítalo-brasilidade na Região Central do Rio Grande do Sul". In: SEYFERTH, Giralda *et alli* (org.). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações.** Santa Maria: Editora UFSM, 2007. P. 337 – 356.

ZGUSTOVA, Monika. **Réquiem por los refugiados políticos.** 19 jun. 2009. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/opinion/Requiem/refugiados/politicos/elpepiopi/20090619elpepiopi_5/Tes>. Acesso em: 20 jun. 2009.

ANEXOS

CAPÍTULO 1

ANEXO A – Capítulo 1

Europa se desinteressa por trabalho imigrante
Por Spiegel Online

Com o elevado desemprego, muitos países da União Europeia querem que os trabalhadores migrantes – que um dia eles atraíram – voltem para casa o mais rápido possível. ***Eles não estão poupando custos ou esforços para encorajá-los a partir****, afirma o Spiegel Online.*

(...) Depois da expansão da União Europeia para o leste em 2004, dezenas de milhares de asiáticos encontraram trabalho nas fábricas da Polônia, da República Tcheca e da Eslováquia, onde eles eram recebidos de braços abertos para preencher os postos de trabalho que um milhão de polacos e centenas de milhares de tchecos, bálticos, eslovacos e húngaros tinham deixado pra trás quando, por sua vez, migraram para os países mais ricos da União Europeia. Como muitos países europeus, a Irlanda, a Grã-Bretanha e a Suécia abriram imediatamente suas fronteiras para os cidadãos dos novos Estados-membros, com a Espanha seguindo seu exemplo dois anos depois.

Hora de partir

Empresas de construção e restaurantes, nesses países, estavam satisfeitos em empregar a mão de obra barata do leste. Mais e mais famílias empregaram mulheres polonesas para limpar suas casas ou como babás com sotaque eslavo para colocar suas crianças para dormir. Os salários dos migrantes eram baixos – e, ainda assim, em alguns casos, três vezes maiores do que eram nos seus países de origem. Os recém-chegados enviavam para casa o máximo que podiam de seus rendimentos, injetando um capital que ajudou seus países a ter uma prosperidade sem precedentes. (...) A União Europeia há muito tempo tinha planos para uma regulamentação uniforme da imigração. Mas, diante da crise econômica, alguns governos estão procurando uma porta de saída. Eles querem retardar as novas leis que permitiriam aos trabalhadores romenos e búlgaros o livre acesso a todo o mercado de trabalho da Europa ocidental ainda esse ano, e onze países da União Europeia querem manter as restrições existentes. Isso tudo, por sua vez, agrava a situação nos países mais pobres da União Europeia. Em Bucareste, por exemplo, as autoridades estimam ver pelo menos a metade de aproximadamente três milhões de romenos que estavam trabalhando no exterior voltarem para casa.

FLOTTAU, Renate *et al.* "Europe falls out of love with labour migration". **NRC Handelsblad.** 19 mar. 2009. Disponível em:
<http://www.nrc.nl/international/article2185982.ece/Europe_falls_out_of_love_with_labour_migration>.
Acesso em: 02 abr. 2009. Tradução nossa.

Italianos querem imigrantes desempregados fora do país

Os italianos são os europeus mais dispostos a apoiar medidas governamentais no sentido de retirar dos seus respectivos países imigrantes desempregados. Uma pesquisa realizada pelo jornal britânico *Financial Times*, em associação com a empresa especializada em pesquisa de mercado Harris, revelou que os europeus, de uma maneira geral, gostariam que os imigrantes sem emprego fossem "convidados" a voltar a seus países de origem, despontando no ranking os italianos (79%). A seguir vêm os britânicos (78%), os espanhóis (71%), os alemães (67%) e os franceses (51%).

Na verdade, os europeus estão indo além, como constata reportagem do jornal alemão *Der Spiegel*. Não são apenas os imigrantes desempregados que deveriam voltar para casa. Em função da crise econômica, hoje a UE tem mais de 18 milhões de desempregados, a mão de obra imigrante, antes atraente para os empregadores, agora está sendo rechaçada. Um exemplo disso são os programas de estímulo ao retorno voluntário, como o oferecido pelo Governo da Espanha, país com mais de 5 milhões de estrangeiros. Afinal, empregos antes apenas ocupados pelos imigrantes, como trabalhar na agricultura, em colheitas, agora são disputados aguerridamente por cidadãos espanhóis.

O que sobra, então, para os desempregados, para os ilegais, especialmente de países fora do bloco? Se, por um lado, britânicos e alemães comungam da mesma ideia em relação a cidadãos de outros países da União Europeia, no caso da Itália e da Espanha a maioria, porém apoia dar aos europeus oportunidades no seu mercado de trabalho. Esse dado assume maior relevância na medida em que se sabe que um dos principais empenhos das autoridades do bloco é incentivar a livre circulação de trabalho entre os cidadãos europeus, juntamente com a livre circulação de bens, serviços e capital.

Os resultados da pesquisa sugerem, segundo destaca o *Financial Times*, o aumento do risco de tensões sociais por conta da elevação do desemprego concomitante ao uso da mão de obra estrangeira.

A pesquisa, conduzida pela *Harris Interactive*, consultou 6.538 adultos na França, Alemanha, Itália, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

Xenofobia

O respeitado *Der Spiegel* é taxativo: há um aumento da xenofobia. E, nesse aspecto, exemplifica com a situação da Itália, onde até mesmo uma lei em discussão no Parlamento pretende obrigar os médicos a informar quando tratam de imigrantes. Isso sem falar em outra norma que pretende cobrar uma taxa para os vistos de residência e comprovação de renda mínima ou, então, no caso de Madri, capital da Espanha, onde os policiais têm cotas a cumprir semanalmente. Ou seja, precisam prender um determinado número de ilegais sem residência fixa.

ORIUNDI. **Italianos querem imigrantes desempregados fora do país [pt].** 19 mar. 2009. Disponível em: <http://oriundi.net/site/oriundi.php?menu=noticiasdet&id=11181>. Acesso em: 19 mar. 2009.

Espanha inclui cobrador de dívida e tosador de cão em lista de emprego para imigrante
Por Anelise Infante

Apesar de ter a taxa de desemprego mais alta da União Europeia (15,5%), ainda há empregos que os espanhóis não querem aceitar. Na lista do Instituto Nacional do Emprego divulgada nesta quinta-feira, são oferecidos a imigrantes, pela primeira vez, vagas de cobrador de dívida e tosador de cães.

A lista trimestral oferece 727 vagas no "catálogo de ocupações de difícil cobertura", designação dada pelo governo à listagem dos 672 empregos que quase ninguém quer.

A relação inclui profissões que ao menos há seis meses estão sem ser preenchidas por trabalhadores locais.

Essa falta de candidatos levou o Ministério do Trabalho e Imigração a oferecer os empregos a estrangeiros.

Imigrantes com documentação legal na Espanha ou que querem vir ao país para trabalhar têm opções como pastores de ovelhas, sapateiros, tratoristas, terapeutas ocupacionais, dançarinos de baile de salão e cuidadores de gado e de porcos.

As últimas entradas nessa lista foram os empregos de tosador de cães e de cavalos e de cobrador de faturas, dívidas, apostas e aluguéis - emprego em que houve um considerável aumento de vagas desde o início da crise.

Flexibilidade

A abertura das vagas para os imigrantes vai contra a tendência no mercado de trabalho esperada pelo governo, a de que essas vagas no "catálogo de ocupações de difícil cobertura" fossem ocupadas por espanhóis desempregados.

Neste sentido, o governo chegou a introduzir restrições na chamada lei que regulamenta a contratação de estrangeiros nos seus países de origem.

Desde o final de 2008, os empresários locais não podem mais oferecer contratos de trabalho para estrangeiros sem autorização expressa do Ministério.

Segundo o ministro Celestino Corbacho, quando defendeu a normativa no Parlamento, "a contratação de estrangeiros em 2009 deveria ser 0%" devido ao alto índice de desemprego no país.

Antes dessa lei, os empresários esperavam um mês para encontrar um trabalhador. Na falta de candidatos espanhóis, poderiam contratar um imigrante que já entrava na Espanha com documentação para trabalho e residência.

Continuação

(...) Depois das restrições introduzidas na legislação, a oferta para imigrantes caiu 64%. A lista de empregos para estrangeiros (catálogo de difícil cobertura) de janeiro de 2009 incluía apenas vagas para a Marinha Mercante e para os técnicos desportivos e atletas, visando as necessidades dos clubes de futebol.

(...) Entre as ofertas (válidas para os meses de abril, maio e junho) há vagas para 58 médicos e 15 engenheiros, mas os diplomas devem ser reconhecidos pelas autoridades educativas e sindicatos da União Europeia.

INFANTE, Anelise. "Espanha inclui cobrador de dívida e tosador de cão em lista de emprego para imigrante". **BBC Brasil.** 02 abr. 2009. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/go/portuguese/em/txt/-/portuguese/noticias/2009/04/090402_espanhaempregosai.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2009.

Espanha atrai brasileiros para ajudar a repovoar "cidades-fantasma"

Por Anelise Infante

Famílias brasileiras com crianças estão aproveitando a oferta de benefícios feita por vilarejos da zona rural da Espanha que correm o risco de desaparecer por causa da falta de habitantes jovens.

Pelo menos 15 pequenos municípios espanhóis ofereceram ou estão oferecendo casa, emprego e até dinheiro a famílias de imigrantes para tentar repovoar suas áreas. O governo diz que pelo menos 2.648 municípios enfrentam o mesmo problema de falta de população jovem e que, por isso, ganharam o nome de "cidades-fantasmas".

Em Lorcha, vilarejo de 735 habitantes encravado em uma montanha do leste da Espanha, as paranaenses Adelle, de 8 anos, e Camille, de 10, além de outros sete equatorianos, ajudaram a manter aberta a única escola local. Sem esses alunos imigrantes, as 24 crianças nascidas na cidade precisariam percorrer 18 km até a escola mais próxima.

A Prefeitura de Lorcha deu à mãe das meninas, Sônia Regina Matos Farias, uma casa grátis e um emprego de faxineira a 7 euros por hora (cerca de R$ 21).

"É necessário oferecer algo convincente. Quem vem para cá chega para ocupar nossos vazios. Só pedimos que sejam jovens e com filhos, porque senão esses lugarejos estarão condenados ao esquecimento", disse à BBC Brasil o prefeito de Lorcha, Guillermo Moratal.

Ideia

(...) A primeira "cidade-fantasma" a lançar uma oferta para repovoar suas ruas foi Aguaviva, no centro-leste do país, que em 2000 ofereceu passagens aéreas, refeitório para as crianças, aluguel subsidiado e emprego para os pais. Em seis anos, a cidade ganhou 150 novos moradores, todos imigrantes. O sucesso da ideia levou outras prefeituras a lançar propostas semelhantes através da imprensa. Hoje, cerca de 80% dos municípios com problemas de envelhecimento da população e falta de jovens estão recebendo famílias imigrantes.

Frustração

(...) "Graças aos imigrantes, está sendo possível frear o esvaziamento de muitas cidades da zona rural espanhola", disse à BBC Brasil José Luis Sáenz, porta-voz do Centro de Estudos para a Despovoação de Áreas Rurais.

(...) O prefeito de Ayórdar, Ramón Balaguer, concorda. ‘Procuramos imigrantes não por preferência, mas por necessidade. Um espanhol quer ficar na sua profissão, enquanto um estrangeiro se conforma com ter um trabalho e outros benefícios a mais, nesses tempos’(...)”.

INFANTE, Anelise. “Espanha atrai brasileiros para ajudar a repovoar 'cidades-fantasma'”. **BBC Brasil.** 08 mai. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090508_espanhavilasml.shtml>. Acesso em: 09 mai. 2009.

ANEXO B – Capítulo 1

Réquiem para os refugiados políticos

Monika Zgustova* 19/06/2009

A Europa esqueceu que centenas de milhares de seus habitantes receberam asilo político no século XX.

(...) O século XX foi, por excelência, o século do asilo político. Com suas ideologias escravizantes, guerras civis e mundiais, ditaduras e totalitarismos diversos, o século passado gerou ondas de refugiados que, em alguns casos, mudaram o mapa étnico das grandes cidades europeias e americanas. Alemães, russos, espanhóis, judeus e, mais recentemente, bósnios e kosovares, sérvios e croatas: todos a seu tempo fugiram de algum tipo de horror. A prática do asilo político salvou dezenas de milhares de vidas de pessoas cuja única culpa havia sido lutar pela liberdade. No entanto, no século XXI a situação mudou substancialmente.

No ano de 2005, Adam Osman Mohammed, 28 anos, habitante não árabe de Darfur, chegou ao Reino Unido para buscar refúgio por causa da perseguição de que era vítima no Sudão. (...) Depois de várias tentativas para conseguir asilo político, todas as suas solicitações foram definitivamente negadas e, em março do presente ano, Adam foi forçadamente repatriado para o aeroporto de Jartum, Sudão. Dali seguiu para Darfur em busca de sua família. As milícias árabes o seguiram sem que Adam suspeitasse. No momento em que entrava em casa, o mataram a tiros na presença de sua mulher e seu filho de quatro anos.

Adam não é a única vítima da "repatriação voluntária", termo eufemístico para essa prática coercitiva que consiste em devolver os imigrantes da União Europeia a seus países de origem. Ultimamente a Itália tem sido o Estado que mais flagrantemente tem violado a Convenção de Genebra sobre os direitos humanos, na qual figura entre os países signatários. Graças a um acordo entre Berlusconi e Kadaffi – acordo que selou a visita oficial de Kadaffi à Itália há alguns dias – a Itália iniciou em março o bloqueio aos barcos líbios com imigrantes a bordo para devolvê-los a seu país sem ter-lhes dado a oportunidade de pedir asilo político. Os emigrantes saídos das costas da Líbia eram procedentes da Nigéria, Congo, Iraque e Afeganistão. Uma vez de volta à Líbia – país que não assinou os acordos de Genebra e que viola constantemente os direitos humanos – esses emigrantes ingressaram forçadamente em campos de detenção indefinida onde são maltratados.

Continuação

A Convenção de Genebra obriga seus signatários a não devolver os refugiados "àqueles territórios onde sua vida e liberdade estariam ameaçadas". Devolver os emigrantes a um país que não participa da referida Convenção é um fato sem precedentes. Indagadas sobre isso, as autoridades italianas contestam que o que aconteceu com os emigrantes não era de sua alçada. Mas todos sabemos que para muitos desses imigrantes regressar a seus países significa a morte por razões políticas.

E a Espanha? Tampouco este país tem a consciência limpa porque bloqueou os barcos procedentes da Mauritânia e do Senegal, ainda que, nesse caso, se trate de países signatários da Convenção de Genebra (...).

Hoje em dia a União Europeia concede menos asilos políticos do que em qualquer tempo, tendência que adquiriu perfil de legalidade com os acordos de Schengen.

(...) Na Europa são concedidos somente 4.000 asilos por ano, a maioria deles nos países escandinavos (...).

Se nós os europeus desejamos manter a nossa autoestima, deveríamos ampliar substancialmente a cota de concessão de asilo político. Deveríamos recordar que no século passado fomos nós mesmos os necessitados, e tentar salvar as vidas dos que não têm a sorte de viver em uma sociedade democrática, daqueles que, como Adam Osman Mohammed, podem encontrar a morte se não os acolhemos.

**Monika Zgustova é escritora. Ela e sua família receberam asilo político nos EUA em meados dos anos setenta, fugindo das perseguições e da prisão após a invasão soviética na Tchecoslováquia.*

ZGUSTOVA, Monika. *"Réquiem por los refugiados políticos"*. ***El País.*** 19 jun. 2009. <http://www.elpais.com/articulo/opinion/Requiem/refugiados/politicos/elpepiopi/20090619elpepiopi_5/Tes>. Acesso em: 20 jun. 2009. Tradução nossa.

ANEXO C – Capítulo 1

Breves comentários sobre os chamados conflitos armados internacionalizados

Julio C. Sánchez / CEPRID

A pirataria nas costas da Somália, a violência armada no leste da República Democrática do Congo, a explosiva situação em Darfur, e seu impacto nocivo nos países vizinhos ocupam importantes manchetes. Porém, os canais da mídia se limitam a descrever o fenômeno sem desentranhar suas verdadeiras causas.

Um dos termos mais enganosos usados pelos meios de comunicação e por certa literatura acadêmica se trata do termo **conflito armado**. É um termo utilizado, inclusive, de maneira indistinta **como substituto de guerra**. Sem dúvida, para os conflitos na África subsaariana a mídia tem acumulado qualificações como **conflito étnico, guerra civil,** etc.. Contudo, para as ações em outros palcos de operações militares, como o Afeganistão e o Iraque, onde existe uma presença direta dos Estados Unidos, se emprega **o termo guerra**.

Onde se situa a diferença? Mas em que aspectos de ordem técnico-militar ou jurídica, essas diferenças, ao analisar fenômenos na essência similares, repousam em pressupostos ideológicos que tratam de justificar a presença imperial dos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque? Com isso, a mídia legitima as ações desencadeadas em consequência do agressivo discurso pronunciado pelo então presidente George W. Bush na Academia Militar de *West Point* em 20 de setembro de 2001, que foi posteriormente referendado na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2002 – onde claramente se declarava que aquele país havia iniciado uma **guerra**. Desvia-se, assim, do fato de que, para além da luta contra o terrorismo, as agressões estadunidenses escondem o interesse hegemônico no controle dos recursos naturais em uma ampla zona que inclui todo o continente africano e parte da Ásia. A isto, haveria que se somar a vantajosa localização geográfica e de que forma o alcance desses objetivos imperiais de controle permitirá aos Estados Unidos adquirir vantagens sobre seus principais aliados, bem como sobre aqueles países que a agenda imperial definiu como competidores.

Apesar de tentar identificar as causas que originam as agressões ao Afeganistão e ao Iraque, não é nosso objetivo neste trabalho senão definir algumas regularidades nas dinâmicas das guerras que hoje estão afetando a região da África subsaariana. Contudo, devemos destacar que o interesse econômico, que em última instância conduziu as Forças Armadas estadunidenses a invadir aqueles países, também constitui a base dos conflitos que há décadas sangram a Somália, Sudão e a República Democrática do Congo.

Continuação

Consideramos que **o fim da guerra civil** – termo que foi cunhado pela mídia para as ações armadas que se desenrolam nesses três países africanos – **deve ser revisado porque nos três casos existe uma importante presença de atores internacionais,** tanto como instigadores das ações armadas quanto como participantes diretos e/ou encobertos; existem inclusive agendas projetadas para aplicar soluções às guerras que levariam em cada um desses países a uma nova repartição daquelas zonas onde já está provada a existência de importantes recursos naturais.

A presença de atores internacionais, o fluxo de pessoas deslocadas e de refugiados como consequência das ações armadas, assim como os problemas dos países receptores de levas em massa de pessoas obrigadas a abandonar seu país de origem ou que se veem obrigadas a reassentar-se em áreas mais seguras de seu próprio país levaram os especialistas em Direito Internacional Humanitário a **redefinir o conceito de guerra civil**. No lugar deste termo, muitos trabalhos elaborados pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, quando analisam conflitos como os que afetam atualmente os países africanos acima mencionados, usam o termo **conflito armado internacionalizado.**

Nessa linha de análise se situa o artigo "Para uma definição única de conflito armado no Direito Internacional Humanitário: Uma crítica dos conflitos armados internacionalizados", elaborado por James G. Stewart - diplomado em Direito internacional humanitário (CICR) e, também, advogado e procurador do Supremo Tribunal da Nova Zelândia [1]. É necessário destacar que, ainda que esse autor faça referência à **guerra na República Democrática do Congo** e a defina como um **conflito armado internacionalizado**, na sua abordagem das manifestações desse tipo de conflito os maiores exemplos que aponta são mais condizentes com a ex-Iugoslávia.

Essa linha de análise que vê os denominados conflitos armados internacionalizados em sua multidimensionalidade também pode ser encontrada entre acadêmicos cubanos dedicados ao estudo da região da África subsaariana. A maioria desses acadêmicos pertence ao Centro de Estudos da África e Oriente Médio (RAMO). Como resultado dos trabalhos apresentados, tanto na Revista África e Oriente Médio quanto no boletim digital CEAMOnitor, esta instituição cubana elaborou o conceito de **conflito armado interconectado** para poder compreender a complexidade das guerras que afetam a região.

O conceito parte de uma abordagem holística das causas das guerras e reconhece que, apesar das ingerências de atores externos poderem ser analisadas como catalisadoras de conflitos internos, é necessário, para que estes se desencadeiem, a existência de um conjunto de condições objetivas que abarcam a desigual distribuição do poder político, os interesses econômicos associados aos Estados da pós-independência e a existência de uma desigual apropriação dos recursos naturais. Os investigadores do CEAMO, por exemplo, juntam em suas elaborações os conceitos de **guerra do coltán,** no caso da

Continuação

República Democrática do Congo, e/ou de **guerra dos diamantes,** como era chamada a guerra em Serra Leoa. Reconhecem, entretanto, o controle dos recursos como um dos fatores que estimularam a presença desestabilizadora dos atores externos.

Na atualidade, e em correspondência com a interconexão internacional de atores presentes nos conflitos de Somália, República Democrática do Congo e Sudão, também estamos diante de uma **interconexão de agendas internacionais para solucioná-los**. Contudo, não atacam a essência do problema, senão em suas manifestações externas e, por isso, defendem unicamente: a pacificação, o desarmamento dos beligerantes e a posterior incorporação à vida política. Entretanto, as causas reais dessas guerras – que de fato estão no subdesenvolvimento em que vivem as grandes maiorias – não têm solução com essas complicadas agendas pós-conflito que, em cada um dos casos, implicam uma nebulosa presença de tropas internacionais que ao invés de desempenharem uma função construtiva nos teatros de guerra tornam-se um novo fator de desestabilização.

A verdadeira solução dos atuais conflitos teria que tomar como eixo condutor uma estratégia voltada a pôr um fim às desigualdades e, também, à adoção de uma ordem internacional onde predomine a cooperação para o desenvolvimento e não mais as guerras de conquista e a militarização.

Referências:

[1] Stuart, James G.: "Hacia una definición única de conflicto armado en el derecho internacional humanitario: Una crítica de los conflictos armados internacionalizados", Revista Internacional de la Cruz Roja, 30-06-03.

Julio C. Sánchez é pesquisador do Centro de Estudos sobre África e Oriente Médio de Havana (Cuba).

Fonte: SÁNCHEZ, Julio C. "Breves comentários sobre los denominados conflictos armados internacionalizados". **CEPRID**. 30 set. 2009. <http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article596>. Acesso em: 01 out. 2009. Grifos nossos. Tradução nossa.

ANEXO D – Capítulo 1

ACNUR está preocupado com devolução de pessoas resgatadas próximo à ilha de Lampedusa, na Itália

GENEBRA, 7 de maio de 2009 (ACNUR) – A agência da ONU para refugiados (ACNUR) expressou nesta quinta-feira (07) sua preocupação com a devolução para a Líbia, sem avaliação das possíveis necessidades de proteção, de cerca de 230 pessoas que foram resgatadas ontem pelos barcos da patrulha italiana na Região de Resgate e Busca de Malta (SAR, na sigla em inglês).

O resgate aconteceu a cerca de 35 milhas náuticas à sudeste da ilha italiana de Lampedusa, porém dentro da zona maltesa SAR. A devolução do grupo para a Líbia aconteceu um dia após fortes discussões entre as autoridades italianas e maltesas sobre a quem cabia a responsabilidade pelo resgate e desembarque destas pessoas. Apesar de estarem próximos à Lampedusa, os navios estavam na área maltesa de resgate e busca.

Ainda não há informações precisas sobre a nacionalidade das pessoas que estavam a bordo e acredita-se que, entre elas, existam indivíduos em necessidade de proteção internacional. Em 2008, cerca de 75% das pessoas que chegaram por mar na Itália solicitaram refúgio e 50% delas receberam alguma forma de proteção.

"Pedi às autoridades italianas e maltesas que garantam pleno acesso aos seus territórios e aos procedimentos de refúgio a todos os indivíduos resgatados no mar e em necessidade de proteção internacional", disse em Genebra o Alto Comissário António Guterres.

Este incidente marca uma mudança significante nas políticas adotadas pelo governo italiano e é fonte de preocupação. O ACNUR lamenta profundamente a falta de transparência em relação a este fato.

"Estamos trabalhando com as autoridades italianas em Lampedusa e em outros lugares para garantir que as pessoas que fogem de conflitos e perseguições sejam protegidas de acordo com a Convenção de Genebra de 1951", disse Laurens Jolles, representante do ACNUR em Roma. "É de fundamental importância que os princípios internacionais de não devolução continuem sendo completamente respeitados", explica ele.

A Líbia não é signatária da Convenção de 1951 e não possui um sistema nacional de reconhecimento de refugiados. Assim, o ACNUR pede às autoridades italianas que reconsiderem sua decisão e evitem repetir tais medidas.

Fonte: ALTO COMISSARIADO das Nações Unidas para Refugiados. **ACNUR está chocado com as perdas de vidas no Mediterrâneo.** 31 mar. 2009. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-esta-chocado-com-as-perdas-de-vidas-no-mediterraneo/>. Acesso em: 31 mar. 2009.

"Todos no mesmo barco"*

"Em 2007 não houve queda no tráfico mortal de seres humanos. Refugiados, solicitantes de asilo e imigrantes estão todos dispostos a pagar pela chance de conseguir uma vida mais segura e melhor. Os traficantes que operam barcos frágeis pelo Golfo de Aden estão entre os mais cruéis traficantes do mundo. Estima-se que no ano passado das mais de 26.000 pessoas, a maioria somali e etíope, pagou cada um entre 50 e 150 dólares para fazer a travessia. Estes somalis [no vídeo] estão entre os mais afortunados. Após 36 horas no mar, eles chegaram à costa do Iêmen nesta frágil embarcação.

Abdi (sobrevivente somali): "Eles são pessoas muito violentas. Muitos de nós apanhamos. Felizmente chegamos perto da praia e todos que estavam no meu barco sobreviveram".

Mas muitos não tiveram a mesma sorte. Pelo menos 100 pessoas morreram ou foram consideradas desaparecidas no ano passado; quase o dobro do ano de 2006. Amontoados no compartimento de carga, sem comida ou água, alguns ficam sufocados e outros morrem desidratados. Outros são esfaqueados e espancados pelos traficantes e depois são jogados ao mar.

Zeinab Addon (sobrevivente somali): 'Quando chegamos perto da costa, nós fomos forçados a pular no mar. Ficamos muito chocados quando encontramos corpos na praia'.

As praias do Iêmen foram transformadas em cemitérios... Da esperança perdida... Essa mulher, como centenas antes dela, teve seu enterro improvisado nas dunas.

O Iêmen é o único país da Península Arábica que assinou a Convenção das Nações Unidas para Refugiados. Por anos, manteve suas fronteiras abertas e oferece a condição de refugiados a somalis que conseguiram atravessar o Golfo de Adejem. Mas devido à grande demanda, o país pediu mais ajuda internacional. Nos últimos anos, o ACNUR tem respondido com o aumento do monitoramento ao longo da costa, melhorando a assistência aos recém-chegados e realizando treinamento com oficiais do Iêmen.

Erika Feller (assistente do ACNUR): "A situação nos mares é trágica e, mais uma vez, somente podemos trabalhar com o apoio da guarda costeira e do governo para ver se assim podemos fazer uma diferença na maneira como essas pessoas são recebidas, impedindo que elas sejam jogadas ao mar com as mãos atadas e que cheguem às praias como corpos."

Do Golfo do Aden ao Mediterrâneo, está é uma tragédia recorrente pelo mundo. Embora a EU tenha intensificado a patrulha em suas águas, milhares de pessoas desesperadas continuam chegando pelas costas do sul.

Fala um solicitante de refúgio iraquiano: "Esta é uma rota suicida. Não temos outra escolha. Não conseguimos um visto; não podemos pegar um voo para outro país. Não podemos ficar na Líbia, ou Tunísia, ou qualquer outro país; então cruzamos o mar ou morremos, não existe outra opção".

Continuação

Com uma população de apenas 6.000 pessoas, a pequena ilha italiana de Lampedusa tem-se esforçado para dar conta do fluxo. Em 2006, 18.000 pessoas chegaram à ilha.

A chegada de imigrantes e refugiados, todos literalmente no mesmo barco, representa um desafio para as autoridades identificarem aqueles que fogem de perseguições. Para ajudá-los, o ACNUR implementou um plano de 10 pontos [1] para garantir que refugiados sejam tratados com dignidade e que tenham acesso aos procedimentos de refúgio.

**Transcrição nossa de parte do vídeo "Visão Global 2008" produzido pelo ACNUR.*

Fonte: ACNUR. "Visão Global 2008". Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/videos/>. Acesso em: 28 jul. 2008.

[1] Estas são as dez áreas nas quais o ACNUR declara ter interesse e entende que tem um papel a ser assumido no sentido de gerar impactos positivos: 1. Cooperação entre parceiros chaves; 2. Coleta de informações e análise; 3. Sistemas de entrada sensíveis à proteção; 4. Mecanismos de recepção; 5. Mecanismos de identificação de perfis e encaminhamento; 6. Processos e procedimentos diferenciados; 7. Soluções para os refugiados; 8. Respostas aos movimentos secundários; 9. Acordos para o retorno de pessoas que não são refugiadas e opções migratórias alternativas; 10. Estratégia de informação. Para ver as metas de cada área, bem como as sugestões sobre cada um dos pontos, ver "A proteção dos refugiados e a migração mista: o Plano de Ação de 10 Pontos". ACNUR, jan. 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos>. Acesso em: 18 set. 2008.

ANEXOS

CAPÍTULO 2

ANEXO A – Capítulo 2

LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997

Diário Oficial da União nº 139 - Seção I - Páginas 15822-15824

23 de julho de 1997

Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Dos Aspectos Caracterizadores

CAPÍTULO I
Do Conceito, da Extensão e da Exclusão

SEÇÃO I
Do Conceito

ARTIGO 1º

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

SEÇÃO II
Da Extensão

ARTIGO 2º

Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional. (ver resolução normativa 004).

SEÇÃO III
Da Exclusão

ARTIGO 3º

Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que:

I - já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismos ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR;

II - sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro;

III - tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas;

IV - sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

CAPÍTULO II
Da Condição Jurídica de Refugiado

ARTIGO 4º

O reconhecimento da condição de refugiado, nos termos das definições anteriores, sujeitará seu beneficiário ao preceituado nesta Lei, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais de que o Governo brasileiro seja parte, ratifique ou venha a aderir.

ARTIGO 5º

O refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil, ao disposto nesta Lei, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, cabendo-lhe a obrigação de acatar as leis, regulamentos e providências destinados à manutenção da ordem pública.

ARTIGO 6º

O refugiado terá direito, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, à cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem.

TÍTULO II

Do Ingresso no Território Nacional e do Pedido de Refúgio

ARTIGO 7º

O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

§ 1º Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

§ 2º O benefício previsto neste artigo não poderá ser invocado por refugiado considerado perigoso para a segurança do Brasil.

ARTIGO 8º

O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes.

ARTIGO 9º

A autoridade a quem for apresentada a solicitação deverá ouvir o interessado e preparar termo de declaração, que deverá conter as circunstâncias relativas à entrada no Brasil e às razões que o fizeram deixar o país de origem.

ARTIGO 10º

A solicitação, apresentada nas condições previstas nos artigos anteriores, suspenderá qualquer procedimento administrativo ou criminal pela entrada irregular, instaurado contra o peticionário e pessoas de seu grupo familiar que o acompanhem.

§ 1º Se a condição de refugiado for reconhecida, o procedimento será arquivado, desde que demonstrado que a infração correspondente foi determinada pelos mesmos fatos que justificaram o dito reconhecimento.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, a solicitação de refúgio e a decisão sobre a mesma deverão ser comunicadas à Polícia Federal, que as transmitirá ao órgão onde tramitar o procedimento administrativo ou criminal.

TÍTULO III
Do Conare

ARTIGO 11º

Fica criado o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça.

CAPÍTULO I
Da Competência

ARTIGO 12º

Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II - decidir a cessação, em primeira instância, *ex-officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;

IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;

V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

ARTIGO 13º

O regimento interno do CONARE será aprovado pelo Ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo único. O regimento interno determinará a periodicidade das reuniões do CONARE.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e do Funcionamento

ARTIGO 14º

O CONARE será constituído por:

I - um representante do Ministério da Justiça, que o presidirá;

II - um representante do Ministério das Relações Exteriores;

III - um representante do Ministério do Trabalho;

IV - um representante do Ministério da Saúde;

V - um representante do Ministério da Educação e do Desporto;

VI - um representante do Departamento de Polícia Federal;

VII - um representante de organização não governamental que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no País.

§ 1º O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR será sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, com direito a voz, sem voto.

§ 2º Os membros do CONARE serão designados pelo Presidente da República, mediante indicações dos órgãos e da entidade que o compõem.

§ 3º O CONARE terá um Coordenador-Geral, com a atribuição de preparar os processos de requerimento de refúgio e a pauta de reunião.

ARTIGO 15º

A participação no CONARE será considerada serviço relevante e não implicará remuneração de qualquer natureza ou espécie.

ARTIGO 16º

O CONARE reunir-se-á com quorum de quatro membros com direito a voto, deliberando por maioria simples.

Parágrafo único. Em caso de empate, será considerado voto decisivo o do Presidente do CONARE.

TÍTULO IV
Do Processo de Refúgio

CAPÍTULO I
Do Procedimento

ARTIGO 17º

O estrangeiro deverá apresentar-se à autoridade competente e externar vontade de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado.

ARTIGO 18º

A autoridade competente notificará o solicitante para prestar declarações, ato que marcará a data de abertura dos procedimentos.

Parágrafo único. A autoridade competente informará ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR sobre a existência do processo de solicitação de refúgio e facultará a esse organismo a possibilidade de oferecer sugestões que facilitem seu andamento.

ARTIGO 19º

Além das declarações, prestadas se necessário com ajuda de intérprete, deverá o estrangeiro preencher a solicitação de reconhecimento como refugiado, a qual deverá conter identificação

completa, qualificação profissional, grau de escolaridade do solicitante e membros do seu grupo familiar, bem como relato das circunstâncias e fatos que fundamentem o pedido de refúgio, indicando os elementos de prova pertinentes.

ARTIGO 20º

O registro de declaração e a supervisão do preenchimento da solicitação do refúgio devem ser efetuados por funcionários qualificados e em condições que garantam o sigilo das informações.

CAPÍTULO II
Da Autorização de Residência Provisória

ARTIGO 21º

Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo. (ver resolução normativa 006)

§ 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir a carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividades remuneradas no País.
§ 2º No protocolo do solicitante de refúgio serão mencionados, por averbamento, os menores de quatorze anos.

ARTIGO 22º

Enquanto estiver pendente o processo relativo à solicitação de refúgio, ao peticionário será aplicável a legislação sobre estrangeiros, respeitadas as disposições específicas contidas nesta Lei.

CAPÍTULO III
Da Instrução e do Relatório

ARTIGO 23º

A autoridade competente procederá a eventuais diligências requeridas pelo CONARE, devendo averiguar todos os fatos cujo conhecimento seja conveniente para uma justa e rápida decisão, respeitando sempre o princípio da confidencialidade.

ARTIGO 24º

Finda a instrução, a autoridade competente elaborará, de imediato, relatório, que será enviado ao Secretário do CONARE, para inclusão na pauta da próxima reunião daquele Colegiado.

ARTIGO 25º

Os intervenientes nos processos relativos às solicitações de refúgio deverão guardar segredo profissional quanto às informações a que terão acesso no exercício de suas funções.

CAPÍTULO IV
Da Decisão, da Comunicação e do Registro

ARTIGO 26º

A decisão pelo reconhecimento da condição de refugiado será considerada ato declaratório e deverá estar devidamente fundamentada.

ARTIGO 27º

Proferida a decisão, o CONARE notificará o solicitante e o Departamento de Polícia Federal, para as medidas administrativas cabíveis.

ARTIGO 28º

No caso de decisão positiva, o refugiado será registrado junto ao Departamento de Polícia Federal, devendo assinar termo de responsabilidade e solicitar cédula de identidade pertinente.

CAPÍTULO V
Do Recurso

ARTIGO 29º

No caso de decisão negativa, esta deverá ser fundamentada na notificação ao solicitante, cabendo direito de recurso ao Ministro de Estado de Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação.

ARTIGO 30º

Durante a avaliação do recurso, será permitido ao solicitante de refúgio e aos seus familiares permanecer no território nacional, sendo observado o disposto nos § 1º e 2º do Artigo 21 desta Lei.

ARTIGO 31º

A decisão do Ministro de Estado da Justiça não será passível de recurso, devendo ser notificada ao CONARE, para ciência do solicitante, e ao Departamento de Polícia Federal, para as providências devidas.

ARTIGO 32º

No caso de recusa definitiva de refúgio, ficará o solicitante sujeito à legislação de estrangeiros, não devendo ocorrer sua transferência para seu país de nacionalidade ou de residência habitual, enquanto permanecerem as circunstâncias que põem em risco sua vida, integridade física e liberdade, salvo nas situações determinadas nos incisos III e IV do Artigo 3º desta Lei.

TÍTULO V
Dos Efeitos do Estatuto de Refugiados Sobre a Extradição e a Expulsão

CAPÍTULO I
Da Extradição

ARTIGO 33º

O reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.

ARTIGO 34º

A solicitação de refúgio suspenderá, até decisão definitiva, qualquer processo de extradição pendente, em fase administrativa ou judicial, baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.

ARTIGO 35º

Para efeito do cumprimento do disposto nos artigos 33 e 34 desta Lei, a solicitação de reconhecimento como refugiado será comunicada ao órgão onde tramitar o processo de extradição.

CAPÍTULO II
Da Expulsão

ARTIGO 36º

Não será expulso do território nacional o refugiado que esteja regularmente registrado, salvo por motivos de segurança nacional ou de ordem pública.

ARTIGO 37º

A expulsão de refugiado do território nacional não resultará em sua retirada para país onde sua vida, liberdade ou integridade física possam estar em risco, e apenas será efetivada quando da certeza de sua admissão em país onde não haja riscos de perseguição.

TÍTULO VI

Da Cessação e da Perda da Condição de Refugiado

CAPÍTULO I
Da Cessação da Condição de Refugiado

ARTIGO 38º

Cessará a condição de refugiado nas hipóteses em que o estrangeiro:

I - voltar a valer-se da proteção do país de que é nacional;

II - recuperar voluntariamente a nacionalidade outrora perdida;

III - adquirir nova nacionalidade e gozar da proteção do país cuja nacionalidade adquiriu;

IV - estabelecer-se novamente, de maneira voluntária, no país que abandonou ou fora do qual permaneceu por medo de ser perseguido;

V - não puder mais continuar a recusar a proteção do país de que é nacional por terem deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado;

VI - sendo apátrida, estiver em condições de voltar ao país no qual tinha sua residência habitual, uma vez que tenham deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado.

CAPÍTULO II
Da Perda da Condição de Refugiado

ARTIGO 39º

Implicará perda da condição de refugiado:

I - a renúncia;

II - a prova da falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado ou a existência de fatos que, se fossem conhecidos quando do reconhecimento, teriam ensejado uma decisão negativa;

III - o exercício de atividades contrárias à segurança nacional ou à ordem pública;

IV - a saída do território nacional sem prévia autorização do Governo brasileiro. (ver resolução normativa 005)

Parágrafo único. Os refugiados que perderem essa condição com fundamento nos incisos I e IV deste artigo serão enquadrados no regime geral de permanência de estrangeiros no

território nacional, e os que a perderem com fundamento nos incisos II e III estarão sujeitos às medidas compulsórias previstas na Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980.

CAPÍTULO III
Da Autoridade Competente e do Recurso

ARTIGO 40º

Compete ao CONARE decidir em primeira instância sobre cessação ou perda da condição de refugiado, cabendo, dessa decisão, recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação.

§ 1º A notificação conterá breve relato dos fatos e fundamentos que ensejaram a decisão e cientificará o refugiado do prazo para interposição do recurso.
§ 2º Não sendo localizado o estrangeiro para a notificação prevista neste artigo, a decisão será publicada no Diário Oficial da União, para fins de contagem do prazo de interposição de recurso.

ARTIGO 41º

A decisão do Ministro de Estado da Justiça é irrecorrível e deverá ser notificada ao CONARE, que a informará ao estrangeiro e ao Departamento de Polícia Federal, para as providências cabíveis.

TÍTULO VII
Das Soluções Duráveis

CAPÍTULO I
Da Repatriação

ARTIGO 42º

A repatriação de refugiados aos seus países de origem deve ser caracterizada pelo caráter voluntário do retorno, salvo nos casos em que não possam recusar a proteção do país de que são nacionais, por não mais subsistirem as circunstâncias que determinaram o refúgio.

CAPÍTULO II
Da Integração Local

ARTIGO 43º

No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares.

ARTIGO 44º

O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados.

CAPÍTULO III
Do Reassentamento

ARTIGO 45º

O reassentamento de refugiados em outros países deve ser caracterizado, sempre que possível, pelo caráter voluntário.

ARTIGO 46º

O reassentamento de refugiados no Brasil se efetuará de forma planificada e com a participação coordenada dos órgãos estatais e, quando possível, de organizações não governamentais, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades.

TÍTULO VIII
Das Disposições Finais

ARTIGO 47º

Os processos de reconhecimento da condição de refugiado serão gratuitos e terão caráter urgente.

ARTIGO 48º

Os preceitos desta Lei deverão ser interpretados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com todo dispositivo pertinente de instrumento internacional de proteção de direitos humanos com o qual o Governo brasileiro estiver comprometido.

ARTIGO 49º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 1997;
176º da lndependência e 109º da República

ANEXO B – Capítulo 2

RESOLUÇÕES NORMATIVAS DO CONARE

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 01,
De 27 de outubro de 1998

Estabelece modelo para o Termo de Declaração a ser preenchido pelo Departamento de Polícia Federal por ocasião da solicitação inicial de refúgio.

O COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS – CONARE, instituído pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, no uso de suas atribuições, objetivando implementar o disposto no artigo 9º do referido diploma legal, RESOLVE:

Artigo 1º Adotar o modelo de termo de declaração constante do Anexo I desta Resolução, a ser preenchido pelo Departamento de Polícia Federal por ocasião da solicitação inicial de refúgio.

Artigo 2º O referido termo deverá ser encaminhado à Coordenadoria-Geral do CONARE, com cópia à respectiva Cáritas Arquidiocesana, visando ao preenchimento do questionário que possibilitará a apreciação do pedido de refúgio.

Artigo 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SANDRA VALLE
Presidente

ANEXO I

TERMO DE DECLARAÇÃO

Nome do declarante:

Data de nascimento:

Nome do pai:

Nome da mãe:

Cidade e país de nascimento:

Nacionalidade:

Sexo:

Estado civil:

Fala o idioma português?

Em caso negativo, especificar o idioma:

Interprete(s) nomeado(s):

Número, local e data de expedição do documento de viagem com o qual entrou no Brasil (Passaporte ou Carteira de Identidade)

Cidade e data de saída do país de origem:

Local(ais) onde fez escala antes de sua chegada no Brasil, indicando o tempo de permanência em cada localidade(s):

Cidade, local e data de entrada no Brasil:

Motivo de saída do país de origem ou de proveniência (descrever de forma sucinta a situação do país de origem e o temor de retornar):

Já solicitou refúgio anteriormente?

Em caso positivo, indicar:

País(es):

Data(s):

Grupo familiar que o (a) acompanha no Brasil (esposo(a), filhos(as), pais e outros):

Nome completo:

Filiação:

Data de nascimento:

Relação de parentesco: (se necessitar de mais espaço, utilize verso e outras folhas)

Familiares que permaneceram no país de origem (esposo(a), filhos(as), pais e outros):

Nome completo:
Filiação:
Data de nascimento:
Relação de parentesco:

Nada mais havendo a informar, foi o(a) declarante cientificado(a) pela autoridade da Polícia Federal, (nome) a comparecer à sede da Cáritas Arquidiocesana, localizada na (endereço) para dar seguimento ao pedido de reconhecimento de refúgio.

(local / data)

Assinam o presente termo:

AUTORIDADE:
ESCRIVÃO:
SOLICITANTE DE REFÚGIO:
INTERPRETE(s):

Reconheço, ainda, que as informações falsas ou materialmente incompletas podem ter como resultado a perda de minha condição de refugiado(a) no Brasil, estando sujeito(a) às medidas compulsórias previstas na lei nº 6.815, de 19/08/1980.

Data: / /
Local:

_____

Assinatura

ANEXO C – Capítulo 2

RESOLUÇÕES NORMATIVAS DO CONARE

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 02,
De 27 de outubro de 1998 (*)

Adota o modelo de questionário para a solicitação de refúgio.

O COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS – CONARE, instituído pela Lei no 9.474, de 22 de julho de 1997, no uso de suas atribuições, objetivando implementar o disposto no artigo 19 do referido diploma legal, RESOLVE:

Artigo 1º Adotar o modelo de formulário de solicitação do reconhecimento da condição de refugiado constante do Anexo I desta Resolução.

Artigo 2º O referido questionário será preenchido pelo solicitante de refúgio na sede da respectiva Cáritas Arquidiocesana, e posteriormente encaminhado à Coordenadoria-Geral do CONARE para os procedimentos pertinentes.

Parágrafo único.
Nas circunscrições onde não houver sede da Cáritas Arquidiocesana, o preenchimento deverá ser feito no Departamento de Polícia Federal e encaminhado juntamente com o termo de Declarações de que trata a Resolução Normativa nº 1, de 27 de outubro de 1998.

Artigo 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Presidente do CONARE
ANEXO I

QUESTIONÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome completo:

Sexo: masculino ( ) feminino ( )

Estado civil:

Nome do pai:

Nome da mãe:

País de origem / nacionalidade:

Data de nascimento:

Ocupação:

Profissão:

Escolaridade:

Endereço em seu país de origem:

Endereço atual:

Documentos de viagem ou Identificação (anexar cópia do documento e dados pertinentes. Se isto não for possível indicar a razão no verso).

Passaporte nº.

Cart. de Identidade nº.

Outros:

Grupo familiar que o(a) acompanha no Brasil (esposo(a), filhos(as), pais e outros) :

Nome completo:

Data de nascimento:

Relação de parentesco:

Escolaridade:

Familiares que permaneceram no país de origem (esposo(a), filhos(as), pais e outros):

Nome completo:

Filiação:

Data de nascimento:

Relação de parentesco:

Escolaridade:

II-CIRCUNSTÂNCIAS DE SOLICITAÇÃO

01. Cidade e data de saída do país de origem:

Meio de transporte: aéreo ( ) marítimo ( ) terrestre ( )

02. Com quais documentos saiu de seu país de origem? Especifique-os.

03. Indique os lugares onde fez escalas antes de sua chegada ao Brasil.
Especifique o período de permanência em cada localidade.

04. Cidade e data de chegada ao Brasil

Forma de ingresso: Legal ( ) Ilegal ( )

05. Já solicitou refúgio no Brasil ou em outro país?

Sim ( ) Não ( )

06. Já foi reconhecido(a) como refugiado(a) no Brasil ou em outro país?

Sim ( ) Não ( )

07. Já esteve sob a proteção ou assistência de algum organismo internacional?

Sim ( ) Não ( )

Em caso afirmativo, indicar:

Data / /

País(es):

Organismo internacional:

Detalhar as razões (anexar cópias dos documentos):

08. Você ou algum membro de sua família pertenceu a alguma organização ou grupo político, religioso, militar, étnico ou social em seu país de origem?

Sim ( ) Não ( )

Em caso afirmativo, esclarecer:

(a) participação: Pessoal ( ) membro da família ( ) (grau de parentesco)

(b) indicar a organização:

(c) descrever quais as atividades desempenhadas por você ou por membro de sua família na organização acima citada, especificando o período correspondente.

09. Esteve envolvido(a) em incidentes que resultaram em violência física?

Em caso afirmativo, descrever a espécie do incidente e a forma de sua participação:

10. Alguma vez foi detido(a) ou preso(a)?

Sim ( ) Não ( )

Em caso afirmativo, indique o(s) motivo(s), a(s) data(s) e o lugar(es) onde tal fato ocorreu:

11. Deseja voltar a seu país de origem?

Sim ( ) Não ( )

Em caso negativo, indique as razões:

(a) as autoridades de seu país de origem permitiriam o seu ingresso? Por quê?

Sim ( ) Não ( )

(b) o que aconteceria se regressasse a seu país de origem?

(c) Teme sofrer alguma ameaça a sua integridade física caso regresse?

Sim ( ) Não ( )

Em caso afirmativo, indique as razões:

12. Por que saiu de seu país de origem?

Dê explicações detalhadas, descrevendo também qualquer acontecimento ou experiência pessoal especial ou as medidas adotadas contra você ou membros de sua família que o(a) levaram a abandonar seu país de origem.

(se possuir prova, favor anexá-la. Se necessitar de mais espaço, utilize o verso e outras folhas).

_____

Declaro formalmente que as informações por mim emitidas são completas e verídicas.

ANEXO D – Capítulo 2

Aumentam pedidos de refúgio da República Democrática do Congo

Brasília 20/06/08 (MJ) - O número de solicitações para refúgio feitas por estrangeiros vindos da República Democrática do Congo (RDC) no último ano superou as demandas dos colombianos. Desde janeiro de 2008, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério da Justiça, recebeu 71 pedidos de pessoas que alegaram fundado temor de perseguição no país africano, contra 28 da Colômbia.

O argumento apresentado pelos congoleses são os conflitos travados entre e o governo e as diferentes milícias, que estão ocorrendo na região de Kivu, no Norte e em Bas-Congo, no Sul da RDC.

Para comemorar o Dia Mundial do Refugiado, nesta sexta-feira (20), o Conare anunciou a elaboração de um planejamento estratégico que visa ampliar a participação da sociedade civil e do governo na criação de novas medidas para promover a maior integração dos refugiados no Brasil.

Outro destaque é a inserção dos refugiados em programas de políticas públicas. Para isso, está sendo firmado um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para que os refugiados tenham acesso ao programa Benefício de Prestação Continuada (BPC). A ação consiste no pagamento de um salário mínimo mensal aos refugiados acima de 65 anos de idade ou pessoas com deficiência que provoque incapacidade para a vida independente e para o trabalho, onde em ambos os casos a renda per capita familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo (...).

O Brasil tem hoje 3.889 refugiados de 71 nacionalidades. Desse total, 379 são reassentados, ou seja, já viviam como refugiados em outros países e foram transferidos para o Brasil para que tenham mais segurança.

Para o secretário-executivo do Ministério da Justiça e presidente do Conare, Luiz Paulo Barreto, um dos principais motivos pelos quais o Brasil vem sendo procurado pelos candidatos ao refúgio é a receptividade da população brasileira. "Aqui o estrangeiro se sente bem porque religião, raça e sexo são respeitados. Ao contrário do que vem acontecendo na Europa, por exemplo, não há discriminação de imigrantes", ressaltou.

Entre os pré-requisitos para obter refúgio no Brasil está a comprovação de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Após a concessão do status, o estrangeiro passa a ter os mesmos direitos civis do brasileiro (acesso à saúde e à educação), recebe carteira de trabalho e não pode ser extraditado.

Fonte**:** MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Aumentam pedidos de refúgio da República Democrática do Congo.** 20 jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={BB799FA1-9499-42CF-BA8D-CDCB8FFB5A4F}&Team=&params=itemID={A3E255F4-ED7C-4EAC-A057-8E1B331A1EFE};&UIPartUID={2218FAF9-5230-431C-A9E3-E780D3E67DFE}>. Acesso em: 20 jun. 2008.

ANEXO E – Capítulo 2

Burocracia dificulta adaptação de refugiados no Brasil **-** Acesso à moradia, trabalho e direitos previdenciários são alguns dos principais entraves, destaca especialista.

Por Carolina Montenegro – Refugees United *(*RU*)**

"O Brasil possui um dos maiores índices de reconhecimento de refúgio do mundo: em torno de 30% das solicitações são aprovadas, segundo o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Mas políticas públicas voltadas à assistência e integração dos refugiados são imprescindíveis para assegurar-lhes os direitos econômicos, sociais e culturais, em especial o direito ao trabalho, à saúde e à educação." A constatação é de Rosita Milesi, uma das vozes mais ativas na defesa dos direitos de refugiados e migrantes no Brasil. Religiosa Scalabriniana, advogada, Mestre em Migrações e diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), também é articuladora da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, assessora da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e do CELAM (Conselho Episcopal da América Latina).

RU – Quais as maiores dificuldades que o IMDH tem observado no atendimento da população refugiada no país, em relação à burocracia brasileira?

Num olhar mais amplo, algumas dificuldades situam-se no âmbito das políticas públicas, principalmente quando falamos de **possibilidades de crédito para aquisição da casa própria** – a moradia é um ponto crucial para a integração e estabilidade de qualquer pessoa, seja nacional, seja imigrante ou refugiada; **ingresso no mercado de trabalho** (normalmente, é exigida experiência anterior e os refugiados, exatamente por serem recém chegados, não a possuem). Algumas circunstâncias, também colocam os refugiados em desvantagem em relação aos nacionais, como, por exemplo, o domínio do idioma e o conhecimento da realidade social, política e econômica do País. Estes aspectos são causas que dificultam a integração, devido justamente às diferenças culturais e de idioma, pois se refletem em difícil acesso a oportunidades de trabalho, educação, etc.. Os refugiados chegam e devem reconstruir sua vida, num ambiente desconhecido, frente a uma nova e diferente cultura, sem a rede social de que desfrutam normalmente as pessoas que vivem em sua terra natal ou no local de residência habitual. **Uma dificuldade muito grande é a falta de casas de acolhida ou de albergues**, onde os solicitantes de refúgio possam ser acolhidos, quando de sua chegada em nosso país, pelo menos por um período inicial. Eles **não têm condições de alugar um imóvel, tanto por falta de recursos financeiros, quanto por questões burocráticas**. A questão burocrática é um

Continuação

componente a mais nas dificuldades que os refugiados enfrentam. Por exemplo, **aguardar durante meses para receber a Carteira de Identidade, portando apenas um protocolo, é uma dificuldade real.** Se a burocracia é pesada para nós, nacionais, seja pelo volume de documentos exigidos, seja pelo custo de fotocópias, autenticações, deslocamentos, etc., quanto mais para quem chega desgastado pela perseguição de que foi vítima em seu país e onde perdeu praticamente tudo – bens, emprego, e muitas vezes até a família.

RU – Qual a ordem e tempo de espera dos trâmites jurídicos para reconhecimento do estado de refugiado no país?

O pedido de refúgio é apresentado na Polícia Federal. Uma vez formalizado o processo, é enviado ao Comitê Nacional para Refugiados, no Ministério da Justiça. Como parte deste processo, de fundamental importância, é a entrevista que pessoas especializadas devem fazer com os solicitantes de refúgio, a fim de que estes possam expor, com tranquilidade e com toda a liberdade, as razões de sua solicitação de refúgio e as informações que considerem importantes para justificar seu pedido. Estas entrevistas e a instrução completa do processo levam algum tempo, que difere de um caso a outro. Considerando os trâmites necessários para a devida preparação dos processos, somado ao fato de que as entrevistadoras do CONARE devem deslocar-se para os diferentes pontos do País para ouvir os solicitantes, a sequência na análise e decisão dos processos é feita segundo a conclusão na preparação destes processos. **O período de espera pela decisão varia de 3 a 6 meses, em média.**

RU – Que direitos têm os refugiados após a solicitação de refúgio, enquanto aguardam a decisão do processo?

Após solicitarem refúgio, de posse do protocolo, podem requerer uma declaração ao CONARE, a qual lhe dá possibilidade de obter Carteira de Trabalho e CPF. Eles podem trabalhar em qualquer local do País. Contudo, **o grande problema está no acesso ao mercado de trabalho, difícil em si e de certo modo agravado, muitas vezes, por circunstâncias de desconhecimento do que seja um refugiado por parte dos empregadores e mesmo da sociedade.**

RU – Como é obtida a Carteira de Identidade?

O documento de Identidade só é requerido na Polícia Federal após a decisão do processo pelo Comitê Nacional para Refugiados. Se o pedido de refúgio é decidido positivamente, o refugiado é informado desta decisão e vai à Polícia Federal, onde preenche um formulário, paga uma taxa e recebe o protocolo. A partir de então, aguarda até a Polícia Federal emitir sua Carteira de Identidade, a qual terá **validade por dois anos**. Antes de esgotar-se este prazo, ele deve retornar à Polícia Federal e solicitar novamente o documento de identidade, o qual terá validade para mais dois anos. **Após 6 anos na condição de refugiado, pode requerer a permanência definitiva no país.**

Continuação

RU – Como a legislação vigente, particularmente a do INSS, prejudica o acesso de refugiados a benefícios previdenciários no Brasil? Quais soluções ou alternativas a senhora propõe para o problema?

Para o acesso aos direitos previdenciários aplicam-se aos estrangeiros residentes no país as mesmas regras válidas para os brasileiros, segundo a Constituição Federal estipula. As legislações trabalhista e previdenciária são claras ao reconhecer aos estrangeiros o direito aos mesmos benefícios previdenciários de que gozam os nacionais. Assim, é ponto pacífico que a condição de estrangeiro não impede a inscrição no sistema previdenciário, podendo efetuar contribuições para a previdência social pelo tempo legalmente previsto, e obter, ao final, a aposentadoria, bem como outros benefícios de caráter previdenciário. No que se refere aos direitos previstos na legislação de Assistência Social, cabem as seguintes informações: a Constituição estabelece que a assistência social "será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social" (CF/88, art. 203, caput). A disposição legal relativa a esta garantia constitucional foi dada pela Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) –, sob a denominação **"benefício de prestação continuada"**, assim definida: Art. 20: **"O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família".** Posteriormente, pela Lei n.º 9.720, de 30 de novembro de 1998 (art. 1º), e Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a idade mínima foi reduzida para 65 (sessenta e cinco) anos. **Mas, neste caso dos benefícios da Assistência Social, há uma restrição fixada pelo Decreto n. 6.214/2007, modificado pelo Decreto 6.564/2008 e a Resolução 435/97, do INSS, que impede ao refugiado o acesso a este benefício**. **As normas que estabelecem esta restrição conflitam com a Constituição Federal, pois exigem naturalização brasileira, como condição de acesso a tais benefícios.** Esta disposição coloca uma barreira aos refugiados e aos imigrantes não naturalizados, que só é possível ser superada mediante demanda e decisão judicial. Para solucionar este problema, há que se rever a legislação, e cumprir a Constituição Federal, que assegura iguais direitos nesta matéria, entre brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. É o pleito que fazemos às autoridades brasileiras.

***Fonte:** REPÓRTER ESPECIAL REFUGEES UNITED. **Burocracia dificulta adaptação de refugiados no Brasil.** 26 mai. 2009.

Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/05/26/burocracia-dificulta-adaptacao-de-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 26 mai. 2009.

ANEXO F – Capítulo 2

A chegada de refugiados palestinos ao Brasil

Anna Claudia de Santana Menezes

30 de setembro de 2007. Conjuntura Internacional. PUC - MG. Segurança / Integração. Resenha.

O Brasil receberá nos meses de setembro, outubro e novembro, mais de cem refugiados palestinos que estavam alojados no campo de Ruwayshid, na Jordânia. Antes da invasão estadunidense ao Iraque em 2003 contabilizavam-se cerca de 25 mil palestinos residindo em seu território. Esse contingente chegou ao país após as guerras de 1948 e 1967*. Entretanto, com o fim do governo de Hussein, os palestinos começaram a ser perseguidos e agredidos, sendo até mesmo mortos pelos xiitas, o que desencadeou a fuga para outros países. Essa perseguição ocorreu porque os xiitas queriam vingança para os anos de repressão exercida pelo governo sunita de Saddan Hussein. Parte desses refugiados foi realocada no campo de Ruwayshid, localizado na Jordânia, a cerca de 70 quilômetros do Iraque e 320 quilômetros de Amã, capital da Jordânia. A princípio, deveria ser um alojamento temporário, mas o tempo passou e os palestinos permaneceram por 4 anos. O governo da Jordânia tentou fechar o acampamento devido às péssimas condições de vida, contudo a Organização das Nações Unidas (ONU) pedia mais tempo para que pudesse achar uma solução para a questão de amparo aos palestinos.

O que impedia esse equacionamento era o fato de que muitos países não se dispunham a abrigá-los. De acordo com Anne-Marie Deutschlander, do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), "os palestinos não são apenas refugiados, eles envolvem um problema político muito maior e vários governos não quiseram aceitá-los, muitas vezes por limitações das próprias leis do país.". Outro fator que dificultava essa questão era a interferência da Autoridade Palestina, que não desejava ver os palestinos fora do Oriente Médio e espalhados pelo mundo, o que complicaria a volta destes, caso o Estado palestino fosse criado. Todavia, o Brasil argumentou que o problema dos refugiados era uma violação dos direitos humanos, sendo, dessa forma, mais relevante que o problema político pontuado pela Autoridade Palestina. Ademais, o governo explicou que a transferência dos palestinos para território brasileiro não impede que estes voltem para um eventual Estado palestino. Dessa forma, após tentativas do ACNUR de encontrar países dispostos a acolhê-los, o governo brasileiro dispôs-se a ajudar e abrigar 117 palestinos, fornecendo apoio financeiro para que eles se integrem à sociedade brasileira e assim reconstruam suas vidas. Com essa decisão brasileira o campo de Ruwayshid foi finalmente fechado.

Continuação

Esse acolhimento faz parte do Programa de Reassentamento Solidário, do Ministério da Justiça, que tem como objetivo reassentar os refugiados. Na definição deste projeto, será reconhecido como refugiado o individuo que devido a violações de direito humanos foi obrigado a deixar o país de nacionalidade; que saiu de seu país devido a perseguições por motivos políticos, raciais, religiosos, dentre outros; que não pode ou não quer retornar ao país de origem.

Os estados que receberão os palestinos serão São Paulo e Rio Grande do Sul porque apresentam maior número de pessoas de origem árabe no país, além de possuírem uma rede mais bem estruturada da Organização Não Governamental (ONG) Cáritas**, que irá auxiliar no processo de adaptação. No dia 21 de setembro, um grupo de 35 pessoas chegou ao Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

De acordo com o Ministério da Justiça, 75% deles são formados por homens e a maioria é proveniente da zona rural. Ainda segundo o Ministério outros grupos chegarão em outubro e novembro. O Ministério da Justiça dispõem de um orçamento de R$ 680 mil para auxiliar os refugiados em 2007. As famílias receberão ajuda do governo, que consistirá em salários mínimos, acesso à Bolsa Família*** e a serviços de saúde e de educação. Entretanto, essa ajuda terá prazo de 18 a 24 meses, dependendo da adaptação ao mercado de trabalho. "Não há nenhum tipo de paternalismo ou assistencialismo. Eles terão que caminhar com as próprias pernas", argumentou o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto. A exceção é o caso dos "grupos vulneráveis", composto por idosos, doentes, e mãe solteiras, que receberão os benefícios por tempo indeterminado.

A assistência é também no sentido de orientar a colocação dos palestinos no mercado de trabalho, além de fornecer aulas de português. Os palestinos receberam a notícia de que seriam acolhidos pelo Brasil com um misto de apreensão, felicidade e planos.

Apreensão por ser o Brasil um país desconhecido, com uma língua que não sabem falar. "Eles queriam saber onde iriam ser reassentados no Brasil, como é o clima, se iria ser em casa ou apartamento, como poderiam trabalhar." disse Francisco Sieber Luz Filho, enviado pela ACNUR para ajudar na adaptação cultural dos palestinos no Brasil.

Felicidade por saírem de um local sem acesso a hospitais, meios de comunicação, lazer e trabalho. Os planos são vários: alguns querem ser professores de árabe, outros querem casar-se com uma brasileira e comprar um apartamento, há os que querem abrir um restaurante e os que querem ser comerciantes. O Brasil possui atualmente 3.400 refugiados de 69 países, sendo mais da metade de origem africana.

Notas:

*No ano de 1948 foi declarado o Estado de Israel, o que desencadeou uma guerra, pois os palestinos julgavam como injusto o fato de serem obrigados a abrir mão de seus territórios para a criação do Estado judeu. Com o passar dos anos o conflito se intensificou, culminando na Guerra de 1967, travada entre Israel, Egito, Síria e Jordânia.

** Criada em 1947 na Espanha pela Igreja Católica, possui jurisdição própria e tem como objetivos promover o desenvolvimento da dignidade de pessoas que se encontram em situações precárias e ajudar a promoção das questões humanitárias. Está presente em 198 países e territórios e sua sede é em Roma, Itália.
*** Programa brasileiro de transferência com condicionalidade de recursos financeiros para auxílio de famílias carentes.

Referências.

Sites: Agência Brasil: <http://www.agenciabrasil.gov.br >. Acesso em: 20 out. 2007
Associação Brasileira de Estudos Populacionais: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/>. Acesso em: 20 out. 2007

MENEZES, Ana Cláudia de Santana. **A chegada dos refugiados palestinos ao Brasil.** 30 set. 2007. Disponível em:<http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20071003154647.pdf?PHPSESSID=ae0bd401f8eb1d07f68de14ef75bac40>. Acesso em: 02 abr. 2008.

Refugiados palestinos aprendem português

O setor de estudos árabes da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) capacita esta semana – do dia 14 a sexta-feira, 18 – sete professores para o ensino da língua portuguesa na comunidade de refugiados palestinos residentes no Brasil. O objetivo da formação de professores é facilitar e ampliar as possibilidades de comunicação dos palestinos, que falam árabe, assentados em cinco cidades do Rio Grande do Sul e em duas de São Paulo.

O curso, com 30 horas de duração, é promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) a pedido do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A coordenação do curso é do professor João Batista Vargens, da Faculdade de Letras da UFRJ, autor do manual Português para Falantes de Árabe. De acordo com João Batista, o trabalho dos professores com a comunidade palestina, que chegou ao Brasil em 2007, será ensinar a nossa língua sob a abordagem da cultura, história, geografia e do cotidiano do país. O desafio, diz o professor da UFRJ, é ajudá-los a vencer as barreiras de línguas tão diferentes para que sejam inseridos o mais rápido possível e para que possam entrar nas escolas e no mercado de trabalho. Entre as dificuldades de aprendizado, estão a faixa etária (que vai de 12 a 71 anos) e o grau de escolaridade, de analfabetos a graduados no ensino superior.

Além de custear o treinamento de professores, a Secad vai enviar aos assentados 50 manuais de Português para Falantes Árabes e 50 dicionários de português-árabe. Em setembro e outubro de 2007, a pedido do ACNUR, o Brasil recebeu 108 palestinos que se encontravam num campo de refugiados no deserto da Jordânia desde 2003. No Brasil, 52 pessoas foram assentadas pelo ACNUR em Santa Maria, Rio Grande, Venâncio Aires, Sapucaia do Sul e Pelotas, no Rio Grande do Sul; e outras 56, em São Paulo e Mogi das Cruzes (SP). Cada cidade que recebeu refugiados terá um professor para ensinar a língua portuguesa.

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. "Refugiados palestinos aprendem português". In: **UOL Portal aprendiz. Notícias de Educação.** 17 jan. 2008. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/tefrevoher.mmp>. Acesso em: 17 Jan. 2008.

Frustrado, grupo de palestinos quer ir embora do Brasil.
Quarta-feira, 14 de janeiro de 2009, 11:34

Por Wladimir D'Andrade

São Paulo - Menos de um ano e meio após o desembarque no Brasil, cerca de um terço dos 108 refugiados palestinos vindos do Iraque tem hoje um único objetivo: ir embora do País. Alguns querem sair por perceber que a realidade brasileira não chega nem perto da "terra prometida" que esperavam, com oportunidades de emprego, sistema de saúde e assistência social para todos. "Eles pensavam que aqui fosse primeiro mundo", afirma a representante do Comitê de Assistência aos Refugiados Palestinos em Santa Maria (RS), Najah Samara Alkatib. Outros, por não conseguirem se adaptar à cultura brasileira e se considerarem "abandonados" pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), agência responsável pelo programa de inserção dos palestinos no Brasil.

Os palestinos insatisfeitos com o Brasil não reclamam do povo nem do governo brasileiro. Muitos deles dizem gostar do país e das pessoas daqui. No entanto, dificuldades com o aprendizado do português e para encontrar trabalho os motiva a buscar outros lugares que possam oferecer melhores condições. "O programa (para refugiados palestinos) tem muitas coisas erradas", diz Huda Albandar, que mora com o marido e dois filhos em Mogi das Cruzes, município da Grande São Paulo onde vive uma parte dos imigrantes vindos para o País em setembro de 2007.

A vinda dos palestinos fez parte de um acordo do governo brasileiro com o ACNUR (...). Pelo acordo, parte deles foi morar em Mogi das Cruzes (SP) e parte em Santa Maria, Venâncio Aires (RS) e Dois Vizinhos (PR).

Huda reclama principalmente da falta de assistência aos refugiados na hora em que precisam de atendimento médico ou procurar emprego. Tanto ela, de 29 anos, quanto o marido, Walid Altamimi, de 40, estão desempregados. "(A situação) é muito preocupante. Procurei trabalho em muitos lugares e não achei. Para meu marido é mais difícil, porque ele não fala a língua", afirmou. Huda contou que ambos frequentam aulas de português, mas ela acabou se saindo melhor porque tem amigos brasileiros, que falam com ela todos os dias. Já os filhos, de 6 e 9 anos, aprenderam "muito bem" o português na escola municipal onde estão matriculados.

De acordo com ela, o que foi prometido enquanto estavam no campo de Ruweished não se parece em nada com o que foi encontrado no Brasil. "Eles (o ACNUR) disseram: 'Você vai ganhar casa, documentos e trabalho, e quando chegamos aqui foi diferente." Hoje, a família se sustenta com a ajuda do ACNUR. O aluguel é pago pela agência da ONU, por meio da Cáritas Brasileira, organização de atuação social da Igreja Católica, e eles recebem ainda um auxílio de R$ 800, valor definido de acordo com o tamanho da família.

Continuação

Porém, de acordo com o programa para refugiados do ACNUR, os benefícios financeiros têm duração de dois anos e, no caso dos palestinos no Brasil, o prazo termina daqui a cerca de oito meses. O fim da assistência tira o sono dos refugiados que não encontram emprego. "Nem quero pensar nisso, porque tenho medo de não conseguir dar um futuro melhor para meus filhos. Estou muito preocupada", afirmou Huda.

Sheiqh-Hosni, chefe da mesquita de Mogi das Cruzes e espécie de líder dos palestinos na cidade, endossa o relato de Huda. "O ACNUR não conseguiu nenhum emprego", disse. Ele também contou que aqueles que conseguiram trabalho por conta própria ganham muito pouco e temem não poder sustentar a família com o fim da ajuda financeira. De acordo com Sheiqh, antes de saírem do Oriente Médio, muitos relataram os problemas de saúde esperando tratamento especializado. "Prometeram consultas e cirurgias para os que precisam, mas isso não foi cumprido."

Outro refugiado que se diz em dificuldade é Kamal Mustafa, de 39 anos. Alegando falta de auxílio para encontrar emprego e obter atendimento médico na rede pública, Kamal participa de um protesto em Brasília - acampado com mais três palestinos na frente da sede do ACNUR - que já dura sete meses. Ele e o irmão moraram em Mogi das Cruzes, mas agora querem viver em outro país. "O Brasil não tem programa para refugiado", afirmou ele, que sabe pouco o português. "Chegamos aqui e não tem nada. Estamos abandonados."

Fonte: D'ANDRADE, Wladimir. Frustrado, grupo de palestinos quer ir embora do Brasil. **Estadão.com.br.** 14 jan. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,frustrado-grupo-de-palestinos-quer-ir-embora-do-brasil,307076,0.htm>. Acesso em: 20 jan. 2009.

Grupo está integrado, diz Cáritas.

Apesar da preocupação dos refugiados palestinos com o fim do auxílio financeiro a partir de janeiro de 2010, o coordenador do Programa de Reassentamento Solidário em São Paulo, Antenor Rovida, acredita que os asilados em Mogi possuem toda a possibilidade de "seguir adiante". Mesmo com o fim da assistência, ele disse que a Cáritas Brasileira manterá alguns serviços, como cursos de capacitação profissional, oferecidos por meio de convênios com instituições de ensino, e tradução de documentos. O representante da entidade rebateu críticas e garantiu que muitos dos refugiados estão empregados e em "bom processo" de integração. Em entrevista concedida por e-mail a O Diário, Rovida falou das dificuldades enfrentadas nestes dois anos de trabalho e pontuou que os palestinos esperavam muito mais do que o Programa oferecia. Este último item, segundo ele, foi o principal gerador de conflito com a organização. "Fizemos todos os esforços possíveis para beneficiá-los e ajudá-los", destacou. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Continuação

O senhor avalia que os palestinos já possuem condições de viver sem o auxílio financeiro? Haverá algum tipo de acompanhamento posterior?

O objetivo do benefício oferecido é o de dar um apoio inicial para recomeçarem suas vidas. Normalmente, o padrão do Programa de Reassentamento oferece um ano de apoio. No caso dos palestinos, eles receberão dois anos e três meses. Vários estão trabalhando e buscando sua autonomia. Nós acreditamos que eles têm toda possibilidade de seguir adiante. Em relação ao acompanhamento posterior, mantemos a disponibilidade de oferecer cursos de capacitação, através de convênio que temos com o SENAI / SENAC. E temos dado acompanhamento para tradução juramentada de documentos para aqueles que queiram e possam seguir com os estudos. Além disso, temos dialogado e realizado inúmeras reuniões com o Comitê Estadual para Refugiados de São Paulo a fim de incluí-los nos programas de habitação e na continuidade de atendimento na área da saúde.

Quantos já estão empregados?

Preparamos os contatos com vários segmentos da sociedade local para que eles fossem acolhidos, inclusive com a Sociedade Islâmica de Mogi das Cruzes, que por sinal deu muito apoio e os acolheu desde a chegada, inclusive indicando trabalho para vários deles. Porém, a adesão ao trabalho é pessoal. Manter-se no trabalho é responsabilidade de cada pessoa. Fizemos contato com a Secretaria de Estado do Trabalho e há possibilidades de vagas de emprego, que estamos identificando. Sabemos que algumas famílias montaram negócios próprios. Contudo, elas dizem que contraíram dívidas para conseguir montar o negócio e não conseguem sobreviver dele. Não cabe ao Programa monitorar os compromissos financeiros assumidos pelos refugiados, que com a documentação que possuem têm possibilidade de acessar programas de microcrédito e produtos bancários, dentro da sua capacidade de endividamento. Esta é uma decisão de caráter privado e autônoma.

Quais foram as principais dificuldades nestes dois anos?

As dificuldades foram basicamente pelo não entendimento dos refugiados em relação ao papel de cada organização dentro do Programa (Cáritas, Alto Comissariado da ONU para Refugiados e governo federal). Outro ponto foi a informação muito superficial sobre as condições de saúde do grupo enquanto ainda estavam no campo de refugiados. Com a precariedade do estado de saúde de várias pessoas, houve uma exigência muito grande com demandas de muito tempo somente para o atendimento de saúde.

Continuação.

Por outro lado, eles não aceitavam as condições do sistema público, apesar dos esforços de cooperação da Secretaria de Estado da Saúde e, sobretudo, da Secretaria Municipal de Saúde, facilitando o agendamento, buscando médicas para atender as mulheres e médicos para os homens, etc.. A diferença cultural também dificultou o relacionamento com os refugiados. Construir o mínimo de relação, que muitas vezes era de tensão, foi um desafio tanto para eles quanto para a equipe da Cáritas. O aprendizado do idioma também foi um grande desafio, mesmo com um esforço de várias etapas de estudo. Houve ainda a interferência de atores externos, que acabavam ouvindo o lado dos refugiados sem saber as regras do Programa e da legislação que rege o direito do refúgio no Brasil.

Foi possível superar os obstáculos ou ainda há barreiras?

Nós que trabalhamos com refugiados há anos acreditamos que as dificuldades podem ser vencidas e temos visto isso com várias pessoas e grupos. Mas isso depende do esforço e da disposição de cada um. Uma parte significativa dos refugiados já está num bom processo de integração. Fizeram amigos nos locais onde moram, vários estão trabalhando, as crianças estão estudando. Todos têm acesso às políticas públicas, como qualquer brasileiro. O fundamental e mais importante é que eles têm direito a um território. Ninguém os persegue e com esforço e espírito de luta eles podem e estão construindo um novo futuro.

Em muitos momentos, houve problemas no relacionamento entre a Cáritas e os palestinos. Qual é o ponto principal de desavença?

Todo refugiado é um sobrevivente. Até chegarem a um território como o Brasil, eles já passaram por situações muito difíceis e enfrentaram muitos problemas e desafios. Quando chegaram, esperavam mais do que o Programa oferecia e com isso iniciou o processo de pressão, reivindicação e protestos. A organização não tem autonomia e nem meios para atender a tudo o que eles queriam, pois o Programa não previa várias demandas que eles reivindicavam. Isso é o que provocou os problemas de relacionamento. Nós fomos resistindo e buscando fazer o nosso trabalho, tentando administrar os conflitos, preservando-os e não entrando em polêmicas para respeitar a privacidade deles.

Percebemos a influência de pessoas e grupos externos, que muitas vezes criavam situações difíceis de serem administradas. Procuramos respeitar ao máximo possível a liberdade deles e buscar apoio dos órgãos competentes. Seguimos as regras do Programa e fizemos todos os esforços possíveis para beneficiá-los e ajudá-los. Somos fiscalizados e passamos por auditoria externa todos os anos.

Fonte: MATIAS, Karina. **Grupo está integrado, diz Cáritas.** 21 set. 2009. Refugees United Brasil, 21/09/09: Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/09/21/grupo-esta-integrado-diz-Cáritas/>. Acesso em: 22 set. 2009.

Nota nossa: Sobre a vida dos refugiados palestinos no Brasil é possível acessar o documentário *A Chave da Casa*, que retrata a saga de palestinos perseguidos na guerra do Iraque e acolhidos pelo Brasil. Segundo divulgação recebida em 15 de fevereiro de 2009 pela lista eletrônica de notícias da organização *Refugees United* Brasil, "A Chave da Casa é um filme sobre o sentimento de não pertencer. Sobre pessoas sem lugar no mundo, mas antes de tudo, sobre um mundo de pessoas sem lugar". Ver o documentário pelo site da TV Cultura, com acesso pelo link: <http://www.tvcultura.com.br/janelabrasil/?sid=148>.

******

ANEXO G – Capítulo 2

Poder público e sociedade civil lançam proposta voltada para imigrantes e refugiados.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) e Cibernarium (SMPP) em conjunto com diversas entidades da sociedade civil promovem o lançamento do **Comitê Paulista para Imigrantes e Refugiados no dia 5 de fevereiro de 2009 na Câmara Municipal de São Paulo -** Salão Nobre (Viaduto Jacareí, 100, às 19 horas. Trata-se de uma iniciativa inédita já que não se tem notícia de um trabalho unificado na promoção dos direitos humanos desse tipo no Brasil. No evento serão lançados o "Guia para o Apoio aos Direitos dos Imigrantes na Cidade de São Paulo" (versão eletrônica) e os "Anais do Seminário de Migrantes e Refugiados". O objetivo da criação do Comitê é congregar e juntar esforços entre Poder Público e Sociedade Civil para a informação, a proposição e a implementação de Políticas Públicas voltadas para populações vulneráveis de refugiados e imigrantes na cidade de São Paulo.

Verifica-se que a cidade conta com diversos serviços básicos que também atendem a essa população, mas estão dispersos e em muitos casos as informações sobre direitos e deveres não chegam ao público mais vulnerável (questões de trabalho, saúde, educação, assistência social, acolhimento etc.). Daí a iniciativa de formar esse Comitê, fruto de trabalhos desenvolvidos por entidades da sociedade civil e órgãos da Prefeitura. Embora com o recorte Municipal, organismos que atuam na esfera Estadual e Federal também poderão fazer parte, tendo em vista a sua esfera de atuação. O censo demográfico do município de São Paulo realizado pelo IBGE em 2000 aponta que a população total da cidade era de 10.434.252, sendo 195.641 estrangeiros.

Algumas das entidades, organismos e instituições envolvidos nesta primeira etapa da formulação do Comitê são: CMDH – Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; Projeto Cibernarium, da SMPP – Secretaria Municipal de Participação e Parceria; Escritório Modelo de Assistência Jurídica "D Paulo Evaristo Arns" – PUC-SP; Decanato de Extensão Mackenzie; Centro Pastoral dos Migrantes; Casa do Migrante; Cáritas Arquidiocesana de São Paulo; Missionárias Seculares Scalabrinianas; Associação Humanista; IDDAB – Instituto de Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil; Instituto Polis; Instituto Migrações e Direitos Humanos; Refugees United; Primo Filmes; Brasil das Arábias; FILEF – Federação Italiana: Trabalhador, Migrante e Família; Centro Cultural Africano.

Serviço
Evento: Lançamento do Comitê Paulista para Imigrantes e Refugiados / Onde: Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre (Viaduto Jacareí, 100) / Quando: 5/2/09, às 19 horas.

Contato: xcontrera@prefeitura.sp.gov.br.

Ximena I. León Contrera. Assessora de Imprensa e Comunicação. Comissão Municipal de Direitos Humanos <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/cmdh>.

Fonte: CONTRERA, Ximena. "Poder público e sociedade civil lançam proposta voltada para imigrantes e refugiados". **Radar Cultura.** 05 fev. 2009. Disponível em: <http://www.radarcultura.com.br/node/31238>. Acesso em: 05 fev. 2009. Grifos nossos

ANEXO H – Capítulo 2

Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados

O Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados foi criado em 11 de dezembro de 2009 pelo decreto número 42182 do Governador Sérgio Cabral e coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

O principal objetivo do Comitê é defender e promover os direitos dos refugiados que vivem no Rio de Janeiro. Entre suas atividades estão a elaboração, implementação e monitoramento do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados, a articulação de convênios com entidades governamentais e não-governamentais, e o acompanhamento dos processos de acompanhamento e acolhimento de refugiados e solicitantes de refúgio no Estado. [2]

Participam deste comitê as Secretarias estaduais de Assistência Social e Direitos Humanos, Governo, Trabalho e Renda, Saúde e Defesa Civil, Educação e Segurança, como também a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Estadual, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, a Ordem dos Advogados do Brasil, o ACNUR e o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). [3]

A diferença essencial e as peculiaridades entre imigrante e refugiado serão a tônica do primeiro encontro do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados. A maior parte dos refugiados que estão no Rio, são oriundos da África, sobretudo de Angola e da República Democrática do Congo, mas é sensível o aumento do fluxo de vizinhos como bolivianos e colombianos.[4]

[2] ACNUR participa da instalação do Comitê para Refugiados do Rio de Janeiro. Em 19/03/2010. Acesso 25/11/2010. Disponível em http://refunitebrasil.wordpress.com/2010/03/19/acnur-participa-da-instalacao-do-comite-para-refugiados-do-rio-de-janeiro/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+RefugeesUnitedBrasil+%28Refugees+United+Brasil%29

[3] Evento celebra Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Em 20.03.2010. Acesso em 25/11/2010. Disponível em http://www.governo.rj.gov.br/noticias.asp?N=5750719/03/2010 19h30

[4] Rio cria comitê para ajudar refugiados. Em 04/04/2010. Acesso em 25/11/2010. Disponível em http://noticias.r7.com/rio-e-cidades/noticias/rio-cria-comite-para-ajudar-refugiados-20100404.html

ANEXOS

CAPÍTULO 3 (3.1)

ANEXO A – Capítulo 3 (3.1)

Nova aliança Congo-Ruanda marca o fim de uma guerra de 12 anos

24/01/2009 – *Le Monde*

Jean-Philippe Rémy

Em Nairóbi.

(...) Laurent Nkunda, o chefe rebelde congolês, foi detido pelas autoridades de Ruanda e colocado em prisão domiciliar na cidade fronteiriça de Gisenyi na última quinta-feira (22) à noite. **Nas semanas anteriores, a maioria de seus homens já havia desertado a pedido do poder ruandês, que até então dera apoio indefectível a sua rebelião tutsi, o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP).**

(...) A fuga de Nkunda é um fato inédito. O poder em Ruanda sempre apoiou uma "rebelião amiga" na República Democrática do Congo desde que se iniciou o ciclo de guerras do Congo, em 1996. A última dessas rebeliões acaba de ser destruída, numa reversão que se explica por um abalo das alianças regionais. As forças ruandesas, que travaram duas guerras mortíferas e destrutivas no Congo (antigo Zaire), entraram lá pela primeira vez a convite do poder de Kinshasa na terça-feira. Juntos, os exércitos do Congo e de Ruanda também devem atacar as bases de retaguarda dos rebeldes hutus ruandeses instalados no leste do Congo, as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR). Há mais de dez anos Kigali insistia para que esses rebeldes (que ameaçam diretamente Ruanda) fossem neutralizados. Por muitos anos eles se beneficiaram do apoio direto de Kinshasa ou de sua complacência. Os rebeldes hutus chegaram a usar o uniforme congolês nos momentos em que o exército nacional vacilava. Seus combatentes gozam de uma reputação de ardor no combate, fundada pelos mais velhos deles, que participaram do genocídio ruandês em 1994.

Durante anos nada mudou. Os rebeldes hutus eram úteis demais ao Congo para serem expulsos. Os rebeldes tutsis eram úteis demais para sua comunidade e para a influência ruandesa no leste do Congo para serem presos por seus padrinhos. A população suportou um martírio devido aos excessos de todos esses grupos armados.

(...) Para terminar com esse bloqueio foi necessária a "intervenção" de Laurent Nkunda, no final de 2008, ameaçando provocar uma guerra regional. (...) **Em Kigali, assim como em Kinshasa, foram avaliados os riscos dessa conflagração e se decidiu uma inversão de alianças destinada a salvar ao mesmo tempo a reputação e a estabilidade das duas capitais. Um inimigo comum foi encontrado para selar essa união de circunstância – as FDLR.** Apesar de seu discurso "limpo", antigenocídio, é suposto que os chefes militares hutus no leste do Congo esperam ainda voltar a Ruanda de armas na mão e "terminar o trabalho" de extermínio. Kigali recusa qualquer negociação com esse movimento.

Continuação

Com fortes apoios internacionais (os EUA fornecem escutas eletrônicas destinadas a localizar uma lista de 20 responsáveis das FDLR considerados os mais extremistas), **Ruanda e RDC montaram uma operação conjunta contra os rebeldes hutus, que começou na terça-feira e deverá ter também a vantagem de ser salutar para sua reputação.**

Em dezembro de 2008 um relatório da ONU evidenciou o apoio de Ruanda à rebelião de Nkunda, enquanto mostrava a extensão do tráfico de recursos minerais do Congo operado pelos diversos grupos armados, a começar pelas forças governamentais congolesas. Kigali rejeitou com ênfase as conclusões desse relatório. Mas dois dos mais fiéis financiadores de Ruanda consideraram indispensável interromper a ajuda orçamentária a Kigali, enquanto um terceiro aliado, a Grã-Bretanha, afirmou ter dúvidas.

Fonte: RÉMY, Jean-Philippe. "Nova aliança Congo-Ruanda marca o fim de uma guerra de 12 anos". **UOL Notícias Internacional**: Editorial do jornal Le Monde. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. 24 jan. 2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2009/01/24/ult580u3526.jhtm>. Acesso em: 24 jan. 2009. Seleção de trechos. Grifos nossos.

ANEXO B – Capítulo 3 (3.1)

Assunto: RDC

De: **C.** Enviado: Sex 23/01/09 18:49

Para: reginapetrus@...

Olá professora. Espero que você já saiba que o principal rebelde do Congo, Laurent Nkunda, foi preso ontem no Rwanda. MAS NÃO TEMOS ESPERANCA DE QUE A SITUAÇÃO VÁ MUDAR NO RD CONGO. Mando mais informações.

Abraço.

C.

Em 24/01/09**,** reginapetrus@... escreveu: 06: 45

Prezados.

Achei interessante enviar a todos vocês as notícias que selecionei na internet desde que soube - na noite de 22.01.2009 - que Laurent Nkunda havia sido preso. O conteúdo das notícias não representa necessariamente minha opinião ou qualquer análise ou posicionamento meu a respeito do ocorrido, mas achei importante enviar para todos os meus contatos por e-mail.

Acompanharei com enorme interesse o desenrolar deste fato importante, a respeito do qual ainda sabemos tão pouco por aqui; especialmente porque penso que podem ocorrer muitos diferentes desdobramentos. Espero e torço que este fato marcante coloque o Congo e os sofrimentos de seu povo (que não se resumem à guerra e seus efeitos, embora a guerra seja sempre a pior das barbáries) na mídia internacional e nos olhos do mundo, mas de forma que isso contribua para o início de tempos de paz (ou ao menos para o final do absurdo massacre de tantos milhares no leste do país, intensificado nos últimos tempos).

Abraços a todos.

Com esperança de melhores tempos para os que estão lá, para os que vivem longe dos seus em tantas outras partes do mundo e também para os que estão aqui no Brasil e para suas famílias.

Professora Regina Petrus.

De: **F.** Enviado: Seg. 26/01/09. 06:27

Para: reginapetrus @...

Assunto: Re: Congo. Nkunda preso ontem e notícias de hoje

Professora Regina.

As minhas saudações.

Acompanhei e com muita atenção a notícia sobre a prisão do líder rebelde Nkunda no Congo. Este momento já era esperado pela comunidade africana, sobretudo da pessoa de seus líderes... As reuniões da cúpula africana em alguns momentos e os apelos que Joseph Kabila ia fazendo à comunidade africana reforçaram o fechamento do cerco ao rebelde Nkunda, que naturalmente não tinha outra saída.

Os rebeldes enfraqueceram-se militarmente e não tinham material bélico para continuar com as hostilidades e muitos de seus soldados foram forçados a se renderem e apresentarem-se às forças do governo Kabila... Angola e outros países da África subsaariana têm a ver com esta prisão... Mas o que é caricato em Angola é que não se comenta da prisão do Nkunda... Coisa muito estranha. Não porque Angola simpatizasse muito com Nkunda, mas não comentar este fato é no mínimo muito estranho.

Começo a avaliar que Angola não comenta ou não comentou este fato para não ser cogitado como participante direto neste processo.

Mas vamos esperar para ver e ouvir o que será daqui para frente, quando Nkunda já for extraditado e já se encontrar a dar conta com a justiça do Congo Democrático...

Aguardemos o desfecho desta situação... Não sei se respondi as perguntas do jeito como querias.

Caso não tenha entendido alguma coisa estarei sempre a seu dispor.

Abraço minha amiga.

F.

_____

De: reginapetrus@... Date: Samedi 24 Janvier 2009, 12h42

Objet: Congo. Nkunda preso ontem e notícias de hoje

À: **L.**

Olá.

Veja as notícias que lhe mando. Já sabia do que aconteceu lá no Congo? O que acha que pode acontecer como desdobramento dessa prisão?

Acha que os congoleses em sua maioria verão esse fato como positivo? Ou não?

Gostaria de umas opiniões e análises suas por e-mail.

Abraços.

Nos falamos depois, ok?

Professora Regina.

_____

De**: L.** Enviado: Qua. 28/01/09 15:27

Para: reginapetrus@...

Assunto: Re: notícia do Congo ontem e hoje. Nkunda preso

Prof[a],

Boa Tarde! Gostaria que a Professora soubesse que acabei de ler a sua mensagem só hoje.

Antes de ler mensagem da minha querida prof[a], já sabia dessa noticia, pois meu pai já tinha ligado para mim, para me informar.

Sendo realista, eu não acredito numa bobeira dessas. A arrestação do Nkunda é uma brincadeira. Na verdade a comunidade internacional usou o substantivo preso para nos enganar e para zombar dos congoleses. O Nkunda não é verdadeiramente preso, ele está se repousando lá em Gysenyi (Rwanda).

Querida prof[a], a meu ver, essa noticia não é uma coisa a levar a sério. A comunidade internacional está disfarçando para enganar os congoleses e para adormecê-los.

Veja bem, os autores da guerra no Congo (Kivu) são eles. Eles organizaram essa guerra com objetivo de roubar todos os minérios que estão no lago Kivu e na região do Kivu.

Garanto-lhe que eles ainda não se saciaram do que eles já tinham roubado.

Continuação

Portanto eles vão continuar essa guerra até que se saciem. Por enquanto eles estão se repousando estrategicamente. Eles na verdade estão esperando o estabelecimento do novo governo do Obama, para continuar a guerra. Pois os USA e a Europa (comunidade internacional) roubam juntos lá.

O Nkunda e sua faixa, a comunidade internacional, o Rwanda, o Kabila e os políticos congoleses estão se repousando. A guerra não vai acabar logo.

Fique com Deus e mantenha contato.

Um abraço,

L.

ANEXO C – Capítulo 3 (3.1)

Mais de 56 mil civis fogem de confrontos na RD Congo

Mais de 56 mil civis congoleses foram obrigados a deixar suas casas desde 12 de julho após a última onda de violência no leste da República Democrática do Congo. O porta-voz do Alto Comissariado para Refugiados, Andrej Mahecic, disse nesta sexta-feira em Genebra, na Suíça, que eles fugiram para escapar da campanha militar em curso, do exército governamental contra as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda, FDLR, de maioria hutu, e os seus aliados locais na província de Kivu Sul. Ele indicou que muitas aldeias na região de Uvira são referidas como estando desertas após os seus habitantes terem fugido. O oficial do departamento político da Missão das Nações Unidas na RDC – MONUC – Hélder de Barros, disse à Rádio ONU, de Kinshasa, que o grupo *Mai Mai* é um dos aliados da FDLR que aterroriza populações civis em Kivu Sul. "Os *Mai Mai* são um grupo de autodefesa que surgiu no leste do Congo durante o governo de Mobutu. Eles aparecem no quadro histórico da luta pela posse da terra na região. A questão da terra arável é importante naquela área devido a uma forte densidade populacional. Mas com o andar do tempo, eles passaram a ter uma agenda política". O ACNUR disse que muitos residentes tentaram regressar às suas aldeias, mas tiveram de fugir de novo na sequência de ataques do grupo rebelde hutu.

Fonte: RÁDIO ONU. **Mais de 56 mil civis fogem de confrontos na RD Congo.** 31 jul. 2009. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/167714.html>. Acesso em: 31 jul. 2009.

Conflitos no Congo deslocam 35 mil pessoas

Nova ofensiva do Governo da República Democrática do Congo sobre a milícia étnica Hutu (Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda – FDLR) causou o êxodo de 35 mil pessoas do sul da região de Kivu, para a fronteira com Ruanda e Burundi. Com este novo grupo, já são 536 mil os civis deslocados em Kivu Sul desde o início do ano, de acordo com Ron Redmond – porta-voz do ACNUR. Mais de 1,8 deslocados internos permanecem naquela zona instável. Alguns lugares na região estão completamente desocupados, transformados em cidades-fantasmas. "Calcula-se que cerca de 20 mil pessoas estarão nas imediações dessas localidades, escondidas nas florestas" – acrescentou o porta-voz. Várias organizações dos direitos humanos dizem que o número de violações também está a crescer com a situação das novas ofensivas. A Human Rights Watch sublinha que as Nações Unidas registraram 7.703 casos de violência sexual em 2008.

Fonte REFUGEES UNITED BRASIL. **Conflitos no Congo deslocam 35 mil pessoas.** 25 jul. 2009. Disponível em: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/07/25/conflitos-no-congo-deslocam-35-mil-pessoas/>. Acesso em: 25 jul. 2009.

República Democrática do Congo: crise no Kivu tem mais 100.000 deslocados

Em 09 de julho, o *International Crisis Group (ICG)* pediu a suspensão da ação militar conjunta ONU – Exército congolês contra a FDLR – grupo rebelde ruandês. De acordo com o *US-based advocacy group*, a ação militar falhara na dispersão do grupo e na prevenção de uma brutal retaliação contra civis supostamente suspeitos de colaborar com os inimigos. O comunicado, assinado pelo ICG, baseou-se em alertas e notícias de agências humanitárias sobre o deslocamento de 80.00 pessoas por motivo de violência, somente no mês de junho. Segundo a OCHA (UN Organization for the Coordination of Humanitarian Affairs), operações militares, ataques e abusos cometidos por grupos e forças armadas contra a população civil continuam a causar graves problemas. Ao longo deste ano, mais de 400.000 pessoas foram deslocadas no leste da RDC. A insegurança na região tem impedido que as organizações de ajuda possam alcançar os locais em que estão as populações mais vulneráveis. O ICG pediu uma "*comprehensive strategy*", com maior engajamento internacional para pensar e colocar em prática um novo mecanismo de desarmamento da FDLR. Isso envolveria medidas militares, campanhas de informação e uma reforma no programa de desarmamento e desmobilização, incluindo opções de retorno para Ruanda ou reassentamento em países próximos. (...) Nicolas Dorronsoro, comissário do JRS (*Jesuit Refugee Service*) no leste da DRC – na cidade de Goma – concordou e reforçou a análise do ICG. Segundo Dorronsoro, a FDLR não pode ser eliminada somente por operações militares. Longe de resolver a questão, a última ação conjunta UN-DRC, conhecida como **Umoja Wetu,** causou ainda mais sofrimentos à população. O exército congolês, conhecido como FARDC, é muito mais um problema do que uma solução. "*They [the FARDC] treat civilians as pack mules to carry their belongings. They are systematically not paid, and hence loot and extort the civilian population on a daily basis (...)* afirmou Dorronsoro. (...) Ele também criticou a força de paz das Nações Unidas, acusando-a de falhar na proteção dos civis. "*The blue helmets are deployed, yes, but far too often they stay in their barracks and do not protect the people in need"*.

Fonte: Livre tradução de RELIEFWEB. **Democratic Republic of Congo: Kivu crisis worsens with 100,000 more displaced.** 17 jul. 2009. Disponível em: <http://www.reliefweb.int/rw/rwb.nsf/db900sid/EDIS-7U2NHQ?OpenDocument>. Acesso em: 20 jul. 2009.

ANEXO D – Capítulo 3 (3.1)

Para entender o genocídio em Ruanda

Em um período de cem dias, de abril a junho de 1994, cerca de 800 mil pessoas foram mortas em Ruanda, no que ficou conhecido como o maior genocídio africano dos tempos modernos. Mesmo para um país conhecido por sua história turbulenta, a escala e a rapidez do genocídio foram absurdas. A maioria dos mortos era da etnia tutsi; e a maioria dos autores das mortes, da etnia hutu. (...) O estopim do massacre foi a queda do avião do presidente do país, Juvenal Habyarimana, um hutu; seu avião foi derrubado ao sobrevoar o aeroporto da capital, Kigali, **no dia 6 de abril de 1994**. Viajavam no avião os presidentes de Ruanda e de Uganda - ambos morreram. O atual presidente de Ruanda, Paul Kagame (líder à época de um grupo rebelde tutsi) e alguns de seus aliados foram apontados como os responsáveis pelo ataque ao avião. Kagame negou a responsabilidade pela morte do ex-presidente e, por sua vez, acusou extremistas hutus do acidente com o intuito de criar um pretexto para colocar em ação uma ofensiva para exterminar as comunidades tutsis.

As tensões étnicas entre hutus e tutsis em Ruanda haviam sido acirradas durante o período colonial. Os dois grupos étnicos, na verdade, falam a mesma língua, vivem nas mesmas áreas e seguem as mesmas tradições. Os tutsis (grupo que teria sua origem na Etiópia) tendem a ser mais altos, mais magros e de pele um pouco mais clara do que a dos hutus. Quando os colonizadores belgas chegaram à região em 1916, produziram documentos de identificação classificando as pessoas de acordo com sua etnia. Os belgas consideravam os tutsis (mais claros, mais altos, de feições mais finas) superiores aos hutus. Assim, durante cerca de 20 anos os tutsis – embora sendo a minoria da população - desfrutaram dos melhores empregos e oportunidades de educação do que os hutus. O ressentimento entre os hutus foi crescendo gradualmente e culminou com uma série de revoltas em 1959. Mais de 20 mil tutsis foram mortos e outros milhares fugiram para países vizinhos como Burundi, Tanzânia e Uganda. Em 1962, quando a Bélgica deixou o poder e deu a independência a Ruanda, os hutus (que eram a maioria da população) assumiram o governo. Nas décadas seguintes, os tutsis tornaram-se bode expiatório para todos os males. No período que antecedeu o genocídio, a situação econômica havia piorado e o presidente Juvenal Habyarimana perdia popularidade. Ao mesmo tempo, refugiados tutsis em Uganda - com o apoio de hutus moderados - começaram a formar o movimento *Rwandan Patriotic Front* (Frente Patriótica Ruandense), ou RPF, liderado por Paul Kagame. O objetivo do grupo era derrubar Habyarimana e garantir seu direito de retorno à terra natal. Habyarimana decidiu explorar essa ameaça como uma forma de trazer dissidentes hutus de volta para o seu lado. Tutsis que viviam em Ruanda foram acusados de colaboradores do RPF.

Em agosto de 1993, após vários conflitos e meses de negociações, um acordo de paz foi assinado entre Habyarimana e o RPF - mas isso não foi suficiente para diminuir as tensões. Assim, o ataque contra o avião de Habyarimana, no início de abril de 1994, desencadeou o início do massacre.

Continuação

Na capital, Kigali, a guarda presidencial iniciou imediatamente uma campanha de vingança. Líderes da oposição política foram mortos e quase imediatamente começou o assassinato em massa de tutsis e hutus moderados. Recrutas foram enviados a todo o país para realizar a operação de extermínio. Alguns tutsis conseguiram escapar para campos de refugiados.

Entre os primeiros organizadores do massacre estavam militares, políticos e homens de negócios. Rapidamente, porém, muitos outros hutus aderiram à campanha. Soldados e policiais ora encorajavam cidadãos comuns a participar, ora obrigavam civis hutus a assassinar tutsis vizinhos. Os participantes, com frequência, recebiam incentivos como dinheiro ou comida. Em alguns casos, os mandantes dos crimes diziam aos hutus que poderiam apropriar-se das terras dos tutsis que assassinassem. Encorajada pela guarda presidencial e por propaganda massiva em estações de rádio, formou-se uma milícia não oficial chamada *Interhamwe* (o nome significa "aqueles que atacam juntos"). Estima-se que no auge da violência, o grupo reuniu 30 mil pessoas.

De maneira geral, não houve interferência da comunidade internacional durante o genocídio. Sem a intervenção das tropas da ONU, o RPF retomou rapidamente seu ataque contra as forças do governo e os conflitos se agravaram. Finalmente, em julho, o RPF capturou a capital Kigali. O governo se desintegrou e o RPF declarou um cessar-fogo. **Com a vitória do RPF, cerca de dois milhões de hutus fugiram para o Zaire (hoje República Democrática doCongo).** Em Ruanda, foi formado um governo multiétnico foi formado, com um hutu, Pasteur Bizimungu, como presidente; e Kagame, tutsi, como seu vice. O acordo entre os dois grupos durou pouco – Bizimungu foi preso sob acusação de incitar violência étnica e Kagame assumiu a Presidência.

Embora o massacre em Ruanda tenha terminado, a presença de milícias hutus no Congo gerou anos de conflitos no país vizinho. Entre os refugiados estão muitas pessoas que, mais tarde, foram acusadas de envolvimento nos massacres. O atual governo de Ruanda, liderado por tutsis, já invadiu o Congo (RDC) duas vezes, dizendo querer eliminar as forças hutus da região. Nesse meio-tempo, um grupo rebelde tutsi no Congo continua ativo, argumentando que não vai depor armas porque, se o fizer, sua comunidade ficará sob risco de genocídio. Mesmo com a maior força de paz do mundo, posicionada na R. D. Congo desde o ano 2000, não há até o momento uma solução à vista para os conflitos no país e frequentemente há envolvimento de países vizinhos.

Fonte: ESTADÃO.COM.BR. **Entenda os fatos que levaram ao genocídio em Ruanda.** 18 dez. 2008. Editoria Internacional. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,entenda-os-fatos-que-levaram-ao-genocidio-em-ruanda,296107,0.htm>. Acesso em: 28 ago. 2009. Grifos nossos.

ANEXO E – Capítulo 3 (3.1)

Para saber mais sobre o que há por trás da guerra no Congo

Xavi Mir, bom conhecedor da África, que trabalhou em diferentes países do continente, foi entrevistado recentemente sobre a guerra do Congo. Dado que, nessa entrevista, foram oferecidas valiosas informações sobre a gênese e o que há por trás do conflito, o sítio ***Religión Digital****, 14-11-08, publicou em sua totalidade. A tradução é de Moisés Sbardelotto.*

Quando começou o conflito na República Democrática do Congo?

O Congo é um país de enorme extensão, 5,6 vezes o tamanho da Espanha, com 62 milhões de habitantes.

Desde a sua independência da Bélgica, em 1960, se tornou um expoente de conflito, corrupção e má gestão. Durante décadas, o regime corrupto de Mobutu se sustentou graças ao apoio da França e dos EUA. O país, com grandes riquezas naturais, sofre atualmente um imenso déficit em infraestrutura e desenvolvimento. Hoje, o governo do Congo é incapaz de controlar grandes extensões de território nas províncias do leste do país, que se veem submetidas aos diferentes grupos armados que operam na zona.

De abril a julho de 1994, cerca de 800 mil tutsis e hutus moderados foram assassinados durante o genocídio de Ruanda (estima-se que tenha ocorrido a aniquilação de 77% da população tutsi ruandesa). Em julho de 1994, a guerrilha da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), dominada por tutsis e liderada por Paul Kagame da Uganda, conquistou o poder. Cerca de dois milhões de hutus se refugiaram no Congo e com eles a maior parte das milícias que tinham executado o genocídio.

No leste do Congo, reside uma população tutsi de aproximadamente 300 mil pessoas. Em 1996-97, as tensões entre a população tutsi e as milícias hutus ruandesas deram lugar à intervenção de Ruanda e de Uganda, que ocuparam o leste do país e apoiaram o general rebelde Laurent Kabila – originário também do leste do Congo – até derrubar o regime de Mobutu. Os desencontros posteriores entre Kabila e seus antigos aliados deram lugar a uma nova guerra de 1998 a 2003, na qual Kabila encontrou o apoio do Zimbábue, de Angola e da Namíbia, que se converteu em uma grande guerra africana com mais de três milhões de mortos, sobretudo pelos problemas da fome e das doenças derivados da guerra.

Os acordos de paz de 2003 e as eleições de 2006 não conseguiram resolver os problemas do leste do Congo. Mas de sete mil combatentes hutus seguem operando, pois não foram desarmados pelo governo congolês, apesar dos repetidos compromissos assumidos. Essa situação é utilizada como justificação pelo general rebelde Laurent Nkunda, tutsi e congolês, antigo oficial de Kagame no FPR, que, com cerca de seis mil homens e um bom equipamento militar, afirma defender a população tutsi

Continuação

do Congo Leste frente às milícias hutu. Kagame negou repetidamente estar apoiando as milícias tutsis no leste do Congo. Na região, atuam também outras milícias pró-governamentais com cerca de 3,5 mil homens armados.

Que países estão envolvidos no conflito?

Os importantes recursos minerais do leste do Congo (ouro, diamantes, coltan [columbita-tantalita] – indispensáveis na fabricação de celulares e videogames, etc.) são um fator fundamental para entender hoje esse conflito. Uma parte desses recursos é comercializada através da Ruanda e da Uganda, trazendo somas importantes a esses países.

Praticamente todos os grupos armados envolvidos no conflito, assim como os soldados das forças governamentais, comerciam ilegalmente as riquezas minerais, com total impunidade e extorquindo a população local. As empresas que se ocupam da comercialização dos minerais do leste do Congo não assumiram sua responsabilidade para romper a união que existe entre esse comércio ilegal e a continuidade da violência. Enquanto esse comércio existir, é difícil imaginar que esses grupos responsáveis por graves abusos dos direitos humanos deixem as armas.

No passado, o envolvimento do Zimbábue e de Angola no conflito também esteve relacionado com os interesses – inclusive pessoais das próprias elites – na exploração desses recursos.

A região também é um ponto de tensão pela influência geopolítica das grandes potências. O governo ruandês de Paul Kagame denunciou o envolvimento da França no genocídio, interessado em manter o país e a região sob sua influência. Desde sua ascensão ao governo, Ruanda mudou do francês ao inglês como língua oficial, e o país recebeu um forte apoio dos EUA e da Inglaterra desde então.

Na competição pelos recursos do leste do Congo, a China também tem seu papel. O general Nkunda diz que pretende renegociar o recente acordo entre o Congo e a China no valor de cinco milhões de dólares para explorar os recursos do leste do Congo.

Quais são as consequências da guerra do Congo?

Estima-se em cerca de 250 mil as pessoas que abandonaram seu lares em consequência dos recentes enfrentamentos e sobrevivem em condições desesperadas. Somam-se ao milhão de pessoas estimado que já estavam desalojadas na região. Em Goma, muitas pessoas não têm onde dormir e se alimentam com a ajuda da população local e das agências humanitárias. Dezenas de milhares de refugiados ficaram isolados nas zonas de combate e não estão recebendo ajuda, produzindo-se casos de morte por má nutrição e fome.

Continuação

Estima-se em cerca de cinco milhões o número de pessoas que morreram no leste do Congo desde o genocídio ruandês por causas relacionadas aos combates armados. Além disso, todos os bandos perpetraram atrocidades horríveis contra a população, massacres e estupros em massa.

A escalada do conflito contata, mais uma vez, a inoperância das Missões das Nações Unidas para o Congo (MONUC), em cumprir seu mandato de proteção da população civil e de supervisão da implantação do cessar-fogo no país. Mostra disso foi o assalto da população de Goma pelas forças da MONUC, protestando por sua indefensabilidade, assim como a recente demissão do comandante-em-chefe das tropas das Nações Unidas, o espanhol Vicente Díaz de Villegas, após os escassos dois meses desde que assumiu seu cargo. Existem ainda numerosas denúncias de conivência e inclusive de colaboração das forças da MONUC com os rebeldes do general Nkunda.

Você acredita que a violência nesse continente atrai uma atenção menor por parte da comunidade internacional?

Apesar das gravíssimas consequências humanas, o conflito no leste do Congo desde 1998 foi notavelmente desatendido pelos meios de comunicação. Menciona-se como explicação o papel chave que Ruanda tem - junto com Uganda, é uma importante aliada dos EUA e da Inglaterra na região. Com o apoio de ambas as potências, Ruanda passou por diversos progressos econômicos e de desenvolvimento nos últimos anos, e os EUA não economizaram elogios ao seu aliado como exemplo. Uma denúncia aberta do papel da Ruanda no Congo Leste repercutiria na imagem que se vem tentando transmitir do país à opinião pública ocidental e afetaria os planos dos EUA para potencializar sua influência na região.

Qual deve ser a resposta da Cooperação Internacional, nesse caso as ONGDs [organizações não governamentais para desenvolvimento], para com o povo do Congo?

A curto prazo, as sociedades civis de todos os países desempenham um importante papel ao pressionar seus governos para que a comunidade internacional cumpra com suas obrigações em relação ao direito internacional humanitário e os direitos humanos. São necessários os máximos esforços diplomáticos para reativar o processo de paz, garantir a segurança da população e atender toda a população desalojada de forma imediata.

Em um prazo mais longo, é importante também o papel da sociedade civil para que, mais uma vez, denuncie os estreitos vínculos entre os conflitos e a exploração dos recursos naturais e se estabeleçam os mecanismos internacionais necessários para evitar o comércio ilegal que deriva no financiamento dos conflitos.

Continuação

Finalmente, frente às denúncias relacionadas com o papel da MONUC e atendendo à responsabilidade espanhola exercida ao assumir o mando das tropas da MONUC em setembro passado com a designação do general Vicente Díaz de Villegas, é imprescindível a criação de uma comissão de investigação independente sobre a atuação da MONUC, com relação à suposta relação de suas operações com a morte de civis e desalojamentos da população.

* Xavi Mir é médico, colaborador dos Médicos Sem Fronteiras em diversos países da África.

Fonte: MIR, Xavi. Para saber mais sobre o que há por trás da guerra no Congo. **Instituto Humanitas (Unisinos)**, Rio Grande do Sul, 17 nov. 2008. Entrevista concedida ao site Religión Digital em 14 nov. 2008. Trad. Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=18290>. Acesso em: 20 nov. 2008.

ANEXO F – Capítulo 3 (3.1)

Deslocados internos por províncias do Congo (RDC)

Deslocados internos do Congo (RDC) por províncias	**Número**
Kivu do Norte	541.000
Oriental	210.000
Kivu do Sul	222.000
Katanga	102.000
Equador	100.000
Kasai Oriental e Ocidental	40.000
Kinshasa	40.000
Maniema	8.000
Outras	menos de 6.000
Total	**1.269.000**

Fonte: OCHA, out. 2006. In: POUILLY, 2006, p. 7.

Refugiados congoleses no mundo (1º de janeiro de 2006)

País de Asilo	Refugiados
ÁFRICA (10 primeiros)	
República Unida da Tanzânia	150.100
Zâmbia	61.200
Congo	56.400
Ruanda	41.400
Uganda	20.600
Burundi	20.400
Angola	13.500
África do Sul	10.600
Zimbábue	6.500
República Centro Africana	3.300
RESTO DO MUNDO (5 primeiros)	
França	8.500
Reino Unido*	6.500
Alemanha	6.300
Canadá*	5.100
Estados Unidos*	2.400
OUTROS	18.200
TOTAL	431.000
* estimativas do ACNUR	

Fonte: OCHA, out. 2006. In: POUILLY, 2006, p. 8.

Refugiados na RDC (em 1º de janeiro de 2006)

País de origem	Número
Angola	106.800
Ruanda	42.400
Burundi	19.000
Uganda	19.000
Sudão	11.700
Congo	5.200
República Centro Africana	100
Vários	200
Total	**204.400**

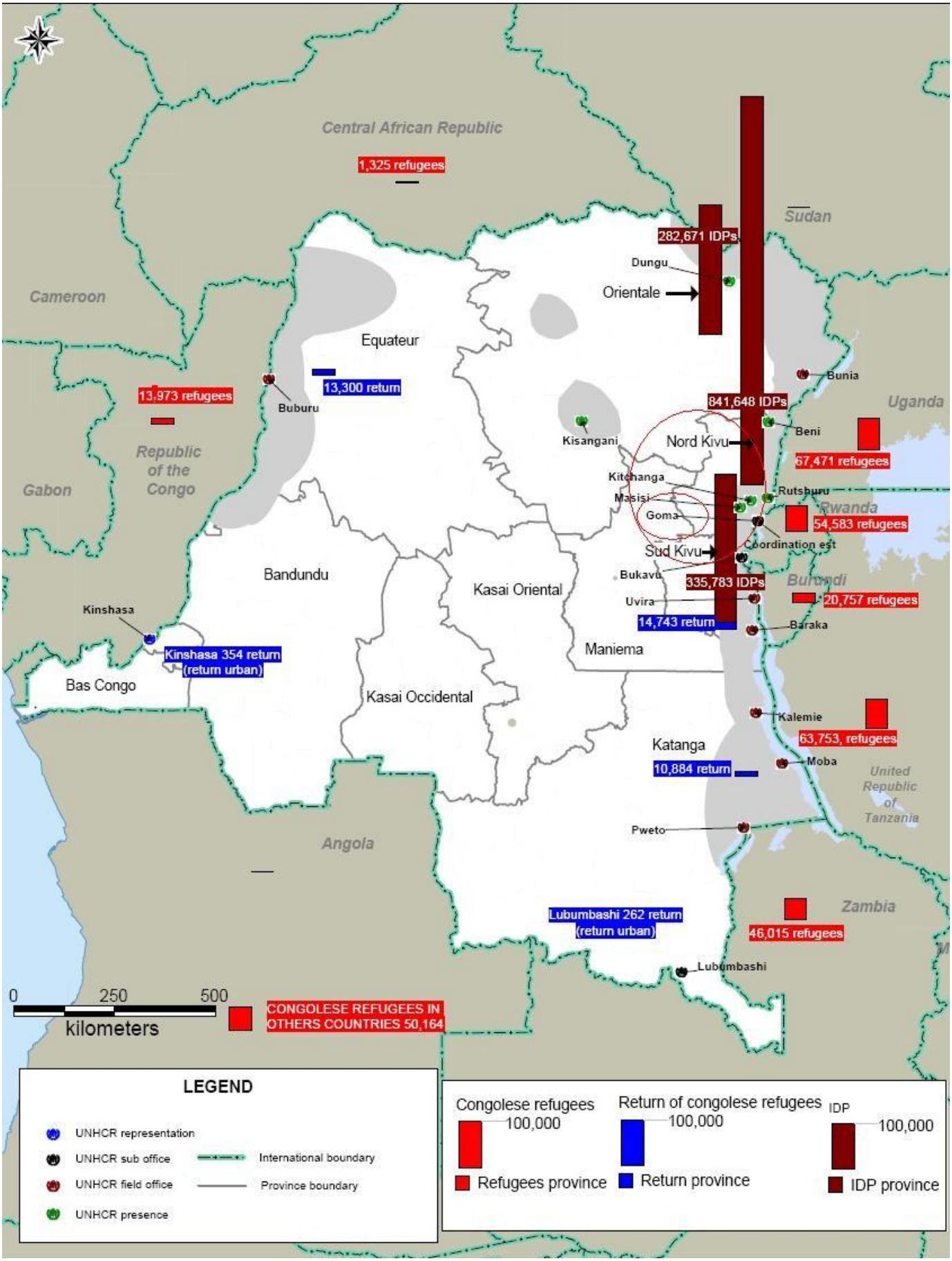
Fonte: OCHA, out. 2006. In: POUILLY, 2006, p. 10.

Retornados à RDC (em 1º de janeiro de 2006)

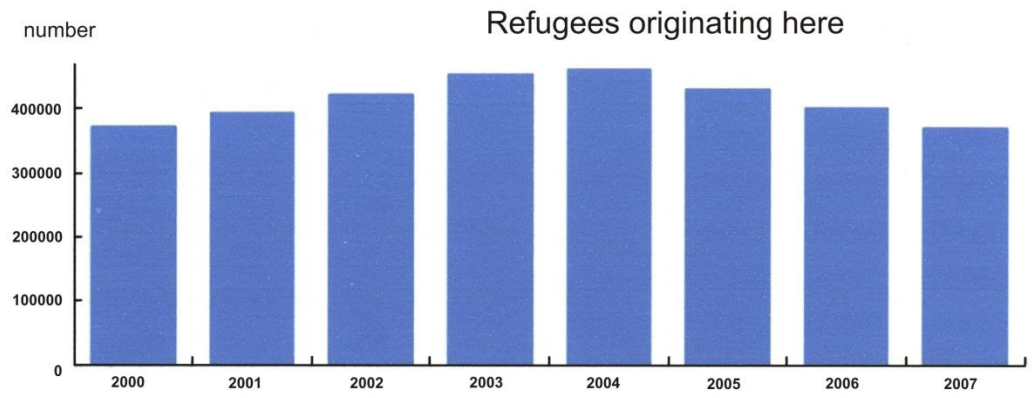
Ano	**Número**
2000	14.000
2001	1.100
2002	13.500
2003	3.200
2004	13.800
2005	39.100
Total	**84.700**

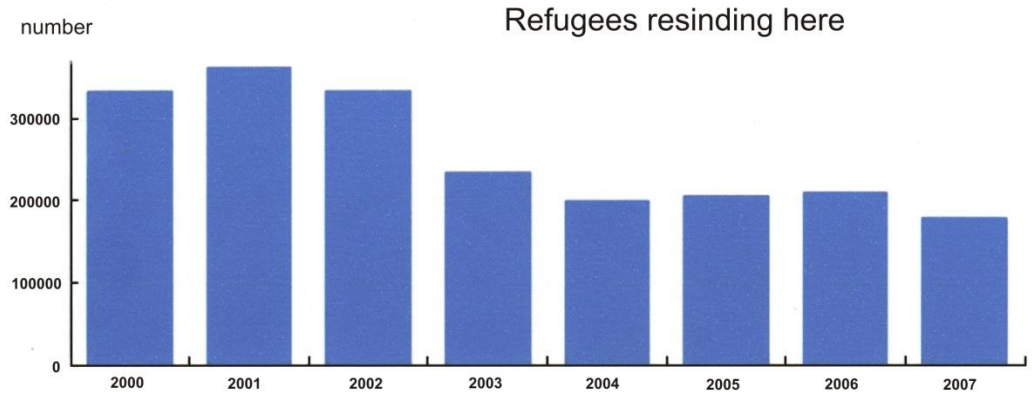
Fonte: OCHA, out. 2006. In: POUILLY, 2006, p. 12.

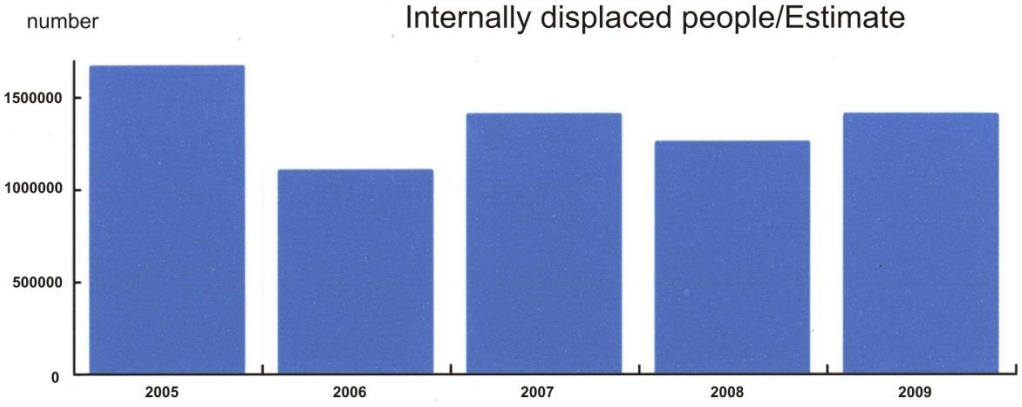
.



Fonte: ACNUR. **El viaje de Osvaldo Laport a la República Democrática del Congo: una travesía humanitaria**. Disponível em <http://www.ACNUR.org/argentina/>. Acesso em: 10 ago. 2009.







Fonte: REUTERS ALERTNET. **Statistics**. Disponível em: <http://www.alert.org/thefacts/chart.htmWrt=1&perio0&startdate=2000&enddate=2006&category=standard_of_living.0.life_expectancy_average&countrycode=214383&countrycode=JP$countrycode=NO&countrycode=GB&countrycode=221882&go=Generate%20Graph>. Acesso em: 3 abr. 2009.

RDC **Number of refugees originating here**			RDC **Number of refugees residing here**		
2008	367995	UNHCR	2008	155162	UNHCR
2007	370374	UNHCR	2007	177390	UNHCR
2006	401914	UNHCR	2006	208371	UNHCR
2005	430625	UNHCR	2005	204341	UNHCR
2004	462203	UNHCR	2004	199323	UNHCR
2003	453465	UNHCR	2003	234033	UNHCR
2002	421362	UNHCR	2002	332978	UNHCR
2001	392146	UNHCR	2001	362012	UNHCR
2000	371713	UNHCR	2000	332509	UNHCR

RDC **Number of internally displaced people \ Estimate**		
2009	2000000	Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC) 2009
2008	1250000	IDMC 2008
2007	1400000	IDMC 2008
2006	1100000	IDMC 2006
2005	1664000	IDMC 2006

Fonte: REUTERS ALERTNET. **Congo (Democratic Republic): People.** Disponível em: <http://www.alertnet.org/db/cp/dr_congo.htm>. Acesso em: 3 abr. 2009.

ANEXO G – Capítulo 3 (3.1)

A "História da Guerra no Bas-Congo em Kinshasa", como os congoleses contaram

Seguem trechos de conversas com jovens congoleses – refugiados e estudantes – "sobre o que é preciso saber sobre as guerras e que não está escrito de forma completa nos livros" (...). As narrativas (trechos gravados e transcritos) foram selecionadas sem o ajuizamento de valor de fatos e/ou ficções, mas por seus significados para quem narra e para quem ouve, isto é, pela importância do ato de narrar em si mesmo. Sugere-se acompanhá-las com consulta ao mapa onde estão localizadas todas as cidades mencionadas; consta no mapa também a divisão provincial com todas as capitais.

Legenda: **P.**: pesquisadora; **Cs.**: congoleses.

P. – E no Bas-Congo? O que estava acontecendo no Bas-Congo quando L. D. Kabila mandou embora as forças estrangeiras que tinham sido as suas aliadas? Querem explicar melhor por que se fala em guerra do Bas-Congo? Foi em 1998? Como aconteceu?

Cs. – Aconteceu facilmente porque havia ruandeses no comando das forças armadas do governo congolês. Eles conseguiram concentrar os oficiais ruandeses na base de *Kitona* (no *Bas-Congo*) e em outras bases militares do leste do país - nos Kivu - onde também ficaram muitos ruandeses. Mas o que tinha acontecido antes? Antes, quando L.D. Kabila chegou à presidência em 1997 - com as forças da coalizão (Congo, Ruanda, Uganda) que derrotou o Mobutu -, foi colocado um general ruandês de nome James Kabaré no comando das forças terrestres.

Quando Kabila rompe a aliança e manda embora os ruandeses, eles vão organizar outra rebelião (...) para fazer uma guerra mesmo e derrubar o Kabila; mandá-lo embora e tomar posse do país. **Isso foi em 1998**. Como já foi dito, os ruandeses tinham cargos altos nas forças armadas; eles estavam fortemente estabelecidos na província do Bas-Congo; a base militar de Kitona era onde tinham mais força. **Como estavam bem estabelecidos em Kitona, na base militar de lá, começaram a rebelião ali e foram avançando (...) pela província do Bas-Congo até perto de Kinshasa.**

A esta altura, porém, L. D. Kabila já havia ganhado a confiança da população. Além da atuação das suas forças armadas, Kabila contou muito com a ajuda da população. A população começou a "trabalhar", mostrando para as forças de Kabila onde estavam escondidas as tropas dos "ruandeses" *; e a população também tomou parte nas batalhas com armas tradicionais...

Continuação

Em 1998, é o próprio General James Kabaré quem vai comandar os "ruandeses" e paralisar Kinshasa, tomando o controle da hidrelétrica de *Inga*. Cortaram a luz da capital durante uns quatro meses. James Kabaré e os "ruandeses" avançaram até Kinshasa.

A guerra em Kinshasa só não teve uma repercussão maior porque Kabila já tinha ganhado a confiança e apoio da população da capital e a população lutava mesmo... O povo criou uma modalidade de vigilância noturna. Mulheres, crianças, velhos e os que não podiam lutar ficavam em casa dormindo; mas todos os jovens e os homens faziam a vigilância à noite em Kinshasa – do telhado das casas, de vários lugares. E isso dificultou muito para que as tropas dos "ruandeses" pudessem entrar e tomar o controle de Kinshasa. Não conseguiram porque havia uma vigilância da cidade feita pelas tropas que o Kabila criou reunindo forças do Zimbábue e da Namíbia. Mas também tinha a vigilância da população.

Outro fator que dificultou a entrada dos "ruandeses" foi a língua. Quando os "ruandeses" vindos do Bas-Congo chegaram pelo sul de Kinshasa, os moradores logo perceberam que as tropas falavam Swahili. A população ia mandando a informação – no boca a boca – para as pessoas das outras "communes". Então, quando as tropas "ruandesas" entraram em Kinshasa pela periferia, a população atacou com muita força com espadas, facões, madeiras, etc. Os "ruandeses" já tinham feito muita coisa ruim com as populações que viviam no leste e haviam migrado para Kinshasa.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia lá nas periferias, uma parte menor das tropas "ruandesas" veio pelo caminho normal. Pela estrada que liga Matadi (no Bas-Congo) à Kinshasa. A população fez assim como se fosse um cerco. Quando os soldados do Kabila entravam nos bairros, a população já tinha cercado os "ruandeses".

* O termo ruandeses deve ficar entre aspas porque faziam parte desses grupos não apenas soldados de Ruanda, mas também tutsis *banyamulengues* congoleses.

ANEXO H – Capítulo 3 (3.1)

O passado colonial, o futuro do país e uma terra banhada pelo petróleo: o caso de *Bundu Dia Kongo*

O chefe da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) lançou um convite a evitar "o uso efetivo da força" na crise do Bas-Congo. As forças da MONUC estão presentes, sobretudo no leste do país; mas têm um contingente no Bas-Congo, oeste, depois dos atritos entre forças da ordem e integrantes do movimento *Bundu Dia Kongo* (BDK), que provocaram pelo menos 27 mortos, segundo as autoridades, e algumas centenas, segundo a oposição. Em 8 de março, durante uma ação da polícia no quartel-geral do BDK em Matadi, pelo menos duas pessoas morreram. A situação na província retornou à calma, mas o governo congolês teria a intenção de deter o chefe do BDK, o deputado opositor, Ne Muanda Nsemi, com o risco de criar novos incidentes. A Agência Fides pediu a Pe. Valer Shango, sacerdote congolês, que nos explicasse as origens do BDK.

"Para entender a origem do BDK, é preciso descrever a complexa situação do Bas-Congo" - afirma o sacerdote. "De fato, é nesta área, que na década de 20, no século passado, o ex-catequista batista Simon Kimbangu originou o seu movimento político-religioso. Kimbangu se posiciona como antítese aos colonizadores belgas e reivindica o retorno à cultura da população local, redescobrindo tradições como, por exemplo, as curas. Em seguida, o movimento Kimbangu se estruturou em uma 'igreja', a quimbanguista, que conta hoje com alguns milhões de fiéis não apenas no Congo, mas em outras regiões da África". "Assim - prossegue Valer - quando o atual deputado da Assembleia Nacional congolesa e líder do BDK, Ne Muanda Nsemi, constituiu seu movimento, encontrou na província de Bas-Congo um terreno fértil, um 'humus' preparado pelo movimento de Kimbangu".

Também Muanda Nsemi, como Kimbangu, está em contraposição ao poder constituído

Muanda Nsemi não é apenas um deputado opositor no Parlamento, mas é também líder deste movimento político-religioso, que é fortemente enraizado no Bas-Congo. Ele afirma que o governo de Kinshasa impôs à província um governador que não foi eleito pela população local e denuncia o fato de que os recursos da província são gastos com interesses estrangeiros com a cumplicidade das autoridades congolesas. Muanda Nsemi evoca o passado do país, de antes da colonização, quando existia o Reino do Kongo, que incluía o Bas-Congo e partes de Angola (o enclave de Cabinda), do Congo Brazzaville e do Gabão. "*Ele lançou a provocação de declarar as fronteiras atuais nulas, traçadas pelas potências coloniais no Congresso de Berlim em 1884-85, e reconstruir o Estado de Kongo*" - explica o sacerdote. Os territórios deste hipotético e restaurado Estado de Kongo conservam importantes reservas petrolíferas.

Continuação

Pe. Shango analisa: "Com efeito, o Bas-Congo é hoje a única área da República Democrática do Congo onde o petróleo é extraído. Existem plataformas petrolíferas na Província do Equador e na área do Lago Alberto, mas a exploração destes recursos ainda deve iniciar-se. Ao contrário, no Bas-Congo, o início da extração do petróleo teve início nos tempos do Zaire de Mobutu. Em 1967, os italianos construíram uma refinaria no litoral, que atualmente funciona em ritmo lento, ao ponto que o óleo congolês é refinado na Argélia e importado novamente à RDC como produto trabalhado. Um desperdício que Muanda Nsemi denuncia, de seu jeito".

Fonte: Fonte: PIME. **O passado colonial, o futuro do País e uma terra banhada pelo petróleo: o caso de Bundu Dia Kongo.** 17 mar. 2008. Disponível em: <http://www.pimenet.org.br/noticias2008/noticiasrepdemcongo70.htm>. Acesso em: 20 mar. 2008.

ANEXO I – Capítulo 3 (3.1)

Jean Pierre Bemba na Corte Criminal Internacional (ICC)

O ex-vice-presidente Jean Pierre Bemba deve apresentar-se na segunda-feira à ICC, onde responde a acusações de crimes de guerra por rapto, tortura e pilhagens durante a guerra civil na RDC. Bemba, que foi preso em local próximo a Bruxelas em maio, é acusado pela ICC de comandar um grupo rebelde que realizou um violento ataque contra civis de outubro a março de 2003. Ele foi intimado a comparecer diante da corte independente em *The Hague*, *Netherlands,* para uma escuta processual na sua custódia permanente, disse o escritório de imprensa da ICC.

Bemba, líder do grupo rebelde Movimento de Libertação do Congo (MLC), foi um dos quatro vice-presidentes no governo de transição da República Democrática do Congo no período 2003-2006.

Ele participou de um governo de coalizão criado em 2002, que permitiu a membros dos quatro maiores grupos rebeldes ocupar cada uma das quatro vice-presidências. O acordo deveria resolver um conflito que envolveu exércitos de seis países, dividiu o enorme país em regiões dominadas pelo governo e pelos rebeldes e que causou a morte de 2.5 milhões de pessoas, a maioria por doenças e fome.

A guerra estourou na RDC em agosto de 1998 quando Uganda e Ruanda juntaram-se aos rebeldes para depor o presidente Laurent Kabila, acusando-o de apoiar grupos armados, incluindo milícias Hutu, que ameaçavam a segurança dos países. Kabila foi assassinado três anos depois.

Fonte: CNN. **Ex-Congo vice president to appear at ICC.** 29 jun. 2009. Disponível em: <http://www.cnn.com/2009/WORLD/africa/06/29/bemba.icc/index.html>. Acesso em: 30 jun. 2009.

Acusação conclui apresentação de provas contra Lubanga

Líder rebelde congolês é o primeiro réu a ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional; ele é acusado de crimes de guerra; 28 testemunhas foram ouvidas pelo tribunal.

A acusação terminou na terça-feira o processo de apresentação de provas contra o senhor da guerra congolês, Thomas Lubanga Dyilo, que está a ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional, TPI, em Haia, na Holanda, por crimes de guerra.

Hostilidades

Durante 22 semanas, 28 testemunhas foram ouvidas pela acusação e pela defesa.

A maior parte delas foi alvo de medidas de proteção, incluindo a utilização de pseudônimos e a distorção de vozes e rostos.

Lubanga enfrenta duas acusações de crimes de guerra: o recrutamento de crianças para o seu grupo armado e a utilização dessas mesmas crianças em hostilidades de setembro de 2002 a agosto de 2003.

Ele foi o fundador e líder da União de Patriotas Congoleses na região de *Ituri*, no leste da República Democrática do Congo e entregou-se ao Tribunal Penal Internacional em março de 2006.

Julgamento

Pela primeira vez na história da justiça internacional as vítimas, incluindo crianças-soldado, tiveram uma participação ativa no julgamento. Cerca de 100 vítimas foram autorizadas a assistir o julgamento, que teve início no dia 26 de janeiro último.

O TPI é o primeiro tribunal permanente do mundo dedicado ao julgamento de indivíduos acusados de crimes de guerra, contra a humanidade e genocídio.

Fonte: ARAÚJO, Carlos. "Acusação apresenta provas contra Lubanga". **Rádio ONU.** 15 jul. 2009. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/166873.html>. Acesso em: 15 jul. 2009.

Suspeito do genocídio de Ruanda é capturado após quinze anos escondido

Um prefeito acusado de organizar e comandar o massacre de mais de 2000 tutsis que procuraram refúgio em uma igreja durante o genocídio em Ruanda foi capturado e preso esta semana no leste do Congo, depois de quinze anos escondido, segundo disseram oficiais congoleses. O fugitivo, Grégoire Ndahimana, que é procurado por genocídio e cumplicidade em genocídio, foi preso na província de *Nord - Kivu* na ultima terça-feira à noite pelas forças armadas congolesas. Ele combateu no leste do Congo com a Frente Democrática para Libertação de Ruanda, ou FDRL, um grupo rebelde Hutu genocida, e com outros combatentes que agora estão instalando o caos na já conturbada região do leste da RDC. Oficiais congoleses disseram que o fugitivo foi pego de surpresa. "Ele foi capturado enquanto estava vindo procurar por comida com a população local", disse Olivier Hamuli, um porta-voz das forças armadas, via telefone.

Ambos os países, Ruanda e RDC, consideraram a captura um dos maiores acontecimentos para marcar a operação militar conjunta em curso contra os rebeldes na área. "Ele é um dos maiores, mas outros ainda estão soltos por lá", disse o Ministro da Justiça de Ruanda, Tharcisse Karugarama. Ndahimana é procurado pelo Tribunal Internacional Criminal para Ruanda, em Arusha, Tanzânia, como suspeito "Categoria 1"- uma escala adotada para os chefes de ações de planejamento e de execução do genocídio que matou algo em torno de um milhão de tutsis e hutus moderados.

De acordo com a acusação, Ndahimana conspirou com outros oficiais e o padre da paróquia local para exterminar os tutsis que se refugiaram na igreja. O cerco durou dias e terminou quando os oficiais destruíram a igreja com uma *bulldozer* matando mais de 2.000 tutsis refugiados lá dentro, segundo consta na acusação. Por mais de uma década, Ruanda e RDC têm estado em situação de conflito por causa da FDLR. Ruanda tem acusado a RDC de dar cobertura ao grupo - que tenta tomar o poder em Ruanda. Por outro lado, a RDC tem acusado Ruanda de proteger diversas milícias que ao longo de anos vêm atormentando o leste da RDC.

Os dois lados acordaram em janeiro um trabalho conjunto para resolver o problema da FDLR, mas desde então as novas operações têm chamado atenção principalmente pelo sofrimento que têm imposto à população civil congolesa.

Fonte: KRON, Josh. *"Suspect in Rwandan Genocide Is Captured After 15 Years in Hiding".* ***The New York Times.*** *12 aug. 2009.* Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/08/13/world/africa/13rwanda.html?_r=2>. Acesso em: 12 ago. 2009.

ANEXO J – Capítulo 3 (3.1)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC): INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Fonte: REUTERS ALERTNET. ***Congo (Democratic Republic): People.*** Disponível em: <http://www.alertnet.org/db/cp/dr_congo.htm>. Acesso em: 3 abr. 2009.

Índice de Desenvolvimento Humano (*HDI rank*)

2005	168	UNDP – Human Development Report 2007/2008
2004	167	UNDP – Human Development Report 2006
2003	167	UNDP – Human Development Report 2005
2002	168	UNDP – Human Development Report 2004
2001	167	UNDP – Human Development Report 2003
2000	155	UNDP – Human Development Report 2002

População

2009	66.0 million	U.N. Department of Economic and Social Affairs (DESA) Population Division (2009)
2007	60.2 million	U.N. DESA (2006)
2006	59.6 million	U.N. DESA (2006)
2005	58.7 million	U.N. DESA (2006)
2004	56.9 million	U.N. DESA (2006)
2003	55.2 million	U.N. DESA (2006)

Percentual de população urbana

2007	33.3 percent	U.N. DESA – World Urbanization Prospects 2005
2006	32.7 percent	U.N. DESA (2005)
2005	32.1 percent	U.N. DESA (2005)
2004	31.6 percent	U.N. DESA (2005)
2003	31.1 percent	U.N. DESA (2005)

Expectativa de vida média

2005	45.8 years	UNDP – Human Development Report 2007/2008
2004	43.5 years	UNDP – Human Development Report 2006
2003	43.1 years	UNDP – Human Development Report 2005

Mortalidade infantil

2007	108 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2009
2006	129 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2008
2005	129 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2007
2004	129 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2006
2003	129 per 1,000 live births	UNDP – Human Development Report 2005

Mortalidade infantil – mortes antes de cinco anos de idade

2007	161 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2009
2006	205 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2008
2005	205 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2007
2004	205 per 1,000 live births	UNICEF – State of the World's Children 2006
2003	205 per 1,000 live births	UNDP – Human Development Report 2005

Percentual de crianças abaixo do peso para a idade (menos de 5 anos)

2000-2007	31%	UNICEF – State of the World's Children 2009

Percentual de população desnutrida

2003-2005	76%	U.N. Food and Agriculture Organization (FAO) 2008
2002-2004 average	74%	U.N. Food and Agriculture Organization (FAO) 2006
2001-2003 average	72%	U.N. Food and Agriculture Organization (FAO) 2006

População com acesso à água tratada

2006	46%	UNICEF and World Health Organization (WHO) 2008
2004	46%	UNICEF and WHO 2006
2002	46%	UNDP - Human Development Report 2005
2000	45%	UNDP - Human Development Report 2004

População com acesso a saneamento básico

2006	31%	UNICEF and WHO 2008
2004	30%	UNICEF and WHO 2006
2002	29%	UNDP - Human Development Report 2005
2000	21%	UNDP - Human Development Report 2004

Taxa de alfabetização (média)

2004	67.2%	UNDP – Human Development Report 2006
2003	65.3%	UNDP – Human Development Report 2005
2002	62.7%	UNDP – Human Development Report 2004
2001	62.7%	UNDP – Human Development Report 2003
2000	61.4%	UNDP – Human Development Report 2002

Produto Nacional Bruto *per capita (Atlas method)***

2007	140 current US$	World Bank Data Profile Tables 2009
2006	130 current US$	World Bank Data Profile Tables 2009
2005	120 current US$	World Bank Data Profile Tables 2009
2004	110 current US$	World Bank Data Profile Tables 2009
2003	100 current US$	World Bank Data Profile Tables 2009

* O objetivo do *Atlas conversion factor* é reduzir o impacto das flutuações da taxa de câmbio na comparação da renda nacional dos países. O *Atlas conversion factor* de cada ano é a média da taxa de câmbio dos países ou fator alternativo de conversão para aquele ano e suas taxas de câmbio para os dois anos anteriores.

Produto Interno Bruto (PIB)

2007	9.0 current US$ billions	World Bank Data Profile Tables 2009
2006	8.5 current US$ billions	World Bank Data Profile Tables 2009
2005	7.1 current US$ billions	World Bank Data Profile Tables 2009
2004	6.6 current US$ billions	World Bank Data Profile Tables 2009
2003	5.7 current US$ billions	World Bank Data Profile Tables 2009

Crescimento anual do PIB

2006	5.1%	World Bank Data Profile Tables 2008
2005	6.5%	World Bank Data Profile Tables 2008
2004	6.6%	World Bank Data Profile Tables 2008
2003	5.8%	World Bank Data Profile Tables 2008

Inflação anual

2007	17.0%	World Bank Data Profile Tables 2009
2006	13.1%	World Bank Data Profile Tables 2009
2005	21.6%	World Bank Data Profile Tables 2009
2004	6.1%	World Bank Data Profile Tables 2009
2003	13.0%	World Bank Data Profile Tables 2009

ANEXO K – Capítulo 3 (3.1)

1. Primeiro olhar sobre a cidade de Kinshasa

A explosão urbana na favela global

Segundo a Organização das Nações Unidas mais de um bilhão de pessoas passariam a viver em favelas nas metrópoles do Sul. Das favelas em Lima às colinas de lixo em Manila, a urbanização foi desvinculada do crescimento econômico. Em uma obra que está para sair ainda esse mês Mike Davis, pesquisador independente, personalidade renomada da esquerda americana, analisa o futuro desse mundo. Nós publicamos um extrato consagrado à Kinshasa, na República Democrática do Congo.

Os pequenos bruxos de Kinshasa

Por Mike Davis

Kinshasa, uma cidade descrita pelos seus próprios habitantes como "uma ruína", é também por eles apelidada de "Kin, a lixeira". "Estima-se hoje que menos de 5 % dos habitantes de Kinshasa recebem um salário regular", relata o antropólogo René Devish. "Os residentes sobrevivem graças às suas hortas – cultivadas por todo lado – e graças à liberdade de comprar, revender, fazer escambos e negociar. O Artigo 15 do código penal que pune o roubo tornou-se a lei orgânica da cidade e 'se virar' é um slogan não oficial".

De fato, com a inversão radical do formal para o informal, Kinshasa praticamente reinventa as categorias da economia política e da análise urbana. Como pergunta o antropólogo Filip De Boeck, estudioso dos cidadãos congoleses: "Que significa uma cidade com uma população estimada em 6 milhões de habitantes onde não há, por assim dizer, qualquer circulação de automóveis ou de qualquer outro meio de transporte, pelo simples fato de não se encontrar uma gota de gasolina durante semanas e até meses? Porque continuar a manter a convenção social do que se chama 'dinheiro', uma nota de banco, quando o povo se defronta com o fato de ter um pedaço de papel sem valor? (...) De que serve distinguir o formal do informal ou economia paralela quando o informal tornou-se regra e o formal praticamente deixou de existir?"

Os *Kinois,* assim chamados, vivem em uma cidade em ruínas com um inabalável senso de humor, mas até mesmo a ironia fanfarrona acaba sucumbindo diante da sinistra realidade do tecido social. A renda média caiu para menos de 100 dólares por ano. Dois terços da população sofrem de subnutrição. A classe média desapareceu. Um adulto em cada cinco é soropositivo para o HIV. Os três quartos restantes são pobres demais para ter acesso à saúde e devem recorrer a curandeiros pentecostais e a religiosos muçulmanos (...).

Continuação

Após as quedas sucessivas das oportunidades de trabalho e com o papel fantasmagórico do dinheiro, as pessoas se voltaram para a magia campestre e os cultos proféticos. Elas procuraram se curar da 'doença dos brancos' (*yimbeefu kya mboonu*) – a doença mortal do dinheiro.

No lugar das usinas desativadas e das lojas saqueadas, surgiram igrejas minúsculas e grupos de oração, sob toscos letreiros de cores vibrantes. Nas imensas aglomerações, como *Masina* (chamada no local de 'República da China, em função da alta densidade demográfica), o movimento pentecostal desenvolveu-se na velocidade de um furacão tropical. Em finais do ano 2000, contava-se em Kinshasa 2177 seitas religiosas recentemente constituídas, cujos membros se reuniam com frequência para orações noite adentro (...).

Mas o talento dos *Kinois* para autogestão esbarra nas limitadas realidades materiais (...). Apesar dos esforços heróicos, sobretudo das mulheres, a estrutura tradicional se deteriora a cada dia.

Dentro desse contexto de miséria absoluta, os antropólogos descrevem a dissolução do costume de troca gratuita e o desaparecimento das relações recíprocas equilibradas que regiam a sociedade do Congo-Zaire; incapazes de pagar o dote aos pais da futura mulher e diante da impossibilidade de ganhar a vida, os jovens abandonavam as mulheres que engravidavam e passavam a ser vistos como desertores. Simultaneamente, a expansão da AIDS deixa para trás um número infinito de órfãos e crianças soropositivas. As famílias urbanas pobres – destituídas de suas redes de cooperação rural ou, ainda, oprimidas pelas demandas familiares – são submetidas a enormes pressões por se afastarem de seus membros mais dependentes. Como descreve amargamente um pesquisador da *Save the Children*, "a capacidade das famílias e das comunidades congolesas de assumir as necessidades vitais e a proteção de suas crianças parece desmoronar (...)". Por outro lado, esta crise na família coincidiu com o surgimento do movimento pentecostal e o medo da retomada da bruxaria. (...) Os numerosos *Kinois* interpretam sua sorte em um contexto de crise urbana generalizada como "um tipo de culto ou de magia (...). Resultado: Kinshasa está presa a uma crença literal e perversa que se traduziu em denúncia de milhares de 'crianças bruxas' feita por multidões histéricas, culminando em sua expulsão para as ruas e até em assassinatos. Essas crianças, por vezes ainda muito pequenas, foram acusadas de delitos e tidas como envolvidas (pelo menos dentro da comunidade de *Ndjili*) em roubos praticados por bandos, à noite, montadas em suas vassouras mágicas.

Os trabalhadores humanitários insistem sobre a nova dimensão do fenômeno: "Antes de 1990, não se ouvia falar em "crianças bruxas" em Kinshasa. Essas crianças que hoje são acusadas de bruxaria estão todas na mesma situação: pertencem, em geral, às famílias extremamente pobres; tornaram-se um fardo para os pais que não conseguem mantê-las ou alimentá-las.

Continuação

As igrejas pentecostais tiveram um papel importante na difusão e na legitimação das crenças ligadas às crianças bruxas; de fato, apresentam sua fé como uma proteção divina contra a bruxaria. A histeria dos adultos e das crianças (que desenvolveram fobias de gatos, lagartos e de longas noites escuras provocadas por cortes de luz) agravou-se pela vasta difusão de sórdidos vídeos mostrando confissões de "crianças bruxas" e subsequentes exorcismos efetuados por meios que incluíam privação de alimentos e uso de água fervente. Pesquisadores da USAID acusam diretamente a indústria de pregadores auto proclamados que se instalam em seus púlpitos e revelam suas profecias àqueles que procuram um remédio simples para a dor e para a infelicidade. (...) Quando as profecias fracassam, os pregadores atribuem facilmente a permanência da miséria a causas falaciosas, como a bruxaria; e acusam as crianças dessa prática por serem elas menos capazes de se defender. Uma família que busca conselho junto a um pregador pode, por exemplo, ouvir dizer que seu filho deficiente é a causa do sofrimento prolongado; deficiência essa que é a prova indiscutível de que se trata de um bruxo ou de uma bruxa (...).

De Boeck afirma, no entanto, que as seitas religiosas mantêm uma ordem moral em meio a esse aniquilamento geral e que talvez os próprios "religiosos" estejam na origem dessas acusações (...). Os pastores organizam sessões de confissão e de exorcismo públicos denominados "curas da alma"; a criança é colocada no centro de um círculo de mulheres em oração que, frequentemente em transe, caem em um estado de glossolalia, que é sinal da presença do Espírito Santo (...).

As famílias, entretanto, se recusam a recuperar suas crianças, uma vez que foram acusadas e que se encontram nas ruas. As crianças bruxas parecem interiorizar as acusações que lhes são feitas e aceitar a culpabilidade da miséria de suas famílias e a ausência das leis urbanas.

"Eu me chamo Vany e tenho seis anos (...). Andei doente, minhas pernas inchavam e então me disseram que eu era uma bruxa. É verdade. O pastor assim me disse (...)".

Um menino pequeno assim relatou (...): "Eu comi oitocentos homens. Eu os fazia sofrer um acidente de carro ou de avião. Fui à Bélgica graças a uma sereia que me levou até o porto de Anvers. Às vezes eu voava na minha vassoura, na pele de um advogado. À noite, eu tenho 30 anos e cem filhos. Meu pai perdeu o emprego de engenheiro por minha causa e depois eu o matei com a ajuda da sereia. Também matei meu irmão e minha irmã. Eu os enterrei ainda vivos. Também matei todas as crianças ainda não nascidas de minha mãe (...)".

(...) Como não há um programa de proteção à criança em Kinshasa, a expulsão das crianças acusadas de bruxaria por parte da família não ocorre simplesmente como uma maneira de justificar o abandono, mas como uma chance de colocá-las em uma comunidade religiosa onde receberão educação e serão alimentadas, ou então uma forma de fazê-las entrar em um dos centros gerenciados por uma ONG

Continuação

internacional. Mas a maioria das crianças, principalmente crianças doentes e soropositivas, termina na rua e vai engrossar um contingente urbano de pelo menos trinta mil elementos, composto de desertores, vítimas de maus tratos, deslocados pela guerra, filhos de soldados desertados e órfãos (...).

Numa reflexão profunda, Thierry Mayamba Nlandu, um *kinois* nato, faz a seguinte pergunta: "Como essas milhões de pessoas fazem para sobreviver à vida incoerente e miserável de Kinshasa?" Sua resposta é que "Kinshasa é uma cidade morta, mas não uma cidade de mortos". O setor informal, ao mesmo tempo em que é uma "economia de subsistência", confere certa dignidade aos pobres ainda que a lógica do mercado os empurre para o desespero quase absoluto.

Os *Kinois* se mantêm próximos à cidade por mil brechas de sobrevivência e se recusam obstinadamente a abandonar o local.

Fonte: DAVIS, Mike. *"Les petits sorciers de Kinshasa".* ***Le Monde Diplomatique.*** Set. 2006. Disponível em: <http://pagesperso-orange.fr/jacqver/texte/lespetitssorciers.htm>. Acesso em: 24 mai. 2008. (Livre tradução nossa de trechos selecionados).

2. Segundo olhar sobre a cidade de Kinsahsa

Chineses despertam Kinshasa

Após muito tempo de abandono, a capital está hoje em pleno processo de renovação. Uma efervescência relacionada aos investimentos de Pequim, o novo aliado do regime do presidente Joseph Kabila.

Especialistas relacionaram as relações comerciais entre a China e o continente negro nas discussões paralelas da 44ª Assembleia Anual do Banco Africano Desenvolvimento, realizada de 10 a 14 de maio em Dakar (...). Em Kinshasa, durante décadas, o tempo pareceu estar parado. *"Kin la belle"* se tornou *"Kin la poubelle"*, se afundou na imundície, os buracos se transformaram em crateras, as casas coloniais, lavadas pelas chuvas, apodrecem nos ombros das árvores centenárias que apenas as tempestades conseguem destruir. Agora, o tempo está voando, e a cidade é como um gigante a se reerguer fazendo suas juntas estalarem. Os visitantes ficam surpresos com a transformação do *Boulevard* 30 de junho, espinha dorsal que corre o risco de cortar a cidade em duas partes daqui em diante: muitas rotundas de trânsito foram eliminadas, as estátuas erguidas por Kabila pai e filho esperam por tempos melhores, o acostamento de terra central, onde ficavam pedintes e vendedores de jornais, foi suprimido.

Continuação

Em poucos quilômetros, é possível ver que o *Boulevard* tomou a forma de uma autoestrada de quatro pistas: os carros aceleram bruscamente para se lançar em corridas, sem se preocupar com pedestres... De madrugada, muitas equipes estão nas ruas: trabalhadores congoleses, comandados por homens baixos usando chapéus de palha, limpam a rua. Eles podam as árvores que ofereciam sombra aos pedestres. Observando a devastação, acabamos nos conformando: essas árvores extremamente velhas representam um perigo para a circulação e outros tipos de vegetações devem ser plantados pela prefeitura.

Em todos os locais da cidade, os canteiros de obras se multiplicam. A poderosa empresa chinesa *China Railway Engineering Company* (CREC, uma empresa pública especializada na renovação de vias férreas) usa suas máquinas em grandes eixos da cidade, como na Avenida do Turismo, à margem do rio, até o início da linha de trem, no bairro do campo militar *Kokolo*, do monte *Ngaliéma* (a oeste de Kinshasa) e ao lado de *Chanimétal* (empresa de construção naval). As imensas escavações estão em andamento, as sarjetas estão limpas**,** as áreas de erosão foram contidas, as bases de pedra ou de tijolos estão sendo demarcadas. Mais tarde, o concreto será derramado sobre estes locais. Célio, que nos acompanha na visita à cidade, fica maravilhado diante da magnitude dos recursos usados pelos chineses e da agilidade de seu trabalho. Ele destaca que a mão de obra congolesa é amplamente utilizada e paga com correção. O momento é de reconstrução, as empresas e os trabalhadores não estão descansando. Desde que o cimento passou a ser encontrado em abundância, todos aqueles que contam com os meios foram inseridos no processo de reconstrução. No bairro residencial de *la Gombe*, novos imóveis emergem da terra (ainda é possível ver as vigas de metal) enquanto bancos se instalam nas ruas. A nova burguesia do regime, que desdenha *Ma Campagne* ou *Binza*, os feudos dos partidários de Mobutu, agora escolhem o tamanho de seus lotes sob medida, como *Belle Vue* ou *le Cinquantenaire.* Discretos e eficientes, os chineses não trabalham apenas em grandes empreendimentos. Podemos encontrá-los também em bairros populares. Em *Yolo-Nord*, a família *Minh* abriu uma loja onde, por poucos dólares, podemos comprar rádios, calçados da moda, telefones celulares, brinquedos e bens de consumo que dão uma ilusão de abundância ao que resta nos bolsos mais modestos (...). "Estes chineses são bem aceitos", elogia Célio. "Eles vivem conosco, aprenderam o lingala mais rápido que os franceses e constroem seu lugar na cidade". Nem todos compartilham do mesmo entusiasmo. *Espérance* conta que já comprou quatro vezes um forno micro-ondas e se promete que na próxima vez ela não se deixará mais seduzir pelos atrativos oferecidos pelos chineses. As mulheres lamentam a nova concorrência representada pelos 'pequenos chineses' que vendem pão e legumes melhores que os congoleses.

Continuação

As vítimas mais modestas dos novos ricos

Inegavelmente, Kinshasa se move. Célio mostra o cruzamento por onde passará o cinturão periférico que vai contornar a cidade para chegar ao aeroporto. Lá, destacando que "a autoridade do Estado enfim se manifesta", ele explica que as construções irregulares foram destruídas para dar lugar à ampliação de um hospital. E, em frente à antiga estação de trem colonial, é possível ver as bases do futuro hotel *Rakeen* - grupo dos Emirados Árabes – (...). No entanto, nem todos se beneficiam do frenesi imobiliário. Aproveitando a fraqueza das autoridades, os novos ricos se dão o direito de expulsar sem pena "os intrusos", que se contam em centenas, sem indenização. Entre eles, dez padres barnabitas que tiveram que evacuar rapidamente a casa comprada há cinco anos no bairro de *Limete* e transformada em convento. (...) O advogado dos padres expropriados ressalta com amargura que, "por trás deste negócio, estão os grandes do regime, um deputado, dois diretores de empresa (...) eles querem transformar a casa em um hotel e nada pode fazê-los parar. Ainda que as feras tenham mudado de pelagem na política, Kinshasa continuará sempre sendo uma selva".

Fonte : BRAECKMANN, Colette. "*Les Chinois réveillent Kinshasa"*. ***Courrier International.*** 14 mai. 2009. Disponível em: <http://www.courrierinternational.com/article/2009/05/14/les-chinois-reveillent-kinshasa>. Acesso em: 20 mai. 2009.

ANEXOS

CAPÍTULO 3.2

ANEXO A – Capítulo 3 (3.2)

I. Números CONARE. Dados de 20 de junho de 2008

1. Refugiados no Brasil – nacionalidades com maior representatividade

Angola	1686	43,3%
Colômbia	528	13,5%
República Democrática do Congo	**301**	**7,7%**
Libéria	259	6,6%
Iraque	165	4,2%

2. Brasil. Solicitações de refúgio. País de origem: **República Democrática do Congo**

2005	**2006**	**2007**	**2008***
59	67	56	71

* Até junho de 2008. Não foi possível obter os dados de 2003 e 2004.

II. Números CONARE. Dados de 1º de junho de 2009

1. Refugiados no Brasil – Dados gerais em números absolutos.

4.131 refugiados

3.745 reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade.

386 reconhecidos pelo Programa de Reassentamento.

72 diferentes nacionalidades

2. Refugiados por continente de origem

África	2697	67,5%
América	905	19,5%
Ásia	411	10,1%
Europa	118	2,9%

3. Nacionalidades com maior representatividade de refugiados

Nacionalidade	**Refugiados**	**%**
Angola	1.687	42,1
Colômbia	551	13,4
República Democrática do Congo	**356**	**8,9**
Libéria	259	6,4
Iraque	188	4,5

III. Números Cáritas - RJ. Dados de 30 de junho de 2007

1. REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO – JUNHO DE 2007

PAÍS	**PESSOAS**	**PORCENTAGEM**
Angola	1301	71%
CONGO RDC	**153**	**8%**
Outros	387	21%
TOTAL**	**1841**	**100%**

Fonte: Estatísticas Cáritas - RJ

**Neste total estão incluídos todos os refugiados registrados no Rio de Janeiro, respeitando-se a divisão geográfica, ou seja, estão contempladas as regiões Norte e Nordeste.

2. RIO DE JANEIRO – SOLICITAÇÕES – 1992 a 2007

PAÍS DE ORIGEM: ZAIRE / REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

ANO	**1992**	**1993**	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Nº de solicitantes	0	**118**	4	5	1	1	2	4
ANO	2000	2001	2002	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Nº de solicitantes	7	4	6	**11**	**14**	**29**	**54**	**13**
Número total de solicitações **até junho de 2007: 273**								

Fonte: Estatísticas CÁRITAS – RJ / junho de 2007

3. RIO DE JANEIRO – SOLICITAÇÕES – PAÍS DE ORIGEM: R. D. CONGO

Nº de SOLICITAÇÕES – somente em 2008 **89 pessoas**

Nº de SOLICITAÇÕES – até dezembro de 2008 **265 pessoas**

Fonte: Estatísticas Cáritas - RJ

4. RIO DE JANEIRO – REFUGIADOS – PAÍS DE ORIGEM: R. D. CONGO

Nº TOTAL de REFUGIADOS RECONHECIDOS até setembro de 2009 237 pessoas

Nº TOTAL de REFUGIADOS RECONHECIDOS até dezembro de 2009 [5] 257 pessoas

[5] Dado estatístico fornecido posteriormente pela mesma fonte: Estatísticas CÁRITAS - RJ.

ANEXO B – Capítulo 3 (3.2)

I. Dados Cáritas – RJ – 31 de dezembro de 2008

1. Perfil dos Refugiados no Rio de Janeiro

SOLICITANTES DE REFÚGIO NO ANO DE 2008	
Países de origem *	**Número de pessoas**
Congo RDC	**89**
Angola	4
Gana	3
Costa do Marfim	3
Iraque	3
Libéria	3
África do Sul	2
Peru	2
Outros	8
TOTAL	**117**

Composição por gênero		
	Número absoluto	Percentual
Homens	**86**	**74%**
Mulheres	**31**	**26%**

Justificativa apresentada para a fuga	
Agente perseguidor	**Número de solicitantes de refúgio**
Governo	67
Forças rebeldes	12
Grupo étnico	4
Guerrilheiros	3
Violação de direitos humanos	29
Outros	2

Pareceres*		
	Número absoluto	Percentual
Opinião favorável ao deferimento (indica a concessão do *status* de refugiado)	**54**	**46% dos casos**
Opinião favorável ao indeferimento	**63**	**54% dos casos**

***** Em 2008, foram indicados 17 "países de origem" ou países de onde fugiram os solicitantes

2. Solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro – até dezembro de 2008

.Total de pessoas registradas	2142
.Solicitações analisadas e deferidas	1928
. Número de nacionalidades	42
.Países de origem com maior representatividade:	
. Angola	60,7%
. República Democrática do Congo (RDC)	**12,4%**
. Colômbia	10,6%

Composição por gênero

Homens	1562	72,9%
Mulheres	580	27,1%

Principais países de origem	**Solicitantes**	**Processos deferidos**	**Processos com decisão pendente**
Angola	1301	1297	4
Congo - RDC	**265**	**205**	**60**
Colômbia	227	162	65
Libéria	101	97	4
Cuba	40	24	16
Somália	21	11	10

Fonte: Cáritas – RJ, 31/12/2008 – Estatísticas CÁRITAS – RJ.

. Refugiados congoleses no Rio de Janeiro – até dezembro de 2008

265 PESSOAS solicitantes de refúgio
205 pedidos já foram deferidos (60 pedidos pendentes de uma decisão final)

219 CASOS de solicitação
52 são casos de "famílias"
167 são casos "individuais"

Composição por gênero:

179 solicitantes são homens
86 solicitantes são mulheres

Composição por faixa etária:

Até 04 anos: 4 pessoas
De 5 a 18 anos: 15 pessoas
Mais de 18 anos: 246 pessoas

Fonte: Cáritas – RJ, 31/12/2008 – Estatísticas CÁRITAS – RJ.

ANEXO C – Capítulo 3 (3.2)

Dia Mundial do Refugiado

20 jun. 2009

Segundo dados anunciados em relatório oficial apresentado pelo **Comitê Nacional para os Refugiados** em **20 de junho de 2009** – por ocasião do Dia Mundial do Refugiado – o Brasil possui 4.131 refugiados de 72 países, em sua maioria africanos (67% do total). Entre os africanos 42% são de nacionalidade angolana.

O Comitê enumerou o idioma, os laços históricos e a identidade cultural como principais fatores para que os refugiados da guerra civil de Angola escolhessem o Brasil como sua nova moradia. Esclarece que o número de angolanos refugiados ficou estável a partir do fim da guerra em 2002.

O **número de refugiados colombianos é o que mais tem crescido em 2009**. Já são 551 pessoas que representam 13,4% do total de refugiados no Brasil. **Em seguida vêm os cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), com 359**; da Libéria, com 259; e do Iraque, com 188.

Renato Zerbini Ribeiro Leão – coordenador-geral do CONARE – destacou que entre os 4.131 refugiados no Brasil, 3.745 foram reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade no Comitê e 386 foram reconhecidos pelo Programa de Reassentamento. Trata-se esse último de uma das soluções duradouras para o problema dos refugiados que não encontram condições de se integrar ao país de primeira acolhida e tampouco de retornar aos seus países de origem.

O CONARE e o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) apontaram a "pluralidade cultural" e o "espírito acolhedor" do brasileiro como as principais motivações para que muitos refugiados tenham escolhido o país, e não uma nação desenvolvida, como costuma acontecer.

Fonte: *Texto adaptado de GLOBO.COM [Portal G1]*. ***Africanos são maioria dos refugiados no Brasil, aponta relatório.*** *20 jun. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1201903-5602,00-AFRICANOS+SAO+MAIORIA+DOS+REFUGIADOS+NO+BRASIL+APONTA+RELATORIO.html>.Acesso em: 20 jun. 2009. Grifos nossos.*

ANEXO D – CAPÍTULO 3 (3.2)

Um pedaço do Congo no Rio

02 ago. 2009

Congoleses que fugiram da guerra civil preferem deixar seu país para morar em favelas cariocas, sem família e sem emprego

Fábio Grellet. Da sucursal do Rio

Terça-feira, 20h. Falta espaço na pequena igreja onde dezenas de africanos prestigiam o culto celebrado pelo pastor congolês L. O idioma é Lingala, falado em vários países da África. Após o sermão, um coral canta músicas religiosas em Lingala.

A cena, que se repete toda semana, não ocorre em nenhum país africano, mas *em uma favela localizada em Brás de Pina*, bairro da zona norte carioca que concentra boa parte dos 286 congoleses que trocaram o país de origem – palco de violentos massacres devido à guerra civil que se estende há anos – pelo Rio. O número é da Cáritas, ONG ligada à Igreja Católica que ajuda refugiados.

Segundo o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão do Ministério da Justiça, 364 congoleses vivem hoje no Brasil como refugiados.

Para ser refugiado, o estrangeiro precisa comprovar ser vítima de perseguição em seu país ou que morava numa região onde ocorre grave violação dos direitos humanos. A partir daí, recebe auxílio da ONU, do governo brasileiro e de ONGs.

Sem falar português (a língua oficial do Congo é o francês), sem trabalho, sem família - a maioria fugiu sozinha –, resta aos africanos se instalar numa região que ao menos concentre pessoas da mesma origem.

Mas um dos principais motivos para se instalar em Brás de Pina é a falta de dinheiro. "Na favela ninguém paga água nem eletricidade", diz o pastor. Mas Brás de Pina não é exatamente um lugar sossegado. "Os tiroteios eram tão comuns que decidi me mudar", diz P., 28, que vive em Duque de Caxias (a 35 km do Rio).

Depois de morar na rua, campeã de judô vira babá

E. tinha 20 anos quando se tornou campeã nacional de judô do Congo na categoria até 57 quilos. Como prêmio, foi convidada a viajar ao Brasil para disputar o campeonato mundial da modalidade, em setembro de 2007.

Ela sabia que uma guerra civil assolava seu país, mas nunca havia presenciado um confronto – nenhum havia ocorrido na região onde ela morava.

A poucos dias do embarque, a euforia pela primeira viagem internacional foi interrompida por guerrilheiros que invadiram a cidade onde morava (...).

Com estradas interrompidas, não chegou à capital do Congo a tempo de embarcar com sua delegação para o Brasil. Mesmo atrasada, viajou sozinha. (...)

Sem dinheiro nem documentos, chorando, E. pediu ajuda a outras pessoas, e um estrangeiro a avisou que em Brás de Pina havia muitos africanos. Foi até lá, mas não teve abrigo – a hospedaria mantida pela Cáritas era só para homens. "Fiquei dormindo na rua, na escadaria de uma igreja", conta E., que procurou os colegas judocas, mas soube que tinham voltado para o Congo.

Continuação

Após alguns dias, E. foi adotada por uma africana que deixa os filhos sob seus cuidados. "Trabalho como babá e não recebo nada, mas moro e como de graça", diz.

Com raras notícias dos familiares no Congo, E. sonha em voltar a treinar judô, mas não consegue dinheiro (...).

Espancado: Enfermeiro fugiu após ajudar vítimas da violência

O enfermeiro C. (não revelou o sobrenome), 28, trabalhava no Congo quando um confronto entre soldados e guerrilheiros deixou muitos feridos (...). "Primeiro, fiquei só dois dias na cadeia. Meus familiares pagaram fiança e fui solto. Mas, quatro dias depois, voltaram a me prender e então fiquei quatro meses". Afirma que todo dia era espancado. Com ajuda da família, ele fugiu de avião para o Rio, onde encontrou um amigo com quem divide uma casa.

Sindicalista fugiu sem saber para onde navio estava indo

"Eu era chefe de família e sustentava mulher e filhos. Hoje me sinto uma criança. Dependo do dinheiro dos outros para comer e até para tomar ônibus, porque não tenho nem R$ 2,20. Mas, se estivesse no Congo, não estaria vivo."

Estevan (nome fictício, pois ele preferiu não dar o verdadeiro), 51, resume assim seus sentimentos. Ex-presidente de um sindicato de portuários que fora comandado por seu pai e seu avô, foi perseguido no Congo.

Antes de sua casa ser invadida, Estevan fugiu pelo telhado. Depois soube que a mulher morreu na hora da invasão, vítima de um ataque cardíaco.

Auxiliado por amigos, fugiu do país embarcando clandestinamente em um navio. Mas nem imaginava para onde iria.

"Quando a viagem terminou, saí e me misturei aos estivadores. Chegaram a perceber que eu era clandestino, mas alguns desconhecidos me ajudaram."

Só quando não havia mais risco de ser preso, perguntou onde tinha ido parar. "Me disseram que eu estava no maior porto do Brasil", relembra. Era Santos (a 72 km de SP).

Estevan foi à rodoviária e conheceu um pastor carioca residente em Santos. "Ele me contou que no Rio havia uma comunidade grande de africanos, e então vim pra cá."

Atualmente hospedado no abrigo da Cáritas em Brás de Pina, Estevan chegou ao Brasil em 2006, e só há duas semanas conseguiu seu primeiro emprego: das 2h às 11h entrega legumes em restaurantes do Rio.

"Sonho fazer faculdade de gastronomia e trabalhar com isso no Brasil", conta ele, que encara o emprego recente como "um estágio" para a atuação como chefe de cozinha

"Sabia que eu seria morta se não fugisse"

P. trabalhava como secretária (...) "Passei a colher informações". (...) a espionagem foi descoberta. "Sabia que eu seria morta se não fugisse." Ela viajou de barco até Angola, onde passou alguns meses. "Mas havia acordo entre os governos. Se eu fosse descoberta lá, seria enviada de volta para o Congo."

A solução foi oferecida por um amigo, piloto de avião. Ele conseguiu o passaporte de outra mulher e entregou-o a P., que embarcou rumo ao Brasil com o documento. Ao desembarcar no aeroporto Tom Jobim, conheceu uma angolana que comentou sobre a concentração de africanos em Brás de Pina. (...) em 2008, deu à luz sua filha, brasileira. Simultaneamente, conseguiu ser aceita como refugiada.

Continuação

Depois, teve que aprender a língua portuguesa e procurar emprego. "Ninguém quer empregar alguém que tem um documento onde está escrito "refugiada". Além disso, eu ainda não falo português direito", diz P., desempregada.

"A saída é fazer bicos. No prédio da Central do Brasil (centro) tem muitos congoleses que trabalham como cabeleireiros", diz a moça, que recebe R$ 530 mensais da ONU.

_____

Colaborou Pedro Carrilho, repórter fotográfico.

Fonte: GRELLET, Fábio. "Um pedaço do Congo no Rio". **Folha de São Paulo.** 02 ago. 2009. Disponível (para assinantes) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0208200916.htm>. Acesso em: 05 ago. 2009. **Seleção de trechos e grifos nossos.**

ANEXO E – Capítulo 3 (3.2)

Entrevista _____

Local: Brás de Pina **Data: 14 jul. 2008**

Entrevistada: **U.**

Modelo utilizado: Guia de questões para entrevista aberta. História da migração [6].

Informações básicas:

Chegada ao Brasil: fevereiro de 2008 [7]
Idade: 21 anos.
Solteira.
Nacionalidade: congolesa.

A guerra e a saída do Congo.

A região de origem da família da entrevistada é a província de Equateur, onde a população é em grande maioria do grupo etnolinguístico *Bangala - Lingala*. U. explica que nasceu em Kinshasa. Seu pai, um militar congolês, foi transferido para a província do *Nord-Kivu*, onde ela cresceu e estudou normalmente até o ano de 2007. No final de 2007, a guerra chegou à área onde moravam – em *Saké* – próximo a *Masisi.*

_____

U. relata sua fuga do Congo: "Foi quando o presidente Kabila interrompeu o diálogo com os rebeldes. O presidente foi lá ao Nord-Kivu fazer um comício. O meu pai foi para o quartel". U. conta que ficou em casa com a mãe e dois irmãos mais velhos. A mãe dela fazia bolinhos e vendia no mercado. Também fazia o comércio de óleo de palma. Com os ataques dos rebeldes, tudo ficou ruim. A mãe não podia mais fazer os bolinhos.

U. é atleta, campeã nacional de judô – categoria 57 Kg. Recebeu um passaporte para vir competir no Rio de Janeiro com a delegação do Congo. Competir no Mundial do Rio era

[6] Verificar o modelo de entrevista realizada em: ANEXOS GERAIS, p.34.
[7] Na data desta entrevista U. morava há cinco meses no Rio de Janeiro.

muito importante para ela. Ela conta que sempre escondia o passaporte, pois achava que ia ser levada para "incorporação" aos rebeldes de Nkunda. Todos falavam isso para ela, porque as forças rebeldes de Laurent Nkunda queriam recrutar novos contingentes na região.

U. afirma que fugiu quando os rebeldes chegaram. Foi de barco até Kinshasa (...). Conta que chegou atrasada para o embarque com a delegação de judô. Foi até a sede da corporação e viu que todos já tinham ido embora. Ela tinha poucos conhecidos em Kinshasa, pois morou muito tempo no Nord-Kivu. Foi ao aeroporto para "ver onde estava escrito judô". Não achou nenhum "cartaz do judô" no aeroporto, nem encontrou ninguém da corporação. Perguntou pelo voo da delegação e não souberam informar. Dormiu no aeroporto e pegou o avião para Angola (onde tinha que fazer uma escala). O passaporte dela era especial – de atleta para a competição. Encontrou uma senhora que falava Lingala e entendia bem a maneira como ela falava. Veio para o Rio.

Chegada ao Brasil.

Ao desembarcar no aeroporto do Rio de Janeiro procurou muito por toda parte, mas não encontrou nenhum cartaz sobre o campeonato mundial de judô. Um senhor disse que sabia onde ficavam os africanos e que ia levá-la até lá. A entrevistada contou que logo encontrou um congolês, natural de Kinshasa, chamado **F.** Foi a primeira pessoa que a ajudou.

Refúgio.

Foram juntos para Brás de Pina. U conta que não dormiu: "Tinha medo de dormir". Na segunda-feira F. a levou até a Cáritas. Um amigo da família de congoleses onde U mora atualmente a acompanhou à Polícia Federal. Ela respondeu um formulário e recebeu documentos provisórios.

U. explica que "depois da entrevista com os advogados não demorou muito para começar a receber a ajuda financeira". Esperou a resposta do pedido de refúgio desde fevereiro até o final de abril de 2008 – quando conseguiu o *status* de refugiada.

Dificuldades enfrentadas nos primeiros tempos de refugiada e o movimento da rede de relações sociais para buscar alternativas

U. recebe R$ 300,00 de ajuda financeira do ACNUR/Cáritas. Informa que paga R$ 150,00 de aluguel. Diz que tudo o que quer fazer é voltar a treinar judô. Explica que a assistente social (da Cáritas) lhe falou que vai escrever para Brasília para pedir roupas para ela treinar.

Em julho, na ocasião da entrevista, ela já tinha ido a uma escola no bairro de Quintino, levada por um jovem congolês – amigo dos donos da casa onde está morando – para procurar informações sobre as aulas de judô. U. precisa de quimonos de judô para treinar e está em busca de ajuda para consegui-los. O "equipamento", segundo informa, custa R$ 250,00.

U. diz que precisa comprar uma roupa branca e uma azul (que usa para os treinos). Ressalta que é faixa roxa e que só falta um nível para chegar à faixa preta. Procura também um lugar bom para treinar.

Rede social de recursos relacionais. Correspondências e contatos feitos em busca de ajuda para o judô

a) Pesquisa realizada no Google enviada por um jovem refugiado congolês morador de Brás de Pina [8].

JUDÔ-CLUBES COMUNITÁRIOS EM 2008

1. JCREAC – JUDÔ COMUNITÁRIO INSTITUTO REAÇÃO
Avenida Niemeyer, 776 / 8º andar – São Conrado – Rio de Janeiro (RJ)
2. JCRJ – JUDÔ COMUNITÁRIO RIO DE JANEIRO
Rua Majoca, 73 – Brás de Pina – Rio de Janeiro (RJ)
3. ASSIDE – JUDÔ COMUNITÁRIO GALPÃO DA CIDADANIA
Rua Engenheiro Henrique Lussac, 95 – Mesquita (RJ)
4. CEMS – CENTRO ESPORTIVO MIÉCIMO DA SILVA
Rua Olinda Élis, 470 - Campo Grande – Rio de Janeiro (RJ)

[8] Impressa e entregue para o intermediador da entrevista levar para U. Ele se responsabiliza por traduzir e explicar para a jovem os contatos realizados e o que ela deverá fazer para ligar e falar com os professores de judô. Também se compromete a orientá-la sobre a localização e o trajeto ou conseguir alguém entre os congoleses para acompanhá-la.

5. JCCIG – JUDÔ CLUBE COMUNITÁRIO ILHA DO GOVERNADOR.
Rua Flamarión, 348 – Guarabú – Ilha do Governador – Rio de Janeiro (RJ).

b) Troca de e-mails

De: "reginapetrus"
Para: "graciecarlos"
Data: Mon, 28 Jul 2008 17:38:11 -0300
Assunto: En: Ajuda e UNIFORMES DE JUDÔ PARA JOVEM REFUGIADA DO CONGO

Prezado Carlinhos.

Segue um pedido de ajuda para uma jovem refugiada do Congo, atleta campeã de judô, chegada aqui há apenas dois meses. Peço que divulgue a mensagem para quem achar que pode ajudar. Se quiser, indique alguém para que eu possa procurar ou contatar por e-mail ou telefone.

Imagino que com a internet, ou por contatos com praticantes e atletas do judô e outras lutas orientais, talvez encontremos quem possa ajudá-la. Esta jovem congolesa, como muitos outros africanos, está no Brasil na situação de refugiada, portanto em uma situação legal, embora com documentos ainda provisórios, sob um estatuto jurídico de caráter internacional que lhe garante proteção do governo brasileiro – uma vez que o Brasil é integrante da convenção da ONU que trata dos refugiados e tem uma lei específica para refugiados desde 1997.

O nome dela é U. B. (iniciais). É uma jovem que entrevistei em Brás de Pina e que me contou a história de sua fuga do Congo, mais exatamente da região do Kivu Norte, em área próxima à cidade de Goma, nordeste do país, onde os conflitos entre as forças do exército do atual governo congolês e movimentos armados de oposição (incluindo "exércitos de países vizinhos") se intensificaram nos últimos tempos. Os ataques violentos à população da região local só vêm piorando.

U. contou que é uma atleta e que já foi campeã nacional de judô no Congo. Lutou também em outros países, ganhando vários campeonatos e medalhas. Neste momento, vive em condições bem difíceis aqui no Rio de Janeiro, em Brás de Pina, morando na casa de um casal de conterrâneos. Gasta com o aluguel da moradia metade da pequena verba de ajuda emergencial que recebe como refugiada recém-chegada ao Brasil – verba que é paga pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Como é comum entre refugiados que deixaram seus países em função de ameaça às suas vidas, U. encontra-se bastante angustiada e ainda em estado de total ansiedade. Tudo que ela quer agora é "voltar a praticar o judô para conseguir equilíbrio". Repetiu isso para mim muitas vezes. Ela já recebeu a indicação de um lugar para praticar o judô (acho que FAETEC – Quintino) e está pedindo

Continuação

ajuda para quem possa lhe arranjar dois "uniformes" (na cor azul escuro – número 160 ou 170 – para ela voltar a treinar). Insiste muito na cor azul e pede para eu dizer às pessoas que a faixa dela é roxa. Categoria 57 kg.

A história que U. me contou é das mais violentas que já ouvi de uma refugiada tão jovem, desde quando comecei a trabalhar com refugiados aqui no Rio de Janeiro – em 1997.

Quando me pediu que visse se poderia ajudá-la a conseguir com alguém conhecido os uniformes e um bom lugar para ela treinar, ela disse que ia escrever com a ajuda de um amigo (pois ela só fala francês e lingala, sua língua de origem) um pouco da história da sua migração forçada (mas só o que ela pudesse contar), para "todos entenderem porque ela precisa de ajuda".

Bem, vou anexar à mensagem a história que ela me enviou. U. B. só escreveu, logicamente, o que achou que devia ou podia (...) contar para as pessoas. Em comparação com o que me relatou em uma entrevista, a história é quase um "conto de fadas". **Mas é a história que ela quis contar.**

Agradeço se puderem divulgar o pedido dela ou se conseguirem os "uniformes".

Um abraço.

Regina.

Anexo(s): E.doc (32280 bytes)

O meu nome é ***.....****, eu sou do Norte Kivo (Masisi), mas nasci em Kinshasa, o presidente Joseph Kabila veio ao Norte Kivo e disse que não haveria mas negociação com o Laurent Kunda (rebelde) e os soldados que quisesem se juntar a ele viessem porque ele iria atacar L. Kunda. O meu pai ao ouvir isso foi-se juntar aos soldados do J. Kabila. O rebelde L. Kunda, quando percebeu que o seu exército havia diminuído, começou a pegar mulheres e homens para integrar ao seu exército à força. Como eu sou uma atleta, conhecida no Congo, lutadora de Judô, os rebeldes estavam-me procurando para me pegar para as forças do exército rebelde de L. Kunda. E isso coincidiu que a federação de judô me mandou o passaporte e bilhete, porque em dezembro de 2006 eu havia participado de um campeonato na capital (Kinshasa) e nesse campeonato, no meu peso menos de 57kg, eu tinha sido a campeã. Isso tudo foi-me enviado porque para que eu pudesse me encontrar com eles na capital para irmos juntos com a delegação participar do mundial de judô que aconteceria no Brasil. E nisso não havia como eu ir pegar o avião porque a cidade estava em desordem por causa do conflito. Nisso eu me perdi da minha família, mas como eu havia escondido o bilhete e o passaporte que a federação me enviou dentro de um saco plástico introduzi-os dentro da roupa de baixo para que não molhasse ou estragasse. Comecei a fugir e quando me dei por conta estava no*

Continuação

Libongo (porto), e lá havia um barco e me introduzi lá dentro. Nenhuma das pessoas que ali estava me complicou porque perceberam que eu era atleta. Dentro daquele barco eu me alimentava e dormia nos cômodos de uma senhora enferma que ali viajava até chegar a Kinshasa no porto do N'dolo, e de lá fui até o Siege onde tive a noticia que a delegação já havia partido dali. Fui até ao aeroporto e fiz chek-in e peguei o avião que antes de chegar ao Rio de Janeiro (Brasil) fez escala em Luanda (Angola). Dentro do avião percebi que um homem falava o meu dialeto (Lingala) e lhe perguntei se a competição de judô ainda estava em andamento e ele me disse que não sabia, mas quando chegássemos ao Rio de Janeiro ele perguntaria no aeroporto. Quando chegamos ao aeroporto do Rio eu fiquei procurando cartazes ou placas que dessem informações sobre a competição de judô no aeroporto todo mas não achava nada. Esse homem perguntou e lhe disseram que a competição de judô já havia terminado e ele me disse que me levaria onde ficam os nossos irmão africanos.Pegamos o ônibus até a rodoviária e chegando lá esse homem percebeu que eu estava distraída olhando para aqueles homens brancos que eu via só na televisão e fugiu levando a minha bolsa e tudo que eu tinha. Percebendo que estava só num lugar que eu não conhecia, comecei a chorar e nessa hora que eu estava chorando vi que tinha um homem passando com trajes africanos e fui até ele, e graças a Deus ele era meu conterrâneo e lhe expliquei a minha situação e ele me disse que me levaria a Cáritas (o lugar para os refugiados) mas como era domingo não tinha como ele me levar porque a Cáritas estava fechada, e ele me levou na segunda-feira. A minha historia é longa mas vou abreviar até aqui.

De: Flavio Canto (Instituto REAÇÃO) Para: reginapetrus@

Assunto: **RE: Ajuda/ uniformes de judô p/ jovem refugiada do Congo.**

Olá Regina,

Recebi sua mensagem. Não sei exatamente como poderíamos contribuir, mas será um prazer ajudar de alguma forma. Academias fortes pra ela treinar judô não é o problema. Tanto comigo (o problema é que é mais longe pra ela) ou perto de onde ela está. Preciso que ela entre em contato comigo para que eu possa entender melhor a situação (o que está fazendo, onde está morando, o que pretende, com o que sonha, etc.) e entender como posso ser útil. Não sei se ela tem acesso a e-mails, mas se tiver seria legal que ela entrasse em contato comigo. Ela pode escrever em francês que eu também falo. Fico no aguardo.

Abraço.

Flávio.

Telefones de contato:.....

ANEXO F – Capítulo 3 (3.2)

1. Tabulação de dados a partir das fichas do HSE – Pediatria. Projeto Piloto ASF.

- O público alvo do projeto piloto era de 100 crianças, a serem encaminhadas pela CACB.
- O projeto atendeu 62 crianças de julho de 2008 a abril de 2009.
- As crianças cadastradas pela CACB residiam em sua grande maioria em Brás de Pina e Duque de Caxias. Poucas residiam no Rio Comprido e no Centro da cidade.

Dados tabulados até o momento:

a) Cruzamento de 56 fichas médicas com 28 fichas do Serviço Social. Número total de fichas disponibilizadas – 84.

b) Nas 28 fichas do Serviço Social encontramos 13 crianças filhas de pai e mãe que se declararam congoleses ou filhas de mães que se declararam angolanas (do norte – grupo étnico *bakongo*) com pais que se declararam congoleses da RDC.

c) Nas 56 fichas médicas encontramos 30 crianças filhas de pai e mãe angolanos (*bakongo*) e 16 crianças filhas de pai e mãe congoleses, ou mãe angolana e pai congolês, ou mãe brasileira e pai congolês (um casal com dois filhos). Em 10 das fichas médicas constava que a criança era congolesa, mas não constava a origem dos pais.

Obs.: Os dados completos dos pais estão nos cartões de registro das crianças no Hospital – não tivemos acesso aos cartões. Somente as médicas pediatras e as profissionais do Serviço Social podem consultá-los.

Cruzando as fichas médicas com as fichas do Serviço Social foi possível trabalhar com informações e dados de 17 (dezessete) crianças filhas de congoleses (pais = A+C ou C+C ou BR+C) [9]: 4 nascidas no Congo RDC; 13 nascidas no Brasil. Quatro mães já chegaram grávidas ao Brasil.

Obs.: Todas as crianças nascidas no Congo são filhas de refugiados chegados em 2006, 2007 e 2008.

[9] A (Angola), C (Congo), BR (Brasil). Três destas crianças tinham somente as fichas de atendimento médico disponibilizadas para consulta.

Das 17 (dezessete) crianças selecionadas foi possível identificar os seguintes dados:

a) Período de vinda dos pais para o Brasil:

- **Década de 1990** – 9 crianças são filhas de pais que vieram como refugiados na década de 90.

3 crianças filhas de pais chegados em 1992/1993;

2 crianças filhas de pais chegados em 1994;

4 crianças filhas de pais chegados em 1998.

Obs.: Todos os pais solicitaram refúgio quando chegaram, mas nem todos cumpriram as etapas do processo até concluí-lo. Todos deste grupo residem em Duque de Caxias (no Centro, Engenho do Porto, Gramacho, Jardim Real).

- **De 2003 a 2008: 8 crianças são filhas de pais que chegaram de 2005 a 2008.**

Obs. 5 crianças residem em Brás de Pina; 3 crianças residem em Duque de Caxias. Neste grupo, todos os pais solicitaram refúgio quando chegaram.

b) Distribuição por faixa etária

4 crianças tinham menos de 1 ano de idade.

4 crianças tinham de 1 a 2 anos de idade.

6 crianças tinham de 4 a 6 anos de idade.

3 eram adolescentes com mais de 12 anos de idade.

c) Profissões declaradas pelos pais (ocupação atual ou já exercida no Brasil).

- 1 pai comerciante.
- 1 mãe professora.
- 1 mãe comerciante.
- 1 pai construção civil (pedreiro).
- 1 pai ajudante de caminhão de entulho.
- 1 pai empreiteiro de construção civil.

- 1 pai vendedor de uma empresa de alimentos.
- 1 mãe cabeleireira (profissional).
- 1 mãe "vendedora de bancada" (camelô).
- 1 mãe faxineira autônoma.
- 1 pai mecânico.
- 2 mães trançam cabelo em casa.
- 1 pai cabeleireiro.
- 1 pai construção civil (desempregado).
- 1 pai trabalha vendendo roupas de Angola no Brasil.

d) Motivos alegados para a busca do refúgio.

1- O pai trabalhava na campanha do presidente que não ganhou a eleição e por isso foi ameaçado.

2- Por causa da guerra na região deles.

3- Viagem com o marido; procura de melhores condições de vida.

4- Fugindo da guerra, motivo político; seu companheiro era político.

5- Por causa da guerra – declaração do próprio adolescente.

6- Questão política. Pai tem dupla nacionalidade (angolano e congolês) e parte da família está na Europa.

7- Perseguição política. Trabalhava com o candidato a presidente que perdeu.

8- A mãe foi ameaçada pela guerrilha, pois seu irmão trabalhava em uma empresa de telefone e ele também foi ameaçado (talvez por passar informações?).

e) Respostas à seguinte pergunta: "Quais são os maiores problemas (dificuldades em relação à moradia, alimentação, transporte, etc.) e o que melhorou na vida aqui no Brasil ?"

1. Não ter oportunidade de trabalho e o trabalho não ser compatível com o nível de escolaridade.

2. No Brasil há oportunidade de colocar o filho na escola e levá-lo ao médico sem pagar. É bem diferente da África, onde para tudo é necessário pagar. Mas não gosta do Brasil porque onde mora há muita violência. Saúde e educação são melhores no Brasil, mas as condições de vida não estão melhores.
3. Emprego. O padrão de vida continua o mesmo, sempre muito difícil. No Congo sua família tinha condições de ajudar. Aqui não conta com ajuda financeira deles.
4. O padrão de vida não mudou muito, mas no Brasil construiu uma família.
5. Não tinha casa, mas teve ajuda de amigos da sua terra que já moravam aqui / Casar e conseguir trabalhar como comerciante.
6. Mãe avalia que a mudança foi para melhor, pois diz ter sofrido muito no Congo.
7. Agora ter a responsabilidade de mãe. É muito difícil, pois o marido está em outro país.
8. Pai e a mãe tinham uma boa situação financeira no Congo e quando chegaram ao Brasil se depararam com o desemprego.
9. Mãe avalia que a mudança para o Brasil foi para melhor, pois tem acesso mais fácil à alimentação, moradia e banheiro dentro de casa.
10. Falta de dinheiro e violência.
11. Muita dificuldade para encontrar trabalho.
12. Encontrar um emprego.
13. A situação do mercado de trabalho. Muito ruim no geral e pior para eles que são congoleses.
14. Conseguir emprego.
15. Problemas com documentação.
16. Emprego.

Obs. Destaque para os que declararam que tinham melhor trabalho no Congo.

1. Mãe – trabalhava em uma empresa de comunicação.
2. Pai – trabalhava em centro de negócios internacionais.
3. Pai – era policial.
4. Pais – eram comerciantes.

5. Mãe – estudava pedagogia. Parou de estudar.
6. Pai – trabalhava no gabinete do secretário do partido.

f) Religiões declaradas.

Igreja Evangélica dos Africanos

Protestante; Evangélica Protestante; Evangélica Africana.

Protestante – Quimbanguista; Quimbanguista.

Pentecostal.

“Primeiro Católica e depois Batista”

Assembleia de Deus.

ANEXO G – Capítulo 3 (3.2)

ROTEIRO PARA ENTREVISTA NO SERVIÇO SOCIAL DO HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Entrevistada: Sra. Eva de Souza Machado – Chefe do Serviço Social do HSE.

Data: 28.04.2009

Local: HSE – Serviço Social.

Tipo de entrevista: Entrevista aberta a partir de roteiro apresentado à entrevistada.

Finalidade da entrevista: Conhecer o programa de saúde para refugiados como parte de pesquisa de tese de natureza científico-acadêmica com metodologia de informações diretas e trabalho de campo.

Preliminares:

1. Conversa prévia sobre possibilidades do evento proposto por Sra. Eva.
2. Apresentação do material já obtido sobre o convênio.
3. Entrega de material sobre refugiados e saúde que trouxe em cópia para a Sra. Eva. Indicações específicas no *Journal of Forced Migration – Health and social care.*
4. Verificar o material que a Sra. Eva havia fornecido no contato anterior e perguntar sobre possíveis alterações nas fichas utilizadas.
5. Apresentação das perguntas orientadoras do roteiro para apreciação da entrevistada.
6. Aprovação do roteiro pela entrevistada.

Dúvidas da pesquisadora sobre a construção de um perfil dos refugiados atendidos no Serviço Social do HSE:

- O que a entrevistada aprovaria e o que acrescentaria como critérios para a construção de um perfil dos refugiados congoleses?

Sugestões da pesquisadora:

- Por período temporal (1º ano / 2º ano, etc.) por faixa etária.
- Por nacionalidade.
- Por situação civil (sozinhos / solteiros / com família lá ou aqui).
- Por gênero.
- Com parentes aqui, embora tenha vindo sozinho.
- Apoio familiar aqui ou do Congo e outros países.
- Refugiados já com o status reconhecido pelo CONARE.
- Solicitantes de refúgio.
- Perfil socioeconômico.
- Perfil educacional / nível de escolaridade.
- Perfil por ocupação profissional / formal / informal / desempregados.

Itens a serem explorados em fala livre da entrevistada:

- Percepção da entrevistada sobre o programa para os refugiados no HSE, a partir de seu lugar como responsável pelo Serviço Social e da posição de quem está efetivamente à frente do programa.
- Participação dos diversos setores ou pessoas específicas do hospital.
- Conhecimento do programa por parte do pessoal que atende os refugiados (médicos, enfermeiras, outros profissionais de saúde, apoio, etc.).
- Formas como os pacientes brasileiros veem os estrangeiros / preconceito / reclamações / comentários negativos, etc..
- Outros temas relevantes.
- Pergunta-chave: Poderia falar um pouco mais do que entende como um atendimento em perspectiva global de saúde aos refugiados, a partir da sua experiência e do que já conversamos em outras ocasiões sobre a implantação do programa de atendimento dos refugiados no HSE?

ANEXO H1 – Capítulo 3 (3.2)

VISITA A LOCAL DE PRÁTICA RELIGIOSA E CONCENTRAÇÃO DE CONGOLESES

Primeiro Culto na Igreja Evangélica Congolesa em Brás de Pina.

Data: 24 de agosto de 2008. Domingo. 18h.

Observações iniciais: O convite do pastor para assistir ao culto foi agendado em entrevista realizada na casa dele e confirmado por telefone. Foi concedida uma autorização para a presença da professora que trabalha em parceria com a pesquisadora em um projeto cultural da CACB. Ela fala e compreende muito bem o francês.

A igreja congolesa localiza-se ao final da rua do canal que passa bem atrás da casa do pastor – antes da entrada da favela propriamente dita. Fica bem próxima à Av. Brasil. O lugar é uma espécie de pequena garagem. Tem umas 20 cadeiras e um pequeno púlpito de madeira escura. O fundo do espaço da igreja está forrado com um tecido da cor vinho. O lugar é muito simples, mas as pessoas chegam muito bem arrumadas para participar do culto, especialmente as mulheres.

Minha acompanhante vai organizar e realizar comigo uma atividade coletiva com as "mamas" congolesas; fala francês muito bem, atuando também como intérprete para me ajudar a entender as conversas e o culto propriamente dito.

Chegamos antes do início do culto. Fomos recebidas pelo pastor e sua esposa. Entrei apenas com um pequeno caderno e perguntei se seria possível anotar algumas observações sobre o culto. O pastor permitiu. Não levamos máquina fotográfica, nem gravador; nada que pudesse causar qualquer constrangimento.

Encontro algumas senhoras que já conheço de idas às casas das famílias para entrevistas em Brás de Pina. Ao longo do culto percebo que já conhecia (das minhas visitas à Cáritas) duas das outras moças mais jovens e, também, alguns senhores – estes, desde as primeiras visitas ao coral da Catedral Presbiteriana.

A igreja está cheia.

O Culto

O culto é calmo, em um tom geral de recolhimento e tranquilidade. Não se parece com os cultos das igrejas evangélicas brasileiras; tem uma liturgia diferente, própria das igrejas africanas. As canções são muito bonitas e cantadas a várias vozes. A leitura principal é sobre o povo do Egito: a viagem para Canaã; o deserto e as dificuldades do caminho, a perseverança.

O pastor fala aos fiéis posicionando-se na frente do púlpito, em torno do qual dá algumas voltas ao longo da pregação. Há uma marcação de ritmos africanos durante os hinos e cantos – com batidas fortes do pastor na madeira do púlpito – acompanhada com palmas e batidas de pés pelos presentes. As canções são cantadas em lingala. Algumas parecem ter trechos ou refrões em kicongo.

O início do culto é falado em lingala (com algumas palavras pronunciadas em francês). O próprio pastor procura traduzir para nós a parte inicial. Ao longo do culto ele passa a falar primeiro em português, pergunta quem não entendeu direito e, rapidamente, traduz para as outras línguas (lingala e kicongo). Explica a todos os presentes que está fazendo assim não só pelas visitas, mas porque é importante que as horas que os congoleses passam no culto sejam produtivas para aprenderem o português.

Após a leitura, a preleção do pastor tem como fio condutor a interpretação de metáforas que frisam a idéia de "não ficar parado". A fala mais direta e insistente para os presentes é "não ficar só reclamando; agir; minimizar os problemas para poder enfrentá-los" (...). "Cada um tem que fazer o seu caminho. Nada de vir aqui para ouvir o que agrada aos ouvidos, ouvir dizer que é fácil (...). Nada de prometer milagres. O trajeto da vida exige muito esforço. E é difícil (...)".

Ele faz alusão à imagem da resistência do Cristo no caminho por onde carrega a cruz. Faz muitas referências e analogias entre o caminho do povo de Abrahão e os caminhos dos africanos que são migrantes, que deixam suas casas e procuram novas terras. A fala é belíssima (...). Comovente e muito realista.

Ao final do culto, o pastor nos chama para "uma palavra" aos fiéis ali presentes. Somos devidamente apresentadas e explicamos o nosso trabalho com as oficinas de histórias

da tradição oral congolesa. Marcamos um primeiro encontro [10] para fazermos algumas atividades com as "mamas" – com o objetivo de conhecer melhor como as mulheres congolesas vivem e de que forma veem a sua situação aqui no Rio de Janeiro. Explicamos muito rapidamente alguns pontos que gostaríamos de abordar com elas. O pastor endossa a nossa fala; diz que é importante que todas participem, venham escutar sobre a proposta das professoras, dizer o que pensam e como querem participar.

Pontos elaborados para o encontro com as "mamas", apresentados pelas professoras para avaliação do pastor.

- Levar algumas histórias de origem africana para contar para as "mamas".
- Elementos motivadores da memória e das falas.
- Qual é o papel da mulher no Congo? Na sociedade e na família? Como é ser mulher, mãe, esposa, na situação do refúgio?
- Sobre as crianças: nascimentos aqui e lá. Como educar? E os costumes? E a escola? Problemas? Hábitos alimentares da família e das crianças.
- A tradição da língua e do jeito de se comportar; os hábitos e valores que os congoleses trazem para cá. Como é viver essas duas realidades?
- E a igreja? Projetos? Qual a importância para elas?
- Problemas de saúde das mulheres e das crianças? A quem recorrem? Aonde vão? Como se tratam? Como as crianças são tratadas?
- Sobre a transmissão da cultura. Falar da família, da vida no Congo. Manter algumas tradições. Contar histórias.
- Têm notícias sobre a situação no Congo? Sobre o que está acontecendo lá atualmente? O que podem falar para compreendermos melhor. O que acham das notícias muito divulgadas sobre as mulheres como alvo de guerra? Dos raptos e dos estupros?
- A proposta inclui conversar com as mães sobre a ajuda que o pastor e algumas delas poderiam dar ao projeto Ambulatório Sem Fronteiras / Pediatria do HSE para organizar melhor o atendimento das crianças que residem em Brás de Pina. Muitas

[10] O encontro foi marcado para uma quinta-feira, dia 28 de agosto. Chegaríamos às 18h. Foi explicado que quem não tivesse com quem deixar as crianças poderia trazê-las. As atividades estavam previstas para acontecer das 19h às 21h.

crianças estão faltando às consultas marcadas, embora tenham sido inscritas pelos pais no programa a partir dos esforços da CACB (leia-se Sr. Berry, então secretário de organização) e tenham sido avisadas sobre as datas. Qual / Quais o(s) motivo(s) das faltas? O que acham da idéia do ambulatório (ASF) no Hospital dos Servidores?

ANEXO H2 – Capítulo 3 (3.2)

RELATO DE VISITA A LOCAL DE PRÁTICA RELIGIOSA E DE SOCIALIZAÇÃO DOS CONGOLESES

Data: 18 de setembro de 2009. Domingo.

Local: Igreja Evangélica Africana de Brás de Pina / Assembleia de Deus.

Hora: 19 h / 20 h. **Intermediação:** B. **Recepção:** Pastor L.

Observações iniciais:

O **pastor L.** nos recebe. Explica que a comunidade de Brás de Pina está crescendo e que "a garagem" que ele reabriu para os cultos desta nova igreja – após a partida do **pastor D.** – estava muito pequena. O novo local está em obras (com a ajuda da Assembleia de Deus) e, realmente, é bem espaçoso.

Há instrumentos amplificados – um teclado eletrônico e um grande atabaque. Enormes alto-falantes e vários microfones.

De acordo com o pastor L., a maior frequência é de congoleses residentes na localidade e alguns que vêm de outros bairros. Destaca, contudo, que já há dois brasileiros frequentando os cultos e aos poucos estão chegando mais alguns (maridos, namoradas, etc.). O pastor explica que as igrejas evangélicas (como a Assembleia de Deus) já são bastante comuns no Congo e se expandem muito rapidamente. Outros pastores congoleses já vieram visitar a Igreja em suas novas instalações. Por outro lado, pastores congoleses que vivem no Brasil também vão ao Congo com alguma frequência.

Neste dia da visita está presente ao culto um pastor chegado do Congo que está passando algum tempo aqui para ajudar a fortalecer a Nova Igreja Evangélica Africana. Antes do início do culto propriamente dito ele é apresentado aos fiéis e faz uma rápida saudação a todos.

O culto

O culto é falado em francês e lingala. Os cantos são todos em lingala.

Todo o culto, inclusive alguns cantos, tem tradução simultânea para o português feita por uma "professora brasileira" (que parece ser casada com algum dos congoleses). Ela traduz o francês e o lingala com muita habilidade e rapidez.

Antes da pregação há muitas músicas. Eles tocam o atabaque e batem palmas em ritmo africano. A forma de cantar é bem ao estilo das igrejas evangélicas aqui no Brasil – som bem alto, instrumentos amplificados, gestos com as mãos, etc. Em alguns momentos, contudo, há canções com ritmos africanos e somente percussão, que são acompanhados com palmas e marcações com os pés por todos os fiéis.

Além do pastor L., há dois pregadores: um "mais velho" da comunidade local e outro congolês que dá aulas de português no curso da Cáritas quando o pastor L. está viajando ou não pode ir [11].

Participam do culto cerca de trinta pessoas, de várias idades, homens e mulheres (algumas bem jovens, com crianças pequenas e bebês de colo). Há muitos rapazes jovens entre os fiéis. Os pastores e pregadores conduzem o culto de forma bem semelhante aos cultos da Assembleia de Deus aqui no Brasil. Eles vestem ternos (como os pastores da televisão; ternos bem cortados e até com bordados rebuscados nas mangas) e/ou roupas sociais, muito ao estilo clássico, o que também caracteriza a vestimenta da tradutora.

A liturgia é a mesma das igrejas evangélicas brasileiras. Há inclusive um momento para depoimentos, ao microfone, de quem deseja relatar alguma graça obtida ou contar um milagre. O que realmente identifica a nacionalidade dos fiéis é a língua, além de algumas músicas e ritmos marcados pelo atabaque (...).

Observações finais

Não assistimos a todo o culto. Costuma terminar por volta das 21h30, mas precisávamos nos retirar às 22h e ainda não havia terminado.

A um sinal nosso, o pastor L. vem despedir-se. Gentilmente, agradece nossa presença, fala dos projetos de melhoria do espaço. Mostra a parte onde estão construindo os banheiros e o local que futuramente será uma sala para atividades diversas da comunidade. Agradecemos a recepção e a autorização para fotografarmos o espaço e o culto.

[11] O pastor L. é o professor principal do curso da Cáritas.

ANEXO I – Capítulo 3 (3.2)

ÁREAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE MORADIA DOS CONGOLESES.

1. Áreas do município do Rio de Janeiro:

- Bairro de Brás de Pina.
- Centro e adjacências (Estácio, Riachuelo, Bairro de Fátima, Saúde, etc.).
- Área atrás da Central do Brasil - ruas próximas ao Terminal Rodoviário A. Fontenelle.
- Outros bairros do subúrbio: Irajá e Inhaúma.

2. Áreas do município de Duque de Caxias [12]:

- Centro e áreas próximas (no Centro de Caxias a maior concentração é nos bairros Engenho do Porto e Vila Ideal).
- Distrito de Gramacho.
- Outros distritos de Duque de Caxias (Saracuruna, Jardim Primavera, etc.).

LOCAIS DE REFERÊNCIA PARA A PESQUISA DE CAMPO.

1. Centro da cidade do Rio de Janeiro e adjacências.

a) **Central do Brasil**. Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, atrás da Central do Brasil [13]. Salões de cabeleireiro localizados no espaço de comércio entre o prédio da Central do Brasil e o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle. O nome oficial do local é Centro de Comércio Popular ("Camelódromo da Central").

b) **Praça Tiradentes**. Um ponto de referência importante é o "salão-afro", próximo ao Teatro João Caetano. Outro ponto de referência é a Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro. Ali

[12] "Desde meados dos anos 80 concentravam-se próximo ao Centro de Duque de Caxias "refugiados" e outros imigrantes vindos de Angola para o Rio de Janeiro, em sua maioria pertencentes ao grupo etnolinguístico *Bakongo/Kicongo*. Ao longo do tempo passaram a residir na área e nas proximidades imigrantes em diversas situações jurídicas, provenientes dos três países já citados (Angola, Congo-RDC e Congo-Brazzaville). Mais recentemente, o recrudescimento dos conflitos internos na República Democrática do Congo e o agravamento de questões políticas naquele país acrescentaram novos contingentes de refugiados à população na referida área". Fonte: FRANCALINO, João Henrique; PETRUS, Regina. "Dinâmicas de afirmação e re-significação de identidades. Um projeto cultural em construção com refugiados e imigrantes congoleses e angolanos". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVI, n. 31, pp. 532-544, 2008.

[13] Alguns congoleses refugiados, mais jovens, moram perto deste local.

são realizados os ensaios e ocorrem algumas apresentações do Coral Africano Amor do Senhor.

c) **Bairro do Estácio.** O ponto principal e mais antigo de referência ainda é a Igreja Quimbanguista. Localiza-se nas proximidades da Rua Carmo Neto.

2. Município de Duque de Caxias:

a) **Centro**. Bairro do Engenho do Porto. Próximo ao terminal rodoviário de ônibus expressos para o Rio e ao Restaurante Popular.

b) **Distrito de Gramacho.** Próximo à estação ferroviária e à Avenida Presidente Kennedy.

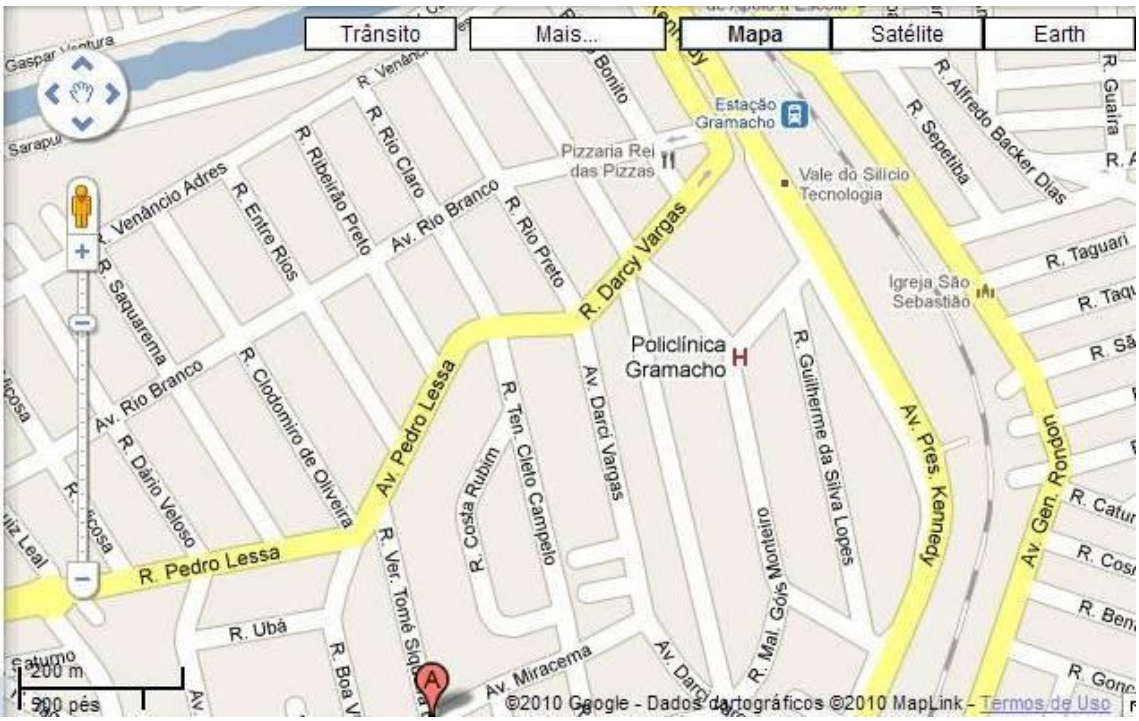
3. Brás de Pina:

a) **Referência do local das primeiras entrevistas:** algumas casas localizadas próximo ao terminal rodoviário do viaduto da Penha.

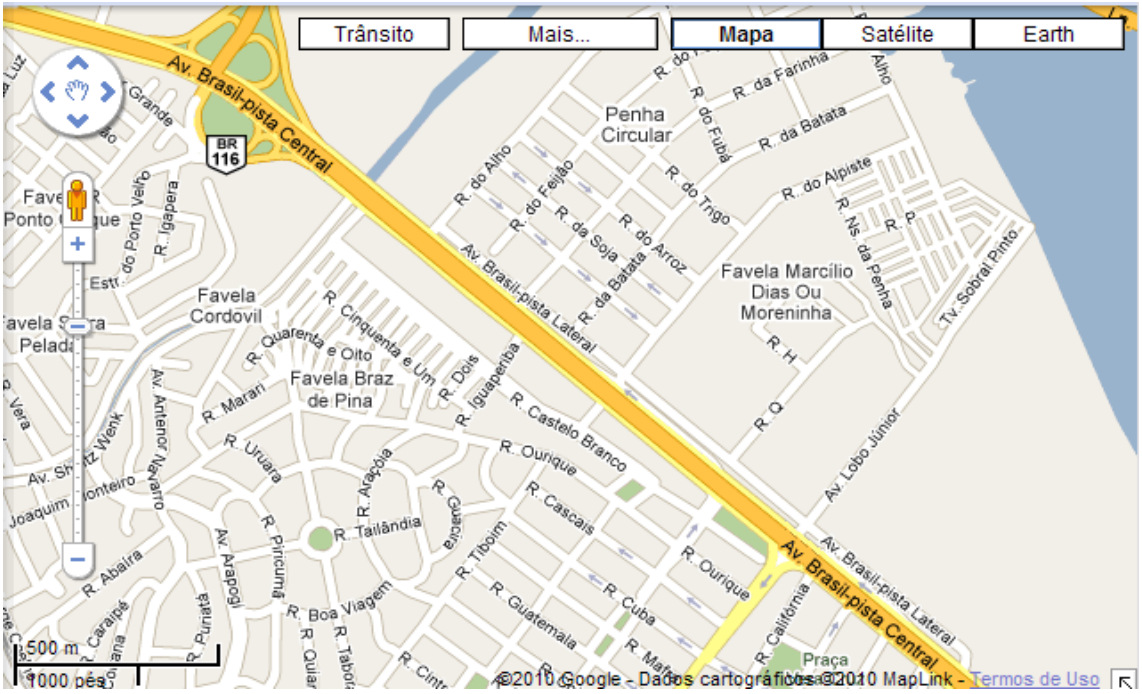
b) **Referência para as demais visitas e atividades em Brás de Pina:** a área de maior concentração de moradia dos congoleses está situada no conjunto de favelas de Brás de Pina.

Pontos de referência na área central do Rio de Janeiro (Fonte: Google Maps)

Áreas de referência no Centro do município de Duque de Caxias (Fonte: Google Maps)



Distrito de Gramacho – Município de Duque de Caxias (Fonte: Google Maps)



Áreas de referência em Brás de Pina (Fonte: Google Maps)

Nova área de concentração de moradia: Irajá
Trajeto moradia – Sede da Cáritas (Fonte: Google Maps)

Nova área de concentração de moradia: Inhaúma
Trajeto moradia – Sede da Cáritas (Fonte: Google Maps)

ANEXO J – Capítulo 3 (3.2)

Entrevista semi-dirigida _____ Data: 05 jul. 2008

Local: Central do Brasil.

Tipo de entrevista: MODELO 1. Semidirigida.

Observações iniciais:

Não há uma "conversa mais solta" antes da entrevista entre a pesquisadora e o entrevistado. A conversa inicial do entrevistado é somente com o intermediador/tradutor. Estamos sentados em cadeiras no final da alameda do "camelódromo" onde se concentram os cabeleireiros de congoleses. Em frente ao que parece ser uma birosca um tanto improvisada que vende cervejas e refrigerantes.

O entrevistado afirma para mim que não entende quase nada de português. Explica, em francês, que prefere que o intermediador traduza as perguntas e as respostas. É uma entrevista difícil e demorada. Desculpo-me, em francês, e explico que posso entender um pouco se ele falar bem devagar. São dadas todas as explicações de praxe sobre a pesquisa: quais os objetivos; a forma de fazer a entrevista; as regras de responder somente o que quiser e acrescentar pontos que desejar; o compromisso de sigilo do nome do entrevistado, etc..

O entrevistado faz perguntas em lingala ao tradutor e eu espero que ele (o mesmo tradutor) explique o dobro de coisas para o entrevistado. Todas as autorizações são dadas; confirmadas através de gestos de que posso anotar o que ele falar no papel. Começamos muito lentamente. Aos poucos o entrevistado demonstra que quer falar muitas coisas. Parece muito angustiado. Pergunto se prefere apenas conversar. Ele diz que não há problema em conceder a entrevista e que o tradutor/intermediador já explicou tudo para ele. Ele fala lentamente, em francês, que gostaria de ajudar na pesquisa. Durante a entrevista, pergunta algumas vezes ao tradutor se "professora está compreendendo". Faz gestos para se fazer entender. Fico com a impressão de que ele é bem mais jovem do que declara logo no início da entrevista.

1. BJ.
2. 23 anos.
3. Solteiro.
4. Não tem filhos.
5. Tem uma irmã no Congo. Ele é o filho mais velho.
6. Estudava no ensino médio na RDC.
7. Parou de estudar em março de 2007. Estava vivendo em Goma, província de Nord-Kivu, na região de Masisi.
8. Chegou ao Brasil em 14 de fevereiro de 2008.
9. Ele saiu da capital – Kinshasa.
10. Nasceu na capital. Saiu de lá para o Nord-Kivu com 6 anos de idade.
11. _____
12. Os pais são originários da província de *Kasai Orientale*.
13. A língua materna dos pais é *Tshiluba.*
14. _____
15. Ajudava no comércio que a família fazia.
16. Chegou ao Brasil de navio.

A entrevista semidirigida é interrompida. O entrevistado começa a contar, falando muito rapidamente, como conseguiu sair do Congo, o que havia acontecido à família, etc..

Conta que tropas do líder rebelde Laurent Nkunda chegaram batendo nas portas, perguntando quem queria ser soldado. Em caso negativo, as pessoas eram levadas. Aconteceu um ataque repentino à casa da sua família. Bateram muito em suas pernas. Prenderam várias pessoas num container e colocaram fogo na mata.

Ele fugiu do Kivu com outros homens e rapazes e encontraram uns comerciantes. Foram para o Quênia. Ao chegar lá, se depararam com outros conflitos. No Quênia as pessoas suspeitavam que o presidente Kabila ajudasse os rebeldes. Alguns senhores deram um pouco de dinheiro para eles. Logo foram trabalhar como estivadores, colocando mercadorias nos navios (...).

Conta que entraram no navio antes da tripulação. Quando o comandante do navio descobriu, mandou que descessem em Santos e deu um dinheiro para eles irem embora (para evitar problemas para ele mesmo) e explicou como deveriam fazer. Receberam R$ 150,00

para virem para o Rio de Janeiro. Eram três rapazes. Como eles falavam lingala, trouxeram os três para a Polícia Federal e depois os levaram até a Cáritas.

BJ. começa a falar muito rápido. Afirma que o pior sempre é a falta de contato com os parentes ou amigos. Não conseguiu fazer nenhum contato com o Congo. Fala sobre isso várias vezes, sempre muito rápido.

Ele diz que tem que ir ao aeroporto para pegar o papel – "o protocolo" – para renovar, de acordo com orientação recebida na Cáritas. Quer saber como chega ao aeroporto. O tradutor explica para ele. Dá sinais de ter compreendido.

BJ. fala que a maior necessidade que tem, no momento, é arranjar um trabalho. Explica que tem que conseguir curar logo a sua perna. Ele está fazendo um tratamento. Foi encaminhado pela Cáritas para o Hospital dos Servidores do Estado. Conta que a assistente social do hospital já o conhece e que o "ajuda a passar logo para o médico porque ele se cansa muito".

Afirma que paga R$150,00 pelo aluguel e alimentação em uma casa de congoleses. Não foi possível compreender bem onde mora. Parece que mora perto do local onde estamos.

A partir deste ponto, entramos em uma conversa de gestos, com meu Francês lento, arrastado e corrigido pelo tradutor, misturado com perguntas em lingala que o tradutor me repassava em Português (!). Tomamos refrigerantes e agradeço muito a entrevista. Desejo boa sorte no tratamento. Falamos sobre o hospital e ele parece feliz em me ouvir dizer que "o tratamento lá é bom", que "vai ficar curado" e, especialmente, de saber que conheço a assistente social do HSE.

Terminamos o encontro em situação mais tranquila e com ânimo geral muito melhor do que começamos.

.....

Entrevista _____ Matéria exibida na TV aberta [14]

Programa Wagner Montes. Data: 09.10. 2009.

"Mulher se perde dos filhos na guerra"

Apresentador: Wagner Montes.

"O que você vai ver agora? É a história de uma mulher que se perdeu dos filhos durante uma guerra. Ela tem quatro, e fugiu da África com um deles. Vamos lá, com Felipe Pereira".

FP. *"Wagner, hoje eu estou aqui em Caxias, no bairro de Gramacho, na Baixada Fluminense para te contar uma história; um drama que parece de filme de ficção, mas não é não! É pura realidade. É a história de Luadi Ukembe. Ela não é brasileira. Ela veio para o país, da República Democrática do Congo, um país que vive uma guerra civil há várias décadas. Onde milhões de pessoas já morreram por causa dessa guerra. E esse foi o motivo que a fez embarcar em um avião escondida e chegar há 8 meses aqui ao Brasil, em abril, no começo desse ano."*

FP. *"Foi para fugir da guerra que você veio parar aqui no Brasil, mas quando você embarcou no avião não sabia qual seria o destino."*

L. *"Não sabia, não. Não sabia. Fui parar só aqui no Brasil."*

FP. *"Agora (...) a decisão de fugir, de se tornar uma foragida, uma refugiada – hoje você é refugiada aqui no Brasil (...) mas a sua decisão foi simplesmente por causa da guerra. Como é que é esse drama? Como é que é viver num país que sofre com uma guerra já há muitos anos?"*

L. *"É muito difícil. Muito difícil. Eu até agradeço a Deus vir parar em Brasil... Quero só ficar já aqui (...), com certeza Deus vai ajudar (...). As pessoas de boa fé vão aparecer para trazer minhas filhas para aqui; para ficar aqui."*

FP. *"Pois é. Você veio para o Brasil (...) com a sua filha pequena... A Lauadi chegou ao Brasil acompanhada da filha mais nova – a pequena La Reine, de 1 ano e 6 meses. Mas lá no Congo ficaram o marido e outras três filhas. As três filhas mais velhas. Ela não teve tempo de*

[14] MULHER se perde dos filhos na guerra. Apresentação de Wagner Montes; Reportagem de Felipe Pereira. Rio de Janeiro: Rede Record, 2009. Disponível em : <http://www.recordrio.com.br/videos.php?sid=3655>. Acesso em: 12 dez. 2009. Transcrição integral. Tradução nossa.

trazê-los para cá. Foi tudo feito às pressas e ela embarcou no avião apenas com uma pequena bolsa; com algumas peças de roupa".

L. *"É. Só as coisas da La Reine. Só. Que tão lá na bolsa."*

FP. *"E como você conseguiu embarcar nesse avião?"*

L. *"A gente de boa fé que tava lá. Como eu tava com a criança (...), não ia conseguir correr não. Ele falou, não, vamos (...) pra você, se aparecer o avião, você sobe lá pra você fugir."*

FP. *"Sem conseguir emprego ela sobrevive com a ajuda de vizinhos. E fazendo tranças afro nos cabelos das pessoas que a procuram em casa."*

L. *"Pago 'renda' da casa, pago telefone, pago luz, dinheiro acaba. Enfim tem gente que sabe que eu tranço cabelo africano. Aí eles às vezes vêm; pagam 20 reais, 30 reais, eu tranço o cabelo."*

FP. *"Da família que continua vivendo no Congo hoje Lauadi tem apenas poucas lembranças. Apenas três fotos que mostram a família e duas das outras filhas, Joana de 10 anos e Liege de 16."*

L. *"Assim, quando eu penso nas crianças, eu não cozinho toda hora não. Por causa das crianças. Eu fico pensando, quando eu penso nas crianças..."*

FP. *"A saudade aperta, né?"*

L. *"Eu fico... Tô sozinha... Só com a filha. As filhas que tavam lá foram mais pra outros sítios. Foram mais noutro lugar. As filhas que tavam lá eles levaram para outro lugar para fugir porque os rebeldes entraram lá. Não tão elas mais lá não."*

FP. *"A cidade onde a sua família vive, onde você vivia, é uma zona de conflito, foi invadida por guerrilheiros. Elas acabaram tendo que fugir indo para outro lugar. E a família do seu marido não sabe mais onde eles estão."*

L. *"Não sabe mais não. Deus vai ajudar. Porque eu não sabia que vinha parar aqui no Brasil... Mas o mais importante é ter saúde, não ficar doente; não ficar doente pra poder esperar elas".*

FP. *"Qual o seu maior sonho hoje? Conseguir um trabalho pra não depender mais de outras pessoas. Que tipo de trabalho você gostaria de ter? E também de trazer a sua família para o Brasil... Qual o seu maior sonho hoje?"*

L. *"É isso que falo. É tipo só pra trabalhar num salão. Só."*

FP. *"Gostaria de trabalhar em um salão de beleza."*

L. *"É. Só. Num salão de beleza. Pra conseguir sustentar elas."*

FP. *"E a sua vontade é conseguir juntar dinheiro para quê? Para comparar as passagens aéreas?"*

L. *"Pra comprar as passagens para elas virem aqui. Mas eu não tenho dinheiro não. Mas eu tenho fé (...)* [15] *".*

Algumas anotações sobre as imagens exibidas em "*close*" no vídeo [16]

- A mãe com panos africanos amarrados no peito, colocando a criança nas costas.
- A mãe mexendo na bolsa para pegar o passaporte e os documentos.
- Imagens dos documentos da menina.
- *Close* no passaporte da menina.
- É possível ler (...): Nome: La Reine Konbe. País de nacionalidade: República Democrática do Congo. Tipo de pedido: Ren... (A continuação da palavra está ilegível). Também é possível ler a palavra "Refúgio".
- Filmam bem de perto outro documento. É da Defensoria Pública. Comarca de Duque de Caxias. Vara de Infância, Juventude e Idoso. Número do processo: xxxxxxx. "Andamento de pedido de guia para Polícia Federal e consulado para saber se existe CNE em nome da menor e da mãe, e se a filha tem um registro no Congo".

.....

[15] Neste ponto há um corte final no vídeo exibido no link acima indicado.
[16] Ver em Capítulo 2, p. 126, em trechos de entrevista realizada com o diretor da Cáritas – RJ, a questão das formas "positivas e negativas" de se dar visibilidade à presença dos refugiados no Brasil.

ANEXO K – Capítulo 3 (3.2)

RELATO DE VISITA À CASA DE QUATRO JOVENS REFUGIADOS.

Conversa em grupo. **Questões livres**. **Data: 04.08.2008**.

Local: Gramacho.

Objetivo: Conhecer as condições de moradia de jovens refugiados em Gramacho.

Acompanhante/tradutor: Sr. S. – refugiado congolês morador de Gramacho.

Observações iniciais:

Os moradores são conhecidos/amigos de um dos estudantes do programa PEC–G, na UFRJ. O guia/tradutor para as primeiras entrevistas quer me mostrar como eles estão vivendo. Para que eu possa ver "como estão chegando rapazes jovens e indo morar em Gramacho – que é mais barato – em uma situação horrível".

Meu contato na casa chama-se **A.** Trocamos vários e-mails através de intermediação de M., um estudante que veio para o Brasil através do programa PEC-G do Governo Federal. M. é aluno do curso de português para alunos estrangeiros na Faculdade de Letras da UFRJ, obrigatório para os estudantes conseguirem o "Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros" antes de iniciarem os cursos de graduação.

Após os esclarecimentos dados por mim e pelo tradutor (e de muitas perguntas e respostas sobre a pesquisa e seus objetivos) os jovens pedem minha carteira de professora da UFRJ. Verificada minha identidade, iniciamos a conversa para a pesquisa sobre as condições de vida e de moradia.

Todos se apresentam e se identificam como estudantes universitários no Congo.

Informações gerais:

A casa é o local recente de moradia de quatro jovens refugiados e/ou solicitantes de refúgio. É uma casa de dois cômodos, sem banheiro dentro, onde moram atualmente os quatro rapazes, mas que já "recebeu outros congoleses temporariamente". A situação da casa é bastante precária. Há somente um pequeno fogão, colchonetes, um sofá e algumas cadeiras plásticas.

Os atuais moradores são três congoleses (que não falam nem entendem o português) e um "ango-congolês" (que fala e entende o português muito bem). M também está presente ao encontro [17].

Assuntos abordados na conversa:

1. O assunto principal é a recusa dos pedidos de refúgio.
Um dos jovens (que já aprendera um pouco de português) fala sobre a inutilidade do recurso. As críticas à Caritas - RJ são muitas.

2. O segundo assunto mais discutido é "o problema dos diplomas". Eles não têm documentos nem diplomas e dizem que é muito difícil conseguir um diploma do Congo.
Falamos sobre o direito que têm (como refugiados) de ingresso nas escolas de Ensino Médio aqui no Brasil. Afirmam que não têm muitas informações sobre os procedimentos necessários.

3. O sentimento geral pareceu ser de muita frustração. Querem ir para a universidade. Acabam deixando perceber que sabem da avaliação para ingressar nas escolas públicas de Ensino Médio. Reclamam que ficariam em séries mais atrasadas. Acham que é porque não sabem o português e que depois de três anos no Ensino Médio teriam que fazer o curso preparatório e o concurso vestibular. Acham tudo muito demorado.
Falamos um pouco sobre vestibulares comunitários. Este assunto pareceu despertar um maior interesse.

4. A conversa, finalmente, passa a fluir melhor. Falam sobre as condições de vida no Congo e também sobre as dificuldades de estudo para eles nas universidades em Kinshasa. Um dos jovens fala bastante sobre a política no Congo e a repressão aos estudantes. Afirma que estava estudando Ciências Sociais quando foi obrigado a fugir do seu país. Todos falam sobre as questões políticas no Congo atualmente. Contam casos sobre a repressão aos

---

[17] M. Permaneceu calado o tempo todo. De pé, bem perto da porta. Mais à frente, em encontro casual na Central do Brasil, Sr. S. comenta que M. "não anda sendo bem visto pelos mais velhos porque parou de estudar e está escondendo isso dos pais, etc..". Como M. perdeu a bolsa PEC-G porque não frequentou o curso de português e não passou na prova, ele está em situação irregular, bastante aflito. Trocou muitas mensagens comigo, sempre muito ansioso. Depois de se convencer, a muito custo, através de respostas e explicações do CELPE e do programa PEC-G de que "a bolsa não tinha volta e que ele não poderia ingressar na UFRJ", repassei para ele muitas e detalhadas informações sobre a anistia. Bem mais tarde tive notícias por L., também estudante, que M. estava morando em Niterói com uma brasileira e com outro ex-estudante que se casou com uma brasileira. M. conseguiu a anistia, segundo informação recebida. Está bem e já conseguiu um trabalho em uma empresa de ônibus.

jovens; sobre os movimentos de oposição e reivindicação de liberdade de expressão, destacando a participação dos estudantes [18].

5. Chega à porta da casa um "mais velho" que conheço da CACB – de algumas reuniões em Duque de Caxias. Também mora ali por perto. Penso que ele é um angolano (bakongo). Acompanha a conversa por um bom tempo. Ele e o meu guia/tradutor (Sr. S.) compartilham opiniões radicais sobre a frustração que têm em relação à Cáritas como organização responsável pela assistência aos refugiados.

Um rapaz que parece angolano (mas diz ser nascido no Congo, filho de pai congolês e mãe angolana) toma a palavra para afirmar que está satisfeito com o apoio que recebeu da Cáritas. "As pessoas de lá ajudam sim"; "é que todo mundo quer ser refugiado"; "os africanos não param de falar mal da Cáritas, mas todos querem ajuda de lá".

Ao final da entrevista, os jovens pedem para trocarmos e-mails. Deixo o meu celular com A. para um futuro contato. A. quer estar sempre em contato comigo e diz que pode repassar as informações e respostas que eu puder mandar para os outros (...) "Sobre o que eles te pediram".[19]

.....

[18] O rapaz que me pareceu ser o mais velho entre os quatro permaneceu muito quieto num canto. Finalmente, levantou-se do chão - onde todos estavam sentados sobre um colchonete - e iniciou uma sequência de frases contundentes sobre o Congo e sobre a situação deles aqui. Em francês. Depois, dirigiu algumas palavras em lingala para o tradutor. Deu a entender que não queria participar da conversa e que me achou "um tanto ignorante" sobre o país dele. Retirou-se, com gestos de quem não queria mais falar.

[19] A. voltou a me escrever várias vezes e também falamos por telefone. Mando todas as mensagens informativas que considero interessantes para ele e respondo às solicitações possíveis. Ele sempre retorna e agradece. Mantemos contato frequente. Tornou-se um bom colaborador da pesquisa e me concedeu entrevistas sobre questões específicas. Torna-se, também, cada vez mais atuante na associação (CACB).

ANEXO L – Capítulo 3 (3.2)

Entrevista aberta _____ **Data:** 20.08.2008

Local: Brás de Pina

Intermediação: S.B.D.

Entrevistado: Pastor D. – pastor da comunidade congolesa em Brás de Pina. "Igreja Africana Missão Mundial Cristo para Todos".

P – pesquisadora. **D** – pastor D.

Observações iniciais:

A entrevista foi realizada na residência do pastor. O encontro foi marcado por telefone e a entrevista foi concedida a partir de solicitação do intermediador.

O objetivo era estabelecer contato direto com uma figura de referência importante para a comunidade de congoleses residentes em Brás de Pina. Pretendia-se apresentar a pesquisa e sondar as possibilidades para a realização de algumas atividades no local, com apoio e aval do entrevistado.

A entrevista foi aberta. Iniciada com perguntas elaboradas pela pesquisadora, a conversa terminou por ser bastante livre e conduzida dentro das possibilidades de um primeiro encontro, assim como a partir de temas colocado, pelo próprio entrevistado.

Não foi possível fazer uma gravação. O pastor, entretanto, permitiu que a pesquisadora anotasse livremente o que quisesse e pedisse que ele "explicasse melhor qualquer coisa que não conseguisse compreender".

_____

P. O senhor poderia falar um pouco da sua vinda do Congo para o Brasil e do trabalho que faz aqui?

D. ***Eu não quero falar sobre a minha pessoa***. *Só quero que você saiba que eu sou um pastor, mas no Congo tinha uma profissão de Engenheiro de Desenvolvimento Rural. Aqui no Brasil o meu trabalho é religioso. Trazer uma igreja africana para se instalar onde se reúnem as pessoas que fugiram do meu país. Escolhemos esse lugar aqui, em Brás de Pina. Por enquanto a Igreja ainda não está registrada e fazemos os cultos num pequeno espaço, no final desta rua em que eu estou morando. É pequeno, mas vale pela boa localização, antes da*

entrada na área de favelas, e pela facilidade de acesso de pessoas de outras áreas (...). ***Mas eu queria antes conversar com você sobre a CACB (...). Você não acha que esta associação já é problemática no nome? Ango-Congolesa?*** *Eu vou conversar com você sobre isso sabendo que estou falando com uma pessoa de bom nível de instrução. Algumas coisas você precisa saber. As pessoas que estão nessa comunidade (CACB) saíram do Congo há 15, 17 anos. Estão muito longe da realidade atual do Congo. Você poderia me perguntar qual foi o ponto, o motivo que gerou esta união Congo-Angola aqui no Brasil. Quais são os verdadeiros angolanos que participam desta associação.*

P. A minha impressão é que na CACB predominam os angolanos chamados em Angola de "regressados" – também conhecidos como "zairenses". Muitos nasceram no Congo, mas são filhos de pai angolano ou mãe angolana.

D. *Mas tem também o que eu chamo de angolanos só de documentos – vieram com documentos de Angola, mas não são angolanos.* ***A "principal problemática dessa associação já está no seu próprio nome (...). E daí você pode formular hipóteses: 1- são "regressados". Tem gente que tem documento angolano e um sentimento de pertencer a Angola. Mas esse sentimento de pertencer ao país é muito diferente entre os angolanos e os congoleses (...).*** *Veja bem que só se responde a essas questões com as razões do presente e do passado lá na África. Você tem que ver que os motivos dos congoleses ao sair do Congo não são os mesmos dos angolanos quando eles vieram para cá. A verdadeira razão do congolês sempre ter saído do Congo é a terrível situação social durante o período de Mobutu e mesmo depois que derrubaram o ditador. Você pode perceber que os congoleses quando emigram para outro país não voltam; a grande maioria vira residente. Os angolanos voltam muitas vezes para o seu país; principalmente agora que não tem mais a guerra.*

P. Por que os congoleses vieram e continuam vindo para o Brasil?

D. ***Há dez anos, a França era o lugar para onde iam os congoleses. Todo mundo sonhava em morar na França. Aos poucos, a porta de entrada foi-se fechando para os africanos. A Espanha foi a porta que se fechou mais recentemente. Uns 80% dos congoleses fariam qualquer coisa para ir morar na Europa. Isso está enraizado na mentalidade do povo congolês. É uma forte marca cultural. Primeiro, a idéia da emigração. E depois, a de emigrar para a Europa.***

P. Onde você localiza no tempo, historicamente, esta mentalidade dos congoleses?

D. *Não saberia responder, mas isso foi ficando mais forte durante o governo de Mobutu. Se você tentar fazer um paralelo para os angolanos, percebe que o melhor país do mundo para o angolano é o Brasil.* ***O Brasil para o angolano é como Paris para o congolês. O Brasil para o congolês já é outra coisa bem diferente. Os angolanos vêm aqui para fazer negócios; e muitos também vêm para estudar. Um congolês, mesmo tendo trabalho aqui, vai continuar querendo ir para a Europa.***

P. Mas como é o trabalho e a remuneração do trabalho no Congo? A situação parece estar bem difícil por lá (...).

D. *Dez dólares no Congo é o salário por mês de um funcionário público. Um professor universitário no Congo pode ganhar cem dólares ou até mil dólares. Depende de quando ele recebe o pagamento e quanto ele recebe no total. Todos os professores no Congo têm que vender apostilas, livros, e cobrar taxas dos alunos para várias coisas. Já um professor do Ensino Médio está ganhando entre trinta e cinquenta dólares por mês (...).*

P. O que mais você poderia dizer sobre a vida atualmente no Congo?

D. ***Dos anos 80 para cá as condições econômicas só pioraram no Congo.*** *Em minha opinião, a única herança que os belgas nos deixaram foi a educação. Foram trinta anos de ditadura de Mobutu; os partidos de oposição não tinham sustentação. Na verdade, a economia do Congo começou a decair com o movimento conhecido como "zairenização". Os congoleses demoraram muito tempo para perceber que pessoas sem preparo não podiam dirigir empresas. Havia também instabilidade no sistema bancário.* ***Hoje no Congo não se consegue ganhar 100 ou 200 dólares. Nem se consegue pegar seu próprio dinheiro no banco.***

Aqui no Brasil, o ACNUR paga trezentos reais de ajuda para um congolês. Não dá para viver. O que você compra com duzentos dólares? No Congo, você conseguiria fazer várias coisas com duzentos dólares. Com cinquenta dólares você aluga uma casa de dois quartos e sala, com água e luz. Com cem dólares você paga o aluguel e ainda faz as compras. Não dá para você comparar, entendeu?

P. O senhor poderia falar mais sobre essa mentalidade da emigração entre os congoleses? **D.** ***A mentalidade é ir para a Europa ou (se a família tiver condições) poder mandar um filho para estudar lá. Uma família no Congo vende a casa e paga qualquer coisa para um filho entrar na Europa. E isso não é uma exceção.*** *Mesmo com 80% das famílias atualmente com péssima remuneração no trabalho. A emigração no Congo é um verdadeiro comércio. Culturalmente é assim como vou explicar.* ***Se uma família não tem um filho na Europa, ela não é nada.*** *Você vê isso nos óbitos. O morto fica dez dias na casa funerária esperando a parte da família que está na Europa, ou esperando que a família mande dinheiro de lá.*

P. Você poderia me deixar assistir a um culto? Como é o culto na sua igreja?

D. *O culto é sempre aos domingos. Qualquer pessoa que chega é apresentada para a comunidade congolesa de Brás de Pina. Você também vai ser apresentada.* ***Você vai ver que não é um culto como o das igrejas evangélicas aqui do Brasil. A nossa igreja é uma igreja evangélica – mas a liturgia é diferente. É a liturgia africana. É como se faz no Congo (...). Aqui nos cultos nós falamos em lingala – para que todos entendam.***

P. Você pode me explicar um pouco mais sobre a(s) língua (s) que os congoleses falam por aqui?

D. *A língua do nordeste do Congo é o swahili. Tem uma estrutura muito diferente das outras línguas mais importantes, que são o kicongo e o lingala. Todos que estão aqui (praticamente todos os congoleses) falam lingala. Você pode observar isso aqui no Rio de Janeiro. Lingala é a língua do comércio, sempre foi usada para o comércio em países da África. Há pessoas do grupo bakongo que só falam kicongo no meu país, mas a grande maioria acaba aprendendo também o lingala.*

.....

ANEXO M – Capítulo 3 (3.2)

Entrevista aberta _____ **Data:** 14.01.2009

Primeiro encontro com o pastor da "nova" igreja evangélica africana em Brás de Pina.

Entrevistado: Pastor L. Local: Brás de Pina. Residência do pastor L.

Intermediador/ acompanhante do encontro: Sr. SB.

Objetivos do encontro:

Obter notícias sobre a nova igreja evangélica congolesa em Brás de Pina.

Conversar sobre o papel do pastor junto à comunidade congolesa local.

Observações iniciais:

O encontro foi agendado previamente. Em conversa anterior já se tinha explicado ao entrevistado os objetivos da pesquisa e o interesse no encontro com ele para uma entrevista. O entrevistado já tinha conhecimento dos passos anteriores da pesquisa na comunidade local, incluindo as primeiras idas a Brás de Pina em agosto de 2008 para encontrar e entrevistar o pastor D, a participação no culto na antiga igreja e as atividades e as propostas da reunião com as "mamas".

P. pesquisadora.

E. Pastor L.

_____

P. Você poderia falar um pouco sobre a história das igrejas africanas no local para depois conversarmos sobre a nova igreja africana? Quem são os atuais frequentadores dos cultos? Como vocês estão organizando-se agora?

E. *"O primeiro pastor congolês aqui em Brás de Pina foi o pastor D. Ele chegou em 2005".*

L. foi quem recebeu o pastor e o ajudou a organizar a primeira igreja na localidade – com uma liturgia africana. "O pastor D. foi embora do Brasil em 20 de novembro de 2008".

L. explica que assumiu a igreja e os cultos continuam a ser realizados na pequena "garagem" que servia como espaço para os cultos da igreja africana. Está recebendo apoio da Igreja Assembleia de Deus para conseguir um novo espaço para o funcionamento da igreja dos congoleses. Os pastores congoleses aqui no Rio de Janeiro vincularam-se à igreja Assembleia de Deus para conseguir a legalização da Igreja Evangélica Africana.

Pastor L afirma tem conseguido reunir pelo menos uma parte do grupo que era orientado pelo pastor D. Destaca que o ministério de D. era diferente, com uma "liturgia mais parecida com o modo dos africanos". Agora, fazem uma liturgia mais dinâmica, com alguns oradores da própria comunidade e alguns pastores que vêm de fora. Também contam com "moderadores" (pessoas responsáveis pela organização e "animação" dos cultos).

Os cultos são realizados em lingala e em português. Eles têm bíblias escritas em lingala, português e francês. Pastor L. explica que a participação nos cultos é também uma forma de "estimular a comunidade a aprender o português.

Há um projeto de se fazer ao lado do espaço da nova igreja evangélica africana em Brás de Pina um abrigo para aqueles que chegam e solicitam refúgio [20]. "A igreja deve ter uma função social e o pastor deve estar preparado para isso".

P. Como você vê e como tem exercido esta função social que diz caber ao pastor em uma comunidade como esta?

E. *Pastor L. explica que uma das ações é auxiliar o trabalho da Cáritas – RJ com os congoleses que chegam. É o pastor quem está levando os solicitantes de refúgio recém-chegados à Polícia Federal para fazerem o primeiro registro. Como fala perfeitamente o português e "já conhece muita gente na Polícia Federal (no posto da Praça Mauá)" a sua tarefa é "facilitar os trâmites para os congoleses que chegam".*

O Pastor L. diz que também abriga vários recém-chegados na sua casa em Brás de Pina "até que se arranje um lugar para eles ficarem". Avalia que a maior parte dos congoleses recém-chegados têm-se instalado ali em Brás de Pina – na área da favela. "Não importa se são evangélicos ou não, eu oriento da mesma maneira; coloco em contato com os outros

[20] Já existem alguns contatos feitos entre o presidente da associação CACB e o pastor L. para verem juntos este espaço. Tudo indica que vai ser difícil a parceria entre as duas organizações – a CACB e Igreja – devido a "problemas" que alguns angolanos mais antigos na comunidade (e que participam da associação) têm com a Igreja Assembleia de Deus.

congoleses, ensino os trajetos para poderem ir à Cáritas ou chegar a outros lugares necessários (...)"

P. Como vai o seu trabalho junto com a Cáritas (...) quais são as suas atividades por lá (...)

E. *Pastor L. informa que também está trabalhando como professor de português no curso que a Cáritas está oferecendo na sua nova sede, próxima ao Maracanã* [21]*. Sobre o curso de português o pastor explica que "não é só para os congoleses, mas eles são a grande maioria (...). Há um refugiado liberiano, alguns de Gana, um da Costa do Marfim, mas são poucos além dos congoleses". Pastor L. esclarece que o curso de português na Cáritas "é para os solicitantes e refugiados receberem pelo menos uma noção básica da língua para que possam comunicar-se* [22]*".*

Observações finais:

A visita à casa do pastor vai terminando[23]. Vamos fazer uma pequena caminhada para conhecer o local que estão pretendendo alugar para a nova sede da Igreja. No futuro, querem ter uma igreja independente com o nome da Igreja africana [24].

[21] Ele tem um auxiliar para as aulas. Trata-se do Sr. K., congolês, que também está trabalhando na nova igreja de Brás de Pina.

[22] Observa que os refugiados e solicitantes de língua espanhola têm a ajuda de outra pessoa – Sr. R. – refugiado colombiano.

[23] Tempos depois estive outras vezes na residência do pastor L., acompanhada de Sr. LM. – o presidente da CACB. Fomos entregar ao pastor um material sobre a anistia traduzido para o francês e para o lingala pelo presidente da associação, para que fosse distribuído para os congoleses moradores de Brás de Pina.

[24] Quando voltamos à casa do pastor, chegaram dois senhores congoleses já conhecidos dos ensaios do Coral Amor do Senhor, na Catedral Presbiteriana da Praça Tiradentes. Vieram cumprimentar-nos. Eles nos acompanham até as ruas mais centrais da localidade para "a professora conhecer os lugares onde os congoleses moram e onde se encontram aqui na favela de Brás de Pina". O guia mais solícito é o Sr. Ks. – que faz a voz do baixo no Coral Africano Amor do Senhor. Já havíamos conversado bastante nos ensaios do coral a que fui assistir. Na porta de um dos salões de cabeleireiro de congoleses – importante ponto de encontro da comunidade – Sr. Ks. apresenta, com orgulho, o filho mais velho, nascido e criado no Brasil.

ANEXOS

CAPÍTULO 4.1

ANEXO A – CAPÍTULO 4 (4.1)

"Caros amigos.

A parceria da Cáritas do Brasil e a missão Scalabrianiana da paróquia de Sto. Antônio do Quitungo no Rio de Janeiro resultou em uma casa de acolhida aos nossos irmãos imigrantes e refugiados, com toda a assistência de pessoal especializado e infra estrutura para desempenhar tal tarefa. Idealizada pelo Pe. Moacir Calza e apoiada pela equipe técnica da Cáritas, que juntos tornaram um sonho em realidade para alguns poucos irmãos. A casa pode abrigar no máximo 15 pessoas, que recebem apoio de assistentes sociais, professores e voluntários que acima de tudo prestam um serviço humanitário de qualidade e amor ao próximo. A casa situa-se na área da paróquia e recebeu o nome de "Casa de Acolhida João Batista Scalabrini", em homenagem ao fundador da congregação scalabriniana, cujo carisma é o acolhimento aos migrantes. Sabemos entretanto que ainda atendemos a poucas pessoas, mas temos a certeza de que o importante é concretizarmos nossas palavras em atos de solidariedade verdadeira, aos migrantes não por opção, mas por necessidade, que buscam em nosso solo a certeza de continuarem a ter ESPERANÇA."

Jaqueline D Pinheiro – Leiga scalabriniana.

Paróquia Santo Antônio do Quitungo.
End.: Estrada do Quitungo, 1.265, Brás de Pina. Rio de Janeiro.
Pároco: Pe. Elói Sperandio dalla Vecchia, CS.
Vigário Paroquial: Pe. Guido Pirollo, CS.

Mensagem enviada em 21 jun. 2006
De: Regina Petrus (NIEM-RJ)
A/C Jaqueline Pinheiro.

Caríssimos.

É com grande alegria que recebo esta mensagem. Ouvi notícias sobre o projeto da casa, mas ainda não tinha certeza se já estava funcionando. Gostaria muito de poder conhecer a casa e contribuir com meu trabalho de alguma forma.

Poderiam me enviar outras formas de contato com vocês para vermos a possibilidade de agendamento de uma visita, uma conversa, uma troca de experiências e propostas de trabalho?

Abraços aos amigos da Cáritas que já conheço e minhas saudações e votos de muito sucesso a todos que participam do projeto desta casa.

Att,

Regina Petrus – Pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro (NIEM/RJ).

ANEXO B – CAPÍTULO 4 (4.1)

Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

A Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro iniciou seu trabalho com refugiados das ditaduras latino-americanas em 1975, dando assistência e buscando soluções para que estes pudessem buscar refúgio em terceiros países:

"Sabe-se que nestes tempos difíceis diversos setores da Igreja Católica atuaram na proteção dos direitos de perseguidos políticos. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, que desde 1975 ajudava de forma esporádica argentinos, chilenos e uruguaios que procuravam apoio financeiro, acolhimento e orientação para sair do país e buscar refúgio alhures, teve um papel importante, mas pouco conhecido nesse processo." (Refugiados: realidade e perspectivas, 2003).

Decisão notável veio em 1996 quando, por uma solicitação da Igreja do Chile e com o apoio do Cardeal D. Eugênio Salles, a Cáritas Rio começou a fazer desta ação eventual algo cotidiano. Sem apoio governamental algum, inclusive com este sendo um perseguidor na linha de ação do Projeto Condor, a Cáritas assumia praticamente todos os ônus da acolhida e proteção aos refugiados que aqui chegavam. A prática se resumia em locais de hospedagem em apartamentos alugados em nome da Arquidiocese do Rio e encaminhamento a outros países mais seguros do que o Brasil ditatorial, em especial na Escandinávia. Nessa época a Cáritas chegou a uma estrutura de 62 apartamentos alugados com a permanência rotativa de cerca de 300 a 350 refugiados.

Em 1982, inaugurou-se o escritório do ACNUR no Rio de Janeiro, que se dedicava apenas o trabalho de reassentamento, já que o governo persistia não reconhecendo os refugiados latino-americanos no Brasil. Nesses períodos difíceis, a solidariedade subterrânea teve êxitos incríveis, ajudando a salvar a vida de mais de 5 mil pessoas – chilenos, argentinos, uruguaios – que passaram pelo Rio de Janeiro, fugindo das ditaduras que reinavam em seus países.

Em 1986, a situação governamental se afrontava com novas situações que marcariam mudanças profundas no tratamento do refugio. O símbolo foi a chegada e a acolhida de 50 famílias da fé Bahái, que buscavam refúgio no Brasil, por sofrerem perseguição religiosa.

Assim, em 1989, após a eliminação da cláusula da "reserva geográfica" o governo brasileiro começa a se inserir, ainda muito timidamente, na temática do refúgio, enquanto a Cáritas do Rio, já tendo contando com outra grande aliada, a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, estruturava e solidificava cada vez mais esta presença histórica e exemplar na acolhida e integração dos refugiados no Brasil.

Continuação

O processo se firmou ainda mais, a partir de 1993, devido às conseqüências da Guerra Civil de Angola. O Brasil, sem cotas para refugiados, com o fim da cláusula de reserva geográfica e com a língua portuguesa facilitando a integração, recebeu, somente nos cinco primeiros meses daquele ano, quase 900 pessoas.

O escritório da Cáritas do Rio, em uma nova dinâmica, além dos angolanos, também recebe demandas de diversos outros países africanos (em especial Congo, Libéria e Nigéria). Muitos refugiados, já tinham buscado refúgio na Europa, voltado a Angola e, no recrudescimento da guerra, vieram ao Brasil. E então, a assistência da Cáritas foi fundamental para diminuir, pelo menos na medida do possível, a distância entre a acolhida num país europeu de um país em desenvolvimento como o nosso.

A partir de 1997, com a aprovação da Lei 9.474, a situação melhorou muito, tendo em vista a própria essência da lei, considerada uma das mais avançadas do mundo. Hoje, pelo menos no âmbito da Cáritas do Rio, há um refluxo dos solicitantes do refúgio no país, mas também um aumento da diversidade, já que à continuidade da chegada de africanos se incorporaram bósnios, sérvios, iraquianos e iranianos e tantos outros.

Nesse período, a Cáritas foi essencial tanto na proteção, quanto na assistência e na integração deles, com diversos convênios estabelecidos, com hospitais, empresas, universidades, etc. Hoje, considerando a importância da cidade carioca na acolhida de longa data a refugiados, a Cáritas Rio escreveu uma história que é referência no Brasil.

Fonte: IMDH. **Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.migrante.org.br/>. Acesso em 01 abr. 2009

Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

História e propósito:

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro é uma instituição católica empenhada na prática da caridade social. Nosso objetivo é prestar assistência social às famílias de baixa renda e grupos vulneráveis, através do desenvolvimento de projetos comunitários e de solidariedade. O Programa de Assistência aos Refugiados e Requerentes de Asilo começou em 1976 e é apenas um dos diversos projetos sociais realizados pela Cáritas na área do Rio de Janeiro. Nosso trabalho segue a doutrina social da Igreja Católica, com o objetivo de promover ações concretas em favor daqueles socialmente excluídos, articulando atividades que possam promover a justiça social e garantir a dignidade humana.

Continuação

Estrutura:

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro é uma instituição sem fins lucrativos, cujo Conselho Diretor é composto por um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um do Tesouro. A Cáritas trabalha com base em projetos e a supervisão deles é conduzida por uma Coordenação Geral. O Programa para os Refugiados é apenas uma parte dos projetos da unidade, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Sua estrutura é baseada em uma coordenação e duas equipes técnicas integradas, uma voltada para a proteção jurídica e outra centrada na integração local e articulação da sociedade civil. Atualmente, o nosso Programa para os Refugiados tem cinco pessoas na equipe técnica, entre advogados e assistentes sociais, e mais quatro pessoas para apoio operacional. O Centro de Acolhimento é bem localizado, perto do centro da cidade e dos pontos principais de entrada, o que torna o acesso mais fácil para os refugiados e requerentes de asilo.

Atividades:

As principais atividades da Cáritas estão relacionados com projetos sociais para grupos vulneráveis, tais como pessoas que vivem em situação de baixa renda e áreas violentas do Rio de Janeiro; crianças, idosos, comunidades atingidas por desastres naturais e calamidades de emergência, refugiados, etc.

Nossos projetos atuais incluem: programa de ajuda alimentar à base de ingredientes alternativos (principalmente usando restos de comida e partes que geralmente se joga fora durante o preparo das refeições), projetos de geração de renda alternativa, serviços de saúde, centros para crianças e idosos com atividades educativas e de lazer, assistência jurídica e social aos refugiados e requerentes de asilo e outros trabalhos sociais nas comunidades vizinhas.

Também prestamos assistência técnica para o desenvolvimento de projetos sociais e colaboramos para maior conscientização das esferas pública e privada sobre realidade social brasileira, com o objetivo de promover a justiça e a solidariedade humana.

Fonte: NGO Directory**. Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.** 01 out. 2008. Disponível em: <http://www.unhcr.org/48fdeba916.html>. Acesso em: 05 jan. 2009. Tradução nossa.

Cáritas Rio e ACNUR celebram Dia Mundial do Refugiado na UERJ – 7 de junho de 2010

(...)

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e faz parte da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A instituição foi pioneira no trabalho de assistência a refugiados no Brasil, iniciado ainda na década de 70. Inspirada pelos princípios de solidariedade e respeito aos direitos humanos, a instituição tem a missão de garantir vida digna e proteção, sobretudo, aos grupos mais marginalizados que, por sua natureza, necessitam de maior assistência e cuidado. **O trabalho abrange diversos programas e projetos sociais, como Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio. Este Programa é fruto de uma parceria entre a Cáritas/RJ e o ACNUR, que tem o objetivo de prover acolhimento e proteção legal a refugiados e solicitantes de refúgio, facilitando a integração local de refugiados de homens, mulheres e crianças que buscam no Brasil uma nova oportunidade de vida de paz e segurança.**[25]

Fonte: UNIC Rio de Janeiro. **Cáritas Rio e ACNUR celebram Dia Mundial do Refugiado na UERJ**. 07 jun.2010. Disponível em: <http://unicrio.org.br/caritas-rio-e-acnur-celebram-dia-mundial-do-refugiado-na-uerj/>. Acesso em: 17 ago. 2010

[25] Recentemente todos as matérias referentes à Cáritas – RJ que constam como produzidas pelo ACNUR têm, no fechamento dos textos, este mesmo período acima apresentado.

ANEXO C – CAPÍTULO 4 (4.1)

O Rio que acolhe

19 jul. 2009

A cidade que recebe mais turistas no Brasil também é uma das que mais acolhe estrangeiros que buscam refúgio de guerras e perseguições políticas.

A reportagem deste domingo do GLOBO Zona Norte vai mostrar alguns fragmentos da vida de angolanos e congoleses que vieram da África para recomeçar a vida em redutos como Brás de Pina, Mangueira e Complexo da Maré (...).

O pano de fundo desta história é a Cáritas Arquidiocesana, uma ONG da Arquidiocese do Rio que cuida dos solicitantes de refúgio e refugiados. Só no Rio, há 2.300 estrangeiros cadastrados na organização. As pessoas alegres que ilustram a foto são congoleses de Brás de Pina durante uma aula de português organizada pela Cáritas. No vídeo, você pode acompanhar a *performance* do angolano M. Fugido da guerra civil angolana na década passada, hoje ele é professor de dança. Nem precisa dizer que M. é fã de Michael Jackson.

Fonte: VICTOR, Duilo. "O Rio que acolhe". **Bairros.com (O Globo).** 19 jul. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2009/07/19/o-rio-que-acolhe-205913.asp>. Acesso em: 19 jul. 2009.

Rio, porta de novo lar

19 jul. 2009

Brás de Pina, Maré e Mangueira são os bairros com maior concentração de refugiados africanos na cidade.

Se o Brasil é uma nação de imigrantes, o Rio é uma porta também para estrangeiros que escolhem a cidade para escapar de perseguições políticas, guerras e calamidades. Na capital fluminense, a terra dos refugiados fica na Zona Norte, em endereços modestos de Brás de Pina – no caso dos congoleses – ou da Maré e da Mangueira, para a maioria dos angolanos.

O histórico dos que buscam a cidade como refúgio tem passagem invariável pela Cáritas Arquidiocesana, ONG mantida pela Igreja. Nos cálculos da organização, que tem cadeira no Comitê Nacional para Refugiados (Conare), moram na cidade 2.300 estrangeiros nessa condição, muitos já estabelecidos e com o espírito mais carioca do que o dos países de origem. "Todos os que chegam dizem que o Brasil é uma terra muito acolhedora", conta Heloisa Nunes, coordenadora a 21 anos da Cáritas do Rio.

Continuação

A principal diferença entre o simples imigrante e o refugiado é o poder de escolha. O imigrante vai morar em outro país por vontade própria, para buscar mais conforto material. O refugiado não pode escolher. Mudar de país é uma questão de sobrevivência. Por isso, a legislação brasileira protege o solicitante de refúgio de ser deportado para a pátria de origem.

O caso do angolano M. (...) Ele chegou com o pai, aos oito anos, na década que registrou o auge da fuga de compatriotas para o Brasil devido à guerra civil no país africano (...) – Da época em que vivia em Luanda, só me lembro dos guerrilheiros invadindo as casas. Hoje eu me sinto mais carioca do que angolano, apesar de ter vontade de visitar Angola – confessa M., durante uma festa junina organizada pela Cáritas num clube no Maracanã (...).

Como a língua dos angolanos é o português, os refugiados de lá têm vantagem para arranjar emprego em relação aos congoleses, que falam francês. Para amenizar o problema, a Cáritas dá aulas do idioma nacional para os estrangeiros. – Antes, tínhamos um professor brasileiro, o que não surtia muito efeito. Com um congolês que fala português, o resultado é bem melhor – avalia Heloisa Nunes, coordenadora da Cáritas.

Liberdade plena, só com a Língua Portuguesa

A aula de português para estrangeiros é um dos serviços mais procurados da Cáritas, ao lado do curso de artesanato, ambos oferecidos na sede da organização, no Maracanã. A fonte de sustento da ONG são as doações, que servem também para dar assistência material a refugiados.

Quando o congolês B., de 26 anos chegou ao Rio, há quase dois anos, precisou aprender a falar português. Refugiado por divergências políticas no Congo, hoje não quer saber de militância ou de voltar para a África. Ganha a vida como cabeleireiro num pequeno salão próximo à central do Brasil. Na festa junina da Cáritas, era o mais animado entre os congoleses de Brás de Pina.

– Cheguei ao Brasil sem conhecer ninguém. Mas sabia que, com Deus e um pouco de dinheiro, saberia me virar. Meu objetivo agora é conseguir um trabalho com carteira assinada – ambiciona o cabeleireiro (...).

A opção por Brás de Pina tem uma explicação. Além de ser mais em conta para morar, é no bairro que fica o Centro de Acolhida da Cáritas, onde moram temporariamente os solicitantes de refúgio. A coordenadora da Cáritas, Heloísa Nunes, conta que muitos chegam ao Brasil em navios mercantes e sem documentos.

Continuação

Para quem quer fugir de seu país, conseguir trabalho em uma área portuária pode ser a salvação. Foi assim com o professor de português da turma do Maracanã, K., de 31 anos. O pastor de sua igreja passou a ser seguido, assim como todos os fiéis, incluindo K.

Depois de quatro meses em fuga, sem endereço, conseguiu emprego no porto do Congo, para, em seguida, viajar 17 dias até o Porto de Santos. Em Brás de Pina, diz ele, encontrou a liberdade.

Fonte: VICTOR, Duilo. "Rio, porta de novo lar". **O Globo (Zona Norte).** 19 jul. 2009. Disponível em: <http://www.oglobodigital.com.br/flip/tools/flipprint/printmateria.php?id_materia=8f43>. Acesso em: 25 jul. 2009.

Brasil, porto seguro e sofrido para os refugiados do Congo

Texto e fotos: Lamia Oualalou
Do Rio de Janeiro

Cumprimentar Serge Nzembele é uma tarefa complexa, com risco de torcicolo. O jovem congolês tem 2,10 metros. Não por acaso, quer jogar num time de basquete, de preferência o Vasco, onde lhe disseram que teria mais chance de conseguir um lugar. Se não der certo, pretende participar de programas de televisão para gigantes.

No Brasil há apenas cinco meses, já aprendeu a se virar em português, mas ainda prefere falar francês e, claro, lingala, o dialeto mais corrente na República Democrática do Congo (RDC). O jovem com corpo musculoso não gosta de lembrar os últimos meses no seu país. Ele conta que formava parte dos seguidores de Jean-Pierre Bemba, quando este perdeu a eleição presidencial para Joseph Kabila, em 2006. As tensões não demoraram a voltar entre os dois homens, provocando batalhas entre seus partidários.

Em 2007, Bemba resolveu fugir para Portugal. "Para os que ficaram atrás, como eu, a situação era muito perigosa, éramos perseguidos, perdi três amigos assim", conta Serge. "Meu pai arranjou um passaporte diplomático para mim, com um visto para o Brasil, e aqui estou, com meus irmãos congoleses", acrescenta.

Os "irmãos" são Alain Disasi, Thierry Lobe, Giorgio Manga e Billy Bahati, todos refugiados políticos no Brasil ou aguardando ainda o documento. O ponto de encontro é a sede da ONG Caritas, perto do Maracanã. Aqui, o grupo de assistentes sociais e voluntários oferece ajuda para os trâmites administrativos, especialmente para obter o título de refugiado, aulas de português e uma breve capacitação.

Continuação

No Brasil, a Caritas é a principal ONG que colabora com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), uma agência da ONU criada em 1950 com o objetivo de proteger e assistir as vítimas de perseguição, intolerância e violência. O organismo trabalha em parceira com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), ligado ao Ministério da Justiça, e também com o setor privado e ONGs.

A lei que contém o estatuto do refugiado foi votada em 1997. "O Brasil tinha mais fama de produzir refugiados políticos que de acolhê-los", diz Luiz Fernando Godinho Santos, porta-voz do Acnur, em referência aos militantes que fugiram da ditadura nos anos 70. Segundo o texto, é reconhecido como refugiado "todo indivíduo que, por fundado temor de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade ou residência habitual e não possa ou não queira acolher-se à proteção do referido país".

O caso recente do italiano Cesare Battisti - cujo futuro está ainda por ser definido pelo Supremo Tribunal Federal - alimentou centenas de páginas na imprensa brasileira, escondendo uma realidade mais discreta: o Brasil acolhe cada vez mais refugiados políticos. Há cerca de 4 mil no Brasil. É pouco comparado com a população do país, "mas é um movimento recente, e bem original", explica Godinho.

Mais de 70% vêm da África

A particularidade do Brasil é a diversidade de origens. O Acnur calcula que 72 nacionalidades são presentes: palestinos, iraquianos, colombianos, georgianos, angolanos, congoleses. Hoje, mais de 70% dos refugiados vêm da África. "No começo, vieram os angolanos, aproveitando o idioma comum. As últimas ondas, porém, vêm da RDC", informa Godinho. Tradicionalmente mais aberto que as nações européias, o Brasil ganhou ultimamente uma imagem mais atrativa. "Eu sentia que era um país que se movia e se desenvolvia, muito mais dinâmico que a Europa", conta Serge.

Tampouco foi uma escolha muito organizada para todos. "Um refugiado não escolhe, ele vai onde puder", afirma Godinho. No caso de Thierry, a chegada ao Brasil foi um acidente. "Estava fugindo. Vi um navio, achei que ia para os Estados Unidos ou para o Canadá. Subi como clandestino. Quando a gente já estava longe da costa, me descobriram", conta o congolês, com voz cansada. "O capitão estava furioso. Além disso, disse que não ia para o norte, mas para a cidade de Santos, no Brasil. Nunca ouvi falar, fiquei desanimado", lembra Thierry. Na chegada ao porto santista, o capitão, solidário, lhe deu 200 dólares. "Foi assim que comecei a me virar".

Continuação

O Brasil foi uma surpresa, às vezes boa, outras desagradável. "Cheguei com medo, todo mundo falava da violência nesse país, descobri que era um absurdo", conta rindo Serge, que mora na favela Braz de Pina, como a maioria dos congoleses do Rio de Janeiro. Todos ficaram impressionados pela gentileza dos cariocas. "Eles ajudam, dividem a comida com a gente. Na academia, todo mundo é muito atencioso, apesar do português ruim", conta Alain, que aos 39 anos, faz parte dos veteranos.

Comparados com os países desenvolvidos que acolhem refugiados, o Brasil é uma terra de adaptação mais fácil. "O fato de ser uma nação multiétnica simplifica a integração deles na sociedade. Em outras regiões, eles são discriminados", acredita Godinho. "No Rio, caminhamos na rua tranqüilos, a situação é bem diferente em São Paulo: nossos amigos lá são sempre molestados pela policia", diz Thierry.

Para os congoleses, os negros brasileiros sofrem de um "complexo de inferioridade". "Pelo nosso jeito de caminhar, eles sabem que não somos daqui, eles acham que a gente vem dos Estados Unidos. E os policiais negros são bem mais agressivos que os brancos. Acho que ser negro aqui é uma coisa complicada", avalia Serge, com a aprovação de seus companheiros.

A relação com as mulheres é mais complicada do que eles esperavam. "As meninas de 17 a 25 anos são muito materialistas", queixa-se o jovem Billy, tocando o maior problema enfrentado pelos refugiados: a escassez de recursos financeiros. Uma vez que o título de refugiado é aprovado pelo Conare, eles recebem 300 reais por mês do Acnur, via a ONG Caritas. A ajuda dura seis meses. "É verdade que é muito pouco: com este dinheiro, eles devem se vestir, se calçar, comer e arranjar um lugar para viver. Até na favela, não é tão barato assim", alega Heloisa Santos Nunes, coordenadora da Caritas no Rio de Janeiro.

"Não dá para comprar nada aqui. Comer tudo bem, tem restaurantes populares, mas comprar um jeans já é coisa impossível", diz Billy. Para eles, no entanto, o problema maior não é a quantia de dinheiro que obtêm, que até dá para sobreviver, mas a duração: depois de seis meses, eles ficam sem nada. "Não tenho casa, não tenho nada para comer, passei sete meses dormindo na rua, até que um companheiro congolês me ofereceu hospedagem", lembra Alain.

Continuação

Um emprego, por favor!

Giorgio, 20 anos, é o único do grupo que insiste para falar em português, aprendido nos últimos dois anos. Antes de chegar ao Brasil, ele transitou pela Argentina, que deixou por conta do racismo contra os negros, raros no país. "Você tem que explicar para o pessoal de Brasília que não dá para viver assim. Eles têm que dar um trabalho para a gente antes de cortar a ajuda, senão alguns vão acabar fazendo coisas ruins, só para comer", afirma, em referência ao narcotráfico presente nas favelas cariocas.

Para Godinho, do Acnur, as queixas são excessivas. Ele lembra que o organismo da ONU vive essencialmente de doações de países, que são cada vez mais baixas por causa da crise. Em compensação, o número de pessoas obrigadas a deixar seus países, perseguidas por guerras, massacres ou pelas opiniões políticas, está aumentando.

Atualmente, mais de 30 milhões de pessoas no mundo estão sob responsabilidade do Acnur, entre solicitantes de refúgio, refugiados, apátridas, deslocados internos e repatriados. "A ajuda que damos não é um programa assistencialista, eles têm que aprender a ser autônomos", argumenta o porta-voz.

Encontrar um trabalho não é fácil. "Pelo menos aqui não tem preconceito contra refugiados, mas eles não falam ainda muito bem [o idioma], e são pouco qualificados", explica Heloisa, com uma adolescente, filha de refugiada, no colo. A assistente social, muito querida pela comunidade que acolhe, rejeita a idéia de que eles não querem trabalhar: "Não são vagabundos".

Os jovens congoleses estão revoltados pelos baixos salários no país. Muitos deles se consideravam como parte de uma pequena elite na RDC. "Aqui, os únicos empregos que encontrei são de pedreiro, ou limpador de janelas em prédios altíssimos: é uma tarefa perigosa e, no final do dia, ganho 20 reais. Não dá", desabafa Giorgio.

Apesar das dificuldades, a maioria dos refugiados já faz parte da sociedade. Eles se beneficiam das políticas públicas nacionais. O Executivo está trabalhando numa proposta que lhes daria acesso ao Bolsa Família, o programa destinado às famílias mais pobres do país. O governo federal também montou um serviço específico para atender os refugiados no Hospital dos Servidores do Estado, no centro do Rio, uma experiência única na América Latina que, segundo Godinho, demonstra a vontade política do Brasil de ter um papel mais ativo no acolhimento de refugiados.

Continuação

"Quanto mais jovens, mais se adaptam", sublinha o porta-voz do Acnur. No pátio da Caritas, no Rio de Janeiro, basta ver Cathy, uma menina de 7 anos, para entender o que ele quer dizer. "Chegamos aqui em janeiro de 2008 e já não consigo mais falar com ela em francês ou em nosso dialeto, ela aceita só o português", conta a mãe, Prudence Carambar, uma linda congolesa de 29 anos. "E nem te falo da Rosete, que ainda vai completar um ano: ela nasceu aqui, é uma pequena brasileira", conclui com um sorriso.

Fonte: OUALALOU, Lamia. **Brasil, porto seguro e sofrido para os refugiados do Congo.** 11 mai. 2009. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/materias_ver.php?idConteudo=476>. Acesso em 12 dez. 2009.

ANEXO D – CAPÍTULO 4 (4.1)

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 483 - Maracanã
CEP: 20550-011 - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2567-4105 / Fax: (21) 2567-4176 / E-mail: caritas@caritas-rj.org.br

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 2009.

Ao
Serviço Social do
Hospital Servidores do Estado
Assistente Social Eva

Prezada Eva,

Estamos encaminhando o(a) solicitante de refúgio , nacional da República Democrática do Congo, para atendimento médico.

Certos de podermos contar com sua valiosa colaboração, mais uma vez agradecemos a atenção dispensada e colocamo-nos a inteira disposição.

Atenciosamente,

Heloísa Santos Nunes
Assistente Social
Coordenadora

Aline Thuller
Assistente Social
CRESS-16436 - 7ª Reg.

Débora Marques Alves
Assistente Social

Débora Marques Alves
Assistente Social
CRESS - 17803-7 Reg.

Solicitamos breve relato do atendimento ao Refugiado encaminhado:

_____

_____

_____

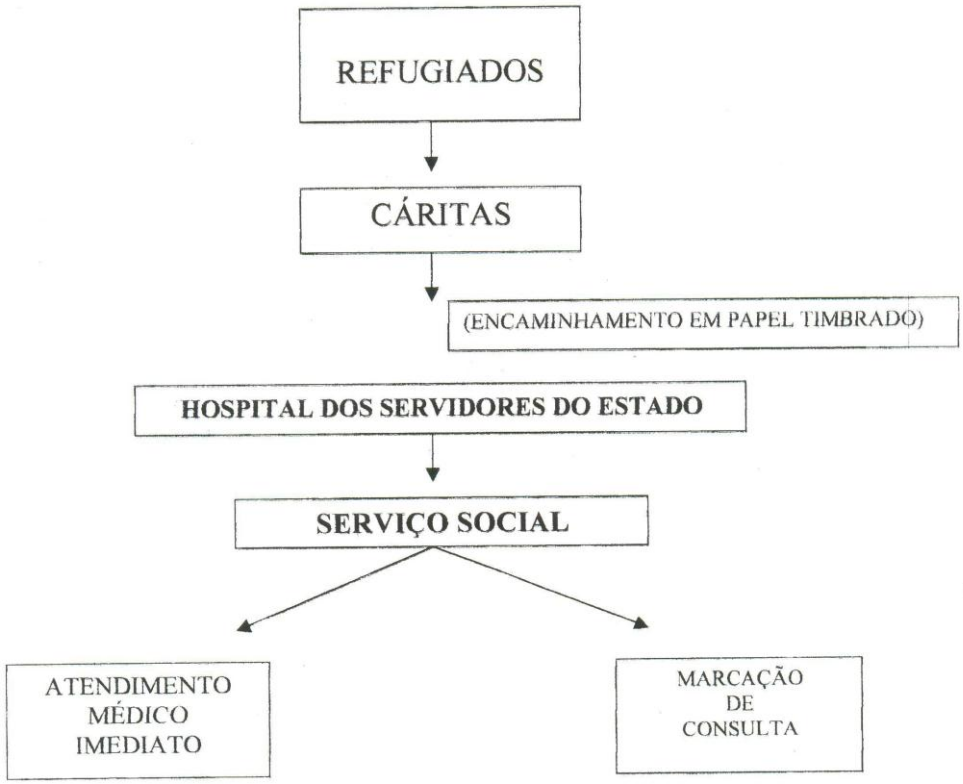
_____

_____
Responsável

ANEXO E – CAPÍTULO 4 (4.1)

Ministério da Saúde
Diretoria dos Hospitais Sob Gestão do Ministério da Saúde no RJ

PLANO DE ATENDIMENTO MÉDICO AOS REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO



COORDENAÇÃO: MS/RJ - DRA. LORENA SCHUELER KACELNIK
CÁRITAS: DIR. CÂNDIDO FELICIANO DA PONTE NETO

Ministério da Saúde discute atendimento a refugiados

O Ministério da Saúde realiza hoje (6), no Rio de Janeiro, em parceria com o 06.06.2006 ou 7 Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça (Conare/MJ) a oficina Saúde e Refugiados - uma pauta para eqüidade em saúde. Representantes de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil vão discutir o tema refúgio sob o foco da saúde pública, a partir das 9h, no Centro de Estudos do Hospital dos Servidores, localizado à Rua Sacadura Cabral, 178, bairro da Saúde.

O Brasil oferece proteção aos indivíduos que deixam seus países em função de fundado temor de perseguição por motivos de raça, etnia, opinião política ou religiosa. Atualmente, vivem no Brasil aproximadamente 3,5 mil refugiados de 64 nacionalidades diferentes, a maioria radicada nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao serem reconhecidos como refugiados, passam a contar com todos os direitos de um cidadão brasileiro, dentre eles o direito à saúde, tendo acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No momento da chegada do estrangeiro ao país, é necessária a verificação de sua condição vacinal e a investigação de doenças existentes para o devido tratamento. A partir daí, surge a preocupação com a integração do refugiado à sociedade brasileira.
Outro aspecto importante é a necessidade de o SUS ter todas as informações sobre os refugiados que vivem em território brasileiro, já que o atendimento integral oferecido a eles traz um impacto financeiro ao sistema, demandando ações de planejamento.

Oficina – Do Ministério da Saúde, estarão presentes o diretor do órgão no Rio de Janeiro, José Noronha, e o titular do ministério no Conare, Marcus Vinícius Quito. Vão participar da oficina, a professora da Universidade São Paulo (USP) e a coordenadora do Centro Estadual de Direitos Sanitários, Sueli Dallari, e representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados(Acnur/ONU), do Conare, da Cáritas/RJ, da Organização Pan-americana de Saúde (Opas), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outros.
Pela manhã, estão programados dois debates: O instrumento do refúgio na atualidade e O refugiado no Brasil. À tarde, será construída a agenda de trabalho para o Rio de Janeiro, que vai servir de instrumento para a articulação entre os participantes e o desencadeamento de ações.

Histórico - O Brasil se destaca entre os países signatários da Convenção de 1951, que trata da proteção aos refugiados no mundo. A partir de 1997, passou a trabalhar formalmente com refugiados em seu território, com a publicação da lei 9.474, que cria o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), presidido pelo Ministério da Justiça.

Participam do comitê, além do Ministério da Justiça, os ministérios das Relações Exteriores, do

Trabalho e Emprego, da Saúde e da Educação, além do Departamento da Polícia Federal, da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (este último com direito a voz, sem voto.

Fonte: O ESTADÃO MATOGROSSENSE. **Ministério da Saúde discute atendimento a refugiados**. 06 jun. 2009. Disponível em: <http://www.oestadaomatogrossense.com.br/noticia.php?id=3719>. Acesso em 08 ago. 2009.

Saúde do refugiado no Rio de Janeiro
Nota Técnica

Refugiado – Todo homem, vítima de perseguição, tem direito de procurar e gozar asilo em outros países.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas.

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados.
Composta por: Presidência – Ministério da Justiça;
Vice-presidência – Minist. Relações Exteriores;
Ministério do Trabalho e do Emprego;
Ministério da Saúde;
Ministério da Educação e do Desporto;
Departamento da Polícia Federal;
CARITAS Arquidiocesana –ONG
Representante da ACNUR, sem direito a voto.

MINISTÉRIO DA SAÚDE:

- Acolhimento do refugiado oferecendo assistência à sua saúde, de acordo com suas especificidades;
- As necessidades de saúde do refugiado encontram-se acolhidas sob a perspectiva do princípio da equidade do Sistema Único de Saúde;
- Representante titular – Dr. Marcus Vinícios Quito;
- Representante suplente – Dra. Luisa Guimarães Queiroz;
- Coordenação no Rio de Janeiro:
  - Dra. Lorena Schueler Kacelnik (MS-RJ);
  - Dr. Leslie Aloan (Dir. Hosp.Servidores do Estado);
  - Dr. Fernando Martins Terezinha (UFRJ).

Marcus Quito (assessor secretário exec. CONARE)

O Ministério da Saúde, na qualidade de membro do CONARE, propõe-se a construir uma política de saúde própria para o acolhimento do refugiado, buscando para isso agregar atividades já disponíveis na estrutura do Sistema Único de Saúde.

Construção da política Nacional para Refugiados.

1 – Construir proposta de ação em saúde;

2 – Construção de um protocolo de acolhimento ao refugiado, que conste ações sanitárias específicas para cada grupo baseado nos quadros epidemiológicos existentes nos países de origem, implementação de ações imunizantes e de promoção a saúde;

3 - Criação de pesquisas sobre a saúde dos refugiados e sua acolhida em território nacional;

4 - Elaboração de cursos de aperfeiçoamento/especialização para os profícionais de referência – levando em consideração as especificidades dos mesmos (cultura, língua, traumas, etc);

5 - Apresentação e discussão sobre refugiados, bem como as propostas construídas até o momento, na Comissão Intergestores Tripartide e no Conselho Nacional de Saúde;

6 - Composição de uma Comissão de Saúde para Refugiados, envolvendo representantes do MS, CONASS, CONASEMS, CONARE e CNS, para aperfeiçoamento da proposta de política de saúde para refugiados.

Lorena Schueler Kacelnik

Assessora do Representante do MS no RJ

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Gabinete do Secretário

OFICINA DE TRABALHO
SAÚDE E REFUGIADOS – UMA PAUTA PARA EQUIDADE EM SAÚDE
MINUTA

Data: Dia 06 de JUNHO de 2006
Local: Rio de Janeiro (propostas)

- Escola naval (Ilha de Villegagnom);
- UNIC/BRASIL – Palácio Itamaraty – Av. Marechal Floriano – Centro;
- Forte de Copacabana
- Ministério Público
- Escola da Magistratura;
- Universidade ou instituições de ensino no RJ

Convidados:

- Prof. Dalmo de Abreu Dallari
- Dep. Federal Osmar Terra
- Dep. Federal Roberto Gouveia

Participantes:

- Ministério da Saúde;
- FIOCRUZ;
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – CIVES;
- Agencia Nacional de Vigilância Sanitária;
- Polícia Federal;
- Delegacia Regional do Trabalho;
- Secretaria Estadual de Saúde;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Conselho Estadual de Saúde;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- CARITAS – Rio;
- Representantes do CONARE;
- Organização Panamericana de Saúde – OPAS;
- NERJ/MS

Atividades:

- **09:00 – 09:30 – Abertura:**
  - Presidente do CONARE
  - Ministério da Saúde
  - CARITAS – RIO
  - *Secretaria Municipal de Saúde*
  - *Secretaria Estadual de Saúde*

- **09:30 – 10:15 – O instrumento do refugio na atualidade – *Luis Varesi – ACNUR***

  - O propósito desta fala é a apresentação do refugio ao público leigo, demonstrando quem é o refugiado, esclarecendo sua característica e minimizando o estigma negativo existente sobre o tema. Apresentar a problemática numa perspectiva internacional, ilustrando o perfil dos refugiados e as ações de proteção implementadas.

- **10:15 – 10:40 – intervalo**

- **10:40 – 11:20 – O refugiado no Brasil e a Lei 9.474/97 – *Luis Paulo Teles Barreto – CONARE/MJ***

  - Apresentar o instrumento do refúgio no Brasil, através da Lei 9.474/97.

- **11:20 – 12:15 – Os mecanismos de proteção ao refugiado em território brasileiro – *Representante da CARITAS/RJ***

  - Descrever a situação dos refugiados o Brasil e no Rio de Janeiro, sua origem e principais características. Apresentar as ações da CARITAS/RJ, e outras organizações não governamentais que atuam com refugiados, buscando a acolhida, proteção e integração do refugiado.

- **14:00 – 14:30 – O Sistema Único de Saúde e abordagem ao refugiado – *Representante do Ministério da Saúde.***

  - Apresentar os princípios e diretrizes do SUS, seu formato organizacional e a proposta de articulação de serviços de saúde para a acolhida ao refugiado.
  - Apresentação da proposta da saúde para a ação com refugiados no Rio de Janeiro (incluindo a ANVISA).

- **14:30 – 15:30 – Construção da agenda de trabalho para o Rio de Janeiro**

  - Elaborar uma agenda de trabalho para articulação das ações em saúde para os refugiados no Rio de Janeiro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
NERJ (por extenso)

Solicitantes de Refúgio

Questionário sobre Condições de Saúde

1. Nome completo: _____
2. Endereço completo: _____
3. Bairro: _____ Município: _____
4. Data de nascimento: __ / __ /__ Idade: ____ ( ) anos ( ) meses
5. Sexo: (M) (F) 6. Ocupação (ões): _____

_____

7. Escolaridade:

( ) Ens. Fundamental
( ) Ens. Médio
( ) Ens. Superior
( ) Pós-graduação
( ) Sem escolaridade
( ) Analfabeto

( ) Completo
( ) Incompleto

8. Nacionalidade:_____
9. Naturalidade: _____
10. Quando saiu de sua cidade natal? ___ / ___ (mm/aa)
11. Por quais cidades e respectivos países você passou desde que saiu de seu país? (em ordem)

	Cidade	País	Data de entrada
1ª.			
2ª.			
3ª.			
4ª.			
5ª.			
6ª.			

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
NERJ (por extenso)

12. Você apresenta ou apresentou alguma das seguintes doenças?

( ) Pressão alta ( ) Paludismo (Malária) ( ) Dengue
( ) Diabetes ( ) Febre amarela ( ) Sarampo
( ) Doença do Sono ( ) Febre tifóide ( ) Hepatite (A) (B) (C)
( ) Anemia falciforme ( ) Esquistossomose ( ) HIV/ AIDS
( ) Tuberculose ( ) Cólera ( ) Doença de Chagas
( ) Leishmaniose ( ) Difteria ( ) Poliomielite
( ) Peste ( ) Outras: _____

13. Você apresentou algum dos seguintes sinais ou sintomas nos últimos 6 meses?

( ) Olhos amarelos ( ) Urina escura
( ) Febre alta ( ) Tosse persistente
( ) Erupção no corpo ( ) Caroços no pescoço, axilas, virilhas
( ) Emagrecimento ( ) Diarréia intensa (Líquida de mais de 5 vezes ao dia)
( ) Outros: _____

14. Você foi vacinado contra quais das seguintes doenças?

( ) Febre amarela ( ) Poliomielite ( ) Tríplice (Difteria, Tétano Coqueluche)
( ) Hepatite A ( ) HIV/ AIDS ( ) Tríplice viral (Sarampo, Caxumba, Rubéola)
( ) Hepatite B ( ) Febre tifóide ( ) Meningite meningocóccica
( ) Hemófilo
( ) Tuberculose ( ) Outras: _____

15. Tem algum documento de vacinação? ( ) Sim ( ) Não.

16. Você necessita de atendimento médico? ( ) Sim ( ) Não.

17. Por que? _____

_____

18. Você precisa fazer exames de sangue (urina, fezes, RX/chapas) para saber se tem alguma doença e ser tratado? ( ) Sim ( ) Não.

19. Você usa continuamente algum medicamento? ( ) Sim ( ) Não.

20. Qual? _____

21. O Calendário Vacinal Brasileiro inclui algumas vacinas necessárias para protegê-lo e aos brasileiros. Será necessário vaciná-lo.

Doenças	Inglês	Espanhol	Francês
Pressão alta	Hypertension	Presión alta	Hypertension artérielle
Paludismo	Malaria	Malaria	Paludisme
Dengue	Dengue fever	Fiebre del Dengue	Dengue
Diabetes	Diabetes	Diabetes	Diabète
Febre amarela	Yellow fever	Fiebre amarilla	Fièvre jaune
Doença do Sono	African Sleeping Sickness (African Tripanosomiasis)	Enfermedad africana del sueño (Tripanosomiasis africano)	Maladie du sommeil
Sarampo	Measles	Sarampión	Rougeole
Febre tifóide	Typhoid fever	Fiebre Typhoide	Fièvre typhoïde
Anemia falciforme	Sickle cell disease	Enfermedad de células falciformes (Anemia drepanocítica)	Drépanocytose
Esquistossomose	Schistosomiasis	Esquistosomiasis	Bilharziose
Tuberculose	Tuberculosis	Tuberculosis	Tuberculose
Hepatite (A) (B) (C)	Hepatitis (A) (B) (C)	Hepatitis (A) (B) (C)	Hépatite (A) (B) (C)
	Leishmaniasis	Leismaniasis	Leishmaniose
HIV/ AIDS	HIV/AIDS	HIV/AIDS	VIH/SIDA
Cólera	Cholera	Cólera	Chólera
Doença de Chagas	Chagas Disease (American Tripanosomiasis)	Mal de Chagas (Tripanosomiasis americano)	Maladie de Chagas
Difteria	Diphtheria	Difteria	Diphtérie
Peste	Plague	Peste	Peste
Poliomielite	Poliomyelitis	Poliomielitis	Poliomyélite

Sinais e Sintomas	Inglês	Espanhol	Francês
olhos amarelos	yellow eyes	coloración amarillenta de ojos	yeux jaunes
urina escura	dark urine	orina escura	urines foncée
febre alta	high fever	fiebre elevada	fièvre élevée
tosse persistente	persistent cough	tos persistente	toux prolongée
erupção no corpo	rash in the body	erupción en el cuerpo	éruption sur la peau
caroços no pescoço, axilas, virilhas	tumors or swellings on the neck, underarms or groins.	tumores en el cuello, axila, virilha	adénopathie cervicale (du cou), de l'aisselle, inguinale (de l'aine)
emagrecimento	weight loss	pérdida involuntaria de peso	amaigrissement
diarréia intensa (líquida de mais de 5 vezes ao dia)	diarrhea (liquid, more than 5 times a day)	diarrea (acuosa, mas de 5 veces por día)	diarrhées liquide prolongée

Vacinas	Inglês	Espanhol	Francês
Febre amarela	Yellow fever	Fiebre amarilla	Fièvre jaune
Poliomielite	Poliomyelitis	Poliomielitis	Poliomyélite
Hepatite A	Hepatitis A	Hepatitis A	Hépatite A
Tríplice (Difteria, Tétano Coqueluche)	DTP (Diphtheria, Tetanus, Pertussis)	DTP (Diphtheria, Tetanus, Pertussis)	DTP (Diphtérie, Tétanos, Coqueluche
HIV/ AIDS	HIV/ AIDS	HIV/ AIDS	VIH/SIDA
Tríplice viral (Sarampo, Caxumba, Rubéola)	MMR (Measles, Mumps, Rubella)	MMR (Measles, Mumps, Rubella)	ROR (rougeole, oreillons, rubéole)
Hepatite B	Hepatitis B	Hepatitis B	Hépatite B
Febre tifóide	Typhoide fever	Fiebre Typhoide	Fièvre typhoïde
Meningite meningocóccica	Meningococcal meningitis	Meningitis meningocócica	Meningite à meningocoques
Hemófilo	*Haemophilus influenzae* meningitis	*Haemophilus influenzae*	Iinfections à H. influenza
Tuberculose	Tuberculosis	Tuberculosis	

ANEXOS

CAPÍTULO 4.2

ANEXO A – Capítulo 4 (4.2)

ANEXO B – Capítulo 4 (4.2)

Refugiados empreendedores no Chile participam de Feira Cultural

Encontro, que terá entrada franca, será realizado de terça a sexta-feira 29 de outubro na Universidade Central.

Pessoas provenientes do Quênia, República Democrática do Congo, Colômbia e Peru oferecem seus serviços e produtos nos dias 26 a 29 de Outubro, em uma exposição organizada pela Pastoral do Vicariato e dos Trabalhadores e a Escola de Trabalho Social da Universidade Central do Chile.

São 23 expositores que se dedicam a diversas atividades entre as quais estão: artesanato em couro e prata, jóias, pão e bolos, sucos naturais, vestuário, música e serviços artísticos, maquiagem, cabeleireiro, terapias alternativas, desenho e confecção e pintura.

Esta é uma das iniciativas tomadas por ambas as instituições para promover a consciência intercultural da realidade vivenciada pelos refugiados e refugiadas que vivem em nosso país e apoiar a seu processo de integração social. Também será realizada a montagem da exposição fotográfica Chile País de Acolhida, e será feito um fórum sobre este tema em 11 de novembro.

O Vigário da Pastoral Social e Trabalhadores, Rodrigo Tupper salientou a importância de apoiar as pessoas que chegam ao Chile em busca de paz e segurança. "É um desafio que temos como sociedade e uma oportunidade para enriquecer a própria cultura e valorizar a diversidade. Iniciativas como estas nos mostram que os refugiados e as refugiadas são uma contribuição para o país de acolhimento, contribuindo com suas habilidades, seu esforço e sua vontade de produzir, criar e seguir em frente."

O diretor da Escola de Serviço Social na Universidade Central, Maria Gladys de Oliveira, disse que "esta é uma oportunidade para a Faculdade de Ciências Sociais, de aprender ainda mais com o tema do multiculturalismo, entendido como um processo básico em diferentes áreas da comunicação entre pessoas de diferentes culturas, um diálogo baseado no respeito mútuo e consideração. Esta é uma área forte na formação dos nossos futuros assistentes sociais da Universidade Central. "

A feira, que terá entrada gratuita, estará aberta entre as 10.00 e as 17.00 horas, todos os dias, e vai mostrar internacionais de dança, música e poesia na América Latina entre 13:00 e 14:00 horas. Todos os dias na Avenida San Ignacio 414, para o metrô Toesca, Universidade Central.

Fonte: La Tercera. **Emprendedores refugiados en Chile participan en feria intercultural.** Disponivel em: http://www.latercera.com/noticia/santiago/2010/10/1731-302346-9-emprendedores-refugiados-en-chile-participan-en-feria-intercultural.shtml
Acesso em: 25/10/2010. *Tradução nossa.*

Especialista em inclusão digital, ONG faz 15 anos e ensina a gerir lan house

Evento, que vai até domingo (28), apresenta dicas de gestão empresarial. Com o tema "Todo mundo pode mais", CDI quer incentivar empreendedores.

Aluizio Freire Do G1, no Rio

Ao completar 15 anos de existência, a Organização Não Governamental Comitê para a Democratização da Informática (CDI) programou uma semana de atividades na Fundição Progresso, na Lapa, Centro do Rio. A 10ª edição da semana da inclusão digital, cujo tema é "Todo mundo pode mais", ensina a administrar uma lan house. A ideia é identificar e ajudar pessoas com capacidade empreendedora.

O evento vai até domingo (28).

O espaço foi aberto para os interessados em conhecer projetos de tecnologia e viabilizar novos empreendimentos a partir de experiências bem-sucedidas em vários países.

"Queremos formar um grupo de profissionais seletos, com pessoas que tenham iniciativa e descubram seus talentos. Para isso, estamos realizando parcerias para atender várias comunidades. Nosso objetivo é multiplicar essas ações, mostrar que se pode ganhar dinheiro fazendo o bem, construindo um mundo melhor", diz Florencia Estrade, diretora de estratégia global do CDI.

Presente em 12 países

O CDI foi criado em 1995 com o propósito de oferecer capacitação nas tecnologias da informação para baixa renda, combinando cidadania e iniciativa empreendedora, a ONG constituiu uma rede com mais de 800 espaços de atuação espalhados pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai, além dos escritórios de representação nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Jordânia.

O ponta pé inicial do CDI foi dado por Rodrigo Baggio com a campanha "Informática para Todos", pioneira na América Latina, que arrecadou computadores para a população do Morro Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio. A partir daí, as iniciativas se ampliaram.

"Queremos levar a mais e mais pessoas esse conhecimento que transforma e, assim, multiplicar as ações positivas, esforços e formar parcerias em todos os níveis da sociedade", afirma Rodrigo.

Outras informações sobre cursos, palestras e inscrições para participar de eventos do CDI, acesse www.cdi.org.br.

Fonte: FREIRE, Aluizio**. Especialista em inclusão digital, ONG faz 15 anos e ensina a gerir lan house.** 25/03/ 2010. Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1544805-5606,00-ESPECIALISTA+EM+INCLUSAO+DIGITAL+ONG+FAZ+ANOS+E+ENSINA+A+GERIR+LAN+HOUSE.html Acesso em 22 out 2010.

Micro-créditos No. 3

Situação na Colômbia, Costa Rica, Ecuador, Panamá y Venezuela

Contexto

Na migração, refugiados experimentam uma deterioração acentuada das condições de vida durante o processo de adaptação a novas circunstâncias em outro país. Às vezes, eles são obrigados a exercer uma nova profissão ou trabalhar em condições desumanas em um esforço para manter uma boa qualidade de vida.

Um dos principais problemas para a integração econômica e a auto-suficiência dos refugiados encontra-se no acesso limitado ou nulo a serviços financeiros. Embora os bancos sejam obrigados a reconhecer os refugiados como clientes legítimos para qualquer serviço bancário, na prática, eles bloqueiam qualquer tentativa de empréstimo através de uma série de medidas restritivas.

Fatores como a discriminação e a ignorância sobre o estatuto sobre os refugiados e os documentos de refugiados na sociedade, dificultam a capacidade de serem auto-suficientes. De acordo com esta situação, o ACNUR lançou um plano de micro-crédito para fornecer aos refugiados uma alternativa, a fim de promover o desenvolvimento sustentável de pequenas empresas que, em casos excepcionais, como na Venezuela, chegam a beneficiar aos requerentes de asilo, apesar de só terem um passaporte temporário.

Como funciona o micro-crédito?

Esta ferramenta é desenvolvida através da sensibilização das instituições financeiras para garantir o acesso equitativo aos serviços financeiros para pessoas carentes em necessidade de proteção internacional (PNPI).

Com base na realidade de cada região, pode se desenvolver um acordo com uma instituição financeira para a concessão condicional do ACNUR, de um fundo de manejo de crédito, de modo a promover o acesso ao crédito para os refugiados, as populações locais e imigrantes.

O programa de micro-crédito é acompanhado (de acordo com as necessidades de cada pessoa ou grupo de pessoas) de formação, assistência técnica, assessoria jurídica e formalização de processos que maximizam a probabilidade de sucesso das atividades produtivas e provêm acesso ao crédito e serviços de microfinanças.

Os programas de micro-crédito ajudam a abordar as vulnerabilidades existentes nos grupos de refugiados, na medida em que melhoraram a qualidade de vida dos beneficiários, emponderam as mulheres e promovem a coesão social. Adicionalmente, permite o desenvolvimento permanente e sustentável de funcionamento das instituições de trabalho.

Onde se executam?

Venezuela

Na Venezuela o programa de microcréditos para refugiados e requerentes de asilo começou em 2005 com uns poucos fundos do ACNUR, mas em vista de sua eficácia como instrumento de proteção e de maior impacto positivo sobre os beneficiários, o programa continua a crescer nas mãos das instituições locais.

Desde 2008, o Banco Popular (BPS), a maior instituição de microfinanças no país, estabeleceu um acordo com o ACNUR para oferecer crédito em comunidades fronteiriças receptoras de refugiados.

Por dois anos esta instituição governamental tem apoiado, com fundos cem por cento próprios, a criação ou o reforço de cabeleireiros, granjas avícolas, agricultura, oficinas artesanais, oficinas de carpintaria, centros de fotografia e venda de alimentos.

Nos últimos dois anos, o BPS deu o equivalente a 690 mil dólares para micro-crédito em Zulia, Táchira, Apure e Amazonas, dos quais 40% foram destinados a projetos de famílias refugiados ou solicitantes de asilo, dando prioridade às mulheres chefes de família. Este é um passo sem precedentes.

Embora em menor escala, Fundesta, FUDEP e outras instituições de microfinanças também aderiram ao programa de microcréditos para refugiados.

Um dos beneficiários, um professor colombiano, veio a Apure quatro anos atrás, depois de ser ameaçado por um grupo armado na sua área. Com um micro-crédito da BPS, ele e sua esposa compraram o equipamento para esculpir madeira, e agora podem viver de artesanato. "Esta casa, a geladeira e tudo o que temos, nós fizemos com artesanato", disse sua esposa.

Panamá

Para a execução do Programa de Microcrédito para os Refugiados, o Panamá trabalhou com a instituição de microcrédito local, a Microserfin, a Cruz Vermelha panamenha e posteriormente, foi assinado um acordo para permitir o desembolso dos empréstimos.

Isto foi conseguido através do financiamento do ACNUR para os refugiados reconhecidos pelo governo Panamenho. Além de receber um máximo de três créditos Microserfin, os refugiados têm a oportunidade de obter uma referência do banco, se os empréstimos são pagos corretamente. Isto abre novas possibilidades para empréstimos maiores do que nos bancos comuns, que são de outra maneira (sem referência bancária) e adotam políticas extremamente restritivas em relação aos refugiados.

Este é o caso de um casal colombiano possui um negócio de turismo que oferece viagens para o Panamá com o serviço de táxi incluído. Eles receberam três micro-créditos e tiveram acesso a um empréstimo bancário regular através da referência bancária do Microserfin.

Em 2004 e 2005, o ACNUR forneceu o capital inicial e organizou cooperativas de crédito em Jaque organizada sob controle e Obaldia Porto, que até hoje ainda estão operando.

Nos dois anos (2008 -09), que vem operando o programa de micro-crédito com Microsefin na Cidade do Panamá, o ACNUR contribuiu com 22.000,00 dólares para o fundo, o que permitiu que 60 refugiados se beneficiassem com empréstimos. A nível nacional, o Microserfin canalizou cerca de 52 milhões de dólares ao longo de quase 31 mil empréstimos.

Os benefícios do micro-crédito para os refugiados:

- Contribui para a integração social dos refugiados e refugiadas e solicitantes de refúgio, em condições de dignidade e respeito pelos direitos humanos.
- Geração de empregos diretos e indiretos, proporcionando bem-estar para cada uma das famílias beneficiárias e melhora do ambiente em que vivem.
- Facilita a convivência entre a comunidade de acolhimento e os refugiados.

Equador

O Equador é o país com o maior número de refugiados na América Latina, onde a maioria das pessoas respondem ao conflito na Colômbia. Estimou a presença de mais de 135.000 pessoas que necessitam de proteção internacional, dos quais 40% está na fronteira norte, nas comunidades rurais.

A solução duradoura para a maioria dos refugiados no Equador é a integração local o que, portanto, requer uma ferramenta que crie postos de trabalho para melhorar o ambiente social. Em 2009, o Equador tem desenvolvido os fundos de crédito rotativo nos centros urbanos com maior presença de PNPI.

Em todos os fundos, pelo menos 50% dos beneficiários são mulheres. Com o apoio das agências especializadas e várias instituições financeiras, o plano de micro-crédito intenciona cobrir o aumento da presença das províncias PNPI (Pichincha, Cuenca, Santo Domingo, Imbabura e Carchi, Esmeraldas e Sucumbíos).

Costa Rica:

Na Costa Rica, o programa de microcrédito surgiu como resposta para a onda de colombianos que procuraram asilo, entre 2000 e 2002. Atualmente, existem mais de

12,000 refugiados e cerca de 19.100 pessoas de interesse do ACNUR no país. O número médio mensal de pessoas (80 por mês) requerentes de asilo permaneceu relativamente estável ao longo dos últimos dois anos.

Em 2004, o ACNUR lançou o programa como parte integrante da estratégia para facilitar a integração local e a auto-confiança da população e concedeu 823 empréstimos em março 2010. Além disso, uma perspectiva de gênero foi reforçada através da formação de mulheres, em especial as mães solteiras com filhos.

O programa de microcrédito comprovou ser muito bem sucedido. A APRODE, a mão de uma instituição de microfinanças responsável pela prestação de assistência técnica e assessoria a projetos de micro-crédito, e ONGs especializadas em programas de integração local. Até o final de 2009, 56% dos beneficiários de crédito eram mulheres empresárias. No período janeiro-março de 2010, financiaram 36 novos créditos dos quais 52% foram para mulheres.

País	**Regiões**	**Número de Beneficiarios**
Equador	Quito, Santo Domingo, Cuenca, Imbabura, Carchi, Sucumbíos, Esmeraldas	**447**
Venezuela	Apure, Táchira, Zulia y Amazonas	**148**
Costa Rica	San José, Desamparados, Heredia, Alajuela, Puntarenas, Guanacaste y Limón.	**563 (familias)**
Panamá	Ciudad de Panamá, Darien	**232**

* Ano 2009

Fonte: ACNUR. "Programas de microcrédito em Colômbia y em los paises vecinos". Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/RefugiadosAmericas/Colombia/Programas_de_microcredito_en_Colombia_y_en_los_paises_vecinos.pdf *Tradução nossa.*

ANEXO C – Capítulo 4(4.2)

Material utilizado e/ ou distribuído na reunião com as "mamas" congolesas.

1. Apresentação em material impresso da pesquisadora e da pesquisa.

Maria Regina Petrus.

Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios - NIEM (IPPUR-UFRJ).

Mestre em Planejamento Urbano e Regional desde 2001, com pesquisa sobre jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro, realizada de 1997 a 2001.

Doutoranda do IPPUR-UFRJ com pesquisa na área de migrações internacionais, Pesquisa de doutorado especificamente sobre refugiados vindos da República Democrática do Congo. "A 'integração local' dos refugiados congoleses no Rio de Janeiro – uma análise crítica e propositiva".

E-mail: reginapetrus@terra.com.br

Fragmento escolhido para uma breve apresentação de como a pesquisa é realizada.

"(...) Colher e dar existência, dar a voz, registrar as memórias que compõem a identidade daqueles que não são ouvidos e que tendo suas vozes silenciadas têm grande necessidade de falar. É isso, mais que tudo, uma proposta política, impossível de ser realizada sem a percepção do outro".

Ecléa Bosi

(pesquisadora e escritora brasileira)

2. Material para discussão da pesquisa e dos nossos objetivos.

Primeira proposta: leitura e discussão do "ensinamento".

Ensinamento popular no Brasil:

"Se não podes dar o peixe, pense que talvez o mais importante seja ensinar a pescar".

Segunda proposta: Apresentação de um pequeno texto. Explicar que o texto é uma adaptação que fizemos de parte de um trabalho de uma pesquisadora de São Paulo (professora Taeco Carignato) que tenta explicar aos imigrantes africanos o papel dela como professora e pesquisadora das migrações e dos imigrantes.

Título: *"**O que vocês da universidade podem fazer por nós?"***

"*... Se nos encontros com os imigrantes encontramos pessoas apáticas e aparentemente indiferentes, também encontramos pessoas questionadoras, tais como os africanos que logo nos interpelaram; "O que vocês da universidade podem fazer por nós?(...) Estávamos lá para fazer pesquisa?" (...) Insistiram na questão: "O que vocês, da universidade, nos oferecem? Podem oferecer trabalho?"*

Respondemos que não (...). "Não podemos oferecer trabalho, mas uma oportunidade para estabelecer novos laços sociais a fim de possibilitar, entre outras coisas, a ampliação das redes de relações sociais que facilitem o acesso a informações, novos contatos com outras pessoas, orientações para que possam ter acesso a outras coisas de que necessitam e que até podem vir a favorecer para encontrar trabalho".

Discussão do texto. O que acharam? O que pensam sobre o que a pesquisadora de São Paulo falou e respondeu?

Espaço de tempo para comentários livres sobre o texto.

3. Primeira história de tradição oral africana apresentada para as “mamas”.

A CANÇÃO DA PESSOA

Quando uma mulher de certa tribo da África descobre que está grávida, ela vai para a mata com outras mulheres e juntas fazem orações e meditam até que aparece a **“canção da nova pessoa”.**

Quando nasce a criança, a comunidade se junta e lhe canta “a sua canção”.

Depois, quando a criança começa sua educação, o povo se junta e canta para ela a sua canção. Quando se torna adulto, toda a gente se junta novamente e canta.

Quando chega o momento do seu casamento a pessoa escuta “a sua canção”.

Finalmente, quando sua alma está para ir-se deste mundo, a família e os amigos aproximam-se e do mesmo modo como fizeram em seu nascimento, cantam-lhe “a sua canção” para acompanhá-la em sua “viagem”.

Nesta tribo da África há outra ocasião em que as pessoas cantam **a canção.**

Se em algum momento da sua vida a pessoa comete um crime ou um ato social aberrante levam-na ao centro do povoado e a gente do lugar forma um círculo ao seu redor. E então, cantam-lhe “a sua canção”.

A tribo reconhece que a correção das condutas antissociais não é o castigo. É o amor e a lembrança de sua verdadeira identidade.

Quando reconhecemos nossa própria canção, já não temos desejos nem necessidade de prejudicar ninguém.

Teus amigos conhecem a tua canção e a cantam quando tu necessitas dela.

Aqueles que te amam não podem se enganar pelos erros que cometes ou pelas escuras imagens que às vezes mostras aos demais.

Eles te lembram tua beleza quando te sentes feio;

Tua integridade quando estás abatido;

Tua inocência quando te sentes culpado;

E teus propósitos quando estás confuso.

TOLBA PHANEM

(escritora e poeta africana).

4. Segunda história apresentada. História da tradição oral do Congo aprendida com os congoleses aqui no Brasil. A história é contada oralmente (com a ajuda de algumas “mamas” nos refrões) e somente depois é distribuída em formato impresso.

O PÁSSARO YIMBI

...Vou lhes contar uma história de um pássaro muito querido no Congo. Lá no Congo existem pássaros migrantes chamados NGUMBI ou **YIMBI -** como a maior parte das pessoas o conhecem.

São pássaros grandes, pretos, de longas asas, que voam lentamente e passam em bandos, sempre no final do ano, fazendo a sua migração.

Quando os YIMBI aparecem é para anunciar a chegada do ano novo e para trazer a notícia de uma boa safra.

Quando isso não acontece, o povo deve invocar a presença dos pássaros YIMBI. Assim, o povo, as mulheres, as crianças, saem das suas casas para cantar e imitar com os braços, os gestos, os movimentos das asas dos pássaros YIMBI.

Então, todos vão para fora e chamam pelos YIMBI. Vão cantando e batendo as asas (ou melhor... os braços!)... E vão cantando... Cantando assim:

- *Yimbi e, Yimbi e ko Yimbi ko!*

- *Yimbi e, Yimbi e ko Yimbi ko!*

E continuam a música:

- *Yimbi... tala bana bubadilanga ko Yimbi ko!*

(O que quer dizer: pássaro, pássaro, por favor! Pássaro, pássaro, por favor! Olhai para nós, seus filhos, que vos imploram...).

- *Yimbi... tala bana bubadilanga ko yimbi ko!*

(ko, ko... ko Yimbi ko)

- *Ku Kimbata, (ko, ko) ko Yimbi ko!*

- *Ku Makela, (ko, ko) ko Yimbi ko !*

- *Ku Kinshasa, (ko, ko) ko Yimbi ko!*

(O que significa que estão a pedir que o pássaro chegue aos lugares onde o povo está precisando dele... Cantando o nome de cada aldeia).

E todos seguem cantando e imitando os gestos do pássaro YIMBI até ele aparecer.

- *Yimbi e, Yimbi e ko Yimbi ko!*

- *Yimbi e, Yimbi e ko Yimbi ko!*

E é dessa maneira que o povo do Congo pede e reconhece a bondade do pássaro YIMBI.

ANEXO D – Capítulo 4 (4.2)

Parte específica. Entrevista aberta sobre temas referentes à integração local.

Data: 20.07.08 **Local**: Bairro do Estácio

Entrevistado: E.

Nacionalidade: congolês.

Assunto: **questões relacionadas à "integração local"-** dificuldades com a língua, documentos de estudo, diploma universitário do Congo, sociabilidade e outros temas indicados pelo entrevistado.

P. Você poderia, então, falar de algumas coisas sobre as quais nós já conversamos várias vezes? Eu gostaria que você falasse sobre o que considera que sejam as condições necessárias para a situação de um refugiado aqui - usando as suas palavras - ser "minimamente digna". Quais são as suas ideias, as suas opiniões sobre o que deveria ser mudado, melhorado? Também queria saber o que você acha dos projetos - que já conhece - de fazermos a universidade participar disso tudo. Atuar nessa questão dos refugiados, do refúgio.

E. Você me disse que acha que tem um problema grave na falta de informação; das informações básicas. Você escreveu aqui na sua apresentação que está pesquisando quatro áreas importantes – que eu concordo completamente – estudo e português, trabalho, saúde e moradia.

P. É. Veja bem, isso é só um guia de ideias para a gente conversar. Isso é o que eu selecionei para pesquisar porque tenho visto que são as coisas mais básicas e mais difíceis – e coisas de que todos os refugiados já vieram falar para mim quando conversamos.

E. Eu vou te dizer já agora o que eu penso. Na chegada, as pequenas informações que a gente tem não são suficientes. A gente fica procurando essas informações através da nossa gente mesmo e por nosso próprio esforço. Por exemplo, o meu amigo, que eu chamo de pai, está aqui há muitos anos. Quando eu cheguei, eu fui lá na casa dele. Foi ele que me disse: "Você vai fazer o seguinte. Vai se apresentar lá na Cáritas, só para poder conseguir os documentos". O problema da Cáritas, na minha opinião, é que é só para te encaminhar para conseguir os documentos; para você ter documentos. Depois ela vira um tipo de banco – você vai lá, pega o

seu dinheiro pelo tempo determinado, e pronto. Não sei se toda gente não encontra mais ajuda quando é refugiado. Em outros países.
Mas e o resto? As informações sobre estudo, por exemplo, ou saúde, ou um problema que você tem com a justiça... Eles não fazem o que deviam fazer.

P. Você tem muitas críticas à forma como trabalham com os refugiados aqui... Pode falar melhor sobre isso?

E. Não são críticas por nada. Por que, além de ir pegar o dinheiro, o que mais você vai fazer lá? Porque quando você vai lá, sempre a única frase que houve é "não temos verba". Quando você fala que quer estudar dizem que "não, não dá para estudar isso que você quer". Você tem que fazer esses cursos básicos que eles acham que são suficientes. Eles dizem que você quer confusão porque todo mundo pede para fazer os cursos básicos e você quer fazer outro melhor.
Eu digo que "nem todo mundo foi feito para ter uma bancada, barraca, vender peixe, ou vender qualquer coisa". Não é assim. No nosso país há pessoas que já têm melhor escolaridade; então, a gente aqui tem que aproveitar as coisas que estudou e as experiências que já tinha de trabalho... Para poder fazer alguma coisa melhor! Mas não tem ajuda para isso. E não tem um bom encaminhamento. O problema da saúde, por exemplo, não tem bom encaminhamento. Eu já falei isso muitas vezes. Nós hoje estamos fazendo a organização da comunidade graças aos conselhos de uma advogada...
Uma moça que era advogada de direitos humanos e que uma vez me disse: "Senhor, vocês têm que se juntar numa associação, porque um só não vai poder ficar reclamando. Não vai adiantar". Disse que para podermos obter outras coisas tínhamos que nos juntar. Ela deu como exemplo os brasileiros lá no Canadá, nos Estados Unidos, que se juntaram em uma comunidade brasileira e que estão conseguindo muitas coisas.

Nós devemos nos juntar. Estamos fazendo isso. Mas você viu! Você sabe a dificuldade que é para organizar... É muito difícil. Não tem essa cultura no nosso país; de se fazer uma união organizada, uma associação. É muito complicado fazer aqui... Tem a barreira da cultura.

P. Eu posso cortar você um pouco? Desculpe. É para você falar o que você conhece e o que você acha sobre a lei para os refugiados que o Brasil tem...

E. Mas tem uma lei! Oh! Eu sei! Tem, mas está só escrita.

P. Mas a lei existe. Se não existisse, os refugiados não teriam documentos, por exemplo; não poderiam ser protegidos com a garantia de não serem mandados de volta para o país de onde fugiram.

E. Mas a lei não é só isso. Ela não está sendo praticada.

P. A lei é de 1997. Muita coisa já está em prática. Pelo visto, você não concorda comigo...

E. Olha, mesmo tendo a união, a organização da associação, tem que ter as informações e um acompanhamento. A lei existe; você pode ler a lei, conhecer os direitos dos refugiados, mas tem que saber os caminhos...
O programa de refugiados tem um problema de verbas. Está bem, então, não tem verbas. Pode não ter verba, mas fazer um trabalho mais de perto, de orientação mesmo dos refugiados. Por exemplo, veja o que acontece no hospital. Por que não botam um refugiado lá para ser intérprete? Por que não escolhem alguém da comunidade, dos congoleses, para fazer essa orientação? Isso não custa tanto dinheiro. Mas não se faz. Eles pensam que a gente tem que se virar. Eu perguntei: "Por que vocês não colocam refugiados para trabalhar com vocês? Que poderiam ajudar no trabalho de vocês? Que sabem falar todas as línguas do país? Poderiam ir junto com os outros no hospital, na Policia Federal... Por que não poderia ter uma internet para os refugiados? Vocês podem ver quem tem capacidade; ver essas pessoas que podem ajudar, ter liderança, que podem multiplicar o trabalho.
Só que eles não querem uma pessoa com liderança por perto. Aí já é uma outra guerra dentro da organização deles. Porque uma pessoa com liderança vai querer discutir com eles os interesses dos refugiados. Não vai aceitar tudo. Não vai ficar quieto, só agradecendo tudo... Então se é uma pessoa como eu, que falo o que eu penso, vai questionar.

Para procurar emprego também. Todo mundo sabe meu papel de questionar tudo. Uma vez perguntei na direção da organização Cáritas: "Olha, nós ficamos aqui a procurar emprego e não conseguimos... A Cáritas não tem obrigação de nos ajudar?"
E a Cáritas me diz sempre que não pode ajudar assim do jeito que eu acho; que o Ministério da Justiça já colocou uma verba que está sendo usada somente para ajudar as pessoas a

procurar emprego. Mas quem já viu essa verba? Você já viu? Eu nunca vi essa verba; porque não explicam direito...

Bem, da parte jurídica eu já falei. Moradia é só isso mesmo. Nada. Falta de informação na língua dos refugiados, para todo mundo poder entender – disso já falei também.
O que acontece é que as dificuldades vão multiplicando-se. Eu digo que o número das pessoas que estão aqui como refugiados ninguém conhece. A verdade é que é assim mesmo. Quem morreu, quem está vivo, quem foi embora, quem já saiu daqui.... Eles, lá da organização que é a responsável, não conhecem esses números. Não têm "repertório" de informação sobre isso.

Acho que isso é tudo.

Foi por isso que eu disse que é um banco... A professora entendeu agora? Mas é um banco que não tem dinheiro pra todo mundo que precisa. É só isso o que se escuta – a falta de verbas. Você vai lá com a assistente social e ela diz isso para você... Não tem mais dinheiro pra transporte pro centro, pros cursos, por enquanto estamos sem verba para isso. Ora...

Acho que é esse o trabalho que vocês que são da universidade podem fazer. Trabalhar junto com eles para mostrar o que não está funcionando. Por exemplo, esse problema dos diplomas. Muita gente não tem como conseguir os diplomas lá no meu país. Quem consegue não sabe como fazer aqui para eles valerem de verdade; para um emprego ou para continuar a estudar. É tudo complicado e muito demorado... A gente fica revoltado; vai reclamar. Mas a maioria acaba desistindo...

P. Você não acha que é preciso ter muito cuidado para criticar? Para não se desvalorizar nem destruir o que já se conseguiu? Eu sei que a situação de vocês está muito difícil... Vários congoleses passaram por muitas coisas difíceis, horríveis, violentas. Mas também não se deve destruir ou criticar tudo. Porque o que já se conseguiu – que não é pouco – foi com o esforço de muita gente e não foi um esforço só daqui do Rio de Janeiro; foram muitas pessoas que trabalharam e lutaram para que o Brasil tivesse uma lei para refugiados - e continuam lutando para melhorar. Mas eu reconheço que você faz críticas porque vive as dificuldades e conhece a realidade dos refugiados aqui... Suas críticas são muito importantes para uma pesquisa como esta.

E. É. Eu sei. Mas esse problema dos estudos, o que tem de pior são os documentos mesmo. O que exigem! Ora, uma pessoa que saiu do seu país correndo, fugiu da guerra ou das perseguições, não chega com os documentos, não consegue trazer seus documentos. E esses documentos no nosso país, o Congo Democrático, são muito difíceis. E custa muito caro para conseguir os documentos. Tudo é muito caro e desorganizado. Então, por que não fazer uma avaliação aqui? Hein? Avaliar os refugiados aqui? Porque nesses países de onde nós saímos, no Congo, por exemplo, há mais de 4 milhões de refugiados... Quantas pessoas conseguem chegar até aqui? Quantas pessoas conseguem sair de lá? E sair com documentos? Tem que pensar na situação que existe lá. E ver o que se vai fazer para resolver o problema de quem não tem documentos.
Eu, por exemplo, já estou aqui há dois anos. Agora que consegui fazer chegar um documento de estudo que foi aceito. E tenho que pagar para traduzir e depois esperar para ele ser válido aqui. Mas se não consigo como trazer o "relevé de cotes" (histórico escolar) não consigo nada com o diploma.

P. Mas você não acha que é fundamental que o Brasil consiga dar um documento a todos os que chegam pedindo refúgio, o CPF, a carteira de identidade, carteira de trabalho. Isso é muito importante! E hoje em dia isso é muito difícil em muitos países; conseguir documentos. Ser considerado um refugiado com direitos... Acho que você sabe disso.

E. É coisa fundamental, sim. A gente sabe que na Europa, em outros lugares, ninguém nem consegue entrar, pedir o refúgio... Vai ser preso, mandado embora ou ficar ilegal. Então eu reconheço que é fundamental. Mas aqui a gente também para pegar esses documentos tem que ser só com a ajuda dos amigos. Até para pegar o ônibus e chegar lá ao local certo. Não é a Cáritas que vai dizer para você o que você precisa fazer, como vai chegar, ou dar os endereços. E muitos quando chegam nem entendem nada do português. Então lá eles dizem: "Procura um amigo para te ajudar". Eles sabem que nós somos muitos aqui e que, comparados aos outros refugiados, temos um pouco de união para ajudar os conterrâneos que chegam.

P. Você pensa que existe uma diferença entre os africanos – os congoleses principalmente – e os outros refugiados de outros países? Que estão aqui no Brasil?

E. Existe! Do Iraque. Eu vi os iraquianos, quando chegam... Ah! Eu fui lá a São Paulo. É bem diferente.

P. Por que você acha isso?

E. Eu não posso falar. A guerra e a pobreza na África não interessam para o mundo. Somos muitos. Só se veem números...

P. Concordo. Não se pode banalizar a morte, a guerra... Eu lembro do que você falou sobre o CD com os programas sobre a guerra no Congo que assistimos. Isso também já está acontecendo aqui no Brasil com a violência nas cidades...

E. É diferente. Melhor não falar disso.

P. Posso retomar uma coisa? O que você acha das estatísticas? Os dados oficiais indicam que atualmente há 2880 refugiados africanos no Brasil.

E. Eu quero terminar falando novamente dos palestinos. Eles são 120 palestinos. Para quê? Quando o Brasil vai lá fora e diz que recebe os refugiados e que são mais de 3000... Quem são os refugiados do Brasil? Somos nós, os africanos.

ANEXO E – Capítulo 4 (4.2)

Refugiados UFMG[26]

RESOLUÇÃO N o 03/2004, DE 19 DE AGOSTO DE 2004

Reedita com alterações a Resolução n o 03/98, de 07/05/98, referente à matrícula de alunos refugiados políticos nos Cursos de Graduação da UFMG

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando: a responsabilidade institucional de prever alguma forma de ingresso de alunos refugiados políticos na UFMG; o princípio de autonomia; os incisos IX e XIX do art. 17 do Estatuto da UFMG; a Lei n o 9474/97, de 20/07/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e cria o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE); o parecer n o 526/96 da Procuradoria Jurídica III, que dispõe sobre o recebimento pela UFMG de transferência de alunos asilados; o Ofício n o 3.660/95 da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto (SESu/MEC), que solicita a criação de mecanismos de ingresso dos refugiados políticos nos Cursos de Graduação, resolve:

Art. 1 o Será permitido o ingresso de refugiados políticos na UFMG, como alunos dos Cursos de Graduação.

§ 1 o A matrícula de refugiados políticos nos referidos cursos condiciona-se à comprovação de que seu pleito de refugiado político foi referendado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

§ 2 o Somente será aceita a matrícula do refugiado que tiver completado o Ensino Médio no país de origem, até dois anos antes de ter sido seu pleito referendado pelo CONARE, ou que o tiver completado no Brasil, até dois anos após o referendo do Comitê.

§ 3 o refugiado só poderá obter vaga na UFMG, nesta condição, por uma única vez.

Art. 2 o Cada Colegiado de Curso de Graduação da UFMG estabelecerá o número de vagas para matrícula especial de refugiados políticos, e os critérios de seleção, com aprovação da Câmara de Graduação, garantindo-se o mínimo de uma vaga por curso.

Parágrafo único. Os alunos ingressos por essa via terão os mesmos direitos e deveres dos demais alunos da UFMG, observando-se as normas estatutárias e regimentais, bem como o disposto na presente Resolução.

Art. 3 o A apresentação de documentação comprobatória da escolaridade do refugiado político é condição necessária à análise de seu processo de solicitação de vagas nos Cursos de Graduação da UFMG.

§ 1 o No caso de o requerente ter realizado o Ensino Médio fora do Brasil, deverá apresentar parecer de equivalência, emitido por Secretaria de Estado de Educação.

§ 2 o No caso de o requerente não possuir documentação, será necessário que o CONARE ateste sobre sua escolaridade.

§ 3 o No caso de o requerente ter sido anteriormente aluno de curso universitário, caberá ao Colegiado de Curso analisar a documentação apresentada e proceder às devidas avaliações, com vistas à concessão de dispensa de atividades curriculares na UFMG.

[26] Para mais informações ler "A trajetória de estudantes universitários angolanos da universidade federal de Minas Gerais." Disponível em http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1102.htm

Art. 4 o As solicitações de ingresso de alunos refugiados na UFMG serão protocolizadas pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico, mediante requerimento e apresentação de cédula de identidade expedida pela Polícia Federal e, deverão ser encaminhadas ao Colegiado de Curso para análise, seleção e decisão.

Art. 5 o Caberá à Câmara de Graduação decidir sobre casos não previstos na presente Resolução.

Art. 6 o A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professor Marcos Borato Viana – **Vice-Reitor no exercício da Presidência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Fonte: Cepe reedita resolução sobre refugiados políticos. 19 ago 2004 Disponível em: http://www.ufmg.br/boletim/bol1471/sexta.shtml Acesso em 29 mai 2009

REFUGIADOS SÃO ACEITOS NA UFMG

Em 1998, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, provocado durante 04 anos consecutivos pelo jornalista e refugiado, MANUEL FERNANDO, decidiu em votação unânime, acolher seu pleito de reconhecimento do seu direito de acesso aos cursos de graduação da UFMG na condição de refugiado. Não se reconheceu apenas tal direito ao jovem empreendedor. A UFMG, entendo ser, de fato, uma questão de direito, regulada por institutos internacionais e recepcionados pelo ordenamento jurídico brasileiro, foi mais longe ao elaborar a Resolução nº 03/98 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais que dispôs sobre a matrícula de alunos refugiados políticos nos cursos de graduação, de maneira a que outros refugiados em iguais condições pudessem ter o mesmo benefício.Inicia-se em Belo Horizonte uma nova fase na história do refúgio e da proteção internacional aos refugiados.

Esta conquista representa um grande avanço na questão da aplicação dos dispositivos internacionais na República Federativa do Brasil que até então não avançara nada neste sentido. A Resolução em epígrafe é um marco histórico e único em todo o Brasil.

À época a ARAB não existia como instituição. As agências implementadoras do ACNUR (Alto Comissariado da ONU para refugiados) e o próprio ACNUR não influenciaram em nada no andamento e no desenrolar destes 04 anos de pressão à Reitoria da UFMG. É portanto uma conquista dos próprios refugiados.

Atualmente, já são 16 refugiados africanos (de Angola) matriculados nos cursos de graduação da UFMG, incluindo os vindos de São Paulo e Rio de Janeiro, recomendados pelas agências implementadoras.

Apesar da boa vontade e da solidariedade da UFMG e da FUMP em receber os refugiados e inseri-los em seus programas assistências, conforme informação retro, os refugiados que aí estudam, à semelhança de outras centenas de refugiados africanos espalhados pelo Brasil, batem-se com a falta de empregos e de fonte de renda para seu sustento, passando privações que vão desde a falta de alimentação, moradia e meios de locomoção.

Fonte: Refugiados são aceitos na UFMG. Disponível em http://zzengo.hpg.ig.com.br/refugiados_arab.htm Acesso em 09 mai 2007.

UFJF recebe exilados angolanos

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) se tornou a segunda instituição brasileira a receber exilados políticos. Em agosto de 2004, chegaram à universidade três refugiados angolanos, que decidiram deixar o país de origem, assolado por quase 30 anos de Guerra Civil, para terem condições melhores de aprendizado.

Jofre Massosce Feijó da Cunha, que está no primeiro período de Direito, foi um dos contemplados com o programa. Além de elogiar a hospitalidade do povo mineiro, ele acredita que a interação com

colegas de curso tem sido boa. "Já tive a oportunidade de conhecer gente de quase todos os períodos e estou muito feliz", afirma.

(...) A UFJF passou a aceitar exilados políticos a partir do pedido de um grupo do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR), um dos principais organismos humanitários do mundo. Após o requerimento, a universidade montou uma comissão que estudou a documentação entregue pelo grupo e fez uma proposta ao Conselho Superior, que a aprovou por unanimidade.

A pró-reitora de graduação da UFJF, Valéria Trevisani, acha que a iniciativa é de extrema importância política e social, visto que outros países já acolheram exilados brasileiros em outros tempos. "A UFJF oferece formação a quem pretende voltar e atuar no país", afirma.

Para conseguir uma vaga na universidade, os exilados dependem da aprovação da coordenação do curso escolhido. Após essa etapa, o aluno passa por uma entrevista e faz provas de língua portuguesa e de conhecimento específico. Caso tenha um desempenho satisfatório, já pode começar a estudar.

Fonte: NIEM. **UFJF recebe exilados angolanos.** 21 set. 2004. Disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/niem_rj/message/1324>. Acesso em 22 set 2004

Universidade Federal vai abrir vagas para refugiados políticos

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) aprovou na última reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), realizada este mês, a resolução que autoriza o ingresso de estrangeiros, na condição de refugiados políticos, nos cursos de graduação da Instituição. A decisão foi embasada entre outros fatores, na Constituição Federal e no Estatuto de Refugiados que prevê asilo político aos estrangeiros perseguidos.

De acordo com o Reitor, Dr. Roberto Ramos, há dois anos, a UFRR recebeu a visita de representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), considerando que o Estado de Roraima faz parte de uma rota utilizada por muitas pessoas que entram no Brasil e encontram-se nessa situação. Os enviados apresentaram uma proposta de integração a Administração Superior que submeteu o tema ao CEPE para deliberar sobre o assunto.

A UFRR é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior da Região Norte a aprovar uma resolução que permite o ingresso de alunos na condição de refugiados políticos no país. O Reitor da UFRR reconhece a importância dessa temática uma vez que a universidade está inserida num rico espaço de fronteira e precisa realizar ações voltadas para este contexto. "Temos uma realidade

peculiar de fronteira no país e a universidade precisa preocupar-se com os diversos fatores que esta localização estratégica oferece. A visita dos representantes da ONU e a aprovação do CEPE são os primeiros passos para a implantação de políticas de valorização, capacitação e respeito a estas pessoas", explica o Reitor.

Para ingressar nos cursos de graduação da UFRR os refugiados políticos deverão passar por alguns critérios. Por exemplo, comprovar a condição de refugiado político, com o reconhecimento do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Outro ponto relevante para o ingresso é a escolaridade equivalente no Brasil ao ensino médio completo. Caso o candidato tenha cursado o ensino médio fora do Brasil deverá apresentar parecer de equivalência emitido pela Secretaria de Estado da Educação.

Refugiado Político – Conforme a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados é considerado "refugiado" ou "refugiada" toda pessoa que é perseguida devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, que encontra-se fora do seu país de origem e que, por causa dos temores, não pode ou não quer regressar a nação.

ACNUR - A ACNUR entre outras funções atua no Brasil para colaborar com o governo quanto a aplicação das diretrizes da Convenção de 1951 que definiu o Estatuto do Refugiado e trabalha junto com a sociedade civil e com os refugiados para facilitar o processo de integração por meio de uma rede nacional de apoio.

Fonte: DUARTE, Lucyara. **Universidade Federal vai abrir vagas para refugiados políticos.** 30/04/2008. Disponível em http://www.ufrr.br/noticias/coordenadoria-de-imprensa/universidade-federal-vai-abrir-vagas-para-refugiados-politicos . Acesso em 09 ago 2009

UFSCar prevê vaga para refugiado político no país

Refugiados políticos que moram no Brasil vão poder cursar um dos 57 cursos oferecidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A instituição de ensino abriu processo seletivo específico para os interessados. O edital do vestibular prevê, no mínimo, uma vaga para cada um dos cursos.

Para entrar na UFSCar, o candidato interessado tem de ser aprovado em avaliações, ainda que o número de vagas seja maior que o de inscritos. Já na fase de inscrição, o candidato terá de comprovar sua condição de refugiado, mediante referendo do Comitê Nacional dos Refugiados (Conare). A relação de cursos e as normas e regulamentos do processo de seleção específico podem ser acessados através do site: www.vestibular.ufscar.br.

Os documentos que comprovam o interesse pela vaga devem ser enviados, até 13 de fevereiro, para a Divisão de Controle Acadêmico (DiCA) da instituição, indicando o curso pretendido e a documentação comprobatória de conclusão de estudos equivalentes ao Ensino Médio, acompanhada de parecer de equivalência emitido por Secretaria de Estado de Educação, caso os estudos tenham sido realizados fora do Brasil. Os documentos deverão ser enviados para o endereço: Rodovia Washington Luís, km 235, CEP 13565-905, São Carlos, SP.

No dia 27 de fevereiro, a UFSCar divulga a convocação dos candidatos para a avaliação. A relação

estará disponível através do site da instituição. www.ufscar.br. No dia 9 de março, será divulgada a relação dos aprovados e as respectivas indicações dos cursos e data em que deverão comparecer para matrícula e início do ano letivo.

A UFSCar criou as vagas para refugiados políticos a partir do que prevê o Estatuto dos Refugiados e a Lei 9.474/97. Uma portaria interna também foi publicada com o objetivo de regulamentar o processo seletivo. A universidade informa que as pessoas que ingressarem na instituição por essa modalidade terão os mesmos direitos e deveres dos demais estudantes da UFSCar.

04/02/2009 - 10h13
http://www.conjur.com.br/2009-jan-24/universidade-preve-vaga-refugiado-politico-mora-brasil

IMC assina termo de intenção de parceria com agência da ONU para refugiados(as)

Para celebrar o Dia Mundial do(a) Refugiado(a), comemorado em 20 de junho, a Faculdade Metodista de Santa Maria promoveu em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Associação Antônio Vieira, uma conferência sobre o tema "Direitos Humanos e Refúgio no Brasil". A atividade aconteceu na terça-feira (17/06) no auditório do Instituto Metodista Centenário (...)

Na abertura oficial da conferência foi assinado um termo de intenção de parceria entre o Instituto Metodista Centenário e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados(as). A proposta do termo é promover a pesquisa sobre direito internacional humanitário e facilitar o acesso de refugiados(as) aos cursos de graduação da FAMES e, no caso das crianças, ao Colégio Metodista Centenário. O IMC também se propõe a integrar os (as) refugiados(as) em seus programas sociais e prestar assistência jurídica aos (às) solicitantes de refúgio.

(...) Na conferência o Oficial de Relações Externas da ACNUR falou sobre o mandato da organização no Brasil, ressaltando o histórico e as ações da entidade que busca proteger e ajudar as pessoas deslocadas de seus países. Gabriel Godoy revelou que mais de meio milhão de pessoas necessitam de proteção e assistência na América Latina e que para isso o papel das cidades solidárias é muito importante. "É necessário o apoio do poder público e de instituições como a FAMES que abrem suas portas para os refugiados", salientou.

Na sua exposição a Coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos do Centro Universitário Metodista do IPA abordou o "Estado Democrático de Direito e o Papel da Educação na Promoção dos Direitos dos Refugiados". Para isso, citou artigos da constituição brasileira que tratam da questão das diferenças e desigualdades entre as pessoas. "Estamos inseridos em uma estrutura discriminatória que temos que enfrentar como povo e como sociedade. Com essa conferência e a assinatura do termo de parceria estamos dando conta de implementar o que a constituição prevê".

Autoridades como o secretário de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, representando o governo municipal; presidente da Câmara de Vereadores e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Santa Maria fizeram parte da mesa de abertura e prestigiaram a conferência. Também estiveram presentes integrantes das comunidades árabe-palestinas e refugiados(as) que vivem em Santa Maria. No encerramento da atividade foi realizada uma apresentação do grupo de dança da Sociedade Árabe-palestina de Santa Maria AL-WATAN.

Fonte: NOGUEIRA, Ana Paula Nogueira. **IMC assina termo de intenção de parceria com agência da ONU para refugiados(as).** 18/06/2008. Disponível em: http://www.metodistadosul.edu.br/colegio_centenario/capa/noticias.php?codigo=19021&secao=20429&pai=20427&curcodigo=&volta= Acesso em 12 abril 2009

ANEXO F – Capítulo 4(4.2)

Cursos de português para estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro.

UERJ – O Instituto de Letras possui um projeto chamado "Línguas para a Comunidade" (Licom) onde oferece aulas de diversas línguas, entre elas: português / redação, português - novas regras de ortografia, latim e português para estrangeiros. Quando a procura é maior do que o número de vagas oferecidas o curso realiza um sorteio para definir quem poderá se matricular. Uma vez aceito no curso o aluno paga uma taxa semestral.

Horário de Atendimento:
2ª a 6ª feira, 9:30h às 12:30h e 14h às 17h
Endereço: R. São Francisco Xavier, 524, 11º andar, Bloco D, Salas 11.007
CEP 20559-900 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2334-0840 / 2334-0165

UFRJ – Na Faculdade de Letras há um Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (PEPPE). O curso oferecido é dividido em quatro módulos que podem ser concluídos em 1 ou 2 anos. A carga horária total é de 240 horas/aula para os cursos regulares e de 180 horas/aula para os cursos destinados a falantes de espanhol. Para se matricular o aluno necessita de um passaporte válido (não é aceito visto de turista) e o pagamento do curso é por módulo.
Tel.: 2260-2296, e-mail: ple.scultural@letras.ufrj.br
Inscrições: Local: Faculdade de Letras /UFRJ – Cidade Universitária - Sala D-113
Horário: 2a , 3a e 5a de 9 a 13 horas; 4a e 6a de 9 a 11 horas e 15:10 h a 17:10 h
Documentação: Passaporte com visto válido (exceto visto de turista); uma foto 3x4
Responsável pelo atendimento: Rachel Bastos

PUC - RJ – Possui o curso "Brazilian Culture and Language for Foreigners/ Língua e Cultura Brasileira para Estrangeiros". O curso foi elaborado para desenvolver a habilidade do estudante para entender e usar as formas oral e escrita do português, associando tópicos da cultura brasileira essenciais à vida cotidiana, bem como para permitir a comunicação. Tem os níveis I e II (iniciante e intermediário respectivamente) e cada curso tem carga horária de 45h.
A matrícula poderá ser realizada por qualquer um dos seguintes modos:
1. Pela Internet
2. Pela Central de Atendimento - 0800 970 9556
3. Presencial - Comparecimento do candidato ou seu representante, munido de instrumento particular de procuração à CCE/PUC – Rio. Rua Marquês de São Vicente, 225/casa XV - Gávea/RJ, Av. Marechal Câmara, 186/7º andar - Centro/RJ ou Av. das Américas, 1650/2º andar - Bl.1 - Barra da Tijuca/RJ.

ANEXO G – Capítulo 4 (4.2)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Sub-reitoria de Graduação - SR-1
Departamento de Administração Acadêmica - DAA

PROCESSO Nº_____

DATA _____/_____/_____

_____
Matrícula Rubrica do Servidor

Magnífico Reitor

_____, vem solicitar a Vossa Magnificência se
Nome do requerente

digne a conceder a Revalidação do diploma de _____ expedido
Curso

pela _____ em _____/_____/_____.
Nome da instituição de origem

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do requerente ou representante legal

Documentos necessários de acordo com o CNE e o ato normativo interno - **Deliberação UERJ n.º. 021/02**	
• Original e cópia autenticada do diploma ou certificado a ser revalidado, com o Visto Consular Brasileiro; • Tradução do diploma a ser revalidado, feita por Tradutor Público Juramentado no Brasil , com o Registro de Títulos e Documentos; • Original e cópia autenticada do histórico escolar e documentos que permitam caracterizar a duração e a estrutura curricular do curso objeto do diploma ou certificado a ser revalidado, com o Visto Consular Brasileiro; • Tradução do histórico escolar e outros documentos correspondentes ao diploma ou certificado a ser revalidado, feita por Tradutor Público Juramentado no Brasil, com o Registro de Títulos e Documentos; • Original e cópia autenticada dos programa das disciplinas cursadas ou outros documentos que permitam avaliar os estudos realizados para obtenção do diploma ou certificado a ser revalidado, com o Visto Consular Brasileiro ;	• Tradução dos programa das disciplinas cursadas ou outros documentos que permitam avaliar os estudos realizados para obtenção do diploma ou certificado a ser revalidado, feita por Tradutor Público Juramentado no Brasil, com o Registro de Títulos e Documentos; • Original e cópia autenticada da documentação comprobatória de conclusão dos estudos de ensino médio; • Cópia autenticada do Documento de Identidade; • Comprovante de pagamento da taxa respectiva (que poderá ser feito após a análise da documentação pelo DAA/DINORM); • Visto Permanente, em caso de requerente estrangeiro; • Comprovante de Domicílio e Residência no Rio de Janeiro. **Obs.: O requerimento somente será aceito com a apresentação de todos os documentos.**

Endereço do requerente: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF:____ CEP _____ Tel.: _____

.....

UERJ	COMPROVANTE DO REQUERENTE	
Nome:		Processo nº
Curso:		
Data / /	Assunto: Revalidação de Diploma	Rubrica e matr. do funcionário

UERJ	FOLHA DE INFORMAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	FOLHA	RUBRICA
		Proc.	03	

Divisão de Normas e Referências – DINORM

REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA Documentos necessários de acordo com a Deliberação UERJ nº. 021/02	Folha	Obs.
01- Cópia Autenticada do Diploma ou Certificado a ser Revalidado (com o Visto Consular Brasileiro e com o Registro de Títulos e Documentos);		
02 - Cópia Autenticada do Histórico Escolar da Instituição de Ensino Superior (IES) de origem (com o Visto Consular Brasileiro e com o Registro de Títulos e Documentos);		
03-Programa das Disciplinas Cursadas (com o Visto Consular Brasileiro e com o Registro de Títulos e Documentos);		
04 - Cópia Autenticada da documentação comprobatória de conclusão dos estudos de ensino médio;		
05 - Tradução do Diploma ou Certificado a ser Revalidado, feita por Tradutor Público e Intérprete Comercial (Juramentado) no Brasil;		
06 - Tradução do Histórico Escolar da IES, feita por Tradutor Público e Intérprete Comercial (Juramentado) no Brasil;		
07 - Tradução dos Programas das Disciplinas Cursadas, feita por Tradutor Público e Intérprete Comercial (Juramentado) no Brasil;		
08 - Cópia Autenticada do Documento de Identidade;		
09 - Comprovante de Domicílio e Residência no RJ;		
10 - Visto Permanente, em caso de requerente estrangeiro;		
11 - Comprovante de Pagamento da Taxa Acadêmica.		

Data	Assinatura do Responsável pela verificação	Carimbo
/ /		

ANEXO H – Capítulo 4(4.2)

Apostilas de português para imigrantes são lançadas em São Paulo

"Aprender o idioma vai além do entendimento das palavras, significa também para os diferentes povos que vivem em São Paulo, compreender e se integrar na cultura brasileira."

A Rede Vit@lis Brasil através do seu coordenador Pedro da Silveira Costa Neto lançou hoje as apostilas do curso de português para imigrantes – Básico e Intermediário. Possibilitar o aprendizado do português e da nossa cultura são ações simples, porém, muito importantes e inexistentes na esfera das políticas públicas brasileiras.

Esta ação iniciada em 2007, a partir do Projeto i-migrantes / Cibernarium da Secretaria Municipal de Participação e Parceria de São Paulo pôde ser concretizada com o apoio do Banco Rendimento na confecção das apostilas.

Durante o lançamento Pedro lembrou a forma como os imigrantes são vistos, dentro e fora dos momentos de crise: "Nas crises, como concorrência da mão de obra local e em outros momentos são vistos como colaboradores do desenvolvimento nacional, atuando em atividades em que normalmente as pessoas já fixadas não têm interesse".

São Paulo foi formada por migrantes e imigrantes, em 1900 na cidade viviam por volta de 290 mil habitantes e hoje em 2009 vivem aproximadamente 11 milhões e ainda hoje recebe gente de toda parte do mundo, que vem aqui em busca de uma vida melhor.

Realizado na sala vitrine da dança da Galeria Olido, foi um momento alegre, de descontração e união. Contou com as apresentações musicais do Maestro Roberto Casemiro, da professora tecladista Nelge Cruz e do Grupo Tribo Kabongo Kingoma da Afrika e dos participantes que cantaram e dançaram músicas de diversos países.

Estiveram presentes representantes do Ministério da Justiça, das Secretarias de Comunicação, Direitos Humanos e da Cultura do Município de São Paulo, Secretaria de Relações Internacionais de São Bernardo do Campo, Banco Rendimento, Cibernarium, Vit@lis Brasil, i-Channel, Associação Nigeriana Brasileira, e das comunidades: angolana, boliviana, chilena, colombiana, espanhola, japonesa, nigeriana e venezuelana entre outras. Após o lançamento foi oferecido aos convidados um coquetel no Cibernarium.

Após o sucesso deste lançamento, fica o grande desafio da ampliação deste trabalho na cidade de São Paulo.

Para maiores informações visite o site:

www.projetofabrica.com.br/i-migrantes

Fonte: **Apostilas de português para imigrantes são lançadas em São Paulo.** Disponível em: http://observabrasil.bit.eng.br/index.php?option=com_content&task=view&id=24&Itemid=40 Acesso em 09 nov 2009

ANEXO I – Capítulo 4(4.2)

COMUNIDADE ANGO-CONGOLESA NO BRASIL

ANEXO J – Capítulo 4 (4.2)

Projeto Contadores e Cantadores de Histórias/CACB *

Maio de 2008**

Elaboração e coordenação:
Professora Ms. Maria Regina Petrus Tannuri (CAp. UFRJ/ NIEM - IPPUR/UFRJ)
Professora Dr. Ana Lucia Souto Mayor (CAp. UFRJ)

Esta proposta de projeto, apresentada em versão preliminar à Comunidade ango-congolesa do Brasil CACB, está vinculada a um projeto mais amplo de "Práticas e ações voltadas para o favorecimento da integração de refugiados no Rio de Janeiro" registrado no Sistema SIGMA/ UFRJ sob o número 16341 - Situação do projeto: em desenvolvimento.

Pesquisadora responsável – Maria Regina Petrus Tannuri.

A proposta de construção de um projeto com a CACB foi parte de trabalho apresentado sobre associativismo de grupos de imigrantes, em seminário internacional sobre migrações internacionais (ver site www.csem.org.br), realizado na UNB /Brasília em Maio de 2008, organização do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e da Organização Internacional de Migração (OIM).

O trabalho apresentado no seminário já foi publicado no artigo "*Dinâmicas de afirmação e re-significação de identidades: um projeto cultural em construção com refugiados e imigrantes congoleses e angolanos*". Autores: Maria Regina Petrus e João Henrique Francalino . Revista REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Vol. 17, n. 31. 2008. Brasília.

Projeto Contadores e Cantadores de Histórias/ CACB. Maio de 2008.

> "*Colher e dar existência, dar a voz , registrar as memórias que compõem a identidade daqueles que não são ouvidos e que tendo suas vozes silenciadas têm grande necessidade de falar. É isso, mais que tudo, uma proposta política, impossível de ser realizada sem a percepção do outro".*
>
> Ecléa Bosi

1. Justificativa e objetivos.

A cultura brasileira foi constituída a partir de um amálgama de influências, devido ao processo de formação histórica de nossa sociedade. De modo específico, a presença da herança africana apresenta-se como uma forte marca cultural, uma vez que, historicamente, a composição de nosso povo teve forte presença dos negros africanos trazidos como escravos, em sua grande maioria vindos do Congo e de Angola. Assim, a herança angolana manifesta-se em diversas áreas da cultura brasileira, como a dança, a música, a literatura, o folclore e a culinária, fundindo-se ao universo simbólico brasileiro.

O objetivo desse projeto é integrar músicas e contos populares angolanos e congoleses no sentido de resgatar a rica memória oral que imigrantes e refugiados angolanos e congoleses possuem – característica fundamental de sua cultura. O projeto pretende a formação de um grupo de cantadores e contadores de histórias visando a produção de um trabalho artístico. A composição final desse trabalho compreenderá a gravação de um CD com músicas e histórias e uma série de pequenos livros com contos e cantos tradicionais angolanos e congoleses, e ilustrações que possam contribuir para integrar o rico universo da oralidade com os contos em sua forma escrita. Pretende-se, para fins de divulgação do CD e dos livros, a realização de apresentações públicas do grupo de contadores e cantadores de histórias em diversos locais.

O projeto visa, numa perspectiva mais ampla, contribuir pela via do trabalho cultural e artístico para a integração sociocultural dos imigrantes e refugiados no espaço da imigração. Desse modo, é fundamental para o alcance dos objetivos o apoio de órgãos públicos do Brasil e dos países de origem dos imigrantes, bem como de outras instituições e organizações com experiência de atuação nas áreas que o projeto engloba ou que tenham vínculos com a cultura e a sociedade angolana e congolesa.

Pretende-se, ainda como um possível desdobramento do projeto, realizar uma pesquisa mais aprofundada que permita identificar alguns contos populares do Brasil cuja matriz original remeta a contos angolanos e congoleses, no sentido de destacar a força dessa herança na literatura oral brasileira.

Deverá ser efetuada uma busca da presença de fontes da cultura de Angola e do Congo na literatura oral brasileira, tendo como objetivo estabelecer um diálogo entre as matrizes identificadas na coleta de repertório junto aos imigrantes e os contos populares brasileiros. Uma vez realizado o levantamento de histórias de nossa tradição oral com origem em contos populares dos referidos países de origem, serão organizadas sessões com algumas dessas histórias, intercalando-as com músicas e histórias africanas, de modo a traduzir artisticamente o encontro desses dois universos culturais.

2. Etapas do projeto.

a. Realização das oficinas de histórias

Numa primeira etapa do projeto, o trabalho será desenvolvido no sentido de buscar um resgate de histórias angolanas e congolesas de tradição oral. Para tanto, será organizada uma primeira oficina de cinco encontros, com intervalos semanais. Nesses encontros serão propostas diversas atividades de sensibilização aos participantes para que estes acionem a memória de sua cultura, a partir de referências familiares, comunitárias e de regiões específicas de seus países de origem. Tais atividades pretendem trazer para o grupo diferentes registros da memória através de elementos visuais, auditivos, olfativos e orais que possam revelar o imaginário da cultura daqueles países de modo que as histórias sejam retomadas partindo do contexto em que foram ouvidas.

Em um segundo momento, já tendo recolhido um repertório significativo de histórias de tradição oral, o trabalho passará a buscar articular elementos musicais com as histórias recolhidas - levando-se em conta que aspecto rítmico/musical aparece tradicionalmente nos refrões das histórias de tradição oral africanas.

b. Organização do material coletado nas oficinas para a produção do CD e dos livros:

Será de responsabilidade conjunta dos integrantes da CACB e dos professores e pesquisadores envolvidos no projeto a realização da primeira oficina, a captação dos recursos capazes de subsidiar o projeto e a coordenação das suas demais etapas, a saber: preparação e organização das sessões de apresentação ao vivo com contos e canções do Congo e de Angola; gravação das histórias já recolhidas na fase inicial do projeto na sua forma oral para que se possa fazer um trabalho de adaptação para a forma escrita; adaptação e organização das histórias com vistas a uma publicação seriada em um conjunto de pequenos livros; produção do CD piloto; produção da versão final do trabalho em CD; elaboração e produção dos livros.

A busca de recursos deverá ser feita junto a instituições e organizações com experiência de atuação na área de abrangência do projeto, buscando sensibilizá-las para as questões relativas à integração dos imigrantes e refugiados africanos no espaço cultural e social da área metropolitana do Rio de Janeiro.

ANEXO K – Capítulo 4 (4.2)

COMUNIDADE ANGO-CONGOLESA NO BRASIL
CNPJ: 09.455.451/0001-98
e-mail: cacbbr@gmail.com
comunidade_cacb@hotmail.com

Ficha de Inscrição

PARA MEMBROS

Número _____/_____

NOME COMPLETO			SEXO: M ☐ F ☐
FILIAÇÃO: Mãe:		Pai:	
NATURALIDADE	MUNICÍPIO	DATA DE NASCIMENTO	
SOCIO PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR ☐ SÓCIO PROFISSIONAL NÍVEL MÉDIO ☐ SÓCIO ESTUDANTE ☐			
ENDEREÇO RESIDENCIAL			
CEP.:	CIDADE/UF	TELEFONE	FAX
CELULAR	E-MAIL		
IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR	DATA DE EXPEDIÇÃO	CPF
PROFISSÃO		OCUPAÇÃO	
ENDEREÇO COMERCIAL			
CEP	CIDADE	TELEFONE	FAX
NÍVEL 2° GRAU ☐ SUPERIOR INCOMPLETO ☐ SUPERIOR ☐ PÓS-GRADUAÇÃO ☐			
NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO			
ENDEREÇO			TELEFONE

Rio de Janeiro, _____/_____/_____

_____
(assinatura do responsável)

Encaminhar este formulário, devidamente preenchido, juntamente com as cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência para o seguinte endereço: Rua Carlos Sampaio, 145 - Engenho do Porto - Duque de Caxias – RJ - CEP.: 25010-500

ANEXO L – Capítulo 4 (4.2)

À

SETRAB/SINE

A/C: LUIZ CARLOS CAVALCANTI
AV. GENERAL JUSTO, 275 – CENTRO – Próximo do Aeroporto Santos Dummont

Prezado Senhor,

Encaminho o Sr.(a)_____
As vagas relacionadas no SINE.

O portador deverá comparecer no endereço acima citado, **de 4ª a 6ª-Feira, no horário de 14:30 às 16:30 hs,** munido de todos os documentos (**CTPS, CPF, IDENTIDADE, TÍTULO DE ELEITOR E O NÚMERO DO PIS, CASO POSSUA**). **O candidato deverá fazer o seu cadastro com os atendentes do posto, e logo após, pedir para ser encaminhado ao Sr. LUIZ CARLOS.**

Rio de Janeiro, _____de_____de 2.00

Atenciosamente,

_____
JOÃO BAPTISTA MIGUEL - CACB

Este encaminhamento só será válido se estiver preenchido, datado e com a assinatura original. Não é válido para cópia xerox do mesmo.

À

SETRAB/SINE

A/C: LUIZ CARLOS CAVALCANTI
AV. GENERAL JUSTO, 275 – CENTRO – Próximo do Aeroporto Santos Dummont

Prezado Senhor,

Encaminho o Sr.(a)_____
As vagas relacionadas no SINE.

O portador deverá comparecer no endereço acima citado, **de 4ª a 6ª-Feira, no horário de 14:30 às 16:30 hs,** munido de todos os documentos (**CTPS, CPF, IDENTIDADE, TÍTULO DE ELEITOR E O NÚMERO DO PIS, CASO POSSUA**). **O candidato deverá fazer o seu cadastro com os atendentes do posto, e logo após, pedir para ser encaminhado ao Sr. LUIZ CARLOS.**

Rio de Janeiro, _____de_____de 2.00

Atenciosamente,

_____
JOÃO BAPTISTA MIGUEL - CACB

Este encaminhamento só será válido se estiver preenchido, datado e com a assinatura original. Não é válido para cópia xerox do mesmo.

COMUNIDADE ANGO-CONGOLESA NO BRASIL
CNPJ: 09.455.451/0001-98
Comunidade_cacb@hotmail.com
Tel.: (21) 7603-8628

ENCAMINHAMENTO A SETRAB

Objetivando engajamento no mercado de trabalho, servimo-nos da presente para encaminharmos a esta SETRAB, seguintes membros de nossa comunidade. Como segue:

SEQ	NOMES	MATRICULA CACB
01	Lukombo João Pedro Makandi	
02	Tandu Induine	0023/2008
03	Sonia Lukombo João	0046/2008
04	Kissoka Francisco João Miguel	0035/2008
05	Fernando Mvuala	0042/2008
06	João Bosco	0019/2008
07	Makiadi Sita Ngoma	0016/2007
08	Nsimba Watandu York	0024/2008
09	João Castelo	0030/2008
10	Mata Ndembo Calvin	0022/2008

Antecipadamente, agradecemos todo o empenho,

Cordialmente,

COMUNIDADE ANGO-CONGOLESA NO BRASIL
CACB
Secretário de Organização (Berry)

COMUNIDADE ANGO-CONGOLESA NO BRASIL
CNPJ: 09.455.451/0001-98
Comunidade_cacb@hotmail.com
Tel.: (21) 7603-8628

ENCAMINHAMENTO A SETRAB

Objetivando engajamento no mercado de trabalho, servimo-nos da presente para encaminharmos a esta SETRAB, seguintes membros de nossa comunidade. Como segue:

SEQ	NOMES	MATRICULA CACB
01	Luzizila Masala	0029/2008
02	Lamba Ngumbu	0028/2008
03	Madalena Presença Rita	0041/2008
04	Biyavanga Wa Biyavanga	
05	João Cady Miguel	0056/2008
06	Maria Chanel Miguel	0057/2008
07	Kiala Kundila Rita	0027/2008
08	Mbongo Jose	0014/2007
09	Mankenda Ester	
10	Figueiredo Mfitu Vitor	0039/2008

Antecipadamente, agradecemos todo o empenho,

Cordialmente,

COMUNIDADE ANGO-CONGOLESA NO BRASIL
CACB
Secretário de Organização (Berry)

ANEXO M – Capítulo 4(4.2)

À CACB – Comunidade ango-congolesa do Brasil.

Sr. PRESIDENTE BERRY SANTEIRO.

Esta mensagem segue com cópia para amigos angolanos e congoleses para que todos ajudem a divulgar.

A partir de seu telefonema de ontem, informando sobre a relação de documentos que estão sendo solicitados pela Policia Federal aqui no Rio de Janeiro, a meu entender, em desacordo com o que consta na publicada Lei de anistia em 02 de julho de 2009, sugiro que o Sr., em nome da associação que preside entre em contato com Brasília,conforme me foi indicado em mensagem recebida pelo NIEM (IPPUR-UFRJ), onde sou pesquisadora . A mensagem foi enviada por Ir. Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos - IMDH.

Recomendo que todos os imigrantes em situação irregular tenham calma (pois há um prazo de 1880 dias a contar da publicação da Lei para que solicitem a anistia e providenciem tudo que for necessário), e não saiam fazendo apressadamente o que não corresponde ao que está na Lei e foi publicado no Diário Oficial.

Aconselho que o Sr. faça antes de mais nada uma consulta à Ir. Rosita Milesi – pessoa que o Sr. conhece e sabe ser figura de grande importância e a mais recomendada para tratar de qualquer assunto sobre a Anistia , por sua longa atuação em todo o processo referente á esta nova lei e por seu trabalho de tantos anos no IMDH a favor dos refugiados, imigrantes e migrantes no Brasil inteiro.

Segue mais uma vez cópia do material enviado pelo IMDH para divulgação. Em Anexo.

Saudações a todos.

Professora Regina Petrus.
NEM(IPPUR-UFRJ)

ANISTIA 2009

- Orientações e informações –

Os estrangeiros que entraram no Brasil até o dia 01 de fevereiro de 2009, e se encontram no país em situação irregular ou indocumentados, podem documentar-se!

(Legislação: Lei 11.961/2009, Decreto 6.893/2009 e Portaria MJ 2.231/2009)

I Parte: Como Fazer o Pedido de Registro Provisório

– Prazo: De 04 de julho de 2009 a 30 de dezembro de 2009 (Faça logo seu registro! Se você deixar para o último mês poderá não conseguir. Providencie imediatamente!)

- Documentos necessários:

I - Requerimento para Registro, que está disponível na Polícia Federal.

II – Comprovante original do pagamento de duas taxas:

taxa de expedição de Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE, no valor de R$ 31,05 (trinta e um reais e cinco centavos). Para fazer a Guia, entre no site www.dpf.gov.br, clique em "GRU-Funapol Emissão de guia para pessoas e entidades estrangeiras", emita a Guia utilizando o Código 14.0619, e depois pague a taxa no Banco do Brasil.

taxa de registro no valor de R$ 64,58 (sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos); Para fazer a Guia, entre no site www.dpf.gov.br, clique em GRU-Funapol "Emissão de guia para pessoas e entidades estrangeiras" emita a Guia utilizando o Código 14.0082, e depois pague a taxa no Banco do Brasil.

(Nota: As Guias para pagamento das taxas só podem ser obtidas via internet)

III – Comprovante de entrada no Brasil ou qualquer outro documento válido que permita comprovar que ingressou no Brasil até o dia 01 de fevereiro de 2009.

IV – Um dos documentos a seguir especificados: cópia autenticada do passaporte ou documento de viagem equivalente; ou certidão expedida no Brasil pela Embaixada ou Consulado do país de nacionalidade do estrangeiro, atestando a sua qualificação e nacionalidade; ou qualquer outro documento de identificação válido, que permita identificar o estrangeiro e conferir os dados de qualificação, inclusive a filiação.

(**Observação**: Se em nenhum destes três documentos constar o nome dos pais do requerente, será necessário que o/a estrangeiro/a comprove a filiação através de documento fornecido pela Embaixada ou Consulado do seu país ou por meio da respectiva Certidão de Nascimento. Neste caso, a Certidão de Nascimento deverá ser legalizada pelo Consulado do Brasil no país em que foi emitida e traduzida por tradutor público no Brasil).

V - Duas fotos coloridas, bem recentes, tamanho 3x4.

VI – Declaração, sob as penas da Lei, de que não responde a processo criminal nem foi condenado criminalmente, no Brasil e no exterior (veja modelo):

Eu, (colocar o nome, identificação e residência), declaro, sob as penas da lei, para todo e qualquer efeito, que não respondo a processo criminal, nem nunca fui condenado/a criminalmente no Brasil ou no exterior.
Cidade e data Assinatura

- Local onde efetuar o Registro: Tendo toda a documentação completa, protocole o pedido na Polícia Federal; ali você receberá o protocolo que servirá como prova de estada regular, até receber a CIE ou fazer o pedido de transformação do Registro Provisório em Permanência. Observação: Segundo a Portaria nº 2.231/2009, do MJ, os casos omissos e especiais poderão ser protocolizados na Central de Atendimento da Secretaria Nacional de Justiça ou em uma unidade do Departamento da Polícia Federal.

- Crianças: Podem e devem fazer o registro, mas o fazem juntamente com os pais, no mesmo processo. A inclusão do esposo/a e dos filhos no mesmo processo não é automática, devendo ser expressamente feita, inclusive com pagamento das taxas correspondentes.

- **Informação importante**: Os estrangeiros que tiverem algum outro processo de regularização migratória em andamento, inclusive solicitantes de refúgio, poderão registrar-se pela Lei de Anistia. Mas, para isto, deverão apresentar, juntamente com o pedido de Registro Provisório, uma declaração de desistência do processo que está em tramitação. Esta alternativa não é válida para quem possui pedido de prorrogação de prazo de estada relativa a vistos temporários.

II Parte: Prorrogação e outras Providências

1 - Este registro provisório que você faz na Polícia Federal terá duração de dois (2) anos, contados a partir da data em que você protocolar o pedido. Dê muita atenção a esta validade, pois dela dependerá a sua possibilidade de pedir a permanência definitiva.

2 - Nos noventa (90) dias antes do término deste prazo de dois anos, você deve pedir a transformação do Registro Provisório em Permanência. Marque este prazo! Ninguém irá avisá-lo de que deve fazer este pedido e, se não o fizer, voltará à condição de irregularidade, com consequências muito desagradáveis para sua situação migratória.

3 – A relação de documentos necessários para fazer a transformação do Registro Provisório em Permanência consta no Decreto nº 6.893/2009 (veja o texto completo no site www.migrante.org.br, clicando em “Anistia 2009”, legislação).

4 - Após obter este Registro Provisório, complete sua documentação básica: CPF e Carteira de Trabalho, pois estes são documentos importantes para o posterior pedido de transformação do Registro Provisório em Permanência, além de lhe assegurar a possibilidade de acesso a direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

III Parte: Fontes de Informação sobre a Anistia, entre outras:

Site do IMDH: www.migrante.org.br (clicar em Anistia 2009)

Site do Ministério da Justiça: www.mj.gov.br/estrangeiros

Site da Polícia Federal: www.dpf.gov.br

Nosso contato:

Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH

SGAN – Av. W 5 Norte – Quadra 905 –Conj. C
70790-050 – Brasília – DF - Brasil
Tel.: (0055) (61) 3340-2689 e 81737688
E-mail: imdh.jurídico@migrante.org.br
Site: www.migrante.org.br

Ir. Rosita Milesi, mscs

ANEXO N – Capítulo 4 (4.2)

Em 31 de maio de 2010 14:46, Heloisa Marino < > escreveu:

Olá,

Meu nome é Heloisa Marino, sou formada em Relações Internacionais pela PUC-Rio e trabalho com a Refugees United, cuja sede localiza-se na Dinamarca, e possui um escritório em São Paulo, gerenciado pela coordenadora regional, Alexandra Aparicio.

A Refugees United Org. (www.refunite.org) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, cujo objetivo é auxiliar refugiados a localizarem amigos e familiares desaparecidos através de um instrumento de busca na internet único: não possui custos, é fácil de usar e - o mais importante - é possível manter o anonimato, com exceção dos familiares.

A Refugees United está iniciando seu trabalho aqui no Rio e, a fim de que os refugiados tomem conhecimento desta ferramenta, estabelecemos alianças e parcerias com demais organizações e ONGs que estejam trabalhando direta ou indiretamente com refugiados.

Gostaria de saber se a Comunidade Ango-Congolesa possui algum trabalho com refugiados aqui no Rio e, caso positivo, se seria possível conversarmos mais a respeito de apresentar a Refugees United aos refugiados.

Att,

--
Heloisa D. Marino
www.refunite.org

Internet ajuda refugiados a vencer a solidão no Brasil

O eritreu Yonas Samuel chegou ao Brasil no começo deste ano, vindo da África do Sul. Foram anos de fuga entre vários países africanos. Desesperado para encontrar sua esposa e filha que deixou no Zimbábue, ele encontrou a solução em um site especializado na reunião de refugiados.

Para o solicitante de refúgio Euphrem D'Fagbenou, que veio do Benin há um ano, a internet mata as saudades de casa e também é ferramenta de inclusão social no Brasil. "Costumo falar online com meus parentes na África, pelo menos uma vez por semana. Mas também venho aqui encontrar amigos que fiz no Brasil, procurar emprego, ler notícias sobre São Paulo", afirma o jovem, de 23 anos, que deixou seu país após sofrer perseguição por fazer parte de um grupo sindical.

Os dois casos são exemplos de como hoje a internet faz parte da rotina dos refugiados nos centros urbanos e contribui para a adaptação deles no novo país de acolhida. Em uma cidade como São Paulo há cada vez mais pontos de acesso à internet para atendimento aos refugiados. Dois espaços cada vez mais procurados são as salas de internet livre da Refugees United (RU) e do SESC Carmo, localizadas ambas no centro da cidade onde o acesso é privilegiado graças à grande a circulação de transportes públicos.

D’Fagbenou é frequentador assíduo do ponto de internet da Refugees United (RU), organização internacional que promove a reunião familiar de refugiados no mundo todo pela Rede. “Aqui também fiz muitos amigos, conheci outros refugiados e os brasileiros que são voluntários no espaço. Aqui me sinto em casa”, diz o africano.

No centro da RU, 14 voluntários atendem refugiados e solicitantes duas vezes por semana. Muitos deles possuem histórias pessoais e familiares próximas aos dos refugiados e por isso, se solidarizam com o trabalho. “Minha família é de sobreviventes do Holocausto, minha mãe nasceu na Polônia e aos 11 anos veio para o Brasil. Meus avós se reencontraram em meio à guerra com a ajuda da Cruz Vermelha e eles fugiram para o Brasil como apátridas. Sempre tive um desejo não-realizado de trabalhar com refugiados por isso”, conta a jornalista Karin Fusaro, voluntária da RU desde o começo de 2009.

No site da Refugees United, os refugiados se cadastram de forma anônima e confidencial em um banco de dados, indicando características pessoais (como cicatrizes e apelidos) para que apenas familiares e amigos próximos possam reconhecê-los e reencontrá-los. Samuel é a história de um caso de sucesso no escritório da RU no Brasil. A organização tem sede na Dinamarca e outro ponto nos Estados Unidos.

Fez cadastro na RU, por indicação da ONG parceira Cáritas de São Paulo e uma semana depois recebeu os primeiros contatos de uma mulher refugiada no Reino Unido, que procurava seu marido há anos. Samuel foi reconhecido por sua esposa porque citou a palavra “expresso” em seu perfil. “A família brincava chamando ele assim, porque era sua bebida favorita”, conta a advogada Noemi Maruyama que testemunhou a troca de mensagens entre Samuel e a esposa pela internet. “Foi muito emocionante. Ele disse que nós devolvemos a ele a razão de viver”, acrescentou ela.

Homem de negócios e ativista politico na Eritréia, Samuel vive emigrando de um país para outro em busca de proteção contra perseguição desde 1998. Viveu na Etiópia, no Zimbábue e na África do Sul antes de chegar ao Brasil. Procurava sua família há um ano, sem sucesso. Tentou contactá-las por telefone, cartas, amigos e parentes, mas a resposta estava na internet.

Antes do avanço da internet, os refugiados recorriam a compatriotas que chegavam de seus países de origem para saberem notícias sobre familiares e parentes. Hoje, estas pessoas também leem jornais de seus países e ouvem músicas locais pela tela do computador.

“Até 2001, os serviços de internet eram mais restritos na cidade. Hoje várias estações de metrô e terminais de ônibus contam com pontos de acesso à Rede”, afirma Denise Collus, assistente social do SESC Carmo. Desde 2000, a prefeitura de São Paulo implantou o Programa AcessaSP para promover a inclusão digital e hoje existem 512 pontos de acesso gratuíto espalhados pela cidade.

"Aqui no SESC, cerca de 120 pessoas por semana usam nossos computadores. Cada um pode ficar conectado por até 30 minutos por dia, mas mesmo assim temos filas de espera sempre", acrescenta Denise. No SESC Carmo há uma sala de internet livre com 16 computadores de tela plana, cadeiras para espera e profissionais que orientam os usuários.

Segundo Denise, a procura dos refugiados pelo serviço também aumentou nos últimos anos. "A internet hoje ajuda a quebrar a solidão de muitos deles. Há cada vez mais casos como o de uma jovem cubana que acompanhava daqui pela Web o crescimento de seu filho, que ficou com familiares em sua terra natal, ou de um refugiado congolês que se comunicou daqui do Brasil pela internet por cinco anos com sua esposa e filhos na África", explica.

"A procura online de emprego também se tornou comum. Para muitos dos refugiados o email se torna seu principal endereço, porque não se sentem confortáveis em enviar o contato do abrigo em que estão hospedados para possíveis empregadores", afirma Denise.

A maioria dos refugiados que usa os serviços de internet do SESC tem entre 22 e 35 anos e já havia acessado a Rede em outras ocasiões. "Isso porque, não só a internet está cada vez mais popularizada, mas também o Brasil costuma receber refugiados com alto grau de escolaridade em seus países de origem", acrescenta Denise.

Fonte: ACNUR. Internet ajuda a vencer solidão no Brasil. Disponível em : http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/internet-ajuda-refugiados-a-vencer-a-solidao-no-brasil/ Acesso em 09 jan 2010

ANEXO O – Capítulo 4 (4.2)

Caros amigos da CACB

Solicito que seja lida na reunião do dia 27 de junho de 2010 esta mensagem enviada para o e-mail da comunidade. Ela foi enviada com um ANEXO contendo diversas informações importantes de se tornarem do conhecimento e interesse de cada um de vocês.

Abraços a todos.

Boa reunião.

Aos integrantes da CACB.

Estou encaminhando por e-mail uma série de informações sobre a criação e a instalação em data bem próxima do Comitê Intersetorial do Rio de Janeiro para Políticas de Atenção aos Refugiados.

Estive presente na reunião de lançamento do Comitê, em que também estavam presentes o Soba Dominique e o Berry. O convite para o lançamento do comitê me foi enviado pela CACB e segue em anexo também.

Compareci ao lançamento, honrada com o convite enviado para mim pela CACB, organização não-governamental que venho apoiando, criada e mantida com o esforço de uma comunidade que enfrenta diversos problemas. Agradeço a confiança que a CACB vem depositando em mim e em meus colaboradores e parceiros, já há mais de dois anos, um reconhecimento e estímulo para meu trabalho como pesquisadora que atua junto aos imigrantes e refugiados africanos no Rio. Tento dar o melhor apoio possível apoio à CACB, mas reconheço que precisariam de muito mais ajuda, já que todos têm muito para fazer no seu dia-a-dia e sobra pouco tempo para o trabalho coletivo, já que precisam trabalhar e cuidar dos seus problemas, das suas famílias, seus estudos, etc. Apesar de tudo, a CACB precisa se fortalecer coma maior participação e empenho dos seus integrantes e associados para que os resultados beneficiem a todos.

Penso que este Comitê deve nos trazer a esperança de que um novo passo muito importante estará sendo dado para melhorar as condições de vida e de integração social, cultural e no mercado de trabalho dos refugiados (mais novos e mais antigos) que vieram de Angola e do Congo. Deverão vir novas políticas e maior participação de várias instituições e de órgãos do governo estado do Rio de Janeiro para ampliar e descentralizar as políticas e as ações para favorecer os refugiados. Trata-se de algo urgente a se fazer por aqui.

Sabemos que mais pessoas continuam chegando dos países de vocês. Pessoas que precisam contar com a força e o apoio dos que já estão aqui.
É preciso pensar, então, que esta comunidade só tende a crescer. Por isso, ela precisa continuar a se fortalecer, se fazer conhecida, participar de espaços como este do Comitê e ganhar mais braços para trabalhar de forma coletiva e cada vez mais forte.

O motivo mais urgente de minha preocupação em enviar todas as informações que consegui e os contatos que fiz é alertar a vocês sobre a importância da CACB participar do Comitê como uma organização da sociedade civil, legítima representante dos interesses de uma comunidade, como a única associação de angolanos e congoleses - os dois grupos (por nacionalidade) que constituem a grande maioria dos refugiados no Rio de Janeiro.

A participação da CACB neste Comitê é de importância fundamental para que todos tenham acesso às políticas que deverão ser desenvolvidas por todas as secretarias, a Ordem dos advogados do Brasil, as universidades e outros integrantes, incluindo o ACNUR Brasil e a Cáritas Rio de Janeiro. É um espaço que marca uma abertura e ampliação de políticas e ações para os refugiados. È um espaço para terem voz e poderem atuar de verdade, usando a capacidade de trabalho que possuem.

Bem, amigos, as informações completas estão no material que envio para a reunião.

Espero que todos tenham o interesse de ler com cuidado e atenção.
Ficar bem informado é o primeiro passo para participar.

Repito mais uma vez que é muito importante garantir um lugar para a CACB na composição deste comitê. A professora Carmelita, que está trabalhando conosco no projeto cultural das oficinas das histórias e canções de tradição oral, me ajudou a fazer importantes contatos para obter informações e esteve pessoalmente em uma reunião da Secretaria de Direitos Humanos protocolando um pedido de informação e de participação da CACB no Comitê.

Na última conversa que tivemos, ela me disse considerar fundamental que o presidente da CACB – representando todos vocês - passe a telefonar para a integrante da Secretaria de Direitos Humanos e a pessoa responsável maior pelo Comitê Para Políticas de Atenção aos Refugiados.
O Berry já tem estes contatos consolidados na Secretaria e recebeu as informações da professora Carmelita orientando-o sobre como fazer isso, em um e-mail que ela enviou a ele com cópia para mim, na semana passada.

Finalmente o mais importante.
Peço aos amigos que prestem atenção no seguinte ponto. A única coisa que pode impedir a participação da CACB neste Comitê é a falta de documentação completa ou da existência de pelo menos um projeto registrado como atuação comprovada da CACB como uma ONG.
Para isso é preciso que consigam façam um esforço coletivo e urgente para reunir a quantia necessária e para organizar um grupo de trabalho para que os documentos que faltam sejam obtidos rapidamente.

Pelas informações que obtive - e que a professora Carmelita confirmou na Secretaria de D. H. - a primeira reunião do Comitê deve estar sendo marcada para a segunda semana de julho.

Obrigada a todos pela atenção.

"É sempre duro o trabalho de plantar, mas nos mantém firmes a força da certeza de que chegará o dia da colheita".

Minhas saudações.

Sinto não poder estar presente à reunião de hoje.

Regina.

_____

ANEXOS

Informações para a CACB sobre o Comitê para refugiados no Rio de Janeiro.

. Mensagens organizadas pela professora Regina Petrus para colaborar com informações sobre o comitê para a reunião da CACB em 27.06.2010

1.

De: **Nucleo Interdisciplinar de Estudos Migratorios NIEM**

Enviado: Sex 19/03/10 22:54

Para: niem_rj@yahoogrupos.com.br

Assunto: ACNUR participa da instalação do Comitê para Refugiados do Rio de Janeiro

Refugees United Brasil

ACNUR participa da instalação do Comitê para Refugiados do Rio de Janeiro

19 Mar 2010

O representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Andres Ramirez, participa nesta segunda-feira (22 de março), às 10hs, da cerimônia de posse do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado do Rio de Janeiro.

Criado em dezembro do ano passado por decreto do Governador Sérgio Cabral e coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o Comitê será empossado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), que fica na Av. Marechal Câmara, 150 (4º andar), no Centro do Rio de Janeiro. A cerimônia de posse integra as comemorações do Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

O Estado do Rio abriga cerca de 2.200 refugiados, entre homens, mulheres e crianças de diferentes nacionalidades. Em todo o Brasil, são cerca de 4.200 pessoas nesta condição. Além da proteção legal concedida pelo Governo Federal, estes refugiados recebem assistência humanitária por meio do ACNUR e, no caso do Rio de Janeiro, da Cáritas Arquidiocesana – que também possui parcerias locais com o Poder Público e o setor privado.

O principal objetivo do Comitê é defender e promover os direitos dos refugiados que vivem no Rio de Janeiro. Entre suas atividades estão a elaboração, implementação e monitoramento do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados, a articulação de convênios com entidades governamentais e não-governamentais, e o acompanhamento dos processos de acompanhamento e acolhimento de refugiados e solicitantes de refúgio no Estado.

Participam do Comitê as Secretarias Estaduais de Assistência Social e Direitos Humanos, Governo, Trabalho e Renda, Saúde e Defesa Civil, Educação e Segurança, como também a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Estadual, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, a Ordem dos Advogados do Brasil, o ACNUR e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

Como parte das comemorações ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos lançará, nesta mesma solenidade, os processos de revisão e atualização do Plano Estadual de Direitos Humanos e de construção do primeiro Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Fonte: ACNUR

2.

http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/177846.html

Comitê para refugiados no Rio de Janeiro tem participação do Acnur

22/03/2010

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados vai ajudar a discutir propostas de políticas públicas voltadas aos refugiados no estado brasileiro; cerimônia de posse do Comitê foi realizada nesta segunda-feira.

Daniela Traldi, da Rádio ONU em Nova York.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Acnur, no Brasil, participou nesta segunda-feira no Rio de Janeiro de cerimônia de posse do **Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados no Estado.**

Segundo o Acnur, o Rio de Janeiro abriga 2,2 mil refugiados, entre homens, mulheres e crianças. Em todo o Brasil são cerca de 4,2 mil pessoas.

Políticas

O Comitê foi criado em dezembro de 2009 para defender e promover os direitos desses indivíduos que vivem no estado brasileiro e deve elaborar, implementar e monitorar um plano de políticas voltadas ao assunto.

O representante no Brasil do Acnur, Andres Ramirez, disse à Rádio ONU, do Rio de Janeiro, que **o Comitê é muito importante porque vai elaborar um desenho de políticas públicas para melhor integração dos refugiados.**

Ele disse que o Acnur irá participar de todas as reuniões de trabalho do novo órgão no Rio de Janeiro e vai ajudar a discutir propostas para atender melhor a população de refugiados no estado.

Segundo Andrés Ramirez, o Acnur já participa de outro Comitê em São Paulo.

3.

26-03-2010 • 10:40

Rio de Janeiro reforça assistência aos refugiados

No estado do sudeste brasileiro vivem 4.200 refugiados. O país com fama de «acolhedor» tem mais um grupo a trabalhar em defesa dessas populações

O estado do Rio de Janeiro conta com um novo órgão para a protecção dos refugiados. O Comité Estadual Intersectorial de Políticas de Atenção aos Refugiados entrou em funções a 22 de Março. Visa a protecção e a promoção dos direitos dos refugiados a viver na região. Das actividades já planeadas consta o desenvolvimento e implementação do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados; a articulação de acordos com entidades governamentais e não-governamentais e o acompanhamento dos processos relativos a refugiados e pedidos de refúgio no estado.

«O tema dos refugiados é o dos direitos humanos e a sua integração tem múltiplas dimensões. Por isso, é importante ter diversas instituições envolvidas no desafio de integrar os refugiados que vivem nas cidades do Rio de Janeiro, principalmente na capital», considera Andres Ramirez, representante do Alto Comissariado das NaçõesUnidas para os Refugiados, no país, (ACNUR).

No Brasil, há 4.200 refugiados; só no Rio de Janeiro contam-se 2.200 adultos e crianças de várias nacionalidades. O país da América do Sul assumiu desde cedo um papel determinante na protecção internacional da população refugiada. Ratificou a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados em 1960. Tem fama de ser um país acolhedor. O próprio António Guterres, Alto-comissário do ACNUR, afirmou em 2005: «O Brasil é um país de asilo e exemplo de comportamento generoso e solidário».

Cristina Santos | FÁTIMA MISSIONÁRIA

4.

Evento celebra Dia Internacional contra a Discriminação Racial *Por Ascom da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos*

Entrada na Internet em 20.03.2010
http://www.governo.rj.gov.br/noticias.asp?N=5750719/03/2010 19h30

Como parte das comemorações ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos vai realizar, nesta segunda-feira (22/3), às 10h, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a cerimônia dos processos de revisão e atualização do Plano Estadual de Direitos Humanos e de construção do I Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, **além de dar posse ao Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado do Rio de Janeiro.**

O Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado do Rio de Janeiro foi criado em dezembro do ano passado por decreto do governador Sérgio Cabral e coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

O Estado do Rio abriga cerca de 2.200 refugiados, entre homens, mulheres e crianças de diferentes nacionalidades. Em todo o Brasil, são cerca de 4.200 pessoas nesta condição. Além da proteção legal

concedida pelo governo federal, **estes refugiados recebem assistência humanitária por meio do ACNUR e, no caso do Rio de Janeiro, da Cáritas Arquidiocesana – que também possui parcerias locais com o Poder Público e o setor privado.**

O principal objetivo do comitê é defender e promover os direitos dos refugiados que vivem no Rio de Janeiro. Entre suas atividades estão a elaboração, implementação e monitoramento do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados, a articulação de convênios com entidades governamentais e não-governamentais e o acompanhamento dos processos de acompanhamento e acolhimento de refugiados e solicitantes de refúgio no estado.

O representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Andres Ramirez, participa da cerimônia de posse do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado do Rio de Janeiro.

Participam deste comitê as Secretarias estaduais de Assistência Social e Direitos Humanos, Governo, Trabalho e Renda, Saúde e Defesa Civil, Educação e Segurança, como também a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Estadual, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, a Ordem dos Advogados do Brasil, o ACNUR e o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

A secretária Benedita da Silva e o representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Andres Ramirez, participarão do evento. A sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) fica na Av. Marechal Câmara, 150 (4º andar), Centro.

5.

Rio cria comitê para ajudar refugiados

http://noticias.r7.com/rio-e-cidades/noticias/rio-cria-comite-para-ajudar-refugiados-20100404.html

Publicado em 04/04/2010 às 13h14:

Metade dos 4.000 refugiados no Brasil está na capital carioca.

A Acnur, agência da Nações Unidas para os refugiados, estima que existem mais de 4.000 refugiados no Brasil, dos quais quase a metade está no Rio de Janeiro. A maioria dos refugiados não vive em assentamentos, mas sim nas áreas urbanas mais densamente povoadas.

O crescimento desta população provocou a criação do primeiro organismo estadual dedicado à questão, o Comitê de Atenção aos Refugiados, com representantes de sete secretarias estaduais, Defensoria Pública, Ministério Público, Assembléia Legislativa e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Rio, além da própria Acnur e do Comitê Nacional de Refugiados (CONARE).

Instalado no último mês de dezembro (2009) , o comitê terá sua sessão de instalação no próximo dia 19, e até o momento a maior parte das instituições que o integrarão ainda não designou representantes.

O representante da OAB no comitê, Alexandre Tolipan, **diz que é preciso criar uma política pública para receber condignamente o refugiado.**

- Temos de entender que o refugiado não é um imigrante, ele foge de uma situação de risco de vida, ou de impossibilidade de sobrevivência na sua terra natal. Não sei se sua naturalização seria uma solução, defendo que o Estado se prepare para absorvê-lo na sociedade de maneira a satisfazer as partes

envolvidas.

A diferença essencial e as peculiaridades entre imigrante e refugiado serão a tônica do primeiro encontro do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados.
A maior parte dos refugiados que estão no Rio, são oriundos da África, sobretudo de Angola e da República Democrática do Congo, mas é sensível o aumento do fluxo de vizinhos como bolivianos e colombianos.

6.

Rio terá comitê para ajudar refugiados

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/04/04/brasil,i=183763/RIO+TERA+COMITE+PARA+AJUDAR+REFUGIADOS.shtml

Agência Brasil
Publicação: 04/04/2010 12:18

A situação deles é especial em vários aspectos: não são porta-vozes de ideais, não são imigrantes voluntários, muitas vezes nem são perseguidos declarados. São refugiados, abrigados ao sabor das circunstâncias, no geral adversas, sem amparo institucional nem assistência legal.
O Acnur, agência da Nações Unidas para os refugiados, estima que existem mais de quatro mil refugiados no Brasil, dos quais quase a metade está no Rio de Janeiro.

A maioria dos refugiados não vive em assentamentos, mas sim nas áreas urbanas mais densamente povoadas.
O crescimento desta população provocou a criação do primeiro organismo estadual dedicado à questão, o Comitê de Atenção aos Refugiados, com representantes de sete secretarias estaduais, Defensoria Pública, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Ordem dos Advogados do Brasil-RJ, além da própria Acnur e do Comitê Nacional de Refugiados.

Instalado em dezembro último, o comitê terá sua sessão de instalação na segunda-feira 19, e até o momento a maior parte das instituições que o integrarão ainda não designou representantes, o que situa a questão no âmbito conceitual, como diz o deputado estadual Marcelo Freixo, do P-Sol, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e membro designado do comitê.

"Há mais de 20 anos eu trabalho nesta questão de direitos humanos e jamais os refugiados estiveram na pauta das nossas conversas. Por isto pretendo pedir uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, com a participação de todos os segmentos, para tratar deste tema", diz.

Da mesma forma, o representante da Ordem dos Advogados no comitê, Alexandre Tolipan, diz que é preciso criar uma política pública para receber condignamente o refugiado.
"Temos de entender que o refugiado não é um imigrante, ele foge de uma situação de risco de vida, ou de impossibilidade de sobrevivência na sua terra natal. Não sei se sua naturalização seria uma solução, defendo que o Estado se prepare para absorvê-lo na sociedade de maneira a satisfazer as partes envolvidas".

A diferença essencial e as peculiaridades entre imigrante e refugiado serão a tônica do primeiro encontro do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados, como prevêem Freixo e Tolipan.
"Esta é a primeira iniciativa em nível estadual de defesa dos refugiados, até agora o que se viu foram

organismos nacionais. A imagem que ainda prevalece é a dos campos de refugiados da segunda guerra mundial, quando os países foram arrasados e as populações tinham de sair. Agora, são conflitos internos, ameaças étnicas, religiosas, políticas e outras. É uma nova realidade", afirma o advogado. A maior parte dos refugiados que estão no Rio, são oriundos da África, sobretudo Gana e Angola, mas é sensível o aumento do fluxo de vizinhos como bolivianos e colombianos.

Subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos[•]

Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados

Decreto Estadual n. 42.182, de 11 de dezembro de 2009

Descrição

A proteção internacional dos refugiados é um compromisso assumido pelo Brasil, através da Convenção de Genebra, de 1951, e pela Lei Federal no 9.474, de 1997. O Governo do Estado do Rio de Janeiro acompanhou esta tendência humanitária através do Decreto no 42.182 de 2009, que instituiu o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção os Refugiados – cuja composição foi estabelecida pela Resolução no 231 de 2010, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Este Comitê tem a missão de elaborar e implementar um "Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados"; articular possibilidades e estratégias de atuação com entidades governamentais e não-governamentais; e efetivamente acompanhar processos de acolhimento e integração apresentados ao Estado. Suas atividades são direcionadas para a devida integração local desses estrangeiros e divulgação desta grande causa humanitária.

Também faz parte do desígnio do Comitê a articulação e intermediação de organismos governamentais e não-governamentais, visando a efetividade de ações e políticas públicas do Estado, para o caso específico dos refugiados.

• Fonte: http://www.social.rj.gov.br/defesa_dh/arquivos/decreto_estadual.42.182.pdf

Após de ter reconhecida sua condição de refugiado, por parte do Comitê Nacional para Refugiados/Ministério da Justiça, o indivíduo poderá contar com o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados que, em parceria com outras entidades, promoverá ações visando sua integração local. Sua formação multidisciplinar e intersetorial tem como objetivo obter um enfoque mais diversificado e debates construtivos entre os representantes das diferentes áreas, a fim de se verem atendidas as diversas dificuldades enfrentadas pelos refugiados do Rio de Janeiro – no sentido de implementar políticas na área de saúde, habitação, geração de emprego, educação dos filhos, entre outros.

Composição:

Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Presidência)
Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
Secretaria de Estado de Governo
Secretaria de Estado de Segurança
Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Comitê Nacional para Refugiados
Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
Ordem dos Advogados do Brasil
Ministério Público do Estado
Defensoria Pública do Estado
Comissão de Dir Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Fórum dos Reitores (representantes acadêmicos)

Anexos:

- Decreto Estadual n. 42.182, de 11 de dezembro de 2009
- Lei Federal n. 9.474, de 1997
- Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo Facultativo de 1967.

ANEXOS GERAIS

ANEXO A

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO
CONVÊNIO ACNUR
Rua São Francisco Xavier, 483 - Maracanã
CEP: 20550-011 - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2567-4105 / Fax: (21) 2567-4176 / E-mail: carj.refugiados@caritas-rj.org.br

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2009.

Prezada Regina,

Estamos encaminhando os dados que nos foi possível coletar para auxílio em sua pesquisa conforme o roteiro enviado anteriormente.

Gostaríamos de dizer que, tanto a equipe da Cáritas quanto nossos arquivos, estão a sua disposição caso necessite complementar algum dado que não esteja disponível na documentação encaminhada.

Qualquer dúvida não hesite em contactar-nos pois gostaríamos muito de continuar contribuindo para o total êxito de sua tese.

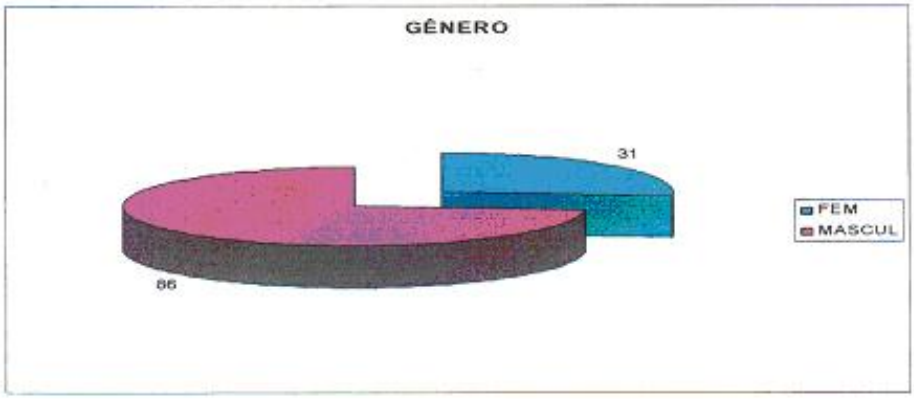
Com carinho

Heloisa Santos Nunes
Assistente Social
Coordenadora

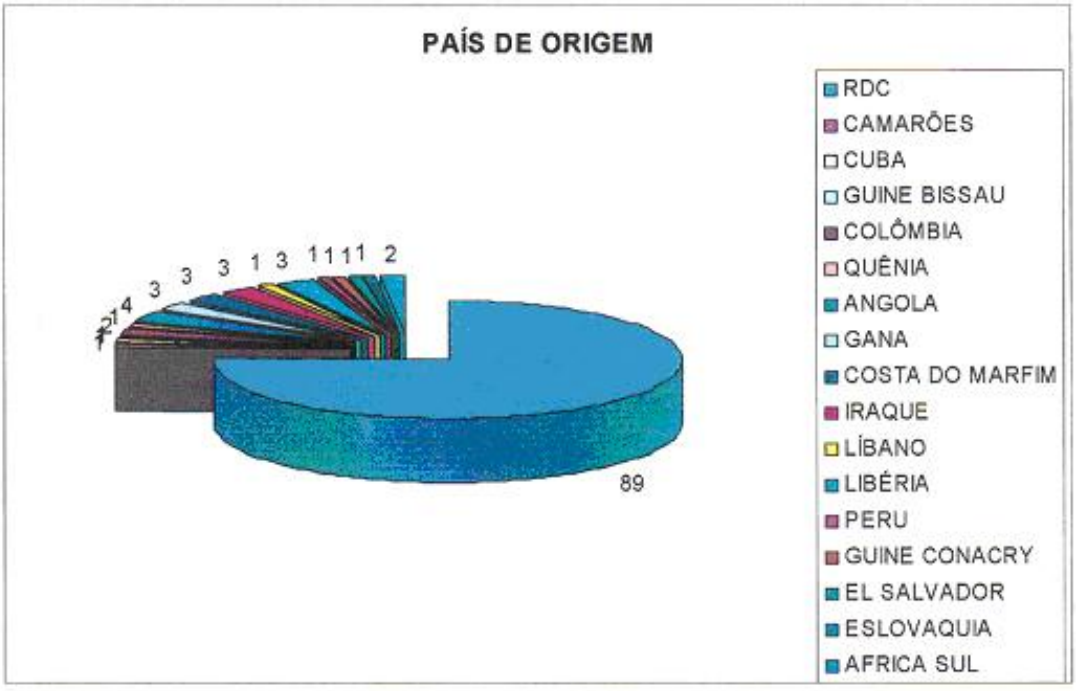
RESPOSTA À PESQUISADORA
LEVANTAMENTO DOS DADOS E INFORMAÇÕES

ANÁLISE DOS CASOS ENTREVISTADOS EM 2008 PARA PARECER DE ELEGIBILIDADE. TOTAL: 117 casos. Período: 2008.

1. GÊNERO: Do total de solicitantes entrevistados em 2008, 74% pertence ao gênero masculino e 26% ao feminino.

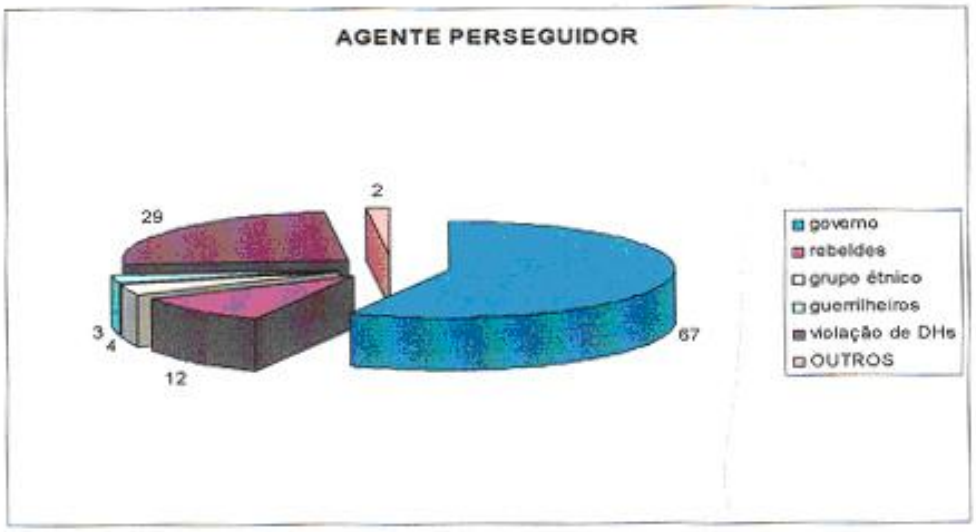


2- PAÍS DE ORIGEM: Em 2008, houve 17 diferentes países indicados como origem ou lugar de onde fugiram os solicitantes. Do total de solicitantes, 75% afirmam terem vindo da República Democrática do Congo. Na maior parte dos casos, não é possível confirmar a informação, por falta de quaisquer documentos. É importante observar que "país de origem" não é o mesmo que "nacionalidade". O critério "país de origem" é preferível, dentre outros motivos, porque indica o país de onde fugiu o solicitante.

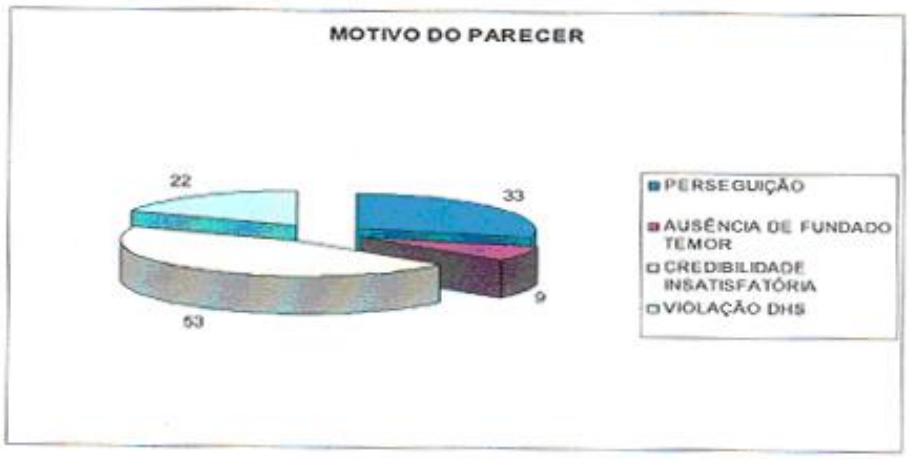


3- PARECER: Todos os casos novos que ingressaram em 2008 passaram por entrevista de elegibilidade e para todos eles foram elaborados pareceres. Há opinião favorável pelo deferimento para 46% dos casos. É recomendável assinalar que neste ano ingressaram vários solicitantes provenientes da RDC, onde os conflitos tornaram-se bastante violentos.

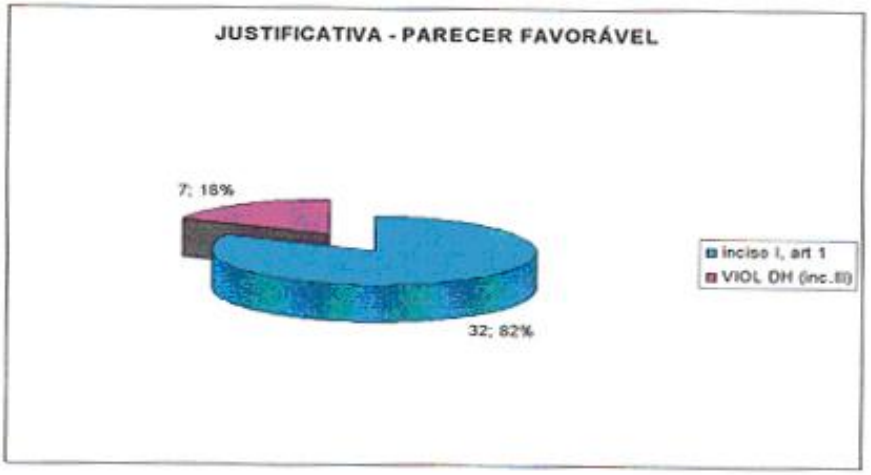
4-JUSTIFICATIVA PARA A FUGA: Em 57% dos casos, o solicitante aponta o próprio governo do país como seu agente perseguidor. Devido ao grande número de solicitantes provenientes da RDC, existem muitos casos em que forças militares "rebeldes" são apontadas como motivo para a fuga.



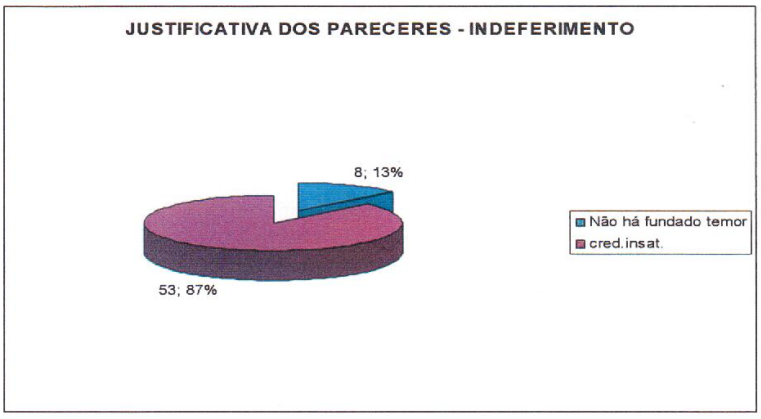
5- JUSTIFICATIVA DO PARECER: Neste gráfico estão incluídos todos os casos, tantos aqueles para os quais foram recomendados concessão do refúgio, como aqueles para os quais foram recomendados indeferimento. Para a grande maioria dos casos (45%) é sugerido o indeferimento em razão da ausência de credibilidade.



5.a. JUSTIFICATIVA DOS PARECERES FAVORÁVEIS: Dentre o total dos pareceres favoráveis (que recomendam a concessão do status de refugiado), 82% indicam como justificativa a perseguição individual (inciso I, do artigo 1°, da Lei n.° 9.47/97).



5.b.JUSTIFICATIVA DOS PARECERES DESFAVORÁVEIS. Dentre o total de pareceres que recomendam o indeferimento do pedido de refúgio, a maioria (87%) está baseada na ausência ou fragilidade da credibilidade.



Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2009.

Fabrício Toledo de Souza
Advogado

Em geral:

1. Qual é o número de refugiados no Rio de Janeiro?
Até dezembro de 2008, foram registradas 2142 pessoas como solicitantes de refúgio, sendo que 1928 pedidos foram analisados e deferidos.

2. Qual o número de homens e de mulheres?
Neste mesmo período, há 1562 solicitantes homens e 580 mulheres.

3. Há refugiados de quantos países?
Há solicitantes de 42 diferentes países. O país com maior número de solicitantes é Angola, seguido da República Democrática do Congo e, a seguir, Colômbia.

Somente a respeito de congoleses:

1. Qual é o número de refugiados congoleses no Rio de Janeiro?
Há 219 casos, correspondendo a 265 pessoas que solicitaram refúgio, das quais 205 já tiveram seus pedidos deferidos.

2. Deste número, quanto são famílias?
No total há 219 casos, sendo que 52 são casos de "famílias" e 167 são casos "individuais", correspondendo ao total de 265 pessoas.

3. Qual o número de homens e de mulheres?
São 179 homens solicitantes e 86 mulheres.

4. Faixa etária:
até 04 anos: 04 pessoas
entre 5 e 17 anos: 15 pessoas
mais de 18 anos: 246 pessoas

CARITAS

31/12/2008

Total

Estatísticas

Região	País	Total		Positivos		Pendentes		Negativos	
		Casos	Pessoas	Casos	Pessoas	Casos	Pessoas	Casos	Pessoas
AF	Angola	995	1301	992	1297	3	4		
	Burundi	1	1	1	1				
	Camarões	2	2	2	2				
	Rep. Dem. do Co	219	265	164	205	55	60		
	Eritrea	1	1			1	1		
	Etiópia	2	2	1	1	1	1		
	Gambia	1	1			1	1		
	Ghana	7	7	3	3	4	4		
	Guine Bissau	4	7	3	6	1	1		
	Guiné Conacry	1	1			1	1		
	Costa do Marfim	6	6	3	3	3	3		
	Libéria	100	101	96	97	4	4		
	Líbia	2	2	2	2				
	Mauritânia	1	1	1	1				
	Mali	1	1	1	1				
	Nigéria	4	5	4	5				
	Quênia	2	2			2	2		
	Rwanda	3	3	3	3				
	Senegal	1	1			1	1		
	Serra Leoa	16	16	16	16				
	Somália	21	21	11	11	10	10		
	Sudão	4	5	3	4	1	1		
	Tanzania	1	1	1	1				
	SubTotal	**1395**	**1753**	**1307**	**1659**	**88**	**94**	**0**	**0**
A	Cuba	34	40	20	24	14	16		
	El Salvador	2	2	1	1	1	1		
	SubTotal	**36**	**42**	**21**	**25**	**15**	**17**	**0**	**0**
AS	China	4	4			4	4		
	Georgia	3	7	3	7				
	Sri Lanka	2	2	1	1	1	1		
	SubTotal	**9**	**13**	**4**	**8**	**5**	**5**	**0**	**0**
EU	Bosnia and Herze	2	4	2	4				
	Tchecoslováquia	1	1			1	1		
	Itália	1	1			1	1		
	Romenia	1	1	1	1				
	Sérvia	17	26	17	26				
	SubTotal	**22**	**33**	**20**	**31**	**2**	**2**	**0**	**0**
M	Palestina	3	10	3	10				
	Irã	6	6	6	6				
	Iraque	13	16	13	16				
	Libano	2	2			2	2		
	Pakistão	4	7	4	7				
	SubTotal	**28**	**41**	**26**	**39**	**2**	**2**	**0**	**0**
SA	Bolívia	9	24			9	24		
	Colômbia	123	227	84	162	39	65		
	Perú	8	8	4	4	4	4		
	Venezuela	1	1			1	1		
	SubTotal	**141**	**260**	**88**	**166**	**53**	**94**	**0**	**0**
	Total Geral	**1631**	**2142**	**1466**	**1928**	**165**	**214**	**0**	**0**

ANEXO B

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE.
QUESTÕES REFERENTES À INTEGRAÇÃO LOCAL.
Entrevista I

Entrevista aberta. **Gravada. Transcrita.** **Data:** 20.07.08

Local: Bairro do Estácio. Próximo à estação do metrô.

Entrevistado: SS.

Nacionalidade: congolês.

Foram fornecidos previamente ao entrevistado esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e da entrevista, assim como a forma e as regras determinadas para a utilização do material produzido a partir da transcrição. Os pontos norteadores da entrevista aberta, na forma de uma conversa, foram apresentados e avaliados pelo entrevistado.

P. pesquisadora. **E. entrevistado.**

1ª parte

P. Eu queria que nesta primeira parte da entrevista você me contasse um pouco da sua história, da forma que você quiser. Que me falasse um pouco da sua vida no Congo, que eu conheço muito pouco, apesar de estarmos sempre em contato já há mais de dois anos aqui no Rio de Janeiro. Gostaria que falasse da emigração, da sua saída do Congo[27], da situação da sua chegada aqui no Brasil, o que fez você decidir sair do Congo, por que veio para cá, da sua vida aqui, como ela tem sido. E queria saber também dos seus planos. Você pode falar dessas coisas na ordem que quiser. Essa é uma entrevista gravada, com sua autorização, e eu posso arrumar depois, com a sua permissão, é claro. As regras determinam que se aproveite o conteúdo sem identificar quem é o entrevistado, como você já sabe. Você tem liberdade total para, caso seja feita alguma pergunta que não queira responder, simplesmente dizer que não quer responder. Além disso, você pode acrescentar tudo que achar importante. Inclusive acrescentar pontos para conversa ou sugerir outras perguntas. **Podemos começar?**

[27] A história da emigração de entrevistado já foi sintetizada em outra parte deste trabalho.

2ª parte

P. Você poderia, então, falar de algumas coisas sobre as quais nós já conversamos várias vezes? Eu gostaria que você falasse sobre o que considera que sejam as condições necessárias para a situação de um refugiado aqui – usando as suas palavras – ser "minimamente digna". Quais são as suas idéias, as suas opiniões sobre o que deveria ser mudado, melhorado? Também queria saber o que você acha dos projetos – que já conhece – de fazermos a universidade participar disso tudo. Atuar nessa questão dos refugiados, do refúgio.

E. Você me disse que acha que tem um problema grave na falta de informação; das informações básicas. Você escreveu aqui na sua apresentação que está pesquisando quatro áreas importantes – que eu concordo completamente – estudo e português, trabalho, saúde e a moradia.

P. É. Veja bem, isso é só um guia de idéias para a gente conversar. Isso é o que eu selecionei para pesquisar porque tenho visto que são as coisas mais básicas e mais difíceis – e coisas de que todos os refugiados já vieram falar para mim quando conversamos.

E. Eu vou te dizer já agora o que eu penso. Na chegada, as pequenas informações que a gente tem não são suficientes. A gente fica procurando essas informações através da nossa gente mesmo e por nosso próprio esforço. Por exemplo, o meu amigo, que eu chamo de pai, está aqui há muitos anos. Quando eu cheguei, eu fui lá na casa dele. Foi ele que me disse: "Você vai fazer o seguinte. Vai apresentar-se lá na Caritas, só para poder conseguir os documentos".

O problema da Caritas, na minha opinião, é que é só para te encaminhar para conseguir os documentos; para você ter documentos. Depois (...) você vai lá, pega o seu dinheiro pelo tempo determinado e pronto. Não sei se toda gente não encontra mais ajuda quando é refugiado. Em outros países. Para mim, eu que é acho isso, é tipo um banco; igual a uma caixa econômica daqui. Onde a gente vai pegar o dinheiro. Você vai lá durante os seis meses que eles te dão a ajuda financeira. Mas e o resto? As informações sobre estudo, por exemplo, ou saúde, ou um problema que você tem com a justiça... Eles não fazem o que deviam fazer. Muitas vezes não se importam com o que está acontecendo de mais grave. Vou te dar um exemplo. Existiam uns cinco ou seis moços lá de Brás de Pina que estavam com um problema com a polícia. Eles foram para a prisão. E só foram soltos graças à comunidade, aos congoleses, que fizeram muito esforço, pagando um advogado. Os congoleses "mais velhos" foram à Cáritas, entregaram um documento, dizendo que os moços eram inocentes, que não tinham feito nada. Mas ninguém foi lá para ajudar os moços.

P. Eles eram refugiados?

E. Refugiados, sim. Já reconhecidos. Esses moços hoje estão na Espanha. Eu não sei como conseguiram. Mas para tirar eles da prisão, para terem uma ajuda jurídica, foram os membros congoleses da comunidade de Brás de Pina e outros de fora de lá também que ajudaram. Deram dinheiro... Cada um deu dinheiro do bolso; juntaram o dinheiro; pagaram o advogado que soltou os moços. Me pergunte o que a Caritas fez. Não fez nada.

P. Você tem muitas críticas à forma como trabalham com os refugiados aqui... Pode falar melhor sobre isso?

E. Não são críticas por nada. Porque além de ir pegar o dinheiro o que mais você vai fazer lá? Porque quando você vai lá, sempre a única frase que houve é "não temos verba". Quando você fala que quer estudar dizem que "não, não dá para estudar isso que você quer". Você tem que fazer esses cursos básicos que eles acham que são suficientes. Eles dizem que você quer confusão porque todo mundo pede para fazer os cursos básicos e você quer fazer outro melhor.

Eu disse lá que "nem todo mundo foi feito para ter uma bancada, barraca, vender peixe, ou vender qualquer coisa". Não é assim. No nosso país há pessoas que já têm melhor escolaridade; então, a gente aqui tem que aproveitar as coisas que estudou e as experiências que já tinha de trabalho... Para poder fazer alguma coisa melhor! Mas não tem ajuda para isso. E não tem um bom encaminhamento. O problema da saúde, por exemplo, não tem bom encaminhamento. Eu já falei isso muitas vezes. Nós hoje estamos fazendo a organização da comunidade graças aos conselhos de uma advogada... Uma moça que era advogada de direitos humanos e que uma vez me disse: "Senhor, vocês têm que se juntar numa associação, porque um só não vai poder ficar reclamando. Não vai adiantar". Disse que para podermos obter outras coisas tínhamos que nos juntar. Ela deu como exemplo os brasileiros lá no Canadá, nos Estados Unidos, que se juntaram em uma comunidade brasileira e que estão conseguindo muitas coisas. Nós devemos nos juntar. Estamos fazendo isso. Mas você viu! Você sabe a dificuldade que é para organizar... Tem uma "guerra" por poder... Quando uma pessoa arranja um dinheiro, vira já um ambicioso, ou está com má intenção... Eu quero dizer que é isso que os outros pensam dele! Todos acham que ele está fazendo aquilo só para o bem próprio dele! É muito difícil. Não tem essa cultura no nosso país; de se fazer uma união organizada, uma associação. É muito complicado fazer isso aqui... Tem uma barreira da cultura.

P. Eu posso cortar você um pouco? Desculpe. É para você falar o que você conhece e o que você acha sobre a lei para os refugiados que o Brasil tem...

E. Mas tem uma lei! Oh! Eu sei! Tem, mas está só escrita.

P. Mas a lei existe. Se não existisse, os refugiados não teriam documentos, por exemplo; não poderiam ser protegidos com a garantia de não serem mandados de volta para o país de onde fugiram.

E. Mas a lei não é só isso. Ela não está sendo praticada.

P. A lei é de 1997. Muita coisa já está em prática. Pelo visto, você não concorda comigo...

E. Olha, mesmo tendo a união, a organização da associação dos refugiados, tem que ter as informações e um acompanhamento. A lei existe; você pode ler a lei, conhecer os direitos dos refugiados, mas tem que saber os caminhos para conseguir os direitos que estão na lei. Na Cáritas dizem que o programa de refugiados tem um problema de verbas. Está bem, então, não tem verbas. Pode não ter verba, mas fazer um trabalho mais de perto, de orientação mesmo dos refugiados. Por exemplo, veja o que acontece no hospital. Por que não bota um refugiado lá para ser intérprete? Por que não escolhe alguém da comunidade, dos congoleses, para fazer essa orientação? Isso não custa tanto dinheiro. Mas não se faz. Eles pensam que a gente tem que se virar. Eu perguntei: "Por que vocês não colocam refugiados para trabalhar com vocês? Os que poderiam ajudar no trabalho de vocês? Que sabem falar todas as línguas do país? Poderiam ir junto com os outros ao hospital, à Policia Federal... Por que não poderia ter uma internet para os refugiados? Vocês podem ver quem tem capacidade; ver essas pessoas que podem ajudar, ter liderança, que podem multiplicar o trabalho.

Só que eles não querem uma pessoa com liderança por perto. Aí já é uma outra guerra dentro da organização deles. Porque uma pessoa com liderança vai querer discutir com eles os interesses dos refugiados. Não vai aceitar tudo. Não vai ficar quieto, só agradecendo tudo... Então se é uma pessoa como eu, que falo o que eu penso, vou questionar.

Por exemplo, eu fui lá e questionei o problema dos palestinos que mal acabaram de chegar e já receberam uma casa. Me disseram na Cáritas que era diferente... "É um problema de política. É outro programa; para situações diferentes...". Você também me explicou isso. Me deu a reportagem dos reassentamentos... Mas eu disse para você que não era isso. Fala a verdade! Às vezes o Brasil tem que ter um lugar de destaque lá na ONU e então bota esses programas, artifícios, para poder ganhar força lá fora. E nós que estamos aqui há bastante tempo, nenhum de nós recebeu casa. Mas se tem lei... Só que ninguém diz que na lei tem ajuda para moradia.

Para procurar emprego também. Todo mundo sabe meu papel de questionar tudo. Uma vez perguntei na direção da organização Cáritas: "Olha, nós ficamos aqui a procurar emprego e não conseguimos... A Cáritas não tem obrigação de nos ajudar?" E a Cáritas me diz sempre que não pode ajudar assim do jeito que eu acho; que o Ministério da Justiça já colocou uma

verba que está sendo usada somente para ajudar as pessoas a procurar emprego. Mas quem já viu essa verba? Você já viu? Eu nunca vi essa verba. Por que não explicam direito?

Bem, da parte jurídica eu já falei. Moradia é só isso mesmo. Nada! Falta de informação, explicada na língua dos refugiados, para todo mundo poder entender – disso já falei também.

O que acontece é que as dificuldades vão multiplicando-se. Eu digo que o número das pessoas que estão aqui como refugiados ninguém conhece. A verdade é que é assim mesmo. Quem morreu, quem está vivo, quem foi embora, quem já saiu daqui... Eles lá da organização (que é a responsável) não conhecem esses números. Não têm "repertório" de informação sobre isso.

Acho que isso é tudo o que quero falar.

Só queria explicar uma coisa para a professora (...). Foi por isso que eu disse pra todo mundo que "a Cáritas é como um banco". A professora ouviu (...). Você não concordou. Você entendeu agora? Mas é um banco que não tem dinheiro pra todo mundo que precisa. É só isso o que se escuta – a falta de verbas. Você vai lá com a assistente social e ela diz isso para você que "tem que esperar" (...) este mês não tem mais dinheiro pra transporte pro Centro, pros cursos, por enquanto estamos sem verba para isso". Ora... como pode ser assim? Como o refugiado vai arranjar o dinheiro naquele mês?

P. Você parece ter uma visão muito ampla da situação. Deu exemplos de tudo. Faz as suas críticas. Sugere coisas. Você já colocou para mim muitas vezes que tem uma questão muito complicada com os documentos para estudo; que não tem dinheiro para tradução dos diplomas (...). Com calma, vamos falar sobre isso daqui a pouco. Mas aqui também há coisas bem feitas. Veja só que existe um sistema de ensino público; que não é nenhuma maravilha, mas existe, e os refugiados têm direito ao ensino público. Já conversei com vários congoleses sobre isso. No Congo não existe mais praticamente ensino público... Me parece que o maior problema está sendo enfrentado pelos congoleses que já vieram com formação universitária... Eu acho que com as crianças, os mais jovens, o estudo não é uma área com tantos problemas. O que você acha?

E. Acho que é esse o trabalho que vocês que são da universidade podem fazer. Trabalhar junto com eles para mostrar o que não está funcionando. Por exemplo, esse problema dos diplomas. Muita gente não tem como conseguir os diplomas lá no meu país. Quem consegue não sabe como fazer aqui para eles valerem de verdade; para um emprego ou para continuar a estudar. É tudo complicado e muito demorado... E para fazer sozinho tudo fica muito caro. A gente fica revoltado; vai reclamar. Mas a verdade é que a maioria acaba desistindo... Vão-se virar sozinhos... Não dá é para ficar ouvindo mentira. Sai na televisão, no jornal, que o refugiado tem isso e tem aquilo – quando não tem.

P. Você não acha que é preciso ter muito cuidado para criticar? Para não se desvalorizar nem destruir o que já se conseguiu? Eu sei que a situação de vocês está muito difícil... Vários congoleses passaram por muitas coisas difíceis, horríveis, violentas. Mas também não se deve destruir ou criticar tudo. Porque o que já se conseguiu – que não é pouco – foi com o esforço de muita gente e não foi um esforço só daqui do Rio de Janeiro; foram muitas pessoas que trabalharam e lutaram para que o Brasil tivesse uma lei para refugiados – e que continuam lutando para melhorar. Mas eu reconheço que você faz críticas baseando-se nas dificuldades que encontram e que você é que vive e conhece a realidade dos refugiados (...). Suas críticas são muito importantes para uma pesquisa como esta que estou fazendo. Ajudam a pesquisar investigar os problemas, procurar ver realmente como acontece. Ouvir os profissionais que trabalham com os refugiados, ouvir os refugiados, ver onde estão os problemas, para fazer uma crítica produtiva. Entendeu?

E. É. Eu sei. Mas esse problema dos estudos, o que tem de pior são os documentos mesmo. O que exigem por aqui! Ora, o refugiado é uma pessoa que saiu do seu país correndo, fugiu da guerra ou das perseguições, geralmente não chega com os documentos, não consegue trazer seus documentos. E esses documentos no nosso país, o Congo Democrático, são muito difíceis. E custa muito caro para conseguir os documentos. Tudo é muito caro e desorganizado. Então, por que não fazer uma avaliação aqui? Hein? Avaliar os refugiados aqui? Porque nesses países de onde nós saímos, no Congo, por exemplo, tem mais de quatro milhões de refugiados... Quantas pessoas conseguem chegar até aqui? Quantas pessoas conseguem sair de lá? E sair com documentos? Tem que pensar sempre na situação que existe lá. E ver o que se vai fazer para resolver o problema de quem não tem documentos.

Eu, por exemplo, já estou aqui há dois anos. Agora que consegui fazer chegar um documento de estudo que foi aceito. E tenho que pagar para traduzir e depois esperar para ele ser válido aqui. Não tenho dinheiro para pagar. A Cáritas ajuda, mas nem sempre tem dinheiro para pagar tudo que um refugiado precisa... Você tem que esperar ter verbas... O refugiado vai pedindo ajuda à família, amigos lá no Congo... É difícil. Quando chega o diploma, ah! Se não tenho como trazer o "relevé de cotes" (histórico escolar), não consigo nada com o diploma.

P. Mas você não acha que é fundamental que o Brasil consiga dar um documento a todos os que chegam pedindo refúgio, o CPF, a carteira de identidade, carteira de trabalho. Isso é muito importante! E hoje em dia isso é muito difícil em muitos países; conseguir documentos. Ser considerado um refugiado, com direitos, conseguir o refúgio (...). Acho que você sabe bem disso tanto quanto eu (...).

E. É coisa fundamental, sim. A gente sabe que na Europa, em outros lugares, quase ninguém consegue mesmo entrar, pedir o refúgio... Entra pagando caro, vai ser preso, mandado embora ou ficar ilegal. Então eu reconheço que é fundamental o que você falou. Mas aqui a gente, também para pegar esses documentos, tem que ficar pedindo a ajuda dos amigos. Até para pegar o ônibus e chegar lá no local certo. Não é a Cáritas que vai dizer para você o que você precisa fazer, como vai chegar, dar os endereços. E muitos quando chegam ao lugar certo, nem entendem nada do português. Então lá eles dizem: "Procura um amigo para te ajudar". Eles sabem que nós somos muitos aqui e que comparados aos outros refugiados temos um pouco de união para ajudar os conterrâneos que chegam. Os congoleses são assim... Mas os congoleses vivem em uma situação difícil até para ajudar um amigo.

P. Você pensa que existe uma diferença entre os africanos – os congoleses principalmente – e os outros refugiados de outros países? Que estão aqui no Brasil?

E. Existe! Do Iraque. Eu vi os iraquianos, quando chegam... Ah! Eu fui lá em São Paulo. É bem diferente.

P. Por que você acha isso?

E. Eu não posso falar. A guerra e a pobreza na África não interessam para o mundo. Somos muitos. Só se vêem números...

P. Concordo. Não se pode banalizar a morte, a guerra... Eu me lembro do que você falou sobre o CD com os programas que assistimos sobre a guerra no Congo. Isso também já está acontecendo aqui no Brasil de outra maneira, com a violência nas cidades... Os congoleses falam muito sobre o medo da violência.

E. É diferente. Melhor não falar disso. Para não misturar as coisas.

P. Posso retomar uma questão? O que você acha das estatísticas? Os dados oficiais indicam que atualmente há 2.880 refugiados africanos no Brasil.

E. Eu quero terminar falando novamente dos palestinos. Eles são 120 palestinos. Para quê? Quando o Brasil vai lá fora e diz que recebe os refugiados e que são mais de 3.000... Quem são os refugiados do Brasil? Somos nós, os africanos.

É isso.

ANEXO C

Entrevista Modelo 1 – Primeira versão (adaptada) **Data:** 05.07.2008

Local: Central do Brasil.

Antes de concordar em começar a entrevista, realizada em local bem próximo aos salões de cabeleireiros de congoleses que ficam em uma "avenida do camelódromo" (centro de comércio popular) atrás da Central do Brasil, o provável entrevistado quis fazer uma declaração. Disse que está passando muita dificuldade aqui; muito mais do que ele pensava que ia enfrentar (mesmo sabendo que a vida ia ser difícil e o trabalho também). Pediu que eu escrevesse o que ele ia falar e colocar na minha pesquisa.

"Quando você ainda não chegou a um lugar, você pensa que o céu cai ali. Quando chega, você vê que o horizonte não é lá".

1. Bu.
2. 35 anos.
3. Solteiro.
4. Não tem filhos.
5. Irmãos vivem no Congo e na Europa (Irlanda e Bélgica).
6. Estudou no Congo até a universidade. Estava fazendo curso de Economia.
7. Parou de estudar em 1997.
8. Chegou a quatro meses, em abril deste ano (2008).
9. Veio de Kinshasa.
10. Viveu em Kinshasa desde o seu nascimento.
11.
12. Os pais são originários da província do Bas-Congo.
13. A língua materna da família é o *Kicongo*.
14. Trabalhava em uma agência de viagens.
15. Já trabalhou em vários tipos de comércio, junto com o pai e a família.
16. A rota da migração que fez foi: Kinshasa - Johannesburgo - São Paulo - Rio.
17. Veio sozinho.

18. Tinha um contato com alguém aqui no Rio, da Igreja Evangélica; esta pessoa o ajudou com informações, etc..

19. Foi esta pessoa que o recebeu quando ele chegou aqui.

20.

21. Tentou sair do Congo para ir para outros países. Não conseguiu.

22. Veio para o Brasil porque não tinha outra saída.

23.

24. Não quis responder. Explicou que saiu por causa de um acidente ocorrido com um avião. Foi para a prisão por questões políticas. Participou de um movimento de oposição.

25. Não escolheu vir para o Brasil, mas chegou aqui e uma semana depois solicitou o refúgio. Por enquanto só fez a primeira entrevista com o advogado da Cáritas. Já tem o protocolo. Está aguardando a entrevista com o advogado do CONARE.

35. Tem irmãos vivendo em países da Europa. Não conseguiu ir para lá.

39. O maior problema que enfrenta no Brasil é a falta de dinheiro. Não consegue viver só com a ajuda financeira da Cáritas – de R$ 300.

50. Quer estudar informática para ver se consegue um trabalho. Só voltaria para o Congo quando Kabila (atual presidente) caísse do poder.

Perguntas levantadas em meio a uma conversa mais informal após a entrevista:

P. Quais os maiores motivos, em sua opinião, para que homens, mulheres, jovens, crianças (ou até mesmo famílias) estejam deixando o Congo e buscando outros países? É o que estamos vendo aqui no Brasil... Chegarem pessoas em situações bem variadas...

Bu. O primeiro motivo são as questões políticas; perseguições políticas. A guerra é o segundo motivo, mas muita gente não consegue sair de lá da área da guerra. O terceiro motivo é a situação social - que piorou muito nos últimos anos.

P. O que você pensa sobre a situação política e militar do Congo – RDC atualmente, já que chegou há apenas quatro meses?

Bu. O presidente Kabila não é um congolês de verdade; isso faz com que ele não pense no povo do Congo. Muita gente não aceita isso. A situação dos jovens é complicada. Não podem falar, mas acreditam que haverá mudança... Os jovens adquirem poder de mudança com o que aprendem no país para onde migram.

O entrevistado afirmou que seu maior projeto é estudar aqui. Teve que parar a universidade no Congo quando era jovem porque o estudo lá é muito caro. “Os professores e os alunos têm um acordo: os alunos têm que comprar os materiais e pagar várias coisas, as provas, as notas... Você precisa de uns 400 dólares para estudar na universidade. Quem ganha isso lá? É muito difícil...”.

ANEXO D

Proposta de normas para organização do atendimento às crianças que integram o contingente de refugiados a serem atendidos no HSE – hospital de referência para os refugiados no Rio de Janeiro.

1- Matrícula no HSE : todos os refugiados devem ser matriculados seguindo as normas de funcionamento do HSE – ver documentação necessária.

2- O atendimento no Ambulatório de Pediatria ocorrerá no horário normal de funcionamento (das 8 ás 14 horas) .

3- Em uma fase inicial de 4 meses (até o fim de março de 2008) os refugiados serão atendidos no Ambulatório Geral segundo uma regulamentação própria em que será liberada a entrada para o atendimento independentemente de vagas no SPA.
A partir de abril de 2008 os refugiados entram na rotina de atendimento dos Ambulatórios .

4- Todos os refugiados serão acompanhados com consultas agendadas pelo Serviço de Pediatria obedecendo uma freqüência relacionada com a idade:
a- de 0 até 6 meses : atendimento mensal
b- de 6 meses a 1 ano: atendimento de 2 em 2 meses
c- de 1 ano até 4 anos : atendimento de 3 em 3 meses
d- de 4 anos até 12 anos : atendimento de 6 em 6 meses
e- de 13 até 18 anos : 1 consulta por ano

5- No caso de intercorrência o atendimento será feito no SPA segundo as normas de funcionamento dos Ambulatórios.

6- O HSE não possui Serviço de Emergência . Casos urgentes e casos que necessitem de atendimento em horário diferente do de funcionamento dos Ambulatórios (2ª a 6ª feira das 7 às 14 horas) devem ser encaminhados para os Hospitais com Serviço de Emergência

7- Nos casos com necessidade de parecer /encaminhamento para as especialidades pediátricas, será seguida uma regulamentação especial segundo a qual nenhum refugiado será encaminhado para outra Unidade por falta de vaga em consultas de especialidades

Em 28.05.2008
ATA DE REGISTRO DA REUNIÃO – SERVIÇO DE PEDIATRIA DO HSE.

. Assunto: Organização do atendimento de crianças que integram famílias de refugiados e/ou imigrantes congoleses e angolanos no Rio de Janeiro.
. Presentes à reunião:
Pediatras: Dr. Gil Simões, Dra. Glória Reis Veloso, Dra. Letícia Araujo, Dra. Juliene Martins.
Assistentes Sociais: Eva de Souza Machado, Francineide, Juliana.
Secretária: Luciane Silva.
Pesquisadora: Maria Regina Petrus.
CACB: Rui Manuel Simão, João Batista.

1. Abertura da reunião pelo Dr. Gil Simões com a apresentação dos participantes.
- Ao grupo de profissionais do hospital foram apresentados os participantes externos:
- João Batista e Rui Manuel (representantes da Comunidade Ango-Congolesa do Rio de Janeiro – CACB); Regina Petrus – professora da UFRJ, pesquisadora de grupos de refugiados angolanos e congoleses no Rio de Janeiro (associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM e aluna do programa de Doutorado do IPPUR-UFRJ).
- Apresentação da secretária da Pediatria, Sra. Luciane como responsável pela organização administrativa em geral.

2. Breve relato do histórico de contatos, intermediações e preparativos que precederam a reunião.

3. Informações básicas sobre a CACB por parte de seus representantes e pela professora Regina Petrus:
- países de origem dos refugiados e imigrantes que participam da Comunidade; histórico da criação e características específicas da ONG e de seus integrantes; localização da sede da ONG e áreas de maior concentração espacial dos integrantes da CACB na metrópole Rio de Janeiro; breve explicação sobre a diversidade de situações que caracterizam a imigração, a problemática e as especificidades do refúgio, informações gerais sobre os refugiados no Rio de Janeiro e em especial sobre as características das famílias de angolanos e congoleses que participam da CACB.

4. Entrega do estatuto da CACB para o serviço de Pediatria; entrega de texto acadêmico com informações e dados básicos sobre políticas públicas no Brasil para os refugiados, como um material para consulta dos profissionais do hospital.

5. Apresentação pelo Dr. Gil Simões dos objetivos e propostas da Pediatria para nortear a organização do atendimento das referidas crianças. Informações preliminares sobre as formas inicialmente pensadas pela Pediatria para esse atendimento.
- Destaque para a idéia de se buscar organizar um atendimento com caráter mais global para crianças de grupos familiares que vivem uma "situação especial", integrando o trabalho de pediatras, psicólogos e assistentes sociais.
- Levantamento de alguns critérios para uma primeira fase de organização do atendimento. Considerações dos diversos participantes sobre os critérios a serem adotados em um primeiro momento e discussão coletiva sobre os mesmos.
- Levantamento aproximado do número de crianças a serem atendidas e discussão sobre as possibilidades e melhores formas de organização do atendimento e sua abrangência em termos numéricos em várias fases.

- Apresentação das Dras. Letícia e Juliene e da assistente social Juliana como profissionais mais diretamente responsáveis pelo atendimento propriamente dito e pelo levantamento de mais informações necessárias, dados e condições concretas de organização do atendimento das referidas crianças, bem como por uma melhor definição dos critérios de número e situações prioritárias para uma ordem do atendimento.
6. Esclarecimento de que o projeto visa apenas e tão somente o atendimento em regime de consultas marcadas (previamente agendadas). Não existe a possibilidade da criação de um novo ordenamento nas questões gerais do atendimento (não há atendimento de emergências; não há atendimento de traumatologia; não há atendimento no turno da noite; atendimento ambulatorial é encerrado às 16h).

7. Primeira definição de critérios para mapeamento das crianças a serem atendidas***.**
- Crianças angolanas, congolesas e brasileiras - filhos das famílias de refugiados/ imigrantes que participam e/ou mantém vínculos com a CACB.
- Localização espacial residencial das crianças a serem atendidas em uma primeira fase: Rio de Janeiro – Brás de Pina, áreas no entorno do Centro e Estácio.
Duque Caxias – sede do município, localidade de Gramacho e alguns distritos especificados.

** Considerações dos pediatras e outros profissionais do hospital sobre possível necessidade de reavaliação desses critérios a partir das experiências concretas ao longo do processo.*

8. Primeira definição de regras para o atendimento:
- Consultas marcadas; agendadas previamente as datas e horário;
- Número de crianças a serem atendidas a cada dia – 5 crianças;
- Previsão em caráter aproximado de um número máximo de 100 crianças a serem integradas a esse atendimento assim organizado em uma primeira fase (cuja duração foi prevista para algo em torno de seis meses).

9. Entrega das fichas já organizadas pela CACB até a data da reunião (pouco mais de 30 fichas) com os dados e fotos das crianças da comunidade e de seus respectivos responsáveis, bem como de uma listagem preliminar com os nomes e as idades de um número maior de crianças.
Os representantes da CACB destacaram que o levantamento dos dados completos e organização das fichas serão finalizados em tempo mais breve possível e que as demais fichas deverão ser encaminhadas à Pediatria na semana próxima. Destacaram que nas fichas constam o endereço, telefones, CNPJ e e-mail da CACB para qualquer contato.

10. Dr. Gil Simões solicitou a Sra. Eva Machado (Serviço Social) que providenciasse o cadastramento das crianças através do cartão que é feito para todas as pessoas que são acompanhadas no hospital.

11. Troca de telefones e e-mails entre os profissionais do hospital e os representantes da CACB para viabilizar os contatos necessários e/ou para a marcação de novos encontros.
Encerramento da reunião pelo Dr. Gil Simões dando a palavra a todos que desejassem complementar alguma coisa. Agradecimento do Sr. João Batista em nome da CACB a todos os presentes e em especial à Pediatria. Convite formulado em nome da CACB para que todos os envolvidos na reunião e no projeto do atendimento às crianças fossem conhecer a CACB em evento a ser combinado.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2008.

Assinaturas:

_____
p.p. CACB – Sr. Rui Manuel Simão
(secretário de imprensa da CACB)

_____
p.p.CACB – Sr. João Batista
(assessor político da CACB)

_____
p.p. Projeto Ambulatório Sem Fronteiras – Maria Regina Petrus
(Professora UFRJ. Pesquisadora do NIEM. Assessora de pesquisa acadêmica para o projeto e responsável por intermediação Pediatria HSE/CACB)
Em 18.06.2008.

ATA DE REGISTRO DA REUNIÃO – SERVIÇO DE PEDIATRIA DO HSE.

. Assunto: programa de atendimento de crianças que integram famílias de refugiados e/ou imigrantes congoleses e angolanos no Rio de Janeiro.

. Presentes à reunião:

Pediatras: Dr. Gil Simões, Dra. Letícia Araujo, Dra. Juliene Martins.
Chefe da Bacteriologia/ Laboratório: Dra. Maria José.
Internas da Pediatria: Amanda, Viviane.
Assistentes Sociais: Eva de Souza Machado, Juliana, Ivana.
Psicólogas:
Representante da CACB: Sra. Manicena Esther
Convidado: Professor Pedro Mateus (Teólogo, pedagogo, estudante de Filosofia da Universidade Bennett pelo programa de bolsas para refugiados. Natural de N'Banza Congo – Norte de Angola).
Observadoras da reunião: professoras/pesquisadoras M. Regina Petrus e Ana L. Souto Mayor.

1. Abertura da reunião pelo Dr. Gil Simões – explanação breve do objetivo da reunião. Aquisição de informações sobre os países de origem das crianças a serem atendidas no programa (história dos países de origem e dos povos, especificidades étnicas e territoriais da região de onde provêm as famílias, hábitos e costumes em geral, práticas mais utilizadas nos cuidados com as crianças, diversidade de situações que caracterizam a imigração, problemática e especificidades do refúgio e da emigração/imigração do grupo enfocado, áreas de concentração espacial de moradia das crianças no Rio de Janeiro e diversas outras questões de interesse das médicas e demais profissionais e estudantes presentes).

Informes: Professora Regina Petrus transmitiu breves informações sobre as fichas das crianças – em processo de organização – a pedido do diretor de organização da CACB – Sr. Berry. Foi fornecido para as médicas responsáveis pelo programa o telefone do Sr. Berry para contato direto com ele por parte do grupo.

2. Apresentação dos participantes.

3. Breve relato do histórico de contatos, intermediações e preparativos que precederam essa segunda reunião.

4. Informações breves da Sra. Esther, seguidas das perguntas de interesse do grupo.

5. Apresentação dos temas acima elencados por professor Pedro Mateus. Perguntas de interesse do grupo presente. Conversa de caráter informal do professor com os presentes para alguns outros esclarecimentos e algumas sugestões do professor.

6. Informação por parte do Dr. Gil Simões sobre o provável início do atendimento. Reiteração de algumas características gerais já estabelecidas para o atendimento organizado pela Pediatria para o grupo de crianças em questão. Ficou estabelecido pelo Dr. Gil que a forma de organização e funcionamento do atendimento e demais informações necessárias, serão posteriormente enviadas por escrito à CACB.

Rio de janeiro, 18 de junho de 2008.

Assinaturas:

_____

p.p. CACB – Sra. Manicena Esther
(suplente do Conselho Fiscal da CACB)

_____

p.p. Projeto Ambulatório Sem Fronteiras –Maria Regina Petrus
(Professora UFRJ. Pesquisadora do NIEM. Assessora de pesquisa acadêmica para o projeto e responsável por intermediação Pediatria HSE/CACB)

Em 20.08.2008.

ATA DE REGISTRO DA REUNIÃO – SERVIÇO DE PEDIATRIA DO HSE.

. **Assunto**: ajustes organizacionais do programa de atendimento de crianças que integram famílias de refugiados e/ou imigrantes congoleses e angolanos no Rio de Janeiro e trabalho específico do grupo multidisciplinar que integra o projeto.

. Presentes à reunião:
Pediatras: Dr. Gil Simões, Dra. Letícia Araujo, Dra. Juliene Martins.
Internas da Pediatria: Amanda, Viviane.
Assistentes Sociais: Juliana, Ivana, Rita.
Psicólogas: Ana Beatriz
Dra. Ângela Cava – Professora da Escola de Enfermagem Anna Nery da UFRJ.
Monitora de enfermagem – Luciana.
Representantes da CACB: Sra. Isabel Cristina Baltazar e Sr. João Batista.
Assessora de pesquisa do projeto: professora M. Regina Petrus - UFRJ.

1. Abertura da reunião pelo Dr. Gil Simões – sugere a apresentação dos presentes, o que inaugura o encontro.
Faz explanação breve dos objetivos da reunião: tratar da parte organizacional do Ambulatório sem Fronteiras com os representantes da CACB. Em um segundo momento uma reunião específica da equipe multidisciplinar que integra o projeto para tratar de temas referentes ao projeto e sua formulação final em termos médicos e acadêmicos.

Dr. Gil faz uma rápida avaliação do andamento do Ambulatório, da necessidade de melhorar e aprimorar constantemente a organização do atendimento e da prática de reuniões com a CACB sempre que isso se mostrar necessário ou produtivo para o atendimento e para o projeto como um todo. Ressalta que o projeto é um projeto de pesquisa que precisa ter um grau de confiabilidade de um projeto científico, com clara definição do grupo de crianças atendidas, dos métodos e técnicas utilizados, em função dos objetivos do projeto quanto ao atendimento e aos estudos dos resultados.

2. Dra. Julienne, pediatra responsável pelo projeto, faz algumas considerações sobre a necessidade de serem reafirmados nesta etapa do projeto para a comunidade – CACB – e seus membros, os critérios de seleção das crianças a serem atendidas pelo ambulatório. Troca informações especificamente com os representantes da CACB sobre a importância de esclarecimentos maiores das práticas necessárias aos exames básicos que estão sendo feitos nas crianças, considerando que precisam ficar mais claras para os pais. Fica combinado que será feito um manual por escrito e enviado para a comunidade (CACB), bem como entregue aos pais no atendimento.

3. Dra. Ângela Cava pergunta aos integrantes da CACB quais os critérios adotados pela CACB para selecionar as 100 crianças, conforme a capacidade estipulada para a etapa inicial do projeto, e dentro dos critérios estabelecidos pelo grupo da Pediatria. Todas as explicações e as dúvidas foram respondidas muito claramente pela Sra. Isabel, explicitando critérios para a ordem de envio das fichas para o atendimento que a comunidade utilizou.

4. Dr. Gil coloca, então, que a ordem de encaminhamento das crianças deve continuar a cargo da CACB, em função do conhecimento maior e de ordem pessoal das crianças e dos pais.

5. São recolocadas algumas questões e tiradas conclusões sobre os procedimentos para os exames comuns que estão sendo feitos nas crianças.

6. Dr. Gil pede que a CACB, através da diretoria, faça uma consulta à comunidade sobre a possibilidade de realização de exames de doenças de transmissão congênita, incluindo até mesmo para crianças assintomáticas. São exames que poderiam permitir estudos epidemiológicos. Dr. Gil reafirma que o passo inicial para isso vai depender integralmente da resposta que a CACB vai trazer para a equipe da Pediatria e que sabe que o assunto terá que ser tratado com uma consulta muito bem feita à comunidade por diversas razões. Razões reiteradas e ponderadas pela Sra. Isabel, a partir de sua experiência como de profissional de enfermagem e como liderança comunitária, conforme informou aos participantes.

7. Ao final do tempo de participação da CACB na reunião, são feitas algumas perguntas pela Dra. Ângela Cava, presente pela primeira vez a uma reunião do grupo, posto que se integrou ao projeto mais recentemente. Perguntas gerais tais como a forma de organização da comunidade, recursos que a CACB possui, origem desses recursos, como é a organização de reuniões com o grupo maior, que áreas geográficas da cidade a comunidade atinge em termos de moradia e outras questões sobre a composição e o perfil da comunidade. A Sra. Isabel esclarece todos os pontos e acrescenta muitas informações importantes para o grupo do projeto sobre a forma como a CACB funciona e se organiza, as dificuldades que enfrenta, assim como as formas que vem conseguindo buscar para enfrentá-las.

Após essa primeira parte da reunião os membros da CACB se retiraram e a reunião entrou em seu segundo momento, conforme indicado no item 1(um) desta ata.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2008.

Assinaturas

_____

p.p. CACB – Sra. Isabel Cristina C. F. Baltazar
(secretária geral da CACB)

_____

p.p. CACB – Sr. João batista
(assessor político da CACB)

_____

p.p. Projeto Ambulatório Sem Fronteiras – Maria Regina Petrus
Professora da UFRJ. Pesquisadora do NIEM. Assessora de pesquisa acadêmica para o projeto e responsável por intermediação Pediatria HSE/CACB.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Escritório de Representação do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro
HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO
SERVIÇO DE PEDIATRIA

Rio de Janeiro, 24 de março de 2009.

À Comunidade ango-congolesa do Brasil – CACB.

Venho por meio desta comunicar oficialmente à CACB que o programa de atendimento do "AMBULATÓRIO SEM FRONTEIRAS" foi suspenso por tempo indeterminado.

A decisão da suspensão ocorreu após reunião dos coordenadores do programa para avaliar a falta constante de crianças e adolescentes ocorridas nos últimos 3 meses, apesar de vários ajustes nos agendamentos e de inúmeros contatos com os representantes da CACB a fim de se buscar uma melhor organização para o comparecimento das crianças e adolescentes.

Desde o início do programa (em 2008) foram atendidos mais de 60 sessenta crianças e adolescentes de um total previsto para o número máximo de 100 (cem) indivíduos. Para a suspensão acima comunicada considerou-se o atendimento de mais de 60% do total estimado para esta primeira etapa do programa – na qual a equipe responsável contou com a parceria CACB, em caráter de experiência, para a organização e comunicação com as famílias.

A coordenação do programa esclarece à CACB que tem um cronograma a ser cumprido para a realização das demais atividades e etapas previstas neste projeto – especialmente desenvolvido pela Pediatria do HSE para fins de atendimento, acompanhamento e estudos da saúde integral de crianças e adolescentes refugiados na área metropolitana do Rio de Janeiro.

Caso seja necessário, estaremos à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos abaixo:

Telefone: 2291-3131. Ramal 3254 – LUCIANE.

E-mail: lasilva@hse.rj.saude.gov.br ou julienne.martins@gmail.com

Endereço: Rua Sacadura Cabral, 178 – Ambulatório de Pediatria – HSE.

Atenciosamente,

_____

Dra. Juliènne Martins

ANEXO F

MODELOS DE ENTREVISTAS COM OS REFUGIADOS.
ENTREVISTA - MODELO 1
Número _____
Local: Data:

1. Inicial do nome de nascimento ou apelido ou nome pelo qual é conhecido aqui.
2. Idade. Estado civil. Nacionalidade.
3. Há quanto tempo chegou ao Brasil?
4. Tem filhos? Quantos? Onde nasceram? Onde vivem atualmente? Com quem?
5. Tem irmãos? Onde vivem seus irmãos? (Congo, Brasil, outros países - quais?)
6. Em que cidade ou região nasceram seus pais? Seus pais são vivos? São ou eram congoleses? Se ainda são vivos onde eles moram hoje? E a maior parte da sua família?
7. Qual a língua materna e o grupo étnico de seus pais?
8. Em que cidade, vila, aldeia você nasceu? Em que província ou região do Congo fica o lugar onde nasceu?
9. Até que idade você morou no lugar ou região onde nasceu? Foi viver depois em outras regiões ou em outras cidades no Congo com seus pais? Quando?
10. E sem os seus pais? Onde já morou? Quando?
11. Já viveu em outros países?
12. Já viveu na capital - Kinshasa?
13. Onde morava quando teve que sair do Congo para o Brasil? Há quanto tempo já morava lá?
14. Estudou até que classe no Congo? Quando parou de estudar? Por quê? Foi para trabalhar?
15. Você trabalhava ou estudava no Congo quando teve que vir para o Brasil? Ou as duas coisas?
16. Em que você já trabalhou no seu país? E em outro país antes do Brasil?
17. O que fez você tomar a decisão de sair do Congo? O quê você diria que foi o principal motivo - ou os principais motivos?
18. Como você chegou ao Brasil? Veio de avião? Veio direto para o Rio de Janeiro?
19. Qual a trajetória que fez para chegar aqui? Migrou para outros países antes? Ficou por quanto tempo em cada lugar até chegar aqui?
20. Veio sozinho (a) para o Brasil? Veio com um irmão, parente, amigo ou conhecido?
21. Com mulher /marido? Com filhos? Vieram juntos para o Rio? Quem veio primeiro?
22. Quanto aproximadamente você gastou (ou gastaram) para vir para o Brasil? O que foi preciso resolver e conseguir para poder vir para cá? O que foi mais difícil conseguir?

23. Como conseguiu ou conseguiram as condições para vir ao Brasil?Alguém ajudou você (s) a vir para cá? De que forma? Financeira? Informações? Passagens? Contatos aqui no Brasil? Ajuda com os documentos?
24. Já tinha(m) parentes aqui no Brasil? Amigos ou conhecidos de Angola? Do Congo? Quem recebeu você(s) na chegada aqui ao Brasil? E aqui ao Rio?
25. Você recebeu ajuda de alguém logo que chegou, nos primeiros dias, por algum tempo?
26. Que tipo de ajuda?
27. Por que veio para o Brasil? Já esteve no Brasil antes? Tinha informações sobre a vida no Brasil (boa, ruim, muita, pouca, suficiente, insuficiente)?
28. **Você diria que escolheu vir para o Brasil**? Por que sim ou por que não?
29. Onde mora atualmente aqui no Rio? Como e quando conseguiu essa moradia? Já morou em outros lugares no Rio de Janeiro?
30. Mora sozinho? Quantas pessoas moram com você? Com quem mora? Casa? Quarto? Paga pela sua moradia? Quanto gasta para morar? Sabe quanto é o aluguel?
31. Aqui você já está trabalhando? Em que atividade? Tem emprego? Outra atividade (informal, bico)?
32. Está estudando? Em que nível? Está na escola ou faculdade? O que está estudando?
33. Faz ou já fez algum curso aqui no Brasil? Qual? Qual foi a duração? O que achou? Teve que pagar? Como conseguiu?
34. Já trabalhou aqui com outras atividades? Em quê? Em que lugares aqui no Rio? Em outros lugares, outros estados do Brasil?
35. **Está muito difícil conseguir trabalho? Em sua opinião, por que é tão difícil?**
36. **O que pensa que poderia ajudá-lo a conseguir um trabalho ou um trabalho melhor?**
37. Há quanto tempo está nesse trabalho? Já havia trabalhado nessa atividade antes? Aqui ou no Congo?
38. Trabalha todos os dias? Quantas horas você trabalha por dia geralmente? Quanto ganha aproximadamente? Faz outras atividades para ganhar um pouco mais?
39. Você já está conseguindo entender e/ou falar o português? É muito difícil para vocês congoleses aprenderem? Está estudando português ou alguém está ensinando a você? Quem / onde?
40. E para as crianças, é mais fácil? Já estão na escola? Como estão se saindo na escola?
41. Se você não está estudando. Pretende estudar aqui? Este é um projeto importante para você ou não pensa que seja possível?

42. Quais os maiores problemas que já teve aqui no Brasil? Como conseguiu superá-los ou dar um jeito para enfrentá-los? Quem ajudou ou ajuda você quando tem um problema maior?
43. Quais as maiores dificuldades para você agora?
44. Tem mantido contato com sua família no Congo? Em outros países? Como você mantém contato com eles? Com que frequência? Usa a internet?
45. Sua família, pais ou parentes, ajudam você aqui no Brasil? Como? Que tipo de ajuda? Ou você já consegue ajudá-los de alguma maneira estando aqui no Brasil? O que faz para ajudá-los?
46. Você teve ou ainda está tendo dificuldade para conseguir coisas necessárias sem seus documentos do Congo? Está precisando de documentos que ficaram lá? Como está fazendo para resolver ou como pretende tentar resolver isso?
47. Você recebe ou recebeu algum apoio ou ajuda de alguma instituição aqui no Brasil?
48. E do seu país? Uma ONG, uma universidade, uma igreja?
49. Acha que a vida que está levando no Brasil está melhor ou pior do que era no Congo? Melhor em quê? Pior em quê?
50. De modo geral, o Brasil, o Rio de Janeiro, é melhor ou pior do que você esperava? Piorou ou melhorou desde que chegou? Já está melhorando um pouco ou não melhorou nada? Piorou em quê? Melhorou em quê?
51. Conseguiu trazer documentos ou não tinha documentos quando chegou? Você entrou no Brasil com visto no passaporte? De turista? Estudante? Como conseguiu?
52. Pediu o refúgio logo que chegou? Já veio para o Brasil pensando em pedir o refúgio para a ONU? Senão, como e quando resolveu pedir o refúgio? Logo que chegou ou um tempo depois?
53. Quem orientou você sobre o pedido de refúgio?
54. O que foi preciso fazer? Você lembra as etapas, o que teve que fazer ? Foi muito complicado? Demorado?
55. Quais as maiores dificuldades que encontrou neste processo de solicitar o refúgio, obter a resposta do pedido? Foi negado ou aceito? Entrou com recurso?
56. Acha que essas dificuldades são especiais no seu caso ou, em geral, de todos os refugiados que vêm do Congo? Ou de todos os refugiados? De todos os africanos ou de quem vem de qualquer país?

57. Pensa que conhece bem os direitos de um refugiado no Brasil? Como você conseguiu essas informações? Você sentiu ou sente ainda falta de mais informações sobre o que é preciso fazer para "ter os direitos de um refugiado"? Onde procurar o que você precisa?
58. Que tipo de ajuda ou apoio (sem ser a ajuda financeira em dinheiro) você já recebeu ou ainda recebe como refugiado? Pensa que pode conseguir que tipo de ajuda, quando precisa, por ser um refugiado?
59. O que acha mais difícil para uma pessoa que vive na condição de refugiado aqui no Rio de Janeiro?
60. Poderia falar o que pensa que é ser um refugiado? Como você se sente? Como acha que os refugiados em geral, especialmente seus compatriotas, se sentem aqui no Brasil (Rio de Janeiro) como refugiados?
61. Existe preconceito das pessoas pelo fato de você ser um refugiado? Ou porque é estrangeiro, ou africano?
62. Sofre algum outro tipo de preconceito? Por parte de quem, principalmente? Outros congoleses? Brasileiros? Pessoas no local onde você mora? No seu local de trabalho? Quando vai a algum lugar procurar um trabalho?
63. O que acha dos brasileiros, dos cariocas em geral?
64. Você se dá bem com os brasileiros? Já fez amizade com brasileiros? Em geral acha que são preconceituosos? Tem preconceito contra os hábitos, os costumes, a maneira de ser, de vestir dos congoleses? Procuram se aproximar de vocês?
65. Os brasileiros, as pessoas em geral, perguntam muitas coisas sobre o seu país? O que você acha ou sente quando perguntam? Não se importa de responder ou prefere não falar? Por quê?
66. O que você acha da forma como se comportam os brasileiros, os cariocas? É muito diferente de como as pessoas são lá no Congo? O que é mais diferente? O que é mais difícil para você aceitar ou se acostumar na maneira dos brasileiros, cariocas?
67. O que você acha do Rio de Janeiro? O que mais gosta aqui? O que menos gosta aqui? Que lugares da cidade você já conhece? Quais os lugares que gostaria de conhecer?
68. Acha difícil se deslocar pela cidade? Já consegue andar sozinho, se orientar? O que é pior para se deslocar nessa cidade, ir a algum lugar a que precisa?
69. O que costuma fazer quando não está trabalhando ou para aproveitar o tempo em que está aqui?
70. O que gosta de fazer para se divertir um pouco? Quando em casa? E no final de semana. O que mais gosta de fazer?

71. O Rio de Janeiro é hoje uma cidade considerada violenta pelos brasileiros em geral. O que você pensa sobre isso?
72. Qual é sua religião? Qual a religião de sua família no Congo? Que igreja você e sua família frequentavam no Congo?
73. Você costuma frequentar alguma igreja aqui no Rio? É da mesma religião que a sua família frequenta(va) no Congo? Pratica a sua religião? Qual é a importância disso para você?
74. E as comidas? Como os congoleses fazem para se adaptar? É muito difícil? Diferente? Comem mais as comidas lá do Congo? A alimentação mudou muito?
75. Você pensa que existe um grupo bastante grande de congoleses aqui no Rio de Janeiro? Tem uma idéia aproximada de quantos congoleses vivem no Rio? E aqui no lugar onde você mora?
76. Em que lugar (ou lugares) aqui no Rio você acha que more um número maior de congoleses? Em que bairro ou lugar?
77. Você convive com muitos congoleses aqui no Rio? Pessoas que já conhecia do Congo, da sua cidade, bairro, ou que conheceu aqui? Conheceu onde / em que situações?
78. Conhece e/ou costuma se encontrar com congoleses que moram em outros locais da cidade ou somente onde você mora?
79. Os congoleses que já estão aqui costumam ajudar aqueles que chegam? Acha que entre os congoleses que vivem no Brasil há bastante solidariedade? Mesmo com todas as dificuldades?
80. Conhece ou já ouviu falar de alguma associação de africanos, congoleses, angolanos, aqui no Rio? Você faz parte de alguma? Gostaria de fazer? Acha que isso é importante? Bom ou ruim?
81. Você já ajudou algum parente, amigo, vizinho ou conhecido a vir para o Brasil? Já deu ajuda a alguém que chegou ao Rio depois de você? Que tipo de ajuda?
82. Você ajudaria (se pudesse) alguém a vir do Congo para o Brasil, para o Rio de Janeiro? Desaconselharia ou diria para não vir para cá de maneira nenhuma? Aconselharia tentar ir para outro país? Qual? Por quê?
83. Os congoleses costumam se reunir em algum lugar especial aqui no Rio? Quais? Você frequenta esse ou esses locais?
84. Saberia dizer, de uma forma bem geral, em que atividades os congoleses mais trabalham aqui no Rio? Em que local da cidade? Alguma firma ou empresa específica? Que tipo de trabalho tem sido mais fácil para os congoleses encontrar por aqui?

85. Já recebeu notícias da família recentemente? Recebe com que frequência? De que forma?
86. Como recebe notícias do Congo ou da sua cidade ou região? Do que anda acontecendo lá no seu país? Como as coisas vão indo? Que tipo de notícias lhe interessam sobre o seu país?
87. Qual a sua maior vontade? Ficar no Brasil por um tempo? Tentar ficar para sempre? Se estabelecer aqui? Voltar para seu país? Ir para outro país? O mais rápido possível ou em que situação? Dependendo de que, de que condições?
88. Você gostaria de voltar para viver no Congo? Agora? Quando? Em que condições pessoais ou do país em geral você pensa ou pensaria em voltar?
89. Já tentou ou tem projetos de tentar viajar para viver em outro país? Acha que teria boas possibilidades ou poucas chances de conseguir? Como vê essa possibilidade? Para quais países ou qual?
90. Para que país gostaria de migrar, se pudesse? Por quê? O que sabe sobre a vida lá?
91. Tem irmãos, parentes próximos ou amigos seus vivendo em outros países que poderiam vir ajudar você daqui a algum tempo a conseguir isso?
92. O que você pretende alcançar aqui no Brasil? Pensa que vale a pena permanecer aqui? Qual a principal razão? O que acha que pode aproveitar de melhor vivendo aqui?
93. Pensa em trazer um dia a sua família para cá? Pensa em ir embora para outro país encontrar a sua família? Quando acha que vai conseguir uma coisa ou outra?
94. Qual o seu maior projeto hoje? Seus objetivos? Seu projeto de vida para um futuro melhor – para você e/ou para sua família?

Perguntas gerais:

(geralmente para discussão e troca de opiniões, em pequenos grupos).

- Qual o maior ou os principais motivos para jovens ou famílias como vocês saírem do Congo?
- O que pensam sobre a situação política e militar do seu país atualmente? O que vocês pensam sobre o futuro de seu país?
- Como andam no coração e na mente de vocês as esperanças para um futuro melhor para o Congo?
- Gostariam de me perguntar ou me explicar algo que não tenha ficado claro para algum de vocês?

- Querem falar de alguma coisa que achem importante que não tenha sido perguntada ou comentada?

ENTREVISTA – MODELO 2 – Semidirigida.

Segue os objetivos gerais do MODELO 1, porém de forma mais aberta e menos dirigida. Há previsão de acréscimos e aprofundamento de questões em função do momento e das condições da entrevista. Há espaço e tempo para perguntas livres e conversa ao final da entrevista, individualmente ou de forma coletiva.

Data: Local:
Nome, inicial ou apelido :
Idade:
Estado civil:
Filhos:
Tempo de chegada:
Forma de chegada:

- Onde mora? Com quem mora? Há quanto tempo? Já morou com outras pessoas? Onde? Qual o custo aproximado?
- A vida aqui em geral é mais difícil do que era no Congo? Por quê?
- Você já está trabalhando? Ganha mais aqui do que ganhava quando trabalhava no Congo?
- O que acha sobre as possibilidades e as condições de conseguir um trabalho aqui?
- Você se considera um trabalhador melhor que os brasileiros com quem trabalha? Por quê?
- Você já ouviu alguma vez que está tomando o emprego de um brasileiro? O que pensa disso, de uma forma geral?
- Como conseguiu esse trabalho? Como os congoleses em geral conseguem arranjar um trabalho?
- Você acha que no seu local de trabalho as pessoas têm preconceito com você (e/ou com outros congoleses)?
- Você já sofreu algum tipo de preconceito aqui no Rio de Janeiro? Há preconceito contra os congoleses em geral, contra algum grupo em especial? Como é isso no lugar especialmente no lugar onde mora? No ônibus? Na rua? Na igreja? Que tipo de preconceito você acha que é pior ou mais forte?
- Você está estudando ou fazendo algum curso aqui no Rio? Qual a sua avaliação da importância disso para você? E da qualidade do que está estudando ou algum curso que esteja fazendo? Já estudou aqui em algum outro momento?

- Você já fez amigos brasileiros? Em geral, como os brasileiros tratam os congoleses? Em sua opinião é muito difícil conviver com os cariocas?
- Você tem ou já teve namorada, noiva, esposa aqui no Brasil? Congolesa ou brasileira?
- Sua relação com os vizinhos e as pessoas do lugar onde mora é boa? Tem problemas com frequência?
- Procura fazer amizades com os brasileiros e vizinhos ou prefere ficar mais entre os congoleses? Por quê? Acha que é importante conviver, ter contato, fazer amigos brasileiros? Acha melhor não fazer isso?
- Você frequenta algum grupo, local, atividade regularmente aqui no Rio de Janeiro? Igreja? Outra atividade?
- Você já ajudou algum parente, amigo, vizinho ou conhecido a vir para o Brasil? Já deu ajuda a alguém que chegou ao Rio depois de você? Que tipo de ajuda?
- Você ajudaria um irmão seu ou parente a vir para o Brasil? Ou desaconselharia totalmente?

GUIA DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS ABERTAS E RELATOS DE HISTÓRIAS DE VIDA E DA MIGRAÇÃO.

Data: Local:
Nome, inicial ou apelido:
Idade:
Estado civil:
Filhos:
Tempo de chegada:
Forma de chegada:
Local de moradia:

1. Conte a sua história da forma que quiser. Se possível, tente falar da sua vida no Congo, da migração para o Brasil, da sua vida aqui e de seus planos. Pode mudar essa ordem. Pode acrescentar outras coisas que achar importantes.

2. Você prefere falar livremente ou quer que faça algumas perguntas para ajudar? Peço que você conte ou fale do que quiser, do que lembrar e achar mais importante, ou, então, só responda o que puder e quiser.

Possíveis pontos a serem abordados de forma livre, caso o entrevistado prefira.

- Conte um pouco da sua história, da sua vida no Congo, da sua família, do lugar em que morava e por que você teve que sair ou resolveu sair de lá.

- Foi muito difícil conseguir sair do Congo? Por que você escolheu o Brasil? O que precisou fazer para vir para cá? Quando decidiu ou foi obrigado a decidir sair do seu país? Sua família concordou, ajudou? Sua família quer que você volte para o Congo ou, apesar da saudade, acha melhor você ficar aqui?

- Quanto tempo demorou entre o momento em que decidiu sair do Congo e o momento em que partiu? Como foi, para você, ter que tomar a decisão de partir?

- Como foi sua chegada aqui ao Rio de Janeiro? O que foi mais difícil? O que acha que mudou para melhor ou pior desde que chegou aqui?

- Quais os maiores problemas que tem enfrentado aqui no Rio? Como vem conseguindo resolvê-los? O que mudou depois que você conseguiu documentos?

- Como é viver longe de seu país e das pessoas que gosta e deixou por lá? Como você faz com a saudade que sente estando longe deles? Qual é a maior e mais difícil saudade? O

que os congoleses costumam fazer para enfrentar a saudade da terra e das pessoas queridas enquanto continuam aqui no Brasil?

- O que o Brasil já trouxe ou propiciou de bom para você? Valeu a pena vir para cá? É muito diferente do que você pensava encontrar? Pior ou melhor?
- O que você diz ou manda dizer para os irmãos ou amigos que querem vir para cá, quando envia cartas ou fala ao telefone ou pela internet?
- Qual é o seu maior projeto nesse momento? Ficar por aqui? Ficar para estudar e voltar?
- Constituir uma família e ficar aqui? Voltar ao Congo assim que tiver dinheiro para isso?
- Assim que mudar o que por lá? Viajar para outro país? De que forma?
- Como você vê a situação atual e as perspectivas do seu país? O que pensa sobre o futuro do Congo? Como acha que as principais mudanças poderiam ou deveriam ser feitas para um futuro melhor no Congo?
- Gostaria de me perguntar, comentar ou explicar melhor alguma coisa para mim?

ANEXO G

Modelo de entrevista – Tema Educação
TEMA DA ENTREVISTA – Aspectos gerais sobre o acesso à educação e formação em geral para os refugiados no Rio de Janeiro. Questões referentes à formação escolar, acadêmica e aos cursos que visam à qualificação profissional.
Entrevista semidirigida. Perguntas gerais e abertas ao final da entrevista.
Experiência pessoal do refugiado entrevistado, observações e sugestões gerais.

Data: Local:
Entrevistado - Idade ( ) ( ) Homem ( ) Mulher
Ano de chegada ao Brasil - ( )
Obs. É explicado, de início, que o entrevistado pode colocar outros pontos ou questões que desejar sobre o tema mais amplo da entrevista (a educação).

- Qual o seu nível de escolaridade quando chegou ao Brasil? Que nível de formação escolar ou outros cursos você fez desde que chegou ao Brasil?

- Quais foram os procedimentos para poder estudar aqui? Qual a sua experiência para conseguir prosseguir seus estudos aqui no Brasil? Teve que apresentar documentos de seus estudos no Congo?

➢ ***Cursos em geral.***

- Que tipo de apoio é dado aos refugiados que desejam melhorar seu nível de escolaridade ou sua qualificação para o trabalho através de cursos especializados?

- Você teve acesso a cursos de educação para a qualificação profissional? A Cáritas lhe informou sobre eles ou você descobriu por sua conta própria e/ou através de conhecidos conterrâneos ou brasileiros?

- Você poderia falar sobre os cursos de qualificação profissional do Senac, os chamados "cursos livres"? O que você teve que fazer para conseguir cursá-los (quais os procedimentos)? Indique aqueles que você já cursou.

- O que acha dos resultados positivos para você? Que outros cursos gostaria de ter feito ou de fazer no Senac?

- Que cursos que o qualifiquem para o mercado de trabalho em geral você gostaria de poder fazer, mas não foi possível? Por quê?

- Há cursos no Senac (ou em outra organização que tenha convênio com a Cáritas) que os refugiados procuram, mas não podem fazer por falta de vaga? Por outros motivos?

- Quais os cursos de qualificação profissional que são mais procurados pelos refugiados?

- A quais cursos os refugiados geralmente têm acesso? Qual a carga horária? O que você acha da duração dos cursos? E do nível de aprofundamento? De que maneira ou até que ponto os "cursos livres" ajudam os refugiados de maneira geral?

- Você fez outros cursos de qualificação profissional aqui no Brasil? Fora do convênio Cáritas - Senac? Onde? Como conseguiu? Teve bolsa? Recebeu algum apoio? Pagou uma parte?

- Você já fez algum curso no Senac com outro refugiado ou há somente um refugiado por vez em cada turma? Sabe explicar um pouco sobre este sistema de disponibilidade de vagas para os refugiados?

- Você recebeu algum tipo de ajuda financeira para *xerox* ou livros? Transporte? Quem fornece a ajuda? A Cáritas? O Senac? A faculdade onde o refugiado estuda? Sabe se outros refugiados receberam em alguma época (ou recebem atualmente) alguma ajuda desse tipo?

- Algum dos cursos que você fez no Senac (ou em outros lugares) já lhe favoreceu para conseguir um emprego? Como?

O que mais você gostaria ou poderia falar sobre a importância para os refugiados dos cursos de qualificação / educação profissional? Os resultados, as expectativas, os problemas...

➢ ***Educação / qualificação / Trabalho.***

- Você está trabalhando? Em quê?

- Há quanto tempo você está neste trabalho?

- Pode explicar como é o seu trabalho? Quais as suas funções ou atividades?

- Como o melhor conhecimento da língua portuguesa pode/poderia facilitar sua vida aqui de forma geral e, especialmente, sua colocação no mercado de trabalho?

➢ ***Aprendizagem da Língua Portuguesa.***

- Como você vê a importância dos cursos de língua portuguesa para os refugiados?

- Quais são as maiores dificuldades para aprender a nova língua?

- Até que ponto o fato de não saber bem o português prejudica a continuidade dos estudos de um refugiado que está no Brasil?

- Que outras dificuldades o desconhecimento (ou pouco conhecimento) do idioma traz para o refugiado?

- Como você tem procurado melhorar o seu conhecimento de português desde que chegou ao Brasil? Já fez algum curso? Qual? Onde? Quanto tempo de duração? Como você avalia a importância desse(s) curso(s)? E os resultados positivos para você?

- Quais são as formas mais importantes ou mais eficientes para que os refugiados congoleses (e outros que não falam o português) aprendam a falar e escrever na língua local?

    - Cursos de português para refugiados?
    - Cursos de português para estrangeiros em geral?
    - Contatos frequentes com os brasileiros?
    - Ajuda de familiares e amigos? Aprender com os que já chegaram há mais tempo?
    - Outros espaços? Outras práticas?

Que sugestões você daria, com base em sua experiência, sobre as maneiras de se tentar melhorar os resultados alcançados pelos refugiados com cursos de língua portuguesa?

- ***Ingresso nas escolas públicas de ensino – Fundamental e médio.***

- De acordo com a lei brasileira do refúgio, os refugiados têm direito à educação pública. Como um refugiado deve fazer para ingressar ou colocar seus filhos em uma escola da rede pública de ensino fundamental e/ou médio? Você se sente bem informado sobre esta questão?

- Há muitos refugiados que já têm o ensino médio completo ao chegar aqui? Quais os maiores problemas para essas pessoas conseguirem dar continuidade a seus estudos?

- Você conhece ou sabe de algum refugiado que esteja cursando o Ensino Médio noturno regular ou o Supletivo?

- Como um refugiado deve fazer para ingressar ou dar continuidade ao **Ensino Médio**, caso queira prestar vestibular para entrar na faculdade aqui no Brasil?

- Conhece algum refugiado que já fez ou esteja fazendo um **pré-vestibular** para tentar entrar em uma **faculdade pública**? Essa pessoa trouxe documentos do Ensino Médio no Congo ou estudou aqui?

- Conhece algum **pré-vestibular comunitário**? Já ouviu falar nesses cursos? Os refugiados recebem informação sobre esses cursos? Pensa que eles seriam bons para quem consegue trazer e convalidar o diploma do Ensino Médio completo realizado no Congo? O que acha dessa questão do vestibular para os refugiados de uma maneira geral?

- ***Graduação.***

    - Conhece algum refugiado ou tem informação sobre alguém que esteja cursando uma faculdade aqui no Rio através de algum convênio e/ou acordo com a Cáritas ou outra organização de assistência e apoio aos refugiados?

- Em que faculdade você estuda? Tentou anteriormente ingressar em alguma outra?

- Quais foram os procedimentos necessários para ingressar em um **curso de graduação** aqui no Rio? Qual a documentação exigida?

- Teve que comprovar sua escolaridade no Congo? O que precisou fazer para isso? Foi muito difícil? Como conseguiu?

- Estuda com outros refugiados no seu curso atual de graduação?

- Há outros refugiados na sua Faculdade/Universidade, mesmo que em outros cursos?

- Você entrou nesta faculdade através de um convênio que existe com a Cáritas? Outra organização de apoio? Tem alguma bolsa de estudo? Que tipo de bolsa?

- Você recebeu (sabe que os refugiados receberam em alguma época e/ou recebem atualmente) algum tipo de ajuda financeira para cópias em *xerox* ou livros? Transporte? Quem dá este auxílio? A Cáritas? A Faculdade/Universidade?

- A sua bolsa é de 100% (cem por cento)? 50% (cinquenta por cento)? Variou de um momento para outro?

- As bolsas são as mesmas para todos os refugiados ou existem diferenças de acordo com os cursos e/ou por alguma característica especial do aluno refugiado?

- Houve algum momento de interrupção da bolsa para você? Sabe dizer se este problema ocorreu com outros refugiados?

- Sabe como está, no presente momento, a situação do convênio com a Faculdade em que estuda?

- Como você escolheu o seu curso de graduação?

- Todos os cursos da sua Faculdade/Universidade estão abertos aos refugiados?

- Quais foram ou têm sido suas maiores dificuldades ao longo da graduação?

- De que maneira o fato de você estar cursando esta faculdade irá favorecer-lhe (aqui no Brasil / em outro país / no seu país) em termos de ingresso no mercado de trabalho ou de uma melhor colocação / trabalho mais bem remunerado?

- Conhece algum refugiado que esteja estudando na graduação da Uerj? Sabe como ingressou? Conhece o sistema de cotas para negros?

➢ ***Convênio Cáritas – Bennett.***

- Quando e como você teve notícias do convênio da Cáritas com a Bennett**?** (situar no tempo e os caminhos seguidos)

- Como você entrou na Universidade Bennet**?** Através de algum convênio que existia ou existe com a Cáritas?

- Quando entrou? Quando se formou?

- Você sabe quando este convênio teve início? O que mais sabe sobre ele? Houve mudanças ao longo do tempo?

- Durante o tempo em que você estudou na Bennett, quais as mudanças ou alterações que aconteceram no convênio com a Cáritas? Afetaram seus estudos? De outros refugiados? Como?

- Conhece ou sabe se há outros refugiados estudando lá? Como está a situação da bolsa desses alunos neste momento? O convênio está recebendo novos alunos?

- Quais foram ou têm sido suas maiores dificuldades ao longo da faculdade?

- Que tipo de serviços a Bennett permite que os estudantes refugiados possam utilizar em função das dificuldades que enfrentam? Os mesmos que os demais alunos ou algo mais? Acesso à Internet? Livre uso da biblioteca? Outros?

- De acordo com a lei brasileira do refúgio, os refugiados têm direito à educação pública. Por que você optou por uma universidade particular?

- Todos os cursos da Universidade Bennett estão abertos aos refugiados?

➢ ***Faculdade Senac.***

- Como você teve notícias da bolsa para os refugiados na Faculdade Senac? Que informações você recebeu e como as recebeu?

- Você já tinha estudado nos cursos livres do Senac antes de entrar na faculdade?

- Poderia explicar (passo a passo) quais foram os procedimentos para você ingressar na Faculdade Senac?

- Você estuda pelo convênio Cáritas / Senac, com 50% de bolsa?

- Quem paga a outra metade das mensalidades? A Cáritas? Você mesmo? Alguém daqui ou lá do Congo ajuda você com este pagamento? Você está trabalhando para pagar a faculdade?

- O convênio com a faculdade Senac dá aos refugiados algum direito a mais, tal como auxilio para passagens, direito a cópias de *xerox*, ajuda para comprar livros, etc.?

- Que documentos você teve que apresentar para fazer a matrícula? Foi muito difícil conseguir estes documentos?

- Estuda com outros refugiados no seu curso atual? Há outros refugiados na Faculdade Senac, mesmo que em outros cursos?

- Todos os cursos da faculdade estão abertos aos refugiados?

- As bolsas são iguais para todos os refugiados ou existem diferenças de acordo com os cursos, ou por alguma característica especial do aluno refugiado?

- Houve algum momento de interrupção da bolsa para você? Tem conhecimento se esse problema ocorreu com outros refugiados?

- Sabe como está, no presente momento, a situação deste convênio com a faculdade em que estuda?

- Como você escolheu o seu curso de graduação?

- De acordo com a lei brasileira do refúgio, os refugiados têm direito à educação pública. Por que você optou por uma universidade particular?

- Todos os cursos da sua faculdade estão abertos aos refugiados?

- Quais foram ou são suas maiores dificuldades ao longo da faculdade?

➢ ***Perguntas abertas sobre questões gerais e/ou sugestões do entrevistado.***

- Nos locais onde você estudou ou está estudando já sofreu algum tipo de preconceito? Por ser estrangeiro? Por ser refugiado?

- Qual a sua opinião sobre o acesso dos refugiados à educação pública no Brasil, uma vez que a lei do refúgio lhes garante este direito em igualdade de condições com os brasileiros?

- Você pensa que o acesso dos refugiados à educação pública veio melhorando ou piorando ao longo do tempo?

- Em sua opinião, as oportunidades de acesso dos refugiados a cursos profissionalizantes, escolas públicas e universidades melhoraram ou pioraram desde que você chegou ao Brasil? Por quê?

- Conte um pouco da sua experiência com relação à necessidade de documentos exigidos para um refugiado comprovar os estudos já realizados no Congo. Os refugiados recebem alguma orientação ou ajuda específica para resolver os problemas com documentos escolares e/ou diplomas, etc.?

- Você tem notícia de algum convênio recente da Cáritas com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), uma vez que a Universidade fica em frente à casa onde funciona o Programa de Assistência aos Refugiados?

- O que mais você gostaria de falar, avaliar, criticar ou sugerir para facilitar o acesso dos refugiados no Rio de Janeiro à educação formal nos diversos níveis e/ou a cursos em geral (de qualificação para o trabalho, de idiomas, etc.), assim como para melhorar os resultados em termos da integração local e da qualidade de vida dos refugiados?

ANEXO H

MODELOS DE FICHAS UTILIZADAS NO PROJETO ASF DO SERVIÇO DE PEDIATRIA DO HOSPITAL DOS SERVIDOPRES DO ESTADO.

- Fichas utilizadas nas entrevistas SERVIÇO SOCIAL.
- Parte das fichas de dados dos pacientes utilizada pela equipe de pediatras: somente o item IDENTIFICAÇÃO.

- **FICHAS DO SERVIÇO SOCIAL.**

FICHA PARA REGISTRO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

(1ª VERSÃO)

Data da Consulta_____

I – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL (REFUGIADO):

Nome: _____ DN.: ____/ ____/_____ Idade:_____

Endereço: _____ n.º _____ compl. _____

Bairro: _____Município_____ UF: ____
Telefone:_____/_____/_____/_____
Documentos regularizados: ( )sim ( )não senão, por quê?_____
Escolariade:_____
Tem filhos? ( ) sim ( ) não Quantos?_____
Está há quanto tempo no Brasil?_____
Primeira vez no hospital? sim ( ) não ( ) _____

I.I – IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE:

Nome: _____ DN.: ____/ ____/_____ Idade:_____

Nasceu no Brasil? ( ) sim ( ) não

Documentos regularizados: ( ) sim ( ) não senão, por quê? _____

Primeira vez no hospital? sim ( ) não ( ) _____

Escolaridade:_____

Nome: _____ DN.: ____/ ____/_____ Idade:_____

Nasceu no Brasil? ( ) sim ( ) não

Documentos regularizados: ( ) sim ( )não se não, por quê? _____

Primeira vez no hospital? sim ( ) não ( ) _____

Escolaridade:_____

Responsável pela criança/adolescente no ato do atendimento: _____

Filiação: Mãe: _____

Pai: _____

II – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO PAÍS DE ORIGEM

Nacionalidade: _____

Naturalidade:_____

Quem morava na sua casa (no País de Origem):_____

Atividade Laborativa remunerada dos pais: _____

Recebia algum Benefício? ( ) sim ( ) não Qual?_____

Renda Bruta: _____

Acesso à escola: ( ) sim ( ) não

( ) Público ( ) Privada

Acesso a instituições de saúde: ( ) sim ( ) não

( ) Pública ( ) Privada

Acesso a lazer: ( ) sim ( ) não Qual tipo:_____

Em que religião foi criado?_____

Situação habitacional:

Moradia: própria ( ); alugada ( ); outros ( ):
_____

Nº cômodos: ____ Nº de dormitórios: _____

Banheiro: ( ) S ( ) N Comunitário: ( ) S ( ) N

Mofo ( ) S Fumo ( ) S; quem: _____

( ) N ( ) N

Possui saneamento básico: Água _____ Esgoto _____ Luz _____

Coleta de lixo: ( ) S ( ) N

Motivo do refugio:

_____
_____
_____

III – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO BRASIL

País de Origem: _____

Quem mora na sua casa?_____

Atividade Laborativa remunerada dos pais: _____

Renda Bruta: _____

Recebe algum Benefício: ( ) sim ( ) não Qual?_____

Acesso à escola: ( ) sim ( ) não ( ) Pública ( ) Privada

Acesso a instituições de saúde: ( ) sim ( ) não

Acesso a lazer: ( ) sim ( ) não Qual tipo:_____

Qual religião pratica agora?_____

Situação habitacional:

Moradia: própria ( ); alugada ( ); outros ( ):
_____

Nº cômodos: ____ nº de dormitórios: _____

Banheiro: ( ) S ( ) N Comunitário: ( ) S ( ) N

Mofo ( ) S Fumo ( ) S; quem: _____

( ) N ( ) N

Possui saneamento básico: Água _____Esgoto:_____ Luz: _____

Coleta de lixo: ( ) S ( ) N

Dificuldades encontradas no Brasil (em relação a moradia, alimentação, transporte, etc.).

_____
_____
_____
_____

O que mudou após a sua chegada no Brasil?

_____
_____
_____
_____

IV - História familiar – como é o relacionamento familiar?

_____
_____
_____
_____
_____

VI – Como era sua vida no país de origem e qual a relação com sua vida no Brasil?

_____
_____
_____
_____

_____
Assistente Social

FICHA PARA REGISTRO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

(2ª versão)

Data da Consulta_____

I – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL (IMIGRANTE/REFUGIADO):
Nome: _____ DN.: ____/ ____/_____ Idade: _____

Endereço: _____ n.º _____ compl. _____
Bairro: _____Município_____ UF: _____
Telefone: _____/_____/_____/_____
Documentos regularizados: ( ) sim ( ) não senão, por quê? _____
Escolaridade: _____
Tem filhos? ( ) sim ( ) não Quantos?_____
Está há quanto tempo no Brasil?_____
Primeira vez no hospital? sim ( ) não ( ) _____

II – IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE:

Nome: _____ DN.: ____/ ____/_____ Idade:_____

Nasceu no Brasil? ( ) sim ( ) não
Documentos regularizados: ( ) sim ( ) não senão, por quê? _____
Primeira vez no hospital? sim ( ) não ( ) _____
Escolaridade: _____
Nome: _____ DN.: ____/ ____/_____

Idade: _____

Nasceu no Brasil? ( ) sim ( ) não
Documentos regularizados: ( ) sim ( ) não senão, por quê? _____
Primeira vez no hospital? sim ( ) não ( ) _____
Escolaridade: _____
Responsável pela criança/adolescente no ato do atendimento:
_____

Filiação:
Mãe: _____
Pai: _____

II – SITUAÇÂO SOCIOECONÔMICA NO PAÍS DE ORIGEM

Nacionalidade: _____

Naturalidade: _____

Quem morava na sua casa (no País de Origem): _____
Atividade laborativa remunerada dos pais: _____
Recebia algum Benefício ( ) sim ( ) não qual?_____

Renda Bruta: _____
Acesso à escola: ( ) sim ( ) não
( )Público ( ) Privada
Acesso a instituições de saúde: ( ) sim ( ) não
( ) Pública ( ) Privada
Acesso a lazer: ( ) sim ( ) não Qual tipo:_____
Em que religião foi criado?_____
Situação habitacional:
Moradia: própria ( ); alugada ( ); outros ( ): _____

Nº de cômodos: __ Nº de dormitórios: __
Banheiro: ( ) S ( ) N Comunitário: ( ) S ( ) N
Mofo ( ) S Fumo ( ) S; quem: _____
( ) N ( ) N
Possui saneamento básico: Água _____Esgoto:_____ Luz: _____
Coleta de lixo: ( ) S ( ) N
Motivo(s) da busca de refúgio:
_____
_____
_____
_____
_____

III – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO BRASIL

País de origem: _____
Quem mora na sua casa?_____
Atividade laborativa remunerada dos pais: _____
Renda Bruta: _____

Recebe algum benefício: ( ) sim ( ) não Qual?_____
Acesso à escola: ( ) sim ( ) não ( ) Pública ( ) Privada
Acesso a instituições de saúde: ( ) sim ( ) não
Acesso a lazer: ( ) sim ( ) não Qual tipo:_____

Qual religião pratica agora?_____

Situação habitacional:
Moradia: própria ( ); alugada ( ); outros ( ): _____

Nº cômodos: ____ nº de dormitórios: ____
banheiro: ( ) S ( ) N comunitário: ( ) S ( ) N
Mofo ( ) S Fumo ( ) S; quem: _____
( ) N ( ) N
Possui saneamento básico: Água _____ Esgoto:_____ Luz: _____
Coleta de lixo: ( ) S ( ) N

Dificuldades encontradas no Brasil (em relação a moradia, alimentação, transporte, etc.)

_____
_____
_____
_____

O que mudou após a sua chegada ao Brasil?

_____
_____
_____
_____
_____

IV – HISTÓRIA FAMILIAR
Como é o relacionamento familiar?

_____
_____
_____
_____
_____

V – Como era sua vida no país de origem e qual a relação com sua vida no Brasil?

_____
_____
_____
_____
_____

_____
Assistente Social

- **FICHA PARA COLETA DE DADOS EPIDEMIOLÓGICOS E CLÍNICOS PARA CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS.**

Prontuário nº _____

Consulta de 1ª vez em _____/_____/_____ com _____ (idade)

1- Identificação

Nome: _____

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____ Cor: _____

Data da chegada ao Brasil: _____/_____/_____

Mãe: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Prof.:_____ Escolaridade:_____

Pai:_____

Idade: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Informante: _____

Grau de parentesco: _____

Endereço: _____

Bairro:_____Município: _____

Estado: _____ CEP: _____ Fone: _____

ANEXO I

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE – TEMA: EDUCAÇÃO

- **Entrevista 1.**

Entrevista em profundidade.

Entrevista semi-dirigida. Complementação com questões gerais abertas.

Local: PUC – RJ. **Data**: 1º semestre de 2010
TEMA DA ENTREVISTA – Aspectos gerais sobre o acesso à educação e formação em geral para os refugiados no Rio de Janeiro. Questões referentes à formação escolar, acadêmica e aos cursos que visam à qualificação profissional.
Experiência pessoal do refugiado entrevistado, observações e sugestões mais gerais.
Entrevistado - Idade (29) (x) Homem ( ) Mulher
Ano de chegada ao Brasil - (2008)

P. pesquisadora. **E. entrevistado.**

P. Qual o seu nível de escolaridade quando chegou ao Brasil?
E. Graduação. Completa. Três anos de duração. Um ano de estágio.
P. Você trouxe seu diploma de graduação?
E. Sim. Mas ainda não reuni todos os documentos que me pediram na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) para fazer a validação. Pediram primeiro os diplomas, que eu não trouxe, porque saí de lá do Congo sem condições. Só consegui depois. Aí tive que fazer a tradução dos diplomas.
P. Quem fez a tradução? Você precisou de um tradutor juramentado? Você teve que pagar?
E. Tradutor juramentado. Não paguei. A Cáritas pagou para mim. E depois, lá na UERJ, também tive que apresentar o *relevé de cotes* (histórico escolar), que eu consegui que me mandassem do Congo e também já foi feita a tradução. Pediram também os programas, os conteúdos das matérias. Foi muito difícil para conseguir isto! Até que minha irmã que está no Congo me ajudou a conseguir e também mandar os programas pra cá. Mas faltaram algumas matérias e lá na UERJ (no lugar em que eu devo dar entrada nos documentos para o processo de reconhecimento dos meus estudos) falaram para mim que seria melhor reunir todos os conteúdos de todas as matérias, antes de dar entrada no pedido (...) Então, a minha irmã continua tentando conseguir. E aí também vou ter que traduzir todos os conteúdos (programas) das matérias. É muito caro. Não sei se a Cáritas vai poder pagar.
P. Eles lhe falaram quanto tempo demora para reconhecer os documentos, convalidar o diploma?
E. Eles falaram que leva pelo menos seis meses.
P. Você conhece algum refugiado que já tenha conseguido fazer isto? Convalidar um diploma de graduação do Congo aqui no Rio de Janeiro?
E. Não. Acho que ninguém, ainda. Eu não conheço. Aqueles que eu conheço conseguiram a validação do diploma do Ensino Médio.
P. O que você pretende fazer quando conseguir convalidar o seu diploma? Vai tentar achar trabalho na sua área de formação na graduação?
E. Isso é mesmo o que eu estou querendo. Trabalhar aqui na minha profissão. Eu já tenho experiência.
P. Que cursos você já fez aqui no Rio? Você falou que já fez alguns cursos...

E. Fiz no Senac os cursos de garçom e de taifeiro, assim como um curso de introdução de informática.
P. Você fez o curso de português na Cáritas?
E. Não, eu fiz na UERJ. Fiz o curso de redação e estou fazendo agora o de português para estrangeiros. Esqueci de falar que também estou fazendo o curso de português – sintaxe.
P. Não seria mais lógico você ter feito primeiro o curso de português para estrangeiros e depois o de redação e o de sintaxe – que não são para estrangeiros?
E. Sim. A idéia é lógica; mas no ano passado não tinha ainda o curso de português para estrangeiros. Estou na primeira turma.
P. O que você acha dos cursos da UERJ?
E. Eu acho muito bons.
P. Eles ajudaram bastante ou não acrescentam muito?
E. O de redação me ajudou muito. O de sintaxe me ajuda muito para escrever melhor.
P. São línguas latinas (o português e o francês), mas com diferenças muito grandes...
E. Sim, por isso os cursos de redação e o de sintaxe me ajudaram mais para escrever do que para falar. Porque lá não ensinam a falar. Os cursos são destinados para os nativos e os brasileiros já falam o português (risos).
P. E havia outros estrangeiros fazendo o curso de redação, por exemplo?
E. Não. Só eu. E agora, no de sintaxe também não tem. E há muitos brasileiros abandonando o curso no meio. A maioria não termina os cursos.
P. Qual sua maior dificuldade? Falar ou escrever em português?
E. Eu acho difícil os dois (risos). Mas o que me preocupa mais é falar; escrever, eu ainda não preciso saber muito. Há muita compreensão das pessoas porque sabem que eu não sou daqui. Eu acho que é também porque muitos brasileiros escrevem mal. Mal mesmo, muito mal! É mais fácil alguém aceitar que um estrangeiro escreva mal o português.
P. Imagino que se preocupe com a pronúncia porque na sua profissão você vai lidar direto com as pessoas, vai ter que falar com muita gente. Por isso sua preocupação em aprender bem o português...
E. Isso mesmo. Preciso saber escrever porque vou ter que fazer os relatórios, os protocolos. Vou ter que saber escrever direito. É melhor aprender logo para não atrapalhar no trabalho.
P. É um curso só de conversação?
E. Não. Eu aprendo a falar, a escrever e a ler.
P. Esse curso de português para estrangeiros está num nível muito fácil para você?
E. É um curso novo que começou neste semestre. Não é difícil, mas me ajuda muito para falar melhor em português.
P. Ele custa o mesmo preço dos cursos de redação, sintaxe, etc.?
E. Sim.
P. Tem algum outro refugiado fazendo junto com você?
E. Ainda não. Refugiado, só eu. Lá tem americano, inglês, alemão. E tem também um tunisiano.
P. Você está na primeira turma. Quem pagou para você foi a Cáritas? Vai seguir para outro nível no próximo semestre?
E. A Cáritas não pagou não.
P. A Cáritas ainda não está com um convênio com esse curso de português para estrangeiros para que no segundo semestre deste ano os refugiados possam fazer?
E. Não. Até agora não.
P. Eu estou lhe perguntando isso porque vi no folheto de divulgação da Cáritas (lá na feira cultural do Dia Mundial do Refugiado na UERJ) que havia novas parcerias. A minha auxiliar de pesquisa pegou alguns folhetos da Cáritas mais antigos e comparou com o atual - que estavam distribuindo lá no evento. Nós percebemos que existiam algumas parcerias novas:

Faculdade Senac, Sesi, Hospital Pedro Ernesto (que é o hospital universitário da Uerj). Vimos que não apareciam especificados os cursos de línguas na UERJ. Na verdade, pensávamos que a Cáritas tinha feito alguma parceria com a UERJ para os refugiados fazerem o curso de português para estrangeiros ou o de inglês.
E. Não. Não tem não. Fui eu que paguei. Com a ajuda de uma senhora que me apoiou.
P. Quantos alunos têm na sua turma do curso de português para estrangeiros?
E. Mais ou menos uns 15 alunos.
P. Dá para entender bem? Aproveitar bem? A professora é lá da UERJ?
E. É da UERJ. É uma aluna da UERJ que é professora. Dá para entender bem o que ela explica. Essa mesma professora foi quem me deu aula de redação. A gente já se conhecia; isso ajuda.
P. Os alunos têm mais ou menos o mesmo nível de português ou há muita desigualdade na composição da turma?
E. Muita desigualdade. Muita mesmo. Porque a professora falou que não sabiam que o curso iria ser tão procurado assim e que teria tanta desigualdade de nível entre os alunos. A nossa turma é a primeira turma. Tem um paquistanês, por exemplo, que no início não falava nem entendia nada. Nada mesmo! E só agora ele começou a falar um pouquinho. E tem alguns que já falam bem melhor.
P. Você acha que as pessoas que falam espanhol, francês, línguas latinas em geral, têm mais facilidade para aprender o português?
E. Eu acho que sim. A professora até queria dividir a gente em duas turmas. Mas ela mesma percebeu que colocar numa turma somente pessoas que falam o inglês e em outra turma os que falam espanhol, francês e entendem um pouco de português, vai ser mais difícil fazer todo mundo só falar em português nas aulas. Ela acha que juntando todos, todo mundo é obrigado a falar português porque um não sabe falar a língua do outro.
P. A professora falou se o Licom (Línguas para a Comunidade – UERJ) está pretendendo oferecer este curso de português em outros níveis? Nível intermediário, avançado?
E. Por enquanto ainda não tem níveis. Como nós somos a primeira turma, vamos terminar e vão abrir a segunda turma de básico nível 1. E nós vamos para o nível básico 2. Até chegar ao quarto nível. Não vai ter nível avançado. Vai ter até o intermediário. Vão ser dois níveis do básico e dois níveis do intermediário. A idéia é fazer quatro níveis. Quatro semestres. Fazer o curso em dois anos.
P. Quantas aulas por semana? Quantas horas cada aula?
E. Uma aula por semana. Três horas cada aula. Mas a professora estava me explicando que como está no início, eles vão rever muitas coisas. Eu propus para ela mudar, porque três horas por semana numa aula só é pouco. O melhor é dividir mesmo em duas aulas de uma hora e meia ou em três aulas de uma hora. Porque assim não vamos esquecer o que ensinaram, de uma semana para a outra. E fica menos cansativo.
P. O que vocês estão aprendendo agora? No final do primeiro semestre?
E. O diálogo básico. "Bom dia". "Como você vai?". E o verbo no indicativo do presente. Os verbos regulares. Por enquanto foi só isso que a gente aprendeu.
P. Eu acho que entre os refugiados que chegam ao Rio de Janeiro (pensando nos grupos mais numerosos), os congoleses são os que mais têm dificuldade com o português. Será que os congoleses recém-chegados conseguiriam aproveitar esse "Curso básico – 1" de português para estrangeiros na UERJ? Ou você acha que o solicitante congolês, ao chegar, deveria primeiro fazer aquele curso mais informal, lá na casa da Cáritas, com professores que são refugiados congoleses e que já falam o português?
E. A melhor forma é começar lá na Cáritas. Não sei como é o curso básico lá na UFRJ, para os estudantes congoleses bolsistas, mas na UERJ a professora não insiste muito. Quando um professor é conterrâneo dos alunos, ele já conhece as dificuldades dos refugiados, sabe o que é

mais difícil para eles, onde ele vai precisar insistir mais. Vai saber pela sua própria experiência.
P. Você acha que no "cursinho inicial" que os congoleses fazem na Cáritas seria bom haver um trabalho conjunto, ou seja, aulas dadas por um refugiado que já conhece o português e por um professor brasileiro de língua portuguesa?
E. Aí seria o melhor. Porque o professor congolês sabe onde eles têm mais dificuldades, mas não tenho o domínio do português. É importante o professor ser um refugiado para entender melhor as dificuldades dos outros congoleses. Mas o professor que é refugiado até pode conseguir dominar o livro, estudar bem o material, mas não tem conhecimento da língua – o que faz muita falta. Seria muito bom juntar esses dois professores. Eu mesmo percebo no curso de português para estrangeiros que estou fazendo na UERJ, (mesmo sendo tudo muito básico) que a aula que eu tenho lá me ajuda a estudar muito mais.
P. Em relação ao que você está colocando... Caso a professora do curso oferecido lá na Cáritas fosse uma brasileira – professora de português e de francês também – já não seria suficiente para ela compreender e poder ajudar mais os alunos, tirar as dúvidas dos alunos? Sem deixar de lado a idéia de dar aula junto com um refugiado que já domine bem o português...
E. Mas também tem outro problema. Em geral, os refugiados congoleses que vêm para o Brasil não falam francês. Há pessoas que estudaram muito pouco e então não sabem falar francês. Só falam lingala. Alguns são quase analfabetos. Os alunos têm níveis de estudo muito diferentes. E isso é um grande problema para dar aulas lá na Cáritas. Não é fácil. Porque tem vários níveis. Há pessoas que chegam do Congo e em uma ou duas semanas já começam a falar um pouco de português.
P. Em quanto tempo o refugiado faz o curso lá na Cáritas? O curso é de um semestre? Ou é contínuo e a pessoa fica até achar que não precisa mais? Como funciona?
E. Ainda não está muito organizado.
P. Quanto tempo dura cada aula?
E. Duas horas.
P. Quantas vezes por semana?
E. Antes eram três vezes por semana. Agora estamos somente com duas aulas por semana.
P. Por quê?
E. Porque não há verba suficiente agora para pagar passagem para os alunos três vezes por semana. Estamos esperando que venham as verbas.
P. Todos que fazem o curso ganham as passagens? Qual o valor?
E. Sim, todos recebem dez reais para o transporte.
P. Quantos alunos são?
E. São uns quinze alunos. Podem vir vinte ou quatorze, mas em média são quinze alunos.
P. Vários refugiados só se comunicam entre si em lingala. Lá no Congo, só aprendeu o francês quem freqüentou a escola? Dentro de casa só se fala lingala e/ou *kicongo*? Os refugiados que chegam aqui já com o curso universitário concluído (ou que lá já estavam na universidade) falam e escrevem bem em francês. São esses que aprendem mais rápido o português?
E. Dentro de casa, lá no Congo, fala-se lingala e *kicongo*. Mas depende da área em que as famílias moram ou de onde vieram. Na província do *Bas-Congo* as pessoas falam em casa *kicongo* e lingala. As famílias falam as duas línguas. Em Matadi, por exemplo, capital do *Bas-Congo*, a língua local é *kicongo*. Mas os jovens gostam mesmo de falar lingala porque é a língua da capital Kinshasa; é a língua mais falada, as músicas da moda são em lingala, os cantores cantam em lingala na Europa. Então as outras línguas estão sendo um pouco desprezadas. Isso só não acontece com as pessoas mais velhas.

P. A criança que vai para escola no Congo bem pequena, que vai para o *maternale*, como vocês falam, ou para a primeira série, aprende o francês? Aprende-se a falar francês na escola em todo o seu país?
E. O problema é que se a pessoa ficou pouco tempo na escola, ou veio de uma região em que não podia ir à escola, por causa da guerra ou porque a escola era muito longe, ela só fala a língua de casa e o lingala. Não fala francês.
P. Os programas da televisão são em lingala?
E. Os programas passam em lingala, mas passam também em francês. O problema é que quase todo mundo entende francês, o francês do dia-a-dia vai entender. Mas não quer dizer que todos sabem falar ou escrever em francês.
P. A forma como se fala lingala na capital (que é o lingala que os refugiados falam aqui) tem uma mistura com o francês?
E. Tem sim. Mas quem estudou mais, também fala, entende e escreve o francês correto mesmo.
P. Voltando à questão da professora que poderia ensinar português para os refugiados... Se a professora ensina o português, mas sabe falar francês, e tem um refugiado (que fala francês e lingala) trabalhando junto com ela, você acha que a maior parte dos alunos saberia tirar dúvidas com ela em francês?
E. Não (risos). Não. Só vão tirar dúvidas em lingala, com o refugiado. Só os que concluíram o Ensino Médio no Congo é que vão falar em francês com a professora.
P. Os outros já esqueceram o francês? Não conseguem falar ou ficam com vergonha?
E. Não vão conseguir falar. Só entender. Se a professora explicar em francês eles poderão entender, mas só se a explicação for muito básica. Um francês bem básico. Para os que têm os níveis baixos de escolaridade vai ser quase a mesma coisa que ela explicar em português. Há alguns que falam mal o português, mas até o português deles já é melhor do que o francês.

P. Como você teve acesso aos cursos do Senac? A Cáritas lhe informou sobre eles ou você descobriu por sua conta própria e/ou através de conhecidos conterrâneos ou brasileiros?
E. A Cáritas tem o convênio com o Senac. O curso de garçom foram eles que me indicaram. A assistente social indicou para mim.
P. Como você fez para se inscrever? Quais foram os procedimentos, passo a passo? A assistente social indicou o curso e encaminhou você para lá ou você teve que ir lá ver os cursos que estavam oferecendo e escolher?
E. As duas formas. A Cáritas indica os cursos no Senac para você escolher. **Os refugiados que têm direito a fazer os cursos no Senac são os que já tiveram o pedido aprovado. Quem já é reconhecido como refugiado. Tem que esperar**. Se você tem vontade de fazer cursos, você vai lá na Cáritas e fala com a assistente social. Você vai ao Senac primeiro ver os cursos que estão abertos. Vai ver as datas previstas, vai escolher um curso, e aí você vai à Cáritas falar que quer fazer aquele curso. A Cáritas, então, vai fazer um encaminhamento para você levar no Senac. E você começa o curso. Aí a Cáritas dá o encaminhamento e também dá a passagem para o refugiado ir assistindo às aulas.
P. Quanto tempo vocês levam para fazer esses cursos? Qual a duração média desses chamados "cursos livres" do Senac?
E. Em média, de dois a três meses. A maioria.
P. Você pensa que esses cursos realmente ajudam a arranjar um emprego? Aqueles que você fez lhe trouxeram algum resultado neste sentido?
E. Eu acho que sim. Eu conheço um refugiado que conseguiu um emprego de garçom. Mas ele já falava várias línguas. Fala inglês muito bem, fala francês, espanhol. Por isso ficou mais fácil para ele conseguir emprego de garçom. O português ele fala mais ou menos, assim como eu.

P. Que cursos você gostaria de poder fazer, mas não foi possível?
E. O que eu gostaria de fazer era o curso de inglês. Eu acho que vai me ajudar muito. Comecei a fazer. Fiz a primeira turma. Mas o convênio acabou e não pude continuar. Quando terminou a gente foi lá falar. Acho que terminou em março deste ano. Eles disseram que voltaria no mês seguinte, depois no seguinte, mas não voltou ainda.
P. O curso de inglês no Senac tem duração de quanto tempo? São vários níveis?
E. Cada curso de um nível tem de três a quatro meses. São quatro níveis. O curso todo mesmo vai até três anos. Mas para falar, quando você termina o "Básico 1" - que é dividido em quatro partes e dura um ano inteiro – você já está falando.
P. Você já poderia trabalhar na área de turismo ou mesmo como garçom? Você acha que os cursos dão essa condição para quem os faz?
E. Eu tentei uma vaga em uma agência de navios. Mas naquela época meu português era muito ruim. E eu tinha que fazer a prova escrita de português e de inglês. Um amigo do curso de garçom também me indicou uma agência. Mas a maioria das empresas não quer estrangeiros. A maioria. O governo daqui exige que eles empreguem 25% de trabalhadores brasileiros. É preciso tentar conseguir o passaporte brasileiro para estrangeiros. Mas mesmo assim é difícil. Se o meu inglês fosse melhor eu talvez tivesse mais chances, apesar de ser estrangeiro.
P. Você já pensou em fazer o curso de inglês na Uerj?
E. O curso de inglês tem um sorteio. E é muito difícil conseguir uma vaga porque é muito procurado. Não se consegue vaga, mesmo que você possa pagar. Os cursos de português são bem menos procurados. Sempre têm vagas.
P. Você conseguiu trabalho aqui?
E. Já trabalhei em um hotel, em serviços gerais, limpeza, manutenção, vigia. Agora estou dando aulas. Um amigo me indicou para ver uma vaga de garçom na Barra da Tijuca e eu vou ser entrevistado lá.
P. Que cursos de qualificação profissional são mais procurados pelos refugiados?
E. Informática, inglês, garçom.
P. Essa mesma informação foi obtida na pesquisa que fizemos junto ao Senac. Apontaram esses três cursos e o curso de cabeleireiro como os mais procurados pelos refugiados. Qual é a duração do curso de informática?
E. É de um ano. Mas só se o aluno for fazer todo o curso. Todos os módulos. Também tem o problema da Cáritas preferir pagar cursos de três ou quatro meses. Falam que pagar as passagens para o curso de um ano fica muito caro. A verba não é suficiente. Precisam atender aos outros refugiados.
P. E o que você acha desta explicação, desta decisão da Cáritas?
E. Eu acho que o melhor seria pagar o curso de um ano inteiro. Para o refugiado sair com uma profissão mesmo. Porque curso de três meses é muito básico; é elementar. Com um curso de um ano, já é uma profissão que a pessoa vai ter. Mas só que há o problema das verbas.
P. Será que os "cursos livres" mais curtos (o de inglês e o de informática, por exemplo) valem à pena? O que a pessoa aprende no primeiro nível? Pelo que mais ouvi dos refugiados, a Cáritas paga o transporte e tem despesas com esses cursos. Parece, porém, que não trazem um resultado muito positivo para o refugiado. É uma questão a ser bem discutida.
E. Para o curso de inglês a Cáritas não paga o transporte. Eles acham que não é tão importante para os refugiados. O dinheiro dado para o transporte é para os cursos mais voltados para uma profissão. Paga o transporte para quem vai para o curso de garçom, de cabeleireiro.
P. É assim? Só pagam para esses cursos mais curtos profissionalizantes?
E. Acho que sim. Para o curso de inglês não tem transporte pago. Eu não conheço ninguém que tenha recebido. Também não sei de alguém que tenha feito curso de um ano inteiro com transporte pago pela Cáritas. Não sei explicar os motivos. É difícil. Há casos em que dois

refugiados vão fazer o mesmo curso. Um vai e a Cáritas aceita pagar o transporte para ele. Outro vai logo depois e já não aceitam pagar.

P. Você já estudou na mesma sala com outro refugiado? Na pesquisa junto ao setor que trata do convênio no Senac, um funcionário nos informou pelo telefone que em cada turma dos "cursos livres" só pode ingressar um refugiado. É assim mesmo?

E. É verdade. Cada turma só pode ter um refugiado. Se já tem alguém na turma, você tem que esperar. No Senac da Rua Marechal Floriano, por exemplo, a data é sempre prorrogada. A data prevista pode ser, por exemplo, dia 4 de abril. Mas o curso pode começar só em julho. Então você começou com o encaminhamento para entrar naquela turma. Mas a data vai sendo prorrogada, prorrogada... E no dia que começa se você chegar atrás de outro refugiado você já perde o lugar. É difícil.

P. Há cursos no Senac (ou em outra organização que tenha convênio com a Cáritas) que os refugiados procuram, mas não podem fazer por falta de vagas? Outros motivos?

E. Há os cursos do nível técnico do Senac. Não podemos fazer. E também a Faculdade do Senac. Porque você tem que ter a metade da mensalidade para pagar. E é muito caro.

P. Quantos refugiados você conhece que estão fazendo curso de graduação na Faculdade Senac?

E. Eu só conheço um. Sei que também há um refugiado mais velho que está fazendo, mas eu não sei se é curso de tecnólogo ou graduação completa. Congoleses, eu só conheço estes. Para a faculdade você tem que pagar a metade do valor e a passagem. A Cáritas não paga. Só para os cursos livres, cursos mais curtos.

P. Nos "cursos livres" vocês só recebem a passagem ou também um valor para o material?

E. No convênio você já tem garantido o direito ao material. Eles dão o material. Mas se acontecer do professor pedir mais cópias (além das que você já recebeu) você é que tem que pagar.

P. Voltando para a aprendizagem da língua portuguesa. Quais são as maiores dificuldades para aprender a língua?

E. Falar. Entender. A pronúncia aqui é muito difícil. O jeito de falar daqui é muito diferente.

P. O que os refugiados congoleses em geral têm mais dificuldade para aprender nas aulas de português?

E. O que dificulta muito é a preposição. O feminino, masculino. Todas as preposições. Eu mesmo ainda troco. Isso dificulta muito. O que nós temos facilidade para aprender aqui são os verbos. O vocabulário também só vai melhorando com o tempo. Com os verbos, a forma de conjugar é mais fácil do que no francês. O que é muito difícil para nós é o futuro do subjuntivo, por exemplo. São tempos verbais que não existem no francês.

P. Até que ponto o fato de não saber bem o português prejudica a continuidade dos estudos de um refugiado quando está no Brasil?

E. Atrapalha em tudo. Se você não sabe português seu diploma não serve para nada. Porque não é o diploma que vai trabalhar; é você que vai trabalhar (risos). Falar com os colegas, fazer relatórios; tudo isso é feito em português.

P. Que outras dificuldades o desconhecimento (ou pouco conhecimento) do idioma traz para o refugiado?

E. Todas. Para seguir os estudos também. Eu acho que aquilo que atrapalha mais para os estudos é não saber o português. Eu, por exemplo, perco muitas coisas que o professor fala na aula. Não é porque eu não sou capaz de entender o assunto, é a língua mesmo. Às vezes é até uma coisa fácil, mas o professor falou rápido e eu não entendi.

P. Que sugestões você daria, baseado em sua experiência, sobre maneiras de se melhorar os resultados alcançados pelos refugiados com cursos de língua portuguesa?

E. Para o refugiado, o mais importante para ele é aprender o português. Precisaria ficar um ano inteiro aprendendo o português. Como ficam lá os bolsistas na UFRJ. Mas é complicado porque o refugiado também precisa trabalhar. Vai precisar de dinheiro. Mas eu acho que a maioria ia aceitar ter no primeiro ano uma boa aula de português. A pessoa iria já conseguir trabalho.
P. Você acha que se o curso não fosse muito longe ou se fosse à noite, os congoleses ficariam mais interessados?
E. Eu acho que todos iam achar bom ter bastante aprendizado do português nos seis meses que recebemos a ajuda financeira. Isso ia ajudar a conseguir um trabalho. E poderia continuar depois o curso à noite, junto com algum trabalho.
P. O que você acha que poderia ser feito mais rapidamente para melhorar o que já existe para os refugiados aprenderem o português?
E. Organizar melhor o curso de português na Cáritas. Tem um livro de português para estrangeiros. O nome do livro é "Falar, ler e escrever em português". O livro é bom. Para organizar melhor as aulas seria preciso que os refugiados que já têm um nível básico fossem para uma aula com um professor brasileiro. Se ficarem só no curso da Cáritas não vão poder aprender mais do que já sabem. O professor nativo não vai ter dificuldade, vai ter o domínio da língua; os alunos vão avançar mais.
P. Como o melhor conhecimento da língua portuguesa vem facilitando sua vida aqui, de forma geral e, especialmente, para tentar se colocar no mercado de trabalho?
E. De todas as formas. Está me ajudando a conviver com os brasileiros (risos). Também ajuda a tentar encontrar trabalho.
P. Você convive com brasileiros em geral ou somente com os refugiados congoleses e com seus amigos estudantes universitários (os bolsistas que vieram do Congo)?
E. Mais com os congoleses. A maioria de nós convive entre congoleses. Por isso também muitos de nós não conseguimos aprender o português. Porque a gente continua a falar em lingala quase o tempo todo.
P. Então, o fato de fazer os cursos no Senac, ou de poder estudar o português não apenas lá na Cáritas (na Uerj, por exemplo) seria uma maneira de tirar vocês desse contato só com congoleses e facilitaria para aprenderem o português?
E. Sim. Aprender o português e também conseguir trabalho. Eu, por exemplo, tenho um amigo brasileiro que eu conheci no Senac e que já me indicou dois lugares para procurar trabalho. Porque geralmente no bairro onde a gente mora, ou lá no Centro da cidade, nós damos "Oi, oi, bom-dia, tudo bom...", mas não ficamos amigos mesmo das pessoas. Mas no curso, a gente tem tempo de conversar, de perguntar alguma coisa.
P. Você está trabalhando há quanto tempo?
E. Há quase 10 meses.
P. Você já pensou em dar aulas de francês?
E. Não. Nunca pensei. Não conheço nenhum refugiado congolês que esteja dando aulas de francês em uma instituição. Tem um senhor que está dando aulas particulares.
P. Conhece algum refugiado ou sabe de alguém que esteja fazendo uma faculdade aqui no Brasil através de algum convênio ou acordo da Cáritas com alguma universidade?
E. Conheço três congoleses e um colombiano. Conheço um que estuda através do convênio com a Bennet e dois que estão na Faculdade do Senac.
P. Conhece algum refugiado que tenha ingressado na UERJ? Sabe como conseguiu? Entrou pelo sistema de cotas para negros?
E. Acho que já não existem as cotas para os negros. Eu não sei. Eu conheço um congolês que me disse que passou no vestibular da Uerj. Eu não sei como, porque ele não compreende bem as etapas. Ele trabalha o dia todo como camelô no Centro da cidade para um brasileiro. Ele disse que teve sorte porque era tudo múltipla escolha e que passou! Não sei se ele sabe que

vai ter que fazer outras provas. Escrever em português. Ele acha que passou. E que vai começar a estudar na Uerj. Acho que ele não vai conseguir. Coitado dele. Ele não foi bem informado. Ele até já fez faculdade no Congo e é engenheiro mecânico. Fez vestibular na Uerj para engenharia mecânica também.
P. O que você sabe sobre aquilo que um refugiado congolês precisa fazer aqui no Rio de Janeiro para poder estudar no Ensino Médio? Você conhece alguém que veio do Congo sem concluir o Ensino Médio e quer completar aqui? Só precisa ter trazido o diploma de lá? O que mais é necessário?
E. Conheço dois congoleses que vieram fazer o Ensino Médio. Estão cursando o português e a matemática. Depois vão ter de fazer uma prova e se passarem vão começar a estudar na escola de Ensino Médio.
P. Mas eles estudam português e matemática já na escola?
E. Sim, na escola.
P. Como ingressaram nesta escola?
E. Acho que foram encaminhados pela Cáritas. Só os que já têm o pedido de refúgio aceito é que podem ir para a escola.
P. Algum refugiado que você conheça está fazendo um pré-vestibular?
E. Eu conheço um congolês, mais ele não foi aceito como refugiado. Ele está fazendo curso para o vestibular. Veio para o Brasil como bolsista PEC - G, mas perdeu a bolsa.
P. Vocês recebem informações sobre cursos que preparam para as provas de ingresso das faculdades públicas, aquelas que são gratuitas?
E. É aquele curso que prepara para a bolsa PEC - G?
P. Não. É um curso que corresponde a você fazer todas as matérias do Ensino Médio. Faz uma revisão, um treinamento; para preparar bem o aluno para as provas que são chamadas de vestibular. Provas de seleção para as universidades. Vestibulares são os concursos, com várias provas, de várias matérias, que se tem que fazer para passar para as faculdades públicas e algumas faculdades particulares (as melhores particulares). É este curso que a gente aqui chama de pré-vestibular. Você não conhece ninguém que tenha trazido um diploma do Ensino Médio e que esteja fazendo um curso deste tipo? Um pré-vestibular comunitário?
E. Não. A gente não tem esta informação assim para todos os refugiados. Se você é muito interessado em alguma coisa e vai lá na Cáritas perguntar, então eles explicam. Se você for mesmo interessado! Insistente.
P. A maioria dos refugiados que chegam da RDC aqui no Brasil tem que nível de escolaridade?
E. Os homens na maioria têm pelo menos o ensino médio. As mulheres, ao contrário, têm pouquíssimo estudo. A maioria estudou muito pouco. Das mulheres que estão aqui, algumas só têm estudos primários. No Congo, isso agora já está mudando. Algumas mulheres já estão estudando mais - mas muitas garotas de 15, 16 anos, já não estudam. Engravidam, casam, vão cuidar dos filhos. No Congo, é muito comum que a própria mulher (a mãe) discrimine as mulheres. A população em geral tem uma renda muito baixa, e a vida é muito cara. A família tem que escolher quem vai estudar; vai sempre escolher os filhos homens. Qualquer estudo é caro no Congo (caro para a renda das pessoas).
P. Sobre a continuidade ou não dos estudos aqui pelos refugiados nas escolas públicas, eu gostaria de verificar algumas informações com você. A assistente social da Cáritas me informou que poucos refugiados congoleses, mesmo os mais jovens, entram nas escolas de Ensino Médio aqui. Explicou que na prova de equivalência que fazem na secretaria de educação, eles são classificados numa série bem abaixo daquela que cursavam no Congo. O que você sabe sobre isto?
E. Bem, eu mesmo só conheço dois que estão fazendo o Ensino Médio aqui.
P. O que você pensa em fazer quando conseguir convalidar o seu diploma de graduação?

E. Eu penso em trabalhar. Para isso eu posso tentar me especializar em alguma coisa na área da minha formação. Eu vi alguns cursos técnicos que são em outros municípios. Mas eu mesmo não penso que a Cáritas vai querer me ajudar, ou vai poder pagar uma passagem quatro vezes por semana para quem quer fazer um curso mais longe.

Entrevista 2

Entrevista semi-dirigida. Complementação com questões gerais abertas.

Local: PUC – RJ. **Data**: 1º semestre 2010

TEMA DA ENTREVISTA – Aspectos gerais sobre o acesso à educação e formação em geral para os refugiados no Rio de Janeiro. Questões referentes à formação escolar, acadêmica e aos cursos que visam à qualificação profissional.

Experiência pessoal do refugiado entrevistado, observações e sugestões mais gerais.

Entrevistado - Idade (48) (x) Homem ( ) Mulher

Ano de chegada ao Brasil - (1994)

P. pesquisadora. **E. entrevistado.**

P. Qual o seu nível de escolaridade quando chegou ao Brasil?

E. Eu tinha o primeiro grau.

P. Que idade você tinha quando chegou aqui?

E. Tinha 32 anos. Estou aqui há 16 anos.

P. Que nível de formação escolar você começou a fazer aqui no Brasil desde que chegou? Pode explicar como foi este processo? Qual foi o primeiro nível de estudo e como você conseguiu?

E. Eu cheguei aqui em março de 1994 com o objetivo de estudar. Fiquei 12 anos em Angola sem estudar. Isso me perturbava muito. Eu tinha o sonho de voltar a estudar. Pretendia ir a Portugal, mas o único país que nos abriu as portas foi o Brasil. Dava o visto, a passagem era mais barata, naquele tempo; viemos cinco pessoas da família. Fiz o segundo grau aqui, num colégio. Eu tive duas formações. No Congo Democrático fiz até a quinta série; quando cheguei a Angola tive que voltar pra trás, começar tudo de novo. Fiz a quarta classe e depois fui ao ensino chamado Liceu; fiz o Liceu em Angola até a oitava classe para ir ao Ensino Médio.

P. Quando vocês chegaram aqui como refugiados (você e sua família)... Na época, a orientação que o refugiado tinha pra estudar era ir à Secretaria de Educação fazer a equivalência e, então, a Secretaria encaminhava para uma escola pública? Conseguiu entrar numa escola pública de Ensino Médio?

E. Sim. Éramos dois amigos, começamos lá no Sambódromo, no curso do supletivo. Mas eu não gostei daquele sistema. Eu era da Igreja Batista. Havia um colégio junto com uma igreja – era a associação Betel. Era um seminário, Seminário Betel, mas tinha um segundo grau. Então, tinha matérias de segundo grau e matérias teológicas. A primeira recomendação que eu tive quando fui fazer a equivalência para estudar aqui no Brasil, lá na Praça XV, no Centro da cidade, foi procurar uma escola reconhecida pela qualidade.

P. Quando fez a equivalência aqui no Brasil você conseguiu ser aprovado para a série que esperava?

E. Sim. Eu sabia bem o português e era estudioso.

P. No seminário Betel você estudou gratuitamente?

E. Sim, no começo eu pagava uma taxa, acho que em torno de vinte reais. Era barato, uma coisa simbólica.

P. Então você não seguiu o caminho oferecido aos outros refugiados?

E. Eu fui do meu jeito. Quando vi que as coisas eram complicadas em coletivo, eu fui buscar o que eu sabia que podia fazer.

P. Foi buscar sua rede de conhecimentos?
P. É. Perguntei por um pastor que eu conheci em Angola. E eu fui lá em Niterói falar com ele.
P. Você conseguiu estudar no Betel à noite para poder trabalhar de dia?
E. Sim
P. Você trabalhava em quê?
E. Eu aprendi a fazer pão.
P. Você fez o curso de panificação lá no Rio Comprido? Onde outros refugiados fizeram no início dos anos 90?
E. Não fiz nada, eu aprendi olhando. Eu trabalhava em um mercado.
P. Você trabalhava durante o dia no mercado?
E. Isso. Trabalhava até as 14h e ia pra casa. Chegava ao trabalho às 5h da manhã, fazia a primeira massa.
P. Foi assim que você sustentou sua família? Quantos filhos você tem?
E. Foi. Só tenho um filho.
P. Então você trabalhava até as 14h e de noite estudava?
E. Sim.
P. Você seguiu seus estudos no Betel?
E. Sim, normalmente, os estudos do Ensino Médio.
P. Porque você não seguiu a faculdade lá?
E. Eu comecei lá o seminário. Estudei teologia. Comecei o primeiro ano no Betel, passei para o segundo ano, mas não prossegui.
P. Para mim, parece que o caminho natural seria você ter feito o segundo grau e terminar seus estudos lá. Você tentou isso?
E. Sim. E eles ficaram revoltados quando eu saí. Quando eu disse que ia sair não gostaram, acharam uma traição.
P. E por que você achou que não era bom continuar lá?
E. Não quis dizer que não era bom, mas eu pensei que de onde eu vim as exigências eram maiores. Fui estudar no Seminário Batista do Sul, que é um seminário da Igreja Batista. Conhecia várias pessoas que estudaram lá. Eu sou da Igreja Batista, então eu preferi ir para lá porque tinha um currículo que te possibilitava fazer outras ciências sociais, ciências humanas.
P. Onde fica o seminário?
E. Na Tijuca. Estudei ali porque era mais conhecido e era o maior seminário da América Latina, implantado por americanos. Então, toda a referência dos americanos era lá e eu queria estudar lá, para ter uma referência melhor.
P. Tentou uma transferência? Conseguiu?
E. **Lá era difícil, mas eu gosto das coisas difíceis, não quero o fácil não. Minha vida já é difícil, nasci e cresci na guerra, não quero ser favorecido, quero enfrentar. Eu fui lá e fiz um vestibular. Passei. Estava aprovado.** Agora ia estudar lá no Seminário Batista do Sul, que todo mundo conhecia. Ali eu comecei do zero, fiz o primeiro ano de novo.
P. Quantos anos você estudou no Batista do Sul?
E. Quatro anos.
P. Você se formou como teólogo?
E. Sim.
P. A formação do seminário corresponde a uma graduação em teologia?
E. Sim, a um bacharelado.
P. Então você já tinha uma graduação quando você saiu do Seminário Batista do Sul. Em que ano foi isso?
E. Foi em 2002.
P. Se você já tinha esta graduação o que fez você procurar a Faculdade Bennet?

E. É porque "a teologia é prima da filosofia". Era até mesmo uma recomendação do seminário, o aluno fazer uma faculdade de filosofia. A maioria dos teólogos era filósofo também.
P. E naquela época você ainda mantinha algum vínculo com a Cáritas?
E. Sim, mantenho contato até hoje.
P. **Então, veja se entendi corretamente. Quando você chegou aqui tentou o caminho da escola pública através da Cáritas. Conseguiu o supletivo, mas não gostou da qualidade do ensino. Buscou um caminho próprio, pelos seus conhecimentos pessoais, mas sempre manteve contato com a Cáritas. E através da Cáritas, bem mais tarde, você foi encaminhado para a Bennet e conseguiu uma bolsa de estudo integral (de cem por cento). Está correto?**
E. Você compreendeu perfeitamente. Foi assim que aconteceu.
P. Em que ano você entrou na Bennet?
E. Entrei em fevereiro de 2007.
P. E quando foi que você teve noticias desse convênio da Cáritas com a Bennet?
E. Eu soube por um angolano na Igreja Batista, em janeiro de 2007.
P. Entre 2002 e 2007, quando você foi fazer filosofia, você ainda estudou em algum outro lugar?
E. Não, comecei a trabalhar. Fui trabalhar em um estaleiro, na indústria naval.
P. E você dava aulas de teologia?
E. Não. Só tinha tempo para trabalhar.
P. Você não trabalhava como pastor?
E. Bem, eu ajudava lá na Igreja da Vila do João, na Maré, mas trabalhava secularmente mesmo.
P. Quando você resolveu aprofundar seus conhecimentos e cursar filosofia?
E. Quando eu saí do estaleiro, em outubro, saí pensando em estudar alguma coisa, porque mantinha contato com meu irmão em Angola, que é professor, e ele achava que eu tinha que fazer uma faculdade melhor mesmo; que a teologia não era muito boa porque eu seria limitado, tinha que fazer uma ciência humana.
P. Você entrou em 2007 no curso de Filosofia na Bennet. Quando vai se formar?
E. Já me formei em março. Dia 9 de março de 2010.
P. O curso de filosofia na Bennet é somente de três anos?
E. Sim, para fazer só a licenciatura.
P. Você sabe quando a Cáritas começou a ter esse convênio com a Bennet?
E. Não, foi uma surpresa para mim quando eu soube disso.
P. O que mais você poderia me informar agora sobre este convênio? Eu gostaria de saber se o convênio mudou durante os anos em que você esteve estudando lá...
E. Bem, muitos cursos entraram em extinção lá na faculdade. A coordenadora dizia sempre para aproveitarmos bem as matérias, não perdermos nenhuma, porque o que eles faziam lá era para que um dia os refugiados conseguissem poder estudar em uma universidade pública. Que nós tínhamos que ter bons resultados...
P. Mas essa crise na Universidade Bennet não mudou nenhuma característica do convênio?
E. Não. O tempo todo o convênio era com a bolsa de 100% (cem por cento).
P. E o que mais além da bolsa o convênio facilitava pra você? Ajuda pra livros, *xerox*, algum material, auxílio para transporte?
E. Nada. Tudo a gente tem que conseguir por nossa conta.
P. A Cáritas ou a Bennet lhe davam algum apoio complementar?
E. Não. O convênio só garante não pagar nada para fazer a faculdade. Quem entra lá, o aluno, tem que "se virar". Muitos colegas iam a pé, muitos até arrumaram casas próximas de lá. Mas eu não podia me mudar; sem recursos e também por causa da minha família. Logo no início

do curso, tinha *xerox*, mas tiraram. Era para todos, não só para os cotistas, mas parece que houve um abuso por parte dos estudantes.
P. Quais as maiores dificuldade que você teve ao longo do curso de filosofia na Bennet?
E. Eu já passei muito sofrimento... Eu trabalhei um tempo no estaleiro e saí. Quando comecei a faculdade era desempregado, só fui trabalhar no segundo período. Fiquei quase um ano sem trabalhar. Enfrentei tudo aquilo, ouvindo a minha mulher reclamar muito.
P. Você permaneceu trabalhando o resto do tempo do curso?
E. Eu peguei um trabalho temporário, de cinco meses. Fiquei desempregado de novo. Comecei o segundo ano da faculdade desempregado.
P. Então os dois primeiros anos foram muito difíceis...
E. Sim. O convênio não dava nenhuma ajuda para o refugiado estudar. Além de estar sem trabalho eu ainda tinha que ter gastos com livros e essas coisas.
P. E o trabalho que você fazia na Igreja Batista? Você não tinha nenhuma remuneração?
E. Não, nenhuma ajuda.
P. As bolsas do convênio da Cáritas com a Bennet eram integrais para todos os refugiados ou existiam diferenças de acordo com o curso ou com alguma característica especial do aluno refugiado?
E. Bem, o que eles sempre disseram, desde o começo, é que era tudo igual. Alguns africanos dizem que sempre houve beneficiados. Alguns recebiam ajuda sem falar com os outros. Não sei bem sobre isso.
P. Como sabiam quem recebia alguma outra ajuda?
E. Recebiam alguma coisa, mas quando ninguém vê ninguém sabe. Se recebem e não falam nada, ninguém sabe. Na Bennet fazíamos reuniões; alguns tentavam ajuda de ONGs que pudessem pelo menos oferecer um vale para transporte. Outros falavam assim: 'aqui entre nós têm algumas pessoas que vão lá na Cáritas e recebem ajuda até hoje'.
P. Houve algum momento em que essa bolsa foi interrompida?
E. Não enquanto eu estava lá.
P. Até o início deste ano o convênio estava normal? Ainda estavam recebendo novos alunos?
E. Este ano já não receberam mais. Acho que o último aluno novo entrou em 2009.
P. Você estudou na Bennet junto com outros refugiados. Você sabe quantos refugiados eram ao todo na época em que estudou lá?
E. Acho que de uns 35 a 40. Muitos foram desistindo e outros eram eliminados. Existiam exigências de aprovação.
P. Pelo que eu sei sobre a Bennet, alguns cursos como engenharia, informática, são cursos que custam mais caro. Esses cursos também faziam parte do convênio para os refugiados? Não havia restrição quanto ao valor do curso?
E. Não. Eu sei que todos os cursos eram abertos.
P. Você conheceu os refugiados que eram alunos de engenharia ou de informática, por exemplo?
E. De engenharia não, conheci de informática.
P. Ainda há refugiados estudando lá?
E. Sim. Mas não sei quantos são ainda.

Questões abertas.
P. Para finalizar, eu queria sair um pouco da sua história pessoal e fazer algumas perguntas mais grais sobre o "tema educação". A primeira pergunta seria a partir do seguinte ponto.
Como nós sabemos, de acordo com a lei brasileira do refúgio (de 1997), os refugiados têm direito à educação pública. Na prática, parece-me que existe acesso à educação pública de ensino básico, fundamental e médio, mas não ao ensino superior. Nós temos aqui grandes

universidades públicas como a UFRJ, a UERJ a UFF e o CEFET e nenhuma dessas universidades tem um programa para os refugiados.

Por que você optou por uma universidade particular? O que você acha da dificuldade dos refugiados, aqui no Rio de Janeiro, para ter acesso à educação publica de ensino superior? Eu queria que você falasse de uma maneira mais geral sobre isso, expressando sua avaliação e dando suas sugestões.

E. Eu acho que em primeiro lugar, a universidade pública abrange muito tempo e o refugiado de um lado tem que trabalhar e de outro lado tem que estudar. Eu sei que quando se estuda na UFRJ, na UERJ, tem que pesquisar muito, tem muita carga horária. Eu, no meu caso, não tinha esse tempo todo. Eu me lembro que em 2003, depois do seminário, tinha muita vontade de estudar. Eu fui estudar no Mosteiro São Bento, comecei lá... Acho que só fiquei umas semanas; porque não tinha dinheiro. Tentei falar com a Cáritas, mas não podiam me ajudar. O coordenador do curso me chamou e disse que eu não podia continuar. O horário também não dava para mim – era das 12h às 19h.

P. Se eu entendi bem, você acha que a carga horária da universidade pública dificulta muito para que vocês refugiados possam cursar uma faculdade. Mas a UERJ, por exemplo, tem muitos cursos noturnos.

E. Eu não sabia de tudo isso. Eu fiquei um pouco restrito na área religiosa. Sempre, desde a minha infância eu estudei numa escola religiosa, a minha cultura é religiosa. E tem o aproveitamento do tempo que tem que ser maior. Para mim tem que ser uma coisa objetiva – começar e terminar, essa coisa de não estudar porque estava em greve, não dava certo. Eu queria começar e terminar, sempre estar estudando.

P. Para entrar na Bennet você já entrou como portador de diploma de curso superior? Quem é refugiado e não tem um curso superior tem que fazer uma prova? Que documentos os refugiados precisam apresentar?

E. Eu também passei por um vestibular. Eu escondi, não falei nada para ninguém.

P. Como foi o vestibular pra entrar lá?

E. Geral mesmo; tinha matemática, português, conhecimento geral.

P. Você está dizendo que o refugiado para entrar na Bennet, ainda que exista o convênio, ele tem que prestar um exame de vestibular? Como para todos os brasileiros que ingressam? Isso inclui uma prova de língua portuguesa?

E. Sim. Ali refugiados e brasileiros são todos iguais. Quer dizer, o sistema é o mesmo para todos. A diferença é que o refugiado tem gratuidade, mas para ingressar é o mesmo sistema.

P. Qual é a sua opinião sobre o acesso dos refugiados à universidade pública? Não no seu caso particular, mas de uma maneira geral, você acha que uma das dificuldades é o fato de ser mais difícil ser aprovado para uma universidade pública?

E. Não, acho que é a falta de informação. Nesses dias ouvi dizer que a Universidade do Rio de Janeiro tem um convênio com Angola.

P. Acho que tem para todos os países de língua portuguesa...

E. Eu não sabia... Só agora é que fui ouvi falar disso. É a falta de informação mesmo. Ninguém investe muito nessas informações sobre a educação, sobre as oportunidades de estudo.

P. Você acha que desde que o refúgio foi regulamentado por uma lei brasileira o acesso dos refugiados à educação publica em geral melhorou? Você acha que por falta de informação as coisas neste campo continuaram complicadas para os refugiados?

E. Na verdade, eu acho que o refugiado, o africano, às vezes é negligente. Quando vêm aqui visam melhorar sua vida, ganhar dinheiro, fazer algum comércio. Eu acho que o melhor rendimento é depois de estudar, mas eu lembro que eu recebia muitas críticas: *'nessa idade, ainda quer estudar? Trabalhe para ajudar seu filho'*. Todos me criticaram muito.

P. Então você acha que o acesso foi melhorando, mas existe uma influência da cultura dos africanos, do grupo de africanos refugiados, que leva a não investir mais no estudo? Só os mais jovens podem estudar? Só as crianças? Não entendi muito bem... Eu queria muito que você falasse mais desses aspectos da cultura. Porque a gente sabe que o acesso para a universidade é muito difícil; os vestibulares para as universidades públicas são muito difíceis. Mas o Ensino Médio não é de acesso tão difícil assim e poucos refugiados fazem... Pelo menos entre os congoleses me parece que é assim.
E. É mesmo. Entre os congoleses e também entre os angolanos. Você mesma orientava muita gente lá nas favelas da Maré, mas nem todos terminavam. Poucos terminaram!
P. Você acha que os refugiados africanos têm mais interesse (ou mais necessidade) em cursos de qualificação para o trabalho?
E. Quando chegamos aqui lá no começo da década de noventa, os refugiados mais antigos, muitos foram fazer cursos para aprender uma profissão. Depois, muitos foram no Senac aprender a cortar cabelo. Esse curso todo mundo queria fazer. Os refugiados africanos aqui preferem esses cursos rápidos, temporários, que dão alguma coisa de imediato. Eles não têm, por exemplo, essa visão de ficar estudando à noite, visão de longo prazo... Ir para uma escola boa de Ensino Médio durante a noite e trabalhar (até pode ser como cabeleireiro) durante o dia. Também tem aquilo que a família espera de quem está em outro país. A pessoa quando vai para Europa tem a visão de ir trabalhar para ajudar a família, mandar roupa de lá, ajuda para comprar carro...
P. Você acha que aqui no Brasil esse lado cultural de não fazerem um esforço, um 'investimento a longo prazo nos estudos', pesa muito para os refugiados africanos? O que realmente pesa mais para os cursos profissionalizantes serem tão procurados? Não é a necessidade de trabalhar?
E. O pensamento é imediatista. Uma escolha rápida, para ficar logo pronto para trabalhar. O próprio grupo de africanos não aceita bem alguém que fica muito tempo estudando aqui. Nem os que estão aqui, nem os que estão lá fora. A família também tem um peso nisso. Quer dizer, quem ficou lá, no Congo. Quando eu voltar, os meus familiares poderão entender o que eu estava fazendo aqui, mas os outros não vão entender. Vão perguntar: 'O que ele trouxe? O foi que ele trouxe? Não trouxe nada? Foi lá, ficou tanto tempo, voltou sem nada, só trouxe livros, não pode'.
P. Queria falar e ouvir você sobre uma impressão que eu tenho dessa questão dos estudos. Eu cheguei a acompanhar no final dos anos noventa e no início dos anos 2000 vários angolanos até a secretaria de educação, ali na Central do Brasil, para tratar da equivalência escolar. Como eles falavam português e escreviam em português, era mais comum que um angolano quando fosse fazer a equivalência de seus estudos anteriores tivesse que cursar somente uma série novamente. Como diziam: "andar uma classe para trás".
Eu tenho a impressão que muitos jovens que são de países de língua não portuguesa, como os congoleses, chegam aqui com a idéia de estudar, fazer o ensino médio – até porque não tinham concluído no Congo e porque lá têm que pagar para estudar. Vão à Cáritas, recebem explicações sobre aonde ir, o que fazer na secretaria de educação, pegam essas informações com os outros refugiados, etc. Porém, quando eles fazem a prova de equivalência ficam muito para trás... Como não sabem muito ou não dominam o português, eles não conseguem compreender o que é cobrado na avaliação; nas perguntas. Podem até saber história, biologia, ciências, mas não sabem a língua e por isso não acertam as perguntas. Eles ficam muito pra trás na equivalência escolar, e isso os desestimula muito. Muitas vezes são rapazes de 20 e poucos anos que até já tinham cursado o primeiro ou segundo ano do Ensino Médio no Congo. Por exemplo, quando um deles vai fazer a equivalência aqui no Rio de Janeiro, acabam avaliando que ele tem que fazer desde a sétima série, por exemplo, porque ele não teria condições de acompanhar uma série mais avançada.

O que eu tenho percebido é que eles tentam conseguir que alguém da família mande o diploma do Congo pra cá, o diploma do ensino médio ou do ensino fundamental, já que basta fazer uma tradução juramentada do diploma e apresentar na secretaria de educação para poderem fazer um curso profissionalizante no Senac. Para alguns cursos do Senac é necessário somente ter o diploma da educação fundamental. Depois de fazerem os "cursos livres" (os mais básicos), alguns ficam querendo continuar e fazer os cursos técnicos. Cursos de informática, de inglês, etc. E não conseguem prosseguir... As mulheres, pelo que percebi, querem fazer o curso de cabeleireiro no Senac...
Pensando no que você estava falando (que há uma cobrança da própria família lá no Congo e da comunidade como um todo aqui para o refugiado trabalhar logo) e que a verba de ajuda financeira é pequena... Tudo isso os empurra, de certa forma, para um curso de formação profissional. E há, é claro, a necessidade de trabalhar. Mas tem também a questão do investimento em estudo a muito longo prazo; que se soma ao problema de equivalência, de terem que recomeçar aqui cursando uma série muito atrasada em relação ao que já estudaram no país de origem.
Qual a sua opinião sobre estas pressões e dificuldades que eu acabei de colocar? Você acha que é isso tudo mesmo? O que você acha que pesa mais?
E. Acho que a falta de incentivo, não sei, a preguiça, a documentação também... O povo congolês, nos meus tempos, era um povo mesmo educado. Na África eles estavam bem... Comparando com os outros povos, conhecem muita geografia, são inteligentes, são bons matemáticos e físicos, a formação era melhor no Congo. Portugal não deixou essa tradição... E não foi só em Angola, mas aqui no Brasil também. Não investia em educação...
O Congo Democrático hoje tem um bom ambiente de músicas, boas músicas, que invadem fronteiras. Então, essa nova geração tem mais vontade para buscar sucesso. O sonho deles é sucesso, se vestir bem, querem ir pra França...
P. Então você acha que foi perdida a característica cultural que existia no Congo (e no Zaire) de valorização do estudo? E que a gente sente esse reflexo nos congoleses que vêm pra cá? Por isso você acha que não dão muito valor aos estudos?
E. Isso. Às vezes, com uma pessoa que chegou agora, tem que ter cautela. Para os filhos falamos: cuidado, a linguagem deles é diferente, a visão deles é diferente.
P. Foi muito interessante conhecer essa sua visão dos países e dos diferentes momentos e mudanças... Será que você poderia falar mais um pouco sobre quais os apoios, as oportunidades que são realmente disponibilizadas para os refugiados aqui no Rio de Janeiro – para aqueles que desejam melhorar seu nível de escolaridade ou conseguir uma qualificação profissional? O que você sabe que existe realmente, em termos de apoio ou oportunidades como bolsas de estudo e cursos, etc.?
Até que ponto você acha que o maior problema não é a falta de oportunidades, mas sim a falta de informação sobre as oportunidades que existem?
E. Primeiro acho que eles querem trabalhar para dar um retorno lá para o Congo. O sofrimento é maior lá. Querem sustentar... Se você ficar só no Brasil e não chegar nada lá onde estão os outros, então a coisa não vai bem. É chegar e logo mandar alguma coisa! É a necessidade da própria família. Essa visão está com essa nova geração. Se ficar tanto tempo sem mandar nada, está perdido. Então têm que mandar alguma coisa pra casa. Se o filho está fora tem que mandar alguma coisa.
P. Você acha que além desse aspecto cultural, da necessidade de trabalhar, de ajudar a família no Congo, as oportunidades que existem aqui (que são dadas aos refugiados) para estudar são suficientes?
E. São poucas. Em primeiro lugar, é pouca informação. É a falta de informação mesmo. Se você desse uma informação boa pra pessoa ela poderia pensar duas vezes. Porque a Bennet e não a UERJ – que é pertíssimo? Então há uma coisa oculta que eu não sei explicar para você.

Ninguém sabe. Eu já fui ao Senac pra fazer um curso de inglês, e "estou na reserva" até hoje. Estou esperando até hoje; não tem vaga. Porque tem vagas limitadas para bolsistas e para os refugiados.
P. E os outros cursos no Senac? Os cursos de qualificação profissional... Como funcionam para os refugiados?
E. Eles estudam, fazem muitos cursos, mas não praticam. Quer dizer, você faz o curso, mas não vai usufruir o curso, porque não pratica. O curso é bom, mas o campo de trabalho às vezes não é. Não têm onde exercitar, não tem onde praticar... Não têm prática, nem um encaminhamento para o trabalho.
Quando eu recebi o contrato da faculdade na Bennet dizia que qualquer problema relacionado com as finanças poderia acarretar no fim da minha bolsa. Então eu dizia para os outros aproveitarem, estudarem logo tudo e terminarem logo, não acumularem nada, porque não tinha segurança lá, um dia podia terminar. Quando teve a extinção do convênio na Bennet eu fui lá na Cáritas perguntar por que aconteceu. Perguntei qual era a intervenção deles na faculdade. Disseram "nos também estamos limitados, temos que esperar".

Entrevista 3

Entrevista semi-dirigida. Complementação com questões gerais abertas e observações livres do entrevistado.

Local: PUC – RJ. **Data:** 1º semestre 2010

TEMA DA ENTREVISTA: Aspectos gerais sobre o acesso à educação e formação em geral para os refugiados no Rio de Janeiro. Questões referentes à formação escolar, acadêmica e aos cursos que visam à qualificação profissional.
Experiência pessoal do refugiado entrevistado, observações e sugestões mais gerais.
Entrevistado: Idade (54) (x) Homem ( ) Mulher
Ano de chegada ao Brasil: 2006

P. pesquisadora. **E. entrevistado.**

P. Qual era o seu nível de escolaridade quando você saiu do Congo?
E. Já era formado em Psicopedagogia. Já trabalhei como professor.
P. Você se formou no Congo?
E. Sim.
P. Todos os seus estudos foram feitos no Congo ou você já tinha estudado fora do seu país antes?
E. Já. Também estudei fora. Já estudei na França.
P. O que você estudou na França?
E. Fiz uns cursinhos. A faculdade de pedagogia eu fiz no Congo.
P. Você fez cursos na área de pedagogia também na França?
E. Não.
P. E aqui no Rio, quais os cursos você já fez?
E. Nos "cursos livres" do Senac eu já fiz um curso de informática e um de inglês até o nível intermediário. Estou fazendo agora graduação em "Gestão em Tecnologia do Turismo" na Faculdade Senac e graduação em Direito na Universidade Bennet.
P. Como conseguiu informações sobre as faculdades? A Cáritas lhe indicou ou você descobriu por conta própria?
E. Acho que descubro mais por conta própria. Quando eu estava ainda fazendo o curso de inglês no Senac, fiquei sabendo que eles também tinham uma Faculdade. Então tentei ter uma bolsa de 100% (cem por cento), mas não deu. O convênio da Cáritas com a Faculdade Senac

só saiu porque eu fui insistindo muito. O antigo convênio era só para esses cursos pequenos, os "cursos livres" - que não serviam para nada. Com aqueles cursos, não era possível reverter a situação que nós tínhamos como refugiados aqui. Quando chegamos aqui nós tínhamos certo nível de conhecimento. A maioria dos congoleses é de pessoas que já estudaram; que já tinham um bom nível de formação no seu país.
P. Você acha que primeiro os refugiados deveriam fazer cursos para aprender o português e depois vocês tentariam os cursos universitários?
E. Isso. Eu nunca vi língua tão difícil quanto o português; a vossa língua é a mais difícil que eu já conheci *(risos).*
P. Você pensa que os refugiados deveriam também estudar nos cursos técnicos do Senac ou de outras organizações?
E. Cursos técnicos também, mas você tem que aprender primeiro a língua. Como você vai se expressar? Como você vai trabalhar? Como você vai escrever? No dia a dia, através das conversas, você aprende; você dá um jeito... Mas como você vai se expressar procurando um emprego? E dentro do emprego? Tem que aprender a língua, não vai aprender aí na rua.
P. Você pode me contar mais sobre como começou o convênio entre a Cáritas e o Senac? Fui informada que você foi o primeiro refugiado a cursar a Faculdade Senac.
E. Eu fui o pioneiro. Eu cheguei lá e falei com o pessoal do Senac se tinha convênio, porque a gente já fazia cursinhos com um convênio. Então, tentei ver se tinha um convênio com a Faculdade. Disseram que não, que a Faculdade não fazia parte do convênio. Então tive que falar com o pessoal da Cáritas. Eles disseram que iam tentar. Eu insisti, consegui me inscrever, e fui cursando; o convênio só saiu quando já estava indo para o terceiro período e eu consegui regularizar a matrícula.
P. Há quanto tempo você está estudando na Faculdade Senac?
E. Estou no terceiro período. Agora só falta um período.
P. São somente quatro períodos? Você começou no início de 2009?
E. Em 2009. Então estou no terceiro período. São quatro períodos para a graduação. Inclusive fiz um projeto que foi aprovado e vai ser publicado.
P. Então é um curso de "*tecnólogo"* em gestão de turismo?
E. É.
P. Sobre os cursos de educação profissional, os 'cursos livres' do Senac. Foi a Cáritas que lhe informou sobre eles? Como você fez par cursá-los? A Cáritas lhe informou sobre os convênios que possui para estudos? Os refugiados vão descobrindo mais por conta própria, através dos conhecidos e amigos?
E. O refugiado é que tem de procurar as informações. A verdade é que as informações da Cáritas que não são publicadas são difíceis de você ter acesso. Os refugiados têm pouca informação. Têm que ir lá e ficar perguntando. Então eu perguntei, disseram que não tinha nada para mim na Faculdade. Fui ao Senac e acabei conseguindo me inscrever. No início a Cáritas me dava dinheiro para o transporte e o material didático, mas depois eles pararam e eu continuei por minha conta própria.
P. Você falou que começou a estudar em 2009?
E. É. Em gestão e tecnologia de turismo.
P. E o convênio da Cáritas foi firmado quando?
E. Acho que no final do segundo semestre de 2009.
P. Então você estuda com a bolsa de 50% (cinqüenta por cento)?
E. Sim.
P. Além disso, eles dão alguma ajuda? Transporte? Material?
E. Não, não tem nada.

P. Que tipos de estudos na educação formal e/ou de qualificação para o trabalho você gostaria de fazer, mas não são oferecidos como opção para os refugiados?
E. Agora eu faço a faculdade de direito. Na faculdade de direito eu consegui ter uma bolsa por meu esforço próprio. Tinha um convênio da Cáritas com a Bennet (bolsas de cem por cento), mas o convênio parou. Então eu consegui lá mesmo com a Universidade pagar somente 50% (cinqüenta por cento).
P. Como você fez para ingressar?
E. Eu fiz vestibular três vezes; esperando os documentos; não chegavam. Todas as vezes eu passei, mas os documentos não chegavam. Então esperei. Depois eu fui lá perguntar na Bennet se ainda tinha o convênio. Como me informaram que o convênio já tinha acabado tentei por conta própria uma bolsa.
P. Como é que você consegue pagar as duas faculdades?
E. Eu faço duas faculdades, pagando 50% e 50%, e ainda tem que colocar nesta conta o transporte, o material, cópias de *xerox*, livro, etc. Mas eu consigo dar o meu jeito. Eu passei em todas as matérias, mas as dificuldades estão terríveis.
P. Voltando aos "cursos livres" do Senac. Como um refugiado faz para se inscrever neles?
E. O refugiado vai à Cáritas e pega o encaminhamento. Quando chegar no Senac, entrega o encaminhamento e eles vêem se tem vaga. Se tiver, te colocam na vaga. Se não tiver, então você tem que esperar.
P. Qual a duração média destes cursos no Senac?
E. A duração varia. Os "cursos livres" variam muito. O curso técnico de informática, eu acho que é de seis meses.
P. E o de inglês?
E. Três anos.
P. Você não terminou o de inglês?
E. Não. Só cheguei no intermediário e parei porque não tinha como continuar. Sem recursos.
P. E quais são os cursos que os refugiados mais procuram?
E. Informática e inglês.
P. Há cursos no Senac que os refugiados desejam fazer, mas que não conseguem seja por falta de vagas seja porque não fazem parte do convênio?
E. Sim. Os cursos técnicos.
P. A vaga nos cursos livres é de apenas um refugiado por turma... confirma?
E. Sim. Uma pessoa por turma.
P. Na faculdade também é assim?
E. Na faculdade não sei muito bem, porque não sei muito sobre esse convênio. Consegui os 50% por conta própria. Fui lá, insisti muito e consegui.
P. Você acha que esses "cursos livres" são suficientes para o refugiado se qualificar para um trabalho?
E. Acho que é só para um início. Mas quando você acaba os mais básicos tem que poder continuar. Só esses cursos livres de pouco tempo, com poucas aulas, não são suficientes.
P. Então, você acha que não ajudam para conseguir um trabalho?
E. Não. Quase não ajudam em nada. Nem os cursos de línguas. Acho que a primeira coisa deveria ser um curso de língua portuguesa, com um profissional mesmo e não como se faz na Cáritas, com um refugiado dando aulas de português. Porque ele também não sabe como é o português, a gramática, as regras.
P. Fui informada que esse curso de português para os refugiados é feito desta forma porque muitos refugiados congoleses quando chegam aqui não sabem falar nem o francês. Muitos só falam lingala e entendem um pouco de francês. Então, este recurso de ter um professor refugiado seria em função dessas dificuldades. Seria para que pudessem aprender a se comunicar.

E. Mas tem que se ver... Porque depois você não tem acesso a outro curso de português, não. Deveriam pelo menos orientar e encaminhar os refugiados para um curso com um grau um pouco superior. Eles deviam ver qual é o grau de escolaridade que tem o refugiado tem. Se um refugiado já tem o segundo grau, não precisa fazer aquele curso.
P. Você propõe uma divisão dos refugiados por níveis?
E. Tem que se dividir. Porque o francês é uma língua latina. Parece com o português. O sotaque é um pouco difícil. Mas eu vi o exemplo dos outros congoleses que estavam estudando lá na UFRJ, que nunca também conheceram antes a língua portuguesa, mas conseguiram falar e escrever bem em português...
P. Só para poder fechar melhor a questão dos cursos livres de qualificação para o trabalho... Qual a sua opinião geral sobre os "cursos livres do Senac"? Algum dos cursos livres do Senac lhe ajudou a ingressar na faculdade ou lhe deu melhor condição de ingressar no mercado de trabalho? Gostaria que você avaliasse tanto no plano pessoal quanto no plano mais geral, principalmente para os congoleses mais jovens...
E. No plano pessoal eu penso que eu fiz um curso de inglês que me deu uma melhor condição para poder me expressar e escrever em inglês. Mas quando eles pararam de dar o material, eu tive que fazer quase dois períodos pagando tudo sozinho - o transporte e o material. No início eu recebia; depois pararam, mas estavam dando para outros... Não sei se alguém recebe material o curso todo. E o transporte também teria que ser por conta da Cáritas. Mas parece que "às vezes dá e às vezes não dá". Não é igual para todo mundo... Para mim não dão mais nada. Para quem "eles não gostam", como é o meu caso, não dão vantagem nenhuma. Você pode botar meu nome nessa entrevista. Eu não me importo. Já falei lá na Cáritas e escrevi e-mails também para o ACNUR sobre tudo isso que estou falando para você.
P. E o que você acha sobre os aspectos positivos dos refugiados terem oportunidade de conhecer outras pessoas nesses cursos? Aprender melhor o português? Ter mais contato com os brasileiros? Os cursos não os favorecem nesses pontos?
E. Não muito. Porque as aulas são de duas horas; duas vezes por semana. Quatro horas por semana... Você não tem quase tempo de conversar com os colegas.
P. O que você gostaria de falar sobre a importância de cursos de qualificação para o trabalho e educação profissional? Sobre as expectativas e os resultados que estão sendo alcançados com esses cursos do Senac... Você tem alguma sugestão?
E. Minha proposta era que eles abrissem mais cursos profissionalizantes que pudessem dar acesso ao mercado de trabalho.
P. Aqueles cursos de duração maior que você chamou de cursos técnicos?
E. Isso. Tinha que ter uma continuidade com os cursos técnicos.
P. Que cursos você acha que seriam mais interessantes para os refugiados congoleses?
E. Muitos cursos interessam para os refugiados. Mas também seria melhor depois de aprender o português. O português é a base fundamental. Como eu falei no início, eles têm que ver primeiro o grau de escolaridade; porque não podem misturar todo mundo no mesmo saco. Você não pode colocar junto numa mesma aula a pessoa que só tem ensino fundamental, outra que tem segundo grau, outra que tem ensino universitário.
P. Que nível de escolaridade o refugiado precisa ter para fazer os cursos livres?
E. Primeiro grau.
P. Para fazer os cursos técnicos ele precisa ter ensino médio?
E. Sim.
P. Aqui no Brasil, para se inscrever no curso de graduação, o que você teve que fazer? Teve que trazer documentos do Congo? Como você procedeu?
E. Os documentos foram traduzidos. Eu fiz também uma prova de entrada, um vestibular para ingressar na faculdade de direito. Porque os documentos de graduação mesmo não chegaram. O que chegou foi a documentação do Ensino Médio. Depois, pensei bem no que o mercado

podia me oferecer aqui. Porque hoje, pedagogia seria no ramo da educação... E como eu ainda falo muito mal o português eu achei melhor fazer outro curso. Preferi cursar alguma coisa que podia me colocar rapidamente no mercado de trabalho. Escolhi o turismo, porque eu já falo o francês, um pouco de inglês e de português. O direito eu fiz para mim, pessoalmente, porque eu quero entrar nesse meio. Talvez para um dia advogar nos casos dos refugiados, porque a situação dos refugiados aqui é péssima.
P. Por que você não conseguiu trazer o diploma da graduação?
E. Mandei dinheiro para o Congo. Tentaram conseguir e me enviar. Mas também tem problemas no Congo para conseguir esses documentos. Não consegui até agora. Desisti, estou cursando outra área de graduação.
P. Há outros refugiados no curso de direito da Bennet?
E. Sim.
P. Na mesma turma que você?
E. Sim, tem um na minha turma. Ele entrou na mesma época que eu. As pessoas me disseram que ele se beneficiou da bolsa 100% (cem por cento). Eu tentei e fui barrado.
P. Qual o período que está cursando atualmente no curso de direito?
E. Quarto período. São dez períodos.
P. Você sabe quando esse convênio Catitas/Bennet acabou?
E. Não sei.
P. Como você vê este problema de convênios interrompidos? Acha que em São Paulo onde há mais organizações trabalhando com os refugiados o problema talvez seja menor?
E. É uma boa pergunta. Quando minha família chegou aqui eu tive muitas dificuldades. Uma filha minha, que agora está em São Paulo, não reclama da Cáritas, porque ela chegou lá e já está fazendo informática e tem aula de português com um professor competente em outra organização. É no Sesc. Hoje minha filha está falando português; meu neto fala já português. Essas condições aqui no Rio, quem iria ter? Só tem a Cáritas.
P. Em sua opinião, é um grande problema só ter uma instituição trabalhando diretamente com refugiados no Rio de Janeiro. É isso?
E. Isso aí. Você sabe a importância de se ter concorrência. A Cáritas sabe que ela é importante e que se você não vai com eles, vai aonde? Eles estão juntos do ACNUR; o que a Cáritas fala é o que o ACNUR fala.
P. Pensa que faltam mais instituições para lidar com os refugiados no Rio... Outras organizações diferentes...
E. Falta, mesmo. O problema também está na parte do governo. No ACNUR e no governo. Porque eles não estão achando outras organizações. A "visão deles só se limita à Cáritas".
P. Em sua opinião, qual seria o melhor caminho para buscar uma solução melhor?
E. Deveria ter mais instituições cuidando dos refugiados, como a gente vê que existe em outros países. Porque aqui no Brasil acho que a única instituição é a Cáritas; se tivesse mais, não seria tão ruim quanto é hoje. Porque você volta sempre pro mesmo ponto de partida.
P. Você falou de outros países. Você já morou em outros países?
E. Sim. Algumas vezes. Por algum tempo.
P. Quais são suas maiores dificuldades na universidade?
E. Acho que as dificuldades que eu encontro todos os estudantes refugiados encontram. Transporte, material... e a língua portuguesa.
P. Você consegue entender bem o que o professor fala, consegue anotar a matéria, fazer os trabalhos escritos? Já teve problemas com isso?
E. Não. Mas eu consigo porque sou bem aplicado, porque eu quero sair, quero reverter essa situação. Você pode ver esses meninos que me seguiram no convênio do Senac. Eles souberam de mim e resolveram cursar também aquela Faculdade.

P. Na faculdade de direito você sente muita falta de não ter tido uma aprendizagem melhor do português?
E. É uma dificuldade maior, sim. Se eu tivesse uma formação com uma base boa seria mais fácil. Eu me esforço, mas mesmo assim é difícil. E tem também o português jurídico, que eu estou aprendendo junto com os outros alunos brasileiros; mas eles têm sempre vantagem. Têm palavras que não conseguem ficar na minha memória.
P. Você tem colaboração dos colegas brasileiros? Você já sofreu algum preconceito na Bennet por ser refugiado ou por ser estrangeiro?
E. Na Bennet, não. Na Bennet tenho colaboração. Mas eu sofro um pouco no Senac porque a maioria dos alunos é bem jovem (17, 18, 19 anos).
P. O que as pessoas mais lhe perguntam na faculdade? Sabem que você é refugiado? Perguntam sobre o seu país?
E. Perguntam muita coisa.
P. Você diz que é refugiado? Você fala claramente?
E. Não. Se falar aqui de refugiado já se tem um constrangimento.
P. E o que você fala quando te perguntam o que você veio fazer no Brasil?
E. Falo que cheguei. Não falo muita coisa sobre isso.
P. A Bennet permite que os estudantes utilizem livremente instalações como a biblioteca, computadores com internet? Como ela ajuda os alunos com mais dificuldade – como os refugiados – nesses aspectos?
E. A Bennet ajuda. Facilita apesar das instalações serem velhas.
P. De acordo com a lei brasileira para os refugiados você pode estudar numa universidade publica...
E. As pessoas me falam do ENEM, mas quando eu entro no site o prazo já acabou. Não sei bem como funciona.
P. Você acha que é muito difícil para um refugiado ingressar na universidade pública no Rio de Janeiro?
E. Não sei, acho que tem angolanos que se formaram. E eram refugiados também. Mas de refugiados congoleses, acho que ninguém sabe.
P. Você está trabalhando no momento?
E. Estou estagiando no escritório modelo, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na Corregedoria.
P. Há quanto tempo você está estagiando?
E. Há um mês.
P. O estágio é remunerado?
E. Ganho uma bolsa de estágio. A corregedoria tem convênio com o CIEE (*Centro de Integração Empresa Escola)*.
P. O que você já faz lá no seu trabalho?
E. Leio os processos, numero, coloco nas capas.
P. Quando você chegou ao Brasil você já falava um pouco de português?
E. Nada. Quase nada.
P. Você falou que o português é a língua mais difícil que você já aprendeu. Quais são as dificuldades com o português?
E. A pronúncia. Para o meu filho também...
P. Quantos filhos você tem aqui no Brasil?
E. Tenho 4 (quatro). Vieram do Congo para se reunir comigo.
P. Eles já falam bem o português? Aprenderam aqui?
E. Sim. Meu filho já estudou espanhol no Congo como segunda língua no Ensino Médio. Quem estuda espanhol lá tem mais facilidade com o português aqui.
P. Você estudou alguma outra língua no Congo?

E. Eu estudei inglês.
P. Pensando na estrutura da língua mesmo, o que é mais difícil no português para os refugiados congoleses aprenderem?
E. É falar direito as palavras. E conjugar os verbos.
P. E o feminino e masculino?
E. Isso *(risos)!* Para mim acho que nunca vou consertar... Falo 'a tema', 'o criança' *(risos).* Quando termina em **a,** é feminino para nós. É que o português no dia-a-dia é uma coisa, mas quando você vê nos livros já é outra. Eu falava sempre para um amigo meu: 'deixa de falar esse português da rua'. Isso não vai lhe ajudar. Ele trabalhava na obra e falava um português bem errado.
P. Aqui a gente chama de português formal e português coloquial.
E. Sim, é isso. E ele falava muita gíria. Como entrei na faculdade de direito, tenho aula de português... Preciso falar e escrever da forma certa!
P. Quais seriam as formas mais importantes, em sua opinião, para que refugiados congoleses (e outros que não falam o português) aprendam a falar e escrever na língua local de uma maneira suficiente boa para poder estudar ou se colocar no mercado de trabalho?
. Cursos de português para refugiados?
. Cursos de português para estrangeiros em geral?
. Contatos freqüentes com os brasileiros?
. Ajuda de familiares e amigos? Aprender com os que já chegaram há mais tempo?
. Outros espaços? Outras práticas?

E. Como eu já falei, tem que fazer um bom curso com um professor que domina a língua portuguesa.

P. Um refugiado que entrevistei está estudando português para estrangeiros na UERJ. Na turma dele tem outros africanos, mas ele é o único congolês, a grande maioria da turma é de alemães e ingleses. Ele é o único vindo do Congo na turma. Você acha que é melhor estudar só com congoleses ou junto com outras pessoas que falam outras línguas?

E. A diversificação também é boa. Você aprende fazendo mais esforço também. No início um curso só para os refugiados é bom, mas depois não adianta muito. Só para aprender a andar no ônibus, falar, pedir uma coisa na rua, conversar com a pessoa que aluga a casa para você, pedir informação. Então, esse curso bem inicial é bom que seja só para refugiados.
P. E o professor poderia ser um brasileiro? Daria um bom resultado neste início? Ou seria melhor se tivesse um professor brasileiro e um refugiado que ajudasse mais com as dúvidas, soubesse mais sobre as dificuldades, compartilhasse a mesma cultura dos alunos...
E. Seria melhor que o professor fosse brasileiro, professor de língua portuguesa. Talvez se pudesse juntar as duas coisas... Mas o professor tem que dominar a língua.
P. Quantos meses você acha que deveria durar a primeira etapa deste "cursinho" só para refugiados?
E. Três meses acho que seria bom, três vezes por semana. Três horas de aula.
P. E numa segunda etapa?
E. Um curso de português para estrangeiros.
P. O curso de português para estrangeiros que está começando na UERJ está na primeira turma. Tem três níveis. Acho que são dois anos, com dois semestres de básico e dois de intermediário. Sem o avançado. Você acha que seria uma boa combinação os refugiados fazerem um curso bem básico de três meses lá na Cáritas e depois entrarem no curso de quatro semestres com colegas estrangeiros de todas as línguas, aprendendo a falar e escrever?

E. Sim. Acho que conseguiriam aprender bem. A partir disso já teriam uma condição de entrar no mercado de trabalho, numa escola de Ensino Médio e alguns até numa faculdade. Sim. Isso já deveria ter sido feito antes, sem encontrar as dificuldades que a gente encontra hoje.

P. Seus filhos estão estudando aqui no Brasil?
E. Sim. Um está na oitava série. Minha filha devia entrar na segunda do ensino médio, mas não entrou.
P. Você pode explicar como é todo o procedimento para um refugiado colocar um filho em uma escola pública no Brasil - seja no ensino fundamental seja no ensino médio?
E. Para os meus filhos, fui até a secretaria estadual de assistência social e direitos humanos. Porque na Cáritas eu achei que não era bom. Lá na secretaria me deram um encaminhamento para o meu município. Fui na secretaria municipal de Duque de Caxias e me deram outro encaminhamento para a escola. Então fui até a escola municipal e logo que cheguei meu filho foi inscrito.
P. Ele não teve que fazer nenhuma avaliação para ver a equivalência dos estudos?
E. Sim. Mas deram um tempo para ele estudar português primeiro.
P. A equivalência foi feita na secretaria municipal de Duque de Caxias ou na escola?
E. Na escola.
P. E por que seu filho mais novo pode se inscrever e seu mais velho não?
E. Para o meu filho mais novo foi mais simples porque no município é ensino fundamental... Mas o outro já é estadual. O segundo grau complica mais para os congoleses. O mais velho já tinha ensino médio no Congo, mas não consegui fazer chegar aqui o diploma dele ainda.
E. Eu quis que o meu filho mais velho voltasse aqui pro Ensino Médio. Mas ele não está estudando; está trabalhando.
P. Você está tentando trazer os diplomas dos seus filhos?
E. Vamos tentar, para estudarem para o vestibular, fazerem a prova.
P. Você sabe o que é um pré-vestibular comunitário?
E. Nunca ouvi falar. Só ouvi falar do Fundec[28]·. Meu filho faz um curso de informática em Gramacho pelo Fundec.
P. Você conhece algum refugiado que faça ensino supletivo? Ensino médio noturno?
E. Quase todos os refugiados não querem estudar. Mas também não têm incentivos.
P. Você sabe que existe o programa "bolsa família" e a "bolsa escola" para os brasileiros...
E. Só sei da "bolsa família". Eu já me inscrevi no "programa bolsa família".
P. Aonde você se inscreveu?
E. Em Duque de Caxias.

---

[28] A Fundec – Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico e Políticas Sociais – reúne programas e ações do Governo Federal e possui unidades a nível estadual e municipal onde são oferecidas diversas oportunidades na área educacional, voltadas principalmente para os jovens. Em Duque de Caxias alguns refugiados conseguiram, através deste programa acesso aos "cursos de idiomas". Existe, também, um curso de atualização em língua portuguesa sobre o novo acordo ortográfico com aulas semipresenciais e, ainda, cursos de informática, de costura, pré-vestibular e oficinas livres de curta duração na área de beleza. Disponível em: <http://www.fundec.rj.gov.br/xeducacao.asp>. Acesso em: 23 jul. 2010.

ANEXO J

Políticas para refugiados no Brasil: análise atual e histórica da prática de instituições de acolhimento *(versão preliminar)*

Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios

Helion Póvoa Neto

Ademir Pacelli Ferreira

Regina Petrus

Ana Lucia Soutto Mayor

(equipe inicial)

O NIEM, Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, existe desde o ano de 2000 e funciona como grupo de pesquisa e extensão dedicado ao estudo de migrantes e refugiados e a ações em seu benefício. Integram o núcleo professores, pesquisadores, estudantes e sujeitos outros, interessados no conhecimento da realidade do refugiado e do migrante e engajados na causa da sua defesa.

O objetivo do presente projeto é o de apresentar uma proposta que reúna o **conhecimento** da realidade de instituições de recepção, acolhimento e apoio a refugiados à **atuação** no sentido do apoio da universidade a tais instituições, bem como agregar atividades **educativas** envolvendo refugiados, professores e estudantes. Para tal, pretende-se partir do saber e da prática já acumulados pelas instituições referidas, rumo a uma contribuição que possa reforçar a atuação já existente e sugerir também, se e quando for o caso, alternativas viáveis.

Pesquisa:

Desde a criação do Conare – Comitê Nacional de Refugiados, em 1997, o governo brasileiro conta com uma política explícita de acolhimento para refugiados e solicitantes de asilo, sejam aqueles que chegam espontaneamente ao território brasileiro, sejam aqueles envolvidos em projetos de reassentamento em terceiros países. Diversas têm sido as organizações não-governamentais, religiosas, caritativas, acadêmicas que vêm se dispondo a atuar em parceria com o Governo Federal e com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) no sentido do apoio e do conhecimento da realidade social dos refugiados no país.

Sendo tais ações muitas vezes dispersas e ainda pouco reconhecidas pela sociedade brasileira – como de resto a própria problemática dos refugiados goza de insuficiente reconhecimento social no país – parece relevante conhecer e analisar a história das instituições citadas e sua prática social, o que representaria um primeiro passo para saber com o que se conta, no campo institucional, em termos da assistência ao refugiado.

O conhecimento das instituições de acolhimento é particularmente valioso para a análise das políticas para refugiados no Brasil, uma vez que algumas destas instituições precederam a

política oficial nesse campo. Atuaram na recepção e acolhimento de exilados e refugiados antes mesmo que o governo brasileiro reconhecesse a importância disso e aderisse à causa da defesa dos que necessitam de refúgio. Tais instituições possuem, assim, um cabedal de saberes e práticas acumulados que as transformam em referência básica para o estudo do desenvolvimento histórico e da atualidade da política para refugiados no Brasil.

Inicialmente, a pesquisa tomará como caso de estudo a atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, que atua junto aos refugiados desde a década de 1970 e, mais particularmente, a Casa do Refugiado, localizada no bairro do Quitungo, Rio de Janeiro, em funcionamento desde [...].

Optar por um estudo de caso como esse justifica-se pela necessidade de melhor compreender como princípios e diretrizes gerais voltados ao acolhimento dos refugiados se traduzem na prática cotidiana do trato com estes sujeitos. O objetivo do presente projeto é conhecer e intervir sobre sobre essa realidade, de forma atenta às práticas existentes, buscando interagir com as mesmas e atender às solicitações dos refugiados e das equipes que já atuam junto aos refugiados.

Extensão e Ensino:

Adotando o princípio de que a universidade pública deve atuar nos campos de pesquisa, extensão e ensino, de forma integrada, o projeto prevê uma interseção e uma retroalimentação entre pesquisa e prática. As atividades deste item existem, assim, também como produtoras de conhecimento, da mesma forma que a pesquisa propõe e sugere formas de intervenção. As ações descritas poderão também servir à capacitação de jovens pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação.

As atividades de intervenção, no campo de extensão e ensino, são as seguintes:

Atendimento psicológico. Consistirá em apoio especializado no sentido do enfrentamento da perda dos referenciais da terra de origem, de recuperação frente aos possíveis traumas do deslocamento e da violência sofrida e de integração à nova terra de acolhida, numa perspectiva de participação no processo terapêutico. O atendimento contará com o apoio de Instituto de Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Serviço de Psiquiatria do Hospital Pedro Ernesto. O responsável será o professor da UERJ Ademir Pacelli Ferreira (doutor em Psicologia Clinica pela PUC-Rio)

Atividade de valorização da identidade e de recuperação da tradição oral dos refugiados. Consistirá em práticas de recuperação das tradições orais de origem dos refugiados, valorizando suas identidades e propondo formas de interação face ao contexto brasileiro, numa perspectiva de abertura à reconstrução identitária e territorial. A responsável será a professora da UFRJ Regina Petrus (mestre e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ).

Atividade de capacitação e aperfeiçoamento da expressão oral e escrita em português. Consistirá em atividades didáticas de familiarização, aprendizagem e aperfeiçoamento em língua portuguesa, desenvolvimento de habilidades de compreensão e expressão oral e escrita, numa perspectiva de comunicação das formas de expressão do idioma nativo com o

português. A responsável será a professora da UFRJ Ana Lucia Soutto Mayor (doutora em letras pela UFF).

Atividade didática de familiarização e interação com a sociedade e a cultura brasileira. Consistirá em atividades didáticas de apresentação da realidade do Brasil como país de imigração e recepção de refugiados e nação etnicamente diversa. Também será enfocado mais especificamente a cidade do Rio de Janeiro como espaço urbano complexo, abordando sua formação histórica e sua estruturação territorial. A perspectiva adotada caminha no sentido de capacitar os refugiados a um melhor reconhecimento das características sociais e culturais da cidade e do país onde se encontram, visando uma integração ativa à sociedade brasileira. O responsável será o professor da UFRJ Helion Póvoa Neto (doutor em Geografia Humana pela USP).

Esses campos de atuação funcionarão integrados entre si. Além disso, como são atividades já desenvolvidas no âmbito da Cáritas e da Casa do Refugiado, a equipe do projeto atuará sempre em parceria com os profissionais que as desenvolvem presentemente, considerando a prática acumulada e atuando conforme as solicitações dos mesmos.

Concluindo, cabe assinalar que esta é uma proposta aberta a sugestões de aprimoramento e adequação por parte das instituições parceiras. Pretende-se também apresentá-la ao CNPq, na forma de projeto de pesquisa, como forma de possível acesso a financiamento. Para tal, deverá ser feito maior detalhamento e a equipe responsável poderá ser ampliada, com a adesão de outros profissionais e estudantes habilitados a colaborar nas atividades já descritas ou mesmo a ampliar o âmbito das mesmas.

ANEXO K

Ministério da Saúde
Hospital dos Servidores do Estado

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FILHOS DE REFUGIADOS E/OU IMIGRANTES: CONTRIBUIÇÃO DO AMBULATÓRIO SEM FRONTEIRAS DO SERVIÇO DE PEDIATRIA DO HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO – RIO DE JANEIRO.

2008

Pesquisadora responsável:

JULIÈNNE CRUZ MARTINS

Equipe de pesquisa:

ANA BEATRIZ ROCHA BERNAT

ANGELA MARIA LA CAVA

GIL SIMÕES BATISTA

IVANA REGINA BASTOS MONTEIRO

JULIANA DE LIMA LYRA

LETÍCIA WIGG DE ARAÚJO

LUCIANA MENDONÇA PEREIRA

RITA DE CÁSSIA CRISTINO MARCOS

Colaboradora:
MARIA REGINA PETRUS TANNURI *

Recorte apresentado a seguir: por Regina Petrus – colaboradora.

Formas de colaboração e participação como mediadora:

- Informar a equipe do projeto sobre: a problemática do refúgio em geral e no Brasil; sobre o grupo específico no Rio de Janeiro.

- Trazer as informações sobre a designação do HSE como hospital de referência para atendimento aos refugiados pelo Ministério da Saúde / avaliar a necessidade de novas práticas no hospital/ sensibilizar o grupo para a construção do projeto na Pediatria e auxiliar na parceria escolhida para a primeira etapa/ realizar palestras sobre os refugiados no Rio de Janeiro e sobre os grupos especificados para o projeto inicial/ ajudar nos contatos e na solução de problemas na comunicação com a associação indicada para a co-organização do atendimento.

- Colaborar na redação do projeto para sua aprovação no conselho interno do hospital e redigir introdução e justificativa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3. JUSTIFICATIVA

4. METODOLOGIA

4.1. LOCAL DO ESTUDO

4.2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

4.3. COLETA DOS DADOS

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

4.5 MOMENTO ÉTICO

5. CRONOGRAMA

6. REFERÊNCIAS

7. ANEXOS

7.1. FICHA PARA COLETA DE DADOS EPIDEMIOLÓGICOS E CLÍNICOS

7.1.1 Ficha para coleta de dados epidemiológicos e clínicos para crianças menores de 10 anos

7.1.2. Ficha para coleta de dados epidemiológicos e clínicos para adolescentes com idade de 10 a 18 anos

7.1.3. Ficha para coleta de dados de imunização

7.1.4. Ficha para coleta de dados antropométricos

7.1.5. Ficha para coleta de dados da consulta de seguimento das crianças

7.1.6. Ficha para coleta de dados da consulta de seguimento dos adolescentes

7.1.7. Ficha para coleta de dados da entrevista social

7.1.8. Termo de consentimento livre e esclarecido

PROJETO SERVIÇO PEDIATRIA HSE – CRIANÇAS/ADOLESCENTES FILHOS DE REFUGIADOS VINDOS DO CONGO E DE ANGOLA

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma iniciativa do Serviço de Pediatria do Hospital dos Servidores do Estado (HSE). Tem como objetivo geral a construção e a descrição dos perfis clínico, epidemiológico, psicológico e sociocultural de crianças e adolescentes filhos de pai e/ou mãe refugiados e/ou imigrantes, provenientes dos seguintes países: Angola, República Democrática do Congo e Congo Brazzavile. O público-alvo do estudo é composto por crianças e adolescentes nascidos nos países acima indicados (que migraram em companhia dos pais ou vieram posteriormente para o Brasil) e por aqueles já nascidos aqui – todos residindo atualmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O projeto compreende um conjunto de ações desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar que visam um atendimento integral à saúde das crianças e adolescentes acima referidos. O projeto foi concebido a partir do entendimento de um grupo de profissionais do Serviço de Pediatria do HSE sobre a necessidade de se realizar um trabalho diferenciado e adequado às características particulares desse grupo de crianças e adolescentes e suas necessidades específicas no campo da saúde.

Já havia por parte de alguns integrantes do grupo, ainda que de forma muito geral, o conhecimento do fato do HSE ter sido designado por parte do Ministério da Saúde (no âmbito de suas ações como integrante do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE) para ser o primeiro Hospital de Referência na atenção à saúde dos refugiados no Rio de Janeiro. Contudo, para além do conhecimento desta atribuição mais geral designada para o hospital, o projeto nasceu e foi elaborado em função de um particular interesse e preocupação do grupo de profissionais em realizar um trabalho que integrasse pesquisa, ensino e assistência na saúde – objetivos inerentes a um hospital geral de nível terciário como o HSE – e que oferecesse um atendimento de qualidade a partir de uma organização cuidadosa e apropriada para o grupo de crianças e adolescentes em questão.

A justificativa do projeto será desenvolvida mais adiante em item específico. A seguir apresenta-se de forma breve o contexto mais amplo em que este projeto se insere, com vistas a possibilitar melhor avaliação de sua relevância.

Cerca de 31 milhões de refugiados encontram-se hoje sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Esse número abrange aqueles que vivem fora de seus países de origem, os deslocados internos, os retornados que ainda precisam de proteção e os que ainda aguardam a obtenção do estatuto jurídico de refugiado solicitado.

A maioria dos refugiados é proveniente de países africanos e asiáticos, sendo mais de 80% mulheres e crianças. A África é atualmente o continente que mais tem gerado refugiados em função de questões étnicas, políticas e econômicas que alimentam conflitos armados e produzem situações de guerra generalizada. As regiões de maior recepção de refugiados transferiram-se da Europa para outras áreas do mundo. A grande maioria dos refugiados concentra-se em países pobres, principalmente nos campos de refugiados que são instalados precariamente nas áreas fronteiriças àquelas de onde fogem massas de deslocados compulsórios.

O Brasil participa a aproximadamente cinquenta anos do esforço humanitário internacional de proteção e acolhimento aos refugiados. Ainda que em termos numéricos acolha um número relativamente reduzido de refugiados (ver tabelas abaixo), é considerado internacionalmente como um país que possui uma das legislações mais avançadas do mundo para a proteção, acolhimento e integração de refugiados

BRASIL - Nacionalidades com maior representatividade de refugiados.
Junho de 2008 – Fonte: CONARE

Angola	1686	43,3%
Colômbia	528	13,5%
República Democrática do Congo	301	7,7%
Libéria	259	6,6%
Iraque	165	4,2%

Rio de Janeiro - Nacionalidades com maior representatividade de refugiados.
Junho de 2007 – Fonte: Cáritas - RJ

ANGOLA	1301	71%
CONGO	153	8%
COLOMBIA	132	7%
LIBERIA	101	5%
OUTROS	154	9%

Em uma perspectiva histórica, a construção da proteção aos refugiados teve seu ponto de partida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que assim determina:

> "Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Assegurou-se, por tal princípio, o direito fundamental à vida, à segurança, e a integridade a todas as pessoas" (Declaração Universal de 1948; art.14: I).

O Brasil é signatário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (Genebra/ 1951) - instrumento jurídico internacional que define em caráter universal a condição de refugiado e explicita seus direitos e deveres. Em seu artigo 1º a Convenção define:

> "(...) **o termo refugiado se aplicará** a qualquer pessoa que com fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele".

Em meados dos anos oitenta, vários países adotaram a chamada "definição ampliada de refugiado", tal como estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984. O Brasil é um dos países signatários da Declaração que assim determina:

> "Considere-se também como refugiados as pessoas que fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, ou agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública."

A Carta Constitucional Brasileira de 1988 é reconhecida como um instrumento de grande avanço para o acolhimento dos refugiados por ter adotado como um de seus princípios a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A Constituição determina que "*... os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil terão tratamento igualitário, e lhes serão assegurados todos os direitos que a própria Constituição proclama".*

Para além dos direitos constitucionais o Brasil aprovou em 1997 a Lei que implementa o Estatuto dos Refugiados – lei 9.474/97. Esta lei criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) [29] e instituiu, dentre outras determinações, a concessão de documento de trabalho e **a abertura à implementação de políticas públicas para a integração dos refugiados.**

Segundo Milesi (2005) é possível afirmar que somente a partir da metade dos anos noventa o Brasil vai construir e implementar uma política efetiva para os refugiados, uma vez que até aquele período o apoio aos refugiados se realizava através de autorização para a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em território brasileiro.

> "(...) A aprovação da Lei 9.474/97 representou, portanto, um marco histórico na legislação de proteção aos direitos humanos e o compromisso do Brasil com o tema e a causa dos refugiados. (...) A Lei 9.474/97, além de ser um avanço no Direito Internacional dos Refugiados, constituiu-se também numa política pública de amplo significado nesta causa. O amadurecimento da temática e o debate sobre a importância do acesso dos refugiados à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, ao lazer, significa que o Brasil vem reconhecendo, em termos legais e teóricos, a necessidade de implementação de políticas públicas específicas e a possibilidade de acesso dos refugiados às políticas existentes, conforme a disposição constitucional de tratamento paritário entre nacionais e estrangeiros residentes no país." (MILESI, 2005, p.p.xxx)

[29] www.mj.gov.br/conare

2. JUSTIFICATIVA

A partir do que foi exposto sobre a proteção e a assistência aos refugiados no Brasil depreende-se a garantia em termos legais do acesso aos serviços públicos de saúde. O Ministério da Saúde, na qualidade de membro do CONARE, construiu uma política própria para a Atenção Integral à Saúde do Refugiado, de acordo com as especificidades estruturais e o princípio de equidade e universalidade do Sistema Único de Saúde. No conjunto de ações para a implementação desta política, o Hospital dos Servidores do Estado foi designado, em 2006 [30], como centro de referência na atenção à saúde dos refugiados no Rio de Janeiro.

O projeto do Serviço de Pediatria ora apresentado significa uma experiência pioneira na assistência a refugiados no Brasil. Seja por sua abordagem interdisciplinar, seja por integrar atividades de pesquisa com práticas de atendimento médico e psicossocial. Acredita-se que o presente projeto vem concretizar no espaço do HSE – enquanto um centro de referência – ações eficazes e inovadoras na prevenção e promoção da saúde das crianças e adolescentes em foco.

Destaca-se que a importância da formação de uma equipe multidisciplinar para elaboração e execução do projeto vincula-se à própria complexidade da situação de refúgio. Os refugiados são pessoas que foram forçadas a fugir de sua terra natal por recearem pela sua vida e liberdade, abandonando casa, bens, família e rompendo vínculos referenciais com lugares e pessoas. Principalmente nos primeiros tempos de vida no país de acolhida, os refugiados precisam de atenção e cuidados especiais.

> "(...) Ao chegar a um novo país, as dificuldades que enfrentam não se limitam à nova cultura, ao idioma e aos costumes. Não raro, chegam em situação de pobreza, emocionalmente abalados, às vezes doentes e sem perspectiva de como reestruturar sua vida." (MILESI, 2008. p.p.xxx)

Araujo (2003) destaca que os refugiados precisam enfrentar muitos desafios nos países ditos de acolhimento, tais como: o desafio de se sentir em segurança; o desafio de ser aceito no novo espaço de vida - o refugiado precisa ser incluído nas novas relações sociais que irá estabelecer; o desafio de garantir a sua existência legal perante a sociedade - o refugiado precisa ter um documento de identidade no país que o recebe; o desafio de manter suas crenças religiosas e de preservar seu patrimônio cultural; o desafio linguístico – o refugiado vive cotidianamente no novo país o desafio de se fazer entender e o de entender as pessoas; o

[30] Informações no site <www.ms.gov.br>. Busca: refugiados; oficinas de saúde; HSE.

desafio de conseguir um trabalho e poder manter-se sem depender financeiramente da ajuda das instituições responsáveis pela proteção, acolhimento e integração no novo país; **o desafio de ter acesso ao progresso educacional e à assistência à saúde.**

Na busca de soluções duradouras que favoreçam a integração dos refugiados nos países de acolhida, governo e sociedade civil têm que promover o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas. No Brasil, mesmo com os avanços legais no que se refere à proteção e à igualdade de acesso dos refugiados às políticas públicas em geral, a inserção social dos refugiados é extremamente precária e marcada por dificuldades concretas de diversas naturezas para o acesso efetivo aos serviços públicos - entre eles os do setor de saúde.

Assim, a construção de um projeto que inclui em sua estrutura **ações com refugiados no interior de uma instituição pública hospitalar** pode representar uma forma de legitimação dos preceitos conquistados na Constituição de 1988 e na Lei 9472/97.

A partir desta percepção este projeto propõe um estudo acerca das características desta população para posterior transmissão de suas conclusões às demais esferas do SUS.

Com esta perspectiva a Pediatria do HSE construiu um serviço específico para atendimento ao já referido grupo de crianças e adolescentes. Tal serviço de atendimento foi denominado pela equipe que o integra de "**Ambulatório Sem Fronteiras**". O atendimento já está em funcionamento desde 10 de julho de 2008. O trabalho é realizado por uma equipe interdisciplinar/multiprofissional: 1 (um) Pediatra; 1(um) médico residente de Pediatria Geral – atendimento clínico + exames (hemograma, EAS, parasitológico – no mesmo dia); 2 (dois) Assistentes Sociais (atendimento de todas as famílias); 1 (um) Psicólogo (atendimento de mães, crianças e adolescentes); 2 (dois) Internos de medicina (educação em saúde).

Em uma primeira etapa o projeto se desenvolve com o atendimento de crianças e adolescentes vinculados à Comunidade Ango-Congolesa no Brasil (CACB). A CACB é uma associação registrada como uma ONG, fundada em 2006, com sede em Duque de Caxias, que congrega **refugiados e imigrantes** provenientes de Angola, da República Democrática do Congo e do Congo Brazzaville, abrangendo famílias que residem na região metropolitana do Rio de Janeiro.

As crianças são encaminhadas para o atendimento a partir de organização e cadastramento realizados pela própria associação – mas sempre em consonância com as determinações e critérios definidos pela equipe do projeto e discutidos em reuniões com representantes da CACB.

A decisão de atender em uma primeira fase do projeto crianças e adolescentes vinculados a uma associação de imigrantes que inclui e apoia refugiados teve fundamentalmente um caráter operacional, em função da necessidade de organização do atendimento segundo os parâmetros de trabalho definidos pela equipe (cadastramento, encaminhamento adequado das crianças, informação dos pais, etc.), bem como do limite da capacidade de atender a certo número de crianças com a qualidade e os objetivos definidos e almejados. Além disso, angolanos e congoleses representam atualmente mais de 80% dos refugiados registrados na Cáritas Arquidiocesana Rio de Janeiro – organização que trabalha em parceria com o ACNUR e o CONARE e é responsável pelo Programa de Atendimento aos Refugiados. [31]

Em médio e longo prazo planeja-se uma ampliação do público-alvo do projeto estendendo-se o atendimento a um número maior de crianças e adolescente filhos de refugiados e imigrantes integrantes de outros grupos – inclusive de outras nacionalidades-, residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A ampliação do público-alvo e as especificidades do atendimento serão definidas em função dos resultados e da avaliação do atendimento no Ambulatório sem Fronteiras.

[31] A presença mais significativa de refugiados e imigrantes africanos no Rio de Janeiro ocorre a partir dos anos 90. Dos 3.889 refugiados de 71 nacionalidades diferentes que hoje vivem no Brasil, quase 80% são africanos, vindos principalmente de Angola e da República Democrática do Congo. Entre os africanos o maior número ainda é de angolanos: 1686 ao todo (43,3%). Mais recentemente, cresceu a presença dos congoleses, o que continua se acentuando. Dados oficiais do MJ indicavam em junho de 2008 um total de 301 refugiados congoleses (7,7%). Segundo a mesma fonte, o número de solicitações para refúgio feitas por estrangeiros vindos da República Democrática do Congo (RDC) no último ano superou as demandas dos colombianos. Desde janeiro de 2008, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério da Justiça, recebeu 71 pedidos de pessoas que alegaram fundado temor de perseguição no país africano. Fonte: Seleção de dados e informações em diversas fontes. Destaque para os dados obtidos no site <www.mj.gov.br>.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Descrever os perfis epidemiológico, clínico, psicológico e sócio-cultural de crianças e adolescentes filhos de pai e/ou mãe refugiados e/ou imigrantes, provenientes dos seguintes países: Angola, República Democrática do Congo e Congo Brazzaville.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar o crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes, identificando os distúrbios nutricionais.
- Descrever os agravos à saúde das crianças e adolescentes atendidos no Ambulatório Sem Fronteiras.
- Realizar os diagnósticos das condições de saúde das crianças e adolescentes atendidos no Ambulatório Sem Fronteiras.
- Intervir nos diagnósticos das condições de saúde detectados nas crianças e adolescentes atendidos no Ambulatório Sem Fronteiras.

4. METODOLOGIA

O projeto será realizado através de estudo quantitativo, longitudinal, descritivo, prospectivo, baseado no acompanhamento de crianças e adolescentes - menores de 19 anos de idade, filhas de pai e/ou mãe refugiados e/ou imigrantes angolanos e congoleses, nascidas no Brasil ou em Angola, na República Democrática do Congo e no Congo Brazzavile, residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - no ambulatório de Pediatria do Hospital dos Servidores do Estado (HSE), **denominado Ambulatório Sem Fronteiras.**

4.1. LOCAL DO ESTUDO

O estudo será realizado no Hospital dos Servidores do Estado – Ministério da Saúde, localizado no município do Rio de Janeiro.

O HSE é um hospital geral de nível terciário com o objetivo de realizar pesquisa, ensino e assistência na saúde.

A unidade pediátrica do HSE é composta por ambulatórios de pediatria geral e de especialidades pediátricas como doenças infecto-parasitárias, pneumologia, alergia, cardiologia, dermatologia, neurologia, nefrologia entre outros, e por enfermarias de pediatria, com 33 leitos. O hospital também possui uma unidade de tratamento intermediário, com 12 leitos.

O HSE contém uma estrutura desenvolvida de suporte diagnóstico, constituída por laboratórios de hematologia, imunologia, virologia, bacteriologia, entre outros, e por um serviço de radiologia equipado com aparelhos de raios-X, ultrassonografia e tomografia computadorizada.

4.2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

O estudo incluirá crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade, filhas de pai e/ou mãe refugiados e/ou imigrantes angolanos e congoleses, nascidas no Brasil ou em Angola, na República Democrática do Congo e no Congo Brazzavile, residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

4.3. COLETA DOS DADOS

4.4. COLETA DOS DADOS .....

4.5. MOMENTO ÉTICO

O estudo será realizado em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sobre a Pesquisa com seres humanos. Os responsáveis pelos sujeitos serão informados: sobre a pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice), que assinarão caso participem da pesquisa; sobre sua autonomia e que a qualquer momento poderão retirar seu consentimento, sem prejuízo da comunidade de seu atendimento na unidade de saúde; bem como sobre o anonimato.

5. CRONOGRAMA

- **Primeiro Semestre de 2008:**

Atividades	Maio	Junho
Leituras sobre a temática		
Atendimentos às Crianças e Adolescentes		
Reunião com a Equipe de Profissionais envolvidos no Projeto		

- **Segundo semestre de 2008:**

Atividades	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Leituras sobre a temática						
Atendimentos às Crianças e Adolescentes						
Reunião com a Equipe de Profissionais envolvidos no Projeto						

- **Primeiro semestre de 2009:**

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Leituras sobre a temática						
Atendimentos às Crianças e Adolescentes						
Reunião com a Equipe de Profissionais envolvidos no Projeto						
Avaliação do Projeto						
Retorno do atendimento						

ANEXO L

Quadro de dados com base em atendimentos do Serviço Social no Projeto Ambulatório sem Fronteiras.

- Período do atendimento: **julho de 2008 a fevereiro de 2009.**

- A pesquisa atingiu dez famílias de origem congolesa, somando um total de 29 pessoas (crianças, pais e mães) atendidas pelo Serviço Social.

- Das 13 crianças atendidas, sete são nascidas no Brasil, quatro nascidas no Congo e uma não teve a nacionalidade declarada.

- Dos 16 responsáveis (pai ou mãe) atendidos, 14 são congoleses. Uma mãe é angolana casada com congolês e um pai possui dupla nacionalidade (angolano/congolês).

	Nome * (da criança)	**Idade**	**Nasceu no Brasil**	**Filiação**	**Documentos regularizados**	**Responsável***	**Nacionalidade do responsável**	**Residência - RJ**	**Quando veio para o Brasil**
1	Menino	2 a	não	N/P	sim	Pai e Mãe	Congolês(a)	Gramacho, Duque de Caxias	2 anos (pai) 1 ano (mãe)
2	Menina **	4 a	sim	N/P	sim	Mãe	Congolês(a)	Brás de Pina, Rio de Janeiro	2 anos
3	Menino **	6 m	sim	N/P	sim	Mãe	Congolês(a)	Brás de Pina, Rio de Janeiro	2 anos
4	Menina	1 a	não	N/P	sim	Mãe	Congolês(a)	Brás de Pina, Rio de Janeiro	N/P
5	Menina ***	5 a	não	N/P	sim	Mãe	Congolês(a)	Gramacho, Duque de Caxias	2 anos
6	Menina ***	1 a	sim	N/P	sim	Mãe	Congolês(a)	Gramacho, Duque de Caxias	2 anos
7	N/P	15 a	não	N/P	sim	Pai	Angol./congolês filho congolês	Jardim Real, Duque de Caxias	15 anos
8	Menino	6 a	sim	N/P	sim	Pai	Congolês(a)	Engenho Porto, Duque de Caxias	16 anos
9	N/P	12 a	sim	N/P	sim	Mãe	Angolana/ casada com congolês	Engenho Porto, Duque de Caxias	16 anos
10	N/P ****	4 a	N/P	N/P	N/P	Pai e Mãe	Congolês(a)	Gramacho, Duque de Caxias	N/P
11	N/P ****	12 a	não	N/P	N/P	Pai e Mãe	Congolês(a)	Gramacho, Duque de Caxias	N/P
12	Menina	1 a	sim	N/P	N/P	Mãe	Congolês(a)	Gramacho, Duque de Caxias	14 anos (pai) 2 anos (mãe)
13	Menina	1 a	sim	N/P	sim	Mãe	Congolês(a)	Brás de Pina, Rio de Janeiro	3 anos

* O nome das crianças e dos responsáveis é referido como consta no quadro
** irmãos
*** irmãos
**** irmãos
N/P: Não Preenchido

ANEXO M

ESTATUTO DA

COMUNIDADE ANGO-CONGOLESA NO BRASIL

CACB

2º Ofício - Duque de Caxias - Rj
Registro PJ Ac. 0,14 Total: 101,10
Emi 69,68 20% 13,97
Def/Imp 6,98 Dist 2,12 Munic 8,01
Duque de Caxias , 21/01/2008

TITULO I

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, ABRANGENCIA, PRINCIPIOS E FINALIDADES

SEÇÃO I

DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º. A Comunidade Ango-Congolesa no Brasil – CACB, fundada em 13de março de 2006, com sede provisória na rua Fidelis Orlando Medeiros nº 1574 casa 14 – bairro do Gramacho. , Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.035-170 é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, com tempo de duração indeterminado, autonomia administrativa, financeira e política exercida na forma deste Estatuto, da Lei Civil e da Constituição Federal.

SEÇÃO II

DA ABRANGENCIA E PRINCIPIOS

Art. 2º. O CACB abrange todos os africanos residentes no Estado do Rio de Janeiro oriundos do Congo Democrático, Congo Popular e Republica de Angola e reúne, em juízo ou fora dele, todos os associados, desenvolvendo suas atividades seja na dimensão individual, seja na dimensão da defesa coletiva.

§ Único. Ressalva o Estatuto que as citações das ações judiciais individuais, que tratem exclusivamente de direitos individuais dos integrantes do CACB estranhos às finalidades deste estatuto, só se dará em nome do associado, não podendo a citação da associação, na pessoa de seu representante legal, suprir a citação pessoal do associado.

Art. 3º. O CACB tem como princípio a defesa de um modelo associativo sem privilégios, não vinculado a qualquer partido político ou organização religiosa, com benefícios exclusivamente proporcionais às contribuições dos associados; e não fará, no desempenho de suas atividades, distinção quanto à raça, etnia, religião, gênero, classe social e orientação sexual, ou qualquer outra forma de discriminação.

1º OFÍCIO - REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
FAUSTO SIMÕES VIEIRA FILHO
OFICIAL
D. CAXIAS - RJ

22214 /

SEÇÃO III

DAS FINALIDADES

Art. 4°. A finalidade principal do CACB é a defesa coletiva, em juízo ou fora dele, e a congregação de seus associados para a defesa dos interesses dos congoleses e angolanos de promover paralelamente atividades de caráter social, cultural, desportivo, assim como defender o meio ambiente ou qualquer outro interesse coletivo ou difuso, realizando o direito essencial à uma qualidade de vida sadia.

§ Único. Constituem finalidades do CACB, dentre outras que não atentem contra os princípios norteadores:

I – representação e defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, individuais e coletivos dos associados, perante qualquer dos poderes, em todos os níveis e instancias;

II – participação, intervenção e reivindicação em todas as áreas e manifestações relativas aos interesses dos associados;

III – legitimação para impetração de mandado de segurança, inclusive o coletivo, ação civil publica, mandado de injunção e outros instrumentos objetivando o resguardo dos direitos coletivos e difusos dos associados;

IV - celebração de acordos, convênios e contratos objetivando a realização dos interesses de seus associados;

V - participação em programas dos poderes públicos e entidades privadas, visando estruturar o CACB, assim como promoção de eventos que visem informar os associados sobre seus assuntos;

VI – Desenvolver atividades de cunho beneficente, filantrópico, cultural, educacional, social, recreativo e de bem estar coletivo sem fins lucrativos e sob autonomia financeira e administrativa do CACB;

VII - Defender a autenticidade das tradições dos povos africanos;

VIII – Promover a participação dos seus membros em eventos nacionais e internacionais relativos aos seus objetivos de forma a permitir intercambio de ações, ampliando a perspectiva de seus associados e as entidades congêneres;

IX – contratar serviços em proveito dos associados;

X – Promover o desenvolvimento dos cidadãos de ambos os paises através de projetos elaborados pelo CACB criando relação amistosa de intercambio cultural e mutuo conhecimento entre os ango-congoleses e brasileiros;

CAPITULO II

DA ADMISSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

SEÇÃO I

Segurança com Garantia

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
FAUSTO SIMÕES VIEIRA FILHO
OFICIAL
D. CAXIAS - RJ

22214 /

- DOS ASSOCIADOS

Art. 5º. Poderão ser associados todos os congoleses, angolanos e afrodescendentes residentes no Estado Rio de Janeiro maiores de 16 anos.

Art. 6º. Os associados são classificados nas seguintes categorias:

a) sócio fundador: todos os que participaram do ato de fundação e participação da Assembléia Geral do CACB;

b) sócio efetivo: são aqueles de qualquer nacionalidade tendo grau de parentesco com qualquer sócio efetivo.

SEÇÃO II

DA ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 7º Serão admitidos como associados todos os africanos e afrodescendentes, que requeiram sua admissão, comprometendo-se a cumprir o Estatuto, seus princípios e finalidades.

§ Único. A qualidade de associado é intransmissível.

SEÇÃO III

DA SUSPENSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 8º. Terá suspenso direito de votar e ser votado, assim como os demais direitos decorrentes da qualidade de associado, todo aquele que:

I – deixar de pagar até três contribuições regulares, injustificadamente, após 10 dias contados da data da notificação escrita;

II – por ação ou omissão ferir a imagem do CACB;

III - o administrador que se ausentar das reuniões administrativas, sem justificativa, por três vezes seguidas ou quatro intercaladas sempre a juízo de 2/3 dos presentes em Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim.

IV- fica assegurado o direito de participar das assembléias e os debates nela contido.

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - FAUSTO SIMÕES VIEIRA FILHO OFICIAL - D. CAXIAS - RJ -

§ Único. Terá suspenso o direito de associado aquele que se candidatar a qualquer cargo político, pelo prazo de 6 (seis) meses antes do pleito, ou o diretor que assumir

qualquer cargo político, durante o exercício de mandato na CACB. Neste último caso, após o afastamento das atividades de índole política, poderá retornar ao cargo na CACB.

22214 /

SEÇÃO IV

DA EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 9º. Será excluído:

I – o associado que atentar contra os princípios norteadores do CACB ou suas finalidades, ou que praticar ato ou omissão que o desabone perante o CACB, a juízo da Assembléia Geral;

II – descumprir as determinações da Assembléia Geral;

III – Utilizar a marca ou o nome da CACB em proveito próprio;

IV – o administrador que atentar contra os princípios norteadores do CACB ou suas finalidades ou que praticar ato ou omissão que o desabone perante o CACB; ou que não cumprir as funções para as quais foi eleito;

V – que dilapidar ou mau versar o patrimônio do CACB;

VI – os que solicitarem seu desligamento ao CACB;

§ Único . Considera-se diretor qualquer membro da Diretoria ,Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, no caso de sua exclusão, será chamado a ocupar o cargo vacante outro associado eleito em Assembléia Geral.

SEÇÃO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 10º. São direitos dos associados:

I – aderir e participar dos planos, programas, eventos e benefícios organizados e promovidos pelo CACB, desde que não esteja suspenso, nos moldes do art. 8º deste Estatuto;

II – tomar parte nas reuniões da Diretoria e Assembléias, nesta com direito de voto, desde que estejam adimplentes com suas contribuições ate a data da Assembléia;

III – se elegível, candidatar-se a compor chapa, nos moldes do Título IV, deste Estatuto;

REGISTRO DE PESSOAS - 2º OFÍCIO - FAUSTO SIMÕES VIEIRA FILHO OFICIAL - D. CAXIAS - RJ

Bijouanga Wa Bouanga

IV – convocar Assembléia Geral Extraordinária dos Associados, desde que solicitem a Diretoria, por escrito, através de exposição de motivos, assinada no mínimo por 1/5 (um quinto) dos sócios que não estejam suspensos, nos moldes do art. 8º, deste Estatuto;

V – apresentar e defender sugestões e propostas que se relacionem com os objetivos do CACB, assim como interpor recursos a Diretoria e à Assembléia Geral;

VI – auxílio em caso de falecimento, casamento, doença e batismo extensivo aos seus dependentes.

§ Único. Os associados não responderão subsidiariamente por compromissos assumidos em nome da CACB. Apenas os diretores da CACB, no seu dever de prestação de contas, caso não logrem aprovação da Assembléia Geral, responderão com seu patrimônio, subsidiariamente, por eventuais danos provocados ao patrimônio da CACB.

Art. 11º. São deveres dos associados:

I – respeitar e cumprir este Estatuto, bem como quaisquer regulamentos e resoluções que forem baixados pela Assembléia Geral dos Associados, e pela Diretoria cooperando sempre, direta ou indiretamente para seu progresso;

II – pagar, pontual e mensalmente, as contribuições financeiras devidas a CACB;

III – exercer com empenho e dedicação as funções para as quais tenha sido eleito ou nomeado, na forma deste Estatuto;

IV – comparecer às convocações dos órgãos da CACB;

V – defender, divulgar e atuar sempre em prol da difusão dos valores e princípios da CACB.

Parágrafo Único. As contribuições feitas durante sua participação como membro não serão reembolsáveis na ocasião de desligamento.

22214 /

Bujavança wa Bujavança

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - 2º OFÍCIO - D. CAXIAS - RJ
FAUSTO SIMÕES VIEIRA FILHO OFICIAL

TITULO II

22214 /

DA ORGANIZAÇÃO DA CACB

Art. 12. A CACB está organizada em:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Conselho Consultivo.

CAPITULO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - FAUSTO SIMÕES VIEIRA FILHO OFICIAL - D. CAXIAS - RJ

Art. 13º. A Assembléia Geral é o órgão máximo da CACB, podendo discutir, deliberar e votar sobre qualquer assunto do interesse da CACB. A Assembléia Geral é constituída por todos os associados regularmente registrados na CACB, em gozo dos seus direitos de associado.

§1º. A Assembléia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por publicação nos meios de divulgação disponíveis, sempre com a antecedência mínima de (10) dez dias. Em primeira convocação a Assembléia Geral só deliberará com presença mínima da maioria dos associados, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer numero.

§ 2º. Para deliberar sobre destituição de diretores (§ 3, V) e sobre alterações no Estatuto (§, VI), exige-se o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 3º. Compete à Assembléia Geral:

I – Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal a cada 2 anos, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, através de eleição, admitindo eleições indefinidas, por voto secreto, ou através de aclamação, quando houver apenas uma chapa;

II – Conhecer, discutir e julgar relatórios da Diretoria sobre suas atividades, assim como aprovar as contas;

6

III – Definir diretrizes para a melhoria da qualidade de vida dos associados;

IV – Decidir sobre assuntos em relação aos quais este Estatuto for omisso;

V – Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

VI – Alterar o Estatuto, sendo vedada qualquer proposta de alteração tendente a abolir os princípios norteadores da CACB, insculpidos no art. 3º, deste Estatuto;

VI – Decidir sobre a extinção da CACB;

VII – Eleger a Comissão Eleitoral.

§ 4º. A Assembléia Geral Ordinária, será convocada pela Diretoria, mensalmente. Nela serão apresentados o relatório das atividades e prestação de contas da CACB.

§ 5º. A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal, quando conhecer de qualquer irregularidade na administração da CACB, ou por 1/5 (um quinto) dos associados. Nela será discutido qualquer tema que esteja reservado à Assembléia Geral Ordinária.

§ 6º. Todos os associados da CACB poderão participar das Assembléias. A Assembléia Geral será aberta pelo Presidente que dirigirá os trabalhos.

22214 /

CAPITULO II

DA DIRETORIA

Art. 14. A Diretoria , com mandato de 2 anos é composto por: Presidente, Vice Presidente, Secretario Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Organização, Secretaria de Imprensa, Secretaria de Relações Institucionais.

Art. 15. As decisões da Diretoria serão tomadas em reunião por maioria simples, cujo quorum mínimo é 2/3. Nas decisões da Diretoria, cabe a cada Diretor um voto.

§ 2º. São deveres da Diretoria:

I – Lutar pelos interesses dos associados e pela efetividade das finalidades da CACB;

II – Convocar Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

III – Cumprir e fazer cumprir as decisões das Assembléias;

IV – Preparar relatório mensal sobre as atividades da CACB para ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária;

V – Providenciar que o Secretario de Finanças prepare balancetes mensais e anuais, para a prestação de contas da Diretoria ao Conselho Fiscal e às Assembléias Gerais, apresentando sempre os comprovantes de despesas relativas às contas;

REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS - FAUSTO SIMÕES VIEIRA FILHO OFICIAL - CAXIAS - RJ

7

ANEXO N

-----Mensagem original-----
De: reginapetrus [mailto:reginapetrus@terra.com.br]
Enviada em: terça-feira, 12 de agosto de 2008 15:46
Para: MJ-CONARE
Assunto: INFORMAÇÃO SOBRE VALIDAÇÃO DIPLOMAS DE REFUGIADOS
Prioridade: Alta

Ao CONARE.

Prezados,

Sou professora da UFRJ e estou buscando informações mais detalhadas do que encontrei até o momento sobre os procedimentos necessários para um refugiado que é graduado em seu país de origem tentar validar o seu diploma aqui no Rio de Janeiro.
Ele é de nacionalidade congolesa e já conseguiu fazer chegar aqui o seu diploma.
Poderiam me enviar as informações sobre como eu poderia ajudá-lo, quais os passos necessários para ele buscar essa convalidação? Conheço as regras para estrangeiros em geral, mas verifiquei no site do MEC_SESU que os refugiados podem ter algumas especificidades neste tipo de processo. Contudo, não estão lá especificadas quais são nem quais os procedimentos - ou eu não consegui encontrar.

Muitíssimo obrigada.
Aguardo uma resposta com orientações.
Maria Regina Petrus.

De: "MJ-CONARE" conare@mj.gov.br

Para: "reginapetrus" reginapetrus@terra.com.br
Data: Tue, 19 Aug 2008 10: 06: 21 - 0300
Assunto: RES: informação sobre validação diplomas de refugiados

Prezada Maria Regina,

As Universidades têm total autonomia no que tange ao reconhecimento dos diplomas. Desta maneira será mais preciso buscar informação junto a UFRJ ou outras universidades públicas.

Atenciosamente,

CONARE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Bloco 10 anexo II - sala 502

CEP: 70.064-900 Brasília – DF

fone: 55 61 3226.3566

De: reginapetrus [mailto:reginapetrus@terra.com.br]
Enviada em: terça-feira, 19 de agosto de 2008 10:44
Para: Magda Coelho
Assunto: informação sobre validação diplomas de graduação de refugiados
Prioridade: Alta

Prezada Sra. Magda Coelho - representante do MEC no ACNUR.

Sou professora da UFRJ, pesquisadora na área de migrações internacionais, especialmente voltada para a integração social dos refugiados no Rio de Janeiro.

Estou buscando informações mais detalhadas do que encontrei até o momento, sobre os procedimentos necessários para que os refugiados que já têm um curso de graduação completo em seu país de origem possam revalidar seus diplomas aqui no Rio de Janeiro.

No momento realizo pesquisa com refugiados congoleses, muitos deles já graduados em Universidades da República Democrática do Congo. Muitos ainda não falam o Português e têm enorme dificuldade em compreender as informações para esse tipo de processo.

Alguns deles já conseguiram fazer chegar aqui os seus diplomas.

Seria possível me enviar informações sobre como eu poderia ajudá-los nos passos necessários para a busca dessa convalidação?

Conheço as regras para estrangeiros em geral, mas verifiquei no site do MEC_SESU que os refugiados podem ter algumas "especificidades" neste tipo de processo. Contudo, não estão lá especificadas quais são, ou quais os procedimentos (ou eu não consegui encontrar).

II – apresentação de cópia do diploma a ser revalidado, documentos referentes à Instituição de origem, histórico escolar do curso e conteúdo programático das disciplinas, todos autenticados pela autoridade consular. ***Aos refugiados que não possam exibir seus diplomas e currículos admitir-se-á o suprimento pelos meios de prova em direito permitidos.***

(site MEC_SESU. Diplomas para estrangeiros.)

Agradeço imensamente qualquer orientação que possa me fornecer.

Desde já, agradecida.

Maria Regina Petrus.

Professora do CAp.UFRJ. Pesquisadora do Núcleo Interdiscilinar de Estudos Migratórios-NIEM (IPPUR-UFRJ).Doutoranda do IPPUR-UFRJ, na área de migrações internacionais.

P. S. Segue abaixo minha troca de mensagens com o CONARE - que me forneceu o seu e-mail.

De: "Magda Maria Ribeiro Coelho" Prezada Professora,
Para: "reginapetrus" reginapetrus@terra.com.br
Data: Tue, 19 Aug 2008 16:38:24 -0300
Assunto: RES: informação sobre validação diplomas de graduação de refugiados

Prezada professora.

O processo para revalidação de diplomas conforme rege a nossa LDB:

" § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

No caso específico dos refugiados, sabendo que muitos saem do seu país sem nenhuma documentação, pedimos para que eles tentem de alguma forma contactar algum parente ou amigo para que estes enviem o diploma para o Brasil. As vezes a própria Embaixada do Brasil nesses países consegue a segunda via do diploma. Em muitos casos, a própria Universidade onde ele se formou pode enviar a segunda via do diploma. Caso nenhuma dessas alternativas seja possível, o que é raro, caberá a Universidade brasileira decidir qual o critério a adotar (autonomia universitária).De toda forma, terão que comprovar que realmente possuem os conhecimentos necessários adquiridos no curso no qual se formou (normalmente por meio de prova).

Cabe dizer que os critérios para revalidação de diplomas seja para brasileiros que se formaram fora do Brasil seja para os refugiados, seguem as mesmas orientações da LDB. Não obstante, no caso dos refugiados o CONARE solicita que as Universidades sejam um pouco mais flexíveis com relação à documentação exigida.

Um outro fator que não se pode ignorar, e que você mencionou, é que eles não possuem domínio da Língua portuguesa - um obstáculo para o exercício da profissão no Brasil (aqui já estou me referindo aos Conselhos).Mesmo que consigam a revalidação do diploma, dificilmente conseguirão autorização do Conselho para o exercício da profissão. Por isso, o CONARE conta com o apoio das Cáritas no Rio e em São Paulo que solicitam junto às Universidades, para que os refugiados participem dos cursos de português para estrangeiros.

Caso necessite de alguma outra informação que esteja ao meu alcance, não hesite em contatar. De toda forma, penso que seria importante um contato com as Cáritas no Rio de Janeiro, pois, como disse, as Caritas estão envolvidas desde o início do processo de solicitação de refugio e são elas que lidam e conhecem de perto as dificuldades mais comuns com que se deparam os refugiados no Brasil. São também as Cáritas que fazem diretamente as gestões junto às universidades, escolas e centros de formação no sentido de acolherem em seus cursos os refugiados que chegam ao Brasil.

Atenciosamente,

Magda Coelho

De: "reginapetrus" reginapetrus@terra.com.br

Para: "caritasrio" **Cópia:** "magdacoelho"
Data: Thu, 21 Aug 2008 09:08:51 -0300
Assunto: En: RES: informação sobre validação diplomas de graduação de refugiados

Prezada Heloisa Santos - coordenadora do programa para refugiados da Cáritas -RJ.

Não estranhe o toma formal da mensagem, apesar de nossos antigos laços de parceria e amizade com a equipe Cáritas que trabalha com os refugiados há tantos anos -, mas trata-se de assunto de minha pesquisa de doutorado, e aproveitarei esta mensagem para responder às indicações da representante do MEC no ACNUR.

Encaminho para você cópia das mensagens que enviei e das respostas que recebi do MEC e do CONARE quanto à minha pesquisa sobre revalidação de diplomas para refugiados e assuntos afins a este.

Como é de seu conhecimento, minha pesquisa do doutorado enfoca as questões de afirmação, re-significação e reconstrução de identidades dos refugiados vindos do Congo no bojo das dinâmicas de integração social aqui no Rio de Janeiro. A questão do acesso ao ensino público bem como do direito a revalidar diplomas que lhes garantam o exercício de sua profissão ou lhe dêem oportunidades de trabalho mais compatíveis com sua formação acadêmica no país de origem, é elemento fundamental para essas questões identitárias. Em artigos sobre direitos dos refugiados e análises sobre os ganhos já alcançados, as dificuldades a superar e as indicações de questões pelas quais se deve buscar melhores encaminhamentos, aparece o problema da complexidade dos processos de revalidação dos diplomas universitários e do exercício da profissão.

Rosita Milesi e outros autores em suas análises, falam da importância de se buscar junto às universidades públicas mecanismos que favoreçam a "simplificação" do processo de revalidação (âmbito da autonomia de cada universidade pública) e o acesso aos cursos de Português para os refugiados.

Como bem sabemos essa questão da revalidação de diplomas estrangeiros, é também uma luta que está sendo travada para os imigrantes brasileiros, principalmente na Europa.
No caso dos congoleses, que tenho entrevistado, alguns ainda solicitantes de refúgio e outros já com o estatuto de refugiado, essa questão da revalidação e do acesso aos cursos de português nas universidades públicas aqui no Rio de Janeiro vem aparecendo com muita frequência, como algo que consideram fundamental para retomarem suas vidas (e resgatar identidades), manter e acalentar a esperança de melhores condições de trabalho e inserção nas áreas em que possuem experiência profissional ou formação específica.

Mais objetivamente, estudei a Lei do refúgio, a Lei dos Estrangeiros, e pesquisei no site do Conare e do MEC_SESU, entre outras fontes. Continuei com algumas questões para investigar mais de perto.

Escrevi ao CONARE, fui encaminhada (via e-mail) à representante do MEC junto ao ACNUR (Sra. Magda Coelho) e esta, após me enviar esclarecimentos e considerações muito importantes, orientou-me a procurar a Cáritas.

"Caso necessite de alguma outra informação que esteja ao meu alcance, não hesite em contactar. De toda forma, penso que seria importante um contato com as Cáritas no Rio de Janeiro pois como disse, as Caritas estão envolvidas desde o início do processo de solicitação de refugio e são elas que lidam e conhecem de perto as dificuldades mais comuns com que se deparam os refugiados no Brasil. São também as Cáritas que fazem diretamente as gestões junto às universidades, escolas e centros de formação no sentido de acolherem em seus cursos os refugiados que chegam ao Brasil."

Especificamente, solicito a ajuda de vocês para a minha pesquisa no que se refere ao que já existe na prática, como diferencial ou como algum avanço - que imagino seja difícil, pois a questão passa pelos conselhos das universidades e conselhos profissionais - neste momento, quanto a revalidação de diplomas dos refugiados e também quanto ao acesso aos cursos de português que as universidades oferecem aos alunos estrangeiros para os refugiados que entrarem com o processo de revalidação.

Especifico algumas perguntas:

1. Qual ou quais universidades públicas que têm respondido melhor às solicitações da Cáritas e/ou de outras instituições que lutam nesse sentido de "boa vontade" e "facilitação" dos processos pra os refugiados aqui no Rio - já que nos termos da lei isso está indicado como recomendação?

2. Já existe realmente, ou vocês já vêem perspectivas, em alguma universidade pública específica, da possibilidade de acesso dos que dão entrada em um processo de revalidação dos diplomas freqüentarem os cursos de Português- que funcionam para os alunos estrangeiros - ainda ao longo da tramitação do processo?

Enfim, para que instituição superior de ensino público eu poderia orientar a minha pesquisa, já por indicação de vocês, no sentido de ter algo inovador e favorável aos refugiados para conhecer melhor e pesquisar os efeitos?

Sei que estão assoberbadas de trabalho e providências urgentes e em "estado de emergência" com a mudança de endereço, como pude ver in loco, mas agradeceria muito uma ajuda nesse sentido.

Abraços.

Regina Petrus.